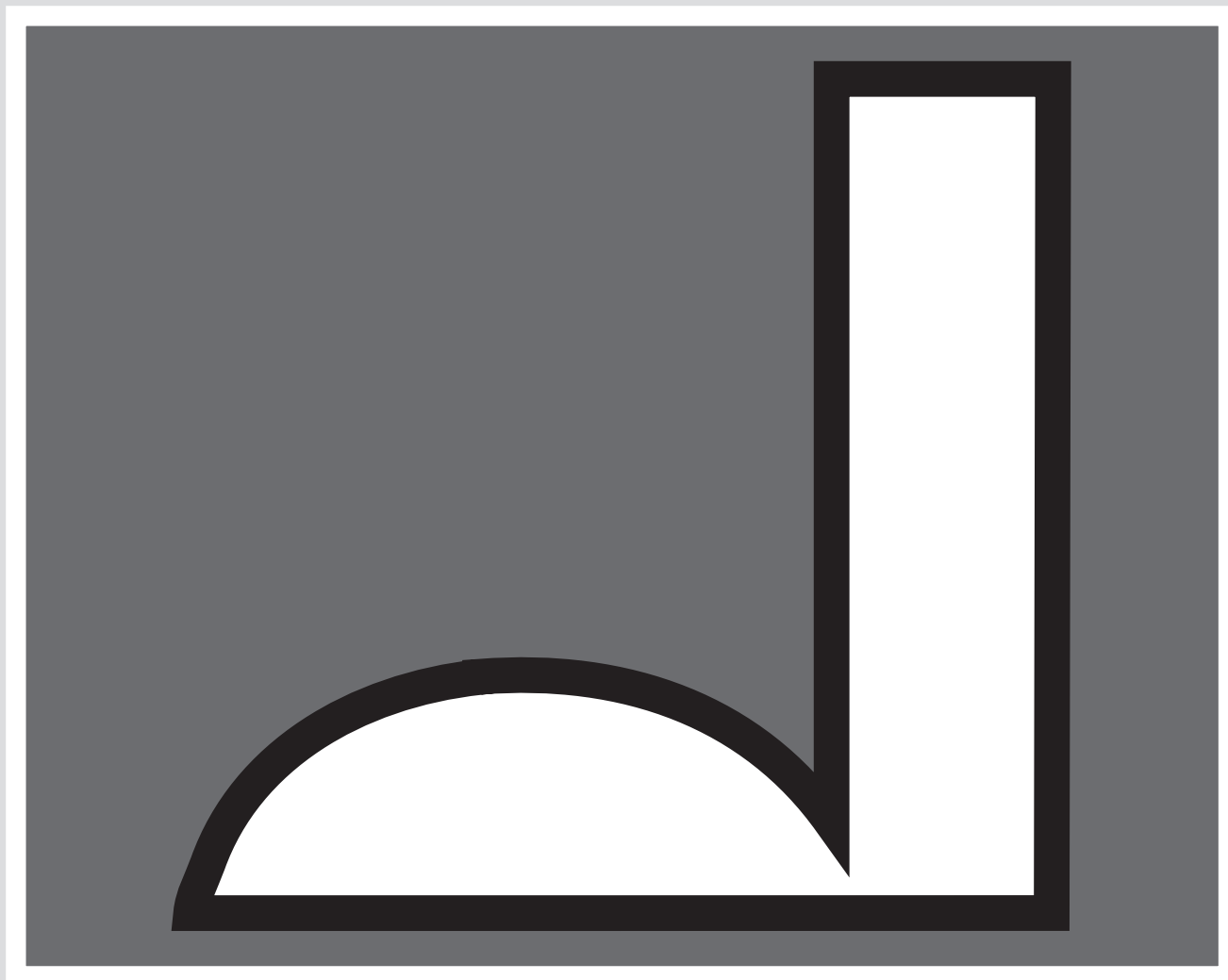




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

**Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal
e Suas Subcomissões**

VOLUME II/II

ANO LXVII – SUP. “A” AO Nº 124 – SEXTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB)	1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	2º - João Durval - (P DT-BA)
	3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
	4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 25 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá ⁽⁴⁰⁾ Sérgio Souza ⁽²⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25 Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,24) Vice-Líderes Acir Gurgacz ⁽⁴⁹⁾ Lídice da Mata ^(29,38) Inácio Arruda Eduardo Lopes ^(37,44) Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,24) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁷⁾ Lindbergh Farias ⁽²³⁾ Ana Rita ⁽²⁸⁾ Anibal Diniz ⁽²⁵⁾ Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz ⁽⁴⁹⁾ Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾ Líder do PSB - 4 Lídice da Mata ^(29,38) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽³⁰⁾ Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ^(37,44)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Jayme Campos - DEM ⁽²⁶⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³¹⁾ Flexa Ribeiro ^(7,32) Lúcia Vânia ⁽³³⁾ Mário Couto ⁽³⁴⁾ Paulo Bauer ^(6,35) Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁵⁾ Paulo Bauer ^(6,35) Flexa Ribeiro ^(7,32) Líder do DEM - 5 José Agripino ^(2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²⁶⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 12 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Blairo Maggi ^(19,51) Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ João Vicente Claudino Eduardo Amorim ^(17,47,48) Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 5 Blairo Maggi ^(19,51) Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ Vicentinho Alves ⁽⁴²⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ^(17,47,48)	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁹⁾ Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata ^(29,38) Jorge Viana Vital do Rêgo	PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecão PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2012..... 00006

Ata da 27ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de junho de 2012..... 00027

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2012..... 00035

Ata da 29ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de junho de 2012..... 00055

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de junho de 2012..... 00081

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2012..... 00101

Ata da 32ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de junho de 2012..... 00122

Ata da 33ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de junho de 2012..... 00148

1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de maio de 2012 00172

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2012 00191

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2012 00214

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de maio de 2012..... 00226

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2012..... 00258

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2012 00283

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de maio de 2012 00302

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2012 00334

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de junho de 2012..... 00354

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2012..... 00371

Ata da 28ª Reunião, Conjunta, realizada em 26 de junho de 2012 (realizada em conjunto com a 33ª reunião da CAE) **(Publicada no item 1.1.1)**

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012..... 00395

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012..... 00415

1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 29ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de junho de 2012 (realizada em conjunto com a 32ª reunião da CAE) **(Publicada no item 1.1.1)**

Ata da 30ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de junho de 2012..... 00418

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012..... 00435

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2012 00437

Ata da 33ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de julho de 2012..... 00450

1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2012 00478

Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de maio de 2011..... 00504

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2012 00511

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2012..... 00529

Ata da 28ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de junho de 2012..... 00534

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2012..... 00546

Ata da 30ª Reunião, Ordinária, realizada em 26 de junho de 2012..... 00568

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012..... 00577

Ata da 32ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de julho de 2012..... 00581

1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 25ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de junho de 2012 (realizada em conjunto com a 29ª reunião da CAE, CMO e outras) **(Publicada no item 1.1.1)**

Ata da 26ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de junho de 2012..... 00598

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012..... 00608

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2012..... 00612

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2012..... 00633

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de julho de 2012..... 00637

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2012..... 00654

1.1.5.1 – Subcomissão Permanente da Água

Ata da 2ª Reunião, realizada em 4 de abril de 2012..... 00667

Ata da 3ª Reunião, realizada em 25 de abril de 2012..... 00692

Ata da 4ª Reunião, realizada em 16 de maio de 2012..... 00706

1.1.5.2 – Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte

Ata da 2ª Reunião, realizada em 4 de abril de 2011..... 00724

Ata da 3ª Reunião, realizada em 18 de abril de 2012..... 00728

1.1.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de maio de 2012..... 00753

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2012..... 00776

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de maio de 2012..... 00819

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de maio de 2012..... 00848

VOLUME II

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2012..... 00884

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2012..... 00905

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de maio de 2012..... 00922

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de junho de 2012..... 00943

1.1.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 23ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de maio de 2012..... 00972

Ata da 24ª Reunião, Ordinária, realizada em 7 de maio de 2012..... 00997

Ata da 25ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de maio de 2012..... 01017

Ata da 26ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de maio de 2012..... 01044

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2012..... 01062

Ata da 28ª Reunião, Conjunta, realizada em 23 de maio de 2012 (realizada em conjunto com a 7ª reunião da CMMC)

Ata da 29ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de maio de 2012..... 01086

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de maio de 2012..... 01091

Ata da 31ª Reunião, Ordinária, realizada em 31 de maio de 2012..... 01117

Ata da 32ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de junho de 2012 (realizada em conjunto com a 26ª Reunião da CMA) **(Publicada no item 1.1.5)**

1.1.8 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de julho de 2012..... 01126

1.1.8.1 – Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil

Ata da 11ª Reunião, realizada em 15 de maio de 2012..... 01129

Ata da 12ª Reunião, realizada em 22 de maio de 2012..... 01150

Ata da 13ª Reunião, realizada em 29 de maio de 2012..... 01185

Ata da 14ª Reunião, realizada em 6 de junho de 2012..... 01201

Ata da 15ª Reunião, realizada em 13 de junho de 2012..... 01214

Ata da 16ª Reunião, realizada em 4 de julho de 2012..... 01234

Ata da 17ª Reunião, realizada em 10 de julho de 2012..... 01250

1.1.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 12ª Reunião, Conjunta, realizada em 14 de junho de 2012 (realizada em conjunto com a 32ª reunião da CAE) **(Publicada no item 1.1.1)**

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de junho de 2012..... 01266

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2012..... 01268

1.1.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2012..... 01269

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de julho de 2012	01282	1.1.11 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e informática – CCT	
Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2012	01290	Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de julho de 2012	01330
Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de julho de 2012	01302	Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de agosto de 2012	01354

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 21 DE MAIO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e sete minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparece o senhor Senador **Paulo Paim**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta: Audiência Pública**, nos termos do Requerimento nº 53, de 2012–CDH, aprovado em 16/04/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para “debater o mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura.”. O Senhor presidente após anunciar os convidados presentes ou seus representantes, convida-os a tomar lugar à mesa. Em ato contínuo, o Senhor Presidente exhibe o trailer do filme Xingu, dirigido por Cao Hamburger e três minutos do filme Batismo de Sangue, dirigido e produzido por Helvécio Ratton. Convidados: Deputado Estadual Miki Breier, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul; Vivian Calderoni, Advogada da Conectas Direitos Humanos; Sylvia Dias, Diretora da Oficina para América Latina da Associação para Prevenção da Tortura da Cidade do Panamá; José Filho, Assessor Jurídico da Pastoral Carcerária; Sandra Carvalho, Diretora Adjunta da Justiça Global; Ana Paula Diniz de Melo Moreira, Coordenadora Geral de Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em substituição a Ministra Maria do Rosário. Usam a palavra os Senadores Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta

a 27ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Quero pedir desculpas aos nossos convidados, porque inicio sempre às 9 horas em ponto e hoje estou iniciando com 8 minutos de atraso.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 53, de 2012, da CDH, aprovado em 16/04/2012, de autoria deste Senador e de outros, com o objetivo de debater o Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura.

Fizemos aqui uma pequena introdução.

Recebemos correspondência do Deputado Miki Breier para refletirmos sobre a questão ainda da tortura existente no Brasil e no mundo, poderíamos dizer. Ele se baseia, ao pedir essa audiência pública, numa situação de tortura acontecida lá em Porto Alegre.

Eu não vou discorrer aqui o caso, porque os convidados vão falar sobre o tema no geral, e não especificamente este caso, mas foi baseado nesse caso de tortura que aconteceu. Enfim, são casos que ocorrem diariamente em nosso País.

Precisamos acabar com todo tipo de tortura. Já vivemos casos como este na época da ditadura. Que bom que vamos ter agora aí a Comissão da Verdade, instalada pela Presidenta Dilma, que vai aprofundar o que houve nesse período, enfim, assassinatos, torturas, sequelas, desaparecimentos. Temos o direito de saber onde estão os corpos, quem foram os assassinos, quem foram os torturadores.

Acho que esta audiência pública vai nessa mesma linha de ver a situação, olhar o passado, para discutir o presente e sonharmos com um futuro de plena liberdade.

Neste sentido, achamos por bem debater os mecanismos de prevenção de tortura contidos no Projeto de Lei nº 2.442, de 2011, do Poder Executivo. O projeto institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Para aqueles que estão ligando agora a TV Senado e os meios de comunicação do Senado, só informamos que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, canal principal, pela Internet, pelos canais alternativos (www.senado.gov.tv) e ainda pela Rádio Senado.

Voltamos ao tema. O projeto que hoje vamos debater aqui institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, cria o Comitê Nacional de Preven-

ção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Relatório divulgado pela ONG Ação dos Cristãos para Abolição da Tortura, no início deste ano, mostra que 100 dos 194 países que compõem a ONU ainda praticam a tortura de maneira regular – imoral e irregular.

A entidade define tortura como todos os atos violentos com intenção de castigo físico. Na definição da entidade, caracterizam-se como tortura “todos os atos violentos com intenção de castigo físico ou psicológico para extorquir confissões ou reprimir”.

Eu classifico aqui que o trabalho escravo também é um tipo de tortura.

Deputado Miki Breier, eu iniciei falando de V. Ex^a, que esta audiência foi provocada, no primeiro momento, por V. Ex^a, pelo caso lá em Porto Alegre. V. Ex^a poderá aqui relatá-lo. E depois, naturalmente, eu disse que resolvemos aprofundar o debate sobre o projeto do Executivo – Projeto de Lei nº 2.442, de 2011 – que visa combater todo tipo de tortura.

Vamos ainda aos dados. Segundo representante da ONG na América, a tortura é praticada para reprimir os movimentos sociais. Nas prisões, as práticas de tortura são utilizadas para obtenção de confissões em assuntos penais ou disciplinares.

Dados do relatório mostram que no Brasil a tortura é praticada principalmente em prisões e durante operações policiais em favela. Em muitos casos, pegam principalmente negros e os mais pobres. Na Colômbia, os abusos são cometidos pelos paramilitares. Nos Estados Unidos, a tortura não é praticada só na base de Guantánamo como dizem. Dentro do próprio país, nas prisões de segurança máxima, há atos que violam a própria dignidade humana.

Segundo Anne, a prática da tortura nos países que fazem parte da ONU segue crescendo. Existe a prática da tortura nos países que fazem parte da ONU. “É uma prática que segue crescendo, apesar da ‘reconversão’ de ditaduras à democracia liberal”. As agressões afetam inúmeros jornalistas – inclusive vamos ter uma audiência pública aqui, já com data previamente marcada, que visa discutir a tortura e o assassinato de jornalistas no Brasil e no mundo, que está crescendo muito –, sindicalistas também, opositores políticos, advogados e militantes das causas sociais.

Enfim, é preciso criar estratégias que impeçam todos os casos de tortura e violação dos direitos humanos. O direito à vida e à integridade física deve ser sempre assegurado.

Esta é uma fala inicial, só para situar a todos. Está conosco já, como havia dito antes, o Deputado Miki Breier, que foi quem me mandou a primeira carta. O Deputado Estadual Miki Breier, do Rio Grande

do Sul, comunica essa denúncia de tortura recebida pela Assembleia Legislativa gaúcha contra o jovem Carlos Leonardo Melo. É isso, Deputado? V. Ex^a poderá aprofundar.

Como eu dizia, a nossa intenção vai muito além de um caso específico. Existem centenas e centenas de casos que não vamos poder detalhar aqui. Mas a intenção é debater o Projeto de Lei nº 2.442, de 2011, do Poder Executivo, que trata do tema.

Dentre os nossos convidados, já temos presente a Sylvia Dias, Diretora da Oficina para América Latina da Associação para Prevenção da Tortura da Cidade do Panamá. Eu gostaria de convidar a Dra. Sylvia, que já está presente, se já pudesse vir à Mesa. A Dra. Sylvia Dias é Diretora da Oficina para América Latina da Associação para Prevenção da Tortura da Cidade do Panamá.

Convidamos também o Deputado Estadual Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Miki Breier.

Convidamos também Vivian Calderoni, advogada da Conectas Direitos Humanos, para que venha à Mesa.

Eu resolvi, na abertura dos trabalhos, fazer uma homenagem àqueles que foram torturados e, em grande parte, quase liquidados, o nosso povo indígena, voltando, é claro, longamente no tempo. Há um filme chamado Xingu, direção de Cao Hamburger. Eu vou passar aqui três minutos desse filme, para relatar um pouco a história do povo indígena. Depois nós teremos quatro minutos do filme Batismo de Sangue, direção de Helvécio Ratton. Se pudéssemos já iniciar rapidamente.

Na verdade, eu tenho um carinho enorme pelos discriminados, torturados e aniquilados ao longo dos anos. A tortura foi contra os índios e depois contra os escravos, e, naturalmente, atingindo todo o nosso povo: brancos, negros, índios. E resolvi passar o *trailer* desse filme. Eu recomendaria a todos que puderem que assistam ao filme, que está passando na rede nacional de cinemas.

Baseado em fatos reais, fala um pouco da história do povo indígena. Se puderem, coloquem o som um pouco mais alto. Aí são os irmãos Villas Bôas...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi apenas um *trailer* do filme Xingu. Recomendo a todos que o assistam porque é bem interessante o que aconteceu com o povo indígena neste País e por que não dizer que, aqui no Brasil, a tortura já começou por aí.

Eu pediria que passassem também, bem rápido também, o filme Batismo de Sangue, são três ou quatro minutos.

Aí já em plena ditadura. Frei Betto.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O.k. Foram 3 minutos do filme Batismo de Sangue, que fala da tortura no Brasil.

Vamos, agora, então, à nossa audiência.

Vamos começar com a fala do Deputado Estadual Miki Breier, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que foi quem nos provocou quanto à importância de a Comissão de Direitos Humanos também debater esse tema, no ano em que é instalada a própria Comissão da Verdade, que é um fato que nos leva a discutir também o PL encaminhado à Casa por parte do Executivo.

Deputado Miki Breier com a palavra.

O SR. MIKI BREIER – Bom dia, Senador Paulo Paim, que preside a Comissão de Direitos Humanos do Senado; demais participantes da Mesa, a Vivian e a Sylvia.

Quero dizer da alegria de poder estar, aqui, neste momento, quando, de fato, o Brasil comemora a instalação da Comissão da Verdade, que dialoga diretamente com aquilo que estamos trabalhando tanto na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul como no País inteiro.

Quero dizer – e tenho lembrado isto ao Senador Paulo Paim – que a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa pode não ser a mais importante do ponto de vista da tramitação de projetos – sabemos que a CCJ, a Comissão de Finanças e outras comissões têm uma importância maior do ponto de vista da questão legislativa –, mas, para a construção da cidadania, não temos dúvidas de que é a comissão mais demandada da Casa. Por lá, já passaram figuras imponentes da política nacional, como o ex-Deputado Marcos Rolim, sempre Deputado, que é uma referência nos direitos humanos, e também, agora, a nossa Ministra Maria do Rosário, que foi também Presidenta da Comissão.

Temos recebido, para a nossa tristeza, além daquelas questões do cotidiano – violência doméstica, questões ligadas aos parentes de presos, cujas reivindicações junto à Comissão são muito constantes –, algumas denúncias de tortura no nosso Estado: essa que encaminhamos para o Senado, de um jovem; e também, para a nossa surpresa, tivemos uma denúncia grave de trabalho escravo de haitianos que estão no nosso Estado.

Sabemos que os haitianos estão ingressando no Brasil pelo Acre. São milhares de haitianos que estão buscando refúgio e um pouco mais de dignidade para

a reconstrução das suas vidas e para trazerem os seus familiares para o Brasil. Quem está acompanhando isso de perto é o Deputado Tchê, Presidente da Unale, a nossa União dos Legisladores e Legislativos Estaduais, que, mesmo sendo gaúcho, é um Deputado do Acre. Ele tem acompanhado porque ele está, hoje, também, na Comissão de Direitos Humanos da Copa – Confederação Parlamentar das Américas.

Temos, lá no Rio Grande do Sul, mais de 100 haitianos já, buscando refúgio e trabalho e, nesta quarta-feira, dia 23, teremos uma grande audiência pública sobre este tema especificamente: a situação dos haitianos no Brasil, em especial no Rio Grande do Sul. Porque a denúncia de trabalho escravo é muito grave, e a compreendemos também como uma forma de tortura, quando as pessoas não têm os seus direitos garantidos e respeitados. Não queremos que isso aconteça com ninguém, do nosso País, do nosso Estado, muito menos com aqueles que nos visitam, com aqueles que buscam o Brasil como possibilidade de reconstrução.

Então, estamos, aqui, mais para debater junto com o Senado, para ouvir aquilo que está acontecendo e para acompanhar a tramitação desse projeto também, que dialoga diretamente com essa questão. Precisamos enfrentar esse debate.

Sabemos que houve algumas reações, quando da instalação da Comissão da Verdade, que emocionou, inclusive, a Presidenta Dilma, por sua história, uma menina de 19 anos que passou por essa tortura, mas que lembrou também a construção de cada um dos Presidentes que ali estiveram. Foi um momento simbólico para o País, com as presenças do Fernando Henrique, mesmo do Fernando Collor de Mello, do Sarney, do Presidente Lula, em cujos mandatos, cada um procurou dar passos nesse sentido, dialogando com a questão da Lei da Anistia e com tantas outras questões. Mas chegamos a um momento importante e precisamos saber como vamos tratar isso.

Queremos também, lá no Rio Grande do Sul – por termos uma história e muitas pessoas ligadas a isso, como o Carlos Araújo, ex-esposo da Presidenta Dilma –, colher informações sobre tudo aquilo que está guardado, sobre todo o acervo que temos e sobre as pessoas que passaram por esse período triste da nossa história. Que possamos recuperar isso.

Não temos dúvida de que o Brasil precisa conhecer profundamente toda a sua história e dialogar com ela, para evitar erros futuros, esse me parece ser o grande objetivo, para que possamos, de fato, perceber quanto mal foi feito nesse período e dar respostas aos parentes que, ainda hoje, não sabem o que foi feito com os seus familiares – filhos, esposos, pais – e que ainda

continuam nessa incerteza, como o caso de Rubens Paiva e de tantos outros que conhecemos.

Então, a ideia é trazer alguns relatos do Rio Grande do Sul, do ponto de vista do combate à tortura.

Quero concluir, dizendo também que estamos num trabalho prioritário da nossa Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, que é voltado para a questão da infância e da juventude.

Dia 18 de maio, por ter sido o Dia Nacional do Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, tivemos o lançamento de uma campanha, lá no Estado, pelo combate à violência e à exploração sexual de crianças e de adolescentes, com a presença também de muitas autoridades, como a do Secretário de Estado Fabiano Pereira, da Justiça e dos Direitos Humanos.

A exploração sexual também é uma tortura grave contra a infância, contra os sonhos dos nossos jovens e traz traumas profundos, além dos físicos, na vida e na história daqueles que passam por esse tipo de violência, que, infelizmente, ocorre, em mais de 70% dos casos, dentro do próprio lar.

Um dado estarecedor mostra que aumentou, Senador Paulo Paim, nos últimos anos, o número de avôs abusadores. As mães e os pais, sempre com aquele receio de deixar os filhos com estranhos, acabam deixando-os com o avô e com a avó, e ali mesmo acontece essa barbaridade, esse crime hediondo que é o abuso ao próprio neto, à própria neta.

São dados que nos preocupam muito, e estamos trabalhando muito nesse sentido.

Agora, no Rio Grande do Sul, estamos lançando a 10ª Jornada Estadual de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, reunindo mais de 20 entidades, entre elas o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, que é parceira nesse processo. Queremos combater todo tipo de violência, especialmente contra a infância e a juventude, que, repito, no nosso ponto de vista, talvez seja a maior tortura que possa haver contra o ser humano.

É isso, Senador Paim. Quero agradecer a disposição desta Comissão de Direitos Humanos do Senado, e queremos acompanhar e estar juntos nesse processo, para avançarmos na legislação e também para combatermos esse crime que, infelizmente, acontece todos os dias no nosso País e também lá no nosso Estado.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Deputado Estadual Miki Breier, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Quero, aqui, também reforçar a sua lembrança do grande Marcos Rolim, que foi, e é, um grande lutador dos direitos humanos, um dos poucos Parlamentares do Brasil que, de fato, entrou nos presídios. Aquilo que é dito hoje ele já dizia há quase 15, 20 anos. Lamento que ele não tenha sido reeleito. Talvez não tenha sido muito bem entendido por parte da população. É um grande quadro da política nacional. Sinto muita falta do Marcos Rolim no Congresso Nacional. É um grande Parlamentar; foi um grande Parlamentar; e continua sendo um grande militante das causas populares, porque as denúncias, repito, que se fazem, hoje, dos presídios, o Marcos Rolim fazia há muito tempo. E ele entrava nos presídios, ia lá dentro, dialogar e discutir. Enfim, é um grande brasileiro. O grande Marcos Rolim, se estiver assistindo a esta reunião, aqui, do Senado, permita-me mandar-lhe um abraço. Um dia, o povo brasileiro ainda vai reconhecer tudo o que você fez pela nossa gente em matéria de direitos humanos.

Quero também lembrar que a nossa Ministra Maria do Rosário, em cuja pasta está fazendo um belíssimo trabalho, foi Presidente da mesma Comissão que você preside.

Quero aproveitar este momento também, esta reunião, já que você falou, aqui, da questão do Haiti e do trabalho escravo, inclusive no Rio Grande do Sul, para fazer um apelo, mais uma vez, à Câmara dos Deputados. É uma vergonha a Câmara não ter votado ainda a PEC do Trabalho Escravo.

Vamos, agora, dia 28, segunda-feira, por iniciativa minha e do Senador Cristovam – ou do Cristovam e minha –, fazer uma sessão de homenagem à dita Abolição da Escravatura, que se comemora no dia 13 de maio. Mas a melhor forma de homenagear os escravos é acabar com o trabalho escravo. Fico impressionado com a resistência de se aprovar a PEC do Trabalho Escravo. Quem não comete crime e não vai ser atingido é porque não tem ninguém sob a tortura, eu diria, do trabalho escravo. E, se não o tem, por que o medo?

Eu mandei até que descesse, aqui, lá do meu gabinete para a Comissão uma matéria publicada, esta semana, na revista *Istoé*, sobre o trabalho escravo nas cidades, não é no campo só, não. Porque no campo é claro que existe, e ninguém tem dúvida, tanto que mataram quatro fiscais do Ministério do Trabalho, porque foram lá investigar, fazendo as devidas denúncias. Mas trabalho escravo nas cidades, que é o caso que você está, aqui, trazendo também dos haitianos.

Então, espero que, ainda durante o mês de maio, por uma questão até de vergonha na cara dos Parlamentares – e digo “dos”, porque sou Parlamentar –, eu possa dizer que, no Congresso onde eu atuo, foi

aprovado o combate ao trabalho escravo, pela aprovação da PEC do Trabalho Escravo.

Agora, estão inventando uma história aí de que, primeiro, tem que regulamentar para, depois, aprovar, que é uma forma de você, mais uma vez, ir protelando e não aprovar a PEC do Trabalho Escravo.

Sobre a situação dos avós a que você se refere, eu também recebi... E veja como é esta Comissão de Direitos Humanos. Eu recebo, aqui, duas denúncias: uma, nos moldes que você fala; mas outra, também dos avós, dizendo que muitos jovens por aí têm os filhos, separam-se e mandam a conta para o avô pagar. Então, para você ver como são as coisas. Pela legislação, hoje, quando um casal se separa, e, se eu estiver errado, alguém pode me corrigir, o avô acaba tendo que pagar. Então, recebi as duas denúncias e vou fazer as duas audiências públicas: do abuso sexual de alguns avós, mas também a denúncia de inúmeros avós que não sabem o que fazer, porque, se não pagarem, vão presos; o avô vai preso, se ele não pagar a pensão do jovem casal que se separou. Teve os filhos, que assumam os filhos, naturalmente, e não os jogue para o avô. Daí, em um dos casos que recebi, o avô diz: “Ah, porque eu ganho R\$3 mil por mês, mas eu tenho a minha renda comprometida. Eu nunca imaginei que eu iria ter que pagar pensão para o filho do meu filho.” Então, merece um debate aqui.

Ao mesmo tempo em que criticamos – e você traz corretamente isso, aqui; tem todo o meu apoio; vamos dar espaço, aqui, para este debate sobre o que está acontecendo em relação ao abuso sexual, inclusive porque sabemos que o abuso, muitas vezes, fica dentro da família: é tio; é cunhado; é sobrinho; e avós também –, também fica este outro debate que vamos ter que fazer: se é justo ou não que, pela irresponsabilidade do casal mais jovem, que tem que assumir, jogue-se para o avô ter que pagar, na marra, senão, vai o avô preso, e não o jovem ou a jovem que alega que está desempregado e que não pode pagar a pensão do filho.

Então, é um bom debate. Parabéns por tudo o que você trouxe, neste momento, aqui.

De imediato, passo a palavra à Dra. Vivian Calderoni, que é advogada da Conectas Direitos Humanos.

A SRA. VIVIAN CALDERONI – Bom dia. Bom dia, Senador Paulo Paim; bom dia, Deputado Miki Breier; bom dia, Sylvia; bom dia a todas e a todos.

Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar pela iniciativa, tanto de requerer esta audiência de tamanha importância quanto de convocá-la e instaurá-la realmente para debater esse tema tão urgente, tão importante, tão necessário para o Brasil, realmente. Realmente é um tema nacional.

Estou, aqui, em nome da Conectas Direitos Humanos, organização que represento, mas também representando a Rede Justiça Criminal, que é uma coalizão de outras organizações não governamentais que inclui a Pastoral Carcerária, o Instituto Sou da Paz, o Instituto de Defesa do Direito de Defesa, o Instituto Terra Trabalho e Cidadania, a Justiça Global, IDDH e ARP.

Na minha apresentação, vou falar brevemente sobre o que é o Mecanismo. A gente fala “vamos criar um mecanismo”, mas o que é esse Mecanismo?

Esse Mecanismo é uma obrigação que o Brasil assumiu de criar perante a comunidade internacional, perante a ONU, ao ratificar o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura, da ONU.

Esse Protocolo Facultativo traz uma perspectiva inovadora dentro da normativa internacional, porque é calcado na prevenção, na ideia de prevenção, e não na ideia de combate e de punição. É um protocolo operacional, não traz definições de *standards*, definições do que é tortura. Ele é operacional, como vamos implementar isso. E a sua ênfase, como já disse, está na prevenção. E o Protocolo combina mecanismos internacionais e mecanismos nacionais para sua efetivação.

No âmbito internacional, ele criou o Subcomitê de Prevenção da Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, que é chamado de SPT; e, no âmbito nacional, ele obriga os Estados-Partes, que incluem o Brasil, é claro, a criarem um órgão para prevenir a tortura, um órgão que siga as prerrogativas e que tenha os direitos e os deveres estatuídos pelo próprio Protocolo. Esse órgão é o Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura. Então, estamos falando da criação de um órgão com ênfase na prevenção à tortura, uma obrigação que o País assumiu perante a ONU, as Nações Unidas, que deve criar.

O País assumiu a obrigação de criar esse Mecanismo Nacional, que, inclusive, tem o PL, objeto de discussão hoje, em tramitação. Porém, os Estados têm a possibilidade de criar seus mecanismos estaduais também, o que é muito interessante. Então, por exemplo, no Rio Grande do Sul, fica aqui até uma sugestão para que seja criado esse mecanismo. Depois, a Sandra Carvalho, que está aqui também, vai falar mais da experiência do Rio de Janeiro, que já tem um Mecanismo em pleno funcionamento. Então, ela, que é do Rio de Janeiro, vai poder trazer a experiência, porque acompanhou de perto esse trabalho.

Então, tanto o Subcomitê de Prevenção da Tortura, no âmbito internacional, quanto o Mecanismo Nacional têm algumas atribuições que são semelhantes. Gostaria de destacar três delas.

Eles têm a atribuição, o dever e a competência de realizar visitas regulares aos locais de detenção,

não apenas a cadeias, a locais de detenção de adultos, homens e mulheres, masculinos e femininos, mas também onde há crianças privadas de liberdade, adolescentes privados de liberdade, hospitais psiquiátricos. A qualquer local em que haja pessoas privadas de liberdade, eles devem realizar visitas regulares. E, a partir dessas visitas, devem propor recomendações para que sejam criadas medidas preventivas para melhorar esse sistema de prevenção, para prevenir a tortura, para melhorar as condições de detenção também.

É muito importante que esses mecanismos, os dois, trabalhem de modo construtivo com os Estados para que as recomendações sejam, de fato, implementadas.

Os princípios bases desse Protocolo são justamente a cooperação e o diálogo construtivo, e a consequência prática mais importante desses princípios de cooperação e de diálogo construtivo é a atuação complementar do órgão internacional e do órgão nacional. Então, o Subcomitê de Prevenção da Tortura e o Mecanismo Nacional devem trabalhar de forma cooperativa, em constante diálogo.

Outro aspecto importante é que esse Subcomitê deve prestar assistência aos países para a criação e para a efetivação do Mecanismo. Inclusive o Subcomitê de Prevenção da Tortura já visitou o Brasil, em setembro de 2011, e, aqui, fica, inclusive, nossa crítica de que o País ainda não publicou o relatório produzido pelo Subcomitê. As organizações da sociedade civil vêm cobrando a publicação desse relatório, de forma incisiva, o que ainda não foi feito. Mas também, em outros momentos, inclusive neste momento, o Subcomitê já fez um assessoramento técnico, fez encontros com as autoridades brasileiras sobre o Mecanismo, como implementá-lo, quais são as suas características, e fizeram essa troca técnica.

A necessidade de formar o Mecanismo do Subcomitê, esse Protocolo, traz essa visão de que, se os locais de detenção são, por definição, fechados para a sociedade, são locais que facilitam a prática da tortura, exatamente em razão do seu fechamento. As pessoas que ali estão privadas de liberdade estão numa posição mais vulnerável do que as demais e, por isso, são mais vitimadas: tortura, maus-tratos e outras violações de direitos humanos que ocorrem nesses ambientes com tanta frequência, infelizmente.

Esses abusos podem ocorrer por diversas razões – por negligência, por falta de recursos, por falta de treinamento dos funcionários – e, sem um monitoramento externo independente – porque aí que está o toque desses órgãos, que são independentes e externos –, esses abusos podem ocorrer de forma livre. Difícilmente, ficamos sabendo de uma denúncia de

tortura. A Pastoral Carcerária – depois o José também vai falar sobre isto – tem essa experiência de estar em todas as unidades prisionais, e até eles têm dificuldades com as denúncias de tortura.

Então, a lógica é esta: que a possibilidade de receber essas visitas externas, sem aviso prévio, já tenha um efeito dissuasório muito grande.

Além disso, nas visitas, os peritos, que são especialistas no tema, de diversas áreas dos órgãos desse Mecanismo, e que já têm um olhar clínico e já conhecem essa realidade, realizam uma entrevista, fazem a visita e têm o dever de formular uma recomendação que seja realista e prática para a prevenção da tortura – o que é muito interessante –, em diálogo com as autoridades: “Olha, isso é realizável; em qual prazo a gente pode conseguir isso; isso já vai melhorar.” E isso é uma obrigação tanto do Subcomitê, nesse relatório que ainda está obscuro e que o Brasil ainda não publicou, quanto dos mecanismos, nas visitas regulares, uma vez que foi aprovado esse projeto de lei e, mais do que isso, que foi implementado realmente. Não basta só aprovar a lei, tem que, depois, colocá-la em prática. Em outros Estados, passamos por esse problema, porque têm a lei aprovada, mas ainda não têm o Mecanismo em funcionamento.

Por isso que, após cada visita, tanto o Subcomitê quanto o Mecanismo Nacional produzem um relatório onde relatam a situação encontrada e formulam as suas recomendações. Esse relatório é uma ferramenta muito importante para construir esse relacionamento cooperativo com as autoridades.

Então, vocês podem ver que a lógica toda é da cooperação, é do diálogo, é da prevenção; não é da punição, não é da crítica, não é da responsabilização, também, mas o foco é a prevenção. E também é um importante instrumento de avaliação das melhorias do que, hoje, são ambientes muito fechados dentro dos quais não acompanhamos o que acontece. E a intenção é justamente criar uma relação duradoura, que seja pautada nesse diálogo e na cooperação, para que essas recomendações sejam implementadas. Isso que é importante.

Para promover esse clima de respeito mútuo, de confiança e de colaboração, os relatórios produzidos pelo Subcomitê de Prevenção da Tortura, da ONU, diferentemente dos produzidos pelos mecanismos nacionais, são entregues ao Estado de forma sigilosa, e cabe ao país decidir pela sua publicação ou não. Infelizmente, o Brasil ainda não tornou público esse relatório, apesar de todas as cobranças que a sociedade civil vem fazendo, o que é inadmissível no atual contexto brasileiro: a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação Pública, na semana passada;

a participação do Brasil no *Open Government Partnership*, que é uma coalizão dos Estados de transparência, onde o Brasil assumiu um papel de liderança, com a Presidente Dilma; e o peso que o Brasil vem assumindo na comunidade internacional não podem mais deixar um documento desses na gaveta. Isso é de conhecimento público.

Outro tópico que gostaria de destacar, para encerrar, como disse, é que os Estados podem criar seus próprios mecanismos. Estamos nessa luta, no Estado de São Paulo, já há bastante tempo, para que seja criada, mas estamos encontrando uma grande resistência...

Já foi criado um grupo de trabalho, no âmbito da Secretaria da Justiça, para debater uma minuta de projeto de lei elaborado pela sociedade civil, mas agora, recentemente, nesse grupo de trabalho, um procurador emitiu um parecer contrário à criação do mecanismo estadual, e um dos seus argumentos utilizados é de que tem que aguardar a criação do Mecanismo Nacional, em âmbito nacional. Na verdade, o Rio de Janeiro – depois, a Sandra Carvalho vai apresentar – é o maior exemplo da falácia desse argumento. Lá está funcionando normalmente o Mecanismo, não precisa aguardar. O Protocolo não cria nenhuma restrição à criação do Mecanismo Nacional.

Então, está clara essa falta de vontade política e do interesse de criar um mecanismo estadual no Estado de São Paulo, o que já é muito grave, principalmente se considerarmos ainda as dimensões e o peso que o Estado de São Paulo tem no contexto nacional. Se falarmos apenas de presos adultos, temos um terço da população prisional do País, com mais de 180 mil presos, e não estou nem falando dos adolescentes, dos hospitais psiquiátricos, dos locais de recolhimento de idosos e de todas essas outras instituições.

Então, encerro, aqui, com esse apelo também para que o Estado de São Paulo, com seriedade, assuma a criação do seu mecanismo, e, mais uma vez, parabenizando a Comissão pela iniciativa. Espero que o Congresso Nacional também aprove o Mecanismo Nacional o mais breve possível, para que realmente o Brasil seja um país que possa se mostrar como um país comprometido com a prevenção da tortura.

É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento a Vivian Calderoni, advogada da Conectas Direitos Humanos, dizendo, Vivian, que, de fato, recebi, aqui, uma delegação de homens e mulheres comprometidos com essa luta, que veio me visitar, de diversos países, e o resultado que passaram para mim também foi assustador. Não foi fechado, mas você falou, e vou dizer aqui: eles dizem que a situação dos presídios, no Brasil, é uma das piores do mundo. Foi a

informação que recebi, aqui, pelo menos da América Latina. A situação dos presídios, aqui, é algo terrível, nunca visto. Por isso, meus cumprimentos pelo trabalho que vocês vêm fazendo. Acho que essa ideia – entre tantas muito bem colocadas, e vamos ver a partir também desse PL que estamos debatendo – de que seja assegurada a visita externa, sem nenhum tipo de aviso, a qualquer momento, é uma forma, no mínimo, de que eles fiquem mais espertos, no bom sentido, não cometendo esse tipo de crime. É claro que combatemos, aqui, todo tipo de violência.

Muito bem. Meus cumprimentos a você pelo trabalho apresentado.

Passamos a palavra, agora, à Diretora da Oficina para América Latina da Associação para Prevenção da Tortura da Cidade do Panamá. Em seguida, teremos mais uma Mesa, que será composta pelo José Filho, Assessor Jurídico da Pastoral Carcerária, e também pela Sandra Carvalho, Diretora Adjunta da Justiça Global.

Estamos esperando a presença de um terceiro convidado.

Por favor.

A SRA. SYLVIA DIAS – Bom dia a todas e a todos. Em nome da Associação para a Prevenção da Tortura, gostaria de, primeiramente, cumprimentar meus companheiros de mesa, Vivian Calderoni, Deputado Miki Breier, e, claro, agradecer, e também parabenizá-la, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, particularmente na pessoa do Senador Paulo Paim, por convocar esta audiência pública, trazer esse tema à discussão e também por me convidar para estar, aqui, hoje, e poder participar e intervir neste espaço, que é um espaço, como disse a Vivian, extremamente importante para podermos discutir o Projeto de Lei nº 2.442, que tramita atualmente na Câmara dos Deputados e que vem exatamente instituir o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Gostaria também de realçar, aqui, a necessidade de esse projeto de lei ser discutido e aprovado com a maior urgência possível, tendo em vista a situação, que não é mistério nem segredo para ninguém, realmente de tortura extremamente presente no País, no Brasil, essa situação de violência institucional, que é cotidiana ainda na realidade brasileira, e a situação degradante e desumana dos presídios, das penitenciárias e das delegacias, em todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Inclusive falarei, mas, com certa tristeza, do Rio Grande do Sul, que tem um dos casos mais graves. Parece até que tivemos uma denúncia, agora, junto à ONU, parece que estão levando uma denúncia...

A SRA. SYLVIA DIAS – Para a OEA.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para a OEA.

Desculpe-me o aparte. Mas é para dizer que, lamentavelmente, temos que dizer que o caso do Rio Grande do Sul é um dos mais graves do País.

A SRA. SYLVIA DIAS – Exatamente. Por isso que viemos aqui e, por isso, que acreditamos que esse projeto de lei, a criação desse Mecanismo, deveria ser uma das prioridades do Congresso Nacional, desta Casa.

Na minha apresentação, vou tentar responder, de maneira bem resumida e concisa, a três perguntas.

A primeira é: de onde surge a obrigação do Estado brasileiro de criar esse Mecanismo Nacional de Prevenção, que a Vivian já abordou um pouco?

Também vou tentar responder à segunda pergunta, que é: como está atualmente o estado de situação da implementação desse Mecanismo, da criação desse Mecanismo ao redor do mundo, mais particularmente no continente americano?

E a terceira pergunta é: como, então, vem funcionando esse Mecanismo nos países onde já existe, já está em funcionamento? Como eles funcionam e o que eles trazem de novo para o combate à tortura?

Gostaria só de começar, lembrando que estamos falando, aqui, tendo como foco a prevenção à tortura e aos maus-tratos, aos tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, e que isso é uma obrigação do País, do Estado brasileiro, e não é uma obrigação nova. Na verdade, é uma obrigação que surge, no Brasil, desde 1989, quando o Brasil ratificou a Convenção contra a Tortura das Nações Unidas. E, nesse momento, o Brasil se comprometeu a implementar diferentes tipos de medidas para combater a tortura, combater a violência institucional, que é investigar, sancionar, reparar, uma vez que já tenha ocorrido a prática da tortura, as vítimas que sofreram essa violação e, além disso, prevenir. Então, desde 89, desde a Convenção da Tortura, que já está bem claro que é necessário, na verdade, a implementação e a execução de medidas de diferentes enfoques, para que se tenha, na verdade, uma luta efetiva que possa causar um impacto de terminar e erradicar a tortura e os tratamentos cruéis, desumanos e degradantes.

Então, resta claro que a prevenção não é uma faculdade, não é uma discricção do Estado brasileiro em, talvez, querer prevenir ou não. Não, é um dever. Prevenir é um dever, é uma obrigação de todos aqueles que são partes da Convenção contra a Tortura, que, no caso, o Brasil é desde 1989.

É nesse marco da prevenção, então, que, 22 anos depois, surge uma nova ferramenta, surge um Protocolo Facultativo a essa Convenção contra a Tortura, exatamente por reconhecer que a prevenção exi-

ge, além das medidas judiciais, também medidas de outro cunho, como medidas administrativas, medidas educativas, medidas legislativas, para que se tenha um evitar, para que se possam impedir atos de tortura.

E é nesse sentido que o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura vem estabelecer uma ferramenta para que os Estados possam efetivamente evitar que ocorra tortura nos seus territórios. Então, como a Vivian já falou, esse não é um tratado que vai estabelecer novos *standards*, não vai estabelecer uma nova normativa de condições de detenção, mas vem, na verdade, entregar aos Estados uma ferramenta de trabalho para que eles possam aplicar, executar as normas, os *standards* que já existem e que já são obrigações.

Então, o que estabelece esse Protocolo? Estabelece exatamente um sistema de visitas regulares, não anunciadas, a todos os lugares de detenção, a todos os lugares de privação de liberdade, que vão ser efetuadas por órgãos nacionais e internacionais independentes, exatamente com o cunho, com o objetivo de verificar as condições de detenção nesses locais e também de, assim, criar um efeito dissuasivo de impedir que a tortura aconteça.

E o Brasil se comprometeu a participar desse sistema. O Brasil, em 2007, tomou a decisão política de participar desse sistema de monitoramento dos lugares de privação de liberdade. Isso foi em janeiro de 2007. O Brasil ratificou esse Protocolo. E o que aconteceu a partir desse momento? Ele assumiu esse compromisso, então, de criar, aqui, nacionalmente, um ou mais mecanismos nacionais de prevenção à tortura que vão realizar esse monitoramento específico, permanente e contínuo de todos os locais de privação de liberdade.

Agora, o Protocolo diz que o Estado se compromete a isso dentro de um prazo, e o prazo é de um ano. Ou seja, em janeiro de 2008, o Brasil deveria ter já implementado esse Mecanismo Nacional de Prevenção, mas, até hoje, não o fez. Estamos, aqui, hoje, em maio de 2012, ainda discutindo, quatro anos depois, discutindo a aprovação do Projeto de Lei nº 2.442.

Nós, obviamente, a partir da comunidade internacional, reconhecemos que esse é um processo complexo. Claro, você decidir, num país, como funcionará esse Mecanismo, qual a estrutura desse Mecanismo, realmente não é uma decisão fácil, é algo que tem que ser estudado, analisado; tem que ser levado em conta o contexto político, social e jurídico do país, o que, inclusive, foi feito com boa prática pelo Governo brasileiro com a instituição do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que foi um comitê interinstitucional e que envolveu a sociedade civil. A sociedade civil participou desse Comitê e fez uma longa

discussão de qual seria o melhor modelo. Então, isso tudo realmente reconhecemos como uma boa prática e como um exemplo de se querer criar algo que possa ter um impacto real.

Porém, já faz cinco anos que se discute isso. Então, acho que é realmente uma questão, agora, de mostrar um real compromisso, uma real vontade política de colocar em prática essa obrigação internacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – São vidas que estão sob tortura.

A SRA. SYLVIA DIAS – Sim. E muita coisa poderia ser evitada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Venceu em janeiro de 2008.

A SRA. SYLVIA DIAS – Isso. E acho que muito do que vemos, hoje em dia, poderia estar sendo evitado se esse Mecanismo já estivesse em funcionamento.

Só para que vocês tenham uma ideia do panorama atual de ratificação, no mundo, temos 62 países que já ratificaram esse Protocolo...

Esqueci de mencionar: esse Protocolo foi aprovado pela Assembleia Geral da ONU, em 2002, e entrou em vigor em 2006. Só para também colocar o marco temporal.

Então, são 62 países, dos quais, 14, na América Latina, já ratificaram. Desses 14, temos 7 países que já designaram seus mecanismos nacionais de prevenção, que são Costa Rica, Chile, Guatemala, Honduras, México, Paraguai e Uruguai. Então, como podemos ver, infelizmente, o Brasil está nos 50% que ainda não cumpriram sua obrigação no continente americano.

Gostaria de dar dois exemplos de funcionamento do Mecanismo, antes, porém, quero ressaltar, uma vez mais, o que a Vivian também já mencionou, da questão do aspecto preventivo. Esse não é um mecanismo baseado em denúncia, não é um mecanismo baseado em casos individuais, mas é muito mais um mecanismo que vai fomentar uma discussão, vai fomentar um enfoque sistêmico de tentar descobrir e discutir as causas da tortura, tentar identificar situações que criam um ambiente mais favorável à tortura, violência institucional, e mudar exatamente essas causas, agir sobre essas causas.

Cito, por exemplo, o caso de Honduras, do Mecanismo Nacional de Honduras, que entrou em funcionamento já faz um ano e meio, dois anos, mais ou menos, e que teve, agora, por exemplo, um papel muito importante na aprovação da nova lei do sistema penitenciário hondurenho, que, até então, infelizmente, não existia, com uma lei própria. O sistema penitenciário hondurenho ainda era administrado pela polícia, ele não tinha, por exemplo, uma carreira de agente penitenciário de caráter civil. E agora, em maio, faz duas

semanas, aprovou-se uma lei do sistema penitenciário nacional, que foi extremamente debatida com o Mecanismo Nacional, que teve um papel importante no Congresso, de trabalhar com os deputados para conseguir a aprovação dessa lei.

Além disso, o Mecanismo também fez um trabalho importante de formação e capacitação com a polícia, com diretores de prisões, diretores de penitenciárias. Então, eles também fazem um trabalho de educação e de formação em direitos humanos. É interessante ver o cunho do trabalho desse Mecanismo, que não é de levar um caso de denúncia, por exemplo, criminal, mas vem pensar em marcos normativos, pensar em políticas públicas e incidir nesse nível.

Também quero mencionar o exemplo da Costa Rica, que estabeleceu uma unidade de Mecanismo de Prevenção à Tortura, já faz uns três anos, no âmbito da Instituição Nacional de Direitos Humanos, da Defensoria dos Habitantes.

E, recentemente, eles fizeram um trabalho bem interessante de um estudo das razões da superpopulação carcerária, na Costa Rica, que, na verdade, era algo que não existia. Em cinco anos, houve um crescimento da população carcerária, em mais de 20%. Então, em cinco anos, não existia essa população, e, agora, sim. Procuraram buscar por que isso estava acontecendo e descobriram que tinham sido aprovadas leis que tiveram impacto direto nisso: uma lei de um tratamento sumário, uma lei de flagrância, que possibilitava um tratamento sumário de casos criminais; também o aumento do uso da prisão preventiva; além, também, da falta de investimento público na construção de novas unidades.

Então, esse Mecanismo está também trabalhando junto aos legisladores para reformar essas leis; junto ao Judiciário, para repensar como aplicar essas leis; e também junto à Secretaria de Administração Penitenciária, sobre como usar os recursos para a construção de novas unidades.

É um trabalho de diálogo com os diferentes operadores de justiça, com os diferentes atores que têm um papel no sistema de justiça criminal.

Antes de finalizar, também só queria relembrar que o Brasil vai estar, esta semana, sexta-feira, perante a ONU, sendo examinado no exame periódico universal, e certamente o Brasil será demandado sobre a implementação do Mecanismo, certamente o Brasil será perguntado sobre os outros Estados, como está a implementação nos espaços que estão sendo tomados. Esperamos que talvez, nessa esfera, isso possa ajudar também o Estado brasileiro a demonstrar o seu compromisso com essa matéria.

Somente para concluir, queria lembrar quatro pontos do que falei aqui:

1. A prevenção à tortura e aos maus-tratos não é, como disse, uma descrição, uma faculdade do Estado brasileiro, mas sim uma obrigação, tanto pela Convenção quanto pelo seu Protocolo Facultativo.

2. Esse mecanismo de vigilância e de monitoramento, que seria o Mecanismo Nacional de Prevenção, que estabelece o Projeto de Lei nº 2.442, tem esse cunho preventivo: abordar as causas, buscar o porquê e trabalhar junto com os demais atores em como mudar a estrutura do sistema de justiça criminal, como mudar leis, reformas políticas que possam alcançar uma redução ou a erradicação da violência institucional e da tortura.

3. O Projeto de Lei nº 2.442 é o resultado de um diálogo aberto e participativo feito no âmbito do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Reconhecemos que foi um trabalho de muitos anos, de criar algo que realmente possa vir a funcionar no Brasil e que possa ser efetivo. Porém, agora é urgente. É urgente que, com quatro anos de atraso, isso tramite no Congresso Nacional e seja aprovado.

4. Já existe um exemplo, no âmbito estadual, de aplicação desse Protocolo, que é o exemplo do Mecanismo no Estado do Rio de Janeiro, que já está em funcionamento, lembrando o que já disse a Vivian e sobre o que vai falar um pouco mais a Sandra Carvalho. Então, é interessante ver que existe e que funciona. Esperamos que, agora, isso possa refletir no âmbito nacional.

Só para finalizar, também quero fazer um apelo pela publicação do relatório do Subcomitê da Prevenção da Tortura das Nações Unidas, que veio ao Brasil, visitou centros de privação de liberdade, se não me engano, em quatro, cinco Estados. O relatório já foi apresentado ao Governo brasileiro, em fevereiro deste ano, porém, infelizmente, ainda não foi publicado, ainda não é de conhecimento público. Esperamos que o Governo publique esse relatório.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só uma perguntinha: quem está de posse desse relatório, além do Governo?

A SRA. SYLVIA DIAS – Quem além do Governo? O Subcomitê de Prevenção da Tortura. Mais ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quem sabe o Subcomitê vem, aqui, na Comissão, e apresenta aqui.

A SRA. SYLVIA DIAS – Não, não pode. É porque, pelo Protocolo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu já queria publicar, aqui; se não publica lá, publica aqui.

A SRA. SYLVIA DIAS – Não, pelo Protocolo, existe esse caráter de confidencialidade, que pertence ao Governo, e o Governo tem realmente a discricção de publicá-lo ou não. Mas, enquanto o Governo não autorizar a publicação, o Subcomitê não pode publicar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu acho que foi esse mesmo Subcomitê que esteve aqui, dialogando comigo numa reunião fechada. E os dados são assustadores. Por isso é que também quero fazer um apelo: tem mais é que publicar a realidade, a realidade com a maior transparência, em qualquer país do mundo, quando se trata de direitos humanos. Então, faço esse apelo para que seja publicado. E, aqui, o meu apelo também.

E fiquei chocado também com este dado que você deu: de que estamos entre os 50% dos países do mundo que ainda não...

A SRA. SYLVIA DIAS – Do mundo, não, foi do continente americano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Do continente americano...

A SRA. SYLVIA DIAS – Não fiz a conta para o mundo, mas, no continente americano, sim. Temos 14 que ratificaram; 7 que já estão cumprindo. E o Brasil está entre os 7 que ainda não cumpriram.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que não estão cumprindo.

A SRA. SYLVIA DIAS – Não. E foi um dos primeiros a ratificar, o que dá um pouco de tristeza, porque foi logo um dos primeiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse cuidado temos que ter, pessoal, porque falamos, falamos em direitos humanos e combate à tortura, e esses dados... Sou da Base do Governo, mas me preocupa isso. E não tem como, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, concordar com isso. Não dá.

A SRA. SYLVIA DIAS – Ainda mais, como a Vivian também já falou, o Brasil tem atualmente uma posição, vem ganhando cada vez mais uma posição realmente de liderança regional, de destaque, sobretudo na questão de direitos humanos. Realmente é uma pena que, nesse ponto, o Brasil ainda não possa tomar esse passo, que seria importante para que outros países que ainda não cumprem também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero lamentar que o Dr. Bruno Renato Teixeira, Ouvidor Nacional dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, não tenha chegado até agora. Não sei se já chegou, mas

que bom seria se chegasse, aqui, a tempo. Ele, que confirmou presença, mas ainda não chegou, falaria, aqui, em nome da Ministra Maria do Rosário. Seria boa a sua presença, porque ele poderia levar o que os painelistas, aqui, colocaram, e a nossa posição também, e teríamos a oportunidade de ouvi-lo dizer por que, até hoje, nada foi feito nesse sentido.

Então, fica, aqui, um apelo, ainda, pois a audiência vai continuar, para que o Dr. Bruno Renato Teixeira, Ouvidor Nacional dos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que falaria em nome da Ministra Maria do Rosário Nunes, venha à Comissão posicionar-se sobre esse tema. Nós, que estamos sempre aqui elogiando os trabalhos da Ministra, achamos que o Bruno deveria vir.

Muito bem, vamos à segunda Mesa.

Eu pediria aos meus três convidados que voltassem para a primeira fila, aqui.

Para a segunda Mesa, gostaria de chamar o Dr. José Filho, Assessor Jurídico da Pastoral Carcerária, e também a Dra. Sandra Carvalho, Diretora Adjunta da Justiça Global.

Peço aos três que se sentem, aqui, na primeira fileira, porque vão usar a palavra novamente. Mas, neste momento, ouviremos o Dr. José Filho, Assessor Jurídico da Pastoral Carcerária, e, em seguida, a Dra. Sandra Carvalho, Diretora Adjunta da Justiça Global.

Aproveito este momento, antes de iniciar a fala o Dr. José Filho, para dizer que li, nesse fim de semana – e fiquei, não digo chocado, porque estamos há tanto tempo neste caminho de combate aos preconceitos e ao trabalho escravo –, uma matéria de destaque na revista *Istoé*, cujo título é “Escravidão sem fim”, que diz o seguinte:

Enquanto os Deputados se recusam a votar a lei que pune o trabalho escravo, novos casos de abuso se repetem no País. O último envolve a rede Gregory de moda feminina.

Na semana passada, a Câmara dos Deputados mostrou que sua sintonia com a sociedade não está bem afinada. Pela segunda vez em menos de 15 dias, parlamentares de todas as matizes políticas adiaram a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 438, já aprovada pelo Senado.

Por isso que há uma matéria do Diap, no dia de hoje, em que o Toninho, perguntado entre o Senado e a Câmara, diz que o Senado, que muitos dizem que tem um viés conservador, está muito mais avançado, e numa série de temas, do que a Câmara dos Deputados, inclusive porque aprovou a PEC do Trabalho Escravo, aprovou um Código Florestal que a Câmara dos Deputados acabou mutilando; acabando, para mim. Sou favorável àqueles que dizem que tem que vetar tudo,

a partir do que aconteceu lá. A Presidente que vai decidir, mas, pelo menos, um veto parcial tenho certeza de que vai acontecer.

Aqui, diz também, usando o trabalho escravo e tal:

Trata-se da lei que prevê a expropriação de imóveis rurais e urbanos, cujos donos sejam flagrados usando o trabalho escravo. Para procurar justificar os seguidos adiamentos, líderes de vários partidos dizem que a dificuldade está em definir o que é trabalho escravo. Um discurso que não encontra respaldo na realidade. O Ministério do Trabalho e Emprego tem regras muito claras que determinam como deve ser a relação entre empregadores e empregados. Ao fugirem do tema, os deputados parecem ignorar que, em pleno século XXI, ainda existe no Brasil situação de escravidão. E não são apenas casos isolados nos rincões do País. As fiscalizações do Ministério têm encontrado esse tipo de prática em grandes centros urbanos e a serviço de fortes grupos econômicos. Este mês, os fiscais encontraram 12 trabalhadores submetidos a condições semelhantes às da escravidão em São Paulo e em Itaquaquecetuba, no interior paulista. São bolivianos que produzem peças para a marca de roupas femininas Gregory, presentes nos principais shopping centers do País.

E, aqui, depois, descreve detalhadamente a situação do trabalho escravo também nos centros urbanos.

Então, fica, mais uma vez, o nosso repúdio, já que estamos, aqui, debatendo o combate à tortura. Trabalho escravo também é tortura. É inadmissível que alguém seja favorável ao trabalho escravo no Brasil e no mundo, porque, quando você é contra a PEC do Trabalho Escravo, você é a favor da manutenção do trabalho escravo.

Passo a palavra, de imediato, ao Assessor Jurídico da Pastoral Carcerária, Dr. José Filho.

O SR. JOSÉ FILHO – Muito obrigado. Bom dia a todos. Quero agradecer o convite, na pessoa do Senador Paulo Paim, e manifestar a satisfação da Pastoral Carcerária de estar aqui e falar do Mecanismo.

Quero aproveitar justamente para recordar que o Mecanismo é um mecanismo de monitoramento de locais onde as pessoas estão privadas de sua liberdade. Podem ser locais públicos ou privados. Isso significa que o Mecanismo terá o papel também de fiscalizar, inspecionar e tentar encontrar lugares onde provavelmente as pessoas estão em situação análoga à de escravo. Então, isso é bom e importante recordar, porque qualquer lugar onde uma pessoa esteja sem poder deixá-lo por sua própria vontade é local de privação de liberdade, e o Mecanismo deve visitar.

É importante esse dado a respeito do trabalho escravo, justamente porque há lugares realmente onde

as pessoas estão sendo escravizadas, sofrendo violência, e de onde não podem sair.

Então, o Mecanismo, a princípio, de acordo com o Protocolo Facultativo, teria também essa incumbência de visitar.

Como foi falado já da implementação, no âmbito internacional, pela Sylvia, e como foi falado já de alguns aspectos da implementação dos Estados pela Vivian, eu gostaria de falar rapidamente sobre a implementação do Mecanismo no Brasil.

Na verdade, janeiro de 2007 foi quando o Brasil ratificou o Protocolo. Mas, em 2006, o Governo Lula já havia criado o Comitê. Então, quando o Governo Lula, quando o Presidente Lula publicou o decreto criando o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, para dar segmento ao processo de implementação do Mecanismo, nós dissemos: “Olha, quando o Brasil ratificar o Protocolo Facultativo, nós já vamos estar praticamente com o Mecanismo implementado.” Então, era essa a nossa expectativa em 2006. No entanto, foi justamente o contrário; vimos, ao longo dos anos, essa expectativa sendo frustrada. E, hoje – já estamos em 2012, ou seja, seis anos depois do momento em que o Presidente Lula expediu o decreto –, ainda estamos aguardando e sonhando com a implementação do Mecanismo. Então, houve a ratificação, como já foi mencionado, em janeiro de 2007, e creio que tenha sido depositado, na ONU, em fevereiro de 2007.

Nós trabalhamos na redação do texto, e eu sou também membro do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. A APT, junto com a Pastoral Carcerária, com a Secretaria de Direitos Humanos, mas principalmente liderada por essa e pela coordenadoria do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, realizaram uma série de oficinas, coordenando, capacitando agentes públicos, defensores públicos, juízes, promotores, policiais, agentes penitenciários. Creio que foi mais de uma dezena de oficinas, capacitando e conscientizando sobre a importância da implementação do Mecanismo, ao longo desses anos. Houve um trabalho extraordinário, muita gente foi envolvida nisso, muitos recursos públicos foram envolvidos nisso, com a expectativa de que teríamos, então, esse Mecanismo implementado.

E, aí, qual era a principal característica do texto que foi redigido no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura? A principal característica era a garantia da independência para o Mecanismo. O que previa? Previa um processo de composição aberto e participativo, de modo que o Comitê, que está também previsto na lei, seria composto por membros do Governo, que seriam escolhidos pelo Governo, e por membros da sociedade civil, que seriam escolhidos

pela sociedade civil. Esse Comitê seria formado, a partir de um processo de seleção pública, num processo republicano, do qual poderia participar qualquer pessoa com qualificação necessária para o funcionamento do Mecanismo. Porque é isso que diz o Protocolo Facultativo, no seu art. 18.4, que menciona os Princípios de Paris e que é expresso ao dizer que os organismos e as instituições de direitos humanos nacionais devem ser compostos a partir de um processo público e participativo.

Então, assim foi redigido. Nós, a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério da Justiça e o Ministério do Planejamento estávamos de acordo de que aquele era o melhor texto. No entanto, quando chegou à Casa Civil, esta entendeu que não, que o Presidente da República, a Presidenta da República deveria escolher os membros do Comitê, e os membros do Comitê escolhem os membros do Mecanismo.

Para nós, isso foi um retrocesso. Nós trabalhamos para garantir um mecanismo independente, realmente independente, a partir de um processo público, um processo de composição pública, e infelizmente o Palácio do Planalto entendeu que não, que deveria o Presidente da República... E nós temos experiências que não são boas, de muitos conselhos, no Governo Federal, cujas nomeações são políticas. Você tem um comprometimento desses conselhos e desses organismos, quando a nomeação é puramente política.

Na verdade, prevíamos também uma parte política, aqui, que era justamente a metade. Onze membros do Comitê seriam nomeados politicamente. O Ministro da Justiça, ou a Secretaria de Direitos Humanos, nomearia quem bem entendesse ali. Mas os 12 membros da sociedade civil seriam eleitos pela própria sociedade civil. E os membros do Mecanismo, não. Como ele está previsto no Protocolo Facultativo, e o Protocolo Facultativo é bem expresso, ao dizer que deve haver participação pública, e os Princípios de Paris são bem expressos, ao dizerem que a participação do Governo só é em caráter consultivo nas instituições de direitos humanos, nós criamos um procedimento, no texto, para que o Mecanismo fosse independente, realmente independente.

Hoje, o texto que está no Congresso Nacional, que aguarda aprovação da Câmara, não garante independência, abre espaço para o apadrinhamento, para o favor, para o corporativismo e para o uso inadequado dos recursos públicos, porque os membros do Mecanismo serão remunerados. Salvo engano, é DAS-5, que é um valor relativamente alto.

Então, não podemos criar um Mecanismo que possa ser composto a partir de nomeação política. Isso é muito sério e vai comprometer a independência e a

imparcialidade desses membros. É fundamental que o Congresso Nacional reveja esse texto e emende esse texto, para garantir o Mecanismo.

Podemos passar, então, para a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para nós, aqui, são sugestões que aproveitamos depois no debate da matéria.

Então, a sua sugestão é que se faça uma emenda no sentido de...

Para ficar bem claro para a sociedade.

O SR. JOSÉ FILHO – De garantir a independência no processo de composição do Mecanismo. É necessário fazer uma emenda no PL nº 2.442, para garantir independência no processo de composição, ou, ao menos,...

O texto do Rio de Janeiro garante a independência; as propostas de São Paulo, da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas garantem, de certa forma, a independência. A proposta original da Secretaria de Direitos Humanos garante essa independência. Tudo o que tem que fazer é retornar ao texto original, ao projeto original. E isso é fundamental. Não sabemos por que, acho que talvez a Presidenta não tenha sido bem informada, porque tenho certeza de que, se ela fosse bem informada da importância de se garantir a independência, ela teria garantido a independência também. Mas acreditamos que não chegou até a Presidenta esse dado.

Então, como eu já dizia, para a implementação do Mecanismo, para que ele seja efetivo na prevenção e no combate à tortura, deve haver um processo de composição aberto e participativo, conforme os Princípios de Paris.

É fundamental que haja a independência financeira e a dedicação exclusiva. Você não pode fazer como muitos outros mecanismos que, uma vez por mês, você lembra que existe e do qual é membro, e vai fazer uma visita. Não. Nesse Mecanismo, tem que haver dedicação exclusiva e permanente no monitoramento de locais de privação de liberdade. Recordando, local de privação de liberdade em sentido amplo: manicômios, a Fundação Casa, Febens, hospitais psiquiátricos, até escolas e centros terapêuticos, essas novas comunidades terapêuticas que têm sido também centros de tortura. Há uma série deles, inclusive essas fazendas, esses lugares, essas fábricas, esses porões, no Brás, onde moro, em São Paulo, de onde sempre ouvimos histórias a respeito de bolivianos que estavam trabalhando lá como escravos.

Então, ele tem que ter esse poder de entrar, de ingressar nesses lugares e inspecionar para verificar se há ou não violência contra essas pessoas. Independência funcional é fundamental, e o que garante isso é

justamente esse processo aberto e algumas imunidades – imunidades, aqui, em sentido amplo; não é aquela imunidade que está prevista para os parlamentares e para alguns membros do Executivo, é imunidade no sentido de, no exercício da sua função, ele não poder ser restringido, não poder sofrer coação alguma, ameaça alguma, nem retaliação.

Acesso irrestrito aos locais de detenção. Não pode haver acesso sem prévio aviso.

Podemos passar para a próxima.

Poderes e prerrogativas. O livre exercício das suas funções, acesso irrestrito, sem prévio aviso, dedicação plena, elaboração de recomendações e supervisão dessas à capacidade. Por exemplo, se uma autoridade recebeu a recomendação, está de acordo com a recomendação e não a implementou, o Mecanismo tem que ter condições de cobrar e exigir a implementação daquela recomendação, sob pena de responsabilização.

Podemos passar, então, para o último.

Continuando, os poderes supõem o acesso a todos os locais de privação de liberdade, acesso a todas as instalações, acesso a todas as informações de documentos pertinentes, acesso a todos os privados de liberdade. Esse acesso deve ser irrestrito, a todas as pessoas privadas de liberdade. E deve haver a liberdade de conversar, coletiva e individualmente, de forma confidencial, com os privados de liberdade.

Muito obrigado.

Era isso o que gostaríamos de falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. José Filho, Assessor Jurídico da Pastoral Carcerária, que faz, aqui, uma série de afirmações, entre as quais, a independência do PL. Se o PL não tiver independência, tudo continuará como está.

E vamos nos comprometer a fazer essa emenda, aqui, no Senado, se ela não for feita, lá na Câmara. Faremos, em nome da Comissão de Direitos Humanos.

Passo a palavra, neste momento, à Diretora Adjunta da Justiça Global. Dra. Sandra Carvalho está com a palavra.

A SRA. SANDRA CARVALHO – Bom dia a todas e a todos. Agradeço muito o convite e também parabênz o Senador pela iniciativa de propor este debate, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, do Senado.

Então, vou trazer, um pouco, para vocês, a experiência do Rio de Janeiro, que se tornou o primeiro Estado do Brasil a, de fato, implementar o Comitê e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

O processo de criação, tanto de elaboração do projeto de lei que criou o Comitê e o Mecanismo, teve uma grande participação da sociedade civil. Ele foi debatido já muito com essa preocupação de que se fosse garantida uma independência. E a necessidade

era urgente, porque, infelizmente, no Rio de Janeiro, temos uma falta de transparência absoluta do sistema prisional. É muito difícil que a sociedade civil, que órgãos façam visitas de fiscalização. Há anos, só para ilustrar, tínhamos um Conselho da Comunidade muito fortalecido, que fazia visitas, recomendações, elaborava relatórios. Na medida em que esses relatórios eram publicizados, e as mazelas vinham à tona, houve uma iniciativa do Poder Judiciário de dissolver esse Conselho e criar um novo conselho com outras organizações que não tinham um perfil tão combativo. Então, mais uma vez, tivemos o poder de fiscalização, mais a atribuição de fiscalização cerceada. Também não tínhamos, e é muito recente, um conselho estadual de defesa dos direitos humanos, que também tem a prerrogativa de fazer visitas aos estabelecimentos de privação de liberdade. Então, como essa estrutura era muito frágil, vimos, na possibilidade de criação do Comitê e do Mecanismo, um instrumento forte para que esse monitoramento fosse feito, e a tortura enfrentada.

Com um apoio muito grande da APT, que também nos ajudou, desde a concepção de pensar como seria um projeto de lei que garantisse essa independência, e diante do cenário político do Rio de Janeiro, decidiu-se pela apresentação de um projeto de lei em que o Comitê e o Mecanismo ficassem, digamos assim, independentes, mas lotados, não no Executivo, e sim no Poder Legislativo do Estado.

Então, foi apresentado o projeto de lei, a partir da Comissão de Direitos Humanos, mas o projeto é assinado por três Deputados, e o Comitê e o Mecanismo foram instituídos no dia 30 de junho de 2011.

Temos um Comitê com 15 membros, que são representantes do Poder Público e da sociedade civil. Então, temos o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Comissão de Direitos Humanos da Alerj, a Subsecretaria de Direitos Humanos do Governo do Estado, o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, o Conselho da Comunidade, a OAB, o Conselho Regional de Psicologia, o Conselho Regional de Serviço Social, a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência, a Justiça Global, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, o Grupo Tortura Nunca Mais e o Projeto Legal.

No sentido de garantir a independência, no processo de eleição, também foi feito isto: o Poder Público e as organizações nos conselhos indicam os seus representantes, e a sociedade civil se credenciou para eleger os seus membros. Então, tivemos um processo independente de eleição dos membros da sociedade civil.

Constituído o Comitê Estadual, passamos, então, para o processo de abertura das inscrições para

a eleição dos membros do Mecanismo. Foi também um processo público, onde as pessoas apresentaram as suas candidaturas, e esses membros foram eleitos pelo Comitê.

Então, ano passado, dia 9 de dezembro, véspera do Dia Internacional dos Direitos Humanos, foram eleitos seis membros do Comitê. Poderíamos ter eleito representantes da sociedade civil e do Poder Público para integrar, para cumprir essa tarefa, mas, na primeira composição, acabou que o Rio de Janeiro optou, no conjunto da eleição, por escolher seis pessoas oriundas da sociedade civil, mas com uma larga trajetória já no trabalho com a questão da privação de liberdade e enfrentamento da tortura.

Eles têm um mandato que está dividido entre dois e quatro anos: temos pessoas que vão ficar com mandatos de quatro anos; e alguns membros que têm o mandato de dois. Só não me lembro – a Sylvia talvez possa me ajudar – se dois são para quatro anos, e quatro... Eu acho que duas pessoas para quatro...

Ao contrário. Em relação a isso, agora me perdi um pouco.

O que é o problema? Eleitos os membros do Mecanismo, a trajetória não foi tão tranquila assim. Porque, como o José falou, esses membros são remunerados. Então, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro tinha que criar os cargos, dentro da sua estrutura, para remunerá-los. Então, aí, começou um grande embate político de convencimento, foi muito questionado. Nós fizemos, Sylvia, inúmeras visitas aos Parlamentares, com membros da sociedade civil e do Governo do Estado também, para convencê-los da importância de criação desses cargos, para que os membros do Mecanismo efetivamente comessem o seu trabalho.

Isso durou meses. Foram muitos meses de embate. Na nossa avaliação, esses cargos saíram também muito por conta da vinda do Subcomitê de Prevenção da Tortura ao Brasil, que iria ao Rio de Janeiro conhecer a experiência pioneira. Então, nesse meio campo, o Governo ajudou muito. Foi feita uma audiência pública também dos membros do Subcomitê com os membros do Mecanismo, no Rio de Janeiro, muito positiva, onde eles elogiaram essa possibilidade de independência. Foi um momento muito importante que fortaleceu o Mecanismo.

Os membros do Mecanismo passaram por uma capacitação, também oferecida pela APT. Se não me engano, esta semana, eles vão passar por uma outra. A Sylvia tem acompanhado bem de perto lá o Mecanismo.

São seis membros.

Então, nesse meio tempo, que demorou um pouco, eles acabaram quase 6 meses levando, para que

o Governo empossasse, de fato, os membros do Mecanismo.

De lá para cá, temos tido um avanço muito grande. Eles têm realizado diversas visitas, têm enfrentado questões muito sérias no Rio de Janeiro, como, por exemplo, a política de recolhimento compulsório, no enfrentamento ao *crack*, nos abrigos da prefeitura. Também, em decorrência da entrada dos usuários de drogas, de uma forma massiva, no sistema penitenciário do Rio de Janeiro, por conta da Rio+20, da Copa do Mundo, das Olimpíadas, por conta de a cidade estar abrigando esses eventos internacionais, temos tido um encarceramento em massa, hoje, no Rio de Janeiro, e o Mecanismo tem atuado muito fortemente nessas questões.

E aí o Comitê produz os relatórios, que são apresentados nas reuniões mensais do Comitê e que sempre vêm com uma série de recomendações.

No âmbito do Comitê, como nos organizamos? Porque, como Comitê, temos a responsabilidade de implementar e de monitorar a implementação das recomendações.

Então, nós estamos divididos em três grupos de trabalho: um grupo de trabalho do sistema prisional, um grupo de trabalho sobre saúde no sistema prisional e um grupo de trabalho sobre medidas socioeducativas.

Então, divididos os membros do Comitê, a gente divide os relatórios que são produzidos e temos trabalhado pela implementação.

Tivemos agora, na última reunião, a eleição, porque o antigo Presidente do Comitê era o Deputado Estadual Marcelo Freixo, que vai concorrer às eleições municipais; então, a gente antecipou um pouco, e foi feita uma nova eleição para a Presidência do Comitê. E foi eleita a OAB, que agora está na Presidência do Comitê estadual.

Agora, o que a gente tem de fragilidades ainda e que são desafios?

Em termos do monitoramento, o Rio de Janeiro ainda não franqueou aos membros do Mecanismo o registro fotográfico ou de vídeos. Isso é fundamental no nosso entendimento, porque se constitui prova importante nos casos de violações. Isso é ainda uma questão que precisa ser enfrentada, para que a gente consiga que o acesso seja liberado aos membros com máquinas fotográficas, que eles possam, eventualmente, gravar entrevistas com funcionários do sistema prisional e com pessoas privadas de liberdade.

E a outra coisa sobre a qual aproveito para pedir o apoio aqui, Senador Paim, da Comissão de Direitos Humanos, é que nós conseguimos a remuneração dos membros do Mecanismo, mas nós não temos estrutura de financiamento para outras questões que dizem

respeito ao trabalho deles. Então, eles ainda não têm uma sala na Alerj; eles emprestam uma sala da OAB, uma sala da Justiça Global, mas não têm um local. Com isso, eles não têm um telefone, não têm um computador, não têm uma impressora, não têm um carro para se deslocar, e a gente sabe – e no Rio de Janeiro também é assim – que nós temos ainda muitas instituições de privação de liberdade no interior do Estado que ainda não puderam ser visitadas por falta dessa estrutura. Então, esse é um desafio ainda que a gente tem, para conseguir consolidar no Rio de Janeiro um Mecanismo forte, efetivo. E que a gente vê, à luz da experiência desse quase um ano de funcionamento, que tem tudo para ser muito exitoso.

Assim, fica o apelo para que a gente possa fazer uma gestão junto à Presidência da Alerj, para que essas outras condições materiais possam ser oferecidas ao Mecanismo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Sandra Carvalho, pela sua exposição.

Com satisfação, registro a presença conosco do Dr. Bruno Renato Teixeira, que veio aqui me cumprimentar, justificando que só não ficaria porque está numa reunião com a Ministra Maria do Rosário, sobre um trabalho que ela tem de apresentar no LPU. Mas – isso para mim que é importante – ele veio aqui e justificou, e a Dra. Ana Paula Diniz de Melo Moreira vai falar aqui em nome da Ministra e do Bruno Renato Teixeira.

Só queria dizer a você, Sandra, que entendo claramente: esse pessoal que faz parte do Mecanismo de Monitoramento tem que ser remunerado mesmo. E têm que ter estrutura! Se estamos defendendo a vida de milhares de pessoas – é a vida mesmo de milhares de pessoas – se pudermos fazer a devida fiscalização, ou visita surpresa aos presídios... Estou pegando como exemplo os presídios, mas outras áreas também, no trabalhos escravo, que, no meu entendimento, poderia se fazer, ajudando até os fiscais do Ministério do Trabalho.

Eles têm que ser remunerados e tem que haver estrutura, claro. É triste a gente ouvir aqui se dizer que eles não têm um carro para se deslocarem. Um carrinho! Numa estrutura de Estado, você não ter um carro para se deslocar, não ter uma sala para reuniões, não ter um telefone? É meio que para não funcionar. Só receber e não ter estrutura é para não funcionar.

Como eu tenho carinho pelo Governador Sérgio Cabral, que foi Senador comigo aqui, fica o apelo, Senador, a V. Ex^a, que tem dado alguns exemplos. Eu me lembro das cotas, por exemplo. E pelo menos já formou a Comissão, não é? Agora a gente deu o segundo passo, e que esses companheiros, profissionais

em defesa dos direitos humanos – é esse o papel que eles estão desempenhando –, tenham estrutura. Como também em nível nacional, naturalmente.

A gente diz que, neste País, há dinheiro para tudo, mas, para algumas situações, não tem. E é um absurdo que não haja dinheiro na área de direitos humanos para se defender a vida. Eu nem vou falar dos aposentados, pois vão pensar “agora ele vai baixar aquele discurso do fim do fator previdenciário, do reajuste do aposentado”. É que eu acho que o fator é também uma questão de tortura. Mas pelo menos estamos avançando na Câmara agora, e me parece que vai haver um Substitutivo para acabar com o fator. Mas não é o tema de hoje. O tema de hoje é outro.

Então, é com satisfação que passo a palavra, neste momento, à Dra. Ana Paula Diniz de Melo Moreira, que falará representando do Dr. Bruno Renato Teixeira, que veio aqui e justificou que está numa reunião urgente com a Ministra Maria do Rosário Nunes.

A SRA. ANA PAULA DINIZ DE MELO MOREIRA – Bom dia a todos e a todas.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim. É muito bom estar aqui na Comissão de Direitos Humanos, discutindo um projeto que foi originado na Coordenação Geral de Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos, uma construção histórica, com muita consulta à sociedade civil e a participação dos membros do Comitê, como bem explicou aqui o José Jesus Filho, e que hoje se encontra na Câmara dos Deputados para votação em plenário. Estamos aguardando ansiosamente por essa votação.

Eu gostaria de falar um pouco sobre o próprio projeto, porque, além de criar o próprio Mecanismo, ele cria um Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, porque o Mecanismo Nacional, que está sendo a proposta em termos de legislação federal, como bem disse o José, é composto por 11 membros, por 11 peritos, que receberão remuneração realmente. E, para 1.200 estabelecimentos penais no Brasil, não haveria no ano dias suficientes para essas 11 pessoas fazerem o monitoramento. Então, o mais importante, um dos principais avanços desse projeto é criar o Sistema Nacional, que compõe um Comitê Nacional de 23 membros, porque o atual tem 12 membros, 15 membros. São 5 da sociedade civil, 9 da... Então, são 14 ou 15 membros, e é um grande avanço criar um Comitê Nacional, que vai monitorar a política, que tem, entre suas atribuições, a manutenção de um banco de dados; que tem, entre suas atribuições, a discussão e a proposição das recomendações que vão ser feitas pelo próprio Mecanismo.

Então, foi uma construção muito bonita esse projeto, porque ele envolve várias partes e tenta integrar

o combate à tortura realmente como uma política de Estado. E muito nos engrandece, como País, ter uma política pública de Estado nesse sentido.

Entre alguns aspectos que eu gostaria de levantar, realmente está prevista a participação, entre os 23 membros no Comitê, se não me engano, de 12 da sociedade civil, que vai ser a maioria no próprio Comitê. E ressalto a importância dos comitês estaduais, como muito bem colocou a Sandra. Somente três Estados no Brasil possuem leis ou decretos que instituíram Mecanismos Preventivos estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Somente três?

A SRA. ANA PAULA DINIZ DE MELO MOREIRA – Três: Paraíba, Alagoas e Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu ia pedir para você falar exatamente, porque a gente tem de destacar. Que os outros peguem como exemplo.

A senhora pode repetir?

A SRA. ANA PAULA DINIZ DE MELO MOREIRA – Paraíba, Alagoas e Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, fica aqui um apelo aos governadores, cuja maioria eu conheço, para que instalem o comitê com a infraestrutura devida.

A SRA. ANA PAULA DINIZ DE MELO MOREIRA – Quanto a esses três Estados, no caso do Rio de Janeiro, ficou na Assembleia Legislativa. E é muito confusa essa situação também, Senador, porque alguns criaram...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas começaram, pelo menos.

A SRA. ANA PAULA DINIZ DE MELO MOREIRA – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pior os que nem iniciaram!

A SRA. ANA PAULA DINIZ DE MELO MOREIRA – No Rio de Janeiro, ficou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estou aqui pedindo mais força, mas estou também dizendo que aqueles que não iniciaram deveriam iniciar.

A SRA. ANA PAULA DINIZ DE MELO MOREIRA – Sim, e cada um pode até escolher seu próprio modelo. O Rio de Janeiro escolheu colocar o Mecanismo na Assembleia Legislativa, acho que até seguindo o modelo de controle externo que ocorre nos outros países da América Latina, em que há um *ombudsman* ligado às próprias Casas Legislativas, as ouvidorias dos *ombudsmen*, como eles chamam.

Na Paraíba, está ligado à estrutura administrativa. E em Alagoas também, se não me engano, ligado à estrutura administrativa do Estado – não sei se ligado

a alguma Secretaria. A ideia é esta: ligar à Secretaria de Direitos Humanos.

O Mecanismo Preventivo Nacional seria ligado, sim, à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Segue esse modelo. Não é igual ao Mecanismo proposto pelo Rio de Janeiro.

O projeto traz essas inovações. Estou falando meio rápido, porque falo meio de improviso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois fique bem à vontade. O importante é que você está representando a nossa Ministra, pela qual tenho enorme carinho, e ela sabe disso.

A SRA. ANA PAULA DINIZ DE MELO MOREIRA – Realmente, a Ministra tem se empenhado muito nesse trabalho pela aprovação do projeto, inclusive a própria Secretaria vê com muita importância essa inserção numa política de Estado, a continuidade desse trabalho ao longo dos anos e o seu aperfeiçoamento cada vez maior.

E também que nós possamos sanar com o Mecanismo uma série de problemas estruturais que existem no próprio sistema prisional, porque fazendo o monitoramento desse locais é que se estabelece e se pode propor mudanças até mesmo em termos de orçamentos, de planos e programas, para que se solucione uma situação que, só para a situação prisional, são mais de 530 mil presos no Brasil. Além disso, há os manicômios, a situação das pessoas em medidas de segurança, as pessoas que estão em atendimento em hospitais psiquiátricos e, como bem disse o Irmão José, em outros estabelecimentos de dependência química.

Enfim, a intenção e a proposta é realmente de dar um grande avanço nesse sentido e emponderar realmente a sociedade, o Estado brasileiro de um instrumento que possa fazer esse monitoramento tão difícil num País com as nossas dimensões continentais e com tantas diferenças regionais. Sem falar que a questão prisional é um tema que agora está sendo muito mais debatido, o que acredito seja um grande ponto positivo, porque, durante muitos anos, ficou sem investimentos, sem a atuação direta da...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você tem tanta razão que o Governador Tarso Genro, do meu Estado, diz o seguinte: “Parece que só agora que sou Governador que descobriram que existe problema no presídio.”

Você lembra bem: o problema é antigo. E, claro, tem que ser cobrado do governador atual. Mas ele diz: “Pô, é uma questão quase secular de acúmulo, de maus tratos!”. É três vezes mais o número de presos do que o limite que a prisão comportaria. Então, quando ele fala da denúncia que iriam fazer em âmbito internacional, lembro-me da frase dele: “Parece que descobriram

somente neste ano que assumi que tem problema no presídio do Rio Grande do Sul!”. Claro que há problema. Nós temos que olhar para trás, o presente e o futuro.

Por isso que você tem toda a razão em dizer isso. É preciso ver o que foi feito com os presídios ao longo dos anos.

A SRA. ANA PAULA DINIZ DE MELO MOREIRA

– Com certeza. É bom o senhor tem dado esse adendo, mostrando exatamente, comprovando essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Gravíssima!

A SRA. ANA PAULA DINIZ DE MELO MOREIRA – Gravíssima.

Enfim, nesse sistema também, eu gostaria de levantar que o CNPCP também faz parte desse sistema nacional, porque existem, Senador, vários órgãos que têm atribuição de fazer esse monitoramento no Brasil, e o grande passo adiante desse projeto é integrar todos estes órgãos: o Ministério Público, que tem uma atribuição formal para fazer isso; o próprio CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que foi criado pela Lei de Execuções Penais, que também tem essa atribuição; as Defensorias. Enfim, o grande passo adiante do projeto é integrar e fazer sair da invisibilidade um grande problema que ainda persiste no nosso Estado brasileiro.

Eu agradeço o tempo que me foi concedido. Agradeço a presença de todas e todos e principalmente agradeço à Comissão de Direitos Humanos, na figura do Presidente Senador Paulo Paim, por poder falar um pouco sobre a nossa proposta, que é prioritária para a Secretaria de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dra. Ana Paula Diniz de Melo Moreira, Coordenadora-Geral de Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que aqui falou em nome da Ministra Maria do Rosário.

Neste momento, nós vamos retornar a palavra, e os senhores e as senhoras poderão falar de onde se encontram. Vocês terão cinco minutos cada um. Os que estão nesta segunda Mesa também terão cinco minutos. Se tiverem algum questionamento a fazer, também poderão usar esse tempo. Cinco minutos com a tolerância do Presidente, que pode ser de cinco mais cinco, totalizando dez minutos. Normalmente, eu inicio as audiências públicas às 9 horas e termino ao meio-dia. São agora 10h54min. Temos uma hora ainda.

Então, passo a palavra à Dra. Vivian Calderoni, advogada da Conectas Direitos Humanos.

A SRA. VIVIAN CALDERONI – Obrigada por ter a honra de receber a palavra novamente.

Gostaria de dizer, no encerramento desta audiência pública, que acho que ela foi realmente muito

profícua, muito interessante, porque pudemos abordar diferentes aspectos do PL especificamente, como o problema da autonomia e da independência funcional e financeira dos membros, a relevância disso.

Pudemos também abordar o funcionamento do Mecanismo no Rio de Janeiro.

Pudemos também explicar o que é o Mecanismo, qual o contexto internacional em que ele se insere, qual o papel do Brasil nesse contexto, o histórico desse projeto de lei todo. Pudemos sanar muitas dúvidas nesse sentido.

E acho que a audiência pública foi muito interessante também porque o Senador Paulo Paim fez algumas declarações que são fundamentais, como o compromisso de propor uma alteração no projeto de lei, o apelo para que os Estados criem seus Mecanismos estaduais. Eu apresentei o problema de São Paulo, tínhamos também o Deputado do Rio Grande do Sul. Houve também o apelo para que o Rio de Janeiro fortaleça o seu Mecanismo, com mais condições.

Eu acho que isso realmente valeu a nossa reunião, o nosso encontro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você solicitou também o que eu acho importante: a divulgação do relatório.

A SRA. VIVIAN CALDERONI – A divulgação do relatório, é verdade. Eu estava me esquecendo da minha própria solicitação. Também o apoio para a divulgação do relatório produzido pelo Subcomitê de Prevenção à Tortura em setembro de 2011, na visita ao Brasil.

Eu considero realmente que este foi um momento muito importante na nossa luta pela prevenção à tortura, pela erradicação da tortura no Brasil.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Parabéns, Dra. Vivian Calderoni, pelo seu pronunciamento, pelas suas contribuições. E vamos lembrar desses quatro encaminhamentos, eu diria, sobre os quais vamos fazer o apelo para que aconteçam.

Está conosco aqui a Ouvidora-Geral da Defensoria Pública de São Paulo e Presidente do Colégio Nacional de Ouvidorias das Defensorias, Dra. Luciana Zaffalon.

Então, eu gostaria de ouvi-la, já que ela se dispôs a usar da palavra, encaminhando à Mesa um pedido.

A SRA. LUCIANA ZAFALLON – Inicialmente, agradeço ao Senador pela deferência de me conceder a palavra e o parabenizo pela condução dos trabalhos, diante da magnitude, da importância desse tema.

Eu me convenci da importância da fala, não só depois de ouvir os já parceiros Sandra e José, mas também a Dra. Ana Paula, e trago aqui a experiência das Ouvidorias das Defensorias Públicas.

Nós trabalhamos com o modelo externo de ouvidorias. Estão presentes aqui os ouvidores da Bahia, do Mato Grosso e do Ceará, todos trabalhando nessa perspectiva de que apenas alguém que venha de fora da instituição terá realmente condições de trabalhar com autonomia e isenção na construção de caminhos efetivamente transparentes de controle social efetivo.

Faço minhas as palavras da Dra. Ana Paula, pela importância da implementação desse modelo, e reiterei totalmente o pedido de divulgação do relatório feito pela Vivian, deixando aqui também o meu registro de que o número de cartas e apelos de presos, presas e seus familiares na Ouvidorias das Defensorias Públicas é algo realmente significativo, que nos chama atenção e muito nos preocupa, e ver o compromisso desta Comissão com o encaminhamento desse tema é um alento.

Fica o nosso registro e o nosso apoio aos encaminhamentos também.

Obrigada pela deferência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dra. Luciana Zaffalon, Ouvidora-Geral da Defensoria de São Paulo e Presidente do Colégio Nacional.

Até porque vai haver uma sessão de homenagem hoje, pretendo ir lá também, pela importância do trabalho da Defensoria Pública.

Eu passo a palavra, neste momento, à Dra. Sylvia Dias, diretora da Oficina para América Latina da Associação para a Prevenção da Tortura da cidade do Panamá.

A SRA. SYLVIA DIAS – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Eu só queria também levantar três pontos, para concluir minha participação.

Um já foi explicado pelo José de maneira louvável e clara, que é a questão da independência do Mecanismo Nacional, que eu diria que é a peça chave e fundamental para a gente garantir um trabalho efetivo de combate à tortura e erradicação dela. Vendo a experiência de outros países que infelizmente não garantiram essa independência, a gente vê que o Mecanismo não pode fazer um trabalho realmente de controle, de vigilância, de diálogo com as autoridades se não existir essa garantia da independência. Então, é importante a independência no processo. Por exemplo, a questão do processo de seleção e de como escolher os membros desse Mecanismo é chave, é um elemento fundamental da independência. É o processo de seleção, como eles chegarão aí, quem serão esses membros.

Assim, pedimos que o projeto seja votado com a maior brevidade possível, mas que seja feita a emenda ao projeto original discutido pelo Comitê Nacional de

Prevenção e Combate à Tortura, que a gente reconhece foi um trabalho difícil, de vários anos, liderado pela Secretaria de Direitos Humanos, e o tema que eles mais discutiram, que mais demorou para eles conseguirem chegar a esse projeto, a essa redação desse texto foi exatamente como garantir a independência. Acho que foi o que eles mais discutiram. E, infelizmente, essa foi a parte que foi eliminada, ou modificada num projeto que temos atualmente no Congresso Nacional. Então, a gente faz um apelo para que volte ao projeto original do Comitê.

E também destacar o que V. Ex^a já mencionou, que é a questão da vontade real para a implementação. A gente vê também, no âmbito mundial, que ratificar um tratado é relativamente fácil, digamos. Mas é um compromisso, e o Estado tem que levar a sério. Mas é algo que se ratifica. Agora, implementar com uma lei, editar uma lei, promulgar uma lei, mas, no momento da implementação dessa lei, a gente vê as dificuldades que o Rio de Janeiro sofreu. Alagoas e a Paraíba têm leis, as leis estão aí, mas não foram implementadas. Existem leis implementando Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura em Alagoas e na Paraíba, mas estão no papel. Elas não saíram do papel ainda. Então, a gente faz um apelo à vontade real de implementar as leis, implementar a medida, e aos atores do Executivo, Legislativo, Poder Judiciário, para apoiarem e fazerem com que essas leis se tornem realidade nos Estados brasileiros.

Obrigada. Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Dra. Sylvia Dias enfatiza a importância, inclusive para os três Estados, de que não é só aprovar a lei e dizer que já tem o número de pessoas lá. Tem que, na prática do dia a dia, fazer com que aconteça. E por isso a importância do que foi dito por todos também da infraestrutura. Claro que não é só isso. É toda a vontade política de que a lei seja aplicada.

Passo a palavra neste momento ao Deputado Miki Breier, Deputado Estadual, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, um dos que fomentaram essa audiência pública, e por isso estamos aqui.

O SR. MIKI BREIER – Quero agradecer ao Senador Paulo Paim e aos demais debatedores, expositores desta audiência pública. Temos que assumir esse compromisso no Estado do Rio Grande do Sul, a partir dos exemplos aqui já citados do Estado de Alagoas, Paraíba e Rio de Janeiro, tentar fazer com que o nosso Mecanismo lá seja implementado, até porque – fiz o registro no início – uma das maiores demandas que temos na Comissão da Secretaria de Direitos Humanos é de familiares de presos, por tudo o que acontece no

nosso sistema carcerário como um todo, especialmente no Presídio Central de Porto Alegre, que foi constatado como talvez o pior da América.

Infelizmente também, registramos que não é só nos lugares de detenção que essa visita tem que ter acesso sem aviso prévio. Infelizmente, muitos lares se tornaram locais de tortura no Brasil por conta do abuso sexual de crianças e adolescentes, por conta da violência contra a mulher, por conta muitas vezes de algo que nós não tratamos com a seriedade que merece, que é a ingestão indevida da bebida alcoólica. Há um projeto que virou lei lá no Estado, a questão da retirada da bebida alcoólica dos estádios de futebol e que hoje causa uma polêmica grande.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)
– Pode contar com o meu total apoio. Posso mandar cópia da emenda que apresentei, que foi rejeitada. Sou totalmente contra.

O Ministério Público nos mostrou – permita-me o aparte, já lhe devolvo a palavra –, nos entregou um documento impressionante, para que eu apresentasse emenda subsidiando a proibição da bebida alcoólica nos estádios. Ele disse que diminuiu em 70% a violência nos estádios a partir daí, inclusive acidentes de trânsito; a pessoa bebe e volta depois para o interior do Estado – o jogo é na capital, normalmente, os grandes jogos – e aí acontece o acidente. Então, é gravíssimo.

Eu disse que a minha última esperança ficou nos Estados, que eles consigam proibir a venda de bebida alcoólica dentro dos estádios, durante a Copa e sempre. Não é só durante a Copa. Já vi uma decisão tomada internamente nos Estados – aqui inclusive com a nossa Confederação de Esportes – que era a proibição; e veio a Fifa e disse que, na marra, tem que ter. Aqui, infelizmente, as emendas foram todas derrotadas e acabou prevalecendo a vontade da Fifa, que não é a vontade do povo brasileiro.

Estou aproveitando porque estamos ao vivo e quero destacar essa sua posição, dizendo que recebi inclusive o documento do Ministério Público mostrando que inúmeros países do mundo não aceitaram a imposição da Fifa e não venderam bebida alcoólica dentro dos estádios. Se não me engano, foi a Alemanha ou França. As grandes empresas que vendem cerveja tiveram que vender cerveja sem álcool.

O SR. MIKI BREIER – Citei no programa de rádio exatamente essa sua fala, dizendo que alguns países não se dobraram à exigência da Fifa, até porque isso não é fundamental para que o futebol aconteça. O esporte, ao contrário, deveria estar distante da bebida e de qualquer outro tipo de droga.

Mas, citei esse exemplo porque, de fato, reduzimos a violência e, nos debates que ocorrem, percebe-

mos isto, a influência da bebida alcoólica na violência doméstica contra as mulheres, no abuso sexual contra a criança e o adolescente. Parece que o Brasil não trata com a seriedade que este tema mereceria, que é uma droga lícita.

Digo isso porque essa prevenção da tortura é fundamental, e nós queremos nos colocar como parceiros; mais do que isso, como protagonistas lá do Sul, com a ajuda do Senador Paulo Paim, com a Ministra Maria do Rosário, do ex-Deputado Marcos Rolim, para que a gente possa também implementar o nosso Mecanismo de Prevenção à Tortura lá no nosso Estado, e que isso, claro, possa servir de exemplo para que ocorra urgentemente no âmbito nacional.

Fica aqui o nosso registro, nosso agradecimento por aquilo que nós encaminhamos para a Comissão de Direitos Humanos do Senado. Certamente nós teremos muitos outros momentos não só para fazer o debate, mas para acompanhar essa implementação; mais que a ratificação, que possamos implementar esse Mecanismo no nosso País.

Agradeço, Senador, e ficamos à disposição. Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Deputado Miki Breier, Deputado Estadual pelo PSB, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Se lá na Assembleia, Deputado, houver algum debate sobre a questão da Copa e as bebidas alcoólicas, coloco-me à disposição para ajudar no debate interno.

Passamos a palavra, neste momento, ao Dr. José Filho, Assessor Jurídico da Pastoral Carcerária.

O SR. JOSÉ FILHO – Obrigado, Senador.

Quero aproveitar este último momento para relembrar outros dois aspectos do Projeto de Lei.

Tivemos um debate no Comitê a respeito da implementação do Mecanismo nos Estados, se a União poderia ou não obrigar os Estados a criar os seus mecanismos.

Ora, quando se pensa num sistema, seja ele de prevenção ao consumo de drogas, seja de repressão ao tráfico, a União pensou em organismos estaduais. Quando pensamos no ECA, a União obrigou Estados e Municípios, sim, a criarem organismos de proteção à criança e ao adolescente.

A Lei de Execução, a União obrigou os Estados a criarem os conselhos penitenciários estaduais, a criarem os conselhos comunitários. Não é uma novidade no Brasil, principalmente em se tratando de um tratado internacional em que o País assinou, ratificou e se obrigou, e, por ser um Estado federativo, ele supostamente deveria obrigar os seus Estados, as unidades federativas a criarem também.

Entendemos que o Projeto de Lei poderia, sim, perfeitamente, obrigar, prever a obrigação dos Estados a criarem os mecanismos estaduais.

Hoje, o PL só menciona que a União vai incentivar, encorajar os Estados a criarem seus mecanismos.

Entendemos que o PL deveria dizer expressamente: não, os Estados vão criar os mecanismos estaduais, porque não é só uma obrigação da União, não é uma obrigação só do Governo Federal, é uma obrigação de todos os Estados em prevenir e erradicar a tortura. Isso é algo importante que precisa ser mencionado. Acho que uma emenda nesse sentido também seria importante.

Outro aspecto é que, além do Rio, além dos outros dois Estados, a proposta de São Paulo, a proposta de Minas Gerais e as propostas que estão caminhando nos Estados preveem expressamente no PL a autonomia financeira.

Infelizmente, no PL 2.442, a última redação não prevê autonomia financeira, não prevê isso claramente. E seria bom retornar isso. Na exposição de motivos está que a Secretaria de Direitos Humanos e o Ministério do Planejamento já fizeram a dotação, já fizeram as previsões; não entendo muito de dotação orçamentária, mas já fizeram a reserva de cargos, já fizeram também uma previsão de dotação orçamentária para a estruturação do Mecanismo. No entanto, isso não está na lei. Pode mudar o governo, o novo governo pode entender de outra forma, e se esse PL for aprovado em outro governo, nós corremos aí um sério risco de não haver autonomia financeira para o Mecanismo. Então, seria interessante que houvesse expressa menção ao financiamento do Mecanismo no PL.

É isso basicamente o que eu gostaria de falar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. José Filho, Assessor Jurídico da Pastoral Carcerária.

Antes de encerrar os trabalhos, vou pedir que deixe essas emendas, que deixe ali só a ideia, e o resto a gente redige depois, porque acho importante que fique isso muito claro. Eu também entendo assim: em matéria de projeto de lei, não adianta botar na justificativa. A justificativa, em tese, não vale nada; vale o que está na lei. A maior boa intenção pode estar na justificativa, mas se não se coloca no projeto de lei o que se quer... Não sou advogado, mas, de tanto falar em lei, aprendi algumas frases, como a que diz: o que não está nos autos do processo, não existe, não adianta a boa intenção das partes. É tão importante isso!

Tem outra frase que guardei muito, que eles usam: na dúvida, *pro misero*. Então, para não ter dúvida, é bom estar na lei, porque senão acabamos sempre perdendo.

Tem que estar claro na lei quem queremos beneficiar. E, aqui, queremos beneficiar os que são torturados. E esses agentes que vão trabalhar nesse sentido.

Faço o apelo, porque sobre as emendas principais podemos conversar depois, para que possamos apresentar.

Passo agora a palavra à Dra. Sandra Carvalho, Diretora Adjunta da Justiça Global.

A SRA. SANDRA CARVALHO – Gostaria de reiterar então o que já foi dito tanto pela Vivian, como pela Sílvia e pelo José, que o Projeto de Lei que cria o Mecanismo Nacional seja novamente reformulado e garantida a sua independência.

Também, aproveitando a Secretaria de Direitos Humanos, reiterar o pedido de publicação imediata do relatório do Subcomitê de Prevenção e Combate à Tortura da ONU.

E gostaria de convidá-los, porque também já, para marcar o primeiro ano de funcionamento do Mecanismo, estamos organizando, no Rio de Janeiro, um seminário do Comitê Mecanismo, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, agora, nos dias 31 de maio e 1º de junho, para também debater a questão da prevenção e combate à tortura, a questão de privação da liberdade. Estão todos convidados. Vai acontecer, se não me engano, na Alerj – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dra. Sandra Carvalho, Diretora Adjunta da Justiça Global, que trouxe a sua experiência do Rio de Janeiro e que agora convida para um seminário que vai acontecer quando?

A SRA. SANDRA CARVALHO – Dias 31 de maio e 1º de junho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Vamos passar a palavra agora para a Dra. Ana Paula Diniz de Mello Moreira, que fala em nome da Ministra Maria do Rosário.

A SRA. ANA PAULA DINIZ DE MELLO MOREIRA – Ainda sobre o Projeto de Lei do Mecanismo, existe sim outro projeto de lei que trata da questão dos cargos e da estrutura que terá o Mecanismo. Então, existe essa previsão sim.

Mas, concordo com o José, assim como com a Sílvia com relação aos mecanismos estaduais. Na Paraíba, foi no final do ano passado – inclusive estão montando os comitês agora. Tive oportunidade de ir à Paraíba quando da instalação. Mas, concordo. Existe essa necessidade de se criarem mecanismos que pelo menos sigam minimamente aquilo que está sendo proposto pelo Governo Federal, e cada ente federa-

do tenha a oportunidade e a legitimidade de fazer as mudanças que achar necessárias.

Gostaria ainda só de falar uma coisa que o José levantou. Para além da questão do Mecanismo, é necessário também o fomento, a formação das pessoas e a integração de novas pessoas para trabalhar nessa área. A Secretaria de Direitos Humanos tem trabalhado nessa área de formação, qualificando as pessoas para esse tipo de trabalho que exige uma metodologia em certas questões e perguntas que devam ser salientadas.

Sobre questões internacionais da Secretaria de Direitos Humanos, o Brasil está respondendo ao relatório da convenção Against Torture, o relatório do CAT, está terminando; depois de anos vai ser encaminhado. A título de informação, a Ministra está indo para a RPU (Revisão Periódica Universal) falar em Genebra, levando também muitas informações sobre essa situação no Brasil.

Sobre o relatório do SPT, devo informar – não sei se está no *site* – que foi recebido o pedido e está em fase de tradução, porque não se publicaria um trabalho em inglês. Mas já existe essa questão. Não sei se isso saiu no *site*. Ia sair essa informação. Não tenho certeza.

Voltando ao Projeto de Lei do Mecanismo, estamos realmente empenhados – a Secretaria de Direitos Humanos – na aprovação desse projeto na Câmara, enfim, o processo democrático legislativo. Que ótimo que podemos ter a oportunidade de debater numa audiência pública, ouvir sugestões e propostas que possam construir para a construção coletiva desse Projeto de Lei.

Agradeço a todos e a todas por esta oportunidade, na figura do Presidente Senador Paulo Paim, pela iniciativa de fazer esta audiência pública, que é muito importante.

Como diz a Ministra, temos os nossos problemas, mas temos que mostrar que somos capazes de resolvê-los, e esse projeto é uma das formas pelas quais ela se empenhou muito para discutir essa questão do sistema prisional.

Muito obrigada de novo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Dra. Ana Paula Diniz de Mello Moreira, que falou em nome da Secretaria de Direitos Humanos, da Ministra Maria do Rosário.

Achei interessante, o Dr. Augusto Pedra nos mandou a seguinte mensagem:

O fenômeno do bullying, conceituado como o conjunto de comportamentos agressivos, intencionais e repetitivos, sem motivação evidente, adotados por um ou mais alunos, contra um ou outro, geralmente em desvantagem de poder ou força física, causando dor, angústia, sofrimento, trauma, bloqueios na capa-

cidade cognitiva e no desenvolvimento dos processos educativos é um tipo de tortura psicológica, emocional, moral e física.

Então, ele diz que o *bullying* também é um tipo de tortura, pela agressão e pela marca que deixa naquele que é agredido.

Enfim, parabéns a todos os convidados pelo debate, pela clareza das posições.

O Dr. José Augusto Pedra para nós mandou...

Termino somente dizendo a todos vocês que, para mim, é um momento importante esse debate, porque avança na linha da defesa dos direitos humanos e dizendo que, de fato, neste País, algumas leis são mais rápidas. Algumas leis são aprovadas na Câmara em uma semana e, no outro dia, são aprovadas no Senado, indo para a sanção. Outras leis, e não vou falar sobre esta, que pelo menos é de 2011, portanto um tempo razoável, mas vou falar da PEC do Trabalho Escravo de novo, que é uma tortura. Lembro-me de que eu era Deputado Federal – já estou no segundo mandato como Senador – quando ela foi aprovada aqui, de autoria do Senador Ademir Andrade, que já não é mais Senador, não está no Congresso Nacional, acho que até por pressão do poder econômico ele não se elegeu mais, porque ele é autor dessa PEC. Fica, portanto, a minha homenagem ao ex-Senador Ademir Andrade. Estou aqui no segundo mandato e a PEC não avança, e agora querem protelar de novo a votação.

Fica o apelo neste encerramento de audiência pública pela aprovação dessa PEC definitiva do trabalho escravo. É lamentável que tenhamos que fazer ainda um apelo para aprovarmos uma PEC de combate ao trabalho escravo, que, sem sombra de dúvida, é uma forma de tortura. Temos que mostrar ao País e ao mundo que aqui no Brasil não se aprova uma PEC nesse sentido porque aqueles que cometem o crime do trabalho escravo, que são torturadores, não aceitam que ela seja aprovada.

Tenho esperança de que ela passe.

Quero registrar também a presença de Paulo Lemos, Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso; Ana Virgínia Ferreira, Ouvidora Geral da Defensoria Pública do Estado do Ceará; Tânia Palma, Ouvidora da Defensoria Pública do Estado da Bahia; e Luciana Zaffalon, que já falei, Ouvidora-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Eu tinha aqui anotado rapidamente, só para que a Secretaria da Mesa saiba os encaminhamentos, o principal pedido que a Comissão faz no encerramento desta reunião: a divulgação do relatório – respondeu-se que está em inglês, se não me engano, está sendo traduzido e será respondido –; a instalação nos Estados com infraestrutura, como foi solicitado aqui; a aprova-

ção do projeto que está na Câmara dos Deputados; a emenda que garanta a independência, voltando ao projeto original, e, no final, o que todos pediram, que a lei efetivamente aprovada seja cumprida, que ela não fique só no papel – e aí é compromisso de todos nós.

Enfim, com esses encaminhamentos – combinaremos a redação no final – agradeço a todos os nossos convidados.

Não deixo de cumprimentar a revista *Istoé* pela bela matéria, que vou pedir para registrar hoje no plenário do Senado, contra o trabalho escravo, conforme denúncia acontecida recentemente na cidade de São Paulo.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada esta audiência pública.

Que Deus ilumine a todos nesta caminhada em defesa dos direitos humanos.

Abraços. (Palmas.)

(Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 23 minutos.)

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 24 DE MAIO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 06, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia vinte e quatro de maio de dois mil e doze, na sala 06, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores **Paulo Paim, Ana Rita, Marta Suplicy, Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, Eduardo Suplicy, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Eduardo Amorim, Lídice da Mata, Roberto Requião**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta Deliberativa: Item 1. Requerimento nº 66-CHD, 2012**, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do RISF, requer a realização de audiência pública para debater a violência contra os jornalistas brasileiros e estrangeiros. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. Item 2. Requerimento nº 67-CDH, 2012**, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do RISF, requer a realização de audiência pública para debater a participação legislativa e o pro-

grama e-cidadania no Senado Federal.. **Resultado: Aprovado. Item 3. Requerimento nº 68-CDH, 2012**, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do RISF, requer a realização de audiência pública para debater a proteção à fauna marinha, o meio ambiente aquático e a perseguição a ativistas ambientais. **Resultado: Aprovado. Item 4. Requerimento nº 69-CDH, 2012**, requer a realização de audiência pública para debater o salário dos trabalhadores e o PIB nacional. **Resultado: Aprovado. Item 5. Requerimento nº 70-CDH, 2012**, requer a realização de audiência pública para debater o Dia Internacional da Educação. **Resultado: Aprovado. Item 6. Requerimento nº 71-CDH, 2012**, requer a realização de audiência pública para debater o direito a terra para os indígenas. **Resultado: Aprovado. Item 7. Requerimento nº 72-CDH, 2012**, requer a realização de audiência pública para debater o Dia Internacional do Comissário de Vão. **Resultado: Aprovado. Item 8. Sugestão nº 24, de 2011** que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases de educação nacional, para incluir programas de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades públicas. **Resultado: Aprovado. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2009** que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e as Leis nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 (Lei de Prisão Temporária), nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos), e nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, quando cometidos contra criança, e dá outras providências. Autoria: CPI – Pedofilia – 2008 (CPI), Relatoria: Senador Magno Malta, Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 71, de 2010** que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer pena de prisão aos maiores de 18 (dezoito) anos condenados pela prática de ato infracional equivalente a crime hediondo. Autoria: Senador Marcelo Crivella, Relatoria: Senador Magno Malta, Relatório: Pela aprovação. **Resultado: Adiado. Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2011** que altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo. **Resultado: Aprovado. Item 12. Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2009** que dispõe sobre a reserva de recursos públicos destinados à habitação, em benefício da mulher responsável pelo sustento da família, e dá outras providências. Autoria: Deputado Pompeo de Mattos, Relatoria: Senador Magno Malta, Relatório: Pela aprovação. **Resultado: Adiado. Item 13. Projeto**

de Lei da Câmara nº 305, de 2009 que dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Autoria: Deputado Neilton Mulim, Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues, Relatoria ad hoc: Senador Paulo Davim, Relatório: Pela aprovação, com a Emenda nº 01-CE e, a que apresenta. **Resultado: Lido o Relatório, adiada a votação e discussão por falta de quorum. Item 14. Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010** que proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares. Autoria: Deputado Clodovil Hernandes, Relatoria: Senadora Ana Rita, Relatório: Pela aprovação, com a Emenda nº 1 – CAE, suprimido o hífen do vocábulo “infanto-juvenil” nela contido. **Resultado: Adiado. Item 15. Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2011** que dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes. Autoria: Deputada Luiza Erundina. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação. **Resultado: Adiado. Item 16. Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2011**, que altera o art. 3º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Autoria: Deputado Lincoln Portela. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação, com duas emendas que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 17. Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008** que altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória. Autoria: Senadora Kátia Abreu, tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008 que altera o Código Penal, a Lei de Execução Penal e a Lei dos Crimes Hediondos, para tornar mais rigorosa a progressão entre regimes penitenciários e a concessão de livramento condicional. Relatoria: Senadora Ana Rita, Relatório: Pela rejeição. **Resultado: Aprovado. Item 18. Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008**, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 19. Projeto de Lei do Senado nº 305, de 2008**, que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos. Autoria: Senador Marconi Perillo.

Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 20 Projeto de Lei do Senado nº 338, de 2009**, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente, e dá outras providências. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação com as três emendas que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 21 Projeto De Lei Do Senado Nº 387, de 2009**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a reserva de assentos para pessoas com deficiência em locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar. Autoria: Senador Eliseu Resende. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado: Adiado. Item 22. Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2009**, que autoriza a União a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para treinar cães-guia e destiná-los a pessoas com deficiência visual. Autoria: Senador Gim Argello. Relatoria: Senador João Durval. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação, com quatro Emendas que apresenta. **Resultado: Lido o Relatório, adiada discussão e votação por falta de quorum. Item 23. Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2010**, que altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facultar às empresas substituir a contratação de empregados pelo patrocínio de atletas portadores de deficiência. Autoria: Senador José Bezerra. Relatoria: Senador Lauro Antonio. Relatório: Pela rejeição. **Resultado: Adiado. Item 24. Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2011**, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente -, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar. Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador João Durval. Relatoria *ad hoc*: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação. **Resultado: Lido o Relatório adiada a discussão e votação por falta de quorum. Item 25. Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2011**, que dispõe sobre a instalação de brinquedos adaptados para crianças com deficiência ou mobilidade reduzida nos locais que especifica. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Wellington Dias. Relatório: Pela prejudicialidade. **Resultado: Adiado. Item 26. Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011**, que altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador

Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação, com a emenda que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 27 Projeto de Lei do Senado nº 680, de 2011**, que altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação. **Resultado: Adiado. EXTRAPAUTA – Requerimento nº 75-CDH, 2012**, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do RISF, requer a realização de audiência pública para debater as barreiras criadas pela Argentina aos Produtos Brasileiros. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. **Resultado: Aprovado. Requerimento nº 74-CDH, 2012**, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do RISF, requer a realização de audiência pública para debater as Condições de Trabalho e Segurança da Perícia Médica do INSS. Para tanto gostaríamos que fossem convidados o Dr. Roberto D'Ávila presidente da Associação Nacional barreiras criadas pela Argentina aos Produtos Brasileiros. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo. **Resultado: Aprovado. Requerimento nº 73-CDH, 2012**, requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, e que seja consignado, nos anais desta Comissão, voto de solidariedade e apoio à apresentadora Xuxa Meneghel, pela sua ação corajosa em entrevista ao programa Fantástico da Rede Globo de Televisão no dia 20 de maio do corrente. **Resultado: Aprovado.** Usam a palavra os Senadores **Paulo Paim, Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Davim, Lídice da Mata**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e um minuto, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 28ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

No dia de hoje teremos, nesta reunião deliberativa, a votação de quatro projetos não terminativos e em torno de sete projetos terminativos. Além disso, teremos a votação de alguns requerimentos. Um deles, que eu adianto já, é para a realização de uma reunião que teremos na próxima segunda-feira, que trata da questão do jornalista. Nós vamos aprovar o requerimento para debatermos aqui a violência contra os jornalistas. No Brasil e no mundo, inúmeros jornalistas estão sendo agredidos, perseguidos e muitos assassinados. E, inclusive, vamos trazer os familiares de jornalistas assassinados. Esse é um dos requerimentos que vamos votar na hora que iniciarmos a Ordem do Dia desta Comissão.

Outro requerimento é para que nós possamos debater em audiência pública a importância da participação legislativa e do programa Cidadania do Senado Federal. É um projeto muito, muito interessante, idealizado pelos funcionários do Senado da República, com todo o apoio do Presidente Sarney, que visa a ampliar os espaços para que o cidadão, de forma direta, possa apresentar ideias, projetos aqui no Senado, que passarão aqui pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Outro requerimento que também vamos votar no dia de hoje é para a realização de uma audiência pública para debater a proteção da fauna, do meio ambiente aquático e a perseguição dos ativistas ambientais.

Outro requerimento que também vamos votar é para que possamos debater em parceria com a Subcomissão de Trabalho e Previdência que eu presido também, Senador Paulo Davim, a participação do salário no PIB nacional. Se avançou, se não avançou, se regrediu, como é que se encontra, mediante até algumas medidas previamente anunciadas – pré, porque não foram ainda anunciadas –, pois está voltando o debate da história do negociado sobre o legislado, o que preocupa a todos nós. Significa flexibilizar o direito dos trabalhadores.

Também vamos debater aqui a importância da educação no viés nacional e internacional. Queremos debater também o direito dos povos indígenas. Mais uma vez também esse tema volta ao cenário da Comissão.

Outro requerimento é sobre a realização de uma audiência pública para debater a questão da situação dos comissários de voo. Há todo um debate sobre a importância dos comissários, a redução que as companhias estão fazendo e a segurança dos voos.

Vamos também ter aquele dos peritos, tem um requerimento aí a pedido dos peritos da Previdência, que não está aqui ainda, que estão muito preocupados com a segurança e as suas condições de trabalho.

Vamos ter também, o Senador Paulo Davim lembra muito bem, um debate aqui de novo, porque inúmeros projetos estão sendo apresentados na Casa, sobre a questão do porte de armas, nos mais variados setores. Então vamos fazer uma audiência com a presença do Ministério da Justiça, com a Comissão de Direitos Humanos da Presidência da República, quem sabe a própria Ministra Maria do Rosário consegue estar aqui, para debatermos também esse tema.

Como eu havia falado, teremos também um requerimento extrapauta que vai tratar das condições de trabalho e segurança da perícia médica do INSS. Esse também nós vamos debater.

E, extrapauta, vamos ter também um debate aqui para a realização de audiência pública, e vamos tentar fazer em parceria com a Subcomissão de Trabalho e Previdência, sobre a situação das barreiras criadas pela Argentina aos produtos brasileiros, que está gerando demissão em massa no Brasil, porque os produtos ficam prontos, são encaminhados para a venda e, quando chegam na fronteira com a Argentina, há uma barreira. E milhares de produtos estão lá depositados, o que faz com que as fábricas passem a demitir.

Foi um Deputado que pediu para mim, vou dizer o seu nome, porque ele vai estar aqui, o Deputado Osmar Terra, do Rio Grande do Sul. Ele lembra que, na cidade, em uma grande empresa de trator, já houve 400 demissões. Por isso que eu falei que milhares de demissões poderão acontecer se essa situação não se resolver. Então vamos chamar o Ministério da Indústria e Comércio; o de Relações Exteriores; os empresários do setor; eu quero convidar o Senador Requião também, que é o Presidente do Parlasul, para debater esse tema. Na hora que a gente aprofundar aqui o debate sobre o requerimento, a gente vai fazer a defesa adequada e vamos indicar os nomes dos convidados.

Queria, Senador Paulo Davim, vou passar a palavra em seguida a V. Ex^a, não deixar de comentar neste momento aqui – e V. Ex^a poderá comentar e também ampliar naturalmente o seu ponto de vista – duas posições que, para mim, foram marcantes nesta semana.

A primeira delas é a decisão da Câmara, que, se eu não me engano, com cerca de 330 ou 360 votos contra 20, aprovou a PEC do Trabalho Escravo. É uma PEC que estava lá aproximadamente há 12 anos, já tinha sido aprovada aqui no Senado, por ampla maioria, de autoria do então Senador Ademir Andrade. Pelo movimento feito em nível nacional, pelos movimentos sociais e com o apoio do Executivo, inclusive

da Presidenta Dilma, a PEC, Senadora Ana Rita, que já está conosco... Estou comentando a importância da votação da PEC do Trabalho Escravo, que teve o apoio do Executivo, teve o apoio de todos os militantes das causas sociais e de direitos humanos. Enfim, a PEC foi aprovada. É mais do que justo, e estou muito esperançoso que a gente a aprove com rapidez agora aqui no Senado, já que ela retorna para cá.

Eu ainda falava ontem com procuradores, com o Ministério Público, com fiscais do trabalho e todos estão muito animados. Eles entendem que a PEC, na Câmara, teve um pequeno avanço, porque lá não estava contemplada a área urbana, mas agora está; trabalho escravo na área rural e urbana. Então o Senado não tem como retroceder, só vai ter que votar se é a favor ou não da palavra urbana. Eu duvido que alguém seja contra, inclusive há denúncias recentes de que, em São Paulo, o trabalho escravo em fábricas, em empresas terceirizadas está acontecendo em grande escala.

Então, neste momento, na abertura dos trabalhos da Comissão de Direitos Humanos, quero dar os meus cumprimentos ao Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Marco Maia. Sabemos da pressão que ele teve para não colocar a matéria em votação. Mas era um compromisso que ele tinha assumido, ele botou em votação com o apoio do Executivo – nós temos informações precisas que a própria Presidenta Dilma disse que tinha que votar, sim, a PEC. Quem não submete trabalhadores ao regime de escravidão não tem que ter medo. Ninguém vai perder a sua fazenda, a sua terra, o seu prédio, muito menos a sua fábrica se não cometeu o crime do trabalho escravo.

Portanto, meus cumprimentos à Câmara dos Deputados. Estou esperançoso de que, antes do recesso, a gente veja aqui no Senado a PEC do Trabalho Escravo aprovada, ou seja, a PEC do combate ao trabalho escravo.

Senador Paulo Davim com a palavra para as suas considerações. Já estão conosco o Senador Requião e a Senadora Ana Rita.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Presidente Paim, Senadora Ana Rita, Senador Requião, todos os servidores do Senado que aqui estão, eu quero tecer alguns comentários sobre alguns assuntos.

Primeiro, quero reconhecer que este País avança, sem sombra de dúvidas, na consolidação dos direitos humanos, no reconhecimento da cidadania, do direito da cidadania de todo brasileiro e de toda brasileira, haja vista o avanço a começar pelo salário mínimo, que é a forma mais democrática de distribuição de renda, haja vista o estabelecimento e a implantação da Comissão da Verdade, agora a votação da PEC do

Trabalho Escravo e outros avanços que se somam, nos últimos anos, no Brasil no direcionamento do respeito ao cidadão e à cidadã brasileira.

Mas eu quero, Sr. Presidente, comentar um fato que ocorreu no domingo à noite no programa Fantástico, da Rede Globo, que toda a imprensa tem repercutido, até porque foi um depoimento corajoso, um depoimento desprendido de temores, de melindres, de vaidade. Foi uma abertura da alma. Refiro-me ao depoimento da apresentadora Xuxa Meneghel, sobretudo quando ela assume publicamente que foi molestada quando criança por pessoas próximas, que foi abusada sexualmente. Eu assisti, na íntegra, ao depoimento forte. O que ela falou é a mais cristalina verdade. Quantos jovens são abusados sexualmente dentro de seu próprio lar, na sua família e têm o sentimento que ela externou, sentimento de medo, de impotência e de culpa. E, muitas vezes, muitas vezes, não, invariavelmente, esse sentimento que as vítimas sentem reforçam que esse tipo de crime se perpetue na sociedade, no seio familiar, deixando marcas indeléveis e graves vida afora nas vítimas desse tipo de crime.

Eu quero parabenizar a coragem da Xuxa, inclusive, Sr. Presidente, eu estou dando entrada nesta Comissão de Direitos Humanos em um requerimento para que nós, da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, enviemos votos de solidariedade à Sr^a Xuxa Meneghel, ao mesmo tempo, reconhecendo o trabalho dela no enfrentamento a esse crime de abuso sexual na infância e na adolescência. Foi importante o depoimento como é importante e será mais ainda daqui para frente, porque, veja só, o alcance! A gente precisa parar um pouco para refletir sobre a importância daquele depoimento, Sr. Presidente, porque muitas das crianças, das adolescentes que são vítimas e não têm coragem, se sentem, como ela disse na entrevista, impuras, sujas, mas no momento em que tomam conhecimento de que Xuxa, uma artista que esteve presente na infância de muitos adolescentes, também sofreu pelo mesmo problema, isso vai derrubar barreiras. A adolescente vai dizer: a Xuxa, aquela apresentadora que eu tanto admirei, que esteve presente na minha infância, que povoou os meus sonhos, também sofreu o que eu estou sofrendo hoje e teve coragem de tornar público. Eu também vou tornar público. Então eu não estou sofrendo nada diferente; e se ela teve coragem, se ela deu o exemplo, eu vou seguir o exemplo dela; se ela denunciou, vou também denunciar.

Então, acho que a figura de Xuxa poderá ser aproveitada como uma bandeira, como um ícone de resistência para estimular as jovens, as meninas, milhares e milhões de meninas, uma legião de meninas, que são abusadas sexualmente, a terem a coragem e

seguirem o ídolo de infância que foi Xuxa, que denunciou; e ela vai ter coragem de denunciar também. Ela não vai se sentir inferiorizada; ela não vai ter medo, porque ela vai sentir que não está só; ela vai ter a companhia da figura da Xuxa.

Portanto, acho que aquele depoimento foi emblemático no enfrentamento e no combate à exploração sexual infanto-juvenil no Brasil. Por isso, acho que a Comissão de Direitos Humanos...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senador Paulo Davim, permita-me um aparte?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Darei, com o maior prazer.

A Comissão de Direitos Humanos precisa enviar esses votos de congratulação e, ao mesmo tempo, de solidariedade à Xuxa, e fazer com que ela acredite que o papel dela daqui para frente será determinante no enfrentamento a esse crime no Brasil.

Com prazer, ouço a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – O que V. Ex^a diz é tão verdadeiro que, após a denúncia da apresentadora Xuxa Meneghel, o Disque Denúncia já recebeu mais de 220 mil ligações de denúncias. Então, está se confirmando a importância...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Duzentas e vinte mil? Logo após...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – É, após...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Após a fala dela.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Isso é um incentivo para que as vítimas tenham coragem, porque o exemplo que Xuxa deu foi um exemplo que poderá promover mudança de rumo no enfrentamento a esse crime.

Então, acho que esta Comissão tem de homenagear a coragem de Xuxa, que foi determinante, daqui para frente. E a figura dela vai ser uma arma, vai ser uma bandeira, vai ser um estandarte no enfrentamento desse crime no Brasil.

Quero também, Sr. Presidente, como comecei a dizer no início das minhas palavras, que este País avança na consolidação dos direitos humanos. E é verdade. Na sexta-feira, dia 18, foi publicada uma lei – e esqueci o número da lei – que muda o prazo de prescrição dos crimes de abuso sexual contra criança e adolescente.

Atualmente, o prazo de prescrição começa a ser contado a partir do evento, a partir do momento em que aconteceu o crime. Agora não. Agora, o prazo de prescrição passa a ser contado quando a vítima completar 18 anos, a não ser que alguma ação penal tenha ocorrido antes, sob a tutela da guarda legal da criança.

A partir de agora não. Quando a vítima completa 18 anos é que começa a contar... (*Pausa.*)

Pronto, a nossa querida Mariana informou que é a Lei nº 12.650.

Então, Sr. Presidente, esse será mais um instrumento de enfrentamento desse crime. É um crime brutal, é um crime hediondo, porque acho que a criança não suscita outro sentimento que não seja o sentimento de guarda, de proteção e de carinho. Então, os indivíduos que cometem crime contra a criança são indivíduos desprovidos deste sentimento, o sentimento de proteção à criança. São pessoas de comportamentos animalescos que, portanto, precisam ser enfrentados impiedosamente com os instrumentos legais que a sociedade nos oferece.

Eu faço este registro para aqui parabenizar a figura incansável, a abnegação da Ministra Maria do Rosário nesse trabalho diuturno da consolidação dos direitos humanos. Essa lei é uma lei que vem servir como instrumento poderoso no enfrentamento desse problema. Inclusive, essa lei também está sendo chamada, Sr. Presidente, de Joanna Maranhão, que foi aquela nadadora que teve coragem de denunciar o seu treinador de natação, o seu professor de natação, por abuso sexual cometido quando ela era criança.

Então, a Lei nº 12.650, publicada no dia 18, sexta-feira, no *Diário Oficial da União*, está sendo chamada de Lei Joanna Maranhão, em homenagem à coragem daquela atleta que denunciou o seu professor de natação por abuso sexual, quando ela era ainda criança. Então, nós avançamos no enfrentamento desse crime hediondo no Brasil.

Quero também, Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade, dizer que eu também ofereci humildemente um instrumento para que a sociedade se utilize no enfrentamento a esse crime. Apresentei, nesta Casa, um projeto de lei que cria o cadastro nacional dos indivíduos que cometeram crimes contra a criança e o adolescente ou cometeram violência sexual contra a criança e o adolescente.

O cadastro fica à disposição das instituições que trabalham e militam nessa área, porque sabemos que o indivíduo que comete o crime de abuso sexual, a pedofilia, na maioria das vezes, é reincidente. A sociedade e as instituições que trabalham e militam nesta área de proteção à criança e ao adolescente precisam ter acesso ao perfil psicológico, ter acesso aos dados pessoais, ter acesso ao *modus operandi* desses indivíduos, para que se possa proteger e proteger as instituições que albergam e oferecem serviços às crianças e aos adolescentes.

Imagine o senhor, Sr. Presidente, que o indivíduo que já tem processo transitado em julgado de crime

contra a criança e adolescente e de repente se transfere para outro Estado e consegue o emprego numa creche, um emprego como professor de natação, como foi o caso desse professor que abusou sexualmente da nadadora Joanna Maranhão ou numa escola, ele, tendo sido condenado por crime de pedofilia? Seria um risco para as crianças.

Então, é importante que se tenha esse cadastro. Em alguns países da Europa esse cadastro é aberto à sociedade, porque esses indivíduos que cometem esse tipo de crime, em sua maioria, reincidem no crime. E precisamos proteger nossas crianças e nossos adolescentes. E a minha lei vai neste sentido, no sentido de oferecer a essas instituições um cadastro nacional, inclusive com sinais de relevância, fotografia e dados pessoais.

Quero, Sr. Presidente, mais uma vez, reforçar o papel dessa comissão de Direitos Humanos, muito bem presidida por V. Ex^a, para que a gente preste essa homenagem e esse reconhecimento ao papel importante que a apresentadora Xuxa Meneghel prestou no enfrentamento do abuso sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Paulo Davim, pelo seu pronunciamento.

Registro que, logo que o seu projeto chegue aqui, vamos dar-lhe prioridade para votação e também – entendendo que é unânime entre nós – que faremos essa moção de solidariedade. Votaremos hoje ainda e vamos enviá-la à apresentadora Xuxa Meneghel, lá de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul.

Está com a palavra a Senadora Lídice da Mata. Em seguida, a Senadora Ana Rita.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, em função de os trabalhos da Casa hoje envolver uma reunião da CPMI, chamada CPMI de Cachoeira, da qual sou membro, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a a inversão de pauta, para que pudéssemos ler o relatório e, tendo possibilidade, votar o PLS nº 612, de 2011, de autoria da Senadora Marta Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se todos concordam, a gente faz de imediato a inversão da pauta. É lido o relatório. Se tiver quórum, a gente vota ou não vota, de acordo com o quórum.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, na mesma linha da Senadora Lídice da Mata, eu também gostaria, se possível, de colocar na inversão de pauta os Itens nºs 8 e 17. São projetos não termi-

nativos. Portanto, acho que é possível a gente fazer a leitura dos relatórios ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Todos concordam?

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a votação, inclusive, porque não são terminativos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todos concordam com a inversão de pauta do item 11 e...

Os seus são...

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Os meus são os itens 8 e 17.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...e dos itens nºs 8 e 17? *(Pausa.)*

Pelo que percebi, há concordância do Plenário. Aprovada a inversão de pauta.

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata, para o seu relatório.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Para proferir parecer.) – Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2011, da Senadora Marta Suplicy, que altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas o mesmo sexo.

Relatora: Senadora Lídice da Mata
Relatório.

Submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 612, de 2011, de autoria da Senadora Marta Suplicy, que *altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas o mesmo sexo.*

Sr. Presidente, após, inclusive, o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema no julgamento da ADI 4277 e da ADPF 132, em que o Ministro Ayres Brito, acompanhado pelos demais membros da Corte, vedou ao art. 1.723 do Código Civil “qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como ‘entidade familiar’, entendida esta como sinônimo perfeito de ‘família’ [...], reconhecimento que é de ser feito segundo as mesmas regras e com as consequências da união estável heteroafetiva”.

A matéria foi também distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que sobre ela deliberará em caráter terminativo.

Não foram oferecidas emendas.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, incisos III e V, do Regimento Interno desta Casa (RISF), cabe a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa emitir parecer sobre matéria relacionada à garantia e

promoção dos direitos humanos e à proteção da família, tendo, pois, competência para o exame da proposição.

No mérito, alvissareira e digna de nota a iniciativa vertida no PLS nº 612, de 2011, que tem o condão de, finalmente, retirar o Poder Legislativo da inércia em que se encontra em matéria de proteção jurídica aos casais formados por pessoas do mesmo sexo.

Com efeito, foi preciso que o Poder Executivo federal, por intermédio da Receita Federal e do Instituto Nacional de Seguro Nacional (que, de forma inovadora e corajosa, vêm, nos últimos anos, conferindo aos casais homoafetivos a mesma cobertura legal deferida aos heteroafetivos), e o Poder Judiciário, por seu órgão de cúpula, pronunciassem a impropriedade de leituras da Constituição que excluíssem do reconhecimento como entidade familiar as uniões homoafetivas para que o tema ganhasse a devida relevância.

E vale destacar que, à luz do texto constitucional, mais não se fez do que assegurar, em benefício do grupo social em questão, o direito à autodeterminação na sua vida privada e íntima, dando, assim, concretude aos arts. 1º, 3º e 5º da Carta Política, que, respectivamente, elevam a dignidade da pessoa humana à condição de fundamento norteador do Estado democrático de direito, fixam a promoção do bem de todos, vedada toda forma de discriminação, como objetivo essencial da República brasileira, e garantem a igualdade de todos perante a lei, sem distinções.

Convém ressaltar que o PLS nº 612, de 2011, dispõe somente sobre a união estável e o casamento civil, sem qualquer impacto sobre o casamento religioso. Dessa forma, não fere de modo algum a liberdade de organização religiosa nem a de crença de qualquer pessoa, embora garanta, por outro lado, que a fé de uns não se sobreponha à liberdade pessoal de outros. Afinal, como se costuma dizer, a liberdade de uma pessoa termina onde começa a de outra e ninguém pode impor a sua fé aos demais.

Do Poder Legislativo, de todo modo, se espera a pacificação definitiva da polêmica. É possível que as repercussões do PLS nº 612, de 2011, não apresentem maiores novidades em relação ao que tem sido posto em prática pelas melhores jurisprudências e práticas administrativas a que têm procedido o Judiciário e o Executivo federais. As uniões homoafetivas são, com efeito, fatos consumados e cada vez mais amplamente aceitos na sociedade, à medida que se eliminam os preconceitos, como já ocorreu com os casamentos inter-religiosos e inter-raciais. E, mesmo que muitas pessoas ainda pratiquem a discriminação homofóbica, não se pode admitir a prevalência das convicções pessoais de uns sobre os direitos fundamentais de outros. A despeito dos avanços, ainda é grande a in-

segurança jurídica em relação à matéria, sobre cujos variados aspectos os tribunais superiores ainda não se manifestaram de forma definitiva. O Direito, em mais este caso, deve apenas consolidar a erradicação de preconceitos.

É, pois, com louvor, que saudamos a proposição em apreço à qual oferecemos apenas duas emendas voltadas para a correção de meros lapsos de redação e de técnica legislativa.

Voto.

Face ao exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2011, com as seguintes emendas:

Permuta-se a proposição “dos” entre os vocábulos “formulados e companheiros” pela proposição “pelos” na redação do art. 1.726 do Código Civil, atribuída pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2011.

Segunda emenda: grafe-se em *itálico* a locução “parágrafo único” e permute-se o sinal gráfico “aspas” pelo símbolo correspondente a “aspas ponto” no parágrafo único do art. 1.726 do Código Civil, adicionado pelo art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2011.

Este é o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta foi a leitura do relatório...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Como não se trata de projeto terminativo, poderemos, inclusive, se for decisão coletiva, votar o projeto ainda hoje, porque ele irá para a CCJ para decisão definitiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o Item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 612, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo.

Autoria: Senadora Marta Suplicy.

Relatoria: Senadora Lídice da Mata.

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta.

Bom, já foi lido o relatório.

Não é terminativo, mas não temos ainda o número de assinaturas no livro. Se não me engano, faltam três ou quatro. Com a presença das três assinaturas nós poderemos votar, a não ser que alguém peça a retirada de pauta.

Com a palavra, a Senadora Ana Rita para ler o seu relatório referente ao:

ITEM 8

SUGESTÃO Nº 24, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir programas de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades públicas. (Parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010).

Autoria: Projeto Jovem Senador**Relatoria:** Senadora Ana Rita**Relatório:** Pela aprovação da sugestão

Com a palavra a Relatora Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 24, de 2011, apresentada e discutida no âmbito do Projeto Jovem Senador. A proposição foi encaminhada a este colegiado por meio de ofício subscrito pela Senadora Vanessa Grazziotin, presidente da comissão coordenadora do projeto em alusão.

A sugestão da estudante Jéssica Renata G. Perez consiste em um anteprojeto de lei com o propósito de incluir os programas de avaliação seriada, realizados por meio de exames ao final de cada ano do Ensino Médio, como processo alternativo de acesso a cursos de graduação das instituições federais de educação superior.

Para tanto, a proposta acrescenta parágrafo único ao art. 51 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação brasileira, estabelecendo que “o ingresso nas universidades e instituições de educação superior federais será feito com base em programas de avaliação seriada, realizados mediante a aplicação de provas ao final de cada ano do Ensino Médio”.

Durante a realização do Projeto Jovem Senador, a proposição recebeu emenda destinada a assegurar que a avaliação seriada se constituísse em um dos mecanismos de acesso ao Ensino Superior nas instituições federais, garantindo-se a manutenção de outros processos seletivos, como o vestibular tradicional e o Exame Nacional do Ensino Médio.

Entre as justificativas para a inovação, a estudante argumenta que a avaliação seriada pode imprimir maior equidade ao processo seletivo, além de contribuir para a eliminação da tensão pré-vestibular.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, à exceção de partidos políticos com representação política no Congresso Nacional.

De acordo com o parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, do Senado Federal, mediante a qual é criado o “Programa Senado Jovem Brasileiro”, no âmbito do Senado Federal, as proposições legislativas aprovadas e publicadas nos termos do referido normativo, terão o tratamento de sugestão legislativa previsto no mencionado art. 102-E, inciso I, do RISF.

Assim, do ponto de vista regimental, está configurada a legitimidade da CDH para apreciar a matéria.

No que concerne ao mérito entendo, preliminarmente, que a matéria, em si, é de oportuna discussão. De fato, a incorporação da proposta ao ordenamento jurídico brasileiro representará avanço nas políticas públicas da educação.

A Proposição da Jovem Senadora merece o aperfeiçoamento de possibilitar que o vestibular continue sendo uma das formas de acesso ao ensino superior. É sabido que o ingresso dos brasileiros na faculdade pode dar-se tardiamente, anos ou décadas após a conclusão do ensino médio, o que torna inviável a aplicação de modalidade seriada de ingresso na formação superior para essas pessoas.

Isso posto, cabe enfatizar aspecto da maior relevância à etapa atual em que a proposição se encontra, qual seja a da participação social no processo legislativo brasileiro por parte da sociedade que, neste caso, se faz representar por sua juventude, sob a égide do Programa Senado Jovem Brasileiro.

Nesse enfoque, ganha acentuada importância a formação política para a juventude participante do Programa, o que favorece o desenvolvimento de uma conscientização política precoce e necessária à formação de cidadãos mais participativos e preocupados com o cenário institucional do Poder Legislativo brasileiro.

Levando-se em conta esse aspecto, furto-me da possibilidade de apresentar aperfeiçoamentos, ou análises regimentais mais incisivas acerca da Sugestão, que opto por acatar na forma como se encontra, em respeito e consideração para com sua autora e o Programa.

Convertida em proposição legislativa, é certo que eventuais ajustes e considerações regimentais comporão o caminho que percorrerá, conforme a técnica legislativa e os ritos processuais típicos da iniciativa.

Encerro, portanto, parabenizando a autora da Sugestão nº 24, de 2011, a Jovem Senadora Jéssica Renata G. Perez pela preocupação que apresenta com o acesso dos estudantes brasileiros ao ensino superior, ensejando votos de que sua vida seja percorrida no caminho da cidadania plena e da luta por maiores e melhores conquistas para todos nós brasileiros.

Voto.

Em vista do exposto, somos pela aprovação da Sugestão nº 24, de 2011, na forma como se encontra. Este é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita.

Em discussão. (*Pausa.*)

A matéria sai de pauta momentaneamente, porque não temos assinaturas suficientes corresponde a dez no livro.

Agora, Senadora Ana Rita novamente, item 17.

ITEM 17

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 30, DE 2008

– Não Terminativo –

Altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória.

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 421, DE 2008

– Não Terminativo –

Altera o Código Penal, a Lei de Execução Penal e a Lei dos Crimes Hediondos, para tornar mais rigorosa a progressão entre regimes penitenciários e a concessão de livramento condicional.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senadora Ana Rita

O relatório já foi lido, Senadora, e foi pedida vista. Não há necessidade de leitura. (*Pausa.*)

Senador Paulo Davim, nós pedimos que V. Ex^a leia o Projeto de Lei da Câmara nº 305, do item 13, página 90.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 305, DE 2009

– Terminativo –

Dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Autoria: Deputado Neilton Mulim.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Pela aprovação, com a Emenda nº 01-CE, que apresenta.

Com a palavra o Senador Paulo Davim, como Relator *ad hoc*, para proferir o parecer.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 305, de 2009 (Projeto de Lei nº 48, de 2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Neilton Mulim, chega à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para exame. A proposta altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), oferecendo nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para garantir, a irmãos, o acesso à mesma escola pública gratuita localizada próxima da residência.

O Deputado Neilton Mulim, ao justificar a apresentação do projeto, observa que crianças irmãs, muitas vezes gêmeas e de pequena idade, são prejudicadas e impedidas de conseguir matrícula no mesmo estabelecimento de ensino. Essa situação, para o autor da proposta, causa perplexidade e deve ser revertida.

O projeto foi aprovado na Comissão de Educação com emenda que visou a recuperar parcialmente a preocupação do autor, alterada durante a tramitação da proposta nas comissões da Câmara dos Deputados. No texto original, o foco eram os irmãos gêmeos. Análise.

No Senado Federal, a Comissão de Educação é o colegiado competente para opinar sobre proposições que tratem de normas gerais e diretrizes e bases da educação nacional, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Quanto aos aspectos relativos à proteção à infância, cabe à CDH a análise da proposta, conforme prevê o inciso VI do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal. Por se tratar de decisão terminativa, incumbe à CDH examinar também os aspectos constitucionais, jurídicos, regimentais e de técnica legislativa da iniciativa.

No que tange ao mérito, concordamos com a análise da Comissão de Educação, pois a iniciativa tem enorme relevância social: o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura o acesso à escola pública e gratuita próxima da residência do educando, mas seu texto não garante que irmãos consigam vaga na mesma escola. Ademais, concordamos com o entendimento

de que o texto aprovado na Câmara dos Deputados pode acarretar problemas incontornáveis para escolas que não oferecem vagas em todo o percurso da educação básica, da creche ao ensino médio. De fato, muitas escolas teriam sérias dificuldades em atender à demanda de famílias com irmãos de idades díspares.

Nesse sentido, acatamos o texto aprovado na Comissão de Educação: aquele colegiado, na perspectiva de minimizar os transtornos às instituições de ensino, alterou o texto do projeto, para garantir “acesso à escola pública, gratuita, próxima de sua residência” a irmãos que “frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica”.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009, e, no mérito, por sua aprovação, com a emenda aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a que se segue.

EMENDA Nº..., DE 2011

(Ao PLC nº 305, de 2009)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 305, de 2009, a seguinte redação:

Dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para garantir vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Paulo Davim, Relator *ad hoc* do Projeto nº 305, de 2009, que dá nova redação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, do Deputado Neilton Mulim e Relatoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Esse projeto sai momentaneamente da pauta, porque não temos número suficiente para deliberar.

Senador Roberto Requião, V. Ex^a poderia fazer uma leitura como Relator *ad hoc*? É um projeto do Senador Rodrigo Rollemberg.

ITEM 24

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 110, DE 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatoria: Senador João Durval

Relatório: Pela aprovação.

Senador Roberto Requião, para proferir o parecer, como Relator *ad hoc*.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Parecer de 2012, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa, sobre o projeto de Lei do Senado nº 110, de 2011, do Senador Rodrigo Rollemberg, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar.

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, cuja finalidade é alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar.

Conforme a alínea a do inciso III do art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Conselho Tutelar poderá, para promover o exercício de suas atribuições, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança. A mesma lei, porém, quando enumera os direitos das crianças e dos adolescentes, em seu art. 4º, inclui o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer. Ao ver do autor do PLS, o Conselho Tutelar deveria poder solicitar, também, serviços públicos nessas áreas. Por essa razão propõe a alteração da alínea a do inciso III do art. 136, do ECA, para dar aos conselheiros o poder de solicitar serviços públicos, para a boa execução de suas decisões, também nas áreas de cultura, esporte e lazer.

O PLS nº 110, de 2011, foi distribuído inicialmente para a Comissão de Constituição e Justiça, que aprovou seu texto sem qualquer reparo, dada a sua constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Nesta Comissão tampouco foram apresentadas emendas.

Análise.

O PLS nº 110, de 2011, vem, corretamente, ao exame desta Comissão por força do disposto no inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, que determina que a CDH opine sobre matéria de proteção à infância e à juventude.

A matéria constitui objeto de competência constitucional concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal (art. 24, inciso XV, da Constituição Federal), sendo a União competente para instituir os traços gerais dessa ordem normativa, que é exatamente o que ora se faz, quando se busca emendar o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ademais, novamente acompanhando a CCJ, o PLS nº 110, de 2011, encon-

tra-se redigido com a técnica legislativa adequada e em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito, a iniciativa é bastante louvável. Isso porque o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente, em mais de uma circunstância, estabelece o direito da criança e do adolescente à cultura, ao esporte e ao lazer, e considera tais atividades como formativas e necessárias a uma vida boa e sadia. Essa a razão pela qual os conselheiros tutelares deveriam poder, ao ver do PLS, requisitar também serviços públicos nas áreas de cultura, esporte e lazer. Essas atividades são necessárias às crianças e aos adolescentes, e os conselheiros tutelares têm a atribuição de promover as atividades necessárias à boa formação dessa parcela da população. Logo, a requisição de serviços nas áreas de cultura, esporte e lazer equivalem a dotar os conselhos tutelares dos instrumentos adequados para o correto desempenho de suas funções, o que é do melhor interesse da sociedade.

Em face do exposto, opino pelo caráter meritório do projeto e pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Roberto Requião. O projeto é de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg. O Relator original é o Senador João Durval; a leitura foi feita pelo Senador Roberto Requião. Sai de pauta por ser terminativo, e não temos ainda o número suficiente para votação.

Vamos agora ao item 22, página 208.

ITEM 22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 456, DE 2009

– Terminativo –

Autoriza a União a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para treinar cães-guia e destiná-los a pessoas com deficiência visual.

Autoria: Senador Gim Argello

Relatoria: Senador João Durval

Relatório: Pela aprovação, com quatro emendas que apresenta.

Pergunto à Senadora Ana Rita se poderia fazer a leitura até que tenhamos número suficiente para iniciar as votações. Se V. Exª puder fazer o relatório como Relatora *ad hoc*, nós agradecemos.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, vou fazer logo a leitura da análise do projeto.

Ao analisar o PLS nº 456, de 2009, percebe-se a importância do projeto apresentado, que visa a favorecer os deficientes visuais, oferecendo-lhes a ajuda

técnica necessária para que tenham uma vida digna, tendo acesso aos bens e serviços de uso coletivo. O projeto combate a marginalização e o preconceito, concorre para afastar a discriminação, materializa o princípio da dignidade humana, além de ajudar a promover a igualdade e o respeito aos direitos humanos. Guarda, portanto, perfeita sincronia com a Lei Maior, que consagra esses valores e que atribui ao conjunto dos entes federativos a competência de cuidar da saúde, assistência pública, proteção e garantia das pessoas com deficiência.

A matéria, em referência a sua constitucionalidade, atende aos requisitos formais de competência, iniciativa, respeito às cláusulas pétreas e adequação da espécie legislativa previstos na Carta Política de 1988.

Obedece, ainda, ao disposto no Regimento Interno do Senado Federal, não havendo obstáculos que se interponham à sua regular tramitação.

Cabe ressaltar que, apesar da polêmica sobre a juridicidade dos projetos de lei autorizativa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa (baseada no relatório elaborado pelo jurista e Senador Josaphat Marinho) pronunciou-se favoravelmente, portanto, não se observa qualquer impedimento jurídico.

Além de que, constitui prática rotineira no direito interno a realização de convênios entre a União e entidades sem fins lucrativos para a oferta de determinados serviços de interesse público, caso típico do treinamento de cães-guias.

Aliás, por ajudar a promover a autonomia das pessoas com deficiência visual, esse serviço encontra justificação plena na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, respectivamente responsáveis por firmar critérios básicos de apoio às pessoas com deficiência e normas gerais de acessibilidade. Portanto, torna-se incontestável a adequação do projeto sob exame ao ordenamento jurídico interno de proteção ao segmento em foco.

Em relação às disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, note-se, por exemplo, que as expressões “pessoas com deficiência visual contempladas com os cães-guia”, “pessoas beneficiadas” e “beneficiários” são empregadas em sinonímia, contra a letra da lei e em prejuízo da precisão e da segurança jurídica esperadas de um texto legal.

Observe-se, ainda, que o termo “treinamento” se reporta tanto aos cães quanto às pessoas com deficiência visual, numa prova inequívoca de imprecisão vocabular.

Por último, e não menos importante, parece conveniente fazer duas interferências de conteúdo no tex-

to do PLS. Primeiro, impõe-se eliminar a qualificação inicial da clientela-alvo do projeto (os que “necessitem mais de cão-guia em razão da severidade da deficiência ou de condições peculiares que dificultem o uso de auxílios menos onerosos”), por seu alto grau de subjetividade e pela falta de vínculo entre tal critério e a natureza assistencialista da medida proposta, a ser bancada pelo orçamento da assistência social. Além disso, deve-se ampliar um pouco mais a abrangência expressa dos convênios, para resguardar a cobertura de toda a cadeia envolvida na utilização dos cães-guia, na qual se inserem a formação e a manutenção dos animais, a destinação daqueles que já não podem mais guiar e a formação dos treinadores.

Voto.

Em face do exposto, concluímos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2009, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1– CDH

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2009, a seguinte redação:

Autoriza a União a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para o fornecimento de cães-guia a pessoas com deficiência visual.

EMENDA Nº 2– CDH

Dê-se art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2009, a seguinte redação:

Art. 1º A União fica autorizada a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para o fornecimento de cães-guia a pessoas com deficiência visual.

§ 1º Os convênios poderão abranger:

I – a formação de cães-guia, nela incluída a fase de instrução dos usuários;

II – a manutenção dos cães-guia;

III – a destinação dos cães-guia reformados;

IV – a formação de treinadores de cães-guia.

§ 2º O fornecimento de que trata o caput beneficiará a pessoa com deficiência visual que comprove não dispor de recursos financeiros para providenciar a formação de cão-guia para si.

§ 3º As entidades referidas no caput deverão comprovar capacidade técnica para a formação de cães-guia.

EMENDA Nº 3– CDH

Dê-se art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2009, a seguinte redação:

Art. 2º É vedado, às entidades conveniadas, em decorrência do disposto nesta Lei, cobrar dos usuários qualquer valor ou deles exigir qualquer vantagem pelo fornecimento de cães-guia.

EMENDA Nº 4– CDH

Dê-se art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2009, a seguinte redação:

Art. 3º O usuário deverá zelar pela saúde e pelo bem-estar do respectivo cão-guia.

Parágrafo único: No caso de maus tratos ou negligência, o usuário estará sujeito à perda de cão-guia, sem prejuízo das demais medidas administrativas, civis ou criminais cabíveis.

Esse é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos à Senadora Ana Rita por esse belíssimo projeto, de autoria do Senador Gim Argello, cujo relator original foi o Senador João Durval, que quer garantir o apoio ao treinamento dos cães-guia. O projeto autoriza a União a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para treinar cães-guia e destiná-los a pessoas com deficiência visual.

Eu cumprimento o relator, a relatora e o autor, pela importância do cão-guia. O Luciano, que é cego e trabalha no meu gabinete, tem o cão-guia. O cão-guia é os olhos do Luciano. Ele anda por todo o gabinete, anda pela Casa, pelo Congresso, pelo plenário. O cão é o amigo número um dele, e já se tornou amigo do gabinete e de nós todos aqui no Congresso. Então, esse projeto vai nesse sentido. E eu tenho outro menino – menino é modo de dizer –, o Sr. Santos Fagundes, no Rio Grande do Sul, que também é cego, e eles dizem a falta que temos no País de cães-guia para conduzi-los. O cão-guia é o defensor da vida deles, em todos os sentidos. Se alguém tentar tocar neles, eles não deixam, claro, sem a aceitação do cego ou da cega.

Só estou cumprimentando V. Exª, como relatora *ad hoc*, pelo belíssimo projeto, que vai incentivar a formação de cães, para que eles sejam guias das pessoas com deficiência visual.

Parabéns a V. Exª.

Passo a palavra ao Senador Paulo Davim, para que ele faça a exposição de seu voto de solidariedade. Já está na mesa?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Está na mesa, Sr. Presidente.

Eu só gostaria de solicitar a inclusão na pauta do nosso requerimento, conforme combinamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso! Então, os que aceitam que o requerimento do Senador Paulo Davim, que vou ler, seja incluído na pauta, vão se posicionar na hora em que eu pedir o voto.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 73, DE 2012:

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado, nos Anais da Comissão, voto de solidariedade e apoio à apresentadora Xuxa Meneghel, por sua ação corajosa em entrevista ao programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, no dia 20 do corrente.

Justificativa.

A apresentadora Xuxa Meneghel, reconhecido ídolo infanto-juvenil, admitiu publicamente ter sofrido abuso sexual na infância e na adolescência, atitude que certamente vai encorajar crianças e adolescentes, além de mães e responsáveis, a também denunciar abusos ocorridos.

Senador Paulo Davim.

Os que concordam com a aprovação do requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao mérito, porque entendo que ninguém vai contestar; pelo contrário, vão concordar com a aprovação deste requerimento, para que eu remeta, em nome da Comissão, a iniciativa do Senador Paulo Davim ao Plenário do Senado, que, por sua vez, se aprovado, vai remeter então à própria Rede Globo, como também à apresentadora Xuxa Meneghel.

Em votação.

Os que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado este requerimento.

Ainda falta um para entrarmos na nossa pauta. Este, como é apenas um requerimento de solidariedade...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

Falta uma assinatura para votarmos os não terminativos.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Enquanto aguardamos o quórum, peço permissão para falar de uma audiência pública que não acontecerá na Comissão de Direitos Humanos, acontecerá na Comissão de Educação, que foi solicitada por V. Ex^a, com minha subscrição, uma vez que não faço parte da Comissão de Educação.

Quero lhe agradecer a gentileza de V. Ex^a em ter encaminhado o requerimento, que a princípio encaminhei a esta Comissão de Direitos Humanos, mas alguns Colegas acharam melhor que esse requerimento fosse lido e aprovado na Comissão de Educação, e eu concordei.

Trata-se da audiência pública que acontecerá no dia 13 de junho, para discutirmos as cotas de patrocí-

nio dos clubes brasileiros no Brasileirão. E eu vou até explicar o porquê dessa nossa preocupação.

Na verdade, nós entendemos que o futebol é um esporte da alma do brasileiro. É o esporte que mais promove a integração regional do Brasil, a integração dos povos. Pois bem, enquanto no Brasil nós discutimos as cotas, com o objetivo de homogeneizar o povo brasileiro, as regiões, as classes sociais, é exatamente no futebol, que é a paixão do brasileiro, onde nós encontramos as maiores diferenças e nos deparamos com elas. Para se ter ideia, existem clubes que recebem cotas de patrocínio através da CBF, que vende o direito de imagem para empresa privada de televisão, que variam muito, sem critérios. Um clube de futebol de determinado Estado recebe R\$16 milhões, R\$30 milhões, enquanto outros clubes, sobretudo do Nordeste, recebem R\$1,5 milhão!

Eu vou dar um exemplo: o Bragantino, um clube do interior paulista, recebe de cotas de patrocínio, R\$16,5 milhões; o ABC, o América, o Ceará, o Fortaleza recebem R\$1,5 milhão!

Então, que critérios são esses?

Assim, nós precisamos estabelecer critérios. A gente precisa trabalhar para que o futebol seja um esporte de integração e homogeneização dos povos, das regiões, já que o futebol é um esporte importante para o povo brasileiro.

E essa audiência pública se dará no dia 13 de junho, na Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Estaremos lá com V. Ex^a.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, tendo em conta que nós temos quórum para votação, eu queria sugerir, para o funcionamento do nosso trabalho, que tem geralmente uma pauta muito larga, que nós pudéssemos votar todos os não terminativos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Acatado. E já foi cumprido todo o processo regimental: todos foram lidos, terminativos e não terminativos. E, no início da reunião, V. Ex^a pediu que eu invertesse a pauta, assim o fiz, e já foi aprovado que o Item 11 seria o primeiro.

Então, vamos à votação do Item 11.

Alguém quer discutir a matéria ainda?

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, passamos à votação da matéria.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Palmas.)*

Vamos ao próximo, cujo relatório já foi lido.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Quem concorda com a Relatora permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 17.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam com o parecer da relatora permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 22.

Esse é terminativo. Estamos tratando somente dos não terminativos.

Logo após a leitura, vamos abrir a palavra e a aprovação dos não terminativos, conforme foi combinado.

Todos os itens não terminativos foram votados. É isso? *(Pausa.)*

Se houver alguma dúvida, sempre há tempo.

Eu vou agora ler os requerimentos.

Como eu vou ler os requerimentos, e eles não dependem de quórum – o quórum já está assegurado –, se V. Ex^{as} quiserem, podem usar da palavra neste momento. Em seguida, eu vou ler os requerimentos, que entendo são audiências públicas e imagino que todas serão aprovadas por unanimidade.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Senadora Lídice da Mata é Relatora do projeto que foi aprovado.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Só para destacar, Sr. Presidente – e agradecer a todos que participaram dessa votação, que nos deram quórum –, a importância desse gesto do Senado Federal hoje aqui. E quero parabenizar também a Senadora Marta Suplicy, pela iniciativa, e V. Ex^a, pela condução dos trabalhos.

Eu fico muito feliz de ter podido relatar um projeto com essa significância para a sociedade brasileira, significando, acima de tudo, o respeito aos direitos humanos e à integridade da pessoa no nosso País.

Portanto, eu quero parabenizar todos os Senadores que puderam contribuir com esse processo.

E agora vamos à fase terminativa do projeto, na CCJ.

Sr. Presidente, infelizmente eu terei que me retirar, porque já começou a CPMI, e preciso estar presente lá. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Lídice da Mata, relatora do projeto.

A SR^a MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar a Relatora Lídice da Mata, que fez um lindo e brilhante relatório e se empenhou também na aprovação do projeto.

Quero dizer que considero hoje um dia histórico para o Senado, a primeira conquista – para não colocar em termos de vitória, de disputa, de perda – das pessoas homossexuais aqui no Congresso Nacional, em 16 anos, Senador. Dezesesseis anos, não! Acho que desde sempre, porque, aqui no Senado, nunca houve, e na Câmara também não tivemos.

Estou bastante emocionada com o que está acontecendo, e, para as pessoas que estão nos assistindo, o que hoje nós estamos conquistando é o que o Supremo Tribunal Federal fez, ao dar possibilidade às pessoas homossexuais da união estável igual à dos heterossexuais. O que nós estamos fazendo é simplesmente colocar no Código Civil o que já estava ganho pelo Supremo Tribunal Federal. E eu vou ler o que foi conquistado, que “passa a ficar conhecida como entidade familiar a união estável entre duas pessoas, configurada na convivência pública, contínua e duradoura, e estabelecida com o objetivo de constituição de família, excluída, pois, a exigência de que a relação seja travada entre homem e mulher.” É exatamente o que o Supremo Tribunal Federal conquistou para toda essa população e que hoje o Senado, na Comissão de Direitos Humanos, aprova.

Fico muito feliz e agradeço a todos os Senadores que aqui estiveram e que possibilitaram essa conquista.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Marta Suplicy. Cumprimento V. Ex^a pela aprovação do seu projeto e que dizer que o projeto foi distribuído na pauta normalmente publicada e nós votamos no momento em que todos os debates haviam sido concluídos, principalmente os não terminativos. Os terminativos serão votados no momento adequado.

E quero dizer, também, que retiramos de pauta, a pedido do Senador Magno Malta, três projetos. Então, como não houve nenhum obstáculo, a Casa está de pa-

rabéns porque vota por unanimidade uma matéria tão polêmica e agora a CCJ continua o debate. Como disse V. Ex^a, uma decisão já tomada pelo Supremo Tribunal Federal, e a Comissão de Direitos Humanos tomou aqui a sua posição pela unanimidade dos seus pares. Parabéns a vocês todos.

Agora, vou à leitura dos requerimentos que foram encaminhados, das audiências públicas que normalmente realizamos nas segundas-feiras.

ITEM 1

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 66, DE 2012

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do RISF, requero a realização de audiência pública para debater a violência contra os jornalistas brasileiros e estrangeiros.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Esta audiência pública já está marcada para a próxima segunda-feira, às 9 horas.

Em votação.

Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Já está assegurada, inclusive, a presença de familiares de jornalistas assassinados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Item 2:

ITEM 2

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 67, DE 2012

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do RISF, requero a realização de audiência pública para debater a participação legislativa e o programa e-cidadania do Senado Federal.

Autoria: Senador Paulo Paim

Cumprimento o Senador José Sarney e a Senadora Marta Suplicy, é um belo programa, que visa fortalecer esta própria Comissão, porque esta é a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

A Mesa do Congresso fez um belo programa, que vai permitir que o cidadão contribua pela Internet, pelas redes sociais, com propostas diretas ao Senado Federal, que por sua vez, ao receber, as encaminha para esta Comissão, a Comissão dá o seu parecer e as remete para as respectivas Comissões. Então, é

importante essa audiência pública, que vai ser de esclarecimento a todo o povo brasileiro a respeito dessa iniciativa tão importante da direção da Casa.

Em votação.

Aqueles que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 3:

ITEM 3

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 68, DE 2012

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do RISF, requero a realização de audiência pública para debater a proteção à fauna marinha, o meio ambiente aquático e a perseguição a ativistas ambientais a nível internacional.

Autoria: Senador Paulo Paim

Teremos aqui alguns convidados, inclusive um representante do ambientalista que está preso na Alemanha.

Em votação.

Aqueles que concordam com o teor do requerimento, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 4:

ITEM 4

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 69, DE 2012

Requero a realização de audiência pública para debater o salário dos trabalhadores e o PIB nacional.

Autoria: Senador Paulo Paim

Em votação.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 5:

ITEM 5

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 70, DE 2012

Requero a realização de audiência pública para debater o Dia Internacional da Educação.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Em votação.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 6:

ITEM 6

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 71, DE 2012

Requeiro a realização de audiência pública para debater o direito a terra para os indígenas.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros

Em votação.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 7:

ITEM 7

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 72, DE 2012

Requeiro a realização de audiência pública para debater o Dia Internacional do Comissário de Voo.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Está havendo um movimento para diminuir o número de comissários de voo. Consequentemente, virou uma questão de segurança e direitos humanos, e teremos aqui, também, uma audiência pública para discutir a questão da segurança nos voos.

Em votação.

Aqueles que concordam com o requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Teremos ainda dois requerimentos extrapauta. Vou ler o teor do requerimento para que todos possam se situar, se concordam que eles entrem extrapauta, e na sequência com o mérito.

Então, vou ler o mérito para situar a todos.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 74, DE 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater as Condições de Trabalho e Segurança da Perícia

Médica do INSS. Para tanto gostaríamos que fossem convidados o Dr. Roberto D'Ávila presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM, o Sr. Geilson Gomes de Oliveira, presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social – ANMP, Sr. Mauro Hauschild, presidente do INSS e o Sr. Wanderley Codó, professor da Universidade de Brasília – UNB e outros a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

É um pedido dos peritos.

Em votação.

Aqueles que concordam com o teor para que entre extrapauta, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a entrada extrapauta.

Aqueles que concordam com o mérito, que eu já anunciei, também permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Por fim, é o último.

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 75, DE 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater as barreiras criadas pela Argentina aos Produtos Brasileiros. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Pretendemos, inclusive, fazer em parceria com a Comissão de Trabalho e Previdência, que presidimos lá na Comissão de Assuntos Sociais.

Essa foi uma iniciativa provocada pelo Deputado Osmar Terra, do PMDB do Rio Grande do Sul, que nos procurou. Acatamos a sua solicitação pela importância desse debate.

Em votação.

Os que concordam com o requerimento extrapauta, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação, no mérito.

Os que concordam com o mérito, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Essa audiência pública está marcada, se não me engano, para o dia 12 de junho, às 9 horas.

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada esta reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 01 minuto.)

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 28 DE MAIO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e seis minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador (**Paulo Paim**), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores **Paulo Paim, Vicentinho Alves e Cristovam Buarque**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **Pauta: Item Único**. Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 66-CHD, 2012, que requer a realização de audiência pública para debater a violência contra os jornalistas brasileiros e estrangeiros. Autoria: Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente exibe o vídeo do depoimento do convidado Senhor João Paulo Charleaux, Jornalista, acessado na internet, em 28/05/2012: sítio: <http://www.youtube.com/watch?v=-NFk-IVX_DU> Convidados: Celso Schröder, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ; Leonardo Monteiro, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Maranhão; Suzana Blass, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro; Francisco Pereira da Silva, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Rádio e Televisão; Sionei Ricardo Leão, Coordenador da Comissão dos Jornalistas pela Integração Racial – COJIRA; Joedson Alves da Silva, Jornalista; Lincon Macário Maia, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal e Fernando Bizerra Júnior, Repórter fotográfico. Usa a palavra o Senador **Paulo Paim**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado

Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 66, de 2012, aprovado em 24/5/2012, de autoria deste Senador e de outros, com o objetivo de debater a violência contra jornalistas brasileiros e estrangeiros.

Convidados: Celso Schröder, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas; Leonardo Monteiro, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Maranhão; Suzana Blass, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro; Francisco Pereira da Silva, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Rádio e Televisão; Sionei Ricardo Leão, Coordenador da Comissão dos Jornalistas pela Integração Racial; Fernando Cesar Mesquita, Diretor de Comunicação do Senado; Joedson Alves da Silva, jornalista; Jonas Valente, Secretário-Geral do Sindicato de Jornalistas Profissionais do DF, e Fernando Bezerra Júnior, repórter fotográfico e militante da causa dos jornalistas.

Eu havia anunciado que os nossos painelistas terão liberdade total para falar sobre a situação da liberdade de imprensa, agressão a jornalistas, a PEC dos jornalistas e sobre os assassinatos que vêm acontecendo. Eu mesmo, pelo Twitter, na sexta-feira, quando fiquei sabendo, me manifestei sobre a prisão do jornalista na Síria. Então, vou introduzir aqui, para que todo o Brasil ouça, mais uma vez, a situação do jornalista, conforme informação que recebi agora de manhã.

Após prisão, o jornalista brasileiro aguarda permissão para deixar a Síria. O Itamaraty não deu detalhes ainda sobre a situação do jornalista, mas disse que ele não está mais preso e passa bem. Enfim, o jornalista brasileiro aguarda permissão para deixar a Síria, após ter sido preso e depois libertado, afirma o Ministério das Relações Exteriores, ainda nesta segunda.

O Itamaraty não informou o nome do profissional, nem deu detalhes sobre o caso. Mas nós todos sabemos o nome do profissional e temos detalhe.

As informações que nos chegaram, confirmo aqui: Klester Cavalcanti, de 42 anos, que trabalhou em importantes veículos da imprensa, como as revistas

Veja e Istoé. Autor de vários livros e ganhou por duas vezes, em 2005 e 2007, o Prêmio Jabuti de Literatura.

Segundo informação, o jornalista se encontra em boas condições físicas, não sofreu maus-tratos. Mas, enfim, está esperando as negociações diplomáticas para que ele possa sair da Síria.

Mortes de jornalistas revelam dificuldades de cobertura na Síria. O Ministério de Relações Exteriores afirmou que a Embaixada do Brasil em Damasco está em contato com o governo sírio, para que a situação do brasileiro seja regularizada e ele possa deixar aquele país, a Síria.

A Síria vive uma onda de violência há mais de um ano, quando teve início a revolta popular contra o Presidente daquele país. O conflito se tornou uma das tarefas mais difíceis e perigosas dos últimos anos para os jornalistas, pelo menos sete morreram enquanto cobriam a revolta.

A recusa do governo sírio em permitir que os jornalistas estrangeiros circulem livremente por todo o país tem estimulado alguns a atravessar a fronteira pelo Líbano ou Turquia, correndo um grande risco pessoal no exercício da sua atividade.

Ao longo do caminho, os jornalistas têm enfrentado uma combinação única de desafios, incluindo péssimo sinal de celular e conexões à Internet, ausência de uma clara linha de frente e a constante ameaça de serem capturados pelas forças de segurança do governo sírio.

Alguns jornalistas receberam permissão para entrar na Síria, através da sua capital Damasco, mas eles relataram terem sido seguidos pela polícia secreta e proibidos de transitar livremente pelo país.

Desde março do ano passado, os confrontos da Síria deixaram mais de 9 mil mortos, de acordo com a estimativa da ONU.

Enfim, acho que, nesta audiência pública, podemos aqui conversar mais sobre esse caso, que é um dos casos em que nós aqui, se necessário for, e acho que assim será o encaminhamento, aprovaremos uma moção de discordância em relação ao que está fazendo o governo sírio e a mandaremos à Embaixada da Síria hoje, pedindo que o brasileiro tenha o direito de deixar aquele país ainda no dia de hoje. Já fizemos essa manifestação, mas hoje aqui faremos oficialmente em nome de toda a Comissão de Direitos Humanos.

Queria aproveitar também, antes de convidar a Mesa, para fazer aqui uma rápida introdução, já que, nesse horário e na segunda, estamos ao vivo pela rede de TV e todos os canais da Internet, os alternativos aqui do Senado e pela Rádio Senado, e situar um pouco aqueles que vão assistir aqui ao nosso debate sobre o porquê da audiência de hoje.

Hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater a violência contra jornalistas brasileiros e estrangeiros, tendo visto a cada dia casos e mais casos de profissionais da imprensa sofrendo perseguições, ameaças, violências física e psicológica por conta da divulgação de informações.

No nosso País, mesmo com a liberdade de imprensa, o trabalho dos jornalistas ainda é dificultado. Produzir reportagens e investigar se tornou sinônimo de perigo no Brasil e no mundo.

No começo deste mês, representantes de associações e sindicatos de jornalistas de todo o Brasil reuniram-se com a Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, para debater sobre ações que visem a reduzir os casos de violência contra os profissionais. Diante disso, o Governo brasileiro decidiu que criará um comitê, chamado também de observatório, para acompanhar os casos de violência, centralizar informações, além de fazer levantamento dos dados estatísticos e de agressões a jornalistas e demais profissionais da área da comunicação.

Segundo Maurício Azêdo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, a violência contra jornalistas é um problema extremamente grave, porque envolve não apenas a integridade física dos jornalistas e o direito do exercício da profissão, mas também o direito do conjunto da sociedade, que é a liberdade de expressão e acesso à informação.

Quero aqui destacar que, conforme dados da Federação Nacional dos Jornalistas, de cada dez casos de violência contra jornalistas, seis ocorrem contra profissionais da área política.

No início deste mês, a associação de jornalismo de seis países, entre eles o Brasil, divulgou documento que mostra a violência contra profissionais da área na América Latina. O documento é nomeado Declaração de Santiago sobre a liberdade de imprensa na América Latina. Mostra a importância da liberdade de imprensa para a garantia da democracia e controle dos cidadãos, pelo povo, dos atos das mais diversas autoridades.

Dados da organização não governamental Comitê de Proteção aos Jornalistas mostram que, em regiões conflituosas, o homicídio deliberado de jornalistas infelizmente é comum. E ainda diz que 40% das vítimas assassinadas em todo o mundo sofrem ameaças antes da execução. Outra informação que assusta é que, em cada cinco casos de mortes registradas, ao menos um jornalista antes de assassinado é torturado.

O Comitê de Proteção aos Jornalistas elaborou ainda lista que mostra a posição dos países mais impunes do mundo quando o assunto é tortura e assassinato de jornalistas. Em primeiro lugar está o Iraque,

depois vem Somália em segundo; em terceiro, Filipinas; quarto, Sri Lanka; quinto, Colômbia; sexto, Nepal; sétimo, Afeganistão; oitavo, México; em nono, a Rússia; décimo, Paquistão; em décimo primeiro, está o Brasil e, na décima segunda posição, está a Índia.

Só em 2011, em toda a América do Sul, foram registradas 29 mortes, o que equivale a um terço do total mundial. Ou seja, um terço dos que morreram no mundo todo assassinados, torturados, morreu na América Latina.

Então, se foram quase 30, devem ter sido em torno de 90. Em torno de 90; e praticamente 30 foram na América do Sul.

Só em 2011, repito, para que todos entendam, só em 2011, em toda a América do Sul, foram registradas 29 mortes, o que equivale a um terço do total mundial.

Enfim, há diversos debates aqui, há um projeto na Câmara dos Deputados, o 10.446, de 8 de maio de 2012, para dispor sobre a participação da Polícia Federal na investigação de crimes em que houver omissão ou ineficiência das esferas competentes em crime contra a atividade jornalística.

Hoje, aqui na CDH, vamos discutir maneira de impedir ou pelo menos de reduzir o número de casos de violência contra jornalistas no Brasil e no mundo. É preciso garantir a liberdade de imprensa, é preciso garantir segurança no exercício da profissão.

Vamos iniciar, então, nossa reunião. Vamos fazer mais de uma Mesa. Eu convido, para a primeira Mesa, pela ordem aqui organizada pela assessoria, o número um. Não é que seja número 1, todos são importantes para mim, ninguém se sinta, se entrar na segunda Mesa... Não fui eu que organizei, é que o Celso é gaúcho. E foi um dos primeiros a fazer campanha gratuita para mim, há 30 anos. Então, fique tranquilo. Há 30 anos fazia meus desenhos, organizava minha campanha quando eu era um peão metalúrgico. Espero que não tenha se arrependido ainda...

Então, eu começo chamando o Celso Schröder, amigo de tantos anos, que é Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas. *(Palmas.)* Vamos dar uma salva de palmas para cada um que venha aqui, porque são todos militantes da causa dos direitos humanos. Muito mais do que jornalistas, eu diria que são militantes da causa dos direitos humanos no Brasil e no mundo.

Convido também o Leonardo Monteiro, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Maranhão. *(Palmas.)* No Maranhão, onde houve recentemente o assassinato de um jornalista.

Susana Blass, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro; está aqui conosco também. *(Palmas.)*

E ainda nessa Mesa, Francisco Pereira da Silva, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores de Rádio e Televisão. *(Palmas.)*

Essa seria a primeira Mesa.

Seguindo aqui a orientação da nossa assessoria, que organizou a reunião, nós teríamos agora o depoimento do jornalista João Paulo Charleaux, Coordenador de Comunicação da ONG Conectas, que dá um depoimento. Ele foi convidado, não pôde vir, mas fez questão de mandar esse material para colocarmos na abertura da reunião. Vamos lá, então. Em seguida, vamos aos painelistas.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o depoimento do jornalista João Paulo, Coordenador da ONG Conectas, que estava convidado, não pôde vir, mas deu o seu depoimento. Ele usou 7 minutos. Nós daremos aqui, para cada um da Mesa presente, 10 minutos com mais 5 e, se for necessário, mais 5.

Começamos, então, com o Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, companheiro Celso Schröder. Companheiro! Mas que companheiro? Eu diria meu amigo, meu amigo desde quando eu comecei na política, há mais de trinta anos, não é Celso?

Celso Schröder, com a palavra.

O SR. CELSO SCHRÖDER – Obrigado, Senador Paim, companheiro e amigo Paim, e eu tenho o grande orgulho de ter participado do início da sua carreira política parlamentar, não é? Na verdade já tinha uma importante carreira política sindical, na qual, inclusive, quero dizer que eu me pauto muito.

Quero agradecer o convite e a possibilidade de fazer este debate que nos parece fundamental, Senador. Dadas as circunstâncias em que ocorre, no Brasil, um crescimento de violência contra jornalistas e comunicadores de uma maneira geral, mas jornalistas, que é, vamos dizer, o foco que eu pretendo dar... E é verdade que não só no Brasil. Isso é verdade, não só no Brasil. No mundo todo. E parece que esse aumento, seria um pouco irresponsável afirmar, mas há um sentimento de que esse aumento começa, ou tem um crescimento após o ataque ao hotel em Bagdá, quando as tropas americanas viram os tanques, atiram, ferem e matam jornalistas da Reuters naquele momento.

A partir dali, parece que houve uma certa flexibilização do Estado ou dos Estados nacionais, inclusive há uma tensão sobre as organizações internacionais para que se atue sobre os Estados, na medida em que aumentaram os crimes contra jornalistas, seja em situações de guerra, seja em situações de violência do cotidiano, que também é um problema, sejam outros

tipos de violência, que eu quero, de alguma maneira, me referir aqui, se o senhor me permitir.

Acho que o dado importante que nós temos que ter é que, no País, no Brasil, embora numa situação clara de liberdade de expressão, visivelmente, internacionalmente reconhecida como de Estado de direito consolidado, garantido, ou seja, após a democratização do País não há nenhum tipo de ação estatal, pelo menos perceptível, de censura, a violência e, de alguma maneira, o cerceamento da liberdade de expressão tem crescido. E eu acho que o País, o Estado brasileiro tem que ficar atento a isso, seja do ponto de vista de violência mais expressa, mais reconhecida, como é a morte, como é a tortura, como é a agressão, mas também de violências sutis, de violências de impedimento da liberdade de expressão no cotidiano do trabalho e, portanto, de alguma maneira também enquadrada nesse grande guarda-chuva da liberdade de expressão e da violência contra o jornalismo.

Quanto a esse crescimento no País, há alguns dados. A Fenaj tem um relatório anual de 2010, publicado. Temos o de 2011 sendo sistematizado agora e o de 2012 já com dados brutos recolhidos. No País, ao contrário de alguns outros países, por exemplo, Colômbia, México, obviamente Iraque e Paquistão, onde a origem da violência está na cobertura da situação de conflito, na situação de guerra, na situação de violência explícita, no Brasil, os dados que nós temos é de que a origem da violência contra os jornalistas está na política, na cobertura da política, ou seja, não são os jornalistas que cobrem política, por exemplo, embora tenhamos vários, e no Rio de Janeiro temos vários casos. Mas é na área da política que se acaba desencadeando uma tensão, assim como no caso da polícia também, uma tensão que acaba resultando em violência, morte ou não, dependendo da capacidade de investigação, que nem sempre acontece, o que é um outro problema a que eu queria também referir.

Ou seja, então o crescimento, nós temos que compreender que, no mundo, ele acontece a partir de uma certa sinalização de que a imprensa deixa de ser uma organização protegida. E mesmo quanto a organizações como, por exemplo, a Cruz Vermelha, o signo da Cruz Vermelha, durante muitos anos, foi de proteção aos profissionais, aos atuantes, de um tempo para cá, passou a ser de alvo. A imprensa também, ou seja, em nível internacional, os crachás, as identificações de imprensa, ao invés de proteger, estão se transformando, ao longo desses últimos períodos, em espécie de alvo e, portanto, não são vítimas mais ocasionais os profissionais da imprensa.

Estou falando isso em nível internacional e, no Brasil, parece-me que, de alguma maneira, isso também ocorre.

Se nós pegarmos países como o México, Colômbia um pouco menos, mas México e Colômbia, Honduras agora, o crime vem ocasionado por, vamos dizer, organizações paraestatais. Ou seja, ou o crime organizado, ou o narcotráfico, ou milícias paramilitares que atuam atendendo a interesses ou do próprio Estado ou de segmentos do Estado ou, como é o caso da Rússia, por exemplo, ou seja, máfias internas ao Estado que acabam atacando os jornalistas.

Isso é importante porque a morte dos jornalistas, então, sempre é... Claro que qualquer morte, de qualquer trabalhador, em qualquer circunstância, é uma morte que tem que ser combatida, evitada, etc., com protocolos que evitem essa morte, mas no caso dos jornalistas quase sempre é não só um ataque à organização e à liberdade de expressão, como foi referido – e é verdade isso – e aos direitos humanos, mas é um ataque ao Estado de direito, e esse é o grande problema, porque o objetivo é o Estado, é desestruturar o Estado, é atacar a democracia, atacar a República, e esse é o grande, parece-me, nó da questão: como é que os Estados enfrentam? No México, por exemplo, a situação está completamente... O Estado está quase refém de um crime, pelo menos em determinada região do México, refém do crime organizado, ou seja, que está por dentro do Estado, ou seja, tomou conta de vários momentos do Estado.

Então, o Brasil precisa enxergar o crescimento da morte de jornalistas, da violência contra jornalistas nessa perspectiva, me parece, Senador, como um sintoma de que, se nós não temos o crime organizado, felizmente, como temos em outros países, pode ser que tenhamos um início de organizações que começam a se preparar e a se apresentar como uma espécie de paraestado, uma espécie de Estado que tende a ocupar o espaço do Estado e cuja primeira trincheira de enfrentamento é com a imprensa, é com os jornalistas.

Então, me parece que isso é um dado interessante que nos obriga, a toda a sociedade brasileira e ao Estado brasileiro... E obviamente esta audiência tem esta importância: identificar, no aumento das mortes de jornalistas, de uma maneira geral, independente de entrar na questão da liberdade de expressão, dos direitos, a primeira questão que me parece fundamental é que é um ataque ao Estado de direito. Portanto, enfrentá-la me parece absolutamente relevante.

Uma das razões de crescimento, vamos dizer, além dos interesses que estão por trás, obviamente, da organização do crime, que vemos, o jornalismo e os jornalistas, um obstáculo de avançar, é a impunidade.

Nós não temos ainda dados da impunidade, mas há um sentimento de que os crimes contra jornalistas acabam não sendo investigados, ou mal investigados, ou produzidas provas insuficientes, ou processos de tal maneira que não chegam a julgamento.

Uma das primeiras formas e das mais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Daria para dizer que é na maioria dos casos?

O SR. CELSO SCHRÖDER – Na maioria dos casos nos parece que é isso. Nós não temos ainda um levantamento, o dado, e eu vou me referir ao...

Fizemos uma audiência com a Ministra Maria do Rosário e há uma proposta de se constituir um observatório no Brasil, a partir da Secretaria de Direitos Humanos, junto com organizações de jornalistas, organizações de comunicação, para que a gente acompanhe, de uma maneira mais sistematizada e mais sistêmica, essa situação. Mas nos parece que sim, que a impunidade é um elemento bastante construtor, digamos, dessa situação. E não é só no Brasil. De maneira geral, a impunidade, em todos os crimes, é um elemento de crescimento.

Por isso, a proposta referida pelo senhor aqui, de uma federalização dos crimes contra jornalistas, nos parece importante. Ela não soluciona a questão, mas distensionaria regiões onde os poderes políticos regionais são muito fortes ou onde o Estado não está consolidado na medida ou na mesma proporção que o Estado brasileiro conseguiu constituir-se nos centros do País, e garante uma investigação apurada e rápida. E, se não for apurada e rápida, em 90 dias, a União pode requerer. Essa proposta, esse projeto do Deputado Protógenes – vou me referir a ele por mérito – a Fenaj, a Federação está apoiando, os sindicatos do Brasil estão apoiando esse projeto, e é um projeto que nos parece que, do ponto de vista da impunidade, pode ajudar a resolver. E, inclusive, se for investigado e houver problemas, por exemplo, no encaminhamento do processo, também a União pode requerer para o julgamento, ou seja, em corte federal, o que também nos parece que pode ser interessante.

São os dois elementos que nos parecem, do ponto de vista do Estado, que a gente tem que fazer rapidamente: um é constituir um observatório – e eu me refiro a esse proposto pela Secretaria de Direitos Humanos junto com as organizações – que garanta números fidedignos, números confiáveis da violência; e, principalmente, Senador, nos parece que é acompanhar essas investigações para que possamos, ao falar de impunidade, possamos falar de impunidade com números mais concretos, ou seja, podendo apontar que tais e tais crimes ocorreram, que tais e tais crimes foram investigados ou não.

Eu dizia que uma das principais razões de desconstituição do crime contra jornalistas é de atribuir ao jornalista a responsabilidade, transformando-o em réu. Então, é muito comum – e isso não é só no Brasil, mas no Brasil também ocorre –, quando ocorre a morte do jornalista, identificar na morte do jornalista os elementos de responsabilidade do jornalista – o que nós temos que fazer, obviamente, e inclusive fazemos isso com uma organização de protocolos, se o jornalista cumpriu ou não cumpriu, etc. etc. – e atribuir ao jornalista, por exemplo, quando há crimes, outras motivações que não fossem o seu trabalho. Então, normalmente, vem alguma referência à vida afetiva do jornalista ou, então, um envolvimento do jornalista com problemas, enfim, dizendo que a motivação do crime teria motivações econômicas, enfim, que, de alguma maneira, o jornalista estaria envolvido, inclusive, nesse crime.

Parece-nos que isso, embora possa ocorrer, essa é uma prática internacional que no Brasil também ocorre, que nós temos que, a primeira coisa, evitar. Ou seja, a primeira questão é: enquadrar o crime contra o jornalista como um crime. Ou seja, a investigação posterior é que deverá dizer se foi ou não foi motivação, se o jornalista estava em seu exercício de trabalho ou não. E a imprensa, às vezes, nós mesmos jornalistas acabamos reproduzindo uma certa versão que vem, muitas vezes, das forças policiais, em que já vem o crime devidamente embalado em certa descrição em que, vamos dizer, a condição de vítima do jornalista acaba relativizada.

Em que pese – e eu me encaminho para o final, Senador, se me permite...

Ah, eu queria fazer uma referência ao número de mortes no jornalismo, que são números também muito contraditórios que circulam ao longo dessas várias organizações que trabalham com esses números. A Fenaj tem, nos últimos doze meses, seis mortes, ou seja, duas mortes este ano e quatro mortes nos últimos doze meses. São seis mortes nos últimos doze meses. Portanto, é menor do que os números que estavam circulando, mas é muito grande. Ou seja... E o pior é que demonstra um crescimento. Espero que esse crescimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A cada dois meses, um assassinato.

O SR. CELSO SCHRÖDER – Imaginando e esperando que esse crescimento tenha sido pontual, que tenha sido fruto de alguma condição específica – vamos esperar que seja isso, e os números posteriores vão nos dizer se é isso –, de qualquer maneira, isso é um sinal de alerta. É um sinal de alerta para o Estado, é um sinal de alerta para a sociedade, é um sinal de alerta, obviamente, para os jornalistas, que precisam

proteger-se nas suas organizações e exigir, nas suas relações de trabalho, condições mais protocolares de segurança. Esse é um segundo dado que quero levantar – provavelmente a Suzana vai tratar disso também –, que é: em que pese, vamos dizer, o fruto da violência vir desses interesses contraditórios ou contrariados pelos jornalistas, os crimes também ocorrem por falta de segurança, ou seja, falta de segurança a partir dos jornalistas e nas suas condições de trabalho. Por exemplo, nos últimos, no Rio de Janeiro, são protocolos que não são cumpridos, são treinamentos que não são dados, são equipamentos insuficientes para a proteção e, principalmente, condições de trabalho, e relações do jornalista, no seu trabalho, comprometidas, normalmente – aí, no caso da violência – com fontes policiais.

Se nós pegarmos o caso do cinegrafista do Rio de Janeiro ou o do Rio Grande do Sul, agora, quando dois repórteres morrem, eles morrem em condições, primeiro, de uma pauta jornalística duvidosa, ou seja, a origem da pauta, no jargão jornalístico, ou seja, do motivo, da motivação da notícia, é a própria polícia, o que é normal que aconteça, ou seja, convocado pela polícia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aquele acidente de Farroupilha?

O SR. CELSO SCHRÖDER – Isso, de Farroupilha.

Depois, o cinegrafista contratado e o jornalista contratado de maneira ilegal, ou seja, sem proteção do trabalho, sem condições... Inclusive a família é desprotegida em seguida. E contratação, inclusive, por exemplo, do cinegrafista dirigindo o automóvel. Então, seguindo a viatura policial, quando dá o acidente, que é um caminhão que vem contra – eram quatro viaturas: a viatura de polícia e três viaturas de jornalistas, ou seja, automóveis com jornalistas –, a polícia desvia, porque são treinados, são motoristas treinados, são motoristas preparados para isso e conseguem desviar-se. As três viaturas em seguida, que eram de equipes jornalísticas, acidentam-se, e na primeira os dois jornalistas morrem.

Então, as condições de trabalho nós temos que levar em conta, e é preciso constituir protocolos junto aos empregadores e junto, ou seja, incorporado pelos jornalistas. Nós temos que compreender que os nossos papéis não se confundem com o da polícia, nós não somos juízes, nós não somos... Enfim, são papéis específicos, que têm condições específicas de trabalho, inclusive, neste momento, tensionados por um tipo de cobertura – isso foi referido, inclusive, pelo jornalista que nos antecedeu – um tipo de cobertura que não é feita por profissionais e que, portanto, tem uma certa velocidade à qual o jornalismo não pode submeter-se.

A velocidade do jornalismo é pautada pela apuração, pelo cuidado e, principalmente, pela proteção dos seus trabalhadores.

Aliás, qualquer trabalhador é protegido pelas suas corporações. Nós sabemos disso. O metalúrgico tem que usar seu capacete, suas botas, suas luvas; os trabalhadores da construção civil, a mesma coisa; os médicos, a mesma coisa, para protegerem-se contra contaminações, radiações etc.; e os jornalistas também. Por isso, é importante que o exercício desse trabalho seja feito por profissionais e protegidos com essas garantias. Temos, então, uma relação de trabalho que nos parece que precisa ser incorporada também como um elemento de perigo no que diz respeito ao jornalista.

Por isso, nós propomos – é uma proposta em andamento – que se constitua um protocolo nacional. E a Fenaj serviria de guarda-chuva. Embora não seja uma organização sindical que possa fazer negociação nacional, mas poderia fazer um protocolo nacional, em que nós tivéssemos, junto com as empresas, de toda natureza, pequenas e grandes empresas, um protocolo de segurança...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fazendo soar a campanha.*) – Cinco minutos.

O SR. CELSO SCHRÖDER – ... em relação a isso.

Encaminhando-me ao final, eu queria enquadrar nesse debate um elemento importante: a violência contra jornalistas ataca, obviamente, uma organização, uma profissão; ataca, como eu disse, o Estado de direito e, portanto, é fundamental; ataca também – e encerro com isso – esse princípio, que é um princípio estruturante da democracia, que é a liberdade de expressão, na qual o jornalista, digamos assim, é o mediador da sociedade, representa a sociedade. Na verdade, a liberdade de expressão não é nem do jornalista, nem das empresas de comunicação, é do cidadão, garantida, digamos, por esse profissional, que assume o papel, publicamente, de fazê-lo.

E essa liberdade de expressão, Senador, está em disputa. Ou seja, o conceito de liberdade de expressão está em disputa, e é preciso que a sociedade brasileira identifique isso, porque, muitas vezes, ele vem... aparece como um indicador de cerceamento de liberdade de expressão, por exemplo, a luta pelo diploma dos jornalistas. Muitas organizações não governamentais, algumas organizações não governamentais e algumas organizações internacionais, ao colocarem o Brasil em um índice desfavorável de liberdade de expressão, colocam-no, evidentemente, em parte pelos descumprimentos que existem no Brasil – e nós estamos falando disso aqui, de violência etc. –, mas em parte por premissas as quais os jornalistas brasileiros, por exemplo, defendem completamente, como,

por exemplo, a ideia do diploma dos jornalistas, a ideia de regulamentação e regulação da comunicação no Brasil. Ou seja, um marco regulatório que garanta à Constituição brasileira ser aplicada, por exemplo, em uma revisão que reverta a situação de concentração dos meios no Brasil, que é uma das formas que faz com que os interesses privados dessas grandes empresas também acabem permeando, entrando – por dentro das redações, por dentro do processo de trabalho – e cerceando os jornalistas, muitas vezes.

Há certo engano ao imaginar-se que as redações e os jornalistas têm uma sintonia absoluta com o produto final que sai, muitas vezes. Não há. Há uma disputa interna muito grande, e deve haver essa disputa, e essa disputa tem que ser garantida. Ou seja, o trabalhador, o jornalista, que, afinal de contas, é quem produz o jornalismo, porque o jornalismo não é produzido pelo negócio do jornalismo, é produzido pelo trabalho, e esse trabalho, muitas vezes, é cerceado nessas relações internas.

Portanto, há duas bases a que eu queria me referir aqui como elementos fundamentais, também, para garantir essa liberdade de expressão, não do ponto de vista da empresa ou do ponto de vista desse ou daquele jornalista, mas do ponto de vista do cidadão: o diploma do jornalista – que, tenho certeza, vamos votar, ainda esta semana, aqui no Senado –, que é a garantia do acesso universal a essa profissão, necessariamente qualificada e, necessariamente, a serviço do bem social; e eu também queria referir aqui, Senador, uma ação também deste Parlamento – na Câmara dos Deputados, neste caso, a partir do Deputado André Moura – que, aparentemente, pode parecer uma demanda corporativa, mas que, na verdade, está dentro desse escopo da liberdade de expressão e da independência dos jornalistas, que é o piso único dos jornalistas.

Nós teremos uma audiência agora, na quarta-feira, dia 30, às 4h30, aqui no Salão Verde do Congresso Nacional, onde vamos lançar uma frente parlamentar em defesa do piso único. E eu queria identificar essa frente da mesma maneira que a frente em defesa do diploma dos jornalistas, e nesse mesmo escopo, nessa mesma dimensão da luta pela defesa da liberdade de expressão e, portanto, pela defesa do jornalismo, como uma atividade socialmente necessária e, afinal de contas, do jornalista como agente principal desse processo.

Então, eu queria agradecer, mais uma vez, a oportunidade, Senador, de participar desta audiência importante para o debate sobre a violência contra os jornalistas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Celso Schröder, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, que lembra, agora, no encerramento, a importância – acho que é importante mesmo – de um piso mínimo; um piso único, um piso mínimo, em nível nacional. Nós sabemos que muito serviço da área jornalística é terceirizado, e nós sabemos como funciona, infelizmente, neste País, grande parte das empresas terceirizadas. É um debate, inclusive, interno aqui no Senado, que a gente tem travado aí, com o pessoal que atua aqui, e que, seguidamente, nos faz denúncias. Por isso que, pelo menos, um piso mínimo... É um piso mínimo. E buscar que sejam atendidos todos os direitos que são assegurados aos outros trabalhadores, como também a PEC dos jornalistas, do Senador Valadares. Não há nenhuma dúvida de que estamos juntos, também, nessa caminhada.

Pois vamos ao debate.

Passo a palavra ao presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Maranhão, Sr. Leonardo Monteiro – Maranhão, onde, recentemente, foi assassinado um jornalista.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo que for necessário: 10 minutos com mais 5 e mais 5.

O SR. LEONARDO MONTEIRO – Bom dia a todos.

Quero saudar a Mesa, na pessoa do nosso Senador Paulo Paim, a quem agradeço esta oportunidade de estarmos aqui, profissionais do jornalismo brasileiro, trazendo essa mensagem, a preocupação que reina não só no nosso País, mas em outros países da América Latina e do Caribe, que, como já ressaltou o nosso Presidente Schröder, preocupa bastante.

Especificamente em nosso Brasil, temos que ressaltar duas coisas. Primeiramente, a hostilidade com que o jornalismo é combatido no Nordeste. Esse é um fato. O segundo fato, nós temos que verificar que todos esses acontecimentos exatamente envolvem o noticiário político, aqueles que se envolvem com noticiário político.

Quero ater-me, inicialmente, para que todos compreendam o motivo ou a motivação desse crime, ao último ocorrido, exatamente no dia 23 de abril. Vou explicar para vocês o simbolismo dessa data e uma significação importante, ou um recado dos bandidos, exatamente pelo fato de ser uma coisa política, vamos dizer assim.

O nosso companheiro, jornalista Décio Sá, tinha 42 anos e exercia a função de editor político no nosso jornal, no qual eu trabalho há mais de 30 anos. O jornal é de propriedade do Senador José Sarney, da sua família, dos seus filhos. E ele tinha uma penetração importante, porque também era assessor de imprensa do Tribunal de Contas do Estado.

Nesse dia – para que eu seja bem objetivo com os senhores –, ele tinha uma carga já, como porta-voz de fatos e notícias que ele trazia como de primeira mão, vamos explicar assim. Pelo fato de ser assessor de imprensa do Tribunal de Contas do Estado, ele era o primeiro a saber os resultados dos julgamentos de processos em função da improbidade administrativa – o que em todo o País é divulgado. Não seria fato noticiar uma ausência de prestação de contas de um prefeito ou de um presidente de Câmara. Isso é normal. Mas, ultimamente, ele tinha um envolvimento com outras notícias que explodiriam se vocês olhassem o *blog*, a história do *blog* que ele tinha, e que a gente liga ou faz menção, talvez, nos últimos acontecimentos, nos últimos fatos que ele noticiou.

Às 11h30, ele sai, depois de ter deixado o material noticioso para a editoria política, ter preparado o seu *blog*, às 11 horas. Em espaço de 20 minutos, ele chega a uma área litorânea, uma praia que é a principal de São Luís, do Maranhão, e combina com um amigo dele, em uma segunda-feira, em que ele, habitualmente, depois da jornada de trabalho dele, ia comer uma caranguejada, aquela coisa típica do Nordeste. Nesse intervalo, ele estava sendo seguido, já planejada alguma coisa.

Não quero deixar aqui o fato específico de como esses quatro últimos informes que ele deu possam ter um envolvimento muito forte, mas a gente tem aquela intuição de que poderia ter havido alguma coisa, alguma ligação com isso.

Ele, em um espaço de 10 minutos, chega ao local. Em 15 minutos, o companheiro dele, com o qual ele havia combinado, chega também. Em 15 minutos. Quando esse companheiro chega, ele já está morto. Foi um ataque fulminante, vamos dizer assim. Era um dia de segunda-feira, o bar com pouca movimentação – havia, parece-me, quatro casais –, e o cidadão entra, essa cena típica – agora a motocicleta serve para isso –, salta da motocicleta, atravessa a pista, vai até o banheiro, e ele já se encontrava lá. Quando ele volta, ele dispara os seis tiros, todos por trás, pelas costas. Isso afirmado pelo perito, que, no mesmo momento, esteve lá com o Secretário de Segurança, a quem estão afetas as investigações. A gente confia, deu voto de confiança ao Secretário de Segurança. Há 4 delegados e mais 26 agentes investigando, varrendo as coisas todas. Mas nos deixa preocupados um fato que nos liga a alguma coisa que indica poder ter sido o típico do acontecimento com os jornalistas da área política.

O dia 23 de abril foi a véspera, exatamente, do aniversário do Senador Sarney, que é o Presidente deste Senado, colega do nosso Senador Paim. O Décio tinha uma forte amizade com o nosso Presidente

Sarney, que é jornalista, associado do Sindicato também, um simbolismo muito grande. Talvez esses ataques, ou essas notícias que eles consideravam como ataques, vinham com um propósito específico – e eu quero marcar isso – para abater alguém que possa estar com essa ligação.

Ele noticiava as coisas com as próprias autoridades do Estado mesmo. Ele ia a fundo da matéria, da notícia. Tinha receio, mesmo recomendado por alguém, ou por nós mesmos, como de fato aconteceu no ano passado. Foi a única vez que ele sofreu essa ameaça que ele nos procurou. Aconteceu exatamente com um Parlamentar federal, que deixo de declinar o nome porque, aconselhado por mim, dei duas sugestões. Ele foi ameaçado dentro do Palácio do Governo por esse Parlamentar federal, por duas vezes. Ele ficou preocupado. No quinto dia do fato, vendo a repercussão da ameaça, da agressão, ele liga para o Sindicato, me procura e eu orientei que ele fizesse um boletim de ocorrência e tomasse as providências, dentro da civilidade com que nós temos que disseminar essa civilidade que predomina e tem que predominar entre nós diante do que se alcançou em democracia. Se nós continuarmos a não entender que a democracia chegou, embora o Supremo tenha tirado, quando eliminou a Lei de Imprensa e deixou tudo apenas no rastro da Constituição Federal, aquele direito de resposta, o reparo moral... Mas isso não satisfaz. Todos os jornalistas compreenderam. A própria Fenaj reclamou, porque o Supremo deveria ter deixado alguma coisa que estabelecesse aquele limite de civilidade: olha, eu preciso desse diálogo com alguém. Se eu te ofendi, me procure, me dê o espaço de que preciso para responder como direito de resposta.

É isso que temos que disseminar, não aquele fato de eu ofender você e logo busque o reparo através de uma ameaça e com uma pistola do lado. É isso que predomina, exatamente a cultura do Nordeste.

Mas quero ressaltar, também, neste momento em que eu abro um parêntese, quando o Senado está mexendo com a legislação penal, que eu vejo também, com a formação de Direito que tenho, com a minha preocupação dentro dessa impunidade da legislação penal que os senhores ouvem... A própria Jovem Pan tem uma mensagem que deixa. As autoridades, o delegado, o juiz, nada mais podem fazer. Todos se sentem ameaçados. O delegado, principalmente. É uma cadeia, uma engrenagem. Quando ele chega diante de um marginal, de um bandido, o bandido diz: “Olhe, fixe minha fiança em R\$10,00 senão eu o mato”.

O delegado não pode fazer nada. Ele perdeu a autoridade. O juiz também perdeu a autoridade porque ele é ameaçado. A quadrilha que está presa tem mais

poder de controlar ou de determinar quem será executado do que nós. Nosso telefone pode falhar aqui, o do Senador, o meu, o de qualquer um. Eu não posso ter contato, mas o bandido tem.

Essa impunidade, essa facilidade com que o Código, a legislação penal estão sendo mexidos, no aspecto até, vamos dizer, romântico, e não atacando a causa... Claro que o sistema carcerário dificulta e ninguém vai encher as prisões. O próprio Supremo optou e diz que hoje a exceção é prender. A regra é a liberdade. E, nisso, vamos tendo as prisões esvaziadas. Os juízes da execução penal têm, agora, o direito até, mais tarde, de dizer: “Olha, não tem condições de o sistema penitenciário abrigar esse bandido, hospedá-lo num hotel cinco estrelas, e nós, o cidadão comum, na dificuldade.”

Esse aspecto da impunidade e que predomina na legislação de penal de 1940 é que eu criticava muito quando estava assistindo às aulas de Direito Penal e de Direito Processual Penal. Quem dos senhores aqui tem formação jurídica e não se lembra de que a legislação penal nossa é frágil e veio, diante dessa chamada lei da impunidade, que o delegado, a autoridade, o juiz, nada podem fazer.

Mas eu deixo essa ressalva de que o simbolismo desse acontecimento, desse fato, deixou o Senador Sarney estarecido. Ele próprio, no dia em que aconteceu, no dia 5 de maio, logo que se restabeleceu, foi ao cemitério prestar exatamente a homenagem ao seu empregado, ao seu colega.

Nesse fato, nós queremos também ressaltar, Senador Paim, que nós temos de ter atenção segura para essa mexida na legislação penal – e o senhor leve o recado aos seus colegas da comissão que a está elaborando – e que não é só o jornalista que está morrendo. Em qualquer lugar, a insegurança predomina. Nenhum de nós aqui sabe se volta vivo para casa. E, se morrermos, prende-se o bandido, ele vai responder em liberdade porque tem endereço certo, fixo. É uma falha gritante. Não se sabe... Punir não pode, levar para a prisão, para o cárcere, não pode. E nós vamos vivendo esse dilema triste sem saber como fazer.

Os bandidos tiveram ainda uma ousadia. No dia do acontecimento, eu mandei fechar o sindicato e fiquei num QG, porque vinha de todo o Brasil os pedidos de informações. Eu tive que me concentrar em vários lugares diferentes porque a ameaça pairava sobre todos nós. Fui, então, para um lugar reservado, com dois computadores e vários colegas me ajudando a dar respostas, informações. Mas o bandido, no mesmo dia ou no dia seguinte – nós temos uma secretária eletrônica – parece que, quando ele chegou, gravou a

execução do Décio Sá. Ele chega, assobia, quando ele volta do banheiro, ele dá os disparos, dá os três tiros.

Comuniquei ao secretário de segurança, depois de falar com nosso diretor de redação do jornal e com os diretores de jornalismo da televisão Mirante também, que faz parte do grupo, e eles aconselharam: “É bom a gente entregar logo, porque qualquer coisa serve de pista.”

O secretário de segurança passou ainda uma semana, esqueceu, mas depois restabeleceu o contato comigo. A gravação está entregue já à polícia. A Rede Globo noticiou até na Globo News a gravação estarecedora. Está aqui o recado para vocês: “Já matamos um e podemos matar outros.”

É essa impunidade que reina como estímulo, o nosso Presidente Schröder lembrou, é a impunidade que estimula todo bandido. Ele se sente coragem de matar alguém e nada lhe acontece. Mas se nós, cidadãos corretos, comuns, deixarmos de prestar a declaração de Imposto de Renda, é fatal. Nosso CPF é bloqueado e você não recebe nem o salário. Quer dizer, é uma punição que o bandido não tem. É a impunidade reinante junto a esse Código Penal.

Eu creio que eu dei uma visão geral do fato acontecido em nosso Estado e do que preocupa não só o jornalista, mas a sociedade brasileira, todo e qualquer cidadão e cidadã neste País, ameaçados de morte.

Agradeço a atenção. Muito obrigado, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Leonardo Monteiro, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Maranhão, que dá um depoimento, eu diria, no mínimo – no mínimo – preocupante. V. Ex^a diz que o bandido chega e decreta a pena de morte, por um lado, e, por outro lado, a fiança dele, se o delegado decretar mais que R\$10,00 R\$20,00, pode morrer também. Aí, o cidadão acaba cedendo pela chantagem e ameaça.

Por isso que qualquer pesquisa neste País dá três questões que preocupam o povo: violência, educação e saúde. Qualquer pesquisa que se fizer, o povo tem claro isso, acho que, principalmente no Nordeste: violência, saúde e educação. No caso, a violência.

Passamos a palavra, neste momento, à Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, a jornalista Suzana Blass.

A SR^a SUZANA BLASS – Bom dia. Agradeço ao Senador Paim pelo convite.

Vou me ater especificamente às questões do Rio de Janeiro. A gente tem, *grosso modo*, e isso já foi colocado aqui, alguns tipos de violência contra jornalistas no Brasil e no mundo. Estamos falando aqui da parte daqueles que cobrem política, e isso, no in-

terior, o Celso já detalhou mais. Então, vou passar mais para outro tipo de violência, que é a dos centros urbanos, embora a gente tenha também no Rio de Janeiro, por exemplo, um grupo paramilitar infiltrado no Poder Público, por conta da ausência do Estado durante décadas, que são as milícias. Eles fazem as ameaças, ligam para os repórteres e ameaçam. Nós temos vários repórteres que sofrem com esse tipo de pressão. E aí se cria outra situação, que já um problema de saúde, não só de direitos humanos. Temos casos de repórteres que tiveram de ficar de licença um ano, em casa, com síndrome do pânico. Então, existe outra questão embutida aí.

Primeiro de tudo, a gente precisa reconhecer que, ao exercer a profissão de jornalista em determinadas áreas, a gente pode conviver com o risco de morte. Eu digo isso porque existe uma resistência dos veículos de comunicação em reconhecer isso. Nós reconhecemos, as ONGs reconhecem, a sociedade reconhece, mas existe um problema de as empresas reconhecerem, porque no momento em que elas admitem que corremos risco de morte, isso implica seguro de saúde, seguro de vida, despesas para bancar uma profissão que é de risco. Então, em qualquer discussão que a gente tenha, não é admissível que se diga isso, até porque o Rio está pacificado. A gente sabe que sim. Hoje, está melhor de a gente cobrir do que estava antes, certamente, mas uma coisa não anula o perigo da outra.

Esta é uma preocupação constante para que a discussão se dê em torno da prevenção e não apenas percebida, concretamente, no momento em que a tragédia acontece. O que a gente vê é isso. Na hora em que o repórter morre em um tiroteio, a discussão bomba, todos querem discutir, querem fazer seminário, as empresas correm. Nós temos uma comissão paritária entre sindicato patronal de jornais e revistas e patronal de radiodifusão, no Rio. Quando isso acontece, essa comissão logo é pressionada. Eu fico pedindo que essa comissão se reúna o ano inteiro, não consigo. Quando acontece o fato, rapidamente eu consigo que a gente prossiga no trabalho. Eu acho até que é um processo de cultura de segurança no Rio de Janeiro.

O nosso amigo da Conectas falou uma coisa bastante interessante. É que existe a coisa do repórter destemido mesmo, do repórter que quer pegar a melhor imagem, o repórter cinematográfico, principalmente. Mas aí a gente tem que ver que estão embutidos outros fatores nessa história. Por exemplo, a implementação e a discussão das medidas de segurança do protocolo de segurança são necessárias, mas é preciso cuidar de fatores como o impacto da concorrência entre os veículos, má remuneração, precarização do trabalho, por exemplo, com desvio ou acúmulo de função e falta

de equipamentos de proteção que afetam diretamente o modo como o jornalista trabalha e sua maior ou menor exposição ao perigo.

Nós temos que criar uma cultura de segurança. E como se cria uma cultura de segurança? Remuneração. Um operador de câmara, que é uma função que não exige tanto comprometimento com a tomada, por exemplo, que o repórter cinematográfico vai fazer, ele trabalha com um diretor ou um produtor dizendo qual a tomada ele deve fazer. Um repórter cinematográfico, quando vai para uma área de risco, tem que tomar a decisão do que vai filmar e o que ele vai filmar tem que ser a imagem mais impactante, porque ele vai ser cobrado por isso quando voltar para a emissora. Se a emissora concorrente tiver uma imagem mais impactante do que a que ele produziu, ele vai ter chamada a atenção. E ele é um cara que, na maioria dos casos, ganha como operador de câmara, que é um salário menor, com uma responsabilidade menor, ele dirige o carro de reportagem, como o Schröder estava dizendo aqui, que foi o caso do Genilson, no Rio de Janeiro, que morreu no final de novembro. Ele era o motorista e o cinegrafista. Muitas vezes, a televisão manda só o cinegrafista, que ainda faz só o relato para o repórter fazer a matéria e a passagem.

Então, não basta o cara ir para a área de conflito com o colete. A gente briga para que ele vá com o colete e capacete com especificação correta e dá treinamento. Nós demos já dois treinamentos para cobertura em área de risco. Agora, depois da morte do cinegrafista, conseguimos que as empresas se mobilizassem para fazermos um novo treinamento em agosto. E vamos fazer esse treinamento.

Mas não basta ele ser mandado para lá sem o motorista. A gente vê bem claro no treinamento que o motorista é estratégico, é fundamental para a logística de retirada da área de risco. Então, o cara não pode estar preocupado em pegar a melhor imagem, que tem que ser a melhor imagem que vai ser veiculada, e estar preocupado em sair dali, como vai se movimentar na área de risco. Isso acontece direto.

Quando o repórter cinematográfico morreu, a Band fez questão de dizer que ela estava dentro das especificações, que era possível o colete ser adquirido no mercado. Mentira. Não é. Existe uma determinação das Forças Armadas de que você deve consultá-la para conseguir coletes mais poderosos, mas ela não impede que você tenha. Tanto assim que a TV Globo tem. Ela tem mais grana. Então, você tem como acessar esse equipamento, mas não tem vontade de comprar.

Nós tivemos acesso a esse colete. Por um acaso, o cara foi parar no IML e o policial do IML deu o colete para a viúva, que o deu para um advogado criminalis-

ta e esse advogado criminalista nos mostrou o colete. Era um colete recauchutado, da menor especificação possível, e jamais poderia ter sido usado naquele tipo de situação em que o cara estava na linha de tiro. Ficou muito claro isso. Foi desmentido quase que instantaneamente.

Não adianta. A gente quer criar um protocolo de segurança, mas esse protocolo tem que partir de debates na redação, comissões democráticas na redação e que tenha chefias e repórteres que possam avaliar a possibilidade de o repórter dizer não quando a empresa não lhe dá condições de fazer uma cobertura desse tipo. Porque a condição *sine qua non* para o sujeito ir para a rua e fazer esse tipo de cobertura é ele ter instrumentos. Para o cinegrafista, por exemplo, são equipamentos de longo alcance, investimento em tecnologia, investimento em equipamentos de segurança. A gente cobra das empresas fazer seguro diferenciado, porque na hora em que acontecem uma desgraça dessas, a família fica desassistida. O cinegrafista da Band também trabalhava na TV Brasil. Em dois empregos, ele conseguia uns R\$3 mil por mês para sustentar a sua família. Então, esse cara está ali trabalhando em dois lugares, ganhando uma mixaria, e não dá para construir nada na vida dele. Na hora em que ele morre, a família fica completamente rendida nessa história. A gente tem que pensar nisso. A gente tem que pensar na saúde desses caras.

Ainda tem mais: além da guerra da concorrência, se o cara é mal remunerado e ele faz a melhor tomada e essa tomada dele ganha prêmio, é mostrada, é reproduzida nas outras televisões, aumenta a empregabilidade dele. Aquilo reverte em dinheiro para ele.

Então, do que a gente precisa? A gente precisa do reconhecimento da empresa, vínculo empregatício decente, o reconhecimento do valor desse cara pelo perigo que essas pessoas correm, quando estão cobrindo.

O Schröder já falou – e acho muito importante – que é preciso repensar nossa relação com as forças policiais, porque a gente praticamente trabalha na aba delas.

A impossibilidade de entrar em áreas passíveis de conflito com os jornalistas nos empurrou para uma relação perigosa. Acabamos com várias situações comprometidos e confundidos nas ações policiais, e o nosso papel acabou sendo o de dar divulgação às ações policiais, sem posicionamento crítico. Isso é muito complicado, isso é debate dentro da redação. Por isso, a gente pede essas comissões de segurança dentro da redação, para que isso seja discutido e difundido. A gente consegue fazer um treinamento para 30 jornalistas, mas se isso não for replicado, se não voltar para a redação e se isso não for discutido, a gente não

consegue avançar. Um curso desses é caríssimo. A gente faz o curso com o Insi, até o momento, porque não podemos fazer com forças policiais, como o Exército, por exemplo, ou com o Bope, porque se cria um vínculo meio promíscuo com a instituição.

Eu conheço uma repórter de *O Dia* que fez esse curso no Exército. Depois, ela fez uma apuração, uma reportagem que investigava uma situação na PM e ela foi ameaçada, com o cara dizendo: "Olha nós temos todos os seus dados, sabemos de você, quem é sua mãe, quem é seu pai." Porque, para fazer o curso, foi feito um levantamento da vida dela. É como se ele tivesse ficado fichada lá no Exército.

Então, isso é muito complicado. A gente tem que fazer o treinamento, sim, mas longe dessas forças, até porque a gente não sabe até aonde vai essa coisa intrínseca. Por exemplo. Milícia saiu da polícia. São bombeiros, policiais. É complicado.

Por isso eu digo que a cultura da segurança tem que ser uma coisa maior. É o cara saber dizer não, saber até onde pode cobrar da empresa equipamentos decentes. Isso é uma coisa que a gente tem que ir criando, é meio pedagógico, porque o cara vai na adrenalina e quer fazer. A gente costuma até brincar. Eu conheço uns dois assim. Tem repórter que foi ser repórter porque não conseguiu ser policial. O cara está ali na redação agindo com um policial o tempo todo. Ele não tem esse distanciamento.

É preciso debate em cima disso. É preciso que as empresas abram espaço para isso dentro das redações. A gente briga muito por isso. Nós, nesse acordo coletivo que acabamos de fechar, pedimos um protocolo de segurança. Então, tinha essa comissão paritária dentro da redação, tinha seguro diferenciado para quem cobre área de risco, investimento em equipamentos de captação de imagens de longo alcance, um colete seguro que, realmente, tivesse a especificação.

Nesse treinamento que vamos fazer em agosto, conseguimos que saísse de lá um protocolo e queríamos que isso já estivesse dentro do acordo salarial. Não conseguimos. Ficamos quatro meses em negociação. Emperrou por causa dessas medidas de segurança. Não conseguimos colocar isso dentro do acordo salarial. Mas na hora em que fomos fechar a convenção, veio a proposta deles e tinha na cláusula de PLR um artigo que dizia que, se o jornalista tivesse danificado o equipamento de segurança, ele não teria direito à PLR. Na hora de negociar, eles não admitiam que fosse necessário haver medidas de segurança dentro de um acordo salarial, mas na hora em que fizeram a cláusula da PLR, eles pediram que houvesse um cuidado especial com os equipamentos e que se o cara

tivesse feito algum dano ao equipamento, ele deixaria de ter direito à PLR.

É óbvio que a gente derrubou isso, mas é uma situação complicada. É preciso que a gente converse muito sobre isso e leve esses debates para a mídia, porque a mídia não fala dela mesma. A gente tem de, através de situações com esta, aqui no Senado, com a sociedade civil, cobrar isso e bater muito nessa tecla.

Acho que era isso que eu queria falar. Obrigada a vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esta foi a Suzana Blass, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, que aprofundou a sua palestra na questão da segurança, estrutura, condições, cursos, para que efetivamente se possa dar a devida proteção para os profissionais jornalistas.

Meus cumprimentos, Suzana.

Agora, vamos ao Francisco Pereira da Silva, diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Rádio e Televisão.

Quero só dizer ainda, Francisco, que estamos ao vivo pela TV Senado, Rádio Senado e Internet, pelos canais 3, 4, 5, 6, 7 e 8, para todo o Brasil.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, Chico.

O SR. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA – É Chico Pereira. Quando chamam Francisco, eu nem sei se é comigo.

Quero agradecer por estarmos aqui, neste momento, e saudar esta Mesa, na pessoa do nosso Senador Paulo Paim, e a segunda Mesa, que também já está aqui, já pronta para este debate.

Estamos falando de jornalista, e eu sou jornalista e radialista e estou aqui representando o Sindicato dos Radialistas. Os radialistas, para os nossos ouvintes e telespectadores, é o que trabalha em rádio e televisão. O projeto de lei do Deputado Delegado Protógenes, Senador Paim, vem acrescentando à lei que já existe essa questão das investigações, que é a Lei 10.446, de 8 de maio de 2006, que dispõe sobre as infrações penais. E diz que a Polícia Federal intervém em caso de sequestro, de formação de cartel, e por aí vai. E acrescenta, agora, exatamente o seguinte: que sejam contra a atividade jornalística. Então, não é o jornalista, é a atividade jornalística. Contempla todos que estão inseridos na comunicação, exatamente para não estabelecermos mais uma querela sobre o que é jornalista, o que é radialista, porque a gente já tem suficiente.

O projeto de lei ora em tramitação vem nesse sentido. Então, que sejam contra as atividades jorna-

lísticas. Passados os 90 dias sem que o Estado ou o Município tenham dado conta, então já viraria um crime federalizado e, por consequência, a Polícia Federal.

Quero dedicar este momento, simbolicamente, nessa gama de vítimas de assassinato por conta da comunicação, à lembrança do radialista Laércio de Souza, que foi morto na Bahia, e, por último, ao companheiro Décio Sá, no Maranhão. A morte do Décio tem recebido uma batida quase que constante do Deputado maranhense Domingos Dutra, do PT e, portanto, do mesmo partido do nosso Senador Paulo Paim. Ele tem feito um excelente trabalho, tem batido bastante, exatamente pela forma covarde. Se fosse um crime no próprio jogo, por exemplo, vamos pensar no futebol, quando você está jogando e dá uma canelada no outro, foi no jogo. Mas o jornalista, o nosso pessoal de comunicação, está sendo morto de forma bandida, da forma a mais inconcebível possível, a sangue-frio, por trás. O Décio levou todo o seu ataque por trás.

Voltando a Brasília, a Capital da República, como foi dito pelo Schröder, pelo companheiro do Maranhão e pela companheira jornalista do Rio, é exatamente o seguinte: é um crime mais de 60% diretamente ligado à questão da cobertura de ordem política.

Mário Eugênio, jornalista e radialista de Brasília, foi assassinado a tiros. Outra coisa que ainda a gente não disse aqui, mas que a Fenaj constata e tem lá nas suas anotações, é exatamente o seguinte: o crime é político e com uma face também muito de Estado. Vejam o caso do Décio, assessor do Tribunal de Contas. Então, nós temos que fazer essa análise.

E, pelo amor de Deus, não vamos, mais uma vez, confundir a sociedade dizendo que política é sinônimo de sujeira. É muito fácil dizer. Você paga um táxi em São Paulo, conversa com o motorista, e aí ele pergunta de onde você está vindo, por uma questão de abrir um colóquio. Aí, você diz que vem de Brasília e ele diz: “Rapaz, mas como dá bandido ali, não é?”. A Capital da República tem como norte a política. Então, ficam associando que político é bandido, e não é assim.

É aqui na política que estamos buscando as soluções. E aí, meu Senador, eu lembro do senhor, que já lutou muito a respeito.

Em homenagem ao companheiro Décio Sá, que é funcionário de uma empresa que tem o Senador Sarney – obviamente licenciado, porque ele não pode estar à frente –, a retomada do Conselho de Comunicação Social. Graças a Deus, temos aqui a Comissão de Direitos Humanos, que, por requerimento do seu próprio Presidente, o Senador Paulo Paim, estamos tendo essa oportunidade de expor isso aqui. E, talvez, seja um grande momento, porque temos um projeto na Câmara, já em tramitação. Que a gente não vire

a disputa e que consiga a urgência urgentíssima. As duas Casas dependem exatamente dos seus líderes para constituir a pauta. Nós, da comunicação, somos filhos da pauta.

A companheira Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio lembra que é em função dessa pauta que somos assassinados.

Gostaria de fazer esse apelo ao Senador Sarney, Presidente. Depende só dele para o Conselho de Comunicação acontecer. Os nomes já estão postos. Nós já oferecemos os nomes. A sociedade civil, o empresariado, todos estão lá. Existe o desejo de Conselho de Comunicação. Eu fui, inclusive, um dos conselheiros do Conselho de Comunicação. Não é o conselho de nossos sonhos, mas, ruim com ele, pior sem ele porque, em que pese essa ação da Comissão de Direitos Humanos, a Comissão de Direitos Humanos tem uma gama tão grande de coisas para cuidar, e está cuidando também, acertadamente, não resta dúvida, desse particular.

Eu queria, além do apelo do Conselho, que nos somássemos realmente à Fenaj na perspectiva de estarmos dando essa contribuição, também com essa frente ora anunciada, que vai ser instalada dia 30, agora, às 16h30, no Salão Verde, quando será o lançamento da Frente.

Existe a Frente que tem feito das tripas coração, que é a frente parlamentar pela liberdade de imprensa, pela democratização da comunicação, que sofre. Estamos lá também nessa particularidade. A frente tem um caráter interessante, que é a Frente Parlamentar em Defesa da Comunicação, com a participação popular. Quero, inclusive, fortalecer a ideia de que as frentes que tenham a iniciativa do senhor possam lembrar esse particular, que é somar a isto: frente parlamentar com a participação popular. Lá na Câmara, estamos tendo a oportunidade de o corpo diretivo da frente ser misto, dos nossos Parlamentares, e também da sociedade civil. Quando um dos lados não está muito ativo, o outro lado ajuda. No caso, a gente tem dado essa contribuição.

Nessa questão da violência, o que dói mais é que querem nos impedir de sermos um profissional. Quando o seu carro fura um pneu e você encosta numa borracharia, você quer que consertem o pneu. Não pode sair de lá sem o pneu consertado. Do mesmo jeito, não existe democracia se não tiver o trabalho de reportar o dia a dia. Sem querer nos comparar ao borracheiro, nós queremos dar os pneus rodando, para consolidar cada vez mais a democracia brasileira. E aí não podemos sair de casa assustados. O policial sai assustado de casa para o seu trabalho no dia a dia. Só que, como disse a colega, ele está superprotegido.

Como disse o Schröder, ele tem todos os treinamentos. Às vezes eu fico pensando: eu sou um jornalista, estou com sessenta e poucos anos, sou jornalista e radialista desde os 25 anos. Primeiro, formei-me em jornalismo. Depois, tornei-me radialista também e sou jornalista do rádio, daí essa minha identidade muito com o rádio e televisão.

Precisamos não perder a coragem do que é a razão da nossa profissão. Nós não podemos ficar agora amocambados, como se diz. Eu sou lá do Piauí, ouviu? É só atravessar o Rio Parnaíba e estamos juntos, Maranhão e Piauí.

Eu não vou ficar nessa situação de medo. O nosso repórter cinematográfico e cinegrafista – porque se confunde o fotógrafo –, ao buscar sua imagem, não pode agora ficar com receio de apontar a câmera devido exatamente a isso. Então, acho que temos que nos somar.

E outra coisa, a gente olha e diz assim, como disse o Schröder: foram seis assassinatos nos últimos doze meses. Nos últimos doze meses, nós temos seis assassinatos... “Ah, só são seis na população brasileira, por que estão brigando? Só porque são seis assassinatos?”. Só porque são seis. Não pode ser nenhum, entendeu? Não pode ser nenhum. É como a estatística, não é? A pessoa vira e diz o seguinte: “Não, mas só 10% da população passam fome, só 10%, que isso...” Não, não pode é ninguém. Então, eu acho que é isso. Eu quero firmar compromisso dessa luta e, ao mesmo tempo, anunciar aqui, Schröder, que nós criamos um Coletivo Nacional de Comunicação (Conac), que é constituído neste primeiro momento pelos Sindicatos dos Radialistas do Distrito Federal, Bahia, Pará, Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás. É mais um fórum de comunicação que se soma também nesse processo. E aí é o seguinte: nós não podemos só ficar só oferecendo coroas de flores, viu, Senador? Não são só mais e mais coroas de flores. Morrer a gente vai morrer mesmo, agora, morrer em função de estar exatamente trabalhando... E aí o seguinte, Senador, o senhor que é bastante competente... Eu costumo dizer que ao Senador Paulo Paim eu me dirijo não como Excelência, mas dizendo “meu Senador”. Eu sou do Piauí, vivo em Brasília, não conheço o Rio Grande do Sul e por que eu falo “meu Senador”? Porque o senhor, desde a Câmara, vem exatamente nas grandes causas. Isso é que me emociona, é o que me faz, por exemplo, ser organicamente, inclusive, do Partido dos Trabalhadores. Eu fico honrado por isso e honrado pelos nossos políticos. É desta Casa que nós precisamos; precisamos já do Conselho de Comunicação Social em seu pleno funcionamento; precisamos, Senador, que este projeto que ora está na Câmara, chegando no Senado tenha

a mesma corrida, lá na Câmara eu já estou sentindo um pouco lerdo, o próprio autor está tendo dificuldade de conseguir isso. Então, passa pelos Colégios de Líderes. Se as Lideranças não tiverem o devido *timing*, nós vamos ficar sofrendo.

Por isso, é isso.

Viva Décio Sá! Viva Laércio de Souza, em nome de todas as outras vítimas! Oxalá que a gente consiga frear. No que depender de leis, temos que fazer já.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Foi o Chico Pereira da Silva, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Rádio e Televisão, que fez os comentários sobre a importância da atividade jornalística, ninguém tem dúvida quanto a isso.

Eu já falei numa oportunidade e vou repetir de novo. Quando eu era ainda só militante nas ruas, tanto sindical como também pelo fim da ditadura e na busca da liberdade, quantas e quantas vezes que percebi, nas atividades de que eu participava – foram tantas e tantas –, que quando vinha um fotógrafo, vinha uma câmera de televisão ou um jornalista com o caderninho, a repressão diminuía. Por isso que eu falei na abertura que, na verdade, o jornalista é um militante dos direitos humanos, porque mesmo o agressor não queria que a sua imagem saísse ou que os jornalistas publicassem seu nome.

Eu diria que foram centenas ou milhares de pessoas que no Brasil e no mundo já tiveram o direito à liberdade ou ao não espancamento graças à atuação dos jornalistas. Então, jornalistas cumprem efetivamente um papel fundamental, dou o depoimento de quem viu isso – e não vi uma vez, vi centenas de vezes ao longo desses meus 62 anos de idade. Então, muita coisa eu já vi nas portas de fábricas, nas passeatas contra a ditadura, em movimento com estudantes. Então, o papel do jornalista, da imprensa, é fundamental. Por isso, tem que ter o mínimo de segurança, de equipamento para trabalhar com qualidade. Como aqui foi dito, querer botar um jornalista, um cinegrafista e um fotógrafo para, ao mesmo tempo, fazer tudo isso e ainda dirigir um automóvel numa investigação é uma loucura, é querer que ele seja o para-choque da bala que está vindo do lado de lá.

Convido esses meus amigos desta primeira Mesa a retornarem ao plenário e nós vamos chamar a segunda Mesa.

Uma salva de palmas para esta Mesa. (*Palmas.*) Parabéns a vocês.

Para a segunda Mesa eu chamo o Sr. Sionei Ricardo Leão, Coordenador da Comissão dos Jornalistas pela Integração Racial; chamo o Fernando Cesar Mesquita, se já estiver conosco. (*Pausa.*) Não está.

Chamo o Joedson Alves da Silva, jornalista; Lincoln Macário Maia, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do DF; e Fernando Bezerra Júnior, repórter fotográfico.

Uma salva de palmas a todos que aqui estão chegando. (*Palmas.*)

Vamos de imediato passar a palavra ao Sionei Ricardo Leão, Coordenador da Comissão dos Jornalistas pela Integração Racial. Dez minutos com mais cinco, na tolerância que a Mesa dará ao natural.

O SR. SIONEI RICARDO LEÃO – Senador, obrigado pelo convite para participar desta sessão. O Senador Paim é uma pessoa que desponta nessa defesa, tanto pelo direito dos jornalistas, quanto pela igualdade racial. Mas eu peço sua licença, Senador, para citar o agradecimento em nome do seu assessor, o Roberto Rodrigues...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O SR. SIONEI RICARDO LEÃO – ... que é nosso membro também da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial. Só vou acrescentar um dado, eu represento aqui a Comissão dos Jornalistas pela Integração Racial do Distrito Federal. Nós temos oito organizações no País e eu venho aqui em nome da do DF.

Senador, essa audiência ocorre num momento muito oportuno, porque no próximo sábado completa-se 1 década do assassinato do Tim Lopes. Faz 10 anos que o jornalista Tim Lopes foi assassinado no Rio de Janeiro, uma história bastante conhecida da sociedade brasileira, bastante divulgada pela imprensa, enfim, porque foi, do ponto de vista das ilações de direitos humanos, do ponto de vista das ilações da imprensa, um escândalo, porque, como disse o Schröder, que nos antecedeu, quando o crime organizado se propõe a atacar e agredir um magistrado, um jornalista, enfim, digamos, as pessoas que representam a sociedade ou os órgãos de Estado, acende-se uma luz vermelha, porque a ousadia do crime está passando dos limites. Com o Tim Lopes, foi isso que ocorreu, vão se lembrar que o que circulou foi que os criminosos fizeram, inclusive, uma simulação de julgamento: “Nós vamos julgar o Tim Lopes aqui e assassiná-lo”, lá no morro.

E o Tim Lopes é muito representativo, porque eu me recordo que na época eu ainda morava no Mato Grosso do Sul e já participava de uma articulação que tem muita reputação, que é a Abraji, pelo menos se tornou Abraji, uma associação de jornalistas investigativos. E já se faziam alguns cursos, a ideia era justamente ter um preparo para os repórteres que cobrem, estando em situações de risco, de saberem como se comportarem, como se conduzirem. Depois surgiu essa associação e ela se precipitou pela morte

do Tim Lopes, ou pelo menos a morte do Tim Lopes foi símbolo daquele momento.

E aqui é interessante analisarmos que, felizmente, no caso brasileiro, nós não somos uma nação que tem entrado em conflitos armados no passado recente. Então, essa coisa do conhecimento de guerra do Brasil não é muito da nossa cultura jornalística. Foi dito aqui também que nós temos agora o caso da Síria, nosso profissional que está ali – e o Senador está-se propondo a fazer um expediente para pressionar o país a liberá-lo – mas não é algo que a gente costuma vivenciar, os nossos profissionais do jornalismo como correspondentes de guerra, é uma coisa um pouco rara, digamos assim.

Então, nessa questão do risco do profissional, no caso brasileiro nós temos muito essa questão do crime, o risco que você corre em cobrir o crime. E o Tim Lopes, volto a dizer, demonstra bem isso. Ou seja, ele era aquele profissional que se propôs a ser ousado e a investigar os meandros do crime organizado e pagou com sua vida por isso.

Agora, o Tim Lopes também representa mais, Senador, porque o Tim Lopes, do ponto de vista de uma violência simbólica, ele era aquele profissional – e acaba de chegar aqui a Josefina Santos, Secretária de Igualdade Racial do DF – então, o que eu vou dizer também, olhando para ela tem muito a ver com as violências simbólicas contra os profissionais do jornalismo afrodescendentes. Vale a pena também mencionar nesta data. Nós ainda estamos no mês de maio, da Abolição, no País todo, em vários lugares, discute-se essa questão da igualdade racial, da reflexão, do que foi a Abolição, a abolição inacabada, enfim... E os 10 anos de Tim Lopes também servem para isso, porque o Tim Lopes era característico de uma tradição na imprensa brasileira – se eu posso dizer assim – de que dos poucos profissionais que nós temos, muitos deles atuam naqueles papéis em que não se vê o rosto do profissional, como é o caso dos radialistas, por exemplo. Você contratar os negros ou se entender que têm boa voz, tem-se bastante espaço ou se têm muitos negros como repórteres cinematográficos, como repórter fotográfico, ou ainda, nós temos no caso da televisão, aquele profissional que faz a voz de fundo e você não vê a imagem, ele anuncia o novo programa e tudo o mais. No caso do Tim Lopes, ele era o produtor, então, ele era a pessoa que fazia a reportagem, ia atrás das informações, corria o risco, mas não fazia, digamos, no nosso jargão técnico, não fazia a passagem, ou seja, aquele momento em que o repórter coloca seu rosto e passa a informação para a sociedade.

Então, é mais uma reflexão do ponto de vista não só da violência física que ele sofreu, mas também de

uma violência de igualdade racial. Então essa reflexão... Realmente o Tim Lopes... Esses 10 anos... Ocorreu-me, inclusive, Senador, de estar presente aqui e de indagar às demais comissões de jornalistas para que só façamos eventos e marquemos isso usando o Tim Lopes como uma pessoa representativa de todas essas informações, tanto na questão da imprensa, de um modo geral, ou seja, é uma morte que realmente causou uma comoção. Parece-me que existe um filme, um longa sendo produzido. Espero que auxilie para marcar a importância do que foi, de modo trágico, este crime, mas também para refletirmos sobre a participação dos afrodescendentes na imprensa brasileira.

Eu queria também, Senador, por alguns anos eu atuei como jornalista no Mato Grosso do Sul e foram citados aqui alguns assassinatos desse ano. Um assassinato ocorreu em Mato Grosso do Sul, com o jornalista Paulo Rocaro. É um assassinato que ainda está impune e também serve à reflexão, como nós fomos antecidos aqui por um depoimento que veio do Maranhão, serve à reflexão de que nesses centros menores há dificuldades da apuração. Se nós temos dificuldades nos grandes centros, nos centros menores a sociedade, o Estado e as instituições têm que olhar com mais importância ainda. No caso aqui do Paulo Rocaro, ele foi assassinado em Ponta Porã, que é o Município que faz divisa com o Mato Grosso do Sul. É um Município onde há uma incidência da questão do tráfico de drogas, porque é um corredor de drogas, da maconha que sai do Paraguai, atravessa o Mato Grosso do Sul e vai abastecer outros centros.

Então, ao pensarmos a violência contra os jornalistas, nós temos que racionar também dessa forma geográfica e regional. Nós temos uma dificuldade. Aqui também fui antecido, foi lido que o Brasil – é um dado impressionante – que o Brasil ocupa um lugar que não é honroso, como 11º entre os países que estão no *ranking* em que os jornalistas sofrem violência. Então, nós ocupamos esse dado por uma questão de estatística e de todo o País, mas é importante nós pensarmos que as dificuldades têm tons diferentes, a depender de onde você está. Então, no interior, onde a polícia talvez não tenha os mesmos meios ou talvez os próprios operadores do Direito no Ministério Público, os magistrados e sejam mais vulneráveis, é necessário que a gente tenha um olhar mais preocupado com essa realidade.

Bem, Senador, vou ficando por aqui. Eu pensei em fazer uma fala longa, mas para marcar realmente essa década do assassinato do Tim Lopes, acho que vem muito a propósito ter a oportunidade de vir aqui e falar, em rápidas palavras, sobre esse acontecimento, sobre essa década. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sionei Ricardo Leão, Coordenador da Comissão dos Jornalistas pela Integração Racial, que fala e simbolicamente lembra os 10 anos, no dia 2 de junho, do assassinato do jornalista Tim Lopes.

Já temos a presença aqui do Senador Cristovam. Quando terminarmos a sessão, iremos ao plenário, onde haverá uma sessão de iniciativa do Senador Cristovam e deste Senador – mas a iniciativa principal foi do Cristovam, que nos convidou – do dia Treze de Maio, Dia da Lei Áurea. Faremos um debate no plenário sobre a questão da liberdade não conclusa.

Então, passamos a palavra neste momento ao Joedson Alves da Silva, jornalista.

O SR. JOEDSON ALVES DA SILVA – Bom dia a todos. Quero agradecer o convite da Comissão de Direitos Humanos do Senado na pessoa do Senador e sua equipe, agradecer a forma com que o Senador Paulo Paim mostrou muita sensibilidade num momento em que a gente estava fazendo a colheita de assinaturas que trata da morte do Décio. Nós temos como finalidade recolher 2 mil assinaturas aqui em Brasília e levar às duas autoridades máximas do País, ou seja: ao Presidente da Câmara, do Senado e da República para que essa sugestão nossa faça parte do novo Código Penal como crime inafiançável, essas violências que os jornalistas vêm sofrendo.

Quero dar meu bom-dia também a todos que se encontram aí e, em especial, também ao Senador Cristovam Buarque.

Eu vou falar diretamente na contramão de tudo que foi dito aqui. Primeiro, vou exatamente falar do que trata a UJC, União do Jornalista, Cidadãos e Consumidores. O que é a UJC? É o estado de espírito, por que nós jornalistas – como foi dito aqui em algum momento, quem falou foi o Celso, Presidente da Fenaj da questão do divisionismo – nós passamos por toda essa fragilidade por falta de união e quem tem ganhado com tudo isso são as empresas. Por que as empresas têm ganhado com tudo isso? Porque, como a gente viu nessa colheita de assinaturas, Senador, nós fomos às pessoas e é praticamente unânime. Só não foi unânime porque nós tivemos um colega jornalista que é contra, assim como um Deputado dentre esses quase 1.200, essas duas pessoas não assinaram, então, não tem unanimidade.

E qual é a importância disso? Uma nota que a UJC – não foi uma não, foram duas – na primeira quando o STF... O STF, a nosso ver e da maioria das pessoas que assinam nossa nota, promulgou um AI-5 contra o jornalista e a liberdade de expressão. Então, na primeira nota nós pedimos eleição para o STF por não concordarmos mais com o modelo de justiça que

imperava hoje no Brasil. Isso faz com que nós tenhamos uma democracia frágil. E foi dito aqui exatamente por um dos participantes da primeira Mesa: a democracia no Brasil, como nós escrevemos na segunda nota que eu vou ler logo em seguida, está-se tornando uma democracia morta. Porque não adianta haver Parlamentares, Senadores como o senhor, que têm compromissos como o senhor, com a sua essência, com a voz da cidadania, com a voz popular. Como nós ouvimos aqui agora de quatro palestrantes, o crime político é o crime que mata. As pessoas vão ser hipócritas, não vão ter coragem de chegar aqui com essa oportunidade que a gente está tendo, que o senhor nos ofereceu, de dizer. Como é que pode, em um país que tem uma democracia, que é esta Casa da cidadania, que seja também nos Estados, que seja nos Municípios, estarem matando cidadãos que são porta-vozes do pilar da liberdade de expressão... A liberdade de expressão é o pilar desta democracia, é por isso que nós escrevemos na nota democracia morta e nós vamos falar isso. Por que o que acontece? De que adianta nós termos um Parlamento onde temos três, quatro Senadores que podemos dizer que são comprometidos com os valores, com a dignidade humana, enquanto...

O político não é sinônimo de sujeira. Não é isso que o cidadão pensa dos bons, mas os maus políticos estão tomando conta da política e estão fazendo com que aconteça isso.

Então, Senador, quando nós, com esse sentimento de democracia morta... Não sou especialista, porque é um termo... Eu queria corrigir o Celso. Nós não somos cinegrafistas – cinegrafista é a pessoa que cuida do cinema; nós somos jornalistas da imagem, que é um termo que nós criamos na criação do novo Sindicato dos Jornalistas da Imagem, para fortalecer esse segmento, porque há um equívoco. Por exemplo, nós fomos ao Presidente Lula na época do projeto da Fenaj e o sensibilizamos, porque esse segmento da imagem é a relevância do jornalismo, como foi muito bem colocado pela Presidente do Sindicato do Rio de Janeiro, e somos tratados desta forma: mão de obra explorada no Brasil.

E isso é o quê, Senador? Faltam atitudes como a de V. Ex^a, exatamente, que nos possibilitem fazer esse debate amplo. O assessor do senhor pediu que a gente fizesse um movimento para trazer mais pessoas aqui. Eu convidei representantes de todas as empresas e convidei funcionários de todas as empresas – olhe o que a gente tem aqui –, porque é uma oportunidade única, de forma verdadeira, para a gente discutir essa questão que vai ser colocada por nós: por que democracia morta? Eu tenho força para isso como cidadão?

Sexta-feira, quando eu estava indo à Istoé falar com Claudio Dantas, eu vi os policiais abordando uma cidadã e pressionando-a. Ela disse: “Eu falo o que eu quero porque eu tenho voz.” Isso é a voz da liberdade de expressão. São poucas as pessoas que sabem o que é isso.

Então, vou ler aqui essa nota, Senador:
Democracia Morta.

Nós da União dos Jornalistas, Profissionais da Comunicação, Cidadãos e Consumidores (UJC) reiteramos o pedido de eleição para a Justiça no Brasil. Não acreditamos mais nesse modelo de democracia onde os membros da Justiça ainda são indicados pelo Executivo com a prática de desrespeito dos outros dois Poderes à Constituição Federal. Em vez de julgar, o STF oficializa o jeitinho brasileiro na Suprema Corte. Exemplo é o caso das MPs, prática viciada, que passava por cima da Constituição Federal. Deixar de cumprir a lei é violar o Estado democrático de direito e a legalidade. Essa prática fere o cidadão e a cidadania. Em contrapartida, agride e enfraquece, ainda mais, o modelo de democracia já morto.

Nossa luta é para extirpar essa prática antidemocrática e que se respeite a Constituição.

Com esse mau exemplo dado pelo STF em 8 de março de 2010, fica decretada a falência da Justiça no Brasil. Acreditamos em juízes que respeitam as leis. O caso do Instituto Mendes e as MPs aprovadas com vício, no qual o STF julgou que o ICMBio, o Instituto Chico Mendes, foi criado de forma inconstitucional e depois voltou atrás, dando péssimo exemplo de violação e abuso da Carta Magna.

Com que moral o STF e esse modelo de justiça pode julgar alguém no Brasil? E ela permite e é conivente com a violação da Constituição Federal. Os cidadãos sabem o papel da Suprema Corte no Brasil. Ela não é casa do perdão, nem tampouco casa política. Nós, cidadãos, vamos lembrar aos Ministros do STF que seu papel constitucional é julgar com lisura e fazer com que se cumpra a lei, e não costurar ação política. Virar as costas à Justiça é permitir a injustiça e rasgar a Constituição Federal.

Usamos a liberdade de expressão para afirmar: não existe meia ética, meia moral e tampouco meia justiça. Exigimos justiça no Brasil e aos infratores que violaram a Constituição Federal. Justiça é para todos.

Chega de justiça só para pobre!

Por que estou dizendo isso? Porque o cerne de tudo que se está discutindo é a falta de justiça, senhores! As pessoas acham que estão acima da lei. É como foi dito, e anotei aqui, mata... E foi muito bem, pelo senhor, ainda do ponto de vista emocional em que o

senhor se encontra, a colocação: mata um e matamos outro. É o recado que está sendo dado.

Que democracia é essa?

Cadê as instituições constituídas para fortalecer, se a liberdade de expressão é o elo dessa democracia?

Então, nós fomos muito felizes quando soltamos essa nota. Soltamos essa nota do seio do meio jornalístico. Isso foi feito por jornalistas, representa não a minha vontade, mas a vontade de um todo. E nós vamos bater nessa tecla. Foi por isso que reafirmei aqui a oportunidade dada pelo Senador Paulo Paim, porque nós não temos condições, e esta Casa era para ser isso. Quando o Senador Paulo Paim e o Senador Alvaro Dias perguntaram “intimidação?”, intimidação para nós é a mãe de tudo, sabe por quê, Senador? Todo mundo sabe que o jornalista é o cara do texto, mas a pessoa intimidada somos nós. Quando a gente sobe o morro, a primeira ameaça é a intimidação. O cara diz: “Vou te queimar.”

A palavra intimidação – eu fui estudar a palavra “intimidação” – traz o temor, traz o medo. Então, a gente tem de estar atento a isso.

Eu aproveito, mais uma vez, para dizer o seguinte: muito obrigado, Senador Paulo Paim. Estou com o Chico. Eu gostaria, como fiz durante toda minha vida, com o tal de *marketing* político, ajudando a eleger Deputados e Senadores. Nunca me filiei a nada, mas gosto de chamar meu Deputado, meu Senador àquelas pessoas que realmente exercem esse espírito que o senhor vem exercendo no seu mandato.

Eu peguei a assinatura do senhor na sexta-feira. Na segunda-feira, o senhor me convidou para vir à audiência pública. Encontrei o senhor. O senhor está no caminho certo.

Espero que o Brasil honre uma pessoa como o senhor como um grande chefe de uma nação com esse sentimento de que a gente precisa. A gente precisa estar mais próximo do cidadão.

Obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi Joedson Alves da Silva, jornalista da imagem, que faz aqui esse movimento para que... Quantas assinaturas?

O SR. JOEDSON ALVES DA SILVA – Já temos duas mil assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já tem duas mil assinaturas para que o crime contra jornalista seja inafiançável.

O SR. JOEDSON ALVES DA SILVA – Exatamente, e federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra neste momento ao Presidente

do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF, jornalista Lincoln Macário Maia.

O SR. LINCOLN MACÁRIO MAIA – Em primeiro lugar, quero agradecer muitíssimo, Senador Paulo Paim, a oportunidade que o senhor dá a nós, trabalhadores, para discutir assunto que é da maior importância, mas que, infelizmente, não ganha a atenção, não merece o plenário cheio que deveria ter.

Quero fazer uma referência especial ao Senador Cristovam Buarque, que está sempre presente nos momentos de discussão de temas que são fundamentais para o fortalecimento da democracia.

Por falar em democracia, é por aí que começo numa abordagem um pouco mais geral sobre nosso pacto social, sobre o contato social que nos torna sociedade, contrato que cria o Estado, contrato que nos dá condição de civilização, pelo menos, em teoria. O pacto social, o contrato social vai se sofisticando ao longo dos anos. A criação do Estado é, sem dúvida nenhuma, o grande resultado desse contrato social, mas, entre as várias sofisticações que dele surgem, surge o direito à liberdade de imprensa. Essa instituição, que é a imprensa, tem como objetivo mediar os diálogos da sociedade, informá-la e dar-lhe os elementos para que a gente possa seguir nessa caminhada evolutiva de melhoria das relações individuais e coletivas.

Pois, bem, essa sofisticação do contrato social, que é a imprensa, em alguns momentos parece retroceder porque a imprensa começa a ser enxergada não como uma instituição, mas como mero negócio, ou como mero grupo de pressão. Eu faço pós-graduação em análise de políticas públicas e chamou muito a minha atenção quando, em determinado momento, a turma discutindo grupos de pressão, instituições, mais da metade da turma identificou a imprensa como grupo de pressão, e não como instituição. Isso dá uma demonstração, um diagnóstico claro de como, infelizmente, nós da imprensa temos nos posicionado muitas vezes mais como grupo de pressão na defesa de alguns interesses do que como alguém que medie todos os interesses existentes na sociedade. Isso se dá em nosso País, obviamente por conta de um monopólio privado dos meios de comunicação e por conta de uma total desregulamentação da atividade. Aí a nossa instituição, a instituição imprensa, começa a perder institucionalidade justamente porque não tem regulamentação. Vivemos uma lei da selva. Há dois exemplos muitos claros a respeito disso. O primeiro deles é a falta de uma regulamentação para o direito sagrado de resposta, um preceito constitucional. É absurdo que em pleno século XXI alguns processos requisitando direito de resposta fiquem passeando entre a primeira e a segunda instância, indo e vindo, porque

o juiz alega, por exemplo, que esse direito não está regulamentado e ele não tem como fazer a prestação jurisdicional. Como, se é um direito constitucional? O ideal é que tenhamos regulamentação, tenhamos regras claras, mas se não há essas regras claras, ele tem que arranjar um jeito – direito comparado, direito internacional – e garantir a prestação jurisdicional do direito de resposta.

Esse é só um exemplo, um dos vários exemplos, para pegar algo que é fundamental nessa instituição, que é a imprensa, que é o direito de resposta. Falta institucionalidade, falta regulamentação em tudo – em tudo. A nossa legislação da profissão é anacrônica.

O Conselho de Comunicação Social, para repetir o apelo que fez aqui o Chico Pereira... A Constituição traça um capítulo belíssimo, do ponto de vista filosófico, dizendo quais devem ser os preceitos a serem perseguidos pela sociedade e pelo Estado em relação à comunicação social, para dar efetividade, para tentar garantir a efetividade desses preceitos, cria um Conselho ligado ao Congresso, ao centro da democracia, e esse Conselho, desde a sua criação, em 1988, foi instalado por duas gestões, por quatro anos, sem efetividade de condições de trabalhar. Então, reforço o apelo feito aqui pelo Chico Pereira ao Senador José Sarney, ao Presidente José Sarney, homem que convocou a Constituinte, que resultou na Constituição cidadã, que instale esse Conselho, que instale esse órgão, que não vai ser uma panaceia para todos os problemas, obviamente, mas que vai ser um dos vários fóruns que a sociedade precisa ter, mas um foro privilegiado para discussão de problemas como esse, porque se, afinal, a nossa Constituição fala em evitar todos os embaraços à liberdade de imprensa, e a violência contra os jornalistas é, talvez, a expressão máxima desses embaraços, o Conselho de Comunicação Social seria o foro adequado para discutir, por exemplo, questões relativas à violência contra os jornalistas. Então, reforço esse apelo.

Reforço também o apelo para que outras iniciativas de dar substância, institucionalidade, regulamentação... Já se tem, mas a lei dos jornalistas é de 1969, um decreto-lei. O que nós vamos fazer? Vamos cometer o mesmo erro, que foi o erro de retirar a Lei de Imprensa do mundo jurídico sem ter nada para substituí-la, ou vamos substituí-la por algo decente? Porque é essa falta de institucionalidade que, em boa medida, acaba gerando os episódios não só de violência externa, mas também de violência interna dentro dos veículos com que nós convivemos quotidianamente, que nós tentamos, de alguma maneira, resolver com nossos contratos menores, as convenções coletivas de trabalho, mas enfrentamos as mesmas dificuldades citadas

aqui pela Suzana Blass nas negociações coletivas que ela implementa no Rio de Janeiro. A gente tenta criar um mecanismo efetivo, por exemplo, de recebimento de denúncia por parte das empresas dos casos de assédio moral, assédio sexual, sexismo, homofobia, e as empresas impõem as maiores resistências do mundo para criar um mecanismo de recebimento de denúncia, não é nem para criar um recebimento de processamento dessa denúncia; é só criar o mecanismo de recebimento de denúncia, porque a gente acha que se houver um mecanismo de recebimento de denúncia, já vai ser um inibidor para essas práticas absurdas de, repito, assédio sexual, assédio moral, sexismo, homofobia, e por aí vai. Então, até a isso as empresas opõem resistência. Por quê? Porque temos essa dificuldade danada de institucionalizar essa conquista, essa sofisticação do pacto social, do contrato social, que é a liberdade de imprensa.

Prometo correr para terminar, até para não prejudicar a sessão em homenagem ao Treze de Maio, convocada pelo Senador Cristovam Buarque.

Quero expressar aqui o apoio do Sindicato dos Jornalistas à proposta do Deputado Protógenes. Espero que, a partir de momentos como esse, essa proposta que federaliza os crimes cometidos contra o jornalismo nesse aspecto importante que o Chico Pereira ressaltou ganhe força e se torne lei o mais rápido possível, responsabilização das empresas também.

Quero citar um episódio recente que ganhou as redes sociais, que foi o daquela repórter que cometeu desatinos e desrespeitou de maneira terrível um jovem negro preso por suspeita de assalto e estupro, aquela cena dantesca, que, se não engano, resultou na demissão da repórter. Tudo bem, a repórter abusou, mas por que só ela paga? Ela fez, obviamente, instigada por um modelo de jornalismo que busca alcançar os nossos sentidos mais primitivos, que é aplicado, desenvolvido, reiterado e, principalmente, muito lucrativo para as empresas. E onde é que a empresa entra nessa história? Só a jornalista – pelo que me consta nem jornalista ela é – que paga nessa história? Não faço aqui a defesa da jornalista, ao contrário, aquela atitude dela merece o nosso repúdio, mas por que só há a demissão dela e nenhuma discussão sobre o papel social daquele programa? Porque, repito, não temos institucionalidade, não temos regulamentação, não temos os órgãos que, pelo menos, discutam. Se a gente tem dificuldade de punir... Hoje vivemos uma situação parecida com essa: a sociedade avançou com o Conselho Nacional de Justiça, para que o cidadão pudesse denunciar os magistrados, com o Conselho Nacional do Ministério Público, para que o cidadão pudesse denunciar os abusos dos procuradores e

promotores, e se um jornalista comete abuso, a quem a sociedade recorre? Ao sindicato, para que ele possa abrir um processo na Comissão de Ética, que não detém todos os mecanismos suficientes para um processamento dessa natureza e que, ao fim e ao cabo, vai gerar uma advertência, ou então uma suspensão dos direitos de se sindicalizar, quando a maioria da categoria já não é sindicalizada?

Para concluir, Senador, além de tudo isso que eu disse, eu acho que – aí uma sugestão, acredito, ao Jonas Valente, que é o nosso secretário-geral – podemos iniciar essa institucionalização, essa regulamentação, esse fortalecimento da imprensa como instituição e não como grupo de pressão, a partir, por exemplo, do Senado. O próprio Senado pode criar um protocolo – essa é uma sugestão que fica aqui do Sindicato dos Jornalistas – melhor, aprimorado, de atendimento dos jornalistas. Os colegas que estão aqui, que cobrem as atividades quotidianamente sabem que às vezes a gente sofre para ter acesso a algumas informações, para ter acesso a alguns eventos. Às vezes é duro ser jornalista aqui no Senado, cobrir as atividades, disputar espaço com seguranças que nem sempre estão capacitados, preparados e dispostos a um relacionamento mais amigável com a imprensa e, principalmente, criar um protocolo para que as informações aqui dentro sejam mais acessíveis, sejam mais transparentes para que, pelo menos, esta Casa da República, essa instituição fundamental para a consolidação da democracia, possa, com seu exemplo, puxar outras instituições para que tenhamos, cada vez mais, a imprensa compreendida como um instrumento da democracia, para o fortalecimento da democracia, para a evolução do nosso processo democrático.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi Lincoln Macário Maia, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do DF, que deixou algumas sugestões. Entre essas, a que diz respeito à responsabilidade das empresas – depois a gente aprofunda a redação –, o protocolo de atendimento mais democrático ao jornalista dentro do Senado e reforçando que o crime contra jornalista seja federalizado.

Parabéns pela fala!

Vamos passar a palavra ao Fernando Bezerra Júnior, repórter fotográfico.

O SR. FERNANDO BEZERRA JÚNIOR – Bom dia, Senador.

Queria agradecer o convite feito por esta Comissão e cumprimentar todos na pessoa do Senador Paulo Paim.

Senador, vou fazer uma breve exposição sobre o meu caso, que ocorreu no dia 31 de dezembro de 1999, no Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, numa cobertura do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, um evento que seria o *réveillon* no Forte de Copacabana, na virada do milênio.

Houve um credenciamento específico para essa cobertura, todos os jornalistas que estavam lá dentro do Forte estavam credenciados, Francisco. E, um pouco antes da chegada do Presidente, um pedaço de um toldo que cobria a área em que o Presidente ficaria caiu devido à ventania que normalmente ocorre no Rio de Janeiro perto do *réveillon*.

Uma foto de uma cena, Senador, que qualquer jornalista e qualquer pessoa que tivesse o menor sentido jornalístico ia saber que aquela cena não valia nada; era um pedaço de madeira no chão. Eu e mais dois colegas de Brasília que estávamos fazendo a cobertura do Presidente fotografamos essa cena. Éramos credenciados e estávamos no lugar especificado para nós. De repente, uma das organizadoras do evento deu uma ordem a um major do Exército para que prendesse nós três. O major não repetiu essa ordem para nós e pediu aos soldados que retirassem nossos equipamentos. Óbvio, isso terminou da pior forma possível. Foi uma agressão. Éramos seis jornalistas contra, mais ou menos, nove soldados. Eles me dominaram, feriram alguns colegas. Levaram-me para a parte interna do Forte de Copacabana junto com uma colega, Sheila Chagas, repórter fotográfica, companheira do Rio. Lá dentro do Forte, nas dependências internas, sofremos uma série de torturas, aquilo de que ouvíamos falar da época da ditadura – pisão, tapa –, tentaram tomar nossos filmes, nosso material fotográfico. Depois disso, no final dessa agressão, um assessor do então Prefeito do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, presenciou essa agressão, presenciou o final da agressão a mim e a essa colega.

Fomos liberados depois disso, um pouco antes da chegada do Presidente.

O que aconteceu?

Depois disso, fomos liberados, tanto eu quanto ela, conversamos com o pessoal da Assessoria de Imprensa do Palácio do Planalto. Eles nos liberaram para ter total acesso naquele dia para fazer a cobertura. Eu tive a chance de fotografar de novo aqueles que tinham me agredido. Aí parti para outro processo, Senador, que eu não imaginei que seria tão tenso e tão desequilibrado, que foi o inquérito policial militar. No dia seguinte, após um laudo do Instituto Médico Legal, que comprovou a agressão, deu-se entrada no inquérito policial militar, em que nove soldados, nove militares, entre eles um general de brigada – essa foi

uma das poucas vezes em que um general de brigada foi indiciado numa agressão – junto com um major e sete soldados... Esse inquérito policial militar demorou quatro anos para ser concluído. Apesar de dezoito acusações, entre elas crimes que se enquadram na Lei da Tortura, na lei de abuso de autoridade, cárcere privado, sequestro, enfim, esses nove militares foram absolvidos, Incrivelmente, Francisco, eles foram absolvidos. Apesar de fartas provas, imagens das agressões, laudos médicos, fotos das agressões, eles foram absolvidos.

Faltava, Senador, quando esse inquérito policial militar foi concluído... Eu nasci em 1978, Senador. Eu não tive oportunidade de viver na época da ditadura. Isso tudo conheço como história. Pude sentir um pouco disso durante o inquérito; você dizia uma coisa, e o cara escrevia outra. Após o fechamento do inquérito, fui surpreendido com a notícia de que os nove acusados das dezoito acusações tinham sido absolvidos. Não tive outra coisa a fazer, apesar de ter tentado, Lincoln, abrir um processo na esfera federal, onde para mim seria o mais certo eles serem julgados, Senador, porque eu não sou militar, eu nunca tive nada a ver com serviço militar. Como é que eu, no exercício da minha profissão, defendendo um direito que não é meu, que é do cidadão, que é da sociedade – estou ali só como um instrumento disso, defendendo – como é que posso ser julgado por um tribunal militar?

Procurei a Justiça Federal, onde o processo não andou porque já havia começado na esfera militar, e entrei na área civil, pedindo uma indenização à União pelo ato dos agentes públicos.

Na primeira instância a juíza entendeu o meu questionamento, ganhei a causa no valor de 200 mil, e o processo foi para a segunda instância, para o TRF, aqui em Brasília. No TRF, eu fui surpreendido com uma decisão de um juiz substituto, que decidiu baixar o valor da indenização para 50 mil. Criou-se, de novo, a discussão sobre qual seria a melhor forma de chegar a algo justo em face de uma atitude dessa, não é, Lincoln?

Senador, veja bem, não é como o juiz disse, que eles não podem indenizar para enriquecer alguém, mas eles têm que indenizar para punir o Estado. Cinquenta mil, Senador, não são dois soldos do general que presenciou toda aquela agressão e não fez nada. Cinquenta mil não é o que eu ganho em um ano, não é a média do que ganha um repórter fotográfico que trabalha em Brasília durante um ano. Cinquenta mil não enriquece ninguém, Senador. Cinquenta mil... Se o Estado tiver que pagar cinquenta mil de indenização, ele vai bater de novo. É muito mais fácil para o agente do Poder Público me bater e o Governo, a União, me pagar cinquenta mil do que ele treinar seus profissio-

nais para que isso não aconteça, para que eles saibam lidar com a liberdade de imprensa.

O que o Lincoln disse aqui sobre o problema do Senado é um problema corriqueiro em Brasília, é um problema corriqueiro que advém das coberturas políticas, que é o fato de o jornalista estar ali para mostrar algo que às vezes não é que o outro lado não queira, mas que o policial, que é autoridade coagente do Poder Público, não quer se colocar na situação de aparecer naquilo. Mesmo ele estando agindo dentro da lei, ele não quer se colocar naquela situação, naquela imagem. Então, causa desconforto.

Para você ver como isso não é uma coisa que está longe. Senador, é uma coisa mais rotineira do que as pessoas imaginam. Quarta-feira houve a invasão da sede do Ministério da Fazenda aqui em Brasília pela Fetraf. Eles invadiram o Ministério, quebraram um vidro da porta, entraram dentro do Ministério, às 6 horas da manhã, e se trancaram dentro do Ministério. Eles fecharam a porta de novo. A Polícia Militar chegou, fez uma barreira na porta do Ministério da Fazenda, os jornalistas chegaram, registraram aquilo e se afastaram. Meia hora depois, chega um colega atrasado. Ele só foi registrar, fazer uma foto, simples. Ele não ia nem pegar o policial militar, não ia nem sair na foto o policial militar. Era a porta e os sem-terra dentro do Ministério. Ele tomou um chute na perna, uma agressão descabida, na frente de todo mundo. Foi uma coisa tão na cara de todo mundo e foi tão sem graça, e marcou a perna, machucou o cara na hora, o Eraldo Peres, um colega da Associated Press. Ele indagou ao comandante: “Comandante, olha isso aqui! Por que o seu soldado me dá um chute na perna assim, a troco de nada, gratuitamente?”. O comandante chamou o soldado, retirou o soldado e depois, não satisfeito, o comandante retirou toda a linha da tropa, trocou toda a tropa que estava ali. Quer dizer, é falta de preparo do comandante? Não é falta de preparo do comandante. É falta de preparo do jornalista? Não é falta de preparo do jornalista. Agora, é falta de preparo da corporação, falta de treinamento para saber lidar com o jornalista naquela situação, saber que ele tem que respeitar e que se ele tiver que usar a força, que ele a use na forma certa e na intensidade certa, porque a imprensa está ali para registrar aquilo.

Na segunda instância, quando fui julgado, o juiz decidiu baixar o valor da sentença para 50 mil porque achou que estava onerando demais os cofres públicos. Senador, só quero colocar aqui uma questão. Não são 50 nem 200, nem 500 mil que vão me trazer justiça. Há um ano nasceu meu filho. Quando ele tiver 10, 20 anos, e pesquisar meu nome na Internet e vir aquela imagem do pai dele apanhando e eu disser a ele

que eu ganhei 500 mil ou 1 milhão ou 10 milhões por aquela agressão e que com aqueles caras que estão naquela foto batendo no pai dele não aconteceu nada, nada, nem julgados eles foram por um tribunal civil... Isso, para mim, Presidente, não é justiça.

Obrigado, senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi Fernando Bezerra Júnior, que fez um depoimento emocionante, exigindo somente justiça. O Estado tem de responder por seus atos, porque foi uma agressão covarde na primeira vez; na segunda vez, o repórter que você cita...

A indenização tem que acontecer, sim. Tem que acontecer. Você está correto. E não são 50 mil. Tudo que você relatou...

O Estado brasileiro, o Governo brasileiro, que responde pelo Estado, vai ter que dar a devida preparação à tropa, tanto que, pelo seu relato, o comandante reconheceu a agressão indevida e retirou, digamos, grande parte da tropa desse evento mais recente.

Meus cumprimentos pelo pronunciamento! Pode contar totalmente com nosso apoio no que depender da Comissão de Direitos Humanos.

Entendo que esta Comissão cumpriu o seu papel nesse debate tão importante sobre a liberdade de imprensa e o combate à violência contra o jornalista.

Como eu dizia no início, vou apresentar à tarde, no Senado o seguinte requerimento:

Nos termos do art. 222 [...], requeiro voto de solidariedade ao jornalista Klester Cavalcanti e à revista Istoé. [Atualmente ele trabalha na revista Istoé, não é?] [...]

O jornalista brasileiro Klester Cavalcanti, 42 anos, foi preso, na última sexta-feira [...], por autoridades locais da Síria, onde prestava serviço para a revista [...]. Foi liberado, mas está impedido de sair do país árabe. O Governo brasileiro negocia a saída de Klester da Síria.

Esta Comissão de Direitos Humanos, vou fazer esse adendo neste documento, exige a liberação imediata, porque, pela decisão que saiu, ele continua, em tese, preso lá, porque não dão a ele o direito de voltar para seu país de origem.

Vou mandar essa moção, inclusive, para a Embaixada da Síria, dizendo que ele tem o direito de voltar ao seu país imediatamente.

Enfim, concluindo os trabalhos, quero dizer que esta Comissão vai fazer de tudo para se somar para que o projeto que federaliza os crimes contra jornalista, que está na Câmara, venha para o Senado e seja aprovado, e que sejam tomadas providências quanto à responsabilidade das empresas e a respeito do protocolo de atendimento do jornalista. Vamos também, dentro do possível, Fernando Bezerra Júnior, nós va-

mos nos manifestar também para se faça justiça em relação ao processo por você instaurado.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a audiência pública.

Convido todos para irmos para o plenário do Senado, onde haverá a sessão de homenagem ao Treze de Maio, dia, em tese, da libertação dos escravos, liberdade não conclusa.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

(Iniciada às 9 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.)

ATA DA 30ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 11 DE JUNHO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dois minutos do dia onze de junho de dois mil e doze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Comparecem os seguintes senhores Senadores **Paulo Paim e Casildo Maldaner**. Deixam de comparecer os demais senhores Senadores e Senadoras. O senhor Presidente declara aberta a presente reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente reunião, em duas partes, destina-se a apreciação da seguinte **Pauta: Primeira Parte**. Audiência Pública nos termos do Requerimento nº 67, de 2012–CDH, aprovado em 24/05/2012, de autoria do Senador Paulo Paim, para “debater a participação legislativa e o programa e-cidadania do Senado Federal.” Convidados: Cláudia Lyra, Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal; Marcelo Minutti, Consultor de Inovação, Marketing e Comportamento Digital; Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU; Igor Tokarski, Secretário Geral da Comissão de Assuntos Institucionais da OAB-DF, em representação ao Senhor Ophir Cavalcante, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Lucieni Pereira, Professora, especialista em Controle Externo; Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida; Jovita José Rosa, (pelo Unasus) é Diretora do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE. **Segunda Parte**. Deliberativa. **Item Único**. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, **RDH nº 76, de 2012**, que requer a realização de audiência pública para debater a **violência no campo e os assassinatos de**

indígenas e camponeses. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **aprovado**. Usam da palavra os Senadores **Paulo Paim e Casildo Maldaner**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.— Senador **Paulo Paim**, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 67/2012, da CDH, aprovado em 24/05, de autoria deste Senador e de outros, para debater a importância da participação legislativa e o programa e-Cidadania do Senado Federal.

Convidados: Claudia Lyra Nascimento, Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, que já se encontra conosco e que já convido para vir à mesa; Marcelo Minutti, Consultor de Inovação, Marketing e Comportamento Digital, que também convido para a mesa; Lucieni Pereira, professora especialista em controle externo; Marcos Roberto, coordenador de comunicação social do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União. E também, já se encontra conosco, Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU; e Igor Tokarski, Secretário-Geral da OAB.

Então, a mesa já está formada. Vamos ao nosso tema.

Conforme os outros convidados forem chegando, participarão de uma segunda mesa.

Para situar os nossos telespectadores e ouvintes do Sistema de Comunicação do Senado, hoje, nesta Comissão de Direitos Humanos, nós vamos debater a participação legislativa e o programa e-Cidadania do Senado Federal. A participação legislativa é um método que permite à população sugerir a criação de projetos e leis. Entidades civis organizadas podem sugerir a criação de determinadas matérias para o Legislativo.

Aqui, na Comissão de Direitos Humanos, por exemplo, a participação popular já avançou. Foram criados, dentre outras funções, conforme esclarece o Regimento Interno da Casa, os seguintes direitos para os nossos telespectadores, ouvintes, enfim, para aqueles que puderem participar:

I – sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil, exceto partidos políticos com representação política no Congresso Nacional;

II – pareceres técnicos, exposições...

O Regimento Interno ainda garante as sugestões...

Vou simplificar, falar aqui um pouquinho sobre o portal e-Cidadania.

O portal e-Cidadania é um instrumento criado para que o cidadão possa colaborar, de forma mais direta, com o processo de atuação parlamentar e legislativa do Senado. Tem como objetivo estimular e possibilitar maior participação de todos, por meio da tecnologia da informação e comunicação, nas atividades legislativas, orçamentárias, projeto, fiscalização e representação do Senado.

Hoje, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, vamos saber da importância desta bela iniciativa da Mesa Diretora da Casa. O portal e-Cidadania é, sem dúvida nenhuma, um canal para se obter informações da atividade legislativa, além de permitir maior fiscalização e até apresentação de proposições por parte do Poder Público.

O Senado está oferecendo ferramentas para que o cidadão brasileiro esteja com esta Casa Legislativa para dizer o que quer e o que precisa ser regulamentado em sua vida e na sociedade.

Este é um grande momento e por isso nós, de forma excepcional, hoje, o tema é o Senado e a Comunicação Popular. Nós queremos, mediante esta apresentação, aproveitando que, na segunda, pela manhã, a gente consegue, pelos meios de comunicação da Casa, falar para todo o Brasil, para que a população entenda como pode participar mais diretamente da formulação, da fiscalização, enfim, de sugestões para leis que o Congresso poderá aprovar ou não.

Então, é um belo momento. Vamos iniciar, de imediato aqui, passando a palavra para os nossos expositores e expositoras.

E vamos começar com a nossa Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Dr^a Claudia Lyra.

A SR^a CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – Bom dia, Presidente Paulo Paim. Bom dia, companheiros de Mesa. Bom dia a todos que assistem a esta reunião.

Como o senhor disse, Senador, esta é uma iniciativa da Mesa do Senado, de levar não só o Senado

ao cidadão, como de trazer o cidadão ao Senado, na sua participação cada vez mais direta na confecção da norma jurídica, que vai reger a vida, o dia a dia, de nós todos.

Então, esse portal teve uma história, começando no ano passado, com uma frase recorrente que se escutava dentro da Casa, de que “o Senado não publica nada”; “o Senado não tem nada publicado”. “É difícil”. E isso foi nos levando a pensar. E o Presidente Sarney, através de um ato, constituiu uma comissão de servidores para estudar essa participação.

O que era isso?

E nós vimos que tudo estava publicado. A parte legislativa estava toda publicada. Todo o material estava disponível. Então, qual era o reclamo?

E nós percebemos que o problema são os diversos locais em que as informações podiam ser encontradas. Então, acesso a informação não é só a publicação da informação, mas é a facilitação do acesso a essas informações já publicadas. Esse foi o nosso desafio primeiro.

E, a partir daí, o portal e-Cidadania tem este viés, que é trazer para um só local o acesso a tudo o que há de publicação no Senado, tanto da área legislativa, sendo ampliado para a área administrativa, do todo. E, também, não só facilitar o acesso, mas também criar outros canais facilitadores dessa participação, dessa interatividade. Foi aí que o portal inovou nisto, da participação do cidadão na confecção da norma jurídica. Então, esse é o nosso desafio grande.

Ele foi lançado agora em 15 de maio, na sua primeira etapa. Vamos ter novidades numa segunda etapa em novembro, e já é um sucesso de acessos, Senador. Já é um grande sucesso de acessos.

Vamos começando...

Então, o uso da tecnologia é uma realidade. Não podemos deixar de usar o que a informática, a tecnologia, nos facilita a vida. Eu costumo dizer que a informática aproxima os distantes. A tecnologia aproxima os distantes. Temos de nos preocupar só quando estamos dentro de casa, para que ela não afaste os próximos, porque, às vezes, na mesa, cada um está na sua Internet.

Mas ela tem esta grande vantagem: a sociedade civil se organiza e cada vez mais faz uso dela. Cada vez mais, vemos as crianças já conectadas, adultos e todos.

Então, vamos aproveitar isso para esse uso dentro da Casa Legislativa.

As redes sociais são uma realidade. Essa interatividade virtual também é real, e tudo isso junto com as necessidades que fomos detectando através dessa comissão de servidores que trabalhou muito, Senador – muito, muito –, como eu costumo dizer, com um pro-

fissionalismo, com todas as suas letras maiúsculas. E isso foi bem reconhecido dentro da Casa.

Então, é a influência da tecnologia usada a serviço desses eleitores.

Em 1988, o uso da Internet foi facilitado. Dispositivos da Constituição que disponibilizam a comunicação social como um critério da cidadania, um critério da democracia; e ela previu, inclusive, a participação do cidadão no seu dispositivo, em que diz que os cidadãos, reunidos, apresentam como iniciativa popular, no art. 61, § 2º. Então eu leio:

“A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles”.

Isso é um número imenso, tanto que o que muito se diz é que a iniciativa popular é prevista, mas é muito difícil. Para termos uma ideia, na última eleição, tivemos 135.828.000 eleitores. Se calcularmos 1% disso, nós temos 1.360.000 – em torno disso – de assinaturas. É muito difícil.

Com isso, de toda forma, tendo essa perspectiva – os próprios Regimentos do Senado e da Câmara preveem isso, quer dizer, o Legislativo –, há uma participação do cidadão mais facilitada. E dentro da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, através da sociedade organizada, pelas associações, e isso já é um facilitador. Se a CDH, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, acolher essas sugestões, elas iniciam a sua tramitação, mas sempre dentro de um grupo já preparado, já feito, já proposto.

O que o e-Cidadania veio trazer dessa participação do cidadão é que o cidadão *de per se* pode participar. E a primeira pergunta que às vezes fica: “Mas isso não é inconstitucional?” Se a Constituição determina que um número mínimo de cidadãos participe, em absoluto, é a resposta imediata, porque da mesma forma que a sociedade organizada, as associações, pode participar diante da CDH, o cidadão apresenta as suas sugestões, e em elas tendo – nós vamos ver mais adiante um pouquinho – um apoio, essas ideias virão também para a CDH.

E aqui, dentro da comissão presidida pelo Senador Paulo Paim, os Senadores, o Colegiado aquiescendo, as ideias, as sugestões vão se transformar num projeto de lei, que iniciará sua tramitação regular dentro das normas constitucionais e regimentais.

Então, vimos que, do permissivo constitucional de que um grande número de cidadãos, a sociedade

organizada, diminuindo mais a participação, ou seja, o número de participantes, mas, facilitando a abrangência dessa participação, há ainda esse menor número necessário, porque o cidadão *de per se* faz isso, alargamos essa contribuição da sociedade.

E por que inovar? Por que participarem os cidadãos, compartilhando disso? Porque ele vai dizer com a sua própria voz aquilo de que a sociedade necessita, e tendo esse apoio, ou seja, ele tem essa ideia, mas a sociedade, junto com ele, diz ao Senador aquilo que está precisando seja regulado para a sua vida em sociedade. Isso é o que o e-Cidadania veio trazer logo, de pronto.

Por que portal e-Cidadania?

Cidadania é um tema que sempre se debate. Qual é a abrangência da cidadania? Ser cidadão é votar ou poder ser votado. E não é só isso. Cada vez mais, a sociedade reclama e diz que não; cada vez mais, a sociedade e nós, cidadãos, estamos cientes do que está acontecendo. Podendo acessar as informações, e cada vez mais em tempo real, e querendo participar dessa confecção da sociedade em si. Então, essa participação ocorre de diversas formas: em passeatas, nas manifestações em rodas de amigos; enfim, há vários canais de participação, e este, o e-Cidadania, é mais um canal direto dentro do próprio Senado.

E o e-Cidadania tem um nome muito próprio: estimular a que esse exercício de todos nós sermos responsáveis pela sociedade que queremos, na qual queremos viver.

Então, esse foi o motivo pelo qual nós escolhemos o título e-Cidadania, que tem três grandes vertentes, dentro daqueles dois canais, dois vieses. O primeiro deles é trazer para um único portal o acesso a tudo que existe publicado no Senado. O outro é inovar essa participação e, dentro dessa inovação, os três grandes eixos da função do Legislativo: representar o povo e a Federação, legislar e fiscalizar. Nesse ponto, nós temos as três grandes partes do e-Cidadania que são: e-Representação; e-Legislação; e o e-Fiscalização.

O quarto eixo é o da educação, que é autoexplicativo. No próprio portal, O cidadão poderá saber como manusear e como navegar nesse portal. Ele também facilita a linguagem, porque, muitas vezes, dizem que há um “juridiquês” quase que incompreensível. Nós vamos transformar esse “juridiquês” do processo legislativo em uma linguagem que todos possam entender, que não seja próprio, só de um setor. Faremos o mesmo com a linguagem do orçamento – vamos chamá-la de “orçamentês” –, que, muitas vezes, é bem complicada. Este é o viés da educação: a informação, a facilitação. A lei de acesso à informação também é isso e tem de facilitar a compreensão do que se vai participar.

Então esse é o viés da educação. É uma novidade que virá em novembro para todos nós.

Esta é a fisionomia do e-Cidadania, na página do Senado, com os três “es”: e-Representação; e-Legislação; e o e-Fiscalização. É muito fácil navegá-lo.

Nessa primeira parte, no e-Debate, o cidadão pode participar apresentando uma idéia que queira ver debatida no Senado, dentro, sempre dentro, das competências do Legislativo, das competências do Senado.

Temos várias participações. Até semana passada, já tínhamos publicado 35 propostas de temas de debate, que foram introduzidas para apoio, porque elas precisam do apoio de 10 mil internautas para que possam ir para a comissão, ter a legitimidade que garanta o que a sociedade gostaria que esse tema seja debatido pela comissão A, B ou C, dependendo do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está muito boa essa explicação. Eu acho importante e acredito muito nisso.

Hoje mesmo, alguém me dizia: “Senador, se você quiser, eu faço um programa e você entra em contato com milhões de pessoas pela rede social”.

Então, esse é um canal direito. Não será preciso entrar em contato comigo. Entrará direto com o Senado. As propostas vêm e começam a tramitar na Casa a partir desse portal.

Para que fique claro para quem está nos assistindo – a explicação está tranquila –, cada iniciativa precisa do apoio de 10 mil internautas.

A SR^a CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – Para que haja a audiência pública. Para que ela venha a ser debatida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como isso é feito?

A SR^a CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – Nós temos como orientar? Nós temos como entrar no portal? (Pausa.) Então, vamos entrar.

Este é para audiência pública. Depois, teremos uma ideia quanto a projetos. Repito: isso sempre dentro daquilo que o Senado e o Legislativo têm atribuição para legislar.

Então, esta é a página principal. Estamos vendo a página principal do Senado. Lá em cima, temos o ícone do e-Cidadania e, logo ele abre no e-Cidadania.

No próprio e-Cidadania tem isso aí, ele vai abrir e temos aqui do lado direito todos os temas que já estão postos para o debate e quantos apoios já receberam. Os temas ficam no ar durante quatro meses, para receberem apoio e se, eventualmente, nesse tempo, não o receberem, a ideia não se perde, ela fica num banco; os Parlamentares podem utilizá-la e trazê-la para debate. Então, ela não se perde.

Temos todos esses apoios já na semana passada.

Para o internauta entrar – nós temos a nossa seta ali aparecendo –, ele vai se cadastrar e, em seguida, pode apresentar. Não precisa vir com uma ideia pronta; ele sugere, exatamente, ele sugere, e isso vai ser organizado. Existe sim uma mediação, aquilo que é inconstitucional absolutamente não tem como prosperar, mas o cidadão não fica sem a sua resposta, ele, através de um *e-mail* institucional, vai ser informado por que a sua ideia não está podendo ser veiculada; ou seja, ele sempre tem uma satisfação, uma resposta da sua contribuição. E é até pedagógico porque, a partir daí – e faz parte do educacional e da cidadania também –, isso vai fazer com que o cidadão se inteire do todo. Então, essa é a parte do e-Representação.

As ideias legislativas, nesse primeiro momento, a partir de maio, também os cidadãos podem lançar uma ideia e dizer o porquê de ele estar querendo que aquela sua ideia se transforme num projeto. Ele tem que dar a sua justificativa, que também não precisa vir bem organizada, ele lança a sua ideia, escreve e, colocando nos quatro meses, a ideia vai precisar de 20 mil apoios; é muito menor do que um milhão e muitos, não é? É muito menor.

Também nesse critério de que tenha que ser constitucional e que o Senado, o Parlamento, tenha atribuição para legislar sobre aquela matéria. E, uma vez recebendo esses 10 mil, esses 20 mil, no caso, agora, das ideias, 20 mil apoios, o tema virá para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

No tema de debate, a ideia vai para a comissão pertinente para a possibilidade de audiência pública. E, na ideia legislativa, todas se iniciarão aqui, na CDH, na sua vertente Legislação Participativa.

Então, nesse momento, até a semana passada, tínhamos 61 ideias já postas em audiência, em apoio. Então, temos várias ideias. Bom, então, essa é a parte das ideias legislativas.

E, numa terceira parte, temos o e-Fiscalização onde vamos tratar da parte orçamentária, de todo o Orçamento do Senado, com o Siga Brasil, podendo o cidadão acompanhar a confecção, não só esta, mas o empenho das verbas orçamentárias, e vai se alargar também para até o fim do ano, a fim de que ele possa acompanhar, inclusive, no seu Município, o que está sendo realizado em termos de orçamento – mas isso, numa etapa mais à frente. Então, ele pode ter todas essas informações.

Senador e todos os que estão nos assistindo, este é um canal revolucionário, porque essa participação do cidadão o Senado não está habituado, até

o presente momento, uma participação tão próxima, tão direta. Mas vejo que é importantíssimo, pois é o Senado que se abre para escutar o cidadão, para nos escutar a todos nós, enquanto estamos na nossa sociedade brasileira.

E para novembro de 2012, perto, é um trabalho de fôlego tudo isso, algumas novidades podemos já fazer um *trailer*, ter um *trailer*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em primeira mão aqui, na Comissão de Direitos Humanos, não é?

A SR^a CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – Para a interatividade das comissões, durante as audiências públicas, já foi feito um protótipo e deu certo. Então, a audiência pública acontecendo, o cidadão pode participar em tempo real, através do *Twitter*, de todos os canais de comunicação da Casa, do Alô Senado; ele pode participar, tem um formulário próprio de participação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me só enfatizar que considero de suma importância essa iniciativa para todas as Comissões, como agora que estamos debatendo a importância dessa ferramenta. Quem está nos assistindo poderia estar entrando, fazendo pergunta, tirando as suas dúvidas, porque, aí, vai ter a sua oportunidade.

A SR^a CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Excelente, excelente.

A SR^a CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – Exatamente. Então, é uma interatividade, como se diz *on-line*, direta, não é?

E a outra é que hoje temos a ideia de sugestão de projeto, mas o cidadão vai poder apresentar a emenda a um projeto que esteja tramitando. Então, ele vai interferir imediatamente dentro de tudo. Em tempo real, ele vai poder não só apresentar uma emenda – quer dizer, ela vai ter que ser acatada, logicamente, pelos Parlamentares –, mas o cidadão vai poder fazer um comentário do texto, de um texto de lei já posto no mundo jurídico, o que ele entende que gostaria de ter alterado.

Também os fluxogramas do processo legislativo, como eu já havia antes dito, para que ele possa entender que aquela sua ideia, aquele seu projeto, aquela sua emenda, que é a própria sugestão de projeto, como é que vai tramitar dentro do Senado Federal e de uma forma bastante simplificada; também a questão do orçamento, do glossário, enfim.

E estamos também disponíveis para as sugestões ao próprio Portal, ou seja, aquilo que o cidadão queira ver registrado e disponibilizado no próprio Portal. Também há um espaço para que isso seja realizado.

Então, Senador, é isso que a Casa disponibiliza a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, parabéns pela exposição. (*Palmas.*) Parabéns à Mesa Diretora, parabéns à Casa.

Esta audiência pública, para mim, é tão relevante quanto às outras que tratam de temas específicos, porque, aqui, vamos ter, a partir dessas iniciativas da Mesa – e a Comissão se sente parceira, eu acho que todas as Comissões são parceiras –, de fato, a democracia direta.

Sabe que, quando fui candidato pela primeira vez, porque, lá, no linguajar direto da população, eu, que vim do chão de fábrica, o Senado representa o Estado. Claro que representa o Estado, mas como é que o povo participa diretamente desse instrumento tão importante que é o Senado da República? Dizendo: não, o Senado não representa o Estado, mas representa também o povo, como a Câmara dos Deputados.

Então, só posso cumprimentar a iniciativa da Casa, porque, agora, o povo vai poder ter o Senado mais perto, mediante esses instrumentos. Meus cumprimentos!

Vamos, então, agora, passar a palavra ao Consultor de Inovação, Marketing e Comportamento Digital, o Dr. Marcelo Minutti.

O SR. MARCELO MINUTTI – Doutor foi bondade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aqui é doutor, é senhor, é senhora, aqui vai.

O SR. MARCELO MINUTTI – Obrigado, Senador.

Realmente, quando fui chamado, fui convidado para participar da Mesa, fui me aprofundar no projeto porque eu ainda não tinha conhecimento, já tinha visto no *site* do Senado, tinha dado uma navegada, mas, depois, fui me aprofundar e fiquei impressionado. Achei que foi um passo muito importante, que existia nesta Cidade já, participei de um debate ano passado, aqui, no Senado, inclusive com o Presidente Sarney junto na Mesa, falando sobre a importância da participação da população no dia a dia, na rotina do Legislativo. E quando você vê uma iniciativa dessas, percebe que, queira ou não, o Senado está na boca do povo no meio digital, participando oficialmente ou não participando.

Como o Senador pontuou, antes a população mandava mensagem pelo *Twitter*, pelas redes sociais, tentava esses contatos diretos, agora, não. Agora, oficialmente, o Senado se põe como participante da conversa. Um canal oficial, onde a população pode interagir.

Há uma coisa importante que é a gente estar dando um passo em direção a um caminho que só tende a fortalecer e construir uma democracia mais robusta, mais forte para o País. Mas há um lado que a gente pode pensar num programa no futuro, que hoje

a população ainda não tem muito conhecimento desse tipo de iniciativa. A gente já teve um grande volume de acessos. Várias ideias foram colocadas dentro do *site*. Mas falta um pouco as pessoas saberem que existe. Então é fazer um trabalho de divulgação.

Essa ideia do fluxograma para o próximo semestre, para acompanhar realmente o fluxo de trabalho da Casa, é um negócio fantástico. Uma coisa é dar a primeira ideia. Você coloca no *site*, a ideia passa pelos 10 mil apoios, vai para discussão em audiência pública. Mas como isso foi tramitado depois? Quais são os passos? Os tempos?

Acho que esse é o segundo passo muito importante, para consolidar ainda mais essa iniciativa, muito bacana, que o Senado está tendo.

Além disso, acho que tem um ponto sobre o qual é importante a gente refletir um pouco. Hoje, o cidadão está sendo sobrecarregado de informação na *WEB*, é muita coisa o tempo todo, e o dia continua tendo 24 horas. E vai continuar assim, até a gente inventar a máquina do tempo. E como o cidadão tem cada vez mais informação aparecendo na sua linha do tempo na *WEB*, que a sua rede fornece, ele acabou criando filtros para poder consumir essa informação. Eu gosto de falar que a gente está num segundo momento da *WEB*. No primeiro momento, a gente viveu a era da busca: inventaram o Google, inventaram o Bing, o Yahoo. Que coisa maravilhosa. Aquele monte de informação, era só digitar duas palavrinhas e aparecia um monte de informação. Agora, não. Como a gente tem muita informação aparecendo na *WEB*, esse segundo momento fez com que as pessoas criassem filtros através das suas próprias redes. Então, você vai para as redes sociais hoje, os próprios amigos fazem o filtro da informação que vai chegar ao cidadão.

Então, é importantíssimo que a gente consiga trabalhar esse tipo de iniciativa dentro desses filtros, fazer com que as próprias redes dos cidadãos façam com que o conteúdo, as ideias, as propostas cheguem às pessoas, porque as pessoas vão cada vez mais deixar de procurar e mais informação vão encontrar.

Isso já está acontecendo. Há dias, nos Estados Unidos, que o Facebook tem mais audiência que o Google.

Então, é uma tendência. Estamos passando da era da busca para a era do filtro. E quem faz o filtro são as próprias redes das pessoas que rodam em volta do cidadão.

Eu vou dar a palavra aos companheiros para que possam participar.

Finalizo dizendo que a iniciativa é fantástica. E vamos aproveitar para fazê-la crescer mais ainda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Sr. Marcelo Minutti. (*Palmas.*) Ele é Consultor de Inovação, Marketing e Comportamento Digital, que vem com a sua fala fortalecer essa iniciativa. Foi essa preocupação que tivemos falando inclusive com a Claudia Lyra.

As pessoas têm saber mais da importância dessas ferramentas. E, por isso, a audiência pública de hoje que vem nessa linha de que o povo saiba que pode usar esse instrumento fundamental para a democracia e para transparência.

Obrigado, Marcelo. Fortaleceu a ideia dessa audiência pública.

Agora, passo a palavra ao Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do Ministério Público junto ao TCU.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Bom dia, Presidente Paulo Paim, em nome de quem saúdo todos os integrantes desta mesa.

Queria agradecer muito o convite para estar aqui representando o Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas, e também a Associação Nacional do Ministério Público de Contas, da qual tenho a honra de ser o Diretor Executivo, uma entidade que integra, também, o movimento de combate à corrupção eleitoral, que tem também trazido uma contribuição importante nessa linha de participação popular, para a formação da vontade política brasileira.

Gostaria de louvar a iniciativa do Senado Federal, especificamente desta Comissão e, especialmente, de V. Ex^a, que apresentou requerimento para que esta audiência fosse feita, que é uma forma de, além de discutir o tema, que é importante por si só, também divulgar essa importante ferramenta que o Senado Federal coloca, agora, à disposição da cidadania, para a interação dos cidadãos brasileiros com esta Casa, que é fundamental para o Brasil.

O Senado, dessa forma, dá um passo grande no sentido de se colocar como vanguarda na formação, na construção desse momento novo da democracia, onde os representantes não estão mais distantes, encastelados nas Casas Legislativas, mas estão próximos do cidadão, se fazem próximos dos cidadãos, não só visitando as bases eleitorais, mas também aqui, porque o cidadão vai ter alcance. É estabelecido um canal direto de comunicação, e as Casas Legislativas são muito sensíveis a esse pulsar do povo, a essa manifestação de vontade da sociedade civil organizada.

Tenho certeza de que essa ferramenta vai trazer grandes novidades nos próximos anos, para o funcionamento das Casas Legislativas.

Espero que a Câmara dos Deputados, em breve, também tenha algo na mesma linha, no mesmo sentido.

As três vertentes foram muito bem explanadas pela Dr^a Claudia Lyra, e bem exploradas pelo sistema, também: o e-Fiscalização, o e-Legislação e o e-Representação.

Eu tive oportunidade de estar – se não estou enganado –, há três, quando o Siga Brasil foi implantado, na sala da Presidência, com o Senador Renan Calheiros. Lembro-me que o Consultor-Geral de Orçamento, o Dr. Fábio Gondim, fez uma explicação do que era o Siga Brasil, uma ferramenta importante, por meio da qual o cidadão pode acompanhar a execução orçamentária do Brasil. Isso já foi um passo importante. Agora, vejo que essa ferramenta foi incorporada por esse sistema e acho que isso é fundamental para que a cidadania possa ser bem exercida. Ainda é necessária muita educação, muita disseminação dessa informação, para que as pessoas percebam o quanto elas podem fazer, o quanto elas podem influenciar o destino de seu país, usando as ferramentas, participando de associações, discutindo ideias.

Esse canal é sensacional. Poder propor uma ideia – porque o canal não só permite que o cidadão se manifeste a respeito das ideias que lá já estão lançadas –, um tema, e esse tema ganhar volume, ganhar corpo e virar objeto de uma audiência pública e, depois, virar objeto de uma norma, imagine a contribuição que esse cidadão inicial, que teve o lampejo de dar essa ideia, que contribuição ele está dando para o Brasil! Por outro canal, talvez aquele tema nunca chegasse a ser discutido, a ser debatido. Talvez uma carta para um Senador ou um *e-mail* individual não conseguisse sensibilizar. Ele poderia se desanimar, ele poderia ficar descrente por ter mandado a ideia e ninguém ter dado bola, ninguém ter dado atenção. Mas quando essa ideia está no portal e começa a receber apoio, ele não falou só com o Senador, mas com a sociedade inteira, porque outros estão vendo que aquela proposta foi feita.

Então, aquela ideia que, inicialmente, individualmente, poderia não sensibilizar um parlamentar porque, naquele momento, ele não percebeu aquela importância, o conjunto dos apoiantes: “Opa, mas realmente parece que tem algo importante aqui, vamos explorar isso, vamos discutir numa audiência pública”. E, conforme os desdobramentos, pode virar uma lei importante para o País.

Então acho digno dos maiores elogios que esse portal tenha sido construído, que essa ferramenta tenha sido disponibilizada; é preciso divulgar para que o cidadão e as associações, entidades da sociedade civil possam exercer a democracia. E a democracia não é algo que se faz apenas assim em fases ou momentos, ela é algo gradual, existem mil maneiras de implementar a democracia, partindo de um zero democrático

para um absoluto democrático; temos assim infinitos graus de democracia estabelecida numa sociedade. Quanto maior a participação efetiva, maior o grau de democracia. E essa ferramenta vai permitir que a gente avance vários graus, que a gente consiga aprofundar a democracia, trazendo para o Senado a vontade da população brasileira.

Acho que a gente vive um momento muito importante depois dessa grande conquista da sociedade brasileira, que foi a Lei da Ficha Limpa. A Dr^a Claudia colocou muito bem a dificuldade que é trazer um projeto de lei de iniciativa popular nos termos estabelecidos pela Constituição. A coleta de assinaturas é uma operação de guerra, exige uma logística de uma operação de guerra, coletar em tantos Estados aquele volume tão grande. E a Lei da Ficha Limpa foi algo assim tremendo, algo que mostrou uma vibração, uma força, uma vontade de democracia, uma sede de democracia na sociedade brasileira que eu não tinha visto ainda.

E confesso que, inicialmente, quando vi aquele movimento, estava descrente, contaminado pela descrença que, na verdade, corrói a nossa democracia. Nada mais corrosivo para a democracia que a descrença dos cidadãos nas instituições e na sua própria força como participante da sociedade. E ganhou corpo e as Casas Legislativas foram sensíveis e aprovaram a Lei. Ela trouxe uma mudança de paradigma importante, naquilo em que todo mundo não acreditava, passou a acreditar, não só aqueles pioneiros da Lei da Ficha Limpa, mas hoje toda a sociedade abraçou a causa e criou não só essa melhora da qualificação dos agentes públicos, mas funcionou como um fermento na massa. A sociedade agora fala: Olha, nós fizemos a Lei da Ficha Limpa. Os que acreditaram fizeram as coisas acontecer e aqueles que só observaram as coisas acontecer, agora não estão mais só observando, eles estão acreditando que também podem participar, que podem trazer uma contribuição. Isso é uma mudança de paradigma importante que vai trazer consequências nos próximos anos para a forma como a política é feita no Brasil.

E os parlamentares são pessoas extremamente antenadas, sensíveis a essas mudanças. Eu tenho certeza de que o Senador Paulo Paim deve discutir com seus colegas essas mudanças que já estão ocorrendo, como a sociedade está mais participativa, demandando mudanças, exigindo mudanças de comportamento, exigindo mudanças de qualificação daqueles que se lançam à candidatura para prefeitos, vereadores, enfim, a todos os cargos da política brasileira.

Além desses pontos que já destaquei, eu queria destacar também outro ponto, dentro da vertente e fiscalização, que poderia ser explorado pelo portal –

e aí a Cláudia talvez fosse uma boa condutora dessa demanda –, que seria estabelecer um canal, um *link* com outro conjunto de entidades que também são fundamentais para a qualidade de democracia brasileira, que são os tribunais de contas. Porque é por meio dos tribunais de contas que a sociedade brasileira recebe um *feedback* de como andam seus governantes.

Então, são apenas as percepções individuais, na realidade do Município, do Estado ou da Federação, da União, mas também esse *feedback* que os Tribunais de Contas dão para a sociedade.

A SR^a CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – O Senado, no mês passado, fez, inclusive, um convênio entre TCU, Senado e Câmara, das suas ouvidorias, mas nós vamos – já anotei essa sua ideia – debater aqui dentro. De toda forma, as ouvidorias para os reclamos da sociedade, nós já fizemos esse... O Senado já fez esse convênio de parceria com o TCU, mas os TCS, vamos levar para o nosso... O e-Cidadania, o portal, tem um grupo gestor. Então, vamos levar isso a eles.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Está ótimo.

Então, Cláudia, continuando, essas instituições são fundamentais, por isso nós queremos trazê-las para o cidadão brasileiro. Eu, como cidadão, vou entrar no portal e lançar a minha sugestão de tema e a minha sugestão de audiência pública. Eu espero que a sociedade brasileira apóie.

Os tribunais de contas, que são fundamentais, carecem de uma grande evolução, de uma grande reforma para cumprir bem o seu papel constitucional, aquilo que a sociedade espera.

Se, por um lado, o TCU – eu posso dizer com toda tranquilidade – está na vanguarda dos tribunais de contas, embora possa melhorar, deva melhorar, como toda instituição, o panorama dos tribunais de contas, no Brasil, não é alentador. É um quadro que traz muita preocupação nos Estados e em alguns Municípios, porque São Paulo e Rio têm tribunais de contas municipais.

São instituições fundamentais para a democracia, porque elas são o garante do bom gasto público, que, hoje, pecam por falhas na forma como eles são compostos, na forma de recrutamento dos seus membros, de qualificação de seus membros, na desorganização interna, porque não tem uma lei, não existe uma lei nacional que estabeleça padrão mínimo de funcionamento para os tribunais de contas.

Quer dizer, o TCU tem uma Lei Orgânica que estabelece o seu processo. Na maioria dos tribunais de contas, essa lei não é um padrão nacional. Cada tribunal de contas faz da forma que entende e há casos até estranhos, pitorescos, para dizer o mínimo, de

tribunais em que há previsão de recurso do julgador contra a decisão adotada. Quer dizer, o tribunal se reúne, julga, e aquele que é contra tem um recurso, provoca uma... Isso não existe. Sob o ponto de vista jurídico, lógico não tem a menor razão de ser.

O pressuposto dos colegiados é que a maioria deve ter razão. Espera-se que ela tenha razão.

Carecem, também, de garantias mínimas para os seus auditores.

A Cláudia conhece bem o Tribunal de Contas da União e ela sabe que os funcionários do TCU são todos concursados. Quem faz auditoria de verbas públicas federais hoje, no Brasil, são todos concursados, qualificados; têm um programa de capacitação permanente, altamente elogiável, admirável.

Isso não acontece nos tribunais de contas estaduais. Grande parte dos auditores é ocupante de cargos comissionados, que não têm independência, não têm autonomia, não têm capacitação, porque estão ali de passagem, para exercerem a função de auditoria.

Então, eu sei que o tema da audiência não é esse, mas eu queria aproveitar este momento para dizer que democracia se faz também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não é o tema, mas pode, quem está assistindo, mandar uma sugestão para que quem faz auditoria nos Estados seja também concursado, preparado, capacitado.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agora, já tem o canal.

O SR. JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA – É. Outro ponto fundamental eu tenho de falar, como Diretor da Associação Nacional do Ministério Público de Contas, é a falta de autonomia administrativa, orçamentária e financeira dos membros do Ministério Público nos tribunais de contas.

Você tem um Ministério Público que depende, em tudo, para tudo, dos tribunais. Depende do tribunal para obter funcionários, para obter mesa, para obter cadeira, para tirar licença para participar de um curso e até para existir, porque se o tribunal, como o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, não quer que o Ministério Público de Contas lá exista, até hoje não existe. Passados 25 anos da Constituição, até hoje não existe.

Nós temos uma ação no Supremo Tribunal Federal para que o Supremo obrigue o Tribunal de Contas do Município a implantar uma carreira que está prevista na Constituição. É uma omissão que já dura 25 anos.

Então, até para existir, nós precisamos da colaboração, da boa vontade do tribunal e isso não é compatível com a natureza de uma instituição como

o Ministério Público. Um Ministério Público sem autonomia não é Ministério Público.

Então, a Anpcon e outras entidades, e a Dr^a Lucieni vai falar mais sobre isso, porque ela tem feito um excelente, espetacular trabalho nessa área, estamos elaborando uma PEC do que chamamos padrão mínimo de governança dos tribunais de contas, em que estarão previstos a autonomia do Ministério Público, um estatuto de capacitação e independência dos auditores de controle externo, para que todos sejam concursados, para que haja, em todos os tribunais, uma unidade de controle externo que seja chefiada por um auditor concursado, para que obedeçam a normas e padrões de auditorias internacionais, o que só pode ser conseguido por meio de capacitação. Tem de ser concursado, porque a capacitação de um órgão leva tempo e não pode ser alguém que está, ali, passando uma chuva.

Nós levantamos, também, outra bandeira: que os tribunais de contas precisam de controle.

Tramitam no Senado e na Câmara duas PECs prevendo a criação de um Conselho Nacional dos Tribunais de Contas. E nós, da Associação Nacional do Ministério Público de Contas, somos contra ambas as PECs, não porque os tribunais de contas não precisem de controle, mas porque nós não acreditamos que essas PECs, no formato em que estão, vão trazer um controle real e efetivo sobre esses tribunais, porque serão compostos, na sua maioria, por conselheiros de tribunais de contas estaduais, que, até o momento atual, trabalharam muito para que nenhuma PEC fosse aprovada, mas que, recentemente, estão se mobilizando para que haja uma aprovação desses conselhos. Estão-se mobilizando porque se está defendendo, nós estamos defendendo – levamos essa ideia, já, ao Presidente do Supremo Tribunal Federal – que o CNJ amplie suas competências, para exercer a fiscalização sobre os tribunais de contas.

Baseamos a nossa defesa em dois pilares: primeiro, são magistrados, regidos pela Lei Orgânica da Magistratura. Funcionam em tudo e por tudo como espelhos do Poder Judiciário. Os tribunais se organizam como tribunais próprios e típicos do Poder Judiciário.

Nós acreditamos que o CNJ já alcançou um grau de maturidade institucional, de legitimidade política e social, porque ele é reconhecido pela sociedade como um órgão que está transformando o Poder Judiciário – e realmente está –, como um vetor efetivo, capaz de trazer um controle real sobre os tribunais de contas, e um órgão de controle sobre o qual eles não terão controle. Eles serão controlados, e o que se espera do controlado em relação ao controlador é que o con-

trolado não tenha o controle do controlador, porque, senão, se inverte toda a lógica do controle.

A PEC que hoje tramita na Câmara, e tende a ser replicada no Senado, é justamente a de um órgão controlador que será controlado e não exercerá o controle.

Além disso, essa proposta que defendemos não traz custo fiscal adicional para a União, porque um CNTC, certamente, tem de ser custeado pela União, e tirará limite inclusive de pessoal, na Lei de Responsabilidade Fiscal, do Poder Legislativo, afetando a capacidade de os órgãos do Legislativo e do Tribunal de Contas da União de ampliar seus quadros quando necessário e permitir aos seus servidores os aumentos salariais legítimos, quando for a época própria.

Então, haverá um custo fiscal adicional para a União com a criação de mais cargos, com servidores, com mais um prédio para mais um órgão, com toda a estrutura que um conselho desse tem e com toda despesa que ele traz, sendo possível um controle mais eficaz, com mais legitimidade política e social, por parte dos conselhos que já existem, restando aos membros do Ministério Público de Contas serem fiscalizados naturalmente pelo CNMP, como já é uma aspiração nossa de algum tempo.

Não quero desviar o assunto da audiência, mas aproveito para pedir, já que estamos falando de participação popular, que o cidadão que nos está assistindo apóie essa ideia, que ele desperte para a importância que os tribunais de contas têm na democracia brasileira. Que a descrença atual e generalizada dos cidadãos em relação aos tribunais de contas no Brasil não os leve a equivocadamente pensar que o melhor é extinguir, porque, sem controle, as coisas realmente tendem a degradingolar do ponto de vista da Administração Pública brasileira. As grandes organizações privadas, como Bradesco, Votorantim, têm uma estrutura de controle muito forte. Por isso, elas funcionam saudavelmente. A Administração Pública precisa de órgãos de controle, mas órgãos de controle que funcionem bem. Então, nós precisamos reformar, consertar o que está errado. Isso é possível fazer.

Então, cidadão, vamos utilizar a ferramenta do Senado Federal para trazer à Casa este sentimento de que se trata de um tema importante que pode ser evoluído, pode ser amadurecido, pode ser aprimorado dentro do Senado Federal.

Queria, mais uma vez, elogiar essa ferramenta. A partir do convite que recebi, passei a pesquisá-la, a navegar por ela e achei sensacional não só a ideia, mas também a forma, a qualidade com que já está implementada. Parabéns!

Muito obrigado, Presidente.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU, que, mais uma vez aqui, como os outros convidados, enfatizou a importância dessa ferramenta.

Nós vamos avançar tanto – quem é do movimento sindical e está aqui no plenário – que aquele tempo em que entregávamos o boletim na porta da fábrica vai estar superado. Não é que não temos aqui a porta da fábrica, mas iremos à porta da fábrica para dizer aos trabalhadores: “Entrem na minha página, entrem na Internet. Participem aqui e vejam como está funcionando”. Enfim, são os novos tempos. Nós temos que estar preparados para esse novo momento, e a fiscalização também é importante para esse instrumento.

Passamos a palavra agora ao Dr. Igor Tokarski, Secretário-Geral da Comissão de Assuntos Institucionais da OAB, que aqui substitui o Sr. Ophir Cavalcante, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. IGOR TOKARSKI – Bom dia, Senador Paulo Paim. Bom dia, senhoras e senhores presentes ao plenário desta Comissão, senhores servidores do Senado, senhores e senhoras telespectadores da TV Senado.

Em primeiro lugar, Senador, eu quero, em nome da Ordem, agradecer o convite para participar de tão importante audiência pública, que entendo ser um novo marco na forma de comunicação e democratização direta com os eleitores.

Entendo que, com a criação da TV Senado e da Rádio Senado, houve uma aproximação da sociedade ao Parlamento, aumentando assim o senso crítico da população, o que é importantíssimo até para o aperfeiçoamento da nossa democracia. Agora, com a criação e a implementação do portal e-Cidadania – e parabênizo a Dr^a Claudia Lyra e sua equipe pela brilhante formação dessa ferramenta –, cria-se uma aproximação ainda maior.

Permita-me, Senador, aumentar um comentário seu. O Senado está mais próximo do cidadão, do eleitor, e o eleitor torna-se parceiro do Senado, o que é importante na atividade legislativa.

Em relação a isso, é importante também destacar a desmistificação do processo legislativo. O eleitor, às vezes, não consegue discernir, com o detalhamento necessário, o processo legislativo. Isso pode causar certo distanciamento na colocação de boas ideias. Temos certeza de que, Brasil afora, se discutem boas ideias que devem ser trazidas ao Senado e incorporadas aos projetos dos Senadores, também com a possibilidade da criação de audiências públicas. Então, essas boas ideias devem ser debatidas em um fórum apropriado, e o Senado é, sim, a Casa Legislativa para isso.

Então, Senador, cumprimento V. Ex^a e trago aqui o apoio incondicional da Ordem como parceira desta Comissão e desta Casa em sua agenda de trabalhos conjuntos perante a sociedade civil organizada, para que, com a capilarização que a Ordem tem, possa levar, Brasil afora, aos cidadãos, aos advogados a possibilidade de discussão e a apresentação de boas ideias para o Brasil.

Ainda que haja um regramento sobre a participação legislativa de um 1%, vejo que esse instrumento atalha, digamos, a vinda de boas ideias. A assinatura de 1% do eleitorado como requisito legal causa esse distanciamento, causa essa descredibilização, mas, com a possibilidade de o eleitor, de o cidadão acessar o portal e-Cidadania, com apenas 10 mil ou 20 mil apoios virtuais sem a necessidade logística da assinatura, do preenchimento dos dados, tenho certeza de que, a partir de então, teremos grandes surpresas. O Senador e sua brilhante Comissão terão muito trabalho, uma agenda extensa de audiências e de bons projetos para o Brasil.

Cumpre-me trazer também um case interessante que aconteceu na Câmara dos Deputados no portal e-Democracia. Nós da Ordem estamos acompanhando de perto a reforma do Código de Processo Civil, e lá havia a possibilidade de sugestão de emendas ao projeto. Seiscentas sugestões de emendas foram dirigidas ao sub-relator e ao relator-geral através do portal e-Democracia, ou seja, nós da Ordem dos Advogados contribuimos com esse feito ao disponibilizar em nossa comunicação formas de o advogado debater em fóruns e apresentar sugestões de emendas à reforma do Código.

Então, vejo que a criação... E peço licença à Dr^a Claudia Lyra para sugerir algumas formas de interação do usuário com o portal, como a questão de fóruns. É possível fazer audiências virtuais, trazendo juristas, trazendo especialistas no assunto, possibilitando, então, a troca de informações até mesmo antes de trazeremos a matéria ao Senado que já pode vir um tanto amadurecida.

Além disso, até como esclarecimento à população do processo legislativo, que, às vezes, pode trazer alguma dúvida em relação à técnica, seria interessante apresentar alguns infográficos, fluxogramas – um pouco longe do “juridiquês” já citado, mas de forma bastante didática –, até para que o eleitor, o usuário participe desse processo legislativo possa acompanhar o *status* da matéria que ele sugeriu, do assunto sugerido.

A SR^a CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – Permita-me dizer que isso já está previsto para novembro.

Aproveitando a sua fala, percebo que as faculdades de Direito poderiam – e precisam – dar maior atenção ao processo legislativo em seus currículos, porque não tem. É interessante ter o processo legislativo constitucionalizado; ter o uso disso também é uma forma de disseminar.

Mas – voltando – esses infográficos estão sendo providenciados. Já anotei a sua sugestão de criação dos fóruns – e temos aqui alguns participantes do grupo, do comitê gestor –, já está registrado.

O SR. IGOR TOKARSKI – Muito obrigado, Dr^a Claudia Lyra.

Infelizmente, é o que acontece. Hoje, não há cadeira de processo legislativo, na grade regular de várias faculdades de direito, o que acaba distanciando esse debate, o amadurecimento da participação legislativa da sociedade.

Coloco aqui mais uma sugestão, até como estímulo e reconhecimento daqueles usuários regulares, a questão de prêmios. Trazer esses usuários ao Senado, fazer uma espécie de *tour*, para saber como é a atividade parlamentar. Usuários com maior participação devem ser reconhecidos pelo Portal da Cidadania, até como estímulo a novos usuários, para que novos usuários venham com boas idéias, e que o Senado, cada vez mais, possa fazer parte do cotidiano dos eleitores do Brasil.

Era isso que eu tinha a dizer.

Senador Paulo Paim, eu reitero o agradecimento pelo convite feito à Ordem dos Advogados do Brasil e, desde já, Dr^a Claudia Lyra, colocamo-nos à disposição para que o portal e-Cidadania faça parte da agenda de trabalhos da Ordem dos Advogados do Brasil, em conjunto com as entidades da sociedade civil organizada.

Bom dia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Dr. Igor por sua fala bem objetiva.

Devo dizer que eu estava pensando, ao ouvir vocês interagirem, que há, por exemplo, uns moleques no Rio Grande – moleques é modo de dizer, estão todos na universidade –, amigos, enfim, que me pedem para ir às universidades. Eu vou e, na última vez, debatemos sobre leis, quanto aos artigos da Constituição, aquilo que ainda não foi regulamentado. Enfim, lá a moçada bateu no Congresso. Eu disse: “Sim, mas por que vocês não sugerem alguma coisa? Não é só bater”.

Pegando o gancho, acho interessante essa forma. Se as faculdades estão debatendo a legislação, estão dialogando sobre a Constituição – quem faz Direito passa por esses passos de uma forma ou de outra –, e seria bom que as próprias faculdades comesçassem a entrar nesse portal, apresentem suas sugestões, in-

clusive, as propostas daquela sala de aula, dos alunos. Enfim, que façam trabalho de grupo e possam apresentar sugestões para melhorar a legislação no portal. Quem sabe, amanhã ou depois, isso conte pontos àquele que deu a melhor ideia, pegando sua linha de atuação, e que venha a ser lei no Congresso Nacional uma sugestão oriunda das universidades.

Permitam-me dar um exemplo. A ideia do Estatuto do Idoso, que já é lei, surgiu de uma cartinha toda rabiscada que recebi quando era Deputado Federal, de um cidadão cujo nome desconheço – não sei, do contrário falaria –, um cidadão do Rio de Janeiro. Ele me disse que mandou para vários parlamentares, mas ninguém respondeu nem deu bola, e me perguntou: “Será que o senhor vai dar bola?”. Casualmente, li. Achei interessantíssimo, porque a sugestão dele reunia o que era melhor. Hoje, o Estatuto do Idoso é lei.

Então, perdemos belas ideias, ao longo dos anos, porque não havia um canal que, efetivamente, permitisse sua chegada. Mas esse vai chegar, basta entrar no portal. Chegando aqui, será apreciado. Será dito se foi ou não aceito, se é constitucional ou não e com qual relator está.

Então, só posso cumprimentar a todos os painelistas.

Convido os senhores a retornarem para a primeira fila. A senhora fica conosco.

Passaremos à segunda mesa.

Para compô-la, chamo a Dr^a Lucieni Pereira, professora especialista em controle externo. Também chamamos a Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, que, inclusive, encaminhou um belo trabalho e que eu acabei entregando, no Rio Grande do Sul, para inúmeras entidades, a Dr^a Maria Lúcia Fattorelli. O Marcos Roberto, ainda não chegou.

Portanto, passamos à segunda mesa, sem prejuízo do debate entre os convidados, a partir dessa mesa.

Então, de imediato, passo a palavra para a Dr^a Lucieni Pereira, professora especialista em controle externo.

A SR^a LUCIENI PEREIRA – Muito bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do seu Presidente, o Senador Paulo Paim. Mais uma vez aqui juntos, não é, Senador? E na mesma mesa com a Maria Lúcia Fattorelli – é uma grande satisfação – e com a Claudia Lyra, uma pessoa que muito admiro. Confesso que estou emocionada nesta audiência.

Já participei de muitas audiências. Durante dois anos, fui 2^a Vice-Presidente do Sindilegis, o que me fez participar de várias audiências públicas nesta Casa e na Câmara dos Deputados, mas confesso que esta é uma das mais importantes audiências de que participo, não só pela condição de cidadã, mas como professo-

ra de gestão fiscal. Sabemos que o planejamento e a transparência são fundamentos de uma gestão fiscal responsável. E, na minha visão, o equilíbrio fiscal é importante para que possamos avançar em políticas públicas. Enfim, a transparência se consolida e se materializa muito claramente com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao longo desses 12 anos, dou aula e atuo no Tribunal de Contas da União, embora eu não esteja aqui como representante do TCU, mas é inevitável. Ele me dá um conhecimento vasto nesta área. Enfim, trabalho com transparência, promovendo transparência, dando aula na Esaf, fazendo material. E tudo aquilo que era teórico, nas minhas apostilas e nas minhas aulas com os alunos, vejo hoje se materializar.

Então, estão de parabéns o Senado Federal, a Claudia Lyra, toda a sua equipe técnica, os Senadores da República, porque, realmente, o e-Cidadania é a materialização de tudo aquilo que pensei e sonhei como cidadã e como especialista na área de controle externo e também de gestão fiscal.

Pode passar para mim, por gentileza.

Antes de eu entrar, eu queria fazer um breve contexto sobre a visão dos especialistas sobre a nossa democracia. É possível que vocês vejam algumas imagens que possam chocar, mas a ideia não é fazer uma crítica ao Congresso Nacional, mas, sim, mostrar o que a sociedade pensa do Congresso e como essa ferramenta pode ajudar para desmistificar essa visão que paira na sociedade. A visão daquilo que é ruim se perpetua com muita facilidade. Aquilo que é bom, as boas notícias nem sempre dão manchete.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Contrário da frase antiga do Ricupero.

A SR^a LUCIENI PEREIRA – Exatamente.

Então, acho essa iniciativa da TV Senado também um instrumento de cidadania fundamental para levar essas iniciativas para o cidadão.

Vamos passar rapidamente.

O jurista Fábio Konder Comparato participou de uma entrevista, e, na visão dele, não vivemos uma democracia, obviamente numa reflexão sobre a ótica jurídica do que é a essência de uma democracia, na visão desse especialista. Isso significa o poder de controle, de tomar grandes decisões e de fiscalizar, responsabilizar e destituir os representantes. Então, para os especialistas, ainda precisamos aprofundar mais nas questões fundamentais da nossa democracia.

Pode passar, por favor.

Um especialista da USP entende que a representação é o coração do sistema democrático, um regime que pressupõe não só o direito de votar. Então, a cidadania não se esgota com as eleições a cada dois anos, nas esferas municipal, estadual e nacional, mas

também é controlar o que os representantes da população estão realizando. Então, quero saber o que o meu representante está fazendo. Não sou eu quem diz isso, mas um pensador, um especialista nesta área. E, sem a mobilização, parte dos interesses dos cidadãos ficará de fora do sistema político. Daí a gente já percebe a importância dessa ferramenta, da TV Senado e também da TV Câmara no sentido de aproximar o cidadão do Parlamento brasileiro.

Pode passar, por favor.

Bom, aqui tem algumas pesquisas sobre a percepção de confiança nas instituições. As pesquisas que encontrei são um pouco antigas. Eu não sei se o Senado tem alguma pesquisa mais atual. Acho que vale a pena, daqui a alguns anos, um ano, dois anos, fazer uma pesquisa e ver se houve uma mudança da percepção da população em relação às instituições.

Pode passar, por favor.

A Associação dos Magistrados Brasileiros fez uma pesquisa, em 2008, e o Senado, a Câmara e os partidos políticos são os que têm o menor índice de confiança da população, enquanto as Forças Armadas, a Igreja, a Polícia Federal, o Ministério Público e a imprensa lideram o grau de confiança da população. Isso é um dado importante para trabalharmos e pautarmos as ações. Então, entendo que essa ação do Senado Federal vem no sentido de mudar esse cenário, de mudar esses indicadores que foram apresentados.

Pode passar.

Uma pesquisa do Ipespe apresenta uma mesma tendência. Não há muita variação.

Pode passar.

Outra do Ibope também apresenta a mesma percepção.

Então, partindo disso e quando faço uma reflexão das ações dos órgãos de controle externo – Câmara, Senado e TCU –, só posso louvar essa iniciativa do Senado Federal e da Comissão de Direitos Humanos de levar essa ferramenta ao cidadão, porque acho que isso é importante para, daqui para frente, avaliar e ver até que ponto nós estamos alterando esses indicadores.

Pode passar, por favor.

Bom, o resultado disso é que a mídia acaba fazendo um papel que não contribui para a consolidação da democracia. Quando ela critica o Congresso Nacional, as câmaras, as assembleias, nessas bases, ela instiga o cidadão não a exercer a cidadania, mas, sim, que ele se volte contra o principal órgão de materialização da cidadania, que é o Poder Legislativo. Então, a gente ter consciência disso é duro, dói na carne, sim, mas é importante até para que a gente possa ressaltar essa ação e dizer para o cidadão que está em casa, assistindo à TV Senado, que as coisas

mudaram e que a gente precisa empreender um olhar crítico também sobre a mídia.

Pode passar, por gentileza.

Bom, o que tem sido feito para mudar isso são as ações positivas, a meu ver. Há várias ações de vários órgãos de controle: Ministério Público, Tribunal de Contas, mas foquei na ação do Senado em homenagem a esta audiência pública.

Pode passar.

Aí surge o e-Cidadania, que é um exemplo fantástico de democracia *on-line*, em que há uma interatividade em prol da democratização. Isso, realmente, é fantástico e me deixa muito entusiasmada.

Pode passar.

Já foi falado dessa tríplice pela Claudia. Eu não vou me ater mais a esses detalhes. Depois, eu queria falar só em relação e-Fiscalização, mas falo um pouquinho lá na frente.

Pode passar.

O Siga Brasil, ferramenta fantástica para mim, que trabalho nessa área do controle externo, no Tribunal de Contas da União, sem dúvida, é uma ferramenta importantíssima. Ainda é um pouco difícil para o cidadão entender. Então, concordo com o Marcelo, que coloca que a gente precisa ir para outra geração de filtros, focar agora um pouco mais nisso para que a gente possa preparar alguns relatórios que facilitem a compreensão não só da mídia, mas do cidadão e dos alunos também nas universidades, nos ensino fundamental e médio. Eu iria um pouco mais além: acho que precisamos avançar na grade curricular não só no ensino superior. E acho que, quando houver alguma mudança na LDB – isso inclusive surgiu na Consocial –, que ela tenha uma pauta mínima possível de cidadania na grade curricular. Acho que esta Comissão pode dar uma contribuição muito grande para a comissão a Comissão de Educação e Cultura.

Pode passar, por favor.

Outras iniciativas populares das quais participei.

Pode passar, por favor.

Anuncio a chegada da minha grande amiga Jovita, grande parceira. Essa mesa parece que é a mesa das mulheres. (*Risos.*) Senador aqui entre várias mulheres que participam e lutam pela cidadania neste Brasil. Tenho muita honra de compor esta mesa.

Pode passar, por favor.

A sociedade fez a denúncia de que a corrupção mata e se mobilizou contra um cenário muito triste que ainda vivemos.

Pode passar, por favor.

A sociedade se mobilizou e propôs a Lei da Ficha Limpa, colhendo assinaturas de quase dois milhões de cidadãos. Fomos para a rua, ocupamos a rua e sina-

lizamos para os poderes da República no sentido de que queríamos a ficha limpa e que a ficha limpa veio para ficar. A ficha limpa está na nossa agenda nacional.

Pode passar, por favor.

A sociedade levou esse anseio à Presidência da República e ao Supremo Tribunal Federal, e a lei foi consagrada, aprovada, julgada constitucional. Este ano, vamos inaugurar uma eleição diferente, muito mais democrática, muito mais ética, que é o que o povo brasileiro merece e espera dos nossos candidatos.

Pode passar, por favor.

É inevitável, o reconhecimento veio, o reconhecimento social, o movimento de combate à corrupção, foi vencedor do prêmio do Jornal *O Globo*. Tive muita honra de participar, com minha amiga Jovita, desse momento, de consagração e de reconhecimento da iniciativa do povo. Então, é importante esse espaço para que sinalizemos isso, para que apresentemos isso para o cidadão até como forma de estimulá-lo a outras iniciativas tão importantes para consolidação da democracia.

Pode passar, por favor.

Bem, houve também o reconhecimento internacional, pelo Papa, pelo Bono Vox, várias instituições internacionais reconheceram essa mobilização social que contou com todo o apoio do Parlamento brasileiro e que merece todo louvor.

Pode passar, por favor.

Temos outros passos como a reforma política, que está em debate no âmbito da sociedade também. Vou deixar isso para a Jovita falar, mas também queremos fazer uma reforma política.

Pode passar, por favor.

Já temos alguns riscos para a cidadania, a Lei da Ficha Limpa veio para ficar, queremos que ela fique, mas alguns movimentos já começam a se organizar – e aí já corremos riscos. Quero mostrar isso, aproveitar este momento, para que possamos nos mobilizar novamente em defesa da ficha limpa.

Pode passar, por favor.

Já foi apresentado no ano passado um projeto de lei que visa alterar a ficha limpa e permitir que candidatos com contas julgadas irregulares – e essas contas não estão sujeitas somente ao Poder Legislativo, que faz um julgamento mais político, mas a um julgamento da aplicação irregular de recursos públicos pelos tribunais de contas. E há casos em vários entes da Federação em que o Chefe do Poder Executivo tem o talão de cheques da conta do convênio da União, é ele que assina o cheque, é ele que licita, é ele que compra, então, ele é o ordenador de despesas. E, nesse caso, ele é julgado. Para se ter uma ideia, no ano passado, a União repassou para Estados e Municípios R\$80 bi-

lhões, dos quais R\$70 bilhões aproximadamente foram para as áreas de educação e saúde. Então, combater a corrupção e querer a aplicação regular de recursos públicos significa mais saúde para o povo, mais educação, cidadania. Esses recursos são fiscalizados não pelas câmaras municipais, mas, sim, pelo Tribunal de Contas da União, e não se submete a nem um crivo de casas legislativas.

Então, há certa confusão em relação aos papéis, e isso fez com que esse projeto fosse apresentado.

Pode passar, por favor.

E que nós nos mobilizássemos contra esse projeto, que, para nós, é considerado um projeto extremamente negativo. Para mim, a foto desse bebê no meio da passeata é um exemplo de cidadania, famílias com cachorro, idosos, bicicletas, patinetes. É fantástico! Esse dia é realmente um dia em que fizemos uma grande mobilização em defesa da ficha limpa e contra esse PLC nº 14, que tramita na Câmara.

Pode passar.

Sem nenhum tipo de preconceito, nos juntamos a todos os grupos para fazermos a defesa da ficha limpa.

Pode passar, por favor.

Na semana retrasada, dia 29, houve uma audiência pública na CCJ. As autoridades ali presentes, Presidente do TCU, Secretário da OAB. Desembargador Calandra, Júlio Marcelo, Ministério Público, CNBB, todos apontaram, foram uníssonos em relação aos riscos, e, por isso, há uma petição eletrônica na Avaaz. Estamos colhendo assinaturas para encaminharmos ao Presidente da Câmara, porque o Deputado Sílvio Costa retirou esse projeto de lei, mas depende agora do Presidente da Câmara. Então, convoco agora a sociedade a assinar essa petição eletrônica. Uma sugestão para esse portal e-Cidadania, eu não sei, pode ser também viabilizar algumas petições eletrônicas para que, se atingirem o número, possam ser usadas como ferramenta de mobilização social. É muito interessante, e agora é que começamos a ter alguns *sites* em português. Até há bem pouco tempo, os *sites* eram em inglês, e isso dificultava muito a participação do cidadão.

Acho que se houver uma ferramenta como essa que a Avaaz nos oferece pode ser bastante positivo, é algo para se pensar.

Pode passar, por gentileza.

Bem, a sociedade novamente foi contra o projeto que entendemos que daria força ao ficha suja, e, para nós, é importante a retirada desse projeto da tramitação da Câmara. Que ele nem chegue ao Senado Federal, mas, se chegar, Senador, queremos fazer aqui um amplo debate, porque a sociedade está muito mobilizada em relação a qualquer tipo de alteração na Lei da Ficha Limpa.

Pode passar, por gentileza.

Saúde pública foi outra experiência que tive de cidadania, que começa em 2003, lá no Rio de Janeiro. Eu era do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro e fiz toda mobilização, colaborei, fiz parte de debates, e tive a felicidade e a honra de colaborar com vários Senadores e Deputados, com o Deputado Pepe Vargas, com o ex-Deputado Guilherme Menezes, o Roberto Gouveia, enfim, com vários Parlamentares em defesa da saúde pública do SUS 100% público.

Pode passar, por gentileza.

Fiz parte de debates, ao lado de Dalmo Dallari, que diz que um governo de lei, e não um governo de homens, é o de que precisamos, não é? Então, é muito melhor um governo de leis. Quando a população participa da elaboração dessas leis, como está sendo feito por essa ferramenta, proporcionando ao cidadão, tendemos a fortalecer a nossa democracia.

Pode passar, por gentileza.

Fizemos uma grande defesa com o Deputado Perondi, Deputado João Ananias, com a OAB-CE, o grande parceiro Ricardo, nessa luta por direito e saúde pública. Fizemos parte de um *chat* também.

Pode passar, por favor.

E aconteceu a Primavera da Saúde, de cuja organização eu tive a grande honra de participar, e, com isso, a gente conseguiu aprovar, fazer a última votação da proposta de regulamentação da Emenda nº 29. De modo que temos, hoje, uma importante lei de responsabilidade social, para cuja formulação eu dei toda a minha colaboração como especialista na LRF, para que não só a política fiscal tivesse uma lei de responsabilidade social, mas que a saúde pública também tivesse uma lei de responsabilidade social, e ela foi concebida nos moldes da LRF, para que se garanta a aplicação dos recursos mínimos em saúde.

Eu tenho uma grande honra; para mim é uma medalha no peito a sanção da Lei Complementar nº 141. Estou muito mobilizada nesse trabalho, porque saúde pública é a garantia de um direito humano fundamental que é um assunto importante para esta Comissão. E, para mim, esse é um grande exemplo de mobilização social e de cidadania.

Pode passar, por favor.

Bom, com essa regulamentação, garantimos que R\$7 bilhões do Fundeb não fossem retirados da base da saúde; garantimos mais transparência com o sistema nacional, o Siops, que, hoje, é o sistema institucionalizado por uma lei complementar. Será um megaportal com todos os orçamentos de saúde da União, dos 26 Estados, do DF e de mais de 5.500 Municípios sobre o mesmo padrão; um sistema único que terá, inclusive, um módulo para os tribunais de contas registrarem como

eles apuraram. Assim, é possível ter a informação do gestor e do tribunal de contas. Com essas informações consolidadas num único portal, o cidadão poderá ter acesso às informações do País inteiro.

Essa foi uma grande contribuição do Congresso Nacional para a sociedade, para a cidadania e para uma política pública importantíssima, fundamental, que é a saúde pública, a regulamentação da Emenda nº 29.

Pode passar, por favor.

Bom; a gente precisa, como o Júlio falou, é de uma reforma para o sistema de controle externo. Temos algumas mazelas.

Para concluir, pode passar, por favor.

É uma sugestão que o Júlio já colocou, ou seja, que a gente discuta a PEC do padrão mínimo dos tribunais de contas.

Pode passar, por favor.

As manchetes, lamentavelmente, não são favoráveis. Quando a gente pensa nos 34 tribunais de contas, temos que há vários conselheiros sendo alvos de operações da Polícia Federal em mais de 12 tribunais de contas.

Pode passar, por favor.

O STJ afastou, há pouco, cinco dos sete Conselheiros do Tribunal de Contas do Amapá. Isso não contribui; isso não ajuda! A gente precisa, sim, pensar não em acabar, em extinguir ou em grandes reformas, mas uma reforma mínima que garanta uma operação nos 34 tribunais, como nós temos no Judiciário.

Pode passar, por favor.

O Governador do Piauí acabou de indicar a sua esposa, e isso é motivo de questionamento, inclusive no âmbito do Supremo.

Pode passar, por favor.

Caso semelhante foi entendido como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Pode passar, por favor.

E por que isso acontece? Só para entendermos rapidamente.

Pode passar, por favor.

Os tribunais de contas não têm uma lei orgânica nacional e não têm controle, enquanto o Judiciário e o Ministério Público têm uma lei orgânica nacional e têm controle externo.

Pode passar, por favor.

Então, a situação do País: são 34 tribunais, auditores sem uma identidade nacional e sem independência funcional. Não é a realidade do TCU. O que nós queremos é trazer os 33 tribunais de contas para um padrão mínimo que, pelo menos, opere nos outros o padrão que nós temos no TCU.

Ministério Público de Contas sem autonomia, sem padrão, sem lei orgânica nacional. O que queremos?

Pode passar, por favor.

A solução, com certeza, não é a extinção. O Tribunal de Contas da União é a entidade de fiscalização superior brasileira que participa de vários organismos internacionais, que congregam mais de 180 países, todos eles com sistemas de controle externo, tribunais de contas e alguns modelos próprios de controladoria. Mas um modelo colegiado de compartilhamento da decisão tende a ser mais qualitativo para a democracia.

Para concluir, pode passar, porque eu vou pular.

Bom, queremos construir um Brasil melhor em termos de tribunais de contas.

Pode passar, por favor.

E como fazer isso?

Pode passar, por favor.

Estivemos no Supremo com o Ministro Ayres Brito, como o Júlio já falou.

Pode passar, por favor.

Estivemos presentes na Consocial, com vários parceiros. A Jovita estava lá comigo também. Foi um grande laboratório de cidadania participar da Consocial, que selecionou 80 propostas que foram desenvolvidas no País por mais de um milhão de cidadãos, representados por 1.200 delegados, agora no mês de maio.

Pode passar, por favor.

Fizemos a defesa de uma minirreforma para os tribunais de contas.

Pode passar, por favor.

E a nossa proposta foi a sétima mais votada entre as oitenta apresentadas. Então, a gente já iniciou esse debate com a sociedade, e a reforma nos tribunais, como a forma de indicação, foi uníssona como sendo algo emergente que precisa ser realizado o mais rápido possível.

Pode passar, por favor.

Bom, para fazer isso se materializar, a gente já tem uma proposta escrita, bem avançada, uma PEC do padrão mínimo dos 34 tribunais, com um portal de transparência que reúna todas as decisões dos tribunais, bem como a execução orçamentária dos seus próprios orçamentos. Isso poderia colaborar sobremaneira para alimentar o e-Cidadania e, depois, integrar as informações. Isso poderia ajudar sobremaneira. E, ainda, que houvesse audiências públicas nos tribunais de contas, membros sujeitos ao CNJ, lei orgânica...

Pode passar, por favor, que eu quero ir lá para o final, porque eu não vou detalhar o que seria...

Pode passar, por favor.

Pode passar.

Bom, eu entendo, como professora, como especialista em controle externo, como auditora do TCU e, sobretudo, como cidadã atuante e consciente que o

e-Cidadania é uma grande ferramenta para a consolidação da democracia.

Pode passar, por favor.

E gostaríamos de ter essa ferramenta para que pudéssemos fazer essa reforma dos tribunais de contas sem custo para a União, o que é o mais importante, e que os recursos possam ser aplicados em políticas públicas sociais. Assim, é possível a gente melhorar o funcionamento dos tribunais de forma administrativamente racional, com efetividade e sem custo para a União, o que significa mais custo para o cidadão.

Muito obrigada e, mais uma vez, quero parabenizar os colaboradores do Senado Federal que fizeram parte dessa construção.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Luciane Pereira, professora especialista em controle externo.

Já está conosco aqui o Senador Casildo Maldaner, um dos mais presentes aqui nas segundas-feiras.

Nós estamos discutindo aqui o portal do programa e-Cidadania, do Senado Federal, pela importância das redes sociais na elaboração, inclusive, de projetos de lei, de fiscalização, de sugestão; enfim, eu acho uma das audiências públicas mais importantes, como foi dito aqui, porque nós estamos dialogando com a população ou, no mínimo, estamos informando a população sobre esse portal e-Cidadania, uma iniciativa da Mesa Diretora da Casa, coordenada pela Dr^a Claudia Lyra e que está em funcionamento.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner e, em seguida, a Senadora Claudia (*Risos.*) Senadora Claudia... Senador Casildo. (*Risos.*)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É que a Dr^a Claudia está acima de nós todos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado pelo reforço.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Ela é quem comanda o Senado, não é? Essa é que é a verdade; eu diria que é a nossa Margaret Thatcher no Senado, no bom sentido. É a Dama de Ferro da Casa.

Mas Senador Paulo Paim, eu vinha com o rádio ligado e... De minha parte, como catarinense, é difícil estar aqui às segundas-feiras. Esta é uma excepcionalidade e fico imaginando o Senador Paulo Paim, às segundas-feiras, não sei se ele viaja aos domingos à noite, amanhe aqui, está sempre participando...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu vim ontem.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – ...os diversos temas, ele frequenta a serra, num frio danado, ele vai, fica e vem; agora está aqui, numa

segunda de manhã, que para nós lá no oeste catarinense as segundas-feiras é dia de Nossa Senhora da Pouca Vontade; é considerado assim. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nossa Senhora da?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Da Pouca Vontade. Quando chega a sexta, já é da Boa, já melhora; é um dito popular.

Numa segunda-feira já começando, por isso quero saudar o Senador Paulo Paim, a Dr^a Cláudia que comanda o Senado, e aos demais debatedores aqui da Mesa, aos demais que participam. Eu não poderia deixar de chegar... quando eu eu vinha escutando a rádio, estava participando esse menino, que conheci muito jovem, o Dr. Igor Tokarski, representando a OAB, representando aqui o Ophir Cavalcante; um menino entusiasmado, discutindo a questão legislativa. Eu vinha escutando ele sugerir à Dr^a Cláudia... a ideia dele de que nos currículos escolares, hoje, se inserisse a matéria da legislação no Brasil. O legislativo, as câmaras de vereadores, as assembleias, a Câmara, o Senado, enfim, no Congresso, essa disciplina. Acho que falta mesmo essa disciplina na grade. Eu vinha escutando e pensei: eu vou ter que passar lá, dar jeito de dar um abraço no Paim, nos participantes, e isso não estava no nosso *script*. Eu quero me congratular com este movimento da cidadania. Eu estava vendo a Lucieni também entusiasmada numa segunda-feira da boa vontade, quer dizer, pra frente, pra frente mesmo; eu vinha escutando o negócio da primavera no Oriente, a abertura daqueles países, chegando à primavera. Agora, ele fala da primavera do SUS, da saúde. Quer dizer, o SUS ser uma coisa que funcione. Como pegam bem algumas expressões.

Ouvi uma outra agora, alí, de o PEC do padrão mínimo, sem armadilhas, coisas interessantes; o PEC do padrão mínimo, que coisa linda a criatividade que traz para a gente, não é? Sem armadilhas. E vinha dizendo que é da fiscalização externa, 70 bilhões eu escutei, em saúde e educação no último exercício. Se essa fiscalização for mais rígida, aí acho que a gestão... Já vejo o que são 10% de 70 bilhões, são sete bilhões de reais. Um por cento, o que vai dar isso? Dá R\$700 milhões, 1%. Quer dizer, economizar 1% na gestão em 70 bilhões, já viu o que é 1%, o quanto significa isso; é uma loucura! O controle disso, a gestão pública, a transparência. Como é bom ouvir essa **animosidade (?)**, essas questões todas aqui, na manhã de hoje, numa segunda-feira, quando começa a semana.

Então, eu não poderia deixar de passar aqui para deixar o meu abraço ao meu Paim, a todos os convidados; ainda mais ao Senador Paim, ave Maria; bendito seja ele entre as mulheres, estou vendo aqui

o Senador Paim entre as mulheres, coroado nas questões sociais do Brasil, em todos os lugares, acho que faz parte disso. Então, quero deixar os cumprimentos e acho que valeu a pena começar a segunda-feira diferente. O dístico nosso, lá em Santa Catarina, nas segundas-feiras, Nossa Senhora não procede. Aqui, pelo menos, está começando bem a segunda-feira.

Cumprimento e abraço a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Casildo Maldaner, ex-governador de Santa Catarina, Senador, um dos mais atuantes da Casa.

Dr^a Cláudia Lyra com a palavra.

A SR^a CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – Presidente Paulo Paim, está sendo falado da equipe toda e Ana Lúcia saiu um instantinho, mas estará de volta. Eu gostaria de trazer alguns membros, desde o nascedouro, juntos, construindo a idéia, e que hoje fazem parte gestor do e-Cidadania, o Flávio Heringer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu pediria para ele levantar para, simbolicamente...

A SR^a CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – Eu preciso da Ana Lúcia aqui também, Flávio Heringer, são fantástico. Temos o (*inaudível*) aqui também, desde o início trabalhando juntos, sem deixar as suas atividades do dia a dia, Senador. Eu vou esperar a Ana Lúcia, ela deu uma saidinha, mas quando ela voltar eu gostaria que ela também recebesse as homenagens...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O carinho dos convidados.

A SR^a CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – ...o carinho, porque é realmente um trabalho muito grande, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Agora vamos passa à Dr^a Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, que me deu os documentos esta semana, o resumo da dívida, muito interessante; pela viagem que fiz pelo Rio Grande eu deixei o material para o debate lá nas entidades. E, claro, cumprimentar a brilhante palestra feita aqui pela Lucieni. Brilhante, como sempre. Parabéns, viu.

A SR^a MARIA LÚCIA FATTORELLI – Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Bom dia, Dr^a Cláudia, querida amiga Lucieni, querida amiga Josita José Rosa, estamos aqui mulheres e amigas ainda por cima, todas lutadoras cidadãs. Eu cumprimento a todos os presentes e parabenizo por esta iniciativa do e-Cidadania, porque a transparência não é mais do que uma grande obrigação dos órgãos públicos; a transparência está prevista, é um princípio constitucional, na verdade ele decorre do mandamento constitucional da publicidade e vai além da publicidade, que está lá no art. 37

da Constituição. A Lei de Responsabilidade traz um capítulo com vários artigos sobre a questão da transparência e do controle social.

Essas próximas telas eu acho até dispensáveis de apresentação, diante da brilhante exposição da Dr^a Cláudia, sobre o que é o e-Cidadania. É um espaço para que o cidadão brasileiro possa colaborar de forma direta, visa possibilitar maior participação; objetiva promover um maior conhecimento do processo legislativo; permitir aos Senadores acesso amplo às manifestações; e proporcionar maior transparência à sociedade.

Está lá, explicitamente, acesso às informações orçamentárias da União e dos Estados federados. Isso é fundamental na nossa visão, porque a auditoria cidadã da dívida é uma luta que existe há doze anos, e nós lutamos por uma auditoria da dívida pública, contamos com o apoio de dezenas de entidades da sociedade civil, inclusive da OAB, que nos cede, inclusive, um espaço para funcionar no Conselho Federal da OAB, nós somos vizinhos do MCCE. Porque essas limitações dos tribunais, que inclusive já foi trazido aqui pela Lucieni, nessa questão da auditoria da dívida está impressionante.

Bom, nós vamos trabalhar e ingressar nesse portal e eu vou adiantar aqui alguns dos itens, até para iniciar o funcionamento do fórum, que já foi proposto, sugerido e praticamente acatado aqui como uma sugestão para funcionamento.

Em primeiro lugar, nós criticamos muito na auditoria cidadã a violação do princípio da unicidade orçamentária.

Eu fui auditora fiscal durante 29 anos e todas as vezes em que nós chegávamos numa uma empresa e tinha alguma coisa fora do orçamento, a gente chamava isso de caixa-dois. Mas, no Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal manda colocar separadamente no Orçamento o refinanciamento da dívida pública. Isso fere o princípio da transparência porque, na prática, o que acaba sendo divulgado? Aquela parte do Orçamento sem o refinanciamento da dívida. E isso é muito grave atualmente, por quê? Porque a recente CPI da Dívida Pública, realizada na Câmara dos Deputados em 2009 e 2010 – e eu tive a honra de ser requisitada para assessorar tecnicamente aquela CP – descobriu e comprovou que parte dos juros nominais está sendo contabilizada como se fosse amortização. E essa atualização monetária é parte dos juros nominais. Na próxima tela, vemos que os juros nominais devidos sobre a dívida pública envolvem a atualização monetária e a remuneração que supera a atualização monetária.

O que acontece? O art. 167 da Constituição, inclusive, veda a emissão de dívida para pagar juros. Qual é a consequência quando nós separamos os juros

nominais e jogamos a parte da atualização monetária como se fosse amortização? Nós estamos inchando a base para emissão de novos títulos para pagar juros, o que fere a Constituição Federal!

Isso é muito grave, isso foi denunciado no voto em separado do Deputado Ivan Valente, e essa divulgação segregada do Orçamento, sem contar a rolagem, porque a rolagem vem separada, acaba aliviando a divulgação do peso dos juros. O reflexo disso, por exemplo, está nesse Orçamento Geral da União que a Auditoria Cidadã mostra, respeitando o princípio da unicidade orçamentária.

Nós somamos tudo. Nós somamos, inclusive, a parte da emissão de nova dívida, principalmente diante da prova de que boa parte dos juros está sendo contabilizada como se fosse mera rolagem, e não é. Quando a gente soma e demonstra um Orçamento consolidado, nós temos esse Orçamento impactante dos juros e amortizações consumindo 45% dos recursos advindos dos tributos e advindos da emissão de novos títulos.

Os gastos, por exemplo, com saúde, Jovita: 4%. O Senador considerou importante R\$7 bilhões para a saúde, conquistados num dos capítulos da regulamentação da Emenda nº 29. Para a dívida, este ano, o gasto está ainda maior, este ano de 2012, até abril, dados consolidados, nós estamos pagando de juros e amortizações da dívida R\$2,52 bilhões por dia. Por dia, Senador Paim! Então, é superior ao Orçamento de várias áreas federais.

Por que a gente tem de considerar todo o gasto com a dívida, juros e amortizações? Porque senão, na hora de comparar os gastos, nós temos comparações em grandezas distintas. Esse gráfico aí, inclusive, foi inspirado num gráfico demonstrado pelo TCU, relativamente só para uns cinco anos, depois não encontramos mais esse gráfico em relatórios do TCU. Nós, então, demos continuidade a essa metodologia que foi usada pelo TCU lá atrás, em que ele pegava a totalidade dos juros e amortizações, inclusive atualização monetária, para comparar com os outros gastos de pessoal etc. Por quê? O gasto com pessoal que está lá, refletido no Orçamento, não segrega uma eventual atualização monetária obtida por servidores públicos. Digo eventual porque, ano passado, por exemplo, os servidores do Executivo sequer tiveram a reposição da inflação – por isso que 31 categorias acabaram de aprovar indicativo de greve.

Mas quando conseguimos repor a inflação nos nossos salários, essa atualização incorpora o gasto de pessoal que é mostrado no Orçamento da União. Então, a atualização monetária da dívida também tem de ser mostrada, senão nós vamos comparar o gasto

com a dívida sem atualização e os outros gastos com atualização: grandezas distintas.

Pode passar.

O Brasil é um paradoxo. Nós somos a sexta economia mundial, mas temos a terceira pior distribuição de renda do mundo – o Índice de Gini – e a ONU classificou o Brasil em 84ª posição segundo o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Como estamos na Comissão de Direitos Humanos, e eu sei do compromisso do Senador Paim com essas causas, eu queria colocar a importância de dar atenção para esse projeto que nós vamos apresentar no e-Cidadania e em todas as outras formas. E temos solicitado aqui no Senado, há anos, maior transparência em relação à questão da dívida pública e o cumprimento, inclusive, da Constituição Federal, porque isso está diretamente ligado. Na medida em que a dívida consumiu, ano passado, 45% dos recursos, esse paradoxo Brasil está intimamente ligado com a questão da dívida pública, que é o maior gasto, disparado, no nosso País.

Para que tenhamos efetiva transparência do Senado e do Orçamento público federal, que é votado aqui no Senado e controlado pelo Senado, sugerimos a convocação da comissão mista para realizar auditoria da dívida pública, como prevê a Constituição Federal. E, este ano de 2012, nós vamos, tristemente, comemorar 24 anos de descumprimento. Esperamos que, antes de completar isso, em outubro, tenhamos a convocação de uma comissão.

Convocar uma comissão especial para realizar auditoria da dívida dos Estados. Os Senadores representam os Estados da Federação, e os Estados estão em crise da dívida. Várias assembleias legislativas já montaram comissões especiais para debater o tema. A Unale, União Nacional de assembleias legislativas, está pautando o tema. Vários tribunais de contas estão realizando estudos, como o Tribunal de Contas em Minas Gerais. E o Senado, que representa os Estados? Então, fica aqui essa sugestão.

Fica também a sugestão de garantir participação cidadã oficialmente, a exemplo do Equador. O Equador convocou, em 2007, por decreto presidencial, uma comissão para realizar auditoria da dívida. Por decreto, o Presidente Rafael Correa criou a comissão, designou os membros de entidades oficiais, de órgãos semelhantes à nossa Controladoria, ao nosso Tribunal de Contas, à nossa Procuradoria da Fazenda etc., nomeou integrantes da sociedade civil equatoriana e nomeou seis estrangeiros. Tive a honra de ser um desses seis estrangeiros. Trabalhei no Equador durante meses, e qual foi o resultado dessa auditoria? Serviu para anular 70% da dívida externa em títulos, diante das ilegalidades demonstradas num relatório de auditoria

fundamentado, baseado em provas e documentos. O Presidente Rafael Correa fez uma oferta pública de que o governo resgataria aqueles títulos por no máximo 30%. Embora o nosso relatório de auditoria repudiasse 100%, ele considerou uma corresponsabilidade de equatorianos de 30%, não sei como ele fez esse cálculo político. Mas, enfim, ele fez essa oferta, e 95% dos detentores entregaram os títulos, os outros 5% não apareceram. Essa anulação de 70% da dívida do Equador em títulos propiciou, no ano seguinte, quadruplicar os gastos em saúde e educação no país. Até a revista *The Economist*, que não é nem um pouco da linha do Rafael Correa, elogiou o fato.

E é muito triste, como brasileira, saber que justamente durante esse processo no Equador, o Brasil estava resgatando títulos da dívida externa e pagando ágio, que chegou a 70% do valor de face. Então, enquanto o Equador arrematou o título por 30%, o Brasil comprou antecipadamente por 170%.

Então, nós pedimos que esta Comissão no Senado, para investigar tanto a dívida federal quanto a dívida dos Estados, garanta a efetiva participação cidadã. Está havendo uma violação reiterada do art. 26 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição. A Comissão de 1989 não chegou a realizar auditoria, inclusive essa comissão termina com uma proposta de metodologia para uma auditoria. O parecer do Congresso Nacional a uma Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental impetrada pela OAB em 2004, aprovada no Conselho Federal da OAB, foi uma iniciativa do Conselheiro Arx Tourinho, que, infelizmente, veio a falecer, mas a Ordem está honrando e trabalhando por essa ADPF. Incrivelmente, o Congresso Nacional respondeu que a auditoria já foi realizada, referindo-se àquela comissão de 1989, que não chegou a realizar a auditoria.

Então, nós pedimos que esse parecer seja revisito, em prol da transparência.

Próximo.

Quero trazer algumas outras ideias que a Auditoria Cidadã vem trabalhando e denunciando, inclusive para dar um pouco o conhecimento da nossa luta. Primeiro, há uma denúncia de fraude no privilégio incluído na Constituição Federal, art. 166, §3º, inciso II, b. Segundo esse dispositivo, existe uma exceção para a dívida. Os pagamentos para dívida não se submetem à aplicação limitada aos demais gastos. Por exemplo, Jovita, se temos aí no movimento pela saúde pública no Brasil identificação de uma região em que não existe hospital, e é preciso construir ali um hospital, esse hospital só será construído se houver indicação dos recursos para construí-lo, sejam novos recursos ou cancelamento de destinação daqueles recursos

para outra área. Caso contrário, esse projeto, por mais relevante que seja, vai para o arquivo. A dívida, não. Prioridade. Se os recursos orçamentários não são suficientes, fazem-se os contingenciamentos, os cortes de outras áreas e, se tudo isso ainda não é suficiente, esse dispositivo autoriza a emitir novos títulos, para pagar a dívida. É por isso que, apesar dos vultosos pagamentos, a dívida não pára de crescer.

E qual é a origem desse dispositivo? Um trabalho impressionante de então Consultor do Senado, Adriano Benayon, que também é professor, foi professor da UnB e tudo; ele tem um estudo impressionante documentado, que se chama “Anatomia de uma fraude à Constituição”. Eu gostaria de ver isso analisado pelo e-Cidadania, até porque o autor da inclusão desse dispositivo, que já declarou publicamente que foi ele que fez isso, o Sr. Nelson Jobim, está convidado pelo Senado para coordenar uma comissão para discutir o federalismo.

Então, como cidadã, eu venho aqui pedir a atenção para essa história e tudo mais.

A questão da dívida dos Estados, que é muito pertinente, já que o papel do Estado é representar os entes federados.

A origem está ligada ao histórico, à priorização, à concentração da gestão tributária na União, que levou os Estados a se endividarem, inclusive lá, em diversas ocasiões, houve até um incentivo ao endividamento dos Estados.

A última renegociação foi feita em 1997, pela Lei nº 9.496, e o que é que foi refinanciado? Do montante refinanciado, 55% eram dívidas de bancos, no Programa Proes, que foi transferido a cargo dos Estados.

Verificando a natureza das dívidas: 41% apenas eram dívidas contratuais e 59% eram dívidas mobiliárias, em títulos, que foram refinanciadas a 100% de seu valor nominal, enquanto, na época, em algumas localidades, essas dívidas estavam cotadas a 15%. Houve até uma CPI, a dos Precatórios, que denunciou isso.

Essas são apenas pinceladas a respeito da necessidade de auditoria, porque nós fizemos o levantamento das resoluções do Senado que autorizaram endividamento dos Estados nas décadas de 70 e 80, na origem dessas dívidas. E o que foi que nós verificamos, Senador Paim? A maioria das resoluções sequer menciona o agente credor. Outra grande quantidade sequer menciona a finalidade do empréstimo. Há uma forte suspeita de utilização dos entes federados por meio da contratação de dívidas para financiar a ditadura militar.

Nós temos aí uma Comissão da Verdade em andamento. Essa Comissão da Verdade precisa fiscalizar

e investigar também quem financiou a ditadura. Quem financiou a CIA? Esse serviço não é barato.

A dívida dos Estados. O estoque refinanciado foi de R\$113 bilhões. Em 31 de dezembro, esse estoque chegou a R\$396, um crescimento de quase 300%, apesar do rigoroso cumprimento dos onerosos pagamentos, apesar dos ajustes fiscais impostos aos Estados, o que foi cumprido; apesar da perda do patrimônio estadual, porque os Estados foram obrigados a privatizar o seu patrimônio. E mais: atualmente, os Estados estão se endividando com o Banco Mundial.

Senador, o Senado está autorizando os Estados a se endividarem com o Banco Mundial, porque está sendo mais barato endividar com o Banco Mundial do que cumprir as condições onerosas da União. Ora, que federalismo está existindo no País? Os Estados estão se endividando com o Banco Mundial para quitar parte da dívida com a União. E nós sabemos que os empréstimos do Banco Mundial não têm apenas o preço financeiro. Eles têm um preço de abertura para assistência e assessoria política e econômica. E submissão, Jovita. Tem razão.

E um dos aspectos que já identificamos: o Banco Mundial está assessorando os Estados a transformarem os seus fundos públicos, criados desde 1998, com a Emenda nº 20, em fundos privados, a exemplo do Funpresp. Isso pode significar a transferência da crise financeira internacional para o interior do País. Isso é muito grave.

Para dar uma ideia do ônus, do peso, do dano financeiro que os Estados estão sofrendo. Nós fizemos a conta com o Estado de Minas Gerais, que refinanciou, lá em 1998, R\$18,5 bilhões; em 31/12, essa dívida estava em R\$66,8 bilhões. Se tivesse sido aplicada a TJLP – um parêntese –, as condições dessa Lei nº 9.496, de refinanciamento da dívida dos Estados pela União, aplicou o IGP-DI, um índice calculado pela Fundação Getúlio Vargas, uma instituição privada, e que não mede a inflação, mede uma expectativa de inflação. Se tivesse sido utilizado, ao invés do IGP-DI, o IPCA, por exemplo, que é o índice de inflação oficial no País, essa dívida de 66 não existiria; existiria uma dívida de dois bilhões. Se tivessem sido aplicados 6% fixos, que é o que o BNDES empresta para empresas privadas fazerem construções no exterior, essa dívida de 66 bi não existiria, e o Estado de Minas Gerais seria credor de 1,5 bi.

Essas são apenas pinceladas, Senador. O Senado precisa entrar nessa seara.

Bom. Nós já identificamos várias ilegalidades, juros sobre juros, ausência de autorização do Senado para várias emissões de títulos pelos entes estaduais. O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais con-

fessou que não audita a dívida, e por aí afora. A necessidade de auditoria está comprovada por documentos resgatados na CPI. No relatório oficial, constaram diversos requerimentos de informações propostos por ilustres colegas, não foram respondidos pelo Banco Central nem pelo Ministério da Fazenda.

Em relação ao Senado, isto também constou do relatório final da CPI:

“As resoluções pertinentes silenciam sobre muitas condições, limitando-se por vezes em estabelecer o teto para a emissão de títulos. Parte dos desdobramentos da questão da dívida externa no passado, que presentemente possamos criticar, decorreu da pouca cautela com que o Senado exerceu sua competência...”

Repito: isso constou do relatório final da CPI.

A necessidade de auditoria.

Desde abril de 2003, foi incluída uma cláusula de ação coletiva, cláusula CAC, nos títulos da dívida externa brasileira. Essa alteração não passou pelo Senado. Essa cláusula dá a uma maioria dos credores o direito de decidir sobre uma alteração nas condições de refinanciamento da dívida em casos de dificuldade de pagamento, ou seja, é uma cláusula que afeta profundamente, nos faz abrir mão da nossa soberania. Não houve autorização do Senado Federal para isso.

Dando sequência, a Resolução nº 20, de 2004, autorizou a emissão de títulos da dívida externa brasileira de forma genérica, tácita, sem conhecer as condições. Isso fere não só a Constituição Federal, lá no art. 52, como o próprio Regimento Interno do Senado. A Auditoria Cidadã tem acompanhado isso.

Há indícios gravíssimos de nulidade no Acordo 4 das renegociações da dívida externa, em 1988, de uma dívida superior a US\$80 bilhões à época. Publicações dão conta de que esse acordo se deu em 23 de setembro. Nós obtivemos documento durante a CPI que mostra que ele se concluiu dia 3 de novembro em Nova York, ou seja, é uma renegociação nula.

Eu peguei algumas falas de Senadores na discussão da Resolução nº 20. Por exemplo, o então Senador Rui Bacelar denunciava a falta de transparência e a pressão para que o Senado votasse renegociações da dívida. Tudo isso fica aí. Não vou ler, porque não quero ocupar tanto tempo, mas, em 1992, na véspera do Natal, dia 23 de dezembro, uma resolução aprovou uma renegociação de US\$57 bilhões. Existe uma forte suspeita de que essa dívida já estava prescrita. Não houve o necessário debate, não houve a necessária transparência. Esse debate aconteceu em poucas semanas, num ambiente conturbado, porque a mensagem presidencial chegou a esta Casa dia 16 de novembro,

um mês após a morte do Presidente Ulysses Guimarães e do Severo Gomes e em meio ao julgamento do *impeachment* de Fernando Collor.

Qual é a importância disso para a história do País? Essa negociação, Senador Paim, foi a base da transformação de toda aquela dívida contratual com a banca privada nos famosos bônus Brady que, em seguida, serviram para comprar as nossas empresas no processo de privatizações. Quando o Governo recebeu esses títulos Brady em pagamento das nossas empresas, esses bônus se transformaram em dívida interna e foram o pontapé dessa dívida que agora já está em mais de R\$3 trilhões. Então, essa operação é muito grave e existe a suspeita na transparência.

Eu deixo aí outros elementos importantíssimos, por exemplo, o Banco Central não quis identificar quem são os detentores da dívida pública que é paga por todos nós. Eles disseram que não têm como identificar. Eu deixo aqui uma pergunta: se não tem como identificar quem são os detentores, como estão sendo pagos os juros? Para quem pagam? Entregam para quem se não sabem quem são os detentores?

Finalizo com uma sugestão para a efetiva participação popular e cidadã e lembro aqui o mau exemplo da tramitação do Funpresp, com exceção da atuação do Senador Paim e desta Comissão de Direitos Humanos, que convocou audiência pública, abriu espaço para ouvir diversos membros da sociedade civil sobre as preocupações do Funpresp. Senador, de que adiantou isso? Mal tinha terminado a audiência pública, o Relator não levou em consideração uma vírgula sequer do que foi colocado aqui e protocolizou o seu relatório. A votação foi relâmpago sem identificar os votos. Quem votou? Como votou?

Eu finalizo, deixando aqui um pedido para que seja realizada uma auditoria dessa dívida pública, que é a responsável pelas mazelas do nosso País. É a megacorrupção, Jovita e amigos do MCCE, de que também participo. É a megacorrupção.

Neste ano, de 2012, o setor financeiro está recebendo R\$2,52 bilhões, por dia, incluindo feriados, dias santos, sábados, domingos, etc.

É preciso convocar essa auditoria que está prevista na Constituição.

Agradeço.

Deixo o endereço da nossa página: auditoriacidadã.org.br. E convido a todos a participarem conosco.

Estando atuantes nessa proposta do e-Cidadania. Podem contar conosco nessa luta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Maria Lúcia Fattorelli, Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, que expressou aqui o

seu ponto de vista sobre a importância da transparência absoluta e por isso defende aqui o programa e-Cidadania do Senado Federal.

Naturalmente, depois dessas exposições todas, aqueles que estão assistindo a TV Senado, ouvindo, poderão encaminhar as suas sugestões para que novos passos a gente possa dar.

Eu vou permitir que outros falem, porque muitos já pediram a palavra para dialogar sobre os temas, mas vou terminar com a Dr^a Jovita José Rosa, Diretora do Movimento do Combate à Corrupção Eleitoral, sem prejuízo do tempo, de forma que todos os painelistas tenham cinco minutos ainda para suas considerações finais. Então a Dr^a Claudia encerrará essa nossa audiência pública.

A SR^a JOVITA JOSÉ ROSA – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar a Mesa, a turma de peso, a turma de luta.

Eu tenho orgulho de fazer parte dessas mulheres que vão à luta. Eu sou Jovita José Rosa. Trabalho no Departamento Nacional de Auditoria do SUS no Ministério da Saúde. Há dezenove anos, faço auditoria no SUS.

Comecei a participar desses movimentos porque, realizando auditoria no Sistema Único de Saúde, a gente constata que o dinheiro é repassado, constata que o dinheiro é desviado, a gente observa que as pessoas estão morrendo e que a grande maioria delas não tem poder aquisitivo.

O SUS, infelizmente, é pensado para pessoas pobres. E acham que pobre não precisa de coisa de qualidade. Então, o Sistema Único começa a ser privatizado e a gente vê, nos movimentos da sociedade, a importância que ele tem.

Eu percebo que o movimento da reforma sanitária, quando iniciou – acho que, no mínimo, há uns vinte anos antes da Constituição –, foi uma luta muito bonita e vitoriosa, porque garantiu, na Constituição Federal, saúde como direito de todos e dever do Estado. Na época, acho que eu não estava nessa luta ainda, quando eles conseguiram isso, deram uma afrouxada na luta. Eles tinham que ter continuado para garantir que o SUS fosse efetivado.

Depois veio outro movimento, o movimento sindical, que foi fortalecido.

Depois garantimos um trabalhador na Presidência da República, e isso foi muito importante para a sociedade brasileira. Mas eu percebo também que o movimento sindical deu uma afrouxada na luta quando garantiu um trabalhador na Presidência.

Agora a gente percebe que há um novo movimento se formando e que esse, na base, é mais estrutural

do. A gente volta até a sonhar com um novo momento no Brasil, por conta desse movimento. E me lembro de que, no ano de 2005, estávamos, assim, tão desalentados, porque a minha entidade, a União Nacional dos Auditores do SUS, lutava para criar a carreira do auditor do SUS; lutávamos à época do Governo Fernando Henrique, e tínhamos um apoio muito grande do Partido dos Trabalhadores.

O fato é o seguinte: há muito recurso para a saúde e pouco para o que se tem que fazer, mas, do montante, só perde para a Previdência Social, que paga benefício. Então, o recurso da saúde, o orçamento da saúde, é o maior da União, dentro da Esplanada dos Ministérios. E esse recurso não é fiscalizado. O controle interno do SUS, hoje... Para terem uma ideia, Senador Paim, nós somos 750 servidores que trabalhamos no Ministério da Saúde, dos quais 400 já recebem abono de permanência, e não vemos, não enxergamos, em governo algum, uma vontade política de criar uma carreira para a auditoria do SUS. Existe o Sistema Nacional de Auditoria, criado em 1993, mas acho engraçado que, nesse sistema, fala assim: que o Ministério da Saúde, no prazo máximo de 90 dias, encaminharia um projeto de lei para cá, para estruturar o sistema. E até hoje, 19 anos depois, ninguém faz. No tribunal de contas, já cansamos de ver quantas súmulas, quantas decisões que pedem para o Ministério da Saúde fazer, e ninguém faz.

Então, trabalhando nesse rumo, percebemos que, se não envolvermos a sociedade nessa luta, nós podemos fazer milhões de auditorias, constatar desvios, e ele chegará lá no tribunal de contas e receberá uma multinha de 2%. E as pessoas sendo eleitas e reeleitas, e ficamos com aquela sensação de que trabalhamos no mesmo local e não conseguimos avançar.

Quando começamos as entidades, a minha, a Unasus, ou a entidade do TCU, que é a Auditar, a Unacon, da CGU, os auditores da Caixa, criamos o Instituto de Fiscalização e Controle e começamos a trabalhar para um controle social mais independente. Por quê? Porque sou conselheira do Conselho Nacional de Saúde, e a ideia dos conselhos de saúde, no Brasil, infelizmente, é maravilhosa, mas não é usada da forma correta.

Quando vejo entidades, no Conselho Nacional de Saúde, que recebem, que sobrevivem de convênio com o Ministério da Saúde, essa entidade não teria que ter um assento no segmento dos usuários, ela deveria ter um assento no segmento dos prestadores. Isso tira a autonomia, seja qual for o ministro, quando há alguma coisa importante para votar em defesa dos princípios do SUS. Essas entidades não têm autonomia para votar, elas não peitam e votam a favor do SUS; elas

votam em favor do seu próprio umbigo. Infelizmente, são muitas entidades que existem assim. Não é privilégio do Conselho Nacional de Saúde; nos conselhos estaduais também existe isso.

Uma razão, aqui, em Brasília: há quantos anos a saúde pública do Distrito Federal está um caos? Nunca vemos o Conselho de Saúde do DF rejeitando as contas de um secretário. Nem vemos o tribunal de contas. Então para que existem essas pessoas? Elas estão lá para estipular coisas para elas mesmas, cargos e benesses, porque a função mesma de fiscalizar não existe.

Então, isso faz com que nos sintamos estimulados a promover um controle externo mais independente, como falamos. E começamos a fazer uma caravana, pelo Brasil afora, andamos mais de 70 Municípios, na Caravana da Cidadania, do Controle Social no Combate à Corrupção, e, em 2006, tivemos a oportunidade de conhecer o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, no ano em que estava explodindo a CPI do Sanguessuga. Houve essa CPI, e infelizmente, Senador, a prática continua a mesma: as pessoas usam da emenda parlamentar para fazer o caixa dois de campanha, para fazer um faz de conta de políticas públicas. Na saúde, por exemplo, os conselhos de saúde são totalmente ignorados. Então, na nossa experiência como auditoria do SUS, vemos que emenda parlamentar, na saúde, é totalmente dispensável, porque os conselhos de saúde não ficam nem sabendo, a sociedade não fica nem sabendo, é uma falta de transparência completa.

E aí nós começamos a militar no Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Já havia uma lei de iniciativa popular, que era a lei que tipificou como crime a compra de voto – a Lei nº 9.840, que nasceu de uma campanha da fraternidade da Igreja Católica, que tratava de fé e política, com o lema: Justiça e Paz se abraçarão. Assim, começamos a trabalhar, mas de uma forma para dignificar a política, porque a gente via, a cada escândalo – e a gente continua vendo também –, as pessoas se afastando da política; as pessoas achando que na política só tem corrupto, e a gente sabe que não é.

Então, o Movimento de Combate à Corrupção vem para trazer uma valorização da classe política, para incentivar as pessoas a terem uma filiação partidária, a participarem dos pleitos, porque o mal só cresce quando o bem é omissos. Portanto, a gente precisa tomar atitudes, a sociedade brasileira precisa ver a política com melhores olhos e, se isso não vem do Poder Público, a sociedade está plantando isso.

Eu percebo que há esse movimento que foi consagrado com a Lei da Ficha Limpa. Como a Lucieni falou, a Ficha Limpa é vitrine do mundo. Para vocês

terem uma ideia, o Embaixador da Suíça veio nos procurar para saber como fizemos a Lei da Ficha Limpa; o Embaixador da França nos procurou, e quando eu os questionei: “Por que esse interesse?”, eles falaram: “Olha, nós temos muitas empresas que querem investir no Brasil e a gente não sabe como é essa coisa de propina. A gente precisa passar para o nosso País como a sociedade brasileira está reagindo, e a gente tem percebido, e a gente queria entender mais profundamente.”

A gente tem feito várias reuniões com o governo dos Estados Unidos, na Embaixada dos Estados Unidos, e eles nos verbalizaram que esperavam uma reação da sociedade brasileira daqui uns vinte ou trinta anos. Então, eles ficaram surpresos de a sociedade brasileira ter tomado, de uma forma tão proativa, os caminhos dessa reforma, dessa revolução que está acontecendo e que não está havendo, como nas outras revoluções em outros países, o derramamento de sangue. A sociedade está fazendo essa revolução de uma forma sustentável, de uma forma propositiva e de uma forma bem participativa, o que é mais importante.

Veio também nos conhecer uma turma de mestrando da Universidade de Standford, da Califórnia, para entender também como foi que conseguimos mobilizar e mudar tão radicalmente a forma, de uma maneira participativa, pois, à medida que a gente começava coletar assinatura, a gente percebia que outras pessoas se agregavam ao nosso sonho. Quando se sonha sozinho é só um sonho, quando você sonha com muita gente é a realidade; e a Ficha Limpa é o espelho desse sonho coletivo que viemos e trouxemos para cá, para o Congresso Nacional, que deu a resposta.

A gente percebia que, à medida que a sociedade vinha, mesmo as pessoas que foram contrárias à Lei da Ficha Limpa na Câmara, porque nós debatemos mais de seis meses esse projeto, tinha parlamentar que sabia que não retornaria e que iria votar contra, mas a sociedade veio para cima de uma forma que ninguém teve coragem de votar contra.

Nós fomos vitoriosos no Congresso Nacional, tanto na Câmara quanto no Senado, e no Supremo Tribunal Federal também, apesar de que a gente pensava que poderia valer para 2010, mas agora a gente vai ter um novo cenário, novos representantes, com base nessa Lei, e também a gente quer apoiar a PEC da Ficha Limpa, que está aqui e é do Senador Pedro Taques, que também coloca Ficha Limpa para todos os cargos comissionados. A gente acha isso importantíssimo, porque hoje a pessoa é proibida de ser um vereador, mas é permitido ser um Ministro da Fazenda, um Presidente do Banco Central. E a gente preci-

sa dessa PEC da Ficha Limpa valendo para todos os cargos comissionados.

A Lei da Ficha Limpa hoje já foi aplicada, já é outras leis que existem nos Estados, vários Estados, inclusive no Distrito Federal. São torno de 50 entre Estados e Municípios que têm a Lei da Ficha Limpa para todos os cargos. Então, a Lei da Ficha Limpa vem com um efeito cascata muito bom. E ela trouxe essa dignificação da política brasileira, e a gente precisa avançar mais. A gente precisa da reforma política, como a Luciene falou. Nós estamos trabalhando pensando num projeto de lei especificamente. Nós estamos com um abaixo-assinado para a reforma política, mas a gente precisa de uma forma mais eficaz no debate com a sociedade, para a gente entender por que nós precisamos de um financiamento público de campanha.

Essa CPI do Cachoeira está demonstrando que todos os recursos vêm para a campanha, que hoje o financiamento já é público, e de uma forma bem escandalosa. Então, as pessoas que querem se candidatar hoje não têm como ter um eleição, um mandato com menos de R\$2 milhões. Vai tirar esse dinheiro de onde? Sabe, a sociedade está enxergando isso. Nós estamos enxergando isto: que precisamos de um financiamento público de campanha transparente, com controle social, para que a gente possa eleger verdadeiramente os nossos representantes e não eleger alguém que chegue aqui e vai defender quem financiou as suas campanhas, porque ele precisa. Ele se endivida.

Então, a gente precisa avançar, e nós vamos avançar. Como eu disse, um novo movimento social está surgindo nas bases. O IFC hoje, que nós trabalhamos na promoção do controle social, nós trabalhamos com mais de 200 organizações. Há organizações de controle social em todo o Brasil. Há uma em Minas Gerais, lá em Januária, em que a sociedade é mobilizada. A gente não comemora esse número. Eles estão na cassação do oitavo prefeito. É ruim? É. Por um lado. Mas a participação da sociedade é maravilhosa.

Então, ou as pessoas começam, ou os políticos começam a entender que uma nova sociedade participativa está acontecendo, para que eles possam acompanhar, evoluir também ou, então, eles vão ficar aliados do processo, porque a sociedade está cobrando mais, a sociedade está querendo mais transparência.

E agora, com a Lei de Acesso à Informação, a gente está querendo avançar bastante no MCC. Nós temos mais de 300, em torno de 340 comitês em todo o Brasil. Agora, na época de eleição, a gente trabalha muito, fiscalizando os candidatos, fiscalizando os comícios, fazendo comícios cívicos, para que a sociedade não venda o seu voto, para que a sociedade cobre mais dos seus representantes.

Então, eu acredito que o novo momento nós viveremos a partir de agora principalmente com a aplicação da Lei da Ficha Limpa. Nós seremos novos quadros mais comprometidos com a sociedade. E eu acredito também que isso refletirá em melhores políticas públicas doravante.

Aqui em Brasília, nós temos o Comitê do MCC em Brasília, que é o Adote um Distrital. Nós fizemos um levantamento das emendas dos parlamentares dos nossos representantes da Câmara Legislativa de 2009/2010 e constatamos que 90% era para eventos. É uma tristeza. Porque, quando a gente realiza o orçamento participativo, a sociedade não quer festa, a sociedade quer creche, a sociedade quer asfalto, quer escola de qualidade, quer merenda escolar com qualidade. E saúde. A gente quer que as políticas públicas aconteçam. A gente quer segurança. A gente quer qualidade nas políticas públicas.

E gente vê. Agora, nós estamos acompanhando o orçamento do Distrito Federal. Nós estamos acompanhando as emendas parlamentares, principalmente as de festas. A gente tem ido às festas, a gente tem fotografado e a gente tem exigido a prestação de contas. O Governo do Distrito Federal tem feito muitos contratos emergenciais na saúde, e há um desvio muito grande. E os contratos emergenciais são para empresa de limpeza e conservação, de segurança, que não justifica contratos emergenciais.

Então – terminou meu tempo? –, concluindo, a gente vê um novo movimento, e, nas redes sociais, isso tem crescido muito. A gente percebe, a cada dia, mais participação, as pessoas trocando a sua indignação por uma ação concreta, de uma forma propositiva, de uma forma ordeira – é assim que a gente tem visto nas marchas contra a corrupção. A gente também percebe que a sociedade está mudando, que o Brasil está mudando, e essa mudança está vindo da base, de uma forma bem estruturada. A gente gostaria que todos os políticos acompanhassem e vissem que nós temos um caminho: ou mudaremos, ou mudaremos. É isso que a sociedade quer.

Agradeço a participação, agradeço a oportunidade, Senador Paim, de, mais uma vez, estar aqui contribuindo e nos coloco totalmente à disposição para que o e-Cidadania seja tão vitorioso quanto a sociedade tem sido nas suas proposições. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Jovita José Rosa, Diretora do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, fortalecendo a transparência e o Programa e-Cidadania do Senado Federal, porque, com total lisura e conduta dos homens públicos, a partir desse portal, todos poderão acompanhar e também criticar, elogiar e sugerir mu-

danças. Que, cada vez mais, a transparência absoluta seja garantida na vida pública do povo brasileiro!

Agora nós vamos conceder cinco minutos para cada um dos nossos convidados, mas eu faço um questionamento ainda, porque não estava antes presente, e a Dr^a Claudia citou, a equipe, pelo menos três daqueles que participaram ativamente da construção desse portal e-Cidadania, Flávio Heringer, Diretor da Secretaria de Comissão; Mikhail Lopes, Diretor da Agência Senado, e Ana Lúcia, que não estava antes aqui, porque tinha ido atender ao pessoal, Ana Lúcia Novelli, representante da Diretoria-Geral da Casa – se puderem levantar, só para destacar, os outros já foram homenageados antes. *(Palmas.)*

Neste momento, eu começo com a Dr^a Lucieni Pereira, especialista em controle externo, para fazer a sua exposição de cinco minutos e, em seguida, vamos para o Dr. Marcelo.

A SR^a LUCIENI PEREIRA – Eu vou usar os meus cinco minutos para tentar esclarecer um ponto: o trabalho que a Jovita e que a Maria Lúcia fazem no âmbito de suas instituições, as instituições as quais elas representam, são trabalhos fundamentais para que gente possa avançar, para que as instituições, principalmente as instituições de controle, possam, inclusive, aprender com o trabalho que vocês fazem e, nesse sentido, é um trabalho fundamental.

Quando a Maria Lúcia coloca a questão daquele dispositivo do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal – e aí eu não posso me furtar, embora não esteja aqui representando o Tribunal de Contas da União –, em geral, esses debates a gente faz no âmbito da CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, aonde sempre vêm os representantes do Tribunal de Contas da União – nós temos vários especialistas... Eu trabalho nessa unidade que cuida dessa questão da dívida no âmbito do Tribunal e, por isso, não quero, neste fórum, misturar as estações, já que não estou representando institucionalmente o Tribunal. Vou-me ater ao dispositivo legal, que é algo que qualquer cidadão pode fazer a sua interpretação. Quando o art. 5º, §2º, estabelece que o refinanciamento constará separadamente da LOA, quer dizer, quando eu olho o dispositivo, é para constar, e não para não constar – é para todo o refinanciamento constar, e, quando o legislador estabelece ser separado, é para dar mais transparência. Então, ao que me parece, se não está assim, é preciso fazer uma correção de rumo, porque é para estar, é para estar destacado para que eu veja com mais clareza, para o cidadão enxergar com mais clareza o que é financiamento, o que é encargo.

Reforçando esse ponto de vista da leitura do art. 5º, a gente pode ir ao art. 32 da LRF. Começa, no art.

29, o capítulo do endividamento na Lei de Responsabilidade Fiscal, que é um capítulo denso, é um capítulo árido, mas é um capítulo muito interessante. E há um dispositivo, que é o art. 32, que concentra todo o controle da dívida. Já que a União refinanciou e para evitar o descontrole dos entes da Federação, já que quando a União refina a dívida ela federaliza uma dívida...

E eu preciso compreender isso, mas num outro debate, viu Senador? É um debate muito interessante, mas, em cinco minutos, lamentavelmente, não dá para fazer.

Então, ele vem, assume a dívida e estabelece que nenhuma outra operação será feita sem o controle, a análise prévia do Ministério da Fazenda – no art. 32 – e, para isso, § 4º prevê um sistema, um registro eletrônico centralizado e atualizado da dívida pública interna e externa, garantindo o acesso público às informações, que são várias, e que incluirão encargos e condições de contratação, saldos atualizados e limites relativos às dívidas consolidadas, mobiliárias e operações de crédito e condições de garantia. Portanto, o objetivo da LRF não é camuflar dívida nem o refinanciamento da dívida. O objetivo e o fundamento da LRF se pautam pela transparência.

Aí eu vou falar porque é público: desde 2006 que há acórdãos do Tribunal de Contas da União – 1.573, de 2006, até o 451, de 2009 – que exigem do Ministério da Fazenda a implantação desse sistema eletrônico – item de acórdão, não é? Lamentavelmente, esse sistema de ampla transparência da dívida...

E aí eu acho que é um item que pode ser interessante para debate também. Então, esse era um ponto que eu queria esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Podemos fazer uma audiência pública só para debater a questão da dívida no momento adequado.

A SRª LUCIENI PEREIRA – Acho igualmente preocupantes as operações de crédito que Estados vêm fazendo com o Banco Mundial para quitar dívida; dívida que está num contrato. Hoje todo mundo reclama do IGP-DI mais 6%, mas durante muito tempo a Selic bateu 44%, e IGP-DI mais 6% era muito menor.

Então, esse debate sobre refinanciamento da dívida, que é vedado pelo 35 da LRF, tem de ser feito num contexto de serenidade e equilíbrio fiscal, porque eu preciso analisar o custo da dívida que foi assumido pela União nesse período. Quer dizer, se vai rever, é preciso ver quem vai pagar essa conta, se é a sociedade brasileira como um todo.

Então, são temas interessantes para outros debates.

Para finalizar as minhas considerações, que não são as que eu gostaria de fazer, mas o tempo não me

permite avançar, na Consocial, o primeiro item da proposta, financiamento público de campanha...

Essa é uma lista que precisa chegar à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, é uma lista importante. Seu décimo item: um SUS fortalecido, a auditoria do SUS fortalecida.

Então, há uma mobilização que teve a participação de um milhão de cidadãos que fizeram as propostas em suas bases, propostas que foram aprovadas. E o financiamento público de campanha, a reforma dos tribunais de contas e um SUS fortalecido com o Denasus estão entre as dez mais votadas na Consocial. Então, esse é um item em relação ao qual eu quero me solidarizar com a Jovita, porque realmente é preciso um olhar especial desse Congresso para o Denasus.

Muito obrigada pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Lucieni Pereira, professora especialista em controle externo que deixa aqui a sugestão de que a gente faça um debate transparente, tranquilo, sobre a dívida do País, seja interna, seja externa. Fica a sugestão.

Cinco minutos também para o Dr. Marcelo Minutti, Consultor de Inovação, Marketing e Comportamento Digital.

O SR. MARCELO MINUTTI – Tudo bem, gente? Já peço desculpas por minha informalidade, mas é que sou da área de comunicação digital e acabo não conseguindo ser formal na audiência.

Mas é o seguinte. Eu ouvi a discussão toda e acho que a gente vive numa nação de heróis – há heroínas na Mesa inclusive. São pessoas que vestem uma camisa, abraçam uma causa e batalham no dia a dia para conseguir correr atrás do que acreditam. Nesse processo, conseguem levar algumas pessoas junto. Só que a gente tem de dar um passo maior do que o que foi dado pelo Fica Limpa, a gente tem de levar a população como um todo junto, porque as mudanças realmente só vão acontecer se a gente conseguir levar essa população junto, esse cidadão 2.0, esse novo cidadão, que está com uma ânsia, uma vontade doida de participar, só que ele não entende o que acontece.

A gente tem de simplificar a conversa, simplificar a comunicação, ser muito simples para ele para que ele entenda o que é uma PEC, como funciona sua participação, como é simples ele participar, como ele pode convencer outras pessoas a participarem também. O Oi Cidadania é um passo nesse caminho, ele cria um canal oficial para se poder participar no dia a dia.

Eu mesmo às vezes me pego neste caminho de olhar muito para o grupo, para o movimento. Você olha um grupo de cidadãos atrás de um determinado tema ou num tipo de engajamento, e a gente esquece

o indivíduo. Nas minhas aulas de comunicação digital – sou professor também –, dou mais aula de sociologia do que de comunicação digital, porque o ambiente digital é um ambiente no qual todos os preceitos relacionados com a sociologia podem ser aplicados de forma muito simples.

A gente tem um artigo do Mancur Olson sobre o dilema da ação coletiva – estudantes de Ciência Política normalmente o estudam. O que faz um indivíduo se engajar? Ele estudou, na época, a participação em sindicatos, os movimentos sindicais em geral. Foi escrito em 1971, mas pode ser trazido agora para o ambiente digital.

O indivíduo só participa quando se agrega alguma coisa a ele em termos de custo-benefício, e o custo-benefício é bom. Nos grupos, normalmente, quando você dilui a participação do indivíduo, ele tende a participar menos, e isso acontece nas redes sociais.

O grande sucesso do Ficha Limpa se deve às redes, que fizeram com que a mensagem se espalhasse e as pessoas participassem, fossem para frente dos edifícios, comesçassem a participar fisicamente do ambiente. Isso aconteceu porque o custo-benefício da participação começou a ser valioso.

E o que é esse custo-benefício? Não é o custo-benefício em dinheiro; só a sensação de pertencimento a um movimento já é positiva em termos de custo-benefício, assim como a satisfação pessoal. A gente tem de conseguir fazer com que isso se espalhe, com que as pessoas tenham uma satisfação pessoal em participar de um movimento de apoio ao SUS – “Que bacana, estou participando disso!”.

E a comunicação do Governo tem de ir nesse caminho, no caminho de promover essa vontade de participar porque ele está fazendo parte de algo maior. E nisso ele tem aquela sensação: “Que bacana, eu estou fazendo parte de algo maior!”. Quando você dilui essa percepção do indivíduo no todo, cai a ficha: “Ah, mas eu não estou fazendo diferença aqui”. Por isso que, quando se faz uma passeata pela Esplanada e aparecem duzentas pessoas, trezentas pessoas... Esses são os heróis, as outras fizeram um cálculo inconsciente de custo-benefício e se perguntaram se valia a pena ir até lá. Pensavam: “Vou me diluir no todo. Eu vou ter aquela sensação de participação, de pertencimento?”. Isso é o que a gente tem de se perguntar. Então, a gente tem de olhar mais para o indivíduo do que para os grupos, porque tudo nasce do indivíduo, desse custo-benefício atendido para o indivíduo.

Rede social é só isso, só funciona... Só entende coisa viral, engajamento virtual, quem entende as motivações do indivíduo nesse engajamento. E o que a gente tem de aproveitar? E o Oi Cidadania pode fazer

isso de forma precisa? O custo-benefício da participação na Internet é muito baixo, com um clique você participou e com três linhas você fez um comentário, e isso em âmbito nacional. Então, você não precisa pegar seu carro, se deslocar até a Esplanada, pegar um panfleto e ficar lá na frente gritando palavras de ordem, o que é mais difícil, pois a maior parte das pessoas trabalha, não é todo mundo que consegue fazer isso, muitas pessoas não moram em Brasília. Por outro lado, com o engajamento digital, com a participação popular pela Internet, isso é muito fácil, e o e-Cidadania pode pegar esse gancho. Ele é a ferramenta, mas a gente tem que trabalhar esse indivíduo, a motivação desse indivíduo.

Acho que esse é o caminho para a gente conseguir maior participação popular nas nossas lutas do dia a dia.

Agradeço. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Falou o Prof. Marcelo Minuti, consultor de inovação, marketing e comportamento digital.

Agora vamos dar a palavra ao Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU.

O SR. MARCELO JÚLIO DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que estou encantado de ter participado desta audiência pública com pessoas tão notáveis e por quem eu tenho tanta admiração. Algumas eu já conhecia, como a Dr^a Jovita e a Dr^a Lucieni, e pude conhecer hoje o Dr. Marcelo, a Dr^a Maria Lúcia Fattorelli, o nosso representante da OAB, Dr. Igor, que fizeram dessa audiência um momento memorável, realmente ímpar, na divulgação dessa ferramenta nova.

Eu queria dizer aqui, vaidosamente, que trabalhei com a Dr^a Cláudia Lyra na Secretaria-Geral da Mesa, quando fui consultor legislativo do Senado Federal, e me orgulho de ter tido essa passagem na Secretaria-Geral da Mesa, em que ela militava há vários anos.

Queria, também, deixar uma palavra final para o cidadão brasileiro que vive nos municípios. Se não me engano, foi o Dr. Ulysses que disse que a vida acontece nos municípios; a vida é municipal, ela não é nem estadual, nem federal. É lá nos municípios que hoje a educação, o ensino fundamental, é mal prestada, e o posto de saúde ou não existe, ou é precário. Muitas vezes o cidadão não sabe que a responsabilidade dessa precariedade passa pela omissão e ineficiência de tribunais de contas estaduais e municipais e que eles têm o direito, e eles precisam fazer isso, de cobrar dessas instituições o correto funcionamento.

Vou dar um exemplo que não é isolado: o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas nunca condenou

ninguém. Não é possível isso que estou dizendo, não é? Deveria não ser possível, mas é a realidade, nunca ninguém teve contas julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas. O último concurso público nesse Tribunal de Contas foi realizado na década de setenta, ou seja, todas as pessoas que lá estão hoje não ingressaram por concurso público ou estão ocupando cargos comissionados. É esse corpo que está fazendo auditoria. Digo isso para ilustrar a urgência de uma reforma nesse sistema de uma modificação profunda, que passa não só pela qualificação do seu corpo julgador, por meio da instituição de critérios que exijam qualificação mínima para ser um magistrado de contas. Não basta a indicação da Assembleia Legislativa ou do chefe do Poder Executivo; há que o indicado ter condições mínimas de exercer a magistratura. Eu gosto sempre de dizer que quando o Congresso Nacional indica conselheiros para participar do CNJ ou do CNMP, representantes da Câmara ou do Senado, tem feito indicações maravilhosas de pessoas com currículo invejável, currículo impecável, postura admirável, mas o mesmo não tem acontecido nas assembleias legislativas para indicação de membros de tribunais de contas. Esse mesmo critério que temos para selecionar pessoas para o CNMP e para o CNJ tem de valer também para o exercício de algo que é ainda mais exigente, até porque o cargo é vitalício, quer dizer, o custo do erro é imenso. No CNMP, de dois em dois anos, se o conselheiro vai mal, ele não é reconduzido e ele só pode ser reconduzido uma vez. Nos tribunais de contas o cargo é vitalício.

Então, a qualificação que se tem de exigir de um membro da magistratura de contas é a mais alta possível. E não passa só por isso; há que se exigir também uma estruturação desse sistema para que o cidadão lá no município possa ter um órgão que realmente garanta que o dinheiro público vai ser bem gasto e que o prefeito quando assumir o seu mandato, ou o governador, ou qualquer gestor público, desde o primeiro dia – desde o primeiro dia – esteja preocupado não só em fazer, mas também em prestar contas de forma correta. Ele tem de estar preocupado com transparência. Ele tem de fazer e tem de mostrar que está fazendo corretamente. A prestação de contas é tão importante quanto a ação. Isso não é formalismo; isso é construção da democracia no seu sentido material e substancial porque isso permite ao cidadão cobrar. Onde há controle, onde há cobrança, os gestores andam de forma mais correta, gerem melhor. A exigência, o controle é indutor de qualidade; onde não há controle, não há qualidade, porque as estruturas se dissolvem, caminham para uma lassidão, para uma frouxidão. Onde há controle bem feito há qualidade na gestão.

Então, este é o meu apelo aos cidadãos: apoiem a PEC para o padrão mínimo para os tribunais de contas para que a gente possa fazer uma revolução nos tribunais de contas e trazê-los a padrão que o Brasil e a sociedade brasileira merecem.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

OS SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Júlio Marcelo de Oliveira, procurador do Ministério Público de Contas junto ao TCU, realçando na sua fala, mais uma vez, a importância do Portal e-Cidadania, como fez também o Prof. Marcelo. Assim também se posicionou Lucieni Pereira, professora especialista em controle externo.

Agora passamos a palavra à Dr^a Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida.

A SR^a MARIA LÚCIA FATTORELLI – Muito obrigada, Senador Paim.

Parabéns pela audiência pública!

Parabéns à Dr^a Cláudia Lyra e a toda a equipe pelos desenvolvimentos do e-Cidadania.

O trabalho da Auditoria Cidadã vem na linha da democratização da informação, de democratização do conhecimento. Lá atrás, em 2000, quando essa luta nasceu, a partir do plebiscito, nós recebemos muita crítica, como: “Auditoria? O povo não vai nem entender o que é isso”.

Eu disse: então nós vamos ensinar ao povo o que é auditoria. Precisamos respeitar o direito ao conhecimento por parte de todos. Assim, a gente abraçou essa luta, que tem avançado. E qual é nossa surpresa? Quando vamos a comunidades bem simples, a favelas, temos contato com profissionais que não tiveram acesso à educação, mas têm uma cultura de vida.

Eu queria relatar aqui uma das experiências mais emocionantes e recentes da Auditoria ao debater numa comunidade de pescadores aquele gráfico do Orçamento. Depois que nós explicamos como era importante todo mundo conhecer a realidade financeira do País, eles entenderam por que o Brasil é tão rico e por que a saúde está do jeito em que está, por que a educação está do jeito em que está. Uma parte, sim, é corrupção, mas o principal é o desvio do recurso, institucional. Foi criado todo um arcabouço legal que nós chamamos de sistema da dívida. Nós temos aprofundado os estudos sobre isso. Nesse sentido, é fundamental a colocação da Lucieni porque ela revelou o que nós denunciávamos na época da CPI, que as recomendações do Tribunal de Contas, reiteradas, são ignoradas, porque até hoje não existe o sistema de transparência previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. No dia em que entrou em vigor a Lei de Transparência, nós fizemos um requerimento, dizendo que queríamos saber qual o valor do

juro nominal. Sabem qual foi a resposta? “O Tesouro não calcula dessa forma.”

Não informaram. “Não calcula dessa forma”, pois, então, calcule. Nós queremos saber quanto é o juro nominal. “Não calcula dessa forma.”

Já estamos preparando um recurso e vamos pôr o recurso lá no e-Cidadania para todo mundo conhecê-lo.

Então, a nossa luta é muito difícil e a gente não desiste. É seguir em frente. Voltando, eu interrompi, colocando aquela questão do quadro do orçamento, sabe como terminou a oficina com a comunidade de pescadores? Eles desenharam numa folha de cartolina aquele gráfico e pediram uma tesoura. E pegaram aquela parte amarela dos 45% que vão à dívida e começaram a fatiá-la: “não, esse pedaço aqui nós queremos que vá para a educação”. E o outro pedaço fatiado: “esse aqui tem que ir para a saúde”. Aí outro falava assim: “não, ponha mais na educação, porque no dia em que o povo brasileiro for instruído, como nós estamos tendo a oportunidade aqui hoje de sermos instruídos, a coisa muda”.

Então, a gente acredita é nisso, nós não acreditamos em salvador da Pátria. Nós acreditamos numa mudança de baixo para cima, com raízes concretas, na sociedade como um todo. Nesse sentido, ficam aqui os nossos parabéns para o e-Cidadania. Esperamos que ele não seja mais um “faz de contas” de tantos programas belíssimos, que surgem e ficam no “faz de contas”. Nós acreditamos que a vigilância cidadã não deixará isso acontecer. Esperamos que os Senadores, como o senhor, Senador Paim, que está aqui, com toda a paciência escutando a sociedade que gosta de falar muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É um aprendizado todos os dias.

A SR^a MARIA LUIZA FATORELLI – Nós esperamos, Senador Paim, que os outros Senadores e que os outros Parlamentares de todas as instâncias, que são, no fundo, representantes desta sociedade, não são autônomos, são representantes da sociedade, que coloquem de fato seus mandatos na representação da sociedade e que dêem atenção a esta sociedade, que está falando, gritando, de várias formas, inconformada com essas injustiças no nosso País. Não dá mais! Já foram 512 anos de muita injustiça. Agora basta! A sociedade está aí para participar atuar e modificar isso.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Dr^a Maria Luiza Fatorelli, coordenadora da auditoria cidadã da dívida, fortalecendo o Portal e Cidadania do Senado Federal.

Agora vamos para o Dr. Igor Tokarski, Secretário-Geral da Comissão de Assuntos Institucionais da

OAB, que substitui aqui o Dr. Ophir Cavalcante, que é o Presidente.

O SR. IGOR TOKARSKI – Senador Paulo Paim, eu inicio a minha consideração final já a dizer que estamos sensibilizados, acredito eu, da magnitude importância dessa ferramenta. Acredito que os telespectadores e ouvintes da TV e Rádio Senado também estão... Acredito também que o Portal e Cidadania é um novo marco na interação cidadão, Senado, cidadão. Digamos, uma via de duas mãos. Diante das brilhantes posições feitas pelos colegas das mesas anteriores e agora pelas colegas da atual mesa, percebe-se que a agenda da Comissão de Legislação Participativa será extensa, que a Nossa Senhora da Boa Vontade, como diz o Senador Casildo Maldaner fique permanentemente aqui, como já está.

Percebe-se também a clara necessidade de uma aproximação, de incentivar a aproximação, a participação da sociedade civil na vida política. É hora de incentivar a construção de políticas públicas que realmente atendam à população, porque sociedade civil fraca é sinônimo de democracia fraca.

E aí, Dr^a Claudia Lyra, eu vou até me reportar a uma passagem que o Senador Casildo também fez sobre a inexistência do processo legislativo nas universidades, nas faculdades de Direito. Vou um pouco mais além. Além dessas necessidades mais presentes, há a necessidade da educação política nas escolas, a educação política em todas as academias do conhecimento. É um tema, Senador Paim, que acho devemos ir além, devemos nos aprofundar nessa discussão da necessidade da educação política para participação nas decisões da política brasileira. Eu também faço outra sugestão: a de que há necessidade de sinergia do Portal e-Cidadania com as redes sociais, que foi muito bem colocado pelo colega Marcelo. Com o poder de mobilização das redes sociais, tem que estar em contato direto com o Portal e-Cidadania.

Por fim, como conclusão, que boas ideias e gente talentosa no Brasil não faltam, e o Senado Federal, com essa ferramenta, se aproximará cada vez mais dessas pessoas. É hora de sensibilizar novos atores sociais para a assunção de novas responsabilidades.

É isso, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dr. Igor Tokarski, Secretário-Geral da Comissão de Assuntos Institucionais da OAB, que aqui deixou inclusive, no final, duas sugestões, que já estão aqui com a nossa Cláudia Lyra, que vai encerrar o painel, como essa da política com educação.

Passamos a palavra agora à Dr^a Jovita José Rosa, diretora do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, para os seus cinco minutos.

A SR^a JOVITA JOSÉ ROSA – Nós, tanto do MCCE, que é o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, tanto do Instituto de Fiscalização e Controle, em que a gente trabalha promovendo o controle social, queremos nos colocar totalmente à disposição do e-Cidadania, para que a gente possa avançar.

Sinto a pulsação da participação da sociedade que está, a cada dia, mais entusiasmada nessa participação, da forma que o Prof. Marcelo falou, de as pessoas se sentirem participantes, fazendo parte de uma mudança. Senti isso muito na época em que a gente coletava assinaturas para a Lei da Ficha Limpa, eu, que andei muito pelo Brasil, por vários Municípios; a gente percebia que as pessoas queriam mudança, mas não sabiam que caminho tomar. E, na hora em que você levava uma proposta que é muito clara, elas falavam que queriam participar. Então, basta um incentivo. Acho que... Meu pai usava o termo de abrir a porteira, e essa porteira já foi aberta e a sociedade já está entrando, já está mais participativa, e de uma forma propositiva, isso é muito importante.

Acho que o e-Cidadania pode fazer a diferença, é a porteira aberta para o Senado Federal. A gente tem muita esperança em que consigamos que os nossos Senadores vejam a ansiedade da sociedade e comecem a trabalhar para que a gente possa aperfeiçoar a democracia. Estamos aqui para aperfeiçoar a democracia. E a gente precisa dela. Nessa lei de acesso à informação, ela é importantíssima. E, por meio dela, vamos avançar muito. Nos Estados Unidos, por exemplo, essa lei vem desde 1966. Na Suécia, que é um dos países menos corruptos do mundo, isso vem desde algo em torno de 1700, essa lei da informação.

Então, juntando a fome com a vontade de comer, como se diz na gíria, a Lei de Acesso à Informação, o e-Cidadania e a sociedade mais participativa, vamos avançar não dez anos em um, mas a gente vai avançar muito mais. E tenho certeza de que, depois da Lei da Ficha Limpa, uma nova representação da sociedade vai assumir e nós avançaremos mais.

Eu, que trabalho nesse novo movimento social que está adiante e avançando cada vez mais, vejo com muita esperança um Brasil melhor. Vamos colher esses frutos; não serão os meus netos, que já existem – são cinco –, mas acredito que eu, como pessoa, como cidadã, vou colher muitos frutos porque está vindo bastante forte nas redes sociais essa participação. Quando vejo as crianças querendo entender como se faz, a gente vê que no Brasil vai acontecer essa revolução da sociedade brasileira, muito melhor do que das outras que houve, dessas primaveras árabes aí, com tanto derramamento de sangue. O Brasil vai fazer a nossa reforma, de uma forma propositiva, com a participação

da sociedade, e vindo de uma estrutura que não vai ser abalada quando mudam os governantes.

Então, o nosso trabalho, eu queria ressaltar que, no MCCE, tanto no IFC como na nossa associação primitiva, que é a União Nacional dos Auditores do SUS, nós temos um trabalho que é voluntário. Às vezes, a gente tem que se desdobrar, no fim de semana, para dar conta da nossa tarefa, dentro do Ministério da Saúde, e para dar conta desses outros afazeres. E isso é muito gratificante, fazer parte dessa mudança.

Quero parabenizar o e-Cidadania e colocar-nos, também, totalmente à disposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Dr^a Jovita José Rosa, diretora do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, com posições muito claras e muito firmes no combate à corrupção e fortalecendo o programa e-Cidadania.

Para encerrar nossa audiência, passo a palavra à Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, Dr^a Claudia Lyra.

A SR^a CLAUDIA LYRA NASCIMENTO – Inicialmente, obrigada, Senador Paulo Paim, pelo privilégio de poder estar aqui, ouvir e transmitir essas informações todas. Podem ter certeza de que anotei – e o comitê gestor eu percebi que também estava anotando – as sugestões. Vamos recolhê-las e vamos recolher, também, as notas taquigráficas para que possamos nos reunir e ver a contribuição de todos. Sabemos que o e-Cidadania iniciou com um perfil e vamos trabalhá-lo, nos próximos meses, com certeza.

Esteve aqui também presente o Dr. Danilo, que faz parte também do grupo gestor e faz parte da Consultoria Legislativa. A Consultoria de Orçamento também faz parte desse comitê. É importante mostrar que é um trabalho a muitas mãos e multidisciplinar, digamos assim, para que, justamente, a gente possa atingir o objetivo de estar junto do cidadão, proporcionar a que a Casa esteja junto do cidadão, e nós possamos estar contribuindo para o trabalho dos senhores, Senador.

A importância desta audiência para o cidadão e para o Senado, com o correr do tempo, ela se fará notar.

Muito obrigada a todos e obrigada ao senhor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Dr^a Claudia Lyra, Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, que coordenou esse belíssimo trabalho, que, como a gente fala, a gente está semeando ainda. A colheita toda virá no futuro, com mais transparência, com informação e com a participação direta do cidadão a partir do portal e-Cidadania.

Então, agradeço à Dr^a Cláudia; agradeço ao Dr. Marcelo Minutti; agradeço ao Dr. Júlio Marcelo de Oli-

veira; agradeço ao Dr. Igor Tokarski; agradeço à Dr^a Lucieni Pereira, professora especialista em controle externo; agradeço à Dr^a Maria Lúcia Fattorelli, aqui do meu lado; agradeço à Dr^a Jovita José Rosa, por esse debate tão bom, tão produtivo. E aqui, pelo meu celular, em que vêm as mensagens, só recebi mensagens de cumprimentos, de parabéns pela transparência desse portal tão importante, que muita gente ainda não conhecia. E muita gente ainda não conhece. Vamos ter que fazer com que as pessoas conheçam para poderem, então, usá-lo diretamente.

Isso é o fortalecimento da democracia, com transparência absoluta, e o cidadão participando, diretamente, como dizia antes, com sugestões, com críticas, com projetos, com PEC até, não é? Por que não? Ele a apresenta, e os Senadores e Deputados, enfim, poderão implementá-las, fazer com que aconteçam.

Agradeço também – não poderia deixar – à equipe, pelo menos os que chegaram aqui: o Dr. Flávio Heringer, diretor da Secretaria de Comissões; Dr. Mikhail Lopes, diretor da Agência do Senado Federal; Dr^a Ana Lúcia Novelli, representante da Diretoria-Geral; e, aqui, o Dr. Danilo, que é a da Consultoria Legislativa.

Muito obrigado a todos. Continuamos semeando para que o povo brasileiro possa colher no futuro.

Os senhores estão liberados, mas eu tenho ainda, por dever de ofício, na segunda parte da nossa reunião, que fazer a leitura deste requerimento.

Leio:

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 76, DE 2012

Com fundamento no disposto no Art. 93 inciso II, do RISF, requeiro a realização de audiência pública para debater a violência no campo e os assassinatos de indígenas e camponeses. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Em votação o requerimento.

Os Senhores parlamentares que concordam permaneceram como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Muito obrigado a todos!

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 09 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia três de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Vanessa Grazziotin**, **Sérgio Souza**, **Cristovam Buarque**, **Jarbas Vasconcelos**, **Luiz Henrique**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Paulo Bauer**, **Gim Argello**, **Blairo Maggi**, **Delcídio do Amaral**, **Jorge Viana**, **Ana Amélia**, **Cyro Miranda** e **Inácio Arruda**. Justifica ausência o Senhor Senador **Mozarildo Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 22ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta. O Senador **Luiz Henrique** solicita inversão da pauta para os itens 8 e 5. Aprovada. **Item 8 – Requerimento nº 22, de 2012**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de autoria do Senador Cristovam Buarque, que diz: “*Requeiro, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2012, que ‘aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, Brasil, de 13 a 22 de junho de 2012, assinado em Nova Iorque, em 5 de abril de 2012’.*”. **Resultado:** Aprovado. Assume a Presidência o Senador **Cristovam Buarque**, Vice-Presidente da Comissão. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, Brasil, de 13 a 22 de junho de 2012, assinado em Nova Iorque, em 5 de abril de 2012.*”. **Relator:** Senador **Fernando Collor**. **Resultado:** Aprovado. Reassume a Presidência o Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 12, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MÁRCIO ARAUJO LAGE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira*

de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Botsuana.”. Relator ad hoc: Senador **Jorge Viana**. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 18, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora SUSAN KLEEBANK, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Eslovaca”. Relator: Senador **Cyro Miranda**. A Embaixadora **Susan Kleebank**, e o Embaixador **Márcio Araújo Lage** são convidados a compor a Mesa e fazem suas exposições. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras e Senhores Senadores **Luiz Henrique**, **Cyro Miranda**, **Ana Amélia**, **Eduardo Suplicy**, **Cristovam Buarque** e **Sérgio Souza**. Assume a Presidência o Senador **Sérgio Souza**. A reunião é tornada secreta às onze horas e cinquenta e sete minutos e reaberta às onze horas e cinquenta e nove minutos. Resultado dos itens 1 e 2: sabatinas realizadas. O Presidente anuncia a aprovação dos Embaixadores indicados e retoma a análise da Pauta. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 8, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua”. Relator ad hoc: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 4 – Mensagem (SF) nº 15, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, e, cumulativamente, junto à República da Islândia.”. Relator ad hoc: Senador **Sérgio Souza**. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item 6 – Requerimento nº 20, de 2012-CRE**, de autoria da Senadora **Vanessa Grazziotin**, que diz: “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em conjunto com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, destinada a debater os objetivos, o alcance e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, com as presenças das seguintes autoridades: a) Embaixador Alejandro A. Gordilho – Secretário-Geral da

OTCA; b) Ministro Clemente Baena Soares – Diretor do Departamento da América do Sul II do Ministério das Relações Exteriores e representante da República Federativa do Brasil na OTCA; c) Embaixador do Equador do Brasil Horácio Sevilla Borja – Presidente da Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica (CCOOR); d) Embaixador Antônio José Ferreira Simões”. Fazem uso da palavra o Senador **Sérgio Souza** e a Senadora **Vanessa Grazziotin**. Resultado: Aprovado. **Item 7 – Requerimento nº 21, de 2012-CRE**, de autoria do Senador **Roberto Requião**, que diz: “Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa de Audiência Pública nesta Comissão, aprovada pelo Requerimento nº 23, de 2011-CRE, para o Anteprojeto de Proposta de Emenda à Constituição nº, de 2011, de minha autoria, que “acrescenta inciso e parágrafo único ao art. 49 e inciso ao art. 84 da Constituição Federal, para prever participação do Congresso Nacional nas negociações de atos, acordos, convênios e tratados que versem sobre matéria de comércio internacional”. Faz uso da palavra a Senadora **Ana Amélia**. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e vinte e sete minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 22ª Reunião.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovada.

Requerimentos.

Nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro licença dos trabalhos da Casa no período de 30 de abril a 4 de maio de 2012, em face de atividades político-partidárias em Boa Vista, Roraima.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2012. – Assina S. Ex^a o Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

Comunicados.

Nesta quarta-feira [ontem], o Ministro da Defesa, Celso Amorim, participou de reunião bilateral em Bogotá com o Ministro da Defesa colombiano Juan Carlos Pinzón. O Embaixador Amorim também se encontrou com o Presidente da Colômbia e participou ainda de

reunião do Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul, conforme anunciado na última reunião, em Cartagena de Indias.

Na mesma quarta-feira, o Ministro deu início às ações da operação Ágata IV. Ao todo, 8.500 militares e uma centena de agentes civis participam da maior ação conjunta das Forças Armadas na Região Norte, na fronteira com a Venezuela, Suriname, Guiana Francesa e Guiana.

Na próxima semana, as tropas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, com a participação da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança Pública, vão patrulhar uma área de cinco mil quilômetros entre a foz do rio Oiapoque e o Município de Cucuí, no Amazonas. Militares e civis buscarão alvos como garimpos irregulares, pistas clandestinas, ações de madeireiros, tráfico de drogas e pessoas e demais crimes contra o meio ambiente.

A Operação Ágata é executada a partir do Comando Militar da Amazônia e terá também, como nas edições anteriores, ações de cunho social, já que a população ribeirinha enfrenta problemas com a cheia do rio Negro e seus afluentes.

Um hospital de campanha da Força Aérea está prestando atendimento aos moradores do Distrito de Moura e do Município de Barcelos, na região metropolitana de Manaus.

Na próxima segunda-feira, dia 7, o Ministro Celso Amorim vai receber, em São Paulo, o Ministro da Defesa da Turquia. O encontro faz parte de uma potencial parceria entre os dois países na área de defesa, iniciado em março, com a visita de representantes da indústria turca ao Brasil.

Foi recebido um ofício encaminhando a esta Comissão resposta oferecida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores a um requerimento que foi apresentado, solicitando informações sobre os tratados e acordos multilaterais do conhecimento daquele Ministério em tramitação nas diversas Casas ou já em vigência.

Disse S. Ex^a o Ministro Antonio Patriota em seu Ofício nº 23 G/AFEPA/DCD/DAI/Conjur/PARL, de 18 de abril de 2012:

Sr. Senador, faço referência ao Ofício nº 357, de 20 de março de 2012, pelo qual V. Ex^a informou sobre a aprovação, conforme o disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, de pedido de informações da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional contido no Requerimento nº 1.556, de 2011, nos termos do parecer da Mesa.

O requerimento alude à recente promulgação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 [que é a conhecida Lei da Informação], que regula o acesso a

informações previsto no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; que revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. E solicita relação dos tratados bilaterais e multilaterais em vigor sobre segurança de informações, acesso a informações e cooperação envolvendo assuntos sigilosos e quaisquer outros celebrados pelo Brasil que possuam cláusulas de confidencialidade.

E vem a relação. Vou ler apenas alguns deles, porque são mais de 160. Então, temos tratados bilaterais vigentes que têm cláusulas de confidencialidade:

- com a Alemanha, declaração de intenções sobre cooperação em assuntos militares;

- com a Alemanha, acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre parceria em matéria de segurança pública;

- com a Arábia Saudita, protocolo sobre cooperação militar e industrial;

- com a Argentina, acordo quadro de cooperação em matéria de defesa entre os dois países;

- com a Argentina, ajuste complementar ao acordo de cooperação científica e tecnológica entre os dois países para pesquisa, desenvolvimento tecnológico e produção de insumos;

- com a Argentina, acordo de cooperação entre os Ministérios das Comunicações dos dois países para investimentos na área de televisão terrestre digital;

- com a Argentina, também com cláusula de confidencialidade...

De acordo com essa nova lei, todas essas cláusulas de confidencialidade vão cair, já a partir do dia 16 de maio. Então, a partir do dia 16 de maio, todos terão acesso a essas cláusulas de confidencialidade que constam desses acordos, acordos tratando de questões específicas, como energia nuclear, segredos científicos e tecnológicos do Brasil. De modo que será dado conhecimento a todo público interessado no assunto.

Continuando, então:

- com a Bolívia, o acordo para uso exclusivamente pacífico da energia nuclear;

- com o Canadá, acordo quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Canadá, para cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

- com o Canadá, acordo entre o Brasil e o Canadá para cooperação nos usos pacíficos da energia nuclear - também toda confidencialidade que tiver nesses acordos já deverá estar disponibilizada no próximo dia 16 de maio;

– com a Comunidade Econômica Europeia, acordo de cooperação científica e tecnológica entre o Brasil e a Comunidade;

– com o Chile, acordo entre o Brasil e o Chile sobre cooperação em matéria de defesa;

– com a China, acordo sobre segurança técnica relacionada ao desenvolvimento conjunto dos satélites e recursos terrestres - então, também em relação a toda essa tecnologia que está sendo utilizada com cláusula de confidencialidade entre a China e o Brasil, se não houver nenhum processo ultrarrápido para se rever esse acordo, ele deverá também estar disponível mostrando a tecnologia que estamos usando para desfrutar de todos aqueles nossos parceiros que desejarem conhecer de forma mais percuciente esses itens;

– com a China, acordo sobre segurança técnica relacionado ao desenvolvimento conjunto dos satélites e recursos terrestres;

– com a Colômbia, memorando de entendimento sobre cooperação em matéria de defesa;

– com a Coreia do Sul, acordo sobre cooperação no domínio da defesa;

– com o Equador, acordo entre os dois países sobre cooperação no domínio da defesa;

– com a Eslovênia, acordo quadro de cooperação científica e tecnológica;

– com os Estados Unidos – isso também deverá despertar muito interesse e será muito desfrutado por muitos setores e certas áreas interessadíssima nesse assunto –, ajuste complementar para cooperação na área de tecnologia energética.

– com os Estados Unidos, acordo, por troca de notas, que põe em vigor o memorando de entendimento relativo à cooperação industrial militar.

– com os Estados Unidos, acordo de cooperação no âmbito do Programa Internacional de Educação e Treinamento Militar.

– com os Estados Unidos, acordo relativo à cooperação entre suas autoridades de defesa da concorrência na aplicação de suas leis concorrência.

– com a Coreia do Sul, memorando de entendimento sobre energia e recursos naturais.

Estou lendo somente alguns deles, não estou lendo todos.

– com a França, acordo de segurança relativo à troca de informação de caráter sigiloso.

– com a França, acordo de parceria de cooperação em matéria de segurança pública.

– com a França, acordo sobre cooperação administrativa mútua para prevenção, pesquisa e repressão às infrações aduaneiras.

Então, esse, em relação à França, significa dizer que todo e qualquer correspondência trocada entre

os países, por exemplo, sobre a aquisição ou não de caças Rafale, todas essas trocas de informações estarão disponíveis a toda a população brasileira, a toda a população mundial a partir do dia 16 de maio.

Esse é um ponto muito interessante, porque todos nós vamos conhecer quais foram as tratativas que levaram, até agora, as negociações com os Rafale terem chegado a esse ponto. Não digo o Rafale especificamente, mas falo em relação à decisão quanto a quais caças, se os fabricados pelos Estados Unidos, pela Suécia ou pela França, serão os que melhor se adaptarão a nossas conveniências. Naturalmente, as nossas conveniências também estarão colocadas a público, para conhecimento de todos.

– ainda com a França, acordo sobre cooperação administrativa mútua para prevenção, pesquisa e repressão às infrações.

– com a França, acordo quadro sobre cooperação na pesquisa e no uso do espaço exterior para fins pacíficos.

– com a França, acordo de cooperação para o desenvolvimento das utilizações pacíficas da energia nuclear.

– com a França, acordo relativo ao fornecimento de materiais e serviços no âmbito da aeronáutica militar.

– com a Guatemala, acordo sobre cooperação no domínio da defesa.

– com a Índia, acordo sobre cooperação em assuntos relativos à defesa.

– com a Itália, ajuste complementar de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre cooperação de defesa.

Líbano, México, Moçambique, vai por aí.

– com a Namíbia, acordo sobre cooperação naval.

– com o Peru, memorando de entendimento sobre cooperação em matéria de proteção e vigilância da Amazônia.

Então, com esse memorando, todos poderão ficar sabendo, detalhadamente, como está sendo realizada essa cooperação entre o Peru e a Bolívia quanto à vigilância do espaço aéreo da região Amazônica.

Então, para todos aqueles interessados outros, fora os estudiosos e os que gostam de buscar essas informações, elas estarão disponíveis, inclusive para todos aqueles que se utilizam da região Amazônica para prática de ilícitos.

– com Portugal, acordo sobre cooperação no domínio da defesa.

– com o Reino Unido, memorando de entendimento sobre cooperação em assuntos de defesa.

– com a Rússia, plano de ação de parceria estratégica entre a República Federativa do Brasil e a Federação Russa.

– com a Suécia, memorando de entendimento sobre cooperação em assuntos relativos à defesa.

– com a Suécia, anexo aditivo do memorando de entendimento sobre cooperações em assuntos relativos à defesa.

Suriname.

– com o Timor Leste – interessante –, ajuste complementar do acordo básico de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática do Timor Leste para implementação do projeto de fortalecimento do Serviço Nacional do Timor Leste.

Então, todos aqueles que combatem o Governo que se instalou democraticamente no Timor Leste vão ter possibilidade de acessar via Internet essas informações confidenciais que tratam do apoio e dos acordos estabelecidos entre o Brasil e o Governo do Timor Leste de como implementar esse projeto para fortalecer o Sistema Nacional de Inteligência do Timor Leste.

– com a Turquia, acordo sobre cooperação em assuntos relacionados à defesa.

– com a Ucrânia, protocolo de intenções sobre cooperação e assuntos relacionados à defesa.

– com a Ucrânia, acordo sobre cooperação científica e tecnológica.

Mais outros dois da Ucrânia.

E mais alguns aqui, agora, Tratados.

Tratados com cláusulas de confidencialidade que estarão disponíveis na Internet, a partir do dia 16 de maio.

Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica.

Convenção sobre assistência ao caso de acidente nuclear ou emergência radiológica.

Esses são tratados multilaterais.

Convenção... Barbaridade.

Convenção sobre a proibição no desenvolvimento, produção, estocagem e uso de armas químicas e sobre a destruição das armas químicas existentes no mundo.

Tratado para a proscrição das armas nucleares na América Latina e Caribe, que é o Tratado de Tlatelolco.

Emendas ao tratado para proscrição das armas nucleares na América Latina e no Caribe, Opanal.

Convenção de Segurança Nacional.

Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional.

E este aqui, como é Estatuto – os outros, não sei exatamente –, seguramente, terá que ser denunciado, denunciado, porque ele não admite reservas, o Estatuto de Roma terá que ser denunciado.

Meu Deus. Convenção Internacional sobre a Suspensão no financiamento do terrorismo. Então, este aqui, todos os terroristas saberão com precisão, acessando a Internet a qualquer hora do dia ou da noite, facilmente, tocando apenas uma tecla, saberão o que fala a Convenção Internacional sobre a supressão do financiamento. Então, eles saberão exatamente quais são as fontes que secaram para o financiamento de suas atividades e aquelas fontes que ainda estão disponíveis.

Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica. Isso afeta diretamente o Brasil.

Convenção conjunta sobre o gerenciamento seguro do combustível irradiado e dos resíduos radioativos... Bom, vai por aí.

E continuando, então, a resposta de S. Ex^a o Ministro de Estado das Relações Exteriores, ele manda também a relação dos Tratados bilaterais e multilaterais que tenham sido assinados pelo Brasil, mas ainda não aprovados pelo Congresso Nacional. Esses aqui, todos que li, são os que estão já em vigência, fora os que estão em tramitação, que têm cláusulas de confidencialidade, que, como V. Ex^{as} sabem, nós julgamos, a Comissão assim deliberou, remetermos novamente ao Ministério das Relações Exteriores para que seja feita uma tentativa de uma prévia renegociação.

E continua o Sr. Ministro:

Item 3, cópia dos Tratados referidos nos Itens 1 e 2.

4. A percepção do Governo brasileiro no que concerne à aplicabilidade de cláusulas dos Tratados nos Itens 1 e 2, que, porventura, confrontem com o disposto na Lei 12.527, que é esse que acabei de relatar alguns deles.

E continua o Sr. Ministro:

Em resposta, informo que convoquei, olhem o esforço feito pelo Ministério das Relações Exteriores, louvável] informo que convoquei [ele, Ministro de Estado] força-tarefa para analisar a totalidade de mais de seis mil atos bilaterais e quatro mil atos multilaterais, de que o Itamaraty tem registro.

A análise não contemplou os acordos que tratam de propriedade intelectual, por serem considerados caso aparte a serem analisados especificamente pela consultoria jurídica [esse é outro problema], e aqueles anteriores a 1980, em razão de limitações no sistema de indexação do Ministério das Relações Exteriores.

Desse trabalho, resultaram as tabelas abaixo descritas, que seguem em forma de anexos. E esses anexos estão à disposição das Sr^{as} e Srs. Senadores que quiserem compulsá-los ou quiserem deles tirar cópias. Fiquem inteiramente à vontade também as pessoas que

aqui comparecem à audiência pública, podem solicitar por escrito, neste caso, à Secretaria desta Comissão, para terem acesso, já a partir de agora, a todas as informações, já que, no dia 16 de maio, volto a lembrar, vai entrar em vigor a Lei 8.527. Então, todos aqueles que tenham um computador em casa terão acesso a essas cláusulas de confidencialidade, que constam desses tratados e desses acordos multilaterais assinados pelo Brasil com parceiros internacionais.

Continua o Sr. Ministro:

A resposta à Solicitação nº 4 tem como base parece sobre o tema elaborado pelo consultor jurídico.

Depois continua:

Apenas quanto a esse último tipo de acordo, são recomendadas providências. No caso dos acordos que não exigem regulamentação das normas que geram, constitui julgamento do consultor jurídico a inexistência de conflito com a Lei 12.527. [como aqui já foi dito em outra reunião].

O tratamento à informação gerada...

Prossegue dizendo:

Para preservar a regulamentação dada pela legislação anterior aos demais acordos já em vigor, o consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores sugere a edição de decreto Presidencial, que, ao regulamentar o art. 36 da Lei 12.527, estabeleça a aplicação do Decreto 4.556 à informação sigilosa, resultante de tratados, acordos, ou aos atos internacionais, cujo tratamento não se esgota no ato internacional e que já esteja em vigor até a vigência da Lei nº 12.527.

Determinei [diz o Ministro das Relações Exteriores], conseqüentemente, a realização de gestões no âmbito do grupo de trabalho interministerial, que examina a entrada em vigor da Lei 12.527, com vistas à edição do decreto Presidencial nos termos indicados acima.

As gestões pautam-se pela necessidade de que a nova norma seja publicada antes da entrada em vigor da nova lei.

Se não houver esse decreto antes da entrada em vigor da nova lei, 16 de maio próximo, então, o acesso será irrestrito. E naturalmente a edição do decreto vai demonstrar claramente que a Lei 12.527 foi de uma forma, vamos dizer, um pouco apressada aprovada pelo Congresso Nacional, sem termos tido tempo em levar em consideração esses fatos que agora são apontados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Informo também [diz o Ministro] que acatei a orientação do consultor jurídico de que sejam renegociados os acordos que ainda não ingressaram no Ordenamento Nacional e cujas as cláusulas de confidencialidade não se esgotam em si mesmas.

Por esse motivo, recebi muito positivamente a solução encontrada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao analisar o PDS nº 238, que aprova o texto do acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino de Espanha, relativo à segurança de informações sigilosas, o PDS 240, que aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana sobre cooperação em matéria de defesa, e o PDS 290, de 2011, que aprova o texto de acordo de cooperação técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuwait, a fim de que o Presidente do Senado Federal officie à Presidenta da

República sobre a necessidade de adequá-los aos termos da Lei nº 12.527, que regula o acesso às informações.

Registro, por fim, que as cópias dos textos dos tratados estão reunidas no Anexo 7, e estão aqui na Secretaria. Eu não trouxe à mesa, porque é um grande volume. Mas, reitero, estão todos eles à disposição das Sras e Srs. Senadores, e a partir do dia 16, pela Internet, ou antes disso, aqueles interessados podem solicitar cópia na Secretaria desta Comissão.

Comunicado sobre o relato da 21ª reunião ordinária, ocorrida no último dia 26 de abril. O tema foi a situação das Forças Armadas no cenário atual e futuro, bem como o debate sobre os diversos programas desenvolvidos no âmbito daquela pasta.

Esteve presente o Embaixador Celso Amorim, Ministro da Defesa. O Ministro Celso Amorim manifestou a opinião de que o Brasil deve ter uma defesa compatível com a sua nova posição no mundo, e para tanto seria necessário elevar gradativamente os investimentos no setor a níveis equivalentes aos dos demais países integrantes da formação original do grupo Brics, Rússia, Índia e China, além do Brasil, é claro.

O Ministro citou dados de um instituto sueco de relações internacionais segundo os quais os investimentos nas Forças Armadas nesses três países emergentes chega a até 3% do PIB, enquanto o Brasil alcança somente 1,5% do Produto Interno.

Embora reconhecendo o esforço do Governo para aumentar os investimentos na modernização das Forças Armadas, o Ministro enfatizou que se quisermos falar com um dos Brics, nosso orçamento de defesa vai ter que chegar à média deles, e essa não é só uma questão de governo, diz o Sr. Ministro, a sociedade tem que entender que esses investimentos são importantes.

O Ministro comparou encontros que teve há 18 anos, quando exercia o cargo de Ministro das Relações Exteriores, com o então secretário de Defesa dos Estados Unidos, William Perry, e há poucos dias com o atual secretário, Leon Panetta.

Diz ele: Quando fui anfitrião de Perry, dizia-se que o Brasil não tinha que desenvolver seu potencial de defesa, pois havia uma grande potência que cuidaria de tudo (não é preciso dizer, os Estados Unidos). Às nossas Forças Armadas restaria o papel de combater o narcotráfico e o crime organizado.

Agora existe uma visão totalmente diferente. Panetta, o atual secretário americano de Defesa disse que no mundo de hoje é preciso que outros países estejam capacitados a enfrentar desafios de defesa.

Durante a sua exposição, o Ministro destacou a importância da cooperação, na área de defesa, com os demais países da América do Sul, considerada uma zona de paz e segurança. Ele mencionou o interesse da Argentina pelo veículo blindado Guarani, em desenvolvimento pela Iveco do Brasil.

O Ministro informou também que o aumento salarial para os militares é uma das prioridades e que existe uma sensibilidade real do Governo sobre o assunto. Segundo informou, a Presidenta Dilma Rousseff já teria encomendado à área econômica estudos nesse sentido. Para ele, melhorar as condições de vida dos militares implica uma valorização do setor pelo Governo e pela sociedade.

O Ministro Celso Amorim demonstrou ainda sua preocupação com a África Ocidental, em especial com a Guiné Bissau, que sofreu um novo golpe de estado no dia 12 de abril passado. Para além da solidariedade àquele país irmão da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, há também uma preocupação com a segurança brasileira, uma vez que, como observou o Sr. Ministro, a instabilidade política na Guiné Bissau pode levá-la a se tornar um estado, segundo ele, falido, sujeito a ameaças do narcotráfico.

A Guiné Bissau está distante apenas 3,200 mil quilômetros da costa brasileira e o país é hoje considerado, lamentavelmente, um grande entreposto da rota do tráfico de cocaína e lavagem de dinheiro, e, segundo analistas internacionais, estaria sendo usado também para financiar grupos extremistas que atuam na África e no Oriente Médio.

Assim então encerrou sua palestra S. Ex^a, o Sr. Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim.

Iniciando a pauta do dia de hoje, solicitaria a V. Ex^{as}, caso assim entendam, a inversão da pauta de hoje, passando o Item nº 8 para o primeiro lugar da pauta, e o Item nº 5, para o segundo lugar da pauta.

Dessa forma, o primeiro item, nº 8, trata de um requerimento assinado por S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque:

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº124, de 2012, que “aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, Brasil, de 13 a 22 de junho de 2012, assinado em Nova Iorque, em 5 de abril de 2012.”

Autoria: Senador Cristovam Buarque
E o Item nº5, que viria logo em seguida:

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 124, DE 2012 – Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, [para que possamos realizar a conferência Rio+20], no Rio de Janeiro, Brasil, de 13 a 22 de junho de 2012, assinado em Nova Iorque, em 5 de abril de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)

Relatoria: Senador Fernando Collor

Relatório: Pendente de parecer.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Solicitei a palavra, pela ordem, para fazer uma ponderação.

Realiza-se, hoje, às onze horas, a posse do Deputado Brizola Neto, no Ministério do Trabalho. Temo que a realização dessa posse promova o esvaziamento, aqui, da nossa Comissão. Então, a ponderação era de que a assessoria mantivesse contato com os membros da Comissão aqui não presentes, ponderando que essa solenidade vai além das doze horas e que, se fosse possível, priorizassem a reunião desta Comissão para que pudéssemos ouvir os futuros embaixadores e proceder à votação do pedido presidencial para que aprovemos as suas indicações.

Era esse o pedido que faria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

Será providenciado, nos termos em que V. Ex^a solicita.

Apenas, *data venia*, peço licença para colocar à deliberação dos senhores a inversão da pauta em relação a esses dois itens, tendo em vista que é preciso urgência para aprovar esse acordo-sede, porque esse é um documento fundamental e que já deveria ter sido, há muito tempo, assinado, mas que, infelizmente, as Nações Unidas demoraram bastante para enviar. Para que os senhores tenham uma ideia da importância e da urgência desse acordo, sem ele, a Rio+20 não se realiza.

Então, pedindo a compreensão de V. Ex^{as}, solicito e coloco em deliberação a inversão da pauta de hoje, trazendo o Item nº8, para primeiro lugar da pauta, e o Item nº5, para o segundo lugar da pauta.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, passo a ler o Item nº8:

ITEM 8

REQUERIMENTO DA CRA Nº 22, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº124, de 2012, que “aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, Brasil, de 13 a 22 de junho de 2012, assinado em Nova Iorque, em 5 de abril de 2012.”

Autoria: S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Passo, agora, a Presidência dos trabalhos à S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque para que, como Relator, possa fazer a leitura do Item nº5.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Bom-dia a cada um e a cada uma.

Estou na Presidência da Mesa temporariamente, passo a palavra ao Senador Presidente da Comissão, Fernando Collor de Mello.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco/PTB – AL) – Muito a V. Ex^a, Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente desta Comissão em exercício, trata-se do relatório sobre o Acordo Sede para a Conferência Rio+20 no Brasil.

Relatório, com fundamento no disposto do art. 49, Inc. I, da Constituição Federal, o Poder Executivo submete ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 145, de 2012, o texto do acordo entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, para a realização da Conferência das Nações Unidas, sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, Brasil, de 13 a 22 de junho, de 2012. Assinado em Nova Iorque em 5 de abril de 2012.

O referido tratado é composto de 15 artigos e tem por objetivo disciplinar as relações entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas, por ocasião do evento em junho próximo. Disciplina, entre outros aspectos, a adequada utilização do local, as necessidades em termos de equipamento, suprimentos e material de consumo, as instalações médicas, hospedagem, transporte, proteção policial, segurança, financiamento, responsabilidades civis, privilégios e imunidades em questões relacionadas a impostos e taxas para a importação temporária de todo o equipamento necessário, incluindo o equipamento técnico, acompanhados de representantes da imprensa.

Da Exposição de Motivos, encaminhada pelo Ministério das Relações Exteriores à Presidência da República, Exposição de Motivos nº 124/2012, do Ministério das Relações Exteriores, e que acompanha a Mensagem da Presidente da República, destacam-se as seguintes passagens: a Assembléia-Geral das Nações Unidas aceitou oferta do Governo da República Federativa do Brasil para sediar a Rio+20. Pela mesma resolução, foi decidido que a Conferência deve contar com o comparecimento de chefes de estado e de governo ou os seus representantes no mais alto nível possível e que tanto a conferência quanto seu processo preparatório devem assegurar a equilibrada integração de desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ao meio ambiente como componentes interdependentes do desenvolvimento sustentável.

Importante observar que a Conferência ocorrerá na cidade do Rio de Janeiro, no Centro de Convenções Rio Centro, de 13 a 22 de junho de 2012. Como anfitrião do evento, o Governo Brasileiro proverá, além das instalações do Rio Centro, áreas adicionais para uso dos estados membros das Nações Unidas, de agências especializadas e de outras organizações in-

ternacionais, de estados não membros e de entidades e organizações convidadas pela Assembléia-Geral das nações Unidas.

Há ainda os espaços destinados à sociedade civil em geral para a realização de mostras, seminários, encontros, atividades culturais outras manifestações relacionadas a Rio+20, para a qual comparecerão, essa estimativa, mais de 50 mil pessoas.

No que concerne a importância do acordo em apreço, destaca-se da exposição de motivos que se trata de documento essencial, enfim, para que a Conferência possa ser realizada com total segurança, com modernas soluções de acessibilidade, capazes de garantir aos participantes as melhores condições para o livre intercâmbio de propostas e de conhecimentos, de modo que se possa obter ao final dos extensos trabalhos os almejados compromissos em prol do desenvolvimento sustentável, da erradicação da pobreza e da proteção do meio ambiente.

Na Câmara dos Deputados o acordo foi distribuído às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, de Finanças e Tributação e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Aprovado o Requerimento de Urgência em 25 de abril último, a matéria foi a plenário, onde foram lidos e apreciados os pareceres das Comissões. Aprovado naquela Casa, foi então encaminhado ao Senado da República e distribuído a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

Passo à análise, Sr. Presidente. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 é, sem sombra de dúvidas, um dos grandes eventos da segunda década deste século. Ali se reunirão mais de uma centena de chefes de governo e de estados, milhares de dignitários dos estados-membros das Nações Unidas, representantes de organizações internacionais, políticos, diplomatas, cientistas, e ainda representantes de diversos setores da sociedade civil, totalizando – repita-se – mais de 50 mil pessoas.

O evento é da maior relevância, não só pela qualidade e pela quantidade de pessoas que a ele comparecerão, mas também pelos temas que serão tratados na conferência. De fato, a agenda da Rio+20 envolve assuntos que são essenciais, não para um país ou grupo específico, mas para toda a humanidade.

A existência do ser humano sobre este Planeta, as condições saudáveis de meio ambiente e sustentáveis de desenvolvimento são aspectos fundamentais que envolvem inclusive futuras gerações.

Sem dúvida é grande o privilégio do Brasil em sediar esse evento. Nossas responsabilidades também

são significativas. O tratado em apreço envolve questões da maior relevância e urgência e sua aprovação é necessária para a realização da Rio+20. A proposição é constitucional, legal e regimental, e atende aos mais relevantes interesses nacionais brasileiros.

Na verdade, o Senado da República está a apreciar um acordo de interesse do conjunto da humanidade.

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do acordo em análise, além de adequado, do ponto de vista constitucional e regimental, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 124, de 2012.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Antes de pôr em discussão, quero dizer que esse acordo está muito bem defendido, a aprovação dele, pelo relatório do Senador Fernando Collor de Mello.

Não precisava dizer mais nada. Entretanto, quero chamar a atenção de como é importante para o Brasil estar sediando essa conferência, ao mesmo tempo como é importante que o Governo Brasileiro tenha todos os instrumentos necessários para levar adiante a nossa responsabilidade.

Parabenizo o Presidente Fernando Collor pelo relatório e ponho o mesmo em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Ponho em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para as devidas providências.

Passo a Presidência da Mesa de volta ao Presidente da Comissão, Fernando Collor de Mello.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Agradeço a S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque, Vice-Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Passando ao Item nº 1 da pauta:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 12, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MÁRCIO ARAUJO LAGE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para

**exercer o cargo de Embaixador do Brasil
junto à República de Botsuana.**

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique (Substituído
por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Jorge Viana

Relatório: A Comissão dispõe das condições
necessárias para deliberar sobre a indicação

Observações:

*No dia 19/04/2012 foi lido o relatório e concedida
vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº
1, de 2011-CRE*

Item nº 2, também não terminativo.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 18, DE 2012

– Não Terminativo –

**Submete à apreciação do Senado Federal a
indicação da Senhora SUSAN KLEEBANK,
Ministra de Primeira Classe da Carreira de
Diplomata do Ministério das Relações Ex-
teriores, para exercer o cargo de Embaixa-
dora do Brasil junto à República Eslovaca.**

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: A Comissão dispõe das condições
necessárias para deliberar sobre a indicação

Observações:

*No dia 19/04/2012 foi lido o relatório e concedida
vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº
1, de 2011-CRE*

Convido, oferecendo as melhores boas-vindas
a Srª Embaixadora e ao Sr. Embaixador, em nome de
todos os integrantes desta comissão, para que tomem
assento à Mesa a Srª Embaixadora Susan Kleebank e
o Sr. Embaixador Márcio Araujo Lage. (*Pausa.*)

Passo a palavra à Srª Embaixadora Susan Klee-
bank, indicada para a República Eslovaca.

Os 15 minutos para a sua exposição estarão
marcados por aquele relógio.

A SRª SUSAN KLEEBANK – Certo.

Exmº Sr. Presidente Fernando Collor, Exmºs Srs.
Senadores, senhoras, demais presentes, bom dia.

Nesta apresentação, após breve menção às mi-
nhas funções mais recentes, comentarei o relaciona-
mento entre Brasil e Eslováquia e as atividades que
planejo desenvolver caso a minha indicação seja apro-
vada pelo Senado Federal.

No exterior, minha última experiência foi na em-
baixada em Washington, onde chefei o setor consular
com a terceira maior renda do mundo.

No Brasil, entre 2008 e 2012, chefei as assessorias internacionais do STF, a convite do Ministro Gilmar Mendes, e, posteriormente, do TSE, onde tive o privilégio de trabalhar para o Ministro Ricardo Lewandowski.

Há muito interesse da comunidade internacional em relação à eficiência do nosso processo eleitoral, que foi reafirmada nas eleições de 2010 e no pleito sobre a separação do Estado do Pará.

Tive a oportunidade de trabalhar com o Ministro Lewandowski em diversas iniciativas que promoveram a cooperação com a Unasul, com a OEA, com a CPLP, União Africana, União Europeia, Rússia, Índia, México, entre outros países.

Nesse contexto, eu gostaria de registrar o valioso apoio dado pelo Presidente Collor à iniciativa do Ministro Lewandowski de criar um espaço especial na Conferência Rio+20 para uma demonstração sobre o funcionamento das urnas eletrônicas, associada às questões ambientais que serão objeto da Conferência.

No tocante à Eslováquia, o país constitui a metade oriental do território da ex-Tchecoslováquia, tendo também como vizinhos, como os senhores sabem, a Áustria e a Hungria, e a Ucrânia e a Polônia.

O país tem cerca de 5,4 milhões de habitantes, 49 mil quilômetros quadrados, um PIB de cerca de US\$100 bilhões, alto nível de desenvolvimento humano e uma renda *per capita* de cerca de US\$23 mil, por paridade de compra.

No momento, a Eslováquia busca consolidar a posição de economia de mercado, que busca atrair investimentos externos e, sobretudo, promover as exportações.

No âmbito político, a Eslováquia tornou-se independente em 1993, formando uma república parlamentarista. Seu atual presidente, Ivan Gasparovic, foi eleito em 2004 e reeleito em 2009. Cabe a ele nomear o primeiro-ministro, que sempre representa o partido majoritário.

O parlamento é denominado Conselho Nacional Eslovaco. Ele é unicameral, tem 150 membros, e o mandato é de quatro anos.

Eu gostaria aqui também de, especialmente, agradecer o apoio do Senador Cyro Miranda, que foi o relator da minha indicação. Obrigada.

Voltando à Eslováquia, no âmbito político, em outubro último, a então primeira-ministra da Eslováquia, que se chamava Iveta Radicova – líder da União Democrática Cristã e de uma coalizão de centro-direita –, negociou a antecipação das eleições em troca do apoio do parlamento à expansão da contribuição eslovaca ao Fundo Europeu de Estabilidade Financeira.

Essas eleições ocorreram no último dia 10 de março. Em caráter inédito, a social-democracia obteve o número majoritário dos assentos: 84.850.

De qualquer forma, mesmo havendo uma previsão de mudança de um governo de centro-direita para um de centro-esquerda, estima-se que haverá uma continuidade da maior parte das políticas da então primeira-ministra, em razão da prioridade dada pelo país, pelo governo, à inserção na União Europeia e, nesse quadro, ao controle do déficit público.

Em vista disso, estima-se que, para o presente ano, haverá crescimento econômico mais reduzido – cerca de 1,3%, enquanto, no ano passado, foi cerca de 3% –, em conjuntura de consolidação fiscal, cortes de despesas e adiamento dos investimentos públicos.

No plano externo, a Eslováquia prioriza a participação do País na União européia, no grupo de Visegrád que inclui além da República Tcheca, Hungria e Colômbia, assim como o bom relacionamento com os países da Europa Oriental e a busca de parcerias alternativas e, sobretudo, prioriza também o relacionamento com o Brasil na qualidade de país integrantes dos Brics e de G-20 também econômico.

No plano bilateral nós estabelecemos relações com a Eslováquia em 1993. A Embaixada em Bratislava foi criada em 1998 e até então a Embaixada em Viena exercia essas funções.

A Embaixada da Eslováquia em Brasília data de 1998.

No tocante a intercâmbio comercial, as trocas passaram do ano 2000, de 9,7 milhões para 190 no ano passado.

Segundo o Mdic, as nossas exportações subiram em apenas um ano de 18 milhões em 2010, para 32 o ano passado, mesmo assim há muito o que fazer porque o saldo continua negativo, não obstante a nossa pauta ser uma pauta diversificada e composta, majoritariamente, por produtos manufaturados e intermediários.

Na área de investimentos é grande o interesse da Eslováquia em capital externo. Várias vezes, durante a visita de um Ministro da Economia da Eslováquia ao Brasil, por exemplo, em 2008, eles mencionaram o interesse de dispor em Bratislava de um centro de manutenção da Embraer.

De concreto, nós temos o excelente exemplo da Empresa Embraco de, em Santa Catarina, de motores de refrigeração instalada no Leste do País na cidade de Spisská Nova Ves, que tem cerca de dois mil empregados e exporta quase que 60% da produção para a União Européia e é considerada um exemplo de sociedade comercial corporativo.

No plano político se alcançou um bom nível de interlocução. Houve troca de visitas de Presidentes e

Ministros, também há apoio a candidatura da ONU, e foi assinado um protocolo que prevê reuniões de consultas políticas para tratar de temas bilaterais regionais e globais de interesse mútuo.

Além disso, no plano legislativo, no ano passado foram criados dois grupos de amizade parlamentar. O primeiro foi de iniciativa do Senador Luiz Henrique e, o segundo, é um grupo que foi criado no ano passado. E desde já Srs. Senadores – eu estou à disposição dos demais Senadores, caso o meu nome venha a ser indicado, a apoiar, no máximo possível, todas as suas iniciativas.

O outro grupo de amizade foi criado também no parlamento eslovaco e é um grupo de amizade com a América Latina em um todo e caberia a nós, no caso, propor a iniciativa, sobretudo porque o ex-Embaixador da Eslováquia acabou de ser nomeado chefe do setor internacional do parlamento eslovaco.

Por fim, na esfera do Judiciário, também no ano passado, foi assinado um convênio entre as associações de magistrados dos dois países. O que abre um campo para a cooperação na área do judiciário.

Nesse quadro, a minha proposta inicial de trabalho buscará priorizar as seguintes atividades: no plano político adensar os contatos com relação aos três poderes, realizar a primeira reunião de consultas políticas, assim como apoiar iniciativas de cooperação interparlamentar e judiciária.

Na área comercial intensificar os acordos com a Agência Eslovena para a Promoção do Investimento e do Comércio e com a Associação Comercial Luso-Brasileira, para identificar importadores, feiras e iniciativas para promover o comércio e o turismo entre os dois países.

No âmbito cultural, promover seminários e mostras, possivelmente com as outras embaixadas da região: Viena, Praga, Budapeste, Varsóvia com vistas a maximizar os resultados e reduzir os custos.

Em ciência e tecnologia, verificaria a possibilidade de, no contexto do Programa Ciências Sem-fronteiras, levar estudantes brasileiros para as universidades eslovacas justamente para as vagas de excelências que são: a tecnologia da informação, biotecnologia, nanotecnologia, química e engenharia.

Em conclusão a quadra institucional e há potencial para o desenvolvimento das relações entre o Brasil e a Eslováquia. A Eslováquia além de sua importância própria pode ser útil ao Brasil no relacionamento com a União Européia, com o grupo de Visegrád e com os países da Europa Oriental.

Da minha parte, espero colaborar para ampliar o conhecimento recíproco e para consolidar os laços que já foram estabelecidos.

Muito obrigada e coloco-me à disposição para essas questões.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Luiz Henrique e em seguida o Senador Cyro Miranda.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Em se tratando de dois profissionais da maior qualidade nessa massa crítica que é seguramente das melhores do nosso país, que é o Itamaraty, e tendo em vista a coincidência com a posse do novo Ministro do Trabalho nesta manhã, eu solicitaria a V. Ex^a que ouvido o plenário iniciássemos o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a Senador Luiz Henrique. Passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, também pelo mesmo motivo e de outras comissões que temos votações agora, também iria fazer o mesmo pedido.

Mas quero aproveitar aqui para parabenizar a Embaixadora Susan, a quem tive o prazer de recebê-la em meu gabinete, e o privilégio de ser relator dessa sua indicação. E dizer que o Brasil estará em muito boas mãos na Eslováquia, e desejo felicidades. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a Senador Cyro Miranda, e coloco agora à deliberação do Plenário a solicitação feita por S. Ex^{as}. Senadores Luiz Henrique e Cyro Miranda para que possamos declarar aberto o processo de votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

De acordo com o Ato n° 1, art. 3º, § 4º, declaro aberto o processo de votação e peço a S. Ex^{as} que queiram já fazer uso do voto, que possam comparecer a mesa.

Passo agora a palavra ao Sr. Embaixador Márcio Araujo Laje, indicado para a República de Botsuana.

O SR. MÁRCIO ARAÚJO LAJE – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator Senador Luiz Henrique, Sr^{as} e Srs. Senadores,

É com grande honra e satisfação que compareço a essa comissão em mais uma etapa da minha carreira diplomática para ser sabatino por V. Ex^{as}. A oportunidade de poder retornar ao sul da África depois de ter servido quatro anos como Embaixador na Namíbia, me pareceu muito estimulante e desafiadora. Da Namíbia eu fui abrir o Consulado Geral na Cidade do México, onde estou nesses últimos três anos.

Apesar de Botsuana ter ficado independente em setembro de 1966, formalmente o Brasil só estabeleceu relações com aquele país em 1985. Essas relações, em princípio muito incipientes só começam a se intensificar a partir das visitas oficiais do ex-Presidente Festo Mugai ao Brasil em julho de 2005, e do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Gaborone em fevereiro de 2006. Os dois países decidem então abrir embaixadas residentes em Gaborone, em 2007 e em Brasília em 2009.

Por ocasião da visita do Presidente Festo Mugai, foi assinado um acordo bilateral de cooperação técnica e diversos projetos começaram a ser implementados com apoio brasileiro, de forma a contribuir a redução do impacto da epidemia de HIV/AIDS em Botsuana, para a expansão da produção da pecuária de corte, para inserção social pela prática esportiva e para a diversificação de atividades primárias relacionadas com a produção de alimentos através do desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo rural. Esses projetos coordenados e revisonados pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores e são executados por distintos Ministérios e órgãos setoriais.

No que diz respeito à cooperação na área da infraestrutura há possibilidade que empresas brasileiras venham a explorar oportunidades econômicas em Botsuana. No momento, vem sendo negociada a implementação do padrão nipobrasileiro de televisão digital com aquele país.

A futura construção de uma rede de dutos para levar águas do rio Chobe a projetos de desenvolvimento agrícola com irrigação de cerca de 40 mil hectares no extremo norte do país bem como a participação de licitação para construção de ferrovia Trans Kalahari, que deverá ligar os litorais de Moçambique e da Namíbia, passando por Botsuana, poderão interessar a empresas brasileiras.

Missão empresarial botsuanesa esteve no Brasil em agosto último, para não só tratar de temas relacionados com a TV digital, mas também com assuntos relativos à erradicação da pobreza. Na ocasião, foi assinado um memorando de entendimento para expandir a cooperação brasileira, visando a combater e reduzir a fome e a pobreza em Botsuana.

A corrente de comércio entre o Brasil e Botsuana ainda é bastante modesta e houve nos últimos anos uma variação negativa nas transações entre os dois países.

Em 2011, as exportações brasileiras alcançaram US\$1 milhão e 269 mil, uma diminuição de 19,4% em relação a 2010. No mesmo período, as importações brasileiras caíram 97,3%, com valor de apenas

US\$4,526.00, concentrados em materiais elétricos. Em 2010, as importações brasileiras de Botsuana somaram US\$169,000.00.

Botsuana tem uma florescente democracia multipartidária constitucional, com sistema político que tem proporcionado ao país significativa estabilidade e crescimento econômico.

Eleições gerais são realizadas a cada cinco anos, de forma livre, imparcial e transparente. O Presidente de Botsuana é eleito indiretamente. O candidato presidencial do partido que obtém a maioria dos assentos na assembleia nacional de 57 lugares é eleito presidente.

Na eleição nacional de 2009, o Partido Democrata de Botsuana, que está no poder desde a independência, obteve 45 cadeiras e elegeu o atual Presidente Ian Khama. Há um Conselho Consultivo da Assembleia Nacional chamado Casa dos Chefes, sem poderes legislativos ou de veto, mas que deve referendar qualquer projeto que diga respeito a questões tribais ou costumes tradicionais.

Desde a independência, Botsuana apresentou uma das taxas de maior crescimento econômico do mundo. De um país bastante pobre, em 1966, Botsuana teve uma média de 9% de crescimento ao ano nas primeiras décadas. Em 2009, com a crise econômica mundial, houve uma queda desse crescimento para menos de 4,9%, mas o PIB volta a crescer em 2010.

Nesse ano de 2011, o crescimento foi 4,8%, e, é esperado que chegue a 5,3% em 2012. Segundo o Banco Mundial, o PIB era estimado em US\$17,6 bilhões, cerca de US\$8,690 *per capita*.

Vale ressaltar que o histórico econômico de Botsuana foi construído e fundamento no eficiente uso das rendas geradas pela mineração de diamante, que representa aproximadamente um terço do PIB do país, 50% das receitas governamentais e 70% das receitas de exportação.

Em junho de 2011, as reservas cambiais em moedas estrangeiras eram estimadas em US\$7,2 bilhões, o que representava aproximadamente 19 meses de cobertura para importação de bens e serviços.

A taxa de inflação em 2011 foi de 9,2%, maior do que em 2010, que havia sido de 7,4%. O investimento estrangeiro é bem-vindo em Botsuana que aboliu o controle cambial em 1999 e não proíbe a propriedade estrangeira de empresas.

Além da mineração de diamante, a mineração de níquel, cobre, ouro, carvão e carbonato de cálcio, sendo o turismo, a pecuária e a agricultura os outros principais setores econômicos.

O setor do turismo tem crescido a uma taxa anual de 14% nos últimos anos, representando aproximadamente 11% do PIB. O governo tem impulsionado o de-

envolvimento no setor com uma estratégia de promover um turismo de alta qualidade, com baixo volume e que tem impacto limitado no meio ambiente, aproveitando um dos ecossistemas únicos do mundo, o Delta do Okavango bem como o rio Chobe, que abriga um dos maiores rebanhos de elefantes da África.

Mais da metade da população vive em áreas rurais e é amplamente dependente da agricultura de subsistência e da pecuária. Como Botsuana tem apenas 5% de terras aráveis e disponibilidade de água inadequada, a agricultura proporciona apenas uma pequena porção das necessidades de alimentação e representa 2,3% do PIB.

A criação de gado é tradicional no país e o rebanho é estimado entre dois e três milhões de cabeças.

Botsuana foi considerado pela Transparência Internacional em 2011 o país menos corrupto da África e é tido pelos organismos internacionais na conta de estar entre as economias mais livres e de melhor risco de crédito na África subsaariana, apesar do continuado desafio a ser superado para que essas elevadas taxas de crescimento, obtidas nas últimas décadas, sejam passíveis de sustentação, seja através da qualificação da mão de obra, aperfeiçoamento das instituições do país e do controle da Aids.

Como em outros países africanos, a Aids tem um potencial impacto econômico em Botsuana, especialmente por ser uma doença que geralmente afeta pessoas em sua idade produtiva.

O governo, em seu décimo plano de desenvolvimento, espera que, em 2016, não haja novas infecções de doença em sua população. Para tanto promove programas multisetoriais de educação para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, ao mesmo tempo em que recebe cooperação internacional para reduzir o impacto da doença.

Em 2009, estimava-se que trezentos mil adultos estavam infectados com a HIV, que representava um quarto da população acima de quinze anos. O custo indireto da epidemia tem significativo peso nos gastos governamentais com assistência médica. Especialistas estimam que a doença terá impacto a longo prazo na economia do país.

Botsuana tem uma política externa geralmente alinhada às posições europeias e norte-americanas, o que a diferencia de outros países da região. Austral da África.

É membro-fundador da União Aduaneira da África Austral e da Comunidade para Desenvolvimento da África Austral, cujo secretariado tem sede em Gabarone, capital do país.

É membro da União Africana de diversos organismos internacionais, tendo desempenhado funções

importantes de promoção da paz, da convivência pacífica no contexto africano.

Botsuana, como outros países da região meridional da África, mantém vínculos estruturais de ligação com a África do Sul, dependendo das redes de estradas e portos africanos para seus fluxos de importação e exportação.

Além disso, a indústria sul-africana oferece empregos diretos a trabalhadores botsuaneses e capitais sul-africanos em toda a região, especialmente na prospecção e comercialização de minério, na geração de energia e nas grandes redes varejistas.

Botsuana, como já indiquei, é membro da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, que reúne quinze países, englobando uma população de 257 milhões de pessoas, com PIB estimado em US\$ 471 bilhões.

Os embaixadores residentes em Gaborone são representantes especiais junto a esse organismo na sua capacidade de observadores.

Esta comunidade atua visando à redução da pobreza e à promoção do desenvolvimento econômico regional, através da integração de mercados e da manutenção da estabilidade política e social.

As assimetrias no desenvolvimento da África Austral, no entanto, tem sido um desafio para os países da região no que diz respeito aos seus esforços de integração.

Para o Brasil, a cooperação com o bloco regional constitui mais um canal de comunicação com a região, tanto para consultas políticas quanto para projetos de cooperação.

Áreas como a de saúde, defesa, infraestrutura, biocombustíveis, agricultura podem ser identificadas como potencial de cooperação. Do ponto de vista da SADC, o estreitamento das relações com o Brasil visa a diminuir o peso que os países desenvolvidos, principalmente os europeus, possuem na agenda de cooperação internacional do organismo.

Em 2010, o Secretário Executivo da SADC visitou o Brasil não só para estabelecer um novo patamar de diálogo bilateral, mas também, nessa ocasião, foi assinado um acordo bilateral de parceria e cooperação que vai criar novas oportunidades de cooperação.

Em conclusão, creio poder dizer que, para o Brasil, as relações com Botsuana têm como particular atrativo, além do aprofundamento das relações de cooperação e comerciais, o adensamento do diálogo sobre temas regionais e multilaterais, de forma a ampliar os meios capazes de atender o compromisso do Governo da Presidente Dilma Rousseff de tratar as relações com a África.

Na medida em que Botsuana é membro da SADC, bem como da SACU, com o qual o Mercosul tem um acordo preferencial de comércio, parece-me que as relações bilaterais passam a ter uma importância maior não só pela posição estratégica do país no centro da África Austral e por sua estrutura bem organizada, mas também por poder vir a ser um núcleo para novos instrumentos de ação diplomática, de novas oportunidades de investimento, de exportações brasileiras na região.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Márcio Araujo Lage, indicado para a República de Botsuana.

E passamos agora a palavra às Sras e aos Srs. Senadores para as indagações que desejarem fazer, iniciando por S. Ex^a a Sr^a Senadora Ana Amélia, em seguida, o Senador Luiz Henrique e o Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Fernando Collor.

Srs. Senadores, cara Embaixadora, caro Embaixador, o país em que a senhora vai nos representar integra a zona do euro e eu queria saber se este momento de turbulência econômica e financeira envolvendo a maior parte dos países que estão na zona do euro, de alguma maneira, pode não interromper, mas dificultar, no âmbito da relação comercial, uma tentativa de equilibrar a balança comercial bilateral entre a Eslováquia e o Brasil. Então, esse seria o primeiro ponto.

Há uma coincidência interessante. A senhora é uma mulher, vai ser a nossa representante lá, num país que tem uma mulher como líder do governo, eleita simultaneamente com a Presidente Dilma, quando a Presidente Dilma foi eleita aqui. E parece que são personalidades políticas muito parecidas do ponto de vista da sua doutrina, da sua compreensão, dos seus princípios e, sobretudo, um ponto me chama a atenção, a questão da transparência no setor público.

Então, a minha colocação para a senhora.

O Embaixador Márcio vai a um país onde a questão da agropecuária é uma coisa importante, o desenvolvimento, a irrigação, questões que também prevalecem no Brasil, no meu Estado, o Rio Grande do Sul, que é muito vocacionado para essas questões.

Eu queria saber em que medida, por exemplo, a Embrapa, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que tem tido um papel relevante não só aqui, no Brasil, de maneira destacada, mas também em países africanos e na América Latina, haverá possibilidade de aporte disso, e como o senhor vê também, eventualmente, em alguns setores onde Botsuana te-

na desenvolvimento nivelado ao do Brasil, que possa transferir ao nosso País.

É a minha questão, simples. E também um dado sobre a questão do cooperativismo, que V. Ex^a abordou, porque o Brasil tem no cooperativismo a principal base no setor de produção de alimentos, especialmente na região Sul do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a a Sr^a Senadora Ana Amélia, e passo a palavra a S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nobres embaixadores Márcio Araujo Lage e Susan Kleebank, eu quero aqui reiterar aquilo que já disse, que se trata de dois profissionais de alta qualidade dessa massa crítica de alta qualidade que é o Itamaraty.

A Embaixadora Kleebank vai para um país que tem tudo para ser, no futuro, a Suíça da Europa Oriental, um país pequeno, mas com população bem ordenada e com um potencial de desenvolvimento muito grande.

A Eslováquia tem uma condição econômica excepcional para o crescimento e um lastro histórico de grande significação, tendo em vista que Bratislava foi sede do poderoso Império Austro-Húngaro durante 400 anos. Após a invasão turca, que chegou até Viena, Bratislava passou a ser, e o foi durante 4 séculos, capital daquele poderoso império.

Eu conheço bem aquele país, visitei-o várias vezes na época em que era seu Presidente o extraordinário ex-Prefeito e ex-Deputado Schuster. Quando ele veio ao Brasil, na sua última viagem, ele iniciou seus compromissos oficiais na minha cidade, Joinville, quando eu era lá prefeito. E, lá, tive a oportunidade de reunir os membros da família Schuster, seus parentes, que, nos anos de 1850, migraram para o Brasil, na mesma época em que houve uma migração alemã para a Eslováquia. No caso do Brasil, vieram para iniciar novas atividades industriais, comerciais e agrícolas e, no caso da Eslováquia, foram recrutados para trabalharem em atividade de mineração. Como a Embaixadora Kleebank, que já falou, a empresa Embraco, que é a única empresa brasileira líder, no mundo, no seu segmento, no segmento de compressores para refrigeração, domina 25% do mercado mundial e 50% do mercado norte-americano. Quer dizer, de cada quatro geladeiras ou freezers feitos no mundo, um tem compressor da Embraco, e, de cada duas geladeiras feitas nos Estados Unidos, uma tem compressor da Embraco. É impressionante essa empresa, que, hoje, é uma multinacional brasileira. Ela está na China, no México, na Eslováquia, na Itália e tem forte presença no Mercosul.

Em relação à Eslováquia, as possibilidades de intercâmbio econômico-cultural são muito grandes. O Presidente Schuster é um amante do Brasil, empreendeu duas grandes excursões pelo interior do Brasil e se transformou num bandeirante brasileiro. Saiu de São Paulo e foi filmando, fotografando, anotando, mata adentro, até o Acre. E, nessas duas exposições, registrou as suas impressões em dois livros, que revelam a paixão muito grande pelo nosso País. Esse também é um fator de ligação grande com a Eslováquia.

Gostaria, portanto, de saudar a Embaixadora Kleebank.

Não lhe vou fazer nenhuma pergunta.

Em relação ao Embaixador Márcio, quero apenas verificar se são verdadeiras e procedentes as notícias muito alvissareiras a respeito de um grande aquífero em todo o território africano.

O grande problema, a grande tragédia africana é a falta de água. V. Ex^a mesmo mencionou que apenas menos de 6% das terras botsuanenses são agricultáveis. Hoje, a chamada arqueologia espacial não só é capaz de revelar cidades submersas como já revelou a localização de várias delas que integravam, na África, a rota da seda, na África e na Ásia, como também tem sido capaz de revelar a existência desses aquíferos. O aquífero Guarani, que transpassa o Paraguai, parte da Argentina, o Rio Grande, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, foi revelado por imagem de satélite, assim como foi revelado um grande aquífero subterrâneo no Pólo Sul. E agora um grande aquífero subterrâneo na África.

Eu gostaria de perguntar se o ilustre Embaixador tem conhecimento disso e se o Governo da Botsuana tem algum projeto no sentido de aproveitar essas águas subterrâneas, nesse caso o Brasil poderia fazer uma grande cooperação, porque temos grande experiência dessas explorações subterrâneas de aquíferos.

No mais, desejar sucesso a ambos, que vão realizar missões importantes para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Senador Luiz Henrique.

Passo a palavra ao próximo Senador inscrito, o Senador Eduardo Suplicy, em seguida o Senador Cristovam Buarque.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Presidente, Senador Fernando Collor, Sr^a Embaixadora Suzan Kleebank e Sr. Embaixador Márcio Araújo Lage desejo muito sucesso a ambos em suas respectivas missões diplomáticas, República Eslováquia e na Botsuana.

Primeiro a Sr^a Suzan Kleebank, gostaria que pudesse aqui nos dissesse um pouco a respeito; há um certo contraste entre o balanço bilateral do Brasil com

a Botsuana e do Brasil com a República Eslováquia, porque ali junto a Eslováquia o que se nota é que estamos importando relativamente mais do que exportando, então surge a pergunta natural: o que seria adequado fazer do ponto de vista de maior equilíbrio no sentido de que o Brasil possa estar sendo mais bem sucedido na venda de bens e serviço de toda natureza. Fiquei curioso de conhecer essa experiência da empresa brasileira Embraco, ali na Eslováquia, não conhecia.

A senhora mencionou que trata de uma empresa que, reconhecidamente, tem uma forma de agir com alta responsabilidade social. Agradeço se puder me informar quais são as características desse entendimento que existe entre, digamos, os responsáveis pela empresa e o conjunto de trabalhadores ali. A senhora mencionou que são cerca de duas mil pessoas, se puder também nos informar quantos são, dentre esses, os brasileiros que ali trabalham. Também relacionado à questão que a própria Senadora Ana Amélia colocou, parece-me, pela sua exposição, que a Eslováquia conseguiu ter um procedimento de desenvolvimento econômico com alta taxa de índice de desenvolvimento humano. É um dos países da Europa, inclusive, anteriormente parte dos países socialistas.

Agora, hoje, o país, pela sua exposição, tem um governo relativamente conservador. Gostaria de lhe perguntar em que medida, os responsáveis pela condução econômica, estão conseguindo fazer a economia da Eslováquia superar os problemas que atingiram praticamente toda a Europa do ponto de vista de conseguir fazer a economia crescer e, ao mesmo tempo, ter um bom equilíbrio social.

Ao Embaixador Márcio Araujo Lage vem a pergunta do ponto de vista do intercâmbio comercial: que dificuldades estaria tendo o Brasil para expandir mais as suas importações em relação à Botsuana, já que as exportações vêm tendo um desenvolvimento bastante significativo? Mas será que, até para o bom desempenho do comércio exterior brasileiro com Botsuana, não seria importante nós termos uma situação de maior equilíbrio porque parece que está com desequilíbrio bastante significativo e isso – acredito – poderá gerar alguma atitude que poderia ser de bem mais boa vontade por parte das autoridades de Botsuana se tivermos um incremento de nossas importações.

Por outro lado, o senhor esteve na Namíbia por um bom tempo, justamente ali, na Namíbia, em 2009, durante o seu último ano como Embaixador, quando se iniciou na Namíbia, vizinha à Botsuana, uma experiência pioneira da proposta da Renda Básica de Cidadania, numa vila de apenas mil habitantes, em Otivero, a cem quilômetros da capital, em Windhoek.

Acredito que essa experiência tenha repercussão nos países do sul da África, inclusive em Botsuana, onde estive em fevereiro do ano passado. O senhor mencionou que conhece o Bispo Zephaniah Kameeta, entusiasta dessa proposição, que, acredito, poderá acompanhá-la de perto. E eu gostaria de me colocar à disposição, porque tenho grande interesse de acompanhar os resultados dessa experiência.

A ambos agora encaminho o livro da Renda de Cidadania, bem como as cartilhas em inglês e português que o Ziraldo produziu a respeito desse tema.

Meus cumprimentos a ambos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL)

– Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy.

Passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque.

Em seguida, à S. Ex^a, o Senador Sérgio Souza.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Senador Collor, não tenho perguntas a fazer, mas não posso deixar de manifestar a minha satisfação, ao ler os currículos dos nossos Embaixadores, do nosso Embaixador e da nossa Embaixadora, de mais uma vez constatar como o Brasil tem tido um serviço diplomático que nos orgulha, que consegue levar para o mundo inteiro o melhor que temos aqui. Então, fico muito feliz de ter os dois nomes como nossos Embaixadores.

Ao mesmo tempo, manifesto a minha satisfação com a política externa brasileira, há alguns anos, de ampliar o número de embaixadas pelo mundo. Um país no exterior se mede pela quantidade de embaixadas que levam o nome do país. Aqui já ouvi muita gente dizer: para que ter embaixadas em países pequenos? Nas Nações Unidas, não há país pequeno e grande, embora ainda tenha, o que considero obsoleto, o número de membros permanentes do Conselho de Segurança.

Uma das raras discordâncias que tenho com a nossa política externa é essa briga, que acho quase insensata, por uma cadeira permanente no Conselho de Segurança. Em vez de lutarmos por uma posição permanente no Conselho de Segurança, acho que poderíamos ter uma liderança moral muito forte lutando pela abolição de membros permanentes.

Alguns dizem que isso nunca vai acontecer, Presidente Collor, porque seria um quixotismo, um utopismo, mas deixaria uma bandeira ética forte do Brasil no seio de todas as outras nações que não fazem parte desse pequeno grupo. Mas o fundamental para o País estar presente no mundo é ter quem nos represente. Por isso, sou favorável a que tenhamos o maior número possível de embaixadas. O ideal é haver uma em cada país.

Alguns levantam o problema do custo. E, de fato, há um custo. Mas, quando a gente analisa o retorno

que esse custo permite, é muito maior o retorno do que o custo, até porque o custo de um Ministério das Relações Exteriores é muito menor do que o custo de quase todos os outros Ministérios. Prefiro colocar dinheiro em educação a colocá-lo nas relações exteriores, mas, na educação, precisaríamos de 20, 30 bilhões para dar um pequeno salto; nas relações exteriores, com 100, 200, 300 milhões, o Brasil amplia a sua presença de maneira substancial, como vem fazendo.

Então, meus cumprimentos aos dois, ao embaixador e à embaixadora, e meus cumprimentos à política do governo brasileiro, a partir do Governo Lula, de ampliar o número de embaixadas.

Lembro-me bem, Presidente Collor, de ter ido uma vez falar com o Presidente Fernando Henrique Cardoso – com quem não nego a minha excelente relação pessoal e meu respeito – para reclamar de que se estava fechando a embaixada na Tunísia. Eu dizia a ele: para quê fazer isso? Por causa de 100 mil, 200, 300 mil dólares por ano? Terminou fechando e tendo que ser reaberta, alguns anos depois, a um custo muito maior, pelo custo da reabertura.

Então, temos dois países que muitos poderiam dizer que não se justificaria. Eu creio que os dois justificam, plenamente, e terão uma grande embaixadora e um grande embaixador.

Parabéns aos senhores por representarem um país como o Brasil, e parabéns ao Brasil por termos representantes como vocês dois.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Cris-tovam Buarque.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Sr^a Embaixadora Susan Kleebank, Sr. Embaixador Márcio Araújo Lage, percebo que o Brasil tem para o mundo em uma importância que poucos percebem. Pergunto a V. Ex^{as}: qual a impressão que os países da Europa, da África têm do Brasil, do tamanho do Brasil? E qual o papel das embaixadas, inclusive, na formulação dessa opinião externa internacional com relação ao Brasil?

O Brasil, hoje, é a sexta maior economia do mundo, com uma estabilidade econômica que supera todos os países da zona do Euro, que supera a estabilidade econômica dos Estados Unidos e também do Japão; o Brasil goza de um prestígio. Mas eu gostaria de saber como é que o Brasil é visto pelos países europeus e, também, Sr^a Susan, pelos Estados Unidos – V. Ex^a, que, por algum tempo, passou pela embaixada em Washington –, porque percebo que, aqui na América do Sul, há um respeito e uma admiração pelo Brasil. Recentemente, estive na Bolívia, em um evento dos

Ministérios da Agricultura dos países do Mercosul, e percebi o quanto o Brasil é venerado naquele país, até mesmo pela importância e pelo tamanho.

Relatei aqui, recentemente, a formação de um fundo para a agricultura familiar, e lá percebi que 70% desse fundo é constituído com recursos brasileiros, porque ele representa o tamanho do PIB. Ou seja, o Brasil é 70% do PIB sul-americano, pelo menos dos países que compõem esse fundo.

Como é, então, o Brasil avaliado no mundo, no exterior, e qual é o papel das embaixadas na formulação dessa opinião?

No mais, desejo sucesso a ambos nas embaixadas e digo a vocês que sempre podem contar com esta Comissão e com os Senadores que a compõem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Sr. Senador Sérgio Souza.

Passo, agora, a palavra à Embaixadora Susan Kleebank, indicada para a República Eslovaca.

A SR^a SUSAN KLEEBANK – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vou seguir a ordem das perguntas e tentar responder o mais breve possível.

Com relação à pergunta da Senadora Ana Amélia, de como se poderia contemplar a turbulência no cenário europeu com a perspectiva de crescimento econômico e de aumento das vendas brasileiras para a Europa, acho que a maneira mais simples de dizer é que a receita do governo eslovaco anterior e a presente para a situação de crise é: controle do déficit fiscal associado ao crescimento econômico, que, por sua vez, provera sobretudo de investimentos externos a Eslováquia.

Controle fiscal significa redução dos gastos, adiamento das obras públicas e também aumento dos tributos. Aumento dos tributos não tanto da pessoa física, mas também das empresas que estão investindo no país. Não tanto o aumento substantivo, mas o aumento quantitativo, porque se tem a expectativa de que aumente a produção. Como aumentar a produção? Sobretudo com os investimentos externos, que estão se multiplicando.

Numa conjuntura de crise que foi a do ano passado, os investimentos externos na Eslováquia aumentaram mais 4,5%. Na última década, aumentou em 700%. Há mais de cem grandes empresas americanas investindo lá. A Volkswagen está tendo, na Eslováquia, que tem o tamanho da metade do Estado de Santa Catarina, a produção que atinge quase que a metade... A expectativa da Volkswagen na Eslováquia é ter uma produção que atinja em dois anos a metade

da produção no Brasil. Há investimentos da Kia e da Hyundai. A grande expectativa da Eslováquia é atrair e aumentar as fábricas de Kia e Hyundai sul-coreanas no território da Eslováquia, no curto prazo. Há grandes investimentos da Citroën, da Peugeot e da Plastic Omnium, que produz plástico justamente para a produção de veículos.

Ou seja, a estratégia é conjugar a crise com o aumento das exportações. E isso com outro elemento que é a transformação de Bratislava e da Eslováquia em um grande hub de alta tecnologia; associar a produção de veículos, que é o grande centro das exportações, com a alta tecnologia.

As grandes empresas do mundo inteiro na área de tecnologia estão investindo lá. Há investimentos da Microsoft, da HP, da Citrix System, da SAP; todas as grandes empresas mundiais estão investindo. E as empresas de automóveis estão também investindo nesses centros de tecnologia.

Eu fiz uma pesquisa por curiosidade. Por exemplo, a Volkswagen, em Bratislava, tem duas grandes empresas: uma fábrica em Bratislava e outra um pouco mais afastada. Associadas a essas duas fábricas, eles têm 32 centros de tecnologia, universidades e institutos de pesquisas que estão produzindo e têm projetos para aumentar a produção e o nível técnico da Volkswagen na Eslováquia.

Eu acho que isso, mais ou menos, pode tentar responder. E acho que o comércio é em duas vias. Se nós temos um saldo negativo é porque existe uma logística para esse comércio e a gente tem que explorar a maneira de aproveitar outras possibilidades de ação. E a Embaixada teria essa função básica, no caso, de participar das feiras internacionais, como comentei com o Senador Luiz Henrique em uma conversa a respeito. Existem grandes feiras internacionais em que ainda não estamos tendo uma participação ativa.

Em conversas preliminares com o Itamaraty, eu já fui autorizada a verificar. Consta da pauta de prioridades do Governo o aumento das exportações e há total apoio à participação do Brasil nessas feiras. Então, acho que o meu papel inicial será de, além de apoiar o exportador, tentar verificar em quais feiras cabe o Brasil participar e aperfeiçoar esse conhecimento recíproco.

Espero ter atendido à sua pergunta. Acho que essa também foi a terceira pergunta do Senador Suly, que foi resolvida.

Com relação aos comentários do Senador Luiz Henrique, que muito agradeço... Muito agradeço as suas sugestões e acho que o senhor é a pessoa que mais conhece de Eslováquia, em princípio, porque já foi lá tantas vezes e teve tanto contato. Eu só lhe agradeço

e pretendo utilizar as suas sugestões para aprimorar o conhecimento lá.

Como eu comentei há pouco, a questão de transformação de Bratislava em um grande centro de tecnologia é como o Senador comentou: a Eslováquia é uma nova Suíça na Europa Oriental. Mais do que uma Suíça, eu acho que é um Vale do Silício, porque o número de empresas de alta tecnologia que estão investindo lá no momento é impressionante.

Agora com relação às perguntas do Senador Suly. O que fazer para promover o comércio bilateral? É a pergunta número um. Mais ou menos o que eu havia mencionado, que seria os contatos com agência eslovaca de promoção de comércio e turismo, que também é outro ponto a explorar, ainda estamos muito defasados; exploração da associação luso-brasileira de comércio, manter conversas e verificar a possibilidade de aprimorar o conhecimento recíproco e o intercâmbio, com base nessas duas instituições, Sario(?) e essa associação de comércio; e explorar novos nichos, por exemplo, Eslováquia importa móveis, importa vestuário, importa calçados.

Nós também exportamos esses três tipos de produtos, só que não estamos exportando para lá. Existem feiras internacionais para esses três tipos de produtos, grandes feiras. Então um passo inicial, seria uma coisa muito pequena, seria um começo, seria tentar verificar como participar dessas feiras e colocar os nossos exportadores nessas três áreas em contato com os exportadores eslovacos, para explorar essa possibilidade.

Com relação à Embraco, Senador, eu mencionei que havia dois mil funcionários e o senhor perguntou quantos seriam brasileiros. Eu confesso que foi a primeira pergunta que eu fiz quando estive com o embaixador da Eslováquia aqui. Ele disse que são brasileiros que estão na direção, mas eu creio que o Senador Luiz Henrique tem informações mais atualizadas sobre números de brasileiros lá. Em princípio, seriam quantos?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) –

No começo havia muitos trabalhadores brasileiros de Joinville e também muitos trabalhadores eslovacos em Joinville aprendendo. Hoje eles praticamente nacionalizaram tudo, a produção e a mão de obra. Deve haver lá um ou outro diretor, gerente, engenheiro, mas os eslovacos é que produzem o produto compressor feito lá.

A SRª SUSAN KLEEBANK – Exato! Foi basicamente isso que o embaixador Hitka mencionou a mim também.

Com relação à responsabilidade social corporativa, a Embraco foi a empresa que recebe o prêmio nacional ano passado na Eslováquia justamente por essa responsabilidade social corporativa. Embora de

brasileiros seja basicamente a direção e a organização da empresa, eles primam pela segurança do trabalho, por educação para os filhos, para as famílias dos operários, seguro-saúde, previdência social e condições de trabalho que parecem que são impecáveis. Toda a cidade vive em função da Embraco e todos se orgulham de fazer parte da comunidade Embraco. Isso é um orgulho para nós também. Na área de investimentos, se o senhor for fazer pesquisa sobre investimentos externos, a Embraco aparece como um dos grandes investidores externos, por qualidade de investimentos no país. Essa foi a segunda pergunta.

A terceira pergunta, com relação à questão do déficit fiscal, crescimento econômico e perspectiva de aumentos de importações, são os comentários que já fiz para a Senadora Ana Amélia. Só esqueci de mencionar que há uma expectativa de que as importações, mesmo na conjuntura relativa à depressão, vão subir em 5% este ano, ou seja, há uma expectativa de venda ainda grande.

Com relação aos comentários do Senador Cristovam Buarque, que já se retirou, sobre a importância de abertura de novas embaixadas em novos países, efetivamente, a Eslováquia, repito uma coisa que mencionei em minha apresentação, tem a sua importância própria, mas também tem sua importância como parte, membro da União Europeia, do Grupo de Visegrád e como motor para valorizar essas parcerias alternativas, que é o que o Brasil valoriza na política externa, como parte do Brics e do G-20. O Chanceler eslovaco Miroslav Lajcak mencionou, na despedida do embaixador Sardenberg, que se aposentou semana passada, que a linha forte da política externa deles será justamente promover essas parcerias alternativas.

Agora, o Senador Sérgio Souza. O senhor mencionou qual a impressão que a Eslováquia teria do Brasil e o que imaginam de países como o nosso. Eu acho que, na área eleitoral, eu tive um exemplo que foi típico e altamente representativo disso. O Brasil é um *global player*, tem uma nova posição, também é um país que tem seu peso próprio, uma população enorme, um tamanho continental e recursos fantásticos e um nível de desenvolvimento altíssimo – 6ª economia do mundo – e também tem essa posição como país membro de vários agrupamentos regionais, as parcerias alternativas.

Na prática, o exemplo prático, o exemplo real que gostaria de dar foi o seguinte: os países da CPLP da África têm grande interesse na nossa tecnologia eleitoral. O êxito das eleições no Brasil, a inexistência de fraude, a rapidez na apuração de cerca de 138 milhões de votos em questão de um minuto e quatro segundos são coisas magníficas e não há igual.

A União Europeia tem recursos para financiar a democracia na CPLP, mas são considerados metrópoles os países da União Europeia. Como associar os recursos com a demanda, aí entra o Brasil.

Então, o que aconteceu? Em 2010, a Ministra Carmen Lúcia, a atual Presidente do Tribunal Eleitoral, esteve na qualidade de vice-presidente no Conselho da Europa e assinou uma carta onde manifestava o interesse em colaborar com a União Europeia em projetos pró-democracia que viessem a ser financiados pela Europa na África.

No ano seguinte, o que o TSE fez? Não apenas convidou os países da CPLP para participarem da missão de observadores eleitorais aqui no Brasil nas eleições de 2010, como também assinou um convênio com o PNUD, que é o órgão que operacionaliza a cooperação da União Europeia com os países da África para promover atividades na área de eleições na África. Não só ensinar como fazer legislação. Ensinar não, mostrar o nosso exemplo de como fazer uma legislação eleitoral, como tratar de financiamento de partidos políticos, como tratar de registro eleitoral, como construir uma urna eletrônica.

Ou seja, o TSE agiu em várias... a CPLP tinha demanda, a Europa tinha os recursos e o Brasil entra como quem vai viabilizar isso, dando o nosso conhecimento e juntando as duas coisas.

Não sei se o exemplo foi claro, mas estou à disposição, porque é um mundo tão grande, com tantas nuances e tantas coisas importantes e uma coisa muito significativa que o Ministro Lewandowski sempre disse e que foi o parâmetro da cooperação externa: nós estamos dispostos a cooperar com relação ao nosso processo eleitoral como um todo e com relação a seus aspectos específicos, tudo depende da resposta que vamos dar a demanda que nos vier. E nós não vamos construir ou dar uma urna eletrônica de presente, nós vamos mostrar com fazemos e cada país, em razão da sensibilidade do assunto, trata do tema internamente como achar melhor.

Seria isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a Embaixadora Susan Kleebank, indicada para a República Eslovaca.

Pergunto às Sr^{as} e Srs. Senadores...

Pela ordem, S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Complementar a pergunta que fiz ao Embaixador Márcio Lage. Quando me referi ao aquífero subterrâneo na África, o nobre Senador Eduardo Suplicy, como um grande São Tomé desta Comissão, foi atrás desses dados.

V. Ex^a se lembra que quando o Senador pelo Estado do Amapá Randolfe Rodrigues disse que o Brasil tem a mais extensa fronteira com a França, a Guiana, o Senador Suplicy também foi ao computador para checar e era realmente.

Veja o que diz aqui a matéria que foi buscada no computador do Senador Suplicy, pelo assessor Marcelo Zero. Não é zero, é Marcelo Dez:

“No mais completo mapa já feito da escala e distribuição da água existente embaixo do deserto do Saara e em outras partes da África, os especialistas dizem que esses reservatórios subterrâneos poderiam fornecer água suficiente para o consumo e agricultura em todo o continente africano.

O trabalho publicado na revista científica *Environmental Research Letters* diz, ainda, que muitos dos antigos aquíferos africanos foram preenchidos, pela última vez, cinco mil anos atrás.

Estima-se que mais de 300 milhões de pessoas na África não tenham acesso a água potável e a demanda deve aumentar consideravelmente nas próximas décadas, devido ao crescimento populacional e à necessidade de irrigação para plantações.

Rios e lagos estão sujeitos a enchentes e secas sazonais que podem limitar a disponibilidade de água. Atualmente, apenas 5% das terras cultiváveis africanas são irrigadas, e mostra, no mapa, que a produtividade aquífera muito alta, acima de 20 litros, é existente na área onde está Botsuana. Também alta, entre cinco e 20 litros por segundo, também naquela região.

De modo que talvez esta seja uma grande alternativa para novas políticas de desenvolvimento no continente africano: buscar a água para a agricultura e para o desenvolvimento daquela região.

Obrigado, Senador Suplicy.

Obrigado, Marcelo Mill.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Luiz Henrique.

Passo, agora, a palavra ao Embaixador Márcio Araujo Lage, indicado para a República de Botsuana.

O SR. MÁRCIO ARAUJO LAGE – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador, o senhor tem toda razão: Botsuana, como o senhor sabe, a maior parte do país é o grande deserto do Kalahari. Ao mesmo tempo, tem o delta do Okavango, que é... Normalmente, os deltas dos rios vão para o litoral, para as praias, mas ele vai para o interior do país, numa certa época do ano, na época das chuvas.

Existem projetos de irrigação na parte leste e norte, com a fronteira com o Zimbábue. No rio Chobe

existe um grande projeto de irrigação, onde empresas e a própria tecnologia brasileira poderiam ser utilizadas.

Realmente, eu não sei se haveria esse aquífero como... Agradeço muito a sua informação, mas não sei se haveria, já, perfurações do lençol freático nessas localidades. No resto do país existem, exatamente pela falta de água, e são grandes problemas ambientais de Botsuana a seca e a desertificação. Essas perfurações, às vezes, provocam erosão e acabam piorando a desertificação.

Lá na Namíbia, eu visitei quase o país todo e havia grandes leitos de rios secos, porque a água... Chove apenas no período do verão, dois meses por ano, e o resto é seca total.

Então, eu acredito que poderá haver...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O senhor imaginou... Há projetos, o senhor constatou projetos de captação da água da chuva, captação e reserva da água da chuva?

O SR. MÁRCIO ARAUJO LAGE – Há um memorando de entendimento. Em agosto do ano passado, veio um ministro da Presidência aqui ao Brasil e assinou um acordo para combate à fome e à pobreza com o Ministério do Desenvolvimento Social.

Nesse projeto, há, também, a criação de grandes cisternas de água da chuva, como se faz aqui, no Brasil. Uma das ideias é desenvolver lá isso, usando a água da captação da chuva em grandes cisternas também.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Obrigado.

O SR. MÁRCIO ARAUJO LAGE – Muito obrigado.

O intercâmbio comercial, Senador Suplicy, é muito pequeno, não só porque a população do país é muito pequena – Botsuana tem apenas dois milhões de habitantes –, mas principalmente porque Botsuana, Namíbia, Suazilândia e África do Sul têm uma união aduaneira. Então, no ano passado, o Brasil exportou para a África do Sul US\$1,6 bilhão e importou US\$911 milhões. Muitos desses produtos brasileiros são exportados para a África do Sul, mas depois são levados para os países da união aduaneira.

Por isso a nossa pauta é muito pequena. As nossas exportações foram pequenas no ano passado e as importações deles inexistentes. Mas sempre há uma possibilidade... Tem havido nas feiras. Há uma grande feira anual em Gaborone onde a participação brasileira é feita por representantes de produtos brasileiros da África do Sul. É muito recente. Ainda não existe uma presença muito grande de importadores devido à falta de mercado no país.

Senador Sérgio Souza, a questão da visão dos africanos em relação ao Brasil. Eles veem o Brasil com grande respeito e com grande possibilidade de

cooperação em todas as áreas. Pelo nosso nível de tecnologia, nossos produtos e informações, podemos dar treinamento num nível que talvez os europeus já tenham superado. Então, todos esses acordos, esses ajustes, tanto com a Embrapa quanto com outros organismos, são feitos de forma a dar mais treinamento. Eles vêm ao Brasil ver coisas aqui que possam ser implementadas lá, e aí funciona muito com grande alegria e com grande expectativa de ajuda do Brasil.

A nossa embaixada lá é muito nova, é uma embaixada muito pequena. Normalmente, as embaixadas brasileiras na África são muito pequenas. Enfim, sempre se busca nessa área de cooperação, que é a área mais importante do relacionamento em geral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não havendo mais perguntas, declaro aberto o processo de votação para os itens 1, 2 e 3 da pauta.

De acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado, a reunião da Comissão será transformada, a partir deste momento, em secreta. E peço aos que aqui estão que fiquem por alguns minutos fora. Creio que não vai demorar. Depois os convidarei para que voltem, quando já teremos feito a contagem dos votos. Obviamente, isso não vale para o Deputado Reguffe, que nos honra com a sua presença.

(Transformada em secreta às 11 horas e 57 minutos, a reunião volta a ser pública às 11 horas e 59 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Comunico a todos a aprovação dos nomes do Embaixador Márcio Araujo Lage, para a República de Botsuana e da Embaixadora Susan Kleebank, para a República Eslovaca. Os dois receberam a totalidade dos votos dos Senadores: quatorze.

Quero agradecer a presença de ambos, parabenizá-los e desejar um bom trabalho.

Dando continuidade, vamos analisar o próximo item.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 8, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para

exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua.

O Relator é o Senador Anibal Diniz, mas eu peço ao Senador Aloysio Nunes, que faça a leitura do relatório, como *Relator ad hoc*.

Concedo a palavra o Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o Senado é chamado a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. Luiz Felipe Mendonça Filho — Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores — para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo ao preceito regimental [art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF)], elaborou currículo do diplomata indicado, bem como análise de conjuntura do país a que se destina. Dos documentos encaminhados, extraímos, para este Relatório, as informações que seguem.

Nascido no Rio de Janeiro em 31 de janeiro de 1949, o indicado é filho de Luiz Felipe Julien Mendonça e Carmen Lima Mendonça. Em 1971, graduou-se em Ciências Jurídicas pela então Universidade do Estado da Guanabara.

Ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro-Secretário em 1974. Tornou-se Conselheiro, em 1988, e Ministro de Segunda Classe, em 2001. Em todas as ocasiões, por merecimento. Em 2009, tornou-se Ministro de Primeira Classe, tendo entrado para o Quadro Especial em 2011.

Na Chancelaria, exerceu, entre outras, as seguintes funções: Assistente da Divisão de América Central e Setentrional, 1983; Assistente da Divisão de América Meridional-I, 1984; Vice-Diretor e Coordenador de Ensino do Instituto Rio Branco, 2003.

No exterior, desempenhou, entre outros, os cargos de Primeiro-Secretário da Embaixada em Buenos Aires, 1979; Conselheiro na Delegação junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), 1991; Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Miami, 2004; Embaixador em São Salvador, desde 2008.

Foi agraciado com: a Ordem do Infante, Portugal, no grau de Cavaleiro, 1976; a Ordem do Mérito, Áustria, também no grau de Cavaleiro, 1980; Ordem do Mérito, Chile, no grau de Comendador, 1999.

No tocante ao relacionamento bilateral, o informe preparado pelo Itamaraty, anexo à mensagem presidencial, proporciona as informações seguintes.

Considerado “tradicionalmente cordial, o relacionamento Brasil-Nicarágua apresentou esboço de aproximação na década de 1980, por meio da atuação brasileira no Grupo de Apoio a Contadora, no contexto dos esforços pela promoção da paz na América Central. Nas décadas seguintes, alguns gestos marcaram a intenção brasileira de estreitar o relacionamento com a Nicarágua, como a assistência emergencial prestada pelo Brasil após a devastação causada pela passagem do furacão Mitch, em outubro de 1998, e o perdão, em 2002, da dívida nicaraguense com o Brasil, no montante aproximado de US\$ 138 milhões.”

As relações bilaterais beneficiaram-se, continua o relatório do Itamaraty, das iniciativas de aproximação do Brasil com a América Central – a exemplo da participação do Brasil como observador do Sistema de Integração Centro-Americana (Sica), das negociações para adesão ao Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE) e das negociações para estabelecimento de acordo Mercosul-Sica.

No que concerne a visitas de alto nível, o documento da chancelaria informa que, ao longo do século XX, três Presidentes nicaraguenses visitaram oficialmente o Brasil: Anastasio Somoza (1953), Daniel Ortega (1986) e Violeta Chamorro (1992). Na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ocorreram dois encontros bilaterais com o Presidente Amoldo Alemán: em 2000, em São José da Costa Rica, e em 2002, no Panamá.

Por ocasião da visita do então Presidente Lula a Manágua, em 2007, os dois Presidentes assinaram acordos nas áreas de energia, saúde, educação, transportes, turismo, desenvolvimento social e desenvolvimento agrário. Logo em seguida, missão técnica do Ministério de Minas e Energia (MME) visitou a Nicarágua para tratar de temas relativos a projetos hidrelétricos no país e de intercâmbio técnico no setor de energia. A essa se seguiram várias outras visitas de membros do primeiro escalão do Poder Executivo federal, com a respectiva reciprocidade nicaraguense. Em 28 de julho de 2010, o Presidente Ortega realizou sua terceira viagem ao Brasil – mas a primeira visita bilateral oficial de seu mandato atual –, evidenciando o bom momento atual das relações bilaterais.

A cooperação tem sido proveitosa, por exemplo, nas áreas educacional e de ciência e tecnologia. Desde a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, firmado em 2 de fevereiro de 2006, o Programa de Cooperação Técnica entre os dois países vem apresentando exitosos resultados.

Destacam-se, ainda, projetos nas áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento socioeconômico da Nicarágua: agricultura, saúde, segurança pública, turismo e meio ambiente.

Em setembro de 2010, Missão Multidisciplinar enviada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) visitou Manágua, com objetivo de avaliar e ampliar o Programa de Cooperação Técnica. Durante a visita foram elaborados seis novos projetos nas áreas de meio ambiente, energia e agricultura.

Em termos de comércio bilateral, este vem demonstrando recuperação após a crise financeira internacional. O fluxo de comércio acumulado entre janeiro e agosto de 2011, US\$ 77,708 milhões, excede em 104% o valor equivalente ao mesmo período de 2010. Ademais, em 2010, o fluxo de comércio já havia apresentado crescimento de 102% em relação ao ano anterior. Apesar do crescimento expressivo, o comércio bilateral continua bastante modesto.

A balança comercial bilateral é, tradicionalmente, bastante favorável ao Brasil. Note-se que, até 2006, as importações brasileiras de produtos nicaraguenses eram pouco significativas. Essa situação alterou-se a partir de 2007, quando o Brasil passou a comprar, sobretudo, itens de vestuário e acessórios, fumo, caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos e alumínio. Ainda assim, as exportações da Nicarágua ao Brasil não chegaram a US\$ 250 mil em 2010, contra US\$ 67,893 milhões em exportações brasileiras àquele país.

No setor industrial, merece destaque a instalação, na Nicarágua, de unidade da calçadista gaúcha Schmidt Irmãos, que implantou unidade para produção de calçados femininos para exportação, sob o nome de SCA Footware. O investimento inicial foi da ordem de US\$ 86 milhões. O êxito do empreendimento pode ser constatado por seus números: em fevereiro de 2011, a empresa contava com 90 técnicos brasileiros e empregava 3.200 operários locais, o que a transforma num dos principais empregadores do país.

Desde julho de 2010, o número de linhas de produção dobrou, com a fabricação de entre 10 e 12 mil pares de calçados ao dia, destinados tanto ao mercado estadunidense quanto à União Europeia, em particular a Itália.

Ante o exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Senador Aloysio a leitura feita e coloco em discussão.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do § 2º, art. 3º, do Ato nº 01, de 2011, desta Comissão.

O assunto, portanto, irá à votação em outra sessão.

Agora, eu vou para o Item 4, não terminativo.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 15, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, e, cumulativamente, junto à República da Islândia.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Paulo Bauer, que não pôde estar presente e avisou esta Comissão.

Eu solicito que o Senador Sérgio Souza nos faça o favor de ser o Relator do relatório do Senador Paulo Bauer.

Com a palavra, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente Cristovam Buarque.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente – e deliberar por voto secreto – sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. Flávio Helmold Macieira, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega e, cumulativamente, junto à República da Islândia.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo do diplomata indicado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem.

Nascido em Niterói/RJ, em 17 de junho de 1952, filho de Anselmo Nogueira Macieira e Yeda Helmold Macieira, o indicado ingressou na carreira diplomática no cargo de Terceiro Secretário em 1977.

Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense em 1975. Concluiu o Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco, em 1998, com a defesa da tese intitulada “O Brasil e o MTCR. Outubro de 1995 a Janeiro de 1998: a fase inicial da participação brasileira no regime. Observações e perspectivas”.

O diplomata tornou-se Conselheiro em 1993; Ministro de Segunda Classe em 1999. Em 2007, foi promovido a Ministro de Primeira Classe.

Entre as funções desempenhadas, destacam-se as de Segundo e Primeiro Secretário na Embaixada em Bagdá, de 1986 a 1989; Subchefe e Chefe, substituto, da Divisão de Comércio Internacional, de 1989 a 1991; Assessor da Divisão das Nações Unidas, de 1992 a 1994; Conselheiro na Embaixada em Paris, de 1994 a 1998; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Dublin, de 1998 a 2003; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Berna, de 2003 a 2006; Embaixador em Manágua, desde 2008.

Para a avaliação das relações bilaterais entre o Brasil e o Reino da Noruega e entre o Brasil e a República da Islândia, levamos em consideração o dossiê elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, anexado à mensagem presidencial.

Extraímos do documento as informações que seguem.

O relacionamento bilateral é de grande cordialidade e caracterizado por uma agenda positiva. A intensificação, em tempos mais contemporâneos, dos contatos de alto nível no plano governamental dá notícia da relevância das relações entre os dois países.

Nesse contexto, importa mencionar as visitas de Estado do Rei Harald V, em 2003, ao Brasil, e do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Noruega, em 2007. Na sequência, o Primeiro Ministro Jens Stoltenberg esteve em nosso País, em 2008.

De tudo, resultou a aprovação pelo Parlamento norueguês da chamada estratégia Brasil. Esse documento formaliza a decisão daquele país de dar prioridades ao Brasil no campo de sua política externa. Da estratégia afloram quatro áreas temáticas principais: cooperação na área de negócios, comércio e investimento; clima, meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desafios globais, direitos humanos, saúde global e governança global e, por fim, cooperação nas áreas de conhecimento e do desenvolvimento social.

Na esfera financeiro-comercial, vale destacar que a Noruega foi o sétimo maior investidor estrangeiro no país em 2010. Os aportes priorizam o setor de energia, de construção naval e equipamentos *offshore* de alumínio, de papel e celulose. Somos os mais importantes parceiros comerciais daquele país na América Latina.

O intercâmbio bilateral atingiu, nos primeiros nove meses de 2011, a cifra de US\$1,3 bilhão. Exportamos, fundamentalmente, alumina calcinada, soja, café e manganês. Temos cinco acordos bilaterais em vigor, e a comunidade de brasileiros é calculada em 5,5 mil indivíduos.

Em relação à República Islândia, o tratado bilateral é mais tímido. Ele é reflexo das distâncias, mas sobretudo dos contextos geopolíticos a que estamos vinculados. Inexiste embaixada residente nos respectivos territórios. De todo modo, a Islândia representa o maior crescimento das exportações brasileiras para mercados não tradicionais; do patamar de US\$1,7 milhão em 2007, passamos para US\$264,7 milhões, em 2010. Exportamos, principalmente, alumina. Temos em vigor três tratados bilaterais e a comunidade brasileira é estimada em 104 indivíduos.

Diante do exposto, Sr. Presidente, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais sendo aduzido no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedido o vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão.

Temos ainda alguns itens mais simples desta pauta.

O item 6 é um requerimento da Senadora Vanessa Grazziotin.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em conjunto com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, destinada a debater os objetivos, o alcance e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, com as presenças das seguintes autoridades:

a) Embaixador Alejandro A. Gordilho – Secretário-Geral da OTCA;

b) Ministro Clemente Baena Soares – Diretor do Departamento da América do Sul II do Ministério das Relações Exteriores e representante da República Federativa do Brasil na OTCA;

c) Embaixador do Equador do Brasil Horácio Sevilla Borja – Presidente da Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica (CCOOR);

d) Embaixador Antônio José Ferreira Simões.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Portanto, quatro indicações para essa audiência. Está em discussão o requerimento.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Bem, chegou a Senadora Vanessa. Eu ia me candidatar a subscrever este requerimento, tendo em vista que é uma audiência pública conjunta com a Comissão de Mudanças Climáticas da qual eu sou o relator, tendo lá como Vice-Presidente a Senadora Vanessa. Mas já que S. Exª se encontra presente...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Senadora Vanessa, fico satisfeito e quero parabenizá-la pelo requerimento. Acho que essa pode ser uma grande audiência de repercussão muito além da Amazônia, da região Amazônica e do Brasil. Essa é uma audiência que pode ter uma repercussão além das nossas fronteiras.

A senhora quer fazer uso da palavra, como autora do requerimento?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu gostaria. Primeiro para solicitar que o Senador Sérgio subscrevesse o requerimento, assim como os demais Senadores que aqui estão.

E se V. Exª me permite, Senador, essa audiência que deveremos fazer em conjunto com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas é uma preparação para um evento. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas estão preparando – eu corri para chegar aqui – um evento que ocorrerá durante a Rio+20.

Nós estamos em contato com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e vamos promover um debate, uma mesa, durante a Rio+20, com ministros de alguns outros países, para fortalecer essa cooperação entre os oito países amazônicos. Então, já está confirmado.

E eu penso, Senador, que um dos momentos importantes da Rio+20 será o anúncio, pelo Governo Federal, da efetivação de uma decisão já adotada, uma ação de Governo, que é o compartilhamento do monitoramento da floresta amazônica entre os oito países.

Nós temos o Fundo Amazônia, um fundo nacional que conta com aporte de um bilhão, do Governo Norueguês; e um aporte importante da Petrobras e de outras empresas. E a lei que nós aprovamos, Srs. Senadores e Senadora Ana Amélia, permite que até 20% desses recursos sejam utilizados para a proteção do Bioma Amazônico em todos os países.

Na última Conferência do Clima que aconteceu, o Brasil anunciou que estaria compartilhando o monitoramento das florestas, que é feito por satélite, com os dados trabalhados pelo Inpe. A OTCA, de lá para cá, trabalhou em conjunto com o Ministério do Meio

Ambiente e elaborou o projeto, que já está pronto para que essa ação seja efetivada e, atualmente, está no BNDES, para aprovação, porque é o banco que gera e coordena o Fundo Amazônico. Então, a nossa ideia é fazer esse debate inicial. Eles farão essa explanação aqui e, em seguida, faríamos uma reunião na Rio+20.

Depois dessa mesa, Senador Cristovam, – por isso eu convido todos os senhores – estamos querendo realizar uma reunião de trabalho com Parlamentares: Senadores e Deputados dos países amazônicos. Além de nós, do Brasil, convidaremos Colômbia, Venezuela, Bolívia, Suriname, para fazer uma reunião de trabalho com Parlamentares desses outros países, no sentido de debatermos sobre que forma e ações deveríamos empreender, na busca maior dessa integração entre todos os países da região.

Então, eu quem agradeço as observações que V. Ex^a faz, Senador Cristovam. Mesmo o senhor sendo aqui do Centro-Oeste e a Senadora Ana Amélia do Rio Grande do Sul, estamos tratando do maior bioma do Planeta; da maior reserva biológica natural do Planeta. E não temos de nos preocupar apenas com os 60% que estão em território nacional, mas também com as outras áreas da Amazônia que estão em outros países.

Então, agradeço as observações de V. Ex^a e sei que o senhor é um grande lutador por isso.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Realmente, tenho acompanhado toda organização ao longo desse tempo, porque a Amazônia de fato é a maior reserva que ainda sobrevive.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, está em votação o requerimento.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Está aprovado.

Tenho, agora, o último item, que é o Requerimento nº21, de 2012, de autoria do Senador Roberto Requião.

REQUERIMENTO Nº21, DE 2012

Requeiro, nos termos do art. 93, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa de Audiência Pública nesta Comissão, aprovada pelo Requerimento nº 23, de 2011-CRE, para o Anteprojeto de Proposta de Emenda à Constituição nº, de 2011, de minha autoria, que “acrescenta inciso e parágrafo único ao art. 49 e inciso ao art. 84 da Constituição Federal, para prever participação do Congresso Nacional nas negociações de atos, acordos, convênios e tratados que versem sobre matéria de comércio internacional”.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

Se eu não estou equivocada de memória, a solicitação dessa audiência pública foi de minha autoria, embora os motivos pelos quais eu tivesse requerido se justificassem pela discussão, porque afinal, discutir acordos, tratados e todas essas questões têm relevância. Então, eu queria lembrar aos Senadores essas matérias de relevância para a questão relacionada aos tais acordos que envolvem os tratados internacionais.

Teríamos que discutir a minha ideia com especialistas na área da política externa para verificar qual seria o melhor caminho, porque aí está em jogo a tentativa do Senador Requião, que foi de criar a ideia de um *fast track* nessas questões relacionadas a esses acordos. Mas é mais uma questão da própria Casa para agilizar esses acordos do que propriamente se ter uma posição em relação a essas matérias.

Então, eu deixo também a discussão, porque não é algo tão simples quanto parece.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu, pela Mesa, Senadora, gostaria de tomar a seguinte decisão, mas quero antes consultá-la: Voltar a esse item, com a presença do Senador Requião, para discutirmos qual posição seria melhor.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Penso que essa seria a forma mais democrática e também respeitosa até com o autor, que é o respeitável Senador Roberto Requião. Concordo plenamente com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Está bom. Então, é como se eu tivesse dado vistas e adiado. Não é vistas porque não precisa mudar nada; foi apenas adiado.

Bem, antes de encerramos a presente reunião e agradecermos a presença de todas as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores, eu convoco a nossa próxima reunião, a ser realizada segunda-feira, dia 7 de maio, às 18 horas, neste plenário, dando continuidade à série de audiências públicas Rumos da Política Externa Brasileira, com a apresentação do terceiro painel: Diplomacia do Futuro, Perspectivas, do 5º Ciclo de Audiências Públicas sobre a Política Externa Brasileira, que terão os seguintes convidados: Embaixador Ruy Nogueira, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores; Ministro Francisco Rezek, ex-Juiz da Corte Internacional de Justiça de Aia, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-Ministro das Relações Exteriores; Professor José Flávio Sombra Saraiva, da Universidade de Brasília; e Professor Lier Pires Ferreira, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, IUPERJ.

Eu gostaria de sugerir a todos os Senadores que tiverem possibilidade que venham a essas reuniões.

Do meu dia a dia aqui no Senado, uma das coisas mais gratificantes tem sido essas reuniões que o Senador Collor faz às segundas-feiras, à noite. É um momento não só de nos comportarmos como Senadores e políticos, mas também como alunos de pessoas que aqui vêm para dar suas posições sobre a política externa brasileira.

Eu sugiro que o máximo de Senadores e Senadoras que puderem, compareçam.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE MAIO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia sete de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presente o Senhor Senador **Cristovam Buarque**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e realiza a leitura de comunicados. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer sua exposição o Embaixador **Ruy Nunes Pinto Nogueira**, Secretário-Geral das Relações Exteriores (MRE); o Doutor **Francisco Rezek**, Ex-Juiz da Corte Internacional de Haia, Ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), e Ex-Ministro do Ministério das Relações Exteriores (MRE); o Professor Doutor **Lier**

Pires Ferreira, Professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ); e o Professor Doutor **José Flávio Sombra Saraiva**, Professor da Universidade de Brasília (UnB). Faz uso da palavra o Senador **Cristovam Buarque**. Após a exposição final dos convidados, e não havendo nada mais a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e vinte e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicados: 5º Ciclo de audiências. Relato do segundo painel Avaliação e Prioridades da Política Externa Brasileira (audiência do dia 23 de abril de 2012).

Foi realizada a audiência pública do tema Avaliação e Prioridades da Política Externa Brasileira – acordos bilaterais; atuação em organizações internacionais; ingresso no Conselho de Segurança das Nações Unidas; parcerias e oportunidades; – Europa, Estados Unidos, China e Américas.

O primeiro expositor foi o Embaixador Roberto Abdenur, presidente executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial e ex-Embaixador do Brasil no Equador, China, Alemanha, Áustria e Estados Unidos.

Em sua avaliação, o Brasil dispõe, hoje, de muito mais poder, devido a sua evolução interna e a sua maior capacidade de projeção externa, conquistadas graças à democracia. Há uma sociedade civil vibrante. Há um quadro institucional evoluindo para melhor. Há um ambiente regulatório confiável, com o respeito aos contratos. Há a abertura da economia e a retomada do dinamismo, que revertem para o País maior confiabilidade e previsibilidade aos olhos de nossos parceiros.

Segundo o Embaixador, o Brasil é, hoje, um ator global. Mas é preciso avaliar a maneira como o País se projeta e se posiciona perante as grandes questões e no seio das organizações internacionais. Ele defende a necessidade de se abandonar a ideia ultrapassada de confrontação entre pobres e ricos e, também, a pretensão de nos colocarmos como campeões ou líderes dos pobres. “O Brasil emergente não pode orgulhar-se de estar a caminho de se tornar um das cinco maiores economias do mundo e, ao mesmo tempo, agir como um pobre em eterna indignação contra os ricos malvados”, afirmou o Embaixador. Apesar de reconhecer as contradições existentes entre o Brasil ou outras nações emergentes e os países ricos, cabe evitar,

em sua opinião, que a defesa de interesses do sul se faça à custa dos nossos interesses dos grandes mercados, pois não faz sentido comemorarmos o aumento de nossas vendas ao sul se isso se faz ao preço de negligência por mercados como os dos Estados Unidos, União Europeia ou Japão. Alega o Embaixador que não existe, a rigor, política externa de esquerda. Provou ser errônea a ideia de avanço na integração sul-americana pela via do apoio a regimes autoritários ditos de esquerda na região.

O Embaixador criticou episódios recentes da política externa brasileira, que registraram, no seu entender, a predominância de posturas ideológicas causadas por certa partidarização da política externa, em detrimento de sua concepção como política de Estado, além de um terceiro mundismo, com a pretensão de liderar um Terceiro Mundo que já não mais existe no mundo globalizado, de países emergentes e de países globais.

Essa nova realidade, no seu entender, deve conduzir à formulação de uma geometria variável – expressão por ele utilizada – para as alianças do Brasil no plano internacional.

Outro aspecto diz respeito ao que classifica como continuadas contradições e até confrontações entre pobres e ricos e elementos de voluntarismo por ele detectados na política externa brasileira. Ele acredita que é importante ter em mente a necessidade de se evitar temas e posturas que possam resultar prejudiciais aos nossos interesses.

O Embaixador viu com preocupação a proclamação de que a vocação do Brasil seria a de liderança do bloco dos países sul-americanos, o que, no seu ponto de vista, foi contraproducente e provocou resistências a presença do País na região.

O segundo expositor foi o Prof. Oliveiros Ferreira, doutor em Ciências Sociais e livre-docente em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, jornalista, escritor, ex-professor da Universidade de São Paulo e da Pontifícia Universidade de São Paulo e ex-diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*. Na sua avaliação, o pior que pode acontecer aos responsáveis pela condução de uma política exterior é confundir necessidades com virtudes, um deslize que leva que as necessidades do Estado sejam confundidas com suas supostas virtudes, aquelas que são alegadas pelo Governo. As necessidades do Estado, segundo explicou, são a tranquilidade das instituições internas, uma consequência de políticas voltadas para um desenvolvimento econômico capaz de integrar as grandes massas nos benefícios da civilização industrial, e a segurança do território, capazes de permitir um fluxo normal de comércio com outros Estados. Segundo o professor, a projeção internacional do Estado decorre da satisfação

dessas necessidades, e a percepção que a comunidade internacional tem da posição relativa de um Estado decorre sempre do poder.

Ele indagou se a aspiração brasileira de integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro Permanente, norte de nossa política externa, segundo ele, decorre das necessidades do Estado ou é apenas uma afirmação de virtude. Para ele, é inegável que a comunidade internacional tem a percepção de que o Brasil é, hoje, um Estado cuja opinião deve ser ouvida nas reuniões multilaterais, pelo fato de o País privilegiar tais foros, em detrimentos dos bilaterais. Ele sustenta, no entanto, que essa política apenas expressa a consciência de que o Brasil, sendo um Estado sem poder de intervir e projetar poder, teria reconhecida a sua capacidade de negociação nos foros multilaterais, o que permitiria que, sob a regra do consenso, tivesse sempre condições de fazer sua vontade ou de impedir que as resoluções contrariassem seus interesses nacionais. Essa era, na opinião do Professor, uma virtude que respondia, em parte, à necessidade de afirmação do País nos foros internacionais e, por esse motivo, foi e é celebrada, pois pôde produzir resultados antes do advento da globalização. Mas, hoje, ressaltou, é necessário pensar em termos globais.

Ele acredita que os governos brasileiros que pleitearam e pleiteiam um assento permanente no Conselho de Segurança não analisaram os ganhos e as perdas da ascensão a esse posto de relevância, ainda que relativa, por não prever o direito de veto. Essa mudança de *status* acarretará um aumento das responsabilidades do País perante a comunidade internacional, o que torna necessário, em sua opinião, verificar se o posto trará mais vantagens do que ônus.

Por outro lado, acredita o professor ser indispensável saber se o Brasil terá condições de convencer os demais membros permanentes, especialmente aqueles com poder de veto, da conveniência de suas políticas, que tendem a mudar a distribuição de poder no mundo sem que o País tenha, ainda, capacidade de intervir e de projetar poder.

Concluindo sua apresentação, o Prof. Oliveiros Ferreira afirmou que pertencer ao novo grupo Brics acrescenta tão somente *soft power* ao Brasil e, mais ainda, uma vez que confronta o indiscutível e poderoso *soft power* dos Estados Unidos, Europa, Rússia, Índia e China, sendo que os três últimos têm seus interesses nacionais próprios, muitas vezes não coincidentes com os do Brasil. Ele alertou para o fato de que a expectativa do aumento de *soft power* pode alimentar a vaidade daqueles que, no Brasil, praticam políticas virtuosas. No entanto, ele é de opinião que essas pessoas, antes de se iludirem com o significado desse

novo *status* diplomático, deveriam atentar para o fato de que a globalização faz do Brasil um *global trader*, ao mesmo tempo em que o mantém como província predileta para os rendimentos do capital financeiro global, colocando o País em difícil situação, à medida que, sem capacidade de intervir e de projetar poder, o Brasil poderá ver seu desenvolvimento econômico prejudicado na hipótese de uma crise global, mesmo que parcial, colocando em risco a tranquilidade de suas instituições.

Por sua vez, o Sr. Thomaz Zanotto, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), afirmou que hoje, em todos os países, há uma enorme preocupação com a criação de empregos, que o comércio exterior está cada vez mais ligado à política externa, sobretudo a partir de 2001, com o atentado às Torres Gêmeas em Nova Iorque, a entrada da China na Organização Mundial do Comércio e o lançamento das negociações multilaterais da Rodada Doha.

No primeiro caso, os Estados Unidos, imediatamente, desviaram as atenções de sua política externa para a chamada guerra ao terror. Com isto, a América Latina e o Brasil saíram do seu radar.

Por sua vez, a entrada da China na OMC catalisou uma revolução em termos de inclusão social. Quase 300 milhões de pessoas saíram da subsistência agrícola e migraram para as cidades, onde passaram a ser empregados fabris, enquanto o país passou a investir maciçamente nos setores industrial e de infraestrutura.

Nessa época recordou que o Brasil encontrava-se num bom momento econômico, iniciado com a abertura da economia no Governo Collor, com a estabilidade financeira, promovida pelo Governo Fernando Henrique Cardoso e mantida pelo Governo Lula, aliada à redistribuição de renda com a integração de 30 milhões de pessoas no mercado de consumo.

Na opinião do representante da Fiesp, a política externa do primeiro mandato do Presidente Lula foi marcada pela existência de vários interlocutores e por confundir política de estado com política de partido. Como exemplo, citou a decisão do governo em reconhecer, por decreto, a China como uma economia de mercado em 2004, uma decisão à qual a Fiesp se opôs por considerá-la açodada, uma vez que aquele país não tem até hoje uma economia de mercado.

Recordou o representante da Fiesp que, com a paralisação das negociações da Rodada Doha, em 2008, o Brasil ficou apenas com três acordos comerciais firmados com a Autoridade Palestina, com Israel e com o Egito, países que, apesar de importantes politicamente, em termos comerciais significam pouco.

Enquanto isso, observa-se no resto do mundo uma corrida por acordos comerciais como os Estados Unidos com a Ásia, e a União Europeia com a Índia. Por isso, a Fiesp considera fundamental a retomada pelo Brasil de acordos comerciais, sobretudo com a União Europeia e com os Estados Unidos, países que, apenas dos problemas que atravessam, são os principais mercados do mundo.

Ele avalia que a relação do Brasil com a China tem-se agravado porque o Governo brasileiro percebeu, após oito anos, que os chineses têm uma visão diferente da nossa sobre parceria estratégica. Eles acham lógico que a complementaridade está em comprar *commodities* do Brasil e vender nos produtos industriais, ponto de vista do qual discordamos, segundo o Dr. Zanotto.

A Fiesp vê, com satisfação, a retomada na política externa no Governo da Presidenta Dilma Rousseff do relacionamento com os Estados Unidos e a considera fundamental, devido ao potencial que a integração do continente americano representa em termos de agro-negócio e energia, entre outros setores.

O palestrante elogiou a ênfase dada pelo governo à inovação através do Programa Ciência sem Fronteiras, cuja abrangência transcende-se ao mandato, caracterizando-se numa política realmente de Estado, por ele considerado um divisor de águas.

Por fim, a Fiesp, segundo ele, apoia a aproximação com a África, o próximo polo para os investimentos e o agronegócio brasileiros.

Encerrando os debates, o Embaixador Luiz Felipe Lampreia, ex-Ministro das Relações Exteriores, considerou um equívoco da recente política externa brasileira proclamar sua liderança na América do Sul, pois liderança não se proclama, adquire-se. E quando se proclama de modo pretensioso provocam-se reações opostas ao desejado.

Os últimos anos, recordou o ex-Chanceler, têm registrado uma forte presença comercial e empresarial brasileira nos países vizinhos em setores vitais e, às vezes, politicamente sensíveis, como o do petróleo, o da mineração, da construção de rodovias, provocando, naturalmente, dilemas e interesses contrariados, como o verificado no episódio da nacionalização da Petrobras na Bolívia.

Por isso, em sua opinião, teremos de aprender a tratar questões como essa com uma reação firme, mas não prepotente; positiva, mas não arbitrária. Porém, não devemos ser lenientes nem adotar a política de oferecer a outra face a cada agravo, o que significaria, segundo afirmou, à abdicação de uma tarefa fundamental da diplomacia, que é a proteção dos interesses nacionais e das nossas empresas.

Ele lamentou a atual situação do Mercosul, muito aquém dos sonhos do início dos anos 90, devido à decisão da Argentina, que classificou de “infeliz” de se colocar na clandestinidade em relação às regras internacionais da OMC e do próprio Mercosul, violando compromissos internacionais e levando o Mercosul à UTI.

Quanto à aspiração brasileira por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, ele entende que, apesar de legítima e do fato de o Brasil ser o País que provavelmente terá mais facilidade em ser admitido, de nada adianta fazer campanha ou estratégia enquanto as potências do quadro permanente não decidiram abrir a porta da reforma do Conselho.

Ele acredita que este momento ainda não chegou, mas está convencido de que o Brasil é o País que menos resistência cria devido às suas credenciais de membro leal das Nações Unidas, pelos serviços internacionais prestados ao longo de muitas décadas, pelo seu forte compromisso com o multilateralismo e por ser um País que não tem razão para se sentir ameaçado e nem para ameaçar ninguém.

Quanto à inclusão do Brasil nos países Brics, o Embaixador Lampreia o considera um rótulo extremamente favorável. Um conceito criado por um banqueiro que representou para o Brasil o mesmo que ganhar, segundo ele, na loteria sem investir nem mesmo no bilhete premiado, incluindo-o numa coletividade extremamente forte e prestigiosa.

Ele vê no grupo uma excelente plataforma de inserção internacional do País e um instrumento de *soft power* de grande valor. Porém, ressaltou que se os Brics não são uma coalizão nem agentes de poder internacional capazes de fazer com que o Brasil, junto com China, Rússia, Índia e África do Sul tenham o poder de mudar o mundo, pois estas cinco Nações não possuem agendas nem prioridades comparáveis e, certamente, não pretendem delegar ou subordinar sua política externa a um denominador comum.

Ele classificou como muito positiva a decisão da Presidenta Dilma Rousseff de restabelecer a normalidade das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, que, em sua opinião, devem ser sem subordinação ou alinhamento negativo, sistemático à posição norte-americana e sem a demonização daquele país como força do mal no cenário internacional.

Porem, acredita que se os Estados Unidos ainda não reconhecem o Brasil como um País a altura, de que cada vez mais somos, ele é de opinião que o Brasil tem credenciais para ser incluído pelos Estados Unidos em esferas de discussão internacional, como o diálogo que vem sendo travado entre os cinco países do Conselho Permanente, mais a Alemanha com o Irã.

Os Estados Unidos, a seu ver, reconhecem a importância do Brasil na região e em áreas como a financeira, ambiental e comercial, mas não veem o Brasil como protagonista diplomático global.

Quanto ao fato de o Brasil ter atingido os *status* de potência emergente, lembrou o ex-Chanceler que esse *status* não é autoconferido, pois essa nova posição implica comportamento de certo padrão. Para ele, este padrão não pode sofrer – o que chamou – aberrações, como a ocorrida no governo passado, quando o então Presidente da República, em viagem de um dia ao Oriente Médio se ofereceu para mediar o conflito entre Israel e os Palestinos, assim como fez em uma viagem à Turquia com relação ao Irã. O que o Embaixador Lampreia considerou uma posição fora do padrão de um País, crescentemente relevante no cenário internacional.

Concluindo sua exposição, o ex-Chanceler lamentou que o rol de países com os quais o Brasil tem acordos comerciais se restringe a apenas três com peso diminuto no comércio internacional.

Atualmente, os acordos de livre comércio que vêm sendo feitos na Ásia-Pacífico, envolvendo os Estados Unidos, China, Coreia e Japão e os países da Asean, são amplas integrações de cadeias produtivas.

Entende o Embaixador Lampreia que o Brasil está ficando cada vez mais fora dessas cadeias, pela falta de perspectivas de promover acordos de livre comércio, que substituíram, na prática, os acordos globais não viabilizados.

Uma lacuna, segundo ele, que só trará prejuízos, no futuro, do nosso País, que tem de levar em conta a expansão de fronteira e não apenas o mercado interno – finalizou assim o Embaixador e ex-Chanceler Lampreia.

A presente reunião da noite de hoje destina-se à realização do terceiro painel, intitulado “Democracia do Futuro: perspectivas”, integrando o 5º ciclo da política externa brasileira, da série de audiências públicas Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012.

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, a quem aproveitamos e convidamos para que tomem assento à mesa, desejando-lhes, em nome dos integrantes desta Comissão e de todos os presentes, as melhores boas-vindas: o Sr. Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores (MRE); O Dr. Francisco Rezek, ex-Juiz da Corte Internacional de Haia, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e ex-Ministro do Ministério das Relações Exteriores (MRE); o Professor Doutor Lier Pires Ferreira, Professor Adjunto do Programa de Mestrado e Doutorado do Instituto Universitário de

Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ); e o Professor Doutor José Flávio Sombra Saraiva, Professor da Universidade de Brasília (UnB).

Mais uma vez, sejam bem-vindos! É com muita alegria que os recebemos na noite de hoje.

Iniciando os trabalhos da noite de hoje, tenho a satisfação de passar a palavra ao Professor Doutor José Flávio Sombra Saraiva, Professor da Universidade de Brasília (UnB).

Professor, se me permite, apenas lembraria que o tempo destinado é de 15 minutos, naturalmente podendo haver prorrogação. Os 15 minutos serão marcados por aquele relógio digital ali, com letras vermelhas; assim, o senhor poderá acompanhar o tempo de sua exposição.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA – Exm^o

Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Presidente Fernando Collor; Exm^o Sr. Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores Ruy Nunes Pinto Nogueira; Exm^o Sr. Ministro, Chanceler, Professor, meu professor na Universidade de Brasília, Francisco Rezek; meu colega acadêmico; senhoras e senhores, 15 minutos – 14min16 –, três mensagens.

Primeira: no ano de 1939, Sr. Presidente, lançava-se uma obra inesquecível sobre a diplomacia contemporânea, chamava Harold Nicolson Diplomacy, a apresentar certa taxonomia e o sentido da diplomacia na sociedade moderna. Foi diplomata inglês. Participou na delegação britânica para o Tratado de Versalhes, o pós-Primeira Guerra; expôs obra de grande atualidade, reeditada a cada ano sobre a diplomacia. Há poucos anos, um homem da guerra fria, mas talvez um dos mais importantes estadistas da diplomacia contemporânea, escreveu também o seu *Diplomacy*, Henry Kissinger, que também acaba de lançar um estudo extraordinário sobre a China.

As diplomacias são tão antigas quanto as sociedades organizadas. É uma arte, talvez uma ciência, talvez uma maneira de apenas resolver o problema primitivo do mensageiro da guerra que, atravessando os mares revoltos, levava a mensagem do inimigo. Poupava-se esse mensageiro, como dizia Nicolson nessa obra original: não mataremos o mensageiro antes de saber a mensagem. Poupamos o mensageiro.

A diplomacia mudou ao longo desses tempos. Não é mais a do mensageiro que depois de oferecer a mensagem do inimigo pode ser eventualmente morto, porque recebeu a mensagem. Mas a diplomacia ganhou um espaço, um espaço próprio conceitual, o espaço da negociação, da cooperação, do esforço pela paz. Essa evolução da diplomacia para o campo

da administração dos conflitos, das diferenças para o campo da solução negociada das diferenças é um ganho extraordinário, importante, que não pertence à tradição vestfaliana ou ao Congresso de Viena ou aos tratados do século XX. Pertence ao mundo. Não é uma característica exclusiva e própria a evolução do sistema das relações internacionais do Ocidente. O velho Império do Meio, longa diplomacia, antiga diplomacia tem lições a dar sobre isso também.

Portanto, a diplomacia ganhou força. A diplomacia é uma necessidade da sociedade contemporânea. Ela é parte constitutiva da própria construção, não dos Estados democráticos apenas. Mesmo os Estados voltados a formas de governança mais vertical e autocrática para realizar seus interesses nacionais e participar do sistema internacional necessitam praticar a diplomacia. Eu diria que a diplomacia avançou sobre o campo contemporâneo como um espaço da política voltado para a dimensão mais altruísta do que propriamente negativa da construção da sociedade internacional.

Portanto, esse é um conceito que se espalhou, que se derramou sobre o mundo, apesar de todos os dias assistirmos a uma espécie de pseudodiplomacia e engodo da diplomacia.

Nove minutos e trinta e quatro: vou ao segundo ponto.

O Brasil é um País novo; encosta a vigésima década como Estado nacional moderno; portanto, um Estado novíssimo se comparado com os de tantas décadas e séculos mais do que o Brasil. As Américas têm diplomacias novas, de 200 anos. O Estado moscovita tem uma origem e um prolongamento diplomático interessante, importante, cujos conceitos, em alguma medida, do velho Estado moscovita ao sistema czarista, ao sistema estalinista, ao sistema putiano quase não saem muito do lugar, quase têm o mesmo padrão de negociação diplomática. Mudam-se os mundos, permeiam-se certas continuidades.

O Brasil também tem as suas continuidades. As grandes obras sobre a formação da diplomacia nacional – de Pandiá Calógeras, de Delgado de Carvalho a Amado Cervo, obras que, com alguma equidistância do processo decisório, analisaram a evolução da diplomacia nacional – têm em comum, Sr. Presidente, o reconhecimento de uma certa linha de força profunda, construída em torno do conceito inicial; de uma diplomacia como um instrumento da cooperação da paz, do desenvolvimento nacional e do reconhecimento dos limites de um país novo, de um país cuja construção jovem e alegre possui meios limitados de poder para exercer qualquer forma de hegemonia ou vontade imperativa de comandar sem legitimidade processos de negociação.

Então, é uma diplomacia, em alguma medida, historicamente responsável, de forma comparada a outros Estados jovens, em relação, em alguma medida, ao seu próprio meio geográfico e a outros Estados modernos e recentes como o Brasil.

Seis minutos e vinte segundos; mais cinco minutos para anotar alguns dos conceitos e alguns elementos que abrigam a continuidade com transformações, com modificações, com adaptações, mas que permeiam o século XIX e o século XX e que passam por cima de partidos políticos e que passam por cima das carreiras individuais dos protagonistas de diplomacia, porque assim entendo que a experiência histórica do Brasil é não ter feito da diplomacia um embate de política de curto prazo, tampouco partidária. Não se pareceria com o Fla x Flu, a expor mudanças de regime, mudanças de governo à transformação estrutural da continuidade do padrão da evolução da diplomacia nacional.

Uma característica importante é certo jurisdicismo correto e adequado à construção da norma internacional. Construída, é lei do Brasil A vontade, a determinação com que o Brasil participa dos foros internacionais, do sistema jurídico internacional de forma adequada, positiva.

De importador de normas, temos avançado a ajudante da construção de normas do sistema internacional, quando moderamos excessos do conceito de intervenção, quando mediamos e trabalhamos nas relativas, difíceis brechas que se abrem para a redução das sanções como forma de solução de conflito internacional em favor do conceito de negociação, negociação, paciência estratégica. Isso é um ganho brasileiro importante e reconhecido.

O segundo, que me parece igualmente importante, é uma diplomacia instrumental ao desenvolvimento nacional e não contra o desenvolvimento. Isso é central desde os grandes debates sobre constituir-se ou não uma organização mundial de comércio, na Conferência de Havana, aos terríveis e difíceis debates no Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), nos anos 40 e 50, às discussões do nascimento da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), ao G77 (Grupo dos 77 países em desenvolvimento), ao G20, ao IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), ao BRICS, a diplomacia brasileira tem demonstrado e evidentemente anotada a capacidade de, em tabuleiros diferenciados, sem preferências exclusivas junto aos grandes, junto aos médios e aos pequenos, contribuir para o desenvolvimento nacional; e não apenas nacional, mas para o espalhamento do desenvolvimento equilibrado no Planeta, da sociedade internacional por países semelhantes, a ser compartilhado por países semelhantes e por aqueles, sobretudo, em nossa

fronteira atlântica, que merecem a boa-fé brasileira na cooperação para o seu nascimento, renascimento e elevação do *status* internacional, como estamos fazendo no que tange à política africana no Brasil.

Terceiro e último – dois minutos e dezenove segundos – para apenas uma frase conclusiva.

Sr. Presidente, há desafios extraordinários para esta diplomacia nacional. Uma de caráter universal e uma particular. A universal é que o mundo está mudando com uma velocidade extraordinária, e, embora tenhamos um estamento weberiano profissional e meritocrático, que coordena e organiza o processo da política externa, tem delegação histórica, capacidade, bons diplomatas. Já esse modelo, talvez, esteja se esaurindo de diplomacia, tão competente que é, mas isso não é um problema brasileiro. É mundial.

As inserções internacionais dos países diversificam-se; as agendas, os temas, a elevação de certa sociedade internacional pululada, cheia de novos atores, forças de todos os lados. Nesses dias está em moda para a diplomacia financeira, para a diplomacia comercial, para a diplomacia federativa dos Estados – diplomacia daqui para acolá; quer dizer, há uma diversificação do agir diplomático, que desce do patamar mais elevado da defesa dos interesses nacionais para uma espécie de novo modelo, em que pululam esses atores e que diversificam os campos de negociação.

Há países e há regiões que vêm modificando, em parte, essa maneira, dividindo responsabilidades com *expertise* e em *expertise* com setores específicos. Uma espécie de paradiplomacia municipal, novos atores, as empresas. Há uma inserção internacional complexa. As empresas quase praticam uma diplomacia própria. As grandes empresas internacionalizadas no globo, mesmo já as brasileiras, quase têm o seu pequeno Itamaraty interno.

Então, isso é um desafio importante. Como temos base, como temos história e como temos uma elevação importante no sistema internacional, crescendo em espaço, em capacidade, creio que saberemos organizar essa bússola e a rota desses novos desafios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva, Professor da Universidade de Brasília.

Passo agora a palavra ao Prof. Dr. Lier Pires Ferreira, Professor Adjunto do programa de mestrado e doutorado do IUPERJ, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

O SR. LIER PIRES FERREIRA – Prezados senhores, boa noite a todos; Exmº Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Senador Fernando Collor de Mello, na figura de quem saúdo todos os

demais membros desta Mesa; senhores membros da Plenária, mas também e fundamentalmente aqueles que nos assistem de suas casas, de suas residências, que de alguma forma se interessam concretamente pelos diversos movimentos que ocorrem nesta Casa, no Parlamento brasileiro em geral.

Não sendo propriamente um estudioso das carreiras diplomáticas, mas essencialmente um internacionalista, hei de tecer algumas considerações em torno do tema “Diplomacia do Futuro”, com o propósito de aportar alguma luz, quiçá, ao largo túnel de imprecisões, especulações e mitos que de alguma forma se criaram em torno da atividade diplomática.

Aristóteles dizia que o sábio é aquele que dá nome às coisas. Nesse sentido, segundo Charles de Martens, numa obra clássica, *Le Guide Diplomatique – A Guia Diplomática* –, a diplomacia é a ciência das relações dos interesses respectivos dos Estados; ou a arte de conciliar os interesses dos diferentes povos entre si. Desse conceito, entre outros elementos, podemos depreender que a diplomacia seria a ciência ou a arte das negociações levadas a cabo pelos Estados nacionais ou ao menos em função dos seus interesses e necessidades.

Já segundo René Foignet, a ciência da diplomacia é o conhecimento das regras relativas às relações entre os Estados, e a arte da diplomacia é a aplicação dessas mesmas regras. Desse segundo elemento, poderemos dizer que a diplomacia está para a tática assim como a política externa está para a estratégia, talvez numa analogia um tanto quanto inapropriada entre as relações diplomáticas e as relações bélico-militares.

Bem, se isso faz algum sentido, podemos afirmar que a política externa, tradicionalmente levada a cabo pelo Poder Executivo, refere-se aos grandes objetivos, às grandes metas e aos grandes interesses estratégicos de um Estado, ao passo que a diplomacia, nessa mesma analogia, seria a realização, a materialização desses mesmos interesses e diretrizes.

Numa síntese preliminar, portanto, sempre observando o tempo que nos resta, poderíamos afirmar que a diplomacia pode ser definida num conceito próprio como toda atividade voltada a realizar os objetivos da política exterior de um determinado Estado nacional. Projetada dessa forma, no plano tático das relações exteriores, talvez fosse razoável afirmar que a diplomacia pode ser adjetivada de diferentes formas: desde a diplomacia dos canhões ou das conhoneiras, como é mais comum vivenciar nos países hispânicos, à diplomacia do dólar, evidenciando domínio e poder econômico, que, em determinado momento, alguns Estados nacionais conseguem infligir ao conjunto mais amplo das relações internacionais.

Poderíamos falar também de uma diplomacia de alto nível, aquela diplomacia de cimeira, de cúpula, realizada essencialmente por chefes de Estado e chefes de governo.

Há outras tantas qualificações, a partir das quais nós poderíamos tentar, de alguma forma, adjetivar a atividade diplomática. Inúmeras digressões e sofismas, portanto, poderiam ser encetados a partir dessas mesmas adjetivações.

Contudo, acredito que, para efeito de uma análise com pretensões minimamente científicas, parecer-nos-ia mais adequado correlacionar a atividade diplomática a um conjunto mais amplo de tradições teóricas, de certa forma presentes tanto na Ciência Política quanto no conjunto mais amplo daquela disciplina que nós logramos chamar Relações Internacionais. Assim, por exemplo, seria possível falar de uma diplomacia liberal, aquela de alguma forma gestada à moda da tradição do Estado liberal; aquela que, de alguma forma, pressupõe algumas bases e princípios lançados num dos períodos mais áureos da atividade reflexiva humana; esse berço da modernidade, em que encontraríamos autores como Locke, como Montesquieu, como Tocqueville, lançando as bases de uma política com valores de uma política externa, que, de alguma forma, se volta para objetivos candentes do conjunto da humanidade, como, por exemplo, a paz e a segurança internacional.

Também poderíamos, por exemplo, falar de uma diplomacia socialista, cujas bases bastante distintas, por certo, estariam fincadas, por exemplo, em autores como Marx, Lênin, Trotsky, Gramsci e outros que, por uma declinação do tempo e das conjunturas políticas, estiveram muitos anos relegados nos bancos de nossas universidades, mas que, hoje, em função da crise que se espalha pelo mundo desenvolvido e que, fincada na Europa e nos Estados Unidos, antecipa alguns elementos de crise do modelo de produção capitalista – passem os senhores! –, há muitas pessoas retomando leituras há pouco tempo consideradas ultrapassadas, se não espúrias, como *O Capital*, Karl Marx, uma das dez obras mais vendidas no ano de 2011.

Também poderíamos falar, por exemplo, numa diplomacia aberta, aquela que, à moda do Estado democrático de direito, refuta os tratados secretos e busca, de alguma forma, explicitar para o conjunto da sociedade, em particular da sociedade internacional, seus elementos significativos. São variáveis que certamente constituem uma reflexão técnico-científica sobre o papel e a atividade diplomática na sua acepção mais ampla.

Contudo, parece-me claro que, por sua vinculação tática e estratégica aos propósitos e interesses do

Estado, a diplomacia foi, é e talvez continue a ser, num futuro mais próximo, essencialmente uma diplomacia realista, ou seja, uma diplomacia que, em última instância, estaria tanto quanto possível desvinculada de alguns elementos axiológicos, de alguns elementos valorativos, em face daquilo que nós poderíamos determinar ou denominar interesse nacional.

De fato, se a correlação entre tática e estratégia faz algum sentido, é fato que a diplomacia é uma atividade derivada dos elementos que, de alguma forma, conduzem e orientam as relações diplomáticas de todo de qualquer Estado nacional, qualquer que seja a bandeira ideológica sob a qual se abrigue, qualquer que seja seu modelo de organização das forças econômicas, qualquer que seja, portanto, seu modelo de organização das relações políticas, que são essencialmente relações de poder, considerando, então, a política com a perspectiva teórica, a partir das quais nós podemos pensar as manifestações e os efeitos de poder.

Vinculada, portanto, a essas matrizes teóricas previamente estruturadas, a diplomacia perderia um pouco do seu *glamour*. Talvez perderia um pouco da sua ingenuidade, deixando de relacionar os homens às suas virtudes, aos seus vícios. Falaríamos, portanto, menos da figura da preparação do diplomata, das escolas a partir das quais se constituem, nos diversos Estados nacionais, a figura ou a carreira diplomática. Falaríamos menos, portanto, nesse sentido dos elementos que acabam vinculando a diplomacia à figura física do diplomata, mas pensaríamos um pouco mais nas mundividências; pensaríamos, talvez, um pouco mais nos projetos e pensaríamos, talvez, um pouco mais, nas organizações.

Talvez, sob esse aspecto, faça um pouco mais sentido nós pensarmos a diplomacia ontem, a diplomacia hoje e – a proposta desta audiência – a diplomacia do futuro. Nesse âmbito, por certo, considerando que os elementos valorativos não ilidem o conteúdo científico da discussão, até porque, tal como consignado por Robert Cox, o internacionalista canadense de matriz marxista, de que toda teoria é algo para alguém, vale asseverar que a diplomacia do futuro talvez seja aquela cuja agenda esteja de alguma forma permeada, ou seja, permeável aos atores da sociedade civil e, portanto, uma agenda um pouco menos constituída pelo Estado e mais pela sociedade. Essa diplomacia, que nós poderíamos considerar essencialmente democrática, não virá certamente como um presente, como dádiva, mas fundamentalmente poderá vir como conquista de uma sociedade civil consciente que a consecução dos seus interesses depende fundamentalmente da sua organização, dos seus mecanismos

de pressão e, por certo, do seu nível de escolarização e formação educacional.

Nesse sentido, vindo à realidade brasileira e aproveitando os dois minutos e cinquenta e sete segundos que me restam, nós consideraríamos que, no Brasil, em grande parte, essa diplomacia democrática, voltada para a cidadania, voltada para o desenvolvimento, tem como um dos seus elementos condicionantes certamente a figura do próprio Parlamento nacional, da qual esta augusta Casa é parte integrante.

Assim, só quando o Parlamento estiver cada vez mais vinculado aos interesses e às necessidades da nossa sociedade, abrindo-se crescentemente para a participação dos cidadãos e, nesse sentido, assumindo o protagonismo que deve haver necessariamente no Estado democrático de direito, na formulação de políticas de Estado, quer internas quer exteriores, é que nós poderemos pensar efetivamente na possibilidade de uma diplomacia que seja mais do que a expressão dos interesses do Estado, mas fundamentalmente seja a intenção e a expressão dos interesses e demandas da sociedade civil. Para esse propósito, não resta dúvida, as audiências públicas das quais a presente prelação é parte integrante exercem um papel absolutamente fundamental.

Agradeço, portanto, o convite que me foi feito e principalmente a atenta audiência deste Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Muito grato ao Prof. Dr. Lier Pires Ferreira, Professor Adjunto do programa de mestrado e doutorado do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Antes de passar a palavra ao próximo palestrante, gostaria de registrar a presença dos senhores membros do Corpo Diplomático: a Ex^{ma} Sr^a Embaixadora de Barbados Yvette Goddard; o Ex^{mo} Sr. Embaixador do Equador, Horacio Sevilla Borja; o senhor encarregado de negócios da Embaixada do Reino da Arábia Saudita, Sr. Ibrahim Aleisa; Sr. Abdelhamid Rahmani, Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia; Sr. Rafael Hidalgo Fernández, Conselheiro da Embaixada de Cuba; Sr. Alexander Sharkovsky, Conselheiro da Embaixada da Belarus; Sr. Leo Vinovezky, Conselheiro Político da Embaixada de Israel.

A todos os senhores, os nossos cumprimentos e votos de boas-vindas à palestra da noite de hoje.

Tenho a satisfação muito especial de passar a palavra, agora, a S. Ex^a o Sr. Dr. Francisco Rezek, ex-Juiz da Corte Internacional de Haia, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-Ministro das Relações Exteriores, para sua exposição.

O SR. FRANCISCO REZEK – Muito obrigado.

Presidente Fernando Collor, Embaixador Ruy Nogueira, Professor Ferreira, Professor Sombra Saraiva, Srs. Senadores, senhoras e senhores, há pouco tempo, na Universidade de Brasília, que foi, durante muitos anos, a minha casa, voltei para uma aula magna do curso de Relações Internacionais, cujo título foi “O Primado do Direito e a Arte da Diplomacia nas Relações Internacionais do Brasil”. Eu queria que a proposta desta minha breve intervenção de hoje fosse uma explicação para a continuidade da política externa brasileira ao longo do tempo.

A base deste binômio, o exercício da arte da diplomacia, que a casa do Barão do Rio Branco, ao longo do tempo, ensinou a todos os seus artífices, mas uma diplomacia que se exerce sem nunca se admitir uma quebra do compromisso essencial com o Direito. Esse compromisso não é do tempo do Barão, ele precede a era de Rio Branco, em que se acentuou a preservação da ideia do Direito como diretriz das relações exteriores do Brasil, mas não se inventou o compromisso que existia desde o Império.

As *Atas do Conselho de Estado do Império do Brasil*, publicadas por uma iniciativa, na época, do então Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maciel, e do então Chanceler Azeredo da Silveira, em que o Conselho de Estado se ocupava dos negócios exteriores do Império, retratam como os notáveis da época conheciam o Direito e como desejavam que ele presidisse, que ele orientasse, em toda a circunstância, as relações internacionais deste País, então ainda não aclimatado ao ideal republicano, mas já um Estado de direito, enquanto monarquia constitucional.

Esse compromisso – vejam bem – explica que, no essencial, naquilo que realmente importa, naquilo que ultrapassa a superficialidade do cosmético, da simples questão de estilo, de maneira de exercer a arte da diplomacia, na qual, evidentemente, se variou muito de um governo a outro e, destacadamente, se variou muito entre períodos de esplendor democrático e períodos de obscuridade no regime que se praticava internamente; mas, a não ser por isso, no essencial das relações exteriores, a ideia do compromisso com o Direito, que não poderia ser quebrado, prevaleceu sempre, mesmo nos períodos mais sombrios da história interna, da economia doméstica do Brasil. Mesmo naqueles períodos em que cá dentro a Constituição foi descartada e vivemos um regime institucional arbitrário, em boa hora extinto e com a certeza coletiva de que nunca será reproduzido no futuro, mesmo naqueles períodos de quebra absoluta do Estado de direito no plano interno, a ideia do primado do Direito nas relações exteriores da República, sob todos os governos autoritários. Alguns põem isso em dúvida em relação a

alguns momentos da ditadura Vargas, a alguns momentos do Estado Novo, em que um flerte político com as Potências do Eixo, anterior à adesão ao flanco aliado na Segunda Grande Guerra, fez suspeitar de que se estivesse na iminência de abandonar certos padrões de conduta. Mas esse foi um breve momento, fugaz, que logo se ultrapassou.

Nos momentos autoritários mais recentes, não. Não houve. Até naquele início dos anos 70, que foi o que de mais penoso o País enfrentou internamente, não se tem notícia de uma quebra do compromisso com o Direito Internacional que se praticava nas relações exteriores. E isso tem a ver com uma série de fatores. Primeiro, o profissionalismo da Casa da Diplomacia Brasileira, que nenhum governante quis perturbar, que nenhum governante quis, em nome dos seus compromissos partidários, em nome dos seus compromissos com o quartel ou com o que fosse, abandonar a ideia de que aquela casa regente das relações exteriores da República deveria ser, atuando profissionalmente, como sempre fez, de algum modo molestada na relativa autonomia que possui para, observado naturalmente o seu entendimento com o chefe de Estado eleito pelo povo, dar diretrizes à diplomacia brasileira.

A verdade – sabemos todos – é que nenhum chefe de Estado pretendeu, ao longo da nossa história, promover uma torção nesse eixo fundamental da nossa diplomacia. E – vejam bem, este é um dado importante – no que nos distingue profundamente de uma porção de países, alguns vizinhos nossos, outros bem distantes de nós, jamais o governo brasileiro deixou que certos interesses de política interna influenciassem as diretrizes da sua política externa.

Jamais se utilizou, Presidente Collor, a política externa brasileira como instrumento de captação de clientela doméstica, de dar satisfação ao público interno. Coisa que nós estamos fartos de saber, que uma porção de países, de todas as latitudes e de todos os estilos, mas, destacadamente, entre as democracias – isto é o que é mais impressionante –, entre as democracias de pequeno e de grande porte, fazem abertamente, fazem constantemente: usar da política externa, enfim, promover torções e aberrações na sua política externa, em nome de um interesse de política interna, em nome do interesse em agradar determinada parcela do eleitorado doméstico.

Talvez por força disso mesmo – vejam bem –, o povo brasileiro, o colégio eleitoral brasileiro, que é de uma impressionante intuição, mesmo quando lhe falta erudição, talvez por isso mesmo o povo brasileiro, por perceber que o Poder Público não usa da política externa senão para atender ao interesse nacional e ao compromisso do interesse nacional com o Direito, e

não para fazer qualquer espécie de demagogia para o público interno, por isso mesmo, o povo brasileiro é extremamente afeiçoado à diplomacia que este País faz em praticamente todas as épocas da sua história.

Nos mais diversos momentos da história do Brasil, pesquisas de opinião pública revelaram a impressionante concordância da população brasileira com as diretrizes da política... Um momento no governo Collor, a nossa posição a respeito da Guerra do Iraque, a nossa não participação, quando alguns países se atrelaram automaticamente, ou, de outro modo, àquela aventura militar, o Brasil disse, enfim: “Sim, concordamos com a condenação que as Nações Unidas fazem dessa tomada arbitrária de território do vizinho Kuwait, mas a resolução condenatória e o aplauso a essa resolução condenatória não nos levará absolutamente a pegar em armas para, de algum modo, defendê-la”. De outro modo, teríamos que também pegar em armas para garantir a execução de outras resoluções que o Conselho de Segurança já tomou no passado e que nunca foram executadas. É bem isso, é bem isso. É uma tomada de consciência de que há atos internacionais legítimos, mas que o compromisso com o Direito indica que não temos nenhum motivo para sermos os ativistas da respectiva execução que estará a cargo sempre daqueles que têm algum interesse geopolítico em fazê-lo.

Eu queria também fazer um comentário. Porque ouvi, Presidente, a propósito de algumas sessões anteriores, a notícia de uma crítica, que possivelmente é justificada, sim, na sua materialidade, a determinadas manifestações do governo anterior, do governo imediatamente anterior ao da Presidente Dilma Rousseff, a propósito de determinados temas, a reação considerada leniente ao problema da Petrobras na Bolívia e outros episódios assim.

Sim, é verdade, é verdade. Houve um momento em que o presidente legítimo da Bolívia – e aí, enfim, não se pode ocultar a verdade –, para dar satisfação ao seu eleitorado, imagina-se que seja isso, decidiu declarar que bens da Petrobras não eram mais da Petrobras, eram do povo boliviano. E não se faz mais isso, não se faz mais esse tipo de coisa hoje em dia.

Por um lado, o Presidente da República disse: “É um ato de soberania, é preciso respeitar, é preciso tratar isso com cuidado”. E essa palavra foi considerada uma gafe presidencial, porque não se pode admitir que seja ato de soberania uma evidente ilegalidade. A soberania não explica a expropriação de bens alheios. Mas se, por um lado, o Presidente da República, para não molestar abertamente uma nação amiga, dizia aquilo que parecia contemporizador, por outro lado, tanto quanto se saiba, o Presidente da Petrobras era orientado a agir como manda a lei. Ia defender os in-

teresses da empresa, o que ele de fato fez. Aí uma questão técnica, que na época suscitou curiosidade: “Mas como ele vai brandir com a possibilidade de suscitar uma arbitragem, se o Brasil não é signatário da Convenção do Icsid, daquela Convenção de Nova York, sobre arbitragem relativa a investimentos?”.

E aí descobrimos que, afinal de contas, a Petrobras atuante na Bolívia não é a Petrobras propriamente dita, mas uma subsidiária da Petrobras, de matriz holandesa, sendo a Holanda, esta sim, signatária da Convenção do Icsid, e, portanto, aquilo que a Petrobras não poderia fazer diretamente para defender seus interesses ela o faria por meio da sua subsidiária holandesa. Enfim, o fato é que a Petrobras acabou não sendo lesada. E toda a crítica que se fez àquela fala presidencial, possivelmente desagradável para muitos ouvidos brasileiros, por parecer condescendente com uma ilegalidade temporã, fora de época, não se faz esse tipo de coisa na atualidade... Agora mesmo... Enfim, deixemos isso para lá.

O fato é que... E depois, outros episódios que pareceram ser um ativismo reprovável, não foram absolutamente um ativismo reprovável. É perfeitamente lícito e é abonado pelo Direito há séculos o fato de se oferecer mediação, de se oferecer bons ofícios. Se adianta ou não adianta, isso não é um problema de quem oferece. Mas quem oferece dá sempre uma prova de boa vontade pelo fato de oferecer.

Talvez tenha havido, e disso os críticos do governo na época se valeram para dizer, enfim, que deveria haver mais realismo e não deveria haver a esperança de que isso desse certo, de que isso funcionasse, de que a oferta de mediação, de bons ofícios fosse aceita. Mas não é bem isso que está em jogo, é a questão de saber se aquele gesto foi ou não foi coerente com toda a história da diplomacia brasileira e o nosso compromisso com o Direito. E não há dúvida de que foi.

E já que falamos em frases e já que falamos...

Sr. Presidente, é do seu conhecimento que eu não tenho nenhuma razão pessoal para assumir a defesa do ex-Presidente da República. Mas gostaria, em virtude do meu compromisso acadêmico com a verdade, sobretudo se versamos este tema, de dizer que, em minha opinião, algumas frases pronunciadas pela diplomacia brasileira através da boca do chefe de Estado, no governo passado, neutralizam por inteiro tudo que possa ter sido dito de menos feliz.

Uma delas: no momento em que consumada a mais brutal ilegalidade da virada do século, que foi a campanha do Iraque, que foi a tomada militar do território iraquiano, com um número de vítimas civis que nunca se calculará exatamente, 200 mil pessoas, dizem alguns, 300 mil pessoas, dizem outros, envolven-

do crianças, idosos, e tudo mais. Nunca se calculará exatamente. O que se calcula com exatidão, na ponta do lápis, é que só o número de baixas entre soldados norte-americanos na campanha do Iraque superou de longe o número de baixas dos atentados de 11 de setembro. E a guerra, quando ficou totalmente desmoralizado o argumento de que ali se ia para neutralizar armas de destruição de massa, o argumento subsidiário era: “Não, está certo, essas armas não existem, mas vamos lá de qualquer maneira, para defender os direitos humanos”. Viram todos no que deu a pretensa defesa dos direitos humanos.

Nesse momento, quando a Organização das Nações Unidas passou pela maior humilhação de toda a sua história, quando se impôs à Organização das Nações Unidas o mais categórico e colossal vexame que se poderia ter imposto a uma organização internacional, os governos responsáveis pela Guerra do Iraque resolveram dizer: “Não, a ONU não está totalmente excluída do cenário. A ONU tem um papel a desempenhar no socorro humanitário, na reconstrução do Iraque, no socorro às vítimas”.

E foi então que o governo brasileiro disse esta frase memorável: “A Organização não foi criada para administrar as ruínas de uma guerra que ela não conseguiu evitar. Não foi para isso. Até porque, se a Organização funcionasse adequadamente para realizar o seu objetivo fundamental, que é preservar a paz e a segurança coletivas, não haveria espaço para tarefas ancilares e caritativas, do tipo socorro humanitário e reconstruções em geral”.

A outra frase a que eu queria me referir, finalizando, é dos últimos tempos do governo anterior, Presidente, quando o Presidente de então disse a respeito do conflito do Oriente Médio, não sei se oferecendo mediação ou não oferecendo mediação, mas disse, com propriedade: “Todos sabemos, e não dá mais para fingir que não sabemos, que os Estados Unidos da América não são, por uma porção de razões que todos conhecemos, o mediador ideal desse conflito.” Os Estados Unidos da América não são o árbitro mais qualificado para esse conflito, que se prolonga desde o final da primeira metade do século XX, sem solução até hoje.

Então, se acreditam por aí que os brasileiros podem ser um mediador adequado, ou se querem alguma outra forma de mediador, mas reconheçam pelo menos que os que estão mediando o conflito até hoje, além do seu sistemático fracasso já sexagenário, não são, por sua própria natureza, o mediador ideal.

Mas, enfim, o que eu queria dizer, em uma palavra, Presidente, é isto: a continuidade que se observa na política externa brasileira ao longo do tempo resulta, sim, do capricho com que se exercita a arte da diplo-

macia à sombra da Casa de Rio Branco. Mas resulta, sobretudo, do compromisso com o direito que o Brasil nunca quis abandonar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Dr. Francisco Rezek, ex-juiz da Corte Internacional de Haia, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-Ministro das Relações Exteriores.

Tenho a satisfação de passar agora a palavra a S. Ex^a o Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. RUY NUNES PINTO NOGUEIRA – Presidente Collor, Ministro Rezek, Professores Saraiva e Ferreira, eu vou, com a sua permissão, Presidente, me limitar, nas minhas considerações iniciais, ao que seria o motivo desta audiência pública: a diplomacia do futuro, perspectivas.

A diplomacia, é óbvio, é parte da vida política e, como tal, responde às realidades do seu tempo, tanto na forma quanto no conteúdo. Os responsáveis pela condução da diplomacia têm que estar atentos às tendências contemporâneas, buscando compreender de que forma elas podem trazer novos desafios, apresentar novas tarefas ou tornar obsoletas as boas práticas do passado.

Presidente, o senhor bem sabe que uma das frases mais conhecidas do folclore do Itamaraty é que a melhor tradição da Casa do Rio Branco é saber renovar-se. Que essa frase seja repetida com tanta frequência no próprio Itamaraty, a meu ver, é reflexo de um fenômeno importante: o fato de que a renovação, para a diplomacia, não é algo fácil. É necessário, mas não é fácil.

Por isso, essa frase – que de tão repetida já se tornou quase um provérbio para os diplomatas brasileiros – afirma que se trata não apenas de renovar-se, mas saber renovar-se.

A sabedoria da renovação consiste, acredito, em estar aberto a novas tendências do Brasil e do mundo. Consiste em não se aferrar dogmaticamente às práticas do passado e em não repetir cegamente o que já deu certo uma vez, porque as circunstâncias mudam e o que deu resultado no passado não tem seu êxito garantido no presente.

E as coisas estão mudando, não é, Presidente? E estão mudando de forma dramática. E é claro que o ajuste da chancelaria brasileira aos novos tempos tem que ser feito com muito cuidado, para não colocar em perigo esse acervo que foi mencionado pelos que me precederam.

Bom, e como tem mudado o mundo. O fato de termos nos tornado a 6ª economia mundial, o fato de hoje vivermos num Estado Democrático, o fato de ter-

mos, enfim, nos desenvolvido, diminuindo a injustiça social, nos permitiu elevar o perfil da nossa diplomacia.

Já foi mencionado aqui o papel transcendental do Brasil na constituição do G-20 comercial, a participação do Brasil, que foi decisiva, sem modéstia alguma, na Conferência de Durban sobre a Mudança do Clima. E, no plano da paz e da segurança internacional, não chegaram ainda a bom termo os esforços da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. No entanto, já ninguém duvida de qualquer que venha a ser a configuração de um novo conselho de segurança. Seria muito difícil que o Brasil deixasse de estar presente. A própria Secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, assim o disse quando esteve aqui no Brasil, há duas semanas. Então, tudo isso requer um ajuste da nossa ação diplomática; tudo isso representa novos desafios para a diplomacia.

Também, um dos oradores que me precederam mencionou algo importante. Disse ele: O Brasil hoje tem empresas que se tornaram multinacionais, que hoje têm uma ação constante e crescente em outros países e que precisam que nós repensemos os nossos métodos de atuação.

Uma coisa também que foi dita aqui, com a qual eu concordo inteiramente, é que talvez o grande elemento alavancador da ação diplomática brasileira no futuro é o fato de que o Brasil hoje tem uma diplomacia de uma democracia. Nós devemos, enfim, utilizar esta inteiração com a sociedade civil para transformar isso num fator de força e capacidade maior de projeção do Brasil no mundo.

Trabalhar em um regime democrático é um dos nossos grandes trunfos, haja vista o esforço em curso nos países árabes para a retomada de uma primavera que, para nós, já tem mais de trinta anos.

Nós estamos fazendo um esforço grande, no Ministério das Relações Exteriores, no sentido de acompanhar as novidades tecnológicas, incorporando-as ao instrumental do nosso dia a dia. Nós já temos um sistema que nos une permanentemente (Brasília) com 224 missões diplomáticas via Internet. Temos um sistema de YouTube, que divulga imediatamente, praticamente em tempo real, qualquer pronunciamento, qualquer evento ocorrido dentro do Itamaraty. Qualquer funcionário, em mais de 130 embaixadas, tem acesso direto aos documentos que se encontram em nossos arquivos. Temos também um programa de atualização em matéria de línguas.

É um fato impressionante, mas 56% do progresso do mundo, no ano passado, foram conseguidos por pessoas que não falam inglês como primeira língua; que falam chinês, hindi, mandarim e também portugueses. Então o Itamaraty está fazendo um esforço muito

grande de aprimorar os seus dotes linguísticos e de informação em tempo real, coisa que é um desafio adicional – não é, Presidente? –, porque uma coisa é repetir o que está na Internet, outra coisa é ter capacidade de análise e de interpretação, que se requer de um agente diplomático.

Como será a diplomacia do futuro? Há alguns temas que eu acho que não vão deixar de frequentar a nossa pauta: os temas ambientais, os temas de direitos humanos, o tema da paz e da segurança internacional, da cooperação técnica e econômica, dos investimentos, da ordem financeira. Esses, enfim, deverão continuar na pauta da diplomacia nos próximos tempos. Até outros mais novos, alguns até curiosos: reservas da água doce, recurso com o qual, graças a Deus, somos muito aquinhoados; o tema das terras-raras, que está tendo grande repercussão e que se manifestou um tema estratégico da primeira ordem; o tema das novas rotas marítimas, como a Passagem do Noroeste, já que aparentemente está havendo uma modificação da calota polar; os temas da Antártica e muitos outros. Acho que esses vão continuar na nossa pauta e temos necessidade de nos preparar para eles.

Sem falar do *cyberspace* e da segurança cibernética, que hoje está no primeiro plano das preocupação de todos os países. Acho que estamos procurando adaptar-nos aos novos tempos.

Agora, também foi dita uma coisa com a qual acho que não poderia concordar, mas eu acho que a diplomacia brasileira tem que se concentrar no seu eixo fulcral, que é a busca e a manutenção do desenvolvimento. Nós somos um País, enfim, que temos potencial e a possibilidade de nos desenvolvermos e esse sempre foi o objetivo maior da diplomacia brasileira no século passado, passada a fase da consolidação das nossas fronteiras. É incrível, mas até o início do século XX ainda estavam indefinidas.

Já que estamos falando do Barão, Presidente, acho que o Barão nos deixou um legado muito importante que cada vez é mais atual. O Barão, que conseguiu por meio da negociação e da arbitragem incorporar ao território brasileiro um milhão de quilômetros quadrados, praticamente uma Venezuela, não nos deixou só essa herança valiosíssima de um território sem contestações; ele contribuiu também – como mostram os biógrafos – para a definição de um estilo diplomático brasileiro, um perfil de atuação no qual a consciência da grandeza do nosso País não se traduz em arrogância ou altanaria, mas uma atitude de sereno respeito aos direitos legítimos dos demais países, sejam grandes, sejam pequenos.

Esse estilo de atuação que considero ser uma das marcas próprias da nossa diplomacia é o exemplo de

uma qualidade intertemporal na diplomacia brasileira. Por mais que mude o mundo, por mais que mude o Brasil, não haverá razão para alterar nesse aspecto o nosso estilo brasileiro de fazer diplomacia.

Eu diria mesmo, Presidente, que o crescente êxito do Brasil em seu processo de crescimento econômico, com avanço na justiça social e na erradicação da pobreza, êxito que fortalece novamente nossa projeção, nossa presença internacional, confere importância ainda maior a esse estilo de atuação brasileira, que reputo ser um dos fatores da nossa credibilidade e, como hoje se costuma dizer, do nosso *soft power*.

Nós estamos abertos ao novo no Itamaraty, mas não percamos de vista que preservando o melhor patrimônio diplomático do Brasil de ontem e de hoje, prepararemos melhor a diplomacia do Brasil do futuro.

Será com essa força serena que estaremos em melhores condições de sabermos renovarmos e de corresponder aos desafios novos da diplomacia que será nossa no futuro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Muito grato a S. Ex^a, o Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu quero inicialmente dizer que por outras atividades não pude chegar na hora certa e, com isso, eu perdi especialmente a apresentação do meu querido amigo José Flávio Sombra Saraiva, meu colega da UnB.

De qualquer maneira, pude assistir às outras falas. O tema me interessa muito, sobretudo desde lá, muito atrás, quando eu era professor do Instituto Rio Branco e tinha que refletir sobre esses aspectos.

Vou misturar as minhas colocações e talvez as minhas perguntas, misturando diplomata e diplomacia, duas coisas que estão em mutação. Diplomata, porque toda a profissão está mudando, não existe mais profissão como a gente pensava até algum tempo atrás. Cada vez que eu vou ao meu cardiologista eu penso que estou num mecânico, porque ele me mete numa quantidade de equipamentos muito parecidos com os que põe o mecânico no carro. É outra profissão que está surgindo. Professor, que a gente se acostumou ao longo de três séculos, de dois séculos e meio, como sendo aquele que tinha conhecimento na cabeça, um giz na mão e um quadro negro na frente acabou, hoje o conhecimento não está na cabeça da gente, hoje o conhecimento está no Google. Nós somos uma antena para captar o conhecimento e a nossa tarefa é colo-

car esse conhecimento para as crianças por meio dos meios eletrônicos, porque eles acreditam muito mais nas nossas mensagens pela televisão do que ao vivo. Eles até duvidam se nós realmente existimos, para eles o que existe é o que está no monitor.

Toda profissão está mudando. Eu acho que diplomata e diplomacia também em alguns pontos. O primeiro é que nós estamos num mundo de soberania na globalidade, é diferente.

Até algum tempo atrás, meu caro Embaixador Ruy, cada um tinha que defender o seu país. Hoje, tem que defender o seu país olhando também o interesse do outro, mas não só para chegar a um ponto da soma zero, como os diplomatas aprendem, mas porque nós somos parte do outro, o outro é parte de nós e nós somos parte do conjunto. A sensação que eu tenho é de que o trabalho hoje de diplomacia é como o trabalho de um condomínio. Nós somos soberanos dentro do apartamento da gente, mas não pode tocar fogo nos móveis, não pode deixar torneira aberta, não pode fazer muito barulho, porque incomoda os vizinhos. Cada país hoje incomoda o vizinho conforme o que ele faz como, por exemplo, botar uma central nuclear, se ela arrebentar repercute em todos os vizinhos, sobretudo se for um país pequeno; autorizar um sistema bancário irresponsável que lave dinheiro, por menor que seja o País, termina gerando um problema mundial; autorizar um laboratório de pesquisas que pode levar a armas de destruição em massa; uma base de terroristas.

A soberania está relativa. O nosso querido professor Rezek – para usar o título máximo, que é o de professor em tantos outros que ele teve – levantou a ideia da soberania da Bolívia. A primeira ideia que eu tive quando você falou, Rezek, foi de que ele é soberano, pode fazer o que quiser e aguenta os trancos depois. A gente tem direito de usar a soberania até para fazer besteira, como eu acho que é besteira o que estão fazendo lá com essas nacionalizações, mas está dentro do território deles, pode. Mas, realmente, já não dá mais para fazer isso de maneira tão livre.

Então, esse é um desafio difícil, porque os nossos diplomatas aprendem a defender o seu país – ponto –, mas têm que acrescentar o seu país dentro de uma perspectiva mais ampla que a globalidade, esse é o ponto. Outro é que essa globalidade se dá também em blocos e cada vez mais a nossa diplomacia tem que se fazer como membros de blocos – dos Brics, do Mercosul, da Unasul e de todos esses grupos que vão se formando – nós somos uma parte ali dentro, pouco diluída a soberania, ao mesmo tempo em que há uma soberania maior do bloco em relação aos outros países. Isso gera um desafio muito grande, a diplomacia amarrada aos blocos. A prova é a Europa, as amar-

ras que a Europa impõe a cada País para encontrar seu caminho, porque não têm uma moeda própria, da mesma maneira não têm uma porção de regras e aí exigem um comportamento diferente.

Por exemplo, nós estamos errando – e aí o problema não é da diplomacia do Poder Executivo não, é nosso, dos parlamentares – a maneira como nós conduzimos o Parlamento do Mercosul para ter a representação proporcional à população é um desastre. Os outros países não vão aceitar que o Brasil tenha a maioria do Parlamento só porque tem 200 milhões de habitantes. Deve haver um outro caminho. Eu acho que o caminho ali seria criar ao lado do Parlamento do Mercosul como ele é hoje uma espécie de Senado do Mercosul. Mas, de qualquer maneira, deveria haver uma instância onde cada país seria igualmente representado, ou então reorganizar a proporcionalidade. Tentou-se, a proporcionalidade não é aritmética, mas, ainda assim, está incomodando. O resultado é que o Parlasul – Parlamento do Mercosul – está parado, porque os argentinos não querem nem indicar os seus representantes enquanto terminarem sendo tão minoritários em relação à população brasileira. Então, essa ideia de ser nacional e ser global é um desafio muito grande para esses jovens diplomatas, inclusive para aqueles que vão fazer a diplomacia.

O outro é o problema do curto prazo e do longo prazo. Nós todos trabalhamos com o imediato, com o curto prazo, sobretudo nós políticos. Na nossa cabeça, o mundo termina na próxima eleição, não existe o dia seguinte. Quando a gente for eleito, aí a gente começa a pensar a eleição seguinte.

A diplomacia, sobretudo a brasileira, que é institucionalizada, que faz parte do Estado e não do Governo, está mais livre dos políticos, ela até poderia pensar um pouco mais longe, mas mesmo assim é limitado o tempo. Hoje precisamos pensar bem em longo prazo, porque os impactos são duráveis, dependendo daquilo que a gente se dê, daquele acordo que a gente firmar. O problema da água, por exemplo, é um problema que a gente tem que pensar 30, 50 anos na frente e é difícil a diplomacia, como em qualquer outro setor, ter essa perspectiva de longo prazo, sobretudo quando acima da diplomacia dos diplomatas está o Presidente da República, que é um político. Aí há uma coisa que eu queria levantar, um risco também.

A diplomacia sempre foi uma espécie de colchão entre a vontade do Presidente e a realização dos acordos. Mas o mundo está avançando de tal maneira que os presidentes falam por cima dos ministros e não vai demorar muito que a gente tenha tradução simultânea em que o Presidente fale aqui em português e o outro ouça em chinês e ele fale em chinês aqui ouça aqui em

português. Aí, nem o papel de tradutor, de intérprete, vai restar para o Ministro das Relações Exteriores, eles vão saber pelo jornal no dia seguinte o que os dois presidentes acertaram. Isso é muito perigoso, porque aí o interesse é só de político, aí faltou o colchão que dá a permanência, que dá o longo prazo, termina ficando mais o governo do que o Estado, sobretudo no parlamentarismo, em que o governante nunca sabe quanto tempo vai durar, quando é que vem a próxima eleição.

Outro ponto que o embaixador Ruy tocou naquela lista dele, embora usando outra palavra, é o problema das ilicitudes nas relações internacionais. Cada vez mais a gente vai ter tráfico de drogas, tráfico de seres humanos, tráfico de órgãos e outros tráficos que são por debaixo do pano, que são por debaixo das regras das leis e que a diplomacia não pode ficar de fora e, ao mesmo tempo, não tem como ver o que está acontecendo.

Eu ainda falo de um ponto – e aí que eu deveria demorar um pouquinho – é o fato de que a diplomacia desde sua origem ter seguido uma regra muito pragmática para buscar resultados no curto prazo. E eu tenho impressão de que nós devemos começar a ter diplomacia com base em liderança moral e não em penas na liderança política do resultado imediato.

Aqui mesmo – o Senador Collor é testemunha de minha posição – talvez seja o único ponto em que discordo do Itamaraty, com quem tenho uma relação tão fraterna, é essa obsessão por ter um lugar permanente no Conselho de Segurança. Eu creio que o Brasil ficaria muito melhor se levantasse a bandeira de acabar com os membros permanentes do Conselho. Provavelmente, não vamos conseguir, pelo menos nos próximos 40, 50 anos. Mesmo que não conseguíssemos, isso nos daria uma base de apoio de todos aqueles que nem são membros permanentes e que não serão nunca. O Brasil, pelo menos, pode vir a ser. Em vez de a gente querer entrar e ficar igual aos grandes, nós sermos os líderes dos pequenos: traz uma forma moral e resultados de longo prazo muito positivos.

Eu estive uma vez com o Presidente Fernando Henrique Cardoso no final do primeiro mandato dele e na conversa que eu tive – era um 31 de dezembro, lembro-me bem, de 98 – ele iria tomar posse pela segunda vez no dia seguinte; estava tudo vazio no Alvorada, eu estava me despedindo dele, porque deixara de ser governador e eu me lembro que no fim criei a intimidade de dizer: “Presidente, eu acho que o senhor cometeu um grande erro em ter procurado ser tão grande como os grandes e esqueceu que é maior do que os pequenos, deixou de lado”. O Lula soube aproveitar isso e a grande força do Lula junto aos grandes é de que virou o líder dos pequenos. O Fernando Henrique

ficou muito igual, quase, nunca vai ser igual nem tão cedo ao Clinton e a todos os outros. Então, essa força moral eu acho que precisava ter a diplomacia do futuro.

Eu falei do Conselho de Segurança, por exemplo, nos direitos humanos. Direitos humanos são um atrapalho hoje na formulação das relações exteriores pragmáticas. Eu não vou dizer que a gente deve esquecer o direito de cada país a usar sua cultura para definir certas regras de funcionamento interno, mas a gente não pode abrir mão de certos valores dos direitos humanos como um valor moral, não para influir e querer mandar no outro país, mas para dizer a nossa posição com toda e absoluta tranquilidade, ainda que respeitando as especificidades de cada um.

Eu creio que o meio ambiente, obviamente, um lugar onde a gente tem que ter uma força moral muito grande denunciando os países que continuam a terem energia nuclear. Só que nós estamos montando mais duas usinas. Ai tem que ter uma compatibilidade entre a nossa posição internacional e a nossa posição interna. Mas na hora em que esse país aceitar a proposta de que energia nuclear não pode ser o caminho, pelo menos por mais 10, 20, 30 anos até termos certeza de que a nossa central vai resistir a qualquer meteoro – salvo aquele que destrói toda a humanidade – que vá resistir a meteoro, vá resistir a terrorista e que o lixo atômico a gente vá saber o que fazer com ele sem ameaçar ninguém; se a gente se convence disso e para as nossas centrais que só respondem por 3%, enquanto o Japão com 23% está parando a última agora; a Alemanha já parou; não sei o que é que o Hollande vai fazer, mas lá são 80% – vai ser difícil, mas vai diminuir; se nós formos por esse caminho, nós temos que defender isso internacionalmente.

A outra coisa que eu acho que vai atrapalhar – e o Presidente Collor sempre tem cuidado disso – é o problema da diplomacia sem sigilo, é quase impossível. Diplomacia sem sigilo é uma coisa muito difícil. Mas vai ficar cada vez mais difícil guardar sigilo no mundo, e a gente, então, vai ter que ter uma profissão, uma atividade diferente.

Outro assunto da bandeira moral, e que aí o Brasil tinha até se comportando muito bem depois do Presidente Lula, é o problema da pobreza. Assumir a bandeira da luta contra a pobreza em escala mundial, a busca de um Plano Marshall social para o mundo inteiro, um Plano Marshall social e global, do mesmo jeito que o Marshall, no final da 2ª Guerra, foi econômico e restrito a alguns países.

Essas são algumas coisas que levariam o Brasil a levantar as bandeiras morais e cobrar dos nossos diplomatas saberem como trabalhar isso sem nos isolar obviamente. Porque levando à última instância

o moralismo nós nos isolamos, e não é o caminho o moralismo, mas são certos valores, certos objetivos e não só direitos humanos que a gente vai precisar levar.

Finalmente, Sr. Presidente, eu deixo aqui a minha preocupação, não com o Itamaraty, não com a política que o Brasil vem desenvolvendo nas últimas décadas – antes mesmo do Lula –, eu falei aqui muito do Lula, mas esse aí não começou com o Lula de jeito nenhum; eu falei que Fernando Henrique não assumiu a posição de liderança dos pequenos, ele até respondeu ao jornalista que perguntou sobre isso e disse: “O Cristovam é um terceiro mundista” Para mim o terceiro mundo hoje é o planeta, o planeta é o mundo do terceiro mundo, dividido em uma parcela de primeiro mundo dos ricos, da qual nós fazemos parte, e isso espalhados no mundo inteiro; não é mais por nação, é social; existe uma nação social. Do jeito que Fernando Pessoa dizia aqui: “Minha pátria, minha língua portuguesa” hoje para nós, do ponto de vista cultural, nossa pátria termina sendo o mundo dos que leem os mesmos livros, dos que falam os idiomas, dos que usam os mesmos produtos. E ao lado disso um arquipélago de pobres espalhados pelo mundo – que não são parecidos – os ricos são iguaizinhos, não importa o mundo; a gravata é muito parecida, o que fala é parecido, o que lê é parecido, o que come é parecido, o que consome é parecido; os pobres não, os pobres dentro da mesma cidade, de um bairro para outro já são diferentes, os da Praça da Sé são diferentes lá do sertão de Pernambuco.

Então nós precisamos assumir que é preciso derrubar a cortina que continua, que é a cortina de ouro; a cortina de ferro separava as nações pelos seus regimes. Agora tem uma cortina de ouro que separa as pessoas, independentemente do país onde vivem, pelas características sociais. Essa luta o Brasil vem e, desde essas últimas décadas, a gente vem construindo. Mas as próximas décadas é que vão ser decisivas. Não há chance de continuar no mesmo rumo em nada, tudo vai ter que dar uma inflexão para um lado ou para outro mais ou menos. E a diplomacia vai ser um ponto chave para que nós possamos, não apenas termos uma boa relação, mas começarmos a pensar em termos algumas formas de liderança. E aí eu termino – porque a liderança até aqui era fácil, porque todo mundo sabia para onde ia; quem estava na frente nos puxava, os países ricos. Como agora eles estão indo num caminho que a gente sabe que vai levar para o degelo – como o próprio Embaixador Ruy falou – vai levar para certas explosões, vai levar para certas tragédias, eles também já não têm mais o facho da verdade para nos conduzir. Como eu ouvi uma vez numa tira da Mafalda, essa personagem do Quino argentino, em que ela dizia: “Bastou eu me acostumar

com as respostas, mudaram todas as perguntas”. Por um lado isso endoidece a gente – perguntas novas –, mas por um lado é uma chance que a gente tem; as respostas entraram em crise, ninguém tem resposta. Se a gente souber fazer as perguntas certas, podemos ter um papel de liderança, isso exige diplomacia, mas uma diplomacia que também mude as perguntas.

As perguntas diante da diplomacia como a gente amarrar e tirar proveito no cenário das outras nações tem que ser mudado para como é que a gente pode casar melhor com as outras nações, como é que a gente pode encontrar uma visão mais harmônica com as outras nações, mais do que tirar proveito e fazer conflito; embora, quando for preciso, teremos que fazer conflito sim, mas tentando evitar isso.

Era o que eu tinha para colocar Presidente Collor, dizendo da minha satisfação de ver esse tema trazido para cá.

O SR PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque pelas suas considerações e indagações, e eu passaria a palavra ao Professor Dr. José Flávio Sombra Saraiva, Professor da Universidade de Brasília, para oferecer algumas respostas ou fazer algumas considerações sobre o que acaba de nos brindar o Exm^o Sr. Senador Cristovam Buarque.

O SR JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA – Obrigado, Sr. Presidente.

Querido Senador, S. Ex^a, V. Ex^a, mas professor, sobretudo um amigo. A presença do Senhor aqui tem significado transcendental. Lembro-me que há 25 anos, entre 87 e 88, embora já tenha lá chegado entre 85, 86 tive a honra de, durante um ano e oito meses, dirigir o seu gabinete como Reitor da Universidade de Brasília; a coragem do senhor de entregar aquele gabinete a um menino. Portanto, há um sentido muito significativo aqui para mim.

Eu acho que o senhor tocou em temas múltiplos, mas interligados. Eu teria três observações de concordância, porque vários dos aspectos foram por mim abordados, sobretudo, a mutação rápida, a vida *on-line*, essa exigência a cada instante de uma informação que já é quase passado e quase não ajuda a pensar o futuro. Todas as nossas profissões estão tocadas por isso evidentemente, e isso evidentemente tem um impacto na ação diplomática e no agente da ação diplomática. Eu diria até que mantendo o profissionalismo que nós temos, a história que nós temos de uma diplomacia profissional, meritocrática, institucional, um concurso público difícil, uma capacidade de adaptação ao mundo, quer dizer, diminuiu de fato o peso da diplomacia clássica nos processos da inserção internacional dos próprios Estados, porque multiplicam-se as fórmulas

da diplomacia, multiplicam-se os atores, multiplicam-se os interesses. Então esse problema, que não é só nosso, é um problema quase mundial.

Há uma dificuldade de formação, inclusive, como formar um jovem diplomata para os desafios dos interesses nacionais de um país integrado ao sistema global quando tudo é *on-line*. Então isso é uma questão central que, talvez num caso nosso, brasileiro, fosse interessante dentro desse conjunto de perspectivas que é o objeto do nosso estudo, alguns esforços, inclusive na especialização dos diplomatas em certas áreas, em certos temas, em certas regiões. Nós temos uma escola clássica e uma tradição clássica de formar o diplomata e fazê-lo estar em todo o mundo – serve no Japão, Estados Unidos, em um organismo multilateral, na África, na América Latina. Claro, dá uma visão universal, isso é muito importante, mas eu creio que ainda temos um enorme desafio na própria melhoria dessa própria formação, que é muito clássica, que é importante, que é defendida, quando outras chancelarias vêm encaminhando o seu processo de formação de quadros de uma maneira bastante mais voltada para pontos e áreas etc. Então, acho que isso abre uma conversa muito importante e muito interessante.

A segunda observação é muito interessante a respeito dessa tensão que eu diria entre a diplomacia pública e a diplomacia presidencial. Há uma tendência, diante da supervalorização das lideranças políticas mundiais, porque elas também vivem num mundo *on-line*, de que algumas decisões sejam tomadas com baixa racionalidade, baixa consulta interna e baixa legitimidade. Não digo o caso brasileiro, mas, embora tenhamos uma diplomacia que, no nosso País, não conheço corrente política alguma e setor social organizado algum que tenha como pauta a crítica à diplomacia brasileira, que ela não funciona, ou que não seja eficaz, ou que ela não demonstre capilaridade, ou não represente o Brasil. Não há corrente política alguma, não se percebe isso. Ela é boa, ela é importante. Agora, acho, sinceramente, que há limites para a ação da política externa e, sobretudo, da diplomacia, que é de Estado. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é um lugar próprio para os bons debates estratégicos, para os caminhos do Brasil e para os caminhos de uma adaptação da ação diplomática à realidade internacional. Mas eu acho isso modesto. Isso não é uma responsabilidade, penso eu, da diplomacia propriamente, mas ocorre pela ausência de um interesse do Parlamento nacional nos temas internacionais.

À exceção do senhor e de alguns, os temas pequenos, do dia a dia, impedem uma discussão estratégica no Brasil. Então, isso não vai ser resolvido por um corpo profissional exclusivo de carreira. Há uma baixa

discussão qualitativa importante nos setores sociais, políticos, empresariais e intelectuais do Brasil sobre o nosso lugar no mundo. A verdade é essa.

Circunscrevo, aqui, porque já vi que há notícia do tempo e de que todos nós vamos conversar. Mas, enfim, obrigado pelas suas observações e pela alegria de revê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado ao Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva, Professor da Universidade de Brasília.

Passo, agora, a palavra ao Prof. Dr. Lier Pires Ferreira, Professor Adjunto do Programa de Mestrado e Doutorado do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

O SR. LIER PIRES FERREIRA – Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque, faço três considerações sobre os temas abordados por V. Exª. há pouco.

Primeiro, uma questão que me parece absolutamente substantiva, que é a dimensão de uma liderança moral.

Efetivamente, a nossa diplomacia, creio eu, tem perseguido, desde sua constituição, o projeto de um Brasil grande, de um Brasil potência. Inobstante a legitimidade dessa pretensão, que evidentemente está lastreada pelos recursos naturais que, de alguma forma, constituem o Estado brasileiro, parece-me que os inúmeros problemas internos do nosso País nos projetam para um desafio absolutamente essencial, que é compatibilizar as nossas bandeiras externas em face das práticas internas que adotamos em diferentes seguimentos, desde a questão da energia, ou da matriz energética que iremos adotar no Brasil à problemática da cooperação internacional no contexto latino-americano e mundial; até por evidente a questões ainda mais candentes para o público em geral, como, por exemplo, a questão da corrupção, a questão do desenvolvimento, a questão da desigualdade, entre tantas outras que pontificam na agenda política brasileira.

Nesse sentido, é importante perceber que uma liderança, ainda que regional, não é um proclame que possa ser feito pelo governo de plantão, seja ele qual for, qualquer que seja a sua natureza.

Liderança é uma conquista, e não tenho certeza se aqueles países que, em diversos momentos, julgamos liderar ou representar no contexto mais amplo das relações internacionais assim nos percebem como seus líderes.

Em tempos não muito distantes, quando se ponderou, em nível global, uma reforma do Conselho de Segurança, o Brasil, mais uma vez, apresentou-se na sua velha pretensão de irmanar-se com as grandes potências e sentar-se lado a lado com elas no conselho dos grandes ou, pelo menos, no conselho dos

poderosos do mundo contemporâneo. Para tal, fez concessões que me parecem injustificáveis, sob todo e qualquer aspecto, algumas das quais chegam mesmo a ser ingênuas, quando não risíveis, como, por exemplo, reconhecer a China como uma economia de mercado, e depois sequer conseguirmos o apoio chinês em face da proposta de renovação do Conselho de Segurança, já que essa proposta à qual o Brasil se apegava contemplava também a inclusão do Japão, o que, do ponto de vista da geopolítica da Ásia, não é possível compatibilizar ainda os interesses chineses com os interesses japoneses.

Esse me parece um ponto que nenhum de nós pode esquecer, nas suas reflexões, sobre o tema hoje proposto, Diplomacia do Futuro. E parece também que tem que ser uma diplomacia moral, mas que esteja pleiteando para o mundo aquilo que estamos, de alguma forma, enfrentando e realizando no nível doméstico para assimetrias muito grandes não sejam verificadas nesse sentido, embora as contradições, nós saibamos, fazem parte da vida.

Uma segunda questão diz respeito à tensão entre blocos e globalização. Vivemos, na verdade, um mundo unimultipolar. Nós temos uma única superpotência completa, os Estados Unidos, e diversas potências de caráter regional, macrorregional, sub-regional, com interesses pivotais em outras partes do mundo. Mas, de fato, vivemos um mundo diferente, um mundo que nos desafia à reflexão, porque essa unimultipolaridade muda a dinâmica mais ampla das relações de poder. Poder, como dizia o Prof. René Armand Dreifuss, um uruguaio radicado no Brasil, é a capacidade de impor um não e extrair um sim.

Bem, poder não pode ser mais só isso, em particular, se nós vincularmos as relações de poder às relações valorativas e axiológicas que me parecem lhe são inerentes.

No tocar da sineta, uma última reflexão.

Se hoje os novos temas ajudam a pontuar o que é a diplomacia do futuro, não podemos nos esquecer também de que, se somos essas antenas que irão captar esse sistema de saberes, não podemos descuidar talvez do maior desafio brasileiro da sua contemporaneidade: a questão da educação. Mas, se oportunidade houver, falaremos mais sobre esse tema numa próxima intervenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Prof. Dr. Lier Pires Ferreira, Professor Adjunto do Programa de Mestrado e Doutorado do Instituto Universitário e de Pesquisas do Rio de Janeiro.

Passo a palavra a S. Ex^a o Dr. Francisco Rezek, ex-Juiz da Corte Internacional de Haia, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-Ministro das Relações Exteriores.

O SR. FRANCISCO REZEK – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Meu caro Senador Cristovam Buarque, meu sempre Reitor e chefe, V. Ex^a referiu alguns temas particularmente sensíveis à questão da soberania, à questão dos direitos humanos.

Veja, Senador, hoje, há conta dessa questão da hierarquia dos tratados internacionais, numa ordem jurídica. Enfim, ensina-se nas universidades. O sistema constitucional brasileiro, desde, pelo menos, a fundação da República, coloca os tratados internacionais no plano das leis nacionais, das leis federais ordinárias, nem acima, nem abaixo delas, com um temperamento importado pelo art. 5º, § 3º da Carta, e com outro temperamento resultante do Código Tributário Nacional. Mas, em princípio, em geral, os tratados do Brasil, como nos Estados Unidos da América, têm a mesma estatura hierárquica das leis do Congresso. Eles não têm uma estatura superior àquela das leis, como acontece tanto em vizinhos nossos como Argentina, Peru, Venezuela, quanto nas democracias europeias em geral: Alemanha, França, Itália etc.

É muito comum que o estudante pergunte: “Existem, como alguns dizem, tratados, normas de Direito Internacional que podem ser consideradas supraconstitucionais, não apenas igualitárias em relação à Constituição, coisa que não conhecemos, mas superiores mesmo à própria Constituição?” Sim, isso existe. Alguns cândidos hoje dizem: “Não, as normas relacionadas com direitos humanos são superiores à própria Constituição.” Isso é uma fantasia e um jogo de palavras. Primeiro, porque não sabemos exatamente do que estamos falando quando usamos a expressão direitos humanos. Norberto Bobbio dizia: “Essa expressão é um pleonasmo. Não há direitos desumanos, todos os direitos são humanos. A ciência do direito é um produto de consciências humanas para fazer a felicidade geral de seres humanos isoladamente ou em sociedade.” Portanto, direitos humanos constituem tudo. Agora, em geral, quando falamos de direitos humanos, estamos nos referindo àqueles básicos da pessoa humana, que a Declaração de 1948 consagrou.

As normas supraconstitucionais são aquelas a que o Senador se referiu. Aquelas que constituem os limites da soberania. Ninguém pode se declarar dono do alheio, ninguém pode se assenhorear do alto mar ou da Antártida por vontade unilateral ou invocando a própria soberania. Ninguém é soberano o bastante

para desafiar o fato de que tão soberanos quanto ele existem outros 192. Esse é o ponto.

Quanto à questão dos direitos humanos. Esse tema tem sido usado de um modo bastante desonesto em diversos foros. O discurso dos direitos humanos tem sido usado de modo desonesto em vários cenários, em vários foros, no sentido de levantar-se essa bandeira, geralmente por mãos privadas, de organizações não-governamentais ou outras entidades decididamente sem formação técnico-jurídica nenhuma, para se dizer que se alguém levantou a bandeira dos direitos humanos danem-se os demais direitos humanos. Ou seja, usa-se o argumento dos direitos humanos para esvaziar todos os restantes direitos humanos de quem porventura seja acusado de ter violado um direito humano de outro. O mais grave, Senador, é aquilo que resulta às vezes de uma atitude de boa vontade que o Estado pode tomar – isso foi discutido recentemente em Paris num foro relacionado à internacionalização do direito, e eu queria lhe mandar cópia de alguns documentos relacionados a este evento.

Falou-se justamente disso, como ficamos quando consideramos os representantes da China, que foram bastante eloquentes, mas também os norte-americanos e outros mais, como ficamos quando o Estado é soberano, numa atitude de notória boa vontade, adere a certos mecanismos de proteção internacional dos direitos humanos, acreditando que eles funcionarão como se imagina que vão funcionar na proteção típica de um direito humano porventura violado neste país ou noutro? De um direito humano de um indivíduo ou de uma família que a justiça local não tenha conseguido proteger? E, portanto, diante de uma situação irregular, anômala, patológica, o Estado, num visível ato de humildade, condescende com a ideia de subordinar ao Tribunal Internacional de Direitos Humanos para este fim, para admitir que uma decisão das suas autoridades locais, do poder público local, legitimamente constituído pela vontade popular, seja atropelada por uma decisão de um organismo internacional de proteção dos direitos humanos? Sim, em casos típicos.

E acredita-se, Senador, V. Ex^a confirmará ou não nas suas reflexões, que quando o constituinte brasileiro lançou na Carta aquela Disposição Constitucional Transitória que diz que “o Brasil aderirá a um mecanismo internacional de proteção aos Direitos Humanos, a uma corte internacional de direitos...” que era para isso. Era para esse organismo fazer aquilo que faz o organismo correspondente na União Europeia, a Corte de Estrasburgo. E mesmo atropelando decisões do poder público local, garantir o direito humano típico de alguém que o teve violado, desrespeitado, inobservado pelas autoridades locais.

Mas não se está dando por isso autoridade a esta instituição para governar o país. E parece que foi isso que a Presidente da República, nas primeiras semanas do seu mandato, enfrentou, quando recebeu sequer da Corte, da comissão do sistema de proteção interamericano de Direitos Humanos – comissão esta sediada em Washington e não em São José da Costa Rica, e que não é sequer uma corte, não é um organismo jurisdicional – uma espécie de injunção relacionada a Belo Monte.

Belo Monte foi uma decisão do governo anterior, intensamente trabalhada, sofrida. Todo mundo sabe quanto aquilo custou. O consenso em torno, enfim, o exame da relação custo-benefício. Todo mundo sabe que nessas grandes obras há sempre esse ou aquele dano, esse ou aquele prejuízo, mas mede-se ao fim e ao cabo o interesse nacional. E ele foi medido pelo Congresso Nacional, eleito pelo povo para elaborar a ordem jurídica. E foi medido pelo Governo, pelo Executivo, eleito também diretamente pelo povo para governar o País. E foi controlado pelo Supremo, ao qual várias entidades se dirigiram, contestando Belo Monte. Mas o Tribunal declarou a perfeita regularidade daquilo. E, de repente, alguma instituição privada descontente vai a Washington, à Comissão, e... A questão é essa.

Quando o constituinte autorizou o Governo e o Congresso a aprovarem um tratado que nos submete a um organismo internacional de proteção dos direitos humanos foi para isso? Foi para que um organismo internacional, de cuja competência técnica não temos notícia, substitua o poder público legitimamente constituído numa democracia para governar o País? E regoverne o País? Porque aí não se trata de proteger um direito humano porventura violado pela justiça local.

E é esse o ponto, Senador. Não é nem uma questão prioritária de soberania. Há sim uma questão de soberania, mas o valor mais diretamente alvejado por uma situação como essa é o princípio democrático. Não sei de onde comissários interamericanos de direitos humanos extraíram legitimidade democrática para governar o Brasil, como pareciam querer fazer nesse episódio contemporâneo dos primeiros dias de mandato da Presidente da República. Injunção esta à qual o Governo brasileiro reagiu corretamente. Não tenho maiores comentários, mas reagiu corretamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Dr. Francisco Rezek, ex-Juiz da Corte Internacional de Haia, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Tenho a satisfação de passar a palavra agora a S. Ex^a o Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. RUY NUNES PINTO NOGUEIRA – Antes de tratar dos temas levantados pelo Senador Cristovam Buarque, que considero muito relevantes, um comentário sobre o que acaba de dizer o Ministro Rezek: e editando medidas cautelares – haja soberania relativa!

Senador, o senhor tocou em dois pontos que considero importantíssimos, no que diz respeito às chancelarias de modo geral. O senhor bem focalizou o incremento da diplomacia presidencial. Não é um fenômeno recente, lembro-me do Presidente Collor presidindo a Rio 92, com extrema altivez e autoridade. De lá para cá, enfim, a diplomacia presidencial cada vez se reforçou.

Mas, exatamente em função de uma crise que nunca deixou de existir, mesmo depois do fim da história, e que está se agravando, essa diplomacia, essa repetição de encontros de Chefes de Estado, e com essa rotatividade dos Chefes de Estado, abre um espaço importante para que as chancelarias, para que os mecanismos permanentes da diplomacia possam assegurar um mínimo de continuidade aos temas tratados, cada vez mais numerosos, cada vez mais diversificados.

Essa questão da diversificação me leva ao segundo comentário que queria fazer sobre a sua intervenção: a questão da especialização dos diplomatas. Essa questão sempre existiu. Ao longo da minha carreira havia aqueles que procuravam se especializar em questões econômico-comerciais, nem tanto financeiras, na época, e aqueles dedicados a assuntos políticos, sobretudo aqueles que se especializavam na questão dos organismos multilaterais. Mas, ela atende, ela vai ter de acontecer. Seremos sempre generalistas, por índole e por necessidade, por desvio profissional, se o Senhor quiser, mas essa tendência de especialização já está ocorrendo e vai ter cada vez mais de se acentuar. Por sorte, ela ocorre num bom momento.

O Congresso Nacional, alguns anos atrás, finalmente aprovou um expressivo aumento dos quadros da diplomacia brasileira, em 50%. Nós fomos, durante muitas décadas, 900 diplomatas, e hoje já somos 1.400, quase 1.500, quase o mesmo nível que o México tem há mais de dez anos. Há mais de dez anos o México tem mais de 1.500 diplomatas.

O que ocorreu foi uma coisa de particular felicidade. Em cinco anos, admitimos 500 novos diplomatas e tivemos de abrir, sem o menor prejuízo da qualidade do funcionário que ingressou, o leque da nossa seleção. Por sorte, desde algum tempo se exige um curso de graduação completo. É impressionante o número de

mestres e doutores que ingressaram no Itamaraty nos últimos anos. De médico oncologista a engenheiro de mísseis, formados pelo Instituto Militar de Engenharia e instituições congêneres. Então, temos, realmente, uma massa com que trabalhar. Não há a menor dúvida de que temos de incentivar a especialização, sempre que possível com base na sua formação específica.

A Presidenta, no último Dia do Diplomata, fez um discurso muito inspirado, muito vibrante, ela realmente externou o que pensa. Ela disse que gostaria de ter mais engenheiros no Itamaraty. De forma um pouco caricata, ela também abordou essa questão que o preocupa. Fique tranquilo, acho que temos, enfim, o material para termos bons especialistas, que possam cuidar de todas as questões que o Senhor mencionou, inclusive dos ilícitos internacionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores. Eu gostaria de tecer alguns comentários sobre o que aqui foi dito em relação à diplomacia do futuro. Realmente, temos uma enorme lista do que seriam prioridades da política externa brasileira para a próxima década, para os próximos vinte anos, e as coisas vêm acontecendo sempre de forma muito rápida, difícil de nos adaptarmos a tempo e a hora. Mas, teremos, no próximo dia 10, quinta-feira, aqui na Comissão de Relações Exteriores, S. Ex^a, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Embaixador Antonio Patriota, quando discutiremos mais profundamente essa questão.

Pela experiência que me foi dada obter, acho que a diplomacia, sendo do presente ou sendo do futuro, sempre continuará sendo feita com base no relacionamento entre seres humanos, com base entre Chefes de Estado. É fundamental que essa relação entre Chefes de Estado exista para que grandes problemas possam ser removidos e que a agenda internacional possa evitar que conflitos existam.

A diplomacia brasileira é reconhecida como uma das melhores do mundo exatamente pela capacidade que a Casa de Rio Branco tem de saber dialogar, de saber preparar o terreno para que o Chefe de Estado possa, com a sua contraparte, chegar a uma conclusão que atenda ambas as partes, ambos os países, ambas as Nações.

Lembro-me bem de um fato em relação à questão da força moral, que aqui foi colocado por S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque. Quando era Ministro das Relações Exteriores o Ministro Francisco Rezek e eu Presidente do Brasil, havia no Cone Sul uma efervescência em função da competição entre Brasil

e Argentina para saber qual dos dois países primeiro alcançaria o conhecimento da fissão nuclear. Isso perturbava demais não somente as nossas relações, como as relações, como V. Ex^a conheceu, Senador Cristovam Buarque, com o resto do mundo.

Foi depois de um telefonema, depois que o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ministro Rezek, e toda a equipe do Itamaraty, depois que prepararam o terreno e deixaram a bola na marca do pênalti para que ambos pudéssemos chutar a gol, no mesmo gol, na mesma direção, o Presidente da Argentina, Carlos Menem, e eu, nós assinamos diversos tratados, diversos acordos, fazendo com que essa região do Cone Sul fosse desnuclearizada. Além disso, banimos de nosso território toda e qualquer possibilidade de fabricação de armas químicas ou bacteriológicas. Essa foi uma atitude tomada entre dois países que sempre se digladiavam na busca de certa supremacia, não na região, mas um sobre o outro. Ter conseguido isso foi graças ao grande trabalho realizado pela nossa diplomacia, ao bom relacionamento havido entre os Chefes de Estado.

Por isso que acredito nessa mudança toda que está havendo na Europa, o trabalho que se vai ter é de, mais uma vez, a Chefe de Estado brasileira conhecer os Chefes de Estado recém-eleitos e, a partir daí, estabelecermos o que chamamos de uma boa química para permitir que o trabalho do Itamaraty seja eficiente e que possam novamente, eles, fazerem os gols. Naturalmente, agora os gols são sempre no sentido de retirar, sobretudo a Europa, da grave situação em que ela se encontra.

Tudo isso que foi tratado, a *cyber* diplomacia, a questão das chamadas notas telegráficas dos Srs. Embaixadores ao Sr. Ministro das Relações Exteriores e, consequentemente, ao Presidente da República, essas notas, hoje, praticamente deixam de existir, embora as informações tenham de chegar da forma como disse o Embaixador Ruy Nogueira, interpretadas. Para isso é necessário o preparo que somente o Instituto Rio Branco confere aos nossos diplomatas. Essa interpretação que ela venha não sei por que meios, já que, a partir do dia 16 de maio, todas essas informações têm que estar disponíveis na Internet, e eu me pergunto como serão feitos esses despachos de uma embaixada em Washington, do nosso Embaixador em Washington para o nosso Ministro, de um encontro que tem havido entre a Secretária de Estado americano e o próprio Embaixador brasileiro em Washington, tratando de um tema de tecnologia sensível. Não sei como isso será colocado. Enfim, teremos tempo, acredito, até o dia 16 de maio, talvez com a edição de algum instrumento jurídico que possa normatizar de alguma maneira essa questão para obtermos a salvaguarda que todo

país precisa ter de seus segredos, da defesa de seu conhecimento.

Não se trata aí da questão de ações de governo. Esses não. Esses, não, esses têm que ter transparência total e absoluta. Todas as ações do governo devem ser do conhecimento público, há tempo, na hora em que se realiza um pagamento de uma determinada obra, a quem foi pago, quanto foi pago e como se encontra isso, o número de funcionários, quanto recebe, quanto deixa de receber, enfim, todas as informações e as ações do governo têm que estar disponíveis. Mas tem atos de Estado e esses atos de Estado têm salvaguardas dentro deles, que são exatamente as salvaguardas que o Estado precisa ter para corresponder à sua soberania.

De modo que eu gostaria de agradecer a todos os que hoje aqui compareceram a este nosso encontro: a presença do Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores; ao Dr. Francisco Resek, ex-Juiz da Corte Internacional de Haia, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-Ministro das Relações Exteriores; ao Prof. Dr. Lier Pires Ferreira, Professor Adjunto do Programa de Mestrado e Doutorado do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; e ao Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva, Professor da Universidade de Brasília, pela importante contribuição aqui oferecida.

Ao mesmo tempo, agradeço a presença dos Srs. Membros do Corpo Diplomático, Exm^a Sr^a Embaixadora Yvette Goddard, de Barbados; Exm^o Sr. Embaixador do Equador, Embaixador Horacio Sevilla Borja; ao Sr. Ibraim Alesia, Encarregado de Negócios da Embaixada do Reino da Arábia Saudita; ao Sr. Abdelhami Rahmani, Ministro Conselheiro da Embaixada da Argélia; ao Rafael Hidalgo Fernandez, Conselheiro da Embaixada de Cuba; ao Sr. Aleksander Tserkovsky, Conselheiro da Embaixada da Belarus; ao Sr. Leo Vinovezky, Conselheiro Política da Embaixada de Israel pela presença de V. Ex^{as}, o que nos deu muita satisfação e nos honrou sobremaneira.

Por fim, convoco as Sr^{as} e Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a ser realizada dia 10 de maio, quinta-feira, quando será realizada audiência pública com a presença do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota neste plenário.

Agradecendo mais uma vez a todos e desejando uma boa noite, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 22 minutos.)

ATA DA 25ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia dez de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores **Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Paulo Bauer, Blairo Maggi, Delcídio do Amaral, Ana Amélia, Ricardo Ferraço, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti e Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e realiza a leitura de comunicados. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 07, de 2012 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 16 de fevereiro de 2012, que diz: “*Requeiro, nos termos do art. 397, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, §1º da Constituição Federal, seja convidado a comparecer a esta Comissão, o Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota, para debater a atual situação da política externa brasileira, bem como os preparativos e ações tomadas para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20*”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer sua exposição o Embaixador **Antônio de Aguiar Patriota**, Ministro de Estado do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Fazem uso da palavra os Senadores **Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ana Amélia e Eduardo Suplicy**. Após a exposição final do convidado, o Presidente da Comissão consulta o Plenário sobre a inclusão do Requerimento nº 23, de 2012 – CRE. Inclusão aprovada. **Item extra-pauta – Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 23, de 2012**, de autoria do Senador **Luiz Henrique**, que diz: “*O Senador signatário requer a Vossa Excelência para que, ouvido o Plenário, seja encaminhada correspondência ao Senhor Eduardo Paes, Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, para que intervenha junto à rede hoteleira da capital fluminense, no sentido de oferecer preços de diárias compatíveis com os dos hotéis europeus. Caso não seja possível essa intervenção, que, se possível, ofereça, mediante deliberação do Poder Legislativo*

Municipal, subsídio governamental que possa viabilizar a vinda de uma delegação do Parlamento Europeu, cuja ausência à Conferência da ONU, Rio + 20, será prejudicial ao êxito do evento. Faço essas sugestões, porque, em situações análogas, seja como Prefeito de Joinville, seja como Governador de Santa Catarina, logramos obter objetivos semelhantes". **Resultado:** Aprovado com abstenção do Senador **Francisco Dornelles**. Não havendo nada mais a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 25ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 23ª Reunião e da 24ª Reunião.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Comunicados.

O primeiro deles, ofício recebido de S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, em que diz:

"Com os meus cordiais cumprimentos, informo a V. Ex^a que estarei impossibilitado de comparecer aos trabalhos desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional amanhã, dia 10 do corrente ano, pelos motivos especificados na cópia do requerimento anexo. Solicito as necessárias providências com relação à justificação de minha frequência junto a esta Comissão."

A justificativa: acompanha desempenho de missão política cultural de interesse parlamentar no exterior, especificamente a participação de S. Ex^a no Congresso Sustentável 2012: uma Agenda para a Rio+20, a convite do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, que está sendo realizado hoje no espaço Tom Jobim, Jardim Botânico, Rio de Janeiro.

Temos duas informações, uma não muito boa e a outra muito boa, sobre a Rio+20.

A que não é muito boa: o Parlamento Europeu cancelando a ida à Rio+20 e fazendo críticas à escalada de preços que vêm sendo observados na cobrança de diárias pela rede hoteleira do Rio de Janeiro.

Diz a nota:

"O Parlamento Europeu decidiu, nesta terça-feira, cancelar a ida da delegação de eurodeputados que iriam participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, que será realizada no Rio de Janeiro entre 20 e 22 de junho, devido ao elevado custo da viagem. A medida foi tomada pelos coordenadores da Comissão do Meio Ambiente da instituição que constataram que os gastos seriam muito elevados e injustificáveis num período de crise, afirmara a Agência F Fontes Comunitárias. "O Parlamento cancelou sua delegação à Rio+20 pelos custos excessivos. O Brasil deveria realmente controlar os custos para evitar um grande fracasso", afirmou hoje pelo Twitter o Deputado holandês Gerben Jen Gerbandy. Gerbandy se mostrou decepcionado pelos abusos do setor hoteleiro da cidade, que pedia até €600 por noite e considerou que o Governo brasileiro deveria intervir nessa situação, sobretudo levando em conta a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016."

Eu acho que, em nome dos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, poderíamos fazer um apelo à rede hoteleira do Rio de Janeiro, de São Paulo, para que nesse período agora da realização da Rio+20, dada a importância, a relevância do tema, para que os preços fossem, de alguma forma, tornados razoáveis, mesmo para os europeus que têm como sua moeda o euro.

Realmente as informações que temos é de que uma diária em um hotel cinco estrelas não está por menos de R\$2.000,00 um apartamento normal; um apartamento médio, de um hotel médio, está por R\$1.000,00; enfim, realmente os preços estão muito altos e isso vem dificultando bastante a vinda não somente de delegações oficiais, mas, sobretudo, de organizações da sociedade civil.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com a palavra, pela ordem, S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu sugiro que a Comissão de Relações Exteriores faça uma intervenção junto à Prefeitura do Rio de Janeiro, tendo em vista a importância da participação dos parlamentares europeus, para ver se o Governo municipal intervém – eu, como prefeito e como governador, em situações semelhantes agi assim – ou obtendo a redução dos custos das diárias ou subsidiando parte delas.

Então, se V. Ex^a entender assim, formularei um requerimento por escrito nesse sentido. E depois que se obtiver uma resposta do Prefeito Eduardo Paes, que

mantenhamos o contato com o Parlamento da Comunidade Europeia para reverter essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Luiz Henrique. A Mesa acolhe com satisfação a sua ponderação e o seu oferecimento de apresentar ainda hoje, nesta reunião, um requerimento ao Sr. Prefeito do Rio de Janeiro, para que ele mova as ações necessárias visando a facilitar a vinda não somente dos integrantes do Parlamento Europeu, mas de todos aqueles que queiram acorrer à Rio+20. Então, ao final desta reunião de hoje, colocaremos à deliberação desta Comissão, o requerimento apresentado agora oralmente, que será lido posteriormente para apreciação.

A boa notícia: Presidente da França e Rússia dizem à Dilma que estarão na Rio+20.

O Presidente eleito da França, François Hollande, e o Presidente da Rússia, Vladimir Putin, disseram à Presidenta Dilma Rousseff, em conversa telefônica nesta quarta-feira, ontem, que participarão, em junho, no Rio de Janeiro, da Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, segundo informou o porta-voz da Presidência da República, Thomas Traumann. De acordo com o porta-voz, Dilma telefonou por volta das 9h30 para Putin e às 13h para o novo presidente da França.

Essa é uma notícia extremamente positiva, que dá bem a noção que lideranças tão importantes como estas, Presidentes da Rússia e da França, recém-eleitos, um formando o governo e o outro aguardando as eleições legislativas em junho, entendem que a presença deles nesse debate sobre o futuro do Planeta seja fundamental.

O Ministério das Relações Exteriores também informou ainda que outros Chefes de Estado já confirmaram e que, oportunamente, estará divulgado os nomes de Suas Excelências.

Comunicado: Avaliação e Prioridades da Política Externa. Relato do 5º Ciclo de Audiências, especificamente do 3º Painel.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizou, na última segunda-feira, dia 7, audiência pública sobre os rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012, cujo 5º Ciclo de Debates dedica-se à Política Externa Brasileira. O 3º Painel da série discorreu sobre “A diplomacia do futuro: perspectivas”.

O primeiro expositor foi o Dr. José Flávio Sombra Saraiva, do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). De acordo com sua análise, a diplomacia, tão antiga quanto a sociedade organizada, hoje, ganhou um espaço próprio, que é o da solução negociada das diferenças e da cooperação no esforço pela paz. Essa evolução da antiga

diplomacia de administração dos conflitos e das diferenças é, no seu entendimento, um ganho extraordinário que não pertence aos tratados do século XX, mas ao mundo. A diplomacia, a seu ver, ganhou força e é uma necessidade da sociedade contemporânea, um espaço da política voltada para uma dimensão mais altruísta que propriamente negativa da construção da sociedade internacional.

A diplomacia brasileira, segundo o Professor Saraiva, tem demonstrado uma linha de continuidade ao longo de seus 200 anos de existência como instrumento da cooperação pela paz, do desenvolvimento nacional e do reconhecimento dos limites de um país novo, cuja construção jovem possui meios limitados de poder para exercer qualquer forma de hegemonia ou vontade imperativa de comandar, sem legitimidade, processos de negociação. Trata-se, a seu ver, de uma diplomacia responsável.

O Professor afirmou que, historicamente, o Brasil nunca fez da diplomacia um embate de políticas de curto prazo, tampouco partidárias. Ele classificou de positivo e adequado o respeito do País às normas jurídicas internacionais, ressaltando a contribuição brasileira na construção de normas do sistema internacional.

O Professor acredita que o atual modelo de diplomacia, restrita ao quadro profissional, está se esgotando, em virtude da tendência mundial de diversificação de temas, o que leva à inserção de novos atores no que chamou de “paradiplomacia” financeira, comercial, empresarial e outras nos campos de negociação, dividindo responsabilidades com a diplomacia tradicional. As grandes empresas internacionais já praticam diplomacia própria, inclusive as brasileiras. Ele acredita que o Brasil saberá contornar esses novos desafios da nova diplomacia.

O segundo expositor foi o Dr. Lier Pires Ferreira, Professor Adjunto do Programa de Mestrado e Doutorado do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Na sua avaliação, a diplomacia do futuro será aquela cuja agenda seja permeável aos atores da sociedade civil, com uma agenda pouco menos constituída pelo Estado e mais pela sociedade. Segundo ele, essa diplomacia, que pode ser considerada essencialmente democrática, não virá como uma dádiva, mas como uma conquista de uma sociedade civil consciente de que a concepção dos seus interesses depende fundamentalmente da sua organização, dos seus mecanismos de pressão e, por certo, do seu nível de escolarização e formação profissional.

Nesse sentido, ele considera que, em grande parte, no Brasil, essa diplomacia democrática voltada para a cidadania e para o desenvolvimento tem, como um de seus elementos condicionantes, o Parlamento

nacional. Na sua opinião, somente quando o Parlamento estiver cada vez mais vinculado aos interesses e necessidades da nossa sociedade, abrindo-se crescentemente para a participação dos cidadãos e assumindo o protagonismo que deve ter necessariamente no Estado democrático de direito, na formulação de políticas de Estado quer internas, quer exteriores, é que poderemos pensar efetivamente na possibilidade de uma diplomacia que seja mais do que a expressão dos interesses dos Estados, mas fundamentalmente que seja a intenção e a expressão dos interesses e demandas da sociedade civil.

Concluindo, o Professor afirmou que, para esse propósito, a série de audiências públicas promovidas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República exerce papel fundamental.

Por sua vez, o Dr. Francisco Rezek, ex-Juiz da Corte Internacional de Haia, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-Ministro das Relações Exteriores, afirmou que a continuidade da Política Externa Brasileira, desde o Império, baseia-se numa diplomacia que se exerce sem nunca ter admitido uma quebra do compromisso essencial com o direito como diretriz das relações exteriores do Brasil. Esse compromisso explica que, no essencial das relações exteriores, a ideia do compromisso com o direito prevaleceu sempre, mesmo nos períodos mais sombrios de quebra absoluta do Estado de direito no plano interno. Isso tem a ver, na opinião do jurista, com o profissionalismo da Casa da Diplomacia Brasileira, o qual nenhum governante quis perturbar em nome de compromissos partidários ou com o quartel, e isso nos distingue profundamente de vários países, alguns vizinhos, outros bem distantes de nós. Jamais, na sua opinião, o Governo brasileiro deixou que certos interesses de política interna influenciassem suas diretrizes de política externa, enquanto, em inúmeros países, até mesmos nos democráticos, constantemente, promovem-se aberrações em sua política externa em nome de interesse em agradar a uma pequena parcela de seu eleitorado doméstico.

Ele atribui ao uso da política externa, exclusivamente no atendimento do interesse nacional, calcada no direito a afeição do povo brasileiro pela diplomacia do Brasil. Como exemplo, ele citou o apoio da população à posição do governo Collor de concordar com a resolução condenatória das Nações Unidas à invasão do Kuwait pelo Iraque, sem que, contudo, aceitasse pegar em armas para defendê-la. De outro modo, explicou o Dr. Rezek, teríamos de pegar em armas para garantir a execução de outras resoluções do Conselho de Segurança que nunca foram executadas. Segundo ele, existe uma tomada de consciência de que há atos internacionais legítimos, mas de que o compromisso

do Brasil com o direito indica que não temos nenhum motivo para sermos os ativistas da respectiva execução, sempre a cargo daqueles que têm interesse geopolítico em fazê-lo.

Concluindo sua exposição, afirmou o Dr. Rezek que algumas frases da diplomacia brasileira pronunciadas pelo chefe de Estado do governo passado neutralizam por inteiro tudo o que de menos feliz foi dito. Como exemplo, recordou que, quando da brutal ilegalidade – são palavras utilizadas por ele – da invasão militar do Iraque, em que as Nações Unidas passaram pela maior humilhação de sua história, sendo-lhe imposto pelos países organizadores da guerra o colossal vexame de dizer que a Organização tinha a desempenhar um papel humanitário de reconstrução do país e de socorro às vítimas, o Governo brasileiro disse a frase, segundo ele, memorável de que “a Organização das Nações Unidas não foi criada para administrar as ruínas de uma guerra que ela não conseguiu evitar”. Essa frase é do ex-Presidente Lula.

Encerrando os debates, o Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, recordou que a renovação para a diplomacia é necessária, mas não é fácil; é preciso também saber renovar-se, o que consiste em abrir-se às novas tendências no Brasil e no mundo, em não se aferrar dogmaticamente às práticas do passado e não repetir cegamente o que já deu certo antes, porque as circunstâncias mudam. As mudanças estão ocorrendo de forma dramática, e os ajustes da Chancelaria Brasileira aos novos tempos têm de ser feitos com muito cuidado, para não colocar em perigo o acervo da nossa diplomacia.

De acordo com sua análise, o fato de o Brasil ter se tornado a sexta economia do mundo, ser um Estado democrático e ter diminuído a injustiça social permitiu-nos elevar a nossa diplomacia. O Embaixador Ruy Nogueira citou como exemplo o papel fundamental desempenhado pelo Brasil na formação do G20 comercial e a participação decisiva do País na Conferência do Clima em Durban.

No plano da paz e da segurança internacional, lembrou ele que não chegaram ainda a bom termo os esforços para a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas já ninguém duvida de que, qualquer que seja a configuração de um novo Conselho de Segurança, seria muito difícil que o Brasil deixasse de estar presente. Isso foi dito pela própria Secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, há apenas duas semanas, quando esteve no Brasil.

Tudo isso, ressaltou o Embaixador, requer um ajuste da nossa ação diplomática, pois representa novos desafios.

Ele informou que o Ministério das Relações Exteriores tem feito grande esforço no sentido de acompanhar as novidades tecnológicas, incorporando-as às comunicações entre a chancelaria e as duzentas e vinte e quatro missões diplomáticas brasileiras no exterior, além de adotar um programa de aprimoramento de seus dotes linguísticos.

A diplomacia do futuro, na sua opinião, manterá na pauta os temas ambientais de direitos humanos, a paz e a segurança internacional, a cooperação técnica e econômica, os investimentos e a ordem financeira, acrescidos de novos temas, como as reservas de água doce, as terras raras, as novas rotas marítimas, a Antártica e a segurança cibernética, assuntos para os quais a diplomacia terá de se preparar, adaptando-se aos novos tempos.

Concluindo, afirmou o Embaixador que o crescente êxito do Brasil em seu processo de crescimento econômico com o avanço da justiça social e a erradicação da pobreza fortalece enormemente nossa projeção internacional e confere importância ainda maior a esse estilo de atuação, pois é um dos fatores de nossa credibilidade e do nosso *soft power*. Mas acrescentou o Embaixador Ruy Nogueira: “Apesar de o Itamaraty estar aberto ao novo, não se deve perder de vista que, preservando melhor o patrimônio diplomático do Brasil de ontem e de hoje, estaremos preparando melhor a diplomacia do futuro”, encerrou o Embaixador Ruy Nogueira.

Passando à pauta do dia de hoje, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública com S. Ex^a o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antônio de Aguiar Patriota, para debater a atual situação da política externa brasileira, bem como os preparativos e ações tomadas para a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em atendimento ao Requerimento nº 7, de 2012, desta Comissão, de autoria de Fernando Collor.

Convido para compor a Mesa S. Ex^a o Embaixador Antônio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores, desejando-lhe as nossas mais efusivas boas-vindas a esta Comissão, em nome todos os seus integrantes.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr. Chanceler Antônio Patriota, eu só gostaria de justificar a pouca presença de Senadores aqui neste momento. É que, como esta Casa não adotou ainda a proposta brilhante do Senador Mozarildo

Cavalcanti, em que uma semana seria dedicada só às comissões e outra semana só ao plenário, hoje há uma coincidência de eventos importantes na Comissão de Agricultura e na Comissão de Meio Ambiente. Nós mesmos estamos constrangidos por não participar daquelas audiências que se realizam neste momento conjuntamente. Além disso, está em funcionamento a CPI, instalada recentemente no Congresso Nacional. Por isso, quero pedir desculpas ao Sr. Embaixador pela pouca presença de Senadores. Acredito que ao longo da reunião virão outros, mas o motivo é efetivamente de nós não termos o poder da ubiquidade. Cada Senador está integrado a uma outra atividade nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

Gostaria de fazer o registro com muita satisfação para esta Comissão da presença dos senhores membros do corpo diplomático: Sr. Facundo Vila, Ministro da Embaixada da República Argentina; Sr. Gonzalo Entenza, 1º Secretário da Embaixada da República Argentina; Sr. Juan Antonio Barreto, 2º Secretário da Embaixada da Argentina; S. Ex^a o Sr. Embaixador Francisco Ribeiro Telles, Embaixador de Portugal. Seja muito bem-vindo! E também o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira.

Passo a palavra, agora, a S. Ex^a o Ministro de Estado das Relações Exteriores Antônio de Aguiar Patriota, para a sua exposição.

O SR. ANTÔNIO DE AGUIAR PATRIOTA – Muito obrigado, Senador Collor. Eu queria agradecer a sua acolhida e também o seu interesse pela política externa – temos nos encontrado em intervalos muito frequentes – e também o seu engajamento nos preparativos para a conferência da Rio+20.

Para mim é um prazer, uma honra poder voltar a esta Comissão e estar com os Srs. Senadores quase um ano depois da minha passagem por aqui. Na verdade, eu gostaria de ter vindo antes, mas tivemos que desmarcar a data que havia sido acordada.

De qualquer maneira, encaro este nosso encontro como parte daquilo que queremos cada vez mais praticar como diplomatas, como chancelaria, que é a interação com o Legislativo, com a sociedade brasileira, numa política externa que reflita plenamente o momento em que o Brasil vive, com todos os seus trunfos e também desafios; sobretudo um momento de plena vigência de democracia, de aprofundamento das nossas raízes democráticas. De maneira que podem certeza de que eu valorizo muito este encontro e estarei sempre à disposição, seja para visitas ao Senado, à Câmara – hoje tomei o café da manhã com a

Deputada Perpétua, do Acre; voltarei à Câmara no dia 6 de junho, para uma conversa também com a Comissão de Relações Exteriores –, seja individualmente ou em grupos, recebendo os senhores no Itamaraty para conversar sobre as mais variadas questões.

Vejo com muita satisfação, como dizia o Embaixador Jerônimo, que está aqui presente, que o Congresso Nacional praticamente toda semana está debatendo algum assunto relacionado à política externa, tanto aqueles que têm a ver com a nossa vizinhança quanto outras grandes questões da agenda internacional.

Eu queria saudar não só a presença dos Senadores; do Embaixador Ruy Nogueira, Embaixador Jerônimo, do Corpo Diplomático, do novo Embaixador de Portugal – nós nos conhecemos em Angola, antes de ele vir para cá –, dos diplomatas da embaixada argentina, da imprensa.

O que eu tinha pensado em fazer como introdução era falar um pouquinho do cenário internacional, como nós analisamos as tendências atuais, mencionar um pouco o que tem sido feito em termos de política externa.

A primeira vez que compareci aqui, em abril, o Governo ainda era muito novo, e eu estava há apenas três meses nesta posição. Agora já estou há um ano e quatro meses. Já tenho muito a relatar sobre visitas, iniciativas, prioridades, ênfases e também posso falar um pouquinho dos desafios para os próximos meses, enfim, para o futuro, no que se refere à política externa.

Para começar pelo cenário internacional, não é muita novidade falar no surgimento de uma ordem cada vez mais multipolar. É esse o ambiente em que o Brasil adquire crescente relevância. Hoje, com relações diplomáticas com todos os membros das Nações Unidas. Isso é uma novidade, porque, até 2011, faltavam uns dez países com os quais não tínhamos relações diplomáticas. Hoje em dia estamos entre um número bem reduzido. Aqui, no nosso Hemisfério, só o Canadá se encontra nessa categoria de ter relações com todos os países, menos com os da ONU, e também com um país que ainda não é membro da ONU, que é a Palestina, mas esperamos que muito em breve o seja.

É um símbolo do nosso interesse manter relações de cooperação amistosas com a comunidade internacional de modo geral, sem negligenciarmos aqui nosso entorno regional e a nossa âncora sul-americana.

Mas, quando se fala em multipolaridade, às vezes a ideia que surge é a de um conjunto de atores que tem um papel semelhante na organização de uma ordem internacional. A verdade é que os diferentes polos da multipolaridade são bastante diferentes entre si. É uma maneira interessante de definir a multipolaridade é menos pelo o que os polos têm em comum do

que pela noção de que nenhum país, individualmente, consegue pautar a agenda internacional sem a ajuda de outros, ou nenhum país, individualmente, por mais forte que seja econômica e militarmente, consegue obter resultados em qualquer frente, seja ela econômico-financeira, seja ela da paz e segurança, seja ela ambiental, sem buscar cooperação, coalizões e associação com outros países.

É isso que acho que é potencialmente muito interessante num País como o Brasil, que emerge, provavelmente pela primeira vez, pela primeira vez na sua história, como um país de influência verdadeiramente global. Porque, nessa interação entre polos, potências estabelecidas, como os Estados Unidos, continuam a ter um orçamento militar que é a soma de todos os demais orçamentos militares, por exemplo, só para dar uma dimensão do poderio que os Estados Unidos ainda detêm. Então, potências estabelecidas na Europa, assim como os Estados Unidos, o Japão, o Canadá, e potências emergentes, algumas das quais já foram potências, na ordem bipolar, como a ex-União Soviética, agora transformada em Federação Russa, como a China, que surge com muita força e que, dentro de algumas décadas – aí as análises variam – poderá até mesmo ultrapassar os Estados Unidos em força econômica...

Esse é um dado também que acho que merece ser sublinhado porque, até mesmo no auge da Guerra Fria, quando havia certa equivalência de força militar entre a União Soviética e os Estados Unidos, jamais a União Soviética ameaçou os Estados Unidos de ultrapassá-los em termos de poderio econômico. Agora, confrontamo-nos com uma circunstância em que, sim, a China, mais tempo, menos tempo, 20 anos, 15 anos, 25 anos, será a primeira economia mundial; isso, hoje, com muita força.

Mas, como eu dizia, neste cenário entre as potências estabelecidas e as novas, o Brasil surge com características muito especiais que o distinguem, não só pelas enormes conquistas no plano interno – desenvolvimento econômico, redução da pobreza, desigualdade, geração de emprego, autossuficiência energética, desenvolvimento de sua agricultura – mas também pela sua inserção internacional. Entre os polos que podem ser identificados no mundo de hoje, ele se caracteriza por estabelecer relações de paz e cooperação com todos os seus vizinhos e está, hoje em dia, profundamente engajado em vários exercícios de integração sub-regional, regional, desde o aprofundamento do Mercosul até a consolidação da Unasul, agora a Celac também, que é a Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos, surgindo como um novo agrupamento. E não só no plano regional, mas

também no plano mundial, é um País sem inimigos e também comprometido com a agenda da paz, a agenda da cooperação; um País livre de armas de destruição em massa. Se formos olhar para os Brics, o único outro país na mesma situação que o Brasil seria a África do Sul, que é uma potência importante pela sua influência diplomática, pelo que representa também em termos de conquistas democráticas e de combate à discriminação racial institucionalizada, mas é uma economia bem menor que a brasileira. Como sabemos, o Brasil, hoje em dia, é a sexta economia mundial; e a África do Sul não chega a ser a vigésima ainda.

Então, juntando esse cenário de multipolaridade, as características do Brasil, acho que temos um momento de grande oportunidade para a diplomacia brasileira e que espero que esteja sendo aproveitado da maneira a mais participativa possível, com um engajamento em uma variedade de frentes. É um pouco a característica dessa diplomacia do momento atual: temos de fazer tudo bem ao mesmo tempo. Não dá para se concentrar apenas numa coisa. A verdade é que temos de ser polivalentes e atender a um número grande de desafios. E, se examinarmos um pouco a agenda de viagens da Presidenta, no último ano e meio, notaremos que é precisamente isto que está sendo feito: está-se dando uma atenção diferenciada à nossa região, que, cada vez mais, se afirma como uma região de paz, de democracia, de cooperação, de crescimento econômico, de progresso social, de consciência ambiental, sem querer minimizar os desafios, a pobreza, a desigualdade, o crime organizado, a questão da competitividade industrial. Então, se examinarmos o mundo em desenvolvimento, de um modo geral, não há outra região como a América do Sul, no mundo: todos os países democráticos, experiências de diferentes tipos, de maior inclusão social, de participação de grupos que, historicamente, estiveram excluídos dos processos políticos no plano nacional, como os indígenas, na Bolívia, por exemplo, assumindo uma participação maior. Para sintetizar, acho que se pode dizer que é uma região de progresso político, econômico e social.

E a Presidenta demonstra, pelas viagens, pelos contatos que mantém aqui em Brasília também com visitantes estrangeiros, a forte prioridade que atribuímos a isso. Ela esteve em todos os países do Mercosul. Sua primeira visita como Presidenta foi à Argentina; subseqüentemente, foi ao Paraguai e ao Uruguai; já recebeu todos os líderes do Mercosul no Brasil; voltou à Argentina, uma segunda vez, para a posse da Presidenta Cristina Kirchner; participou de uma série de eventos regionais, tais como a Unasul, em Lima, a

Celac, em Caracas, e agora a Cúpula das Américas, em Cartagena.

Tem havido um grande número de bilaterais também, com as lideranças regionais. De modo que há uma interação muito intensa com as lideranças da América do Sul, podendo-se falar numa prioridade sub-regional ao Mercosul.

Além disso, há a consolidação da Unasul, que avança em ritmo acelerado. Em 2011, o Estatuto da Unasul entrou em vigor com a ratificação de sete países; hoje em dia, acho que praticamente todos os países já ratificaram o estatuto, e já há uma sede da secretaria da Unasul, em Quito.

A Presidenta também compareceu à posse do Presidente Ollanta Humala, em Lima e, ao mesmo tempo, à Cúpula da Unasul, que demonstrou que essa jovem agremiação de países sul-americanos, unidos em torno de projetos de infraestrutura, de cooperação nas mais diversas áreas – comércio, investimentos – de questões de defesa, de questões políticas, de questões sociais, também vai criando todo um arcabouço institucional que lida com os desafios regionais. Em 2011, foi criado, por exemplo, um fórum de ministros de economia e de presidentes dos bancos centrais para examinar os efeitos da crise econômica na América do Sul, que são semelhantes, com suas especificidades, mas que nos impactam. Não há a menor dúvida, hoje em dia, de que nenhuma região está imune ao processo desencadeado com a crise de 2008, nos Estados Unidos, que depois sofreu um agravamento, um desenvolvimento, até certo ponto paralelo à crise na zona do Euro na Europa. Além desse novo mecanismo, foi criado um conselho eleitoral que acho que merece ser enfatizado e valorizado, porque reflete o compromisso dos países sul-americanos com a democracia, em primeiro lugar, e também com a participação regional sul-americana nos processos eleitorais e democráticos de todos os países da região.

Como alguns analistas políticos costumam dizer, à medida que as democracias vão amadurecendo, às vezes os resultados eleitorais são mais próximos. Vimos até isso, agora, na eleição na França. A vitória do François Hollande, considerada uma vitória muito limpa, na verdade, foi 51,8% contra 48,7%, uma coisa assim. E resultados muito próximos exigem observação eleitoral muito idônea para que não haja contestação. Podemos-nos orgulhar de termos conquistado isso no Brasil, pois o nosso sistema de urnas e a rapidez com que as eleições são apuradas nos permitem uma ausência de contestação, até mesmo quando a diferença é mínima, em diferentes partes do Brasil. Mas queremos que assim seja em toda a região, e isso aí se beneficiará de mecanismos objetivos, imparciais,

transparentes de observação eleitoral, que é um outro aspecto da Unasul que queria mencionar.

A criação da Celac também uma novidade, que é a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos e sobre o qual o Brasil exerceu liderança quando convocou uma Cúpula da América Latina e do Caribe, aqui na Costa do Sauípe, na Bahia, pelo Presidente Lula. Subsequentemente, o México assumiu a liderança do processo.

Em Caracas, no ano passado, foi institucionalizado este fórum, que é um fórum flexível, que não vai se caracterizar pelo estabelecimento de uma burocracia permanente, nem é esse o objetivo, mas, sim, oferecendo a possibilidade de todos os países da região intercambiarem ideias, experiências até mesmo sobre os processos sub-regionais de integração que avançam, alguns mais aceleradamente que outros. Há uma profusão deles aqui: a Caricom, a Sica na América Central, além dos nossos aqui na América do Sul, como a própria Alba, que se organiza em torno também de uma agenda de cooperação.

E há um sentimento de que, no passado, só nos reunimos na presença dos Estados Unidos e Canadá, aqui no hemisfério, ou então, na ibero-americana, na presença de Espanha e Portugal. Por que não nos reunirmos, em nível de Chefes de Estado e Governo, os latino-americanos e caribenhos, se nós já o fazemos, inclusive, no âmbito multilateral, naquilo que se convencionou chamar de Grulac, o Grupo Latino-americano e do Caribe, na ONU, em Nova York, ou, à margem da ONU, em Genebra, em Viena?

A Presidenta também manifestou o seu apoio a esse mecanismo, viajando a Caracas, mantendo numerosos encontros bilaterais, além de uma visita oficial à Venezuela.

E antevemos, com muito interesse, o fortalecimento desse fórum, que passou a ser coordenado pelo Chile e, no futuro, será coordenado por Cuba, depois do Chile.

Isso também é um dado interessante, porque, como os senhores sabem, agora se reuniu em Cartagena há poucas semanas na Cúpula das Américas, onde Cuba não é convidada. Mas no outro mecanismo, que é o de congregação de Chefes de Estado e governos latino-americanos e do Caribe, Cuba não só participa como vai assumir a presidência depois do Chile. O que em si mesmo reflete uma evolução interessante aqui na nossa região.

Até comentei com a Secretária de Estado Hillary Clinton – e posso fazê-lo publicamente – que, quando ela falou, em Cartagena, das extraordinárias mudanças ocorridas no hemisfério, de todo o progresso econômico, social, um discurso muito positivo que fez num

evento paralelo em Cartagena, ao qual eu compareci também, que era a Cúpula Social, que tinham representantes da juventude, dos sindicatos, das mulheres e outros, ela acentuava muito essas mudanças entre a primeira Cúpula e a dessa de Cartagena, que realmente muita coisa mudou, porque, na primeira Cúpula, havia ainda alguns países da região que não tinham relações diplomáticas com Cuba. E hoje todos os países latino-americanos e caribenhos têm relações. Agora, uma coisa não mudou: que é a persistência do embargo norte-americano contra Cuba e da mesma política norte-americana de exclusão de Cuba, sendo um dos temas principais nessa Cúpula das Américas em Cartagena. E acho que teve mérito, não obstante diferenças de opinião, de proporcionar um contexto para uma conversa muito franca, muito transparente, muito aberta.

E o Presidente Obama lidou com essa situação de uma maneira, que diria, de respeito à divergência e à pluralidade de opiniões, permanecendo na sala do debate de líderes durante toda a sessão e ouvindo todas as manifestações. O que, em si mesmo, acho que pode ser considerado positivo, porque as manifestações foram de natureza muito variada.

Bom, eu comentava um pouco as viagens da Presidenta no âmbito regional, mas, no âmbito mundial, a agenda de viagens reflete muito bem aquilo que eu comentava, quer dizer, o caráter universal da política externa brasileira, hoje, se espalhando para todos os continentes e uma atenção aos pólos que surgem nessa nova ordem multipolar.

Ela esteve na China, numa oportunidade para sua primeira Cúpula dos Brics, em abril do ano passado.

Esteve na Índia para uma segunda Cúpula de Brics este ano, associando uma visita bilateral a um encontro plurilateral.

Recebeu o Presidente Obama.

Visitou os Estados Unidos, deixando muito clara a intenção em aprofundarmos uma relação que adquire contornos de maturidade, eu diria, interessantes. Isso foi reiterado numerosas vezes no estágio em que o Brasil se encontra, 6ª economia mundial, demonstrando grande dinamismo, mas também muito consciência dos desafios pela frente.

Um país como os Estados Unidos pode ser um parceiro formidável em ciência e tecnologia, em inovação. O próprio Programa Ciência sem Fronteiras, que representa uma aposta no futuro aqui das novas gerações brasileiras e numa capacitação do Brasil para a competitividade internacional, atribui grande ênfase à cooperação com centros de excelência no estudo de ciências, exatas. E os Estados Unidos são o primeiro centro de excelência.

E, além do encontro na Casa Branca, ela manteve também conversa com o setor privado, com os empresários. Aliás, tem sido uma característica, uma marca das suas visitas, do seu estilo de estabelecer contatos internacionais, sempre manter contatos com o setor privado.

Mas ela também foi a Boston a uma visita a duas grandes universidades, a MIT e Harvard, que estarão se engajando no Programa Ciência sem Fronteiras, onde ela pôde demonstrar e afirmar com muita veemência essa aposta na juventude, na ciência, na inovação, num patamar de desenvolvimento qualitativamente distinto para o Brasil.

Faço aqui um breve parêntese para comentar que um jornalista norte-americano, de quem fiquei bastante amigo e hoje é editor da revista *Foreign Policy*, David Hoffman, comentou no artigo e algo que também me disse: que o Brasil está inovando e delineando um novo perfil para a América Latina nos Estados Unidos ao atribuir tanta ênfase à ciência, à tecnologia, à inovação e ganho de competitividade, porque é uma agenda que era mais associada no imaginário americano a países asiáticos, à Coreia do Sul, aos tigres asiáticos, à própria China, ao Japão. Não está o público americano acostumado associar ênfase em ciência, eficiência, inovação a um país latino-americano.

Nisso a Presidenta Dilma está conseguindo elaborar uma nova narrativa e mudar essa percepção. O que acho um comentário bem interessante e que é também reflexo das ênfases e das prioridades que são as marcas da política externa da Presidenta Dilma Rousseff.

Para não esquecermos os outros polos emergentes, a Presidenta esteve também na África do Sul e, lá, combinou uma visita bilateral a um encontro presidencial do grupo Ibas, que é um subgrupo dentro do Brics e que é, na verdade, mais antigo e com alicerces muito sólidos, que são reflexo do compromisso de Índia, Brasil, África do Sul com a democracia, com a tolerância, com o caráter multiétnico, multicultural de suas sociedades, e que hoje despontam como países que fazem essa transição em direção a níveis mais elevados de desenvolvimento e assumem responsabilidades mais ambiciosas, porque uma das características interessantes do Ibas é que são países onde ainda se encontra extrema miséria e que ainda lutam para superar a desigualdade. Mas também são países que se associaram na prestação de assistência a países mais pobres, por meio do Fundo Ibas em particular, que é um Fundo que começou com uma contribuição de US\$ 1 milhão por cada país, renovada anualmente, mas está tendo impacto em pequenos projetos, como no Haiti, nos territórios ocupados na Palestina, no Sri

Lanka... Estamos tentando diversificar e aplicar, em todas as regiões do mundo, em algum país de menor desenvolvimento relativo, algum programa de cooperação. Também acho que é uma marca interessante desse agrupamento.

Para sair um pouco dos povos emergentes, é importante também lembrar a relevância da Europa como parceiro comercial para o Brasil e do relacionamento do Brasil com países europeus individualmente. Isso aí ficou muito bem simbolizado na visita que a Presidenta fez a Bruxelas e no contexto da parceria estratégica Brasil – União Europeia, onde ela se encontrou com os presidentes da comissão do Conselho Europeu, Durão Barroso e *van Rompuy*, e também com autoridades belgas.

Na mesma viagem, ela esteve na Bulgária, que é um país europeu, membro da União Europeia, também afetado pela crise do euro, mais vulnerável, com o qual ela tem laços emotivos, afetivos, em função de ter o seu pai nascido na cidade de Gabrovo, que ela visitou. Mas também é uma demonstração de interesse pela saúde econômica da Europa em toda a sua diversidade, pelo próprio projeto de integração europeia, que oferece lições de aspectos mais exitosos, outros menos exitosos, que podem servir de inspiração ou de aprendizado aqui, para o Brasil também se engajar em um projeto de integração regional.

Eu resumi um pouco as viagens internacionais, tentando sinalizar o aspecto contemporâneo da escolha dos países visitados e também a agenda escolhida, tanto a ênfase em ciência e tecnologia e inovação como o contato quase que sistemático com representantes do setor privado.

Houve uma visita muito interessante também a uma feira de tecnologia da informação em Hannover, na Alemanha, em que o Brasil foi o país homenageado e a Presidenta se encontrou com a Angela Merkel.

Hoje em dia a economia europeia, mais dinâmica, continua a demonstrar uma capacidade muito grande de se reinventar. Uma das lições interessantes no modelo de dinamismo da economia alemã é a importância das pequenas e médias empresas nos processos de inovação, de contínuo aperfeiçoamento e contínua preocupação com a competitividade, que caracteriza a indústria alemã. Houve um encontro muito interessante das duas chefes – no caso alemão, de governo; no caso do Brasil, de Estado e governo – com representantes do setor privado em que a ênfase foi essa.

Outro desenvolvimento paralelo interessante é o apoio que o setor privado, em países como a Alemanha e também nos Estados Unidos, está dando ao programa Ciência sem Fronteiras, de maneiras criativas, interessantes, pelo fornecimento de possibilidades

de de estágios profissionalizantes após o estágio de estudos que os estudantes brasileiros podem desenvolver nesses diferentes países. Eu acho que essas parcerias são também, até certo ponto, inovadoras e representam uma característica interessante da atual política externa.

Acrescento, muito brevemente, que eu tento complementar algumas dessas visitas indo a outros lugares onde a Presidenta... Por encargos domésticos que são consideráveis em um país enorme como o Brasil, da complexidade do Brasil, levando uma palavra do Brasil a uma variedade de interlocutores, sinalizando a importância que atribuímos, em primeiro lugar, à integração regional. Com isso, quero dizer que estive em todos os países sul-americanos pelo menos uma vez. Em vários deles, várias vezes – Argentina e Venezuela, quatro vezes, se não me engano. Também tenho recebido em Brasília todos os meus colegas sul-americanos.

Há um entendimento tácito de que, no mínimo, precisamos nos encontrar duas vezes ao ano, ou seja, uma visita do Chanceler do Brasil às capitais sul-americanas e outra dos colegas sul-americanos ao Brasil.

Eu associo isso também com outro exercício que estabelecemos, que é a reunião minha – o Secretário-Geral Ruy Nogueira também participa desse esforço – com todos os nossos Embaixadores da América do Sul pelo menos duas vezes ao ano. Porque a verdade é que, além do Mercosul, da Unasul, dos esforços de integração que desenvolvemos, nós precisamos aqui adquirir um conhecimento mais aprofundado, uma especialização maior na relação com cada um dos nossos vizinhos.

Eu acho que o Brasil tem uma responsabilidade especial e importante nesse contexto. Somos metade do território sul-americano, metade da população hoje em dia, mais da metade do PIB. Se o Brasil não demonstrar interesse pela vizinhança, e um interesse que reflita uma sensibilidade para com as forças e o potencial, mas também as dificuldades e complexidades da vizinhança, não é natural que outros países menores sejam encarregados de exercer essa liderança isoladamente. Então é com um sentimento de responsabilidade que assumimos essa agenda. E é uma agenda que eu também digo que traz muita satisfação nos dias de hoje, porque, como eu dizia frequentemente e predominantemente, nós estamos aqui lidando com líderes que compartilham os mesmos valores democráticos de combate à desigualdade e à pobreza, de promoção de democracia. Isso facilita muito a interlocução e a aproximação.

Além dessa atenção diferenciada à América do Sul e à região, eu também queria aqui comentar que existem outros esforços como o esforço de aproximação

Brasil–Caricom. O Presidente Lula inaugurou uma cúpula Brasil–Países do Caribe em abril de 2010; outra cúpula deverá se realizar em 2013. E acabo de participar, no Suriname, de um segundo evento da Caricom para o qual sou convidado – estive na ilha de Granada no ano passado, quando o evento foi em nível presidencial; esta última vez foi em nível ministerial –, em que aproveitamos para desenvolver toda uma agenda de cooperação, de aproximação, que envolve o aspecto comercial, econômico, de investimento e de cooperação técnica com os países caribenhos, e também de diálogo político de coordenação sobre grandes temas da agenda internacional, desde a Rio+20 até a reforma da ONU.

Um dado que poderá ter passado um pouco despercebido pela imprensa, mas que eu acho que reflete o estágio de confiança e cooperação amistosa entre Brasil e Caribe, foi que a Caricom emitiu um comunicado ao final dessa reunião no Suriname em que, de forma voluntária, sem que tivesse havido qualquer gestão, expressa apoio ao Brasil como futuro membro permanente do Conselho de Segurança. Ou seja, 14 países que se reúnem regularmente e por considerarem que estão lidando com um parceiro que demonstra sensibilidade com a sua situação e que deseja se engajar de forma ampla e construtiva nos planos político, econômico e institucional, acham que merece uma manifestação de apreço. E eu queria valorizar muito aqui, publicamente, este gesto que realmente, mais uma vez, só aumenta a nossa responsabilidade em relação a essa agenda de cooperação com o Caribe.

A mesma coisa tem acontecido com a América Central, num plano diferente, com o México, que é a segunda economia da América Latina. Como os senhores sabem, eu estive envolvido numa negociação complexa relacionada a um acordo automotivo Brasil–México, que envolvia, digamos assim, uma reconfiguração de um entendimento anterior. Mas, junto com o meu colega Fernando Pimentel, creio que conseguimos superar as dificuldades iniciais nesse diálogo, que eram compreensíveis, e reforçar, eu diria, a nossa amizade, os nossos laços de diálogo com a nação mexicana, que este ano, aliás, vai passar por um processo eleitoral.

Eu não comentei isso no início, mas é um dado interessante do ano de 2012 que, entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, em quatro deles houve ou haverá eleições ou troca de liderança. Já presenciamos, na Rússia e na França, a reeleição do Presidente Putin e agora do futuro Presidente François Hollande, mas também na China e nos Estados Unidos haverá troca de liderança, enfim, nos Estados Unidos poderá ser a reeleição do Presidente Obama, no pleito eleitoral em novembro, e na China também

uma mudança, com o fim do mandato do Presidente Hu Jintao. E aqui na nossa região também eleições importantes, em particular em duas economias que estão entre as maiores, que são Venezuela e México, que nós acompanharemos muito atentamente.

Tendo falado um pouco da região e ainda, digamos, na atividade do Ministro das Relações Exteriores, eu até fiz um mapa aqui que eu poderia mostrar rapidamente aos senhores: ele mostra todas as viagens do Chanceler, desde que ele assumiu a Pasta das Relações Exteriores, e mostra que todas as regiões do mundo estão sendo atendidas.

Eu queria enfatizar muito o nosso compromisso com a África, este mês é o mês em que se celebra, dia 25, o Dia da África, e a África, que crescerá em seu conjunto a taxas superiores à média mundial este ano, onde há muito dinamismo e onde há uma expectativa enorme de cooperação com o Brasil. O Brasil, com 37 Embaixadas e um diálogo que se intensifica, não quero também minimizar os desafios, as dificuldades que surgem no continente africano, agora, em particular com uma interrupção da ordem democrática em Guiné Bissau, uma coisa que nos preocupa muito, mas eu estive em Adis Abeba recentemente e fui convidado – o primeiro Chanceler brasileiro que é convidado a participar de uma reunião do Conselho de paz e segurança da União Africana – para um debate precisamente sobre a situação em Guiné Bissau, no Mali e em entre o Sudão e o Sudão do Sul, levei comigo os nossos Embaixadores no Mali e o futuro Embaixador em Guiné Bissau, e foi um encontro extremamente proveitoso. E eu me dei conta, algo que é muito educativo até para um sul americano, e eu encorajaria os Srs. Senadores a pensarem, incluïrem também uma visita à União Africana quando tiverem oportunidade, porque a União Africana já dispõe de mecanismos de coordenação muito avançados e consolidados, até mesmo que podem servir de inspiração aqui para os nossos esforços de integração regional. Esse Conselho de Paz e Segurança é um órgão que se beneficia de um secretariado extremamente competente.

Eu passei duas horas realmente muito educativas e muito informativas em que eu aprendi, adquirir um conhecimento maior e me beneficieï de análises muito interessantes de algumas das situações, como a que surgiu no Mali, a própria Guiné Bissau, a reconciliação da Côte D'Ivoire, situação no Chifre da África onde a Somália pela primeira vez parece ter ingressado numa rota de apaziguamento e de possibilidades de recuperação de sua plena soberania, porque na verdade ainda é o melhor exemplo de Estado falido que existe hoje, e todas essas informações eu acho que não teria

obtido um curso condensado, intensivo tão bom como esse de que eu me beneficieï em Adis Abeba.

Bom, além da África, não deixar de falar da importância que atribuímos à Ásia, hoje em dia é um parceiro econômico fundamental para o Brasil, pela importância que a China tem como primeiro parceiro comercial. É uma relação que se torna mais complexa, mas não esqueçamos também que é uma relação altamente benéfica para o Brasil. Nós tivemos um superávit de 10 bilhões de dólares com a China no ano passado e esse ano deve aumentar, segundo avaliações que me chegaram muito recentemente, em função de um dinamismo contínuo nas exportações para a China. Não deixa de haver o desafio da qualidade do comércio, e isso foi muito enfatizado nos encontros que a Presidente Dilma manteve em Pequim, no recente encontro mantido em Brasília no contexto da Cosban, que é uma comissão presidida pelo Vice-Primeiro Ministro Wang Qishan, do lado chinês, e pelo Vice-Presidente Michel Temer, pelo lado brasileiro, onde foram abordadas, com muita transparência, de maneira muito direta essas questões, até as mais espinhosas no relacionamento Brasil/China.

Mas, além da China, a Ásia é uma região de grande crescimento econômico, dinamismo, inovação, a relação com a Índia também se aprofunda, o comércio com a Índia ganha dinamismo, os setores privados começam a se conhecer melhor, e para também mencionar uma outra fronteira dessas que estão sendo rompidas, o ano passado eu fui convidado a participar – e o senhor tem sido muito ativo nessa aproximação com os países membros da Asean – de uma reunião ministerial da Asean, na Indonésia, e o Brasil se posicionando para adquirir o *status* de parceiro preferencial da Asean, é um *status* que já foi atribuído aos demais Brics, de modo que a gente está até procurando recuperar um pequeno atraso – mas aí eu acho que a distância geográfica até explicaria o atraso, China muito mais próxima, Índia e Rússia estão mais próximos da Indonésia –, mas a Asean, como grupo, tem um PIB comparável ao do Brasil, uma participação do comércio internacional superior ao do Brasil, e pode ser, já começa a ser um parceiro muito interessante onde surgem oportunidades de vários tipos. Só para dar assim uma pequena idéia, inúmeras empresas brasileiras com escritórios em Singapura, uma presença muito forte da Embraer e da Vale na Indonésia, e o entusiasmo do empresariado brasileiro pelas oportunidades oferecidas.

Eu já falei um pouco de Europa e Estados Unidos, como Ministro também estive muito presente em debates nas Nações Unidas, em Nova Iorque, até durante um ano muito conturbado no Conselho de Seguran-

ça, em 2011, que foi caracterizado, por um lado, pela crise na Zona do Euro, e todo o seu impacto sobre o resto do mundo, mas também pela Primavera Árabe e tudo o que essa turbulência representou em termos de desafio para uma região que parecia adormecida no plano político e que agora busca novos caminhos. O Brasil se posicionando desde o início muito claramente a favor do clamor por processos políticos mais inclusivos, maior liberdade de expressão, maior oportunidade econômica para os jovens – são países em que às vezes a taxa de desemprego entre a juventude é muito elevada.

Estivemos presentes em viagens à região, mas também nos debates no Conselho de Segurança, buscando sempre traçar uma linha de equilíbrio entre o respeito aos processos internos e uma atitude responsável por parte da comunidade internacional. Não vou entrar em detalhes, depois, talvez na sessão de perguntas, eu possa abordar uma outra situação em mais profundidade.

Só para comentar um desenvolvimento recente, que é autorização que a Presidenta da República deu para o posicionamento de observadores militares brasileiros na Síria, para dar curso à implementação do Plano Kofi Annan, de interrupção da violência e de estabelecimento de um processo de diálogo político na Síria, que obteve a anuência por consenso do Conselho de Segurança, vão ser desdobrados 300 observadores militares e o Brasil deve cooperar com uns 10, mais ou menos. A nacionalidade dos observadores é objeto de tratativas com o governo sírio e não deixa de ser um reflexo do equilíbrio que o Brasil demonstrou, não se furtando a condenar, em todas as instâncias em que isso foi debatido, a violência, os abusos cometidos pelo governo Assad, mas também conclamando a busca de caminhos diplomáticos negociados pelo diálogo e pela conciliação nacional na superação de uma crise que ainda há presença, contornos muito preocupantes, o próprio Kofi Annan não exclui a hipótese de uma guerra civil caótica e muito desestabilizadora para toda a região.

Queria mencionar também a atenção que continuaremos a dar, e tem sido permanente a busca de uma solução para o conflito Israel-Palestina. Há uma grande frustração entre aqueles atores internacionais que, como o Brasil, valorizam muito suas relações tanto com o mundo árabe como com Israel.

Eu, recentemente, estive em Washington para a conferência anual da Comissão Judaica Internacional. Acho que o próprio convite não deixa de ser interessante, porque eu fui uma espécie de palestrante especial, um convidado especial dessa conferência que reúne comunidades judaicas de mais de 50 países. Mas apro-

veitei, no mesmo dia, para me reunir com lideranças palestinas e árabes, na capital norte-americana, para deixar claro o nosso compromisso com uma solução equilibrada que leve ao estabelecimento de um Estado palestino plenamente soberano, com base nas fronteiras de 1967.

O compromisso do Brasil com o Estado palestino independente foi manifestado no mais alto nível político no discurso da Presidenta Dilma ante a Assembleia Geral das Nações Unidas. E talvez este seja um bom ponto para concluir esta exposição: uma apresentação da Presidenta Dilma que foi extremamente bem recebida no parlamento mundial, onde o Brasil costuma abrir o debate geral e onde hoje discursamos com muita influência; onde a ressonância das ideias, das posições brasileiras é grande, e as ideias e propostas são sempre recebidas com muito respeito.

Terminando com a ONU, falo da Rio+20, que é o desafio para as próximas semanas, um projeto em que acho que podemos associar todas as forças que o Brasil demonstra neste momento, de crescimento econômico, de progresso social, de busca de um caminho também na consciência ambiental mais aguçada; e também, além da liderança pelo exemplo, se engaja com a comunidade internacional de uma maneira verdadeiramente universal.

Creio que também pode ser considerada uma característica que nos dá uma voz de maior influência a busca do progresso pelo aperfeiçoamento em ciência, tecnologia e inovação; esse esforço e acho que a capacidade que o Governo tem demonstrado de se abrir ao debate com a sociedade civil, com o meio empresarial. A Rio+20 é um evento intergovernamental, mas também atrairá participação de personalidades do mundo inteiro, em diferentes setores de atividade, a academia, o setor privado, as organizações não governamentais. O próprio Brasil está mobilizado, e a comissão nacional tem se beneficiado sempre da sua presença.

Agradecemos muito ao Presidente Collor. O senhor, como anfitrião da Rio 92, o Senador Cristovam Buarque também e outros Senadores têm participado desse esforço, os Parlamentares, Deputados também, como Alfredo Sirkis, entre outros, em um exercício de coordenação interna que não deixa também de repercutir internacionalmente e de ilustrar esse compromisso do Governo em sempre estender a sua rede, digamos assim, e estar atento às vozes de diferentes segmentos, na valorização do pluralismo.

São muitos os desafios da política externa para este ano e para os próximos anos. Nós, inclusive, temos feito aqui alguns exercícios de coordenação interna que identificam novas características do Brasil. Por exemplo: o Brasil como grande produtor de petróleo.

Como isso vai se refletir na nossa inserção internacional? O Brasil, como uma potência agrícola, hoje em dia também, com a presidência da FAO, uma organização para a agricultura e o desenvolvimento rural, em Roma, o que nos dá uma possibilidade de intensificar nossa cooperação com países que enfrentam desafios particularmente sérios em termos de segurança alimentar. O Brasil também atuando mais na assistência humanitária, na cooperação técnica, os desafios relacionados à competitividade, aos quais eu me referi, inclusive, um pouco, no contexto dessa ênfase em ciência, tecnologia e inovação, mas que exigem também uma agenda internacional específica e atenta para oportunidades de cooperação.

Enfim, são inúmeros temas que atrairão a nossa atenção, nos próximos meses e anos, mas acho que posso afirmar, com muita confiança, em primeiro lugar, a colaboração incansável e acho que crescentemente profissional, aperfeiçoada, do corpo de diplomatas brasileiros, e também o quanto temos trabalhado em parceria com outras áreas do Governo, e também do Legislativo, do Judiciário. Eu vejo, com otimismo e confiança, a possibilidade de colocarmos a política externa não só a serviço de um projeto de desenvolvimento que hoje em dia já ousa contemplar novos horizontes de capacitação, de desenvolvimento, até mesmo de eliminação, pela primeira vez na nossa história, da pobreza extrema, mas que também ousa contemplar novos horizontes de inserção internacional – e aqui, uma vez mais, sublinhando o papel de promotor de uma ordem multipolar cooperativa, que acho que recai sobre o Brasil neste momento.

A multipolaridade, em si mesma, não será necessariamente benigna ou positiva; ela pode ser fruto de tensões, de incompreensão, de polarização entre diferentes interesses, diferentes culturas, diferentes religiões. E o que eu vejo é o Brasil singularmente bem posicionado para trabalhar por uma multipolaridade da cooperação em que a interação com os principais polos também não represente negligência ou desrespeito em relação a atores menores do cenário internacional.

Muitas vezes, digo que nós nos orgulhamos e temos satisfação de estar no G20, mas nós não podemos esquecer o G173, que é o resto da comunidade internacional. Sem o apoio desse G173, também não conseguiríamos realizar muitos de nossos objetivos. Para dar um pequeno exemplo, não teríamos conseguido eleger o Prof. Graziano para diretor-geral da FAO.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Sr. Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antônio de Aguiar Patriota, pela sua brilhante explanação.

Passo agora a palavra a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

Eu queria dizer a V. Ex^a, Senador, que havia lido, logo no início dos nossos trabalhos, o seu ofício dizendo da impossibilidade de comparecer à reunião de hoje, mas ficamos muito felizes que V. Ex^a tenha podido arrumar um espaço na sua agenda para poder aqui estar hoje na nossa reunião.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF)

– Agradeço, Presidente Collor, que tenha iniciado por essa fala – e cumprimento o Ministro –, ao citar que pedi licença para não estar aqui hoje, porque, neste momento, eu deveria estar no Rio de Janeiro, em uma reunião do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável; um encontro, a meu ver, muito ousado, ambicioso, correto, com personalidades, em que eu gostaria muito de estar presente. Mas, na hora de ir para o aeroporto, eu cancelei e vim para aqui, Ministro, porque achei que devia estar aqui. E comuniquei a eles. Creio que entenderam médio que a sua presença aqui me obrigava a estar aqui. E estou satisfeito em ter vindo aqui. O problema é que, para essa viagem, terei que pegar um avião à uma hora e dezoito; talvez eu não fique aqui tempo suficiente para podermos dialogar como eu gostaria.

Quero começar dizendo que, na minha convivência com o Itamaraty e com diplomatas de outros países, aprendi que existe uma diferença entre diplomacia e política externa, embora seja a diplomacia que faz a política externa, mas a política externa é maior. Nesse sentido, eu gostaria de ter mais tempo para discutir assuntos de política externa, como: qual será a posição do Brasil em relação, por exemplo, a alguns problemas como refugiados, migração, fronteiras – no caso do Brasil –, direitos humanos, terrorismo, meio ambiente, comércio, energia, propriedade industrial, científica e tecnológica? Gostaria de discutir isso, mas o senhor vai ter outras oportunidades de vir aqui e eu vou ter de sair, mas dá tempo, teremos tempo.

Queria falar do último ponto seu, que é o imediato, a Rio+20. Aí também, Presidente Collor, há uma maneira de trabalhar diplomaticamente e uma maneira de trabalhar como política externa. Por exemplo, a diplomacia, pegando uma frase do Ministro, é como buscar progresso. Isso é um trabalho de engenharia diplomática. Política externa é como influir no mundo para mudar o conceito de progresso. Como definir progresso é uma questão, primeiro, intelectual, depois de política externa. Creio que nossa ida à Rio+20, e, mais do que isso, ao recebermos a Rio+20, nós deveríamos, sem esquecer a diplomacia, termos o enfoque central de como fazer política externa para levar o mundo a

entender que esse progresso, que tem duzentos anos, medido pelo PIB, não é capaz de dar respostas à humanidade.

E aí eu diria aqui três pontos – depois vou fazer um apelo ao Senhor – que, a meu ver, deveríamos ter. Primeiro, e o Presidente Collor tem falado nisso, é defender as conquistas de 92, a gente não pode abrir mão das conquistas de 92. Nosso discurso, da Presidenta, tem de ser nesse sentido. Segundo, creio que a Presidenta deveria abrir o seu discurso dizendo que o mundo está em risco, o mundo, não, a humanidade está em risco, alertar para essa situação. Em terceiro, propor rumos. E esses rumos, eu diria, poderiam partir de alguns pontos. E estou dizendo esses pontos com base numa provocação muito positiva, feita pelo embaixador Corrêa do Lago, na terça-feira, na UnB, dizendo algo que me deixou muito positivamente surpreso, de que haverá um site onde as pessoas poderão dar sugestões do que a Presidenta pode falar na Rio+20. Com a provocação dele eu já fiz uma lista na hora. O primeiro é esse, de que a humanidade está em risco, tem de dizer isso aos Chefes de Estado e de Governo e, a partir daí, começar a sugerir algumas coisas. Primeiro, um novo indicador de progresso precisa ser adotado no mundo inteiro. Quem falaria disso seria o Sarcozy, porque ele chegou a elaborar uma proposta alternativa. Segundo, definirmos que existem patrimônios intocáveis, que nenhum país terá direito de tocar, como já tem a Antártica, que não é de nenhum país. Mas as florestas da Sibéria, o Polo Norte, tudo isso a gente vai deixar, a humanidade, que seja tocado, porque está no território de um país ou devemos ter patrimônios intocáveis, como temos patrimônios culturais intocáveis?

É preciso, Ministro, que a gente proponha, mesmo que não seja possível, uma política fiscal verde que aumente os impostos dos bens poluidores, que diminua e até dê incentivo aos bens em equilíbrio com a natureza. Essa política fiscal verde só tem sentido se for respeitada internacionalmente. Um país fazer isso sozinho não vai adiantar.

Esse discurso precisa fazer uma crítica ferrenha ao atual modelo de desenvolvimento econômico, não dá para continuar sustentável com esse modelo. Na reunião a que não fui, no Rio, eu ia falar da sustentabilidade da sustentabilidade, porque estão querendo uma sustentabilidade insustentável. A economia verde, puramente, pode adiar a insustentabilidade, mas ela virá, porque toca em recursos que são também limitados. Então, é preciso fazer uma crítica. Creio que a gente precisa começar a defender a ideia de um investimento mundial na educação das crianças na África, das nossas, de todo o mundo.

O mundo fez um Plano Marshall depois da Segunda Guerra para fazer a recuperação industrial e deu certo. Por que nos recusamos e consideramos exótico, esotérico até um plano do mesmo porte, talvez até maior, para a educação, que custou pouco e trouxe vantagens imensas? Outra coisa que acredito que os Chefes de Estado não possam nem ouvir, mas vamos propor paralelamente, é a criação de um tribunal para julgar os crimes da economia contra a humanidade. A Haia discute como pôr na cadeia ditador que tortura. Não defendo pôr na cadeia, esse seria um tribunal moral, como foi o Tribunal Russell, sessenta anos atrás, mas que emita um parecer dizendo se o que aconteceu em 2008 foi um crime ou não, porque para ser crime tem de ter vontade própria. Pelo que vejo e leio, houve vontade para se fazer essa crise. Vinte e oito milhões de desempregados na Europa é um crime, se alguém fez isso conscientemente para realizar a sua voracidade pessoal.

Finalmente, para não dizer outras coisas, até porque não posso perder o meu avião, é que o Pnuma se transforme num Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano mais amplo do que o meio ambiente e os propósitos também. E aí, embora eu não coloque nessa grandeza, a ideia que temos discutido é de criarmos um centro no Rio de Janeiro, como legado da Rio+20, dentro da família da Universidade das Nações Unidas, para pensarmos o futuro.

Eu disse que tinha um pedido a fazer, gostaria de solicitar a sua ajuda para a gente ter uma audiência com a Presidenta Dilma para dizermos o que a gente pensa. Eu não quero ir sozinho, o Presidente Collor tem de estar à testa, tem de ter um grupo de Senadores lá. O embaixador Corrêa do Lago disse que vai se ouvir o Brasil inteiro. Essa foi a melhor coisa que eu ouvi sobre a Rio+20. Eles podiam ouvir a gente sem ser pela Internet. Acho também que deveria ter uma audiência com as entidades sociais. Por exemplo, esse Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável e outras entidades, Conselho ao qual não fui hoje de manhã, poderiam ter uma audiência com a Presidenta para dar sugestões do que ela deve falar.

Concluo, Presidente Collor, dizendo que a nossa Presidenta – e política se faz muito com sorte – teve a coincidência extrema de ser a Chefe de Estado neste momento do mundo inteiro. Isso ela não pode desperdiçar, e ela vai desperdiçar se ficar só na diplomacia, se ela não trouxer a inspiração de uma política externa, de uma proposta alternativa para os rumos da humanidade inteira. Desejo que a nossa Presidenta assuma isso que a História lhe ofereceu, a sua vida parece lhe dar essa grandeza para que ela aproveite bem. Juntaram-se as circunstâncias históricas e

juntaram-se as circunstâncias biográficas. Não pode ela nem nós desperdiçarmos, a gente quer colaborar, essas são algumas ideias.

Peço mil desculpas por não ficar aqui, Presidente Collor, mas já foi uma quebra de compromisso eu não ter ido ao Rio hoje pela manhã e agora à tarde vou ter de fazer essa viagem. Para isso a única chance é sair daqui às 13 horas. Muito obrigado por ter estado aqui. Presidente Collor, eu o parablenizo. Espero que tenhamos muitas outras oportunidades de debater, seja aqui, seja em encontros menores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, pela sua presença, por suas formulações. Passo agora a palavra a S. Ex^a, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr. Chanceler, Embaixador Antônio Patriota, Srs. Embaixadores, a quem quero saudar na pessoa do Embaixador Ruy Nogueira, Secretário-Geral do Itamaraty, Senhoras e Senhores Senadores.

Hoje à noite, Sr. Presidente, a Escola do Teatro Bolshoi, que é a única fora da Rússia, apresentará uma peça completa, Giselle. Só ela, o Corpo de Dança do Rio de Janeiro e o de São Paulo é que têm competência para apresentar um espetáculo desse nível, e são crianças pobres, da periferia, transformadas em príncipes e princesas. Por sinal, a bailarina que vai fazer o papel de Giselle é uma goiana chamada Amanda, que acredito ser a futura Ana Botafogo deste País. Uma menina pobre, que foi para Joinville sozinha e ficou lá aprendendo a sua arte. Cito esse fato, Sr. Presidente, porque nós tivemos a oportunidade de, no exercício da prefeitura de Joinville e de Governador do Estado, atrair para Joinville essa escola que é a melhor escola de dança do mundo e também duas escolas que são as melhores do mundo na sua especialidade: a Ena, francesa, que tem sede em Florianópolis, que é a única filial fora de Paris, em Strasburgo; e a École des Mines de Saint-Etienne, que é a primeira na Europa em tecnologia da informação, que lá mantém o seu curso de Doutorado em Gerência da Inovação.

V. Ex^a, Sr. Embaixador, mencionou um programa muito importante do Governo Federal, do Governo da Presidente Dilma, que é o Ciência sem Fronteiras. Na verdade, Educação, Ciência e Inovação sem Fronteiras, que se caracteriza basicamente pelo envio de jovens talentos para grandes universidades e grandes centros de excelência internacional.

A pergunta que eu faço é a seguinte: não seria possível ao Itamaraty, reunindo os 27 Governadores, estimulá-los a trazer instituições de excelência para fazerem suas filiais aqui, no Brasil, como a Universidade

Duke está fazendo em Natal, com a participação do neurocientista Miguel Laporta Nicolelis?

Aqui foi citada a presença do Sr. Embaixador de Portugal, a Fundação Gulbenkian bem que poderia estabelecer uma filial aqui no Brasil.

Então, essa é uma ideia que já frutificou. Hoje nós temos 13 instituições de renome mundial estabelecidas no Brasil, no caso no Estado de Santa Catarina. Eu lembro que o Embaixador Rui Nogueira, quando Diretor da Divisão da Europa Ocidental, muito nos ajudou para a vinda da Ena, como a Embaixadora Teresa Quintela, então no exercício de representante do Brasil na Rússia, que muito nos ajudou para que trouxéssemos a escola de Teatro Bolshoi.

Então, essa era uma ideia que eu queria deixar a V. Ex^a. Eu penso que, se cada Estado procurar pelo menos uma instituição de excelência – e eu vejo que São Paulo está procurando; creio que o Senador Aloysio pode confirmar isso –, atrair uma filial do MIT, que seria fantástico, seguindo, aliás, uma experiência que São Paulo mesmo fez quando criou o ITA, com professores do MIT, que foi a primeira geração de professores e que resultou a Embraer.

Então, era essa a sugestão que eu queria fazer a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigada a S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

Antes de passar a palavra a S. Ex^a o Senador Ministro Francisco Dornelles, eu gostaria de, mais uma vez, em nome de todos os integrantes desta Comissão, agradecer a presença dos Srs. Membros do corpo diplomático, o Exmo. Sr. Embaixador de Portugal, Francisco Ribeiro Teles, o Exmo. Sr. Ministro da Embaixada da República Argentina, Sr. Facundo Vila, o Exmo. Sr. Conselheiro Político da Embaixada de Israel, Sr. Leo Vinovski, e Exmo. Sr. 1º Secretário da Embaixada da República Argentina, Sr. Gonzalo Entenza, Sr. 2º Secretário da Embaixada da República Argentina, Sr. Juan Antonio Barreto, além de agradecer a presença do Embaixador Rui Nunes Pinto Nogueira, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, o Embaixador Jerônimo Moscar.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Aliás, Sr. Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pois não, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A presença do Embaixador da República Argentina me permite fazer uma referência: o corpo de baile do Teatro Colón, um dos mais belos teatros do mundo, já apresentou o espetáculo Gisele, em Joinville, no festival de dança que esse ano faz 30 anos. Tem exce-

lência também para realizar esse espetáculo. Então, acredito que, além do Teatro Santiago, Teatro Colón, de Buenos Aires, e os teatros do Rio e São Paulo, só a Escola Bolshoi tem competência para fazer um espetáculo desse nível.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Ministro Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Ministro Patriota, queria cumprimentar V. Ex^a pelo importante trabalho desenvolvido pelo Brasil na Organização Mundial de Comércio, por intermédio do Sr. Embaixador Roberto Azevedo, que conseguiu, com grande esforço e vencendo a relutância do Fundo Monetário Internacional, conseguiu inclusive o apoio dos Estados Unidos para colocar o problema câmbio dentro das instituições de comércio.

Hoje, um câmbio desvalorizado, principalmente por parte de países que têm alto nível de reservas e que têm importantes saldos comerciais, têm o mesmo reflexo de um incentivo à exportação ou de um aumento tarifário. O que está ocorrendo hoje, no mundo? Os países não estão recorrendo mais ao subsídio fiscal, ao subsídio creditício, ao subsídio fiscal-creditício e monetário. Estão recorrendo ao câmbio desvalorizado. O que aconteceu com o Brasil? O Brasil conseguiu, com quase uma oposição – vamos dizer – do Fundo Monetário, fazer uma grande reunião da OMC, colocando o câmbio no problema comércio. Eu diria que botou o trem nos trilhos.

Eu queria perguntar a V. Ex^a essa importante decisão tomada, esse importante evento conseguido pelo Brasil, como vai ser o prosseguimento, o que pretende o Brasil, agora que já colocou o trem nos trilhos, fazer para o trem andar?

Eu entendo, Sr. Presidente, que nós poderíamos inclusive criar situações de natureza real, ou seja, estimular empresas brasileiras a entrarem com medidas de solicitação de direitos compensatórios, visando a considerar o câmbio desvalorizado uma prática desleal de comércio, mesmo dentro do quadro atual, para que nós consigamos uma situação de fato e da maior dimensão a discussão desse problema tão bem iniciado pelo Brasil.

Mas o fato é o seguinte: o que o Brasil vai fazer a partir de agora para dar prosseguimento a uma iniciativa tão importante? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Ministro Francisco Dornelles.

Passo agora a palavra a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Fernando Collor.

Cumprimento o Chanceler Antônio Patriota, sempre muito atencioso com o Congresso, com esta Casa e com as demandas inclusive do meu Estado – sou testemunha disso. Quero apenas lamentar por não estar desde o início da sua exposição, porque nós aqui compartilhamos de muitas comissões técnicas.

Eu vou muito simplesmente abordar duas questões. Como o senhor veio aqui para falar da Rio+20, percebo, Chanceler, um certo ceticismo em relação a resultados concretos no tocante a esta conferência. Do que advém esse ceticismo, por que há uma desconfiança de que o mundo está dividido em relação a esses temas? Então, gostaria de saber do senhor qual é – digamos – o empenho do Governo brasileiro em evitar isso e que haja sucesso, como houve na Eco92, presidida pelo Presidente Collor. Então, que esforço está sendo envidado? Não só é importante a presença de muitos Chefes de Estado, mas o conteúdo da conclusão dos trabalhos.

A outra questão é mais regional, Chanceler. Como representante do Rio Grande do Sul, tenho acompanhado com perplexidade, porque o meu Estado é de vocação exportadora e as salvaguardas ou as barreiras comerciais, o protecionismo que está se exacerbando na Argentina, em relação ao comércio bilateral, tem provocado um prejuízo enorme ao Rio Grande do Sul. Algumas indústrias do setor de máquinas agrícolas estão saindo do Rio Grande do Sul e indo para a Argentina. Isso é muito negativo para uma relação harmoniosa dentro de um bloco que patina agora sobre seu próprio sucesso e êxito em matéria de avanços institucionais e até econômicos.

Então, eu gostaria de ouvir uma palavra, porque a Presidente Dilma Rousseff, quando estive na Festa da Uva, em Caxias do Sul, falou que para alguns setores haveria salvaguardas. Até não foi bem compreendida, porque parecia o setor de vinhos, já que o setor é citado.

Então, queria que V. Ex^a me dissesse ou informasse qual é a providência no campo diplomático, porque o seu limite é este, o dos contatos com o governo argentino nessa matéria.

A queda nas vendas do comércio para o Rio Grande do Sul foi superior a 50%, afetando não só as questões puramente comerciais, mas também da área de serviços, como a dos transportes internacionais com base no Rio Grande do Sul.

Agradeço-lhe muito a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Passo agora a palavra a S. Ex^a, Embaixador Antônio Patriota, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

O SR. ANTÔNIO DE AGUIAR PATRIOTA – Vou fazer por blocos. Está certo.

Começando um pouco pela ordem dos comentários, na verdade, o Senador Cristovam Buarque fez uma exposição muito interessante, como sempre instigante. E até tive tempo de comentar rapidinho com ele que acho apropriada esta distinção que ele faz entre diplomacia e política externa.

E, para dar um exemplo em relação à Rio+20, diplomacia muitas vezes é um método para se chegar a um resultado, e a política externa pode ser definida mais como a ambição aos objetivos.

O Brasil, como país anfitrião, terá de fazer uso de muita diplomacia, tentando aproximar posições, ouvindo as diferentes posições e aspirações ou críticas que possam surgir de diferentes lados. Mas, como bancada, digamos, o delegado brasileiro que estiver lá sentado, com o nome do Brasil – o Brasil tem a obrigação de ser muito ambicioso e de delinear, com muita clareza, quais são os nossos objetivos em relação ao temário da agenda, que está dividido em dois grandes blocos: um deles, a economia verde no contexto da erradicação da pobreza, e o outro tema, a questão da governança ambiental. Talvez esquematizando, pudéssemos interpretar dessa forma.

E o outro comentário que ele fez e com que também me identifico, que acho muito apropriado, é quanto a esta ideia de que o próprio progresso... Estamos todos aqui motivados pelo progresso do nosso País, mas, em função do momento que a humanidade vive – acho que é apropriado falar de humanidade nesse contexto –, temos de procurar uma redefinição de progresso. É um pouco esse, também, o papel da Rio+20.

Quer dizer, progresso é apenas taxa de crescimento do PIB, segundo fatores econômicos? Existe progresso dentro da persistência dos atuais padrões de produção de consumo? Existe possibilidade de progresso com um bilhão de pessoas que não se alimentam adequadamente, com as assimetrias de desigualdades? É uma discussão complexa, filosófica até certo ponto, mas a filosofia muitas vezes se emboca em resultados muito concretos. E, se nós evitamos o debate, o que acontece é simplesmente, enfim, permanecermos com os mesmos conceitos, com as mesmas idéias.

Gosto sempre de citar uma ideia que Einstein dizia: um sinal de insanidade é esperar resultados diferentes, fazendo sempre a mesma coisa.

Então, se a gente quer resultados diferentes, precisa mudar a metodologia, as idéias e buscar novos paradigmas. Essa é a proposta da Rio+20.

De certa maneira, vou enveredar um pouquinho pela pergunta da Senadora do Rio Grande do Sul, Ana Amélia, quando ela fala de ceticismo. Acho que aqui também temos de tomar cuidado, para não cairmos na armadilha de aceitarmos conceitos pré-fabricados do que é o êxito, do que é o fracasso, do que é a ausência de êxito.

A proposta é muito ambiciosa e *sui generis*, não é a mesma proposta da Rio 92. A Rio 92, de certa maneira, estava abrindo caminho para a consciência ambiental, que ainda não tinha sido incorporada na reflexão sobre desenvolvimento. E era um ponto de chegada para vários exercícios negociadores, de convenções sobre mudança do clima, biodiversidade, a própria Agenda 21, a consolidação de conceitos que valorizamos. E aqui concordo com o Senador Cristovam Buarque: não pode haver retrocesso, como o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas. E isso, agora, entra com mais força até, quando falamos de desenvolvimento sustentável.

Já a proposta da Rio+20 é mais um ponto de partida, não só lançando um olhar crítico, mas equilibrando realizações e lacunas do que foi conseguido desde a Rio 92 em diferentes áreas.

Existem áreas em que avançamos, e países individualmente podem mostrar grandes lideranças nessa direção, aqui, no Brasil – em diminuição do desflorestamento, em diversificação da matriz energética, etc. E existem outras áreas em que os avanços foram muito frustrantes, negligenciáveis ou inexistentes, como esta, por exemplo, da mudança de padrões de consumo e produção.

Mas é ponto de partida também, em função do que se observou, nesses últimos anos, de crise econômica nos centros mais desenvolvidos – nos Estados Unidos, a crise do Euro e outras. E aí até concordo: existe um certo ceticismo em relação à capacidade de avançarmos em direção a novas utopias, mas um ceticismo que pode ser saudável, porque é necessário.

Eu estive em Davos para mais um debate sobre a Rio+20, e houve um apresentador que fez uma diferenciação interessante entre utopia e distopia. Utopia é a ideia de que realizaremos sacrifícios em função de uma luz no fim do túnel, que nos trará melhores condições de vida, enfim, uma recompensa, e distopia é o sacrifício sem recompensa, o que aí, sim, seria o cenário do mais absoluto desalento internacional, que não podemos aceitar de forma alguma.

Então, acho importante termos em mente qual é a proposta da Rio+20; termos em mente também que é um exercício de características muito inovadoras, próprias, em que o Brasil exercerá, sem dúvida, sua liderança pelo exemplo, mas também, como gosto de

dizer, liderança também na identificação dos nossos desafios e daquilo que não estamos conseguindo cumprir da maneira mais satisfatória, em que temos de colocar mais ênfase. É aí que podemos convencer outros atores a assumirem plenamente suas responsabilidades.

Quando se fala no resultado da Rio+20, claro, estamos trabalhando num documento final, numa declaração e aí teremos de exercer a diplomacia para conciliar uma multiplicidade de interesses e preocupações. Mas nós também estamos olhando para a possibilidade de adoção de objetivos do desenvolvimento sustentável que reconciliem os três pilares, o desenvolvimento sustentável econômico, social e ambiental.

E o interessante nesses objetivos, que, de certa forma, complementarão os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, é que eles se dirigem a todos os países da Comunidade Internacional.

Quando adotamos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a ideia era reduzir a mortalidade infantil, materna, erradicar o analfabetismo e promover o desenvolvimento social; a ênfase era toda na pobreza e no mundo em desenvolvimento. Quando se fala de desenvolvimento sustentável, a ênfase tem de ser muito nas responsabilidades comuns, porém diferenciadas, e quem mais desenvolveu, mais poluiu historicamente tem aí uma responsabilidade muito grande. Essa pressão, digamos assim, muito fará parte do espírito com que nós participaremos como delegação, como formulação de política externa na Rio+20.

Eu anotei outros comentários do Cristovam Buarque, como a importância da educação, sem dúvida, uma das chaves para esse desenvolvimento sustentável que nós buscamos. A ideia de um tribunal é atraente, utópica, de certa maneira. Eu às vezes digo que, quando um médico, na busca da cura para uma doença de um paciente, desperta outros sintomas ou piora a situação do paciente, ele pode ser processado. Agora, se a comunidade internacional ou um grupo de países resolvem adotar uma estratégia para lidar com um desafio, em qualquer área – econômica, paz, segurança, ambiental – e provoca mais instabilidade ou cria mais problemas que soluções, não existe um balcão onde a gente possa exigir uma recompensa. De modo que é uma proposta utópica, mas que corresponde a uma situação verdadeira que aí, sim, também deve fazer parte da atuação externa dos países na exigência de justiça e de estratégias para lidar com os desafios internacionais que levem a resultados positivos e responsabilização daqueles que criam situações mais negativas do que havia inicialmente.

É muito esse espírito até que esteve por trás de uma iniciativa brasileira no Conselho de Segurança, que foi o da responsabilidade ao proteger, em complemen-

tação à ideia da responsabilidade de proteger. Países em sua maioria desenvolvidos preconizaram muito a ideia de que situações, como a da Líbia etc, exigiam uma intervenção militar para evitar um mal maior, um banho de sangue. Na medida em que a autorização é concedida a uma intervenção desse tipo, ela não pode significar um cheque em branco para esse grupo de países chegar lá e fazer o que bem entender. Existe a responsabilidade ao proteger, que não pode criar mais instabilidade do que aquela para a qual ela foi autorizada a sanar ou melhorar a situação.

Passo aos comentários do Senador Luiz Henrique e nos orgulhamos todos da parceria estabelecida com o Bolshoi, em Joinville. É um exemplo muito interessante de parceria para uma aproximação entre duas culturas que, geograficamente distantes, podem trabalhar juntas e estreitar os seus laços, nesse caso, por meio de uma expressão artística.

O Ciência sem Fronteiras é muito focalizado no envio de estudantes brasileiros ao exterior, mas existe um outro programa, que é o Jovem Cientista, pelo qual o Ministro Mercadante demonstra grande entusiasmo, que é o de atração de cientistas jovens de outros países para fazerem estágios ou passarem uma temporada no Brasil, ou em pesquisa, ou ensinando, compartilhando seus conhecimentos. Não há por que ampliarmos esse tipo de prática, até para áreas que sejam não necessariamente as das ciências exatas.

Quanto ao estabelecimento no Brasil de filiais de grandes universidades, a verdade é que temos visto grandes universidades americanas, sobretudo estabelecendo entrepostos, digamos assim, ou filiais em grande variedade de países. Em Xangai, na China, há mais de uma universidade norte-americana; no Golfo, em Dubai, Qatar, Abu Dhabi; a Colúmbia parece que está estabelecendo também um escritório ou uma presença no Rio de Janeiro.

Agora, ao mesmo tempo em que isso aí pode ser desejável, e acho que naturalmente o Brasil passará a atrair, até mesmo como função e desdobramento desses programas educacionais, não esqueçamos a enorme demanda que existe por mais Brasil em outras regiões do mundo. Eu diria que qualquer iniciativa no sentido de atrair grandes estabelecimentos no Brasil teria que ser também complementada por iniciativas, por exemplo, levar o conhecimento desenvolvido pela Embrapa a cenários no mundo em desenvolvimento, no Caribe, na África, em outros lugares em que as condições de solo, de clima, são semelhantes, e onde esse avanço científico-tecnológico brasileiro pode ter um impacto; levar também nossa experiência em matéria de saúde. Enfim, existem várias áreas de excelência brasileira e uma demanda crescente por cooperação

técnica, mas a cooperação técnicas às vezes se esgota num projeto delimitado no tempo de impacto. Bom, nós procuramos sempre que seja estruturante, mas, para que seja o mais estruturante possível, eu acredito que presença de escritórios da Embrapa ou da Fiocruz, ou mesmo de estabelecimentos docentes brasileiros, poderá ser um caminho para o futuro.

Agradeço muito ao Senador Dornelles por ter lembrado aqui uma iniciativa importante do Brasil: levar a conversa sobre o impacto das flutuações cambiais sobre o comércio para a OMC.

Recentemente, no Dia do Diplomata, 20 de abril, no Itamaraty, a Presidenta Dilma nos honrou com sua presença e eu fiz a minha alocução anual. Eu comentava que não só nós estamos muito engajados na ciência, tecnologia e inovação como uma bandeira e uma via de aprimoramento do nosso desenvolvimento, mas nós tentamos também usar a inovação e a imaginação no exercício da nossa própria agenda internacional.

E eu dei dois exemplos. Um deles foi o “responsabilidade ao proteger”. Parece ser uma mudança pequena num conceito já consagrado, mas teve um impacto razoável e reequilibrou um pouco a discussão sobre intervenções militares para a proteção de civis no Conselho de Segurança.

Outro exemplo bem eloquente é esse da discussão sobre a flutuação cambial na OMC. A Rodada de Doha está paralisada, como nós sabemos. Isso é fruto de circunstâncias associadas à crise econômica no mundo desenvolvido e à tentativa de alguns dos principais atores na OMC de redefinir o mandato negociador da rodada. Em bom português, é isto que se estava tentando fazer: tirar ênfase da Rodada na agenda para o desenvolvimento e estabelecer novas ênfases, como a abertura de mercados em países emergentes para produtos industriais. Isso levou a uma paralisia, e talvez os dois principais desdobramentos da conferência ministerial da OMC no ano passado tenham sido os seguintes.

O primeiro foi a cessão da Rússia, que foi negociada ao longo de 18 anos. Sem dúvida, era o principal país, a principal economia que não fazia parte do sistema multilateral de comércio consolidado na OMC. Outro desdobramento foi esse, da discussão sobre câmbio e comércio, como o senhor muito bem apontou, superando resistências iniciais bastante consideráveis e, em última análise, trilhando um caminho que envolveu a organização de um seminário. Sei que o senhor esteve envolvido de alguma forma nisso, o setor privado também. Josué Gomes da Silva, da Coteminas, foi convidado também para participar de um seminário e fez um artigo que depois foi publicado pela imprensa – o senhor também escreveu alguma coisa

sobre isso, não foi? Sem dúvida, o prosseguimento é uma das chaves da questão.

Como é que vamos fazer? A ideia será manter o tema na agenda do Comitê de Finanças e Comércio, que já começou a abordar a questão, e encontrar métodos de levar adiante essa conversa em coordenação com os demais membros da OMC. O que eu posso assegurar é que o tema não sairá da agenda da organização, e eu o vejo se transformando, de fato, em um dos assuntos mais candentes e que mais despertarão interesse no contexto da OMC.

A Senadora Ana Amélia falou um pouco da Rio+20, tema que já abordei indiretamente na resposta ao Senador Buarque. Mas eu gostaria de acrescentar algo.

A senhora disse que não se trata apenas de reunir muitos chefes de Estado. Sem dúvida, mas a reunião de chefes de Estado também é importante, e já temos 116 chefes de Estado – já é um bom número, até superior ao da Rio 92. Participação é importante, e quando digo chefes de Estado é uma modalidade de participação, demonstra o interesse dos governos no seu mais alto nível – agora tivemos a confirmação do Presidente Putin e do futuro Presidente da França François Hollande, que comparecerão –, mas haverá também a participação da sociedade civil. Haverá uma série de eventos, haverá dez mesas redondas, os “diálogos” – assim os estamos chamando –, dos quais participarão personalidades do empresariado, do mundo acadêmico, da sociedade civil. Isso aí dá também a essa conferência um caráter muito especial.

Não é só a participação pela presença, estamos buscando maneiras de assegurar que as vozes desses diferentes atores sejam ouvidas. Os diálogos formularão, cada uma das dez mesas redondas, três recomendações que depois serão debatidas pelos chefes de Estado em mesas redondas durante a tarde. Esse encontro intergovernamental também é uma maneira de criar capilaridade entre a sociedade amplamente vista e os debates governamentais.

A Senadora falou de perplexidade em relação à situação das nossas exportações no âmbito do Mercosul e da situação regional. Ela me perguntou o que a diplomacia brasileira está fazendo.

Eu aqui queria, em primeiro lugar – até aproveitando a presença de colegas argentinos na plateia –, enfatizar muito, como eu já fiz, o momento vivido pela América do Sul, mas também pela relação Brasil-Argentina, que é um momento de grande convergência no plano político, no plano dos objetivos, no plano daquilo que nós tentamos realizar internamente.

Os dois países são hoje dirigidos por duas mulheres, o que não deixa de ser uma circunstância inte-

ressante. São também duas líderes que se afirmaram em seus países na defesa de uma agenda de justiça social, de promoção de um crescimento econômico que reduza desigualdades. Além disso, também existe preocupação nos dois países com a questão da competitividade em face de terceiros.

Recentemente houve um encontro muito interessante em São Paulo entre Paulo Skaf e o Sr. Mendi-guren, que é o representante da congênere da Fiesp na Argentina. Eles concordaram em trabalhar conjuntamente, os dois setores privados ou representantes de confederações importantes nos dois países, para estudar como reagir, de que forma maximizar a cooperação entre os dois setores privados em face da competição de outras regiões do mundo. Sabemos que a competição proveniente da Ásia é um desafio grande para a nossa região, da China em particular, mas também de outros países. Na verdade, as preocupações dos dois lados da fronteira são muito semelhantes relativamente a esse fenômeno.

Então, acho que é construtivo – essa é a ênfase que eu colocaria – reunirmos esforços para encontrarmos caminhos que fortaleçam a nossa relação, aproveitando esse momento de convergência política, aproveitando esse momento mais amplo na América do Sul de crescimento com progresso social, e não permitir que situações episódicas relacionadas a comércio, que surgem entre países que têm relacionamento intenso – isso acontece entre os Estados Unidos e o Canadá, entre os Estados Unidos e a União Europeia, no seio da União Europeia – desviem a nossa atenção de toda essa oportunidade, de toda essa confluência. Isso, no entanto, não significa que não daremos importância às situações específicas de produtos, de setores, de práticas que nos pareçam problemáticas, não-aceitáveis ou que exijam uma conversa.

Eu posso comentar que há poucos dias conversei, como faço muito frequentemente, com meu colega, o Chanceler Héctor Timerman, e concordamos em promover um encontro entre ministérios – aí haverá Itamaraty, MDIC, Agricultura, eventualmente também Minas e Energia. A ideia é que inicialmente se reúnam em nível de vice-ministros em Buenos Aires para buscar uma acomodação, uma aproximação que examine com cuidado alguns desafios da agenda bilateral neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Embaixador Antônio Patriota, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Passo a palavra agora a S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Desculpe, Senador. Pela ordem, tem a palavra S. Ex^a, a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu apenas queria aproveitar a oportunidade para agradecer especialmente a dedicada e competente atuação da assessoria parlamentar do Itamaraty nesta Casa, o nosso Embaixador Sérgio Danese e a Ministra Cláudia Buzzi, que têm sido exemplares no atendimento a todas as demandas que individualmente ou coletivamente temos feito ao Ministério das Relações Exteriores. Esse reconhecimento é importante, porque temos um relacionamento diário com eles e em nenhum momento tem faltado esse apoio. Acho que o Presidente endossa essa posição. Eu queria fazer publicamente esse agradecimento a V. Ex^a.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Antes de passar a palavra a S. Ex^a, o Senador Luiz Henrique, eu endosso as palavras de S. Ex^a, a Senadora Ana Amélia. Eu acredito que seja por isso, Sr. Ministro, que o Embaixador Danese e a Ministra irão permanecer por mais algum tempo nesta assessoria parlamentar.

Antes de passar a palavra a S. Ex^a, o Embaixador Antônio Patriota, para falar a respeito do que aqui foi dito por S. Ex^a, a Senadora Ana Amélia, pela ordem, concedo a palavra a S. Ex^a, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. ANTÔNIO DE AGUIAR PATRIOTA – Posso fazer só um agradecimento?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com sua licença, Senador Luiz Henrique, o Embaixador Patriota...

O SR. ANTÔNIO DE AGUIAR PATRIOTA – Já que foi feito um agradecimento, eu não queria deixar de agradecer ao Senado, especialmente ao Sr. Presidente da Comissão, pela pressa, pela a rapidez relâmpago até com que foi aprovado o acordo de sede da Rio+20. Foi um pedido especial e sei que também a nossa assessoria transmitiu com a ênfase apropriada o interesse que tínhamos nisso. Queria agradecer muito, foi realmente com a maior rapidez. Isso já criou um bom ambiente para...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Sr. Embaixador Antônio Patriota. Realmente a Comissão de Relações Exteriores entendeu como de urgência urgentíssima a necessidade de aprovação do acordo de sede para a realização da Conferência Rio+20, e a assessoria do Ministério das Relações Exteriores, a assessoria parlamentar

junto ao Congresso Nacional, atuou também de forma muito expedita e muito eficiente. Quero agradecer aqui ao Embaixador Danese e a sua equipe, que nos proporcionou aprovar isso em tempo recorde.

Passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Secundando o que disse a Senadora Ana Amélia: ouvi alguns comentários de que nós vamos perder aqui a presença do Embaixador Danese, que ele seria convocado para outras missões do Itamaraty. Faço o trocadilho: a ausência do Danese será danosa para esta Comissão.

O objetivo da sugestão que fiz é multiplicar, mas-sificar esse esforço que o Brasil está fazendo através do Ciência sem Fronteiras. A Enade, em Florianópolis, já qualificou mais de 800 servidores públicos em dois anos de funcionamento. Quer dizer, o custo de enviar 800 servidores, o custo de enviar 800 jovens para o exterior é muito maior do que trazer a filial de uma dessas instituições. Esse é o objetivo da sugestão que fiz, Sr. Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Luiz Henrique.

Peço desculpas a S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy, porque a palavra era dele e foram concedidos esses apartes para a Senadora Ana Amélia e para o Senador Luiz Henrique. Com a palavra S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Primeiro eu quero dizer que o que a Senadora Ana Amélia disse, bem como o Senador Luiz Henrique e V. Ex^a, também aprovo inteiramente, porque ambos os embaixadores, Danese e Cláudia, têm sido excepcionais, desde o momento em que aqui chegaram, em inúmeras situações. Sr. Presidente, muito obrigado e parabéns ao Ministro pela assessoria excelente que tem.

Peço desculpas, mas hoje estou um pouco afônico.

Ministro, V. Ex^a mencionou, e de forma muito enriquecedora para o nosso conhecimento, os passos todos dados em diversas situações, e eu gostaria de comentar algumas.

Ali em Cartagena, diversos chefes de Estado das Américas afirmaram que, numa próxima reunião de cúpula, gostariam que Cuba estivesse presente. Em grande parte isso depende de os Estados Unidos encerrarem o bloqueio, o embargo com respeito a Cuba, que dura mais de 50 anos. Pelo que V. Ex^a pôde observar nos diálogos que aqui mencionou da Secretária de Estado Hillary Clinton e do próprio Presidente Barack Obama, tanto lá em Cartagena quanto na Casa Branca, em Washington ou em outros lugares, mas também

nos diálogos havidos com o Presidente Raúl Castro e o ex-Presidente Fidel Castro, de V. Ex^a e da Presidenta Dilma Rousseff. Que perspectivas há para que isso ocorra em breve? Como pode o Brasil colaborar para que isso efetivamente aconteça?

Há hoje um artigo do jornalista, comentarista Kenneth Maxwell, que fala do Presidente Obama, relativamente à demora que ele estava tendo, criticada até pelo *New York Times*, para definir a questão relativa ao casamento de *gays*, homossexuais. Só que esse artigo foi escrito... Diz aqui a *Folha*, de hoje, antes de o Presidente Obama ter feito uma declaração de que está a favor agora, definitivamente. Mas a análise deles se refere mais a Cuba, à questão do embargo a Cuba. Menciona certas dificuldades, sobretudo por causa da importância de opiniões de parlamentares que vieram de Cuba e se tornaram parlamentares norte-americanos e têm importância seja lá na Flórida, seja no Congresso Norte-Americano. Mas ele também insta que o Presidente Barack Obama logo – e os Estados Unidos – inclusive com o Congresso Norte-Americano...

Eu avalio, para que isso efetivamente aconteça, o papel que o Brasil pode desempenhar pode ser muito relevante, inclusive estes diálogos – por isso eu perguntei – que tão proximamente tiveram e nesses últimos meses aconteceram. É a razão da minha pergunta.

Eu, sinceramente, acredito que o Brasil possa colaborar, inclusive o Senado Federal, por isso que tomei aqui algumas iniciativas que ainda estão sendo objeto de consideração.

Gostaria também de perguntar, no caso, sobre o Oriente Médio e sobre o Irã. Quais as perspectivas para efetivamente resolver a questão do Programa Nuclear? A declaração de Teerã, sobre a qual V. Ex^a e o Ministro Celso Amorim aqui falaram, pode contribuir para que haja um progresso mais efetivo? Relacionado a isso, até quando terá a Palestina, na sua avaliação, esperar para que, efetivamente, seja reconhecida como um Estado soberano? E, novamente, aqui acredito que haja um papel tão significativo que o Brasil tem e pode realizar, ainda mais efetivamente, no diálogo entre Israel e a Palestina.

Com respeito ao Mercosul, nestes momentos de crise econômica têm havido tendências por vezes protecionistas, mas como, à luz dessas forças, poderão os países do Mercosul aprofundar a integração, mesmo nesse cenário internacional de dificuldades? Eu tinha perguntas que também aqui já foram formuladas pela Senadora Ana Amélia e outros, sobre a Rio+20, o número de Chefes de Estado que já confirmaram sua presença... Mas gostaria de perguntar se já são 112 ou algo assim... Cento e dezesseis? Quem sabe ainda possa ser aumentado esse número... Quem sabe...

A Senadora Ana Amélia pergunta se o Putin já confirmou e o Presidente Hollande também? Então, vou restringir minha pergunta para quais aquelas personalidades que mais têm contribuído, internacionalmente, para a consciência ecológica, o desenvolvimento sustentável, que serão convidadas como oradores principais nessa conferência? Agradeço se me puder confirmar.

Gostaria de fazer uma menção a uma mulher histórica, não sei a Senadora Ana Amélia a conhece, mas, quero fazer aqui uma referência, Presidente Collor. Outro dia me dei conta que o Ministro Antônio Patriota, ao sair da cerimônia de posse do Supremo Tribunal Eleitoral, ali estava com seu carro oficial dirigido por uma mulher, e eu o cumprimentei por ter uma motorista, a Sr^a Rita, que me parece ser eficientíssima. Então, cumprimento-o pela iniciativa, que não é tão comum.

Mas, como domingo próximo é Dia das Mães, Presidente Collor, eu quero agradecer a atenção que o Embaixador Antônio Patriota, assim como a Ministro a Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, tiveram com uma mãe, que inclusive está aqui hoje presente. Mas, V. Ex^a, a partir do apelo que fiz, solicitou que seus representantes do Itamarati tomassem providências. Ela aqui presente, a Sr^a Eliana Márcia, escreveu uma breve carta de agradecimento. Permita-me salientar que, quando eu mencionei o episódio para a Ministra Maria do Rosário, ela tomou a iniciativa que aqui viesse – está marcado para o dia 28 – porque são muitos os casos de mães ou pais que têm tido dificuldades em diversos países, a Alemanha é um deles, para terem as crianças ao lado das mães ou dos pais.

E um caso é o da Sr^a Eliana März. Se me permite, Sr. Presidente, eu vou ler a breve carta que ela escreveu ao Exm^o Sr. Ministro Antônio Patriota:

“Venho, por meio desta, respeitosamente, agradecer a atenção que recebi, a presteza com que o Sr. Ministro Santiago Mourão, determinado por V. Ex^a, me concedeu audiência na última segunda-feira para interessar-se dos detalhes do caso de minha filha Elena März, uma menina de 12 anos, que é portadora de Síndrome de Down.

Conforme o relato, ele tomou o caso em mãos e propôs levar ao Ministro Antônio Patriota todos os meus relatos e discutir as possibilidades de ação no caso de minha filha. Foi reconfortante também a intenção do Sr. Ministro Antônio Patriota inteirar-se acerca das sugestões da Secretária de Direitos Humanos, Ministra-Secretária, acerca do caso, mas sempre reiterando a necessidade de se obter o julgamento em segunda instância para que se abra o campo de ação para o Itamaraty nas negociações com a Alemanha

para recuperarmos a filha dela perante a mãe estar com ela novamente.

Aproveito a ocasião para reiterar meu desesperado apelo de ajuda em recuperar Elena em minha vida. Como mãe, não suporto mais essa separação e não vou desistir da luta. Inclusive, nesta noite, dormi ao relento na Praça dos Três Poderes para conseguir a atenção do Judiciário e agilizar minha audiência que solicitei há alguns dias.

Agradeço toda atenção e despeço-me esperançosa de vosso auxílio e cordiais saudações. Eliana Aparecida Rodrigues März.”

Muito obrigado, Sr. Presidente, inclusive de ter permitido que eu pudesse transmitir a mensagem da senhora, mãe, Eliana März.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Seja bem-vinda. Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Passo a palavra ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota.

O SR. ANTÔNIO DE AGUIAR PATRIOTA – Acho que não posso deixar de começar pela última manifestação que nos sensibiliza a todos. Fico também emocionado com sua manifestação, sua carta, que agradeço muito.

Eu próprio participei de um evento realizado pelo Senador Lindbergh Farias, sobre a Síndrome de Down. Foi estabelecido um Dia Internacional, com ativa participação do Brasil nas Nações Unidas. É um assunto que desperta na veia humanística, digamos assim, da diplomacia que precisa sempre estar presente e estaremos e lhe proporcionaremos todo apoio possível em sua jornada.

Aproveito para comentar que um serviço adicional que foi colocado às brasileiras no exterior é um número telefônico para o qual podem ligar quando forem vítimas de algum abuso e violência, assim como existe no Brasil e que será também facultado às brasileiras no exterior. Isso é o trabalho da Subsecretaria de Assistência aos Brasileiros no Exterior, que será assumido em breve pelo Embaixador Danesi. Agradeço muito os comentários e elogios a meus assessores.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Vai ser menos danoso, então...

O SR. ANTÔNIO DE AGUIAR PATRIOTA – Danesi, quer dizer dinamarquês, em italiano. Mas ele é um grande brasileiro, paulista; sobretudo um excelente colega diplomata com uma equipe excelente. Aqui há vários colaboradores seus. Alguns permanecerão na assessoria especial. Eu tenho certeza que o substituto do Embaixador Danesi, Embaixador Pedro Bóreo, de outro Estado, ele é paranaense, terá... está aqui a Embaixatriz Lúcia Flexa de Lima, que o conhece bem,

terá comportamento e participação tão eficiente como tem sido a da atual equipe.

Sobre os temas levantados pelo Senador Eduardo Suplicy, são temas importantes e prioritários. Agradeço as perguntas.

A questão do embargo contra Cuba, eu posso assinalar que foi um tema debatido entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Obama na Casa Branca, durante recente visita a Washington. Existem circunstâncias históricas de política interna e sobre as quais não me pronunciarei aqui, nos Estados Unidos, que dificultam a normalização das relações entre Estados Unidos e Cuba. Mas, sem dúvida, uma das mensagens mais poderosas da recente Cúpula das Américas, em Cartagena, terá sido o uníssono da América Latina e do Caribe em favor de uma normalização do relacionamento com Cuba por parte de todos os países da comunidade americana. E, nesse caso, os Estados Unidos estão, de fato, em uma posição muito singular. Inclusive, o Canadá, como sabemos, tem uma relação muito próxima a Cuba. Quem visita Havana vê inúmeros turistas canadenses andando pela cidade. Inevitavelmente, o governo norte-americano será levado a buscar uma aproximação. A questão aqui é de saber quando, qual será o prazo.

Nas duas visitas que fiz a Cuba este ano – primeiro, para preparar a visita da Presidenta; depois, acompanhando a Presidenta –, eu pude ver a determinação da liderança cubana em atualizar seu modelo econômico, em introduzir reformas, em buscar fórmulas inovadoras para proporcionar melhores condições de vida à sua população. E o Brasil está muito engajado nesse esforço, inclusive através da presença de empresas brasileiras no projeto do porto de Mariel, que é um porto que visivelmente faz sentido com o fim do embargo, porque será um porto de águas profundas importante, que poderá movimentar muita carga e, num cenário de normalização de relações com os Estados Unidos, aquilo se transformará numa fonte de oportunidades de empregos e de comércio muito significativa. Sem dúvida, a liderança cubana está olhando para esse horizonte.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me uma breve observação sobre esse tema.

O SR. ANTÔNIO DE AGUIAR PATRIOTA – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu tomei algumas iniciativas aqui – V. Ex^a acompanhou, o Presidente Collor sabe muito bem – que poderiam colaborar para que mais depressa os Estados Unidos viessem a levantar o embargo.

Conversei com o presidente da Odebrecht. Ele estava muito preocupado com a legislação da Flórida,

que poderia impedir eventualmente que a sua empresa, que há mais de duas décadas tem investimentos grandes na área de construção e infraestrutura na Flórida, continuasse ali suas atividades em virtude de estar realizando obras em Cuba. Queria aqui registrar que ele mencionou que achou muito interessantes as iniciativas que tomei aqui, porque elas poderiam eventualmente ajudar a superar esse problema. Queria só registrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – A questão de Cuba sempre foi tratada como uma questão de política interna dos Estados Unidos, pela força dos cubanos emigrados para os Estados Unidos. Essa força econômica e política dos cubanos emigrados ainda é determinante para a manutenção desse embargo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Embaixador Antônio Patriota.

O SR. ANTÔNIO DE AGUIAR PATRIOTA – Eu diria que ainda desempenha um papel significativo. Sobre tudo no contexto eleitoral norte-americano, é difícil imaginarmos alguma iniciativa inovadora ou mais ousada, mas podemos ter expectativa de alguma mudança em médio prazo. Sem dúvida, como eu dizia, a experiência de Cartagena terá sido muito importante para a atual administração norte-americana, tanto o Presidente Obama como a Secretária de Estado Hillary Clinton.

Mas, sim, temos, obviamente, preocupação com essa legislação adotada pelo Estado da Flórida, e o assunto também foi mencionado pela Presidenta Dilma ao Presidente Obama, que se comprometeu a examinar o assunto, porque a expectativa é de que, para que ela seja implementada, ela exija uma sanção federal, não pode ser operacionalizada apenas por uma determinação estadual.

O que eu diria também sobre o fim do embargo é que a cada ano há uma resolução na Assembleia Geral das Nações Unidas pelo fim do embargo que é votada com uma maioria mais ampla. Hoje em dia acho que são dois ou três países apenas que votam contra. É uma manifestação muito vocal também sobre uma situação que nos parece hoje anacrônica, decorrente de outra situação internacional, a Guerra Fria. Se os Estados Unidos são capazes de desenvolver relações amistosas, de cooperação, com o Vietnã, por que não aqui com a vizinhança toda também?

Sobre o Oriente Médio, o senhor perguntou sobre... Bom, a própria situação Israel-Palestina imagino que esteja na base da pergunta e a situação do Irã. Como é um tema que poderia ocasionar uma resposta mais longa ou mais curta e, talvez, para eu me concen-

trar no mais recente, o chamado P5+1, que são os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança mais Alemanha, que tem desenvolvido uma interlocução com os iranianos acerca da natureza do programa nuclear iraniano ou da comprovação da natureza pacífica desse programa nuclear, reuniu-se, recentemente, em Istambul, em um encontro que foi considerado, unanimemente, positivo, bem mais positivo do que os encontros anteriores. Isso aí eu pude comprovar em conversas com vários interlocutores, inclusive com a Secretária de Estado Clinton, quando ela esteve aqui no Brasil, no dia 18, para aquele encontro... Tivemos uma reunião bilateral, mas ela veio também para um encontro importante e que foi o da iniciativa do Governo aberto, sobre transparência. E as palavras que ela utilizou para caracterizar esse encontro de Istambul foram, até para mim, surpreendentemente, bem mais positivas do que aquilo que nós vínhamos ouvindo, ou seja, que ele proporcionava uma base positiva para que houvesse progresso em uma reunião subsequente. A reunião subsequente vai se realizar em Bagdá, agora, dia 23. Eu tive um breve encontro com o chanceler do Irã, na capital da Tunísia, onde, por coincidência, nos encontrávamos no mesmo hotel. Também pude ouvir manifestações que descreveria como encorajadoras da parte iraniana. A declaração de Teerã é tida, por muitos, como um marco histórico. Não que ela resolva o problema da comprovação do caráter pacífico do Programa Nuclear Iraniano, mas ela, desde o início, era concebida como medida de fortalecimento da confiança em um cenário em que o déficit de confiança é muito profundo entre os iranianos e os norte-americanos, em primeiro lugar; os ocidentais, também, em certa medida a França e Inglaterra.

Curiosamente, surgem vozes hoje em dia, nos Estados Unidos. Até a ex-titular da Unidade de Planejamento Político do Departamento de Estado que acabou de voltar para a Universidade de Princeton, trabalhava com a Secretária Clinton e se chama Anne-Marie Slaughter, escreveu, recentemente, um artigo dizendo que foi uma oportunidade perdida aquele caminho que foi aberto entre Brasil e Turquia, incidentalmente seguindo diretrizes, ideias ou orientações que vinham do próprio P5+1, dos Estados Unidos e dos demais membros permanentes, merecia ter sido aproveitada e talvez hoje já estivéssemos em um estágio de maior confiança ou de menor desconfiança nessa situação.

Seja como for, nós temos manifestado, com muita clareza, o total repúdio à hipótese de intervenção unilateral para lidar com o alegado: o suposto caráter militar do Programa Nuclear Iraniano que, sem dúvida, contribuiria apenas para introduzir um grau muito mais elevado de instabilidade em uma região que já é

conhecida pelas tensões manifestas e latentes e que vivem problemas delicados, inclusive na Síria e em outros lugares. E, com algum alívio, mas ainda com insuficiente certeza, vemos se distanciar essa hipótese da intervenção militar unilateral. Esperamos que isso seja de fato o que ocorra e que essas conversas entre P5+1 progridam. A Turquia e o Brasil demonstraram que o diálogo pode produzir, às vezes, mais resultados do que apenas as ameaças e sanções. Sem dúvida, esse exemplo continuará a pesar um pouco nessas negociações, nessas deliberações.

Até quando a Palestina permanecerá à margem da comunidade internacional e não poderá ser um Estado soberano? Eu tenho mantido contato frequente com meu colega palestino, Riad Malki; aliás, telefonei para ele há cinco dias. A última iniciativa dos palestinos foi uma carta longa do Presidente Abu Mazen ao Primeiro-Ministro Netanyahu, buscando uma retomada das conversas bilaterais sobre paz num ambiente em que se proceda a interrupção da construção de assentamentos nos territórios ocupados e se busca uma acomodação com base em parâmetros que já conhecemos bem, inclusive as resoluções das Nações Unidas, e a parte israelense ficou de responder a esse gesto dentro de um horizonte que deve ser até o fim dessa semana ou no máximo nos próximos dias. Esperamos que a resposta seja construtiva, mas a verdade é que o Brasil em coordenação com outros países – Índia e África do Sul, por exemplo, mas também Rússia e China, e também no âmbito do Mercosul – tem manifestado com a crescente firmeza a sua frustração com a ausência de progresso no processo de paz. E até mesmo uma frustração mais específica, o quarteto, como é chamado o grupo que reúne o Secretário-Geral da ONU, a União Europeia, Estados Unidos e Rússia tem assumido a responsabilidade pela promoção do processo de paz.

Agora, o que é que acontece? Eles se reúnem e emitem comunicados que não se traduzem em qualquer movimento ou qualquer avanço negociador. E um tema que pode ser considerado como um dos mais importantes para a estabilidade mundial, para a promoção da paz no Oriente Médio e contrário senso pode ser dos mais desestabilizadores da ordem da internacional não é tratado no conselho de segurança porque supostamente o quarteto está se ocupando dele. Ora, essa é uma situação que já está se tornando inaceitável e insustentável. E as críticas que, nós com a África do Sul, Índia, com outros países temos feito no sentido de quarteto passar a se reportar ao Conselho de Segurança. E do Conselho de Segurança assumir a sua responsabilidade também nesse tema, não terceirizar

e ficar de mãos cruzadas como se o assunto tivesse sendo tratado numa maneira eficiente por outros.

É uma manifestação, talvez, ainda relativamente tímida e modesta, mas que visa sobretudo modificar a dinâmica do debate sobre a situação do Oriente Médio, que não é uma situação que deva ser monopolizada por um pequeno grupo de países, é uma situação que pelo potencial que tem de desencadear estabilidade, violência em grande escala, polarização entre o mundo árabe e o resto – Israel e outros países, merece ser tratada de forma multilateral e, sobretudo, acreditamos, no nosso caso que com equilíbrio na medida em que gozamos de boas relações com os dois lados. Aliás, o Mercosul negociou um acordo de livre comércio com Israel e depois negociou com a Palestina também. Eu tenho a intenção de organizar, talvez no mês de julho, um encontro com as diásporas aqui no Brasil, de origem judaica e de origem árabe, em torno também de um debate sobre a paz no Oriente Médio, convidando colegas do Mercosul, como demonstração de que se aqui as comunidades conseguem viver em paz, por que não também no Oriente Médio? Isso até é inspirado um pouco por um livro que li recentemente de um franco-libanês, chamado Amin Maluf, que sugere precisamente que as diásporas também passem a desempenhar um papel e eu acho que o Congresso Nacional também pode e deve se interessar por esse tema, pela importância de que ele se reveste para a paz internacional.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, S Ex^a Embaixador Antônio Patriota, Ministro das Relações Exteriores, pela grande oportunidade que nos deu de ter uma panorâmica geral da política externa brasileira de agora, vislumbrando o futuro, as ações de ordem prática que vêm sendo tomadas pela Presidenta Dilma Rousseff, por intermédio do Itamaraty e pelo Chanceler Antônio Patriota, e cobrimos praticamente todo o nosso mapa geográfico do planeta.

Isso demonstra que o Itamaraty vem tendo uma atuação excepcional, fazendo eco ao que sempre se fala: que a diplomacia brasileira é, sem dúvida, a melhor diplomacia, sem desmerecer a dos outros, sobretudo sem desmerecer os nossos companheiros argentinos, mas é a melhor diplomacia do mundo.

Antes de encerrar, gostaria de pedir a sua presença, ministro, porque falarei sobre um assunto que também diz respeito à área do Ministério das Relações Exteriores, diz respeito à Rio+20.

Hoje, ao iniciarmos esta reunião, dei o conhecimento aos integrantes desta nossa Comissão de duas notícias: uma boa; e a outra não tão boa.

A notícia boa é de que a Presidenta Dilma, com a assistência do Itamaraty, ligou para o Presidente da Rússia, o novo Presidente eleito da Rússia, Putin, e para o Presidente eleito da França, Hollande, e teve deles a confirmação da presença na Rio+20. É claro que isso demonstra o enorme prestígio de que a Presidenta Dilma desfruta no exterior e tem um efeito simbólico. Acho que foram dois telefonemas certos. O Presidente da China já havia confirmado a sua presença; a Rússia, então, não poderia ficar de fora, por questões geopolíticas. O fato de o Presidente da Rússia, Putin, ter anunciado que virá fará com que, por efeito dominó, todos esses outros países comecem a confirmar também as suas presenças aqui. Do mesmo modo, o Sr. Hollande, porque tem a posição da Sr^a Merkel, que acredito até, ministro, que foi um pouco precipitada ao anunciar que não viria, aqui, à conferência. Mas acho que ela, agora, com essa posição do Presidente eleito francês, possa refletir um pouco melhor, porque a Alemanha foi um dos países, fora a Escandinávia e o norte da Europa, que mais levantou essa bandeira verde nos anos 60, nos anos 70. então, é muito importante que ela, aqui, esteja presente. Essa foi a boa notícia.

A notícia que não é tão boa é de que o Parlamento Europeu, como é do seu conhecimento, ontem, anunciou que cancelaria sua vinda à Rio+20, em função dos preços exorbitantes cobrados pelos hotéis do Rio de Janeiro e arredores. Realmente, os preços estão estratosféricos.

Quando participei aos senhores membros desta Comissão o cancelamento da vinda do Parlamento Europeu em função dessas diárias, recebi do...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Collor, só um adendo a essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Senador Anibal Diniz, pois não.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Ainda ontem, tivemos uma reunião com o Ministro da Justiça, Ministro José Eduardo Cardozo, para tratar de questões relacionadas ao Acre e da sua agenda ao Acre, e ele foi convocado às pressas, pela Presidenta Dilma, hoje, para uma reunião específica, reunindo vários ministérios, para um enquadramento ao setor hoteleiro do Rio de Janeiro, que está realmente praticando uma extorsão aos nossos convidados para a participação da Rio+20. A Presidenta Dilma se manifestou taxativamente contra isso e exigiu um posicionamento nesse sentido.

Só para prestar essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado pela informação que nos traz S. Ex^a, o Senador Anibal Diniz, porque é da maior importância essa ação da Presidenta Dilma.

Em função desse comunicado que fiz aos integrantes da Comissão, S. Ex^a o Sr. Senador Luiz Henrique apresentou um requerimento pelo qual solicita a inclusão de pauta, ainda na reunião de hoje, por analogia, deste item extraordinário que está regulamentado pelo Ato nº 2, de 2011, desta Comissão, que exige antecedência para a elaboração e o envio da pauta. Isso não está na pauta de hoje.

O art. 3º desse Ato nº 2 diz que “do referido ato reza que, salvo situações extraordinárias, nenhuma reunião será realizada sem que a pauta, devidamente preparada pela Secretaria da Comissão de Relações Exteriores, seja enviada aos membros dois dias antes de sua realização.”

Então, compreendendo a pertinência e a urgência envolvidas no requerimento apresentado por S. Ex. o Senador Luiz Henrique e, diante de sua solicitação, consulto os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras sobre a inclusão do Requerimento nº 23, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na pauta desta reunião.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Então, fica incluído o requerimento do Senador Luiz Henrique na pauta da reunião do dia de hoje.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 23, DE 2012

O Senador signatário requer a Vossa Excelência para que, ouvido o Plenário, seja encaminhada correspondência ao Senhor Eduardo Paes, Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, para que intervenha junto à rede hoteleira da capital fluminense, no sentido de oferecer preços de diárias compatíveis com os dos hotéis europeus.

Caso não seja possível essa intervenção, que, se possível, ofereça, mediante deliberação do Poder Legislativo Municipal, subsídio governamental que possa viabilizar a vinda de uma delegação do Parlamento Europeu, cuja ausência à Conferência da ONU, Rio + 20, será prejudicial ao êxito do evento.

Faço essas sugestões, porque, em situações análogas, seja como Prefeito de Joinville, seja como Governador de Santa Catarina, logramos obter objetivos semelhantes.

Autoria: Senador Luiz Henrique

Este é o requerimento que coloco em discussão.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – De pleno acordo, Sr. Presidente. Ótima iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor (Bloco/PTB – AL) – Não havendo quem ...

Senador Eduardo Suplicy.

S. Ex^a o Senador Ministro Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria que constasse a minha abstenção nesse requerimento, porque requerimentos do Senador Luiz Henrique eu nunca voto contra.

De modo que a minha posição de abstenção, porque acho indevida a intervenção do Estado num problema de natureza privada. Preço de hotel é fixado pela oferta e pela procura. Se existe em todos os lugares do mundo... chega-se em Paris durante a realização do Roland Garros, os preços de hotéis sobem. E, em outras situações, os preços de hotéis diminuem.

De modo que eu tenho posição contrária à intervenção do poder público em que as situações são exclusivamente de direito privado e de natureza privada.

Mas como nunca voto contra o relatório do Senador Luiz Henrique, consigno a minha posição de abstenção. Eu discordo do teor da proposição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor (Bloco/PTB – AL) – Continua em discussão o requerimento.

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, com abstenção de S. Ex^a o Senador Ministro Francisco Dornelles.

Logo em seguida a isso, com a permissão de S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy, de S. Ex^a o Sr. Ministro Antônio Patriota, nos chegou a seguinte informação, agora:

Hotéis terão de explicar na Câmara altos preços das diárias no Rio. Câmara não pagará hospedagem para Deputados durante a Rio+20 se preços não forem reduzidos.

Diz a matéria: O setor hoteleiro terá de explicar na Câmara os valores considerados abusivos das diárias no Rio de Janeiro.

Um requerimento do Deputado Carlos Eduardo Cadoca, PSC–PE, para realização de audiência pública sobre esse assunto, em data a ser definida, foi aprovada, nesta quarta-feira, pela Comissão de Turismo e Desporto. Entre outros, serão convidados representantes da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos, da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis e do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil.

O Presidente da Câmara, Marco Maia, afirmou que a Casa não pagará as diárias dos Deputados em hotéis durante a Conferência Rio+20, sobre desen-

volvimento sustentável, que será sediado no Rio de Janeiro em junho.

Segundo ele, os hotéis apresentam preços abusivos.

Fiquei sabendo que o preço... E vai por aí.

O Presidente da Câmara dos Deputados já avisou que não irá conceder diárias aos Srs. Deputados que desejarem participar da Conferência Rio+20.

Eu espero que essa audiência pública solicitada pelo Deputado Carlos Eduardo Cadoca, reunindo diversos representantes do setor hoteleiro do Rio de Janeiro e arredores, possa de alguma forma conciliar os interesses que há, tanto agora, do Brasil, pela sua Câmara dos Deputados, como também pelo Parlamento europeu.

Enfim, acho que é fundamental, neste momento, todos nós fazermos o esforço possível para que a Rio+20 seja coroada de êxito. É um trabalho que vem sendo executado com muito afinco pelo Ministério das Relações Exteriores, sob a coordenação da Presidenta Dilma Rousseff, que vem manifestando um interesse muito grande de que a conferência tenha sucesso, não somente pela presença política de peso de chefes de Estado e de governo, como também por uma agenda baseada nesses dois pontos a que já se referiu S. Ex^a o Ministro das Relações Exteriores, e também para que possamos tratar de outros subitens dentro; itens que, pessoalmente, considero tão importantes quanto aqueles dois pilares estabelecidos pela agenda oficial, pelas Nações Unidas, como a questão das mudanças climáticas.

Enfim, estamos todos muito confiantes de que esse será um momento de uma projeção internacional do Brasil ainda mais forte, uma projeção da própria Presidenta da República, e todo esforço que puder ser feito, acredito, deverá contar com a nossa colaboração – a colaboração desta Casa, a colaboração da Casa nossa vizinha, a Câmara dos Deputados, com o Ministério das Relações Exteriores e com o Governo da Presidenta Dilma – para que tenhamos êxito nessa conferência.

Agradeço, também, o esforço do Governo brasileiro, por intermédio do Itamaraty, de incluir nessa agenda que vai ser discutida, a partir do dia 13 de junho, no Rio de Janeiro, o princípio do não retrocesso, que trata daquilo a que o Ministro Patriota já se referiu: trata-se de não se permitir, pelo princípio do Direito Internacional, não se permitir que nenhum retrocesso seja verificado em função aos avanços alcançados na Conferência do Rio de Janeiro, em 1992.

Desse modo, Sr. Presidente, Sr. Ministro Antônio Patriota, eu gostaria de agradecer a presença de V. Ex^a. Ela muito nos honrou. V. Ex^a tem feito um trabalho

elogiado pela unanimidade desta Casa, e sua equipe tem sido extremamente atenta e cordata a todos os apelos que vêm sendo feitos não somente por esta Comissão, mas pelo corpo do Senado. E eu gostaria de cumprimentá-lo, especialmente, pela brilhante explanação que V. Ex^a acaba de fazer.

Antes de encerrarmos, portanto, a presente reunião, eu agradeço, mais uma vez, a presença de todos os Srs. Membros do Corpo Diplomático, especialmente o Sr. Embaixador de Portugal, os senhores representantes da Embaixada Argentina, o Sr. Conselheiro da Embaixada de Israel e, especialmente, o Embaixador Antônio de Aguiar Patriota, Ministro de Estado das Relações Exteriores, pelas considerações importantes e informações que prestou ao Senado da República.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Permite-me, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Quero, apenas, dar a informação de que, atendendo a um apelo de diversos Senadores – inclusive, expliquei ao Embaixador e Ministro Antônio Patriota –, os requerimentos que fazem apelos às autoridades dos Estados Unidos e de Cuba foram objeto de novo requerimento para que seja votado em 6 de junho, de maneira a podermos avançar em um entendimento e inclusive, quem sabe, avançar no propósito, que é um dos objetivos, de que se termine o bloqueio, o embargo a Cuba, e os assuntos correlacionados que mencionei. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado a S. Ex^a, o Senador Eduardo Suplicy.

Então, mais uma vez, muito obrigado a S. Ex^a o Ministro das Relações Exteriores, Antônio Patriota; meus cumprimentos, em nome de toda a Comissão, à assessoria diplomática comandada pelo Embaixador Danese, também auxiliado pela Ministra Cláudia e toda a sua equipe, pelo grande trabalho que vêm realizando. Muito obrigado.

V. Ex^a, Ministro Patriota, pode estar certo de que grande parte do êxito que vem sendo alcançado pelas ações desta Comissão é devido ao trabalho executado pela sua equipe. V. Ex^a está de parabéns.

Por fim, convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a ser realizada na quinta-feira, dia 17 de maio, às 10 horas, neste plenário com pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.)

ATA DA 26ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia dezessete de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **Fernando Collor, Francisco Dornelles e Aníbal Diniz** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Sérgio Souza, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Aloysio Nunes Ferreira, Jorge Viana, Ana Amélia, Roberto Requião, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti e Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 25ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos Comunicados da Presidência. Assume a Presidência o Senador **Francisco Dornelles**. O Presidente submete ao plenário a aprova os despachos *ad referendum* exarados pela Presidência da Comissão para o Requerimento nº 395, de 2012, de autoria do Senador **Paulo Bauer**, e para o Requerimento nº 405, de 2012, de autoria de Senador **Ricardo Ferraço**. Tem início a apreciação da Pauta. A Senadora **Ana Amélia** solicita inversão da pauta para o item 8. Aprovada. **Item 8 – Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “aprova o texto do Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático – TAC, firmado em Bali, em 24 de fevereiro de 1976, pelos países-membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático – ASEAN, bem como de seus Protocolos Adicionais”. **Relatora:** Senadora **Ana Amélia**. **Resultado:** Aprovado. A Senadora solicita inclusão extrapauta do Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 24, de 2012, de sua autoria. Aprovado. **Item extrapauta – Requerimento nº 24, de 2012-CRE**, de autoria da Senadora **Ana Amélia**, que diz: “Requeiro, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2012, que “Aprova o texto do Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático – TAC, firmado em Bali, em 24 de fevereiro de 1976, pelos países-membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático – ASEAN, bem como de seus Protocolos Adicionais”. **Resultado:** Aprovado. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 8, de 2012**, de autoria

da Presidenta da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua”. **Relator ad hoc:** Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 15, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, e, cumulativamente, junto à República da Islândia”. **Relator ad hoc:** Senador **Sérgio Souza**. O Embaixador **Luiz Felipe Mendonça Filho** e o Embaixador **Flávio Helmold Macieira** são convidados a compor a Mesa e fazem suas exposições. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras e Senhores Senadores **Luiz Henrique, Ana Amélia, Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque e Francisco Dornelles**. A reunião é tornada secreta às onze horas e trinta e quatro minutos e reaberta às onze horas e trinta e sete minutos. **Resultado dos itens 1 e 2:** sabatinas realizadas. O Presidente anuncia a aprovação dos Embaixadores indicados e retoma a análise da Pauta. Assume a Presidência dos trabalhos o Senador **Aníbal Diniz**. **Item 3 – Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2011**, de autoria do Deputado **Jair Bolsonaro**, que “altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências”, tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2011**, de autoria do Senador **Humberto Costa**, que “altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar o porte de arma fora de serviço e de caráter nacional para os agentes penitenciários federais”. **Relator:** Senador **Francisco Dornelles**. **Resultado:** Aprovado parecer pela aprovação do PLC nº 87, de 2011, e pela rejeição do PLS nº 329, de 2011. **Item 4 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 63, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática e Repartições Consulares, celebrado no Rio de Janeiro, em 28 de maio de 2010”. **Relator ad hoc:** Senador **Luiz Henrique**. **Resultado:** Aprovado. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 68, de**

2012, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 7 de abril de 2010”. *Relator ad hoc*: Senador **Francisco Dornelles**. *Resultado*: Aprovado.

Item 6 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 69, de 2012, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009”. *Relator ad hoc*: Senador **Luiz Henrique**. *Resultado*: Aprovado.

Item 7 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 70, de 2012, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia, assinado em Berna, em 29 de setembro de 2009”. *Relator ad hoc*: Senador **Francisco Dornelles**. *Resultado*: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor de Melo. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 26ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovada.

Comunicados.

Comunico às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores, membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que a representação brasileira no Parlamento do Mercosul realizará nos dias 18 e 25 de maio e 1º de junho de 2012 ciclo de audiências públicas intitulado Crise, Estado e Desenvolvimento: Desafios e Perspectivas para a América do Sul.

Os eventos contarão com a presença de palestrantes especialistas nas áreas de economia, desenvolvimento e política externa.

A quem interessar, maiores informações, bem como inscrições para o evento, podem fazê-lo pelo site www.camara.gov.br/representacaomercosul.

Leitura de requerimentos.

Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 15, da Comissão de Relações Exteriores, que aprovou a realização de audiência pública para ouvir a Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, acerca da situação vivida por mães e pais brasileiros que não conseguem manter a guarda de seus filhos no exterior, sejam também convidados os membros do grupo de trabalho que discute a implementação da Convenção de Haia, a seguir nomeados: Sr. Francisco Novello, Chefe da Divisão de Cooperação Jurídica Internacional do Ministério das Relações Exteriores; Sr. Sérgio Brito, Advogado da União e Coordenador do Departamento Internacional da AGU, Advocacia-Geral da União; e Sr^a Ana Paula Gonçalves, Ouvidora da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República.

Justificação.

O presente aditamento ao Requerimento nº 15, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, atende à solicitação da Sr^a Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, que julga conveniente a oitiva dos membros do grupo de trabalho que discute a implementação da Convenção de Haia sobre a movimentação de crianças entre as diversas nações.

Assina o Requerimento S Ex^a o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, e este Requerimento, conforme os atos de procedimento desta Comissão, lido nesta reunião, será colocado à deliberação dos senhores integrantes na nossa próxima reunião.

Outro comunicado, sobre hospedagem ...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Posso dar uma breve palavra, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor de Melo. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Foi a própria Ministra Maria do Rosário que avaliou que os representantes desses três órgãos mencionados poderiam colaborar muito com o esclarecimento da questão relativa às mães e pais que têm tido dificuldade de ter a guarda de suas crianças, em relação a diversos países, como alguns casos que estão sendo examinados na Alemanha e outros.

Por outro lado, quero lembrar a todos que, no dia 28, haverá uma importante audiência pública em que

estarão presentes o ex-presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, diversos ex-ministros, a Dorothea Werneck e outros. Isso será às seis horas, e esta audiência seria na hora em que terminar essa.

Então, só para preparar todos aqui. Teremos na verdade, nesse dia, duas audiências.

Queria informar, Presidente, que se cogitou, até o Secretário Álvaro, antecipar para as quatro essa outra da Maria do Rosário, tendo já sido combinado por volta das sete e meia, logo que terminar a primeira; mas eu prefiro que mantenham o horário das sete e meia ou a hora em que terminar a primeira, pois dia 28, às 14 horas, em São Paulo, fará uma palestra importante o Prêmio Nobel da Paz, Desmond Tutu, para a qual fui convidado. Então, eu vou assistir, das duas até as três e pouco, e pegarei o avião para estar aqui às seis e pouco.

Então, prefiro manter o horário previamente combinado, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor de Melo. Bloco/PTB – AL) – A solicitação será atendida, Exmo. Sr. Senador Eduardo Suplicy. E muito obrigado pela colaboração que V. Ex^a empresta aos trabalhos desta Comissão.

Segundo comunicado, hospedagem durante a Rio+20.

Semana passada, após esta Comissão tomar conhecimento da decisão tomada pelo Parlamento Europeu de cancelar a vinda ao Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20, S. Ex^a o Senador Luiz Henrique apresentou requerimento neste Colegiado no sentido de que fosse encaminhada correspondência ao Sr. Eduardo Paes, Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, para que intervenha junto à rede hoteleira da capital fluminense no sentido de oferecer preços de diárias compatíveis com os hotéis europeus.

Considerando ainda decisão do Deputado Marco Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, em interferir na questão da vinda do Parlamento Europeu, esta Comissão deu conhecimento – após deliberação do Plenário, em primeiro lugar, dando urgência à apreciação deste Requerimento do Sr. Senador Luiz Henrique e em seguida aprovando-o –, enviando ofício ao Prefeito do Rio de Janeiro e ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antônio Patriota, no sentido de que se buscasse alternativa razoável ao problema criado.

Registro agora o efeito positivo gerado com a realização de reunião das autoridades – o Prefeito do Rio de Janeiro, o Presidente da Embratur e a Associação Hoteleira do Rio de Janeiro –, que resultou na redução das tarifas praticadas durante a realização da

Conferência, e mais, alertados inclusive que fomos por S. Ex^a, o Senador Aníbal Diniz, naquela oportunidade, e logo em seguida confirmado o resultado positivo desta reunião, dizia S. Ex^a, o Senador Aníbal Diniz, que o Governo Federal já havia se mobilizado e assim ele o fez e comunicou ontem, dia 16, um acordo com o setor hoteleiro do Rio de Janeiro, para reduzir em pelo menos 25% as tarifas de hospedagem em junho, durante o período da Conferência Rio+20 sobre Desenvolvimento Sustentável.

Após uma série de reuniões, que começaram na semana passada, a Casa Civil da Presidência da República divulgou nota em que afirma que o acordo deverá garantir redução de 25% até 60% no custo da hospedagem. O termo foi firmado entre a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro, a agência operadora do evento, chamada Terramar, representantes de várias redes hoteleiras e o Governo, representado pela Casa Civil e pelos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores e do Turismo.

Terceiro comunicado, atentado em Bogotá.

Trata-se de uma nota do Ministério das Relações Exteriores, datada do dia 16 de maio de 2012.

Diz a nota do Ministério das Relações Exteriores:

O Governo brasileiro recebeu com consternação a notícia do atentado à bomba em ônibus em Bogotá, ocorrido no dia 15 de maio, terça-feira passada, que, segundo fontes oficiais da Colômbia, causou ao menos duas vítimas fatais e deixou 25 feridos, dentre os quais o ex-Ministro colombiano do Interior e da Justiça, Fernando Londoño.

Ao expressar a sua solidariedade às famílias das vítimas bem como ao governo e ao povo colombiano, o Governo brasileiro reitera a sua mais enérgica condenação a todo e qualquer ato de terrorismo, finaliza a nota do Ministério das Relações Exteriores.

Quarto comunicado, situação na União Europeia.

Na Europa, a crise grega continua a merecer mais do que uma especial atenção. Diante da incapacidade dos partidos vitoriosos no último pleito de 6 de maio em compor um novo governo, nova eleição foi convocada para o próximo dia 17 de junho. Enquanto isso, o país encontra-se sob um governo provisório, com capacidade limitadíssima de decisão.

O tema central da campanha será certamente a recessão e a relação da Grécia com a União Europeia, inclusive sua permanência no Bloco.

Alguns analistas assinalam como favorito o partido de esquerda radical, Syriza, contrário às medidas de austeridade propostas por Bruxelas. Importante destacar a preocupação internacional de que a crise grega se alastre para outros países da zona do euro, particularmente Portugal, Espanha e Itália. Se o peso

da Grécia no Bloco equivale a apenas 3% do produto interno bruto da zona do euro, o mesmo não acontece com os outros três países.

O processo de integração europeu enfrenta assim o maior desafio desde a sua criação. Para enfrentar esse desafio, é necessário que os vários governos do Bloco encontrem uma resposta coordenada. Esse foi o tema central da reunião entre a Chefe do governo alemão, Angela Merkel, e o novo Presidente da República francesa, François Hollande, e, apesar das divergências dos dois líderes na maneira como devem lidar com a crise, há o consenso de que o problema não poderá ser solucionado isoladamente. Para a crise europeia, portanto, ou se encontra rapidamente uma solução conjunta e coordenada, ou o próprio futuro da integração estará comprometido.

Eu gostaria de passar a Presidência desta Comissão a S. Ex^a, o Ministro Francisco Dornelles, porque fui chamado agora para uma questão urgente.

Peço licença a V. Ex^{as}. Mas eu voltarei.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Sr^{as} e Srs. Senadores, a Presidência deseja prestar um esclarecimento a respeito do Requerimento nº 395, de autoria do Senador Paulo Bauer, que requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa no período de 14 a 18 de maio, para participar, como representante da Comissão de Educação, do Seminário promovido pela Unesco, a ser realizado em Xangai, China, no período de 13 a 16 de maio, e, nos termos do art. 39, que estará ausente do País no período de 11 a 21 de maio.

Também do Requerimento nº 405, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 1 a 10 de junho, para integrar a comitiva do Governo do Espírito Santo em missão especial na República de Singapura e na cidade de Roterdã, e comunica, nos termos do art. 39, que estará ausente do País no período de 31 de maio a 10 de junho.

Como é do conhecimento de V. Ex^{as}, o Ato nº 4, da CRE, estabelece um rito para apreciação dessa modalidade de requerimento por este Colegiado, no qual está prevista a designação de relator e a posterior apreciação do relatório pelo Plenário da Comissão.

Lembro ainda que, apesar desta Presidência ter encaminhado ofício dirigido aos membros do Senado e reiterado, em junho de 2011, objetivando manter o planejamento adequado e bom andamento da Comissão sem necessidade de quebra de ritos ordinários, constatamos ocorrer situações que independem da vontade dos membros desta Casa.

O requerimento do Senador Paulo Bauer, que solicita autorização para ausentar-se do País, e o do Senador Ricardo Ferraço chegaram a esta Comissão em 10 de maio. Em virtude da celeridade necessária, não foi possível submeter os requerimentos ao rito previsto, pois o intervalo de sua eventual aprovação pelo Plenário da Comissão e o início da missão seria muito curto.

Como é necessário, por outro lado, que a Comissão se manifeste sobre a solicitação de S. Ex^{as}, os Senadores Paulo Bauer e Ricardo Ferraço, esta Presidência avocou relatoria de matéria *ad referendum* do nosso colegiado.

Gostaria de esclarecer que esta providência sempre foi adotada diante da urgência das solicitações.

O propósito da Comissão com a edição dos Atos nºs 2 e 4, de 2011, foi de fazer com que procedimentos rotineiros observem os devidos ritos processuais.

Por isso, mais uma vez, exortamos a todos para que, quando apresentarem este tipo de requerimento, o façam no tempo devido.

Para concluir o processo de tramitação, resta submeter à decisão desta Presidência.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o despacho da Presidência para o requerimento de autoria do Senador Paulo Bauer permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o despacho da Presidência para o Requerimento nº 405, de autoria do Senador Ricardo Ferraço permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Francisco Dornelles, queria fazer uma solicitação à Presidência, porque o tema que me compete a relatoria, da pauta de hoje da Comissão de Relações Exteriores, diz respeito a uma matéria que tem determinado grau de urgência, pois se trata do Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático, firmado em Bali, em 24 de fevereiro de 1976, pelos países-membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático – ASEAN, bem como de seus Protocolos Adicionais.

É uma matéria rápida, já conhecida.

Queria, então, consultar V. Ex^a se pode determinar, submetendo ao Plenário, a inversão de pauta, para ser o primeiro item antes da apresentação dos embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Os que tiverem de acordo com esta inversão de pauta permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Sugeriria a V. Ex^a se estivesse de acordo, como nós temos aqui duas sabatinas de embaixadores e este relatório já foi devidamente distribuído, que a senhora fosse direto ao voto.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não há dúvida, Sr. Presidente, o Plenário já aprovou?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Aprovou.

(É o seguinte o item:

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 122, DE 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Tratado de Amizade e Cooperação no Sudeste Asiático – TAC, firmado em Bali, em 24 de fevereiro de 1976, pelos países-membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático – ASEAN, bem como de seus Protocolos Adicionais.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)

Relatoria: Senadora Ana Amélia)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então, vou direto ao voto, caro Presidente Francisco Dornelles.

O Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN foi firmado em 1976, tendo como princípios a serem seguidos pelos seus membros o respeito à independência, soberania, igualdade jurídica, integridade territorial, identidade nacional, autodeterminação em negócios internos, solução pacífica de controvérsias e a efetiva cooperação entre os países-membros. São também, como se percebe, linhas que norteiam o Estado brasileiro, inclusive com fundamento constitucional nesta relação bilateral com os países que integram o sudeste asiático e que têm com o Brasil uma relação de amizade e cooperação econômica muito relevante.

Então, o meu voto é favorável à aprovação do Decreto Legislativo nº 122, de 2012.

Este é o meu voto, Sr. Presidente, em relação ao Tratado de Amizade e Cooperação.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Em discussão o relatório ao Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2012.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, gostaria que a Comissão Relações Exteriores

encaminhasse ao Plenário, em caráter de urgência, a tramitação desse projeto, uma vez que o Governo brasileiro tem tratativas de viagens oficiais marcadas com a região, e seria de bom termo, do ponto de vista diplomático e também político, que já estivesse essa informação pelo Ministério das Relações Exteriores definida na decisão do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o pedido de urgência permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 8, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luiz Felipe Mendonça Filho, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nicarágua.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Aníbal Diniz (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação

Observações: No dia 03/05/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 15, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Flávio Helmo Macieira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, e, cumulativamente, junto à República da Islândia.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Paulo Bauer (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria Ad Hoc: Senador Sérgio Souza

Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação

Observações: *No dia 03/05/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE*

Convido para que tomem assento à mesa o Embaixador Luiz Felipe Mendonça e o Embaixador Flávio Helmo Macieira.

O Embaixador Luiz Felipe Mendonça deverá ser o nosso Embaixador junto à República da Nicarágua, e o Embaixador Flávio Macieira, no Reino da Noruega, cumulativamente, no Reino da Islândia.

Concedo a palavra ao Embaixador Luiz Felipe Mendonça Filho, que deverá ser o nosso Embaixador junto à República da Nicarágua. Ele terá dez minutos para fazer a sua exposição.

O SR. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO – Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira, o meu relator *ad hoc*, e Senadores aqui presentes, é um grande prazer estar aqui.

Gostaria de iniciar a minha exposição conversando um pouco sobre o que é o país, o que é a Nicarágua, e depois fazer um resumo das nossas relações bilaterais, relações Brasil-Nicarágua.

A Nicarágua é um país pequeno, pobre, um pouco menor que o Amapá, o segundo mais pobre do continente, perde apenas para o Haiti, é o 139º em Índice de Desenvolvimento Humano. Segundo as Nações Unidas, tem um PIB de US\$7 bilhões, uma população de cerca de seis milhões, uma inflação de 8% ao ano, um desemprego de 8%, uma dívida de US\$5,1 bilhões.

Um dado importante é que 48% do país vivem abaixo da linha de pobreza e o índice de analfabetismo é bastante alto, chegando a 22%.

É um país que não tem recursos naturais conhecidos e tem uma economia cujo PIB é formado fundamentalmente de 20% do setor agrícola, 23% do setor industrial e o resto por serviços.

Uma economia que foi muito afetada pela crise em 2009 e pela crise que afetou o seu principal parceiro, os Estados Unidos.

A gestão econômico-financeira da Nicarágua é monitorada pelo FMI, é muito conservadora e aplicada pelo Banco Central em regime de autonomia absoluta. É uma economia aberta e fortemente conectada com os mercados externos, e o controle financeiro se baseia nas regras básicas de endividamento, manutenção de reservas internacionais, controle de preços, expansão monetária e foi bastante elogiada pelo FMI.

O comércio exterior é deficitário, exporta US\$4 bilhões e importa US\$5 bilhões.

O déficit de um bilhão é coberto pelas reservas que vêm, sobretudo, dos Estados Unidos.

As relações internacionais da Nicarágua são marcadas por uma forte dependência com relação a Washington. E um dos seus objetivos é justamente diminuir essa dependência, abrindo outras frentes, aproximando-se de países como a Venezuela, Líbia, antes da invasão, obviamente, e a Federação Russa e o Irã.

A Nicarágua busca bastante apoio para o seu processo de desenvolvimento socioeconômico, principalmente pela atração de investimentos produtivos, muito superior a vários outros países centro-americanos, como Honduras, como Guatemala, perdendo apenas para Costa Rica.

Apesar das grandes diferenças ideológicas, o relacionamento com os Estados Unidos é marcado por um notável pragmatismo, sobretudo no campo econômico e no combate ao narcotráfico. Não nos esqueçamos de que a migração para Estados Unidos é grande, e é dos Estados Unidos que provêm as remessas com que a Nicarágua equilibra as suas contas externas.

O segundo cooperante é a Venezuela, que é o grande fornecedor de petróleo através da Petrocaribe.

Nos últimos anos, houve um grande desgaste com a União Europeia, sobretudo devido a visões divergentes sobre temas domésticos, como o processo eleitoral e liberdade de imprensa.

Vários países europeus retiraram as suas embaixadas de Manágua, como os países escandinavos, o Reino Unido, a Holanda, e redirecionaram a sua ajuda para a África, diminuindo significativamente a ajuda concedida à Nicarágua.

Por último, existe uma questão de limites ainda não dirimida entre a Costa Rica e a Nicarágua, com relação a Islã Calero. O mérito da questão ainda se acha sob exame da Corte Internacional de Justiça, em Haia.

Depois de apresentar essas pinceladas gerais sobre o que é o País, a sua economia e o seu relacionamento externo, gostaria de falar um pouco sobre as relações entre o Brasil e a Nicarágua, que foram iniciadas em 1906, cumulativamente com Havana naquele tempo, pois, como não havia o Canal do Panamá, era mais fácil que as relações fossem concentradas em Havana, onde tínhamos uma legação.

As relações entre o Brasil e a Nicarágua são tradicionalmente cordiais, mas distante. Nos anos 1980, observou-se um esboço de aproximação devido à atuação Brasileira no Grupo de Apoio de Contadora, processo de paz da América Central.

O Brasil participou, ademais, da assistência emergencial aos atingidos na Nicarágua pelo furacão Mitch e perdooou a dívida nicaraguense de 138 milhões em 2002.

Em agosto de 2007, ocorreu a primeira visita de um Presidente brasileiro a Manágua, o Presidente Lula. E, a partir daí, intensificou-se o nosso relacionamento bilateral com um item concreto na agenda, que é a cooperação energética.

Um dado importante é a cooperação em matéria de defesa. Durante dez anos, uma missão brasileira participou de maneira relevante no processo de desminagem, após todo aquele processo de instabilidade política, revoluções na América Central. E em 2001, então, esse programa terminou com grande sucesso, e até hoje as autoridades centro-americanas, em especial a Nicarágua, são gratas ao Brasil pelo excelente trabalho desenvolvido pelos nossos militares.

Em seguida, vale lembrar a ajuda humanitária, a assistência humanitária que o Brasil tem concedido à Nicarágua após as calamidades naturais que assolaram o país: o furacão Félix, a tempestade Noé, os deslocados em tempos de guerra, o combate à fome.

É uma ajuda que monta a mais de um milhão, através de cestas básicas, medicamentos, soro antiofídico, parafusos e folhas de zinco para reconstrução de casas.

Em termos de cooperação educacional, o Brasil tem um acordo cultural com a Nicarágua, assinado em 53, um leitorado junto à universidade nacional e um centro cultural que, no último ano, chegou a matricular cerca de 900 alunos. Em cooperação técnica, igualmente, uma cooperação técnica iniciada em 2006, atualmente com 7 projetos em execução, quatro em negociação, e dois em processo de assinatura em várias áreas: agricultura, saúde, segurança pública, turismo e meio ambiente.

As relações econômico-comerciais com o Brasil são relativamente modestas. Até 2006 as importações brasileiras de produtos nicaraguenses eram próximas de zero e essa situação mudou. No ano passado, o comércio bilateral foi de 121 milhões, o Brasil exportou 120 e importou US\$1,300 milhão em produtos nicaraguenses, o que foi um salto significativo.

O principal projeto da área bilateral é a construção da hidrelétrica de Tumarín, entre a Queiroz Galvão, a Eletrobras e a empresa nicaraguense de energia elétrica. É o grande projeto que temos. As negociações estão chegando a bom termo atualmente, já tive essa indicação, falta muito pouco. Vai ser o primeiro grande projeto de exportação de serviço de engenharia na área. É um projeto de US\$1,100 bilhão. Enfim, vai ser o primeiro grande projeto da Eletrobras nessa sua fase de expansão para o exterior, e envolve também um investimento de 200 milhões da Eletrobras, um financiamento do BNDES de 372 milhões de produtos e serviços brasileiros de engenharia.

Então, realmente é o projeto estrela não só do Brasil no país, mas sobretudo na América Central. Existem também outros projetos nesse *pipeline*, na agenda, mas que não estão tão desenvolvidos, tão maduros como Tumarín, que são aí a usina hidrelétrica de Brito, com a Andrade Gutierrez, e também com a Andrade Gutierrez a possível construção de um porto de águas profundas em Monkey Point, que fica no Caribe.

Em termos de investimentos privados, a empresa brasileira Schmidt Irmãos, gaúcha, implantou uma fábrica de calçados na Zona Franca de Saratoga, investimento de 86 milhões, que emprega 3.200 mil operários e produz de 10 a 12 mil pares de sapato por dia nessa área. Então, é um dos principais motores dessa região.

E há possibilidade também de biocombustíveis, mas o governo nicaraguense ainda não nos acenou de uma forma positiva, de uma forma mais segura, então é uma iniciativa que está apenas em potencial. E ainda em termos bilaterais, vale notar que o Presidente Ortega declarou apoiar a pretensão brasileira de ter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Resumidamente, esses são, digamos, os itens que compõem a agenda bilateral do Brasil, uma agenda bastante importante, com um projeto significativo, com, ironicamente, o país mais pobre da região. Mas é o país com que o Brasil tem, afetivamente, uma ligação maior, mais profunda e densa em termos de interesse.

Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Cumprimento o Embaixador Luiz Felipe Mendonça Filho, indicado para a República da Nicarágua, pela sua brilhante exposição, e concedo a palavra ao Embaixador Flávio Helmold Macieira, indicado para o Reino da Noruega, e, cumulativamente, para a República da Islândia, para fazer a sua exposição por dez minutos.

O SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA – Sr. Presidente, com sua permissão, Srs. Senadores, bom dia a todos e a todas.

Eu queria iniciar, embora o tempo seja curto, fazendo uma referência pessoal, porque eu sou filho de um ex-funcionário do Senado Federal. Então todos podem imaginar que é uma grande emoção para mim voltar sempre a esta Casa, e muito mais ainda numa reunião de uma comissão histórica, que, em algum momento, meu pai secretariou.

Dito isso, eu queria agradecer a Senhora Presidente da República, o Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores a indicação para esse posto na Noruega, esperando ser aprovado pelos Srs. Senadores, e deixar uma saudação especial aos meus relatores, porque houve um relator original e um relator *ad hoc*, o

Senador Paulo Bauer e o Senador Sérgio Souza, que produziram e leram um relatório denso e muito objetivo.

Eu estou atualmente em Manágua, eu estou saindo da Nicarágua, e ouvi com muito interesse e aprendi bastante com a exposição do meu querido colega Luiz Felipe.

Na minha concepção, na concepção de bom senso, a diplomacia é uma forma de colocar relações internacionais, relações entre os países, a serviço do desenvolvimento, a serviço dos povos.

Então, uma missão de gestão de uma embaixada exige planejamento e conhecimento, como o Embaixador Luiz Felipe demonstrou, do seu objeto de estudo. Eu também realmente estudei a Noruega buscando o que poderia ser uma gestão positiva, útil, em relação ao Brasil. Como deve conduzir os assuntos um embaixador do Brasil em Oslo.

De saída, o que eu quero dizer é que diplomacia também é continuidade, estabilidade. Então, boa parte do trabalho é administrar um patrimônio de relacionamento que já existe, porque o relacionamento Brasil–Noruega é muito denso, é antigo e muito positivo. Então, é aprofundá-lo, cada vez mais, e eventualmente introduzir alguma idéia nova. Enfim, fazer o melhor possível para que a relação Brasil–Noruega esteja sempre em progresso.

Vamos tentar caracterizar então a Noruega. É um país hiper desenvolvido. Nós aqui temos um contraste entre países. A Nicarágua está na luta pelo desenvolvimento, uma luta que está sendo conduzida com garra, e a Noruega é um país super desenvolvido, com o maior IDH do mundo. É um país muito voltado para o mar, a geografia nos revela, que tem a quinta marinha mercante do mundo, por exemplo. Um grande construtor naval, um grande construtor de barcos especializados, um grande setor petrolífero. No mar do Norte, a Noruega desenvolveu uma capacidade de exploração muito grande, com alta tecnologia de perfuração em águas profundas, ou de perfuração marinha em águas profundas. Petróleo e gás. Tecnologia de petróleo e tecnologia de plataformas.

A economia norueguesa também traz, como itens, a produção de celulose, a metalurgia, a pesca. É uma grande potência pesqueira histórica, a Noruega. Inclusive a pesca do bacalhau, que é um item da alimentação brasileira, herdado de Portugal.

Voltando ao setor petrolífero, há dois aspectos muito interessantes a destacar. O primeiro é que os setores industriais extrativos, industriais econômicos da Noruega se organizam em cadeias produtivas, e é um exemplo muito útil para nossa própria organização da futura exploração do pré-sal.

Há também uma empresa que, vamos dizer, chefia o setor, assim como nós temos a nossa empresa, a Petrobras, que chefia o setor de petróleo, e o resultado da produção petrolífera é, em parte, recolhido a um fundo que financia pensões e que garante o futuro do estado do bem-estar, porque a Noruega é um país que mantém o estado do bem-estar, o lendário estado do bem-estar dos países nórdicos, que se mantém intacto e com um grande atendimento às necessidades básicas da população.

Do ponto de vista político e de política internacional, é um país internacionalista, que encontra então uma grande identidade... Nós podemos encontrar uma grande identidade com a Noruega no sentido de que o Brasil também é um país que preza o sistema internacional, busca aperfeiçoá-lo, busca defendê-lo, participa das atividades de pacificação das Nações Unidas com muita intensidade. Os dois países fazem isso.

Então, essa curta caracterização da Noruega dá, vamos dizer, o caminho para o que pode ser a gestão. Em primeiro lugar, reforçar a cooperação nesse setor petróleo. A Noruega tem uma combinação virtuosa de tecnologia e capital. Tem um papel, sim, que se pode dizer, associar-se, de forma empresarial, ao esforço brasileiro de exploração do pré-sal e de suas jazidas submarinas. Essa associação já existe, porque essa empresa norueguesa principal é concessionária do campo de Peregrino.

Mas há muito mais que pode ser feito, e que está sendo feito, e nós temos, na verdade, mais de 90 empresas norueguesas já estabelecidas no Brasil, e uma forte presença não só no setor petrolífero, mas no setor de transporte, de construção naval, de celulose, de fabricação de alumínio.

São relações, como eu disse, densas e já muito importantes. O modelo de exploração de petróleo e de organização do setor petrolífero é muito interessante, que merece estudo por parte do Brasil, e do ponto de vista operacional também há muita aproximação em termos de formação de pessoal.

A função do embaixador é incentivar ao máximo a densificação dessas relações, que já são densas. E dessas 90 empresas já presentes no Brasil, a intensificação maior ainda dos investimentos nessas áreas: petróleo, celulose, produtos químicos, fertilizantes, onde elas já estão presentes, gerando riqueza em território nacional.

O comércio é importante, deve ser cultivado. Para um país de 4,900 milhões de pessoas, é um comércio de US\$1,744 bilhão.

Não vou me estender sobre os produtos. Vou dizer apenas que é intensa a cooperação econômica que existe, a afinidade política que existe e, dentro

dessa afinidade, um campo a se trabalhar entre Brasil e Noruega, justamente nos contatos acadêmicos e na pesquisa pela paz – é uma das especialidades da universidade norueguesa.

São esses os pontos, mas eu queria dizer duas palavras, se o Sr. Presidente me permite, em relação à Islândia, que será também da minha responsabilidade, se eu for aprovado pela Comissão. É um país pequeno, de altíssimo padrão de vida, da mesma forma que a Noruega, as relações também já são relativamente intensas, cabe intensificá-las e o comércio é surpreendente, porque nós exportamos a matéria-prima do alumínio para uma grande planta que existe na Islândia.

Acaba de chegar o Senador Cristovam, que esteve na Islândia. Lembra-me que isso ...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Acaba de chegar aqui o Senador Cristovam Buarque, que é o vice-presidente da Comissão. Peço a V. Ex^a que assuma a presidência.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador, eu gostaria de solicitar muito carinhosamente que V. Ex^a presida, não apenas porque eu acho que tem todo esse mérito, mas também porque quero pedir licença até os Srs. Embaixadores, está havendo daqui a pouco um evento de entrega do prêmio à economista Maria da Conceição Tavares, pela Presidenta Dilma, e como eu me considero um discípulo dela, eu vou querer estar presente lá. Então, por favor, gostaria que o senhor presidisse os trabalhos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Recebo ordens de V. Ex^a.

O SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA – Concluindo, Sr. Presidente, o mesmo programa de densificação de relações a ser aplicado em relação à Noruega naturalmente será aplicado – na medida do possível, na medida das minhas possibilidades e limitações – à Islândia.

Queria terminar com uma saudação à Noruega, porque hoje é a data nacional daquele país, o dia da constituição.

Agradeço muito essa oportunidade. Foi uma honra muito grande e coloco-me à inteira disposição de V. Ex^{as} para qualquer esclarecimento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – A cachoeira está por todo canto no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Cumprimento o Embaixador Flávio Helmold Macieira pela sua brilhante exposição.

Está aberta a lista de inscrição

Estão inscritos aqui a Senadora Ana Amélia...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem. Solicitaria a V. Ex^a que,

ouvido o Plenário, autorize o início da votação, tendo em vista que já ouvimos as exposições substanciosas dos Srs. Embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Submeto ao Plenário a proposta do Senador Luiz Henrique.

Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Vamos abrir aqui os debates, mas vamos dar início ao processo de votação.

Senadora Ana Amélia, Senador Anibal Diniz, Senador Suplicy e Senador Luiz Henrique são os que estão inscritos.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador.

Estou indo daqui para um compromisso na Embaixada da Finlândia, que está tão próximo da questão da Escandinávia.

Quero aproveitar que foi o Sr. Flávio Macieira falou por último. O Brasil é o maior importador, maior importador de bacalhau da Noruega. É uma coisa interessante apenas para confirmar o que V. Ex^a falou. Mas o setor da pesca e o setor de transportes da Noruega são de controle estatal. Queria uma informação de V. Ex^a de uma economia de mercado, compatibilizando com um Estado forte também, como é o caso da Noruega. E queria uma informação que não está no relatório do Itamaraty sobre a balança bilateral comercial Brasil/Noruega. E também uma informação sobre como é a questão da legislação ambiental da Noruega, já que o Brasil está agora votando um Código Florestal – votou no Senado, a Câmara concluiu seu trabalho e a Presidente está em vias de decidir sobre essa matéria. Essa questão, porque é um país, na região, muito importante.

Só para terminar, a Noruega fez dois referendos e não aceitou entrar na União Europeia. O fato de a crise que está vivendo a União Europeia pode, de algum modo, anular definitivamente a possibilidade de, em algum momento, a Noruega entrar na União Europeia.

Para o Embaixador Luiz Felipe: Embaixador, o senhor fez referência a essa obra que está sendo executada para uma hidrelétrica na Nicarágua, imagino que financiada pelo Governo brasileiro, e eu queria saber que produção vai dar de energia; quanto representa isso em relação às necessidades de demanda do País; e qual o investimento total dessa obra. E, numa obra dessa natureza, como é que a lei ambiental nicaraguense trata disso, se as licenças são dadas, como é feito e se isso tem impacto local.

Dada a dependência também da Nicarágua à relação, não dependência, mas uma relação muito

íntima com a Venezuela, como está a Nicarágua na América Central e o seu relacionamento com os Estados Unidos?

São as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Queria fazer uma proposta, se V. Ex^{as} estivessem de acordo, dar a palavra a três Senadores e depois as respostas, como geralmente fazemos aqui sob o comando do Presidente Collor e do Senador Buarque.

Vamos ouvir então agora o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente Senador Francisco Dornelles, Sr. Embaixador Flávio Macieira e Sr. Embaixador Luiz Felipe Mendonça; em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentá-los pela indicação presidencial para essas missões, na Noruega e Islândia, o Embaixador Flávio Macieira; e para a República da Nicarágua, o Embaixador Luiz Felipe Mendonça.

Gostaria de me dirigir especialmente ao Embaixador Luiz Felipe Mendonça, que terá uma missão bastante complexa, num país com 48% da sua população abaixo da linha da pobreza; sendo o segundo país mais pobre das Américas; com uma balança comercial completamente desfavorável, eu acho que praticamente em todas as suas relações comerciais e isso se espelha também nas relações com o Brasil, uma relação completamente deficitária; e com um índice de desenvolvimento humano também crítico.

Diante dessa situação, eu perguntaria como são os índices de violência na República da Nicarágua? E como o senhor encara esse desafio de mais uma missão, num país da América Central, com tantas dificuldades nessas relações?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Francisco Dornelles, prezados Embaixadores Luiz Felipe Mendonça Filho e Flávio Helmold Macieira, desejo a ambos sucesso tanto na Nicarágua quanto na Noruega e Islândia, nas suas respectivas missões.

Sr. Presidente, eu também, daqui a pouco, vou precisar me ausentar para estar na cerimônia em que será homenageada a Professora Maria da Conceição Tavares.

Queria aqui informar que, no próximo dia 28, estará no Brasil o Prêmio Nobel da Paz Arcebispo Desmond Tutu, que justamente fará uma palestra à tarde, às 14h, no World Trade Center, em São Paulo.

Em novembro de 2006, assisti ao pronunciamento que ele fez na abertura do XI Congresso Internacional

da *Basic Income Earth Network*, em Cape Town, quando ele conclamou a todas as pessoas, em quaisquer países do mundo, para aconselhar seriamente a instituição de uma renda básica de cidadania.

Quero transmitir a ambos, dar a ambos a cópia desse pronunciamento. Eu gostaria de registrá-lo oficialmente aqui, para que possa ser transcrito e que possa ser distribuído a todos os membros da Comissão, ao Presidente e aos Srs. Embaixadores aqui presentes, dada a relevância e beleza desse pronunciamento.

Gostaria de perguntar ao Embaixador Luiz Felipe Mendonça Filho. Tendo em conta que o Presidente Daniel Ortega foi um dos líderes da revolução sandinista, seu primeiro presidente e voltou ao governo, agora, reeleito, em que medida aqueles ideais de construção de uma nação socialista permanecem? E em que medida procura o governo da Nicarágua compatibilizar a democracia, a liberdade de expressão, de imprensa, de reunião, com os objetivos da construção de uma sociedade igualitária, mesmo que para um país em desenvolvimento e que não tem, conforme o senhor mencionou, grandes riquezas naturais? Mas de qualquer maneira, qualquer fonte de riqueza gerada numa comunidade, num Município, num Estado e num país, sempre se pode separar uma parcela desse rendimento para constituir um fundo que a todos pertencerá.

Gostaria de perguntar ao Embaixador Flávio Helmold Macieira a respeito, justamente, da experiência do fundo soberano da Noruega, que tem diversas finalidades, inclusive, do ponto de vista social, de garantir a todos os seus habitantes uma forma de participação comum na riqueza do petróleo e demais riquezas naturais.

O Governo brasileiro, dentro outros fundos, para o exame do pré-sal, estudo o fundo da Noruega. Agradeço se puder nos fazer uma análise das principais características hoje do fundo da Noruega, vindo da riqueza petrolífera e demais riquezas naturais. Qual a sua forma de destinação e eventuais modificações que tem sido objeto de debate pelo governo e pela sociedade na Noruega?

Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quero apenas me escusar aos nossos Embaixadores. Deixo uma assessora anotando as respostas, porque o Senador Cristovam, Senador Requião e eu temos esse compromisso, um seminário sobre Educação na Finlândia. Esse é o único motivo por não poder estar aqui para ouvir, mas a minha assessoria anotar as minhas respostas, que eu agradeço antecipadamente.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu sei que são três, já falaram os

três, mas eu gostaria de pedir um minuto, até porque eu não vou fazer perguntas. Também tenho de estar nesse encontro da Finlândia e com a nossa Professora Conceição. Não sei como vou compatibilizar os dois.

Eu quero – não tem nenhuma pergunta – apenas dizer da minha satisfação, mais uma vez, em ver o serviço exterior brasileiro enviando, como nossos representantes, pessoas com a qualificação do Embaixador Flávio e do Embaixador Luiz Felipe.

Eu não tenho dúvida de que – e o Brasil inteiro sabe – se há um setor da máquina pública brasileira que nos orgulha, é o Itamaraty. Não tenho dúvida de que vamos estar muito bem representados pelos dois, como por diversos outros que por aqui tenham passado.

É apenas para dizer que, nos dois países, eu vejo dois pontos muito interessantes: um, e o próprio Senador Suplicy tocou, é a ideia do Fundo Soberano da Nicarágua, cuja experiência precisamos trazer para cá, e temo que não estamos trazendo; e vamos desperdiçar os *royalties* do petróleo, não apenas em atividades muitas, como também não passando por um fundo que permita aproveitar apenas a rentabilidade a cada ano.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O da Noruega.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – O da Noruega, eu falei...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O da Nicarágua.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ...Nicarágua. Não, Nicarágua é depois. Muito obrigado, Senador Suplicy.

(Interrupções fora do microfone)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Então, a minha satisfação de termos um Embaixador com a qualificação do Embaixador Flávio Macieira, em Oslo, e também o fato de estar na Islândia, um país pequeno, mas que merece toda a nossa atenção pelo que faz em busca de encontrar um rumo sustentável, apesar das dificuldades que sofreu por causa da explosão financeira.

E quanto à Nicarágua, não há dúvida nenhuma. Eu, como morador por alguns anos, na América Central, em Honduras, e como funcionário do Banco Interamericano, estive muitas vezes na Nicarágua. É um país que a gente pode dizer que é irmão nosso. É um país muito sofrido, não apenas pelo regime ditatorial que sofreu de Somoza, e também pelo processo de livrar-se do Somoza, que foi muito sofrido; pelos governos seguintes que trouxeram, apesar de muita esperança, algumas dificuldades e frustrações. Mas é, sobretudo, porque cada vez mais temos de aproximar o Brasil da

América Central, e um posto em Manágua é um posto importante para ajudar nesse processo.

Eu desejo muitas felicidades. E, da minha parte, tenho toda a tranquilidade, como brasileiro, em saber que teremos os senhores dois representando nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

Concedo a palavra ao Embaixador Luiz Felipe Mendonça. E, posteriormente, ao Embaixador Flávio Macieira.

O SR. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria inicialmente responder à pergunta que me foi feita sobre a questão da Hidrelétrica de Itumirim. Trata-se de uma obra avaliada em US\$1 bilhão e 100 milhões. Esse é o investimento total, avaliado atualmente. É uma obra que vai gerar 220 *megawatts* e representar 27% da demanda elétrica do país. Ou seja, é uma obra considerável. O BNDES deverá financiar US\$ 342 milhões e a Eletrobrás entrará com 200 milhões.

As licenças ambientais, enfim, toda a parte social já foi vista pela própria empresa brasileira interessada, que é a Queiroz Galvão. E o Governo da Nicarágua está bastante satisfeito com todas as iniciativas que a empresa tomou com relação a esses aspectos bastante importantes dessa iniciativa.

Depois, a outra questão diz respeito à posição da Nicarágua na América Central e com relação aos Estados Unidos. Tanto a América Central como os Estados Unidos são as duas principais prioridades da Nicarágua no seu relacionamento externo. É com a América Central que ela tem os principais acordos de livre comércio – o sistema interamericano, o sistema de integração centro-americano, por exemplo – e o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, que inclui também os demais países centro-americanos e a República Dominicana.

Obviamente, com os Estados Unidos há um relacionamento histórico, profundo, uma grande dependência, uma coisa que remonta ao século passado, desde 1857, quando houve a famosa intervenção norte-americana do William Walker, o Filibustero, que tomou conta do território nicaraguense, declarou-se praticamente imperador dali, e teve de ser expulso por um exército centro-americano. E hoje em dia, apesar de tudo, é o principal parceiro da Nicarágua. Sessenta por cento do comércio bilateral é com os Estados Unidos. Então, é realmente uma relação densa, profunda, que eles não podem deixar de levar em consideração.

Senador Anibal Diniz, o senhor me perguntou sobre os índices de violência na República da Nicarágua. São dos mais baixos da América Central. A

Nicarágua não apresenta os mesmos problemas que Honduras, El Salvador e Guatemala. A violência está bastante controlada; anda-se nas ruas sem qualquer... Eu estou vindo de San Salvador, que tem o índice de homicídio de 66 por 100 mil, superior ao Brasil, que é 25. Na Nicarágua não existe nada disso. A polícia controla. O narcotráfico não tem uma influência maior. Não há, digamos, registro de nenhuma estatística que seja comparável aos demais países. Então, sob esse ponto de vista, o Presidente Ortega desenvolveu uma política, enfim, de segurança pública bastante eficiente.

E é realmente um grande desafio para ele, justamente por ser um país que tem poucos recursos naturais, poucos recursos financeiros, promover o desenvolvimento. Este é o grande desafio e esta é uma das nossas grandes missões: ajudar a Nicarágua a enfrentar esse grande desafio. Creio que uma das minhas missões lá vai ser precisamente encontrar meios de o Brasil ajudar a Nicarágua a sair dessa situação de grande subdesenvolvimento em que ela se encontra.

Senador Suplicy, o senhor me perguntou em que medida permanecem os ideais da Revolução Sandinista na construção de uma sociedade igualitária e tudo o mais.

Eu creio que continuam. O Presidente Noriega inclusive tem uma grande popularidade. Estão aí as eleições que ele venceu com grande facilidade, com grande galhardia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO – É, o Daniel Ortega, perdão, por causa dos programas de assistência que ele desenvolveu; ao contrário dos governos anteriores, de corte neoliberal ortodoxo, que achavam que o mercado resolvia tudo. A grande diferença, então, são os projetos sociais, como o Fome Zero, que ele tem, a educação grátis, a saúde grátis, os projetos de atendimento oftalmológico que ele faz. Realmente tudo isso teve um reflexo nas eleições e que provavelmente vão se sentir também nas próximas eleições municipais este ano. Ele provavelmente vai consolidar toda a sua base de apoio.

Creio que, de uma certa forma, ele está tentando implementar, executar os ideais igualitários, enfim, do sandinismo, através dessas iniciativas. Evidentemente, na medida da disponibilidade orçamentária que ele tem, que não é grande, não é nada grande.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me apenas...

O SR. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se puder, dizer uma palavra a respeito do sistema

democrático na Nicarágua, comparado a – digamos – situações em que às vezes se tem o controle de um único partido. Lá na Nicarágua não ocorre isso, não é?

O SR. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Há uma liberdade de expressão, de formação de partidos, e assim por diante. Era isso que eu gostaria de ouvir do senhor.

O SR. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO – Perfeito. Enfim, há liberdade de formação de partidos, há liberdade de crítica, enfim, a oposição de direita é particularmente vocal contra o governo. A impressão que dá é que o governo está caindo no dia seguinte, quando, na verdade, não é assim. Então, existe realmente a liberdade de expressão, de reunião, de formação de partidos na Nicarágua.

Pode-se apontar outros problemas, como a questão da reeleição, por exemplo. Enfim, são questões que podem ser debatidas, mas existe liberdade de expressão, de reunião, de opinião no país.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Embaixador Luiz Felipe.

Passo a palavra ao Embaixador Flávio Macieira.

O SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA – Obrigado, Presidente.

Dentro do meu conhecimento, que naturalmente é limitado, porque é de estudo, vou-me referir às questões tão interessantes que me foram colocadas, começando pela Senadora Ana Amélia.

A Senadora me indagou sobre a questão do setor da pesca. Quer dizer, o Brasil sendo o maior comprador de bacalhau da Noruega e esse setor ser estatal.

Bom, a Noruega é um país com forte presença do Estado na economia, como é a tradição dos países nórdicos. Agora, é uma presença que se faz segundo relações de mercado. A vida das empresas é ditada pelas normas de mercado, de forma que há uma altíssima produtividade de toda a área produtiva norueguesa, independentemente da formação de capital.

Eu creio que a eficiência da pesca desse produto e de vários outros, não só da pesca, como da aquicultura, é talvez a maior do mundo. E isso independe da formação de capital, não é? Tenho impressão que a produtividade e o padrão de funcionamento das empresas é que vão então ditar o grande sucesso exportador da Noruega nesse setor da pesca, no qual o país é reconhecidamente uma potência.

Como eu disse, a Noruega tem uma fortíssima tradição de participação nos debates internacionais, desde o tempo da formação das Nações Unidas. É um país, como são os países nórdicos, muito empenhado

em contribuir positivamente para a formatação do sistema internacional. Então, exibe sempre uma grande preocupação sobre institucionalidade, sobre direitos humanos e sobre a área ambiental.

Uma ex-Chefe do Governo Norueguês foi, durante muito tempo, a maior autoridade na área ambiental das Nações Unidas. Foi uma pessoa que teve uma responsabilidade importante pela própria realização da Conferência Rio 92, a ex-primeira ministra Gro Brundtland.

Então, é um país com toda essa tradição de atuação e de empenho pela formatação de um sistema internacional melhor, mais sólido, mais institucional, o que é válido, muito válido na área ambiental; é um país com alto nível de preocupação ambiental, alto nível de pesquisa ambiental, alto nível de comprometimento na busca de soluções, que é uma busca comum, da humanidade, onde há um papel muito importante a ser desempenhado justamente por países de alto índice de tecnologia e de informação, como é o caso da Noruega.

Então, a Noruega, no que diz respeito ao Brasil, teve uma atuação importante ao comprometer-se com recursos para o Fundo Amazônia na ordem de US\$1 bilhão até 2015.

É o que eu diria sobre a área ambiental.

Em relação às estatísticas da balança comercial, eu não quis me estender durante a exposição, mas nós temos um comércio com a Noruega superior, como eu disse, a US\$1 bilhão: nós estamos a US\$1.744 bilhão de dólares, com exportações brasileiras – números de 2011 – de US\$944 milhões e importação na ordem de US\$800 milhões.

O Brasil é o maior parceiro da Noruega na América Latina. As exportações brasileiras cobrem a alumina, que é matéria-prima para a produção de alumínio; soja, em várias apresentações; café; tubos de aço; minérios, como o manganês; partes de motores estão na nomenclatura das exportações brasileiras; concentrados de proteína; etanol. E importa bacalhau, gás, fertilizantes e equipamentos petrolíferos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA – Obrigado. Mais três minutos e vou concluir.

Então, passando adiante: a questão da União Europeia. Creio que, realmente, a crise não é o melhor momento para o ingresso da Noruega, mas não me cabe opinar sobre isso; é uma questão para o povo norueguês decidir, soberanamente, em futuros referendos.

Quanto ao fundo soberano, que o Senador Eduardo Suplicy citou, é uma concepção político-administrativa que eu considero brilhante e funciona sob a lógica de que as gerações futuras devem usufruir da mesma abundância, da mesma riqueza das gerações

atuais. Ele é gerido pelo Banco Central da Noruega e, naturalmente, é uma fonte de fundos para o Orçamento e para o sistema de pensões norueguês.

Grande investidor externo, no mundo inteiro, inclusive no Brasil.

Enfim, a participação do Governo é gestão direta no fundo.

Mas o que é importante é isto: é um fundo em função da vida social do país voltado para o futuro, basicamente voltado para o futuro, atuante internacionalmente e gerador de fundos para manter o Estado norueguês, enfim, na sua estabilidade financeira, política e administrativa.

Não sei se respondi, Senador.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez o Itamaraty demonstra que possui, efetivamente, uma das melhores massas críticas deste País. Temos participado de audiências públicas com diplomatas indicados a várias missões no exterior e temos percebido o alto nível profissional desses membros da diplomacia brasileira.

Não é diferente o que ocorre nesta audiência, Sr. Presidente. O Brasil está acreditando, junto à República da Nicarágua e junto à Noruega, dois expoentes do Itamaraty. O embaixador Luiz Felipe, inclusive, tem uma passagem como coordenador de ensino do Instituto Rio Branco, e acredito até que o posto na Nicarágua seja muito pequeno para a sua estatura como profissional da diplomacia brasileira.

Eu formularia ao embaixador Luiz Felipe algumas perguntas.

A primeira é se S. Ex^a conhece a experiência das pequenas centrais hidrelétricas, as chamadas PCHs. Nós adotamos, em Santa Catarina, esse modelo para geração de energia, com usinas que atingem, no máximo, a produção de 30MW, que causam um mínimo impacto ambiental e, pela soma das suas unidades, representam a geração de energia significativa.

Eu não conheço a estrutura hídrica da Nicarágua, mas talvez essa seja uma opção adicional a esse grande empreendimento hidrelétrico para o desenvolvimento daquele país.

Em segundo lugar, eu perguntaria a S. Ex^a como está o nível de relacionamento com os Estados Unidos.

Nós sabemos que há uma relação histórica muito complicada, desde quando William Walker tomou o poder do país, desde quando foi assassinado o grande líder daquele país, Augusto Sandino; desde quando os Estados Unidos promoveram a ascensão ao po-

der da família Somoza e toda a violência que resultou daí. Evidentemente, todo o movimento sandinista foi um movimento de reação a essas ações anteriores.

Sabendo-se que os Estados Unidos representam 58% das exportações da Nicarágua, como estão essas relações? Sabemos que, do ponto de vista econômico, elas são fortes, mas como elas estão do ponto de vista diplomático e político?

Ao ilustre embaixador Flávio Macieira eu perguntaria: após os atentados que foram, surpreendentemente, realizados na Noruega, por um cidadão norueguês, de nome Anders Behring Breivik, que nível de impacto isso vem provocando ainda na sociedade norueguesa?

Segundo: o meu Estado, Santa Catarina, tem a segunda maior área reflorestada com *Pinus elliottii* e *Pinus taeda* do mundo, na região de Lages. Nós temos notícia de que uma das grandes alternativas para a produção de biocombustível seria a partir da celulose. Pergunto se o embaixador conhece – ou, caso não conheça, que possa, a partir do momento em que tomar investidura naquela embaixada, nos oferecer informações a respeito – se a Noruega já dominou essa tecnologia; se há produção de biocombustível em escala a partir de matéria florestal e sem destruição da floresta – simplesmente se extrai a resina –; e se isso já representa um fator econômico para aquele país.

Por outro lado, eu perguntaria a V. Ex^a se o modelo da economia norueguesa representaria o modelo de uma economia social de mercado, oriundo das normas programáticas da *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, que buscou uma alternativa entre capitalismo e socialismo, no sentido de permitir a liberdade de iniciativa, mas oferecer um forte poder regulador do Estado.

Por último, eu perguntaria a V. Ex^a o que determinou que a Noruega decidisse não integrar a Comunidade Europeia, a União Europeia, e se, antes dessa crise recente na Europa, havia uma tendência no sentido de integrá-la.

Seriam essas as perguntas.

Quero cumprimentá-los pelas exposições elucidadoras que ambos ofereceram a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique, pelas questões levantadas por V. Ex^a.

Passo a palavra ao embaixador Luiz Felipe.

O SR. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Luiz Henrique, muito obrigado pelas palavras, pelo interesse demonstrado e pelas perguntas.

Respondendo, enfim, às suas perguntas, eu realmente desconheço – devo reconhecer que desconheço – a experiência de seu Estado, na questão das pequenas centrais hidrelétricas, mas creio que é uma

experiência que pode ser transferida para a Nicarágua, um país pequeno, pobre. Realmente, essa solução de se implantarem, localmente, pequenas centrais que, conjuntamente, vão ter uma massa crítica considerável e um impacto grande sobre o país, creio que seria algo que, realmente, valeria à pena que eu levasse ao Governo de Manágua.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu acrescentaria que essas PCHs são todas empreendimentos privados, de modo que nós temos *expertise*. E eu não tenho dúvida de que o Governador Raimundo Colombo desejará colaborar com o desenvolvimento da Nicarágua, oferecendo todas as informações a V. Ex^a se o governo nicaraguense o desejar.

O SR. LUIZ FELIPE MENDONÇA FILHO – Perfeito. Pretendo, então, levar adiante, enfim, essa gestão de V. Ex^a.

A segunda questão foi com relação ao nível de relacionamento com os Estados Unidos, já abstraindo um pouco a questão histórica, que todos nós conhecemos, de que o peso norte-americano, o peso de Washington é grande, é transcendente em toda a região, sobretudo na Nicarágua.

O relacionamento bilateral é caracterizado por um grande pragmatismo: existe uma cooperação entre Estados Unidos e Nicarágua no combate ao narcotráfico e na economia. O senhor mesmo mencionou as trocas bilaterais.

Houve, recentemente, gestos de boa vontade de lado a lado: tanto Manágua concedeu *agrément*, rapidamente, à nova, à recém-chegada embaixadora, Phyllis Powers, quanto os Estados Unidos também ao embaixador nicaraguense em Washington, o embaixador Campbell. Enfim, rapidamente, para demonstrar que havia uma boa vontade bilateral. Mas, apesar disso, lá em Manágua, a embaixadora norte-americana tem sido especialmente crítica do processo político nicaraguense, especialmente o processo eleitoral. E isso, obviamente, agrega um elemento de tensão nas relações bilaterais.

Acho que os Estados Unidos – é minha impressão – provavelmente vão continuar com essa atitude, com esse controle do processo político em terra. Então, acho que vai continuar essa relação difícil, tensa, entre os dois.

Essa é minha avaliação, falando muito francamente para o Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Agradeço a V. Ex^a.

Passo a palavra ao Sr. Flávio Macieira.

O SR. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA – Obrigado, Sr. Presidente.

Senhor Senador, obrigado pelas questões muito interessantes e estimulantes, assim a pensar sobre os atentados ocorridos na Noruega, e naturalmente que a insensatez humana pode ter como cenário qualquer lugar do mundo, e o radicalismo também.

O que me ocorre dizer em relação a uma situação como essa, primeiro, é prestar minha própria solidariedade às famílias afetadas, como fez o Governo brasileiro, e recordar que é uma tarefa de todos, da comunidade internacional, a proteção das populações, a proteção dos inocentes. E há todo um trabalho institucional, internacional, nesse sentido.

A Noruega, como um país de direito, naturalmente ainda guarda um choque desse lamentável acontecido, mas, tem superado, segundo os mecanismos do Estado de Direito.

A segunda questão diz respeito ao biocombustível. Confesso e diria que sim, como país de alta tecnologia e como país de grandes reservas florestais, a Noruega terá esse domínio tecnológico e é um país empenhado na produção de energia alternativa. Mas, não posso dizer isso com conhecimento de causa. Prometo a pesquisa a V. Ex^a.

O modelo de economia norueguesa, sim, é um modelo justo, é um modelo que se adequaria aos termos preconizados na *rerum novarum*, sim. A presença do Estado, a presença reguladora, estimuladora da economia e distribuidora de riquezas, sem tolher a iniciativa individual.

Por último, o que determinou que a Noruega não integrasse – aliás, não só a Noruega, também a Suíça –, enfim, o que determinou, talvez no caso da Noruega, foi que a independência é recente, relativamente recente. Ela foi obtida no início do século XX, a última independência. A Noruega foi um reino independente na história medieval. Mas, na modernidade, ela voltou a ser independente no início do século XX.

Então, essa independência recente talvez – essa é uma cogitação minha, naturalmente também estou me baseando em coisas que li – mas, talvez tenha influenciado na decisão popular de não aderir à União Europeia.

Uma outra interpretação, que poderia dar também, é que a própria formação da União Européia foi um recurso que tivemos, paz da nova Europa, para redinamizar a economia européia através inicialmente do eixo França-Alemanha.

Como a economia da Noruega é muito dinâmica, já se vê que a população pode ter uma certa tendência a ir adiando a possibilidade de união econômica com a Europa para um futuro, para uma época futura.

Diria que essas seriam as duas interpretações de ainda não ter havido adesão à União Europeia, mas,

que está sempre na agenda, sempre na pauta de discussão e de reflexão do país.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Sr^{as} e Srs. Senadores, de acordo com o disposto no Inciso IV, art. 52 da Constituição, a reunião da Comissão será transformada em secreta a partir deste momento, de modo que eu pediria a V. Ex^{as} e aos senhores que se retirassem do plenário.

(O Sr. Presidente declara secreta a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Declaro reaberta a reunião.

Quero comunicar aos Embaixadores Luiz Felipe e Flávio Macieira a aprovação dos seus nomes para Embaixador do Brasil da República da Nicarágua e do Reino Unido da Noruega.

Eu cumprimento a V. Ex^{as} e desejo muito sucesso nessa sua nova missão.

O próximo item da pauta é o item 03, de que sou o Relator e eu perguntaria ao Senador Anibal Diniz se poderia presidir esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Dando segmento a nossa reunião, teremos agora uma relatoria do Senador Francisco Dornelles, do item 03 da pauta.

ITEM 3

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 87, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, define crimes e dá outras providências.

Autoria: Deputado Jair Bolsonaro

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 329, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para autorizar o porte de arma fora de serviço e de caráter nacional para os agentes penitenciários federais.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Pela aprovação do PLC nº 87, de 2011, e pela rejeição do PLS nº 329, de 2011

Tem a palavra o Senador Francisco Dornelles, para proceder o seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, submetem-se a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2011, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 329, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa.

Ambas as proposições são bem sintéticas, com apenas um

Artigo, e propõe modificar a redação do § 1º do art. 6º, com vistas a incluir “os integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais, os integrantes das escoltas de presos e as guardas portuárias” entre os indivíduos aptos a portarem arma de fogo fora de serviço e com validade em todo o território nacional.

Sr. Presidente, o art. 6º da lei 10.226, estabelece o seguinte: “É proibido o porte de arma em todo o território nacional, salvo para os seguintes casos: Integrantes das Forças Armadas, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Ferroviária Federal, das Polícias Civis, das Polícias Militares, os integrantes de guardas municipais das capitais, os integrantes de guardas municipais dos municípios com mais de 50 e menos de 500 mil habitantes, os agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência, os departamentos de segurança, os integrantes da Polícia Legislativa da Câmara e do Senado e os integrantes do quadro efetivo de agentes e guardas prisionais. Os integrantes de escolta de presos e guardas patrimônio-portuárias já têm direito a porte de arma.

O § 1º estabelece que os integrantes das Forças Armadas, das Polícias, das guardas municipais, da ABIN, Agência Brasileira de Inteligência, e da Polícia Legislativa do Senado e da Câmara, eles têm direito a portar arma mesmo fora desse serviço.

Então, o projeto é muito simples, ele apenas estende aos integrantes do quadro efetivo dos agentes e guardas prisionais integrantes da escolta de presos e guardas o que já é hoje reconhecido aos integrantes mencionados nos itens I a VI, do art. 6º.

Havia dois projetos no mesmo sentido, eles respondem a todas as proposições, a todos os requisitos para serem examinados e o meu voto é no sentido de aprovação do Projeto de Lei da Câmara, visto que se tratarem do mesmo assunto e da mesma matéria, o da Câmara já foi à Câmara. Então, por uma questão de economia processual, esse assunto eu dou pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 87, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 329.

Quero dizer que isso vai ser terminativo na Comissão de Justiça.

Muito obrigado.

Esse é o meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Para discutir, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto é altamente meritório, disse-o bem o ilustre Relator, Senador Francisco Dornelles, que as categorias dos agentes já dispõem de autorização para o porte de arma, mas não o faz relativamente ao período em que não se encontram em serviço.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a criminalidade está cada vez mais aparelhada. O contrabando de armas lhes permite o acesso a dispositivos de segurança que pertencem unicamente às Forças Armadas. Lá em Santa Catarina nós criamos e expandimos fortemente a carreira de agentes prisionais, com o objetivo de substituir policiais para que estes voltassem a atuar na atividade de polícia preventiva e repressiva.

Ora, aos policiais militares que cuidavam dos presos é outorgado esse privilégio que propõe o projeto, por que não concedê-lo também aos agentes prisionais, que estão sujeitos às mesmas represálias dos criminosos? Por isso, cumprimentando o ilustre proponente Deputado Jair Bolsonaro e o ilustre Relator, Senador Francisco Dornelles, eu voto pela aprovação do projeto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Luiz Henrique, Senador Francisco Dornelles, havia um entendimento dos Senadores Aloysio Nunes, Suplicy e outros de fazer um pedido de vista à matéria, mas, considerando que ela terá tramitação terminativa na Comissão de Constituição e Justiça, houve um entendimento no sentido de não fazer esse recurso que seria meramente protelatório e, então, fica o entendimento de que ela vai à votação hoje e não haverá nenhum pedido de vista. Foi esse o entendimento.

Na Comissão de Constituição e Justiça, haverá mais tempo para todas as dúvidas serem sanadas a respeito, porque é um assunto extremamente polêmico, tem posição oposta do Ministério da Justiça a respeito, mas é um assunto de altíssima complexidade, que tem aqui representantes, agentes penitenciários do Brasil inteiro, agentes portuários, também, fazendo a defesa dessa matéria e ela vai entrar em votação agora e terá sua tramitação terminativa na Comissão de Constituição e Justiça.

Não havendo quem quera discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Francisco Dornelles.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para seguimento da tramitação.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Item 4. Eu pediria a gentileza do Senador para fazer o relatório *ad hoc*.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 63, DE 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática e Repartições Consulares, celebrado no Rio de Janeiro, em 28 de maio de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relator *ad hoc*: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação da matéria

Com a palavra o Senador Luiz Henrique, para proceder ao seu relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Senador Anibal Diniz, que preside esta reunião, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes de membros de missão diplomática e repartições consulares, celebrado no Rio de Janeiro, em 28 de maio de 2010.

Trata-se de projeto que regula matéria semelhante a várias outras já aprovadas, unanimemente, nesta Comissão.

O projeto é constitucional e jurídico e o nosso parecer é pela sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Em discussão o relatório de Senador Luiz Henrique.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 68, DE 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 7 de abril de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relator *ad hoc*: Francisco Dornelles

Relatório: Pela aprovação da matéria

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles, para proceder ao seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 68, de 2012, com vistas à apreciação do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico.

O parecer do Senador Sérgio de Souza foi amplamente distribuído, examinado, de modo que demonstro a minha concordância.

Pelo exposto, observadas a adequação legislativa e regimental, o presente ato internacional atende aos interesses do País, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 68.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 69, DE 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gabinete de Ministros da Ucrânia, assinado em Kiev, em 2 de dezembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relator ad hoc: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação da matéria

Com a palavra o Senador Luiz Henrique, para proceder ao seu relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de acordo genérico entre o Brasil e a Ucrânia, cujo objetivo é fortalecer e estreitar as relações culturais entre os dois países.

O projeto é constitucional, jurídico e legal. Opinamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 70, DE 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia, assinado em Berna, em 29 de setembro de 2009.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles

Relatório: Pela aprovação da matéria

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles para proceder ao seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Comissão examina texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Federal Suíço sobre Cooperação em Ciência e Tecnologia, assinado em Berna, em 29 de setembro de 2009.

O relatório do Senador Cristovam Buarque foi distribuído aos membros desta Comissão e conclui que considera conveniente e oportuno a aprovação deste projeto, razão pela qual eu também me manifesto favoravelmente ao Projeto de Decreto legislativo nº 70, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Francisco Dornelles.

Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Antes de encerramos esta reunião, e agradecendo a presença de todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, informo que a Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, presidida pelo Senador Cristovam Buarque, realizará hoje, às 18 horas, neste plenário, audiência pública para debater o tema “Quarenta Anos do Livro Limites do Crescimento e os Próximos Quarenta”, com os seguintes convidados: Jorgen Randers, Professor da Escola Norueguesa de Administração, e Prof. Heitor Gurgulino de Souza, Vice-Presidente do Clube de Roma.

Por fim, convoco a nossa próxima reunião, a ser realizada segunda-feira, dia 21 de maio, às 18 horas, neste plenário, dando continuidade à série de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012”, com apresentação do quarto painel Conferência Rio+20.

Avaliação da agenda Evolução da Organização e das Expectativas do V Ciclo de audiências, intitulado Política Externa Brasileira, com os seguintes convidados: Fabio Feldmann, ex-Deputado Federal e ex-Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo; Dr. Fernando Antônio Lírio Silva, Assessor Extraordinário para a Rio+20 do Ministério do Meio Ambiente; e Dr. Carlos Alfredo Joly, Professor da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp – e assessor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.)

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia vinte e um de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presente o Senhor Senador **Cristovam Buarque**. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e realiza a leitura de comunicados. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer sua exposição o senhor **Fernando Antônio Lyrio Silva**, Assessor Extraordinário para a Rio+20 do Ministério do Meio Ambiente (MMA); o senhor **Fábio Feldmann**, Ex-Deputado Federal e Ex-Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo; e o Professor **Carlos Alfredo Joly**, Professor da Universidade de Campinas (UNICAMP) e Assessor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Faz uso da palavra o Senador **Cristovam Buarque**. Não havendo nada mais a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e quarenta e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 27ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Comunicado sobre o 5º Ciclo de Audiências; relato do 3º Painel: Avaliação e prioridades da política externa brasileira.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizou, na última segunda-feira, dia 7, audiência pública sobre os Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012, cujo 5º Ciclo de Debates dedica-se à política externa brasileira. O terceiro painel da série discorreu sobre a diplomacia do futuro e suas perspectivas.

O primeiro expositor foi o Dr. José Flávio Sombra Saraiva, do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. De acordo com sua análise, a diplomacia, tão antiga quanto à sociedade organizada, hoje ganhou um espaço próprio, que é o da solução negociada das diferenças e da cooperação no esforço pela paz. Essa evolução da antiga diplomacia de administração dos conflitos e das diferenças é, no seu entendimento, um ganho extraordinário, que não pertence aos tratados do século XX, mas, ao mundo.

A diplomacia, a seu ver, ganhou força e é uma necessidade da sociedade contemporânea; um espaço da política voltado para uma dimensão mais altruísta que propriamente negativa da construção da sociedade internacional.

A diplomacia brasileira, segundo o Prof. Saraiva, tem demonstrado uma linha de continuidade ao longo dos seus 200 anos de existência, como um instrumento de cooperação pela paz, do desenvolvimento nacional e do reconhecimento dos limites de um País novo, cuja construção jovem possuiu meios limitados de poder para exercer qualquer forma de hegemonia ou vontade imperativa de comandar, sem legitimidade, processos de negociação. Trata-se, a seu ver, de uma diplomacia responsável.

O Professor afirmou que, historicamente, o Brasil nunca fez da diplomacia um embate de políticas de curto prazo, tampouco partidárias. Ele classificou de positivo e adequado o respeito do País às normas jurídicas internacionais, ressaltando a contribuição brasileira na construção de normas do sistema internacional.

O Professor acredita que o atual modelo de diplomacia, restrito ao quadro profissional, está-se esgotando em virtude da tendência mundial de diversificação de temas, o que leva à inserção de novos atores no que chamou de “paradiplomacia financeira, comercial, empresarial e outras” nos campos de negociação, dividindo responsabilidades com a diplomacia tradicional. As grandes empresas internacionais já praticam

diplomacia própria, inclusive as brasileiras. Ele acredita que o Brasil saberá contornar esses novos desafios da nova diplomacia.

O segundo expositor foi o Dr. Lier Pires Ferreira, professor-adjunto do Programa de Mestrado e Doutorado do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Na sua avaliação, a diplomacia do futuro será aquela cuja agenda seja permeável aos atores da sociedade civil, com uma agenda um pouco menos constituída pelo Estado e mais pela sociedade.

Segundo ele, essa diplomacia, que pode ser considerada essencialmente democrática, não virá como uma dádiva, mas como a conquista da sociedade civil consciente de que a concepção dos seus interesses depende fundamentalmente da sua organização, dos seus mecanismos de pressão e, por certo, do seu nível de escolarização e formação educacional. Nesse sentido, ele considera que, em grande parte, no Brasil, essa diplomacia democrática, voltada para a cidadania e para o desenvolvimento, tem como uma dos seus elementos condicionantes o Parlamento nacional.

Em sua opinião, somente quando o parlamento estiver cada vez mais vinculado aos interesses e necessidades da nossa sociedade, abrindo-se crescentemente para a participação dos cidadãos e assumindo o protagonismo que deve ter, necessariamente, no Estado democrático de direito, na formação de políticas de Estado – quer internas, quer exteriores –, é que poderemos pensar, efetivamente, na possibilidade de uma diplomacia que seja, mais do que a expressão dos interesses do Estado, fundamentalmente a intenção e a expressão dos interesses e demandas da sociedade civil.

Concluindo, o Professor afirmou que, para esse propósito, a série de audiências públicas promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal exerce um papel fundamental.

Por sua vez, o Dr. Francisco Rezek, ex-Juiz da Corte Internacional de Haia, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e ex-Ministro das Relações Exteriores, afirmou que a continuidade da política externa brasileira, desde o Império, baseia-se em uma diplomacia que se exerce sem nunca ter admitido uma quebra do compromisso essencial com o Direito como diretriz das relações exteriores do Brasil. Esse compromisso explica que, no essencial das relações exteriores, a ideia do compromisso com o Direito prevaleceu sempre, mesmo nos períodos mais sombrios de quebra absoluta do Estado de direito no plano interno. Isso tem a ver, na opinião do jurista, com o profissionalismo da casa da diplomacia brasileira, o qual nenhum governante quis perturbar em nome de compromissos partidários ou com o quartel, e isso nos distingue pro-

fundamente de vários países, alguns vizinhos, outros bem distantes de nós.

Jamais, em sua opinião, o Governo brasileiro deixou que certos interesses de política interna influenciassem as suas diretrizes de política externa, enquanto que, em inúmeros países, até mesmo os democráticos, constantemente promovem-se aberrações em sua política externa em nome do interesse em agradar uma pequena parcela do seu eleitorado doméstico. Ele atribui ao uso da política externa, exclusivamente no atendimento do interesse nacional, calcada no Direito, a afeição do povo brasileiro pela diplomacia do País. Como exemplo, ele citou o apoio da população à posição do Governo Collor de concordar com a resolução condenatória das Nações Unidas à invasão do Kuwait pelo Iraque, sem, contudo, aceitar pegar em arma para defendê-la. De outro modo, explicou o Dr. Rezek, teríamos de pegar em armas para garantir a execução de outras resoluções do Conselho de Segurança, que nunca foram executadas.

Segundo ele, existe uma tomada de consciência de que há atos internacionais legítimos, mas que o compromisso do Brasil com o Direito indica que não temos nenhum motivo para sermos os ativistas da respectiva execução, sempre a cargo daqueles que têm interesses geopolíticos em fazê-lo.

Concluindo sua exposição, afirmou o Dr. Rezek que algumas frases da diplomacia brasileira, pronunciadas pelo Chefe de Estado do governo passado, neutralizam, por inteiro, tudo o que de menos feliz, segundo ele, foi dito. Como exemplo, ele recordou que, quando da brutal ilegalidade da invasão militar do Iraque, em que as Nações Unidas passaram pela maior humilhação da sua história, sendo-lhe imposto, pelos países organizadores da guerra, o colossal vexame de dizer que a Organização tinha a desempenhar o papel humanitário de reconstrução do país e socorro às vítimas, o Governo brasileiro disse a seguinte frase memorável, segundo ele: “A Organização não foi criada [ele se refere à Organização das Nações Unidas] para administrar as ruínas de uma guerra que ela não conseguiu evitar.”

Encerrando o debate, o Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, recordou que a renovação para diplomacia é necessária, mas não, fácil. É preciso saber renovar-se, o que consiste em abrir-se às novas tendências no Brasil e no mundo, em não se aferrar dogmaticamente às práticas do passado e em não repetir cegamente o que já deu certo antes, porque as circunstâncias mudam. As mudanças estão ocorrendo de forma dramática, e o ajuste da Chancelaria brasileira aos novos tempos tem de ser feito com mui-

to cuidado, para não colocar em perigo o acervo da nossa democracia.

De acordo com sua análise, o fato de o Brasil ter-se tornado a sexta economia do mundo deve-se a ser um Estado democrático. Ter diminuído a injustiça social permitiu-nos a elevar a nossa diplomacia. O Embaixador citou, como exemplo, o papel fundamental desempenhado pelo Brasil na formação do G20 Comercial e a participação decisiva do País na Conferência do Clima, em Dublin.

No plano da paz e da segurança internacional, lembrou ele que não chegaram, ainda, a bom termo os esforços para a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, mas já ninguém duvida que, qualquer que seja a configuração do Conselho de Segurança, seria muito difícil que o Brasil deixasse de estar presente. Segundo ele, isso foi dito pela Secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, há apenas duas semanas, quando esteve no Brasil; há duas semanas antes da data em que essa audiência foi realizada.

Tudo isso, ressaltou o Embaixador, requer um ajuste da nossa ação diplomática, pois representa novos desafios. Ele informou que o Ministério das Relações Exteriores tem feito grande esforço no sentido de acompanhar as novidades tecnológicas, incorporando-as às comunicações entre a Chancelaria e as 224 missões diplomáticas brasileiras no exterior, além de adotar um programa de aprimoramento de seus dotes linguísticos. A diplomacia do futuro, em sua opinião, manterá na pauta os temas ambientais, os direitos humanos, a paz e a segurança internacional, a cooperação técnica e econômica, os investimentos e a ordem financeira, acrescidos de novos temas, como as reservas de água doce, as terras raras, as novas rotas marítimas, a Antártica e a segurança cibernética, assuntos para os quais a diplomacia terá de se preparar, adaptando-se aos novos tempos.

Concluindo, afirmou o Embaixador que o crescente êxito do Brasil em seu processo de crescimento econômico, com o avanço da justiça social e a erradicação da pobreza, fortalece enormemente a nossa projeção internacional e confere importância ainda maior a esse estilo de atuação, pois é um dos fatores da nossa credibilidade e do nosso *soft power*. Mas, acrescentou o Embaixador Nogueira, finalizando a sua participação, “apesar de o Itamaraty estar aberto ao novo, não se deve perder de vista que, preservando o melhor patrimônio diplomático do Brasil de ontem e de hoje, prepararemos melhor a diplomacia do futuro”.

A presente reunião da noite de hoje destina-se à realização do 4º Painel, intitulado Conferência Rio+20: avaliação da agenda, evolução da organização e das expectativas, integrando o 5º Ciclo, Política Externa

Brasileira, da série de audiências públicas Rumos da Política Externa Brasileira (2011/2012).

Para proferir as palestras de hoje e debater o tema foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, a quem aproveito e convido para que tomem assento à mesa, desejando-lhe boas-vindas, em nome de todos os integrantes desta comissão: Deputado Fábio Feldmann, Deputado Federal e ex-Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo; Dr. Carlos Alfredo Joly; Professor da Universidade de Campinas (Unicamp) e Assessor do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; e o Dr. Fernando Antonio Lyrio Silva, Assessor Extraordinário para a Rio+20 do Ministério do Meio Ambiente.

Peço a V. Ex^{as} que tomem assento à mesa.

Eu passo a palavra ao Dr. Fernando Lyrio Silva, Assessor Extraordinário para a Rio+20 do Ministério do Meio Ambiente, para iniciar os debates da noite de hoje.

Tem V. S^a a palavra.

O SR. FERNANDO ANTONIO LYRIO SILVA –
Obrigado, Senador.

É um prazer estar aqui compondo esta Mesa. Agradeço, honrado, o convite feito pelo Senador Fernando Collor, que tem sido incessante parceiro do Ministério do Meio Ambiente no processo da Rio+20, processo que ele acompanha com conhecimento e causa, na condição de responsável pelo grande êxito que foi a Conferência Rio 92, no Brasil, há vinte anos. Agradeço o convite.

É um prazer estar aqui também na companhia dos meus amigos Carlos Joly e Fábio Feldmann, pessoas que também admiro e respeito pelo trabalho que têm feito.

Minhas saudações a todos os senhores e senhoras.

O processo da Rio+20 tem sido um processo de grande complexidade e, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade para o Governo brasileiro. No Ministério do Meio Ambiente, na área que tenho acompanhado, na condição de responsável pelo acompanhamento da Rio+20 dentro do Ministério do Meio Ambiente, temos visto esse processo dentro de duas vertentes paralelas e complementares. A primeira vertente é a vertente bastante conhecida de todos, que é o processo internacional. É o processo que caracteriza a organização da conferência pelas Nações Unidas, que caracteriza a discussão dos temas, a adoção da agenda da conferência, a condução dessa discussão, a negociação do documento final da conferência. Esse é um processo, como os senhores e as senhoras sabem, de responsabilidade das Nações Unidas, com o acompanhamento bastante próximo do Governo brasileiro. É um processo em que a governança dos resultados por parte do

Governo brasileiro é limitada, no sentido de que o que sair dessa negociação é aquilo que os quase 200 países das Nações Unidas quiserem.

Esse processo tem acontecido ao longo dos últimos seis meses, com negociação intensa, a partir da divulgação do Rascunho Zero, documento inicial para dar base às negociações desse processo. Esse Rascunho Zero tem sido negociado no processo tradicional das Nações Unidas, processo que é, às vezes, um pouco frustrante, porque é um processo lento e é um processo que depende de consenso. E, a partir da necessidade de consenso, nem sempre se conseguem os resultados que são os desejados ou esperados por cada grupo de países. Cada grupo de países, então, tenta colocar as suas perspectivas e as suas ambições refletidas no documento, e o documento acaba tendo de ser um documento que precisa contemplar essas necessidades, vontades, perspectivas e prioridades de todos os países.

Amanhã, dia 22, teremos um novo documento. Os copresidentes desse processo publicarão o documento consolidado, que tenta sintetizar todas as visões e as perspectivas que foram coletadas ao longo dos últimos meses. Este documento será a base das negociações que acontecerão na próxima semana. Teremos uma nova rodada de negociações, uma rodada de negociações que foi decidida com o fim dar mais tempo e mais oportunidades para termos essa negociação bem sucedida quando chegarmos ao Rio de Janeiro. A nossa expectativa é de que esse documento possa sintetizar o máximo de ambição e de consenso possível, dentro dos limites desse contexto que mencionei aos senhores.

Alguns temas muito importantes estão na pauta desse documento. Eu mencionaria, com particular destaque, a questão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Por que menciono esse tema com destaque? Porque esse é um tema que caracteriza e engloba, em sua discussão, várias das expectativas que a gente tem em relação à conferência. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável seriam, então, o conjunto de temas acordados pelos países em torno dos quais se adotariam metas, indicadores e processos bastante específicos que gerassem um comprometimento por todos os países.

Então, esse tipo de objetivo tem a característica de refletir compromissos tanto por parte dos países desenvolvidos quanto por parte dos países em desenvolvimento. Seriam objetivos universais. Com isso, eles trazem uma ótica que a gente de te refletida na conferência, que é exatamente a de minimizar um pouco essa polarização norte/sul, que tem contaminado a maior parte dos processos multilaterais. Assim, dá-se

ênfase ao sistema multilateral das Nações Unidas, que tem passado por um processo de crise, e a Rio+20 é uma grande oportunidade para reabilitar o sistema multilateral, como o *locus* adequado para a solução dos grandes problemas globais. Esse é um resultado da conferência que a gente espera ver alcançado de maneira bastante específica; esse resultado teria a possibilidade de traduzir, na prática, um pouco das discussões em torno da economia verde, que é um dos temas da conferência.

O Senador Collor tem sido um crítico bastante adequado do ponto de vista dos riscos que esses conceitos podem trazer. Na verdade, essa discussão sobre economia verde tem sido uma discussão conceitual que não tem levado a muito lugar. Os países estão se preocupando muito em discutir esse conceito, e o que se verifica no documento da conferência hoje é uma discussão muito mais sobre o que não é economia verde do que sobre o que é. Os países têm tanto receio dessa discussão que se preocupam muito mais em dizer o que não é economia verde do que o que é.

Então, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável também têm essa característica de traduzir, na prática, um pouco do entendimento que nós poderíamos ter dessa ideia de economia verde, termo que não foi muito feliz na sua concepção e que, por isso, tem gerado mais discussões conceituais do que respostas práticas. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável podem constituir repostas práticas a essa questão.

Na outra vertente da conferência, na questão de governança, há uma discussão que também vemos de maneira complementar: a discussão da governança para o desenvolvimento sustentável e da governança ambiental.

Nós, no Ministério do Meio Ambiente, temos visto essa discussão como da maior relevância, porque a nós interessa o fortalecimento da gestão ambiental na esfera das Nações Unidas, mas entendemos também que é importante que a Organização das Nações Unidas esteja dotada de mecanismos institucionais mais adequados para prover coordenação e coerência à discussão dos temas relativos ao desenvolvimento sustentável nas Nações Unidas.

Hoje, há uma esfera muito grande de organismos, de instituições e de programas das Nações Unidas que tratam de temas associados ao desenvolvimento sustentável, e há a duplicação de esforços, a duplicação de recursos e nem sempre há a necessária convergência em relação a essas questões. Então, apostamos na discussão da institucionalidade que está presente na conferência, numa solução que proveja respostas tanto à governança para o desenvolvimento sustentável quanto à governança ambiental.

E, nesse aspecto particular, desejamos o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente por meio de uma dotação orçamentária mais previsível e mais estável. Hoje, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente vive de doações dos países doadores, mas essas doações costumam ser carimbadas. Isso significa que os países dão dinheiro para o Pnuma, mas dizem o que deve ser feito com o dinheiro. Então, a partir do momento em que se dota esse programa de dotações orçamentárias previsíveis e estáveis, o programa pode se capacitar para dar respostas às questões que sejam de interesse real dos países e não, de interesse dos doadores.

Também há discussão da participação. Hoje, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente tem uma participação limitada por meio de um conselho de administração, composto por poucos países. E o próprio mandato do programa também não responde adequadamente aos desafios ambientais do mundo de hoje. O programa foi constituído há 40 anos, logo após a Conferência de Estocolmo, quando a questão ambiental era uma questão marginal nesse processo, era uma questão que não se inseria, era uma questão vista mais como setorial. Hoje, a questão ambiental tem um nível de permeabilidade em outras esferas da sociedade que requer que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente também seja tratado de outra maneira. Então, a gente aposta muito nisso.

Há uma discussão sobre qual é o desenho institucional que deveria ser dado a esse programa, se é criar uma agência, mas entendemos que essa não é a discussão principal, mas, sim, dar as respostas que permitam ao programa atender de maneira satisfatória às suas necessidades. Então, esse é o processo internacional.

Na esfera nacional, nós temos uma perspectiva que a Conferência traz, como trouxe durante a Rio 92 para o Brasil: uma oportunidade muito grande de reflexão e de pensamento sobre seus próprios modelos de desenvolvimento.

O fato de a Conferência se realizar no Brasil enseja, por parte da sociedade brasileira, uma capacidade de diálogo, de discussão que temos percebido em todas as esferas. Percebemos aqui no Poder Legislativo, no Poder Judiciário, nos poderes locais, Estadual e Municipal; percebemos isso no setor privado, no setor não governamental, nos movimentos sociais, na academia. Então, temos hoje uma discussão muito rica da sociedade brasileira sobre o que se espera do País em termos de modelo de desenvolvimento.

No Governo brasileiro, essa discussão tem sido muito rica. Temos hoje uma discussão que envolve vários órgãos de Governo que entraram na discussão da

sustentabilidade de uma maneira muito mais comprometida e vinculada do que se observava no passado.

Por exemplo, houve uma grande participação do Ministério da Fazenda, que tem estado muito presente propondo, sugerindo ideias. Então, vemos que hoje a discussão da sustentabilidade está saindo bastante da estrita questão ambiental.

A área ambiental foi tradicionalmente a porta de entrada da discussão da sustentabilidade e hoje percebemos que várias instâncias da sociedade brasileira e do Governo brasileiro estão também discutindo a sustentabilidade; e esse é o grande desafio.

Quando percebemos que a questão da sustentabilidade está indo além da área ambiental, eu considero que esse já é um ganho, um benefício concreto e palpável que temos da conferência. E isso constitui o que a Ministra Izabella Teixeira chama de legado da Rio+20 para o Brasil.

Em dois processos nós temos apostado. O processo internacional como um processo das Nações Unidas, das quais o Brasil é um País membro, que trabalha por ele, mas também é o País presidente da Conferência e tem um papel político de fortalecer esses resultados. E, do ponto de vista nacional, está na condição de um País que enxerga, na realização da conferência, a oportunidade de uma discussão sobre o seu modelo de desenvolvimento e a sua percepção. Então, é dessa maneira que temos enxergado.

Essa seria uma breve introdução, Senador. Eu me coloco disponível para os debates.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Fernando Antonio Lyrio Silva, Assessor Extraordinário para a Conferência Rio+20, do Ministério do Meio Ambiente.

Passo, agora, a palavra ao Dr. Carlos Alfredo Joly, professor da Universidade de Campinas, Unicamp, e Assessor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. CARLOS ALFREDO JOLY – Bom, em primeiro lugar eu gostaria de agradecer ao Senador Fernando Collor pelo convite. Faço parte da Comissão Nacional da Rio+20, na qual o Senador tem tido uma participação bastante ativa, extremamente crítica, pelo menos nas duas últimas reuniões, tanto em relação ao documento Draft Zero, produzido pelas Nações Unidas, como também na própria organização da Conferência. Então, a oportunidade de estarmos aqui permite que aprofundemos um pouco alguns aspectos.

Eu queria fazer, rapidamente, uma retrospectiva do que, do ponto de vista da academia, preparou-se para a conferência, no panorama internacional, assim como Fernando Lyrio fez em relação a todo proces-

so de elaboração dos documentos, e depois aqui no âmbito nacional.

A próxima.

As atividades da academia são organizadas em termos de pesquisa, de evolução da ciência, pelo ICSU, que é um organismo internacional, uma federação de academias de ciência e é o órgão reconhecido pelas Nações Unidas como representante oficial da comunidade científica no âmbito das Nações Unidas. Então, o ICSU foi quem organizou isso no cenário internacional.

A próxima.

Uma das atividades foi a realização de *workshops* regionais. O da América Latina aconteceu organizado pela Academia Mexicana de Ciências, em agosto do ano passado, e foram realizados *workshops* em todas as cinco regiões das Nações Unidas. Cada *workshop* desses produziu um documento que, então, foi compilado pela sede do ICSU.

Próximo.

Esse é o *workshop* regional. Como eu disse, foi na cidade do México, reunindo os países da América Latina, com uma agenda bastante extensa, porque do ponto de vista de biodiversidade é a região que concentra o maior número de espécies; e o maior patrimônio que nós temos é a biodiversidade. Isso, de certa forma, em outros fóruns tem sido pouco abordado e essa foi uma oportunidade de discutirmos com mais profundidade.

A próxima.

Também já no âmbito nacional, desses preparativos, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Fapesp, organizou, por meio dos seus três programas, o Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, Biota; o Bioen, Programa de Pesquisa em Bioenergia; e o Programa de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais, um *workshop* para uma discussão dos temas da Rio+20 envolvendo os pesquisadores brasileiros.

A próxima.

As conclusões desse *workshop* estão publicadas na revista *Biota Neotropica* e elencam uma série de aspectos que os pesquisadores acharam relevante serem apontados naquele momento.

Próxima.

O ICSU, com base naqueles documentos regionais que foram produzidos, produziu uma série de nove orientações de políticas e de como a ciência pode apoiar a política, abordando água, segurança alimentar, biodiversidade.

Próxima.

Cada um deles tem um sumário bastante objetivo, que coloca pontos, no caso da biodiversidade – que é a minha área de atuação, na qual me sinto mais à von-

tade –, sobre a questão de serviços ecossistêmicos, das Metas de Aichi, de como isso deve estar refletido no que venha a ser discutido aqui no Rio.

Próximo.

Esse é o conjunto final das publicações do ICSU. Estão todas disponíveis para *download* no *site* do ICSU.

O próximo.

E esse conjunto todo acabou alimentando a realização de uma reunião, no início de março, organizada pelos programas de meio ambiente das Nações Unidas, para discussão especificamente da agenda de ciência para a Rio+20. Realizou-se em Londres. Foi uma reunião de dez dias, bastante intensa do ponto de vista de discussões.

Próximo.

Essa é a declaração final, *The State of the Planet Declaration*, um documento de dez páginas que aponta os principais avanços do conhecimento científico e como esses avanços poderão ser utilizados do ponto de vista de evoluirmos na questão da sustentabilidade, do uso sustentável, do desenvolvimento sustentável; e expressa uma preocupação muito grande de que a conferência não foque apenas no seu pilar econômico da sustentabilidade, mas também no social e no ambiental. E que os três devem compor um novo índice.

Uma das temáticas bastante discutidas nesse encontro é a substituição do PIB por um índice de indicadores que levem em conta aspectos sociais – o IDH faz isso e poderá ser aproveitado –, mas que leve também em conta aspectos ambientais. Então, se discute a criação de uma nova forma de se avaliar o grau de desenvolvimento e também, consequentemente, de engajamento dos países em relação à sustentabilidade.

O próximo.

Essa, então, é a declaração.

Próximo.

O documento tem três itens. Um de o novo conhecimento disponível, as novas soluções disponíveis e principalmente as oportunidades que a ciência oferece para a Rio+20.

Próximo.

Do ponto de vista do que se pode oferecer, há a questão da reorientação da própria pesquisa como ela é desenvolvida. Nós estamos muito acostumados – falando como professor universitário – a trabalhar dentro das nossas disciplinas, mas precisamos evoluir para uma pesquisa interdisciplinar e transdisciplinar, idealmente, onde se levam outras áreas do conhecimento em consideração.

Eu sou do Instituto de Biologia da Unicamp, mas nos últimos cinco anos faço parte de um Doutorado em Ambiente e Sociedade, que a Unicamp criou; e é uma parceria entre o Instituto de Biologia, o Instituto

de Filosofia e o Núcleo de Pesquisas Ambientais, da Unicamp. Então, é essa ideia de trabalharmos nessa área interdisciplinar como forma de pesquisa.

Quanto à questão das metas para um desenvolvimento sustentável e a definição disso na Rio+20, achamos que é imprescindível que a conferência chegue a uma definição de metas e também de como se faz a avaliação, ou, como eu disse, o reconhecimento de um padrão que não seja somente monetário, que não seja só um PIB, mas leve em consideração os outros elementos da sustentabilidade.

A próxima.

E achamos que a Rio+20 ocorre praticamente no último momento de realmente colocarmos em prática aquilo que assinamos em 1992, porque os nossos modelos pela forma como temos usado os recursos do Planeta, certamente o Planeta não terá a capacidade para dar suporte. Portanto, em 2050, num espectro não tão longe, seremos nove bilhões de habitantes. E como teremos recursos para oferecer a todos esses habitantes da Terra uma condição de vida aceitável, com uma alimentação adequada, educação, condições de saúde? Tudo isso exigirá recursos e as decisões precisam ser tomadas agora.

A próxima.

Finalmente, em parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia, o ICSU está organizando, nas vésperas da Rio+20, no período de 11 a 15 de junho, na PUC do Rio de Janeiro, um fórum para ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Então, é o último momento de alinhar todo o conjunto de documentos produzidos até então e contribuir. Como ele é reconhecido pelas Nações Unidas, os resultados podem ser levados diretamente para a conferência.

O próximo.

Nessa atividade, o Ministério está fortemente envolvido. A abertura será feita pelo Ministro Marco Antonio Raupp, que vai apresentar a contribuição da ciência brasileira para a temática relacionada à Rio+20.

A próxima. Próximo.

Essa é a programação do fórum. Também está disponível no *site* do ICSU e no *site* do Ministério.

Próximo.

E no final, no encerramento, teremos uma sessão de alto nível para a qual foram convidados Ministros de Ciência e Tecnologia dos BRICs, os nossos parceiros mais constantes nas últimas negociações, mas também da Alemanha, Estados Unidos, Coréia, México e Noruega, que são parceiros de pesquisa de uma tradição muito grande aqui com o Brasil.

A próxima.

Juntamente com o fórum há uma quantidade enorme de eventos paralelos. Esses são eventos que

estão sendo organizados pela Fapesp. Eu chamo atenção para o primeiro, o lançamento do *Belmont Forum*, uma união dos Conselhos Nacionais de Pesquisa e Desenvolvimento, CNPQs, de diversos países, que estão fazendo chamadas promovendo essa questão da integração da ciência.

A primeira chamada do *Belmont Forum* será anunciada durante esse evento e estará focando em regiões costeiras e águas interiores. Serão os dois temas principais focados. E os outros dois eventos são da própria fundação.

O próximo.

O Ministério está organizando o evento no Pier Mauá, portanto naquela área restaurada e revitalizada do porto do Rio de Janeiro, onde estamos ocupando dois armazéns. No Armazém 3, a Finep fará uma exposição de tecnologias verdes, de parceiros que tenham sido parceiros comerciais da iniciativa privada e que tenham sido subsidiados no seu desenvolvimento pela própria Finep. E no Armazém 4, nós faremos uma exposição dos biomas brasileiros, mostrando o avanço do conhecimento científico sobre os biomas, as principais ameaças que esses biomas sofrem e o uso sustentável de vários dos nossos recursos naturais.

A outra metade do Armazém 4 será tomada por um conjunto de atividades que chamamos de popularização da ciência. São atividades voltadas principalmente para escola. Fizemos uma parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro e teremos 50 ônibus para trazerem crianças da escola, tanto no período matutino como no vespertino. E ali eles terão uma série de atividades, muitas interativas; e muito aprendizado. Eu acho que será um espaço bem interessante.

Próximo.

Então, isso será nos armazéns que estão restaurados.

Próximo.

Essa é só uma visão de cima.

Então, estamos com essa proposta. Já tem algum material disponível sobre a popularização no You Tube. Há até uma música para essa área com duas versões: uma é um frevo e a outra é um pouco mais chamativa para a criançada.

Próximo.

A exposição de biomas.

A próxima.

Então, essa é mais ou menos a diagramação que teremos. Há uma área de entrada onde vai ter uma pequena arena para 150 lugares, nos quais serão feitos vários eventos do Ministério, de discussão e lançamento de atividades.

A entrada principal vai ser o mapa do IBGE que mostra os biomas brasileiros. É um mapa interativo. A

criançada, quando andar em cima, verá acenderem informações sobre os principais biomas. É algo educativo. Elas entram na exposição sobre os principais biomas e na parte mais atrás há a questão da popularização da ciência.

Próximo.

Esses são os detalhamentos.

Próximo.

Então, esse é o espaço que terá para a arena de debates. Pretendemos promover uma série de discussões *in loco* e também algumas coisas envolvendo as próprias crianças que estão fazendo a visitação.

Próximo.

O mapa do IBGE, que é interativo.

Seguinte. Seguinte.

Essa é mais ou menos a diagramação da exposição, que estará mostrando, no seu primeiro momento, os valores e a importância da biodiversidade. Depois, ela passa para uma área de Cerrado, de Caatinga, de Pampas e de Pantanal; e depois Ambientes Costeiros e finalmente as Formações Florestais, a Mata Atlântica e a Amazônia.

No caso da Amazônia, haverá a criação de uma atmosfera. Aquele cilindro em pé tem seis metros de altura. A ideia é de que recriemos a atmosfera da própria floresta, com sons e cheiros. Ao longo de um período de seis minutos teremos 24 horas, do amanhecer ao anoitecer, tempestade. Enfim, há todas as situações possíveis de se vivenciar no campo, que é a ideia de proporcionar uma vivência para crianças.

Depois, há a ideia de que essa exposição circule e se transforme numa exposição que vá para outras cidades brasileiras.

Próximo.

É só um aspecto geral da exposição.

Próximo.

A questão das ameaças à biodiversidade, fragmentação, perda de *habitats*, extinção de espécies.

Próximo.

Essa é a questão da vivência da Amazônia.

Próximo.

Estamos produzindo algumas publicações que estarão sendo distribuídas para a criançada. Há toda uma preocupação do próprio Itamaraty de não distribuímos folhetos e não gerarmos lixo e impactos. Então, a ideia é de termos cartilhas para serem distribuídas.

Próximo.

Há o espaço de popularização da ciência, que envolve, na verdade, um conjunto de quase 40 instituições brasileiras e do exterior que estarão participando em diferentes momentos, dentro desse espaço.

Próximo. Próximo.

Aí tem a conexão, para o You Tube, com a música.

Próximo.

E um conjunto de atividades com os meios de comunicação, para a divulgação do que está sendo desenvolvido e também da temática da Rio+20.

Quanto ao último item, estamos tentando conseguir, com a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro, transformar os ônibus como grandes *outdoors* de temas relacionados à Rio+20.

Próximo. Próximo.

Então, na popularização da ciência são essas as instituições que estão envolvidas. Os institutos da Amazônia: Inpa; Museu Goeldi; Instituto Mamirauá; Insa, que é da região do Semiárido. Enfim, todos os institutos de ciência e tecnologia voltados para a temática da Rio+20 estarão participando.

Próximo.

Esse é um calendário geral dos eventos nos quais nós vamos estar envolvidos, do dia 8 ao dia 25 de junho.

Próximo. Próximo.

A questão dos diálogos que o Governo organizou. O Fernando Lyrio já mencionou isso.

Próximo.

Esses são os temas e a organização dos diálogos. Então, serão três debates por dia. Três temas por dia. Somente no último dia 19 haverá apenas um tema, porque imediatamente depois começa realmente a cúpula com os Chefes de Estados.

Próximo.

Há uma iniciativa do Ministério de dar continuidade a essa discussão. Da mesma maneira como o Fernando falou do legado da Rio+20, a temática da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia deste ano, que sempre ocorre na segunda semana de outubro, é a questão da sustentabilidade, para continuarmos os debates iniciados no Rio de Janeiro.

Essa semana nacional tem atividades que acontecem aqui em Brasília, em geral aqui na Esplanada dos Ministérios, mas também há atividades espalhadas por todos os Estados brasileiros. A ideia é levar um resultado, as reflexões da Rio+20 para essa discussão.

Então, era essa a minha contribuição inicial. Eu agradeço e fico aqui à disposição para perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Grato ao Dr. Carlos Alfredo Joly, professor da Universidade de Campinas, Unicamp; e Assessor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Passo a palavra ao Sr. Fábio Feldmann, ex-Deputado Federal e ex-Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

O SR. FÁBIO FELDMANN – Em primeiro lugar, agradeço ao Senador Fernando Collor a oportunidade

de estar aqui às vésperas da Rio+20 e digo que em toda preparação da Rio 92, que foi muito mais longa do que essa preparação da Rio+20, ficou clara a liderança da Presidência da República e do Presidente Fernando Collor naquela reunião.

Eu participei praticamente de todas as reuniões preparatórias. Fui o Chefe da Delegação dos Parlamentares da Câmara na reunião e dez anos depois, como o Joly e o Fernando Lyrio, participei, como representante pessoal do Fernando Henrique, da Rio+10.

A minha primeira observação, Senador Cristovam Buarque, é de que deveríamos ter clareza, em relação à Rio+20, do que queremos dessa reunião e em que contexto ela está ocorrendo. Aí, eu queria, muito rapidamente, fazer uma trajetória dessa discussão no mundo.

A primeira grande discussão foi em 1972, em Estocolmo. E naquela ocasião, só houve a presença de um Chefe de Estado, que era Indira Gandhi, praticamente sem sociedade civil. E foi uma reunião basicamente da comunidade científica, tanto que o título daquela reunião era O Homem e a Biosfera.

É interessante notar que aquela reunião foi secretariada por Maurice Strong, que vinte anos depois seria o Secretário Executivo da Rio 92; e na minha opinião, de certa maneira o sucesso daquela reunião foi devido à liderança de Strong. Isso para apontar que talvez um dos grandes déficits na Rio+20 seja a ausência de uma liderança clara. Não há liderança nessa reunião, como aconteceu 20 anos atrás.

Inclusive, é interessante notar que a posição brasileira, em 1972, não compreendeu, de certo modo, o que significava, já naquele momento, a questão do Planeta Terra.

Eu até observei que o Presidente Collor está lendo o livro *Limites do Crescimento*, na sua última versão. Mas a década de 70 foi importante exatamente porque ocorreu essa reunião e também foi lançado esse livro *Limites do Crescimento*, que influenciou toda uma geração em relação a esse tema.

Daí muitas pessoas perguntam, enfim, o que aconteceu para que depois, em 1992, viesse a ocorrer aquela grande reunião.

Os fatos importantes foram, primeiro, quer dizer, talvez o mais relevante foi a divulgação da imagem de satélite sobre a Antártida, mostrando o buraco na camada de ozônio, porque, até então, quando se falava em dimensão planetária do problema ou dessa questão, ela transmitia quase que uma linguagem de metáfora, quer dizer, o planeta, isso levando em consideração que naquela época a tecnologia de satélite era praticamente militar, quer dizer, não é como hoje que, com o Google Earth, eu posso verificar se o Senador Cristovam Buarque está cuidando bem das suas árvores no

fundo da sua casa. Naquela época isso não acontecia. Tanto isso é verdade que, quando houve a explosão de Chernobyl, na antiga União Soviética, se constatou a explosão por um satélite militar espião americano que verificou o fato num reator nuclear.

Então o que, na minha opinião, provocou, digamos assim, a Conferência do Rio, foi a imagem de satélite, que mostrou o impacto da humanidade, naquela época, na camada de ozônio e resgatou os outros temas, a ponto de a revista “Time”, que normalmente escolhe o personagem do ano, em 89, escolheu o planeta ameaçado como o grande tema.

Estou mencionando isso porque foi o primeiro momento importante. Quer dizer, a imagem de satélite e a relação entre as substâncias que destroem a camada de ozônio e o buraco nessa camada foram feitas por dois cientistas que vieram depois a ganhar o prêmio Nobel de química, em 95, pelo caráter inovador da sua pesquisa: o Mario Molina, um mexicano, que vai estar aqui na Conferência.

Foi nesse contexto que foi enfim convocada a reunião das Nações Unidas, inclusive porque ela já estava prevista em 72. Em 72, previu-se uma segunda reunião que veio a se realizar apenas 20 anos depois.

E um dado importante da reunião de 72 é que é muito atual o seu produto formal. E, do ponto de vista de arquitetura institucional, a ideia de criar o PNUMA com o equívoco de sediá-lo na África. Nada contra os africanos, mas ele ficou muito afastado do centro de decisão. Em 70 não havia telefonia celular, não havia internet, o que, de certa maneira, dificultou que o PNUMA alcançasse um prestígio importante.

E até devo dizer aos senhores o seguinte: em 92, a participação do PNUMA na Conferência do Rio foi muito pequena. Ela foi muito pequena porque a liderança foi do Maurice Strong e a negociação política foi de que o Brasil viria a sediar essa conferência e o Canadá, que também pleiteava a realização dessa conferência, indicou o Maurice Strong como o seu principal líder.

Do ponto de vista de processo negociador, não houve um único, mas vários processos negociadores que geraram a Convenção de Diversidade Biológica, que inclusive não foi ratificada pelos norte-americanos desde aquele momento. Inclusive quem, como eu, participou um pouco da negociação... Eu sempre fico na dúvida sobre se não deveríamos ter concedido o que os americanos queriam, porque no momento em que a principal economia do mundo, o principal mercado não participa da convenção essa convenção já começa com menos força: a Convenção do Clima, que foi outro processo negociador, e a Agenda 21.

No caso da Convenção do Clima, o importante é que ela se baseou no primeiro relatório do IPCC –

Painel Intergovernamental de Mudança do Clima. E eu creio que talvez uma das iniciativas mais importantes daquela época foi exatamente a criação do IPCC, que, ao contrário do que as pessoas falam, inclusive os céticos, não produz ciência, ele compila a ciência. Mas o importante do IPCC é que ele submete o seu relatório sucinto aos governos, que é a grande crítica dos céticos, mas eu considero a grande virtude, porque ela vincula, pelo menos moralmente, os governos àquele resultado. E a Conferência do Clima foi baseada, o art. 2º, que é o mais importante da Convenção do Clima, ao relatório do IPCC de 90.

E em 92... Eu sempre falo isso para o Joly, Senador. O senhor não sabe, mas ele é meu orientador de doutorado, então eu não posso falar mal dele em hipótese alguma. Enfim, nós cometemos um equívoco na época, por não termos previsto o IPCC da biodiversidade. Esse modelo do IPCC de ciência do mundo, de compilar a ciência do mundo, é importante tanto pela compilação da ciência quanto pelos seus relatórios, mas pelo impacto que causa na opinião pública.

Tanto isso é verdade que, em 2007, quando o IPCC publica o seu quarto relatório, se gera o que seria aquela segunda grande onda de meio ambiente que provocou a grande mobilização para a reunião de Copenhague, que era uma conferência das partes, mal sucedida do ponto de vista de negociação, mas foi a grande mobilização que houve depois da Rio 92.

Estou dizendo isso porque qual é o grande mérito da Rio 92?

Primeiro, uma grande mobilização da sociedade, o que não está ocorrendo em hipótese alguma neste momento; segundo, o reconhecimento da sociedade civil.

Até 92, essa ideia de ONG não existia como existe hoje. Quer dizer, foi em 92 que se consagrou a ideia de que além dos governos existe uma representação da sociedade pela sociedade civil. E, como eu disse, as convenções, a Declaração do Rio e a Agenda 21.

Qual era a ideia da Agenda 21? Que nós caminássemos de 92 até a entrada do novo século na direção do desenvolvimento sustentável, da sustentabilidade. Até aí, uma certa ingenuidade nossa ao imaginar que em reunião das Nações Unidas se muda o mundo em que se está vivendo. De qualquer maneira, considero, Senador Cristovam – tenho lido os seus artigos... Eu sou um paulista que lê “O Globo”. É muito raro, mas eu leio.

A Agenda do Século XXI foi lançada em 92, não a Agenda 21, mas essa concepção moderna e diferente.

E qual foi o grande equívoco da Rio 92? Primeiro, não pensar num processo mobilizador como ocorreu na Rio 92. Nós cometemos um certo erro ao não levar

em consideração que a mobilização da sociedade é tão importante quanto o produto da reunião.

E, segundo, do ponto de vista institucional, que foi, enfim, não pensarmos numa arquitetura que permitisse inclusive a integração das temáticas, não é, Fernando? Porque eu crio a Convenção do Clima, crio a Convenção da Biodiversidade alguns anos depois da desertificação, mas não há sinergia entre elas. E esse foi um grande equívoco. Fragmentou-se o modelo das Nações Unidas. Cada convenção tem um secretariado, tem uma agenda. E essas agendas nunca se comunicaram.

Estou vendo a Maria Ester aqui. Prazer em vê-la, Maria Ester. Mas a Convenção do Clima exclui as substâncias que destroem a camada de ozônio, o que já estava tratado na Convenção de Viena e depois no Protocolo de Montreal. Quando se criam substâncias que substituem o CFC e a família dos CFCs que destroem a camada de ozônio, nós criamos substâncias, potentíssimos gases de efeito estufa por uma única razão: o pessoal das Nações Unidas que tratava de camada de ozônio nunca conversou com o pessoal de mudança do clima. Eu sei que isso parece inacreditável, mas foi exatamente o que aconteceu.

Então o que eu quero enfatizar com isso é que de 92 para cá o mundo mudou. Eu sempre falo que é desde a história do celular, porque lembro que meu primeiro celular foi em 92. Ele pesava oito quilos. E o aluguel do celular por dia era um fusca. Os jovens não sabem nem o que é fusca nem imaginam isso. Mas o que mudou radicalmente – é um pouco do que o Joly colocou – é que a ciência, nos últimos 20 anos, está dizendo o seguinte: os limites do planeta estão colocados e não é apenas a questão de aquecimento global.

Inclusive tenho dito para todos que leiam – até vou enviar para o Presidente Collor – um artigo da *Nature* de 2009, um cientista que liderou, chamado Rockson, que coloca nove limites do planeta: camada de ozônio, biodiversidade, oceanos...

Por exemplo: oceanos é um tema que nós negligenciamos radicalmente. A humanidade praticamente destruiu os estoques de peixes e a capacidade do oceano de absorver carbono.

Estou mencionando isso para começar as críticas à Agenda da Rio+20. Não posso aceitar que uma reunião como esta não coloque, por parte da comunidade internacional, os limites do Planeta. Não é possível. Daqui a 20 anos, se olhar para trás, alguém vai dizer: “Mas vocês enlouqueceram? A ciência diz que os limites do Planeta estão cada dia mais colocados, e vocês não tiveram a coragem e a audácia de colocar os limites do Planeta?” E por que isso? Porque prevalece uma lógica de 72 que não é nem de 92, de dividir

o mundo em desenvolvidos e em desenvolvimento, como se o mundo pudesse ser pensado como era 40 anos atrás. E aqui uma crítica severa à comissão brasileira, especialmente à diplomacia – Fernando, não se refere a você: a diplomacia brasileira não percebeu que se ela fosse corajosa, se ela fosse audaciosa, estaria abrindo caminho para o Conselho de Segurança, e não uma diplomacia que tem aversão a risco, quer agradar todo mundo e pode enfim tornar essa reunião numa reunião fracassada em termos dos compromissos da humanidade com o planeta e consigo mesma.

Quando se fala do *triple bottom line* econômico, ambiental e social, coloca-se como se o ambiental não fosse o social de amanhã. Quer dizer, descuida-se do clima.

Creio que o Senador Cristovam colocou a questão dos desastres naturais. E quem paga são os mais pobres ou os países mais pobres. E a falta de coragem de colocar isso e criar uma institucionalidade que seria o IPCC do Planeta. Quer dizer, vamos pensar... Não é isso, Joly? Talvez você pudesse explicar um pouco mais. Significa juntar o que a ciência está fazendo, um pouco nos moldes do IPCC, porque o conhecimento científico quando bem divulgado causa a mobilização da sociedade de que nós precisamos.

Eu escrevo no jornal *Brasil Econômico*. Vai sair, na quinta-feira, um artigo, porque participei de um conselho de mudança do clima de um banco alemão e considerei muito interessante, porque existe um empresariado cosmopolita que está muito preocupado com as questões que estamos discutindo aqui, ao contrário de 92, quando, de certa maneira, o setor empresarial entrou pela porta dos fundos, numa defensiva, porque o acidente do Bhopal tinha acabado de acontecer. Portanto não tiveram um papel ativo.

Então, qual deveria ser a agenda do Brasil+20?

Primeiro, limites do Planeta, com muita clareza, com o Brasil liderando esse processo. Quero insistir, no pouco tempo que falta, existe uma única pessoa que pode salvar esta reunião, que se chama Presidente Dilma Rousseff. Talvez o Presidente Collor possa falar que o Brasil de hoje tem um prestígio que não tinha há vinte anos. Não tinha.

Primeiro, que seja uma cúpula, e não uma reunião ministerial. Se Obama não vem, América não vem, Cameron não vem, parece que Hollande está dizendo que vem, nós corremos o risco que corríamos em 92, do qual o Presidente Collor pode falar. O George Bush, pai do George W. Bush, também dizia que não vinha. E houve uma imensa pressão para que ele viesse, porque a principal economia não participar já tira o prestígio dessa reunião.

Enfim, o foco: os limites do planeta, a economia verde como as estratégias que devemos ter para trabalhar com esses limites, e enfrentar questões sérias.

Eu falei do exemplo do artigo de quinta-feira do *Brasil Econômico*, porque peguei o relatório recente de uma consultoria de negócios chamada Mackenzie, que está prevendo, Senador Collor, que nós teremos, até 2030, três bilhões de pessoas consideradas de classe média. Terá o planeta condições de suportar o ingresso dessa nova classe média consumindo? Não quero dizer com isso que uns podem consumir e outros, não. Mas imaginem três bilhões de novos habitantes do Planeta num padrão de consumo da classe média!

Queria dizer que estou muito agradecido, Presidente Collor e Senador Cristovam, que eu chamo de Cristovam, porque eu o conheci naquela época em que eu era ambientalista e ele era professor universitário, faz muito tempo, não é? Eu também sou ambientalista, então estamos quites, não é?

Enfim, acredito que a humanidade e o Brasil não podem descredenciar essa oportunidade.

Recentemente estive com Fernando Lyrio e ex-Ministros do Meio Ambiente tentando agendar com a Presidenta Dilma para que perceba que o grande legado do seu Governo pode ser a Rio+20 – e não é um legado para o Brasil, é um legado para a humanidade. Eu acho que falta muito pouco tempo para esta reunião, e quero até insistir... Eu estou até, Fernandinho, com o *Draft Zero*, que tem 169 páginas, e, quando você coloca tudo, você não prioriza nada. E eu estou aqui diante de Parlamentares porque a técnica de negociação é equivocada, é como foi na Constituinte. Eu coloco um item que o Senador Cristovam quer, porque ele coloca um item que o Senador Collor quer, ou seja, eu perco a noção de prioridade. Liderança é ter a coragem de dizer: “Nada disso”.

Existem seis, sete, oito pontos cruciais com que nós temos que sair desta reunião e, do ponto de vista institucional, como Fernando colocou, a diplomacia brasileira está patinando na questão do PNUMA. Como Fernando colocou aqui, o PNUMA tem um orçamento de US\$80 milhões por ano, é menos do que o custo de passagens aéreas dos negociadores dos 400 acordos internacionais. É voluntária a doação para o PNUMA e, neste modelo de Nações Unidas, as resoluções do PNUMA têm de passar pelo plenário das Nações Unidas.

Então, eu acho que nos temos de ser ambiciosos, eu acho que o Senado tem de cobrar independentemente de ser governo ou ser oposição que o Brasil se saia bem nessa posição e que o Brasil mostre que tem condições de liderar agenda do século XXI e não agenda do século XX e século XIX. Quer dizer, cair

na armadilha de países do G77 e a China que dizem que não podem colocar os limites no Planeta, eu quero insistir: é a visão de 1972. Não é visão do mundo em transformação e que, por exemplo, no campo do clima, os cientistas não acreditam que será possível, até o fim do século, garantir o aumento da temperatura em 2° C, quer dizer, tem gente que acha que 2,8° C, tem gente que já acha que é 5 ou 6°C.

Então, Presidente Collor, eu venho aqui como ambientalista dizer que eu espero que o Senado consiga influenciar o Executivo brasileiro para que efetivamente possamos sair desta reunião com a certeza de que nós somos corajosos, audaciosos, lideramos um processo. E eu falo de liderança, porque em 1992, Sr. Presidente, o senhor liderou, mas a presença do Strong era muito importante. Quer dizer, Strong era recebido por chefes de Estado e, nessa reunião, deixou-se muito por conta dos diplomatas; o secretário da reunião não tem tido um bom desempenho entre nós, um desempenho absolutamente nulo e inexpressível, ridículo... O Brasil hoje tem mais responsabilidade do que tinha há 20 anos atrás, na minha opinião, e não pode ficar por conta apenas da diplomacia, que está cometendo equívoco da aversão ao risco.

A diplomacia brasileira tem de entender que o seu compromisso é igualar-se com uma agenda do com um agenda do século XXI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado, ex-Deputado Federal, Dr. Fábio Feldmann, ex-Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque para as suas perguntas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, não sei quantas reuniões nós vamos ter nessas vigílias de segundas-feiras sobre a Rio+20, mas, se a última apresentação for a do Feldmann, estou satisfeito. Eu creio que será um fecho de ouro em nossas preocupações.

Quero dizer, meu caro Feldmann, que o mundo de hoje é completamente diferente de 72, mas felizmente gente como você não mudou, continua com os mesmos discurso que naquela época parecia maluquice, parecia fora de propósito. Eu só quero dizer que a reunião de 92 se deveu em grande parte à liderança chamemos técnica do Maurice Strong, mas à política do Collor, porque, se não fosse a presença firme do Presidente naquela época, não teríamos tido aquele sucesso – e aqui, não sei até se toco no ponto que o Presidente não gosta de lembrar, Sr. Presidente Collor fez aquela presença firme no meio da maior crise em que a República brasileira já viveu e que um Presi-

dente já atravessou. Eu até me pergunto se, em vez de se preocupar com a Rio+20, o senhor tivesse se preocupado com a crise em que vivia, era capaz de ter salvo o seu mandato, era capaz de seu mandato ter durado o período inteiro. Claro! Se tivesse arquitetado a defesa de uma maneira consistente, permanente...

Dito isso, eu preparei umas perguntas para todos, mas eu queria retomar o discurso do Feldmann. Essa idéia de limites do Planeta é fundamental, e eu temo que nós do Brasil não estejamos pensando claramente nisso; nós, que eu digo, os que vamos representar o Brasil.

Eu tenho a impressão de que nós vamos trabalhar com sustentabilidade, com economia verde, pobreza, mas não vai discutir o limite que gente está atravessando, porque o combate à pobreza não será possível através dos instrumentos puramente econômicos. Tem, inclusive, que mudar a definição do que é isso. Ser pobre é não ter carro ou ser pobre é não ter um bom transporte público? São duas coisas diferentes. Nós estamos trabalhando a ideia de classe média comprando carro e não tendo um bom transporte público; nós estamos trabalhando o futuro de um mundo sem pobreza com base na renda pessoal de cada família e não na quantidade de bens públicos à disposição da população.

A sustentabilidade, antes a economia verde. A economia verde é apenas a substituição do combustível fóssil por um combustível etanol? É só isso? Se for isso, não é sustentável, não é sustentável nem geometricamente porque não cabem os carros nas ruas – aqui em Brasília o jornal de domingo dizia que, em mais seis anos, a cidade para, de carro para todo lado, então nenhum anda, vai precisar de guindaste para tirar alguns. Em São Paulo, a *Folha* já mostrou uma vez qual é o dia e a hora em que a área de automóveis será a mesma área de ruas e estacionamentos.

Sustentabilidade. Existe sustentabilidade se, para produzir álcool para todos os carros do mundo – se não me engano 50 bilhões –, a gente vai precisar derrubar florestas para produzir etanol? Porque vai! Ai a gente diz: “Não, o Brasil não vai precisar porque temos terra demais”. Mas o Brasil não vai produzir etanol só para o Brasil, nós vamos ter que produzir etanol para o mundo inteiro, como a Arábia Saudita produz petróleo para o mundo inteiro, até porque o preço vai ser conveniente e as leis de mercado vão fazer com que nós queiramos fazer isso.

Dito isso, eu estou de acordo também com o Feldmann – e isso surgiu aqui na última audiência em que lamentavelmente não pude ficar até o fim, em que eu falei para o Ministro Patriota que nós estamos trabalhando com uma boa diplomacia, mas com a falta

de política externa, que não é o mesmo; a diplomacia é o caminho para realizar uma política externa. O que nós temos aí é uma diplomacia como fim, manter as coisas como estão. Eu até uso, Feldmann, a ideia de que o nosso Ministério das Relações Exteriores, que eu considero o melhor setor da máquina pública brasileira, é um setor que se dedica a jogar no gol, tem medo de fazer gol, não quer levar gol, e nisso é de uma competência extraordinária. Daí a minha satisfação em ter apoiado o Presidente Lula quando ele foi, junto com o Primeiro-Ministro da Turquia, dizer: “Eu estou presente na discussão do problema nuclear no mundo”. Aquele foi um gesto de ousadia que, de fato, foi raro na política externa brasileira. Mas um gesto de ousadia perfeito. Mas dizem: “Mas não deu resultado”. Deu, fincou um pé do Brasil no cenário internacional em um tema que só alguns defendiam, fincou um pé. E teve uma posição em que eu tenho insistido muito aqui nessa Comissão: a posição da força moral e não só da força política. Às vezes para a gente defender uma força moral tem que perder politicamente.

Foi por conta disso, já que o Feldmann é um paulista que lê *O Globo*, que eu descobri que no aeroporto de São Paulo, pelo menos dentro, não recebem *O Globo* na banca, eu procurei e disseram: “A gente não recebe”.

Então, já que outros não leem em São Paulo, eu vou comentar o meu artigo de sábado em *O Globo*, que foi provocado pelo Embaixador André Corrêa do Lago. Na terça-feira passada, tivemos um debate na UnB, e ele disse que iriam abrir um *site* para receber sugestões do que a Presidenta deveria falar na reunião da Rio+20. E eu quero começar pela última frase em que eu disse: “Fala por nós Presidenta. Mesmo que os líderes mundiais não a ouçam hoje, a força moral de sua fala em nosso nome ficará para o futuro como um grito pela sensatez no mundo”. Porque é uma questão de sensatez e de ousadia.

Eu não coloquei aqui porque ia apequenar, mas a Presidenta deveria falar para os chefes de Estado com a mesma audácia, coragem, honestidade e força moral como ela falou para os Prefeitos, quando disse: “O que vocês querem não dá”. E foi vaiada. Mas foi respeitada. Foi respeitada porque ela foi vaiada por dizer um não. Ninguém vaia ao ouvir sim, você só é vaiado quando diz não. Então ela tinha que dizer... É o momento de manifestar uma força moral, e essa força moral, já que o Embaixador pediu dez pontos, eu não vou ler, mas vou citar os dez que eu sugeri e gostaria de ouvir os comentários.

O primeiro está na linha do Feldmann: o discurso deve começar pela frase “A humanidade está em risco”, podia ser também “A humanidade está amea-

çada”. Eu não diria o Planeta, porque o Planeta Terra, se a humanidade acabar, nem toma conhecimento; os dinossauros acabaram, e o Planeta nem percebeu, imagine uns bichinhos pequeninhos como nós. Então é a humanidade que está em risco.

O segundo é chamar os líderes que estarão reunidos, que cada um é líder de um país pensando na sua próxima eleição para que falem como líderes do mundo. Eu sei que isso deve ser impossível, um político assumir esse risco, sob tudo se a eleição for próxima. Mas ela tinha que pedir isso, mesmo que eles não cumpram.

O outro é criar – eu queria ouvir a opinião se isso é um super, ultra-idealismo – uma política fiscal verde internacional. Nós precisamos de uma política fiscal verde no Brasil, penalizar mais com impostos os produtos que são depredadores e dar incentivos aos produtos que são verdes – para continuar com essa metáfora da cor –; bateria solar deveria receber incentivos; combustível fóssil deveria ter um imposto maior. No entanto, uma política verde só nacional não adianta, porque a gente vai aumentar o imposto aqui da gasolina vamos supor, o Paraguai vai montar uma refinaria e vai vender gasolina aqui mais barato. Então tem que ser fruto de um acordo internacional.

Esse outro é duro de diplomatas e nós, que somos nacionalistas – e eu me considero – aceitarmos. Mas eu creio que devemos ter acordos que digam: certos recursos não são tocáveis mesmo que o país queira. Eu diria aí, por exemplo, as florestas da Sibéria; as florestas que ainda restam na Europa; as florestas do Canadá e nossa Amazônia também. A gente devia delimitar alguns pedaços dessas florestas do mundo e dizer: “Isso a gente não vai tocar”. Uma postura ética acima da política nacional. Claro, pedir que a gente não toque na Amazônia, e eles continuem destruindo as deles, fica difícil. Agora fica injustificável a gente dizer: “Como eles estão destruindo a deles, vamos destruir a nossa também”. É a ideia de um condomínio; no prédio em que a gente mora a gente fez um acordo com os vizinhos: você não toca fogo nos seus móveis que eu não vou tocar fogo nos meus; você não deixa a sua torneira aberta a noite inteira que eu não vou deixar a minha também. Não precisou assinar nenhum papel, mas a gente fez um acordo desses.

O outro, que é obviamente coisa de professor, é criar um tribunal para julgar os crimes contra o futuro da humanidade. Já existe o Tribunal de Haia, que julga os crimes dos ditadores contra os direitos humanos tradicionais. Eu não estou propondo tribunal legal, eu estou propondo um tribunal moral, como foi o Tribunal Russell – que muitos que estão nos vendo não se lembram porque faz 50 anos – que julgava os crimes

cometidos no Vietnã contra a humanidade. Está na hora de começarmos a dizer que certos projetos são contra a humanidade. Não vou me meter aqui a dizer qual, porque não é fácil. Aliás, eu nem sei se a palavra “jurisprudência” se aplica, mas seria uma jurisprudência em construção. Por isso, não pode botar ninguém na cadeia. Mas pode emitir um juízo.

O outro é um Plano Marshall global pela educação, por exemplo, pela pobreza. Em 1945, o mundo estava destruído. E os chefes de Estado tiveram a ousadia de formular um plano para recuperar a Europa. Em poucos anos, conseguiram. Hoje, temos ruínas de outro tipo. Nós estamos cometendo ruínas. Ruínas que vão acontecer no futuro.

Um outro é a adoção da Taxa Tobin, uma taxa sobre as mobilizações financeiras, e esse dinheiro ir para a proteção do meio ambiente e luta contra a pobreza.

Implantar na Nações Unidas um plano para o desenvolvimento humano, que é mais do que o PNUMA. Você disse bem: o meio ambiente é parte também da natureza e da humanidade, e a humanidade é parte da natureza. Tem que ter – pode ser até o próprio PNUMA – uma entidade.

E eu venho defendendo muito a criação de um instituto de estudos sobre o futuro, no Rio de Janeiro, como legado; sexta-feira, nos reunimos com o Embaixador Corrêa do Lago, e ficou acertado: ele vai fazer a proposta, a Presidenta vai defender isso, e depois a gente vê como se constitui em detalhes. A ideia inicial minha era que fosse da Universidade das Nações Unidas.

Finalmente, a gente não pode continuar com a vergonha do desenvolvimento científico pertencer a poucos. Não é possível que a gente já saiba controlar a Aids, pelo menos que a pessoa não morra num prazo curto, e ter milhões morrendo por falta de remédio. Com isso eu não defendo o fim da patente privada, porque, se a gente acabar com a patente privada, o desenvolvimento científico diminui. É o lucro que impulsiona a descoberta – essa é a verdade. Mas o setor público pode comprar produtos do setor privado, desenvolvidos graças às patentes, e distribuir isso, através de acordos de preços. Não é estatizar o setor de pesquisa, porque aí levará ao fracasso.

Pois bem, são dez pontos. Mas eu não quero que se prendam a isso.

As minhas três perguntas são: o que cada um dos senhores espera que seja o legado da Rio+20?

Segundo: o que os senhores acreditam que será o legado? Uma coisa é o que a gente deseja, outra coisa é o que a gente acha que vai ser. O primeiro é como formulador, o segundo é como analista da realidade que está aí.

O terceiro tem um pouco a ver com a soma dos dois: que mudanças vão ocorrer no mundo a partir da Rio+20? Nenhuma? Alguma? Ao nível da consciência? Ao nível da economia?

São três perguntas.

Em 1972, nós tivemos um legado, sim. Foi o primeiro grito sobre o meio ambiente.

Em 1992, nós tivemos um legado, e outro surgiu depois disso, em outros acordos, não é, Presidente Collor? Outros acordos surgiram depois de 1992. O primeiro foi o grito, o segundo foi um despertar, e o terceiro tenho que fazer acordado agora, porque não é possível que não tenhamos acordado ainda para a realidade!

Então, como é que vai ser a atividade depois desse despertar da humanidade na Rio+20, se vai acontecer? Mas isso depende das duas primeiras: o que gostaria que fosse, e o que acha que será, e o que vai ocorrer.

Só para concluir, quero tocar num ponto, que o Feldman também falou: não dá para fazer a ascensão de três bilhões ao nível de consumo das classes médias baixas, sem falar das classes altas. E aí, Feldman, só há três saídas. Uma, não deixar eles entrarem – seria imoral. Outra, baixe os de cima, e a gente sobe os de baixo – não é possível; ou seja, quem hoje tem carro fica sem carro e anda de ônibus; quem anda de ônibus passa a ter carro – isso daí é obviamente uma imagem. Terceiro, mudar o propósito do que é ascender. A gente está vendendo a ideia de que ascender socialmente é aumentar o consumo. Tem que mudar isso! Ascender socialmente pode ser ter mais educação, ter melhor saúde, que não polui o ambiente, ter mais tempo livre para as atividades culturais. Essa é a terceira. A quarta a gente sabe qual é: é o desastre completo. Subir todo mundo é o desastre completo. E a gente não quer. Então, teria essas três. Dessas três, a única que tem alguma justificativa é a terceira: mudarmos o propósito do consumo e as formas de produção na civilização ocidental, que hoje é maior ainda na China, ocidental do ponto de vista da origem. Essa mudança é que a Rio+20 poderia não fazer, mas poderíamos firmar posição com a Presidenta de um país em ascensão capaz de dizer essas coisas. A humanidade está em risco. Precisamos reorientar o nosso destino, o nosso projeto de desenvolvimento, e o caminho passaria por tais, tais e tais pontos. E vamos ouvir o que os outros chefes de Estado diriam.

Era isso, Sr. Presidente, o que tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra ao Dr. Fernando Antonio Lyrio Silva, Assessor Extraordinário para a Rio+20 do Ministério do Meio Ambiente, para oferecer as suas ponderações às indagações feitas por S. Ex^a, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. FERNANDO ANTONIO LYRIO SILVA –

Obrigado. Senador Cristovam, é um grande prazer vê-lo e beber dessa sua sabedoria. O senhor tem sido um grande parceiro também, tem acompanhado todos os processos da Rio+20 na Comissão Nacional, nos seus artigos, e temos nos beneficiado sempre das suas contribuições.

Quando o senhor fala dessa discussão sobre o que significa ascender, eu acho que é sempre interessante lembrar também de uma contribuição que o senhor tem dado, que é essa discussão dos indicadores de progresso e de desenvolvimento. Aliás, isso foi uma discussão interessante dentro do Governo brasileiro quando discutimos se incluiríamos na nossa contribuição nacional para a Rio+20 a perspectiva de modificação do PIB como uma medida de progresso ou de desenvolvimento. E, de fato, há um consenso grande de que o PIB é uma medida muito limitada de progresso e de desenvolvimento. Indicativos como aumentar o carro, aumentar os bens, aumentar o consumo significam um crescimento do PIB, mas não significam, necessariamente, um crescimento de desenvolvimento, não significam uma *performance* de desenvolvimento. Eu me lembro que, na época dessa discussão, um empresário falou para a gente: “mas, agora, que o Brasil está em sexto no PIB, vocês querem mudar o PIB?” Então, é esse tipo de raciocínio com que temos que lidar.

E, felizmente, a discussão dentro do Governo brasileiro levou a que o Brasil apresentasse, no seu documento de submissão, uma contextualização que deixava de maneira clara a visão brasileira de que o PIB como medida de progresso é limitado. O PIB não vai deixar de existir como uma medida de crescimento econômico. Ele vai existir, mas não pode ser a medida que retrata a forma como um país se comporta do ponto de vista do bem-estar humano. O Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD já foi um avanço nessa direção, mas ainda tem limitações. Ele não considera aspectos de escassez ecológica, não considera uma série de aspectos, mas foi um avanço. Quando sai o Índice de Desenvolvimento Humano, os jornais se debruçam sobre ele e dizem: olha, este país cresceu, este país diminuiu. E os países reagem àquilo porque ali tem medidas claras de questões que não são cobertas pelo PIB.

Então, se tivermos capacidade de trabalhar – e se espera que a Rio+20 tenha essa capacidade – em cima de uma revisão ou uma atualização desses in-

dicadores de progresso e de desenvolvimento, isso já será um legado importante da Rio+20. Esse tema está na pauta da Rio+20. Ele faz parte dos documentos que têm sido discutidos. E os graus de ambição variam em relação a esse resultado, mas a gente, Governo brasileiro, espera que esse possa ser um resultado concreto da Rio+20, que seja um estabelecimento de um processo bastante preciso, inclusive se beneficiando dos inúmeros estudos que já existem nessa área. Não precisamos inventar muita coisa, porque já tem muita coisa feita. E aí a gente poder trabalhar em cima de medidas de progresso e de desenvolvimento.

Então, Senador, agradeço seus comentários, porque eles encontram eco em várias das reflexões que a gente tem tido no Ministério do Meio Ambiente em relação a esse processo.

A questão da forma – e aí estou falando desses legados que a gente espera –, acho que tem uma questão importante também porque tem o legado tangível e o legado intangível da Conferência. O legado tangível é aquele documento escrito; existe o legado intangível, que é de processo. O Fábio fala muito desse processo da sociedade civil. A sociedade civil é muito mais complexa hoje do que o era em 1992: a forma como ela se organiza, a forma como ela se multiplica. O número de variáveis de atores que estão participando desse processo é muito mais do que era no passado. Imagine que a forma como a sociedade civil deve obter um papel mais expressivo dentro dos processos decisórios é um resultado que deveria estar mais presente.

O Brasil também apresentou na sua submissão nacional uma visão de que os processos multilaterais devem se beneficiar mais da influência da sociedade civil. Dentro de um processo nacional, você tem a participação do Congresso Nacional, a participação de diversos fóruns, a participação de diversos conselhos, processos e audiências, onde a sociedade brasileira, de alguma maneira, se manifesta. No processo multilateral, essa participação é muito limitada. Ela se restringe aos chamados grupos principais, que são nove grupos da sociedade que, de alguma maneira, setorizam diversos segmentos da sociedade internacional, mas esses grupos têm pouquíssima influência naquilo que acontece nos processos multilaterais. Quem acompanha as reuniões internacionais sabe como acontece. Tem as negociações e, já quase no fim do relógio, já tocando para o final, os tradutores já dizendo que vão parar de interpretar, eles dão, então, 30 segundos para cada um daqueles grupos principais falar. E, normalmente, o resultado daquilo se traduz numa mensagem diplomática que aprendi, que é bastante interessante: vou tomar nota das suas preocupações. Tomar nota, na linguagem diplomática – temos aqui um diploma-

ta que não me deixa mentir –, é o grau mais baixo de importância que você pode dar a alguma declaração. Então, quando os grupos principais falam alguma coisa e dizem “vou tomar nota de suas preocupações”, você pode ter certeza de que aquilo... Então, é importante que se faça algo mais do que tomar nota. Então, a forma como a sociedade civil pode e deve influenciar os processos multilaterais... E a gente vê que o mundo está se transformando e se movendo de maneira absolutamente diferente do que está acontecendo no mundo diplomático. Então, há que se prover essa relação. Eu acredito que a Rio+20 possa constituir algum tipo de evolução em relação a essa questão.

O Joly teve a possibilidade de apresentar ali, rapidamente, a ideia dos diálogos do desenvolvimento sustentável, que constitui uma proposta brasileira de mexer um pouquinho nesse tabuleiro. É uma proposta nova, sujeita, como toda proposta nova, a críticas, a comentários, mas é uma proposta diferente num processo multilateral. É a proposta de você ter uma discussão da sociedade civil com a sociedade civil em cima de temas que estão na agenda e fazer esses temas serem debatidos pelos chefes de Estado, que estão sugerindo algum tipo de encaminhamento para o processo seguinte. Então, isso é uma coisa que, naturalmente, causa certo estranhamento dentro dos processos formais, porque o processo multilateral, por definição, é um processo conduzido e orientado por países, mas há que se pensar numa forma de você envolver os membros da sociedade civil, os membros da comunidade internacional, que hoje influenciam e são influenciados por esses processos. Então, essa questão também ficou muito clara dentro da contribuição brasileira para a Rio+20. E nós temos uma expectativa de que a Rio+20 possa, de alguma maneira, contemplar essa questão, se não nos processos formais, que estão acontecendo, mas como um legado desse reconhecimento da importância que tem de você promover essa conexão mais integrada entre aquilo que acontece no mundo real e aquilo que está acontecendo no processo formal diplomático. Então, isso também, Senador, é uma expectativa que a gente tem em relação a essa questão.

Aqui tem se falado muito na questão de produção e consumo. Penso que essa questão de produção e consumo é uma das questões mais importantes que estão hoje dentro desse processo. A questão de produção e consumo agrega vários dos comentários, várias das perspectivas, várias das dimensões que temos colocado aqui. Ela agrega, por exemplo, essa questão da polarização norte-sul, que o Fábio aborda. De fato, a gente não pode enxergar essa questão da polarização norte-sul como enxergávamos no passa-

do. Há uma questão real, que é como estamos dentro de um único planeta e como vamos trabalhar dentro desse planeta. Você tem questões bastante presentes, que constituem as questões de soberania dos países, a questão como cada país se coloca, a questão como cada país reage a isso, mas a gente tem uma questão prática, que é a de como vamos lidar com o planeta, como vamos lidar com um princípio de equidade que permita as pessoas terem as suas aspirações atendidas, que permitam as pessoas ascenderem dentro das suas demandas, dentro das suas necessidades, mas, ao mesmo tempo, lidando com o fato de que nós temos um planeta que não é mais o planeta que tínhamos no passado. Então, essa questão da produção e consumo deve permear muito os debates. Os objetivos do desenvolvimento sustentável, que eu mencionava aqui anteriormente, deverão refletir em seus temas a questão de produção e consumo. Então, esperamos que essa questão seja equacionada e tratada de maneira bastante precisa, de forma que a gente possa ter parâmetros, que a gente possa ter decisões onde os países se comprometam dentro dessa linha que o Senador Cristovam coloca: quais são os caminhos que a gente tem para lidar com essa demanda crescente de consumo e como a gente faz para lidar com isso.

Lembro que, dentro daquele sistema de conferências TED, Fábio... O que quer dizer TED mesmo? Bom, naquele *site* que tem aquelas conferências muito interessantes, tem uma que fala exatamente sobre essa questão do consumo e o que o consumo significa para a sociedade mundial; como você tem aspirações crescentes e, ao mesmo tempo, como você tem que lidar com essa demanda crescente sem prejudicar o acesso de uma nova classe, tentando lidar com padrões que envolvem inovação, ciência, tecnologia – são questões que o Joly traz também – e com esses indicadores de progresso que o Senador Cristovam menciona, porque não é simplesmente comprar mais que vai ser a indicação de satisfação, mas é a forma. E acho que o exemplo que o Senador usa é perfeito. Não é questão de ter carro, porque, quando você tem um transporte público eficiente, você não sente falta de carro. Eu já tive oportunidade de estar em diversas situações em que não senti a menor falta de carro. Aqui, em Brasília, sinto falta de carro. Se tivesse um transporte público, eu não sentiria falta de carro. Então, essa questão é muito prática. Não é ter carro que indica o progresso. Então, a questão de produção e consumo, certamente, deverá ser um legado tangível dessa Conferência do ponto de vista do sinal que vai prover. E esse sinal que vai prover tem um significado tangível, seja do ponto de vista de um compromisso concreto, de uma meta concreta, e um significado intangível, que é a ques-

tão de como o norte se relaciona com o sul ou como essa questão de norte-sul se emerge do ponto de vista de você ter um pensamento global em torno de uma questão que é fundamental para todos.

Eu lembro que o Fábio, há muitos anos, já falava da ideia de cidadania planetária, que é uma percepção da sociedade, uma percepção do cidadão, que vai além daquela percepção limitada do seu lócus. É uma percepção que vai muito além disso. Então, acho que essa questão vai ter que ser parte também desse processo e desse entendimento. Eu acredito muito no processo do constrangimento internacional. O que é o constrangimento internacional? É a forma como um grande pacto global, um grande pacto internacional pode apoiar os países dentro das suas ações internas.

Quando se discutia, às vésperas da Conferência de Copenhague, se o Brasil deveria ou não levar metas voluntárias de redução do desmatamento, de redução de suas emissões, eu sempre dizia que achava que isso era importante porque não estávamos nos propondo a reduzir emissões porque o mundo dizia para nós, mas dizermos para o mundo, comprometermos com o mundo com essa redução nos habilitava a tomar políticas internas que nos dessem força para isso. Então, cada vez que você tem um compromisso internacional, você tem força interna para lutar pelo cumprimento daquele compromisso. Então, acredito muito na força do compromisso internacional como instrumento de modernização, como instrumento de crescimento interno em prol de políticas com as quais nos comprometemos. Por isso, entendo sempre que os compromissos internacionais devem ser os mais ambiciosos possíveis para que eles possam se refletir. Então, esse é um pouco o meu sonho, Senador, do ponto de vista de legado.

Obviamente, na prática – e aí qual será o legado –, lidamos com uma situação que faz parte do processo multilateral, que é um processo que trabalha por consenso. Ao contrário do Congresso Nacional, onde trabalhamos por maioria, com todas as limitações que esse processo possa, eventualmente, ter, mas trabalhar com a maioria, maioria daquilo que os representantes do povo aceita. Agora, quando você trabalha por consenso... Vamos imaginar aqui o Congresso Nacional trabalhando por consenso. Como seria termos o consenso em todas as questões? E no processo internacional é isso: trabalha-se por consenso. Isso é uma qualidade, por um lado, mas, ao mesmo tempo, é uma complexidade de grandeza, é muito forte, porque os países têm que concordar com tudo que se acorda. E, quando todos os países têm que concordar com aquelas questões, naturalmente cada país, individualmente, tem a força de colocar a sua perspectiva, a

sua prioridade ou a sua necessidade ali refletida ou de impedir o consenso. A gente tem exemplos clássicos da diplomacia internacional em que, às vezes, um único país é capaz de impedir o consenso dentro de um processo. Então, nós temos uma esperança. E aí tem havido uma mobilização. A gente espera que esse documento que saia amanhã, Fábio, que você menciona, de 180 páginas, seja um documento muito mais focado, muito mais orientado, ação, menos focado... Esta foi a promessa que a gente recebeu dos copresidentes do processo: de que o documento que sai amanhã será focado, um documento que tenta contemplar as preocupações de todos os países, mas que tenta dar foco, porque, senão, você continua com esse documento onde é utilizada a figura da árvore de natal, onde cada país vai colocando a sua bolinha. Aí fica uma árvore de natal bonita, onde todo mundo se vê refletido, mas, no final, é muita luz e pouco resultado. Então, a gente tem uma expectativa de que esse documento possa prover esse nível de foco e esse nível de ambição que se deseja.

A negociação da semana que vem será uma negociação num modelo e num formato diferente. E aí concordo que a nossa diplomacia tem qualidades incomparáveis. A nossa diplomacia tem trabalhado no sentido de que o processo negociador que se inicia na semana que vem seja em bases negociadoras, em formato negociador, diferente do que vinha sendo até o momento. Então, espera-se que isso possa, efetivamente, modificar o quadro e que, ao fim da semana que vem, a gente tenha um documento que possamos, efetivamente, discutir, em vez de pegar esse documento que vai ser apresentado amanhã e sair ampliando, discutir o conteúdo desse documento não no sentido de agregar coisas novas, mas no sentido de discutir o que cada país quer daquelas coisas que ali estão, que constituem a síntese dessa questão.

Então, naturalmente, a gente vive um processo, um momento internacional em que a crise econômica, principalmente, gera – e aí essa perspectiva das respostas de curto prazo... A discussão da Rio+20 é, por definição, uma discussão que visa o longo prazo.

A gente enxerga que essas discussões não são incompatíveis. Se, antes, havia a desculpa de que o crescimento econômico justificava algum tipo de esquecimento que a gente pudesse ter com relação à questão social ou à questão ambiental, hoje a crise econômica explicita que os modelos de desenvolvimento global – não existe um único – não estão funcionando. Então, a crise econômica, em vez de ser um comprometimento para a Rio+20, deve significar uma oportunidade, deve significar, na verdade, a explicitação da crise de modelos de desenvolvimento.

Essa é a expectativa que a gente tem em relação à forma como a gente tem de dar respostas de curto e de longo prazo. Não há incompatibilidade nisso. Aliás, há uma coincidência: a reunião do G20 acontece imediatamente antes da reunião da Rio+20. Então, os chefes de Estado do G20 voam do México para o Brasil. E aí esta coisa vai ficar muito explícita: os chefes de Estado que estarão presentes no G20, que, por definição, é um fórum que trabalha a resposta imediata às crises, vão estar no Rio de Janeiro, discutindo respostas de longo prazo. Esta vai ser uma perspectiva muito interessante com que a Rio+20 vai lidar, que é a de trabalhar respostas de longo prazo, que possam prover também respostas para o curto prazo. As mudanças que ocorrem a partir daí são mudanças que vão ser reflexo desse nível de comprometimento internacional, desse nível de entendimento internacional sobre isso.

De fato, há questões difíceis dentro da pauta. É um processo que tem suas complexidades em função das perspectivas de curto prazo que ainda se enxergam. Mas o Brasil tem tido um pensamento no sentido de que a Rio+20 possa, de fato, oferecer respostas de longo prazo para a sociedade internacional.

Algumas questões que o Senador Cristovam coloca dentro dessas respostas fazem parte dessa reflexão. O próprio instituto tem sido trabalhado com essa perspectiva. Então, há várias questões que o Senador coloca dentro das suas dez questões que, do ponto de vista do Governo brasileiro, são questões com as quais nos sentimos confortáveis e que foram até objeto da submissão brasileira para a Rio+20. Naturalmente, a visão brasileira é importante na condição de liderança do processo, mas temos de lidar com 193 países que vão tentar traduzir suas ambições.

Então, a gente vai lidar com essa variável que é do processo. E, quanto à mudança desse processo, a gente imagina que, nas mudanças de caráter institucional, que são necessárias para a Rio+20 dentro desse foco da institucionalidade, preveja-se também um nível diferenciado de participação da sociedade civil no sentido de influenciar esses resultados. Então, essa também é uma forma que a gente espera que possa mudar dentro do processo do sistema multilateral e possa contaminar os demais processos multilaterais.

Esses seriam os comentários que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Fernando Lyrio, Assessor Extraordinário para a Conferência Rio+20.

Passo a palavra ao Dr. Carlos Alfredo Joly, Professor da Universidade de Campinas (Unicamp) e assessor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Peço licença ao Professor Carlos Alfredo para registrar a presença na reunião de hoje dos Srs. Membros do Corpo Diplomático: S. Ex^a o Sr. Embaixador do Equador, Horacio Sevilla Borja; S. Ex^a a Sr^a Embaixadora da República da Eslovênia, Milena Smit; S. Ex^a o Sr. Embaixador da Sérvia, Ljubomir Milic; o Sr. Ibrahim Aleisa, Encarregado de Negócios da Embaixada do Reino da Arábia Saudita; o Sr. Shamsul Nizam Shamsuddin, Conselheiro da Embaixada da Malásia; o Sr. Jorge Luís Mendes, Primeiro-Secretário da Embaixada da República de Guiné-Bissau; o Sr. Ali Mohaghegh, Primeiro-Secretário da Embaixada da República Islâmica do Irã; o Sr. Davoud Rezaei, Segundo-Secretário da Embaixada da República Islâmica do Irã; o Sr. Arnold Jacques de Dixmunde, membro da Delegação da União Europeia no Brasil para Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente; e a Sr^a Ministra Cláudia Fonseca Buzzi Freire, da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores.

Também quero agradecer a presença da Sr^a Embaixatriz Lúcia Flexa de Lima, que nos honra com sua presença na nossa reunião, na noite de hoje.

Muito obrigado, Sr^a Embaixatriz.

Agora, sim, passo a palavra ao Dr. Carlos Alfredo Joly.

O SR. CARLOS ALFREDO JOLY – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou tentar me ater às perguntas feitas pelo Senador Cristovam Buarque, mas, antes de respondê-las, quero informar que, com 20 anos de atraso, depois de sete anos de negociação, no dia 21 de abril passado, foi criado o IPCC da biodiversidade, o IPBS, numa reunião plenária no Panamá. O Secretariado desse novo órgão será sediado na cidade de Bonn, na Alemanha, que, por votação, foi indicada como sede.

Imaginamos que, ainda neste ano, possivelmente em dezembro, haja uma primeira reunião plenária para começar a elaboração de um relatório que será muito mais complexo do que o Relatório sobre Mudanças Climáticas, porque a biodiversidade é muito local. Precisamos de informações de qualidade nos relatórios nacionais e regionais, para conseguirmos fazer um relatório global de qualidade.

Senador Cristovam, vou responder às suas perguntas como professor da Unicamp, não como assessor do Ministério. Vou falar do que a gente gostaria de ter como legado da Rio+20. Sigo um pouco a linha que o Fábio usou. Seria fundamental reconhecer os limites, e a ciência está aí para demonstrar isso.

Penso que deveríamos criar uma organização mundial do meio ambiente. Não acho que uma melhoria no PNUMA seja a solução. Digo de uma organização

mundial do meio ambiente nos moldes da Organização Mundial do Comércio, inclusive com mecanismos de sanção e de negociação de litígios como os existentes na Organização Mundial do Comércio. Isso envolve alguns dos itens que o senhor aponta, como a criação de um juizado internacional. Algumas dessas coisas estariam embutidas aí.

Há algumas iniciativas no sentido de taxar ou de, pelo menos, diferenciar atividades que sejam altamente impactantes no que diz respeito a gases de efeitos estufa. Recentemente, a Comunidade Econômica Europeia tentou fazer isso na aviação, criando uma taxa de emissão de gases de efeito estufa, mas houve uma reação negativa muito grande, o que mostra que a sensibilidade aos problemas ainda está muito distante da sociedade.

Um dos pontos mais importantes que, na minha avaliação, falta em todo o documento do *Draft Zero*, o novo documento que o Fábio trouxe, é a questão da educação. Isso não é tratado de forma alguma. Se queremos mudar padrões de consumo, a educação é fundamental para que isso aconteça. Seria preciso que isso estivesse mais enfatizado.

O que, de fato, vamos conseguir na Rio+20? Não acho que haverá metas de sustentabilidade, o que seria desejável. Talvez, haja um rascunho do que deverão ser essas metas. Mas acho muito difícil, no tempo que falta até a Conferência, que a gente consiga definir uma agenda de metas. E acho que haverá uma melhoria, uma turbinagem – o Fábio usou esta expressão – do PNUMA. Não acho que será criada uma organização ou algo mais forte.

Curiosamente, o Brasil está numa situação muito peculiar às vésperas da Conferência. Recentemente, ouvi o próprio Embaixador Corrêa do Lago dizer que parte da capacidade de negociação dos nossos diplomatas vem do fato de vivermos no nosso País todas as realidades: pobreza e grande riqueza. Vivemos isso desde que nascemos. Não é só o treinamento que o Rio Branco dá e, depois, a própria atividade no Itamaraty.

Estamos sendo colocados numa posição em que vamos ter a possibilidade de sinalizar exatamente o lado para o qual queremos ir. Digo isso em relação à exploração do pré-sal. Vamos seguir o modelo da Noruega ou o modelo da Venezuela? Vamos usar essa riqueza e queimar, sem nos preocupar com os impactos do uso desse recurso? Ou vamos ter uma atitude de usar esse recurso de maneira mais sustentável?

Da mesma forma, vejo os compromissos que assumimos em Copenhague. Por algum tempo, fui muito criticado, porque eu batia muito forte na tecla de que o Brasil deveria ter metas voluntárias de emissão de gases, o que, finalmente, aconteceu em Copenhague.

Agora, de novo, há o risco de uma mudança bastante grande com o novo Código Florestal. Vamos tentar conciliar produção, sustentabilidade e conservação? Ou vamos para um modelo que vivenciamos desde o século XVIII, que é o de ampliarmos e ampliarmos a nossa fronteira agrícola, para aumentar a nossa produção?

Então, o Brasil está sendo colocado numa posição que vai servir de grande modelo para o mundo. Quais serão as opções que vamos seguir como País?

Trabalho. Sou otimista e, no dia em que deixar de ser otimista, deixarei de ser professor universitário, porque faz parte da nossa profissão o otimismo. Mas, certamente, tenho preocupação.

Acho que as mudanças, após a Rio+20 – esta foi a terceira e última pergunta que o senhor fez –, vão acontecer muito mais por razões de mercado do que por decisões de governo. O Fernando Lyrio falou a respeito do constrangimento. Já existe um conjunto de empresas que, por iniciativa própria, tem transformado o uso de recursos, tem procurado a sustentabilidade, tem procurado selos verdes, e isso é regido pelo mercado. Acho que isso vai se acentuar após a Rio+20. Então, isso é um pouco independente das decisões que os governos tomarem.

Em 2002, por acaso, nós, os três palestrantes da Mesa, pela contingência de estarmos na delegação brasileira numa situação de pressão, escrevemos o discurso que o Presidente Fernando Henrique apresentou numa reunião na IUCN, juntamente com o Presidente Mandela. Naquele discurso, colocamos a questão de sermos cidadãos planetários. Quase fomos trucidados pelo Itamaraty, porque essa não era ainda uma temática. Hoje, a gente fala de cidadania planetária de maneira muito mais tranquila, muito mais aceitável, e acho que estamos progredindo para isso.

Volto a frisar: a questão da educação vai ser fundamental em todo esse processo, porque, por meio da educação, a gente vai poder mudar padrões de consumo, vai poder conscientizar, vai poder mudar o modelo de desenvolvimento existente.

Fico por aqui, para termos tempo ainda para mais debate.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Carlos Alfredo Joly, Professor da Universidade de Campinas e assessor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Passo, agora, a palavra ao Deputado Federal Fábio Feldmann, ex-Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

O SR. FÁBIO FELDMANN – Senador, o senhor falou sobre a questão nuclear, e, aqui, quero reconhecer a importância de um ato do Presidente Collor

em 1990 que foi a pá de cal sobre o poço da Serra do Cachimbo, onde o Brasil pretendia fazer o teste do seu artefato bélico nuclear.

Estou falando isso, porque fui constituinte, e, na Constituição, colocamos um dispositivo que vinculava a atividade nuclear a fins pacíficos. Mas, no contexto bipolarizado da Guerra Fria em que a gente ainda vivia – o muro tinha acabado de cair –, muita gente defendia que a bomba era um instrumento de dissuasão. Quer dizer, o país que tinha a bomba poderia dissuadir os outros, e a bomba era instrumento de paz.

Então, quero dizer aqui que ficamos muito satisfeitos. Eu era Deputado naquela época. E aquela foi uma atitude muito corajosa.

Eu queria fazer um comentário, Senador Cristovam Buarque: hoje, o conflito no mundo é o de uma agenda do século XXI *versus* uma agenda do século XX e do século XIX. Estou dizendo isso por uma razão: acho que o Brasil teria de caminhar por alianças mais estratégicas, como já ocorreu. O Brasil tentar negociar e conseguir apoio no G77 é um grande equívoco. Vou citar um exemplo que vivemos em 2002: tínhamos uma iniciativa de energia, em que, na matriz energética, havia 10% de energia renovável, e fomos derrotados no G77 e na China. No G77, estão Bangladesh e Arábia Saudita, que é um grande produtor de petróleo.

Então, a diplomacia brasileira teria, na minha opinião, de compreender esse mundo contemporâneo, em que a geometria do poder é diferente da de 20 anos atrás. As alianças teriam de ser outras, inclusive com a própria China.

Estou comentando o caso da China. O Fernando estava lá. A China começou a surpreender, Senador, em Bali, na negociação de clima. Nós estávamos ali. A China falou antes do Brasil. O Ministro de Relações Exteriores era o Celso Amorim. E a China foi lá e disse o seguinte: “Olha, pessoal, não vou aceitar metas, mas vou mensurar as nossas emissões. Vou permitir a verificação e vou reportar o que mudou radicalmente e o cenário de negociação”. Falo da China, e, ao lembrar o ano de 1992 ou o de 1997, vemos que não tínhamos a mais remota noção de que a China viria, em poucos anos, a ser o primeiro emissor de gás efeito estufa. A China está em primeiro lugar; em segundo lugar, estão os Estados Unidos. O Brasil está entre os cinco maiores países emissores em função do desmatamento.

Aqui, faço um apelo à Presidente Dilma: que ela ouça a Ministra de Meio Ambiente na questão do Código Florestal. Por que eu me estou referindo ao Código Florestal?

Senador Cristovam, quem imaginaria que teríamos como adversário – falo como ambientalista – um Deputado do PCdoB? Jamais! Há 20 anos, nenhum

de nós poderia imaginar que o debate seria feito com um Deputado do PCdoB.

Então, qual é a polêmica que existe? Há uma visão do século XX e do século XIX *versus* a visão do século XXI, que não consegue enxergar as oportunidades. Não é isso, Joly? Mesmo no campo da biodiversidade, há essa ideia de serviços ambientais, de compensação por serviços ambientais. Estou dizendo isso, porque temos de ter uma visão diferente.

O Senador fala sobre a fome. Quero dizer que a obesidade vai matar tanto quanto a fome no mundo em que estamos vivendo. O acesso à classe média e a certo tipo de alimentação vai causar obesidade. E o Brasil já está vivendo dramaticamente a obesidade.

É aí que digo que, realmente, temos de usar a taxação, como o senhor mencionou. E acho que temos de pensar num mundo globalizado em que os padrões têm de ser universalizados não por meio de legislação, mas por meio de padrões e denominadores comuns. Falo de taxação, porque é inacreditável que não se taxem os alimentos com mais açúcar, com mais gordura trans. Inclusive, quanto mais baixo o nível cultural, maior é a obesidade. Nos Estados Unidos, os hispano-americanos têm índices de obesidade mais altos, e, no Brasil, isso se reproduz também. Quanto mais baixa a renda, maior é a má alimentação, e, quando piora a alimentação, piora a obesidade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Por causa da educação.

O SR. FÁBIO FELDMANN – Por causa da educação. Inclusive, o Joly disse algo muito importante: não há uma palavra sobre educação no *draft* zero. Fernando, esqueceram-se da educação. Isso é loucura total! Não é isso?

Então, eu queria dizer isso. Depois, eu queria fazer um comentário maldoso. Falava-se, no século XIX, que a guerra era um assunto muito sério para ser deixado nas mãos dos generais. Acho que o destino do Planeta é muito sério para ser deixado nas mãos dos diplomatas. Eles têm de participar, mas não podem ser hegemônicos no processo, como eles estão sendo. E digo o mesmo em relação aos economistas.

Estou dizendo isso, porque uma delegação de país formada apenas por diplomatas é muito diferente de uma delegação em que há mais permeabilidade. Estou dizendo isso, porque isso ocorre mesmo no Brasil. Houve uma discussão no Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas sobre o protagonismo presidencial, o que começou na sua época. O presidente deve ou não ter protagonismo na negociação diplomática? A Constituição de 1988, equivocadamente, reproduziu a Constituição de 1891, que dizia que relações exteriores eram da competência do Itamaraty. E o Itamaraty

interpreta que é uma hegemonia dele. Não o é. Isso varia no século XIX, em que política externa e política interna eram completamente independentes. No mundo globalizado, política interna e política externa são interdependentes.

Estou dizendo isso, mas essa não é uma crítica à diplomacia brasileira. É que, toda vez em que há uma delegação de país formada fundamentalmente por diplomatas, a estratégia de negociação é muito diferente, porque a negociação, em si, fica mais importante do que o conteúdo que é debatido na negociação. Não é isso?

Quero dizer que tenho muitas divergências – estão aqui os nossos diplomatas – com o Itamaraty, mas que reconheço que o Itamaraty é uma das diplomacias mais respeitadas e mais profissionais do mundo.

Volto à Presidente Dilma, que tem de dizer o que temos de falar nessa questão, a começar pelo Código Florestal. Quero insistir, Fernando, que a Presidente Dilma – faltam poucos dias para a sanção ou para o veto – tem de ouvir a Ministra do Meio Ambiente. Se o Brasil não ouvir a Ministra do Meio Ambiente neste momento, o Brasil vai entrar pela porta dos fundos nessa Conferência de início.

Em relação ao legado, acho que, do ponto de vista objetivo, as perspectivas da Rio+20 não são boas, pela não presença dos chefes de Estado, o que é muito grave. Quero insistir que o George Bush não vinha à Rio 92. Veio o Al Gore, inclusive – não sei quem lembra aqui –, que, depois, transformou-se em vice-presidente do Clinton. O Presidente Bush estava com a eleição ganha – não sei quem se lembra disso – depois da primeira guerra do Golfo e acabou vindo aqui.

Fernando, até por causa do G20, a reunião foi transferida para depois a pedido da Inglaterra, pelo jubileu da Rainha da Inglaterra. Os ingleses estão dizendo que não virão. A sociedade civil tem de pressionar. O Obama tem de vir. Sem a presença do Obama, fica muito fragilizada essa reunião. Portanto, nesse espaço de tempo curto, esse esforço de liderança da Presidente Dilma tem de existir.

Segundo, é muito importante o formato das Nações Unidas. Como disse o Fernando, não podemos reproduzir o formato de 1992 vinte anos depois. Diz-se assim: “Agora, a comunidade científica fala”. Então, são dados três minutos para a comunidade científica. Quem foi parlamentar, quem é parlamentar sabe que fala o presidente do país X, e ninguém ouve – é como plenário da Câmara ou do Senado –, a não ser quando há uma questão muito importante.

Então, acho que a Presidente Dilma poderia inovar e ser a anfitriã de uma reunião que representasse aliança política entre o setor empresarial cosmopolita,

que é o setor empresarial que está consciente de que tem de internalizar a dimensão da sustentabilidade para ter longevidade, e a sociedade civil. A Presidente Dilma tinha de encontrar um formato fora do modelo das Nações Unidas que permitisse esse avanço, com a Academia. Com isso, acho que pode haver alguns legados. Um deles se refere aos limites do Planeta e ao instrumental para se alcançar isso. Sem esse instrumental, isso não funciona. Isso é importante.

Temos de olhar para frente, daqui a vinte anos. O que imagino? Eu faria o seguinte exercício: em 2032, o que eu pensaria, olhando para trás, que teria sido importante em 2012? Acho que isso é crucial. E a dimensão global tem de ser colocada na taxação, no ciclo de vida dos produtos.

Outra questão que me chama muito a atenção nas negociações das Nações Unidas é que nunca o setor empresarial foi chamado a prestar contas para a sociedade. O setor empresarial faz parte das delegações dos países, participa das Bingos – expressão que se usa para as entidades de *business*, para as Business International Organizations. Acho que se tem de chamar o setor empresarial, a indústria automobilística, outra indústria, e criar uma situação em que eles assumam compromissos que não são tão voluntários assim. Se eles são assumidos diante da opinião pública, eles passam a ter um valor, como o Tribunal Penal que você está propondo, que é de constrangimento.

Então, para que essa reunião seja um sucesso, o formato não pode ser o de 1992. Em 2002 – portanto, dez anos atrás –, em Joanesburgo, o que se mostrou foi que esse formato das Nações Unidas é muito ineficiente e não permite os grandes avanços.

Volto ao Brasil, Senador Cristovam. Não vejo por que o Brasil não possa conversar com a China. Ou será que o Brasil vai tratar a China como tratava 20 anos atrás? É um país que manda um astronauta para fora, que tem o PIB que tem!

Ser multilateral, Fernando, não significa que haja liderança de articulação política entre esses países em cima de uma agenda de avanço, que era o que eu gostaria que houvesse nessa reunião que será realizada daqui a alguns dias.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Fábio Feldmann, ex-Deputado Federal, ex-Secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Eu perguntaria a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque se está satisfeito com as respostas que foram dadas. (*Pausa.*)

Eu me permitiria fazer alguns comentários.

Ao longo de todo esse período compreendido entre o início dos trabalhos, a preparação da Rio+20,

até agora, venho me batendo, não sei se de forma correta ou não, em dois pontos fundamentais para mim, no meu entender, na minha avaliação. Um deles é a questão do princípio do não retrocesso. E o segundo ponto é exatamente o de elevar nosso nível de ambições em relação à Rio+20.

Falo do princípio do não retrocesso, porque me preocuparam, numa viagem que fiz logo nos primórdios da discussão sobre a realização da Rio+20, alguns comentários na Europa e também nos Estados Unidos – neste país, eles foram feitos mais fortemente – de que, realmente, os avanços – para nós, eram avanços; para eles, outro termo era utilizado – deveriam ser revistos, porque foram muito ambiciosos para a época e se mostraram impossibilitados de serem implantados pelos países signatários, mais especificamente em relação à Agenda 21, e de que, por isso, tudo isso deveria ser revisto à luz do pragmatismo que o momento estaria a exigir. Nessa época, já se iniciava o processo da crise dos *mortgages* americanos, que redundou, até hoje, nessa grande confusão planetária. O princípio do não retrocesso está inserido na garantia dos direitos humanos. Nada pode retroceder naquilo que afete a vida e a sobrevivência do ser humano no nosso Planeta.

O segundo ponto é o de elevar nosso nível de ambições. Como País anfitrião, como um País que se coloca como a sexta economia do mundo, com o prestígio que vem alcançando em todos os fóruns de que participa, o Brasil deveria elevar as nossas ambições ao máximo para o nosso foro, para a nossa Rio+20. Nós não nos podemos contentar com pouco, porque, se nós nos contentarmos com o pouco alcance das medidas que venham a ser adotadas em função do comunicado final da Rio+20, nós condenaremos, de forma definitiva, o nosso Planeta e todos nós à morte. A grande realidade é que, como aqui já foi dito, o mundo, o nosso Planeta não aguenta mais a pressão que sobre ele está sendo exercida.

Agora mesmo, pedi para tirar uma cópia do livro do Randers. Steward Udall, em 1980, dizia: “Todas as evidências sugerem que, consistentemente, exageramos as contribuições da capacidade tecnológica e subestimamos as contribuições dos recursos naturais. Precisamos de algo que perdemos em nossa pressa de refazer o mundo, uma noção dos limites, uma consciência da importância dos recursos naturais”.

Como aqui foi dito, temos de impor limites, e esses limites – eu, pelo menos, não tenho mais por que acreditar nisto – nós não poderemos deixá-los nas mãos dos governos mundiais. Os governos mundiais se mostraram absolutamente incompetentes na gerência da vida no nosso Planeta. A nossa chance repousa, no

meu entender, na sociedade planetária, na sociedade civil. A ela é que caberá exercer o papel de força motriz das grandes mudanças e transformações que precisaremos implantar para salvarmos a vida e o Planeta.

A participação da ciência, da tecnologia e da inovação também é fundamental nesse processo, mas não podemos mais ficar discutindo em termos de questões periféricas quando estamos vendo países nas vésperas de soçobrar. Aqui, há dois exemplos. Um deles nos foi contado no Senado, no gabinete do Presidente do Senado, Senador José Sarney, pela Rainha Sílvia, da Suécia, quando fez uma visita ao Brasil. Ela, então, contou que seu marido, o Rei Carlos Gustavo, estava num navio quebra-gelo pelo Ártico, fazendo um *brainstorming* com um grupo de cientistas e presidentes de alguns países, sobretudo aqueles que estavam em maior condição de perigo, e, entre eles, estava o nosso ex-presidente da ilha Maurício.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Maldivas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Digo melhor, Ilhas Maldivas. Por sugestão do Sr. Senador Cristovam Buarque, nós iríamos trazê-lo aqui, mas ele deixou a presidência das Maldivas. E o presidente das Maldivas, em certo momento da discussão, dentro do navio, disse ao Rei: “Vossa Majestade, estou gostando muito deste nosso ambiente, desta discussão, mas, enquanto os senhores estão aqui discutindo, o meu país está afundando”.

Outro exemplo mais recente é o de Tuvalu, uma das ilhas da Micronésia, em que o presidente enviou uma mensagem ao Congresso, à sua Assembleia Nacional, pedindo autorização para despendar US\$90 milhões para comprar uma gleba nas ilhas Fiji, para transportar a população de Tuvalu para as Ilhas Fiji, porque Tuvalu também irá soçobrar com a elevação do nível das águas.

Enfim, são fatos que estamos vivenciando e que, parece-me, essas pessoas, as grandes lideranças, não estão percebendo.

Também nesse livro do Randers, há uma declaração que é inacreditável, dada em 1996. Diz aqui o ex-presidente George W. Bush, o filho: “Há 20 anos, algumas pessoas se referiram aos limites do crescimento, mas, hoje em dia, sabemos que o crescimento é o motor das mudanças, é o aliado do meio ambiente”.

E há outra declaração, esta assinada pela companhia ExxonMobil, de 2002, em que se diz: “Em 1972, o Clube de Roma, publicou *Limites do Crescimento*, questionando a sustentabilidade dos crescimentos econômico e populacional. *Limites do Crescimento* estimou que, hoje, começaríamos a ver alguns declínios na produção de alimentos, na população, na disponi-

bilidade de energia e na expectativa de vida. Nenhum desses eventos jamais aconteceu, nem há qualquer perspectiva imediata de que virão a acontecer”. A conclusão a que chega essa nota da ExxonMobil é a de que, logo, o Clube de Roma estava errado.

Desse modo, se formos esperar alguma coisa de lideranças mundiais, sejam governos, sejam empresas, salvo as exceções de praxe que existem aqui e acolá, não avançaremos muito na Conferência Rio+20.

Precisamos, sim, elevar o nível das nossas ambições. Eu não diria que precisamos impor – esta é uma palavra forte –, mas, sim, lutar tenazmente para sairmos dessa camisa de força que nos foi imposta pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, quando estabeleceu uma agenda para a Rio+20 baseada em dois pilares: economia verde com inclusão social e com erradicação da pobreza – inicialmente, o tema era somente economia verde; foi um trabalho do Governo brasileiro de colocar a questão da erradicação da pobreza e da inclusão social – e governança global.

Não podemos participar de uma conferência como a Rio+20 sem discutirmos a questão das mudanças climáticas. Não podemos participar de uma conferência como essa sem discutirmos a questão dos modelos econômicos. Nenhum dos modelos econômicos implantados em nosso Planeta – desde o modelo econômico do chamado capitalismo selvagem até o mais radical socialismo de Estado – ofereceu respostas favoráveis ao grande esforço mundial que hoje é feito para salvar o Planeta. Os modelos estão errados, porque a ótica está errada, porque os objetivos estão equivocados.

Há a questão da produção, da distribuição, do consumo. Como é que poderemos suportar o ingresso de mais três bilhões de pessoas, como foi dito aqui pelo Fábio Feldmann, daqui a 15 ou 20 anos, em 2030 ou em 2040, num Planeta em que vivem sete bilhões de pessoas? Mais três bilhões de pessoas irão consumir.

Desse modo, elevar o nível das nossas ambições significa, em primeiro lugar, fazermos com que a agenda da Rio+20 seja uma agenda que atenda às melhores expectativas e esperanças de uma geração e daquelas que estão por vir e não que atenda aos interesses políticos daqueles que hoje estão governando o mundo.

Não podemos permitir que, nas negociações ou – eu gostaria de usar outro termo – nos entendimentos que serão feitos entre os mandatários para a elaboração do documento final da Rio+20, qualquer ingrediente que não seja o ingrediente que busque puramente a salvação do Planeta ingresse. Isso significa dizer, como aqui também foi dito pelo Fábio, com a experiência que teve como Deputado na Constituinte: “Você apóia essa emenda, que eu apoio a sua emenda”. Então, não podemos colocar, por exemplo, a questão do

comércio internacional numa negociação em torno da declaração final da Rio+20. Não podemos permitir que a Rio+20 não venha a satisfazer, se não plenamente, de alguma forma, a essas esperanças.

O mundo estará de olho no Brasil nos próximos dias de junho, no final de junho. A Presidenta da República Dilma Rousseff, tenho certeza, está imbuída da grande responsabilidade que a ela cabe nesse processo, de liderar esse processo, de desfraldar essa bandeira, de levá-la adiante, de convencer e constranger os mandatários, aqueles que dizem que não virão. Não se trata mais de convite, mas, sim, de convocação.

Tem de estar aqui o Primeiro-Ministro britânico, que, para minha surpresa, ofereceu uma resposta absolutamente idiota para o seu não comparecimento à Rio+20. Disse o Primeiro-Ministro britânico que não viaja ao mesmo país duas vezes no mesmo ano. Foi o que disse o Primeiro-Ministro britânico! Vejam a ignorância que paira nas cabeças desses que aí estão tomando conta do nosso Planeta! Esquece-se ele de que a Rio+20 é uma conferência das Nações Unidas e de que, inclusive, o território em que estará instalada a Rio+20 será um território das Nações Unidas. Desse modo, ele poderia ir à reunião das Nações Unidas em Nova York somente uma vez por ano? Mas foi a resposta que ele ofereceu!

Não podemos aceitar que o Presidente Barack Obama deixe de comparecer. Como ele não irá comparecer? Ele não pode esquecer que foi eleito presidente da República da maior potência deste Planeta graças ao apoio dos jovens, a quem ele irá legar o futuro deste Planeta e do seu país. Se ele estiver em Kansas City fazendo um comício no momento em que estiver sendo realizada aqui a Rio+20, alguém poderá perguntar: “Vem cá, o que é que o senhor está fazendo aqui, em vez de discutir o futuro das nossas vidas e do Planeta no Rio de Janeiro?”. Ninguém vai ganhar uma eleição por deixar de comparecer por um dia ao Brasil, para participar da Rio+20. Ele tem de comparecer!

Para isso, é necessário que haja um enorme esforço diplomático, mas, sobretudo, da liderança da Presidenta da República, de ligar, como ligou para o Presidente Putin, como ligou para o Presidente Hollande, chamando-os para que eles viessem aqui, e eles atenderam a esse chamado, naturalmente, a gente sabe que por questões geopolíticas, já que o primeiro-ministro, o presidente chinês havia dito, havia já garantido a sua presença, a Rússia, naturalmente, não poderia ficar de fora e o Sr. Hollande porque a Sr^a Merkel havia dito que não viria. Essa rivalidade entre esses dois maiores países da Europa é conhecida de todos nós, e o Sr. Hollande: “Eu irei.” Mas é importante que a Alemanha esteja presente também.

Então, é esse esforço que nós precisamos, acho eu, fazer, e conclamar, e solicitar, pedir à Presidenta da República que assuma isso com todo o vigor, com toda a sua vontade política, com toda a esperança, que eu sei que ela carrega, de poder desempenhar um papel brilhante para o futuro do nosso Planeta na Rio+20, exercendo e tendo essa atuação, uma atuação de contundência, porque somente assim nós iremos dar peso político à Conferência Rio+20.

Uma conferência desse tamanho, dessa magnitude é medida por dois pontos principalmente. Primeiro, o número de presidentes, chefes de Estado e chefes de Governo presentes – é o peso político. Segundo, o resultado das discussões travadas no decorrer da conferência.

Os resultados desses dias, dessas semanas, ou de uma semana em que estaremos aqui reunidos e os chefes de Estado, dois ou três dias, terão de ser ambiciosos, terão de ser afirmativos. Nada como esse *draft zero*, que, quando me chegou às mãos, a vontade que tive foi de colocar no lixo, porque é uma coisa vergonhosa o que nos foi mandado e o que nos foi distribuído.

Não sei se o secretário-geral das Nações Unidas, de alguma forma, teve alguma dificuldade, se o secretário-geral da conferência também, que é uma pessoa extremamente simpática, mas talvez não esteja focado devidamente. Mandam-nos o primeiro *Draft*, depois nos mandam um segundo *Draft* que não nos diz nada. É apenas um ajuntamento de manifestação de intenções que diversos burocratas do mundo chegaram e colocaram. E não tem ninguém para orientar isso? Será que não tem ninguém para dizer: “Olha, os nossos objetivos são esses”? E vir com uma questão de economia verde e governança global.

Enfim, ao Brasil cabe, como País anfitrião, fazer o melhor papel. Ao Brasil cabe essa responsabilidade, não só de receber esses milhares de pessoas que acorrerão de todo o mundo, da sociedade civil, e que não poderão sair daqui frustradas com uma participação que não seja exemplar do Governo brasileiro, em termos da ambição e de avanço, como também o Brasil não poderá jamais deixar que a Rio+20 seja uma conferência que se esmaça no tempo pela absoluta falta de conquistas no período em que ela foi realizada.

Estamos, também, às voltas com a questão do Código Florestal. Tenho confiança que a Presidenta Dilma saberá tomar uma decisão em relação a esse Código. Nós saímos daqui, do Senado Federal, com uma proposta, que foi para a Câmara dos Deputados e foi inteiramente transfigurada. Nenhuma das duas atende aos interesses planetários nem atende aos interesses nacionais. Precisamos discutir melhor o Código Florestal. E acredito que a melhor saída seria a

Presidenta Dilma – e aqui peço licença de fazer esta sugestão – vetar integralmente o texto que foi aprovado na Câmara e dizer, inclusive, no diálogo com o Senado e a Câmara: “Bom, vejam bem, vocês Senadores elaboraram um projeto e a Câmara fez um projeto completamente diferente. Já que não houve tempo para que vocês se entendessem em torno de um projeto comum que representasse algo compreensível, compreensivo e consistente, vamos fazer o seguinte: eu veto e, com todo respeito ao Congresso Nacional, edito uma medida provisória, e essa medida provisória servirá de base para a futura discussão que vocês poderão travar dali por diante”.

Mas é o momento também de exercer a liderança, no instante em que se discute um Código Florestal. Porque não adianta somente vetar partes dele. Vira um monstrego. Isso não irá atender a nenhuma expectativa de qualquer setor que se queira. É uma coisa extremamente intrincada.

Enfim, peço desculpas pelo calor das minhas palavras, mas é que, como tive o privilégio de poder ter apresentado o requerimento aqui no Senado, aprovado pelo Senado, levado depois, em mãos, ao Presidente Lula, que encaminhou ao Ministro Celso Amorim, propondo a realização no Rio de Janeiro da Conferência Rio+20, e eu pensei nisso em função do término da vigência do Protocolo de Kyoto, agora em 2012, e também pensando não 20 anos depois do Rio, mas 20 anos depois de 2012, colocar os olhos para lá. Porque, como foi dito aqui também por todos, a Eco-92 não tem nada a ver com a Rio+20. A Eco-92 cumpriu o seu papel naquele momento determinado, mas com circunstâncias específicas, completamente diferentes das condições e das circunstâncias em que hoje nós estamos inseridos. A nossa pauta é outra. E a nossa ambição tem que ser muito maior. Muito maior do que foi em 92. Em 92, o Brasil cumpriu o seu papel. E eu tenho certeza que agora, em 2012, o Brasil também cumprirá com o seu dever, cumprirá com as suas obrigações, cumprirá em atender a essas esperanças e expectativas da população mundial.

Dito isso, eu gostaria de, mais uma vez, agradecer a presença de todos os senhores membros do Corpo Diplomático, Sua Excelência o Sr. Embaixador Horácio Sevilla Borja, do Equador; Sua Excelência a Sr^a Embaixadora da República da Eslovênia, Milena Smit; Sua Excelência o Sr. Embaixador Ljubomir Milic, da Sérvia; o Sr. Ibrahim Aleisa, Encarregado de Negócios da Embaixada do Reino da Arábia Saudita; o Sr. Shamsul Nizam Shamsuddin, Conselheiro da Embaixada da Malásia; o Sr. Jorge Luís Mendes, 1º Secretário da Embaixada da República da Guiné Bissau; o Sr. Ali Mohaghegh, 1º Secretário da Embaixada da República Islâmica do

Irã; o Sr. Davoud Rezaei, 2º Secretário da Embaixada da República Islâmica do Irã; o Sr. Arnold Jacques de Dixmude, membro da Delegação da União Europeia no Brasil para o Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente; a Srª Ministra Cláudia Fonseca Buzzi Freire, da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores; a Srª Embaixatriz Lúcia Flecha de Lima. V. Ex^{as} muito nos honraram com suas presenças.

Encerrando a presente reunião, agradeço de coração a presença dos nossos palestrantes da noite de hoje, os nossos convidados: Deputado Fábio Feldmann; Dr. Carlos Alfredo Joly, Professor da Universidade Estadual de Campinas e Assessor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; e Dr. Fernando Antonio Lyrio.

E gostaria também de dar este testemunho – desculpem-me se não o fiz anteriormente, logo no início de minhas palavras –, do trabalho extraordinário que vem sendo realizado pela Ministra Izabella Teixeira e por sua equipe, na qual se inclui o Dr. Fernando Lyrio. Eu acompanho, vejo os esforços que vêm sendo despendidos não somente pela Ministra Izabella, mas também pelo Ministro Antônio Patriota e por nossos diplomatas. É um trabalho que chega a nos comover. Mas sei também que cada um deles tem seu limite. Não podem avançar além de um certo ponto sem que a mão da Presidenta da República os pegue e os leve para adiante. Parabéns pelo trabalho. E espero que seja coroado de êxito esse esforço que os senhores e as senhoras vêm realizando. A participação continua sendo decisiva até o último dia da Rio+20 de cada um dos senhores.

Obrigado, portanto, Dr. Fernando Antônio Lyrio, Assessor Extraordinário para a Rio+20, do Ministério do Meio Ambiente, pela importante contribuição que todos aqui ofereceram na noite de hoje.

Ainda convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores para a reunião conjunta com a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, a ser realizada quarta-feira, dia 23 de maio, às 14 horas, quando será realizada audiência pública para debater os objetivos, o alcance e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (Otca). Os convidados para essa audiência são o Embaixador Alejandro Gordillo, Secretário-Geral da Otca; o Ministro Clemente Baena Soares, Diretor do Departamento da América do Sul II; Sua Excelência o Sr. Embaixador Horácio Sevilla Borja, do Equador; e o Embaixador Antônio José Ferreira Simões.

Meus agradecimentos muito especiais também a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, Presidente de duas subcomissões de acompanhamento da Rio+20, aqui na Comissão de Relações Exteriores e na Comis-

são de Meio Ambiente. S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque vem desenvolvendo e tem desenvolvido um trabalho incansável ao longo desses últimos 14 meses, promovendo debates, mesas redondas, formulando questões, instigando, procurando encontrar saídas, estimulando os jovens nas universidades e nos meios acadêmicos para que todos pensem, em conjunto, naquilo que vamos fazer, o que pretendemos, o que queremos, aonde queremos chegar. Enfim, por toda essa sua participação, Senador Cristovam Buarque, o nosso agradecimento pela sua dedicada e brilhante colaboração nestes nossos trabalhos.

Por fim, convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião ordinária, a ser realizada no dia 24 de maio, quinta-feira, às 10 horas, neste plenário, com pauta deliberativa.

Agradecendo, mais uma vez, a presença de todos, uma boa noite.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 45 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e um minuto do dia vinte e quatro de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Luiz Henrique** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Aloysio Nunes Ferreira, Fernando Collor, Blairo Maggi, Delcídio do Amaral, Ana Amélia, Roberto Requião, Mozarildo Cavalcanti e Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 26ª, 27ª e 28ª Reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta. **Item 1 – Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *“aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Kingston, em*

1º de dezembro de 2010”. *Relator ad hoc*: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. O Senador **Aloysio Nunes Ferreira** solicita votação em bloco para os itens 1, 2, 3 e 4 da pauta. Aprovado. **Item 2 – Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 16 de novembro de 2010”. *Relator ad hoc*: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. **Item 3 – Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia sobre a Autorização, com Base na Reciprocidade, para o Exercício de Atividade Remunerada por Parte dos Familiares de Membros de Missões Diplomáticas ou Postos Consulares, assinado em Brasília, em 11 de janeiro de 2011”. *Relator ad hoc*: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. **Item 4 – Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2010”. *Resultado para os itens 1, 2, 3 e 4*: aprovado. **Item 5 – Requerimento nº 234, de 2012**, de autoria do Senador **Cássio Cunha Lima**, que “requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja indicado à apreciação da Academia Sueca, no Reino da Suécia, o nome do escritor brasileiro ARIANO SUASSUNA como concorrente ao Prêmio Nobel de Literatura de 2012”. *Relator ad hoc*: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. *Resultado*: aprovado. **Item 6 – Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 25, de 2012**, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, que diz: “Requeiro, em aditamento ao Requerimento no 15-CRE – que aprovou a realização de audiência pública para ouvir a Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República acerca da situação vivida por mães e pais brasileiros que não conseguem manter a guarda de seus filhos no exterior – sejam também convidados os membros do Grupo de Trabalho que discute a implementação da Convenção de Haia, a seguir

nomeados: Francisco Novello, Chefe da Divisão de Cooperação Jurídica Internacional do Ministério das Relações Exteriores (MRE); Sérgio Brito, Advogado da União e Coordenador do Departamento Internacional da AGU; e Ana Paula Gonçalves, Ouvidora da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR)”. *Resultado*: aprovado. A Senadora **Vanessa Grazziotin** solicita inclusão extrapauta de Requerimento de sua autoria. Aprovado. **Item extraordinário – Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 26, de 2012**, de autoria da Senadora **Vanessa Grazziotin**, que diz: “Requeiro, nos termos regimentais, a participação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, na Audiência Pública a ser realizada no âmbito da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, destinada a debater os objetivos, o alcance e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, no dia 21 de junho, durante a RIO +20, na cidade do Rio de Janeiro. Os nomes dos convidados serão posteriormente fornecidos à Secretaria da Comissão”. *Resultado*: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e vinte e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Luiz Henrique**, Presidente em Exercício.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Declaro aberta a 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 26ª, 27ª e 28ª Reuniões.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Comunicados:

NOTA À IMPRENSA Nº 128

Do Ministério das Relações Exteriores.

De 23 de maio de 2012.

O Governo brasileiro recebeu, com grande consternação, a notícia do atentado à bomba contra militares iemenitas, ocorrido em Sana, no dia 21 de maio, que causou mais de 90 mortes e deixou centenas de feridos.

O ataque foi perpetrado dois dias antes da realização da Conferência Internacional “Amigos do Iêmen”, que ocorre hoje, em Riad, Arábia Saudita.

O Brasil participa da Conferência e acredita se tratar de importante oportunidade para incentivar a cooperação internacional com o Iêmen.

Ao expressar sua solidariedade às famílias das vítimas, bem como ao governo e ao povo iemenitas, o Governo brasileiro reitera seu repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo.

Infelizmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós continuamos assistindo a atos genocidas, de covardia terrorista, reproduzindo-se em várias regiões do nosso Planeta. E eles refletem, de um lado, um fundamentalismo e, de outro, a falta de democracia nos países onde se realizam, exceção ao atentado que se verificou na Noruega, fruto da demência do seu autor.

De modo que, em nome desta Comissão, associe-me ao Ministério das Relações Exteriores na condenação a mais este ato terrorista.

Pauta da reunião.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 71, DE 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Kingston, em 1º de dezembro de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra, como Relator *ad hoc*, a S. Ex^a, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, para proferir o relatório, em substituição ao Senador Relator.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu queria sugerir a V. Ex^a um procedimento para analisarmos esses três acordos, que são de igual teor: um, entre o Governo brasileiro e o Governo da Jamaica; outro, entre o Governo brasileiro e o Governo do Zimbábue; e outro, do nosso Governo com a República da Albânia. Os três acordos tratam de uma matéria já bastante conhecida aqui da nossa Comissão,...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Pacífica.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ...e bastante rotineira. São acordos sobre autorização, com base em reciprocidade, para o exercício de atividade remunerada por parte de fa-

miliares de membros das comissões diplomáticas, ou postos consulares.

A minha sugestão, se V. Ex^a não vir nenhum óbice, é fazer a votação em globo. E o fundamento...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O item 4 também tem o mesmo teor. Diz respeito a acordo entre o Brasil e a República da Guiné-Bissau.

Os pareceres já foram publicados. Os votos já foram publicados. Proponho a V. Ex^a o seguinte... O fundamento é exatamente o mesmo. Não há nenhum óbice do ponto de vista – digamos – jurídico, formal à aprovação dos projetos de decreto legislativo que vêm da Câmara dos Deputados.

A parte dispositiva desses acordos adota, em linhas gerais, o que dispõem tratados sobre a mesma temática, como assinalei há pouco, assinados com mais de 50 países. Os textos reproduzem a tendência verificada no plano internacional de estender aos dependentes do pessoal das missões diplomáticas e consulares a oportunidade de trabalhar no exterior. Esse modo de proceder favorece a ampliação da experiência profissional do interessado, entre outras vantagens. O acordo estimula, por igual, o fortalecimento de laços de confiança entre os dois países.

É o que está destacado, nitidamente, nas quatro exposições de motivos que acompanham os projetos de decreto legislativo.

E ainda, o acordo afasta, para os casos em que o dependente autorizado a exercer atividade remunerada gozar de imunidade de jurisdição no território do Estado acreditado, a imunidade de jurisdição civil ou administrativa no Estado acreditado, em ações iniciadas contra o beneficiário por atos diretamente relacionados com o desempenho da atividade remunerada.

No tocante à imunidade penal, os textos estabelecem que os Estados acreditantes devem considerar seriamente qualquer pedido do Estado acreditado no sentido de renunciar à imunidade de jurisdição penal do dependente acusado de haver cometido delito criminal no decurso do exercício da referida atividade remunerada.

Então, esses tratados são convenientes aos interesses nacionais e ao bom relacionamento bilateral com os quatro países a que me referi.

Por isso, o meu voto é igualmente favorável à aprovação dos quatro projetos de decreto legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a S. Ex^a, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O processo de deliberação se refere ao acordo semelhante entre o Brasil e a República do Zimbábue; entre o Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia; e entre o Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau.

Consulto o Plenário se está de acordo com a proposição do ilustre Senador Aloysio Nunes Ferreira. *(Pausa.)*

Não havendo quem se manifeste contra, submeto à votação em bloco as quatro matérias.

Os Srs. Senadores que concordam com o voto do Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As matérias vão à Secretária-Geral da Mesa para as devidas providências.

São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 74, DE 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 16 de novembro de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE).

Relatoria: Senador Sérgio Souza.

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 76, DE 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da República da Albânia sobre a Autorização, com Base na Reciprocidade, para o Exercício de Atividade Remunerada por Parte dos Familiares de Membros de Missões Diplomáticas ou Postos Consulares, assinado em Brasília, em 11 de janeiro de 2011.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE).

Relatoria: Senador Inácio Arruda.

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 81, DE 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE).

Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatório: Pela aprovação.

Designo, em concordando S. Ex^a, o Senador Aloysio Nunes Ferreira para relatar as quatro matérias seguintes.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 234, DE 2012

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja indicado à apreciação da Academia Sueca, do Reino da Suécia, o nome do escritor brasileiro Ariano Suassuna [salve o Auto da Compadecida] como concorrente ao Prêmio Nobel de Literatura de 2012.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima.

Relatoria: Inácio Arruda.

Relatório: Pela aprovação.

Designo o Senador Aloysio Nunes Ferreira para Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra a S. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, creio que a Comissão não negará o apoio unânime à proposição do Senador Cássio Cunha Lima, que é baseada no art. 222 do nosso Regimento Interno, no sentido de apoiarmos e levarmos à consideração da Academia Sueca, do Reino da Suécia, como concorrente do Prêmio Nobel de Literatura de 2012, o escritor Ariano Suassuna.

Nosso voto, portanto, é pela aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Em discussão o relatório. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu acho que interrompi V. Ex^a, que ia encaminhar a matéria ainda. Peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Pois não.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Designo o Senador Aloysio... Perdão, já o designei como Relator *ad hoc*.

Tem a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada.

Sr. Presidente, eu dei entrada, nesta Comissão, durante a semana, de um requerimento que objetiva a participação desta nossa importante Comissão de Relações Exteriores num debate que estamos promovendo durante a Conferência Ambiental Rio+20.

Pela urgência e importância do requerimento, Sr. Presidente... Será um debate sobre integração da Amazônia global. Ontem, já realizamos um importante debate e estamos organizando um novo debate, com uma participação maior dos países que compõem o bioma amazônico. Estamos organizando esse debate durante a Rio+20, no dia 21, no Espaço dos Atletas.

Então, para que a gente possa viabilizar e dar formalidade à participação da Comissão, nós precisaríamos votar um requerimento, que é o que solicito de V. Ex^a, se possível, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Pois não.

Vou submeter, após o esgotamento da matéria pautada, o requerimento de V. Ex^a.

ITEM 6.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 25, DE 2012.

Requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 15-CRE, de 2012 – que aprovou a realização de audiência pública para ouvir a Ministra Maria do Rosário Nunes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, acerca da situação vivida por mães e pais brasileiros que não conseguem manter a guarda de seus filhos no exterior

–, sejam também convidados os membros do Grupo de Trabalho que discute a implementação da Convenção de Haia, a seguir nomeados:

– Francisco Novello, Chefe da Divisão de Cooperação Jurídica Internacional do Ministério das Relações Exteriores (MRE);

– Sérgio Brito, Advogado da União e Coordenador do Departamento Internacional da AGU; e

– Ana Paula Gonçalves, Ouvidora da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR).

Autoria: Senador Eduardo Suplicy.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

ITEM EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 26, DE 2012

Requer, nos termos regimentais, a participação de membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na audiência pública da Comissão Mista Permanente sobre as Mudanças Climáticas, destinada a debater os objetivos, o alcance e os resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, no dia 21 de junho, durante a Rio+20, na cidade do Rio de Janeiro.

Os nomes dos convidados serão posteriormente fornecidos à Secretaria da Comissão.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Por analogia, a inclusão de itens extraordinários está regulamentada pelo Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores, que exige antecedência para a elaboração e envio da pauta.

O art. 3º do referido Ato reza que “salvo situações extraordinárias, nenhuma reunião será realizada sem que a pauta, devidamente preparada pela Secretaria desta Comissão, seja enviada aos membros dois dias úteis antes de sua realização”.

Mas, compreendendo a pertinência e a urgência envolvidas no requerimento da ilustre representante do Estado do Amazonas, que temos a honra de ter nascido em Videira, Santa Catarina, apresentado por S. Ex^a a Senadora Vanessa Grazziotin.

Diante de sua solicitação, consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão do Requerimento nº 26, de 2012, na pauta da reunião.

Aqueles que aprovam a inclusão da matéria permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu só quero, Sr. Presidente, agradecer a V. Ex^a e agradecer ao Presidente da nossa Comissão, Presidente Collor, que propiciaram que a gente pudesse votar ainda hoje, porque nós precisamos muito da colaboração da Secretaria desta Comissão para fazer convites inclusive a Parlamentares de outros países, para que a gente possa fazer um debate sobre integração com a presença não só do Brasil, mas também do Equador, da Bolívia, enfim, de todos os países que compõem o bioma.

Então, agradeço muitíssimo a V. Ex^a, Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – E eu a cumprimento pela feliz iniciativa.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores, eu convoco nossa próxima reunião, a ser realizada na próxima segunda-feira, dia 28 de maio, às 18 horas, neste plenário, dando continuidade à série de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012”, com a apresentação do quinto painel, “A Ordem Econômica Mundial e o Brasil – O Brasil face à nova ordem econômica, Brics e G-20”, do V Ciclo de Audiências, intitulado “Política Externa Brasileira”, com os seguintes convidados:

– Embaixador Marcílio Marques Moreira, ex-Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento;

– Ministra Dorothea Werneck, Secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais, ex-Ministra do Trabalho e ex-Ministra da Indústria e do Comércio;

– Embaixador Rubem Barbosa, ex-Embaixador do Brasil em Washington e Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp.

Lembro que, logo após esta audiência, ainda na segunda-feira, dia 28 de maio, realizaremos outra audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 15, de 2012, de autoria do ilustre Senador Eduardo Suplicy, para debater a situação vivida por mães e pais brasileiros que não conseguem manter a guarda de seus filhos no exterior, tendo em vista as diferenças

de suporte legal que os diversos países adotam sobre a questão, bem como sobre as ações adotadas pelo Governo brasileiro para solucionar tais problemas, com os convidados já nominados quando da aprovação do requerimento.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença das Sr^{as} e Srs. Senadores e dos demais presentes, está encerrada a reunião.

(iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 22 minutos.)

ATA DA 30^a REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2012, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 18 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dezoito horas do dia vinte e oito de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Vanessa Grazziotin**, **Cristovam Buarque** e **Aloysio Nunes Ferreira**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e realiza a leitura de comunicados. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2011 – CRE, de autoria do Senador **Fernando Collor**, aprovado em 1º de março de 2011, que, “*nos termos do art. 58, §2º, incisos II e V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requer sejam realizados, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ciclos de audiências públicas dentro de uma Agenda específica de debates ao longo do biênio 2011/2012, com renomados especialistas que apresentem depoimentos, análises e informações acerca do panorama geopolítico mundial e as perspectivas para a próxima década, especialmente no que tange à política externa, à segurança internacional e defesa nacional, e ao sistema de atividades de inteligência*”. O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer sua exposição o Embaixador **Rubens Barbosa**, ex-Embaixador do Brasil em Washington e Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); a Ministra **Dorothea Fonseca Furquim Werneck**, Secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais, ex-Ministra do Trabalho e ex-Ministra da Indústria e Comércio; e o Embaixador **Marcílio Marques Morei-**

ra, ex-Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento. Fazem uso da palavra os Senadores **Aloysio Nunes Ferreira** e **Cristovam Buarque**. Os convidados fazem sua exposição final. A Ministra **Maria do Rosário** e o Senador **Eduardo Suplicy** fazem uso da palavra. Não havendo nada mais a tratar, a Reunião é encerrada às vinte horas e cinquenta e dois minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Transmito às Sr^{as} e aos Srs. Senadores membros desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o convite de S. Ex^a o Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, para que participemos da recepção ao Exm^o Sr. Mohamed Sheik Biadilah, Presidente da Câmara dos Conselheiros do Marrocos, em visita ao Senado Federal, no dia 30 de maio de 2012, quarta-feira, às 12h, na sala de audiências da Presidência.

Comunicado sobre a última audiência pública de avaliação e prioridades da política externa brasileira, realizada na última segunda-feira, dia 21, cujo painel tratou especificamente da Conferência Rio+20: avaliação da agenda, evolução da organização e das expectativas.

O primeiro expositor foi o Dr. Fernando Antonio Lírio Silva, Assessor Extraordinário do Ministério do Meio Ambiente para a Rio+20. O especialista avalia que os resultados da Rio+20, cuja agenda e documento final terão sido fruto de longo e complexo processo de negociações internacionais, que caracteriza as decisões das Nações Unidas, no qual as necessidades e prioridades de cerca de 200 países devem ser contemplados por consenso, podem não refletir as prioridades e expectativas de grupos distintos de países.

O especialista destacou os objetivos do desenvolvimento sustentável como um dos principais temas do novo documento elaborado a partir das negociações do rascunho zero da Conferência, que servirá como base em mais uma rodada de negociações durante a próxima semana, por englobar a adoção de um conjunto de metas, indicadores e processos específicos, capazes de gerar um comprometimento de todos os países, refletindo compromissos universais e minimizando a polarização Norte-Sul que tem contaminado a maior parte dos processos multilaterais.

Para ele, a Rio+20 será uma grande oportunidade para reabilitar o sistema multilateral como *locus* adequado para a solução dos grandes problemas globais.

Ele avalia que a adoção de objetivos sobre o tema da economia verde tem gerado mais discussões conceituais que respostas práticas.

Quanto às questões da governança para o desenvolvimento sustentável e da governança ambiental, informou o Dr. Fernando Antonio Lírio Silva que o Ministério do Meio Ambiente defende o fortalecimento da gestão ambiental na esfera das Nações Unidas, desde que o órgão seja dotado de mecanismos institucionais mais adequados para coordenar com coerência a discussão dos temas relativos ao desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente, com o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) por meio de dotação orçamentária estável e sua adequação aos desafios ambientais do mundo de hoje.

Ele acredita que, para o Brasil, a perspectiva é de que essa conferência, assim como ocorreu durante a Eco-92, traga oportunidade de reflexão sobre seus próprios modelos de desenvolvimento, através da discussão e do diálogo em todas as esferas.

Ele afirmou que a questão da sustentabilidade no Brasil extrapolou a área ambiental e passou a ser discutida por várias instâncias governamentais e da sociedade. Ele vê nisso um benefício já concreto e palpável da conferência, creditado pela Ministra do Meio Ambiente, segundo informou, como legado da Rio+20 para o Brasil.

Apesar de a Rio+20 ser uma realização das Nações Unidas, ele acredita que o País, como presidente da conferência, tem um papel político de fortalecer os seus resultados ao mesmo tempo em que, no plano nacional, vê na conferência a oportunidade de discutir o nosso modelo de desenvolvimento.

Por sua vez, o Dr. Carlos Alberto Joly, professor da Universidade de Campinas e assessor do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, apresentou uma retrospectiva da contribuição da academia científica para a Rio+20, destacando o papel do ICSU – International Council for Science, órgão reconhecido pelas Nações Unidas como representante oficial da comunidade científica que reúne as academias de ciências de todos os países. O ICSU produziu nove orientações de como a ciência pode apoiar a política nas áreas de segurança energética, saúde, bem-estar, economia verde, segurança dos recursos de água doce, segurança alimentar, biodiversidade e ecossistemas, transformação da governança e instituições e riscos e desafios interconectados.

Esses estudos foram debatidos em uma grande conferência realizada em Londres, em março último, para discussão da agenda da ciência para a Rio+20, cuja declaração final *State of the Planet* aponta os principais avanços do conhecimento científico e como eles poderão ser utilizados para que possamos evoluir na questão da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, além de uma grande preocupação de que a conferência não foque apenas no pilar econômico da sustentabilidade, mas também no social e no ambiental, pois os três devem compor um novo índice.

Segundo o professor, um dos temas bastante discutidos nesse encontro foi a necessidade de se substituir o PIB por um índice de indicadores que leve também em conta os aspectos sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mas que também inclua os aspectos ambientais. Discute-se a criação de uma nova forma de se avaliar o grau de desenvolvimento e, conseqüentemente, o engajamento dos países em relação à sustentabilidade.

A declaração *State of the Planet* menciona o novo conhecimento, as novas soluções disponíveis e, principalmente, as oportunidades que a ciência oferece à Rio+20. Para ele, é imprescindível que a conferência defina metas para o desenvolvimento sustentável, pois a Rio+20 representa a última oportunidade para colocarmos em prática ao que assistimos na Eco-92. A forma pela qual estamos usando o Planeta provocará falta dos recursos necessários para oferecer uma condição devida aceitável aos seus nove bilhões de habitantes em 2050, ressaltou o palestrante.

Por fim, o professor comunicou a realização, de 11 a 15 de junho, no Fórum da Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável, organizado pelo ICSU em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação na PUC do Rio de Janeiro, cujos resultados serão encaminhados à Conferência Rio+20.

O encerramento desse fórum contará com a participação dos Ministros da Ciência e Tecnologia dos países Brics, dos Estados Unidos, Alemanha, Coreia do Sul, México e Noruega – além, claro, da Rússia, do próprio Brasil, da Índia, da China e da África do Sul. Outros eventos paralelos serão organizados pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), além de exposições organizadas pelo Ministério sobre tecnologias verdes e os avanços do conhecimento científico sobre os biomas brasileiros e suas principais ameaças, além do uso sustentado de vários dos nossos recursos naturais.

Encerrando os debates, o Dr. Fábio Feldmann, ambientalista, ex-Deputado Federal e ex-Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, falou da im-

portância se sabermos com clareza o que queremos da Rio+20 e em que contexto ela ocorre. Na sua opinião, um dos grandes déficits da Rio+20, ao contrário da Rio-92, é a ausência de uma liderança clara. Para ele, o Brasil não compreendeu, à época da primeira conferência da ONU sobre o homem e a biosfera, realizada em 1972, em Estocolmo, o significado da questão do Planeta Terra. Ele acredita que a mobilização e o reconhecimento da importância da sociedade civil foram o grande mérito da conferência Eco-92, no Rio de Janeiro, o que, lamenta agora, não está ocorrendo na Rio+20.

Porém, lamenta também ele que não se tenha pensado, vinte anos atrás, em uma arquitetura institucional que permitisse a integração das temáticas, pois as convenções do clima da biodiversidade e da desertificação não têm sinergia entre si, fragmentando agendas que nunca se comunicaram dentro do sistema das Nações Unidas. Como exemplo, ele recordou que a convenção do clima excluiu a produção das substâncias que destroem a camada de ozônio, como a família dos CFCs, mas seus substitutos foram potentes gases de efeito estufa, pois os responsáveis pelo tema da camada de ozônio na ONU nunca conversaram com os encarregados dos estudos de mudança do clima.

O Dr. Fábio Feldmann disse ser inaceitável que a agenda da Rio+20 não tenha tido a audácia de mencionar os limites do Planeta definidos pela ciência, o que ele atribui à lógica, também presente na conferência de 72, de dividir o mundo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, como se o mundo de hoje pudesse ser pensado como há 40 anos.

Ele criticou o que classificou de falta de coragem brasileira na condução desse processo, especialmente a da nossa diplomacia, pois, na sua opinião, ela não percebeu que, se fosse corajosa e audaciosa, estaria abrindo caminho para a participação do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Para ele, uma diplomacia que tem aversão a risco e quer agradar a todos pode tornar essa reunião um fracasso com relação aos compromissos da humanidade com o Planeta. O especialista avalia que o tripé econômico, ambiental e social da Rio+20 esquece que o problema ambiental é o social de amanhã, pois os países mais pobres são os que mais sofrerão com os desastres naturais.

Ele aponta uma falta de coragem em se propor a institucionalização de um painel internacional do Planeta nos moldes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), pois, a seu ver, uma boa divulgação do conhecimento científico mobiliza a sociedade.

O Dr. Fábio Feldmann lamentou a omissão dos limites do Planeta na agenda da Rio+20 e a ausência do Brasil na liderança desse processo. Para ele, a Presidenta Dilma Rousseff é a única pessoa que poderá salvar a conferência, fazendo do encontro uma cúpula, e não uma reunião ministerial, pois a ausência do Chefe de Estado da maior economia do Planeta, assim como de outros líderes importantes, como Angela Merkel e David Cameron, comprometerá o prestígio do encontro.

Concluindo, ele afirmou que a humanidade e o Brasil não podem desperdiçar essa oportunidade e espera que a Presidenta Dilma Rousseff perceba que o grande legado de seu governo pode ser a Rio+20 e que esse é um legado não apenas para o Brasil, mas para a humanidade.

No seu entender, a técnica de negociação do rascunho zero tem sido equivocada. O documento não define prioridades e falta liderança para definir os pontos cruciais da conferência. Além disso, ele crê que a diplomacia brasileira está patinando na questão do Pnuma, que deve ser fortalecido.

Ele entende que devemos ser ambiciosos e que o Brasil tem de se sair bem nessa conferência e mostrar que tem condições de liderar a agenda do século XXI, e não a dos séculos XX e/ou XIX, sem cair na armadilha dos países do G77 nem da China, que não querem colocar em discussão os limites do Planeta. A seu ver, essa é uma visão de 1972, e não a de um mundo em transformação, como o de hoje.

Concluindo sua exposição, ele disse esperar que o Senado consiga influenciar o Executivo brasileiro para que saíamos da Rio+20 com a certeza de que, corajosos e audaciosos, teremos liderado um processo que não pode ser delegado a um secretário executivo com desempenho inexpressivo, diferentemente do secretário executivo da Rio-92, Maurice Strong, que era recebido por chefes de Estado, e nem a diplomatas com aversão ao risco.

Para ele, a diplomacia brasileira tem de compreender que seu compromisso é com a audácia e com a agenda do século XXI.

Posteriormente às palavras do Sr. Prof. ex-Deputado Feldmann, o próprio Presidente da Comissão e outros integrantes, entre eles S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque, colocamos que, a nosso ver, a diplomacia brasileira tem se havido muito bem na condução do processo, mas que, naturalmente, a parte executiva, essa tem de ser feita pela Chefe do Poder Executivo, mas que a diplomacia brasileira tem conduzido o processo de modo a deixar a bola, como se diz num linguajar mais popular, na marca do pênalti para que a Presidenta Dilma Rousseff possa chutá-la e fazer o gol.

Isso significa que o que desejamos é que a preparação feita pela diplomacia brasileira e pelas Nações Unidas tenha sido uma preparação de uma engenharia bem concebida, para que o gol a ser marcado não seja somente do Brasil, mas de todos os chefes de Estado e de Governo, sobretudo da sociedade civil, a quem caberá um papel determinante na realização da Rio+20, e o gol que todos nós desejamos fazer será salvar a vida no Planeta Terra.

A presente reunião, na noite de hoje, destina-se à realização do nosso 5º painel, intitulado “A Ordem Econômica Mundial e o Brasil: o Brasil face à nova ordem econômica; Brics e G20”.

Integrando o 5º Ciclo Política Externa Brasileira, da série de audiências públicas Rumos da Política Externa Brasileira (2011–2012), para proferir as palestras de hoje e debater o tema, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades, a quem aproveito, dando-lhes as boas-vindas desta Comissão, para convidá-los a tomarem assento à Mesa:

– S. Ex^a a Ministra Dorothea Fonseca Furquim Werneck, Secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais, ex-Ministra do Trabalho, ex-Ministra da Indústria e Comércio;

– S. Ex^a o Sr. Embaixador Marcílio Marques Moreira, ex-Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento;

– S. Ex^a o Sr. Embaixador Rubens Barbosa, ex-Embaixador do Brasil em Washington e hoje Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Mais uma vez, sejam V. Ex^{as} bem-vindos a esta Comissão.

Iniciando a nossa audiência propriamente dita, eu tenho a satisfação de passar a palavra ao Embaixador Rubens Barbosa, como eu disse, ex-Embaixador do Brasil em Washington e atualmente Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

O SR. RUBENS BARBOSA – Obrigado, Sr. Presidente, pelo convite de participar desta reunião.

Eu vou tratar, em três pontos, da minha visão sobre a situação no mundo hoje e como entra o Brasil nisso.

Dada a limitação de tempo, os três temas de que vou tratar são: primeiro, a desordem econômica global; segundo, o impacto da crise sobre o nosso País e a reação que o Brasil está oferecendo e vou terminar com um capítulo sobre a visão prospectiva: como olhar o futuro.

Dentro desses três itens, vou levantar diversos aspectos da situação externa, da situação interna e da conjuntura, para que, se houver interesse depois,

a gente possa aprofundar. Dada a limitação de tempo, não vai ser possível entrar em muitos detalhes.

Em relação à ordem econômica global, eu acho que a situação que nós estamos vivendo hoje é muito peculiar. Estamos vivendo um momento de grandes transformações globais, com a transferência do eixo político-econômico do Atlântico para o Pacífico, com a negociação de um Acordo de Livre Comércio entre a China, a Coreia e o Japão, que representa um bloco maior que a União Europeia. Nós estamos entrando num mundo pós-ocidental e estamos vendo que os Estados Unidos estão reagindo a isso com uma nova estratégia política, militar, econômica em relação à Ásia.

O segundo aspecto é a crise econômica, tanto nos Estados Unidos, onde começou em 2008, quanto agora na Europa, e que vem afetando os países emergentes também. Quer dizer, estamos hoje com a Europa, numa crise não só econômica, mas política também, com a possibilidade da saída da Grécia. E isso tendo como repercussão a redução do crescimento nos Estados Unidos, um crescimento praticamente zero da Europa, e uma perspectiva de redução do crescimento dos países emergentes. Houve um relatório recente do Fundo Monetário que apresentava um otimismo cauteloso com a volta do crescimento. Eu, pessoalmente, sou mais pessimista. Eu acho que a Europa vai enfrentar um período aí de dez anos de crescimento muito baixo, vão ter eles uma década perdida como nós tivemos aqui na região.

O terceiro aspecto dessas transformações globais por que passa a economia mundial é a mudança do mapa da globalização. Tanto o comércio internacional quanto os investimentos estão mudando de lado, quer dizer, o comércio internacional está caindo, nós vamos ter um crescimento este ano de 2,3%, e o *drive*, a força motora do comércio está na Ásia, liderado pela China, a partir da demanda de *commodities* e de minérios. Os fluxos de investimento também estão mudando de orientação: hoje vêm mais da Ásia do que da Europa e dos Estados Unidos. Nós estamos vivendo uma crise do multilateralismo da OMC, na área política da ONU. Estamos tendo uma volta do protecionismo, inclusive da Europa agora, claramente anunciando medidas defensivas contra os países emergentes. E vamos ter uma redução dos fluxos de investimento. O Brasil, no ano passado, foi o segundo país que mais recebeu investimentos no mundo, depois da China, com US\$69 bilhões. Este ano, já vai ser sensivelmente menor.

Um quarto aspecto do mundo em que nós estamos vivendo é a grande importância que estão adquirindo os temas globais: comércio, meio ambiente, energia, mudança de clima, direitos humanos, e, em cada um deles, a voz do Brasil é crescentemente ou-

vida. E vamos ter agora, no próximo mês, a reunião na Rio+20, para análise do que ocorreu nesses últimos vinte anos.

E o último aspecto dessas transformações por que passa a economia e a política global é o grande desafio sobre a governança global. Eu não vou entrar na parte política da ONU, mas, como eu disse, a OMC, o próprio G20, que foi criado para que pudesse ter uma influência grande na governança global, está passando por um grande desafio, está paralisado – vimos na última reunião – e agora, no México, dificilmente vamos ver uma posição forte do G20, justamente porque não há consenso sobre as medidas a serem tomadas pelas economias desenvolvidas e em desenvolvimento. E isso também se torna mais difícil porque estamos entrando já, com a emergência da China, dos outros emergentes, num mundo multipolar. Acabou a unipolaridade, a bipolaridade. Nós estamos hoje num mundo onde existem muitos focos de poder, inclusive dos Brics, que, depois, se os senhores quiserem, a gente pode aprofundar.

O segundo ponto que eu queria mencionar é o impacto da crise e como o Brasil está reagindo.

O primeiro aspecto, como eu mencionei, é a desaceleração da economia mundial. A União Europeia deve crescer praticamente zero. Os Estados Unidos, se crescerem 2%, 2,5%, já vai ser muito bom. A projeção que se faz hoje, pelo Fundo Monetário, pela OCDE, é um crescimento da economia global de cerca de 2,5%. Isso terá efeitos sobre o Brasil. Nós já estamos vendo a redução das exportações, a redução dos fluxos de investimento, o contágio na área financeira, as linhas de crédito para as empresas brasileiras no exterior praticamente desapareceram. E nós temos, até maio, segundo dados que consegui, um investimento ainda da ordem de US\$27 bilhões, o que não é mau, dentro desse quadro.

O Brasil, sobretudo por causa da desaceleração da economia, também por outros fatores, registra uma queda dos preços das *commodities*. O que é interessante é que houve uma mudança nos termos de intercâmbio, nos termos de troca, com a valorização dos produtos primários e a queda do preço das manufaturas.

O Ipea publicou um dado interessante. Se nós tomássemos os termos de troca do Brasil em 2007 e agora, hoje nós não teríamos um superávit, como vimos no ano passado, de 30, e este ano um pouco abaixo de 30. Nós teríamos um déficit de US\$18 bilhões, segundo dados do Ipea. Os termos de troca caíram 7,7% até setembro passado.

O Brasil está respondendo a esse grande desafio da desaceleração, da mudança do cenário internacional, com uma atitude, na minha visão, defensiva. Eu

acho que o sucesso da política econômica até aqui e o sucesso das exportações – o senhor sabe que o comércio exterior brasileiro quadruplicou, de 2002 até agora –, os resultados positivos da economia e os resultados muito positivos do comércio exterior escondem as realidades que nós estamos começando a enfrentar agora e que estão ficando claras, que exigem algo mais por parte do Governo brasileiro.

A taxa de crescimento da economia começou com cinco, quatro, agora já é um pouco menos de quatro. Há economistas que acham que o crescimento, este ano, vai girar em torno de 3%, talvez menos que isso, o que mostra o efeito dessa expansão internacional.

Além disso, registramos – falando como Presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp, nós temos examinado muito isso lá em São Paulo –, hoje, há uma sensível queda do crescimento da indústria. Se os senhores pegarem os dados desses últimos três meses, a projeção que a Fiesp faz é de que, se nós crescermos daqui até o fim do ano 0,2% – quer dizer, o crescimento tem sido negativo –, a gente acaba com 0% de crescimento da indústria. Isso, evidentemente, possivelmente, não irá ocorrer.

Além da queda do crescimento da indústria, estamos com o comércio exterior também, que está crescendo, mas abaixo... Tanto a exportação quanto a importação estão crescendo, mas abaixo dos níveis do ano passado. As medidas que estão sendo tomadas são medidas *ad hoc*. São corretas, vão no sentido correto, mas na minha visão, são insuficientes para enfrentar o grande desafio que vem pela frente.

No caso da indústria, o problema da desindustrialização não é uma ficção, não é uma criação de economistas. Isso é uma realidade. Basta assistirmos às reuniões lá na Fiesp para ver o que isso significa.

Um dado apenas, para não dar muitos dados aos senhores: até a década de 80, a indústria representava 25% do PIB brasileiro; hoje, representa 14,5% do PIB brasileiro. O consumo interno brasileiro era atendido pela indústria brasileira em 80% a 85%. Hoje, o consumo interno é atendido pela indústria brasileira em 70% a 75%. O resto vem das importações, sobretudo das importações da China.

Outro aspecto importante que tem a ver com a desaceleração do crescimento, que tem a ver com a queda do crescimento da indústria, que tem a ver com essa estagnação do setor externo, é a perda da competitividade do Brasil. Em minha opinião, a perda da competitividade é o maior problema que o Brasil enfrenta hoje, porque é sistêmica. Não é apenas uma perda de competitividade da indústria ou do comércio exterior. É a economia inteira que está perdendo competitividade – nós podemos voltar aqui, depois, sobre

isso –, é o câmbio apreciado durante muitos anos, é a alta taxa de juros, coisas que agora estão sendo corrigidas. É o chamado custo Brasil.

Eu não vou entrar em detalhes aqui, mas os senhores sabem do que estou falando. É o problema trabalhista, o alto custo para as empresas, a infraestrutura, a ineficiência dos diferentes setores que entram na questão da produção. Enfim, tudo isso que nós sabemos, o alto custo e a complexidade da economia brasileira representam esse custo Brasil.

Além do mais, por uma série de razões que têm a ver com o aumento do salário acima da inflação, acima da produtividade, o crescimento da produtividade aqui no Brasil é muito baixo. De 1950 a 2009, a média do crescimento da produtividade brasileira é 1,3%. Eu estava lendo no avião, agora, no último *The Economist* que recebi hoje cedo, que a China, de 1990 a 2008, cresceu em média 9%. Os Estados Unidos crescem, a produtividade cresce, em média, 6%, e nós estamos crescendo, nos últimos cinquenta, sessenta anos, 1,3%, o que explica muito do que estamos sofrendo.

Como eu disse, as medidas que foram tomadas para enfrentar a crise estão repetindo o que foi feito com grande sucesso em 2008. Como eu disse, eu acho que as medidas vão no caminho correto, mas elas, em minha visão, não são suficientes porque elas estão baseadas na expansão do mercado interno, na redução dos juros, na depreciação do câmbio e em medidas *ad hoc* que estão sendo tomadas em relação à previdência social. A medida da caderneta de poupança, que é muito apropriada, e a questão da defesa comercial são medidas que não têm uma visão de médio e longo prazo, quer dizer, não se resolve o problema da perda de competitividade fazendo mais restrições internas. E há exaustão do mercado interno, pelo endividamento das pessoas e a *exposure*, a exposição dos bancos, que estão chegando aos limites. Portanto, essas medidas de expansão do mercado interno, que deram muito certo em 2008, possivelmente, agora, vão ter um resultado menor, porque há cinco anos não havia a exposição interna dos bancos e nem o nível de endividamento das pessoas.

Estamos chegando ao limite do crescimento interno brasileiro. Nós podemos entrar depois nisso. Nós temos fatores externos, fatores internos e fatores conjunturais que influem para limitar o nosso crescimento. Os fatores conjunturais, como eu mencionei, a queda das *commodities*, que reflete sobre a *performance* do comércio exterior, a volatilidade dos preços, os limites ao crédito interno, o crescimento negativo da indústria, o endividamento das famílias, dos bancos, como eu mencionei.

Os fatores estruturais são o que nós já discutimos muitas vezes, e esta Casa tem discutido também; essas são as medidas que estão afetando demais o comportamento das empresas: o alto custo dos tributos para as empresas, a questão da previdência social, o custo da energia. A energia, hoje, no Brasil é das mais caras do mundo; está afugentando investimentos porque ninguém consegue fechar as contas com o custo da energia do jeito que está. E, para não repetir também os detalhes, o custo que representa para as empresas a ineficiência da infraestrutura. Nós temos que evoluir desse modelo de expansão do mercado, que está se esgotando, para um modelo baseado no investimento e na poupança. Enquanto aqui no Brasil nós mal chegamos a 19%, na China, só na infraestrutura, na construção civil e na construção de plantas de fábricas, o investimento é de 48% do PIB.

Para encerrar esta segunda parte e concluir, a percepção externa sobre o Brasil está mudando rapidamente. Eu estive recentemente no exterior, pude avaliar, recebi muitos comentários, e todos focando na necessidade dessas mudanças internas. O fator externo, para nós, seria controlável se nós fizéssemos essas mudanças internas que são importantes.

Eu recebi – só não vou entrar em detalhes também – um relatório de uma empresa de consultoria internacional chamada Monitor International e eles fizeram um relatório sobre o Brasil. O título era: “Brasil: a festa terminou”. O *Foreign Affairs*, que circulou agora, publicou um artigo também, dizendo “*Bearish on Brazil*”, quer dizer, em termos de bolsa, o *bearish* é o para baixo e o *bullish*, para cima. O *The Economist* da semana passada tinha uma página inteira sobre o Brasil na mesma linha, de que o Brasil estava chegando no limite do crescimento. A empresa Bloomberg fez um estudo sobre ambiente de negócios em 50 países; o Brasil é o 50º. O Banco Mundial fez um estudo com 140 países, o Brasil é o 126º.

Então, a percepção externa do Brasil – a gente não deve se iludir – está mudando. Isso é responsabilidade nossa. Nós temos que enfrentar as nossas fraquezas e assumir a necessidade de responder aos desafios.

Para encerrar, também a gente pode discutir depois, vou ler apenas uns itens que anotei aqui, a gente pode falar sobre cada um deles muito, que é a visão prospectiva.

Na minha opinião, o Brasil, antes da estabilidade econômica era difícil você pensar em termos estratégicos, estava todo mundo vivendo para fechar a folha de salário para pagar a conta no fim do mês.

Hoje, não. Hoje, nós temos uma inflação sob controle, temos uma estabilidade econômica, os indicado-

res macroeconômicos, todos, na maioria, estão bem. Então, não vejo por que o setor privado, o Governo não ter uma visão de médio e longo prazo. Esse é um dos grandes problemas que a gente enfrenta.

O Brasil, hoje, dentro dessa visão prospectiva, tem que levar em conta as incertezas e a volatilidade da economia global, como eu mencionei. Tem que levar em conta a instabilidade política no cenário internacional. Nós estamos vendo a situação no Oriente Médio, que de uma hora para outra pode trazer consequências tremendas do ponto de vista, por exemplo, do preço do petróleo. Depois, os desafios geopolíticos, geoeconômicos que o Brasil está enfrentando estão a exigir ajustes na nossa política econômica e na nossa política externa. O que o Brasil quer do mundo? O que o Brasil quer da relação com a China? O que o Brasil quer da relação com os Estados Unidos? O que o Brasil quer da relação com a Europa?

Eu confesso que ouço pouco debate sobre esses pontos, que são cruciais. O Brasil mudou de nível. O Brasil hoje joga numa outra liga, e a expectativa sobre o que o Brasil fala, sobre como o Brasil vai atuar aumentou, e está faltando essa visão estratégica por parte do Governo, por parte dos empresários, por parte dos trabalhadores. Eu acho que esses encontros que o Presidente Collor tem realizado aqui vão um pouco nesse sentido, para a gente examinar as coisas, qual é o cenário, por onde o Brasil deveria ir. E eu acho que o Brasil, o Governo brasileiro, nesses próximos anos, por causa da crise internacional, da mudança desse quadro, vai ter que enfrentar desafios que não foram enfrentados até aqui. Nós estamos entrando em um mundo pós-ocidental. Muito pouca gente está se dando conta disso.

O que estamos fazendo para enfrentar um mundo que não é mais Estados Unidos e Europa. É um mundo que é voltado para a Ásia. Como é que os nossos produtos vão chegar à Ásia? Como é que se faz a integração física para chegar aos portos do Pacífico? Eu acho que isso, na minha visão, não está sendo enfrentado.

Agora, estamos começando a falar em inovação. Há uma discussão recente que fala que a nova fase da globalização é essa, é a inovação. Como é que vamos enfrentar a inovação sem investimento ou com investimento baixo? Nós temos que enfrentar a realidade e passar a buscar uma nova estratégia para o crescimento, aumentando o investimento, a poupança. Não tem outro jeito. Eu não sou economista, mas tenho alguma experiência nessa área; não tem segredo, você não consegue aumentar o investimento, aumentar a poupança aumentando o gasto público. Não existe isso, não fecha o círculo, tem que reduzir o gasto público.

E para encerrar, o Brasil não é uma ilha, o Brasil está inserido em um contexto. Nós estamos aqui na América Latina – e também isso a gente pode discutir depois – e o regionalismo hoje está presente em todo o mundo, na Ásia, na Europa, na América do Norte, só não está presente aqui na América do Sul. Nós estamos vivendo uma crise no processo de integração regional, no Mercosul, há um esvaziamento do Mercosul, e, na minha visão, o Brasil não está nem com uma estratégia de negociação comercial com a região nem com o mundo, porque, nesses últimos dez anos, quando mais de cem acordos comerciais foram negociados – e agora, como eu disse, China, Japão, Coreia, Estados Unidos, Europa, Estados Unidos e Asean estão negociando, o Brasil, nos últimos dez anos, negociou três acordos: um com Israel, que o Congresso ratificou; um com o Egito, que não foi ratificado; e um com a Autoridade Palestina. Os três acordos, sem nenhuma relevância comercial para o Brasil.

Então, quando se olha para o futuro e se encaram os desafios, nós temos a medida da tarefa que está pela frente. Eu acho que chegou a hora de nós encararmos esses problemas, e o Congresso, com as suas comissões, com a visão que deve ter sobre os problemas brasileiros, terá um papel importante para resolver esse dilema que estamos enfrentando: a paralisia ou avançar e enfrentar esses desafios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Embaixador Rubens Barbosa.

Passo a palavra, agora, a S. Ex^a a Ministra Dorothea Werneck.

A SR^a DOROTHEA WERNECK – Obrigada, Presidente.

Duas coisas me impressionaram muito na apresentação do nosso Embaixador. Primeiro, uma lista completa de uma agenda quase, eu diria, infundável, a qual eu assinaria embaixo do primeiro ao último item. E o segundo, não é um certo pessimismo, é um enorme pessimismo. Talvez o meu desafio seja maior do que nunca o de tentar levantar um pouco e entender um pouco melhor...

O SR. RUBENS BARBOSA – Eu não sou pessimista não, eu sou realista!

A SR^a DOROTHEA WERNECK – Está bem, está bem. Então, realista demais!

De qualquer maneira, eu vou tentar, talvez, ajudar um pouco no debate e depois focar mais especificamente nas questões de comércio e investimento.

O que está por trás disso? Por que a gente está vivendo este momento de ansiedade e com tantos pontos de interrogação?

Eu me lembro que eu ainda estava aposentada, em 2008, quando surgiu a crise. Tive a oportunidade de ficar acompanhando na CNN, na BBC, toda aquela discussão inicial do trauma que estava sendo aquela grande crise se espalhando pelo mundo. E algumas coisas me chamaram a atenção, que estão se concretizando hoje.

A primeira é a questão do tempo. Foi feita uma comparação muito grande com a crise de 29, e a crise de 29 teve fim mais ou menos em 1937, demorou em torno de oito anos. Então, não foi uma coisa rápida. E, ligada à questão do *timing*, uma enorme incompreensão, inclusive dos economistas – eu sou uma economista e falo isso em casa – para tentar entender, explicar e encontrar a saída dessa história.

Lembro que o grande mentor da saída da crise de 29, que apontou o rumo, foi Keynes, e o livro de Keynes foi em 1935, a crise foi em 29. Quer dizer, essa mesma perplexidade que aconteceu lá não tem por que não acontecer agora, e está acontecendo agora. E não é só do mundo acadêmico, do mundo dos economistas, mas é também do mundo dos tomadores de decisão.

Lá em 2008, lembro-me bem de várias intervenções do Presidente Obama dizendo claramente que não tinha muito ideia do que fazer; colocaria em prática um pragmatismo. Isso significava o seguinte: tomava a decisão; deu certo, aumenta. Deu errado: recua.

E nós estamos mais uma vez com a mesma lógica de um pragmatismo naquele rebatimento da crise de 2008, que agora é o acirramento da crise da Europa. Ninguém sabe direito, se a Grécia sair da moeda do euro, o que vai acontecer. Tem palpites, mas não temos o ferramental e o instrumental para entender, pelas razões óbvias, até mesmo enfatizadas pelo nosso embaixador, que o processo de mudança é muito violento, não é só econômico, não é só político, não é só diplomático. É mudança de eixo, é mudança de liderança, quem é que está dizendo alguma coisa que faça sentido. É a Merkel ou não é a Merkel? De repente, era. Agora, ganhou o novo presidente francês e já não é mais. Quer dizer, o jogo das lideranças internacionais, hoje, eu diria que é mais próximo de um vazio do que a gente ter clareza de para quem que a gente olha para entender melhor as coisas e buscar, pela liderança, um rumo.

Então, o nosso desafio – e começo a vir para o Brasil – é como podemos viver e viver bem num momento de insegurança, num momento de incerteza, num momento em que a gente pode ter uma notícia hoje e outra amanhã, em sentidos completamente opostos.

Isso é o risco que estamos correndo, e eu acho que ele está, na prática, acontecendo, é que muitas vezes, como disse o nosso Embaixador, nós focamos

no curto prazo, nós focamos em qual vai ser a taxa de crescimento do ano de 2012, e as questões do tipo “qual é a nossa tendência de crescimento?”, ou uma pergunta feita de uma forma mais bonita, “para onde queremos ir?”, elas passam para segundo plano. Então, recolocar o Brasil neste cenário internacional, rever a nossa história a partir daquilo, de um mundo em transição, respondendo à pergunta, com a qual eu concordo, “o que é que nós queremos?”.

Durante dez anos, quinze anos, vinte anos, era muito fácil botar a culpa na China: “A coisa dá errado por causa dos chineses”. Eu acho que hoje está acabando isso, não é? Até mesmo porque a China mudou e mudou para uma situação hoje... O Japão da década de 60 que virou Japão da década de 80 é a China da década de 80 que virou a China do início do século XXI; está competindo em alta tecnologia. Então, nós não podemos mais falar que é um produto porcaria, barato, que é a exploração da mão de obra. Que não é. A gente já sabe que o salário está aumentando.

Estamos perdendo a quem culpar – graças a Deus. Porque na hora que a gente tem a quem culpar, a gente não faz mais nada, está certo? A culpa é do outro e pronto. Eu vou dormir, aparentemente, feliz.

Agora a culpa é da Grécia. Imagina! Está certo?

Então, essa estratégia ou essa tática de buscar culpado pode ajudar na sobrevivência, mas não ajuda na solução.

E eu estava até conversando agora, antes de começar a nossa Mesa, e chamando a atenção para uma coisa curiosa, Presidente: eu me lembro muito bem da década de 80 e até mesmo da década de 90 – aqui é uma crítica construtiva. Nós tínhamos, no Congresso Nacional, os economistas de diferentes partidos – Delfim Netto, José Serra, Mercadante, cada partido tinha o seu –, que polarizavam a discussão econômica. E eu confesso, como cidadã brasileira, que eu sinto falta disso hoje.

Onde estamos? Quais são as alternativas?

Eu dou até um desconto, para ser coerente com o que eu falei: é porque também não deve ter muita ideia de onde é que está também não. Está certo? É pedir muito que esses economistas venham com um modelo desenhado, pensado: “A saída é por aqui”.

Então, nessa situação e buscando, então, como é que o Brasil pode seguir adiante, uso aqui um pouco da minha experiência, que está sendo muito interessante – um pouco não: bastante –, de, depois de quase 30 anos no Governo Federal, estar hoje na experiência de um Estado, como Secretária de Desenvolvimento Econômico de Minas, onde a gente pode ver os dois lados. Isso dá um aprendizado espetacular. Espetacular! E lá as coisas têm que acontecer. Tanto

na parte de comércio, quanto na parte de investimento, nós estamos permanentemente acompanhando e vendo como é que nós podemos lidar em um Estado que é tremendamente afetado pelo preço de *commodities*, porque é mais de 50% da exportação brasileira de minério de ferro e 67% da exportação brasileira de café. Então, as flutuações internacionais batem direto ali nos nossos resultados.

Mas é um Estado que, ao mesmo tempo, está conseguindo fazer uma captação de investimento extremamente interessante.

E o que estamos percebendo no dia a dia, no pragmático, nas coisas acontecendo? E me permitam fugir um pouco do absolutamente compreensível, explicável, porque, senão, a gente não fala do macro, do agregado. Fugir um pouco da média. Na média, a gente cresce 2,7%. Na média, a gente exporta não sei quanto. Na média... E a média é trágica! A gente usa muito a brincadeira: o pé no congelador e a cabeça no forno, na média, a temperatura é ótima! Então, olhar para o Brasil, olhar para cada um dos Estados, e, dentro dos Estados, olhar para suas regiões, vendo as diferenças, tem nos ajudado tremendamente. Tremendamente! Quer dizer, o impacto que tem a mudança de preços de *commodities* vai afetar direto vários Estados.

A discussão sobre o câmbio hoje pode ser benéfica para alguns Estados e pode ser extremamente complicada para outros, como pode ser também benéfica para um setor e péssima para outro. Não há consenso, por exemplo, de que essa recuperação do câmbio é ótima. Sabe onde? No segmento de joias. O pessoal está pagando mais. Para todas as indústrias, para todas as empresas que têm uma alta proporção dos seus insumos importados, é péssimo que o câmbio agora já esteja em torno de R\$2,00. Se olharmos para o lado das exportações, é uma maravilha para aqueles que exportam e não têm um peso grande ou se anulam com seus produtos importados.

Então, se olharmos de forma diferenciada, se tentarmos levar em conta o que cada segmento, o que cada Estado, o que cada unidade da Federação pode encontrar de caminhos, talvez a gente comece a pensar um pouco melhor e um pouco menos cautelosamente sobre o momento que nós estamos vivendo.

Deixem-me entrar com um pouco mais de detalhe e, com isso, eu termino.

Por que alguém investe no Brasil? Muitas vezes, quando nós falamos do fluxo de 67 bi, mais da metade desse fluxo é financeiro, do setor financeiro. Mas quem é que está botando dinheiro na sementeira, quem está botando dinheiro na indústria automobilística, quem está investindo no segmento de alimentação, quem está investindo na nova economia? Há investimento,

sim. Está acontecendo em vários segmentos: na tecnologia de informação, na nanotecnologia, no segmento de fronteira, de ponta.

O que o investidor basicamente olha é visão de médio prazo. É perspectiva. Ele não toma a decisão em 2012 com o que está acontecendo em 2012; ele toma decisão em 2012, olhando para 2015 ou 2016, que é quando a indústria, se for grande, vai entrar em operação, e 10, 15 anos, que é quando ela vai começar a recompor e pagar o seu próprio investimento. Nesse caso, a imagem do país é importantíssima. Só que eu dou um desconto. Quando você começa a mexer em câmbio e começa a mexer em taxa de juros, não há uma pessoa, e estou dizendo de uma família, um investidor que não pare para pensar: “Mas como, baixou a taxa de juros e não aumentou os financiamentos?”, a não ser agora com o feirão, por causa do IPI etc? Mas é claro, gente. Se eu vou tomar um financiamento e está no ar, nós estamos lendo, estamos escutando que provavelmente a taxa de juros vai cair ainda mais, por que eu vou tomar um financiamento hoje? Quero ver se vai cair ou não vai cair mesmo. Com o câmbio é a mesma coisa. O câmbio pulou aí de um padrão de 1,70 para 2,00. Vai ficar? Na minha comparação internacional para investir no Brasil, era péssimo quando nós estávamos com o dólar a 1,50, mas não é por questões financeiras, é pelas questões de comparação internacional. Pega a mesma remuneração, US\$300. Se eu estou medindo com o dólar de 1,50 eu estou falando de R\$200,00. Se eu estou falando com o dólar de 2,00, eu estou falando de R\$150,00, e vice-versa. Na comparação internacional, que é feita em dólar, a taxa de câmbio varia, faz diferença, que estou dizendo. E a taxa de câmbio que vou comparar a minha decisão de investimento, vai ser quanto? Vai ser 2,00 ou 2,20 ou recua para 1,80?

Então, há uma natural paralisia, e essa paralisia vai acontecer enquanto não der tempo para ter clareza para onde vão essas variáveis. Então, é querer achar muito que a gente está fazendo hoje alguma coisa em janeiro, fevereiro e março e que em junho nós já vamos ter resultado. Não consigo, não sei e não vou me meter a dizer: precisa de quanto tempo. Precisa de alguns meses, até parar de flutuar. Enquanto isso não acontece, o consumidor, os banqueiros, os investidores brasileiros e estrangeiros vão ficar: “Espera aí, onde é que estou? O que vai acontecer? Qual é o número?”. Então, essa é uma questão que eu acho que nós devíamos olhar, aproveitar este momento desta indefinição ou desta incerteza e, aí sim, começar a pensar nas medidas de médio e longo prazo.

E aí eu sinto até um otimismo exagerado, Presidente, porque acho que alguma coisa nós já avançamos

no Brasil. Hoje, praticamente, a gente tem consenso no que fazer. Ninguém mais discute se precisa de educação – claro que precisa –, inovação – claro que precisa –, baixar a carga tributária – mas é claro que precisa –, melhorar a infraestrutura do País – mas é óbvio que precisa. Eu não consigo achar, assim, uma grande questão brasileira que tenha discordância. Qual é o problema? É o como fazer; como vamos fazer tudo isso que estamos colocando na mesa. E aí, sim, é um debate político, sério.

Vou trazer um ponto para dar como exemplo. Nós podemos avançar um pouco mais rapidamente se nós colocarmos o federalismo na prática e passar a atribuição das melhorias na área de infraestrutura para os Estados. Por que não? Por que tem que ser concentrado?

Eu me lembro, à época eu era funcionária do Ipea, em 1987, quando, às vésperas da mudança da Constituição de 88, houve – vários dos senhores devem lembrar – a famosa Operação Desmonte. Nós éramos seis pessoas lideradas pelo nosso então secretário de Receita Federal. E qual era a grande questão? O que é da competência do Estado e vai dinheiro para o Estado, e o que é competência da União e vai dinheiro para a União. E eu me lembro que uma das coisas, na época, em que houve recuo do Governo Federal, foram creches. Não quero fazer nenhuma crítica, mas voltou, de novo, a ser creche uma atribuição federal.

Os senhores têm colocada na agenda uma discussão de endividamento dos Estados. Isso é uma discussão de federalismo. Os senhores têm colocada na agenda uma discussão dos *royalties*. Isso é uma discussão de federalismo. Então, o como fazer. Uma possibilidade, um tema que estou colocando aqui no painel, que é: está bem, vamos dar mais espaço para que os Estados consigam fazer enfrentar os dilemas em que nós estamos? Na hora que nós falamos da questão tributária e que há consenso, há tributos federais, estaduais e municipais e mais uma série de outras questões que são do financiamento, por exemplo, o imposto sindical. Envolve também fora dos três níveis de governo, e é uma briga feia. Na hora que vêm aqueles estudos, que o custo de mão de obra é 100%, vai dar uma olhada lá o que tem. Um monte de contribuição que vai do próprio setor privado.

Então, o como fazer certamente é o nosso grande desafio. Eu acho que é o momento da oportunidade, dada essa transição que nós estamos vivendo muito bem explicitada pelo nosso Embaixador Rubens Barbosa. Nós temos que redefinir a nossa posição no cenário internacional e certamente as questões não são simples, mas, como gostamos de dizer: se o problema não é para valer, não é bom. Precisa-se mesmo é de

desafio, de tentar passar para frente. É aquela velha história: vamos parar de querer entender o diagnóstico e começar a passar para a solução. Como eu gosto de dizer sempre: eu odeio problema, mas eu amo solução. Então, é o olhar para frente que é a tradução disso. Encontrar esses mecanismos, essas formas para aquilo que hoje já é consenso da gente identificar, do como fazer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a a Ministra Dorothea Werneck pela sua exposição.

Passo agora a palavra a S. Ex^a o Embaixador Marcílio Marques Moreira.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu já lhe tinha pedido permissão para iniciar a minha exposição de uma maneira um pouco diferente, fazendo uma pequena homenagem, porque hoje é o centenário do nascimento de Walther Moreira Salles. Quem fala em relações exteriores, quem fala em crises, eu acho que tem que se lembrar de Moreira Salles.

Moreira Salles formou-se advogado no Estado de São Paulo, e, nem bem tinha terminado o seu curso, e isso foi no começo da década dos trinta, a grande crise do café. O pai dele era um comerciante do café, então, houve a crise. O pai passa para Moreira Salles todo o negócio e se retira.

Então, ele com vinte e poucos anos assume e consegue. Como? Consegue criando confiança, e ele vai levar toda a vida dele nessa base, sempre dirigindo o seu banco, mas, quando chamado, deixando o banco e indo para servir ao País e voltando quando termina isso.

A primeira chamada foi pelo Presidente Getúlio Vargas para instalar a Sumoc, que é o embrião do Banco Central, é uma coisa extremamente importante.

A segunda, para ser Embaixador em Washington, para melhorar a nossa presença lá, era a época ainda da negociação ou logo depois da negociação que levou à Comissão Mista Brasil–Estados Unidos, Comissão esta que procurou resolver os “gargalos da economia” e encontrar os pontos de irradiação. Fez isso de uma maneira muito positiva.

Depois foi chamado pelo Presidente Juscelino Kubitschek – aliás esse episódio até parece um pouco paradoxal, porque Juscelino, no jardim, festejava ter repellido o Fundo Monetário Internacional. E, dentro do Palácio, chamava Walther Moreira Salles para convidá-lo a ser Embaixador em Washington e reatar as relações com o Fundo Monetário. Não deixa de ser paradoxal. Aliás, o filho dele, eu não teria dito se o filho não tivesse dito também ontem, publicado no *Estadão*.

Finalmente, foi depois Embaixador, como eu disse, de Juscelino Kubitschek e, com João Goulart, Ministro da Fazenda. Antes disso até, junta-se também a Jânio Quadros, porque ele dirigiu a reestruturação da dívida brasileira, em que ele só ofereceu uma coisa: confiança. Confiança praticamente pessoal. Só para ver a diferença, menos de dois anos antes, um ano e pouco antes, outro Ministro da Fazenda, do governo anterior, pediu US\$200 milhões, nessa negociação de volta foram US\$2 bilhões; o governo pediu US\$200 milhões ao Tesouro, o Tesouro disse: muito bem, quais são as garantias? Ouro. Muito bem, então tragam aqui a Fort Knox, depositem aqui, e lá foi um cruzador brasileiro levando o nosso ouro. Isso está descrito, eu estava lá, conheci, mas está descrito nas memórias de um então chefe, nosso representante no Fundo Monetário Internacional, Maurício Bicalho. Ele escreveu suas memórias.

Foi em 59. E Jânio foi em 61; foi em 59, começo de 60. Então, a diferença é enorme, de modo que é uma pessoa que realmente viveu totalmente essa inserção na economia mundial na Europa, nos Estados Unidos, no Japão, foi várias vezes ao Japão, fez lá um grande acordo também no Japão.

Eu mesmo acompanhei, trabalhei com ele na Embaixada em Washington, depois no Museu de Arte Moderna, também um episódio interessante, porque ele vivia me convidando para trabalhar com ele, trabalhava no Itamaraty. Eu dizia: “Não, tenho esse outro compromisso”. Uma vez ele chegou e disse: “Olha, agora você não vai poder dizer não, porque não vai receber nada. Tem que ser o diretor financeiro do Museu de Arte Moderna”. Três anos lutei lá, depois acabei, em 68, trabalhando no próprio... Em 68, um ano difícil, fui trabalhar no próprio Unibanco.

Eu acho que essa homenagem era muito própria, sobretudo nesta Comissão, Sr. Presidente. Eu agradeço a sua benevolência.

Como disseram os dois palestrantes que me antecederam, nós estamos num momento de transição. Eu acho que isso realmente é o ponto importante: transição. Inclusive transição não é uma coisa que vai continuar, realmente é uma coisa que está preparando algo novo. Agora, é uma coisa incerta. Então, você tem duas descrições: incerteza e complexidade. Então, não é possível dizer nada assim peremptório, “vai ser assim”. Não. É uma história aberta. Mas temos de procurar, se não projeções, ao menos cenários, cenários possíveis. Transição, por quê? Porque houve movimento enorme de placas tectônicas; a entrada da China, por exemplo, na economia mundial, foi mudança de uma placa tectônica.

Quando estudei, no Rio Branco, economia com os grandes professores que tinham acabado de chegar

dos Estados Unidos, tínhamos duas afirmações sobre o subdesenvolvimento: primeiro, que havia uma deterioração secular dos termos de intercâmbio das *commodities* e, segundo, que os fluxos de capital iam dos países centrais para a periferia porque havia capital demais. O que quer dizer capital demais? É o que hoje o Bernanke chamaria de *savings glut*, que é o que a China tem. Quer dizer, capital demais, e então exporta para os Estados Unidos. E se fez essa enorme relação, uma relação incestuosa entre os Estados Unidos e a China, porque a China só pode crescer realmente por causa do consumidor americano, que não podia pagar. Então, a China ia lá e “bom, então eu compro os títulos americanos”, que era o pagamento. Aí as companhias americanas disseram “estão competindo comigo; então eu vou lá e vou produzir”. Então, as coisas deixaram de ser *made in The United States*, mas, sim, *created in The United States* e *made in China*. Então é uma simbiose realmente incestuosa.

Mas é muito importante a gente compreender que essa transição está em curso. No Brasil, eu acho que nós temos, razoavelmente, compreendido isso. Tem havido... Indo um pouquinho para a história, desde 1750 a Inglaterra assumiu a hegemonia naval, mas ela só foi totalmente hegemônica depois de 1815, quando venceu Napoleão. E foi assim até 1870 a 1914, nesse período, entre a guerra Alemanha–França e 1914, começaram a aparecer a Alemanha, de um lado, tentando a hegemonia continental, e os Estados Unidos realmente desafiando a hegemonia naval da própria Inglaterra.

Então, foi uma grande mudança. O que o Brasil fez? O Barão do Rio Branco pegou quem era o principal Embaixador do Brasil, o Sr. Joaquim Nabuco, em Londres, e o transferiu para Washington e fez com que os Estados Unidos aceitassem uma embaixada, que foi a primeira embaixada realmente lá nos Estados Unidos. Então, acho isso extremamente importante.

O importante é realmente ter sentimento dessas mudanças e agir. E qual foi... Durante a guerra, nós tivemos, ainda... Antes da guerra, da Segunda Guerra, Getúlio Vargas, sabe-se, ficou um pouco entre a Alemanha e os Estados Unidos, mas tomou a decisão acertada quando tinha que ser, e a Argentina tomou a decisão errada e sofreu muito com isso. A Argentina não é membro fundador das Nações Unidas.

Mas outra grande mudança evidentemente foi em 1989, com a queda do muro de Berlim, com o desmanche da União Soviética, e aí eu acho que foi no Governo de V. Ex^a que o Brasil se abriu. Fala-se muito, e com grande razão, com grande justiça, na estabilização da moeda. Mas o que antecedeu isso? A abertura. Se não tivesse havido a abertura, primeiro, não haveria a base de divisas das reservas que houve

na época, quando foi feita a estabilização da moeda. Se não tivesse feito a abertura, teria se repetido o que ocorreu no plano anterior, do Presidente Sarney, em que faltou o que as pessoas passam a ter com uma moeda estável, que é consumir com aquela moeda. Mas faltou. Então, aí houve a possibilidade de importação. Então, acho que a abertura realmente foi uma resposta a essa mudança grande.

A abertura não é só a abertura que houve em relação às tarifas externas, às tarifas aduaneiras, mas é muito mais do que isso. Faz-se a crítica de que essa queda das tarifas ocorreu sem contrapartida, mas a quem interessa mais ter tarifas baixas? É ao país que está exportando? É ao país que está importando. São os patriotas, os seus cidadãos que podem comprar um bem mais barato e, sobretudo, um bem melhor. Quer dizer, pode comprar um carro ao invés de uma carroça, pode comprar um computador ao invés de sei lá o que era. Então, a abertura à informática, a abertura comercial, a liberalização comercial...

Eu assisti a um Presidente do Supremo Tribunal Federal, quando era Embaixador em Washington, praticamente ter de sair porque não tinha um cartão de crédito, não aceitaram o cartão de crédito dele e foi uma coisa complicada entrar em um hotel em Washington.

A liberação cambial foi importantíssima. Acabou-se o controle de preços. Quer dizer, quando o Plano Real veio, não havia mais o controle de preços. A informática já havia. O problema das patentes: como se pode ter um país sem respeito à propriedade intelectual? Tudo isso fazia parte da abertura.

A Rio-92 – fala-se agora da Rio+20 – foi uma mudança total iniciada, é verdade, no governo Sarney – é preciso dizer isso. Mas quando eu cheguei a Washington – eu cheguei em fins de 1986 –, era proibido a um embaixador falar com as ONGs que tratavam de meio ambiente ou de direitos humanos, porque era considerado algo de soberania nacional e seria quase uma traição falar com elas. Então, isso tudo mudou totalmente essa inserção do Brasil.

E San Tiago, em 1952, fez uma série de conferências na Escola Superior de Guerra sobre poder nacional, na época do Castelo Branco, que mudou, inclusive teve um impacto sobre o que a Escola Superior de Guerra passou a ensinar em termos de poder nacional. Mas ele, naquela época, já dizia que a principal coisa para um país como o Brasil, cuja subsistência não dependia dos outros e que não tinha nenhum problema de subsistência, de ter um território – como o Hitler dizia *lebensraum* – não precisava, era realmente os nossos grandes problemas internos – e continuam a ser internos. Acho que isso que a gente deve...

Tanto Rubens Barbosa quanto a Dorothea falam nisso; um é um pouco mais pessimista; a outra, um pouco mais pragmática, não sei. Mas os dois se dizem realistas. Acho que realmente o Brasil é o principal.

Nessas mesmas conferências, San Tiago dizia que o que faz a força do Brasil numa negociação multilateral é ter a legitimidade do seu lado. Então, você tem de dizer “eu fiz isso”, “estou fazendo”, “isso está acontecendo”, porque é muito importante.

Por isso é importante nos termos essa visão de que falava a Dorothea, a visão de longo prazo. Nós estamos muito presos ao “curto-prazismo”, e não é só de governo. O governo tem as eleições a cada dois anos, mas o empresário tem o balanço, até o balancete trimestral agora; então, está mais interessado no balancete trimestral do que realmente no futuro. É muito importante recuperar essa visão de longo prazo. Inclusive, o fato de se optar por consumo, e não investimento, significa uma decisão de fazer alguma coisa hoje, consumir hoje. Investimento, não. Está-se pensando no futuro. Por isso que a nossa poupança é baixíssima. O investimento é baixíssimo. Estamos com poupança a 16% do PIB, o investimento às vezes chega a 20%; não chegou nos últimos anos. Isso seria uma coisa extraordinária. Então, é muito importante.

Uma última observação que eu queria fazer, um pouco discordando do Rubens. Não estamos entrando no mundo não ocidental. Estamos entrando no mundo pluralista. É um mundo em que tem que haver respeito de todas as crenças. Quer dizer, não vamos nos tornar budistas e deixar de ser ocidentais cristãos. Não há isso. Inclusive o Cristianismo, até o Catolicismo, está crescendo mais é na África e na Ásia. Hoje há muito mais vocações na África e na Ásia do que na Europa, por exemplo. Acho que nem é um mundo multipolar. Acho que é realmente um mundo sem polo. Quer dizer, ninguém está substituindo os Estados Unidos. Os Estados Unidos vão continuar; a China tem problemas muito maiores do que os Estados Unidos têm. Ao mesmo tempo, há vários polos. A Europa não vai acabar por causa do problema da Grécia, que é 2% do PIB. A Europa passou por duas guerras mundiais, passou por Guerra dos Trinta Anos, e acabou resolvendo. Acho que é ingênuo achar que a Europa vai acabar ou que o Ocidente está acabando. Agora, vai haver, sim, um respeito mútuo, mas muitos polos, não só polos de países isolados ou em aliança, mas também esses polos de organizações não governamentais, que cada vez mais vão ser chamados para opinarem.

Quando se fala no G20, sete organizações estavam presentes na última reunião do G20. Era o Fundo Monetário, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, a União Europeia, enfim. E ainda hou-

ve outra reunião, em que foram chamadas pelo G20 todas as organizações não governamentais. E isso é muito importante, esse G20 realmente representar uma realidade muito mais complexa, com muito maior capilaridade.

Então, acho que temos enormes desafios. Eu falaria que um dos maiores desafios nossos – e também muito maiores ainda para a China, o Japão e a Rússia – é a demografia. Lá não é explosão demográfica; é implosão demográfica, porque aquelas populações estão caindo; portanto, envelhecendo enormemente. E isso muda muitas coisas.

Temos o problema da energia. Acho que, no Brasil, temos que repensar isso também. Achar, por exemplo, que a parte da educação vai ser resolvida com o pré-sal é uma coisa totalmente desbaratada. Seria muito melhor investir, porque, antes de se ter um lucro no pré-sal, terá que se investir loucamente no pré-sal, e é uma coisa incerta também e muito complexa. Há energia, há o problema dos alimentos.

Em relação ao meio ambiente, vamos ter um grande desafio agora: o problema da água e o problema geral do conhecimento. Nós estamos chegando a uma civilização do conhecimento, a uma civilização do baixo carbono.

Então, realmente acho que nós temos que deixar esse “curto-prazismo”, deixar essas medidas, essas decisões. “Não! O pátio dos automóveis está cheio. Então, vamos fazer um IPI até não sei lá o quê e vamos dar essa vantagem.” Vamos pensar, inclusive, em cadeia produtiva. Propõe-se um IPI mais baixo, mas há uma cadeia: cadeia ascendente e cadeia descendente também. Não é só o que vai... Enfim, as peças etc. Depois, há toda uma capilaridade das oficinas, manutenção.

Eu acho que é muito importante ter isso em mente e procurar realmente olhar para o nosso País, que está... Há uns economistas que chamam isso de *middle in contract*, quer dizer, uma espécie de... Os países, quando chegam a US\$10 mil de renda *per capita*, tendem a ter dificuldade de subir, ficam ali presos. É muito importante que isso não ocorra aqui, porque, de certa maneira – tenho conversado sobre isso na Fundação Getúlio Vargas... “Não, mas o povo está votando para realmente... O povo gosta de consumir; eles estão satisfeitos.” É verdade. Mas o líder tem que olhar mais longe, e não apenas se contentar com essa popularidade do povo, mas realmente dizer: “Acho que você deve consumir sim, mas eu acho que você deve investir também para, inclusive, poder consumir algo muito mais importante no futuro.” E a educação, evidentemente, é um exemplo clássico disso.

Enfim, os desafios são grandes. O Bremmer falou em G20, G3, G7, G2, que seria Estados Unidos e

China, mas acho que nós estamos no G0. Nós temos uma grande dispersão, o que torna a incerteza maior e gera até um momento relativamente perigoso, porque não haver lideranças claras é algo realmente perigoso. Fica muito mais difícil construir um consenso quando não há, num grupo, um ou dois líderes que realmente conseguem, de certa maneira, harmonizar e mobilizar um consenso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Embaixador Marcílio Marques Moreira pela sua explanação.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente Senador Collor, senhores e senhora, amigos e amiga palestrantes, vou tentar responder, provocar e fazer perguntas a cada um e espero que o tempo não fique muito longo. Acho que essas três falas foram tão importantes que não podemos desperdiçá-las.

Primeiro, quero dizer que estou totalmente de acordo com o que colocou o Rubens Barbosa.

O crescimento baixo significa bem-estar baixo? Essa pergunta, para mim, não está sendo feita por aí, e ela precisa ser feita. Fala-se em perda de competitividade; esse é o grande problema que nós temos. É a perda de competitividade que impede o Brasil, independentemente de o real estar supervalorizado, de competir lá fora.

Mas eu creio, Embaixador Rubens Barbosa, que além de altos juros, impostos em deficiência, o que realmente deve caracterizar hoje a falta de competitividade é a falta de inovação. Inovação. Nós nos acostumamos com a ideia de que a baixa competitividade vem dos preços altos que decorrem dos custos altos de produção. Para mim, essa é a visão da competitividade a partir da produção. Mas existe uma baixa competitividade a partir da demanda dos produtos que nós fazemos. A elasticidade dos nossos produtos é baixa. Além disso, temos custos altos, mas, mesmo que a gente reduza os custos de produção, não vamos conseguir aumentar muito nossas vendas no exterior porque são produtos tradicionais que caracterizam hoje nossa balança comercial. Não se vai vender mais soja, mais ferro apenas porque o preço baixou.

O que a gente precisa vender são produtos novos, como estes aqui, bens para a indústria médica, como remédios, e a cada dia surge um novo, que criam demanda, e aí precisa-se de inovação. Essa inovação é um ponto fraco, nós não temos tradição nem gosto por inovar. Primeiro porque, como disse o Embaixador Marcílio Marques Moreira, isso exige investimento de médio e longo prazo, inclusive passar por educação,

que ficou fora do debate, salvo uma vez que a Dorothea citou a palavra educação. Exige longo prazo, mas exige uma cultura. Nossa cultura não só é imediatista, o que impede esse negócio de querer inventar o que os outros já inventaram, como também é de comprar prontas as tecnologias e os produtos novos que surgem. Nós nos deslumbramos com os novos produtos em vez de querermos nos deslumbrar com a invenção dos novos produtos.

Bill Gates não foi uma figura fundamental porque produziu muito computador, mas porque inventou o computador doméstico. Foi a capacidade dele de inventar. O próprio Ford não inventou o carro; inventou a maneira de fazer o carro a preços baratos. A inovação talvez seja o principal nó se a gente olhar no longo prazo. E estou de acordo com Marcílio Marques Moreira: que nós baixamos impostos para vender mais carros.

Semana passada, *The Economist*, que você citou, trouxe uma matéria sobre a Indonésia reduzindo vendas de automóveis. A Indonésia está criando entraves à venda de automóveis. Aí alguém diz: “Mas eles não devem produzir!”. Aí eu fui olhar aqui: eles produzem 560 mil automóveis por ano. É menos do que o Brasil, mas é um dos maiores produtores em escala mundial. Pois estão diminuindo, porque perceberam que, para produzir mais carro, precisam tirar dinheiro de outros setores para colocar na infraestrutura urbana, senão, as cidades param, como estão parando no Brasil; ou seja, começaram a olhar mais em médio prazo. E nós não conseguimos fazer isso.

A nossa produtividade, eu fiquei chocado, pois não estava alerta para este dado, é de 1,3%. A da China, pelo número que você deu, é sete vezes maior. Pode ir atrás. É uma questão de criatividade, de inovação em produtos novos e maneiras novas de produzir. Também gostei muito da sua expressão, que não é pessimista, mas realista, de que o crescimento está chegando ao fim. Esse modelo está chegando ao fim.

Vamos pegar um exemplo, a indústria automobilística. Claro que está chegando ao fim. Nós não vamos ter dinheiro para fazer dois andares por tudo que é lado, nem fazer como Boston, que criou uma cidade por baixo para os carros passarem. Vamos fazer, aqui e ali, um viaduto, aqui e ali, uma dessas experiências trágicas que são os minhocões, esses elevados, mas não vamos conseguir investir o suficiente para que a nossa produção de automóveis continue crescendo no ritmo que está, sem falar no endividamento das famílias ao comprarem carros! Não adianta apenas baixar juros se as famílias não têm condições de pagar suas dívidas. Todos os dados estão mostrando que isso vem sendo dificultado.

E aí eu queria falar do que, para mim, é mais importante: a solução de cada problema hoje traz outros. O americano e os ingleses têm uma palavra: *conundrum*. *Conundrum* é um emaranhado, é como se fosse um labirinto lhe abraçando. Nós estamos vivendo isso. Baixa-se o câmbio, a Prof. Dorothea mesmo lembrou, aumentam-se os custos dos insumos e traz inflação. Não tem jeito de não trazer inflação se a gente desvaloriza; se não desvaloriza, industrializa. Estou de acordo que, de fato, está havendo esse processo de desindustrialização.

Nós queremos baixar juros, claro que tem que baixar juros, mas reduz o fluxo de capital para cá. Nós queremos, por exemplo, vou ler aqui uma lista, um texto que eu divulguei, fiz discurso, já tem quase um ano, que se chama “A Economia está bem, mas não vai bem” ou, dito de outra maneira, a economia está bem, mas vai mal. Se a gente olha todos os entulhos e dificuldades que temos lá fora, como a moeda forte que traz problemas, mas é a âncora que nós criamos para a luta contra a inflação, a grande sacada do Plano Real foi a âncora cambial, mas ela não pode durar para sempre.

Nós temos inclusive problemas nesse emaranhado que vêm de coisas boas. As transferências de renda vão se esgotar. Não é possível continuar aumentando substancialmente a cada ano os custos nas transferências de renda que são necessários. Essas transferências de renda só têm longo prazo se elas forem capazes de o seu uso provocarem um aumento de produtividade de emprego. Mas se nós olharmos hoje, e eu já estive olhando isso, famílias novas recebendo Bolsa Família, recebiam Bolsa Família quando eram crianças. Não houve a capacidade de a gente fazer uma porta de saída. Isso vai se esgotar criando problemas sociais que a gente vai ter, grandes.

Nós temos o problema da dívida pública, que o ministro vem aqui e insiste em dizer que não é problema. Ele termina comparando a nossa dívida com a dos outros países. Mas aqui a gente viu que ele colocou a dívida líquida em alguns países e a dívida bruta em outros. Quando se vai olhar mesmo, temos uma preocupação com a dívida. Agora, como controlar dívida? Reduzindo gastos públicos. E se reduzir os gastos públicos, vai gerar um problema de demanda, porque o Estado brasileiro participa ativamente da formação da demanda agregada; vai gerar redução dos serviços públicos, que é o que a Grécia está sendo obrigada a fazer, e todos os outros países, e não nos esqueçamos de que, não faz muito tempo, esses países eram vistos como exemplo. A Espanha estava comprando o litoral nordestino para colocar hotéis. Portugal também. Um dia desses eu li, no *El País*, alguém dizendo

que o Brasil era a Espanha 2.0 pela análise de como pudemos passar por isso.

Veja que emaranhado! A dívida pública, se controlada, vai trazer problemas para a economia; se ela não for controlada, vai trazer problemas para a economia. O câmbio, se mantiver alto o real, vai trazer problemas para a economia; se ele baixar, traz problemas para a economia. A taxa de juros, quando baixar, que é fundamental, vai deixar de atrair capital do exterior. Tudo está emaranhado. O endividamento familiar, se a gente não endivida as famílias, não vende; se endivida, além do sacrifício social que é uma família endividada, porque deixa de comprar comida para pagar a prestação do carro, esgota-se.

Gente, será que a gente vai esquecer que, em 98, o principal problema foi o do endividamento das famílias comprando casas e mais casas? Terminou estourando um dia. Claro que tem uma bolha aí no que se refere ao endividamento, endividamento das empresas, que a gente esquece muitas vezes. As empresas estão se endividando apesar de não investirem naquilo que deveria ser o mais fundamental, que é a inovação.

No caso do gasto público, tem mais um agregado, é que não é só ser alto, é que é mal orientado. Se a gente estivesse gastando muito dinheiro público em investimento que fosse gerar renda de volta, tudo bem. A gente está gastando, está fazendo um gasto público em transferências que não vão dar retorno suficiente. São custeios, e não investimentos. Agora, como é que a gente vai deixar de investir no custeio se é esse gasto público que gera demanda para poder dinamizar a economia?

E a carga fiscal? Quer problema mais grave que a carga fiscal? Como é que a gente vai reduzir a carga fiscal? Onde é que a gente vai reduzir os gastos, para poder reduzir a carga fiscal? Ou, melhor dito, quais serão as consequências da redução da carga fiscal sobre que setores fundamentais da economia e da sociedade?

Volto a falar deste emaranhado grave: logística e infraestrutura. Não há dúvida de que esse é um dos pontos centrais do custo Brasil, mas investir em logística e em infraestrutura exige que se deixe de investir em algum lugar ou exige que se aumente a dívida. Como é que a gente vai fazer isso?

A inflação, é claro, é um problema sempre, isso não podemos, nunca, esquecer-nos.

Outra questão é a baixa poupança. O Márcio Marques Moreira falou sobre isso. Estamos poupando 17%. A China...

Desculpem-me! O nome é Marcílio Marques Moreira. Isso é resultado da lembrança do meu grande e

querido amigo Márcio Moreira Alves, com quem tive uma relação muito próxima. Até escrevi sobre ele.

Temos o problema da dívida. O Marcílio Marques Moreira falou do problema da poupança. Não há país que cresça com uma poupança de 17%!

Há o problema da desigualdade social, que cria uma limitação na economia. E aí se vem dizer que a desigualdade diminuiu. Primeiro, diminuiu muito pouco; segundo, diminuiu por transferência de renda, não por medidas estruturais que distribuíssem a renda. É completamente diferente uma distribuição de renda por mudanças estruturais de uma distribuição de renda por transferência de renda, primeiro porque a primeira, a transferência, pode ser grandiosa, como o foi na Europa e nos Estados Unidos, e a outra é pequenininha; segundo, porque a primeira traz o impacto numa sinergia de aumentar a própria produção e distribuição, e a outra traz um custo difícil de a gente cobrir.

Da educação poucos falaram – e, para mim, pode parecer uma nota só –, mas não vejo como dar um salto sem tocar nessa questão.

Há a questão da inovação. Quero falar isso, para, depois, fechar dizendo uma coisa.

Há vulnerabilidade em relação ao setor externo. Estamos baseados em poucas mercadorias, em mercadorias que não dão sustentabilidade por muito tempo. Não vai demorar a China produzir soja na África. Alguém tem dúvida disso? E está bem mais perto. E o fará a um preço equivalente a quase a metade do nosso, sem precisar de grandes infraestruturas internas, senão os portos no próprio mar.

Aqui, vem um ponto fundamental, de que se fala há muitos anos: a burocracia, a corrupção, o corporativismo, que faz com que ninguém queira uma saída nacional. Cada um quer uma saída para si: a indústria automobilística quer uma saída para vender mais carros; o consumidor quer uma saída para comprar mais carros; o sindicato dos trabalhadores quer uma saída para o salário. Cada um briga pelo que quer, e a gente tenta equilibrar tudo isso, que Juscelino resolveu com inflação, que os próprios militares resolveram com inflação. Aí se engana todo mundo, em vez de jogar lá para frente, no médio e longo prazo.

Acho que não podemos deixar de falar sobre o risco ecológico, o fato de que estamos chegando ao limite na produção em algumas áreas. Para aumentar certas produções, vamos ter de destruir o meio ambiente. Vamos poder fazer isso por muito tempo?

Há um ponto de que pouca gente fala: as amarras constitucionais. Nos outros países, se há uma crise, esta é resolvida na economia. Aqui, para sair da crise, vão se criar amarras constitucionais. Por exemplo, a Grécia, para sair da crise, de uma maneira de que

a gente pode não gostar, teve de reduzir o salário de servidor público. Temos uma amarra constitucional. Essa não é uma saída possível, porque isso vai gerar uma crise institucional grave. Como é que a gente vai reduzir os gastos públicos?

O último ponto, sobre o qual quero falar diretamente à minha amiga Dorothea, é um dos itens problemáticos da economia brasileira hoje: o otimismo. Nós vendemos tanto otimismo nesses últimos 15 anos, 16 anos, que, agora, estamos prisioneiros do otimismo. Não conseguimos ver as coisas com o realismo necessário, pela euforia. Como é que a sexta potência econômica do mundo vai ter crise? Como é que um país que faz Copa do Mundo e Olimpíadas vai ter crise? No íntimo de todos nós, políticos, população, governo e oposição, está a ideia de que ninguém segura o Brasil – é um velho *slogan*, aliás –, sem percebermos que as forças que aí estão podem nos trazer problemas muito sérios.

Quero tocar um pouco mais na fala da Dorothea, lembrando que acho que o Rubens foi realista. Estamos numa fase perigosíssima! Na *The Economist*, na *Foreign Affairs* e em muitas outras – leiam os *blogs*! –, começou a haver uma mudança na visão. Começou a haver uma mudança em como, lá de fora, olham o Brasil. Deixou de ser visto o Brasil como a solução de tudo. Ainda há um pouco a ideia do social, por causa do Bolsa Família, mas, no caso da economia, já não há mais a sensação que existia até pouco tempo atrás de que o Brasil era o país que mais atraía investimentos produtivos, com bons resultados.

Quero falar uma coisa de professor para professora, Dorothea: Keynes publicou o livro dele em 1935, mas suas ideias já estavam prontas desde 1920, desde 1921, quando ele escreveu um livro sobre como enfrentar a paz. A ideia de que a paz traria problema econômico foi a base de todo o pensamento keynesiano posterior. O livro foi o resultado da elaboração, do aprofundamento e, como se diz hoje modernamente, da robustez da teoria. Mas aquilo já estava pronto. Quando Roosevelt toma posse, ele já conversa com Keynes, e isso se deu em 1932. Então, já havia essas ideias.

Mas, hoje, estamos perplexos, porque não há esse acúmulo. Qual o acúmulo hoje de um pensamento alternativo? É inaceitável! Porque o pensamento alternativo hoje é a gente deixar de dar importância ao crescimento e passar a dar importância ao bem-estar. Alguns chamam até de decrescimento. Alguns estão na Europa defendendo que tínhamos de procurar um crescimento menor, com mais tempo livre, com o tempo livre utilizado para atividades que dão mais prazer, que dão bem-estar.

É claro que isso não se aplicaria bem para um operário. Mas conversei com um professor universitário

rio grego, que me disse que cortaram 40% do salário dele e que cortaram 40% da jornada, da carga de trabalho dele. Fiz uma pergunta óbvia: “Como é que o senhor está vivendo?”. Ele me disse: “Primeiro, tive de renegociar com meu locatário, com meu locador. Mas, como ele sabe que, se eu sair, ele não vai alugar o apartamento, ele baixou o preço do aluguel em 40%. Depois, tirei meu filho da escola particular e o coloquei na escola pública. Caiu o nível, mas, agora, estou usando parte do meu tempo livre para ajudar essa escola pública. Deixei de usar o carro, mas descobri que todo mundo está deixando de usá-lo e que o ônibus está indo mais depressa.” Ele fez essa análise e disse: “Há um problema que, realmente, está me abalando. Não consigo ter dinheiro para viajar ao exterior.” Ele explica: “Vou descobrir por que os estrangeiros vêm para a Grécia e vou me dedicar mais ao turismo interno.”

Então, é uma solução radical, é uma solução nova, que é o que Keynes trouxe na ideia de relação entre Estado e setor privado.

Creio que deverá haver uma solução, não vou dizer radical, diferente. Por aí se costuma dizer esta palavra feia: paradigma. Esse casamento tradicional entre crescimento econômico, inovação, democracia e bem-estar quebrou. Essa sinergia desapareceu. Já falei aqui que, quando surge outro elemento, o casamento se atrapalha. E surgiram dois elementos, não um: os limites ecológicos e o sistema financeiro independente do sistema produtivo. O sistema financeiro estava aqui dentro, ninguém falava nele, era parte do processo produtivo, mas, agora, é uma coisa à parte, bem como o limite ecológico.

Como resolver isso? Sacrificar a democracia não é decente. Parar a inovação é impossível; ninguém para a inovação. Diminuir o bem-estar é um contrassenso. Só há um jeito de fazê-lo: administrar o crescimento na taxa e no propósito, no perfil do produto, com mais bens públicos, ao invés de bens privados. Por exemplo, a Indonésia, ao penalizar a venda de automóveis, está dando incentivos à indústria de ônibus, está dando incentivo a um outro setor. Como fez Keynes nos Estados Unidos, mandando, mandando não, induzindo a indústria automobilística a fabricar tanques de guerra. Pararam de fabricar carros durante cinco ou seis anos nos Estados Unidos, faziam tanques de guerra, faziam jipes para a guerra. Nós vamos precisar quebrar o paradigma. E aí, mais uma coisa em relação a Dorothea quando ela falou dos debates que a gente tinha antes. A gente, não, porque eu não estava aqui no Senado. E citou alguns Senadores. Mas aqui está um grande economista. O Dornelles é um economista. O Mercadante estava até pouco tempo.

O problema é que acabou o debate porque fomos todos cooptados para o mesmo discurso. Porque era fácil antes se defender um discurso com socialista ou capitalista. Difícil é defender um discurso de uma nova civilização industrial, ou pós-industrial. Aí é difícil. E o que acontece? Fomos cooptados e não discutimos entre nós, ou falamos para o vento e ninguém leva a sério o que se fala quando se propõe uma coisa – mais uma vez não vou falar em radicalismo –, uma coisa mais diferente.

Então, amanhã, Senador Collor, na Comissão de Assuntos Econômicos, eu vou propor pelo menos uma sessão em que não se discuta nada do atual, discutamos a crise estrutural da economia brasileira e o longo prazo. Eu acho que vão aprovar porque aprovam tudo, mas eu acho que ninguém vai marcar a data dessa reunião. Claro que eu vou querer o apoio do Dornelles, do Presidente, que são as duas figuras mais importantes lá. E a gente termina aprovando, mas eu temo que a gente não marque isso até por causa da agenda.

Eu vou terminar por aqui, falando apenas também em relação a Dorothea quando ela fala do problema de que temos consenso. Eu acho que a gente tem consenso não do que fazer, a gente tem consenso do que não se deve fazer. O que já é muito. Mas o consenso do que fazer a gente não tem não.

Do não fazer, por exemplo, da maquininha para rodar fabricando dinheiro, felizmente, esse consenso a gente já tem: esse não é o caminho. Não vi no Lula, não vi na Presidenta Dilma a ideia de romper com a Lei de Responsabilidade Fiscal, totalmente. E olhem que já estão falando nisso também. Já estão, de vez em quando, tocando.

Mas consenso mesmo... Por exemplo, a Dorothea disse que todo mundo está de acordo, em consenso com a educação. Não está. Na hora em que for dizer o que é preciso fazer, haverá uma reação muito grande.

Vou fazer uma inconfidência aqui. Aliás eu não gosto de fazer, mas fiz uma outra vez. Tinha até me arrependido, mas vou fazer, Presidente Collor. Uma vez, em uma reunião de Senadores com a Presidenta Dilma, ela falou do entusiasmo dela com o Colégio Militar, que tinha ganhado muitas medalhas numa olimpíada de matemática. Eu disse: “Então, Presidenta, a solução é esta – vamos fazer colégios desse tipo, federais!”. São 300 escolas federais no Brasil, são as melhores. A melhor média do Ideb não é das particulares – a melhor de todas deve ser particular –, é das federais.

Aí eu fiz um estudo detalhado sobre isso: como fazer isso em 20 anos? Criar uma carreira nova de professor. E aos poucos ir substituindo os atuais, inclusive desejando que os atuais passem no concurso. E aí eu cometi a necessária insensatez de dizer que

o salário desse professor seria de R\$9 mil por mês, o que dá um custo anual de R\$9 mil por aluno. O que não é grande coisa. O que vai fazer com que, daqui a 20 anos, o custo com educação seja 6,4% do PIB. O que não é muito, até porque no PNA estão propondo 10%. Vão jogar dinheiro fora. Porque colocar 10% no atual sistema não vai conseguir absorver.

Ninguém me falou mais nisso. Entreguei lá à Ministra Gleisi, que é nossa amiga. Nunca me falaram. Aí, um dia, um amigo meu que anda por lá me disse: “Cristovam, o que você entregou no Palácio do Planalto que as pessoas estão rindo?”. Eu disse: “Não sei o que é. Eu entreguei educação”. “Você botou que ia se pagar R\$9 mil a professor. Estão morrendo de rir. Acham que isso foi fruto de uma loucura, de uma irresponsabilidade.” Eu não propus aumentar os salários dos professores atuais, nem de repente, mas uma nova carreira, como a gente fez com todas as carreiras de Estado deste País.

Então, aí não há consenso, tanto que riem às vezes de algumas propostas.

Quanto ao Dr. Marcílio, que sinto muito prazer em ter aqui, pelo que falou do Walther Moreira Salles, claro que na nossa idade, nós somos muito mais próximos. Mas por tudo que o senhor já fez, e que eu acompanhei naquela época distante, eu sinto uma certa satisfação de estar aqui.

Eu queria dizer que o fundamental que o senhor falou, para mim o mais importante é a ideia do imediatismo que caracteriza a sociedade e a política brasileira. Nós não conseguimos pensar o longo prazo. E, sem isso, a gente não vai para frente. Até porque o senhor falou que San Tiago Dantas – essa grande figura – dizia que nós temos uma coisa maravilhosa: nossa subsistência não depende do resto. Só que hoje não vale mais isso, porque hoje a nossa subsistência depende do resto do mundo e a subsistência do resto do mundo depende da gente também, porque criamos um mundo integrado, global. E não é só de comida que a gente precisa. Se fosse só comida, a gente sobrevive aqui. Tem país que não sobrevive. Este é o problema da Grécia: a Grécia não vai ter comida quando sair do euro. A gente consegue comer, mas a gente não consegue ter médicos porque os médicos precisam de equipamentos e são todos importados.

Nós vamos ter dificuldades talvez não em fazer computador porque a gente aprende, mas em ter *softwares* porque a gente não tem capacidade ainda de fazer na quantidade e na velocidade necessária.

Por isso, Presidente Collor, mais uma vez, eu repito: estas tardes/noites de segunda-feira talvez sejam o melhor momento que eu tenho no Senado. No Senado, porque eu tenho um outro momento melhor

do que esses, que são minhas duas horas de aula na Universidade de Brasília.

Mas, aqui, realmente, é o momento em que a gente pode levar um debate que não se faz fora daqui desta sala, e eu espero que hoje transmitido pela televisão, o que nem sempre a gente consegue. E de repente despertar a população de que nós estamos num emaranhado, e cortar esse emaranhado vai exigir sair da mesmice do imediato e olhar o longo prazo, vai exigir sacrifícios que ninguém gosta de pedir – os políticos –, nem de fazer – o eleitor. E vai exigir que tenhamos uma postura diferente de para onde queremos levar o Brasil. E, antes de tudo isso, vai ser preciso perder o otimismo que está nos enganando.

Era isso que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

Passo a palavra a S. Ex^a a Ministra Dorothea Werneck para as respostas às indagações feitas pelo Senador Cristovam Buarque.

A SR^a DOROTHEA WERNECK – Vou tentar, pois é um leque de comentários do Senador.

Primeiro, uma pequena observação: nós, que somos economistas, lembramos que tem Master of Arts e Master of Science. Quero saber se na discussão da economia, se economia é arte ou ciência. Eu fiz minha opção: é arte. Acho que tratar a economia como ciência em que a gente faz os grandes modelos econométricos, o risco é grande, especialmente nesse momento de grandes transições e mudanças, porque está tudo dependendo das hipóteses básicas. Essas hipóteses básicas são difíceis em momentos de incerteza.

O segundo comentário geral é que eu continuo otimista, mas a minha frase tem nome e sobrenome: otimista pé no chão. E esse otimismo pé no chão significa ver o lado positivo, certamente, mas com muita preocupação, e muita importância e muita ênfase, dados, informações etc.

E terceiro que muitas vezes aqui eu falei e vou repetir que eu tenho muito medo de trabalhar com média e generalizações. Eu acho que temos nossos problemas na área de inovação, certamente temos. Agora, temos empresas absolutamente espetaculares que estão fazendo produtos na área médica de alta tecnologia com inovação. Nós tivemos, no ano passado, um prêmio de Física para um físico na UFMG que desenvolveu nanotubo na nanotecnologia.

O que nós temos de fronteira na área da biotecnologia é monumental, desde empresas incubadoras, pequenas, começando agora, com reaproveitamento, por exemplo, da cana-de-açúcar, para, em cima da cana que fica no campo, você conseguir tirar etanol.

Espectacular! Você tem desde a Amyris, empresa que foi encomendada pelo grupo do Bill Gates para fazer o famoso remédio de combate à malária, que é o sonho da vida do Bill Gates, ele estabeleceu isso como rumo, no processo encontra uma bactéria que pega o melaço da cana e faz *biodiesel*.

Então, nós temos várias coisas assim acontecendo. Não é na proporção que a gente gostaria, não é no volume, mas o meu lado otimista diz o seguinte: nós temos que olhar para as coisas boas que estão acontecendo. E tem muita coisa boa acontecendo.

Nas comparações internacionais também deve haver um certo cuidado, porque foi comentado pelo Ministro Pimentel, conversando com seu par, o ministro do desenvolvimento chinês, que os chineses morrem de inveja do Brasil. E ele explicou por que ele disse isso. Porque as soluções do Brasil podem, sim, ser encontradas a partir daqui, e as soluções da China, não. Então, quando nós comparamos a questão do alimento, o problema da China é que ela pode produzir uma soja com mais resultado de produtividade do que o Brasil. Pode. Mas eles não têm área para plantar. E nós temos. Eles estão no limite do limite da área plantada, especialmente quando se olha que o desafio lá é um bilhão e trezentos milhões de pessoas. Aqui nós ainda podemos aproveitar mais, como temos aproveitado.

Talvez, uma coisa também que é pouco ressaltada: a produtividade média – vejam a desgraça da média – da economia cresceu pouco, mas a produtividade da produção agrícola de grãos é uma enormidade. O que nós fizemos em matéria de quadruplicar a produção agrícola de grãos na mesma área, em dez anos, foi algo inigualável.

Então, nós temos setores e segmentos que, sim, estão com resultados absolutamente extraordinários que se tem que reforçar. É a velha ideia de sempre: o que está ruim corrige-se, melhora; e o que está bom valoriza-se e explode.

A questão desse otimismo, acho que nos ajuda até mesmo como *screening device*, ou seja, critério de seleção. Se nós estamos indo superbem, vamos continuar melhor ainda? Vamos dar uma acelerada nisso e ganhar do ponto de vista inclusive em comparações internacionais? Isso eu acho importante.

Por último, um comentário geral sobre a questão da transferência de renda, em homenagem ao nosso Senador também.

O que aconteceu no Brasil nos últimos oito, nove anos, quando começou o Bolsa Família, é algo absolutamente extraordinário. Acho que não dá para ver olhando simplesmente esse instrumento da transferência de renda através do Bolsa Família. Qual foi o processo? Periferia. Transferência de renda. Primeiro

momento, aumenta o comércio; segundo momento, de acordo com pesquisa feita, aumentou a pequena produção para o pequeno comércio; terceiro momento, expandiu-se isso. Começou a haver aumento da produção das médias e pequenas empresas, depois da grande empresa, para esse mercado novo que foi criado. Ao crescer a produção industrial para essa pequena empresa, aumentou o emprego e, aumentando o emprego, aumentou certamente mais uma renda e mais o tamanho do mercado.

Quando se leva em conta, paralelamente aconteceram duas coisas. Uma, aumento de crédito. Não vou discutir isso porque já foi muito lembrado aqui. E a segunda: o aumento do salário mínimo, que tem sua bifurcação, que é o aumento de pensões e as aposentadorias, que também contribuíram para aumentar o mercado.

Certamente nós chegamos, em oito anos... Porque, se se olhar o tempo, se se fizer uma reviravolta de colocar 50 milhões de famílias no mercado de consumo, se você falar isso, dirão que você está mentindo.

Então, essa transição, hoje, não se sustenta, concordo, só com o Bolsa Família, mas não dá para desconsiderar que ela foi o *startup* do processo, o princípio do processo, em que se foi agregando uma série de outros componentes. Repito: salário mínimo, aumento de emprego nas empresas; portanto, geração de renda, geração de novos participantes no mercado, paralelamente o salário mínimo e mais o mercado.

Então, eu acho que o desafio nosso hoje, você tem toda razão: *so what?* E agora? Quer dizer, esse ritmo de crescimento nós podemos manter com o aumento de transferência? Provavelmente, não. Já mudou a economia, já mudaram os mercados, já mudou o processo. Ainda temos 12 milhões de famílias, não é isso, sendo beneficiadas?

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Treze milhões e quinhentos mil, mas V. Ex^a sabe que passaremos para 191 milhões de brasileiros e brasileiras através da Renda Básica de Cidadania, que já é lei.

A SR^a DOROTHEA WERNECK – Agora, o meu grande desafio é este: como é que eu mantenho o ritmo de crescimento da economia, que chegou a 7,5%? Aí eu me somo aos meus colegas de Mesa, dizendo: esse é um caminho importante, essa é uma realidade. Basta? Não. Temos que ter mais investimentos, tem que haver mais crescimento de empresas, novas empresas, nova infraestrutura, produtividade básica da economia.

A gente usa o termo “produtividade” de forma muito genérica. Existe a produtividade do campo, a produtividade das empresas etc.. Eu gosto mais de me concentrar em um que há por trás da produtividade ou que gera a grande produtividade, que é a com-

petitividade estrutural da economia. Essa para mim é o maior desafio hoje. Não é a competitividade só das empresas para ficarem mais produtivas; é o que gera, o que o país oferece, independentemente da localização, para a gente poder crescer e poder ter.

Obrigada pelos comentários.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a a Ministra Dorothea Werneck.

Passo a palavra a S. Ex^a o Embaixador Rubens Barbosa.

O SR. RUBENS BARBOSA – Em uma das últimas reuniões do Conselho de Economia da Fiesp, nós estávamos discutindo com os empresários lá, sob a presidência do Delfim Netto, a mesma coisa que estamos discutindo aqui. E o quadro de lá era mais focado na indústria: os efeitos da crise sobre a indústria, os efeitos das medidas tomadas ou não tomadas sobre a indústria, e aí levantou um empresário, virou-se para o Delfim e disse: “Ministro, como é que a gente vai sair dessa? Desse quadro está impossível a gente sair.” O Delfim virou-se e disse: “Eu estou otimista, porque, você sabe, eu já fui do governo e sei como são essas coisas, quer dizer, os problemas vão se acumulando, vão se acumulando, vai ficando cada vez mais dramática a situação, aí, quando não tem jeito, o governo toma umas medidas que todos nós queremos.”

Eu estou nessa também. Eu estou otimista nesse sentido. Eu acho que a crise que nós estamos vivendo... Porque vamos falar as coisas como são. Como eu disse, o crescimento da economia e o crescimento do comércio exterior estão escondendo a realidade; a realidade profunda da economia. Claro, ninguém vai negar os avanços enormes que tivemos, sobretudo na área social. Agora, não é esse o problema. O problema é que nós temos que encarar os desafios daqui para frente. O ganho, como dizem na Europa, é um “aqui”. Aqui já se conquistou: classe média, demanda, tudo isso a gente já conquistou. O problema é saber quando é que o Governo vai chegar à conclusão de que tem que tomar as medidas. Eu estou otimista nesse sentido, quer dizer, eu acho que a Presidente tomou algumas medidas muito corajosas. Essa desvinculação da caderneta de poupança da taxa de juros, isso nem o governo Fernando Henrique, nem o governo Lula fez, e ela teve coragem de fazer. Há outras medidas agora. Ela está começando a enfrentar essa questão da tributação.

Eu gosto de repetir: tirando a taxa de juro e a taxa de câmbio, o grande problema nosso é a tributação; para a produção e para todos nós, contribuintes.

Aqui, no Congresso, estão sendo examinadas cinco ou seis medidas, projetos que têm a ver com a

tributação: é o Fundo de Participação dos Estados, é a questão dos *royalties*, é a questão do IPI, do ICMS, enfim, todas essas questões estão aqui, no Congresso, para serem resolvidas.

Normalmente, o pensamento do diplomata, pensando estrategicamente, pensando no interesse nacional, é: por que o Congresso não pega todas essas medidas e faz uma compensação? Porque, como a Dorothea falou, nós estamos vivendo um problema federativo aqui no Brasil. A questão tributária é federativa, porque envolve a distribuição dos tributos nas três escalas, federal, municipal e estadual.

Nunca houve essa coincidência de você ter uma massa crítica que permite a negociação. Agora, a ideia talvez seja fazer separadamente. Foi resolvida em parte aqui, no Congresso, mas ainda está no Supremo, a questão da súmula para a Resolução 72, da guerra dos portos. Quer dizer, como está, nós estudamos lá na Fiesp, vai agravar o problema. A súmula, se sair do jeito que está, vai agravar o problema. Vocês resolveram o problema aqui, mas lá ainda estamos discutindo essa questão da súmula.

Hoje há notícia de que vão ser fundidos dois tributos, o IPI e o ICMS. Mas há aquela coisa de que vai aumentar a carga tributária. Então, eu acho que a solução vai se impor. Eu concordo com o Delfim, eu sou otimista nesse sentido, a situação, realisticamente, acima de partidos, de ideologias e de personalidades... O fato é esse e, por isso, mudou a percepção externa. Porque, junto com o Brasil – o Brasil também não é uma ilha –, eu andei estudando a situação na Índia recentemente. Por isso está mudando, está se agravando a situação aqui, no Brasil, porque a situação na Índia é exatamente a situação do Brasil. As reformas que eles não conseguem aprovar lá são exatamente as mesmas reformas que a gente não consegue aprovar aqui.

O que está acontecendo na Índia? Os senhores sabem. Está caindo o crescimento, está aumentando a inflação, tudo isso. E o pessoal lá fora está vendo que nós não estamos respondendo a esses desafios, como a Índia não respondeu aos desafios. E aí mudou a percepção da Índia e começou a mudar a percepção do Brasil. Não é que eles neguem as oportunidades de investimento, os avanços sociais que a gente teve aqui no Brasil, nesses últimos anos. A estabilidade econômica, tudo isso que nós estamos vivendo. O problema, na mudança da percepção externa, é o médio e longo prazo, por isso é que nós três aqui mencionamos essa questão do médio e longo prazo. Quer dizer, não adianta você tomar medidas de curto prazo porque não resolvem o problema de médio e longo prazo. Essa é a grande dificuldade, o grande dilema que nós estamos enfrentando. E o caso da Índia agrava a análise

que se faz do Brasil, porque lá a percepção foi antes da nossa e os resultados estão sendo muito negativos na Índia. Então, esse é um problema sério.

Outra coisa que o Senador Cristovam mencionou, com que eu estou de acordo, é que o Governo, os últimos governos têm focado sempre a questão da demanda, o que é correto: você está aumentando o mercado interno e tal. Mas o que nós deveríamos agora fazer, já que hoje esse grande avanço social aumentou o mercado e tudo, é ver a oferta. Porque o que está faltando, com a inovação e com tudo o que foi dito aqui, é uma oferta qualificada. Nós estamos perdendo... A realidade é que nós estamos perdendo o mercado de manufaturas, estamos perdendo o mercado de produtos sofisticados. Na pauta de exportação brasileira, produtos de alta tecnologia são 3%, 4%, um pouco de automóvel e um pouco de avião. O que a gente tem são umas máquinas. É isso que a gente exportando de alta tecnologia.

Então, eu acho que essa questão do enfoque, quer dizer, a questão da demanda é importante; agora, concentrar essas medidas todas que nós estamos tomando na demanda não resolve o problema da oferta, porque todo mundo fala de inovação. Como fazer a inovação?

Assisti na Fiesp – fui lá de propósito para ver como se faz – um seminário que houve lá, a pedido do governo do Texas, que foi à Fiesp pedir uma reunião para eles promoverem investimento brasileiro – foram à Fiesp! – no Texas. Aí eu fui ver o que eles iriam falar.

Veio a vice-governadora, veio o secretário da indústria e fizeram, montaram lá... Havia muitos empresários, e a vice-governadora disse: “Olha, eu vim aqui porque eu sei que vocês têm tecnologia, vocês têm uma indústria importante, vocês têm um pensamento aqui, e eu queria dizer a vocês que o Estado do Texas está pronto para receber qualquer um de vocês que tenha uma tecnologia de ponta, que tenha um processo novo, e nós financiamos o estabelecimento da empresa de vocês no Texas. Nós damos investimento, damos capital de giro e tal, por um tempo, para vocês implantarem uma indústria lá. E, com isso, eles estão promovendo a inovação. Vieram ao Brasil buscar inovação. Então, havia uma política por trás disso.

Agora, aqui, todos nós falamos em inovação. Como é que se faz a inovação? Não há outro jeito. A gente cansou de ir, todos nós do Itamaraty, e promover missões comerciais para o exterior. Eu não sei de nenhuma missão para buscar investimento na área de inovação. Acho que tem que mudar isso. Não adianta a gente ir buscar abertura de mercado.

Abertura de mercado a gente faz pela competitividade, pelo preço, pela qualidade, que vêm com

a inovação. E as negociações comerciais para abrir mercado. A gente não tem negociação comercial. O Mercosul está do jeito que está. Não houve um dólar, nestes últimos anos, no comércio exterior, que veio da negociação comercial; veio do esforço do empresário brasileiro, do governo, que às vezes foi com empresários tentar abrir mercado.

Então, eu acho que, nessa questão do otimismo que foi falado aqui, e eu tinha me referido a isso, o sucesso escamoteia a realidade. Essa é que é a verdade. E nós temos que sair desse diálogo enfrentando os problemas. É isso que os investidores de fora falam com a gente: vocês têm que enfrentar os problemas. Veja o caso da Índia, o que está acontecendo lá.

Nós aqui estamos olhando para a demanda, não estamos olhando para o lado da oferta através da inovação e da melhoria da competitividade.

Eu concordo com a Dorothea, que já tinha mencionado isso. Eu acho que o maior problema, o problema mais grave da economia brasileira hoje é a perda da competitividade, porque não é só a perda da competitividade da indústria, a perda da competitividade do comércio exterior; é a perda da competitividade sistêmica. E isso só se resolve com tudo que a gente está falando, que é fácil dizer, mas a gente está vendo que é difícil de fazer.

A reforma tributária está na pauta dos senhores aqui há 20 anos e não sai. Essa questão da infraestrutura está na pauta – PAC 1, PAC 2 – e está do jeito que está. Então, eu acho que tinha que haver, como dizem os nossos *hermanos*, um *sinceramiento*. Tem que haver uma realidade; é a gente enfrentar os problemas. Não é uma questão partidária, uma questão de pessoas; é uma questão de realismo. Por isso é que eu digo que sou realista. Não é que a gente critica isso, critica aquilo.

Eu aprendi, nesses anos todos de vida pública no Itamaraty, e eu me pauto por isso, a ver qual é o interesse brasileiro, qual é o interesse nacional. E o interesse hoje do Brasil, eu acho, na parte econômica... Não estamos falando nem na parte diplomática nem na parte política, isso daria outra mesa nossa aqui. Só na parte econômica, o interesse nosso é enfrentar os problemas em cada uma das áreas, na parte externa, na parte interna e na parte conjuntural, que afetam a competitividade brasileira. Isso é que está faltando para a gente.

Nós estamos perdendo mercado na América Latina.

Os senhores sabem que as manufaturas brasileiras só tinham dois mercados: o mercado americano e o mercado sul-americano. A gente não exporta manufatura para a Ásia e tem que fazer um grande esforço,

por causa da China agora, de exportar para a África. A gente exportava para os Estados Unidos e para a América Latina. Hoje, se os senhores olharem a pauta de exportação do Brasil para os Estados Unidos, os dez principais produtos são produtos primários. A começar que o primeiro produto nosso é o petróleo, depois vem a soja, vem não sei o quê. Vêm matérias-primas e só. Perdemos a competitividade com os produtos manufaturados.

Aqui, na América do Sul, por causa da ineficiência do Mercosul, por causa da perda da competitividade, nós estamos sendo deslocados pela China. Nós estamos perdendo. A China hoje é o mercado número um, número dois e número três de todos os países. Aqui no Brasil, é o número um. Na Argentina, é o número dois. Daqui a pouco, vai passar o Brasil. No Chile, é o número dois. Então, em todos os países, o Brasil está perdendo mercado. Aqui dentro, como eu mencionei, nós estamos perdendo competitividade para o produto importado.

Eu mencionei aí que hoje quase 70% do nosso consumo interno é atendido por importações, que eram supridas pela indústria brasileira. Então, não é questão de sermos mais ou menos otimistas, mas acho que temos de enfrentar os problemas e não tentar vender uma ideia de que está tudo bem e a crise não vai afetar. Estamos vendo que a crise está afetando e vai afetar mais ainda, dependendo da profundidade dela, porque a vulnerabilidade externa, que também foi mencionada aqui, é muito grande.

Cinco ou seis produtos da exportação brasileira representam 70% da pauta. Se houver – como já está havendo – uma redução do preço das *commodities*, o Brasil será afetado. Não há dúvida.

Há uma grande incerteza nos investimentos também pela dificuldade na regulamentação. Esta Casa vai receber um projeto sobre a exploração mineral. Está discutindo essa questão da exploração de terras. As agências reguladoras, que nós não discutimos aqui, hoje não têm a força que deveriam ter dentro de uma economia em que serviços foram privatizados. Isso gera incerteza!

Ninguém está preocupado, no exterior, com estabilidade política, com segurança das normas. Ninguém está preocupado, apesar de sabermos qual é a situação em outros países da região. Com o Brasil, ninguém está preocupado. Com o Brasil, todos estão preocupados com que enfrentemos os problemas, porque eles querem continuar ganhando. Não é por bondade nem pelos bons olhos nossos. Eles querem investir aqui, porque o Brasil é uma das poucas grandes oportunidades.

Nós temos um grande mercado interno, tem estabilidade política, tem segurança jurídica. O Brasil está bem na fotografia, o problema é – repito mais uma vez – nós enfrentarmos os problemas.

Eu acho que o Congresso brasileiro teria uma posição muito importante para ajudar, sinalizar nesse sentido, porque no equilíbrio de poderes o Executivo não pode tudo, tem que negociar com o Congresso. E muitas vezes algumas coisas, como a questão tributária, que tem seis ou sete projetos em exame, talvez se pudesse de alguma maneira negociar para avançar, e o Congresso daria uma grande contribuição.

Então, quanto à percepção interna, pelo menos na Fiesp, no meio empresarial de São Paulo, há uma percepção de que o Governo está tomando as medidas corretas, mas são insuficientes e em algumas áreas há certa paralisia. Por exemplo, na negociação externa para abrir mercado há uma total paralisia. Não se ganha um dólar pela negociação externa, quando o mundo inteiro está avançando nisso. E eu acho que para recuperar, para que essa percepção externa volte a ser positiva como era há dois ou três meses, há alguns sinais de médio e longo prazo.

Foi dito aqui, também, que ninguém está preocupado com o dia a dia. Todos os investidores... Agora eu estou trabalhando como consultor em São Paulo e recebo muita gente. E todo mundo vem e pergunta: “O que você acha que vai acontecer? O que o Governo vai fazer? Qual é a perspectiva?”. Essa é a preocupação. Sempre entra a questão da dificuldade da regulamentação, da burocracia. Isso tudo não pode ser resolvido com os empresários. A grande parte dessa massa de coisas que teríamos de fazer cabe ao Governo, essa que é a realidade, desde a infraestrutura à tributação, à questão trabalhista. Tudo isso não depende do empresário, o qual é cobrado para a melhoria de produtividade e de métodos.

Então, grande parte disso já foi feito, senão eles tinham quebrado. Mas, não. Estão aí e todo mundo está querendo colaborar. Esse é o problema. Todos estão vendo. Somos muito bons em diagnósticos, mas muito fracos quando é para apresentar solução.

Eu acho que agora está na hora de deixarmos de lado o diagnóstico, porque todo mundo está de acordo, há um consenso sobre todos os problemas que temos de enfrentar, e pensar no Brasil e tentar avançar nesses setores cruciais, sem os quais a economia vai continuar crescendo 2%, 3%. Não vai passar disso se não houver essas reformas. É o grande desafio que está colocado para os senhores aqui, no Congresso, para o Governo e para o setor privado. Isso é uma *joint venture*, uma ação conjunta de todos. Não é uma coisa isolada de cada setor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Embaixador Rubens Barbosa, pelas suas respostas.

Passo, agora, a palavra a S. Ex^a o Embaixador Marcílio Marques Moreira, para suas considerações a respeito das indagações feitas por S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque.

O SR. MARCÍLIO MARQUES MOREIRA – Sr. Senador, eu concordo inteiramente com a ideia de um *conundrum*, com a ideia de que cada ação tem efeitos positivos e negativos. V. Ex^a já deu aqui alguns exemplos. Eu lembraria dois, só como exemplos: se o câmbio se desvalorizar ao real, isso significa diretamente uma diminuição no salário. Isso é uma coisa matemática. Isso não é muito levado em conta. Segundo exemplo: com a diminuição dos juros, todo cálculo atuarial dos fundos de pensão tem que mudar, porque, para se ter uma pensão razoável, será preciso, durante muito mais tempo, aumentar o tempo da contribuição ou o montante da contribuição. E, aí, mais uma vez, é um problema do tempo. Então, temos dois problemas: o espaço e o tempo.

Houve aqui declarações certas. Estamos tomando algumas medidas, algumas reformas. Por exemplo, essa reforma do fundo de pensão para, enfim, o funcionário público foi extremamente importante, mas estamos tomando essas medidas certas muito atrasadas, porque essa medida levou mais de dez anos sendo estudada e vai ter efeitos daqui a 25 anos, daqui a 30 anos, para o funcionário que entrar agora. Então, estamos nos retardando muito.

Outro dia, fiz uma palestra sobre San Tiago Dantas, no seu centenário, que foi 30 de outubro, no Instituto Histórico e Geográfico, usando uma noção que o próprio San Tiago aplicou ao nosso Rui Barbosa: é cedo ou é tarde. Quer dizer, o Rui Barbosa chegou cedo demais ou muito tarde? E acabei dizendo que o San Tiago tinha chegado cedo porque o País tinha se retardado. Se lermos as coisas que ele dizia, naquela época, sobre ciência e tecnologia, em uma palestra que ele fez na Academia Brasileira de Ciências, nos últimos meses de vida, já em 1964, é impressionante. As coisas estão lá. Nós acabamos fazendo aquilo, mas muito tarde. Então, acho que existe um atraso e uma falta de ética do futuro. Nós estamos, por exemplo, cometendo uma grande injustiça intergeracional, jogando para os nossos filhos, os nossos netos coisas de que estamos nos beneficiando. Além disso, também uma injustiça distributiva. A diferença entre o agora e o que, daqui a 25 anos, 30 anos, vai mudar de tratamento do servidor público e do privado é algo, no mínimo, de um para oito. Quer dizer, são diferenças muito grandes. E essas pensões e aposentadorias hoje respondem por

13% a 14% do Produto quando, em países do mesmo tamanho e densidade demográfica, correspondem a 6%, 7% no máximo. Então é por aí que vai muita coisa.

O Bolsa Família, ao contrário, é menos de 1% do PIB. É uma coisa que realmente tem grandes benefícios e custo muito baixo. Aliás, também, nós temos uma tendência a dizer que só existe no Brasil. Quase todos os países da América Latina têm programas como o Bolsa Família só que com nomes diferentes. O México, talvez, tenha tido até antes do Brasil, muitos outros, como também classe média, criação da classe média, quase todos os países da América Latina fizeram isso, os da África estão fazendo, os da Ásia também. Os Estados Unidos tinham uma ideia de excepcionalidade dos Estados Unidos, e nós temos um pouquinho isso, “isso só está acontecendo no Brasil”. Está acontecendo em todos os países. Ter se defendido contra a crise, muitos países o fizeram, fizeram melhor do que nós. Porque nós investimos, nem foi investimento, nós gastamos, quer dizer, uma coisa parecida com o que o Getúlio Vargas fez ao queimar o café, que foi já uma medida que a Dorothea chamaria de keynesiana, não é? Mas eu acho que é isto que nós temos que realmente tentar mudar, ter uma ética do futuro.

Max Weber dizia, naquele lindo discurso do político como vocação, que a vocação do político, do estadista, digamos assim, é realmente olhar para o futuro. O administrador pode olhar para o dia a dia, mas o estadista tem que olhar para o futuro e agir como isso. Nós, por exemplo, temos hoje em dia até uma maestria em administrar a crise, mas não sabemos aproveitar as oportunidades. Nós não sabemos aproveitar as oportunidades da própria crise, porque muitos falam da crise, da oportunidade, dos ideogramas chineses que querem dizer ao mesmo tempo crise e oportunidade. Mas os gregos já faziam isso. *Krino*, *krinein*, de onde vem “discriminar” e tudo, é separar o joio do trigo, não é? Quer dizer, é das crises, *krino*, *krinein*, crise vem daí.

Falando, aliás, em Grécia, no século IV antes de Cristo, houve uma crise bancária monetária enorme na Grécia. Eram os “trapezitas”, não é? Então, essas coisas voltam.

Agora, é muito importante realmente se ter uma ética do futuro, aliás, uma ética em tudo, não só do futuro, mas também do presente. Seria uma ótima injeção. Realmente, procurar olhar para o futuro e procurar soluções de hoje que não sejam problema de amanhã. Porque quando se fala neste *conundrum* há muito disso. Alguma solução que a gente toma hoje passa a ser... A gente tem que fazer logo uma espécie de reflexão, será que isso que estamos fazendo hoje

que resolve esse problema imediato não vai criar um problema amanhã?

Acho que o Brasil, nesses anos todos, aprendeu, como eu disse, a administrar crises. De modo que nós não corremos o risco de cair no abismo. O nosso grande risco é de complacência, o nosso grande risco é de resvalar, sem mesmo sentir, pouquinho, pouquinho, para a mediocridade. Um crescimento de 2%, 2,5%, 3%. Ainda agora, eu estava mostrando aqui ao Presidente um estudo da União Europeia mostrando todos os países subindo, subindo, alguns descendo em termos relativos – os Estados Unidos, o próprio Japão –, mas o Brasil e a Rússia embaixo, nem subindo nem descendo, quer dizer, muito medíocres, comportando-se com muita mediocridade. Acho que é isso de que realmente temos que fugir, e dar importância à educação, dar importância à poupança, dar importância à produtividade total dos fatores.

Acho que foi a Dorothea que falou da produtividade do agronegócio. Mas essa produtividade vai até o portão da fazenda, quando chega à estrada, se não for São Paulo, a estrada é péssima, o porto, ele vai ficar... Eu moro em Ipanema, quase nasci perto de Copacabana, mas só vendo os navios esperando para entrar no porto do Rio de Janeiro de noite. E não entram na baía porque vão cobrar e vão roubar. É uma coisa... É triste, toda noite aqueles navios... seis navios esperando ali para entrar no porto.

Então, realmente, acho que é muito importante superarmos, com uma ética forte do futuro, essa nossa tentação de nos contentarmos com o medíocre.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Embaixador Marcílio Marques Moreira.

Perguntaria a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque se tem alguma consideração a fazer.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Em primeiro lugar, gostaria de fazer dois esclarecimentos: um a Dorothea e outro ao Dr. Marcílio. É que o Bolsa Família nasceu não há oito ou nove anos, mas há 17 anos aqui em Brasília. Há 17 anos. E o primeiro documento justificando falava no keynesianismo social e produtivo, que era a ideia de empregar pessoas para que produzissem o que elas precisassem, os pobres, diferente do keynesianismo tradicional.

A SR^a DOROTHEA WERNECK – O senhor me permite um aparte, só para me corrigir também.

É só para dizer: o senhor teve a sua experiência, teve a experiência de São Paulo...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Isso. Bem pequenininha.

A SR^a DOROTHEA WERNECK – ... quando entrou a coisa maciça, massiva.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Isso. E essa parte maciça, massiva...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por favor, Senador, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para uma questão de ordem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E essa parte de ampliação para o Brasil começou em 2001, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. E quanto ao México, começou em 1997. E o próprio Presidente Zedillo já havia dito que começou depois que ele leu uma matéria na revista *Times* sobre o programa de Brasília.

O Banco Mundial produziu recentemente um mapa da Bolsa – eles não chamam mais Bolsa, mas de Transferência de Renda Condicionada, que é um genérico perfeito. E eles colocam 1995, Brasília e Campinas, porque Campinas começou no mesmo momento. E em 1997, Bangladesh, México e Brasil. E em 2011, eles põem 20 a 30 países. Esse é um simples esclarecimento.

Em segundo lugar, acho que vale à pena explorarmos mais o que significa avanço social. O que o Brasil teve, sem dúvida alguma, foi uma melhoria da renda das classes mais baixas. Mas do ponto de vista social, precisava ter reduzido a violência, melhorado o transporte público, a saúde pública e, sobretudo, a educação. Não houve. Ficamos prisioneiros do conceito da renda como único instrumento para melhorar a distribuição de renda.

E, para concluir, brincando e, ao mesmo tempo, sem brincar com a Dorothea, queria fazer uma pergunta não para responder, porque acho que é uma pergunta que não tem resposta. Se a Dorothea é uma otimista com os pés no chão, sou um pessimista com a cabeça no céu, porque continuo acreditando em utopias. Agora, não deixo de perceber que os pés estão no pântano. E aqui é uma pergunta para todos nós. Será que a pergunta certa...

Naquelas tiras do Quino, chamadas *Mafalda*, tem uma em que ela diz: “Depois de eu aprender as respostas, mudaram as perguntas”. Será que a pergunta, em vez de ser “como crescer mais de 3%?”, não seria “como melhorar o bem-estar crescendo apenas 3%?”. Essa é a pergunta que eu deixo no ar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque pela sua importantíssima participação.

Antes de encerrarmos a presente reunião, eu gostaria de agradecer aos integrantes membros do Corpo Diplomático aqui presentes. Inicialmente, ao Sr. Rafael Hidalgo Fernandez, Conselheiro da Embaixada de Cuba; ao Sr. José Prada, Conselheiro da Embaixada

da Espanha; ao Sr. Aleksandr Tserkovsky, Conselheiro da Embaixada da República da Belarus; e ao Sr. Leo Vinovezky, Conselheiro Político da Embaixada de Israel. Sejam V. Ex^{as} muito bem-vindos; muito gratos pela presença de todos.

Agradeço em especial aos nossos convidados: Ministra Dorothea Werneck, Secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais, ex-Ministra do Trabalho e ex-Ministra da Indústria e Comércio; Embaixador Marcílio Marques Moreira, ex-Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento; e Embaixador Rubens Barbosa, ex-Embaixador do Brasil em Washington e hoje Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, pela importantíssima contribuição que todos ofereceram na noite de hoje.

Informo que a seguir será realizada audiência pública com o intuito de debater a situação vivida por mães e pais brasileiros que não conseguem manter a guarda de seus filhos, tendo em vista as diferenças de suporte legal que os diversos países adotam sobre a questão, bem como sobre as ações adotadas pelo Governo brasileiro para solucionar tais problemas.

Os convidados para essa audiência são S. Ex^a a Ministra Maria do Rosário Nunes, Ministra de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; o Conselheiro Francisco Eduardo Novello, Chefe da Divisão de Cooperação Jurídica Internacional do Ministério das Relações Exteriores; a Sr^a Ana Paula Gonçalves, Ouvidora da Secretaria de Políticas para as Mulheres, e o Sr. Sérgio Brito, Coordenador do Departamento Internacional da Advocacia-Geral da União.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Como é capaz de a audiência ter se atrasado muito, a Ministra está solicitando que seja adiada.

Eu queria justificar que, em função da palestra ocorrida hoje do Prêmio Nobel da Paz Desmond Tutu, eu não pude chegar ao início da exposição tão brilhante dos três palestrantes, pelos quais tenho o maior carinho e respeito. Eu teria muitas perguntas, mas, como está tão tarde, vou abrir mão de fazê-las, Sr. Presidente.

A Ministra Maria do Rosário quer fazer um apelo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Seja muito bem-vinda Sr^a Ministra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É regimental. Por favor, seja muito bem-vinda à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Tem V. Ex^a a palavra, Sr^a Ministra.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Sr. Presidente, muito obrigada. Eu cumprimento o Senador Suplicy e o Senador Cristovam; os senhores e as senhoras que participam desta Mesa.

Convidada por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, considero que a temática para a qual fui convidada, em conjunto com representantes de outros órgãos de Governo, é extremamente importante para o País e para as crianças brasileiras.

Trata-se de oferecermos a esta Comissão de Relações Exteriores um panorama sobre a situação de retenção indevida de crianças, nos termos da Convenção da Haia.

Inclusive, ao oferecermos esse panorama, podemos contar com a Comissão de Relações Exteriores para a mediação necessária com outros países, para um cumprimento isonômico dessa Convenção no que trata das iniciativas que tomemos no Brasil e das iniciativas dos demais países também signatários da Convenção, observando um princípio irrenunciável do interesse superior da criança.

Neste sentido, Sr. Presidente, considerando o conjunto de elementos que estamos trazendo, eu gostaria de perguntar a V. Ex^a se teríamos oportunidade de, numa outra agenda, em breve, trabalharmos esse tema, porque o conjunto de informações que trazemos ficará preservado.

O Poder Executivo sente-se honrado por fazer essa apresentação a esta Comissão, não apenas a Secretaria de Direitos Humanos, mas o próprio Itamaraty e a AGU, e, dessa forma, poderemos trabalhar talvez com maior dedicação, a dedicação que as crianças brasileiras que estão no exterior, inclusive, exigem de nossa parte, num horário, se V. Ex^a me permite, mais adequado à capacidade de todos nós.

Eu lhe faço este pedido, inclusive em termos pessoais, porque estou retornando, neste momento, da prestação de contas que o Brasil fez às Nações Unidas, no mecanismo de revisão periódica universal, e fiz essa viagem agora. Então, mais ou menos estou chegando ao País e vim, praticamente direto, aqui à Comissão.

Se V. Ex^a concordasse, teríamos uma outra possibilidade de horário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente, Sr^a Ministra.

Inicialmente, eu gostaria de dizer a V. Ex^a que a sua presença, aqui, deixa-nos muito honrados, sobretudo depois de ter feito essa viagem, em que, nós já temos informação, V. Ex^a se houve muito bem ao expor

aos participantes desse encontro a situação do Brasil, os avanços que o Brasil vem alcançando nesse setor e o que, ainda, nós temos muito a fazer, temos muito a fazer pela frente.

V. Ex^a terá o dia da realização da Comissão, seja às segundas-feiras, audiência pública a partir das 18h, ou numa quinta-feira.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Na quinta, ao final da manhã. Essa quinta, como estaria?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Nessa quinta, teria, depois, de ver com o Senador Eduardo Suplicy, autor do requerimento, aprovado aqui, para o comparecimento de V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Não, mas haveria tempo na pauta, na quinta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Talvez fosse melhor, Senador Suplicy, nós, depois, conversarmos com um pouco mais de calma e, naturalmente, ouvindo a disponibilidade de tempo que tem a Sr^a Ministra, porque esse é um tema que realmente importa, e muito, não somente a esta Comissão, mas à Nação brasileira.

V. Ex^a tem a grande responsabilidade de conduzir essa Pasta que, em bom momento, foi criada pelo governo do Presidente Lula e mantida pelo Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

De modo que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional entende que sua presença aqui será de fundamental importância para dar conhecimento não somente aos integrantes da Comissão, mas a todos aqueles que nos assistem e ouvem pela TV Senado e Rádio Senado, desse trabalho que vem sendo realizado, e alertar, também, para os perigos que correm nossas crianças no exterior.

Muito obrigado. Desculpas por hoje não ter sido possível, mas V. Ex^a, num desses dois dias da semana, segundas ou quintas, o que V. Ex^a escolher, será muito bem-vinda, e eu combinarei isso com S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy, que foi o autor do requerimento para a sua presença entre nós.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Sr. Presidente, agradeço. Agradeço, também, ao Senador Suplicy, por estabelecer a agenda desse tema, como autor do requerimento.

Digo ao senhor que é uma satisfação estar nesta Comissão. Tive oportunidade de encontrá-lo, recentemente, com os demais ex-Presidentes, quando da assinatura dos membros da Comissão da Verdade, então, estivemos juntos.

Acredito que esta Comissão dará uma contribuição importante, na medida em que estabelecer esse olhar.

Na primeira agenda possível para a Comissão, estarei aqui. Assumo esse compromisso, e será em breve, Senador Suplicy, porque sei da sua atenção ao tema.

Obrigada.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – São as mães que estão esperando.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Sr^a Ministra.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a permite?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com a palavra S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Vinte anos depois, faço um agradecimento ao Sr. Ministro da Fazenda, perante o Presidente de então, relacionado à questão da Lei do Acesso, recentemente publicada.

Durante o Governo de V. Ex^a, eu fui o primeiro Senador que começou a acessar o Siafi, mas, a certa altura, quando comecei a observar alguns dados do Palácio do Planalto e outros, eis que o então Ministro Pedro Paulo Leoni Ramos, Secretário de Assuntos Estratégicos, resolveu interromper o acesso ao Siafi.

A partir daí, era o segundo semestre de 91 e eu era o único Senador do PT, de oposição, eu comecei a falar duas, três vezes por semana: “Por favor, Ministro Marcílio Marques Moreira, volte o acesso ao Siafi.” E, quando já estava pelo centésimo dia dessa proclamação, o Senador Mauro Benevides me convidou para ir ao seu gabinete e ligar para o Ministro da Fazenda. Eram 18h. O Ministro Marcílio Marques Moreira estava em Tóquio. Foi acordado pelo Presidente do Senado: “Aqui está o Senador Suplicy pedindo acesso ao Siafi.” Não sei se ele telefonou ao Presidente da República, mas não durou mais do que 24 horas, e o acesso ao Siafi para os Senadores estava novamente aberto.

Muito obrigado, Ministro!

Quero também agradecer à Ministra Dorothea Werneck pelas vezes que dialogou comigo, inclusive sobre as transferências de renda quando Ministra do Trabalho; ao Embaixador Rubens Barbosa e Ministro, que tantas vezes inclusive me hospedou em Londres. Foi a primeira vez que participei do Congresso Internacional da Bien, em 94, e também nos Estados Unidos quando visitei o Senado e em tantas outras oportunidades.

Mas queria aproveitar esta oportunidade para fazer este registro, Sr. Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – O Ministro Marcílio só não disse que estava no Japão fugindo do assédio do Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Mas V. Ex^a lembra que foi acordado um dia às seis e pouco da manhã, e 24 horas depois estava lá o acesso novamente aos Senadores, e agora ao Senador Fernando Collor também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Que bom.

Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy, a S. Ex^a o Senador Cristovam Buarque e sobretudo aos nossos convidados para a audiência pública de hoje.

Declaro encerrada a presente reunião.

Boa noite a todos os senhores e senhoras que aqui compareceram.

(Iniciada às 18 horas, a reunião é encerrada às 20 horas e 52 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia trinta e um de maio de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Anibal Diniz, Eduardo Suplicy, Sérgio Souza, Cristovam Buarque, Antonio Carlos Valadares, Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, Fernando Collor, Delcídio do Amaral, Ana Amélia, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti e Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 29ª e 30ª Reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. São lidos Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta. **Item 1 – Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre o Trabalho Remunerado de Dependentes de Membros de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Ancara, em 21 de outubro de 2010*”. Relatora ad hoc: Senadora **Ana Amélia**. Resultado: aprovado. **Item 2 – Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “*aprova o tex-*

to do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Bruxelas, em 8 de novembro de 2010”. Relator ad hoc: Senador **Luiz Henrique**. Resultado: aprovado. A reunião é suspensa às onze horas e um minuto, e reaberta às onze horas e dois minutos. Fazem uso da palavra os Senadores **Eduardo Suplicy** e **Luiz Henrique**. O Senador **Luiz Henrique** solicita urgência para o PDS 123, de 2012, item 2 da pauta. Solicitação acatada. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 31ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a provação das Atas da 29ª e da 30ª reuniões.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Comunicados.

Pedido de asilo político de senador boliviano.

O Senador Roger Pinto Molina, líder da bancada da Convergência Nacional, de oposição, solicitou asilo diplomático à Embaixada Brasileira em La Paz, na última segunda-feira, dia 28.

Num primeiro momento, havia a notícia de que mais parlamentares também teriam solicitado asilo tomando a mesma atitude, o que não se confirmou posteriormente. A primeira notícia que nos chegou foi que dois senadores e três deputados haviam solicitado asilo. Mas foi confirmado que somente o Senador Roger Pinto Molina solicitou asilo político à Embaixada Brasileira em La Paz.

O Senador Pinto Molina, em carta enviada ao seu colega de bancada Adrián Oliva afirma que: “Depois de vários anos de luta intransigente pela defesa dos direitos humanos, plena vigência do sistema democrático e respeito pela dissidência e de pensar de maneira diferente, hoje me vejo na difícil e dolorosa circunstância de solicitar refúgio na Embaixada da República do Brasil”.

O Chanceler Antônio Patriota disse ontem, 30 de maio, que conversou com o seu homólogo David Choquehuanca e que continuam a examinar a questão sob a luz da Convenção de Caracas sobre o direito de asilo.

Segundo a agência pública de notícias da Bolívia, Pinto Molina é acusado de corrupção desde o ano 2000, quando era governador da província de Pando, no norte daquele país.

O Brasil estuda no momento a possibilidade de conceder asilo político ao parlamentar boliviano, que afirma sofrer perseguição política por parte do governo de Evo Morales.

Não há prazo para que o Governo brasileiro responda ao pedido solicitado.

Segundo comunicado: Negociações P6 mais Irã.

As mais recentes negociações sobre o programa do Irã ocorreram em Bagdá, ademais de representantes de Teerã, Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia, China e Alemanha, dos dias 23 a 25 de maio. Foi a segunda rodada de negociações do processo em curso. A primeira deu-se em Istambul e oferece oportunidade importante para a normalização das relações com o Irã e o consequente arrefecimento das tensões no Oriente Médio com a adoção de medidas de construção de confiança mútua entre as partes.

Em troca da mitigação de algumas sanções impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas como a retomada do fornecimento de peças de reposição para as aeronaves civis, o Irã aceitaria a condicionalidade de seu programa nuclear, a mais importante das quais seria cessar o enriquecimento de urânio acima de 20%, nível a partir do qual se produz material físsil para a construção de artefatos nucleares.

O diálogo, sempre benfazejo instrumento de negociação preconizado pelo Brasil, necessita, contudo, gerar resultados palpáveis em período relativamente curto, de modo a desmobilizar as tensões com Israel, convencido de que o programa nuclear iraniano tem motivações militares e representa uma ameaça iminente à sua própria sobrevivência como Estado.

As negociações, como relatado pela imprensa internacional, se desenrolaram em ambiente árido, com diferenças importantes no que tange às restrições voluntárias a serem adotadas por Teerã e à suspensão das sanções até aqui impostas àquele país.

Lady Ashton, alta representante da União Europeia para Relações Exteriores e Política de Segurança, que presidiu as negociações, afirmou que está claro que ambas as partes desejam avançar e existe algum espaço de convergência, mas persistem, segundo ela, pressões significativas.

O insucesso das tratativas em Bagdá não significa o fim do processo negociador. Outras rodadas ocorrerão até o fim deste ano, sendo que a próxima, em Moscou, com início em 18 de junho, deverá ser um exercício especialmente tenso, uma vez que antecede de pouco a entrada em vigor das sanções da União Eu-

ropeia e dos Estados Unidos contra o Irã nos campos de energia e bancário, previstos para o dia 1º de julho.

Se as rodadas de Istambul e Bagdá podem ser compreendidas como de estudo entre as partes, a de Moscou virá carregada de maior peso, com a entrada em vigor das sanções e, principalmente, porque provavelmente serão incorporadas ao temário da sempre virulenta campanha eleitoral americana, forçando o Presidente Obama a elevar a retórica, enquanto os republicanos o acusarão de leniente face às táticas procrastinatórias dos iranianos.

Numa clara indicação da gravidade da situação de confrontação entre as partes nesta última terça-feira, o centro de emergência cibernética do Irã anunciou que um novo vírus, denominado de *flame*, havia infectado os computadores de diversos altos funcionários do governo. Segundo aquele centro, o novo vírus não tem a missão de destruir sistemas como o ataque *stuxnet*, de 2010, mas de coletar informações sensíveis de forma sub-reptícia.

As autoridades iranianas dão a entender que esse novo ataque partiu de Israel, contudo sem formalizar a acusação.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado faz votos de que as negociações cheguem a bom termo com respeito ao direito internacional e plena observância dos princípios acordados internacionalmente no campo nuclear, em especial a não proliferação e o direito ao desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos.

Terceiro comunicado: 5º Ciclo de Audiências Públicas, 5º Painel.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizou, no último dia 28, a audiência pública sobre os rumos da política externa brasileira. O quinto painel discorreu sobre a ordem econômica mundial e o Brasil. O Brasil face à nova ordem econômica – Brics e G20.

Iniciando os debates, o Embaixador Rubens Barbosa, Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e ex-Embaixador do Brasil em Washington, destacou o momento de grandes transformações por que passa o mundo, com a transferência do eixo político-econômico do Atlântico para o Pacífico.

Com a crise econômica iniciada nos Estados Unidos, em 2008, e ampliada na Europa, onde também é política, com a possibilidade da saída da Grécia da zona do euro, crise esta que vem afetando os países emergentes e que tem como consequências a redução do crescimento dos Estados Unidos, o crescimento praticamente zero da Europa e a perspectiva

de redução do crescimento dos países emergentes são preocupantes.

A desaceleração da economia mundial provocou a redução das exportações brasileiras e dos fluxos de investimentos, contagiou a área financeira, com o desaparecimento das linhas de crédito para as empresas brasileiras no exterior e resultou na queda do preço das *commodities*.

Em sua opinião, o Brasil está respondendo ao desafio das mudanças no cenário internacional com uma atitude defensiva. Os resultados positivos da economia e do comércio exterior brasileiro escondem uma realidade que está a exigir mais ação por parte do Governo brasileiro.

O Embaixador chamou de *ad hoc* as medidas que vêm sendo tomadas pelo Governo. A seu ver, tratam-se de medidas corretas, mas insuficientes para enfrentar o grande desafio que vem pela frente.

A desindustrialização do Brasil não é ficção, diz ele, e o maior problema que o País enfrenta hoje é o da perda da competitividade, que ele considera sistêmica e que abrange a economia como um todo.

Ele revelou que a percepção externa sobre o Brasil tem enfocado a necessidade de mudanças internas. Um relatório recente da empresa Monitor International tinha como título: “Brasil, a Festa Terminou”. A revista *The Economist* da semana deu página inteira sobre o Brasil, afirmando que o País já tinha chegado ao seu limite de crescimento. A Bloomberg fez estudos sobre o ambiente de negócios em 50 países, e o Brasil ficou em último lugar.

No seu entender, um dos grandes problemas que enfrentamos hoje é a falta de visão de médio ou longo prazo. Os desafios geopolíticos e geoeconômicos que o Brasil está enfrentando estão a exigir ajustes na nossa política econômica e na nossa política externa.

Segundo o Embaixador, o Brasil tem de saber o que quer do mundo, de sua relação com a China, com os Estados Unidos e com a Europa e ele vê pouco debate sobre esses pontos cruciais, além da falta de uma visão estratégica por parte do Governo, dos empresários e dos trabalhadores quanto ao novo cenário.

O Embaixador indagou sobre o que estamos fazendo para enfrentar o mundo voltado para a Ásia e na promoção da integração física, para que produtos cheguem aos portos do Pacífico. Ele defende a busca de uma estratégia para o crescimento aumentando os investimentos, a poupança e reduzindo os gastos públicos. Recordou que o regionalismo hoje está presente em todo o mundo, menos na América do Sul, que vive uma crise do processo de integração regional e o esvaziamento do Mercosul, e que o Brasil está

sem estratégia de negociação comercial com a região e também com o mundo.

Concluindo, afirmou que o Congresso terá um papel importante no debate sobre a resolução do dilema entre a paralisia ou o avanço para enfrentar esses desafios.

A segunda expositora foi a Dr^a Dorothea Werneck, atual Secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais, ex-Ministra do Trabalho e da Indústria e Comércio. Recordou a Ministra que, após o surgimento da crise financeira de 2008, muito se falou do tempo que ela poderia durar, comparando-a com a de 1929, que durou por volta de oito anos. Essa preocupação fez-se acompanhar de uma enorme incompreensão, inclusive da parte dos economistas, na tentativa de entender, explicar e encontrar uma saída.

Em 1935, diz ela, quem apontou os rumos foi Keynes, com a publicação de seu livro *Teoria Geral do Emprego*. Essa mesma perplexidade com o que está ocorrendo agora também se verificou naquela época. Essa perplexidade, segundo explicou, não é apenas dos economistas e acadêmicos, mas também dos tomadores de decisão, como o Presidente Obama, ao declarar que, por não conhecer uma saída para a crise, adotaria uma política de pragmatismo, avançando com as decisões de sucesso e recuando diante dos fracassos.

Esse pragmatismo, na sua opinião, repete-se agora com o acirramento da crise na Europa. Ninguém sabe o que ocorrerá se a Grécia sair da zona do euro e ainda não temos os instrumentos necessários para uma análise, pois o processo de mudança por que passa o mundo é violento e não é só econômico nem político nem diplomático. Trata-se de mudança de eixo, e o jogo das lideranças internacionais está hoje mais próximo de um vazio do que de uma clareza capaz de apontar rumos.

O desafio para o Brasil, no entender da Sr^a Ministra Dorothea Werneck, está em colocar o País nesse novo cenário internacional de transição, insegurança e incertezas. E o risco que já estamos correndo deve-se ao enfoque, no curto prazo.

Preocupamo-nos com a taxa de crescimento para 2012, enquanto as questões sobre as tendências e o crescimento que queremos para o País passam para um segundo plano.

Para a Ministra, o Brasil seguirá adiante se olhar de forma diferenciada cada unidade da Federação na busca de soluções. As flutuações das cotações internacionais das *commodities* afetam vários Estados, assim como a desvalorização da taxa de câmbio pode ser benéfica para alguns e péssima para outros, pois todas as indústrias que têm alta proporção de insumos

importados sofrem com o câmbio em torno de R\$2,00, e essa taxa só é boa para aqueles que exportam.

Recordou que o investidor do setor produtivo tem em mente a perspectiva do médio prazo e, para isso, a imagem do País é muito importante. No momento em que o Governo começa a mexer no câmbio e nas taxas de juros com a perspectiva de que os juros baixarão ainda mais, é natural que os investidores prefiram esperar antes de assumirem compromissos até que essas variáveis parem de flutuar. Enquanto isso, os consumidores, os banqueiros, os investidores brasileiros e estrangeiros preferirão esperar.

Defende a Ministra que devemos aproveitar este momento de indefinição e incerteza para pensar nas medidas de médio e longo prazo. Hoje, no Brasil, há consenso sobre o que é necessário fazer para melhorar a educação, inovação, baixar a carga tributária ou melhorar a infraestrutura do País. O problema é como fazer. E esse é um debate político sério. Na sua opinião, poderemos avançar mais rapidamente se adotarmos o federalismo na prática, delegando aos Estados as melhorias na infraestrutura.

A discussão sobre o endividamento dos Estados na agenda do Congresso, assim como a dos *royalties* do petróleo e a questão tributária são discussões sobre o federalismo. “Como dar mais espaço para que os Estados consigam enfrentar os dilemas com os quais nos defrontamos é o grande desafio desse momento em que devemos redefinir nossa posição no cenário internacional”, concluiu a ex-Ministra Dorothea Werneck.

Finalizando os debates, o Embaixador Marcílio Marques Moreira, ex-Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento e também ex-Embaixador do Brasil em Washington, após render homenagem ao centenário de nascimento de Walter Moreira Salles, destacou o momento de transição em curso no mundo, para o qual devemos projetar cenários possíveis e entre eles perceber essas mudanças e agir em consonância, como o País já fez ao escolher lutar junto aos países aliados na Segunda Guerra e tornar-se membro fundador das Nações Unidas e, ao abrir sua economia para o mundo, uma resposta ao desmanche da União Soviética em 1989, permitindo o acúmulo de divisas que viriam a servir de base para a futura estabilização da moeda.

A abertura, segundo ele, não foi apenas das tarifas aduaneiras, mas incluiu a informática, a liberalização comercial e cambial, o fim do controle de preços, resolveu a questão das patentes e a Eco-92 representou uma mudança total na inserção do Brasil no mundo.

Lembrando San Tiago Dantas, afirmou o Ministro Marcílio que nossos grandes problemas eram internos nos anos 50 e continuam a sê-lo. Ele destacou a importância de Governo e empresários recuperarem a

visão de longo prazo e atribuiu a opção por políticas que favorecem o consumo em vez do investimento a uma visão de curto prazo. Daí os baixos índices de poupança e investimentos verificados no País.

Segundo ele, estamos entrando num mundo pluralista, sem polos, em que não se está substituindo a liderança dos Estados Unidos nem a Europa acabará devido ao problema da Grécia. Fazemos frente, segundo ele, a desafios como o do envelhecimento das populações de países como China, Japão e Rússia, o da energia, de alimentos, do meio ambiente, da água, da educação, do conhecimento e da civilização do baixo carbono. E o Brasil tem que repensar suas decisões, para que não sejam apenas de curto prazo.

Para ele, temos de pensar nas cadeias produtivas. Temos de nos preocupar com que o Brasil não estacione como um país de renda média. Nossos líderes não podem se contentar apenas com a popularidade trazida pela satisfação da população pelo aumento do consumo, mas devemos investir especialmente na educação, para que se possa consumir de forma importante no futuro.

Concluindo, afirmou que os desafios são grandes e que o mundo encontra-se num momento perigoso, sem lideranças claras em torno das quais se possa construir um consenso.

Esse debate, Sr^{as} e Srs. Senadores, concluiu a série de Audiências Públicas sobre os Rumos da Política Externa Brasileira 2011/2012, iniciada em fevereiro do ano passado. Um total de 121 autoridades e especialistas convidados, brasileiros e estrangeiros, trouxeram o aporte de seu conhecimento teórico e a experiência a esta Comissão, ao analisarem a geopolítica e as relações internacionais, economia e finanças, defesa nacional, temas da agenda internacional e a política externa brasileira em 29 nove reuniões transmitidas ao vivo pela TV Senado, cujo conteúdo foi objeto de três publicações à disposição dos interessados. Mais uma publicação contendo o resumo dos debates realizados no corrente ano estará disponível no final deste semestre.

Esse Ciclo de Audiências promoveu no âmbito do Legislativo, uma análise crítica e um debate mais profundo e especializado acerca das políticas de governo e dos temas de maior relevância da geopolítica mundial, trazendo à reflexão do Parlamento e da sociedade assuntos de monta, dando ao colegiado informações qualificadas e independentes com o intuito de auxiliá-los na deliberação das propostas que lhes cabem constitucionalmente, além de informar o público com o conhecimento dos grandes temas da agenda internacional e da inserção do Brasil no mundo sob os mais variados ângulos.

Agradeço, mais uma vez, a todos aqueles que participaram da organização dessas audiências pelo trabalho e dedicação desenvolvidos ao longo de todo esse período.

Esclarecimento sobre o adiamento do lançamento da revista *Em Discussão!*, que está em nossa pauta de hoje.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, haverá uma pequena modificação na primeira parte da pauta da reunião de hoje, em que estava previsto o lançamento do nº 11 da revista *Em Discussão!*, com a presença do Diretor de Comunicação Social do Senado Federal, Fernando Cesar Mesquita.

O lançamento desse número da revista que trata da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, foi adiado para coincidir com o Dia Mundial do Meio Ambiente e será feito no próximo dia 5 de junho, terça-feira, às 18h30, no Plenário nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O Dia Mundial do Meio Ambiente foi estabelecido pelas Nações Unidas em 1972, na abertura da Conferência de Estocolmo sobre Ambiente Humano. Celebrado anualmente, desde então, no dia 5 de junho, o Dia Mundial do Meio Ambiente busca aumentar a conscientização sobre o meio ambiente e, assim, promover o desenvolvimento sustentável.

Este ano, o tema do Dia Mundial do Meio Ambiente será “Economia Verde. Ela te inclui?”. O Brasil será a sede das comemorações, cujos objetivos são: mostrar o lado humano das questões ambientais; capacitar as pessoas a se tornarem agentes ativos no desenvolvimento sustentável; promover a compreensão de que é fundamental que comunidades e indivíduos mudem atitudes em relação ao uso dos recursos e da questões ambientais; e advogar parcerias para garantir que todas as nações e povos desfrutem de um futuro mais seguro e mais próspero.

Assim, de forma a comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, faremos o lançamento do número 11 da revista *Em Discussão!* no dia 5 de junho, em audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que contará com a presença dos Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Achim Steiner, e da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. A ideia de lançar a revista nesta data se soma às comemorações da Semana do Meio Ambiente.

Lembro que haverá uma sessão conjunta do Congresso Nacional na segunda-feira próxima, dia 4 de junho, ao meio-dia. Será ainda uma oportunidade

de fazer uma grande divulgação do excelente trabalho da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal na cobertura das atividades das comissões e subcomissões envolvidas com a Rio+20 e de mobilizar para a Conferência, cujo início se avizinha.

Assim, reitero o convite para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores compareçam ao lançamento do nº 11 da revista *Em Discussão!*, intitulada “Rio+20 Em busca de um mundo sustentável”, na próxima terça-feira, dia 5 de junho, às 18 horas e 30 minutos, no Plenário 6, da Ala Senador Nilo Coelho.

Passando à pauta deliberativa.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

(SF) Nº 79, DE 2012

– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre o Trabalho Remunerado de Dependentes de Membros de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, assinado em Ancara, em 21 de outubro de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação da matéria

Convido S. Ex^a a Senadora Ana Amélia para ser a relatora *ad hoc* deste item 1, Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2012.

Tem S. Ex^a a palavra.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

Cumprindo a missão, a delegação dada por V. Ex^a para a relatoria *ad hoc*, vou direto à análise desse projeto, cujo Relator titular é o Senador Sérgio Souza.

O ato internacional em tela visa a permitir que os dependentes de agentes diplomáticos e consulares de uma das partes signatárias sejam autorizados a exercer atividade remunerada no Estado acreditado, de acordo com a legislação do referido Estado e, uma vez obtida a respectiva autorização, nos termos do acordo.

Segundo o acordo, são considerados dependentes: cônjuges, de acordo com a legislação do Estado acreditado; filhos solteiros menores de 21 anos; filhos solteiros menores de 25 anos matriculados em instituição de ensino superior reconhecida pelo Estado acreditado; e filhos solteiros portadores de deficiência física ou mental.

A autorização deverá ser solicitada oficialmente, em nome do dependente, junto ao Ministério das Rela-

ções Exteriores do Estado acreditado. Da mesma forma, a Embaixada do Estado acreditante deve informar a respeito do término do trabalho remunerado exercido pelo dependente e, caso ele decida aceitar novo emprego, novo pedido deverá ser apresentado (Art. 2º).

A autorização para o exercício de trabalho remunerado pode ser concedida para as categorias de emprego acordadas pelas partes, caso a caso, mediante troca de notas. A autorização será válida somente durante o período da missão do funcionário do Estado acreditante de quem a pessoa é dependente e não concede o direito de o dependente continuar a trabalhar ou residir no território do Estado acreditado após terminada aquela missão.

Ainda a critério de cada parte, reserva-se o direito de negar autorização, nos termos deste acordo, por razões de segurança nacional ou no caso de que o emprego postulado seja reservado exclusivamente para os nacionais do Estado acreditado. (Art. 3º).

O instrumento internacional em pauta dispõe também sobre o regime de imunidades a vigorar para os dependentes, mesmo para aqueles que desfrutem de imunidades de acordo com as Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e sobre Relações Consulares ou outro ato de Direito Internacional aplicável, especificando que não gozarão de imunidade civil e nem administrativa no Estado acreditado no que diz respeito ao desempenho da referida atividade remunerada (Art. 4º).

Fica acordado também, no mesmo artigo, que, no caso de delito criminal no decurso do exercício da atividade remunerada, o Estado acreditante deverá considerar seriamente qualquer pedido do Estado acreditado no sentido de renunciar à imunidade de jurisdição penal do dependente acusado de haver cometido delito criminal durante o exercício da referida atividade remunerada. Caso não haja a renúncia da imunidade, o Estado acreditado poderá, a seu critério, solicitar a retirada do país do dependente em questão.

O acordo sujeita os dependentes que exerçam atividade remunerada no Estado acreditado à legislação tributária e de previdência social aplicáveis naquele Estado, decorrentes da referida atividade (Art. 5º).

O acordo não implica o reconhecimento automático de títulos ou diplomas obtidos no exterior e, no caso de profissões que requeiram qualificações especiais, o dependente deverá atender às mesmas que deve atender o nacional da parte acreditada (Art. 6º).

A autorização para o exercício da atividade remunerada terminará quando cesse a condição de dependente do beneficiário, na data em que o contrato se encerre ou, em qualquer hipótese, ao término da missão do indivíduo de quem a pessoa é dependen-

te. Contudo, o prazo levará em conta um decurso de tempo razoável de adiamento, sem exceder três meses. (Art. 7º).

O ato internacional em apreço permite o acesso ao trabalho aos brasileiros familiares dos agentes diplomáticos e consulares que se encontrem em missão oficial na Turquia que, de outra maneira, ver-se-iam obrigados a interromper sua carreira profissional. O mesmo vale para os cidadãos turcos que se enquadram nas condições do acordo residindo no Brasil.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, o ato internacional em exame reflete a tendência atual de estender aos dependentes dos agentes das missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

Proporcionar espaço profissional próprio para dependentes de membros do serviço exterior, que lhes possibilite o exercício de atividades outras que a mera função de acompanhamento de funcionário transferido para outro país torna-se prática generalizada na vida internacional, e o Brasil já tem acordos semelhantes com dezenas de países.

VOTO

Por todo o exposto, e visto que observadas a adequação legislativa e regimental, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2012.

Este, o relatório que, como Relatora *ad hoc*, pelo Relator titular, Senador Sérgio Souza.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/ PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a a Senadora Ana Amélia pela leitura do relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 123, DE 2012

– Não terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Bruxelas, em 8 de novembro de 2010.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Relatório: Pela aprovação da matéria

Convido S. Ex^a o Senador Luiz Henrique para, como Relator *ad hoc*, proceder à leitura do relatório sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2012.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Nobre Senador Fernando Collor, Presidente desta Comissão, Sr^{as} e Srs. Senadores que a integram, trata-se de projeto da maior importância para aprovar texto de acordo firmado entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia.

Com fundamento no disposto no art. 49, I, da Constituição Federal, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 409, de 29 de setembro de 2011, submete ao Congresso Nacional o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns, assinado em Bruxelas, em 8 de novembro de 2010.

O acordo foi primeiramente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto de decreto legislativo, decorrente da mensagem presidencial e formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. O projeto foi, então, examinado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de ser aprovado em Plenário.

Recebida no Senado Federal em 26 de abril de 2012, a proposição sob comento foi distribuída a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, em seguida, ao Relator signatário após o prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

ANÁLISE

Cuida-se aqui da apreciação de um importante acordo internacional entre a União Europeia e o Brasil que harmoniza o regime de Isenção de Vistos de Curta Duração para os nacionais de ambas as partes.

O Brasil já havia celebrado acordos de isenção de vistos isoladamente com vários países europeus antes de seu ingresso na União Europeia ou antes de sua adesão à política comum do Espaço Schengen.

O Espaço Schengen representa um território no qual a livre circulação das pessoas é garantida. Os Estados signatários do acordo aboliram as fronteiras internas a favor de uma fronteira externa única. Foram adotados procedimentos e regras comuns no espaço Schengen em matéria de vistos para estadas de curta duração, pedidos de asilos e controles nas fronteiras externas.

Em simultâneo e de forma a garantir a segurança no Espaço Schengen, foi estabelecida a cooperação e a coordenação entre os serviços policiais e as autoridades judiciais. A cooperação Schengen foi integrada no direito da União Europeia pelo Tratado de Amsterdã, de 1997. No entanto, nem todos os países que cooperam no âmbito do referido acordo são membros do Espaço Schengen, quer porque não desejam a supressão dos controles nas fronteiras, quer porque ainda não preenchem as condições necessárias para a aplicação do acervo de Schengen.

Dada a prevalência das novas realidades institucionais, em detrimento das unidades nacionais, verificou-se uma situação de necessidade de atualização do regime de isenção de vistos entre essas partes. Essa regularização faz-se pelo presente acordo, estabelecendo-se diretamente um entendimento entre o Brasil e a União Europeia.

No lado brasileiro, não poderia haver a sucessão dos tratados. Torna-se necessária a edição de novo acordo com a nova instância de soberania agora envolvida no tema. E pelo lado europeu, após o estabelecimento de sua política comum, na qual se insere a política externa comum, nasce a obrigação de conclusão de novo acordo em que figure a União Europeia e não seus membros isoladamente.

O conteúdo do acordo repete os dispositivos já vigentes nos tratados individuais, aplicando-se para permanências de até 90 (noventa) dias, com finalidade de:

a) atividades turísticas;

b) visitas familiares;

c) prospecção de oportunidades comerciais, participação em reuniões, assinatura de contratos e atividades financeiras, de gestão e administrativas;

d) participação em reuniões, conferências e seminários; e

e) participação em competições desportivas e concursos artísticos, desde que os participantes não sejam remunerados por fontes brasileiras ou da União Europeia.

Digno de registro é o artigo 7º, que dispõe que o presente tratado não afetará os acordos bilaterais vigentes, celebrados entre Estado-membro da União Europeia e o Brasil, na medida em que os dispositivos desses acordos digam respeito a matérias fora do âmbito de aplicação do acordo ora em análise.

Há, portanto, uma nítida percepção de que o acordo produzirá benéficos efeitos para o turismo e os negócios entre o Brasil e os países da União Europeia, contribuindo para afastar eventuais distorções de aplicação da isenção do visto em diferentes Estados-membros e, indiretamente, para aumentar o fluxo de pessoas e de transações entre as Partes.

Antes de proferir o voto, Sr. Presidente, vou me referir ao citado Espaço Schengen. Ainda há pouco perguntei ao Embaixador Sérgio Danese e a sua equipe – a Ministra Cláudia Buzzi e o Secretário Thales Moraes –, que me disseram que o Espaço Schengen tem esse nome em função de uma cidade de Luxemburgo. Consultei a Internet e vi que Schengen é uma pequena localidade produtora de vinho, sede da comuna homônima, situada no cantão de Remich, distrito de Grevenmacher, no sudeste do Luxemburgo. Fica próximo ao ponto em que se unem as fronteiras da Alemanha, França e Luxemburgo.

A vila tornou-se famosa em 14 de junho de 1985, quando o Acordo Schengen foi assinado a bordo do barco Princesse Marie-Asrtide, no rio Mosela. Portanto, Espaço Schengen tem esse nome em virtude da cidade onde foi firmado o acordo entre os países membros da União Europeia para abrir as suas fronteiras e facilitar a circulação de pessoas, bens e mercadorias.

VOTO

Por todo o exposto, por considerarmos ser conveniente aos interesses do País, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2012.

Esse é o parecer assinado pelo ilustre Senador Aloysio Nunes Ferreira, que eu respaldo integralmente. Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Luiz Henrique pela leitura do relatório, que coloco em discussão. *(Pausa.)*

Para discutir o relatório, tem a palavra S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, gostaria de pedir alguns esclarecimentos aqui ao Senador Luiz Henrique a respeito desse tratado que estamos apreciando.

De um lado, S. Ex^a explicou a origem da expressão Espaço Schengen, ou seja, pelo nome da cidade onde foi celebrado esse entendimento, que, na verdade, é um entendimento, pelo que pude perceber, para toda a União Europeia, que, agora, já de alguns anos, permite a livre circulação de seus cidadãos, de quaisquer países integrantes da União Europeia, sem a necessidade da obtenção de vistos e controle nas fronteiras. Eles podem, assim, circular livremente. E, em decorrência desse tratado que o Brasil e a União Europeia assinam, então, fica também, para o Brasil, a dispensa, nesses casos aqui apontados, de vistos.

Uma indagação que faço diz respeito a alguns países, como a Espanha, que têm exigido, às vezes, mais do que o visto, declarações sobre se o brasileiro vai ficar lá, se tem trabalho e assim por diante. De que maneira esse tratado afeta as dificuldades que alguns

cidadãos brasileiros, por exemplo, têm tido até para visitar a Espanha? Isso tem sido objeto de preocupação por parte do Itamaraty. Então, eu gostaria de saber se, porventura, esse acordo modifica de alguma maneira o que está previsto nesse entendimento com alguns dos países. Acho muito positivo que estejamos caminhando na direção de eliminar vistos para brasileiros visitarem os mais diversos países da União Europeia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Antes de dar a palavra a S. Ex^a o Senador Luiz Henrique, eu gostaria apenas de aditar que essa isenção de vistos é de curta duração, não é uma liberação para brasileiros se dirigirem à União Europeia, com exceção destes dois países, Irlanda e Reino Unido, de transitarem por todos os países livremente. Estamos falando sobre os vistos de curta duração. O Senador Luiz Henrique tem melhores informações.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Exatamente, Sr. Presidente, são vistos de duração de, no máximo, 90 dias, e os objetivos desse visto são para o exercício de atividades turísticas, visitas a familiares, para negociações comerciais, participação em congressos, conferências, seminários, reuniões e participações em competições esportivas e concursos artísticos, de modo que o escopo desse projeto é limitado a essa duração curta e a essas atividades.

Mas eu gostaria, Sr. Presidente – eu cometi um erro aqui – de agradecer ao Secretário Rodrigo Thomazi, meu conterrâneo de Joinville. Citei também o nome do competente assessor desta Comissão Thales Moraes. Eu gostaria de dar aqui mais uma explicação sobre o Acordo Schengen. Ele foi assinado por 30 países, incluindo todos os integrantes da União Europeia, com exceção da Irlanda e do Reino Unido e de três países que não são membros: a Islândia, a Noruega e a Suíça. Estão em via de assinar o acordo o Principado de Liechtenstein, a Bulgária, a Romênia e o Chipre. Esse é, provavelmente, o conjunto dos países onde os brasileiros que vão em viagem de curta duração terão livre acesso de trânsito, sem fronteiras, sem serem embargados na sua circulação na Europa.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor Bloco/PTB – AL) – Continua em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2012.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Antes de encerrarmos a presente reunião, eu gostaria de agradecer a S. Ex^a o Senador Luiz Henrique,

que presidiu a nossa última reunião ordinária, com a sua habitual proficiência, capacidade e coordenação. Muito obrigado a V. Ex^a pelo exercício da Presidência desta Comissão na nossa última reunião.

Pela ordem, S. Ex^a o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, no último dia 13 de abril, em reportagem publicada pelo UOL, está dito que o Presidente da Assembleia Nacional de Cuba, Ricardo Alarcón, afirmou, em entrevista, que o governo de Cuba implementará uma reforma migratória radical e profunda nos próximos meses. “Um dos temas que estamos debatendo atualmente no mais alto nível de Estado se refere à questão migratória. Vamos fazer uma reforma migratória radical e profunda nos próximos meses para eliminar as restrições contra a imigração”.

Uma das mudanças previstas é a dispensa de autorização de viagem ao exterior para cidadãos cubanos e a dispensa de permissão para emigrantes. A intenção, segundo Alarcón, é contemplar o número de imigrantes cubanos nos exterior, que saíram do país por razões econômicas e desejam manter uma relação pacífica com a ilha.

“A comunidade cubana no Exterior é o segundo grupo de pessoas em ordem de importância que viaja a Cuba anualmente. Cerca de meio milhão de cubanos instalados fora de nossas fronteiras nos visitam a cada ano. A imensa maioria da emigração cubana tem uma relação normal com sua pátria de origem.”

Eu me refiro a isso, Sr. Presidente, em função daqueles requerimentos que foram aqui apreciados, na Comissão, um referente a um apelo aos Estados Unidos para acabar com o bloqueio e embargo a Cuba, para que fechem a prisão de Guantánamo e que anistiem cinco prisioneiros cubanos, considerados heróis em Cuba, e, outro, apela à Cuba para que encerre as prisões de consciência política e que permitam que cidadãos cubanos possam sair e voltar ao seu país, inclusive no caso, por exemplo, da Sr^a Yoani Sanchez.

Recebi o apelo de diversos Senadores, inclusive da Presidenta do Grupo de Amizade Brasil/Cuba no sentido de que não insistisse na apreciação em plenário desse requerimento relativo à Cuba. Eu gostaria de, diante de tal notícia que acabo de registrar, Sr. Presidente, quem sabe por isso, encaminhar a V. Ex^a uma carta que escrevi à Sr^a Yoani Sanchez. Vou deixar em mão de V. Ex^a para que, até a próxima terça-feira, possamos pensar juntos.

A minha intenção, conforme expressei aqui, seria adiar a votação do requerimento até, digamos, 12 de setembro, data em que provavelmente nos reuniremos, antes das eleições de outubro, para sessão deliberativa, para que seja dada a oportunidade a Cuba.

Como está registrado que a Assembleia Nacional de Cuba está por implementar essa maior liberdade de os cubanos entrarem e saírem de Cuba, quem sabe pudéssemos até adiar a votação daquele requerimento e assim seria uma forma de atender ao apelo que alguns Senadores fizeram, para não constranger a relação do Congresso Nacional brasileiro com o governo de Cuba, mas levando em conta a expectativa de que essa ação poderá acontecer com liberdade inclusive para uma pessoa como a Sr^a Yoani Sanchez de poder vir ao Brasil e voltar.

Então, eu gostaria de entregar esta carta, até para que V. Ex^a me ajude a pensar no melhor procedimento até a terça-feira próxima, dia 6, para que possamos apreciar ambos os requerimentos em plenário no dia 12 de setembro. Então, gostaria de encaminhá-la a V. Ex^a.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. A Presidência desta Comissão acolhe com satisfação a sua solicitação para o adiamento da análise da matéria desse seu requerimento.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra pela ordem para dar um depoimento aqui a respeito da coerência política do Senador Eduardo Suplicy.

Fomos colegas Deputados durante vários mandatos e eu vi sempre o então Deputado Eduardo Suplicy solicitando, de um lado, o fim do bloqueio norte-americano a Cuba e, de outro lado, o restabelecimento absoluto do direito dos dissidentes de manifestarem as suas opiniões. Vi, várias vezes, o Deputado Eduardo Suplicy, como o vejo como Senador, pedindo a liberação de presos políticos naquele país.

E eu quero lembrar, Senador Suplicy, de um encontro reservado que tivemos, V. Ex^a, o ex-Ministro Nelson Jobim, o Deputado Inocêncio Oliveira, o Deputado Pimenta da Veiga e eu, numa reunião-almoço com o então Secretário de Comércio dos Estados Unidos Ron Dennis, uns trinta dias antes de ele falecer, no Oriente, num acidente aviatório.

Eu lembro que V. Ex^a, na sua intervenção, fez um apelo ao Secretário de Comércio norte-americano para que os Estados Unidos inaugurassem uma nova fase de relacionamento político e diplomático com Cuba e acabasse com o embargo. V. Ex^a falava em solidariedade ao povo cubano, porque o embargo estava causando dificuldades até alimentares para o povo cubano.

Eu quero, Sr. Presidente, enaltecer isto aqui: a coerência histórica do Senador Eduardo Suplicy, prin-

principalmente nessa matéria, agindo de forma isenta, de um lado, condenando a repressão política em Cuba e, de outro lado, condenando a repressão econômica norte-americana contra Cuba.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Luiz Henrique.

Eu gostaria de sublinhar aqui, Senador Eduardo Suplicy, nesse seu ofício enviado à Presidência desta Comissão, um trecho em que o senhor diz: “Quem ouviu com atenção as palavras da Presidenta Dilma Rousseff em discurso por ocasião da nomeação da Comissão da Verdade sabe perfeitamente o quanto eu estou de acordo com ela quando afirma concordar com Galileu Galilei, que diz ‘a verdade é filha do tempo, não da autoridade’.” E V. Ex^a anexa o discurso, segundo palavras de V. Ex^a, o brilhante discurso de Sua Excelência a Presidenta Dilma Rousseff.

Apenas há uma correção, Senador. Dia 6 de junho é... Que dia da semana cai?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É a próxima quarta-feira, salvo engano.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Quarta-feira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E seria o dia para o qual eu teria solicitado o adiamento. Então, antes de ser votado dia 6, a minha intenção é, dia 5, apresentar o requerimento para que sejam apreciados tais requerimentos em 12 de setembro, para dar tempo de, eventualmente, termos a decisão da Assembleia Nacional e do governo cubano sobre essa citada anunciada reforma do regime migratório e maior liberdade de entrada e saída de cidadãos cubanos de Cuba.

Por isso que eu achei importante a declaração do Presidente Ricardo Alarcón, da Assembleia Nacional de Cuba, porque, se houver, de fato, modificação na direção de maior liberdade aos cidadãos cubanos, ficaria satisfeita aquela parte do requerimento que apela às autoridades cubanas nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, esse é o sentido de por que adiar a apreciação do requerimento. É um sinal de boa vontade para com o governo cubano, já que foi anunciada a possibilidade de tomarem decisão naquela direção melhor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente.

Como disse a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, a Presidência desta Comissão acolhe com satisfação

essa sua solicitação e esse seu gesto. A minha dúvida era apenas a questão da data, mas está agora esclarecido, com as palavras de V. Ex^a.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo a presença de todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores, convoco-os para a nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 14 de junho, quinta-feira, às 10 horas, neste plenário, com pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quinta-feira, 14 de junho.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Quinta-feira, 14 de junho, porque agora esta quinta-feira é feriado de *Corpus Christi*.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – ...requeiro urgência para o projeto que acabamos de aprovar, de acordo de direito de livre circulação entre o Brasil e a União Europeia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente. A solicitação de V. Ex^a...

Reabro a presente reunião para colher o que coloca, a indagação feita por S. Ex^a a Senadora Ana Amélia de que a nossa reunião será, sim, no dia 14 de junho, porque no próximo dia 7 é feriado de *Corpus Christi* e não teremos, então, reunião e também acolho a solicitação de S. Ex^a o Senador Luiz Henrique pedindo regime de urgência para apreciação, em plenário, do acordo que trata da isenção de vistos temporários para os brasileiros portadores de passaporte comum.

Então, agora, sim, declaro encerrada a presente reunião, convocando os Srs. e as Sr^{as} Senadoras para a nossa próxima reunião, no dia 14 de junho, quinta-feira, às 10 horas da manhã, com pauta deliberativa.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 05 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 15 HORAS E 45 MINUTOS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dezesseis horas e dezenove minutos do dia onze de julho de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente desta Comissão, reúne-

-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença dos Senadores Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Inácio Arruda, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá e Casildo Maldaner. A Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidente comunica o recebimento do Aviso nº 814/2012, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, informando sobre indícios de irregularidades graves na Construção das tubovias do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj (Processo nº TC-006.576/2012-5). A Presidente dá início à deliberação da matéria constante da pauta. **ITEM ÚNICO – MENSAGEM (SF) Nº 57, DE 2012**, de autoria da Presidente da República, que “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.” A Presidente concede a palavra ao Relator, Senador Delcídio do Amaral, para leitura do Relatório. Lido o Relatório, fica concedida vista coletiva aos Senadores, nos termos do § 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009–CI. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e um minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicado.

Recebo o Aviso nº 814, de 2012, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Benjamin Zymler, informando sobre os indícios de irregularidades graves na construção de tubovias do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

O referido documento encontra-se à disposição das Sras. e dos Srs. Senadores, na Secretaria desta Comissão.

Item único, decisão não terminativa.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 57, DE 2012

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Magda Maria de Regina Chambriard para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral.

Relatório: Será lido agora pelo Sr. Senador Delcídio do Amaral.

Observações: 1– *Será concedida, automaticamente, vista coletiva após apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, nos termos do Ato nº 1, de 2009 – CI.*

Concedo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral para proferir o seu relatório.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Presidente, Senadora Lúcia Vânia.

Este é um relatório bastante objetivo...

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Senador, só um instante. Vou convidar a Dra. Magda para se sentar ao meu lado.

Convido a Sra. Magna Maria de Regina Chambriard para tomar assento à mesa.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Sra. Presidenta, o objetivo do meu relatório é a Mensagem nº 57, de 2012 (nº 311/2012, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome da Sra. Magda Maria de Regina Chambriard para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O meu relatório.

Vem para manifestação do Senado Federal a Mensagem nº 57, de 2012, encaminhada pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República, sobre a indicação da Senhora Magda Maria de Regina Chambriard para ser reconduzida ao cargo de Diretora da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A Carta Magna atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar previamente, por maioria absoluta e voto secreto, após arguição em sessão pública, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar.

Portanto, a iniciativa do Chefe do Poder Executivo atende ao disposto no art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 11, § 2º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Ademais, o art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) atribui a esta Comissão a competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383, também do RISF.

Anexo à presente Mensagem, consta o *curriculum vitae* da indicada, em atendimento à prescrição regimental do art. 383, I, conforme descrito a seguir.

A Senhora Magda Maria de Regina Chambriard nasceu em 30 de junho de 1957. Graduou-se em engenharia civil e concluiu mestrado em engenharia química, ambos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ –, respectivamente em 1979 e 1989. Especializou-se também em engenharia de reservatórios e avaliação de formações pela Universidade Corporativa da Petrobras, em 83. Fez vários cursos de aperfeiçoamento profissional entre 1980 e 2001, entre os quais destacamos: geologia de petróleo para engenheiros, engenharia de poços orientais, perfilação de poços, negociação de contratos, exploração e produção, programa de capacitação e negociação da indústria do petróleo, contabilidade e análise de portfólio de investimentos em projetos de E&P.

É muito vasta a experiência profissional da Srª Magda Maria de Regina Chambriard na área afim da ANP.

Trabalhou na Petrobras entre 1980 e 2002, onde atuou nas áreas de engenharia de reservatórios, engenharia de produção e, mais recentemente, na área de novos negócios de exploração e produção. Em 2002, desligou-se da Petrobrás e passou a trabalhar na ANP até 2008, onde atuou como assessora de Diretor e, nesse período, trabalhando na agência reguladora, acumulou o exercício da Superintendência de Exploração e da Superintendência de Definição de Blocos.

No exercício de função pública na ANP, atuou como instrutora de cursos de formação e como palestrante internacional. Em 05 de novembro de 2008, mediante decreto presidencial, a engenharia Magda Maria de Regina Chambriard foi conduzida ao cargo de Diretora da ANP, após aprovação do nome de S. Sª em sabatina neste Senado Federal.

Durante o quadriênio em que vem exercendo o quadro de diretora, além das atividades vinculadas ao exercício do cargo, também representou a ANP em diversos eventos internacionais. Em 2012, mediante Decreto Presidencial, de 08 de março, foi nomeada Diretora-Geral da ANP.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores, integrantes desta Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a presente indicação.

Este é o meu relatório. Gostaria, minha cara Senadora, Presidenta Lúcia Vânia, de registrar que Magda tem uma grande experiência nessa área. Não é só um dos melhores quadros da Petrobras, mas, sem dúvida nenhuma, um dos melhores quadros da ANP e do País; portanto, tem absoluta competência para comandar, principalmente em um momento importante como este, quando a Petrobras lança seu novo plano de negócios, onde temos os leilões de petróleo pela frente, onde nós temos o pré-sal. Não tenho dúvida nenhuma que a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis está sob o comando de alguém que, sem dúvida nenhuma, responde às aspirações de todos nós com dignidade, honestidade, competência e espírito público.

Portanto, essa é uma recondução, pois todos nós aqui do Senado Federal já a conhecemos, tanto que já aprovamos o nome da Drª Magda na ocasião anterior quando foi sabatinada para uma diretoria da ANP. Portanto, é com muita tranquilidade que apresento este relatório, porque sei que o Senado aprovará, cumpridos os atos já lidos por V. Exª, um nome que efetivamente tem todas as condições de enfrentar os novos desafios na área de petróleo, gás e biocombustíveis que vão se apresentar em nosso País. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Lúcia Vânia. Bloco/PSDB – GO) – Agradeço, Senador Delcídio, por tão prontamente elaborar seu relatório e podermos aqui fazer esta leitura, uma vez que, após o recesso, nós teremos um espaço curto de tempo em que teremos a oportunidade de sabatar a Drª Magda Maria.

Quero cumprimentá-la e dizer de nossa satisfação de tê-la aqui conosco neste momento e dizer de minha satisfação pessoal de, como mulher, ver uma mulher de tão grande competência ocupar um cargo importante. Isso valoriza o papel da mulher e valoriza acima de tudo a competência, uma vez que ela já mostrou essa determinação, essa competência, essa eficiência à frente da Agência. E a sua recondução é um mérito.

Todos nós, principalmente nós mulheres, ficamos muito honradas de ver uma mulher indicada para um cargo tão importante e ao mesmo tempo agora ser reconduzida pela sua eficiência e competência.

É um orgulho para nós aqui no Senado da República, onde nós temos apenas nove mulheres representando as mulheres do Brasil, poder, aqui na Presidência desta Comissão, homenagear uma mulher pela sua eficiência e acima de tudo pela sua atuação – que se impôs nesse universo tido como eminentemente mas-

culino – dirigindo a maior empresa nacional. Isso, sem dúvida nenhuma, é motivo de orgulho para todos nós.

Seja bem-vinda, Dra. Magda. Eu tenho certeza de que a Comissão de Infraestrutura sabatinará V. Exa. com a maior elegância e reconhecendo o seu trabalho e a sua trajetória.

Muito obrigada.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a reunião, dizendo que vamos conceder vista coletiva para que os Srs. Senadores componentes desta Comissão conheçam o currículo e a trajetória da Dra. Magda Maria. E após o recesso, a nossa primeira audiência será a sabatina com a Dra. Magda.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 16 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 31 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL – CISTAC, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia quinze de maio de dois mil e doze, no plenário treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Vicentinho Alves**, Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a presença dos Senadores **Flexa Ribeiro, José Pimentel e Delcídio do Amaral e Valdir Raupp**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Em seguida, passa-se à pauta, quando o Presidente convida a tomarem assento à Mesa os expositores: Senhor **Renato Cláudio Costa Pereira**, Major-Brigadeiro-do-Ar (Reserva) e Ex-Secretário-Geral da Organização Internacional da Aviação Civil – OACI; Senhor **Antonio Rodriguez Fritz**, Secretário Regional da Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte – ITF e Senhor **Carlos Ebner**, Diretor da Associação Internacional de Transportes Aéreos – IATA. O Presidente informa que esta reunião tem por finalidade debater políticas públicas dentro da visão e perspectiva da indústria internacional de transporte aéreo em relação à aviação civil brasileira, em atendimento ao Requerimento nº 01/2012-CISTAC. O Presidente registra a presença do Senhor Olimar José Costa, da Associação Nacional dos Aeronautas – ANA – e do Sindicato dos

Aeronautas do Município de São Paulo e Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba; do Senhor Comandante Paulo Licati, Assessor Técnico da Associação Brasileira de Pilotos de Aviação Civil – ABRAPAC; do Senhor Comandante Rogério Aguirres, ABRAPAC; da Senhora Ana Paula Cunha Machado, Assessora do Departamento de Política de Serviços Aéreos; da Senhora Laila Estrela, Assessora da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; da Senhora Rafaela Cortes, Assessora da Secretária de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR; da Senhora Zoraide, CNA; da Senhora Patrícia Pego, Ministério da Fazenda; do Senhor Cícero Filho, Ministério da Fazenda; do Senhor Rodrigo Cruvinel, Ministério da Fazenda; da Senhora Graziella Baggio, FENTAC; do Senhor Décio Augusto Maruci, Tenente-Coronel-Aviador da ASPAER; do Senhor Fernando Gasparotto, Piloto da GOL Linhas Aéreas; da Senhora Patrícia Xavier, Gerente de Relações Institucionais da EMBRAER; do Senhor Paulo Brum, Gerente de Relações Externas da EMBRAER. O Presidente concede a palavra ao Senhor **Renato Cláudio Costa Pereira**, Major-Brigadeiro-do-Ar (Reserva) e Ex-Secretário-Geral da Organização Internacional da Aviação Civil – OACI, para fazer sua exposição. Usa da palavra o Senador Delcídio do Amaral. Às quinze horas e dezenove minutos, o Presidente passa a presidência ao Senador Valdir Raupp. O Presidente concede a palavra ao Senhor **Antonio Rodriguez Fritz**, Secretário Regional da Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte – ITF. O Senador Flexa Ribeiro, Vice-Presidente da Subcomissão, assume a presidência da reunião às quinze horas e quarenta minutos. O Presidente concede a palavra ao Senhor **Carlos Ebner**, Diretor da Associação Internacional de Transportes Aéreos – IATA. O Senador Flexa Ribeiro faz questionamentos aos palestrantes. Os convidados respondem aos questionamentos e fazem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e dez minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vicentinho Alves**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovarem permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Passamos... A Presidência, porém, antes...

Já tem a relação dos convidados?

Passamos à pauta... Mas, antes, convido para tomarem assento à Mesa o Sr. Renato Cláudio Costa Pereira, Major-Brigadeiro do Ar e ex-Secretário-Geral da Organização Internacional da Aviação Civil – OACI.

Convido o Sr. Antonio Rodriguez Fritz, Secretário Regional da Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte – ITF.

Convido o Sr. Carlos Ebner, Diretor da Associação Internacional de Transportes Aéreos – IATA.

Aos convidados que queiram assentar-se aqui mais à frente, fiquem à vontade. Eu estou só aguardando, por parte da Assessoria, a relação dos ilustres convidados e das ilustres convidadas, para que os citemos aqui durante nossa reunião, nossa audiência pública.

Sejam bem-vindos todos os ilustres palestrantes. É uma honra recebê-los nesta Subcomissão, pela qual nós queremos, ao final, dar uma grande contribuição ao Governo de nossa Presidenta Dilma e ao nosso País. Vamos esforçar-nos muito para que, ao final, apresentemos um bom planejamento, com boas legislações em todas as áreas. No decorrer das audiências públicas, a gente vai observando a necessidade de algumas legislações, que vão desde o campo trabalhista até vários outros setores da aviação.

Eu quero apenas, em rápidas palavras, fazer aqui uma introdução sobre a audiência pública de hoje, para que fique registrada nos Anais de nossa Subcomissão.

A aviação é regida por um conjunto de normas internacionais que buscam o máximo de padronização entre os procedimentos que orientam suas operações, tendo a segurança como sua principal meta. Contudo, mais que erigir meras normas, os Estados precisam garantir a contínua observância dessas regras e, principalmente, sua constatação, evolução, sendo a criação de organizações internacionais a solução lógica para garantir um fórum de debate permanente, onde todas as nações tivessem igualdade de representatividade, independente de sua condição política ou econômica, pois para as aeronaves não existem fronteiras.

A primeira grande convenção internacional voltada para padronização das normas de uso do espaço aéreo surgiu em Paris, no ano de 1919, e culminou com a criação da CINA, Comissão Internacional de Navegação Aérea, sendo que já nessa época o Brasil se destacou no campo da produção de leis para aviação ganhando o direito de ocupar um lugar de destaque como potência aeronáutica.

Essa posição seria corroborada em 1944, durante a Convenção de Chicago, onde o Brasil participou ativamente da criação da Organização da Aviação Civil Internacional, sendo que figura como membro originário e integrante do Grupo I de seu Conselho desde então, o que o faz reconhecido como Membro da Elite da Aviação Mundial.

As leis de Chicago estabeleceram novas normas de segurança para as operações aeronáuticas e vem promovendo a implantação de políticas dos céus abertos e a constante atualização de seus padrões, por meio dos anexos à Convenção de Chicago, que apesar de não obrigarem os países, faz com que os mesmos os sigam à risca, sob pena de se verem excluídos do Sistema Internacional da Aviação Civil, o que, por certo, resultaria em seu isolamento da comunidade internacional.

Contemporaneamente, a OACI insurge ao que se chamou de a nova IATA, Associação Internacional de Transporte Aéreo, que, por sua vez, trata dos assuntos relativos à indústria das linhas aéreas, hoje congrega 243 empresas e possui um papel primordial de integrar os interesses entre os particulares e os governos, sendo que suas regulações primam em prover um transporte seguro e eficiente aos seus usuários.

A OACI e a IATA trabalham em uníssono pela indústria da aviação, sua eficiência e segurança, sendo que compartilham a mesma sede em Montreal, no Canadá, e também estão regionalizadas com o objetivo de melhor atender às características das demandas da aviação em todos os continentes.

Não menos importantes são as várias outras organizações internacionais, como a Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte, IFT, que busca promover não apenas as melhores condições aos trabalhadores de transporte no mundo, mas também promover sua qualificação e a padronização de procedimentos, especialmente se o assunto é aviação.

Dentro desse contexto, o Brasil vem sendo observado com apreensão pela comunidade aeronáutica internacional, pois ainda que a atividade cresça em índice relevante, há necessidade urgente de rever e implementar sua infraestrutura aeronáutica, combater diversos gargalos ao seu desenvolvimento, além da criação de uma nova política pública que atenda ao setor, o que inclui um novo marco regulatório e coloca em cheque sua capacidade de crescimento em um momento em que tantas empresas desejam investir em nosso País.

Está presente o ilustre Senador Delcídio do Amaral...

Porém, antes de anunciar os nossos palestrantes e dar a palavra, a qualquer momento, aos Senadores

aqui presentes, como o Senador Delcídio, quero registrar as visitas ilustres de todos e dos aqui já relacionados como: Comandante Paulo Licati, da Abrapac, Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil; Comandante Rogério Aguirres, meu velho amigo, da Abrapac; Sr^a Zoraide, da CNA; Comandante Olimar José Costa, da Associação Nacional do Sindicato dos Aeronautas do Município de São Paulo e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba.

Caro, se quiser ficar aqui mais próximo, fique à vontade.

Ana Paula Cunha Machado, da Anac... Não é da Anac, não... É da SAC. A Rafaela é que é da Anac... Também da SAC... Laila Estrela é da Anac? Agora está certo. Presente também Graziella, muito atuante no setor. Seja bem-vinda.

Portanto, concedo a palavra ao Major-Brigadeiro do Ar, Sr. Renato Cláudio, ex-Secretário Geral da Organização Internacional de Aviação Civil. A presença de V. S^a nos honra muito e, com certeza, contribuirá com esta Subcomissão.

V. S^a dispõe de 10 minutos, prorrogáveis.

O SR. RENATO CLÁUDIO COSTA PEREIRA –

Muito obrigado, Senador. Boa-tarde a todos. Acredito que estão aqui porque realmente se interessam pelo transporte aéreo neste País.

Eu tenho alguma história no setor de transporte aéreo, mesmo tendo minha origem na Força Aérea Brasileira, o que muito me orgulha.

Como todos os oficiais, sargentos e civis do Ministério da Aeronáutica, eu fui selecionado, por uma série de circunstâncias, para integrar o corpo do antigo Departamento de Aviação Civil, talvez o primeiro órgão do Ministério da Aeronáutica a ser efetivado ao lado da Força Aérea.

Eu aprendi muito – como se dizia *on the job* –, e me esforcei muito para me relacionar com as pessoas que tinham história na aviação civil. E dentro do Departamento de Aviação Civil, desempenhei várias funções, inclusive fui Presidente da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional (Cernai), que, apesar desse nome, era o órgão que tratava dos interesses comerciais do Brasil em relação à sua presença no mundo, por meio de acordos bilaterais.

Não era uma atividade diplomática, na expressão da palavra, mas era uma atividade comercial que se propunha a conseguir o máximo de oportunidades para nossas empresas, nossos trabalhadores, passageiros, transportadores de carga, dentro do contexto da integração internacional, por intermédio do transporte aéreo.

O transporte aéreo é uma atividade extremamente complicada. Ela é complexa e depende, fundamen-

talmente, da tecnologia. As pessoas que têm de lidar com o transporte aéreo são obrigadas, pela própria atividade, a conviver com o desenvolvimento da tecnologia pelo mundo.

Conceitos antigos vão sendo modificados. Possibilidades que considerávamos deixam de ser consideradas. Um exemplo rápido, para que entendam do que estou falando: No meu tempo de Tenente, Capitão, quando voava, o número de horas de voo de alguém era muito importante, mas, naquela época, nós nos dedicávamos ao voo o tempo todo. No trabalho de antes e depois do voo, o piloto estava presente juntamente com a sua tripulação.

Hoje, isso já mudou. O número de horas de voo tem a função básica de saber o interesse que aquele indivíduo transmite pela aviação, mas o mais importante hoje, dado o desenvolvimento da tecnologia do voo, do controle do espaço aéreo, das atitudes que se devem tomar dentro de um avião e fora dele, é acompanhar o desenvolvimento dessa tecnologia. Hoje, o importante é o treinamento que essas pessoas tiveram a possibilidade de receber, durante a sua trajetória na aviação civil, como tripulantes, e, principalmente, nos últimos seis meses, qual tem sido a sua possibilidade de treinamento e qual a proficiência que ele adquiriu nesses últimos seis meses, para fazer aquele trabalho que deve fazer.

Hora de voo é um galardão para que nós, águias velhas, possamos dizer que passamos muito tempo no espaço.

Eu acredito que a função de fazer funcionar o transporte aéreo em um País como o Brasil, hoje considerado a sexta economia do mundo, é fundamental para manter o desenvolvimento e a economia não só do Brasil, mas também da região que o Brasil ocupa.

A presença do Brasil no transporte aéreo é muita antiga. Como disse o Senador, já em Paris o Brasil estava se metendo nessa história de transporte aéreo quando voar era uma atividade extremamente perigosa. Organizamos aqui como fazer um transporte aéreo e fomos respeitos pelo resto do mundo.

Mais tarde, ao final da II Guerra Mundial, a situação no mundo em guerra era bastante difícil, porque países como os Estados Unidos, a Inglaterra, claro, a França – a União Soviética, na época, não tinha dúvida que era assim – tinham entregado a responsabilidade de defender as suas nações a uma juventude que não tivera tempo, ainda, nem de escolher uma profissão. Muitos desses jovens escolheram a aviação que, na época da II Guerra Mundial, era uma máquina de matar gente. A vida média de um piloto de transporte – já que falamos de transporte aéreo –, por volta dos anos de 1943, 1944, era de uma semana a 15 dias em ação,

pilotando um avião de tecnologia ainda atrasada e em situação de combate.

O Presidente Roosevelt, com seus assessores, nessa época, chegou à conclusão de que eles teriam alguns problemas muito difíceis na guerra, que já estava sinalizando que iria terminar: primeiro, a reconstrução de uma parte muito importante do mundo, que era a Europa; segundo, como acomodar todos esses jovens que já tinham arriscado suas vidas em defesa da liberdade e de suas nações em um mercado de trabalho, se eles, durante anos, haviam aprendido apenas a pilotar um avião; e isso para transportar, debaixo de riscos enormes, para benefício de suas forças armadas.

Eles aconselharam e o Presidente Roosevelt acatou, já que a tecnologia tinha se desenvolvido a ponto de possibilitar aeronaves que tinham largo raio de ação, largo alcance, tecnologia para navegação e outras coisas que não havia antes da II Guerra Mundial; e esses jovens precisavam voar. Mas a qualidade com que esses aparelhos eram fabricados era relativa ao necessário de produção para a guerra. Atrito muito alto. Antes de uma máquina dessas começar a apresentar problemas, já teria sido destruída pelo inimigo ou em acidentes.

Então, era necessário criar uma organização internacional que, ouvindo todos os setores que contribuem para o funcionamento do transporte aéreo, pudesse, em primeiro lugar, criar as regras segundo as quais esse transporte aéreo poderia ser utilizado para a reconstrução da Europa, construção de outros países em desenvolvimento e, principalmente, desenvolvimento das economias de um mundo saindo de uma guerra daquele tamanho.

Essa resposta foi dada pela criação, inicialmente, de um órgão chamado Picasso, um pioneiro, e depois passou a ser Icao, para nós, em português, Oaci, Organização da Aviação Civil Internacional.

Qual foi a responsabilidade entregue a essa organização? Em primeiro lugar, construir, tendo em vista a presença nos debates que se fariam necessários, um consenso de todas as vozes que deveriam ser ouvidas. Seriam essas vozes encaminhadas à Oaci através dos seus governos.

O Brasil participou das reuniões em Chicago, que criaram essa organização; e sempre foi considerado do primeiro grupo da aviação de transporte aéreo. E o Brasil tem um recorde na história, devido à sua importância em todos os setores da aviação de transporte aéreo, tendo sido até hoje o único País membro da Oaci eleito pela unanimidade dos votos da assembleia geral, em 1997, se não me engano. Depois disso, o nosso prestígio caiu bastante. Hoje em dia, o Brasil ocupa a sua posição no conselho a Oaci e, principalmente, a

sua posição técnica na Comissão de Navegação Aérea e nos demais comitês da organização.

É importante, quando falamos nisso dentro desta Casa, fazermos uma referência extremamente importante para todo mundo entender o que é a Oaci. A Oaci, por definição da convenção que a criou, é obrigada a estudar, a ouvir todas as vozes interessadas, através dos Governos dos Estados-membros, e a produzir uma regulamentação e o que nós chamamos de normas recomendadas. Não chegam a ser normas ou regras determinantes, mas são recomendadas, para que se possam prevenir acidentes ou incidentes ainda não devidamente analisados.

Essa atividade é muito parecida com a que acontece no Congresso. Ouvidos os grupos de interesse, ouvidas as necessidades de cada Estado-membro, e mais, dentro das necessidades de cada Estado-membro, as vozes daquelas organizações ou conjuntos de interesse realmente têm de colocar lá uma posição, para que seja defendida pelo Brasil dentro do conselho, dos demais comitês e da Comissão de Navegação Aérea. Eu colocaria, mais ou menos, que o conselho, a Oaci seria como o Senado; e os comitês e a Comissão de Navegação aérea seriam como a Câmara dos Deputados; eles trabalham para produzir a legislação que irá possibilitar o funcionamento organizado, ordenado, economicamente viável e seguro da atividade do transporte aéreo.

É muito importante que a gente entenda isso, porque eu acredito – não sei; pode ser que alguém corrija –, que, diferentemente do que acontecia quando eu era Presidente da Cernai, por exemplo, que seja importante saber como as vozes desses conjuntos, organizações e tudo o mais estão chegando até o nosso representante, dentro do Conselho da Oaci, que vai aprovar ou não aquela legislação que está sendo criada lá, de interesse real daqueles grupos, daquelas organizações que têm por obrigação manter funcionando o transporte aéreo, tão importante hoje em qualquer país do mundo. Acompanhar isso talvez seja a tarefa mais importante em relação ao transporte aéreo internacional; e a participação do Brasil poderia ser um pouco mais atuante.

Outro aspecto também para o qual eu chamaria atenção aqui é que, independentemente de quem hoje toma as decisões em relação ao transporte aéreo, essas decisões têm de ter a legitimidade de virem daqueles órgãos e grupos de interesse bem analisadas e discutidas, para que nós tenhamos uma posição sempre séria, considerada dentro da nossa responsabilidade no grupo, no primeiro grupo.

A presença do Brasil no primeiro grupo é uma presença forte, porque a palavra do Brasil devia ter um

peso. E é muito difícil, quando acontecimentos aqui, dentro do Brasil, contrariam essa posição.

Eu pediria apenas que essas palavras que eu disse rapidamente aqui não fossem, mais uma vez, não consideradas, como outras que virão aqui. Eu era Secretário-Geral da Oaci e participei de uma audiência pública – Graziella estava aí. Era o Deputado Marchezan. Nesse momento, estava se discutindo aqui a conveniência ou não de se criar uma agência reguladora.

Eu me lembro de que foi bastante unânime a nossa posição, a posição de quem estava militando na aviação civil de transporte aéreo, com o seguinte ponto de vista: uma agência reguladora e fiscalizadora da aviação civil era necessária, liberando a Força Aérea para fazer o seu papel constitucional de defesa do País, mas tinha de ser feito de uma maneira competente.

Primeiro, devia-se formar o quadro de pessoal treinado e experiente para que pudesse fazer funcionar uma comissão reguladora e fiscalizadora. Isto tinha de ser começado antes de se criar a própria comissão: estimular as escolas, estimular, em todos os níveis, não a formação de profissionais como engenheiros, aviadores, médicos, seja lá o que for, mas de gerentes que entendessem de aviação civil e pudessem fazer com que a aviação civil funcionasse nos seus devidos setores. Ao que me consta, nunca foi feito nada nesse sentido. Até hoje, continuamos formando bons profissionais, mas a gerência disso é adquirida ainda *on the job*, ou seja, durante o trabalho.

Nós, que vivemos um período e vivemos o outro, ficamos, às vezes, assustados. Como uma atividade de tão alta tecnologia, deve ter um planejamento mínimo de 20 anos na frente, com gente estabelecida pesquisando as tendências da tecnologia, para que pudessem preparar as nossas condições de fornecer esse serviço e dar às pessoas que trabalham com isso as condições de segurança adequadas para que possam continuar trabalhando.

Eu não vejo nenhum esforço em estimular o aparecimento desse tipo de curso que não é formação profissional, mas apenas a capacidade de permitir a transferência de conhecimento do que as pessoas que conhecem já têm e os outros levarão tempo para adquirir; ou seja, colocá-los juntos, para que isso possa acontecer. E exigir que, para ocupar determinados cargos dentro da estrutura de regulamentação e fiscalização, haja uma base de conhecimento de aviação, de transporte aéreo adequada.

Eu espero que aquilo que nós discutimos na primeira audiência pública sobre a criação da Anac... A única coisa que apareceu foi a Anac, mas não com os cuidados que foram propostos. Na segunda audiência pública, logo após o acidente em Congonhas,

também tudo o que foi dito que seria feito para resolver os problemas operacionais dos aeroportos brasileiros não foi feito.

Então, onde está aquele planejamento de 20 anos, sendo revisto a cada ano? Onde está a possibilidade de colocar, em determinadas universidades, em determinadas faculdades, um grupo capaz de analisar o desenvolvimento da tecnologia adequada e alertar essa agência para o fato de que ela tem de se preparar para que esse momento chegue e ela tenha condições de atendê-lo.

Exemplo típico, só para encerrar. Todos nós conhecemos e sabemos que a Airbus tem um avião chamado A-380, que pode conduzir até 800 passageiros; mas algum aeroporto brasileiro se adequou para receber esse equipamento? Já se sabia disso há dez anos. Eu, como Secretário-Geral da Oaci, conduzi um painel com os *experts* e representantes da Airports Council Internacional e da IATA, em Montreal, em que nós discutimos isso. Passamos as conclusões desse painel a todos os Estados-membros para que, desejando a operação do A-380, preparassem seus aeroportos para isso.

Dentro dessa mesma ideia, a cultura que hoje vemos consegue confundir terminal de passageiros com aeroporto. Aeroporto é uma coisa muito mais complexa que um terminal de passageiros. Ouvimos e lemos na imprensa: vamos privatizar o aeroporto... Não, estamos privatizando terminais de passageiros, mas aeroporto, não. E a diferença fundamental é que o terminal é construído para atender aos passageiros e à carga. O aeroporto só existe para atender às empresas de transporte aéreo dentro da faixa econômica. O aeroporto trata com as empresas. O terminal de passageiros tem de estar pronto a colocar os passageiros no embarque, na hora certa, para que não haja atraso nos vôos, nem nada. Essas coisas são parte de uma cultura. Graziella sabe disso muito bem, mas, quando ela lê nos jornais, ela vê que vão privatizar um aeroporto, mas, aí, vai lá ver e é só o terminal. Essas coisas são muito importantes, porque, se a cultura começa a divergir da parte profissional, não vamos a um bom resultado no final.

Eu agradeço. Eu já falei demais. Estarei à disposição de qualquer um dos senhores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR - TO) – Obrigado.

Os Srs. Senadores que queiram fazer uso da palavra...

Antes, Senador Delcídio, cumprimento o Tenente-Coronel-Aviador Décio Augusto Maruci, Assessor Parlamentar da Aeronáutica. Caso queira sentar-se

aqui, fique à vontade. Sempre presente nas nossas audiências públicas.

Com a palavra o ilustre Senador Delcídio, pelo Mato Grosso do Sul e pelo Brasil.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT - MS)

– Meu caro Presidente, Senador Vicentinho Alves, quero cumprimentar também o Dr. Renato Pereira, o Dr. Antonio Rodriguez Fritz e também o Dr. Carlos Ebner.

Eu vou ter de me retirar daqui a pouco, porque eu faço parte de uma comissão mista que está analisando a medida provisória da caderneta de poupança e eu sou revisor dessa medida provisória.

Quando cheguei aqui, o Dr. Renato Pereira já estava iniciando a sua exposição e acredito que os demais convidados ainda não falaram. Mas eu queria fazer um registro. Primeiro, eu registro essa exposição sensata e lúcida de alguém que tem uma larga experiência, especialmente no que se refere à aviação civil - mas por que não dizer também da aviação militar, até pelas origens militares do Dr. Renato Pereira, mais especificamente na Força Aérea brasileira?

Eu só queria fazer um registro, Senador Vicentinho. Fui o relator da Agência Nacional de Aviação Civil aqui no Senado, e nós fizemos muitas audiências públicas, conversamos com os principais atores do setor de aviação civil, tivemos a oportunidade de conversar sobre o código brasileiro...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR

– TO) – Senador Delcídio, só um minutinho.

Eu sou membro da CPI e estão me chamando para votar. Eu consulto o Senador Valdir Raupp se poderia presidir por quinze minutos, para eu vá votar e em seguida volte. Obrigado, Senador.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Obrigado, Senador Vicentinho.

Mas nós fizemos muitos debates e efetivamente pautou a criação da Agência Nacional de Aviação Civil, quer dizer, primeiro, a necessidade que o País mais do que nunca percebia. O Brasil é um País diferenciado. Nós criamos pessoas de tremenda qualificação que um dos poucos países do mundo que homologam aeronaves é o Brasil. Isso é fator importante para nós. E, ao mesmo tempo, havia essa preocupação de se separar a aviação civil da aviação militar.

Os militares com a missão que a República mais do que nunca determinou, sob o ponto de vista de defesa do País, sob o ponto de vista de monitoramento, controle. E o outro lado, a aviação civil propriamente dita, tendo uma cara por meio da Agência Nacional de Aviação Civil.

E nós fizemos muitos debates. Nós conversamos com vários Brigadeiros, com o pessoal do antigo Departamento de Aviação Civil, com controladores de

vôos, com empresas aéreas, com empresas de táxi aéreo. Foi um trabalho amplo e aprovamos a Agência Nacional de Aviação Civil. Mas sem atender as premissas que o Dr. Renato Pereira acabou aqui de relatar.

Foi feita uma transição. À época eu não me lembro, mas eram cinco anos e eu não sei se mudou alguma coisa com a desmobilização de 20% ao ano do efetivo do então Departamento Nacional de Aviação Civil, não é? DAC, perdão! E a realidade é que nós acumulamos experiência trabalhando – é isso mesmo. Nós não tivemos tempo de preparar, de uma maneira adequada, planejada, não foi feito um trabalho forte no sentido de garantir até uma transição para preparar as pessoas para assumir a responsabilidade que a Agência Nacional de Aviação Civil traz com ela. E nós continuamos tendo essas dificuldades.

O pessoal que trabalha hoje na Anac é um pessoal estoico, quer dizer, assumiu uma responsabilidade enorme e praticamente aprendendo no dia a dia, no trabalho. E acho que aviação é extremamente relevante. Eu até entendo que tivemos outros atropelos também, até pressões lá de fora com relação à homologação de aeronaves, com relação à criação de uma agência de aviação civil. Naquele momento, outras questões também, de certa maneira, induziram a uma aprovação rápida aqui no Senado. Esse projeto começou com o Deputado Nelson Marchezan lá atrás, há anos e anos. Mas depois, de uma hora para outra veio numa atropelada e nós aprovamos a Agência Nacional de Aviação Civil. Mas faço coro as principais observações do Dr. Renato Pereira, pela sua experiência, pelas atribuições que exerceu e exerce na OACI, onde foi Secretário-Geral.

E acho que esse tema... O Senador Vicentinho é um apaixonado por esta Subcomissão, mas acho que chegou o momento.... Acho que ela veio no momento correto, porque nós precisamos fazer uma discussão bem ampla, talvez o debate que infelizmente não conseguimos fazer com profundidade quando tramitou por aqui o projeto de criação da Agência Nacional de Aviação Civil.

Então, faço esse registro, Presidente Senador Raupp, e digo que vou ter de me retirar porque sou revisor da medida provisória e tenho que aprovar agora um requerimento de audiência pública daquela comissão mista com a minha Comissão de Assuntos Econômicos, para aproveitar a presença do Ministro Guido Mantega na terça-feira para debater a questão da medida provisória da poupança.

Ao mesmo tempo, quero cumprimentar e pedir desculpas por não acompanhar a reunião até o final, porque aqui as comissões estão funcionando uma atrás da outra, e nós não conseguimos...

Quando eu trabalhei na Shell, o pessoal dizia o seguinte: na Shell, o cara faz de tudo. Ele é gerente de aviação, ele vai cuidar de QAV, de abastecimento de avião em aeroporto, ele vai cuidar de plataforma de petróleo, ele cuida de gás natural, ele cuida de posto de gasolina. É a cultura do pato, que nada mal, anda mal, voa mal, mas faz todas essas coisas. Então, estamos aqui numa de pato: vem aqui, vai para lá, corre, volta, a gente não consegue se concentrar direito em atividades que são fundamentais para o exercício do mandato e para o País.

Quero agradecer o meu caro Presidente Raupp pela oportunidade.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Senador Delcídio.

Não precisa ter pressa, porque eu estava ali na Comissão e tem que ter cinco Senadores e cinco Deputados para abrir a reunião. Naquele momento ainda não tinha. Eu passei lá e só estavam o Dornelles, que é o Presidente, e o Pedro Novaes, Relator. Devem estar chegando mais um ou dois daqui a pouco.

Mas eu passo a palavra ao Dr. Antonio Rodriguez Fritz, Secretário Regional da Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte.

O SR. ANTONIO RODRIGUEZ FRITZ – Muito obrigado, Sr. Senador Valdir Raupp. Queremos agradecer como ITF – Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte, pela gentileza do convite para dar a nossa visão da indústria da aviação civil do Brasil.

Primeiramente, um comentário. A ITF é uma federação sindical internacional. Nós temos cinco milhões de trabalhadores filiados em 164 países, inclusive 220 mil do setor da aviação civil.

Primeiramente, vou falar um pouquinho da importância do setor aéreo. O setor aéreo se tem incrementado constantemente em número de passageiros transportados, em toda a América Latina, principalmente no Brasil.

Este crescimento extraordinário e constante dos últimos anos está intimamente ligado ao desenvolvimento econômico que tem tido o País, que tem conseguido fazer com que as pessoas incrementem a renda. E com isso, de alguma forma, torna-se um pouco mais popular o transporte aéreo.

Faço esse comentário por uma questão: o grande interesse das empresas estrangeiras no setor da aviação do Brasil não é uma casualidade e uma causalidade. Depende, porque há muitos mais brasileiros, muito mais pessoas que têm capacidade de voar. Quer dizer, o mercado está crescendo e as empresas, certamente, querem também levar uma parte desta riqueza que está sendo gerada no Brasil.

É muito importante, por isso, que exista uma adequada política nacional da aviação civil que regule o setor, para permitir uma livre concorrência mas com regras claras, evitando concorrência desleal, evitando o *dumping* social, que nós temos inclusive em alguns países vizinhos do Brasil, no setor aéreo; e principalmente limitando o investimento do capital estrangeiro de forma tal que permita investimentos, sim, mas garantindo que os grandes beneficiados deste momento sejam os brasileiros, trabalhadores, empresas e a sociedade em geral, não necessariamente os estrangeiros.

A falta de uma política de investimento e desenvolvimento nacional no setor traz como consequência, ou trará como consequência, a descaracterização da indústria, que não será mais nacional, não será mais brasileira, já que, quando houver uma desaceleração do crescimento, vai motivar certamente a saída dessas empresas estrangeiras, que irão procurar outros mercados, outras regiões geográficas que lhes sejam mais convenientes. Por isso que é tão importante criar uma indústria nacional que vai permanecer no País.

Na questão da regulação do setor estamos francamente surpreendidos, porque o nosso trabalho é feito comparando-se as condições no Brasil por meio dos nossos filiados – e aqui há o Sindicato Nacional dos Aeronautas, que é um dos nossos filiados no Brasil –, com a realidade de outros países. No caso do Brasil, estamos surpreendidos, como estava dizendo, por quê? Considerando o tamanho, a complexidade e a importância da indústria da aviação civil, entendemos que devia existir uma entidade reguladora, como foi comentado, aqui, anteriormente. Sem embargo. Apesar de a Anac ter sido criada como reguladora e fiscalizadora, por meio de inúmeros comentários, inclusive de denúncias dos nossos filiados, observamos que esse processo de regulação e fiscalização não estaria sendo observado, ou, no mínimo, não estaria sendo respeitada essa obrigação, que é essencial para evitar situações críticas e um caos no sistema, no setor.

Falando da questão da legislação, consideramos que a legislação atual é adequada. O que estaria faltando, em todo caso, é uma apropriada fiscalização para garantir que a mesma seja devidamente observada. Quer dizer, o problema não é tanto a questão do conteúdo das leis e, sim, da correta implementação das mesmas.

Sobre a questão desse *boom* do setor, ou esse crescimento permanente do setor da aviação civil no Brasil, novamente tem que ser aproveitado para fortalecer a indústria, para melhorar suas condições na forma geral, inclusive, e esta é uma questão importante para nós também, levando-se em conta o ponto de

vista trabalhista. Quer dizer, a maior riqueza, o maior investimento é na estrutura, o maior investimento é em tecnologia, com melhores condições salariais e, sobretudo, o mais importante, com maiores níveis de segurança.

O Brasil tem dimensões continentais, o que exige uma adequada margem aérea que lhe permita conectar e integrar todas as capitais e as principais cidades. Sem uma adequada integração e sem essa visão de serviço social da indústria, as rotas menos lucrativas podem ser desativadas, o que, em termos de negócio, pode ser conveniente, mas traz como consequência o isolamento e futura migração para outras cidades. Isso nós temos observado também em alguns países da região.

Se observarmos o mapa da malha aérea, por exemplo, do Brasil e compararmos com a malha aérea de alguns países da Europa, vemos que, mesmo numa superfície territorial muito menor, a quantidade de oferta de vôos, de destinos, é infinitamente menor. Então, falta uma área muito grande e muito importante do território brasileiro que também deveria ser coberta.

Adicionalmente, há um fenômeno que chamamos de bandeiras de conveniência, em que são registradas as embarcações e mais recentemente também as aeronaves, em alguns países que se tornam uma espécie de paraísos fiscais, com impostos baixos ou inexistentes, com baixas regulações na segurança e na área trabalhista, o que cria uma concorrência desleal e incrementa o risco de acidentes. Acreditamos que esse fenômeno deve ser evitado, e para isso se deve salvaguardar e regular a soberania do espaço aéreo brasileiro. Isso é imprescindível.

Com respeito aos acordos de “céus abertos” que têm sido negociados até agora – faço menção específica aos acordos entre o Brasil e a União Européia –, consideramos que, neste momento, nas características atuais, são muito perigosos toda vez que não há uma igualdade entre a indústria brasileira e a indústria da União Europeia. Quer dizer, para você abrir as portas e permitir a livre concorrência, primeiro tem que levantar a indústria própria, de forma tal que possa competir de igual para igual com a indústria de outra região.

Igualmente sobre as questões de entrega unilateral de frequências adicionais para operarem em destinos internacionais, essa entrega de frequências adicionais para empresas estrangeiras consideramos que é um risco adicional que é desnecessário. Por quê? Porque, atualmente, há uma grande quantidade de frequências outorgadas a empresas nacionais, empresas brasileiras, que não estão sendo utilizadas. Consideramos que a entrega permanente de novas frequências vai limitar o desenvolvimento da indústria

nacional. Em lugar disso, deviam-se promover mecanismos de desenvolvimento que permitissem que as empresas aéreas brasileiras ocupassem todos esses slots que já estão autorizados, que são reais, elas têm mas não utilizam, para que elas pudessem explorar esses destinos, pudessem explorar essas frequências. Quer dizer, em lugar, novamente, de trazer empresas estrangeiras que se beneficiem da riqueza que está sendo gerada no Brasil, as empresas brasileiras deviam ter condições de concorrer, de explorá-las de igual para igual.

Na questão mais vinculada à área trabalhista, nós temos recebido inúmeras denúncias, queixas dos nossos filiados sobre a falta de um adequado envolvimento das entidades sindicais nos órgãos máximos da aviação, inclusive, e principalmente, na Anac, que nós entendemos que devia ser o ente regulador da indústria, mas, pelos comentários deles, aparentemente, essa função não está sendo levada em conta.

A situação das denúncias é tal – uma delas, por exemplo, acenou para nós com estatísticas de mais de 120 processos vivos sobre questões trabalhistas e de segurança – que o nosso escritório regional encomendou um estudo para nós diretamente fazermos um estudo internacional. Nesse processo de 15 dias, ouvimos mais de 200 trabalhadores do setor aéreo brasileiro, das diferentes categorias. Estamos ainda preparando as conclusões. Certamente, uma vez que estejam prontas, vamos compartilhar com as Sr^{as} e os Srs. Senadores e, logicamente, com as entidades do setor.

Um dos pontos que para nós foi, no mínimo, estranho, fala daqueles acordos de “céus abertos” assinados entre o Brasil e a União Européia. Nós da ITF, como entidade sindical, temos de informar aos sindicatos brasileiros, porque nós recebemos a informação, através do nosso escritório na Europa, dos acordos que o Brasil está assinando.

Quer dizer, lá existe um respeito ao diálogo social, em que tanto empresas como trabalhadores são ouvidos, debatem, e eles que criam, junto, logicamente, com o Congresso, as leis e os regulamentos. No caso do Brasil, nós temos, infelizmente, que informar aos nossos filiados brasileiros que à Europa chegaram documentos assinados pela Anac que os nossos sindicatos brasileiros não conhecem.

Isso para nós é, no mínimo, estranho. Felizmente, temos a capacidade, através de contatos com a comissão europeia e através do nosso escritório na Europa, para fazer isso. Mas achamos que é incorreto. Devia partir daqui, do mesmo Governo, das entidades brasileiras para os sindicatos e outros. E sindicatos tanto de trabalhadores como de empregadores.

Essa negativa de incluir de forma adequada o diálogo social, de incluir a voz dos trabalhadores, não é somente nesse caso da Anac, nós encontramos também na Clac, de que a Anac faz parte e em que nós, como entidade sindical maior que representa os trabalhadores da aviação, solicitamos a inclusão. Infelizmente, não houve retorno. E ao companheiro sindicalista brasileiro que estava presente naquela reunião não foi permitido participar, mesmo quando a estrutura brasileira, a Anac participou da reunião.

Finalmente, também sobre questões trabalhistas – não vou entrar muito mais –, para nós é importante que sejam melhoradas as condições. Nesse estudo – e tomei parte também dele –, encontramos constantemente algumas denúncias, inclusive falta de condições adequadas para trabalhar, excesso de jornada, baixos salários, isso tudo ocasionando uma alta rotatividade dos trabalhadores, o que logicamente tem um impacto na questão de segurança.

Para manter o alto padrão da indústria e o crescimento constante de passageiros é necessário e imprescindível que a indústria mantenha um alto índice de segurança, observando todos os procedimentos operacionais e oferecendo condições trabalhistas adequadas que motivem que os trabalhadores do setor se especializem.

Eu fiquei muito grato em escutar os comentários do Brigadeiro, porque certamente é necessário ter uma especialização e, na medida em que você tem pessoal treinado, qualificado, especializado, com experiência no setor, você reduz o risco de acidentes.

Finalmente, queremos mais uma vez reforçar a nossa visão de que este momento de crescimento econômico aéreo comercial no Brasil deve ser devidamente aproveitado para promover uma indústria nacional melhor, maior e com um alto grau de competitividade e segurança, que faça o transporte aéreo no Brasil acessível para cada vez mais brasileiros e brasileiras, bem como para estrangeiros, mas que vise a ser uma ferramenta para integração e desenvolvimento nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Dr. Antonio Rodrigues Fritz.

Convido para presidir a reunião o Senador Flexa Ribeiro, que é o Vice-Presidente desta Comissão, na ausência do Presidente Vicentinho, que teve que ir à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Valdir Raupp, que presidiu esta reunião da Subcomissão. E passo a palavra ao nosso convidado, Sr. Carlos Ebner, Diretor da Associação Internacional de Transportes Aéreos, IATA.

V. S^a terá quinze minutos.

O SR. CARLOS EBNER – Boa-tarde a todos. Boa-tarde, Senador; demais Senadores. É um prazer estar aqui hoje para conversarmos sobre a aviação civil internacional. Eu pediria que colocassem a apresentação, por favor.

Eu queria dar um breve relato do que é a IATA. É a Associação Internacional de Transporte Aéreo. Ela foi fundada em 1945 e possui mais de 240 membros. São 243. E compreende 84% do tráfico regular internacional.

A missão da associação é de representar, liderar e servir a indústria, principalmente no que tange à parte de segurança e comodidade do passageiro. A IATA entrega padrões de soluções para garantir um transporte seguro e bem sucedido.

Aqui temos alguns dos itens principais: o meio ambiente, o sistema financeiro. Não sei se os senhores sabem, mas quando é comprada uma passagem que sai do Brasil pela TAM e faz uma conexão na Europa com outra empresa, uma Lufthansa indo para a China, a passagem é comprada aqui no Brasil e depois tem que se fazer um acerto de contas com a segunda parte. Isso é feito através de um *clearing house*, uma câmara de compensação que fica no Canadá e que roda aproximadamente US\$250 bilhões por ano. É a câmara de compensação entre as empresas aéreas que inclui também seus fornecedores.

Outro ponto muito importante a que a IATA se dedica é – nós chamamos em inglês porque ficou o nome – o *simplifying the business*, ou seja, como simplificar um negócio, principalmente voltado ao conforto do passageiro.

Às vezes, quando vou fazer palestra onde há muitos jovens assim, fica difícil de explicar que existia um bilhete de papel. Às vezes eu falo bilhete de papel e os jovens ficam me olhando, mas existia um bilhete de papel. Era um bilhete com quatro ou cinco cópias por papel-carbono, tinha de ter um carimbo. Hoje, a gente sabe que era um inferno o controle.

Houve uma iniciativa da IATA com seus membros, buscando racionalizar e dar mais conforto aos passageiros. Hoje, a gente chega somente com o passaporte ou com uma identidade e faz o *check-in* ou mesmo o *check-in* eletrônico em casa. Quer dizer, houve uma melhora substancial na maneira de viajar. Existem outros produtos que estão em implantação, como o *check-in* feito em quiosques. E há outros que não vou perder tempo detalhando, vou apenas indicar.

Por favor.

Agora, queria colocar para vocês qual é a representatividade do transporte aéreo na economia mundial. Ele é a grande força motriz da economia. Nós temos aqui um trabalho feito há um ano.

O transporte aéreo gera 3,5% do PIB mundial. Se fosse comparado a um país, seria a 19ª economia. Gera empregos. São 56,6 milhões de empregos, sendo 8,4 milhões de empregos diretos. São pessoas que trabalham diretamente relacionadas ao transporte aéreo, ou seja, em companhias aéreas; os fornecedores que atendem aos aeroportos, a parte de controle de voo, etc. Então, o transporte aéreo tem uma significância muito grande em nível econômico, é inerentemente internacional e o que vemos é que cruza fronteiras, mercados, regimes legais.

Dado tudo isso, houve a necessidade da criação de regras comuns e especiais, em forma de tratado, que se aplicam ao transporte aéreo. A primeira foi a Convenção de Chicago, que deu origem à criação da OACI – e foi muito bem colocada pelo Brigadeiro Renato a importância da OACI –, com os direitos de tráfego entre países. A própria Convenção de Chicago demanda que quando dois países vão trocar voos, eles têm de fazer um acordo bilateral, eles têm de discutir que maneiras, quais são as liberdades que existirão entre esses dois países e, o importante, evitar tarifas e taxas discriminatórias, que criam competição desleal entre as partes.

Um ponto que está em discussão hoje, não sei se os senhores estão acompanhando, é a taxa de meio ambiente, que foi criada pela Comunidade Européia, que vai cobrar um percentual de cada empresa aérea. Se não me engano, na TAM, isso vai representar algo em torno de 3 milhões de dólares por ano, que é para fazer a compensação da queima, da produção de CO₂.

As empresas aéreas, através da OACI e da IATA, entendem que não tem de ser uma política discriminatória e localizada, mas, sim, uma política geral, uma política que abranja todos os países, porque se cada país resolver cobrar uma taxa de meio ambiente, será praticamente impossível fazer o transporte aéreo.

Então, nós temos a Convenção de Chicago. Eu peguei alguns pontos rápidos. Ela criou a OACI. São técnicas comuns e padronizadas. Como o Brigadeiro colocou, ela só dá uma orientação, não são regras obrigatórias. Ela cobre aeronaves, aeroportos, procedimentos de voo, regras de segurança operacional e segurança dos passageiros.

Do outro lado, temos a relação entre o passageiro e a empresa aérea, uma relação feita primeiramente através de tratados e convenções internacionais. Temos a Convenção de Varsóvia, que, em 1999, foi modificada pela Convenção de Montreal. Aqui o Decreto-Lei 5.910, no Brasil, que se tornou lei. E ela tem vários pontos, mas alguns pontos principais eu quero colocar para vocês, que são os limites de indenização para morte, atraso, perda e extravio de bagagem.

Também um ponto importante, muito discutido, é a não responsabilidade do transportador no caso de ele provar que não houve culpa ou que foi em consequência de atos que nós chamamos de força maior – por exemplo, um vulcão, um mau tempo, um fechamento de aeroporto. Isso não está sendo bem administrado, sendo bem, vamos dizer assim, colocado dentro da legislação aqui no Brasil.

Um foro competente para propositura da ação. E poderá ser a escolha do ator o próprio país onde ocorreu o acidente, o país onde ele tem moradia. Então, isso está bem claro, bem definido.

Esse mecanismo de indenizações é revisado a cada cinco anos; e também um pagamento – é uma coisa nova dentro das convenções – adiantado, em caso de acidente, para assistência imediata aos familiares das vítimas.

Eu quero dizer que esse arcabouço que nós temos, tanto do lado operacional como do lado de responsabilidade civil, permitiu que o transporte aéreo internacional tivesse o crescimento que tem até hoje. Ele é representativo e alcançou aquele movimento em bilhões, em termos de PIB.

Por favor.

Então, nós temos que essas regras permitem que se possa melhor planejar e melhor prever o potencial de responsabilidades. Isso tudo se traduz em menores custos e menores tarifas para os passageiros.

Aqui, eu tenho um gráfico que é muito interessante – ele vem desde 1970 –, do crescimento do transporte aéreo internacional, comparado com o PIB mundial, o IGDB, e também o de cargas, que é comparado com o volume de cargas dos negócios em nível mundial.

Esse outro gráfico demonstra como o transporte aéreo é inclusivo.

Ao longo dos últimos 40 anos, essa foi, em termos reais, a evolução do preço real da passagem.

A passagem teve um decréscimo em nível mundial, houve modificações em termos de perspectivas, de maneira de administrar; os aviões ficaram maiores e houve ganhos. Nós vamos ver, mais tarde, vários ganhos. Então, isso permitiu que mais pessoas pudessem viajar.

Há questão de 20 anos, viajar era uma aventura, compravam-se malas só para fazer essa viagem.

Hoje, o aeroporto é, vamos dizer assim, quase como uma rodoviária, quer dizer, todo mundo tem acesso; e isso foi graças à redução do preço de passagens.

Esse gráfico é muito interessante porque demonstra que, nesses 20 anos, todos os ganhos obtidos das empresas aéreas através de melhoria de performance, tecnologia, treinamento, procedimentos de controle de tráfego aéreo foram acompanhados pelo preço.

Então, nós temos que para as empresas aéreas, em nível mundial, o retorno é em torno de 3%. Daí vem aquela famosa piada que diz: “Quer ser um milionário? Então, seja um bilionário e compre uma empresa aérea, que você será um milionário.” Então, ela demanda muito capital investido que, depois, com a competição, é repassado ao preço, como nós estamos vendo aqui.

Outro ponto que também permitiu o crescimento da aviação mundial foi a melhora dos níveis de segurança. Hoje, aqui, é só para dar uma amostra para vocês de como são esses itens.

Nós, aqui na América Latina, ainda temos níveis altos, mas não tão altos como África e não tão bons como Europa e Estados Unidos.

Por favor.

Esse outro mapa é da segurança operacional, que é o ponto mais importante da aviação, que faz com que as pessoas voem mais e se sintam mais tranquilas.

A IATA, em função de alguns pontos em que não havia uma legislação clara, não havia, vamos dizer assim, procedimentos padronizados em nível mundial, criou o que se chama de losa, que é um tipo de certificado de qualidade para as empresas aéreas.

Hoje, isso é obrigado para qualquer empresa que queira se tornar membro da IATA. Ela tem de ter esse certificado losa. É um certificado que leva bastante tempo para ser adquirido e os vistoriadores, os auditores são as próprias empresas aéreas.

Aqui, tem um gráfico – eu sublinhei bem, aqui, a América Latina – em que nós vemos as empresas que têm losa *versus* as que não têm losa. Então, há uma redução substancial e isso também em outros países, principalmente países africanos, onde o índice de acidentes é muito grande.

Outro ponto que também beneficiou o transporte aéreo foi a tecnologia. Então, uma das maneiras de nós vermos o que foi benéfico foi em termos da eficiência do combustível. Isso significa menos custo e significa, também, menos poluição.

Desde 1955 – nós tivemos, primeiro, as aeronaves a jato, 707; e até agora o 350, 380 –, nós vemos que o ganho de eficiência é muito grande, mas isso demanda investimentos e pesquisa em desenvolvimento. E isso fez com que os custos das empresas caíssem e também nós tivemos a queda dos preços.

Outro ponto. Depois que nós tivemos o 11 de setembro, todo passageiro passou a ser um terrorista. Então, para demonstrar, nos aeroportos, que o passageiro não é um terrorista, ele tem, praticamente, que se despir todo, deixar tudo para passar numa máquina e independentemente de ser um viajante frequente, de não ter nenhum – vamos dizer – indício, o que vem acontecendo? Quando as aeronaves vão ficando

maiores – 380 já são 800 passageiros –, isso se vai tornando extremamente inconveniente.

Então, existem procedimentos que vêm sendo adotados, principalmente quanto à troca de informações sobre passageiros, passaportes e outras informações, feita durante a reserva, em que nós entregamos os APIs, que são dados do passageiro repassados entre países. O Brasil ainda não entrou nisso aí e vai ser muito importante que ele entre logo, para que, quando tivermos as Olimpíadas e a Copa do Mundo, seja mais flexível, mais fácil para o passageiro.

Essa é uma nova tecnologia que está em estudo, em que nós temos três cabines: uma do passageiro conhecido, outra do normal e outra daquele sobre o qual se precisa fazer uma verificação maior. Já existem alguns procedimentos no mundo a esse respeito. Isso facilita enormemente a chegada dos passageiros, e uma das preocupações da IATA é que o passageiro tenha mais conforto. Por exemplo, nós, que viajamos comumente, por que não teríamos um tratamento diferenciado? Por que entrar na mesma fila se nós já temos... Nos Estados Unidos, se não me engano, agora tem a mão, você coloca a mão, tem a leitura da íris, então não precisa entrar na fila. Você já está catalogado, já está registrado. Então, a IATA vem trabalhando bastante nesse sentido e isso é facilidade também para o maior número de passageiros e a maior velocidade.

Outro ponto extremamente importante com que a indústria se preocupa no mundo inteiro, é a parte do meio ambiente.

A indústria, por meio da IATA e da Atag ... A Atag é uma associação de todos os – vamos dizer – membros da cadeia de suprimentos: fabricantes, produtores de QAV combustível, fabricantes de motores, de aviões, empresas aéreas. Eles se imbuíram de fazer um programa, que nós chamamos de os quatro pilares, que se baseia em novas tecnologias, em voar com mais eficiência. Quer dizer, que o espaço aéreo seja mais eficiente através de procedimentos, hoje em dia, trabalhando não somente no controle de solo, mas pelo controle para navegação de satélite. Isso permitiria voos mais curtos, com menos queima de combustível. Além disso, construir uma infraestrutura eficiente e usar medidas econômicas eficazes, ou seja, se depois de tudo isso não se conseguiu atingir os objetivos que estão ali embaixo, as empresas comprariam créditos de carbono ou pagariam uma taxa para ser revertida para a indústria. Isso tudo buscando minimizar as emissões líquidas de carbono. E, dentro de uma matriz, o transporte aéreo representa 2% nas emissões de carbono. Mesmo assim, existe uma preocupação muito grande de que se chegue a uma meta bastante agressiva de

chegar em 2050 com 50% a menos, considerando a base de 2005.

Outro ponto que também, ao longo dos anos, permitiu que as empresas se tornassem mais competitivas é a produção do trabalho, a produtividade. Nós temos a produtividade do combustível. Isso foi em decorrência de tecnologia aplicada a reservas. Antigamente, nos anos 1960, a reserva era feita com papelzinho. O cara ligava, colocava lá no papelzinho, corria – não sei se alguém chegou a ver isso, só vi em fotografia; apesar dos cabelos brancos, só vi em fotografia –; mas colocava num corredorzinho, o papel ia para o outro funcionário, ele tomava nota. Hoje, você faz a reserva de qualquer lugar no mundo, através do celular. Então, houve uma produtividade muito grande, uma eficiência muito grande nesse sentido.

Então, temos uma repassada no que foi possível fazer; o que o transporte aéreo internacional produz em termos de geração de empregos, de PIB. E agora voltamos para a América Latina e vemos que a participação – acho que o colega aqui colocou a participação das empresas do Brasil – das empresas latino-americanas, quando falamos num tráfego América Latina – Estados Unidos, representam somente 23%. E, com a Europa, somente 20%. Dentro da capacidade internacional, o Brasil, como não poderia deixar de ser, ocupa um setor de liderança, com 22%; o México, com 14%. Então, isso demonstra que existe um mercado em que as empresas precisam avançar mais, as empresas no Brasil.

Falo aqui em América Latina porque a consolidação é um movimento que está acontecendo em nível mundial. Vimos já na Europa e agora estamos vendo no Brasil a Lan Chile com a Tam. A Avianca tem também seus movimentos. Então, várias alianças estão sendo formadas. É difícil ver só o Brasil. Temos que ver como América Latina. E o Brasil tem que tomar, a nosso ver, uma posição de liderança. A meu ver, ainda falta bastante para o Brasil, pelo tamanho dele. É a sexta economia mundial e só tem 22% dessa capacidade.

Esse estudo econômico que mostramos lá no início, nós, na IATA, fizemos já em alguns países para identificar qual o benefício econômico da aviação, o que realmente a aviação traz em benefício para o país, em termos de PIB, de emprego. Então, esse aqui é o resultado de um País que é a sexta potência econômica mundial e que será o quarto maior tráfego doméstico mundial em 2014. De acordo com as nossas projeções, o Brasil se tornará o quarto mercado doméstico. Então, tem uma importância muito grande, tem que ser dada muita importância a esse mercado. Nós vimos, nos últimos sete anos, um crescimento acima de 12% ao ano que pegou todo mundo de surpresa.

Ninguém esperava que fosse ser tão repetitivo. Essa é a geração de PIB

Quando falo em contribuídos diretamente são todas aquelas entidades, pessoas que trabalham no aeroporto, no espaço aéreo, empresas aéreas. Os indiretos reúnem todos das cadeias de suprimento. Então, seriam oficinas, fabricantes de aviões, de peças. Os induzidos, que se faz na pesquisa, seriam, por exemplo, as pessoas que estão diretamente ligadas à aviação, o que elas gastam em supermercado, os gastos que elas fazem; isso tudo faz parte porque pertence a uma cadeia.

Então, estamos em 1% do PIB o que a aviação gera, tanto doméstica quanto internacional. E, quando olhamos ainda o catalítico, que é a parte do turismo, nós temos mais US\$9,9 bilhões. Essa é uma fotografia do Brasil em termos de geração econômica.

Aqui nós estamos na parte de geração de emprego. Nós temos 684 mil empregos que são gerados pelo transporte aéreo.

Ali nós também fizemos um levantamento de impostos, taxas e contribuições, e vimos que o transporte aéreo no Brasil gera 5,3 bilhões, em termos de taxas, contribuições e impostos. Esses são números muito importantes, porque toda vez que íamos falar com autoridades nos faltava uma noção de como está o transporte aéreo no Brasil, o que ele representa realmente. Ele tem uma grande representatividade. Se somarmos os empregos diretos e indiretos mais os catalíticos, quase um milhão de empregos são gerados pelo transporte aéreo. Não é pouca coisa.

Dentro desse trabalho, procuramos identificar como seria a posição da geração de tráfego dos países, ou seja, origem e destino, voos entre dois países, voos internos, que nós chamamos conectividade em relação ao PIB. Então, dentro desse cenário, nós vemos que essa aqui é uma linha média, e o Brasil se encontra aqui. Então, o Brasil tem um momento muito importante, é a sexta economia, em termos de PIB, e esse índice provoca... o que encontramos através dele é o aumento de produtividade, porque serão mais viagens transacionadas, mais cargas sendo transportadas; ele melhora os investimentos em capital em países. É um índice que vai refletir uma série de dados importantes para o País, importantes para a economia do País.

Agora, um quadro comparativo, em que o Brasil se localiza, mais uma vez, com o poder que tem hoje, aqui, nesse índice de conectividade. Nós temos aqui os países árabes, que sabemos desenvolveram aeroportos, com infraestrutura toda para serem grandes *hubs*, que são pontos de encontro. Ali estão todos os voos que passam obrigatoriamente por Dubai e isso

provoca um índice de conectividade, mais negócios são trazidos. Então, temos vários países.

Uma coisa que comparamos muito é com o Chile, que não deveria ter uma conectividade tão forte, porque está no fim do mundo; depois do Chile, não tem mais nada. O Brasil ocupa um lugar importantíssimo, em termos de entrada para a América Latina; não está sendo aproveitado. O Brasil devia estar mais ou menos numa linha aqui. E também fizemos um estudo, uma simulação, dizendo o seguinte: a cada 0.25 de crescimento nesse índice, quanto representaria em termos de bilhões na economia nacional. Para termos uma ideia, é o seguinte: Vamos crescer? O que isso representa?

E aí encontramos os desafios. Quais são os desafios que temos hoje para que se possa melhorar esse índice de conectividade, para que um país como o Brasil não fique naquele ponto? Primeiro, é a facilitação e a segurança do passageiro. Como falei, temos que ter dispositivos junto à Polícia Federal, Receita Federal, que facilitem o andar, que facilitem procedimentos. A IATA, juntamente com a Century, a pedido da SAC, fez um estudo no Aeroporto de Guarulhos, uma consultoria, em que dissemos o seguinte: “Olha, Ministro, sem mexer em paredes, em três a quatro meses – usamos o termo em inglês *quick wins* (ganhos rápidos) –, nós podemos aumentar o fluxo de passageiros – não aumentar o número de passageiros, porque estão limitados por outros problemas –, em 30%, sem mexer em paredes”. Chegamos a mais de 30%, fazendo um trabalho de procedimentos com Polícia Federal, Receita Federal; aumentou-se o número de cabines; fizemos um simulador. É possível.

O Aeroporto de Guarulhos tem limitações sérias que são físicas. Mas se pudermos amenizar esse tipo de problema por intermédio de uma facilitação de segurança...

Um ponto que nos pressiona e foi muito divulgado é que desburocratizamos a chegada do passageiro. Não precisa mais preencher o DBA. Você se lembra daquele papelzinho que se preenchia? Onde foi cair? No colo das empresas aéreas. Elas tiveram que agora produzir listagens por *Excel*, com nome do passageiro, número do passaporte, emissão do passaporte; e esses são dados confidenciais.

Hoje, tem um problema sério entre países, porque a Comunidade Européia proíbe que se dê isso, a não ser que seja feito por meio de um sistema seguro que é recomendado pela OACI; e esse sistema se chama API.

O Brasil ainda está vendo, com a Polícia Federal, por meio do PNAVSEC, o Plano Nacional de Segurança, que é uma lei e determina que a Polícia Federal seja o órgão principal.

As empresas têm que mandar informações confidenciais por meio de uma planilha de *Excel* para um endereço: @ tal... E isso está criando uma série de problemas diplomáticos. Aí, a IATA se vê, porque as empresas aéreas começam a fazer pressão, porque os Governos estão fazendo pressão. O Governo brasileiro está pedindo não só dos passageiros que estão saindo como dos passageiros que estão chegando. E isso é ilegal.

Então, estamos numa situação bastante difícil, enquanto já poderia ter sido resolvido por intermédio desses sistemas, que chamamos na linguagem técnica de *plug and play*, ou seja, encaixou, ele funciona no dia seguinte.

Outro ponto sobre o que não temos problemas graves no Brasil, mas sempre debatemos, é porque precisamos sempre estar atentos à segurança operacional, ao treinamento, aos procedimentos; isso sempre tem que estar.

O ATC/ATM é a parte de controle de tráfego aéreo. Hoje, o Brasil tem equipamentos, mas não conseguiu ainda se ajustar às grandes empresas, como TAM, GOL. Eu diria que elas comprem aviões sofisticadíssimos, com grandes equipamentos de navegação, mas não podem utilizá-los. Têm pilotos treinados, mas não podem utilizá-los. Por quê? Porque a Terra, o nosso sistema, muito embora tenha alguns equipamentos, não estão todos regulamentados em função de que temos uma disparidade muito grande entre empresas grandes e empresas, por exemplo, da aviação geral. É o mesmo que comprar um Porsche e falar que agora você vai andar numa terra esburacada. Quer dizer que tenho Porsche, mas não passo de 20 quilômetros por hora. E isso facilitaria a segurança. É muito importante.

Outro ponto bastante importante é quanto à legislação e a inobservância de tratados internacionais. Isso vem ficando cada vez mais sério aqui no Brasil. Clique ali no asterisco. Está. A inobservância nas Cortes brasileiras aos tratados internacionais, ao longo do tempo, está com o Código de Direito ao Consumidor e está ficando cada vez mais sério.

A pressão das empresas é grande e é um conflito que as empresas internacionais não entendem. O Brasil é signatário de tratados, como a Convenção de Montreal, que o Brasil assinou, disse que iria implantar, está na Constituição porque ela diz que deve ser regulado, o Código Civil determina o respeito às normas contidas nos tratados internacionais, mas nós não estamos vendo isso nas Cortes brasileiras. Isso está fazendo com que as empresas não tenham noção do risco. Não sabem quanto vai custar vir ao Brasil. Tem uma indenização de bagagem que pode chegar a R\$10 mil, enquanto existem limitações nas convenções. Mas

sempre lembrando o seguinte: não é que as empresas queiram se limitar. É permitido ao passageiro fazer um seguro. Se ele acha que tem valores maiores, faça o seguro. Não precisa obrigar, senão perde-se o controle e isso é uma tendência bastante lamentável.

Infelizmente, eu tenho ouvido advogados de empresa aérea, no fervor, revoltados com o que está acontecendo, dizerem o seguinte: se o Brasil não quer concordar com a legislação, então ele denuncia e diz: “Olha, aqui não se aplica mais isso; aqui vai se aplicar a nossa legislação no Código de Defesa do Consumidor, ou onde for. Então, diga e nós vamos saber com quem estamos tratando.”

Não é difícil ter a legislação. O Brasil vai até lá. O Brigadeiro colocou muito bem que a participação do Brasil é muito forte. Mas se somos signatários, temos que seguir. Então, isso é muito importante e vem aos poucos minando essa relação com o grupo dos países de que o Brasil faz parte.

Dê uma volta ali. Tem... Você consegue retornar? Não, retornar.

Outros pontos. A infraestrutura aeroportuária eu não vou debater. Acho esse assunto bastante debatido. O Governo já tomou providências. Nós tivemos concessões de três aeroportos. Agora, o importante é acompanharmos e vermos se aquilo realmente acontece. Há coisas boas e coisas preocupantes, mas temos que ver agora se realmente acontecem os investimentos, se a qualidade vai ser dada como está sendo prometida. Então, acho que agora é um trabalho de acompanhamento. Os valores foram muito altos. Isso nos preocupa, dado o que aconteceu em outros países do mundo.

Para se ter uma ideia, ao olharmos o Aeroporto de Guarulhos, só o que se tem que pagar de contribuição fixa e variável em função de poder operar o aeroporto, comparado com a receita de 2011, é 90%. Então 90% da receita bruta do Aeroporto de Guarulhos de 2011 seria somente para pagar a contribuição fixa e variável ao Governo. Sobram 10% para operar o aeroporto e investir. Então, vão descobrir algo importante em Guarulhos: estacionamento, investimento em hotéis, não sei. Espero que tudo seja feito e não haja problemas no futuro. Mas nos preocupa essa relação quando olhamos para ela hoje.

Nós temos a parte da carga segura. É outra parte da IATA que preocupa. Muitas vezes a carga não tem todos os itens de segurança. Então, estamos trabalhando com a Anac para melhorar e implementar itens de segurança que permitam procedimentos mais seguros da carga, porque senão isso acontecerá daqui a um ou dois anos. Países farão acordos bilaterais e dependendo do que...

Por exemplo, eu sei que os Estados Unidos já estão solicitando de alguns países que toda carga seja vistoriada e escaneada em raio X para chegar lá. Então, imaginem, se parar um avião eu vou ter que escanear toda a carga, porque não tenho confiança no País de origem. Temos de nos preocupar bastante com essa parte da segurança da carga.

Outro ponto é o custo do combustível e o profissionalismo. O que eu quero dizer com profissionalismo? A SAC já vem tomando providências. Nós da IATA temos cooperado bastante com as empresas internacionais no sentido de melhorar o nível, de criar carreiras não somente em nível de piloto, mas também de controlador, de funcionário de rampa; todos os níveis. Nós temos um projeto ali para melhorar o profissionalismo e reter o profissional na aviação.

Hoje, a dificuldade de reter o profissional na aviação é muito grande. Ele entra para fazer um tempinho e vai embora porque não tem uma carreira. Então, nós apresentamos um projeto de carreira que já implantamos em alguns países e é muito importante.

Quando eu falo no combustível, digo que ele é o calcanhar de Aquiles das empresas aéreas. Disso não tenham dúvida. Ele representa 40% do custo. Então, qualquer aumento de 10% representa 4% a menos de rentabilidade. Quando observamos que nos últimos 30 anos a rentabilidade média das empresas aéreas não passou de 4%, então vemos que quaisquer 10% matam uma rentabilidade.

A IATA é muito preocupada, trabalha em função das empresas membros e colabora com elas. Fizemos uma projeção: 2011 em azul; em vermelho, 2012. Se as condições de petróleo permanecerem, com o barril a 112, 110, e se houver um problema que se chama *oil price spike*, se ele chegar a 130 em média, teremos toda a indústria em vermelho. E a tendência é que vamos ter muita quebraadeira.

Então, é um calcanhar de Aquiles para as empresas o petróleo. E, quando nós falamos em petróleo, no combustível, mais ficamos assustados; e é mais um problema, mais uma barreira no desenvolvimento da aviação no Brasil.

O Brasil hoje se tornou, no QAV doméstico, infelizmente, o líder do preço no *ranking* mundial. O preço mais alto do mundo é o do Brasil. Há o ICMS em cima, mas, mesmo comparando com o internacional, nós vemos que também o preço do Brasil é mais elevado.

Nós temos aqui um problema de estrutura de preços na Petrobras. Muito embora 85% do combustível sejam refinados no Brasil, 100% são cobrados como se fosse paridade de importação. Não faz sentido. Se nós produzimos aqui 85%, às vezes 70%, por que não cobrarmos...

Para se ter uma ideia a que ponto chega, do combustível que é produzido aqui no Brasil é cobrado o Fundo de Marinha Mercante, que é de quando ele é importado; mas é cobrado o frete do produto que é produzido no Brasil.

Então, isso tudo dificulta o desenvolvimento. Quando nós vemos – acho que o colega colocou – que o Brasil precisa dar condições às indústrias de crescer, passa por aí, passa dentro da nossa experiência de âmbito internacional. Esse é um dos problemas. É um calcanhar de Aquiles para a indústria e, dentro do Brasil, é um problema muito sério.

Bom, eu só queria, então, terminar agradecendo a oportunidade e trazendo essas informações.

Há um interesse muito grande de que o Brasil se torne o quarto mercado mundial doméstico, mas dentro das condições, da estrutura que merece.

Eu só queria agradecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Quero agradecer ao Dr. Carlos Ebner, que representa a IATA, nesta audiência da Subcomissão de Aviação Civil,

Quero agradecer e registrar a presença da Sr^a Patrícia Pego, do Ministério da Fazenda; do Sr. Cícero Filho, também do Ministério da Fazenda; do Rodrigo Cruvinel, do Ministério da Fazenda; da Dr^a Graziella Baggio, da Fentac; do Dr. Décio Augusto Maruci, Tenente-Coronel-Aviador da Aeronáutica; do Dr. Fernando Gasparotto, Piloto da Gol Linhas Aéreas; da Sr^a Patrícia Xavier, da Embraer, Gerente de Relações Institucionais; do Sr. Paulo Brum, da Embraer, Gerente de Relações Externas.

Eu tenho aqui alguns questionamentos que vou fazer aos nossos convidados. Em seguida, passarei a palavra a cada um dos senhores, para que possam dar as respostas. Tão logo essas respostas sejam dadas, também já poderão fazer as considerações finais.

As primeiras, ao Major-Brigadeiro Renato Cláudio, que representa a Oaci.

O que é a Oaci para o transporte aéreo e para a economia?

Vou fazer os questionamentos e, depois, passarei a palavra aos senhores convidados. Os senhores podem anotar, porque vou fazer as perguntas em conjunto, em função do adiantado da hora.

Vou fazer a leitura somente para ficar registrado.

Em 2007, o Brasil passou perto de ser excluído do Grupo 1 da Oaci. Quais teriam sido as consequências? Como a Oaci estabelece e fiscaliza seus regulamentos? Em 2003, para a comunidade internacional, quais eram os principais empecilhos ao desenvolvimento da

indústria da aviação regular no Brasil? Hoje, em 2012, os problemas são os mesmos?

Qual o papel do Estado-membro da Oaci? Qual o órgão responsável em preparar a estratégia da delegação brasileira dentro da Oaci? Como o senhor enxerga a política dos “céus abertos” e até onde a mesma foi implementada no Brasil?

Para o Dr. Antonio Rodriguez Fritz, da Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte (ITF).

O Chile está liberalizando ou já liberou sua aviação? Isso pode chegar ao Brasil? Quais as consequências? O que significa a privatização dos céus na visão da ITF? Por que a ITF, como representante dos aviadores, não possui um assento no conselho da Clac, ou Comissão Latino-americana de Aviação Civil?

Para o representante da IATA, o Sr. Carlos Ebner.

Qual é o órgão interlocutor do Governo brasileiro junto ao IATA? Como tem sido a receptividade de nossas autoridades aeronáuticas aos pleitos ou às recomendações da IATA para o desenvolvimento de nossa aviação regular? Do ponto de vista da IATA, quais são os maiores gargalos ao desenvolvimento do transporte regular no Brasil?

Na década de 1990, a Varig, a Vasp e a Transbrasil perfaziam inúmeras rotas internacionais. Hoje, essas empresas não mais existem ou foram encampadas por suas concorrentes. Por qual razão as empresas brasileiras de hoje estão investindo tão pouco em rotas internacionais?

Tenho mais duas questões sobre as quais eu gostaria de ouvir as considerações dos nossos convidados.

Como os senhores avaliam os preparativos brasileiros para os grandes eventos de 2014 e de 2016, especialmente no que concerne à infraestrutura aeroportuária e à oferta de assentos pelas companhias aéreas brasileiras?

O transporte aéreo mundial tem sido alvo de constantes ameaças de ataques terroristas. Como os grandes eventos vão atrair os holofotes mundiais para o Brasil? O que, infelizmente, aumenta os riscos de que também sejamos alvo dessas ameaças? Que medidas serão implantadas para se lidar com esse risco, aumentado em nosso País?

Eu vou passar a palavra, então, aos nossos convidados, para que respondam aos questionamentos e, ao mesmo tempo, tenham as considerações finais.

Agradeço o atendimento em relação ao convite da Subcomissão, para que trouxessem para cá os conhecimentos e as explicações da maior valia para a Subcomissão de Aviação Civil, no âmbito da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Primeiro, falará o Major-Brigadeiro do Ar e ex-Secretário-Geral da Organização Internacional da Aviação Civil (Oaci), Renato Cláudio Pereira.

O SR. RENATO CLÁUDIO COSTA PEREIRA

– Muito obrigado, Senador. Só quero dizer que não represento a Oaci aqui de maneira nenhuma. Eu apenas vou tentar passar aos senhores a minha vivência e experiência lá na Oaci.

A Oaci, para o transporte aéreo – já consegui dar uma ideia aqui –, funciona de forma parecida com esta Casa: tem o seu Senado e a sua Câmara dos Deputados. E funciona estabelecendo a regulamentação e as normas recomendadas para o funcionamento da aviação, do transporte aéreo internacional. Ela recebeu esse mandato através de uma convenção internacional, que foi assinada em Chicago, em 1944.

A convenção se compõe de duas partes igualmente mandatórias, que são: o corpo da convenção, que estabelece todas as regras, inclusive como a Oaci deve se montar para poder cumprir a sua missão; e os anexos à convenção. São vários anexos que tratam de todos os assuntos, especificamente, que têm relação com o funcionamento da aviação de transporte aéreo internacional.

Essa documentação toda se encontra à disposição de todos os governos, todas as empresas de transporte aéreo; e qualquer cidadão do mundo que acesse o *site* da Oaci tem acesso a ela.

O importante para mim, dentro desse contexto, não é exatamente o que aconteceu ou o que vai acontecer na Oaci, mas aquilo que o Brasil, na condição de Estado-membro, leva para o debate dentro da Oaci, ou seja, os interesses de todos os grupos que realmente têm interesse dentro da aviação civil.

A participação tanto na Oaci quanto na Clac, como foi dito aqui, é do Estado e não de órgãos. Esses órgãos têm todo o direito de participar dos órgãos brasileiros, do Estado brasileiro, que prepara a nossa participação em todas as negociações e discussões que acontecem lá. E têm todo o direito também de acompanhar o nosso delegado junto com a sua delegação; e a Oaci sempre recebeu de braços abertos. Acredito que a Clac também.

Quando fui Presidente da Clac e quando fui Secretário-Geral da Oaci, tive o prazer de receber, lá em Montreal, e onde havia uma reunião da Clac, a delegação brasileira, acompanhada de representantes de todos os setores que tinham interesse nas discussões que iriam acontecer. Essa prática é muito importante. Como ela começa?

Nós sabemos do calendário de proposições, de discussão, em qualquer uma das duas organizações. Sabendo que esse assunto interessa, antigamente

se levava ao Plenário da Cernai e se convidavam as pessoas que representavam esses setores, para que fossem participar da avaliação, da discussão, de fosse o que fosse; e que terminassem com uma posição brasileira, do Estado brasileiro. Essa posição era submetida ao Ministro da Aeronáutica, à época, e ele, então, após uma discussão com as pessoas que estavam preparando esse trabalho, concordava ou, se fosse o caso, levava para cima, para a autoridade maior. Então, isso permitia que a delegação do Brasil, chefiada na maior parte dos casos pelo presidente da Cernai, tivesse as suas instruções relativas àquilo que era interesse do Brasil.

Todas essas organizações tinham o direito de acompanhar a delegação, e, durante essas discussões, nos intervalos necessários, fazia-se uma nova aproximação, para saber se o nosso interesse estava sendo cumprido ou não.

Não sei como isso está funcionando hoje sem a Cernai. Não sei quem está fazendo esse trabalho. Sem ele, a posição do Estado brasileiro não necessariamente representa o interesse do Brasil nesses assuntos. Para isso, chamo a atenção, porque fica muito perigoso. Em vez de defendermos os interesses do Brasil, estaremos defendendo apenas interesses de determinados setores, determinados grupos de interesse.

A segunda questão é que, em 2007, o Brasil passou perto de ser excluído do Grupo 1 da Oaci. É verdade. Três anos antes, o Brasil foi o único Estado na história da Organização da Aviação Civil Internacional a se eleger para o Grupo 1, por unanimidade dos votos dos Estados, na assembleia geral. Em 2007, o Brasil só foi eleito porque não havia mínimo de voto. O Brasil foi o Estado menos votado na história da Organização. Várias coisas aconteceram aqui e várias coisas aconteceram no âmbito do relacionamento internacional da aviação brasileira. E isso foi apenas a consequência dessa situação.

Agora, quais teriam sido as consequências para o Brasil? Naquela época, o Brasil estava com dificuldade de manter... Aquilo que o Senador disse em relação ao fato de que o Brasil é um dos poucos Estados que têm autoridade para homologar e certificar em assunto de aviação é verdade. Mas naquela época, o Brasil estava para perder essa autoridade, porque não tinha como apresentar aos outros Estados, através da Oaci, as suas condições de fazer isso, de ter o número de profissionais competentes e capazes de fazer isso; não tinha os equipamentos e os recursos necessários para fazer isso de maneira adequada.

Eu era Secretário-Geral da Oaci e tive um atrito muito grande com os representantes dos Estados Unidos e da Inglaterra, porque coloquei a seguinte posi-

ção: “Nenhum Estado tem o direito de fazer isso com outro Estado. Se há esse problema, a Oaci tem de ser quem vai buscar a resposta, se existe ou não existe, se está ou não está. Nenhum Estado tem o direito de inspecionar outro Estado sem autorização dele”. Consegui colocar no conselho e ganhou a minha atitude. A Oaci veio ao Brasil fazer a sua inspeção. E, dessa inspeção, foi possível, então, alocar os recursos que estavam faltando à época e tirar completamente a dúvida que existia a respeito da capacidade do Brasil de fazer homologação e certificação.

Isso teria sido um *set back* para a Embraer incalculável, porque nenhuma aeronave fabricada pela Embraer teria condições de ser vendida para fora do Brasil sem que um dos outros Estados que fazem homologação e certificação autorizassem. Significava que nós transmitiríamos para outros Estados a autoridade de autorizar ou não a venda dos nossos produtos. Esse foi um aspecto. O segundo aspecto: as empresas brasileiras que quisessem voar, por exemplo, para os Estados Unidos, tinham de fazê-lo em aeronaves verificadas pelo UFAA, com tripulação também certificada pelo UFAA.

Nossos colegas aqui sabem muito bem o que isso poderia significar para a economia do transporte aéreo neste País. Isso nós conseguimos reverter, mas, se o Brasil estivesse sido excluído do primeiro grupo, nós não teríamos a voz para apoiar lá o Secretário-Geral na hora de isso ser discutido. Seria – eu acredito – extremamente difícil para mim, como funcionário das Nações Unidas, aguentar isso sozinho. Então, porque tínhamos o Brasil sentado no primeiro grupo, com voz e autoridade, nós conseguimos contornar essa situação, que foi um problema, vamos dizer momentâneo, numa época em que praticamente todos os Estados estavam com problemas sérios de implementar a regulação da Oaci, com relação a *safety*, à segurança operacional. Isso responde quais teriam sido essas consequências.

Hoje, acredito que a Embraer teria sofrido uma situação tão difícil da qual eu não sei se ela teria saído. E as empresas aéreas brasileiras seriam todas dependentes do que os outros Estados homologadores e certificadores poderiam fazer.

A Oaci estabelece e fiscaliza esses regulamentos, que são de dois níveis: há os *standards* ou padrões e os *recommended practices* ou práticas recomendadas. Os primeiros são mandatórios. A única maneira de o Brasil não cumprir um padrão é apenas informar à Oaci – e ele tem o direito de fazer isso – que ele não vai cumprir esse padrão ou que não vai cumpri-lo integralmente. Isso é informado aos demais Estados-membros, que têm o direito de impor as sanções à operação do Brasil e de seus aviões lá e de mandar

os seus aviões para cá. Ou seja, é uma interrupção violenta do relacionamento bilateral.

A Oaci, então, como faz? Estabelece esses regulamentos e as práticas recomendadas através de estudos, que passam pela Comissão de Navegação Aérea e pelos comitês; diversos comitês que ela tem.

Terminada a elaboração dessa legislação, passa pela Comissão de Navegação Aérea, que funciona como se fosse a Câmara dos Deputados, e, dali, ouvido o interesse dos representantes dos Estados, vai ao Conselho. O Conselho já não ouve mais; ele apenas aprova ou não e informa a todos os Estados que acabou de aprovar aquele regulamento, que deve entrar em vigor em um ano, e que espera o comentário ou a observação, seja lá o que for; a manifestação de cada Estado.

Essas recomendações virão, se existirem, serão analisadas novamente, num nível de legislação, e aí, então, é fechado o regulamento e os Estados ou obedecem ou registram a diferença de observação, para que os demais Estados possam decidir se continuam a operar, se permitem a operação mesmo com aquela restrição ou não.

Qual o papel do Estado-membro da Oaci? Isso é muito importante. É uma palavra que o americano tem especificamente quando ele fala *accountability*. O Estado-membro da Oaci assume uma responsabilidade perante a convenção que ele assinou, ratificou e está em vigor. E o Brasil tem uma *accountability* muito mais remissiva porque foi participante da elaboração dessa convenção.

Infelizmente, há dois anos, nosso último representante nessa reunião, em Chicago, faleceu. Era o Dr. Simões.

Essa responsabilidade do Brasil é refletida na sua posição e prestígio de ser do primeiro grupo. E, até hoje, o único momento de perigo que a gente passou de ter que abandonar essa prerrogativa foi em 2007.

Então, essa responsabilidade do Brasil de ser um cumpridor dessa legislação, de exigir que se faça o cumprimento por todos os que participam, tem outra contrapartida também: que todos os setores que contribuem para a existência e o funcionamento dessa aviação de transporte aéreo internacional sejam ouvidos, levados em consideração e tratados como parte da aviação civil de transporte aéreo no Brasil.

Aqui, eu acabei de atropelar a segunda porque nós temos que trabalhar, enquanto País membro da Oaci, com um sistema inteiro que tem não só a Oaci, mas tem a IATA, a EFT, a Airports Council International. Todas essas organizações representam todos os setores que devem existir para fazer funcionar bem a aviação civil, fazem parte de um sistema e precisam

ser integradas. Senão, vamos sempre ficar sem atender a essas necessidades.

Infelizmente, eu tinha falado, mas ouvi dos nossos companheiros aqui que o aeroporto de Guarulhos pode ser resolvido sem quebrar paredes, né?

O SR. CARLOS EBNER – Não, ganhar um fluxo de passageiros sem mexer em paredes.

O SR. RENATO CLÁUDIO COSTA PEREIRA – Não o aeroporto, é o terminal de passageiros. Há uma diferença enorme entre o terminal de passageiros... Em Heathrow nós temos quantos terminais?

O SR. CARLOS EBNER – Cinco.

O SR. RENATO CLÁUDIO COSTA PEREIRA – Cinco? Não é um aeroporto também. Cada terminal é um mundo à parte. E esse terminal só existe para atender a passageiros. O aeroporto, não. O aeroporto foi construído para atender empresa de transporte aéreo e aviação geral, porque é lá que chega o avião. Ele tem que ter pista, pátio, pista de táxi, sistema de proteção, o controle do espaço do aeroporto. É outro... Os terminais, os *warehouses*, onde as cargas e tudo o mais são manuseados... Tudo isso é um aeroporto.

E não adianta eu pegar um terminal e fazer com que o fluxo de passageiros se dê 100% mais rápido, pois se chega lá e cadê o avião? Atrasado, não veio. Não veio por quê? Porque a pista está com não sei o quê... É difícil confundir desse jeito, porque para terminal de passageiro é fácil resolver o problema; para aeroporto, não. O aeroporto inclui uma série de atividades que começa na estrada ou na rua que leva o passageiro para o aeroporto.

Não adianta eu estacionar um Airbus 380, com 800 passageiros, e, no intervalo de duas horas, receber cinco desses bichos lá dentro, pois o que faço com esses passageiros? O aeroporto não está adequado. Nem caber nas pontes de desembarque o avião não vai poder. Imaginem tirar 380 passageiros de ônibus de um avião desses ou de cinco que cheguem em duas horas. Depois, vamos supor que resolvemos tudo, que o passageiro passou e que colocamos esses 800 passageiros no passeio do aeroporto. Como esse povo vai embora? Tudo isso é aeroporto. Não adianta. Estacionamento de automóvel, comércio... Tudo é aeroporto.

Agora, terminal de passageiros é muito mais fácil. É só ter um planejamentozinho bem feito ouvindo as pessoas que precisam dele e colocar dinheiro ali. O dinheiro existe!

Se pegarmos todas as taxas que se cobram para permitir a operação de embarque e desembarque de passageiros, a operação das empresas, considerando que essas taxas todas são, por lei, destinadas a serem usadas para manter a operação do aeroporto mais do terminal de passageiros, se soubermos que, além das

taxas, tem outra coisa chamada adicional tarifário que é 50% das taxas e tem de ser empregado, por lei, no investimento do aeroporto e acharmos que não há recursos para fazer um planejamento de 20 anos e tocar esse aeroporto com terminal e tudo o mais de uma maneira civilizada e adequada, em benefício da economia e da população deste País, então é melhor desistirmos desse esporte.

Pergunta-se, aqui, qual o órgão responsável por preparar a estratégia das delegações brasileiras dentro da Oaci? Eu não sei mais. Pode ser que alguém saiba aqui. Eu gostaria até de saber como ele está funcionando, onde está funcionando e qual a capacidade das pessoas que estão preparando isso?

Vou mais além, ainda. Posso falar aqui, porque eu não devo nada a ninguém. Acho que, como é muito importante que todas as soluções que as delegações do Brasil encontram lá fora e resolvem...

Por exemplo, o Carlos falou da Convenção de Montreal. A Convenção de Montreal ainda não está em vigor *into force*, como eles dizem, porque faltam dois ou três Estados ratificarem. Mas o Brasil já ratificou essa convenção. Então, custaria alguma coisa ao Estado brasileiro determinar que a Justiça no Brasil comece a seguir essa convenção, pois vai ser obrigado a seguir assim que o terceiro ou o segundo Estado depositarem a ratificação? A nossa parte já está pronta. O Brasil assinou a convenção, ratificou. O Congresso fez um Decreto Parlamentar e o Presidente apoiou. Então, a convenção para nós deveria estar em vigor, com todos os benefícios às empresas e principalmente aos usuários do transporte aéreo, como passageiros.

Isso não está acontecendo e cada juiz decide do jeito que quer, porque ele continua seguindo o que apesar de ser chamado de Convenção de Varsóvia não é, mas é um sistema que inclui ônibus, trem, cavalo, charrete, tudo que acontecia naqueles idos.

Hoje, temos uma convenção perfeita para atender aos interesses das empresas e dos usuários que aqui no Brasil não é levada a esse ponto. Estão esperando o quê? Que a convenção entre em vigor para eles serem obrigados a cumprir? Ou vão dizer que não vão cumprir essa convenção e fazer uma ressalva? Isso é o que me preocupa. Nós temos as ferramentas, por que não usamos? Temos os recursos, temos gente competente, temos tudo. E não podemos usar?

Acho que, com isso aí, eu encerro a minha participação.

Eu queria apenas chamar atenção das senhoras e dos senhores que estão aqui para que a aviação civil é a primeira e a última em qualquer ocasião. Não me preocupa o problema da Olimpíada, nem o problema da Copa do Mundo. Preocupa-me a necessidade da

população deste País de usar o transporte aéreo de maneira econômica, de maneira segura e na hora em que precisar. Isso não está acontecendo.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB - PA) – Agradeço ao Major-Brigadeiro do Ar Renato Cláudio Pereira.

Passo a palavra ao Sr. Antonio Rodriguez Fritz, da ITF, para que ele possa responder aos questionamentos.

O SR. ANTONIO RODRIGUEZ FRITZ – Muito obrigado.

Primeiro, sobre as perguntas; depois, quero fazer alguns comentários finais.

Sobre as perguntas, a primeira é sobre a liberação do espaço aéreo do Chile. Certamente, o Chile tem “céus abertos”; ele liberou. Isso pode ou não chegar ao Brasil? Nós esperamos que não, primeiro, porque temos de comparar o tamanho do mercado. O Chile não tem o mercado do tamanho, das dimensões do Brasil. Ele não tem uma extensão. Mesmo que o comprimento seja bastante, o fluxo de passageiros norte/sul não tem nada a ver, comparativamente, com o fluxo de passageiros em todo o território brasileiro. Chegar a liberar os céus completamente poderia ser um atentado financeiro e contra a soberania do País, porque o Brasil tem tamanho, capacidade e população suficientes para ter uma indústria capaz, rentável e produtiva sem necessidade de abrir os céus.

Sobre a questão da não participação na Clac e na Anac, eu acho que os comentários do Brigadeiro esclarecem muito a situação. Essa é a situação que temos em outros países, nos quais as delegações, antes de ir para a Oaci, antes de ir para Clac, reúnem-se e tomam uma decisão conjunta entre empresários do setor, sindicatos de trabalhadores do setor e o Governo. Então, isso acontece em outros países da região e não vemos por que não poderia acontecer no Brasil? Fico contente em saber que acontecia no passado e acho que retomar o caminho certo não deve ser tão difícil.

Sobre a questão do Mundial de Futebol e das Olimpíadas, quero também fazer um comentário sobre o que o Brigadeiro disse. Acho que são dois eventos muito importantes, mas o primordial aqui não é se ter Olimpíadas e se ter Mundial de Futebol. O importante aqui é qual será a estrutura da indústria da aviação civil para os brasileiros, não em 2014, não em 2016, mas em 2020, em 2030, em 2040, em 2050. Essas são duas questões temporais, atípicas. Dificilmente terão, no futuro próximo, de novo, dois eventos internacionais juntos, mas o que importa é como a indústria se desenvolve e cresce e como essa indústria fica para beneficiar os brasileiros no futuro.

Quatro considerações finais e muito rápidas. A primeira é novamente sobre a indústria. A indústria não deve ser descaracterizada; tem de ser brasileira, tem de beneficiar os trabalhadores, as empresas, o Governo e a sociedade brasileira como um todo. Quanto aos interesses estrangeiros, é importante que haja investimento, é importante que haja participação, mas nunca para descaracterizar a indústria.

Ponto número dois, sobre as regulações do setor. Nós achamos, de novo, que as regulações são apropriadas. O que falta é o cumprimento adequado, a fiscalização oportuna; falta ter um seguimento das diferentes denúncias que são apresentadas tanto por empresas como por trabalhadores e usuários. É isso que estaria faltando, não, necessariamente, mexer na legislação. Primeiro, tem que ser corretamente implementada.

Sobre a questão da promoção da indústria brasileira como um todo, acho que os gráficos que apresentou o representante da IATA, o Carlos Ebner, são muito importantes. Falta muito espaço para as empresas brasileiras crescerem nesse grande diagrama de passageiros transportados. Então, deveria ser imprescindível uma política de Estado dar condições para que as empresas brasileiras consigam concorrer, competir em igualdade de circunstâncias. Não adianta dizer que está sendo protegida a indústria, que se está procurando que as empresas brasileiras possam competir lá fora se o preço da operação é muito mais alto, o dobro do de uma empresa estrangeira.

Houve uma pergunta sobre o Chile. Essas empresas tiveram benefícios diretos, claros, evidentes, do Estado para crescer. Aqui tem que ter essa mesma, eu não diria sequer defesa da indústria, mas promoção. Eu não diria sequer defesa, mas promoção. Que essas empresas possam crescer para concorrer em igualdade de circunstâncias. Senão, o marco fiscal, o marco regulatório do País acaba evitando essa concorrência justa, acaba criando uma concorrência desleal.

Por último, um ponto que achei importante também... Foi comentada a qualidade dos profissionais brasileiros. Acho que isso tem que ser remarcado, porque não somente é muito alta, mas também tem índices de segurança elevadíssimos. E eu faço comentário porque tem havido tentativas de importar trabalhadores de outros países, não porque o trabalhador brasileiro não é bom, não porque o trabalhador brasileiro não é eficiente, senão dentro do mecanismo para tentar criar uma situação de *dumping* social. Isso tem que ser evitado.

Eu acho que seria muito triste para as futuras gerações ensinar para as crianças, daqui a dez ou quinze anos, que temos aviões maravilhosos, já não de oitocentos, mas, agora, de mil e duzentos passa-

geiros, temos aeroportos grandiosos, temos terminais de passageiros de primeiro mundo, só que todo mundo fala inglês porque todo mundo é estrangeiro. Isso seria, eu acho, o pior dos cenários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Sr. Antonio Fritz, representante da ITF, e passo a palavra ao Sr. Carlos Ebner, Diretor da IATA, para que possa também responder às questões e fazer suas considerações finais.

O SR. CARLOS EBNER – Bom, eu acho que uma das perguntas aqui fala, voltando a muitos anos atrás, de Varig, de Vasp, de Transbrasil, como é que elas se situavam no cenário internacional e por que agora não temos o mesmo volume?

Eu vou falar mais da indústria em si, apesar de ter sido diretor da Varig por alguns anos, mas eu digo o seguinte: a indústria era diferente. Naquela época, os diferenciadores de produtos entre empresas aéreas eram os serviços. O serviço de bordo tinha todo um *glamour*, os preços eram regulados – então, você não tinha muita preocupação; tinha do custo, mas não tão grande... Então, nós vivíamos outro cenário, um cenário que era do *glamour*. Serviços de bordo com lagostas, camarões... Você se lembra disso, né? Hoje em dia, é barrinha, e olhe lá; está pagando agora, acabou. Então, nós vivíamos outro cenário de indústria. Era outra indústria, uma indústria totalmente diferente.

Com a desregulamentação nos Estados Unidos, essa indústria começou a mudar. Começou a se olhar preços mais competitivos. O preço começou a ter uma influência muito grande. E eu vejo que as empresas como Varig, Vasp e Transbrasil não conseguiram se adaptar a esses novos cenários. Elas eram empresas que a gente chama de legadas, de *legacy*, empresas que tinham uma infraestrutura muito grande e uma cultura que não conseguia acompanhar essa tendência. Tanto é que, quando a Gol entrou no Brasil, ela rapidamente chegou a 30% do mercado, dentro de uma política de preços mais baixos.

Então, o mercado foi alterando, foi mudando, e depois ele foi se compondo de alianças. Então, você não fazia mais voos para Cingapura. Daqui para Cingapura, eu vou até Frankfurt, tem uma parceria, uma aliança estratégica, que eles chamam de voos *similars*, voos sem interrupção. Então, saio daqui, pego uma TAM, que vai a Frankfurt, e em Frankfurt já está em Cingapura, num caminho só, que é através das alianças, das parcerias, dos sistemas que se falam, etc. Então, houve uma modificação muito grande e não há necessidade de as empresas estarem olhando tanto para voar para abranger... A Varig era reconhecida como a embaixada brasileira. Todo mundo dizia assim: vou lá na Champs-

-Élysées, vou a uma lojinha da Varig, vou ler o jornal, vou tomar um cafezinho. Hoje não dá para ter uma loja dessas. Hoje você faz venda direta.

Então, houve uma mudança muito grande no conceito e eu entendo que essas empresas não conseguiram acompanhar a entrada de novas. O mercado foi muito rápido, a mudança... Então, não houve esse acompanhamento. E hoje as empresas voam para aquelas rotas em que têm densidade, em que elas têm preço, têm um custo, elas conseguem, através da distribuição, aumentar o volume de passageiros das suas alianças estratégicas. Então, elas não vão tentar cobrir todo o mundo, como era antigamente, cobrir a maior parte possível de destinos, mas vão naqueles destinos em que elas têm mais densidade.

E nós estamos olhando, agora, algumas modificações. A gente pega, por exemplo... Nós estávamos fazendo uma análise. Alguém está em Curitiba e quer ir para Córdoba. Se for de avião, ele leva doze horas; se fosse num voo direto, levaria uma hora e meia. Por quê? Porque nós ainda estamos no sistema de *hubs*. Mas, na medida em que as aeronaves, como a da Embraer, que já tem um tamanho melhor, começa a permitir um fluxo de passageiro, esses voos começam a ficar mais rápidos, mais dedicados. Então, a empresa tem que, primeiro, encontrar o mercado e a densidade.

O que fala hoje é o preço. Hoje, o diferencial está praticamente no preço. Nós vimos a queda de preços que aconteceu ao longo dos anos. Então, mudou a característica toda de mercado e as empresas hoje trabalham muito em cima dos seus custos e dos seus preços. Tem que ter preços competitivos.

O serviço atrai? Atrai, mas nem tanto. Aí tem que ter programas de fidelidade, programa de gerenciamento, do *yield*, não sei, a gente chama, são os termos que já ficaram na aviação, *yield management*, que é o gerenciamento da receita.

Então, as empresas que não... Hoje, você tem uma empresa aérea... Antigamente, havia três tarifas: tarifa de primeira, tarifa econômica e executiva. Hoje, são mil tarifas. A tarifa muda toda hora. Você precisa ter um sistema que permita operacionalizar. Toda essa evolução foi muito difícil para as outras empresas pelos sistemas de legados acompanharem; e aí acabou no que a gente sabe.

Do ponto de vista dos gargalos, eu acho que já coloquei, falei. É muito preocupante.

A IATA tem um bom relacionamento com as entidades de Governo, com os órgãos. Nós temos vários órgãos com que nos relacionamos como SAC, na política de aviação civil, para entender bem a política, no que se pode cooperar, colaborar... Nossa palavra é de colaboração.

Nós temos a parte de regulação com a Anac. Nem sempre as nossas colocações são vistas do jeito que nós pensamos. Sempre nosso interesse é trazer a experiência mundial e dizer o que está acontecendo no mundo e ver o que se pode, às vezes, fazer.

Às vezes se faz algumas outras coisas, como a 218 que agora coloca o atraso do vôo; toda vez que o passageiro liga deve ter quanto tempo o voo atrasou... Isso não é um referencial para o passageiro. Ninguém no mundo usa isso. Então, nós estamos criando, como a gente fala muito aqui, a jabuticaba, porque a jabuticaba é brasileira, né? Então a gente diz que é mais uma jabuticaba, mais uma criação brasileira.

Mas o relacionamento é muito bom com o Ministério das Relações Exteriores, justamente para os acordos das ratificações, principalmente na parte de meio ambiente, que cada vez mais é um ponto importante da indústria da aviação. Na parte do Decea, de controle de tráfego aéreo, trouxeram novas tecnologias, pensando em como se pode melhorar a segurança, reduzir as emissões de carbono.

Então, com a Infraero, na parte de aeroportos, nós temos um relacionamento muito bom, mas nós representamos as empresas e vemos que sempre, na parte de aeroporto principalmente, há alguns conflitos que a gente tenta harmonizar falando em nome das empresas, sendo aí uma cabeça só com a Infraero. Mas a relação é muito boa.

Por fim, como nós dissemos, o Brasil tem uma grande chance de se tornar o grande líder, o grande *hub* da aviação internacional aqui na América Latina. Mas nós temos que cuidar, é claro, pois a consolidação das empresas está acontecendo.

Agora, não falo muito como IATA, mas como uma pessoa de mercado. Acho que temos que olhar o que está acontecendo, ver o posicionamento do Brasil e também fazer uma coisa muito importante: tirar essa burocracia, ter mais vontade política. Hoje, para se fazer um sistema de passageiro, de melhoria na alfândega e em relação às informações dos passageiros, nós levamos seis, sete anos e nada acontece.

Fiquei algum tempo fora da aviação. E hoje eu olho para os países vizinhos e vejo o Chile correndo, a Colômbia correndo, o Peru com um aeroporto muito melhor do que o do Brasil e me pergunto: como brasileiro, onde nós estamos? Nós estamos perdendo. O trem está passando. E o mercado vai para onde está mais fácil, para onde há melhores condições de se ter transporte de carga. Ele sai procurando.

Como nós vimos, os índices de conectividade estão aí. O Brasil... Olhando os países em volta, olhando os Brics, um comparativo que fazemos muito na IATA – a gente compara os Brics e os nossos parceiros

aqui –, há países vizinhos nossos que estão avançando muito rápido em controle de tráfego aéreo, em controle de segurança. Eu acho que nós temos que olhar para isso, ter uma política clara, vontade política de fazer as coisas e dizer: “Temos que fazer? Vamos fazer”. Mas perdemos.

O aeroporto de Guarulhos nós não terminamos – todo o pátio e aquela coisa toda. Hoje nós não temos um pátio. Há seis anos estamos construindo um pátio. Eu me lembro de que, na Varig, a gente construiu um pátio em um ano. Seis anos. Pode-se melhorar o terminal, mas não tem onde parar avião. Nós fizemos estudo para melhorar, mas não adiantou muito, porque o espaço físico é muito curto.

Então, acho que vontade política será um grande benefício para o Brasil se a tivermos, se a coisa for acontecer em todas as áreas, porque a aviação é um sistema. A aviação não é a empresa aérea, não é o trabalhador, não é o aeroporto, é um sistema que se comunica e tem que estar fluindo de todo. O espaço aéreo tem que estar fluindo. Não adianta ter espaço no aeroporto se não tem na pista, se o espaço aéreo está com tráfego intenso. Ouvi uma pessoa dizer assim: “Até agora não está sobrando nada para nós, porque o problema está no chão. Na hora em que resolvermos o problema do chão, sobe. Por enquanto, não está sobrando nada para mim”. Nós temos que acabar com isso. E eu acho que o momento é este aí.

Investimento eu acho que falha. Nós tivemos o ato aéreo – foram cobrados 50% durante anos para fazer superávit primário. Então se está cobrando. Agora nós vamos ter o Fnac, pois o ato aéreo está desaparecendo. Então, estão criando o Fnac, que terá um valor, em dez ou quinze anos, de quase R\$10 bilhões. Espero que esse fundo seja administrado em prol da aviação, não sirva para fazer superávit primário e não fique contingenciado, porque, aí, nós estaremos dando um tiro no pé. Então, nós vamos ter recursos. Precisamos ter uma política. Falta ainda o Governo estar interessado, a SAC, em desenvolver uma política para o transporte aéreo regional, melhorar aeroportos.

Uma coisa é importante e sobre ela o Brigadeiro falou algumas vezes: nós temos que colocar todos os parceiros para discutir. Não adianta fazer uma política de investimento sem chamar as empresas aéreas, sem chamar os aeroportos. É preciso saber o seguinte: vale a pena investir naquele local? De repente, nós estamos construindo uma catedral no deserto.

Então, se vamos fazer o Fnac, vamos ter um conselho consultivo para saber onde vamos investir o dinheiro e não a administração do fundo. Essa administração é do Governo. Nós estamos no fundo de uma linha mercante em que participam os armados

res, participam os estaleiros e os representantes de estaleiros para dar orientação e dizer: “Olha, naquele local, nós estamos precisando de mais investimento; aquela pista está com problema”. Às vezes, nós temos aeroportos em que a pista é ondulada e as aeronaves não podem operar com 100% dos passageiros. E nós temos que melhorar isso com a participação de todos. Acho que todos participarem é importante.

E com o Fnac, aqui na Comissão, nós temos que tomar bastante cuidado para não se transformar em um novo ato aéreo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço.

Quero novamente agradecer aos convidados da audiência de hoje da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil da Comissão de Infraestrutura: Major-Brigadeiro do Ar Renato Cláudio Costa Pereira, ex-Secretário-Geral da Oaci; Sr. Antonio Rodrigues Fritz, Secretário Regional da Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte; Sr. Carlos Ebner, Diretor da Associação Internacional de Transportes Aéreos – IATA.

Antes de encerrar a reunião, quero convocar os Srs. Senadores membros da Subcomissão Temporária para a nossa próxima reunião, a realizar-se no próximo dia 22 de maio de 2012, terça-feira, neste plenário, às 14 horas, para debater uma nova política pública para a aviação civil brasileira, a visão dos sindicatos e associações, com os seguintes convidados: Sr. Gelson Dagmar Fochesato, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas; Sr^a Selma Balbino, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários; Sr. Marcelo Andrade Silva Schmidt, Secretário-Geral do Sindicato Nacional dos Aeroviários; Sr. Francisco Luiz Xavier de Lemos, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroportuários; Sr. Carlos Montino, Diretor-Presidente da Associação dos Servidores da Anac; e um representante da Associação Brasileira dos Pilotos da Aviação Civil – Abrapac.

Nada mais havendo a tratar na presente reunião, dou a mesma por encerrada.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 10 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL – CISTAC, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e doze, no plenário treze da Ala Se-

nador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Vicentinho Alves**, Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a presença dos Senadores **Flexa Ribeiro, José Pimentel e Delcídio do Amaral**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior a esta, que é dada como lida e aprovada. O Presidente da Comissão comunica que se encontram disponíveis na página da Subcomissão as Atas das Reuniões anteriores, bem como o Relatório parcial das atividades da Subcomissão. Em seguida, passa-se à pauta, quando o Presidente convida a tomarem assento à Mesa os expositores: Senhor **Gelson Dagmar Fochesato**, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas – SNEA; Senhora **Selma Balbino**, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários – SNA; Senhor **Paulo Licati**, Presidente da Comissão de Fadiga da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil – ABRAPAC (representante de: Carlos Seixas); Senhor **Marcelo Andrade Silva Schmidt**, Secretário-Geral do Sindicato Nacional dos Aeroviários – SNA; Senhor **Celso Klafke**, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil – FENTAC/CUT; Senhor **João Pedro Sousa Leite**, Presidente da Associação Nacional dos Aeronautas; e Senhor **Carlos Montino**, Diretor Presidente da Associação dos Servidores da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) – ASA. O Presidente informa que esta reunião tem por finalidade debater uma nova política pública para a aviação civil brasileira: A visão dos Sindicatos e Associações, em atendimento ao Requerimento nº 01/2012-CISTAC. O Presidente registra as seguintes presenças: Senhor Rafael Moraes, Associação Nacional dos Aeronautas; Olimar José Costa, da Associação Nacional dos Aeronautas – ANA – e do Sindicato dos Aeronautas do Município de São Paulo e Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba; Senhor Carlos Rovida, Associação Nacional dos Aeronautas; Senhora Graziella Baggio, Sindicato Nacional dos Aeronautas e FENTAC; Senhor Carlos Henke, Comissão dos Aposentados AERUS/RS; Senhor Ary Guidolin, Comissão dos Aposentados AERUS/RS; Senhora Taís Portilho, Assessoria do SNEA; Senhora Sílvia Zeque Licati, ABRAPAC; Senhor Carlos Seixas, ABRAPAC; Senhor Leonardo Sousa, Sindicato Nacional dos Aeronautas; Senhor Sérgio Dias, Secretário Geral do Sindicato Nacional dos Aeronautas; Senhora Shaiana Campelo, ANAC; Senhor Guilherme Neto, ANAC e Senhor Guilherme Aberle, Diretor de Relações Institucionais da TRIP Linhas Aéreas. O Presidente concede a palavra aos convidados. O Presidente registra a presença e concede a palavra ao Deputado Federal

Dr. Grillo. Após as exposições, o Senador Vicentinho Alves faz questionamentos aos palestrantes. Os convidados respondem aos questionamentos e fazem suas considerações finais. O Presidente comunica a presença da Senhora Ruth Brilhante – Presidente da Confederação de Agentes de Saúde do Brasil– CONACS e do Deputado Paulo Roberto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e cinco minutos minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vicentinho Alves**, Presidente.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Aprovadas.

COMUNICADO.

Esta Subcomissão informa que as atas e as notas taquigráficas da primeira à décima reunião, e a minuta de relatório parcial desta Subcomissão encontram-se disponíveis na página da Subcomissão na Internet.

Eu gostaria que a minuta do relatório parcial... Nós estamos elaborando uma com mais profundidade, mais detalhes.

Então, nós vamos disponibilizar as notas taquigráficas da primeira à décima reunião. Quando ao relatório parcial, aguardamos um pouco mais, porque nós o estamos elaborando juntamente com a consultoria do Senado, mais aprofundado.

A mensagem com essas informações foi encaminhada a todos os endereços de correio eletrônico cadastrados na Subcomissão.

Passemos à pauta.

Antes, convido para tomar assento à mesa o Sr. Gelson Dagmar Fochesato, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Seja bem-vindo.

Convido a Sra. Selma Balbino, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários.

Seja bem-vinda.

Convido o Sr. Paulo Licati, Comandante Paulo, Presidente da Comissão de Fadiga da Associação Brasileira dos Pilotos da Aviação Civil (Abrapac), representando o Sr. Carlos Seixas, Presidente da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil.

Seja bem-vindo, Paulo.

Convido, também, para fazer parte da Mesa, o Sr. Marcelo Andrade Silva Schmidt, Secretário-Geral do Sindicato Nacional dos Aeroviários.

Seja bem-vindo.

Convido o Sr. Celso Clark, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil.

E convido, também para compor a Mesa, o Sr. João Pedro de Souza Leite, Presidente da Associação Nacional dos Aeronautas.

Convido o Sr. Carlos Monte, Diretor Presidente da Associação dos Servidores da Agência Nacional de Aviação Civil, Anac.

Esta Presidência registra, também, a presença, nesta audiência pública, de Rafael Moraes, da Associação Nacional de Aeronautas.

Caso queira sentar mais à frente, fique à vontade, Rafael.

Olimar José Costa, da Associação Nacional dos Aeronautas.

Seja bem-vindo aqui.

João Pedro de Souza Leite, Presidente da Associação Nacional dos Aeronautas, já está aqui.

Carlos, da Associação Nacional dos Aeronautas.

Seja bem-vindo, Carlos.

Se quiserem sentar à frente, fiquem à vontade.

Graziella Baggio, sempre presente, do Sindicato Nacional dos Aeronautas e Fentac; Carlos Henke, Comissão dos Aposentados do Aerus.

Sejam bem-vindos.

Ary Guidolin, também da Comissão dos Aposentados do Aerus.

Sejam bem-vindos aqui à frente.

Thais Portilho, assessora SNEA.

Sílvia Zequi Licati, esposa, naturalmente, do Comandante Paulo Licati.

Seja bem-vinda, senhora.

Carlos Seixas, da Abrapac; Marcelo Andrade Schmidt, do Sindicato Nacional dos Aeronautas; Leonardo Souza, também do Sindicato Nacional dos Aeronautas; Sérgio Dias, Secretário-Geral do Sindicato dos Aeronautas; Shaiana Campelo, da Anac; Guilherme Neto, da Anac; Guilherme Aberle, Diretor de Relações Institucionais da Trip Linhas Aéreas.

Sejam bem-vindos.

A nossa amiga Ilma, também, Assessora Parlamentar na Anac, se encontra nesta audiência pública.

Eu, em rápidas palavras, quero apenas deixar registrado, nesta audiência pública, além das boas-vindas a todos que aqui se encontram, que estão aqui à mesa, contribuindo com esta Subcomissão, que a presença dos senhores e da senhora nesta Subcomissão é de suma importância, porque se presentes

não estivessem, talvez, com certeza, nós não teríamos nem a audiência pública.

Portanto, a presença é de suma importância para contribuir com esta Subcomissão que, naturalmente, tem o interesse de contribuir também com os trabalhadores da aviação do nosso País.

Como eu sempre digo e reafirmo, é uma Subcomissão bastante técnica e nós queremos, ao final, procurar apresentar o melhor planejamento e as melhores legislações para que a nossa Presidenta Dilma possa seguir adiante com esse planejamento e essas legislações.

Se, hoje, o Brasil possui a segunda maior aviação geral do mundo, a terceira maior aviação experimental e uma aviação regular que transportou 180 milhões de passageiros, apenas em 2011, isso se deve especialmente a quem, com suas mãos, faz a aviação acontecer.

Mais que uma mera força de trabalho, os profissionais da aviação se compõem em uma verdadeira reserva estratégica e intelectual de nosso País, sendo indispensáveis para garantir sua integração e soberania.

Portanto, assegurar aos mesmos as condições mínimas de trabalho, uma remuneração justa e condizente com suas responsabilidades e um programa continuado de aperfeiçoamento representam fatores para preservar a segurança e o desenvolvimento da atividade aeronáutica no Brasil.

Estima-se que aproximadamente um milhão de trabalhadores, entre pilotos, comissários, mecânicos, aeroviários, aeroportuários, engenheiros, etc, estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com as mais diversas atividades que abrangem o universo da aviação, viabilizando desde a indústria do transporte aéreo e suas atividades correlatas, como a manutenção de aeronaves e outras que estão indiretamente ligadas, mas que lhe são extremamente dependentes, como a indústria do turismo.

Esses trabalhadores, que são a primeira linha da segurança da aviação, precisam dominar técnicas com padrões internacionais de qualidade e de segurança, pois, ainda que estejam no Brasil, os trabalhos executados na aviação precisam corresponder àqueles realizados tanto na Europa, como nos Estados Unidos ou na Ásia, podendo-se dizer que os mesmos são profissionais globalizados, que se organizam e trocam experiências, sobretudo em nível internacional.

A organização dessa indispensável força de trabalho teve seu início ainda nos princípios dos anos 40, com a criação daqueles que viriam a ser o Sindicato dos Aeroviários e o Sindicato dos Aeronautas, sendo que, hoje, esses trabalhadores se organizam por meio de sua própria federação, a Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil, da CUT, a Fentac, com

representantes aqui à mesa, em inúmeras associações e sindicatos com afinidades, mas com objetivos que podem ser entendidos como comuns, entre os quais: banir o desrespeito à legislação trabalhista; manutenção e criação de novos postos de trabalho; implementação de seus planos de carreira, cargos e salários; a segurança do setor, tanto para os trabalhadores como para os passageiros; a democratização do acesso ao transporte aéreo; menor concentração do mercado; maior segurança de voo e aeroportuária e fortalecimento das empresas nacionais.

Assim, a formulação de uma política que garanta desde a formação dos profissionais que atuarão na aviação até a sua aposentadoria é fator imperativo para garantir a sobrevivência e a evolução do setor da aviação no País.

Sendo assim, agora concederei a palavra ao Gelson Dagmar, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA).

Consulto aos palestrantes qual seria o tempo ideal? Quinze minutos ou mais um pouco? (Pausa.)

Então, 15 minutos para cada debatedor e, se houver necessidade de ampliarmos, assim o faremos. O que nós queremos mesmo é ouvi-los, porque cada um dará grande contribuição.

V. Sa. dispõe de 15 minutos, Presidente.

O SR. GELSON DAGMAR FOCHEATO – Muito obrigado.

Boa tarde a todos e, em especial, aos telespectadores da TV Senado.

Em nome do Sindicato Nacional dos Aeronautas e de todos os aeronautas brasileiros, quero agradecer ao Senador Vicentinho Alves pelo convite a este reencontro, após cinco meses de nossa primeira participação aqui cuja discussão à época era exatamente o debate sobre a PL nº 434.

Ouso dizer que estamos aqui hoje não mais para tratar da alteração da Lei nº 7.183/84, que regulamenta a nossa profissão, porque nós não nos curvaremos a outros interesses que não sejam os interesses dos usuários que, quando comprem suas passagens, querem chegar a seus destinos e os interesses dos aeronautas pelo alto grau de suas responsabilidades, pela saúde e vida social dignas. Quero deixar claro esta posição do Sindicato a respeito de alterações da lei.

Nós nos propomos a debater a raiz do problema da aviação civil em prol do que realmente interessa à sociedade usuária, da indústria e do transporte e, por consequência, também ao Estado brasileiro.

A segurança operacional é nossa missão e, como profissionais, procuraremos dar a visão do Sindicato sobre a aviação civil, como forma expressa no convite recebido.

Acompanhamos os debates anteriores desta Subcomissão temporária sobre a aviação civil. Confesso que não pude ver algo que viesse a desatar o nó dos problemas da aviação civil, Sr. Senador. Lamento dizer isso, mas esta é a visão de um Sindicato que participou de duas câmaras setoriais no passado; de fóruns de competitividade para salvar a aviação brasileira; participou da discussão da criação dessa agência nacional de aviação civil, que é um projeto que, depois de muitos debates, contou com a concordância de todos os segmentos envolvidos, inclusive o Sindicato, que participou e concordou com aquele modelo. Porém, do dia para a noite, ela foi abortada, e surgiu esta que está aí hoje, que foi um remendo muito malfeito do que havia sido proposto. Participamos também de debates sobre a política de céus abertos que, volta e meia, o Estado ou a Agência propõe. Enfim, uma infinidade de ações que acabaram todas morrendo no seu nascedouro, Senador. Esperamos que essa não morra também em seu nascedouro.

Como sempre, o diagnóstico foi bastante amplo nessas últimas audiências feitas pelos diversos setores que participaram, apesar de corporativos. Mas ficou evidente que solução do velho nó não passa, nem de longe, pela alteração da Lei nº 7.183. Essa Lei não é tão velha assim, embora em uma das audiências terem falado que esta lei é antiga, é velha, mas, na realidade, ela é de 1984. E a aviação de jato no Brasil começou nos anos 60. Então, ela foi criada com quase 20 anos de operação de jato no Brasil. Então, ela está bem adequada à operação de jato. Não mudou nada na aviação de jato de 1984 para cá, aliás, até piorou, porque o jato, hoje, voa mais alto, provocando maiores cânceres de pele, devido às radiações cósmicas, entre outras alterações. Piorou também a carga de trabalho das tripulações, porque antigamente havia mais pessoas a bordo para trabalhar. A tecnologia foi tirando pessoas e colocando equipamentos eletrônicos, sobrecarregando a atuação dos pilotos. E, agora, mais gravemente, a própria Agência propõe reduzir o número de comissários, também na contramão da história.

Então, o entrave da aviação civil, Senador, está na total desconexão entre o Estado brasileiro para a aviação, através de sua Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), cuja elaboração teve a participação ativa deste Sindicato. Ela foi assinada em 2009, mas até hoje não tem nenhuma ação prática. Quer dizer, criou-se uma política para o transporte aéreo no Brasil, que não tinha nenhuma política, e ela foi assinada, com a nossa participação, uma política razoável, eu diria, porém nada foi posto em prática até hoje, pelo menos que surgisse algum efeito para que a aviação civil fosse respeitada.

A pergunta que poderão fazer é por quê? Por que não foi aplicada? Porque a Anac e a SAC, acho, desprezam o PNAC. Há a lei do PNAC aqui, mas a SAC inventa suas histórias e a Anac as complementa, quando elas deviam, no caso da Anac, ser somente órgão fiscalizador. Mas a Anac resolve ser também um órgão de interpretação de leis, provocando várias inseguranças jurídicas entre os trabalhadores.

Então, a política da Anac se equivoca, porque ela contraria e atropela as resoluções do Conac, que é quem tem de fazer política. Ao tentar, então, fazer a política, a Agência só tem prejudicado o setor, principalmente quando defende políticas de céus abertos, propondo até as liberações da oitava e nona liberdades que, na sua essência, é aviação de cabotagem.

O Brasil não pode aceitar a aviação de cabotagem, porque isso vai destruir as empresas brasileiras todas – elas desaparecerão – e o Estado ficará vivendo sob o controle de empresas estrangeiras que, aí sim, aproveitarão para voltar a aumentar as tarifas, recuperar o dinheiro perdido, nessa época em que elas estão aqui com passagens baixas para pegar passageiros e prejudicar as nossas empresas. As nossas empresas não têm condições de competir com as empresas estrangeiras, porque algumas resoluções do Conac, tanto a nº 04, de 2003, como a nº 007, de 2007, que previam posições para proteger e fortalecer as empresas brasileiras, nenhuma delas foi aplicada. Nenhuma. Nós estamos em 2012, e resoluções de 2003, que poderiam fortalecer a aviação brasileira sequer foram comentadas.

Como a função da Agência é fiscalizar, ela não o faz.

Nós, do Sindicato, temos em torno, hoje, de 2.500 denúncias dos trabalhadores, dos aeronautas e, dessas 2.500 denúncias, praticamente a metade são denúncias pelo descumprimento da atual regulamentação profissional.

Então, como vamos discutir uma nova legislação se essa que está aí há 25 anos não é cumprida, porque a Agência não fiscaliza; o DAC não fiscalizava e a Agência não fiscaliza. As empresas pressionam os trabalhadores para voarem regulamentados. Há uma empresa aérea que muda a escala de voo diariamente, Senador. A escala de voo nossa, pela legislação, é mensal, porém, há uma empresa aérea que muda quase que diariamente, e aí do tripulante que não aceitar essa modificação. Há empresa aérea em que – a própria Anacon acaba concordando, ao passar pela sua base principal, o tripulante pode continuar voando quando está escrito claramente que, quando passa por sua base principal, após uma jornada, o tripulante tem que ir para casa e não continuar no voo.

A Agência vai lá e legisla, contrariando ela própria, porque em uma revista, se não me engano, a Magazine, do ano passado, quando perguntado a um dos diretores da Anac como ele interpretava aquele absurdo do OCBA da contratação de piloto estrangeiro, ele disse: “Não, a Anac não legisla, ela cumpre determinações”. Então, ela se contradisse. Em um momento, ela fala que só cumpre e, em outro, ela começa inventar e regular as coisas que não lhe competem, porque são coisas jurídicas.

Por falar em piloto estrangeiro, o Dimas, aqui, no Congresso debateu esse assunto ano passado. Falava-se que faltavam pilotos, que tinham de contratar pilotos estrangeiros. Fizeram uma mudança no Código Brasileiro do Ar, que ninguém sabe, até hoje, de onde surgiu aquilo, porque ela foi feita sem uma participação clara dos sindicatos. E agora estamos vivendo um momento em que temos quase 300 pilotos sendo despedidos das empresas aéreas, porque estão sobrando pilotos. Então, vejam só se aquilo tivesse andado em frente, como estaríamos hoje, no Brasil, com o excesso de pilotos.

Para finalizar, como podemos entender que, com o mercado, em franco desenvolvimento, a aviação crescendo bastante nestes últimos anos, até o dobro do PIB praticamente, as empresas tomam prejuízos de R\$1 bilhão? O que é isso? Isso é um processo de concorrência predatória que caberia, sim, à Agência acompanhar. Tudo bem que as empresas tenham o direito de propor tarifas que lhes interessam, porém, há um limite, porque o limite é a sobrevivência da empresa e o limite é dar garantia aos empregos. Então, a Agência se omite nesse momento. Então, as empresas poderiam ter faturado e ter um caixa positivo, porém, elas jogaram todas essas chances fora na concorrência predatória do capital para tentarem ocupar o mercado, não tendo conseguido.

Para encerrar, quero dizer que, se o Estado brasileiro, a Anac e a SAC seguirem o que está escrito no PNAC, que é a política do transporte aéreo, seguindo isso aqui, Sr. Senador, não precisa fazer muita coisa, porque aqui tudo está muito bem esclarecido, passo a passo, o que se tem de fazer, tanto para a criação da mão de obra, como para a garantia dos empregos, como para a garantia do transporte aéreo.

Então, a minha proposta a esta Casa é a de que se trabalhe no sentido de que se cumpra o que está escrito no PNAC, que é a Política Nacional de Aviação Civil. Isso feito, não precisa mexer na regulamentação, não precisa fazer grandes invenções. A aviação terá sucesso.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – O senhor pode nos fornecer essa cópia, Presidente?

O SR. GELSON DAGMAR FOCESATO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem.

Concedo a palavra a Sra. Selma Balbino, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários (SNA).

V. Sa. dispõe de 15 minutos.

A SRA. SELMA BALBINO – Boa tarde a todos.

Parabenizo o Senador Vicentinho Alves pela iniciativa, sem, no entanto, deixar de fazer uma observação que fazia lá dentro para o Senador, porque eu gostaria de socializá-la com todos.

Eu dizia para o Senador, em conversa informal, que nós, mais uma vez, atendendo ao chamado desta Casa, estamos aqui com a esperança de ver, desta vez, que esta Comissão, criada para discutir a aviação civil brasileira, tenha êxito, seja próspera. Por quê? Porque há uma enorme frustração entre aeronautas, aeroviários e aeroportuários – aliás, Senador, estou sentindo falta da presença dos companheiros aeroportuários aqui para debatermos, porque eles têm muito a contribuir –, pelo fato de, ao longo dos últimos 20 anos, termos sempre atendido e estado nesta Casa, trazendo contribuições importantíssimas na visão da classe trabalhadora da aviação, para que a aviação nacional pudesse ser uma aviação que servisse aos interesses da sociedade brasileira, e não aos interesses, como vemos hoje, só de um segmento do setor aéreo, propriamente das empresas.

Eu espero, como sou excessivamente otimista – nós somos excessivamente otimistas – que esta Comissão, sob o comando do senhor, tenha êxito. Vamos torcer e vamos contribuir, aliás, estamos aqui, mais uma vez, para contribuir, para que efetivamente saia do papel.

Eu vou começar por onde o Comandante Fochesato acabou. O PNAC está aqui. Ele foi fruto de longas noites de sono, inclusive com a participação dos Sindicatos. Sob a responsabilidade do Ministro da Defesa, naquele momento, Ministro Viegas, nós passamos alguns meses nesta Capital, contribuindo, em uma Comissão mais do que tripartite (governo, empresários e trabalhadores) para que fizéssemos uma política de aviação que atendessem aos interesses. É como o Comandante disse, aliás, isso sempre acontece no Brasil. Basta pegarmos a Constituição como exemplo: cadê os juro, que não são cumpridos e que estão na Constituição? Não são cumpridos, assim como muitas coisas não são cumpridas, como, por exemplo, a Lei de Greve. Então, aqui, na aviação, não é diferente. O

PNAC está aqui e sequer 10% do que está aqui são cumpridos.

Então, nossas esperanças estão na possibilidade de o fruto, o resultado desta Comissão consiga colocar em prática, porque nós não perdemos as esperanças ainda, mas estamos bastante céticos em relação às decisões que são tiradas e não são cumpridas. E por que não são cumpridas? Porque os interesses políticos fortes, econômico das empresas aéreas sempre se colocam na frente dos interesses nacionais e da sociedade brasileira.

Eu gostaria de tecer alguns comentários por achá-los importantes, de pontos nevrálgicos que esta Comissão tem de atacar, que é o papel da Agência Nacional. Hoje, ela tem um papel que não nos interessa, não interessa à sociedade brasileira. Hoje a Agência é, na verdade, uma caixa de ressonância do que as empresas aéreas querem que seja implantado. E, ao fazer isso, a Agência prejudica o público usuário, que é a população brasileira, prejudica os seus trabalhadores. Aliado a isso, eu diria que, juntamente com a Anac, há problemas na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). Sabemos que é uma empresa loteada por cargo político e que os seus técnicos, os seus profissionais que estão lá ao longo dos últimos 30 anos, que têm know how, que sabem como funcionam as coisas, muitas vezes, têm suas opiniões deixadas de lado, porque os interesses políticos dos indicados estão acima tudo. E estão acima dos interesses nacionais. É isso que nós temos de discutir.

Isso tudo tem trazido prejuízos muito profundos aos trabalhadores aeronautas, aeroviários e aeroportuários, prejuízos esses que têm reflexos na saúde financeira, na saúde mental e física e que têm diminuído bastante a autoestima desses profissionais. Por quê? Vimos hoje, como disse o Comandante, a Agência interferindo, diminuindo o número de comissários, trazendo prejuízos para a população, na medida em que a segurança é afetada.

Nós temos, em relação aos aeroviários, para economizar, a não contratação de trabalhadores que são recomendáveis por aeronave. Vou pegar o exemplo concreto do mecânico. Hoje, nós temos um déficit de mecânicos na maior empresa de aviação, a TAM. Temos um déficit absurdo. Nós temos nossos mecânicos, que precisam estar saudáveis, com as suas mentes tranquilas para executarem o trabalho profissional que requer todo o cuidado, porque é a segurança de voo, que começa em terra e que tem de estar nos devidos conformes. Então, hoje, este profissional da maior empresa, a TAM, está com a sua jornada dobrada quase que diariamente. Vocês sabem o que significa isso? Isto é perigo para a segurança de voo, porque um profis-

sional mecânico sob fadiga pode cometer erros sim. E aí as consequências são aquelas que a gente já sabe. Isso tudo acontece porque a ganância das empresas aéreas não tem medida.

Estudos realizados pelas nossas assessorias técnicas do Dieese e do Sindicato Nacional dos Aeronautas mostram que, de 1995 a 2003, as empresas aéreas conseguiram diminuir suas folhas de pagamento em 23% tirando direitos dos trabalhadores, tais como adicional de antiguidade, e não cumprindo a convenção coletiva e a regulamentação profissional, colocando dobra e muitas vezes não pagando por elas. E houve redução de trabalhadores.

Hoje, há uma carência imensa de trabalhadores na aviação. Quando o público usuário vai viajar e pega o seu voo do Rio de Janeiro para Pernambuco e a sua mala vai parar no Rio Grande do Sul, não pense que foi engano. Não foi engano, mas excesso de trabalho dos companheiros que carregam a aeronave. Ali devia haver seis trabalhadores por aeronave e há dois para atender simultaneamente às vezes mais de um voo.

Vocês devem ter presenciado, nas últimas 24 horas, uma denúncia feita pelo nosso sindicato à imprensa de que temos profissionais de pista, trabalhadores auxiliares de serviços de aeroportos, em um contingente enorme, com hérnia de disco. É um absurdo! É uma verdadeira praga. E nada disso... Se há denúncia na Anac, ela diz que não é com ela, é com o Ministério do Trabalho. Aí, você denuncia no Ministério do Trabalho, no Ministério Público e leva dois anos para uma investigação, para ir o fiscal do trabalho até lá. É uma vergonha! Os nossos profissionais estão abandonados!

São denúncias a rodo nos Ministérios Público e do Trabalho, sem nenhum acompanhamento. A Anac não está nem aí. A Anac é responsável pela segurança de voo, que começa em terra. E aí se diz para ela: olha, é a regulamentação profissional da categoria aeroviária no artigo 20: não pode dobrar porque é segurança de voo. O mecânico, sob fadiga,...Mas ela não está nem aí. “Não, esse é um problema do Ministério do Trabalho”. É um empurrando para o outro. É nesse cenário triste que nós vivemos.

Eu até estava dando uma olhada aqui nas perguntas, no texto que os companheiros da associação dos funcionários da Anac trouxeram, e eu dizia: “Lá dentro é um drama”. Muitos dos aeroviários chegam perto de nós, no sindicato, e falam: “Olha, a Anac esteve aqui, eu mostrei que está acontecendo isso e os caras não fizeram nada”. Por trás, sabemos que hoje o corpo de funcionários técnicos da Anac é super reduzido. A Agência não corresponde nem na contratação, porque deve ter um mínimo para fazer o trabalho de fiscalização.

Nós estamos vendo um número assustador de acidentes. Só nesses quatro primeiros meses do ano, nós tivemos quase 60 acidentes com vítimas, na aviação aérea. E ano passado, em todo ano passado, foram 153. Isso quer dizer que, se nos quatro primeiros meses, já estamos com 60, neste ano aumentará o número de acidentes com vítimas, fora os incidentes, dos quais muitas vezes não tomamos conhecimento e ficam abafados dentro das empresas.

Outra coisa muito grave sobre a qual esta Comissão tem que se debruçar, porque é muito grave, é o táxi aéreo, que, há algum tempo, vem sendo abandonado. Nós nunca tivemos a radiografia do que é o táxi aéreo. Falha do DAC? Mas piorou muito depois que a agência entrou; e mais tem piorado.

O companheiro Leonardo me dizia, ainda há pouco, que agora nem a contratação de piloto será mais alvo de fiscalização da Anac no táxi aéreo. Isso é muito grave. É muito grave! O táxi aéreo é uma caixa preta que precisa ser aberta, porque, com certeza, vocês vão encontrar coisas extremamente reveladoras, que vão dizer por que o número de acidentes no táxi aéreo é infinitamente maior do que na aviação comercial.

O passageiro do táxi aéreo não é tão importante quanto o passageiro da empresa comercial? Será que ter dez passageiros é menos importante do que ter 130? Essa é a pergunta que esta Comissão precisa fazer à Anac. Deve chamar a Anac aqui a perguntar por que, nesse último acidente com sete mortos, por exemplo, a empresa estava proibida de voar e não foi publicamente avisado?

Então nós, sindicatos, com certeza, temos muito para contribuir. A saúde dos nossos trabalhadores, repito, a saúde mental, a saúde financeira, a autoestima estão abaladas por uma série de coisas.

Não podemos deixar de registrar também que tudo isso acontece pelo devido descaso que os últimos governos – aí sem exceção – tiveram com a aviação civil brasileira, que foi deixada em segundo plano. Não foram atacados os problemas da aviação. A crise no setor aéreo é cíclica, vai e volta com muita facilidade. É um setor que, pelas suas especificações, é muito suscetível a qualquer problema político e econômico mundial, que o influenciam grandemente. No entanto, nós vemos problemas dos setores de ponta no Brasil discutidos com seriedade, mas não se inclui a aviação civil brasileira.

O que esperamos desta Comissão é que consiga trazer para a realidade e fazer cumprir o que o PNAC decidiu. E o que não estiver bom no PNAC possa ser melhorado para, então, ter uma aviação segura, voltar a ter uma aviação que estará ampliando bastante a sua capacidade quanto ao número de usuários. E é impor-

tante que esta Comissão fique também atenta ao crescimento, à invasão do setor internacional aqui dentro.

Para vocês terem uma ideia, só para complementar, é importante dizer que a má política adotada pela agência para a aviação civil brasileira simplesmente está beneficiando as empresas aéreas internacionais. Em 2011, enquanto na aviação aérea brasileira as empresas com voos internacionais transportaram cinco milhões e poucos passageiros para fora, as empresas aéreas internacionais transportaram o dobro. É aquilo que o comandante fala, quando diz que diminuir o valor da passagem para ganhar o passageiro destrói as nossas empresas; e depois, quando a aviação estrangeira estiver muito bem, obrigada, tomando conta do cenário nacional, colocará o valor da passagem para quanto quiser. Então, é inadmissível que o Governo brasileiro não tenha uma política de proteção às empresas aéreas nacionais.

Fala-se agora, inclusive, na última semana, em se trazer uma série de benefícios para cortar custos das empresas aéreas. Não somos contra, mas queremos que, juntamente com isso, venha o pleno emprego. Que essa dívida não seja dada de graça, seja dada, sim, com objetivo claro de preservação de empregos, porque o que estamos vendo especificamente a Gol fazer – e todas fazem – é descumprir a convenção coletiva dos aeronautas e aeroviários.

Nós temos uma cláusula, os aeroviários, a Cláusula nº 41 da convenção coletiva, que diz que em necessidade de redução de força do trabalho, as empresas têm uma série de pontos a cumprir. Primeiro, irão aqueles que manifestarem vontade; segundo, os que tiverem experiência; terceiro, aqueles em fase de aposentadoria e daí por diante. E nenhuma delas cumpre isso, porque o objetivo é demitir os trabalhadores com salários mais altos, descumprindo a convenção e gerando um excesso de horas extras para aquele que ficou de suprir o lugar do que saiu. E o que vemos como resultado são os trabalhadores da aviação doentes.

Então, nós esperamos, sinceramente – vamos contribuir, apesar de estarmos muito desanimados por conta dos longos anos que contribuimos sem vermos resultado – que esta Comissão aja. Senador Vicentinho, eu vou torcer, vou contribuir. O nosso sindicato vai contribuir, tenho certeza, com os aeronautas, para que efetivamente o que for tratado e conseguido de mudança aqui seja colocado em prática.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Bem, só para esclarecer uma colocação da Sra. Selma: convidamos o Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroportuários, Sr. Francisco Luiz Xavier de Lemos. E ele não deu nenhum retorno. Então,

a ausência não é em razão desta Subcomissão. Nós o convidamos no dia 15 de maio.

Eu também quero aqui deixar registrado – muito bem colocado pela Dona Selma – com relação aos táxis aéreos. Nós já tivemos uma audiência pública e ouvimos os táxis aéreos em todos os seus detalhes. Foi no dia 24 de abril. Portanto, está nas notas taquigráficas já à disposição na página desta Subcomissão.

Cumprimento a Sra. Stela Cristina, do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias; o Sr. Alberto Fajerman, Diretor de Relações Institucionais da Gol Linhas Aéreas Inteligentes; Eduardo Sanovicz, da Próxima Estação Consultoria e Pesquisa; e Carlos Ebner, Diretor da IATA.

Aqui eu quero me dirigir novamente ao Comandante Gelson Dagmar e falar que eu gostaria de ouvir mais – e com certeza os consultores – sobre a questão da carga horária de trabalho por parte do Sindicato Nacional e também do Sindicato dos Aeroviários. Pode ser nas considerações finais, até porque, além de presidir esta Subcomissão, sou Relator do Projeto de Lei nº 7.183, que trata desse tema. Portanto, é importante debatermos aqui também sobre isso. Parece-me que com relação aos táxis aéreos, eles querem uma legislação diferente das da companhia, e eu gostaria de ouvir os sindicatos sobre isso, inclusive sobre aviação de helicópteros e aviação geral, regional, de companhia. Enfim, no que os sindicatos puderem contribuir nesse sentido, nós vamos agradecer muito.

Eu concedo a palavra a Carlos Montino, Diretor Presidente da Associação dos Servidores da Agência Nacional de Aviação Civil, da Anac, por quinze minutos.

O SR. CARLOS MONTINO OLIVEIRA – Boa tarde, senhores. Obrigado, Sr. Senador Vicentinho pelo convite. É a primeira vez que a Associação dos Servidores da Anac vem a público. Somos uma associação nova, com apenas dois anos de criação, e essa é a nossa primeira vez.

Gostaríamos de apresentar, através de eslaides, a visão dos servidores da Anac e tudo aquilo que eles ouviram, viram, sentiram e até sofreram com relação a alguns fatos, alguns posicionamentos que até foram reclamados aqui. E o nosso objetivo é apresentar aos senhores a visão dos servidores da Anac a respeito da instituição em que trabalham, assim como da aviação civil brasileira. Esse é o nosso objetivo.

Vamos seguir esse roteiro. Há uma situação atual da Anac. Nós vamos apresentar propostas para a Anac, na visão dos servidores, e a situação atual da aviação civil brasileira bem como nossas propostas para a aviação civil brasileira.

Temos um histórico: a criação da Anac, em 2005, que começou a funcionar no ano seguinte, em março.

Temos o chamado caos aéreo, com os grandes acidentes nacionais da Gol e da TAM, em 2006 e 2007. Tivemos ainda a posse para os aprovados no primeiro concurso para o quadro efetivo, que foi em dezembro de 2007. E depois, a posse dos aprovados no segundo concurso para o quadro efetivo, em março de 2010. Só tivemos até agora esses dois concursos e não completamos ainda o quadro previsto pela lei de criação da Anac. E temos como histórico, também, a saída dos últimos militares da ativa da Aeronáutica, que ajudavam a força de trabalho da Anac, que ocorreu em dezembro de 2010.

No cenário atual, nós consideramos o quadro de servidores insuficiente, ainda porque a lei de criação prevê um total de 1.755 cargos e nós conseguimos completar 1.069, com esses dois concursos. Aliado a isso e à saída dos militares, que vocês viram ali, nós tivemos uma evasão, uma saída de 170 servidores concursados desde 2007, do primeiro concurso.

Consideramos que estamos em um ambiente organizacional ruim para grande parte dos servidores. Consideramos que os cargos-chaves ocupados por pessoas estranhas ao quadro efetivo da Anac não é bom para a organização. E também as atividades essenciais são executadas por terceiros, o que nós, servidores, consideramos ruim, como, por exemplo, os exames iniciais de proficiência em voo, o primeiro exame que se faz para concessão de licença, PP, PC, PLA, que outras pessoas estão fazendo e não o órgão de Estado.

Temos ainda um déficit no atual orçamento por ausência de planejamento para capacitação desde 2007. Tivemos a infelicidade de, desde 2007, apesar de leis, decretos, portarias que falam da necessidade da capacitação de servidores inclusive para suas próprias promoções e progressão na carreira, nós perdemos o orçamento por falta de planejamento, aplicação, de uma pessoa para cuidar desses assuntos específicos. E nosso orçamento de capacitação, ultimamente, tem sido uns 10% do que tínhamos em 2007. Simplesmente, perdemos. Deixamos de aplicar.

Também, como cenário atual, eu queria apresentar aos senhores a inexistência de critérios formais de indicação de servidores para a capacitação. São problemas corriqueiros entre nós, semelhantes aos que existiam na época do DAC, no meu entendimento e no da Associação dos Servidores. E no meu, pessoalmente, porque fui do DAC, fiquei 18 anos lá, a capacitação é um prêmio para alguns e um castigo para outros. Nós sofremos esse tipo de situação lá.

Pouca capilaridade institucional: escassa ou nenhuma presença, na maior parte das unidades da Federação. Nós, servidores, entendemos que foi um

erro da administração anterior ter fechado os postos, o que causou um grande problema administrativo na Agência. A função que eles exerciam lá atendendo a pilotos, passageiros, de repente não existia mais, porque fecharam aquela força de trabalho e os processos vieram para o Rio de Janeiro, sem previsão de servidores para dar conta daquele aumento de trabalho.

Temos também o atendimento inadequado aos usuários, no nosso entendimento, que foi o fechamento dos postos de serviço nos aeroportos. Eu fui um dos poucos que estou na Anac, concursado para a Anac – não sou comissionado da Anac – que trabalhei em postos de serviço, em Guarulhos, Congonhas, Cuiabá; e vi, pessoalmente, as dificuldades que os companheiros apresentaram aqui – pilotos, mecânicos, atendentes de check-in e passageiros reclamando por alguma coisa. E graças a Deus sempre tive a felicidade de, nesse meio, com a autoridade que eu tinha na época que era bem limitada, resolver muitos problemas de passageiros, inclusive de passageiros importantes, por causa de praticamente mesquinha da empresa aérea, que não queria conceder um benefício garantido na legislação.

Então, consideramos que a presença da Anac nesses postos ainda é importante, apesar de toda facilidade de envio de dados para a Anac, processos eletrônicos, essas coisas todas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS MONTINO – A recriação. A Associação dos Servidores da Anac defende a reativação dos postos, com um detalhe que virá na proposta mais à frente: de não simplesmente abrir uma sala, colocar uma cadeira, uma mesa e alguém que diz ser da Anac estar ali. É muito complicado trabalhar em aeroporto. É muito complicado. Eu tenho isso como experiência para passar para qualquer servidor ou pessoa.

Você vai mediar conflitos; e conflitos tremendos. Se você não tiver conhecimento da legislação, autoridade e liberdade para aplicar a legislação, você fica numa situação muito delicada, porque você está no meio de dois mundos completamente opostos.

Quando um avião atrasa e tem 100, 150 passageiros naquela situação e um ou dois funcionários da empresa se recusando a cumprir a legislação para economizar alguns centavos, a autoridade representada ali no aeroporto tem que dar uma solução, uma saída. E não dá para fazer isso via 0800 ou reclamação eletrônica. Por isso, nós achamos que é importante, além de outras funcionalidades. Vou tentar reforçar e esclarecer isso mais adiante.

Então, nossas propostas: reestruturação e fortalecimento institucional da Anac. Como se daria isso, se-

gundo nosso entendimento? A realização de concurso para o provimento de todos os cargos do quadro efetivo da Anac, previstos na lei, que são 1.755 – e nós temos hoje 1.069, menos os 170 que perdemos; a ocupação dos cargos de superintendentes e gerentes somente por servidores do quadro efetivo da Anac; alteração da lei de criação da Anac de modo a se estabelecer que 60% dos cargos de diretoria da Anac sejam ocupados por servidores de carreira.

E o que achamos fraco hoje em dia: temos que intensificar a ação de fiscalização, que é o efetivo poder de polícia, previsto na legislação da Anac, porque não estamos conseguindo fazer isso eficazmente. Alguém pode ter dito ou dizer aos senhores, no futuro, que a Anac fiscaliza muito, acha tantos milhões de fiscalização e tudo mais, mas, na verdade, o que acontece são auditorias, que vão lá, preenchem uns quadrinhos se tem ou não tem isso, enviam um documento com recomendações, com prazo para correção, e voltam lá depois de um ano, dois anos. Se foi feito, se não foi feito, é difícil. Nós entendemos que a fiscalização é para ver não como auditoria, porque as partes já estão sabendo. Eu vou lá, no dia tal, com tantas pessoas para auditar tal setor, isso tem uma grande limitação. Estamos pecando na fiscalização, depois da auditoria, para ver se aquilo está funcionando de modo eficaz.

Nossa proposta ainda: capacitação continuada de servidores da Anac deverá ser tratada como uma prioridade estratégica da instituição. Como não foi tratada como prioridade estratégica, simplesmente nós perdemos o orçamento que tínhamos há cinco anos. Isso prejudica muito tanto os servidores novos, como os servidores mais antigos, porque a legislação se altera, se modifica, a tecnologia se altera, se modifica, e, se o servidor não tiver uma capacitação continuada, que, inclusive, vai refletir na progressão da sua carreira, se não tiver isso, ele não progride, ele não passa de nível. E nós estamos pecando nesse ponto principalmente, repetindo que a capacitação ainda, no nosso meio, é um prêmio; não é uma necessidade, não é uma prioridade estratégica.

Nossa proposta de criar as unidades da Anac estruturadas adequadamente em todos os Estados da Federação. Aí, no caso, seria como eram, antigamente, as regionais, não com as mesmas funcionalidades que tinham antes. Podemos, baseados nos processos eletrônicos que temos, colocar muito menos pessoal com muito mais atividade nessa criação de unidades da Anac.

E também a instalação dos postos de fiscalização e atendimento aos usuários em todos os aeroportos com mais de um milhão de passageiros embarcados e desembarcados por ano. Esse um milhão que nós

propusemos é porque, a partir desse número de passageiros embarcados e desembarcados, o aeroporto tem que ser certificado. Isso é exigido. Ele tem que ter uma certificação. Isso daria uns 20 ou 30 aeroportos, que teriam, necessariamente, postos de fiscalização, que atenderiam muito bem à necessidade nacional, no nosso entendimento.

Isso tudo nós baseamos no art. 43 da nossa Constituição, que diz:

Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 1º – Lei complementar disporá sobre:

I – as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

Acreditamos que a Anac tem papel nesse desenvolvimento para cumprir esse mandamento institucional. Nós podemos e devemos participar disso. Acreditamos que isso seria bom para a aviação.

Apresentamos, agora, aos senhores o que temos como nosso paradigma, nosso modelo mundial, que é a primeira aviação do mundo, que é a dos Estados Unidos da América, que tem 231 mil aeronaves. E o Brasil? Nós somos o segundo em aviação do mundo, somos muito importantes em relação à aviação, representamos o Brasil na OECD, no início, e somos o segundo, com 12 mil, 13 mil, arredondando, aeronaves. A diferença, realmente, é enorme. Por isso, até os regulamentos deles, da FAA, nós copiamos quase que integralmente.

Volta.

E lá temos a seguinte diferença: ao lado esquerdo, vemos ali o congresso americano e, abaixo dele, ligado a ele, uma agência que investiga acidentes aeronáuticos, aeroviários, marítimos e de tubulação. Eles investigam todo tipo de acidentes, com fins de prevenção. É muito interessante comparar, depois, com o Brasil. E, ao lado direito do congresso americano, nós temos o poder executivo americano; abaixo dele, tem o DOT – Departamento de Transporte; e, logo abaixo dele, tem a FAA, que é semelhante à nossa Anac, sendo que a FAA regula e presta também serviço de controle de tráfego aéreo. É uma das grandes diferenças.

No caso do Brasil, nós temos aquela situação: a Anac ao lado da SAC, ao lado do Ministério da Defesa, que tem o comando da Aeronáutica; embaixo, você tem um órgão que regula e presta serviços de controle do tráfego aéreo, que é o Decea, e também temos o Cenipa, que é abaixo do comando da Aeronáutica – esses dois órgãos têm relação direta com a Anac, só que a Anac não tem ingerência nenhuma sobre a atividade deles, e precisamos dos serviços

deles para que esteja de acordo com a regulação da Anac. Hoje não existe.

Próximo.

Nossas propostas: transferência da prestação de serviços de tráfego aéreo do Decea para a Infraero. Essa é uma proposta bem simples, mas não precisa, necessariamente, ser essa, porque o que interessa, que está afeto à Anac, seria a regulação do tráfego aéreo. Então, é uma proposta bem simples, porque a Infraero também já presta serviço de tráfego aéreo em várias torres. E o que desejamos? Que o serviço de tráfego aéreo fosse com regulação pela Anac. E a criação de uma agência de investigação de acidentes civis em todos os modais vinculados ao Senado Federal. Essas duas propostas, segundo nosso entendimento, ajudariam a regulação da Anac e melhoraria algumas situações que vivenciamos hoje.

Próximo.

E ficaria bem mais simples do que o que temos naquele outro eslaide: uma agência nacional de investigação de acidentes – o nome sugerido seria Ania –, com aqueles modais de transporte aéreo a serem investigados, porque o Brasil não tem aquela forma. Hoje é bem disperso: ou é Polícia Civil ou é Crea, depende do gosto do acidente que está ocorrendo. E, no Executivo, a Anac ficaria vinculada à SAC, e a Infraero, que já é regulada da Anac, prestando serviço do tráfego aéreo, ou outra empresa, caso venha uma ideia melhor do que essa. Mas isso ajudaria muito o desenvolvimento das ações da Anac. Inclusive o relatório de investigação ficaria direto ao Senado e não dependendo da assinatura de um comando, que não sai direto do Cenipa.

Próximo.

A realidade justifica todas essas propostas. Apesar de todos os esforços que a Anac tem feito, eles têm sido em vão. Segundo o nosso entendimento, porque faltou aquela parte específica, que é a fiscalização. Vemos, na linha verde, lá em cima, o índice de acidentes fatais. Se colocar índices de acidentes gerais, a linha sobe um pouco mais. Nós não conseguimos baixar muito desde a criação da Anac, o funcionamento da Anac, de 2006 até hoje. Houve uma leve subidinha. Enquanto, na maior aviação do mundo, tem aquela linha vermelha lá. No mesmo período, eles conseguem diminuir esse nível.

Além da cultura, é claro, e da quantidade de recursos financeiros, que eles têm mais do que a gente, a gente entende que a fiscalização deles é diferente. Eles têm norma para cada item que for descumprido. Nós temos auditoria, recomendações, algumas vezes. É uma grande diferença.

Pode passar.

Fazer um bate rebote bem rápido do cenário e proposta: efetivo, déficit de servidores. Se a gente realizar novos concursos e isonomia com carreira típica de Estado, isso daria uma segurança e uma independência bem maior para a Anac. Cargos gerenciais ocupados sem a devida qualificação técnica ou inteligência emocional. Temos muito problemas desse tipo, bem parecidos com o DAC antigamente. Propomos gestão por competência. Existe um decreto que trata exatamente sobre isso. Capacitação. Há problema da contingência de verbas e ineficiência na utilização de recursos disponíveis. É um grande problema. Não é capacitado só quem precisa. É mais quem é bem alinhado com outras pessoas que têm o poder de mando. Nós priorizamos a estratégia da implementação efetiva e transparente de um programa de capacitação continuada. Tem que ser público, tem que ser transparente: quem foi capacitado em quê, quando, quem falta ser capacitado em que e quando será capacitado. Tudo isso tem trazido para a Anac um ambiente organizacional ruim. Nós temos muitas dificuldades: servidores com licença médica, problema psicológico.

Atendi um, há quinze dias, que me relatou que está tomando remédios para dormir e até para trabalhar. Ele não consegue lidar bem com certas pressões. Isso tem acontecido na Anac.

Próximo.

Provedor de serviço de tráfego aéreo autorregulado. O Decea faz isso. Propomos que a prestação de serviço de tráfego aéreo seja executado pela Infraero ou outra qualquer, mas seja regulado e fiscalizado pela Anac.

A criação de uma agência de investigação de acidentes. A gestão estruturada e centralizada para uma gestão integrada e participativa. Nós não temos isso.

Ausência de capilaridades. Propomos uma presença em todo o território nacional.

Próximo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Bom, concedo a palavra ao Comandante Paulo Licati, Presidente da Comissão de Fadiga da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil (Abrapac), por 15 minutos.

O SR. PAULO LICATI – Boa tarde a todos. Muito obrigado, Senador, pelo convite. Fazer um agradecimento especial aos assessores parlamentares Jorge e Paulo pelo convite para participarmos aqui com vocês.

A Abrapac vem participando de todas as audiências – acho que só faltamos a uma –, porque acreditamos que a importância de estar aqui não é só no assunto sobre gerenciamento de fadiga, mas entender como a aviação brasileira está neste momento. Acho

que isso, no mínimo, é uma obrigação de todos que fazem parte do sistema de aviação.

A nossa intenção é deixar algumas contribuições e também nos colocar à disposição para uma nova formatação de política pública para a aviação civil brasileira. Entendemos que o modal de transporte aéreo é um setor que apresenta questões complexas que, por isso, exigem soluções múltiplas e não podem ser tratadas apenas como fatores institucionais e processuais.

Acredito que o trabalho que a Subcomissão já vem fazendo é justamente isso, fazendo uma avaliação, uma análise de tudo o que está acontecendo na nossa aviação. Isso nos agrada muito, como aviadores.

A Abrapac foi fundada em março de 2011. Isso teve origem numa conversa de cabine com o nosso Presidente Carlos Seixas, que está presente, e o Comandante Emerson Macedo pela indignação de como está o nosso transporte aéreo e como são tratados os trabalhadores, enfim. E, no geral, na visão macro, nós estamos muito aquém do desejado, como foi colocado aqui pela Anac. Em comparação com os Estados Unidos, nós não somos ninguém, embora seja a segunda maior aviação do mundo. Foi feita uma pesquinha de mercado entre os pilotos, no boca a boca, através de e-mails, que foi bem respondida. Com isso, foi criada a Abrapac, até com dinheiro dos próprios idealizadores disso, numa reunião no Hotel Ibis, no Aeroporto de Congonhas. E, a partir daí, a Abrapac é considerada como um fenômeno que está chegando, e os aviadores, realmente, estão querendo se reintegrar ao meio da aviação, ao meio que é nosso.

A Abrapac hoje tem como missão proporcionar apoio aos associados e promover a valorização dos pilotos de aeronave buscando respaldo técnico e científico para a defesa das premissas fundamentais ao desempenho da profissão.

Olha só que interessante: a valorização dos pilotos de aeronaves, porque, na verdade, eu acho que não só estamos falando de pilotos, mas acho que todos os trabalhadores da aviação estão meio desencantados com o meio, que é um modal de transporte e é uma coisa tão bonita que alegra a todos e impressiona a todos.

A nossa visão: obter uma maior segurança de voo e o devido reconhecimento do importante papel desempenhado pelos aviadores no cenário nacional.

Nossos valores entre transparência, ética, coragem, comprometimento, lealdade, vigilância, diálogo, união e democracia. Vale lembrar que a Abrapac é uma associação de pilotos e, por isso, depende de todos os pilotos da aviação brasileira. E nós estamos tendo aí um grande acordo e uma grande colaboração de todos.

Não tem como falar da aviação sem trazer um grande nome, o pai da aviação, o patrono da Aero-

náutica, que foi Santos Dumont. Então, a gente tem que lembrar que a nossa importância no mundo, como aviadores – até me arrepio quando falo –, ela veio aqui do Brasil.

Um dos sonhos de Santos Dumont era transformar a aviação grandiosa, unindo os povos e diminuindo as distâncias. Na verdade, ele conseguiu isso. A gente vê, ao redor do mundo, que a aviação hoje está unindo os povos realmente. Só que aqui no Brasil nós não estamos dando valor para nós mesmos e não estamos dando valor para Santos Dumont, para quem criou todo esse modal de transporte.

Tem uma frase dele que é assim: “No começo deste século, nós, os fundadores da Aeronáutica, havíamos sonhado com um futuro pacífico e grandioso para ela. Mas a guerra veio, apoderou-se de nossos trabalhos e, com todos os seus horrores, aterrorizou a humanidade”.

Então, sem colocar esse lado da guerra, o lado ruim da aviação, lembrar que Santos Dumont teve o sonho de transformar seu invento numa grandiosidade para a população mundial. Eu acho que alcançou isso aí. Está bem alcançado. Nós, brasileiros, precisamos dar valor para isso e colocar a nossa aviação num dos melhores patamares do mundo.

Cem anos depois, nós também temos outro grande feito, de quem a gente deve se orgulhar, que foi o Marcos Pontes, nosso primeiro astronauta brasileiro, o brasileiro que foi mais alto na vida, como ele mesmo diz. Estive com ele na semana passada, numa palestra dele em Uberlândia, onde deu para ver que um sonho de criança se transforma, às vezes, numa grande profissão e num grande feito. Acho que não há um aviador no mundo – está aqui o comandante Vicentinho, se assim posso chamar – que também deve ter o mesmo sonho do Marcos Pontes, o mesmo sonho de Santos Dumont, de voar. De um sonho de criança nasceu o desejo de voar e do desejo de voar nasceu a vocação.

Então, o que a Abrapac quer ressuscitar nos aeronautas é isso aí, a valorização dos nossos profissionais.

Com isso, fomos buscar informações lá fora, dentro desse último mês, fomos buscar um modelo de associação que a gente possa ter aqui que seja modelo mundial. Então, nós fomos à Ifalpa, em Paris, no começo do mês, para ver como eles estão agindo lá, para que a gente possa trazer o estado da arte de como essas associações estão fazendo para ajudar as organizações mundiais.

Olha só a importância dos pilotos. Ifalpa significa associação internacional dos pilotos de linha aérea. Olha só a importância de ter um acordo, de ser transparente nas ações. A Ifalpa, hoje, está junto com a lata e com a Icao. A lata, nós tivemos a palestra, na semana

passada, do Carlos Ebner, que esteve presente aqui e fez uma belíssima apresentação, junto com a Icao, apresentando recomendações e até mesmo parcerias para a melhoria da aviação.

No eslaide de cima, eles estão fazendo essas parcerias sobre problemas de runway incursions, que é quando a aeronave sai da pista. Então, eles estão criando procedimentos de educação para todos para que isso seja diminuído, esses problemas na aviação.

Outro fator importante que está em alta é a pauta, no momento, o assunto sobre o Sistema de Gerenciamento de Risco de Fadiga. A Ifalpa, junto com a Icao e com a lata, participou da confecção desse relatório, desse manual para os Estados, como chegou nas mãos da Anac, que vai se balizar em cima disso, e para as empresas aéreas.

Olha só a importância dos pilotos no âmbito mundial.

Também houve – olhem só – a colaboração para a resposta a emergências. Quando se tem um artigo perigoso dentro da aeronave, que venha a ocorrer algum acidente ou se a aeronave está em perigo iminente, tem de haver procedimentos para cuidar disso, para que não venha a ocasionar um problema maior.

Então, a Ifalpa está nesse contexto, a Federação Internacional dos Pilotos de Linhas Aéreas, está junto com as grandes organizações internacionais de maneira clara e transparente. E é isso que nós queremos no Brasil, mudar a maneira como são vistos os trabalhadores, que eles não podem ajudar a empresa e que a gente tem que só depender do que está vindo de lá de cima. Muito pelo contrário. Nós temos que ajudar as nossas empresas, nós temos que ajudar o nosso Governo, enfim, nós temos que nos unir para transformar essa aviação numa referência mundial.

Por favor.

Para isso, com o que a Abrapac já vem contribuindo? Eu acho que é muito fácil vir aqui e falar dos problemas que nós temos na aviação brasileira e não trazer soluções. Então, nós não estamos aqui para atacar governo, não estamos aqui para atacar sindicatos, não estamos aqui para atacar ninguém. Simplesmente, se nós temos um problema, nós vamos apresentar esse problema com uma solução possível que possa ter.

Então, foram criadas algumas comissões já dentro da Abrapac. A primeira, Comissão de Fadiga, eu estou à frente dela. Acabamos de recolher dados sobre uma pesquisa. Se a gente não tiver a academia, também do meio disso, a universidade junto com a gente para nos ajudar a resolver os problemas, fica um pouco difícil. Então, fomos buscar uma parceria com a USP da Zona Leste, com o Prof. Menna Barreto, que é o chefe do Departamento de Cronobiologia, ritmos biológicos,

para nos ajudar a ver como, porque e onde acontece a fadiga dos pilotos.

Nessa pesquisa, tivemos a parceria da Azul Linhas Aéreas. Olhem só como é importante, e já começa a coisa a ficar mais suave do relacionamento. A Azul Linhas Aéreas fez a divulgação, entre os pilotos, dessa pesquisa da Abrapac. A Associação dos Tripulantes da Gol também colaborou muito com a gente.

Tivemos, aproximadamente, quinhentos relatórios de fadiga em quatro meses. Há empresa aérea que não recebe o número de relatórios que nós recebemos. O que isso está representando para nós? Que os pilotos estão acreditando em nós. Isso é uma grande coisa. Não estão acreditando no sistema que existe hoje, mas acreditam numa nova construção de uma associação de pilotos para pilotos.

Temos, também, uma equipe tratando de estudos de regulamentação ao redor do mundo para que, se nós tivermos uma possível mudança na legislação do aeronauta, nós já tenhamos uma proposta ou então já tenhamos como debater e discutir em nível internacional o que está acontecendo no mundo.

Parte de segurança operacional. Na Comissão de Segurança Operacional da Abrapac, foi aceita, junto do CNPAA, que é o Comitê Nacional de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, nesse último mês... Então, quer dizer, nós já temos uma cadeira lá e já podemos levar nossas sugestões para o Cenipa para que melhore a nossa segurança de voo.

Voltando ali um pouquinho, sobre fadiga, só um detalhe: nessa pesquisa que a gente fez, vou dar só um exemplo da grande importância disso, que nós... Por exemplo, 90% dos pilotos que relataram fadiga em fator fisiológico dizem que bocejaram. A coisa mais simples do mundo, para todo mundo, é bocejar quando está acordando ou quando está cansado. Mas quando você boceja dentro de um avião e tem um acidente logo em seguida, alguma coisa estava errada e pode até te levar para um fator de fadiga, como foi no acidente do TAM 3054, no aeroporto de Congonhas. Isso consta do relatório do Cenipa, que teve um bocejo do comandante, porém não foi comentado, não foi explorado o assunto. Então, às vezes a fadiga não está só na parte da jornada de trabalho, mas também em outros fatores que precisam ser pesquisados.

Temos em desenvolvimento um comitê de ética para os pilotos, porque, na verdade, nós não temos um código de ética. Então, há essa necessidade. O Comandante Hammer está à frente disso. No último simpósio que a Abrapac fez, já colocou esse desafio. Tivemos o Prof. Mário Cortella, um dos maiores filósofos do Brasil, falando sobre ética e nos dando uma linha para onde seguir.

Gerenciamento de crise. Também temos uma comissão que está sendo desenvolvida para pessoal de aeroportos, para que, junto com a Anac, futuramente, e Infraero, possam fazer a avaliação de uma pista, se ela estiver escorregadia ou então dar o nosso parecer, as nossas recomendações às nossas autoridades.

Proficiência linguística. Temos um problema seriíssimo aí. Se a prova é da Ical, por exemplo, é lá na Espanha, quando chega ao Brasil, não é validada. Quer dizer, se a prova é da Ical, ela tem que valer em qualquer lugar no mundo. Se você fizer na Espanha, nos Estados Unidos, tem que estar valendo. É da Ical, não é da Anac e não é de órgão nenhum. Então, é uma coisa que também estamos batalhando. O nosso Presidente Carlos Seixas está correndo atrás disso, e já há algumas reuniões com a Anac para chegarmos a um acordo.

Emissão de CO2. Nós temos um comandante aqui na nossa associação que tem um trabalho muito importante sobre isso, no sentido de emitir recomendações para o Governo e para as empresas. Ele fez um estudo grandioso. Só para dar um exemplo, o trabalho de um piloto reduzindo o combustível em trinta ou quarenta quilos por etapa, apenas por uma etapa – dez quilos, vinte quilos de combustível que se reduz – no final do ano chega a uma redução de custo para a empresa na faixa de R\$600 mil. É um valor considerável. Levando-se em conta que uma empresa tem dois mil pilotos ou mil comandantes, por exemplo, no final do ano, isso é considerável. Então, faz-se uma grande economia, simplesmente melhorando a parte de procedimento, de pilotagem, tendo uma atenção melhor com a máquina. É muito interessante isso.

A gente não quer só apontar os problemas, mas, sim, trazer soluções, para criar sustentabilidade para nossas empresas, que é de onde tiramos nossos salários. Nós não queremos matar a nossa galinha dos ovos de ouro. Muito pelo contrário, queremos que ela fique sempre saudável e sempre dê bons frutos.

Vou relacionar rapidamente as dificuldades que a gente está encontrando na parte de infraestrutura aeroportuária. Por exemplo, pistas dos aeroportos extremamente esburacadas, falta de auxílio, principalmente para o lado do Amazonas, pistas muito escuras. Você precisa de ILS adequado e, às vezes você tem um procedimento NDB, que nos Estados Unidos nem se usa mais. Aqui no Brasil a gente ainda tem isso.

A gente precisa prestar mais atenção a essa parte, principalmente à parte que diz respeito à segurança de voo. Sem contar o que a gente encontra nos aeroportos. Muitos atrasos sem nexos. Às vezes, falta a pessoa da Infraero para retirar um finger do avião. Isso é o que a gente vê na hora. Às vezes, o aeroporto

está tão congestionado que não tem funcionário para fazer esse trabalho. Então, é um pequeno atraso que vai gerando um grande atraso no final do dia por causa de problemas de infraestrutura.

Eu acho que, como diz o Lula, tem que fazer mais por menos. A gente não tem condições de construir aeroportos neste momento, mas a gente tem que sintonizar para que a nossa aviação rode da melhor maneira possível, como se fosse um carro de fórmula um

Acesso a dependências aeroportuárias. Esse é outro problema que a gente tem, principalmente no Aeroporto de Congonhas, onde há muita troca de aeronaves. Se a gente para numa posição remota e tem que trocar para um avião ao lado – olha só o ponto a que chegamos –: o tripulante não pode andar dentro do aeroporto. Ele é proibido. Ele tem que esperar uma condução vir, tem que chamar: “olha, estou na posição 42 e preciso ir para a 41”. O avião está a trinta metros, está do lado, a asa quase batendo na outra, mas, por determinação da Polícia Federal, por questão de segurança, nós temos que esperar vir uma condução. A tripulação desce pega a mala, coloca na van, entra na van e vai ao avião ao lado, que está a dez, vinte metros. Isso aí é mais um problema que vai gerando atraso para todos nós. Sem contar que, de vez em quando, alguém determina umas normas diferentes, e o tripulante fica quase que proibido de entrar no aeroporto. Parece que o problema somos nós. Então, tiram os tripulantes, tiram os aviões, a gente melhora o problema da aviação. Não é assim.

Por isso que, quando eu falo de Santos Dumont, que foi o pai da aviação, o criador, temos que lembrar que a aviação foi criada por um aviador, não por outros setores que a gente vê que estão mandando na aviação sem conhecimento algum. No fim, leva-nos a isso.

Por isso, a Abrapac foi criada, ou seja, para que possamos resgatar isso que perdemos no passado.

O problema do tráfico aéreo – é pena que não tivemos audiência do DCEA – é que precisamos estar junto com o DCEA, estar em acordo. Aqui, em Brasília, temos várias cartas de aproximação que dizem, por exemplo, ILS da pista 11 à esquerda, ILS da pista 11 direita. Ainda contando com essa regulamentação que nos leva à fadiga, como já falei de outra vez, às vezes, você pega uma pista e não consegue nem ler direito o que está escrito ali, porque é tanta coisa igual, tanta coisa parecida, detalhes que fazem a diferença e que nos levam ao erro.

Temos que prestar atenção porque ainda temos problemas com tráfego aéreo em que o controlador chega a falar em três frequências ao mesmo tempo, e, quando você chama o controle, parece que não há ninguém do outro lado quando, na verdade, ele está

falando com outra aeronave que você não está ouvindo. Então, esse é um problema muito sério que precisamos resolver.

Então, temos algumas dificuldades. Se eu for enumerá-las aqui, não haveria tempo para falar de todos os problemas da aviação e de todas as propostas que tínhamos. Então, a Abrapac vem, em nome dos pilotos, trazendo uma proposta como a criação do comitê nacional de aviação civil. Colocamos esse nome, mas pode ser qualquer outro que seja multidisciplinar e que agregue todos os que estão envolvidos na aviação para que não fiquemos com um sindicato, associação, outro sindicato, empresas aéreas, cada um num canto falando uma coisa e dizendo que o Governo não faz nada.

Então, fica aqui a nossa proposta, Senador, no sentido de criar alguma ferramenta para que possamos conversar, fazer recomendações que sirvam como uma consultoria. Então, se um dia o Senado ou a Câmara quiserem fazer uma proposta de jornada, saberão onde recorrer para fazer isso. Que haja pessoas competentes como universidades, pilotos, enfim, pessoal do sindicato junto para fazermos nossa aviação crescer.

Então, fica aí o nosso recado:, precisamos de você, patrono da aviação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Concedo a palavra ao Sr. Marcelo Andrade Silva, Secretário-Geral do Sindicato dos Aeroviários.

Peço mais um minuto apenas para registrar a presença do Deputado Dr. Grilo, do PSL de Minas Gerais. Por favor, venha até a frente Deputado. S. Exa. tem acompanhado de perto e também do Professor Jorge, que é professor de Direito Aeronáutico da PUC de Goiás. O Professor Jorge tem dado uma contribuição fantástica a esta subcomissão.

Portanto, com a palavra o Sr. Marcelo Andrade, que é Secretário-Geral do Sindicato Nacional dos Aeroviários, por 15 minutos.

O SR. MARCELO ANDRADE SILVA – Boa tarde, companheiros e companheiras presentes aqui. Gostaria de dizer inicialmente que é uma vitória muito grande para os aeroviários estar aqui hoje porque foi uma longa peregrinação nossa. Queríamos participar, pressionamos o Governo nos corredores, tentamos construir isso há bastante tempo.

Para agradecer o espírito republicano do Senador Vicentinho, esse momento foi alcançado com muito esforço e é muito importante para os aeroviários estarem aqui hoje.

Em nossa demonstração é mais importante apresentar mais o Sindicato Nacional dos Aeroviários do que as pessoas. Antes disso, porém, vou pegar uma

carta que foi endereçada ao Ministério Público do Rio Grande do Norte onde fazemos uma apresentação e depois descrevemos os problemas dos aeroportos e dos aeroviários no Rio Grande do Norte. O Rio Grande do Norte é muito simbólico porque tem um aeroporto público e um privado, que logo será inaugurado. Então, encaminhamos esse ofício dizendo assim:

“Ainda que estejamos agindo na forma de reação, procuramos mapear, a nível nacional, nossas demandas por aeroporto, sempre calcando nas condições de reação local dos aeroviários e das condições de nossos dirigentes locais para enfrentamento das seguintes questões: condições de segurança de trabalho – principalmente nas áreas restritas de pátio e pista; condições de vestiários no aeroporto – em muitos casos, o trabalhador não possui local adequado para troca de roupa e armazenamento de seus pertences; condições de banheiros – em muitos aeroportos estão impróprios para uso ou inexistentes na área restrita; falta de bebedouros suficientes ou simplesmente ausentes nas áreas restritas; falta de local adequado para os trabalhadores comerem – em muitos lugares os trabalhadores em áreas restritas comem no chão; alimentação cara – em muitos casos a única disponível possível, já que muitos aeroportos são distantes da cidade onde moram os trabalhadores; estacionamento gratuito para os trabalhadores em aeroportos, especialmente para os aeroviários.”

Então, esse ofício foi mandato, e o assunto tratado foi mais sob o ponto de vista do estacionamento, por quê? Porque o aeroporto de São Gonçalo do Amarante será privado, e o que vai acontecer com todas essas questões que foram elencadas aqui? Com certeza, irá piorar para os aeroviários. Por quê? É bom ressaltar que o aeroporto privado de Porto Seguro é o pior aeroporto para os aeroviários e é um aeroporto privado. Então, já sabemos disso.

Na nossa apresentação, também é importante dizer que o Sindicato Nacional dos Aeroviários é uma entidade sindical de massas, de caráter classista, autônoma e democrática, cujos fundamentos são compromissos com a defesa dos interesses imediatos, históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção ao socialismo. É assim que nos autodenominamos. Nós nascemos e nos desenvolvemos com aviação comercial, como o Senador Vicentinho muito bem colocou.

Antes da fundação do sindicato, as associações, nos anos 30, já tinham esse embrião. Ele participa da política de integração nacional, e, por três vezes, houve uma grande mudança na aviação brasileira: nos

anos 50 e 60, antes do golpe. Depois do golpe, não participamos e depois da redemocratização também não participamos. Então, estamos perdendo de dois a um. Houve um momento em que participamos ativamente, que foi nos anos 50 e 60, principalmente no governo Jango.

Pioneiro na construção dos direitos do trabalhador brasileiro, construiu a política de capacitação do setor junto com os aeronautas fundando a PAC,

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO ANDRADE SILVA – Depois os militares nos tomaram no golpe militar, eles tiraram a escola.

Continuando, pioneiro na construção dos direitos do trabalhador brasileiro, construiu a política de capacitação do setor junto com os aeronautas fundando a PAC, participou das lutas do Governo João Goulart e no CGT – Comando Geral dos Trabalhadores; discutiu ativamente as questões nacionais do seu tempo e continua discutindo; ficou sob intervenção e fechado, por mais de 20 anos; participou das lutas pela redemocratização do Brasil e construiu um dos melhores acordos coletivos do País, depois se integrou à FITF – Federação Internacional dos Trabalhadores em Transportes para compreender aviação no mundo.

Próximo.

Esse é o conceito que queremos trazer hoje aqui, é o conceito de privatização dos céus, que não é simplesmente a privatização dos aeroportos, é muito maior do que isso. Começa com a ausência total de política estratégica num quadro de política estratégica e de geopolítica no mundo. Não existe isso, política de céus abertos, desnacionalização da indústria brasileira de transporte aéreo, concessão, outorga e privatização dos aeroportos – o que para nós, é diferença apenas semântica.

Consequências para o Estado e os trabalhadores da sociedade brasileira; perda do controle estratégico de um major player, que é um país de peso que renuncia sua responsabilidade indutora e seu papel integrador da América Latina com o mundo; depreciação da única forma de integração de pessoas e cargas a tempo e a hora no mundo, just in time no mundo. Não tem como integrar ao mundo sem ser por avião; contribuição para diminuição da indústria nacional com ênfase na perda de divisas, a quantidade de divisas que a Varig trazia era absurda; insegurança no sistema por causa da precarização, da terceirização dos trabalhadores no setor e da infinidade de terceirização, principalmente através das empresas terceirizadas, que são mais de trezentas, com autorização para funcionar e, por fim, a elitização, quer dizer, a única conquista do governo,

que foi a democratização do espaço, vai conduzir, por causa desses conceitos de privatização dos céus, à elitização e competição num sistema que era integrado.

Próximo.

Ausência de política estratégica. Não existe conceito de nossa aviação, não existe planejamento de Estado. Nenhum país desenvolvido, OCDE, G20 ou BRIC abriu mão de planejar a sua aviação tendo o Estado nacional como indutor e gestor dessa política estratégica, com plano estratégico de início, meio e fim, pagando um alto preço nisso. A pergunta é: onde estará a nossa aviação em 10, 20 ou 30 anos? Essa pergunta eu não ouço resposta nem da SAC, nem da Anac e nem de quem quer que seja.

Planejamento internacional versus política de mercado. O que ouvimos é apenas que o mercado resolverá todos os problemas através da competitividade, principalmente do cliente.

Planejamento regional versus integração latino-americana, porque para Anac aviação regional não é aviação na América Latina é aviação dentro do Estado, quando para os trabalhadores essa aviação é regional local. Não existe aviação de integração com América Latina, não existe nenhuma estratégia para isso.

Planejamento nacional integrado versus competição entre terminais e o sistema, porque essa foi a proposta colocada, essa é a proposta implementada e está no Pnac, se você olhar nas entrelinhas e o diabo mora é nas entrelinhas. Tem grandes partes do Pnac colocado como considerar a operação internacional de empresas aéreas brasileiras instrumento de projeção econômica e comercial de importância política e estratégica para o País e para integração regional e aí regional é regional mesmo, é latino-americana, devendo ter tratamento fiscal tributário e crédito semelhante ao das atividades de exportação e infraestrutura, para quê? Para promover as iniciativas requeridas, para assegurar a execução do planejamento das infraestruturas aeronáuticas e aeroportuárias civis.

Então, o Pnac tem muita coisa interessante, como foi colocado pelos meus companheiros anteriores, que não foi levado à frente, mas tem algumas situações que levam àquele quadro ali.

Planejamento local versus falta de política estadual de integração nacional pelo ar. Aí nos remetemos ao seu Estado, Senador Vicentinho, e aos Estados do Norte especialmente que não tem esse planejamento. Então, não conseguimos integrar a reserva e o Parque do Jalapão a Palmas para trazer turismo para esses companheiros, como é o caso de Caldas Novas, em Goiás, e no Norte não conseguimos fazer essa integração, que deveria ser feita você tendo sub hubs e hubs trazendo e alimentando esses hubs e jogando

para entregar nacionalmente. Não existe planejamento para isso.

Os Estados é que deveriam estar fazendo isso. Se você pegar o Estado do Rio você terá um deserto no sul do Estado e no norte os aeroportos. Se no segundo Estado da Federação é assim imaginem nos outros!

Próximo, por favor.

A política de céus abertos é uma desgraça e já foi colocado aqui pelos demais companheiros. Empresas internacionais, de fora do continente, que não são a Taca, a Gol, que são empresas regionais a Taca com Avianca, a Gol, a Copa e a Latam. Estou falando de empresas de grande porte como Air France, American Airlines, Delta, British, Ibéria, Emirates, que estão competindo com essas empresas e que respondem por uma maior fatia da integração do Brasil com o mundo, que se inverteu, como era na época da Varig e que existia política para isso.

Aí você tem a política do Brasil na Clac, que esteve presente na Clac – claro que barrado na entrada, não pude entrar porque a Anac não permitiu a entrada – e a ITF estava lá enquanto convidada, por quê? O Brasil foi eleito Vice-Presidente da Clac a que preço? Colocando os países soberanos para segundo lugar. Então, a Argentina perdeu a sua posição e o Brasil se alinhou com República Dominicana, com Colômbia, com países que querem escancarar a sua aviação. Essa é a política da Anac na Clac e, por isso, o Senado tem que estar vigilante com esses acordos que são assinados. Acordo de céus abertos tem que ser olhado com lupa, porque o diabo mora no detalhe, e ali estão empurrando muita coisa. Estão favorecendo empresas que não cumprem as leis brasileiras e nem possuem qualquer compromisso com o papel do Brasil no mundo.

Os céus abertos não promoverão a integração nacional nem a fomentação da aviação local, isso é um mito. Acho que isso tem ficar claro aqui. Os Senadores e os Deputados do Norte acham que a política de céus abertos vai ajudar a integrar este país. É mentira. Isso vai acabar de ferrar a aviação toda.

A política gestada e patrocinada na Anac compromete o futuro da aviação brasileira. Aí não culpo os companheiros que estão a meu lado, que são técnicos e que têm que obedecer ordens. Culpo aquele que pensa a política, que gesta no seu útero, lá dentro e depois coloca para fora esses verdadeiros ovos de serpente.

Próximo.

Desnacionalização da indústria. É outro cavaleiro do apocalipse, são quatro. Fusão da LAN com a TAM nos alerta para um processo de chilenização da aviação brasileira, que acende um alerta vermelho para os trabalhadores do setor. Nós tivemos agora um encontro

com trabalhadores chilenos e argentinos cobrando da TAM uma postura clara com relação a seus trabalhadores, o que vai acontecer com esses trabalhadores quando sabemos que a visão do Chile para os trabalhadores é diametralmente oposta à visão a queremos.

Avianca e Taca, a VRG e Gol, a Copa e a Latam já falei isso aqui é porque a preocupação da TAM é de ocupar espaços internacionais e o que acontece? O que está acontecendo é o seguinte: a TAM está analisando seus números com as empresas internacionais e está vendo que está difícil competir – e não é competir dentro da América Latina, mas competir nos transoceânicos.

Há um processo irreversível de desnacionalização pela política de afrouxamento da legislação brasileira. Então, primeiro não pode; depois, vai para 49%; depois, desce para 20% e vai abrindo, vai abrindo e está sendo discutido aqui no código. As pessoas podem alegar que essa não é a vocação brasileira, não é o nosso nicho de setor. É a mesma mentalidade daquela república de banana, temos que ser agrobusiness, aqui não tem que ter indústria, a mesma mentalidade que querem aplicar à aviação brasileira.

A previsão da lata para aviação mundial é que tenham apenas 8 companhias...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MARCELO ANDRADE SILVA – E aí pediria um pouco mais de tempo. Há apenas 8 grandes major players, grandes conglomerados de aviação no futuro. Mas qual é a contrapartida dos trabalhadores através da ITF? É se organizar através de alianças para ver se conseguimos uma padronização mínima de legislação dentro dessas alianças, porque a maioria delas não quer cumprir nada em relação a seus trabalhadores, elas apenas querem precarizar.

Próximo.

Privatização da Infraero.

Aí é a entrega do maior patrimônio da rede. Sabemos que mais de 30% dos passageiros e mais de 50% da carga foi entregue, é o verdadeiro filé-mignon. O que era suficiência e planejamento estatal, porque se pensava, a Infraero era montada em três eixos e existiam grandes cérebros e houve uma fuga. O segundo elemento de que ela era autossuficiente, não pedia um centavo ao Governo Federal e houve um processo de desmonte no Governo Fernando Henrique e depois de contingenciamento e não se fazer obra também, que se estendeu para o Governo Lula. Então, esse planejamento estatal, que era feito para 10, 20 ou 30 anos, passou a ser analisado para 5 anos. É claro que se você quer manipular a verdade você analisa um espaço curto de tempo, você analisa números pequenos e

mostra como estava tudo errado. Então, analisar aquele tempo em que você teve um período de recessão nos anos 90 você vai dar que uma empresa que tem excelência não pode fazer seu trabalho.

Ceder aos apelos da mídia. Chamamos de privatização desavergonhada, que é a Fernando Henrique e essa que é envergonhada. Essa privatização é envergonhada. Casas Bahia. Você entrega e aí você concede e vai entregando e aí vou dizer uma coisa muito séria, não vão fazer ou não vão pagar o que eles prometeram que iriam pagar pelo ágio, ou um ou outro, porque é isto, precarização, desmonte, contingenciamento de investimento – já foi colocado –, dinheiro público do BNDES, ágio para pagar juros. O ágio que vier... Porque metade do dinheiro, do PIB deste País, vai para pagar juros. Então, que se diga também que esse ágio também vai ser usado para isso.

A excelência vai assessorar a incompetência, ou seja, essas empresas que ganharam esse processo licitatório da Argentina, que está sendo recuperado pelo Estado argentino, África do Sul e outros, são incompetentes, e elas vão precisar da excelência da Infraero para assessorá-las aqui dentro, ou seja, mais tarde se vai questionar esse modelo. E aí você vai ter tudo mais elitizado, menos seguro e mais insurgente, porque nós já estamos distribuindo cartilhas, fazendo atos nos aeroportos e, com a precarização e com tudo mais, cada vez vamos ficar mais insurgentes – isso é pouco analisado.

A mentalidade shopping center em um espaço sensível. Você vai ao aeroporto de Porto Seguro e vê do que eu estou falando, como é que é a parte do shopping, a parte do usuário e a parte do trabalhador; são três fases diferentes, é o crepúsculo, a escuridão e a luz.

Exemplo de privatização nos transportes.

No Rio de Janeiro você vê as barcas, a concessão que o Estado... Depois tem de colocar dinheiro e ficar subsidiando. Isso vai acontecer nos aeroportos também: trabalhadores insatisfeitos e população reclamando. Essas são as lições da ITF que o Ministro da Aviação Civil não quis ouvir, porque nós propusemos lá atrás fazer uma apresentação muito melhor do que esta aqui, com a ITF, com experiência mundial, e o Ministro, que poderia dizer “Muito bem, agora que eu ouvi vocês, vou decidir de outra forma”, preferiu não ouvir, mas o sábio tem de ouvir todo mundo para depois decidir.

Caminho cínico, porque essa privatização também é cínica, ela vai ser usada como cabeça de ponte para outros setores. E como eu disse aqui no início, ela vai prejudicar o trabalhador, seja qual for o trabalhador que estiver no aeroporto, porque a gente tem uma visão de que aquilo é uma fábrica, mas aquilo é

um espaço de trabalho também, não é só um espaço de atendimento ao cliente; a SAC não pode ser serviço de atendimento ao cliente.

Essas experiências neoliberais são a destruição de um projeto nacional brasileiro, porque isso é que é a Infraero. Qual é a solução para a Infraero? É reverter essa fuga de cérebros, é investir, é ter gestão e, principalmente, no final, olhá-la como um patrimônio, como algo que pode ser feito.

Próximo.

Os céus – já estou passando para as proposições – são nossos, o Estado nacional planejador soberano construindo o presente para a aviação futura. A aviação tem papel integrador no Estado brasileiro, tem de ter planejamento. Legislação firme, acompanhamento minucioso de cada acordo que a Anac propuser para esta Casa e, principalmente, Senador Vicentinho, ajudar a ITF a entrar na claque, porque ela vai ser um fiscalizador lá dentro.

A Federação Internacional dos Trabalhadores... Eu sei que o representante esteve aqui na semana passada e ficou um pouco tímido para responder essa questão, porque quem tem de responder são os sindicatos aqui no Brasil. A ITF é um órgão mundial. Quem tem de pressionar o Governo brasileiro é o sindicato brasileiro. Então... Porque é lá que a gente vai reverter essa política de lesa-pátria que foi colocada aqui pelo Comandante Fochesato, a oitava e a nona liberdade, e que não beneficia em nada a constituição de um país soberano.

Indústria nacional forte, com trabalho decente e bons serviços prestados à população brasileira, estratégia de reciprocidade, elevando o nível.

Trata-se de olhar quem está voando para cá. Interessa voar para a Ásia, integrar a Ásia? Por qual portão? A Varig o fazia pelo Japão. Interessa pela Nova Zelândia, através da Aerolineas? Ou pela Austrália, através da Qantas e da LAN? Ou pela China direto? Qual é o papel... Como é que a gente vai integrar a China? Ou não há resposta para isso? E a Emirates, que está voando para cá, não há empresa brasileira que queira fazer isso? E a África do Sul? Onde estão as respostas?

Os aeroportos têm de ser nossos, aeroportos públicos com segurança, trabalho decente, terminais planejados para integrar cada aeroporto localmente – está aí a aviação local –, nacionalmente, regionalmente, mundialmente, um plano, um plano para cada um deles. E eu falo isso porque essa campanha foi colocada na Argentina e foi vitoriosa.

Próximo e último.

Mobilizar os trabalhadores na sociedade brasileira. Que controle temos? Qual é o aeroporto que quere-

mos para nós e para os nossos filhos? Quem queremos integrar e quem queremos levar? Onde queremos voar aqui e lá fora? Quantos empregos queremos ter e com que qualidade? Estancar e reverter o processo de privatização dos céus. Quando o Brasil encontrar outro gargalo e não for possível abrir mais, quando não houver mais indústria, quando a Infraero for destruída, nos sentiremos como nos sentimos em relação à Varig, ou seja, sempre nos perguntando: quando teremos outra igual? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Concedo a palavra ao Sr. Celso Klafke, Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil. Quinze minutos, Celso.

O SR. CELSO KLAFKE – Obrigado.

Boa tarde a todas e a todos, boa tarde Senador Vicentinho, quero saudar essa rica discussão que estamos realizando aqui, agradecer a oportunidade de participar. Apesar de não existir uma previsão inicial de que eu participasse da Mesa, eu estava em Brasília participando de outra audiência aqui no Senado, sobre a questão do Aerus – vim como assistente – mas fui convidado. Por isso, justifico que não fiz uma preparação da apresentação porque não tinha uma previsão inicial de participação, mas vou tentar.

Primeiro, eu gostaria de dizer que, depois de todas essas importantes falas, é difícil não ficar repetitivo. Não quero cansar mais o pessoal que está assistindo, vou tentar não repetir, mas gostaria de dizer que as várias falas que me antecederam foram muito importantes, todas trataram de assuntos extremamente importantes, enfim, com o objetivo de que tenhamos uma aviação melhor, mais segura e, principalmente, de muito mais qualidade. Acho que esse é o objetivo que a gente busca, a partir dessas audiências e do trabalho realizado aqui por essa Subcomissão.

Eu gostaria de iniciar colocando a questão do momento específico que nós vivemos no Brasil, a questão da contradição. Ao longo dos últimos anos a gente vem tendo, acompanhando a recuperação econômica do Brasil, do País, acompanhando, enfim, o que tem acontecido nos últimos anos, ou seja, um aumento muito grande da aviação. A aviação tem crescido muito ao longo dos últimos anos e, principalmente, agora nos últimos anos, vem a notícia de que, apesar desse momento privilegiado, duas das principais empresas nacionais a Gol e TAM apresentaram um resultado, no ano passado, catastrófico em termos de arrecadação.

Não vou aventar a possibilidade de fazer aqui altas considerações sobre o porquê de acontecer isso, mas é uma contradição – muitos dos que falaram aqui, também falaram sobre isso, principalmente o Comandante Fochesato, que foi o que iniciou o debate –, que

mostra, por um lado, que, sem ter um planejamento sério, as coisas que não estão bem vão ficar pior ainda, mostrando que a política, principalmente a política das empresas aéreas de buscar o lucro acima de qualquer coisa, não vai ter um bom caminho.

Queria dizer isso para ressaltar que essa questão da concorrência predatória, primeiro, levou as empresas para a situação ruim em que elas se encontram hoje, e, com certeza, acendeu a luz vermelha em relação ao que vem acontecendo na aviação das principais empresas nacionais. Por outro lado, demonstra os graves problemas de gestão. E um dos problemas que eu queria abordar, justamente porque de manhã, com a questão do Aerus, tratamos disso, é justamente o grave problema que é a diminuição dos comissários a bordo e o que isso refletiria na segurança de voo. E a Selma Balbino, que também falou antes aqui, dizia que a diminuição de comissários é mais visível – não é, Selma? – porque aparece mais. Mas a verdade é que essa questão dos trabalhadores já vem acontecendo entre os aeroviários há mais tempo. Não é tão visível, não se consegue visualizar muito, mas uma política de diminuição de trabalhadores, principalmente naqueles setores mais críticos como a manutenção, como a dos trabalhadores de rampa, os trabalhadores que fazem aquele primeiro atendimento no aeroporto, já vem acontecendo há bastante tempo.

Descumprimento da regulamentação dos aeroviários – Como a questão da dobra de jornada de trabalho, como excesso de hora extra, como a diminuição das folgas regulamentares, infelizmente, tem acontecido de forma extremamente preocupante e a gente tem que, enfim, aproveitar os momentos.

Acho que foi domingo, a maioria das pessoas viu aquele incidente que aconteceu lá em Natal, que, na decolagem, saltou uma tampa de uma aeronave da TAM. É isso Fochesato? É isso. O incidente aconteceu no domingo, obviamente a gente não tem elementos ainda para dizer o que aconteceu ali, mas a gente sabe que é anormal o que aconteceu e, para mim, é um retrato do que vem acontecendo. A investigação vai mostrar ali o que realmente aconteceu. e a gente não pode ficar aqui agora aventando se foi isso ou aquilo, mas a verdade é que tem acontecido com muita frequência esse tipo de problema. São incidentes como esse que foi filmado, que apareceu publicamente, que todo mundo viu e se apavorou. Há outros que, infelizmente, a gente não consegue visualizar, mas que são extremamente graves e têm acontecido com uma frequência extremamente preocupante.

Então, essa questão de diminuir custos à custa de massacrar ainda mais os trabalhadores com aumento da jornada, tirando direitos, precarizando cada vez mais,

terceirizando cada vez mais, temos certeza de que é uma política que vai levar a uma situação cada vez pior, a um caos cada vez pior. Até porque economia com trabalhador não tem como fazer. Não há como fazer mais economia do que já tem sido feito; já se cortou o que se pôde. Hoje, se você pegar uma planilha de custos das empresas, você vai ver que os custos com o trabalho, especificamente, ele é muito baixo.

Então, valeria muito mais a pena investir em outras áreas, por exemplo, fazer uma parceria entre os vários sindicatos de trabalhadores, as empresas aéreas e os órgãos governamentais, enfim, para pressionar o Governo a ter uma política de subsídio do querosene, por exemplo, Comandante Fochesato, o que daria um resultado muito mais prático pelo custo que há nas planilhas das empresas aéreas. Obviamente isso aí não teria nenhum tipo de problema relacionado à questão da segurança. E é importante que aproveitemos esses momentos para citar algumas questões. Hoje, poderíamos estar discutindo muitas coisas importantes, tratando de questões muito maiores, no entanto, a maioria dos nossos sindicatos está se empenhando numa coisa que é tão ultrapassada, mas que a gente, infelizmente, tem que lutar. Temos que despende um grande esforço dos nossos sindicatos através de centenas e centenas de ações em todo o Brasil para buscar que as duas principais empresas do setor reconheçam o pagamento da insalubridade, periculosidade para quem trabalha em pista. Trata-se de uma coisa que já é amplamente reconhecida, mas, infelizmente, não é cumprida pelas empresas aéreas. E nos obrigamos a fazer esse tipo de ação, gastando aí tempo de advogados, esforço dos sindicatos. E algumas empresas aéreas, as mais novas no setor, já entraram cumprindo uma condição básica que já é reconhecida, basicamente reconhecida. A Gol e a TAM não, e a gente continua fazendo esse velha discussão de que trabalhador que trabalha em pista está correndo risco e, pela periculosidade, tem que receber um adicional.

Por mais que outras empresas do setor já venham pagando isso, as duas maiores não pagam ainda, e a gente está despendendo um grande esforço. Essa é uma questão que deveria estar ultrapassada.

Eu acho que, por exemplo, essa questão que falei, da precarização, do excesso de terceirização, enfim, já foi desenvolvida por alguns que me antecederam aqui. O uso errado de part-time e a questão da penosidade são problemas que deveriam já estar ultrapassadas, a gente deveria estar em outra fase da discussão. Mas, infelizmente, são questões ainda extremamente importantes para nós pelo risco que incorre na segurança de voo.

Esta que é a grande questão: o setor aéreo, ao fim e ao cabo, vende segurança. O passageiro, quando compra uma passagem aérea, ele compra antes de tudo o seu desejo de chegar rápido, com qualidade, mas principalmente com segurança. Acho que todo mundo sabe disso. Por mais que eventualmente o passageiro possa reclamar de uma ou outra situação a bordo, o que ele quer realmente é chegar com segurança ao local para onde ele comprou a sua passagem.

Eu falei do problema do incidente em Natal, mas eu queria falar em relação à questão da Anac e um pouco da Anac.

O surgimento da Anac foi comemorado por todos os sindicatos, representações dos trabalhadores do setor, porque era uma bandeira antiga do setor. Nós vínhamos discutindo havia bastante tempo; existia uma bandeira histórica chamada Pássaro Civil, e foi comemorado por nós. Infelizmente, a Anac tem sido até hoje uma grande decepção para nós trabalhadores.

Eu queria dizer aqui que tenho pleno acordo com a apresentação dos representantes dos trabalhadores da Anac e fiquei muito satisfeito de ver. E ousaria dizer aqui que tenho pleno acordo com as posições colocadas aqui pelos trabalhadores da Anac no sentido de que essas propostas sejam atendidas, para que a gente tenha uma Anac, uma agência que efetivamente atinja os objetivos para os quais foi criada, porque até hoje ela não conseguiu.

Eu queria dizer que gostei muito da apresentação da Associação dos Trabalhadores e tenho pleno acordo com as propostas colocadas por vocês. Acho que, realmente, se essas propostas forem seguidas e se a gente chegar a esse patamar que vocês colocam, a gente vai sentir orgulho da Anac, coisa que até hoje, infelizmente, a gente não conseguiu.

A gente sabia até que teria de haver um tempo de adaptação, mas o tempo passou e infelizmente a Anac está longe do que a gente acha que deveria ser como agência reguladora e fiscalizadora do setor. E não se colocar como gestora, não, mas como política de aviação, que deveria ser feita pelo Conac, através do Pnac, como já foi falado aqui, e não pela Anac.

E a Secretaria de Aviação Civil é outra questão também. Nós sempre defendemos que houvesse um órgão específico da aviação civil. Infelizmente, também, por enquanto, a gente tem uma grande decepção, porque a gente entende que a SAC ainda não faz o diálogo necessário com todos.

Hoje a gente está fazendo este debate aqui, Senador, no Senado, mas ele poderia muito bem ser realizado e promovido pela Secretaria de Aviação Civil com os diversos atores, o que não é feito. Na verdade, foi criada uma secretaria que é fechada, que não de-

mocratiza a discussão e que, por isso, muitas vezes, toma algumas decisões que não são boas, que são erradas. E a gente vai buscar, através das representações sindicais, tentar melhorar isso.

Eu queria citar dois problemas aqui que eu não poderia mencionar, inclusive fazendo um pouco de autocrítica da questão das representações sindicais.

Por mais que tenhamos tido conquistas ao longo dos anos, nós temos tido problemas recentes relacionados principalmente a entidades sindicais, a sindicatos que não representam a categoria e que infelizmente são usados pelo sindicato patronal, por empresas, enfim, para assinar acordos com perda de direitos. Isso tem atrapalhado muito um avanço maior do movimento sindical.

Eu queria deixar este registro aqui. Eu sei que não é aqui que vamos resolver isso. Talvez fosse um tema para discutirmos mais com o Ministério do Trabalho, com o Ministro Brizola. Mas eu queria deixar esse registro aqui. Nós temos tido problema com a questão do aumento de uma falsa representação sindical, que efetivamente não representa os trabalhadores.

Por último, e não menos importante, eu queria ressaltar que outra discussão importante para nós são os ataques à organização sindical que as várias entidades sindicais têm sofrido, principalmente com demissão de dirigentes sindicais.

Eu queria até aproveitar e citar o próprio exemplo do Marcel Schmidt, que é um dirigente do Sindicato Nacional de Aeroviários que está demitido. Não é Marcel? Assim como há companheiros de Porto Alegre, da TAM e TAP, demitidos. Há vários outros companheiros. A Selma está demitida há tanto tempo que eu nem me lembrei mais dela. A própria Selma Balbino, que foi demitida na época da Varig ainda. Há vários outros dirigentes do Sindicato Nacional de Aeroviários, no Rio de Janeiro, em Guarulhos, enfim, em Porto Alegre, que já citei aqui.

É importante que a gente também faça a discussão, Senador, dessa questão do ataque às organizações sindicais e do ataque a dirigentes sindicais, que quando começam a incomodar, a fazer o seu trabalho, que é defender o trabalhador, são sumariamente demitidos pelas empresas.

A gente tem tido uma dificuldade muito grande em reintegrar os companheiros por causa da demora da Justiça, dos problemas de interpretação da lei de estabilidade sindical. E hoje este é um problema que também tem prejudicado muito a nossa representação sindical.

Eu agradeço mais uma vez a oportunidade, Senador. Como eu disse, não me preparei e tentei não repetir muito o que os vários companheiros que me an-

tecederam colocaram aqui. Mas espero humildemente ter podido colaborar um pouco com essa discussão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem, Celso. Foram assuntos inclusive que não haviam sido citados. (Palmas.)

Concedo a palavra a João Pedro, Presidente da Associação Nacional dos Aeronautas.

Desculpe, João, falar daí, porque aqui... Aliás, esta audiência pública é a que mais membros da classe trabalhista reuniu. De todas as audiências públicas, esta é a Mesa mais bem-composta, com tantos líderes de sindicatos, de entidades da parte dos trabalhadores.

V. Sra. tem 15 minutos.

O Sr. JOÃO PEDRO – Parece-me, Sr. Presidente, Senador Vicentinho Alves, que isso demonstra que, embora a bancada dos trabalhadores tenha algumas divergências, o que é comum, há muito mais coisas que unem os trabalhadores da aviação civil do que dividem.

Eu queria fazer dois parênteses. O primeiro é agradecendo e reiterando o agradecimento do convite para nossa participação. Eu queria mencionar que nós temos acompanhado presencialmente quase todas as audiências públicas, pela relevância que elas têm. Temos nos colocado à disposição do Senador, e elogiando a sua iniciativa, Senador.

A nossa preocupação é que o espectro, a amplitude do debate é tão grande, que nós temos a preocupação de não nos perdermos no meio desse debate, porque V. Exa. visivelmente tem a intenção de produzir ou tentar produzir uma grande transformação para melhor na aviação civil brasileira, mas o debate é muito amplo.

Antes de eu propriamente me manifestar pela Associação Nacional dos Aeronautas, eu gostaria de fazer dois parênteses que já foram mencionados aqui. Um é em relação ao Sr. Carlos Montino. Eu queria dizer que realmente muito me honra estar aqui compartilhando a Mesa com V. Sra., porque a sua posição foi corajosa, honesta. E se a Anac der ouvidos ao que o senhor manifestou, talvez ela possa vir a cumprir o seu papel, porque a Anac de fato não cumpre o seu papel. E isso é muito grave. A Anac foi um desejo de todos os trabalhadores da aviação civil e ela não cumpre o seu papel, sobretudo o papel fiscalizador, que V. Sra. declinou aqui. Então é preciso coragem para ter essas posições e o parabenizo. E, da mesma forma que foi aqui falado, eu torço para que a Associação consiga implementá-las.

Peço inclusive a V. Exa., Senador Vicentinho, que batalhe nessa direção de pressionar para que a Anac fiscalize, pare de legislar, pare de ter papéis para os quais não tem competência institucional e fiscalize.

Há as auditorias que são feitas com aviso de antecedência, mas depois há a parte de fiscalização, como V. Exa. mencionou. Na aviação, por exemplo, no caso dos aeronautas, é muito simples, é só a Anac entrar nos layouts dos despachos operacionais e verificar in loco, no local, a quantidade de descumprimentos da regulamentação profissional. Você vai pegar num DO, por exemplo, de Guarulhos, para ser muito concreto, fazer propostas concretas, que ficam registradas. Num DO de Guarulhos, por exemplo, em qualquer uma das empresas, porque não é só um a empresa que descumpre...

Foi manifestado aqui que há uma que descumpre; muitas descumprem. Eu não vou dizer todas, para não generalizar, até porque há algumas que fazem um esforço para tentar se corrigir. Mas a maioria esmagadora das empresas aéreas brasileiras descumpre a legislação, Senador, e descumpre descaradamente, descaradamente. Se a Anac simplesmente fizer incursões, nos despachos operacionais dos tripulantes, onde eles se reúnem antes de voar, em 15 minutos vai levantar 200 infrações.

E aí me parece – um parêntese muito longo – que a Anac recentemente multou uma empresa aérea. Foi uma multa substancial, mas, se a multa tivesse sido 20 vezes ou 10 vezes o valor que foi, eu duvido que a empresa aérea voltasse a repetir as mesmas infrações. Multar em milhares ou até em milhões de reais uma empresa aérea, a conversa de bastidores é que vale a pena, porque é uma vez na vida, outra na morte, Senador. Enquanto isso, as multas para os aeronautas brasileiros são iguais à multa de trânsito. Você senta hoje num DO, num despacho operacional, e você assiste a um aeronauta dizer: “Eu peguei duas ou três multas”. Não tem problema, porque a empresa paga. Não, a empresa não paga. Ela entra com recurso, porque aí procrastina.

É uma terra sem lei, Senador.

Então, eu faço esse apelo a V. Exa., que está tão imbuído no espírito e é aviador – uma vez aviador, sempre aviador – para que a Anac cumpra o seu papel.

Então, fica aqui o meu registro e os meus parabéns somados aos outros à posição de V. Exa.

Um outro parêntese também menos longo é o de aderir, senão integralmente, com pequenas divergências, eventuais ou pontuais, ao que foi manifestado aqui pelo Marcelo, pelo Sindicato Nacional dos Aeroviários; ou seja, que às vezes se confunde o sentimento de pátria e o sentimento de nacional, nacionalista, mas no bom sentido de preservar os interesses nacionais, com radicalismo. Nada é menos radical do que você preservar os interesses nacionais. Isso não é radicalismo. Isso é um dever de ofício de todos nós, de todos

nós, até para aqueles que escolheram ser brasileiros, como é meu caso. Eu escolhi ser brasileiro. Não nasci aqui e escolhi ser brasileiro. Então, uma vez tendo feito essa escolha, todos nós temos o dever de honrar e cumprir isso.

Então eu me somo aqui, num breve parêntese também, à manifestação veemente do Marcelo, com certa veemência, mas que não tem nada de radical e, sim, de muito patriotismo. Algumas divergências poderemos ter entre todos nós, mas acho, Senador, que fica visível, como ficou visível, na audiência de 24 de agosto – não sei se V. Exa. estava presente –, quando se discutiu o CBA, o Código Brasileiro da Aeronáutica, que é possível a importação de permissão de pilotos estrangeiros, na verdade aeronautas estrangeiros virem voar no Brasil. Lá também se aferiu esse sentimento de nação, de preservar os interesses nacionais, porque eu recentemente, Senador, acompanhando uma das audiências, assisti à curiosa manifestação de um representante das empresas aéreas. E aqui, como já se manifestou o Comandante Paulo Licati, ninguém quer, ninguém seria insano de dar ou querer prejuízo proposital às empresas, que não sei se são as galinhas dos ovos de ouro, mas certamente são os nossos postos de trabalho.

Agora, nós assistimos aqui à manifestação de um dos representantes do Sindicato Patronal, mencionado que era preciso que nós tivéssemos um debate isento. Parece-me que a pessoas... Eu não sou isento. Eu tenho um lado. Eu defendo os interesses dos trabalhadores que eu represento. Defendo a categoria profissional de aeronautas. As empresas aéreas defendem os seus interesses, sobretudo, do ponto de vista econômico. Se querem fazer um debate isento, então, vamos fazer um debate isento pautado por quais interesses? Pelos interesses do País, os interesses da sociedade brasileira.

E aí, Senador, eu me remeto ao que de fato é fundamental discutir. Se há um interesse nacional na aviação brasileira, é a segurança operacional. Isso eu acho que ninguém discute. E nós subjugarmos ou submetemos a discursos muitas vezes dispersos e difusos, que têm esse ou aquele argumento, para flexibilizar certos aspectos da Lei 7.183, por exemplo, isso é apenas uma cortina de fumaça. O fato é que a segurança operacional é fundamental e não deve se pautar por interesses econômicos. Ela deve se pautar pelos interesses, então, brasileiros, pelos interesses nacionais.

Como o debate é muito amplo, nós procuramos nos focar em quatro aspectos que são: os empregos, a segurança operacional, a formação profissional e

as condições gerais de trabalho. Todos eles são igualmente importantes. Não há aqui ordem de prioridade.

No emprego, Senador Vicentinho, recentemente, com essa redução – e eu queria me ater muito a esse detalhe do número de comissários a bordo –, primeiro, nós temos um gravíssimo ataque aos postos de trabalho dos aeronautas brasileiros. Nós vamos assistir, se não fizermos uma reversão nesse processo, a milhares de aeronautas brasileiros sendo demitidos; milhares de comissários de voo serão demitidos nos próximos meses, nos próximos anos. Haverá uma redução grave nesse processo.

Segundo, fica aqui a pergunta para todos nós: dentro de um avião, confinados a dez mil metros de altura, num processo de emergência, algum de nós aqui faria opção por ter três comissários a bordo em vez de quatro? Alguém, em sã consciência, admitiria isso, por comparação, como fazem com a legislação americana e outras, que são outro universo, um outro universo? O americano começa a voar na barriga da avó. O americano começa a voar na barriga da avó. Nós estamos fazendo a inclusão de milhões de brasileiros, todos os anos, que nunca entraram num avião. E nós assistimos à Anac, tragicamente, Sr. Carlos, porque eu imagino que V. Sa. sente, tragicamente, ao permitir a redução do número de comissários a bordo, teoricamente, porque lá fora é assim. A nossa regulamentação profissional precisa de aperfeiçoamentos? Precisa. Não me parece que seja o momento. Eles vão ser condicionados aos megaeventos que estão aí. Há uma preocupação míope de que a aviação tem que ser transformada imediatamente.

Então, eu peço mais uma vez, Senador, a V. Exa. e aos demais Senadores que são titulares desta Subcomissão, que procurem conversar com a Anac e verificar qual é a possibilidade concreta de reverter essa posição dela. Nós já fizemos isso antes, anos atrás, todos nós aqui; alguns agora, com divergências; mas todos nós já fizemos essa reversão na época do DAC.

É muito grave, Senador, imaginar que um passageiro vai operar a porta. Nós assistimos agora, quando soltou a carenagem do avião, ao pânico que houve a bordo. Muitos brasileiros nunca voaram, estão voando pela primeira vez, e não vão ser capazes de operar uma porta corretamente.

Então, eu faço um apelo para que a gente procure combater efetivamente e reverter a decisão da Anac de reduzir o número de comissários a bordo.

As condições gerais de trabalho, Senador, nós precisamos focar isso porque esta é uma oportunidade única, como já foi aqui manifestado, e que V. Exa. e a Subcomissão estão nos proporcionando. Então, há certas coisas que podem ser meio constrangedoras

ou incômodas para todos nós. Mas, mesmo assim, é preciso que sejam faladas. É preciso que se fale. As condições gerais de trabalho dos aeronautas brasileiros são ruins, elas são ruins. Há baixa autoestima; há o desalento mencionado pelo Comandante Paulo Licati. Nós temos comandantes tendo ataque de síndrome do pânico e se enfiando dentro do banheiro, quando está lá em cima voando, Senador. Por quê? Porque não aguenta as suas condições de trabalho. E é curioso porque o aeronauta tem talvez uma das profissões onde a vocação é maior. O aeronauta gosta de voar. Para ele chegar ao ponto de se desestimular na profissão é porque a situação realmente é grave, é grave; a pessoa não suporta. Nós temos milhares de aeronautas pensando em alternativas, porque não suportam mais a carreira profissional que abraçaram, não porque não gostam dela, mas porque as condições gerais de trabalho são terríveis, terríveis.

Senador, o salário de um comissário hoje ele é – eu não vou dizer desprezível – muito ruim, Senador, muito ruim, muito ruim o salário de um comissário. O de comandante ainda mantém mais ou menos um patamar adequado, porque o salário tem que ser compatível com a receita e riqueza que ele ajuda a gerar. Não é dizer “ah!, mas é um salário maravilhoso, porque o salário mínimo brasileiro é x”. Não é essa a equação. A equação é qual é a riqueza que ele ajuda a gerar, que ele constrói. E essa riqueza é muito grande. Todos nós sabemos que a geração de receita da empresa aérea é gigantesca. A empresa aérea é poder no chão, e o que se dirá no ar!

Então, as condições gerais de salários são ruins; as condições gerais de saúde são ruins. Nós temos um comprometimento muito grande, pois 40% dos afastamentos, Senador Vicentinho, são por psiquiatria, psiquiatria. E olha que um aviador, um aeronauta se afastar por condições emocionais, abrir mão de voar, porque ele gosta de voar, o aeronauta gosta de estar dentro do avião e gosta de se deslocar de um lado para o outro, adora fazer isso, é porque a situação não é boa.

Então, a aviação brasileira é segura?

Eu peço só mais um minutinho, Senador.

A aviação brasileira ainda é segura, mas se continuar trilhando esse caminho pode ser que ela se torne insegura. E já foi aqui mencionado que nós não revertermos uma situação de diminuição de acidentes, o que já deveríamos ter revertido. Até porque se há uma coisa absolutamente verdadeira, que foi manifestada aqui, é que o Brasil tem uma grande vocação, entre outras coisas, para voar. É uma vocação brasileira, como têm outras, mas essa é uma delas.

A formação profissional, que foi mencionada no dia 24 de agosto, e àquela altura, Senador, nós alerta-

mos, a Associação Nacional dos Aeronautas manifestou a sua preocupação com o fato de que tivessem elaborando um projeto de lei para modificar a Lei 7.183. Isso já tinha ocorrido com o PLS do Senador Blairo Maggi.

Para que fique absolutamente claro aqui, como também já foi manifestado por outros participantes, a nossa regulamentação profissional, Senador, nos assegura um status de segurança operacional bastante razoável. Alterá-la, inclusive, nenhuma das entidades aqui presentes fez consulta às suas bases a respeito. Então, nenhum de nós aqui tem até a permissão de provocar mudanças ou sugerir-las. Temos a obrigação de defender o que já existe. E é o que alguns estão fazendo.

Senador, nós precisamos preservar a nossa regulamentação profissional. Num momento em que nós estamos discutindo a redução da carga horária, da jornada de trabalho de 44 para 40 horas, os aeronautas brasileiros vão sofrer um aumento de jornada? Eu afirmo aqui a V. Exa., Senador, com toda a segurança, que os aeronautas e aeroviários brasileiros oferecem, há muitos anos, tudo que podem para o Estado brasileiro, para a Nação brasileira.

Se V. Exas. ou outros participantes desta Subcomissão entenderem que para cumprir as suas obrigações para com o País os aeronautas e os aeroviários podem oferecer mais uma coisa, eles estão à disposição. Mas me parece que estão muito esgotadas ambas as categorias, Senador. Há uma discussão equivocada, que procura fazer comparações. E aí volto a mencionar a Anac. A Anac muitas vezes foi mencionada aqui pelo Sr. Carlos. A Anac muitas vezes pega os instrumentos normativos americanos, até pela procedência que eles têm e pela exuberância que têm os números da aviação americana, europeia, e faz uma transferência desses modelos para o Brasil. Eu até diria aqui que há alguns setores da Anac que copiam e colam, copiam e colam. Não podem fazer isso!. Não podem fazer isso!. É outro universo. Voar 160 horas, voar 100 horas no Brasil vai ser muito complicado, Senador. Não é o mesmo universo americano. E se já não se cumpre agora a regulamentação profissional, como será...?

Foi mencionado aqui, logo no início, a troca de escalas. O aeronauta brasileiro não tem escala. Isso é uma farsa. Teve escala na Varig. Não tem mais escala.

Então, ao contrário do que foi feito aqui, e para terminar, Senador, eu faço duas menções muito rápidas. Uma é realmente importante. Este é um debate muito amplo. Ficam aqui registradas as nossas preocupações em não se mudar a regulamentação profissional; em preservar os postos de trabalho; em procurar reverter imediatamente a redução do número de comissários a bordo.

E manifestar a V. Exa. que a Associação Nacional dos Aeronautas nasceu para preservar a unidade entre pilotos e comissários. Eu sei que em alguns bastidores se discute se essa cisão não seria mais interessante. Não é. É um equívoco. O avião não vai se tornar mais ágil, não vai voar mais alto porque é menor. Ele vai perder a sua sustentabilidade no médio e longo prazo. A Associação Nacional dos Aeronautas nasceu com o intuito de preservar essa unidade entre pilotos e comissários e construir, como tem construído, a unidade que já existe, na Federação e em outros locais, entre aeronautas e aeroviários, porque essa unidade é que nos fortalece.

Então, quero agradecer novamente a oportunidade e deixar aqui este registro e este apelo a V. Exa. e à Subcomissão, para que interfiram junto à Anac, na medida do que é possível, para que se reverta a redução do número de comissários; que se questione a Anac, e que se preserve a nossa regulamentação profissional. É possível revê-la, Senador? Acho que sim. Deve ser atualizada em algum momento, mas me parece que agora ela pode estar recheada de circunstâncias pontuais e circunstanciais. Era preciso fazer uma análise e que talvez V. Exa. possa fazer ao longo do tempo.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Esta Presidência abre espaço, em caráter excepcional, por cinco minutos, com a permissão dos componentes da Mesa e de todos, ao Deputado Dr Grilo, que até a essa hora se encontra, do PSL de Minas Gerais.

O SR. DR. GRILO (PSL – MG) – Sr. Presidente, Senador Vicentinho Alves, senhoras e senhores presentes, inicialmente eu agradeço ao Presidente desta Comissão, Senador Vicentinho, por estar exatamente abrindo esse espaço para a Câmara dos Deputados e também para todos os trabalhadores que aqui estão presente, porque eu acho que é muito importante essa participação. Eu até estive aqui, na audiência anterior e, na ocasião, a gente até falou exatamente dessa importância da participação dos trabalhadores, porque são realmente eles que conhecem os problemas da aviação, que estão vivendo diariamente os problemas da aviação.

Eu tive até a iniciativa de até comparecer aqui nesta Subcomissão exatamente pelo tempo que eu tenho de contato com essa categoria. Advoguei para o Sindicato Nacional dos Aeroviários por um longo período, desde 2000. E aí a gente teve contato com os problemas da aviação de uma forma geral, a gente pode falar assim, através da rádio peão, porque é assim que o povo fala, não é? E a gente fica preocupado quando conversa com os trabalhadores. Certa

vez eu conversei com um mecânico da extinta Vasp e, na ocasião, ele me falou assim: “Eu não tenho coragem de voar neste avião, porque falta óleo para fazer a manutenção.” Então, era uma realidade que existia naquele momento. O resultado dessa empresa a gente conhece, mas o que é triste é que a gente vê que isso não mudou tanto assim. Hoje teve uma renovação da frota; teve, sim, mas é pequena. E muitas vezes a gente vê que as condições de trabalho dos trabalhadores de uma forma geral só têm piorado. Isso não ocorre só nas companhias aéreas. Eu acho que ocorre até por parte da própria Infraero, porque há um ciclo; ou seja, de tempos em tempos ela faz uma nova licitação e contrata trabalhadores para trabalhar no raios x. E hoje, lá no aeroporto da Pampulha, nós estamos com um problema, porque os trabalhadores que foram contratados para prestar esse serviço no raios x não receberam suas verbas rescisórias. Houve uma substituição na empresa que presta esse serviço e os trabalhadores não receberam as verbas rescisórias. Quer dizer, a gente está falando de verbas alimentares.

Então, a gente tem de evoluir, porque esse é um problema que acontece, eu posso dizer aqui, com toda certeza, de dois em dois anos. Sempre há esse problema. É o grande problema da terceirização. Isso não acontece só com a Infraero, mas também com as companhias aéreas. A gente acompanha, no dia a dia, o pessoal do trabalho de carga. Muitas vezes, as empresas terceirizadas não querem, sequer, efetuar o pagamento do piso salarial para esses trabalhadores. É uma realidade. Aqui, quando a gente fala da aviação, não pode tratar como um problema só de uma categoria. O problema é geral, passa pelos aeronautas, pelos aeroportuários, que também não têm condições de trabalho dignas. O pessoal que faz o controle aéreo não tem condições de trabalho. Da mesma forma, os aeronautas também sofrem muito com a fadiga e, constantemente, são internados com problemas psiquiátricos. É uma coisa para a qual a gente tem de buscar condições para mudar.

Com relação à carga horária dos aeronautas, acho que é até muito grave. Hoje, a carga horária de um operador de elevador é menor do que a de um aeronauta. É uma questão muito séria. Um aeronauta está conduzindo uma aeronave, muitas vezes, com até 300 passageiros a bordo. Até mesmo a jornada, os intervalos interjornadas, são desrespeitados. A legislação fala que deve ser de 12 horas, 12 horas contadas a partir de 30 minutos do momento em que se desliga a aeronave, as turbinas da aeronave. Só que ninguém leva em consideração que, muitas vezes, no trajeto do aeroporto até o hotel se gasta uma hora, uma hora e meia, muitas vezes até duas horas. Então, esse inter-

valo não vai ser respeitado. Questionamos exatamente isso. Qual a fiscalização que há para preservar esse direito que a legislação já está assegurando? Por que vamos falar em aumentar essa carga horária dos aeronautas? Na questão dos aeroviários acho que agente tem muito a discutir também.

Diariamente, a gente menciona que o Decreto Lei nº 1.232/62 diz que os mecânicos de pista trabalham seis horas. Aí vem aquela discussão: ele é mecânico de pista ou de hangar? O hangar é da pista ou não? As empresas nunca querem que um mecânico trabalhe só seis horas. Elas querem que ele trabalhe, no mínimo, oito horas. Com isso, nós vamos ganhar segurança? Esse trabalho no hangar não é responsável pela segurança dos passageiros? Acho que é muito importante a gente respeitar o que já está disposto na legislação e buscar, até, avançar para dar melhores condições de trabalho para todos os trabalhadores da aviação. Essas melhores condições de trabalho passam, também, pela qualificação desses trabalhadores. Qual a qualificação que é dada, hoje, quais os cursos que são dados hoje pelas empresas aéreas? Ninguém fala em qualificação dessa mão de obra. Acho que é muito importante se trabalhar na base, na educação. Isso é importante em todos os setores. Então, não basta fazer uma reforma nos aeroportos para fazer lojas bonitas, lojas de marca, de grife, acho que a gente tem de fazer, sim, uma mudança geral na infraestrutura, investir no trabalhador, na qualificação desse trabalhador, na remuneração desse trabalhador e na infraestrutura aeroportuária, investir na construção de pistas. Anteriormente, nessa mesma Comissão, relatei que existem algumas pistas no interior de Minas onde a gente é obrigado a descer em no cascalho. Vira e mexe, acontece um ou outro acidente, exatamente por falta de investimentos no setor.

Ninguém fala no que vai ser investido no setor. Será que nós vamos reformar aeroportos só para receber os turistas da Copa do Mundo? E depois, o que vai ser feito? O que se vai deixar para a população? A população, hoje, como já foi dito anteriormente aqui, está viajando mais. Muitas pessoas que nunca tinham viajado agora estão viajando. Domingo fui para Recife, a uma reunião do PSL, tinha uma senhora sentado ao lado que nunca tinha viajado. Ela estava preocupada. Aí, quando a gente começa a ver a realidade da aviação pensa: ela não sabe qual é a realidade, se não estaria mais preocupada ainda porque, realmente, é preocupante.

Gostaria, mais uma vez, de parabenizar o Senador Vicentinho pela iniciativa desse requerimento. Acho que é muito importante a gente discutir isso sim. A gente tem de cobrar das autoridades competentes uma posição sobre o que está sendo programado para

o setor, sobre qual é a política para o setor. Medidas têm de ser tomadas para melhorar essas condições. Hoje, a gente, de uma forma geral, só houve reclamações. Todo mundo deixa claro que do jeito que está não dá para continuar. Então, precisamos de investimentos em infraestrutura, em qualificação de mão de obra, precisamos de investimentos em todas as áreas. Não precisamos esperar que acidentes aconteçam para tomar medidas. Então, temos de tomar essas medidas antes que novos acidentes aconteçam.

Sr. Senador, mais uma vez muito obrigado pela oportunidade de participação.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Muito bem, Deputado, é um prazer tê-lo aqui.

Bom, para partirmos agora para as considerações finais, há uma pergunta que vai para todas as entidades. Aquela que não puder nos fornecer de pronto, que encaminhe à Subcomissão. É com relação à carga horária de trabalho, tanto por parte da aviação em geral, da aviação regional, da aviação de táxi aéreo etc quanto com relação aos aeroviários e, se puderem, também, com relação aos aeroportuários. Da federação que o Celso preside eles fazem parte, não é isso, Celso? Se também puder contribuir com esta Subcomissão pode encaminhar também. Pode encaminhar depois. Isso demanda um estudo, um planejamento, que cada entidade deverá encaminhar a esta Subcomissão. Nós vamos agradecer muito. Isso com relação à carga horária de trabalho. É importante e ainda não tivemos um encaminhamento real com relação a esse assunto.

Então, as nossas perguntas já estão todas aqui em mãos. Vamos, aqui, para o Sindicato Nacional dos Aeronautas, para o Presidente Fochesato. Primeira pergunta: qual é a percepção que o Sindicato possui quanto ao movimento de liberalização dos céus que vem acontecendo em toda a América Latina? Como é no caso do Chile e que vem sendo chamado de privatização dos céus. Qual será o impacto dessa tendência junto aos pilotos brasileiros, notadamente pela criação da Latam, a fusão da Lan Chile com a TAM. Segunda pergunta: quais são os principais programas enfrentados pela categoria dos aeronautas no Brasil? Isso vai nos ajudar muito. Como estão as realizações de check e re-check junto à Anac? Como o Sindicato vê essa questão em relação aos profissionais da aviação não regular? Terceira pergunta: os órgãos reguladores da aviação brasileira têm colocado em prática as recomendações do Sindicato? Pelo visto, parece que não. Quarta pergunta: a demanda pela mão de obra de pilotos segue em alta? Há necessidade de se contratar mão de obra estrangeira para suprir a futura necessidade das empresas?

Essa é para o Presidente Fochesato. Só para adiantarmos, vou questionar todos e depois dou cinco minutos para as considerações finais e, se possível, nós respondendo de imediato.

Agora, para a Sr^a Selma, que é a Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários. Qual a importância da categoria dos aeroviários para o sistema da aviação civil? Como a concessão dos aeroportos pode afetar a categoria dos aeroviários? Além, naturalmente, do que já foi colocado: a questão da carga de trabalho.

Para o Marcelo, o Secretário. Dentro de um contexto que vem pregando a liberalização do uso do espaço aéreo, como o sindicato imagina que será a situação dos trabalhadores da própria aviação brasileira nos próximos vinte anos? Qual a situação dos trabalhadores em aviação na América Latina? Como o sindicato se insere na estratégia da ITF – Federação Internacional dos Trabalhadores em Transporte? A sociedade brasileira pode se mobilizar no sentido de combater a privatização dos céus? Como?

Para a Abrapac, Comandante Paulo. Quais os principais problemas que os pilotos enfrentam hoje em sua relação com a Anac? Como está a situação dos cheks, re-checks e treinamentos? O atendimento da Anac para a categoria dos aviadores melhorou? Como a Abrapac vem atuando junto aos órgãos que administram a aviação brasileira? Qual tem sido a medida efetivamente tomada?

Para a Associação dos Servidores da Anac. No tocante à existência de cargos comissionados em outros órgãos, dentro da Anac, quais são os efeitos dessa conduta em relação à operacionalidade da agência? A Anac já se tornou, realmente, uma agência civil? Em relação ao fechamento das regiões na Anac, que antes atendiam a diversas regiões do Brasil. A ausência delas tem influenciado o atendimento ao usuário? Haverá hoje pessoal suficiente para promover sua reabertura? Já foi, inclusive, mencionado aqui. Qual a visão dos servidores da Anac quanto à função de estado da mesma? Quais as políticas públicas que a agências poderia propor para a aviação e qual cooperação poderia haver com a SAC? Tem havido uma super valorização das políticas econômicas dentro da agência em detrimento das questões de segurança? Quais as consequências?

Ao Carlos. A Anac tem acolhido a opinião e a orientação dos seus servidores para a construção de um plano de carreira ou para a administração e o planejamento de políticas para a agência?

Então, esses são os questionamentos. Começaremos pelo Comandante Fochesato. O senhor terá cinco minutos.

O SR. GELSON DAGMAR FOCESATO – Vamos tentar responder em cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Se houver necessidade de mais, fique à vontade.

O SR. GELSON DAGMAR FOCESATO – A primeira pergunta me dá a oportunidade de voltar um pouco à minha apresentação, que foi rápida. Até acabei dizendo que a Anac e a Sac atrapalham o Pnac. Sobre a Anac falei o que tinha de falar, mas meio que preservei a Sac, mas vou aproveitar esta oportunidade para falar da Sac. Temos de falar sim. O Conac sempre pedia aos sindicatos, tanto de trabalhadores quanto patronais, a sua perspectiva para a aviação civil. O Conac solicitava aos sindicatos a perspectiva para a aviação civil. Há um ano, a Sac dispensou isso. Ela não precisa mais ouvir os trabalhadores, ela resolve os problemas. Então, essa é a minha crítica à Sac. Ela joga contra. Se o Conac nos pedida isso e nós apresentávamos, sem custo nenhum, a nossa opinião, a nossa posição, isso só vinha a somar. Então, isso foi abortado. Essa é minha crítica forte à Sac.

Com relação aos Céus Abertos. Vou ler o que foi decidido, é rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Só para entender melhor. A Sac não tem tido interlocução?

O SR. GELSON DAGMAR FOCESATO – Não. A primeira reunião e a segunda até que foram boas, depois parece-me que se esqueceram de que nós existíamos.

Na 19ª Assembléia da Comissão Latino Americana de Aviação Civil, para dar respaldo ao que o Marcelo falou, ocorrida em novembro de 2010 na República Dominicana, com a participação ativa da Anac, foi aprovado um acordo multilateral de Céus Abertos para os estados membros. Prevê, sem seu art. 2º: “O direito de prestar serviços regulares e não regulares de transporte aéreo, combinados de passageiros e carga, entre pontos do território da parte que tenha concedido o direito de oitava e nona liberdade.” Isso foi apresentado à Dilma, espero que ela vete.

O que é a oitava liberdade, para as pessoas saberem? A oitava liberdade é o direito de transportar tráfego entre dois pontos no território do outro país, operando um “voo doméstico” neste outro país, como parte de um serviço aéreo proveniente do país que designou a empresa ou destinado a ele. É chamado de direito de Cabotagem. A nona liberdade é o Direito de transportar tráfego inteiramente entre dois pontos no território do outro país, operando um voo doméstico neste outro país. É a chamada Cabotagem Pura. O direito de cabotagem para o transporte aéreo jamais foi aceito pelos países desenvolvidos. Nenhuma empresa

americana voa dentro da Europa e nenhuma empresa européia voa dentro dos Estados Unidos. Os americanos não realizam vôos na Europa nem os europeus nos Estados Unidos. No caso da América Latina, o Brasil oferece um mercado potencial de quase 200 milhões de habitantes. Qual é a contrapartida dos demais países? Vale a pena? Se isso passar, as empresas americanas farão aviação de cabotagem dentro do Brasil. Vão fazer Fortaleza/Brasília/Porto Alegre. Agora, a nossa única empresa internacional, a TAM, não terá a menor condição de fazer Miami/Atlanta/Washington. Então, será uma destruição total porque aí eles vêm para cá com tarifas baixíssimas, porque estão completando um vôo, e a empresa brasileira, sem nenhum tipo de subsídio, sem nenhum tipo de proteção, não vai a lugar nenhum. Então, acho que minha resposta é clara. A aviação de cabotagem é a destruição da aviação brasileira.

Com relação à Latam só o futuro dirá. Vejo de forma muito sombria o futuro dos trabalhadores da TAM com o advento da Latam, a longo prazo. Só o futuro nos dirá, mas não vejo com bons olhos.

O principal problema enfrentado pela categoria dos aeronautas, no Brasil, é o total desrespeito às escolas de vôo. Por isso falei que não dá para discutir a legislação, Vicentinho, enquanto a Anac não fiscalizar. É só trocar de lei. Tínhamos o Decreto nº 18 veio o Decreto nº 5.660. Todos eles existiram e foram desrespeitados. Veio o 7.183. Está aí há vinte e poucos anos e está sendo desrespeitado. Então, não vejo por que discutir uma nova lei – não vou discutir o tempo de trabalho – se não deixarmos claro que tem de ter uma punição muito severa para a empresa aérea que não cumprir a regulamentação profissional. Os pilotos, os comissários, que se recusam a fazer vôos fora da lei são ameaçados e até perdem o emprego. Então, ficam em uma situação complicada. Acho que o nosso problema principal é esse: o desrespeito total com relação à nossa condição profissional e ao nosso acordo coletivo de trabalho que as empresas, também, estão desrespeitando. A Gol, agora, demitiu um monte de comissários totalmente fora da regra. Foi necessária uma audiência no Ministério do Trabalho, ontem, para tentar minimizar isso.

Os re-checks nas empresas regulares são normais. Não há nenhum problema do qual eu tenho conhecimento. Porém, na aviação de táxi aéreo, na aviação executiva, na aviação de helicópteros, há um caos total, um abandono, um desrespeito que a agência faz com essas pessoas. Às vezes, o piloto ou o comissário, dependendo do tipo de serviço, tem sua carteira vencida. Ele precisa fazer o re-check para fazer um vôo em um táxi aéreo. O re-check não é feito. Ele não pode fazer o vôo porque está com a carteira vencida

e a empresa pode até demiti-lo. Então, é uma irresponsabilidade terrível da agência, até porque – e concordo com o companheiro da Anac – há falta de gente para fazer isso. Mas isso não é desculpa. A agência está aí há sete anos, é inadmissível que digam que falta gente. A presidente anterior queria que os pilotos da aviação agrícola, por exemplo, Vicentinho, fossem tratados como pilotos operadores de equipamentos agrícolas. É brincadeira. Graças a Deus conseguimos nos livrar dela. E falo isso com a maior tranquilidade.

Terceira pergunta. Os órgãos reguladores da aviação brasileira têm colocado em prática as recomendações do Sindicato? Em hipótese nenhum. Como falei aqui no começo, temos no sindicato mais de 2.500 denúncias. Dente essas, a metade, praticamente, é com relação ao desrespeito à regulamentação profissional. Fazíamos denúncias antigamente e a tal de Solange também dizia que nunca as tinha recebido. Isso é todos os dias. Os órgãos reguladores não respeitam o que nós colocamos de recomendação para fiscalizar melhor as empresas aéreas.

A demanda pela mão de obra de pilotos segue em alta? Nem tanto quanto a um tempo atrás. Tudo tem limite. Nada cresce indefinidamente. Então, a aviação teve um crescimento, mas acabou se estabilizando em um patamar mais gradual, mais aceitável. Hoje, com certeza absoluta, como falei no ano passado – e me esqueci da data, não sei se foi no dia 24 – não faltam pilotos no Brasil. Até está acontecendo o contrário, as empresas áreas estão demitindo pilotos.

Temos seiscentos pilotos voando fora do País, foram expatriados praticamente. E aqui, no Brasil, hoje, para não errar a conta, de novembro para cá, envolvendo duas ou três empresas, teremos de 300 a 400 pilotos desempregados. Então, evidentemente, não tem o menor cabimento discutir a contratação de pilotos estrangeiros. Não sei se respondi as perguntas. Não sei se respondi as perguntas. O Vicentinho vai dizer depois.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Ficou apenas para ser encaminhada depois a questão da carga horária.

O SR. GELSON DAGMAR FOCHEATO – Carga horária, talvez, ou encaminhar os números da atual legislação, porque não podemos conceber a alteração das horas de voo para nenhum segmento, nem taxi aéreo, nem helicóptero, nem nada. Cumpra-se o que está escrito. Na hora em que a Agência Nacional de Aviação Civil cumprir o que está escrito, eu me sentirei à vontade para dizer: “bom, agora, em vez de 12, pode ser 12,30”. Não adianta, porque, senão, as empresas vão colocar 14 ou 15.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Não, não é nem no sentido, Fochesato, de se aumentar. Tivemos audiência pública aqui com os táxis aéreos, que clamam muito atual legislação. Eles argumentam que não podem seguir as mesmas regras definidas para as companhias. Portanto, se o sindicato pudesse fazer um estudo aprofundado para desmembrarmos isso não no sentido de ampliar – não é isso – mas no sentido de ser diferente, seria o adequado. O aviador de companhia, segundo os táxis aéreos, não podem seguir as mesmas regras deles. Então, eu acharia bom o sindicato nos orientar acerca disso.

O SR. GELSON DAGMAR FOCESATO – Nós não nos furtaremos de consultar...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – As regras não são diferentes, mas deveriam ser.

(manifestações fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Acho que, para os táxis aéreos, há uma reclamação muito grande.

O SR. GELSON DAGMAR FOCESATO – Nós não nos furtaremos de consultar esse segmento da categoria para ver com eles a opinião que têm a respeito. Não nos furtaremos de consultá-los.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Isso é importante, porque ouvimos aqui a parte patronal e gostaríamos de ouvir também a parte dos sindicatos, das associações, enfim, acerca desse assunto. Ele é polêmico, e esta Subcomissão iria agradecer muito a contribuição.

O SR. GELSON DAGMAR FOCESATO – Posso adiantar que a regulamentação profissional envolve o táxi aéreo – só para o senhor ter conhecimento, depois lhe passarei.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Posso ficar com isso?

O SR. GELSON DAGMAR FOCESATO – Sim, sim, estou encaminhando.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Pois não.

(manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Então, Fochesato, agradeço a sua fala, suas respostas e a consideração final.

Concedo a palavra à D. Selma Balbino, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários.

A SRA. SELMA BALBINO – Inicialmente, eu gostaria de responder a pergunta que me fizeram: qual a importância da categoria dos aeroviários para o sistema de aviação civil? Eu diria que os aeroviários, comparando-os com o corpo humano, seriam o coração; os aeronautas, o pulmão da aviação. Essas duas cate-

rias estão tão ligados simbioticamente para o sistema de aviação, que um não trabalha sem o outro. Então, os dois são extremamente importantes. Repito: um é o pulmão e o outro é o coração. Tudo tem ligação. Tudo, absolutamente. Tudo começa em terra e acaba no ar. E termina em terra também. Então, a ligação é muito forte em todos os sentidos profissionais.

A segunda pergunta que me fizeram: como a concessão dos aeroportos pode afetar a categoria dos aeroviários? Olhem, não sendo privatizados, já atinge. As condições de trabalho dos aeroviários nos aeroportos são péssimas: é banheiro que falta, é vestiário, é bebedouro, é restaurante caro e o vale alimentação da convenção não consegue cobrir. Quando passar para a iniciativa privada, não tenho dúvidas de que isso vai piorar. Será como o ditado que conhecemos desde pequenos: por fora, bela viola; por dentro, pão bolorento. Acho que vai piorar, e muito, porque, com a empresa de infraestrutura aeroportuária, que é empresa pública, brigamos diuturnamente para que melhore as condições de trabalho, e é difícil; conseguimos, às vezes, migalhas. E vejam que se trata de uma empresa que é superavitária. Então, por aí vocês podem ver como vai piorar, em todos os sentidos, com a privatização.

Eu não queria deixar de falar, não queria terminar sem voltar ao tema da carga de trabalho dos trabalhadores aeroviários. Hoje, estamos vivendo uma verdadeira avalanche de doenças profissionais na categoria dos aeroviários por conta dos excessos de jornada. O senhor verá, Excelência, que, como foi dito aqui, os trabalhadores de pista não podem trabalhar mais de seis horas. Eles estão trabalhando. Principalmente em algumas empresas aéreas, mecânicos estão fazendo doze horas de jornada e, às vezes, mais. Digo aqui tranquilamente porque é público, estão no Ministério Público denúncias nossas. A TAM é uma empresa que pratica isso constantemente. E tenho que dizer aqui que, no dia 17 de julho de 2007, quando aconteceu o acidente da TAM, no dia e hora em que aconteceu o acidente, estávamos na mesa do sindicato patronal discutindo isto: excesso de jornada de mecânicos e demais trabalhadores, o que estava adoecendo nossos trabalhadores.

Veio o acidente, saiu CPI aqui dentro. Se vocês levantarem a situação, vão ver o meu depoimento – eu era presidente do sindicato nessa época – vão ver a concordância do Presidente da TAM sobre o fato de que havia um déficit de mecânicos. Por isso, naquele momento havia dobra. Nada mudou. Conhecem aquela música: “Nada mudou...”? Infelizmente, tenho que dizer que, muitas vezes, esta Casa atua só quando o incêndio pegou. Então, espero que esta Comissão tome medidas severas para que não tenhamos que

apagar outros incêndios. E não é só o mecânico que está dobrando. O operador de equipamento de viatura, hoje, dentro do aeroporto, aquele profissional que leva a carga para dentro do avião, no seu loader, no seu “mendex”, que puxa o avião, que leva usina até o avião para refrigerar e fazer todo o abastecimento de ar dentro da aeronave.

Esse trabalhador está saindo da aviação porque o salário é muito baixo. Aí, para ganhar um pouco mais, sujeita-se a dobrar. E é extremamente perigoso, porque está dirigindo. Seis horas é o limite, mas ele dobra doze. Então, os acidentes dentro das pistas têm sido grandes. E, quando ele bate em uma aeronave, a primeira coisa que a empresa faz, ainda que ele esteja dobrando, é rua! Rua! É assim que se comportam as empresas. Então, hoje eu me pegaria no tripé excesso de jornada-doença profissional-excesso de lucro das empresas em cima da dobra dos trabalhadores. Muitas vezes, isso não é pago nem compensado, como manda a convenção coletiva de trabalho.

A nossa regulamentação, Senador, precisa ser atualizada, mas também não é o momento. Ela tem que ser discutida com amplitude, com todos os sindicatos de aeroviários no Brasil. No momento, estamos sentindo os perigos que há aqui, dentro do Congresso. A prova está aí, o Presidente do Sindicato dos Táxis Aéreos.

Em relação aos mecânicos dos táxis aéreos, diferentemente dos aeronautas, hoje a maioria dos trabalhadores mecânicos trabalham em “missão”, ou seja, 15 dias na base da empresa e 15 dias em casa, com uma carga horária de 12 horas por dia, com duas horas de almoço. Então, não há mais nada para mexer em relação a aeroviários de táxis aéreos. Nós nos recusamos a acreditar que o Presidente do SNETA tenha vindo aqui para pedir mais sacrifícios a esses profissionais que ficam 15 dias fora dos seus lares, longe de suas famílias. Não acredito! Isso tem que ser abominado daqui de dentro. Não podemos admitir nenhuma mexida na carga horária dos trabalhadores aeroviários, sejam despachantes, sejam os mecânicos de manutenção de aeronaves.

Muito obrigada

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves (Bloco/PR – TO) – Marcelo, cinco minutos para suas considerações finais.

O SR. MARCELO ANDRADE SILVA SCHMIDT – Companheiro, vou emendar aquilo que a companheira disse, dizendo que tudo em um táxi aéreo é pior, inclusive a demissão de dirigentes sindicais.

Agora, em Macaé e na Pampulha, em Minas... Em Macaé já havia sido feito o processo eleitoral – feito até pela companheira –, e, em Belo Horizonte, eu participei do processo eleitoral junto com os companheiros

de Minas. E é assim: a Líder, quando vê que vai haver eleição, ela demite. É sumário! É rito sumário para o trabalhador! Então, não existe o diálogo social.

E é muita cara de pau vir aqui, como disse a companheira Selma, para pedir aumento de jornada. A nossa jornada, como disse o Celso, tem variações do táxi aéreo para... A convenção tem variações, mas não a regulamentação profissional. Ocorre que o descumprimento, no táxi aéreo Brasil afora, especialmente nos Estados do Norte – e a gente tem uma atenção especial com os Estados do Norte –, é mais complicado ainda. A gente acompanha as inúmeras empresas de táxi aéreo nos Estados do Norte e do Centro-Oeste, mas é complicado à beça. As condições de trabalho dos aeroviários são ainda piores, e a Líder é a pior das piores.

É isso que a gente tem que colocar; daí a nossa parceria com o Sindipetro, para ver se a gente minimiza, porque isso coloca em risco também a vida dos petroleiros. Então, a gente precisa ter uma parceria, porque, nessa questão de pré-sal, a situação vai piorar e muito. Então, a gente tem que ter muita atenção com a operação off-shore.

Então, passo a responder às perguntas.

Dentro de um contexto que vem pregando a liberalização do uso do espaço aéreo, como o sindicato imagina que será a situação dos trabalhadores e da própria aviação brasileira nos próximos vinte anos?

Olha, nós estaremos mais fortes se acreditarmos no pior. Se ficarmos acreditando que as coisas vão melhorar, que o Governo vai resolver, nós vamos estar na pior. Então, nós temos de nos conscientizar que não vão nos ajudar e que nós temos de correr atrás para tentar resolver. E, para isso, nós vamos ter que ser muito mais duros com o aeroporto privado. No caso do aeroviário, nós estamos no aeroporto; é onde a gente caminha, é onde a gente trabalha, é onde a gente está. Então, a nossa situação vai piorar e nós vamos ter que ser muito mais duros – e seremos – com os aeroportos privados. Eu já estou aqui com o cordel da “privataria” dos aeroportos, que é aquele cordel que a gente distribui nas nossas manifestações. E será distribuído no Brasil inteiro, porque o aeroporto é espaço de protesto. Vai piorar e nós vamos protestar, vamos levar esse protesto.

Nós precisamos construir o trabalho decente nos aeroportos e reverter a privatização dos céus. A Anac tem que voltar para o seu papel fiscalizador e não de proponente de políticas. E está, aí, o papel desta Casa. Não é o Presidente que tinha que bater o pênalti? Então, é o Senado, é o Governo que têm que pensar políticas para este País; não é agência reguladora. Esse não é o papel dela; as pessoas estão lá para outra coisa.

Nós somos a maioria dos trabalhadores, e o nosso objetivo, em vinte anos, é levar esse trabalho, que tem de ser mais do que decente, ele tem que ser libertador. Nós temos que dar o nosso melhor no nosso trabalho, a nossa contribuição para a logística nacional, para a indústria nacional, com o nosso melhor. E só vamos fazer isso se a gente tiver capacitação, formação e aproveitamento, como foi até colocado pelo companheiro da associação.

Qual a situação dos trabalhadores em aviação na América Latina? Como o sindicato se insere na estratégia da ITF – Federação Internacional dos Transportes?

Olha, eu fui muito duro aqui com a Anac, e corretamente, mas eu tenho que, como dei uma no cravo, dar uma na ferradura. A parte de formação e de capacitação da câmara técnica de aviação que os companheiros aeronautas e aeroviários estão construindo é um fato positivo. É um fato de diálogo. Promovemos seminários, enfim, a gente está tentando construir alguma maneira de padronizar minimamente a capacitação e a formação principalmente dos aeroviários, já que os aeronautas estão englobados por uma questão legal da regulamentação deles.

E isso é muito importante, porque, como foi aqui colocado, a questão de você não ter um mínimo de resolução de conflito para lidar com o passageiro, a falta de conhecimento da lei... Isso tudo é formação. Se você não tem formação no check-in, na área de passageiros, para conversar com o passageiro, como é que você vai lidar com ele? Ele vai estourar lá na Anac, e isso tinha que ser resolvido na companhia aérea primeiro. Se a pessoa estiver capacitada, isso é possível.

Eu acho positivo também a TAM pensar no nível de capacitação e de plano de cargos e salários, plano de carreira para os seus trabalhadores. Isso é importante a gente colocar, porque a TAM já vai ser um exemplo para a LAN, Concorro com o Foguesatto quando ele diz que o quadro é sombrio, mas que a gente tem de tentar pegar aquilo que é positivo em relação à TAM para colocar em relação à LAN.

A ITF é uma jóia! Quando a SAC abre mão da assessoria de uma federação que funciona desde 1896 e, como a Selma coloca, pulmão e coração que nascem da junção de portuário com marítimo, que, se fizermos uma relação, é a mesma relação do aeroviário com o aeronauta, ou seja, quando você abre mão disso, é uma vergonha! O que a SAC devia fazer era chamar a ITF, junto com o Senado, ajudando a ITF entrar na claqué e participar dos seus fóruns, porque era isso que deveria ser feito.

O que está acontecendo também é um relatório final das empresas em relação ao crescimento estratégico regional. E o que nós estamos buscando nessa

questão do projeto LAN e do projeto de aliança, como a gente falou aqui depois, para a América Latina e na comparação com os trabalhadores da América Latina é ter um patamar mínimo e fazer de país a país. Então, como é o aeronauta na Argentina e no Brasil? E, depois, chegar no Chile e tentar implementar a mesma coisa. Nós temos que ter uma carta mínima de direitos aqui para a América Latina.

A pergunta final: a sociedade brasileira pode se mobilizar no sentido de combater a privatização?

Esse é o exemplo argentino, que foi vitorioso; reverteu não somente a questão dos aeroportos como também da sua aviação de bandeira. É um exemplo para este País. Como foi possível isso? Com gente nas ruas, muita gente nas ruas, representação parlamentar comprometida, republicana, que pensa o País, e hay gobierno. Se no hay gobierno, como se hace? Não é possível! Se não tem governo... Uns preferem que não tenha governo, mas tem que ter governo, tem que ter planejamento. E não é planejamento para quatro anos; é planejamento de dez, de vinte, de trinta anos. E nós vamos dar a nossa contribuição.

Vou fechar aqui com a questão dos APACs e dos DTs. A gente está pedindo à Anac a regulamentação para essas funções. É prova pára vida; é atualização anual; não esse comércio ou essa bagunça que está aí. Então, como se trata o mecânico, tem que se tratar o profissional de segurança da aviação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem, Marcelo.

Com a palavra o Comandante Paulo Licati, pela Abrapac, para as suas considerações finais.

O SR. PAULO LICATI – A primeira pergunta dirigida à Abrapac foi a Seguinte: quais os principais problemas que os pilotos enfrentam hoje em sua relação com a Anac?

A maioria dos pilotos da Abrapac são pilotos de linhas aéreas, embora sejam pilotos de aviação civil. Então, na verdade, nós não temos esse relacionamento direto com a Anac. Tudo isso é feito pelas empresas aéreas. Eu não teria muito que falar nesse sentido, mas um dos grandes problemas que vem sendo relatado é o da avaliação lingüística, a prova de inglês. Como já comentei, a prova é da Ical, e o pessoal tem feito essa prova fora do País e ela não está sendo aceita aqui. Então, a Anac está tentando, junto à Abrapac, reverter essa situação para facilitar as coisas para os pilotos.

Outro problema é para quem usa o sistema de aviação das linhas aéreas direto com a Anac e tem que fazer um pedido de check de PLA. O piloto, mesmo que ele voe dentro de uma linha aérea, se ele quer fazer o seu check de PLA usando um outro tipo de avião, para

estar pronta a carteira dele de piloto de linha aérea, tem relatado dificuldades, dizendo que os funcionários da Anac não têm conhecimento do RBH-61 – o pessoal que trabalha nessa parte de habilitação – ou então estão interpretando erroneamente. Isso foi percebido, e é uma reclamação que o pessoal está fazendo. Parece que falta experiência ou treinamento para esse tipo de informação, perdendo horas de voo dos tripulantes, enfim, tem como comprovar isso aí.

E, também, quando tem que pagar – e hoje não sei quanto custa um check para PLA em um avião normal –, mas estão reclamando de taxas absurdas aí e, para quem tem que tirar o dinheiro do bolso para pagar essas taxas. Reclamam que está muito caro.

Outra pergunta: como está a situação dos checks e re-checks de treinamento? Se o atendimento da Anac para a categoria dos aviadores vem melhorando.

Bom, é como eu falei, na Abrapac, nós temos experiência de linha aérea. Infelizmente, essas duas perguntas estão remontadas, estão remontado com as empresas aéreas, a gente não tem... geralmente sai na escala, a gente vai lá e cumpre. Simplesmente é isso aí.

“Como a Abrapac vem atuando junto aos órgãos que administram a aviação brasileira e quais têm sido, efetivamente, as medidas tomadas pelos mesmos?” A Abrapac está procurando se integrar, se aproximar aqui do Senado, junto com a Anac, junto com a Infraero. Há problemas de estacionamento que nós tivemos, através dos associados. Por exemplo, quando um tripulante chega ao aeroporto para trabalhar, pode ser que, ao chegar, não tenha lugar no estacionamento. Já começa daí o estresse antes do voo. Isso aconteceu há um tempo, eu não sei por que cancelaram um monte de vagas dos tripulantes nos estacionamentos, e foi um caos danado, porque havia gente que não tinha lugar onde estacionar; não tinha onde deixar o carro; foi um caos. São trabalhadores, e não tem jeito, não dá para deixar o carro na rua, ao lado do aeroporto. No aeroporto de Guarulhos, por exemplo, vai deixar onde? Na estrada? Então, uma coisa puxa a outra; às vezes, uma simples ação da Infraero, uma falta de compreensão gera um problema de segurança operacional, segurança de voo.

Então, a Abrapac está procurando, através de todas as reclamações dos pilotos, prosseguir junto aos órgãos do Governo, para que possam procurar minimizar esses problemas.

Eu também queria fazer somente uma consideração. Acerca da última fala que tivemos, a do Brigadeiro, chamo a atenção de que nós temos um problema gerencial seriíssimo na aviação. Como foi falado pelo Brigadeiro, acho que se deveria reforçar isso aí. Foi dito que temos excelentes profissionais na aviação,

porém a parte de gerência e de diretoria, acho, entre todos os setores da aviação, estão deixando a desejar.

A gente deveria lembrar também quais são as três maneiras que você autoriza o serviço aéreo, que é através de concessão para empresas aéreas, e, segundo a Constituição, concessão precisa de licitação. Eu nunca vi na minha vida falar em licitação de uma linha aérea. E aí a gente começa a ver que, se a gente for puxar todos esses problemas que estamos discutindo, já vêm daí. Como é que se concede uma linha aérea no Brasil? Deveria ter uma licitação? Então, diz a Constituição que teria que ser tratado dentro do Código Brasileiro de Aeronáutica. Mas até então nós não temos nada claro. Então, às vezes, há as “reservas de mercado” das empresas e cada um age como quer, porque está dono do pedaço. Então, se estiver dentro da lei, dentro da Constituição federal, se seguir o que está lá, a gente já resolve 50% dos problemas da aviação. Os outros são a autorização para funcionamento de táxi aéreo e permissão de voos charters.

Bom, eram essas as considerações da Abrapac. E eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Obrigado, Paulo, pela presença e pela fala.

E agora, para as considerações finais, o Presidente da Associação dos Servidores da Anac, companheiro Carlos Montino.

O SR. CARLOS MONTINO DE OLIVEIRA – Primeira pergunta: “No tocante a existência de cargos comissionados de outros órgãos dentro da Anac, quais os efeitos dessa conduta com relação à operacionalidade da Agência?”

Imagine, a Anac teve cinco anos para preparar os novos serviços, para que a transferência de conhecimento fosse passada. Mas, até hoje, seis anos depois, há pessoas da Infraero com CCT (cargo comissionado técnico) que, em tese, podem ser destacadas para uma missão de fiscalização até no aeroporto e podem ser líderes do grupo, em detrimento de especialistas ou técnicos em regulação que foram concursados exatamente para isso. Além de ser um órgão regulado, poderia ter essa ascendência por causa desse cargo comissionado técnico.

Falei várias vezes aqui sobre cargos comissionados. Em relação a isso, não é que nós servidores estejamos exigindo que isso seja dado para o servidor. Na verdade, esse CCT, que varia de R\$800 a R\$3.000,00, está servindo mais para desagregar pessoas, despertar a cobiça de alguns para praticar exatamente aquilo que nós não aceitamos. Nós, como associação dos servidores, preferiríamos que isso fosse alguma coisa mais regular. Isso está sendo tratado em outros órgãos, outras associações e sindicatos no sentido de

que se deve rever. Isso é uma coisa estranha, a Infraero tendo essa designação com cargo comissionado.

Outros órgãos dentro da Anac – e eu posso citar também a SAC – não tem cargo comissionado na Anac. Mas, infelizmente, a Anac suporta a SAC com recursos da própria Anac, com diárias, passagens, salas, telefones, automóveis. É a Anac quem está custeando isso, o que irá refletir depois na auditoria – não vou falar nem em fiscalização, mas na auditoria. Em alguns meses, faltam recursos para essa auditoria, que nós consideramos fraca e muito limitada. Chega hoje a uma quantia de R\$500 mil que a SAC usou de recursos da Anac e ainda não reembolsou.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS MONTINO DE OLIVEIRA – Usa recursos da Anac, como salas; deveria dividir o aluguel do prédio lá no Rio de Janeiro, por exemplo; passagens, diárias, telefones e carros disponibilizados pela Anac, e é a Anac quem paga. Chega a um montante, hoje, de quase R\$500 mil e não foi reembolsada ainda, o que reflete, algumas vezes, na própria auditoria, que consideramos fraca. Mas algumas deixam de ser executadas por falta de recursos. Isso acontece.

“Qual a relação desses cargos comissionados de outros órgãos com relação a um servidor da Anac, destacado para essas coisas?”

É óbvio! Um servidor concursado para Anac deve ficar lá pelo menos 35 anos. Os mais novos começaram a trabalhar agora, então, é óbvio que ele deve se ater à responsabilidade dele e ao que está previsto na regulamentação. O que não podemos dizer é que a mesma coisa acontece com essas outras pessoas de outros órgãos. Isso não quer dizer que sejam desonestas, mas estamos falando de compromisso, e, com certeza, o servidor concursado deverá ter muito mais, porque ele tem que ficar lá por 35 anos.

“A Anac se tornou, realmente, uma agência civil?”

Se nós formos falar de processo, muita coisa mudou com relação ao que era no DAC para hoje. Mas, com relação à atitudes internas, com relação ao clima organizacional, não mudou quase nada; realmente não mudou quase nada.

A Anac, por ser uma agência civil, teve muitos avanços em relação ao DAC – e eu participei dos dois. Eu vou citar alguns bem rapidamente aqui, que ajudam ao nosso usuário. Nós colocamos o processo eletrônico para emissão de carteira de piloto; manda tudo pelo computador. O que nós sabemos que não atende a todas as regiões do Brasil – imagine pegar um piloto lá do interior de qualquer Estado, que não tem uma Internet banda larga, para ele mandar a cópia de uma identidade, seria um problema muito grande – e

depois, como é que a gente controla qualidade desse processo. Mas temos isso, é um avanço.

Temos o 0800 – no DAC nunca se falaria numa coisa dessa.

Ouvidoria. Ouvidoria era um Brigadeiro, uma pessoa que estivesse lá e que pudesse atender você, que conhecesse ele, que poderia resolver algum ponto específico. Se você não tivesse, não tem ninguém. Hoje, a Anac tem isso.

Temos servidores mais capacitados do que os anteriores. Se precisar de servidor para ocupar algum cargo importante dentro da Anac, que seja oriunda do ITA, por exemplo, que é uma grande instituição nacional, nós temos mais ou menos uma dúzia de servidores com capacitação pelo ITA; temos dois doutores: temos mestres; muito diferente do que havia no DAC.

O nosso processo de multa e junta recursal, que existe hoje na Anac, quando eu trabalhava lá no DAC não existia; era uma pessoa que dava o parecer: multa ou não multa; e multa em R\$200, R\$300. Era isso que tinha, não havia junta recursal. Inclusive, auto de infração nós só fomos usar no DAC – que ele passou para o comando do Ministério da Aeronáutica em 1941 – lá pelos idos de 1990, que foi chegar lá na ponta do servidor que trabalhava lá no aeroporto; em 1990 chegou um auto de infração, mas ainda continuava sendo julgada por pessoa no Rio de Janeiro, passava por todo o caminho, poderia ser separado em dois processos, mas lá no final era só uma pessoa que julgava. Hoje, a Anac tem isso.

Nós colocamos um sistema chamado DCERTA, que fiscaliza eletronicamente a aviação geral no Brasil todo, o que está dando trabalho à beça para os pilotos, que precisam mandar e-mail para nós. Eu sou um daqueles que tratam desse assunto. Isso não é suficiente, porque é eletrônico. Pode-se dar a informação que bem se entender.

Nós esperamos que, num futuro breve, haja alguém lá na ponta, no aeroporto, para “linkar” essas duas partes. Eletrônica é uma coisa: está ali, vai olhando, analisando se está errado. Mas é preciso ficar alguém lá, com o sistema eletrônico na mão, com esse DCERTA, para verificar que pousou, veio de tal lugar. “Você é o piloto que saiu de lá, que está registrado no DCERTA? Deixe-me ver se é”. Não existe isso.

Há, hoje, uma novidade que, depois de seis anos, está em andamento: o mapeamento de competências a cargo de uma superintendência específica para isso, a Superintendência de Capacitação e Desenvolvimento da Anac. Só agora estamos desenvolvendo isso, depois de seis anos de Anac.

Então, há alguma diferença do que era o DAC, Departamento Militar, para a agência civil. Realmente

houve muitos avanços, mas o clima, a forma de tratar, a forma de receber opiniões, críticas não mudou. Simplesmente não mudou. Algumas piores, outras mais ou menos, mas não mudou.

Em relação ao fechamento das regionais da Anac, que, antes, atendiam a diversas regiões do Brasil, a ausência delas tem influenciado no atendimento aos usuários? Sim. No nosso entender, sim, como falou o colega Marcelo aqui, e eu participei disso.

Um 0-800 ou uma Internet, uma ouvidoria pela Internet não resolve o problema do passageiro na hora, o que, às vezes, é simples. Eu participei de muitas questões simples. Bastaria pagar um táxi, um hotel, fazer o endosso o bilhete, mas a empresa, por economia pequena, não fazia isso, que é um direito previsto na legislação. É uma coisa incrível. Todos os profissionais, todos sabem dos seus deveres, mas, na hora de conceder: “Não. Isso aí o dono não quer, o gerente não quer, o diretor...” Parece que acontece a mesma situação em diversas instituições. Acho que nós somos formados pela mesma escola. Não sei o que acontece.

Haveria pessoal suficiente para promover a sua abertura? É claro que não. Não há! Não há pessoal para completar o quadro que a lei de criação previa quanto mais para reinstalar, com essas novas funcionalidades. Se formos inteligentes o bastante e colocarmos pessoas e sistema eletrônico juntos, com a capacitação necessária, Senador, provavelmente alcançamos muitos avanços. Talvez não seja possível cobrir todos os aeroportos inicialmente, mas, com certeza, haverá muitos avanços, sim.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Só um aparte.

O SR. CARLOS MONTINO DE OLIVEIRA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Com relação ao déficit no quadro de pessoal, você tem condição de nos fornecer por categoria, para que possamos colocar no nosso relatório a quantidade por setor? Se não tiver no momento, pode nos encaminhar depois.

O SR. CARLOS MONTINO DE OLIVEIRA – Tenho aqui, Senador. Por acaso eu trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – É importante.

O SR. CARLOS MONTINO DE OLIVEIRA – Contamos com a participação do Tribunal de Contas da União, no ano passado, lá na Anac.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Porque me parece que há um déficit em torno de 700.

O SR. CARLOS MONTINO DE OLIVEIRA – Quase 700 funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Onde eles seriam alocados? Em qual setor da Anac? É importante.

O SR. CARLOS MONTINO DE OLIVEIRA – Não é essa.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Não tem problema. Depois, você encaminha.

O SR. CARLOS MONTINO DE OLIVEIRA – Não tenho, não. Mas eu deixo com o senhor já essa...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Pronto. Fique à vontade. Depois você encaminha. Só para contribuir com esta Subcomissão no sentido da sugestão que nós iremos apresentar.

O SR. CARLOS MONTINO DE OLIVEIRA – O TCU fez esse trabalho, que vou localizar e entregar para o senhor.

Esse déficit de especialistas e técnicos em regulação chega a um total de quase 700. São uns 300 especialistas e uns 400... Ao contrário. São 400 especialistas e uns 200 técnicos em regulação, mais ou menos. Mas eu tenho esse dado bem detalhado aqui por categoria.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Podemos ficar?

O SR. CARLOS MONTINO DE OLIVEIRA – Sim. Pode até ficar com esse. Fiz umas anotações aí.

O TCU fez um trabalho bem profundo na Anac com relação à operação da Anac como um todo. Só senti falta de um item, porque não constou do relatório outra consultoria que houve na Anac. Por quatro meses, pagamos à empresa de auditoria Ernst & Young. Esse relatório foi classificado como confidencial, e poucos servidores tiveram acesso a ele. Mas os que tiveram me contaram que não há nenhuma sugestão de fechamento de decréscimos de serviços da Anac em vários Estados. Mas não temos acesso ainda a esse documento. Não dá para confirmar isso, mas isso aconteceu, e o TCU poderia ter aprofundado isso, mas não o fez. Está bem detalhado aí.

Qual a visão do servidor da Anac quanto à função de Estado da mesma? Quais as políticas públicas que a Anac poderia propor para a aviação e qual cooperação poderia haver com a SAC?

A função de Estado da Anac, que tem a ver com isenção, estabilidade, segurança para cumprir as suas funções básicas que são a segurança operacional, nós não temos ainda. Não vemos esse fruto. A Anac não funciona ainda como agência de Estado. Nós consideramos que não há a independência de que precisamos, a pressão de empresas aéreas nós consideramos que existe e que não é fraca, a SAC, que tem função de propor políticas públicas inclusive quanto à aviação regional, fazer convênios com o Procon, jui-

zado especial nos aeroportos, poderia ser muito bem vinda com relação a quantidade efetiva e colocaria no aeroporto. Se houvesse um convênio com o Procon, juizados especiais, onde não houvesse Anac, Procon ou juizado, a reclamação de lá mandaria uma cópia para a Anac. Onde tivesse Anac, não tivesse Procon ou juizado, a reclamação do passageiro mandaria uma cópia para lá. Daria para fazer essa integração só que isso é realmente de alto nível e como eu disse aos senhores os servidores não tem o trato desses assuntos.

Quinta pergunta: tem havido uma supervalorização das políticas econômicas dentro da agência em detrimento da segurança? Pensamos que sim. Demasiadamente é destacado que a Anac, em vez de se preocupar exclusivamente com segurança operacional, tem a preocupação de punir a empresa por alguma coisa que ela deixou de fazer. Por isso que a quantidade de auditorias é muito mais evidente do que a fiscalização. Pensamos que a Anac, com relação a economia das empresas, deveria ter a função básica de conhecer a economia das empresas para que essa economia não diminua a ponto de prejudicar a segurança operacional. Não tem nada a ver com regulação de mercado, quem está ganhando, quem está perdendo, quem está tendo prejuízo, quem está tendo lucro. Acho que deveria ser essa a visão da Anac. Se a empresa não tiver capacidade financeira de se manter, ela tem que reduzir mesmo. E a obrigação da Anac como agência de Estado deve estar atenta a isso porque não adianta crescer indefinidamente, sabendo que cada avião que entra precisa de recursos humanos capacitados para atender essa aeronave e para isso precisa de dinheiro, precisa de recursos. Se a Anac visse que isso não está sendo atendido, deveria reduzir porque é incompatível aumentar a grandeza da empresa e diminuir a quantidade de recursos financeiros da empresa. Essas coisas não combinam, nunca vão combinar. Sendo uma agência de Estado com mais fortalecimento da sua estrutura, isso poderia ser mais aplicado.

Imaginemos, por exemplo, o aeroporto de Congonhas. Todos sabemos que não é tão seguro... É seguro, tem os limites, está dentro dos limites, mas não é um limite folgado. As empresas, daqui a algum tempo, poderiam dizer: vamos aumentar os lotes para cinquenta por dia. Nós queremos, precisamos e os passageiros querem. Quem deveria breicar isso? A Anac. Não tem condições, não dá. Vocês querem, vocês desejam, vocês precisam até. É melhor do que Guarulhos, mas se não tivermos essa força vão aumentar de pouquinho em pouquinho porque a pressão externa não é fraca.

A segurança operacional é um problema também na Anac, nós deveríamos ver a segurança operacional como o papel principal da agência. Nós temos certa

compartimentização na agência, parece que é só um setor que cuida desta segurança operacional. É como na empresa aérea: quem manda mais é a divisão de segurança operacional da empresa aérea porque tem mais recurso financeiro, tem mais pessoal, tem mais tudo. Também acontece na Anac. Na verdade, a segurança operacional tem que estar na navegabilidade, na infraestrutura, na superintendência de segurança operacional, na superintendência de regulação econômica, inclusive, na área meio, porque nós precisamos deles para nos manter; é diária, é passagem, é transporte, e nós não temos pessoal para atender tudo isso. Realmente está muito prejudicado. Uma área muito sensível, que precisa de pessoal, é a Superintendência de Administração e Finanças da Anac. Precisa de muita gente capacitada, com conhecimento de finanças e organização para dar suporte a gente. Não temos isso.

A centralização da segurança operacional em uma superintendência entendemos que prejudica muito a ação global da agência. Não tem que ficar centralizado. Não é um só responsável pela segurança operacional da agência. Chega a causar certo ciúme quando se mexe e se tenta entrar nesse assunto para segurança operacional só de um setor: "Só eu mexo nisso, e você não dá opinião, nem vai fiscalizar, nem vai atuar, nem nada". Isso prejudica a agência como um todo. É uma separação muito clara lá dentro. Tem dono, tem dono. Como eu disse, a Anac é uma entidade civil em processo, em novidade, sim, mas em clima, em atendimento, em interação entre setores e entre pessoas não, não é.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS MONTINO DE OLIVEIRA – Exatamente. Esse clima incrível funciona. Tanto é que eu falei sobre a capacitação, que é uma coisa prevista em lei, em decreto, em regulamento, em portaria. Temos um programa de capacitação e mapeamento de competência agora em andamento, mas ainda é prêmio ou castigo. Não pode. Em seis anos a gente já devia ter modificado isso. Com dois anos de associação, agora a gente vai ter um pouquinho mais de voz para, pelo menos, mostrar isso e confiar na Comissão do Senador Vicentinho Alves para que leve isso e resolva. Que nós resolvamos isso.

A Anac tem acolhido a opinião ou orientação de seus servidores para construção de um plano de carreira ou a para administração e planejamento de políticas da Anac?

Bom, no alto nível, com certeza não, não tem. Nosso acesso, graças a Deus, com o Diretor Marcelo Guarany, tem sido muito bom. A Associação tem conversado com ele de maneira livre e tranqüila. Tivemos

duas reuniões muito francas, muito abertas. Não vimos, ainda, os frutos, mas, pela abertura que ele nos deu, nós confiamos que vamos continuar com esse acesso e apresentando nossa proposta. Uma das coisas que ele conseguiu fazer – vejam os senhores – inspac pilotos, que são os que fiscalizam, que fazem o check de voo.

Alguns colegas reclamaram falta de pilotos da Anac.

Nós temos falta, realmente, de piloto para atender toda a demanda de táxi aéreo, de piloto privado, de piloto de linha aérea e tal, mas, por outro lado, não é tanto assim. Nós temos pilotos na Anac que, graças à ação da Associação e a abertura do Diretor Marcelo Guarany, não... Havia pilotos na Anac que não faziam check. Era o castigo, praticamente um castigo, o piloto não fazia check, estava fora da escala, porque criticou, porque não atendeu, porque não fez daquele jeito. Estava fora da escala. Muitos deles entraram na escala. Agora já estão uma semana em alguns lugares...

Companheiros que estão fazendo esse trabalho e que não o faziam antes me relatam isso, como representante da Associação. Quero deixar claro que não estou falando em nome de Carlos Montino; estou falando em nome dos servidores da Anac, são inputs que recebo de cada um. Coloquei tudo num papel, tudo na transparência. Coloquei para visão de todos. É um sentimento coletivo.

Estou falando, Senador, não é... Eu passei por algumas coisas, mas não tem nada a ver com a temática aqui.

Esses servidores me passaram tudo isso e esses que estão nessa missão, que não estavam antes, têm me falado: “Montino, dá pena ver a situação do colega. Está aqui há três meses esperando um inspac para fazer o check desse companheiro para que ele trabalhe, ou volte a trabalhar, ou continue no emprego dele, e só agora está saindo”.

É uma pena. Os colegas estão lamentando muito, mas só há pouco tempo agora que conseguimos furar esse bloqueio, que “é só meu, é meu lugar, só eu que mando aqui”.

Agora eles estão atendendo com mais liberdade essa demanda de check de pilotos. Sobraram, ainda, alguns pilotos. Temos um piloto, um dos mais experientes da aviação civil, foi Varig, tem mais de vinte mil horas de voo, ele não está fazendo check, ele está encostado em algum canto por lá, não está fazendo o check. Eu gostaria até que ele nem fizesse check, ele está perto de aposentar. Mas no pouco tempo que ele tem de Anac, ele tem que passar essa experiência para os novos que estão trabalhando, que estão chegando agora, pilotos com quinhentas horas de voo, quinhentas e poucas, trinta horas de voo e que querem crescer.

E esse colega tem mais de vinte horas de voo e está encostado. Está acostumado a viagem internacional, Varig, e não está nem atuando nem ensinando aos colegas que temos prontos. Além de colegas prontos, Senador, que estão prontos para fazer essa missão, nós temos colegas que têm interesse em participar dessa missão. Mas se você saiu daquele setor e foi para outro, você devolve a carteira de Cistac e fica lá guardado, vai carimbar papel, vai carimbar as carteiras de licença.

Temos essa situação e esperamos levar com o tempo e conseguir mais abertura e colocar todos os colegas que têm capacidade de fazer check junto com aqueles que têm interesse em participar dessa missão e furar esse bloqueio, utilizando, inclusive, a possibilidade de capacitação dos servidores interessados em se qualificar como piloto – há uns que têm PP, outros que estão quase chegando a PC – e utilizar as aeronaves que a própria Anac, que possui uma grande quantidade, centenas delas por aí. Temos cinco, lá em Jacarepaguá, que estão quase um ano paradas, sem uso privado e sem uso da instituição.

Temos algumas questões difíceis de tratar, difíceis de levar para cima e difíceis de ver o resultado. Mas nós temos essa dificuldade.

A Anac tem acolhido opinião? Não, não tem. Temos problemas na carreira? Sim.

Dependemos de uma simples regulamentação interna para promoção na carreira, a maioria de todas as outras agências já tem, nós ainda não temos. Precisamos de foco na carreira. Com esse mapeamento de competência que está acontecendo agora, provavelmente o foco na carreira vá aparecer. Mas, depois de seis anos de Anac, não deram conta desse recado, dessa necessidade de capacitação e reduziu-se a quantidade de recursos financeiros que o próprio Governo disponibilizou para a Anac desde o início, e hoje nós temos dois problemas: não temos o dinheiro, não temos o foco na carreira ainda implementado e não temos os cursos acontecendo à medida que precisamos dele.

É isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Cumprimos os agentes de saúde que se encontram aqui presentes, na pessoa da Presidente da Confederação de Agentes de Saúde do Brasil, a Sra. Ruth Brilhante. Sejam bem-vindos.

Também cumprimos o Deputado Paulo Roberto, do meu Estado, Tocantins, o Sr. José Tavares, o meu filho Tiago, o Dr. Thales, advogado também da nossa Palmas, assim também como o Vereador Osvaldo Bernardes, da nossa pequenina, mas sempre simpática cidade de Nova Rosalândia, e seu irmão, o Vicente.

Portanto, antes de encerrarmos a presente reunião, quero agradecer mais uma vez e registrar a importância dos senhores debatedores que vieram contribuir, e muito, com esta comissão. A todos que estiveram presentes durante esta audiência pública, a imprensa, os servidores da Casa, assessores, enfim, a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, com esta audiência pública os nossos agradecimentos.

Convoco os Srs. senadores para a próxima reunião a realizar-se no dia 29 de maio de 2012, terça-feira, neste plenário, às 14 horas, para debatermos – aí já é outro assunto – sobre a manutenção de aeronaves, com os convidados: o Sr. Manoel Quaresma, da Helisul Táxi Aéreo; Antônio Ivaldo Machado de Andrade, Gerente de Manutenção da Líder Aviação; Alessandra Azeredo Coutinho Abrão, Proprietário – Voar/Globo Aviação; e Celso Faria de Souza, Engenheiro Mecânico Aeronáutico graduado pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA.

Portanto, concluindo, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 17 horas e 25 minutos.)

ATA DA 13ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e treze minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Flexa Ribeiro**, Vice-Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a presença dos Senadores **Vicentinho Alves**, **José Pimentel** e **Valdir Raupp**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica o recebimento do Ofício nº 2826/2012, da Secretária de Estado de Infraestrutura do Governo do Estado do Amazonas, Waldivia Ferreira Alencar, encaminhando cópia do Plano Aeroviário do Estado do Amazonas. Passa-se à pauta, quando o Presidente convida a tomarem assento à Mesa os expositores: **Alessandra Azeredo Coutinho Abrão**, Proprietária da Voar/Globo Aviação; **Celso Faria de Souza**, Engenheiro Mecânico Aeronáutico; **Antônio Ivaldo Machado de Andrade**, Gerente de Manutenção da Líder Aviação; e **Salvador Coutinho**

Rodrigues, Auditor de Qualidade da Helisul Táxi Aéreo, em substituição ao Senhor Manoel Jesus Quaresma da Silva, Inspetor de Manutenção da Helisul Táxi Aéreo, que, tendo sido convidado, justificou ausência. O Presidente informa que a presente reunião destina-se a debater a manutenção de aeronaves, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2012-CISTAC. O Presidente concede a palavra a cada um dos expositores. O Presidente registra a presença do Senhor Jackson Oliveira, da Aviação Executiva da TAM; do Senhor Luis Henrique, da Aviação Executiva da TAM; da Senhora Thaís Portilho, do SNEA – Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias; do Senhor Olimar José Costa, da ANAC; do Senhor Roberto Maul, Chefe de Divisão da Gerência de Aeronavegabilidade da ANAC; do Senhor Mário Igawa, Gerente Geral de Aeronavegabilidade Continuada da ANAC; da Senhora Ilma Lima, Chefe da Assessoria Parlamentar da ANAC; e do Senhor Tiago Skaf – Compromisso Empresarial para Reciclagem. Às dez horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente em Exercício, Senador **Flexa Ribeiro**, passa a presidência ao Senador **Vicentinho Alves**. Os expositores respondem questionamentos. O Presidente concede a palavra ao Senhor Mário Igawa, Gerente Geral de Aeronavegabilidade Continuada da ANAC. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vicentinho Alves**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciamos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunico o recebimento do Ofício nº 2.826, de 2012, da Secretária de Estado de Infraestrutura do Governo do Estado do Amazonas, Waldivia Ferreira Alencar, encaminhando cópia do Plano Aeroviário do Estado do Amazonas.

Passemos à pauta.

Antes, convido para tomarem assento à mesa os convidados de hoje para a audiência pública da Subcomissão de Aviação Civil do Senado sobre oficinas de manutenção.

Convido a Sr^a Alessandra Azeredo Coutinho Abrão, proprietária da Voar/Globo Aviação; o Sr. Celso Faria de Souza, engenheiro mecânico aeronáutico; o Sr. Antônio Ivaldo Machado de Andrade, gerente de manutenção da Líder Aviação e o Sr. Salvador Coutinho Rodrigues, auditor de qualidade da Helisul Táxi Aéreo.

A presente reunião destina-se a debater a manutenção de aeronaves em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2012, CISTAC, que estabelece a realização de um ciclo de audiências públicas para discutir políticas públicas para a aviação civil brasileira.

Eu quero, antes de começar a ouvir os nossos convidados, agradecer o atendimento ao convite da subcomissão, prontamente atendido por todos os senhores e senhoras.

Informo que, para melhor andamento dos trabalhos, cada um dos senhores e senhoras terão o tempo de dez minutos, prorrogável por mais cinco, para expor a palestra que irão dar aos Senadores componentes da Subcomissão da Aviação Civil da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Eu vou conceder, na ordem que tenho aqui dos convidados, primeiro, a palavra à Sr^a Alessandra Azeredo Coutinho Abrão, proprietária da Voar/Globo Aviação.

Com a palavra a Sr^a Alessandra.

A SR^a ALESSANDRA AZEREDO COUTINHO ABRÃO – Bom dia, senhores e senhoras aqui presentes, eu queria fazer uma apresentação.

Enquanto não começa a apresentação, vou dar início a alguns tópicos aqui. Primeiramente, gostaria de agradecer o convite e salientar a importância deste momento e desta comissão para a aviação geral, para a aviação no Brasil e para o setor de manutenção aeronáutica.

Passar para o próximo, por gentileza.

O primeiro tópico que eu gostaria de mencionar é a insegurança jurídica causada pelo atual modelo de concessão aeroportuária adotado pela Infraero.

Atualmente, as empresas que se situam, que foram montadas nos aeroportos federais obtiveram contrato de concessão diária com a Infraero, por determinado período, e esse contrato por muitos anos foi renovado por igual período. E há dois anos o TCU, investigando a Infraero com relação aos contratos comerciais, adotou a mesma postura para os contratos de natureza operacional, o que causou o fechamento de inúmeras empresas. Depois, com a adoção da Resolução 113, quando a Anac criou a Resolução 113, uma série de medidas foram tomadas, tardiamente, o que causou o fechamento de uma série de empresas e até hoje não há uma política clara com relação à renovação das concessões.

Um dos aspectos dessa resolução é que ela beneficia apenas as empresas prestadoras de serviço aéreo público.

Ponha o próximo tópico, por favor.

Com isso, as empresas de manutenção, que não são enquadradas nessa categoria, não são privilegiadas por essa medida. Uma das medidas práticas é incluir essa pauta colocando as empresas prestadoras desse serviço como prestadoras de serviço aéreo público na reforma do CBA.

Próximo, por favor.

Ainda sobre esse tópico de concessão de áreas, a Infraero adotava a Portaria 774, do gabinete ministerial, e com a revogação dessa portaria não houve a criação de uma tabela, uma parametrização de valores para a concessão de novas áreas.

Próximo, por favor.

A Infraero tem a missão de fomentar a atividade aeronáutica no País, de criar pólos de manutenção, de criar pólos de aviação geral e inclusive para a aviação comercial. Mas ela, em detrimento da aviação comercial, está deixando a desejar a aviação geral.

Por exemplo, nenhum pólo de manutenção foi criado no País nos últimos vinte anos. Hoje, não existe área disponível para criação de empresas de manutenção na região Nordeste, que é uma região extremamente carente de empresas no segmento.

Anteriormente, a administração local da Infraero tinha autonomia para fazer projetos, viabilizar contratos, assinar contratos. Hoje isso tudo foi centralizado pelas regionais, e nesses departamentos das regionais cuida-se tanto de contratos, da aquisição de serviços, de licitações de compras, de licitações de diversas naturezas e da própria concessão aeroportuária.

Ou seja, o mesmo departamento cuida de comprar insumos e suprimentos em geral e conceder áreas, viabilizar projetos. É o mesmo departamento que cuida de estacionamentos de veículos, porque em determinados aeroportos a Infraero ainda insiste em administrar inclusive estacionamentos de veículos. Com isso, as atividades de aviação geral, as atividades acessórias da aviação ficam deixadas de lado.

Outra necessidade que percebemos ainda com relação à infraestrutura aeroportuária, ...

Volte, por favor.

... é que vários aeroportos federais, aeroportos de porte, aeroportos categorias 1 e 2, que têm a classificação mais cara de tarifa, não são equipados com sistema de LS, VOR, etc., o que impede, por exemplo, as empresas de fazerem uma série de testes.

Pode passar para o próximo.

Com relação à Anac, um dos problemas que as empresas vêm enfrentando é a falta de isonomia por

parte das gerências em determinados assuntos. Um exemplo claro disso: uma empresa que é subordinada à gerência de São Paulo tem autorização para realizar inspeções anuais fora de base, enquanto empresas da região central, da região Centro-Oeste, que é subordinada à gerência de Brasília, não conseguem essa mesma autorização.

Próximo.

Outro problema que as empresas vêm enfrentando com relação à Anac é a demora para atendimento a requerimentos de voo de experiência e traslados, que às vezes chega a mais de mês.

Uma das razões de isso acontecer é porque fecharam aquilo que a gente chamava das antigas SACs, Secretarias de Aviação Civil, que ficavam baseadas nos aeroportos. Com o fechamento dessas SACs, houve uma dificuldade muito grande, inclusive, de se protocolar documentos, de pedir exame médico, de pedir renovação de carteira de piloto e os próprios requisitos que a atividade de manutenção demanda.

Uma das sugestões é que se avalie a necessidade de reabertura desses postos de atendimento da Anac.

Necessidade de padronização das regras com relação a aeronaves que operam no exterior e no Brasil. Por exemplo, aeronaves que têm restrição de ruído, que podem voar em diversos locais do mundo, que são autorizadas a voar conforme as normas do FAA, voam nos Estados Unidos, voam em todas as Américas, elas não podem mais voar no Brasil.

Próximo.

Dissonância entre as atribuições do Cenipa e da Anac quando da ocorrência de acidentes e incidentes aeronáuticos. Tanto o Cenipa quanto a Anac, ambos estão investigando os mesmos acidentes. São procedimentos paralelos, porém com focos antagônicos. O Cenipa sempre investigando com foco na prevenção de acidente.

A Anac está adotando uma postura em que se procuram culpados. Isso foi evidenciado nas últimas vistorias realizadas pela Anac em diversas empresas.

Próximo.

Necessidade de a Anac acatar sugestões emitidas por público/usuário capacitado no assunto, em suas consultas públicas.

É de conhecimento dos senhores que a Anac disponibiliza via web todos os seus novos regulamentos, as modificações no regulamento. Colocam-se formulários em que o público em geral pode dar suas opiniões. Essas opiniões não estão sendo consideradas e as justificativas apresentadas não se diferenciam em nada das justificativas inicialmente propostas.

Um exemplo disso é a recente mudança do RBC 43. Inclusive esse RBAC autoriza pilotos privados a

realizar manutenção de aeronaves LSA, o que pode caracterizar risco à segurança de voo.

Próximo.

E principalmente necessidade de que reuniões com autoridades tanto da Infraero quanto da Anac tenham efeito prático. O que se espera desta Subcomissão é que isso venha a mudar esse cenário.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Eu quero agradecer à Sr^a Alessandra Azeredo Coutinho Abrão, proprietária da Voar/Globo Aviação, e quero registrar e agradecer a presença do Sr. Jacson Oliveira, da Aviação Executiva da TAM; do Sr. Luiz Henrique, também da Aviação Executiva da TAM; da Taís Portilho, da SNEA, Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias; do Olimar José Costa, da ANA (Associação Nacional dos Aeronautas); do Sr. Roberto Mauro, da ANAC; do Sr. Mário Igawa, da ANAC.

Vamos passar então a ouvir agora o nosso convidado Sr. Celso Faria de Souza, engenheiro mecânico aeronáutico.

Com a palavra o Sr. Celso Faria de Souza.

O SR. CELSO FARIA DE SOUZA – Muito bom dia aos senhores.

Inicialmente, eu gostaria de falar sobre a análise dos processos de forma regionalizada. O que ocorre? Atualmente, a Anac tem foco em três grandes centros: São Paulo, São José dos Campos e Rio de Janeiro. Então, como diversas vezes nós nos miramos no exemplo americano, eu acho que seria de muita valia para o sistema de aviação brasileiro que os processos e as análises fossem descentralizados de acordo com regionais e que cada capital de cada Estado tivesse um escritório da Anac, dotado de pessoas para fazer análise de projetos e aprovação de modificação via SEG VOO 001, de aprovação de cheques de mecânico, de aprovação de cheques de piloto, de aplicação de provas para piloto, de aplicação de provas para mecânico, e também para emissão de documentos, porque, hoje, imaginem os senhores que você tem um comprador de uma aeronave em Manaus e esse comprador tem que emitir o documento dele no Rio de Janeiro. Da mesma forma, se você tem um helicóptero em Belém do Pará e você faz a instalação de um GPS acoplado num piloto automático, por exemplo, e faz uma emissão de SEG VOO 001, você vai ter que pegar esse helicóptero e deslocá-lo de Belém até São José dos Campos, para fazer um ensaio em voo. Imaginem os senhores você fazer um traslado desse para fazer um ensaio de uma instalação de GPS. Ao passo que, se nós tivéssemos, de forma descentralizada, em todas as capitais, pessoas capacitadas para fazer as análises desses projetos, nós não teríamos deslocamentos tão grandes.

Em um levantamento que eu havia feito, de acordo com os salários dos servidores da Anac para todos esses níveis, eu vi que, se fossem abertas 27 regionais, o impacto disso no custo da Anac seria de aproximadamente R\$20 milhões/ano. A Anac hoje recebe do Governo Federal R\$200 milhões, fora aquilo que ela mesma gere, de acordo com as receitas, através de taxas recebidas.

Outra sugestão também é a seguinte: muita gente acha que a Anac hoje vive sob a égide da FAA. Na verdade, nós vivemos sob a égide da OACI e tentamos adaptar as nossas regulamentações. O grande problema que eu vejo qual é? É que diversos regulamentos que nós adaptamos diretamente da FAA são bons para os americanos, porém não são bons para os brasileiros. Um grande exemplo disso é que, aqui no Brasil, o pessoal está tendo um problema com helicópteros experimentais. Na França e na Bélgica, a população decidiu que eles queriam voar em helicópteros de dois lugares experimentais e foi criada a categoria HNSK desses helicópteros. São tipos regionais, que só podem voar na França e na Bélgica. O Brasil é um país de dimensões continentais, que precisa de tipos, modelos de aeronaves, mesmo que sejam limitados ao País, mas que sejam fabricados, que fomentem as pequenas indústrias.

Para os senhores terem uma ideia, há cerca de dois anos, nós tínhamos 40 indústrias de aviões experimentais. Hoje nós estamos com praticamente cinco ou seis, no Brasil inteiro, e a regulação apertando e empurrando para o lado do LSA.

Volto a dizer, o LSA é uma excelente ideia, muito bom, e resolve o problema dos americanos. Mas será que resolve na totalidade os problemas que nós brasileiros temos? Ou será que era a hora de a sociedade e a Anac se juntarem e discutirem novas regulamentações para novas classes de aeronaves que atendam a esse público?

Outra coisa interessante é o seguinte. Atualmente, se você for olhar a composição dos custos de voo, a manutenção aeronáutica entra com uma grande parcela. Nós temos empresas altamente capacitadas no País. Inclusive alguns acordos bilaterais nos permitem fazer manutenção em aeronaves de outros países, desde que nós tenhamos também a certificação do país da aeronave.

A sugestão aqui seria o seguinte: que esses acordos fossem, na medida do possível, expandidos. Porque hoje nós temos uma quantidade absurda de aeronaves americanas que operam aqui no País e temos uma quantidade diminuta de empresas reconhecidas pelo FAA. Então seria bom que nós pudéssemos expandir esses acordos e fazer como, por exemplo, a gente fez

recentemente com relação a um pessoal da Europa. Houve uma aeronave em que foi feita a manutenção e o pessoal da EASA (Agência Europeia para a Segurança da Aviação) veio, verificou, e um representante da EASA, um designado, validou a manutenção. Então esses acordos deveriam ser expandidos, já que os padrões de certificação são similares.

Outro ponto que a Alessandra já falou também é a concessão de áreas aeroportuárias para empresas de manutenção. Hoje, por exemplo, no aeroporto de Goiânia, a gente ainda possui áreas. Diversas empresas de manutenção já tentaram se instalar lá, porém a gente não consegue resolver isso aí com a Infraero. Não existe a cessão de áreas. Essas áreas não vão para licitação. Existem áreas lá, inclusive edificadas, que não têm uso e não estão indo para licitação, e a gente não consegue entender o porquê.

Isso era o que eu tinha para falar. Agradeço a atenção de todos os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço ao Sr. Celso Faria de Souza.

Concedo a palavra ao Sr. Antônio Ivaldo Machado de Andrade, Gerente de Manutenção da Líder Aviação – LIDER.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Bom dia a todos.

Eu tenho uma apresentação. Você pode passar o primeiro *slide* todo. Isso é uma apresentação padrão, só para falar um pouco da formação.

Eu queria falar um pouco hoje sobre a aprovação de aeronavegabilidade para exportação.

Eu trabalho como gerente de manutenção em Macaé, com helicópteros, e vou falar um pouco de assuntos mais práticos do nosso dia a dia que estão afetando o resultado da aviação de helicópteros *offshore* no Brasil.

O primeiro item que eu gostaria de falar é sobre esse documento. Esse documento é o Form 8130-3.

Pode passar.

Só para termos uma ideia do que estamos falando, esse documento é omitido por oficinas e fabricantes certificados pela autoridade aeronáutica americana.

Pode passar.

Nos Estados Unidos, quando um operador ou uma oficina precisa comprar um componente, ele simplesmente o encomenda para a fábrica e compra o equipamento. A fábrica é certificada pela autoridade aeronáutica. E esse componente pode ser instalado na aeronave americana sem maiores problemas, porque o fabricante já é certificado pela autoridade aeronáutica. Então, só uma *invoice*, que é a nota fiscal deles, pode ser utilizada como documentação de rastreabilidade de um componente novo.

Pode passar.

No Brasil, quando nós compramos um componente de um fabricante americano... Uma boa parte dos helicópteros em que voamos no Brasil, no *offshore*, que atendem à Petrobras, é americana, tendo alguns europeus. A Líder, por exemplo, trabalha com helicópteros americanos. Para os helicópteros americanos, quando eu compro um componente dos Estados Unidos, eu preciso desse *form*, desse documento.

O que acontece na prática? Algumas vezes você vai comprar o componente e o fabricante não emite o *form*. Isso gera um problema. A gente precisa pegar esse componente que já foi comprado, precisa mandar para um designado da FAA, que cobra US\$100 por cada documento, só para a gente ter um papel para anexar à documentação aqui no Brasil.

Pode passar.

A exigência desse documento hoje está apoiada no nosso Regulamento Brasileiro da Aviação Civil – RBAC 21, que fala da aprovação de aeronavegabilidade para exportação. Aqui eu trouxe o texto só para a gente... Está no 21.502.

Pode passar.

Além disso, esse documento é citado na IS 43-001A, da Anac, no item 5.3, e também é citado Instrução Suplementar IS 21-010A. Abaixo, há o item 5.2.2, 5.7.5, 5.8.1 e, por último, 5.10.

Então, em vários pontos da nossa legislação aeronáutica, está sendo cobrado esse documento, que, na prática, não agrega em segurança de voo, porque é o mesmo componente que está sendo comprado nos Estados Unidos. Mas, quando vem para o Brasil, tem que vir um documento junto. Por várias vezes, a gente tem que pagar por esse documento.

Pode passar.

Aqui é uma parte da legislação aeronáutica americana, uma *order*, que deixa claro que o uso do Form 8130-3 para produtos novos é opcional. Então, lá, eles não precisam desse documento. Isso é só quando vem para o Brasil.

Alguns anos atrás, nós tivemos problemas por causa desse documento e tivemos que contratar um designado do FAA para vir ao Brasil e emitir esse documento para todas as peças que nós tínhamos. Não mudou em nada a condição da peça que tínhamos, só mudou um documento emitido por um designado da autoridade aeronáutica americana.

Pode passar.

A proposta que eu faria seria: para aeronaves, motores e hélices, manter a exigência do *form*; são componente críticos. Para componentes usados, a gente pode manter a exigência do *form* também, isso não é um problema. Mas, para componentes novos,

que a gente está comprando direto de um fabricante que é certificado inclusive pela própria Anac, a ideia seria que nós pudéssemos aceitar somente a *invoice* e o Certificado de Conformidade, que é um documento emitido mais facilmente.

Próximo.

Outro assunto que eu gostaria de falar é sobre o tempo de experiência para emissão de habilitação técnica pela Anac.

Próximo *slide*.

Isto aqui é uma estimativa de demanda feita pela Líder, baseada naquilo que a gente vai precisar de mão de obra até 2020. No ano de 2011, nos fechamos por volta de 294 mecânicos e temos uma tendência de aumento. Você vê que, nos primeiros anos, o aumento é maior, porque os contratos que a Petrobras já nos passou estão mais claros sobre a quantidade de contratos que nós vamos precisar atender. A partir de 2017 até 2020, a Petrobras ainda não tem tanta certeza sobre os contratos.

Olhando do ponto de vista da manutenção do nosso *market share*, esta é a previsão de mão de obra que a gente vai precisar. Então, em 2012, já iria para 362 mecânicos, este ano. Hoje, neste momento, nós temos cerca de 330 já. Em 2013, para 429; em 2014, 442; em 2015, 471; em 2016, 508.

Esta é uma realidade de demanda de mão de obra. Estou falando de uma empresa, que detém 50% do mercado, mas é uma empresa. Tem mão de obra também para outras empresas, que também vão precisar de mecânicos de manutenção aeronáutica.

Pode passar.

Para tentar contornar esse problema, foi criado um programa de formação técnica. Nós contratamos alunos de escola técnica, de mecânica, mecatrônica ou eletrônica. A Líder paga o curso básico ou de célula em escola de aviação. Eles são contratados como estagiários durante o período do curso e quem passa na prova da Anac – tem que ter o certificado de conhecimentos teóricos – é contratado como auxiliar de manutenção.

Em geral, o resultado que temos obtido é muito bom com a mão de obra que é contratada via Programa de Formação Técnica. O grande problema que nós estamos enfrentando hoje é que, quando ele termina esse programa de treinamento,...

Pode passar.

...nos Estados Unidos, para ele obter o Certificado de Habilitação Técnica, ou seja, para ele ter a carteira de mecânico, são 18 meses.

Pode passar.

No Brasil, são 36 meses. O que acontece? Eu treino o profissional, contrato um profissional qualificado,

ele está apto, às vezes está até melhor que pessoas que têm carteira de mecânico, mas ele precisa esperar três anos para poder receber a carteira de mecânico. Não existe nenhum curso técnico no Brasil em que se cobrem três anos de estágio e de experiência para você poder ter habilitação técnica. Esse tempo é excessivo.

O que acontece na prática é o seguinte: aquele técnico que a gente contratou lá no início, que era técnico mecânico, eletrônico ou mecatrônico, ele sai da aviação e vai trabalhar no mercado *offshore* ou em outro mercado que dê uma previsão de carreira melhor do que o mercado da aviação.

Então, o prazo de três anos que se exige hoje na nossa regulamentação não está adequado à realidade atual do aprendizado. Antigamente, para uma pessoa poder aprender a ser mecânico, ela ficava trabalhando junto a outro mecânico. Hoje em dia, os recursos de treinamento que a gente tem, como o próprio treinamento interno das empresas, os vídeos de treinamento, os cursos nos fornecedores, etc., eles facilitam que o aprendizado desses profissionais seja mais rápido.

Pode passar.

Então, a proposta é que o tempo de experiência requerido passe de 36 para 18 meses. Esse tempo de experiência – eu já conversei algumas vezes com a Anac sobre isso – está em estudo; só que está em estudo desde 2010. Então a Anac precisa chegar a uma conclusão desse estudo e adequar esse tempo de experiência para a realidade do mundo atual.

Próximo.

A outra proposta é que, se empresas tiverem interesse em montar um programa de formação técnica, que ele possa ser reduzido para doze meses. Esse é um tempo adequado, hoje, pela avaliação *in loco* dos profissionais que trabalham no *offshore*.

O próximo assunto que eu gostaria de falar é sobre documentos em meio eletrônico.

Próximo.

Qual é a realidade do mundo atual? A gente fala muito hoje em dia em sustentabilidade. Hoje, em São Paulo, estão sendo colocadas bicicletas, no Rio de Janeiro, já foram colocadas bicicletas. Todos os nossos processos internos na empresa são trabalhados com foco na redução de custo, na redução de uso de papel, na redução de energia, por causa da preocupação com a sustentabilidade.

Pode passar.

A tecnologia disponível hoje é muito diferente da tecnologia que era disponível há 10 ou 20 anos. Hoje em dia, o que você tem disponível para ser utilizado de tecnologia é fenomenal.

Próximo.

Então, para contornar essas questões de sustentabilidade e de custos, nós desenvolvemos sistemas integrados. Nós temos estações onde o mecânico faz todas as operações da empresa. Ele consulta a escala de trabalho dele, consulta o contracheque dele, consulta material, faz pedido de material. Tudo aquilo que depende da empresa já foi para o meio digital.

Pode passar.

No hangar, ficam à disposição as estações onde o mecânico pode consultar todas essas informações e todos os processos internos da empresa. Mas, com relação a registro de manutenção, ainda precisa de um garrancho, de um risco, de uma assinatura, que não é tão confiável quanto se imagina. A assinatura é importante, mas hoje eu considero que os sistemas digitais são muito mais confiáveis do que uma assinatura num pedaço de papel.

Pode passar.

Nós já tivemos alguns avanços que foram as diretrizes de aeronavegabilidade, que, no passado, a gente tinha que ter em papel e que hoje podem ser consultadas direto no *site* da Anac, do FAA. A inspeção anual de manutenção já pode ser feita *on-line*. Os processos a gente já faz *on-line*.

Próximo.

Mas, comparando com os Estados Unidos, de que se pode tirar algumas ideias interessantes, eles têm uma legislação, uma *advisory circular*, que é como se fosse a nossa instrução suplementar, que já fala claramente como é que pode ser feita a utilização de assinaturas eletrônicas. Isto nós não temos hoje no Brasil. Então, hoje, se a empresa fizer um grande investimento de contratar assinaturas eletrônicas para os mecânicos, desenvolver um sistema, no final das contas, a gente não tem a garantia de que isso vá ser aceito pela Anac ou por que não seria aceito pela Anac.

Pode passar.

Então, a proposta seria criar via instrução suplementar um método aceitável para utilização, em meio eletrônico, de registros de manutenção e rastreabilidade de componente. Hoje, a gente tem um papel, tem uma ordem de serviço e, para cada ordem de serviço, ficam anexadas várias cópias de todo o material que foi instalado na aeronave. Então, a gente chega a ter ordens de serviço com quarenta páginas anexadas de papel que eu podia ter arquivado no computador, em um sistema integrado.

Pode passar.

Obrigado, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Bom dia a todos que nos honram com suas presenças. Desculpem-me ter chegado só a esta hora, mas faço parte do Conselho de Ética e estamos

tendo a presença do Senador Demóstenes com a sua defesa. Portanto, esta foi a razão de eu ter chegado neste momento.

Vamos, no dia de hoje, ter uma certa economia de tempo porque terei que voltar para o Conselho de Ética novamente, mas, dando continuidade e agradecendo ao Vice-Presidente, Senador Flexa Ribeiro, que tem dado uma contribuição fantástica a esta subcomissão – é um entusiasta também desta causa – quero passar a palavra ao Sr. Salvador Coutinho Rodrigues, auditor de qualidade da Helisul Taxi Aéreo, pelo tempo que estava previsto anteriormente, que era de quinze minutos.

O SR. SALVADOR COUTINHO RODRIGUES –

Muito obrigado.

Bom dia a todos. Não fiz uma preparação em *slides* porque são dois assuntos rápidos e não vou tomar muito tempo.

A aviação hoje tem toda uma regulamentação que envolve a Anac, fiscaliza a nossa aviação. Na regulamentação, vou falar da área de manutenção, que o RBHA 145. Ele trata a aviação como aviação única, mas temos que fazer uma separação: aviação de asa fixa e aviação de asa rotativa, porque, para a manutenção, isso faz muita diferença. As aeronaves de asas fixas saem de um aeroporto para o outro com um destino praticamente fixo, sem muita variação, e os contratos que essas empresas têm e oferecem ao público já são bem previstos.

Na aviação de asa rotativa é um pouco diferente, porque as empresas hoje de *offshore*, as empresas que arrendam aeronaves para Ibama, polícia... Então, são operações diferentes e isso dificulta a manutenção dessas aeronaves e faz com que as empresas saiam atrás dessas aeronaves montando bases de manutenção, onerando demais para essas empresas.

A Helisul é uma empresa hoje que tem praticamente 40 aeronaves em operação e trabalha dessa forma: arrendando aeronaves e voando em diversas áreas do País e nós estamos tentando abrir bases em vários locais. Isso onera e dificulta para a empresa.

O RBHA 145 prevê manutenção fora de sede, desde que você faça um procedimento escrito no seu manual. O Manual de Procedimento de Inspeções, que é um manual da empresa e, depois desse manual, desse procedimento escrito, ele é aceito pela Anac. Até um tempo atrás, aceito. Agora, houve a revisão de uma IS, você faz o procedimento, envia para a Anac e a Anac convalida, mas a manutenção fora de sede tem que ser levada com mais critério e dando liberdade às empresas, para que façam essa manutenção em diversas localidades respeitando as regras e o que está escrito no seu próprio manual em que se tem que deslocar todos os requisitos, que são publicações técnicas, fer-

ramenta, pessoal, tem que ter instalações adequadas... E, quando as empresas escrevem isso no seu manual, têm que cumprir o que está escrito, só que a Anac, às vezes, não deixa essa liberdade. A liberdade tem que existir para as empresas, mas é claro que é liberdade com responsabilidade.

Se está escrito no regulamento que você pode fazer essa manutenção fora de sede, que seja feita; agora, se você se propõe a fazer de uma forma e faz de outra, que sejam aplicadas as sanções previstas na legislação quanto ao que você realmente executou fora do que estava previsto.

Há documentos internos da Anac, MPRs, que preveem que você pode fazer uma manutenção em uma aeronave em uma determinada localidade em um nível de hora. Isso é uma coisa que não viabiliza a aviação, não fomenta a manutenção. Então, sugiro que seja revisto esse tipo de procedimento, que essa manutenção seja responsabilidade total da empresa. Para isso existe um responsável técnico e um presidente de empresa, que hoje são as pessoas imputáveis dentro da empresa.

Então, sugiro que essa manutenção fora de sede fique estabelecida no seu manual e que não tenha que estabelecer níveis de manutenção, uma vez que a empresa é responsável pelos seus atos. Isso vai fazer com que a empresa não precise ficar saindo pelo Brasil montando diversas localidades de manutenção, onerando para a empresa.

Outro ponto é justamente essas localidades que a empresa é obrigada a montar, porque ela fica por longo período fazendo manutenção. Então, ela é obrigada a montar uma localidade. Sugiro que seja revisto que, para essas localidades distantes, seja autorizado que a empresa tenha um mínimo necessário de equipamentos para poder fazer essa manutenção e que não seja cobrado da empresa todo o ferramental necessário, dentro de uma base remota, igual ela tem em uma base principal. Que seja viabilizado para essas empresas de helicóptero, como há empresas aéreas que já utilizam desse procedimento, que às vezes o inspetor chega à empresa e não aceita esse procedimento, que seja levado em consideração o custo de montar uma localidade de manutenção.

Para viabilizar, eu solicito que seja escrito todo um procedimento dentro do manual da empresa, como vai funcionar cada localidade, mas que não seja exigido que a empresa mantenha, numa localidade que às vezes vai atender uma ou duas aeronaves, todo o aparato de ferramental previsto pelos fabricantes.

E, corroborando com o amigo da Líder, a respeito de formação de pessoal: a regulamentação prevê tempo. Eu sugiro que não seja por tempo. A própria em-

presa sabe como o mecânico dela trabalha, o quanto o mecânico dela trabalha. Eu vou só dar um exemplo rápido que é o seguinte: um mecânico que trabalha em Porto Seguro atendendo uma aeronave por dia e o outro mecânico que trabalha em Congonhas atendendo duzentas aeronaves por dia, qual é o mecânico que vai ficar mais qualificado, mais rápido e vai ter mais proficiência? Com certeza, o de Congonhas. Ele levaria, no mínimo, um quarto do tempo que levaria o mecânico de Porto Seguro. Então, sugiro que isso ficaria também a cargo da empresa, estabeleceria um limite de horas. A empresa apresentaria um procedimento escrito para poder determinar isso dentro do seu próprio manual e não estabelecer tempo. Porque, às vezes, o mecânico fica parado em uma localidade sem fazer manutenção alguma e não tem a experiência necessária. A própria empresa é que tem de garantir que o mecânico dela tem ou não condição de fazer a manutenção, porque a responsabilidade de retornar a aeronave ao serviço é dela.

Muito obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito obrigado, Salvador, pela contribuição.

Eu costumo dizer que esta Subcomissão é bastante técnica e nós estamos ouvindo todos os segmentos da aviação em cada audiência pública. Hoje estamos tratando especificamente sobre manutenção de aeronaves.

Antes de entrarmos para as considerações finais e para os esclarecimentos de algumas perguntas que nos foram encaminhadas, quero só, para registrar nas notas taquigráficas, essa fala sobre essa audiência pública que nós estamos realizando.

Portanto, com uma frota de mais de 14 mil aeronaves que transportam apenas na aviação regular 180 milhões de passageiros por ano e que se constituem na segunda maior aviação geral do mundo, que opera dentro dos mais altos padrões de segurança internacional. Grande parte desse mérito se deve às nossas empresas de oficinas de manutenção de aeronaves. Mais de 400 oficinas de manutenção de aeronaves atuam no Brasil, gerando direta e indiretamente milhares de empregos altamente capacitados, qualificando inúmeros profissionais que são responsáveis por uma patente reserva estratégica de nossa Nação.

Assim, desde os céus de nossas florestas, na minha Amazônia, até as extensões que se projetam aos limites de nossa plataforma continental, para atender à exploração de gás e petróleo, a aviação como elemento indispensável à nossa integração e ao nosso sucesso econômico apenas é viável em decorrência de um trabalho sério de nossas oficinas aeronáuticas que atendem aos mais rigorosos padrões internacio-

nais de qualidade. As oficinas de manutenção de aeronaves atendem desde as pequenas aeronaves que operam na aviação geral até aos grandes jatos executivos, táxis aéreos e aviões intercontinentais das linhas regulares, sendo que precisam ser reconhecidas e certificadas pela Agência Nacional de Aviação Civil, que regularmente as fiscalizam, sempre cobrando a permanente atualização, seu acervo técnico, devendo operar quando prestam serviços para terceiros em aeródromos públicos.

Entretanto, a ausência de uma política pública que atenda a esse setor específico da atividade aeronáutica; a falta de segurança jurídica para operar dentro dos aeroportos, principalmente os federais; a carência na formação e realimentação da mão de obra e da padronização no tratamento que lhes são dispensados pela Anac vêm dificultando a atuação desse delicado setor da economia.

A necessidade de garantir os acessos a sítios aeroportuários públicos, a revisão e a criação de uma cadeia tributária mais eficiente que evite a evasão de divisas e um meio para assegurar uma ponte permanente entre essas operadoras e o Poder Público, que, por sua vez, precisa rever a sua própria capacidade em atender à sua demanda, especialmente em locais onde os serviços são prestados, tornaram-se, no momento, medidas urgentes e de pronta aplicação, sob o risco de vermos em breve inviabilizado não apenas o crescimento, mas o futuro de toda a nossa aviação.

Com certeza esse tema foi tratado aqui pelos nossos palestrantes e pela nossa palestrante, para minha alegria, Alessandra Abrão, filha do amigo Pedrinho Abrão. É um prazer tê-la aqui conosco.

Porém, antes de encerrarmos, vamos para as considerações finais e começamos por ela, Alessandra, na Voar Aviação.

Todos já têm acesso às perguntas e é só para ficar registrado nas notas taquigráficas.

1ª. É mais vantajoso levar uma aeronave executiva de grande porte para fazer manutenção no Brasil ou nos Estados Unidos. Por quê?

2ª. Existe um plano de incentivo ou de fomento para o setor de manutenção de aeronave de pequeno e médio porte?

3ª. Há falta de áreas nos sítios aeroportuários federais para expandir a atividade de manutenção?

4ª. Como está a relação entre o setor de manutenção e os órgãos reguladores da aviação civil?

Os mesmos costumam consultar as oficinas no sentido de colher dados e buscar aprimorar o atendimento às necessidades das empresas?

Então, essas quatro perguntas são dirigidas à Srª Alessandra Abrão

Para nós ganharmos tempo, e peço até desculpa, porque no dia de hoje nós vamos, inclusive, alterar as nossas audiências públicas para as quartas-feiras, porque, nas terças, pela manhã, Conselho de Ética, e, à tarde, CPI. E eu participo das duas, do Conselho de Ética e da CPMI.

Portanto, vamos transferir as nossas audiências públicas para as quartas-feiras.

A pergunta agora vai para Antônio Ivaldo Machado, representante da Líder.

O setor de helicópteros, que atende às plataformas de petróleo, está apto em atender às futuras demandas planejadas para o Pré-sal?

Qual poderá ser o maior gargalo, a falta de tripulantes para os helicópteros ou a falta de mecânicos especializados em sua manutenção?

Segunda pergunta: há algum limite na contratação de mecânicos estrangeiros? Os mesmos conseguirão suprir a demanda de mão de obra especializada para o setor?

Terceira: percebe-se no setor um retrocesso no tocante às auditorias praticadas pelos agentes da Anac no quesito de segurança operacional.

Uma vez que os INSPACs estão mais preocupados com o produto ao invés do processo, o que está acontecendo?

Agora a pergunta a Salvador, representante da Helisul.

Primeira pergunta: a regulamentação para a manutenção de aeronaves no Brasil é única, tanto para asa fixa como para asa rotativa? Qual a consequência dessa política para a efetiva execução da manutenção e manutenção fora de sede?

Segunda pergunta: em relação à formação do mecânico aeronáutico para adquirir a sua CHT e mesmo chegar ao nível de inspetor de manutenção, o tempo estabelecido na regulamentação é razoável?

Terceira pergunta: como a Anac pode viabilizar a manutenção de empresas que operam diversas aeronaves, em inúmeros locais, de maneira interdependente entre a sede e as bases operacionais?

Agora a pergunta é ao Celso, nosso amigo.

No Brasil, Celso, a manutenção de motores de aeronaves de grande porte já foi de grande relevo. O que aconteceu com empresas como a Celma? Por que as mesmas pararam de operar ou transferiram suas atividades para outros países?

Quais as consequências para o Brasil?

Segunda pergunta: a Anac propôs diversas alterações no RBHA 43 e 145, sendo que sempre disponibiliza uma consulta pública. As opiniões e ideias colhidas nas consultas públicas estão sendo observadas pela Anac segundo sua percepção?

Terceira: no Brasil existe a padronização de regras entre as regionais da Anac quando o assunto é manutenção de aeronaves e de procedimentos também?

Quarta pergunta: o principal órgão regulador de regras e regulamentos aeronáuticos no mundo é a Agência Federal de Administração da Aviação dos Estados Unidos. As regras da FAA são aplicadas à risca no Brasil ou existem conflitos em relação à sua internalização ou interpretação?

Portanto, todos estão já de posse dos questionamentos, e eu passo a palavra à Alessandra Abrão para as suas considerações finais e para nos esclarecer, se possível, esses questionamentos.

A SR^a ALESSANDRA AZEREDO COUTINHO ABRÃO – Obrigada, Senador.

Atualmente, além daquilo que nos conhecemos como custo Brasil, que onera a folha de pagamento com os diversos encargos sociais, e etc., hoje é mais vantajoso fazer uma manutenção de uma aeronave de médio e grande porte fora do País do que no País. O principal componente hoje do nosso custo é o aluguel do m2 no aeroporto, que se tornou inviável a partir de quando a Infraero adotou o atual modelo de licitações. A Infraero interpretou, dois anos atrás, erroneamente, um acórdão do TCU, como eu disse inicialmente, e, com isso, ela passou a licitar as áreas operacionais também. E aluguéis que antes giravam na faixa de R\$5 mil passaram a custar R\$50 mil, R\$100 mil. Os maiores exemplos disso aconteceram no Campo de Marte.

E hoje o maior fator que compõe nosso custo operacional, o custo das empresas, é o custo com as áreas concedidas, é o custo com o aluguel das áreas concedidas. E isso inviabiliza o custo da manutenção, o custo da prestação de serviço.

Existe, sim, um plano de fomento ao setor de manutenção, que, na verdade, não é o setor de manutenção: é a partes e peças. Isso foi incrementado pelo CTA/IFI acredito que na década de 80, onde se reduziu o imposto de importação para peças e o IPI para peças. Porém, na parte de mão de obra, na parte de serviço, não existe nenhuma política de fomento e de incentivo ao setor no Brasil.

Atualmente, o maior problema que as empresas encaram, além da questão de segurança jurídica, é a falta de área nos sítios aeroportuários para novos investimentos, para se ampliar sua capacidade produtiva e, com isso, ter ganhos de escala e conseguir reduzir o custo das manutenções. Mesmo em aeroportos onde existe essa área atualmente disponível, essas áreas não estão se tornando acessíveis às empresas. Um exemplo disso é o aeroporto de Brasília: existem mais de sete hangares fechados. Isso é perda de receita para a

Infraero, isso é perda de receita para a União, e isso é contra a expansão e o fomento da atividade no Brasil.

Outros exemplos: existem hangares fechados no aeroporto de Recife. Existem duas áreas fechadas: uma área da antiga VEM, e áreas subutilizadas que poderiam estar fomentando a atividade na região. Hoje o Nordeste é uma região extremamente carente de oficinas.

Com relação ao setor da manutenção e aos órgãos reguladores, falarei sobre como está a relação.

A relação com a Anac sempre foi uma relação mais próxima. A Anac sempre atendeu nossas demandas. Porém, com o fechamento das SACs, esse relacionamento ficou mais distante. O relacionamento que antes era pessoal se tornou um relacionamento mais virtual, e, com isso, as sugestões e a integração entre as partes se tornou mais difícil, mais inacessível. Um dos exemplos das dificuldades das oficinas no relacionamento com as autoridades foi com relação à própria Resolução 113, que veio para tentar resolver o problema das áreas aeroportuárias. Houve uma reunião de empresas de todo o País na sede da Abag – Associação Brasileira de Aviação Geral, em São Paulo, onde foi feita uma série de sugestões, assinadas por todas as empresas. Essas sugestões não foram acatadas pela Anac.

Basicamente, eu vejo que hoje o maior problema das atividades da manutenção é a falta de políticas de fomento. E essa política de fomento tem que começar pela própria Infraero. É missão da Infraero fomentar a atividade aeroportuária, criar infraestrutura. Não existe infraestrutura aeroportuária sem manutenção de aeronaves.

Então, meu pedido à Casa com relação ao setor é que se viabilize essa questão de concessão de áreas, de atendimento às demandas por novas bases, novas operações.

Como disse o Salvador, hoje, criarem-se bases em diferentes localidades é oneroso. Quando possível! Porque, em muitos casos, nem é possível criar a base, porque não existe área a ser concedida. Na verdade, existe área no plano físico, mas talvez não exista vontade ou não esteja no plano diretor do aeroporto conceder aquilo para atividades de manutenção e atividades operacionais.

É isso. Obrigada, Senador. Obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Não é regimental, mas, por tratarmos de uma Subcomissão, como eu disse, bastante técnica, e é importante a gente ouvir muito sobre essa área de manutenção, vamos fazer o seguinte: o Sr. Mário Igawa, da Anac, está aqui, e, antes das considerações finais,

caso você deseje, Alessandra, fazer algum comentário após ele, fique à vontade.

Concedo dez minutos. A Anac merece de nós também uma atenção especial.

E registro a presença da companheira Ilma, chefe da Assessoria Parlamentar, que ali se encontra, e o Tiago Skaf, que é do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre).

Sejam todos bem-vindos.

Portanto, dez minutos.

O SR. MÁRIO IGAWA – Ex^{mo} Sr. Senador, senhores e senhores, bom dia.

Agradeço pela deferência.

Normalmente, não gosto muito de falar, até pelas minha características. Mas há alguns pontos mencionados que eu gostaria de comentar.

Em termos de pauta de isonomia, que a Alessandra falou, realmente a Anac se preocupa muito com a isonomia, o tratamento isonômico de todos os agentes regulados. E, quando se fala de isonomia, a gente precisa falar de padronização dos procedimentos; se os procedimentos são padronizados, todos são tratados de forma isonômica. Então, o que a Anac fez em relação à isso? Eu pedi para fazer um levantamento de 2007 até hoje, e nós demos mais de 44 mil horas de treinamento para nossos Inspac's (Inspetor de Aviação Civil) em aeronavegabilidade, e são os Inspac's que cuidam da área de manutenção.

Outro aspecto também para padronizar é criar os manuais, descrever os procedimentos e deixar isso sólido, de maneira a que todos façam da mesma forma. Nós elaboramos manuais de procedimento para os inspetores; partes desses manuais estão na Internet; há partes que são internas e não estão na Internet.

Especificamente em relação à manutenção fora de sede, que foi comentada pela Alessandra e pelo Salvador, nós criamos um procedimento – esse é interno –, um procedimento só para manutenção fora de sede, porque a gente detectou no passado que existia uma despadronização em relação ao que estava escrito nos MPIs (Manual de Procedimentos Internos). Então, a gente criou um procedimento, estabeleceu esse procedimento, e, em princípio, é que todos cobrem da mesma forma. Nós temos aproximadamente 500 empresas de manutenção aqui no Brasil, e acredito que essa padronização vá ocorrer ao longo do tempo.

Só aproveitando o gancho, falando de manutenção fora de sede, o Salvador comentou ali sobre a possibilidade de fazer uma regulamentação distinta para helicópteros e aeronaves de asa fixa. Em nível de regulamento, isso não é possível, porque os regulamentos são meio padronizados, o mundo inteiro segue mais ou menos o mesmo regulamento para as

empresas de manutenção. Isso seria possível através do MPR que trata de manutenção fora de sede. O que a gente pode fazer é disponibilizar esse MPR de manutenção fora de sede, e vocês sugerirem o que acharem conveniente.

Em termos de demora de atendimento, essa é uma das preocupações da Anac. Nós começamos a mapear os processos. Por exemplo, em termos de vistoria de aeronaves, em que era tudo descentralizado, era feito de forma despadronizada, com os recursos de cada localidade, nós centralizamos o processo, e hoje, no Brasil inteiro, todo mundo tem o mesmo tempo de atendimento. Criamos o painel de vistoria, e essa centralização, digamos assim, nós até inscrevemos no concurso de inovação da Administração Pública da Enap, e tivemos a felicidade de ser um dos premiados no concurso.

Ainda em termos de atendimento, tínhamos a Dian (Declaração de Inspeção Anual), que às vezes demorava muito para ser processada. Nós informatizamos e criamos a e-Diam (Declaração de Inspeção Anual de Manutenção), acredito que hoje o tempo está bem melhor. Acredito não: tenho certeza, porque ela automaticamente atualiza os sistemas, decolagens certas e SACI (Sistema de Aviação Civil).

Estamos trabalhando com uma coisa chamada Sigad/PD (Sistema de Gestão Arquivística de Documentos), que seria o próprio operador, o próprio regulado dar entrada nos processos direto da sede mesmo. Os nossos regulados seriam cadastrados para tanto. Então, não haveria toda essa demora no trâmite, no deslocamento do manual de um setor para outro.

Em relação ao ponto específico que foi mencionado e que são as autorizações de traslado, voo de experiência, estamos trabalhando com o que a gente chama de AEV (Autorização Especial de Voo) eletrônica. Está em fase final de teste com a Informática. É uma autorização concedida quando uma aeronave está com o certificado de aeronavegabilidade suspenso, e ela precisa fazer um voo de experiência, ela precisa ser trasladada e tudo o mais. Então, a gente entende que esse é um processo que precisa ser rápido, porque a aeronave está parada, e a solução que imaginamos foi a AEV eletrônica. Está em fase final de teste, a gente tinha a intenção de já ter colocado em prática, mas essas coisas de TI às vezes envolvem algumas coisas inesperadas.

Em relação a consultas públicas, o que acontece? Pode ser que algumas das sugestões que vocês tenham colocado não estejam no *site* ainda. O que acontece? As sugestões, os comentários e o ponto de vista da Anac só são colocados no *site* da Anac, na parte de Transparência, após a publicação do regulamento.

Então, por exemplo, se alguém está comentando uma colocação sua, sobre o RBAC 43, **que não está na Internet**, por exemplo, é porque o regulamento ainda não saiu. Obviamente, pode ser que a demanda não seja atendida, mas, em princípio, os comentários estariam lá, e a avaliação da Anac também. (Estou indo rápido porque eu tenho os dez minutos, não é?)

Em termos de, vamos dizer assim, por que a gente adotou, mais ou menos, alinhar muito com a EPAR, é que os regulamentos são interligados. Então, nós adotamos o EPAR desde a década de 70, para certificação de produtos aeronáuticos. Alguém comentou – acho que foi o Celso – que seria interessante pegar um modelo europeu. Essa experiência não tem sido muito boa. Pegar uma coisa boa daqui e outra coisa boa dali, às vezes, não encaixa. Então, em termos de regulamento, nós temos adotado o EPAR desde a década de 70, quando passamos a homologar aviões aqui no Brasil: passamos a homologar o Embraer, o EMB-110, o EMB 120, e aí, posteriormente, viemos a usar como referência os EPARs como um todo, porque eles estão *lincados*. Às vezes, a gente cria uma coisa muito boa, mas ela cai, como costumamos chamar, como jabuticaba. É uma invenção que não encaixa muito bem na legislação como um todo.

Acho que foi o Celso também que falou sobre acordos com outros países. Nós temos acordos de manutenção com o Canadá. Então, por exemplo, se há uma oficina de manutenção aqui que queira prestar serviço para um operador lá no Canadá, eles fazem um *application* por nós mesmos, dão entrada junto com a Anac, e a gente faz todo o processo, e o Canadá emite o certificado para a oficina brasileira, e vice-versa.

Estamos trabalhando com a Easa (Agência Europeia para a Segurança da Aviação), que é a autoridade europeia, para fazer um acordo similar. A Easa já veio aqui duas vezes, auditou nossos processos, auditou nossos procedimentos e nossas oficinas também, junto com a gente, e ficou contente com o que viu e entende que é possível, tecnicamente, ir em frente nesse acordo. Nós estamos agora na fase que é elaborar os procedimentos de implementação, e depois será a fase de auditar os processos da Easa (European Aviation Safety Agency), para poder validar esse acordo. A partir da assinatura desse acordo, as nossas oficinas poderiam ser reconhecidas pela Easa, e vice-versa.

Em termos de FAA (Federal Aviation Administration), com que a gente tem acordos na área de certificação de produtos, nós não começamos nenhuma conversação na área de manutenção.

O Antônio Ivaldo falou sobre o Formulário 8130. Como era nossa realidade antes? Antes de a gente cobrar o 8130, estabelecer um formulário similar ao

8130, que é o Segvoo 003, cada produto tinha uma etiqueta diferente. As etiquetas, vamos dizer assim, muitas vezes não tinham as informações necessárias. Então, a gente resolveu padronizar, através do Segvoo 003 no Brasil, que é similar ao 8130 americano, que é similar ao Easa Form 1. E isso foi sendo posto nos acordos bilaterais. Assim, Ivaldo, além daquele monte de regulamentos que você colocou, RBHA, nas IS (Instruções Suplementares) e tudo o mais, há nos acordos também.

Nas relações internacionais, os acordos preveem esse tipo de documento. É uma forma de padronizar. Até porque o Invoice pode não ser padronizado ao redor do mundo, ou seja, o mundo pode não padronizar o Invoice, que não é um documento regulado, vamos dizer assim, pela ICAO. Então, eu acho difícil acatar ou trabalhar nesse sentido, mas a gente pode levar e avaliar com mais calma.

Em relação ao tempo de experiência... (Eu não sei se vocês estão acompanhando, porque para mim está claro o que eu estou falando, e na sequência do que foi colocado. Não sei se, para quem está anotando, está ficando confuso.) Mas, em relação ao tempo de experiência para o mecânico, que hoje é de três anos, e o Ivaldo colocou ali a proposta de um ano e meio, internamente, na Enac (Escola Nacional de Aviação Civil), nós já tínhamos proposto esse tempo de um ano e meio. Esse processo está em contínua avaliação. O Diretor Passos esteve aqui e falou do nosso processo de revisão de regulamentos, e o RBAC 65, que trata do mecânico, também está nessa avaliação. Mas, em princípio, a gente entende também que é um tempo muito grande e que, em princípio, a ideia seria reduzir. Mas isso a gente só sabe depois de publicada.

Mais ou menos nessa linha, o Salvador comentou que, em vez de definir um tempo de experiência, que fosse definido um outro critério, talvez uma quantidade de inspeções ou algo assim. Acho que o que o Salvador está trazendo é meio que uma tendência do mundo. A ideia do mundo é trabalhar com o regulamento em termos de *performance*, e não em termos prescritivos. Só que é um desafio. Este é um desafio muito grande: abrir mão de um certificado, abrir mão de uma experiência e trabalhar em termos de *performance*. Isso é um pouco complicado.

Outro assunto que foi abordado foi a aceitação de documentos eletrônicos. Foi mencionado a AC americana, que trata do assunto. Pelo que me lembro, na Anac, nós não temos isso. Na Anac, todas as vezes que um operador traz uma sugestão dessas, a gente diz: "Por favor, faça uma proposta baseada na AC americana para nós avaliarmos. E nunca houve um retorno, porque a gente precisa desse lado da indústria para

poder trabalhar internamente. A gente precisa de um pleito, a gente vai precisar de uma qualificação boa nossa até para validar os sistemas eletrônicos.

Eu acho que, de forma geral, é isso. Agradeço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito obrigado. Fica registrada a sua fala nos Anais desta Subcomissão.

Alessandra, você deseja?

A SRª ALESSANDRA AZEREDO COUTINHO
ABRÃO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Pois não. Dez minutos.

A SRª ALESSANDRA AZEREDO COUTINHO
ABRÃO – Mário, é bom ter aqui, na Mesa, nesta reunião, uma pessoa com a sua experiência e com a sua bagagem em termos de antigo DAC, Anac.

Eu acho que a informatização, a virtualização da Anac fez coisas maravilhosas. Porém, ela teve um efeito negativo. Ela fez com que a Anac perdesse o *feeling* com o usuário. E isso faz com que vocês percam até recursos.

Vou te contar um exemplo que aconteceu há duas semanas. O senhor falou do painel de vistoria, muito bom. A gente sabe quando tem data, quando alocar. Perfeito. Porém, nós tivemos um problema com uma aeronave, porque o Export Certificate dela não ficou pronto. Nós ligamos, com dez dias de antecedência, e avisamos: "Não tem como a aeronave passar por vistoria. Podemos mudar a data? Querem alocar essa data para outra coisa?" "Não. O painel, de certa forma, está engessado naquilo ali." Então, essa informatização faz com que perca esse vínculo, que poderia ter até um aproveitamento melhor de recursos. Nós, usuários, sabemos das dificuldades que vocês têm com o quadro efetivo de espaços, que é limitado.

Com relação a essa informatização também, o sistema de e-Diam foi muito bom. Só tenho uma sugestão a dar com relação a ele. Ele ainda não faz a Dian não aprovada. Ele só faz para aprovada. Então, é criar o sistema de e-Diam para casos de aeronave reprovada.

Bom, aguardamos, com bastante ansiedade, o EAV, que o senhor falou, não é?

O SR. MARIO IGAWA – AEV.

A SRª ALESSANDRA AZEREDO COUTINHO
ABRÃO – AEV – Autorização Especial de Voo.

Quanto às consultas públicas, essa questão que mencionei não é com relação ao RBAC 43, que ouvi que ainda não está pronto. Mas, com relação à Resolução 113, ficou muito claro que, realmente, todas as sugestões dadas não foram acatadas. Visou-se muito, naquele momento, a atividade da exploração das áreas

comerciais aeroportuárias e deu-se muito pouca ênfase às necessidades de área operacional. Como se opera um aeródromo sem oficina? É isso que precisa mudar na mentalidade da Infraero. E a Anac teve aquela oportunidade para colocar aquelas sugestões para mudar esse quadro, tanto que, depois disso, fizeram outra resolução, se não me engano, a 116.

Com relação a essa questão de acordos bilaterais, seria muito interessante que a Anac fizesse um acordo com a FAA para certificação de oficinas, porque hoje, se uma oficina brasileira se dirigir ao FAA, eles informam que não estão mais certificando empresas fora dos Estados Unidos. Então, se fizesse com a FAA aquilo que está sendo feito por meio da Easa, isso seria bem produtivo para nós.

Com relação à questão da isonomia, o que percebo de tratamento diferente por parte das gerências é só com relação aos serviços fora de base. Determinadas regionais aprovam; outras não. É só isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – A Alessandra é uma craque, puxou para o pai, ex-Deputado Federal.

Com a palavra o Celso, para as considerações finais. Caso, depois, queira fazer algum encaminhamento para a Subcomissão, sinta-se à vontade.

O SR. CELSO FARIA DE SOUZA – Certo.

Com relação à manutenção de motores de aeronaves de grande porte, a Celma encerrou as atividades em Teresópolis, no Rio de Janeiro, e, atualmente, quem adquiriu os direitos das ferramentas foi uma empresa chamada Turbserv. Eu questionei, várias vezes, inclusive ao pessoal da Honeywell, ao pessoal da GE, por que essas atividades estavam parando. E eles falavam que os requisitos que a Anac estava impondo estavam sendo superiores, muitas vezes, aos requisitos impostos pelo próprio FAA. Por exemplo, a Honeywell, por meio do diretor da Honeywell aqui, no Brasil, Sr. Edgar Orsi, informou-me que, há mais de dez anos, eles procuram uma empresa aqui, no Brasil, para fazer o *overall* de turbinas e não conseguem ninguém, porque a barreira de potencial é gigantesca para a entrada no mercado, enquanto, nos Estados Unidos, praticamente em cada Estado, você tem duas, três empresas que são capazes de fazer esse serviço.

Com relação às alterações nos RBHAs 43 e 145, como bem colocou a Alessandra, diversas vezes a gente faz as sugestões e vê que, mesmo quando temos muitas sugestões, elas não são acatadas. Um exemplo disso, que, inclusive, vem ainda de encaixe na próxima pergunta, que é a padronização de regras entre as regionais e a Anac, e também vai de encontro com a jabuticaba que o senhor tinha falado, é o seguinte: a

legislação que pegou e gradeou os Lears Série 20 aqui, no Brasil, é uma jabuticaba. Qual é a impressão que dá do que foi feito? Que a Anac pegou e traduziu a regra só até a metade, porque a regra falava que aeronaves que não cumpriam com o estágio três seriam impedidas de operar, aquelas que possuísem o peso máximo de decolagem maior que 75 mil libras. E é assim no FAA. Quando fomos traduzir, quando fomos criar a normativa para o Brasil, o que foi feito? Foi feita a normativa seguindo o FAR americano; porém, não se colocou a limitação de que seriam gradeadas, seriam impedidas de operar somente as aeronaves com mais de 75 mil libras. Então, impediram de operar essas aeronaves aqui no País. Entendo que é uma prerrogativa da autoridade aeronáutica decidir sobre a sua legislação. Porém, é o que digo. Quando o pessoal falou “vamos ouvir a sociedade”, a sociedade se reuniu com o Sr. Claudio Passos Simão aqui, em Brasília – inclusive quem marcou a reunião foi o Senador Pedro Taques. E o que aconteceu? Quando o Sr. Claudio Passos Simão chegou à reunião, falou assim: “Olha, não sei por que tanta bagunça por causa de três aeronaves”. Essa foi a fala dele. E aí o que acontece? Estavam presentes 17 proprietários, que falaram: “Não. Cada um de nós aqui tem um.” Então, a Anac não tinha sido capaz de fazer nem o levantamento dos Lears Série 20 que estavam dentro do Brasil. E todo mundo, todos os operadores apresentaram argumentações. Como já foi proibida a entrada dessas aeronaves, por que essas aeronaves foram impedidas de voar? Então, nós notamos que ali faltou uma conversa mais profunda com o operador. Mesmo após diversas restrições, isso daí ainda prosseguiu.

Então, essas padronizações são bem-vindas. Porém, muitas vezes, eu penso e advogo o seguinte: a legislação tem que servir ao povo. E a legislação brasileira tem que servir ao povo do Brasil. Não adianta a gente pegar *ipsis litteris* a legislação americana, porque a realidade deles é diversa da nossa. O exemplo disso é o seguinte – o Senador Vicentinho, que é piloto há muitos anos, deve saber disto: se você comprar um Cessna 150, uma aeronave americana fabricada a partir da década de 50, 60, você pagará aqui, no Brasil, hoje, US\$120, 130 mil, ao passo que você pode comprar uma aeronave experimental, por exemplo, que era fabricada aqui, no Brasil, um RV-10, vamos colocar até um Paradise P4, por US\$130, 140 mil. Aí você fala: mas não é uma aeronave certificada. Isso não existe. Isso não pode existir. Porém, é o que eu falo: o anseio da população está claro. Existiam 40 indústrias fazendo essas aeronaves aqui no País. E, em vez da Anac propor um grupo de trabalho e estudar, como eu disse, o que foi feito na Bélgica e na

França... Os franceses e os belgas falaram: nós queremos helicópteros experimentais. Então, foi criada uma categoria restrita. São aeronaves que não podem ser exportadas para outros países que não sejam França e Bélgica. São aeronaves que só podem voar nesses países. Não são tipos reconhecidos pela ICAO, mas a autoridade aeronáutica tem autonomia para criar esses tipos de aeronaves, como fez a França; como fez a SACAA, da África do Sul; como fez a CASA, autoridade aeronáutica australiana.

Alguém pode falar assim: “Poxa, nos Estados Unidos não tem isso”. Não, não tem. Por quê? Porque lá, em vez de uma pessoa comprar um avião experimental de US\$100 mil, ela vai comprar um Cessna 172, de 1970, por US\$15 mil, US\$20 mil. Lá, qualquer assalariado, qualquer pessoa de qualquer classe social que decidir juntar as suas economias, ao longo de um ano, com certeza conseguirá adquirir uma aeronave, fato que, aqui no Brasil, nós não observamos.

Há outro problema grande também com relação a copiar a legislação americana. Nós bem sabemos que o fator determinante de disseminação de conhecimento é a cultura que se expõe a uma pessoa. Dou um exemplo bem fácil. Aqui, nesta mesa, eu, Antônio Ivaldo e, do lado daí, o senhor cursamos ITA, e nós somos capazes de sentar a uma mesa sem nunca nos termos visto e conversar como se nos conhecêssemos há muitos anos. Por quê? Porque existe uma cultura que já foi fundamentada.

A aviação se propaga através da cultura aeronáutica. O Senador Vicentinho deve conhecer muito bem o que é a cultura dos aeroclubes. Quanto ele não deve ter aprendido na conversa com os colegas, com os pilotos mais experientes!? Aqui no Brasil há carência de feiras. Aqui não há uma política destinada a aeronaves históricas e clássicas. Aqui nós somos penalizados. Pode-se falar assim: “Poxa, mas a legislação americana...” Na legislação americana, uma pessoa compra um F-5, uma aeronave militar, desmilitariza essa aeronave e a usa para exibição. Ele manda, no começo do ano, para a FAA, uma lista de locais em que ele vai operar, em que ele vai exibir essa aeronave, em que ele vai fazer voo. Ele não precisa dar justificativa.

Aqui no Brasil, para a Anac, tem que se falar: “Olha, no dia 5 de agosto de 2013, eu vou à feira em tal lugar; eu vou decolar de Goiânia às tantas horas; vou pousar em Barretos às tantas horas; vou ficar lá tantas horas” É preciso passar um *schedule* inteirinho. E se, durante o ano, quiser alterar a programação, é necessário pedir uma autorização especial de voo, pagar uma taxa de R\$400,00 e esperar a Anac autorizar, sendo que, na FAA, com um *e-mail* com 24 horas de antecedência, é possível decolar e levar essa aeronave.

Então, eu acho que falta muito escutar o que a população, o que o povo aeronáutico quer, porque a lei, primariamente, deve servir ao povo: não ao povo americano, mas ao povo brasileiro.

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO)

– Muito obrigado, Celso.

Com a palavra Antônio Ivaldo, por dez minutos.

O SR. ANTÔNIO IVALDO MACHADO DE ANDRADE – Com relação aos acordos bilaterais, entendo que eles têm que compreender as demandas e os interesses do Brasil. É por isso que o Brasil assina um acordo bilateral.

Estamos num ambiente mais adequado, estamos no Senado. Se for preciso rever o acordo bilateral para remover essa exigência do *form* para equipamentos novos, eu acho que vale a pena, porque o custo é muito alto para o Brasil da exigência desse *form* para um componente que é novo e cuja origem nós conhecemos.

Com relação ao setor *offshore* para atender às plataformas de petróleo, as empresas estão preparadas, as empresas possuem recursos para atender à demanda. Nós temos helicópteros, nós temos ferramenta. O que nós não temos é mão de obra. Esse é o grande problema. Isso não é novidade no Brasil, isso não é um privilégio da aviação. Entretanto, na área da aviação, a mão de obra não se forma do dia para a noite. Esse problema existe tanto na área de operações, com a falta de pilotos, como na área de manutenção, com a falta de mecânicos.

Eu entendo que a solução para a questão da manutenção é uma solução simples. Ela não é tão complexa como a do piloto por causa do custo da formação do mecânico, que é bem menor que o custo da formação de um piloto.

Eu acho que devíamos desenvolver, no Brasil, uma política pública de fomento à formação de mão de obra para a manutenção aeronáutica. Isso foi feito no passado via escolas tanto da Força Aérea como da Marinha. Isso pode ser feito também com projetos de bolsa de estudos. A Anac começou esse trabalho, mas ele ainda é realizado em poucos locais. Se não me engano, só uma escola possui autorização para aceitar essas bolsas de estudo. Então, precisaríamos melhorar a abrangência desse programa de bolsas de estudo da Anac para mecânicos de manutenção aeronáutica.

É importante que a Anac não tenha só o objetivo de criar um programa, mas de obter um resultado. Não faz sentido criar um programa de bolsas, se no final há poucas pessoas formadas, porque só uma escola, lá no sul do Brasil, está autorizada a receber essas bolsas. É interessante que ela atenda a todas as regiões do Brasil.

Com relação à manutenção, especificamente a manutenção *offshore*, nós, como eu mostrei no gráfico, vamos contratar muitos mecânicos nos próximos anos, mas não temos nenhum interesse em contratar de outras áreas. Eu não tenho interesse em tirar mecânico da aviação geral em Goiânia, não tenho interesse em tirar mecânico da linha área. Temos interesse na formação interna, até por causa das características da aeronave, porque o helicóptero tem algumas características próprias diferentes das do avião. Por isso, nós temos tanto interesse em formar pessoas. Queremos formar mais profissionais para trabalhar na manutenção aeronáutica.

Com relação à utilização de mecânicos estrangeiros, a única forma de que dispomos hoje para utilizar mecânicos estrangeiros é sob a supervisão direta de um mecânico de manutenção brasileiro.

Em termos de cultura da aviação, eu não recomendo a utilização de mecânicos de manutenção aeronáutica estrangeiros, porque a equipe de manutenção trabalha diferentemente do piloto. É uma equipe, como dizemos: há o inspetor, o mecânico, um auxiliar de manutenção; há um grupo trabalhando em conjunto.

Em termos de resultado e de qualidade, em termos de segurança operacional, a utilização de mão de obra nacional é muito melhor, a qualidade do serviço é muito melhor.

Eu recebo muitas aeronaves do exterior e vejo claramente isto: a manutenção que nós fazemos no Brasil tem um cuidado, uma qualidade superior. Quando eu tenho que trazer algum mecânico para me ajudar com algum serviço, vejo que estamos muito bem com relação à qualidade.

Ressalto outro item. Com relação às auditorias praticadas pelos agentes da Anac no quesito de segurança operacional, na realidade, no trabalho que eu realizo hoje, que é a manutenção *offshore*, eu não tenho nada a reclamar das auditorias da Anac. Elas estão com o foco no processo, como deve ser.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem, Antônio.

Com a palavra Salvador Coutinho, por dez minutos, para as considerações finais.

O SR. SALVADOR COUTINHO RODRIGUES – Muito obrigado.

Em relação à falta de pessoal, eu não vou levantar aqui um problema que ocorreu numa auditoria na empresa, mas quero dar um exemplo.

Às vezes, a falta de pessoal tem que ser levada em consideração nas auditorias? Ocorreu um problema numa auditoria na empresa. A empresa tem três pessoas credenciadas para fazer um determinado serviço; elas são registradas pela empresa. Como a empresa

atua em diversas localidades e havia autorização no adendo da empresa para esse serviço ser realizado numa determinada localidade, como o funcionário ficaria? Seria rotativo? Esse serviço foi retirado do adendo, porque o funcionário não era efetivo daquela base, mas ele é funcionário da empresa. No meu entender, isso deveria ter sido levado em consideração, porque não há como colocar em diversas localidades todas as pessoas. Então, poderia ter sido aproveitada a pessoa que fica numa base principal, permitindo-se seu deslocamento para fazer determinado serviço. Isso não foi levado em consideração. Essa é a falta de pessoal que está havendo.

E até em cursos especializados, às vezes, há o pedido de um curso para um fabricante que demora quase um ano, dois, para disponibilizar esse curso. Isso já ocorreu, e deveria ter sido levada em consideração essa falta de pessoal que existe nas diversas empresas e vai continuar existindo, como foi falado aqui agora.

Com relação à manutenção fora de sede – eu não sei se eu me fiz entender –, não se trata de mudar a legislação, mas de haver um tratamento diferenciado. Para isto existe um manual interno da empresa: para a empresa escrever o seu procedimento para realizar essa manutenção. Não há como mudar a legislação e dizer: “Para asa fixa é assim, para...” É preciso levar em consideração o que a empresa escreve.

Não é possível aceitar que a Anac determine que uma manutenção fora de sede só possa ser feita até 50 horas – é o que está escrito no manual interno da nossa empresa; ele não aceita mais que 50 horas. Como uma aeronave que está voando no meio do mato vai se deslocar por quatro horas para fazer a manutenção e retornar para o local em que vai fazer de novo? Só aí já se perdem oito, dez horas de voo, porque a manutenção não poderia ter sido feita fora de uma sede. Não se trata de fazer a manutenção de qualquer forma. A manutenção tem que ser feita adequadamente, conforme a legislação. Para isso, existe um manual a ser escrito que tem que ser avaliado pela Anac. Depois de avaliado, dá-se o o.k. e pode ser feito o serviço. No entanto, não se pode engessar, fazer as NPRs e determinar: “Só pode fazer uma aeronave, só pode fazer uma manutenção, só pode fazer...” A coisa fica muito engessada.

O que tem que ser garantida é a liberdade com responsabilidade. Todos nós sabemos que existem empresas e empresas, pessoas e pessoas. Então, isso tem que ser avaliado. Não se pode tratar todo mundo da mesma forma. A legislação é para ser cumprida. Se a empresa não cumpre, tem que haver a sanção da empresa. Vamos deixar as empresas trabalharem. Não há como engessar. Esse é um apelo que fazemos

para a manutenção fora de sede, um problema para todas as empresas que trabalham com helicóptero e não com avião asa fixa. Para helicóptero, esse é um problema seriíssimo.

A Legislação nº 145, hoje, deixa essa questão em aberto, desde que haja um procedimento escrito no MPI. Aí foi criada a NPR para os inspetores falarem a mesma linguagem. Eu acho maravilhoso isso, porque não adianta uma pessoa cobrar de uma forma, e outra cobrar de outra. Tem que haver uma linguagem uníssona; não pode ser diferente. Para isso, as empresas também têm que expor as suas dificuldades. “Isso tem que ser aceito. Está escrito. É assim.” Não pode ser assim! Tem que haver a flexibilidade. A empresa tem que... Por isso existe um responsável técnico para aquilo tudo. É ele que retorna a aeronave ao serviço. A responsabilidade é dele quando a aeronave volta ao serviço.

No tocante à experiência do mecânico, volto a dizer, mais uma vez, que a empresa é responsável por determinar se a pessoa tem condição de ser inspetor, de ser mecânico. A regulamentação tem que bater o martelo a respeito de alguma coisa – tudo bem –, mas não pode dizer que somente com tantos anos uma pessoa pode ser inspetor dentro da empresa. Se eu sou o responsável técnico de uma empresa e chego à conclusão de que, em seis meses, uma pessoa que trabalha comigo tem condição de ser inspetor na minha empresa, eu posso simplesmente fazer uma declaração de experiência, enviá-la para a Anac e dizer: “Esse trabalhador pode ser inspetor na minha empresa, porque tem condição de fazer esse tipo de serviço dentro da empresa”. Se eu sou o responsável e estou dizendo isso, por que a Anac vai dizer: “Não. Ele não tem quatro anos.”? Então, eu acho que tem que ser reavaliado isso.

Abordo outro ponto a respeito do inspetor, mais uma vez. Existem dois inspetores: um inspetor de tarefa de manutenção, que é aquele que avalia a tarefa que o mecânico fez – se ela foi feita adequadamente; e um responsável pelo retorno ao serviço, que também é uma pessoa designada pelo RPQS da empresa, pelo responsável técnico da empresa, para retornar a aeronave ao serviço. São pessoas distintas. Um, às vezes, tem muita condição de fazer a avaliação de uma tarefa, mas não tem condição de retornar a aeronave ao serviço, porque ele não sabe a complexidade daquela manutenção. Nesse momento do retorno ao serviço, a pessoa que executou, que inspecionou faz toda a avaliação se a legislação foi cumprida, se as pessoas tinham as qualificações adequadas, se fizeram cursos, se usaram equipamentos adequados, se usaram legislação adequada, se o local era adequado. Depois,

assina-se o retorno ao serviço da aeronave, o que, na minha opinião, pode ser feito pela mesma pessoa que executou o serviço ou por outra que não participou da manutenção. Essa é uma avaliação gerencial, mas existe até hoje uma confusão com os inspetores da Anac a respeito disso. Tentamos mostrar essa diferença; alguns entendem, mas outros não entendem. São inspetores distintos nesse momento.

Na minha opinião, são esses os assuntos.

Agradeço a atenção.

Muito obrigado pelo convite. A Helisul fica honrada pelo convite.

A Helisul, hoje, é uma empresa que está espalhada pelo Brasil inteiro e já possui manual de segurança operacional aprovado, aceito. A empresa está trabalhando com a garantia da qualidade e está tentando fazer tudo de acordo com a legislação.

Então, solicito, mais uma vez, tratamento... É claro que temos que dar tratamento diferenciado para as empresas. Existem empresas e empresas. Quando falo de manutenção fora de sede, com liberdade e responsabilidade, é esse o ponto que quero ressaltar. Todos nós sabemos quem pode fazer e quem não pode. A legislação tem que ser cumprida por todos. Não se trata de burlar a legislação. É preciso agir conforme a legislação. Agora, não se pode engessar esse tipo de procedimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem.

Antes de encerramos esta presente reunião, eu quero agradecer ao Prof. Georges, que tem dado uma contribuição enorme a esta Subcomissão. Sempre faço questão de ressaltar a contribuição do Prof. Georges, como também a de todos os nossos assessores, consultores e do Secretário Alexandre, da nossa Comissão de Infraestrutura.

Eu estendo meus cumprimentos a todos os servidores da Casa, à imprensa, a todos que participaram e, de forma muito especial, eu quero registrar os nossos agradecimentos aos palestrantes, que atenderam ao nosso convite. A presença de todos aqui citados engrandeceu esta audiência pública, porque é com esse debate que nós vamos construir um bom planejamento e boas legislações para o setor da aviação no País. Agradeço também aos Srs. Senadores que participaram desta audiência pública.

Convoco os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 06 de junho de 2012, portanto, quarta-feira, neste plenário, às 14 horas, para debatermos a formação de recursos humanos, com os seguintes convidados: Paulo Barone, Vice-Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Na-

cional de Educação do MEC, e André Luiz da Silva Fernandes, Coordenador do Curso de Manutenção de Aeronaves da UniEVANGÉLICA. São esses os dois debatedores.

Está encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia seis de junho de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Vicentinho Alves**, Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a presença dos Senadores **Walter Pinheiro, Flexa Ribeiro e José Pimentel**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida a tomarem assento à Mesa os expositores: **Clarice Bertoni Lacerda Rodrigues**, Secretária de Navegação Aérea Civil da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR; **Raul Francé Monteiro**, Coordenador do Curso de Ciências Aeronáuticas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO e **Manoel Pereira da Costa**, Diretor de Educação e Tecnologia do SESI/Senai – Goiás. Justifica ausência o Comandante Décio Correia. O Presidente informa que a presente reunião destina-se a debater a formação de recursos humanos, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2012-CISTAC. O Presidente registra a presença da Senhora Thaís Portilho, do SNEA – Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias; da Senhora Cristiane Brandão Neves, SENAI/GO; da Senhora Laíla Estrela, ANAC; do Senhor Guilherme Franco, ANAC e do Senhor José Maria Lima, SENAI/GO. O Presidente registra a presença da Esquadrilha da Fumaça, em Porto Nacional, no próximo dia 09 de junho, às 15 horas. O Senador Vicentinho Alves enfatiza que essa apresentação faz parte da programação da 32ª Semana da Cultura de Porto Nacional. O Presidente concede a palavra à Senhora Clarice Bertoni Lacerda Rodrigues da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR. O Presidente faz questionamentos à Senhora Clarice. A expositora responde aos questionamentos. O Presidente concede a palavra aos outros expositores.

O Presidente faz questionamento aos participante. Os expositores respondem aos questionamentos e fazem as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vicentinho Alves**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura da ata e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovarem permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passemos à pauta.

Antes, convido para tomarem assento à mesa a Srª Clarice Bertoni Lacerda Rodrigues, da Secretaria de Navegação Aérea Civil, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República. Seja bem-vinda, Drª Clarice.

A SRª CLARICE BERTONI LACERDA RODRIGUES – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Convido o Sr. Raul Francé Monteiro, Coordenador do Curso de Ciências Aeronáuticas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, seja bem-vindo. E convido o Sr. Manoel Pereira da Costa, Diretor de Educação e Tecnologia do Sesi/Senai de Goiás.

Justificou a ausência o Comandante Décio Corrêa, Presidente da Associação Brasileira das Entidades de Formação Aeronáutica.

A presente reunião destina-se a debater a formação de recursos humanos, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2012, que estabelece a realização de um ciclo de audiências públicas para discutir políticas públicas para a aviação civil brasileira.

Antes de passar a palavra aos ilustres convidados e à ilustre convidada, esta Presidência registra também as presenças de Cristiane Brandão Neves, do Senai Goiás; Taís Portilho, do Snea; Laila Estrela, da Anac; Guilherme Franco, da Anac; José Maria Lima, Senai Goiás, além dos consultores, assessores que se encontram e do Prof. Jorge, sempre atuante e um grande colaborador desta Subcomissão.

Início com muita alegria, registrando nesta Subcomissão a presença da Esquadrilha da Fumaça na nossa cidade de Porto Nacional agora, no dia 9 de junho, às 15h. A Esquadrilha da Fumaça, já pela quinta vez, estará na nossa centenária cidade de Porto Nacional, no nosso Estado de Tocantins.

Os portuenses poderão conferir o imperdível espetáculo de manobras acrobáticas aéreas dessa que é uma das esquadrilhas mais famosas do mundo. Essa apresentação faz parte da programação da 32ª Semana da Cultura de Porto Nacional e será a quinta apresentação, como eu disse.

Em 1996 – fui Prefeito de Porto Nacional, depois Deputado Estadual, Presidente da Assembleia – também levamos a Esquadrilha da Fumaça quando Deputado Federal e agora, como Senador da República, devido à Força Aérea ter um vínculo histórico com a nossa cidade de Porto Nacional. Devemos muito e agradecemos sempre a presença da Força Aérea Brasileira na nossa cidade.

A Esquadrilha da Fumaça, criada oficialmente em 1952, é um Esquadrão de Demonstração Aérea da Força Aérea Brasileira, responsável pela divulgação da FAB em território nacional e internacional, sendo composta por 13 pilotos altamente treinados e capacitados. Inclusive, receberão condecorações por parte do Governo do Estado, da Prefeitura Municipal e do Aeroclube local todos esses pilotos.

A Esquadrilha opera com aeronave T-27 Tucano, projetada e fabricada pela Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), e realiza, em média, 100 demonstrações ao ano. Em cada uma delas, o público pode acompanhar uma série de 55 acrobacias de alta *performance*. Em 2006, a Fumaça alcançou o recorde voando com 12 aeronaves em formação de voo de dorso.

Apelidados pelos aviadores de Anjos da Guarda, a Esquadrilha da Fumaça conta com uma equipe de graduados especialistas, responsáveis pela manutenção dos Tucanos. Esses profissionais garantem a segurança, a eficiência e a disponibilidade das aeronaves.

São mais de 3.500 demonstrações realizadas no Brasil e no exterior.

Reconhecida mundialmente, a equipe representa o Brasil nos principais eventos aeronáuticos, tendo demonstrado em diversos países: Alemanha, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Colômbia, Egito, Equador, Estados Unidos, França, Guatemala, Guiana, Honduras, Inglaterra, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Atualmente, a Esquadrilha da Fumaça está sediada na Academia da Força Aérea, na cidade de Pirassununga-SP.

Assim sendo e iniciando com essa homenagem, em nome do Governo do Estado do Tocantins, do Governador Siqueira Campos; em nome da Prefeita, dona Teresa, em nome do Neto Aires, meu filho, que preside o Aeroclube, e da comunidade de Porto Nacional e de todo o Tocantins, nós queremos registrar efetivamente os nossos sinceros agradecimentos à Força Aérea Brasileira por estar comemorando os 60 anos da Esquadrilha da Fumaça exatamente na Semana da Cultura da nossa histórica cidade de Porto Nacional.

A aviação brasileira é conhecida por seu profissionalismo e pela segurança de suas operações. Isso acontece graças ao trabalho de milhares de profissionais altamente qualificados que, em sua grande maioria, amam o que fazem.

Contudo, a globalização mundial e a contínua padronização internacional das normas e procedimentos para operar aeronaves, sítios aeroportuários e os serviços necessários ao seu desenvolvimento vêm exigindo profissionais que, além de uma formação técnica e mesmo superior, sejam permanentemente capacitados e atualizados em seus afazeres, que estão baseados em regras que, em sua grande maioria, são estabelecidas fora do Brasil.

Assim, a formação, que antigamente se valia da experiência adquirida em campo e muitas vezes na base da observação e da repetição, no caso dos mecânicos, ou aquela que os pilotos adquiriram nos tempos de aeroclube, quando ainda estudavam os manuais do DAC em casa para prestarem às antigas bancas itinerantes, não é suficiente para efetuar as manutenções ou as operações das modernas aeronaves, cujos sistemas de bordo precisam ser gerenciados dentro de uma informática de ponta que, por sua vez, atua em conjunto com constelações GPS.

Muitas operadoras cobram dos novos comandantes não apenas a capacidade de pilotar aeronave, mas sim de pensar as empresas de maneira sistêmica, já que na atualidade, pertencem ou fizeram fusões com suas congêneres internacionais, como é o caso da Latam.

No caso da aviação geral, as novas aeronaves e seus requisitos operacionais também estão padronizados ao nível internacional e as mesmas voam cada vez mais para o exterior, o que exige de seus pilotos o inglês padrão da Organização da Aviação Civil Internacional.

Entretanto, a demanda pela mão de obra desses profissionais tem crescido junto com a aviação, que, na atualidade, sofre de uma crise de crescimento com a atual infraestrutura, que é insuficiente para atender a atual demanda.

Muitos questionam se faltam mecânicos aeronáuticos no mercado ou se sobram pilotos e se os

mesmos são ou não qualificados para atenderem aos novos requisitos operacionais. Enquanto isso, antigos problemas persistem, como é o caso da lacuna que existe entre a formação do piloto privado, que tira seu brevê em aeroclubes, mas que fica sem contar com um sistema de formação continuada, que o assistiria com subsídios ou outra opção que viabilizasse tirar suas horas para se converter em um piloto comercial, quando passaria a ser remunerado.

As faculdades de ciências aeronáuticas formam bacharéis que podem atuar não apenas como pilotos, mas como gestores do sistema aéreo e aeroportuário, que ainda depende de certa regulamentação, ao mesmo tempo em que a formação de outros profissionais, como controladores de voos civis, talvez seja necessário ser incluída em sua grade curricular.

Cursos como do Instituto Tecnológico de Aeronáutica lograram dar ao Brasil a segunda posição dentro do contexto da aviação geral e a terceira de maior indústria da aviação civil do mundo. Mas a necessidade de formação de mão de obra técnica representa uma prioridade do setor e precisa contar com a participação das empresas aéreas dos órgãos que administram nossa aviação.

Muitos são os desafios e urgente a necessidade de estabelecer uma política pública que projete a formação de mão de obra para a aviação brasileira na vanguarda, priorizando nossos profissionais, que precisam dessa oportunidade para assegurar o futuro de nosso céu e de nossa soberania.

Essas são as nossas palavras de introdução nesta audiência pública em que iremos tratar da formação e da capacitação profissionais.

Dando continuidade, eu concedo a palavra à Dr^a Clarice Bertoni, da Secretaria de Aviação Civil. De antemão, ao cumprimentá-los, já agradeço a presença de todos, que muito têm a contribuir com esta Subcomissão.

V. S^a, Dr^a Clarice, dispõe de 15 minutos.

A SR^a CLARICE BERTONI LACERDA RODRIGUES – Obrigada, Senador Vicentinho.

Boa tarde a todos.

Mais uma vez eu queria expressar a minha satisfação de estar novamente nesta Subcomissão para debater assuntos da maior importância do setor.

Agradeço também a oportunidade que foi dada à Secretaria de Aviação Civil de trazer aqui aos senhores, mais uma vez, o planejamento das ações que estão em curso dentro da Secretaria, que é o órgão de condução dos assuntos da Aviação Civil Brasileira mais recente, mais moderno, mais novinho no Brasil. Essa é uma excelente oportunidade para a gente trazer aos senhores e trazer ao conhecimento da sociedade brasileira o que

está efetivamente sendo feito e colher os subsídios. Essa é a forma com que a Secretaria de Aviação Civil tem feito todo seu trabalho, ouvindo sugestões, contribuições, e hoje nós vamos falar especificamente do projeto que está em pleno desenvolvimento dentro da Secretaria, relacionado à formação e à capacitação de recursos humanos para a aviação civil.

Eu preparei um rápido roteiro. Nós vamos tratar da motivação desse projeto, qual é a meta estratégica da Secretaria que está na nossa mente ao desenvolver todas as ações relacionadas ao projeto, qual é o conceito que nós estamos desenvolvendo para o programa, o objetivo do programa, o escopo e a metodologia de trabalho que nós vimos adotando.

Bom, a principal motivação que nos levou a nos debruçarmos sobre esse problema e a pensar na importância e na necessidade de se buscarem políticas mais direcionadas a essa questão foi, em primeiro lugar, a constatação de que a aviação civil tem um caráter estratégico e de extrema importância para o desenvolvimento econômico sustentável e sustentado do País. Além disso, é um setor de extrema complexidade, ele é um setor intensivo em capital, intensivo em mão de obra, intensivo em energia, e toda e qualquer ação relacionada a esse setor é sempre extremamente complexa.

Além disso, é um setor que tem na segurança um dos seus aspectos mais críticos. Qualquer ação também relacionada ao setor de aviação civil pressupõe que se observe ou que se levem em consideração todos os aspectos relacionados à segurança operacional envolvida. Por essas razões, esse setor é diferenciado dos demais setores e justifica sempre a adoção de medidas para atuação estatal no desenvolvimento, especialmente no desenvolvimento de recursos humanos relacionados às operações.

Bom, qual é a meta estratégica que permeia as nossas atividades com relação ao assunto? Nós queremos transformar o Brasil numa referência internacional no que se refere à formação e à capacitação de recursos humanos para a aviação civil. Então, todo o programa que nós estamos modelando neste momento – estamos em fase de modelagem – terá essa meta estratégica, é aonde nós queremos chegar.

O conceito do projeto, o conceito que nós estabelecemos para esse projeto: estabelecer um programa permanente – ou seja, não é um programa pontual, não é um programa para hoje, é um programa que deve ser permanente – de capacitação de recursos humanos, composto de um conjunto de iniciativas estruturadas – e aí é a visão de que esse não é um programa da SAC, é um programa de Estado, ou seja, nós queremos envolver todos os órgãos do Governo brasileiro

envolvidos com essa questão. Então, é um programa de ações de todos os órgãos do Governo que tenham alguma interface com a formação e a capacitação de recursos humanos para a aviação civil. Então, é um conjunto de iniciativas estruturadas para fazer face à necessidade de pessoal qualificado para o setor de aviação civil nas suas diversas categorias profissionais.

Pode passar.

O objetivo desse projeto é garantir a suficiência, não só em quantidade, mas principalmente em qualidade de profissionais de aviação civil brasileira para os próximos anos. Ou seja, é uma atividade de planejamento para o setor.

O escopo do projeto definido neste momento – isso não é um escopo permanente, ou seja, ele é passível de ser adaptado ao longo do tempo, de acordo com as necessidades que vão sendo identificadas, mas, em princípio, nós identificamos esse escopo inicial – vai beneficiar as seguintes categorias profissionais: pilotos de aeronaves, asa fixa e rotativa; comissário de voo; despachante operacional de voo; mecânicos de aeronaves; controladores de tráfego aéreo; técnicos em meteorologia e informações aeronáuticas; bombeiro aeronáutico; gestores e profissionais da infraestrutura aeronáutica; engenheiros aeronáuticos e infraestrutura aeronáutica.

Pode passar.

Qual é a metodologia de trabalho que nós estamos adotando? Esse trabalho está sendo feito desde março deste ano, e a metodologia que a gente adotou foi: primeiro, estabelecer um “faseamento”, quatro fases principais. Na primeira fase, nós criamos um grupo de trabalho interno ao Governo, ou seja, composto de todos os órgãos governamentais que tenham alguma atribuição ou alguma competência relacionada à formação e à capacitação de recursos humanos, com o objetivo de discutir, a partir da visão desses órgãos, os principais aspectos que deveriam ser observados ou serem levados em consideração na formulação de uma política pública de formação de profissionais para a aviação civil.

Então, os órgãos que participaram foram: SAC, Anac, Decea e Infraero.

Pode passar.

Nós fizemos cinco reuniões desde novembro do ano passado, na verdade, até março deste ano. Mensalmente, fez-se uma reunião com o grupo. Além disso, nós criamos internamente ao grupo um processo inicial de coleta de sugestões e contribuições da sociedade de uma maneira geral, por meio da divulgação de um *link* nos diversos *sites* dos órgãos envolvidos, e esse trabalho nos rendeu 115 contribuições das mais diversas áreas da sociedade, algumas muito interessantes,

muito boas, algumas outras nem tanto, algumas não tão pertinentes ao assunto. Mas eu diria que pelo menos 70% dessas contribuições foram extremamente relevantes e foram incorporadas ao trabalho.

O resultado principal dessa fase inicial foi um relatório desse grupo de trabalho contendo as proposições iniciais desse programa. A primeira delas, a visão dos órgãos sobre essa questão, qual era a visão direcionada daquele órgão para os diversos problemas relacionados ao assunto e quais as iniciativas, então, mapeamos todas as iniciativas já existentes nos diversos órgãos voltados à formação e à capacitação de recursos humanos; uma tentativa inicial de estabelecer os objetivos, as diretrizes, o escopo e as categorias profissionais que deveriam estar beneficiadas nessa fase inicial do programa e também a incorporação dos resultados da coleta dos subsídios que nós recebemos pela Internet.

Na segunda fase – que nós também já finalizamos – o principal objetivo foi aprofundar o processo de tomada de subsídios. Então, nós escolhemos alguns *stakeholders* do setor em que nós gostaríamos de aprofundar as discussões. Então, fizemos reuniões individuais com essas entidades e, eventualmente, até com pessoas interessadas no assunto, e distribuimos também alguns questionários com assuntos direcionados sobre os quais nos interessariam ouvir a opinião e a contribuição dessas pessoas. Nós fizemos 23 reuniões, com uma média de mais ou menos três horas de duração lá na Secretaria de Aviação Civil. Recebemos o retorno de 16 questionários e, de todo esse material, nós fizemos uma análise qualitativa bastante aprofundada de todas as contribuições que nós recebemos.

Pode passar.

Você pode voltar um só para eu mostrar quais foram as entidades. Isso.

Nós ouvimos essas entidades nessa fase de coleta de subsídios. A maioria dos sindicatos ligados ao setor – então, o Sindicato dos Aeroviários, dos Aeronautas, o Sindicato das Empresas de Aviação Agrícola, o Sindicato das Empresas Aeroviárias –, as diversas associações representativas do setor – então, a Abetar, a Abag, a Abraphe, a ABTAer, a Federação dos Aeroclubes do Rio Grande do Sul e a IATA. Das empresas aéreas, nós ouvimos a Avianca, a Azul, a TAM, a GOL, a Webjet, a Trip e a Líder. Ouvimos algumas pessoas ligadas à PUC do Rio Grande do Sul; ao Centro Interdisciplinar de Estudos em Transportes da UnB; à Eapac, que é uma Escola de Aperfeiçoamento e Preparação da Aeronáutica Civil; à EPA, que é uma Escola de Aviação do Paraná, fica em Curitiba, e um projeto do pessoal da Prefeitura de Guarujá. Isso nós fizemos dentro de um escopo planejado. Além disso,

ouvidas algumas outras entidades que posteriormente nos procuraram sabendo do projeto em andamento que gostariam de apresentar sugestões. Então, estiveram conosco o pessoal da Escola Técnica Paula Souza, de São Paulo; o pessoal do Senai de São José dos Campos, de São Paulo, um projeto que há lá; a Escola de Especialistas de Guaratinguetá, que tem algumas contribuições importantes no processo. Enfim, ouvimos ainda outras entidades que não estavam programadas, não estavam nessa fase mais estruturada, mas também recebemos contribuições.

Pode passar.

A terceira fase, que é a fase em que nos encontramos neste momento, na verdade, partiu dos resultados de todo esse trabalho inicial que foi feito de preparação das entidades do Governo para iniciar o trabalho de modelagem do programa. Então, é com base no primeiro relatório do grupo de trabalho, o relatório de todas as entrevistas e formulários que nós recebemos. Preparamos, então, um relatório analítico de toda a questão, ou seja, uma análise inicial do problema que está embasando toda essa fase de elaboração do programa.

A partir daí, nós conseguimos identificar qual é o mapa do problema que nós queremos atacar com esse programa e estabelecemos a necessidade da contratação de uma consultoria para nos apoiar em algumas atividades desse trabalho.

O macroproblema que a gente identificou, estabeleceu, é que o atual sistema de formação de recursos humanos para aviação civil não está adequadamente preparado para os desafios futuros do setor, podendo representar um óbice tanto para a aplicação dos procedimentos e técnicas necessários ao desenvolvimento das operações aéreas em solo, dentro dos níveis recomendados de segurança, quanto para o crescimento sustentado e sustentável da aviação civil. Ou seja, é a questão de se garantirem recursos em quantidade e em qualidade para sustentar o crescimento substancial que se observa hoje e que se projeta para o futuro da aviação.

A partir daí, nós também estabelecemos em que áreas nós gostaríamos de ter o apoio de especialistas para nos ajudarem nessa modelagem. Primeiro, com relação a um diagnóstico da demanda, identificar de quanto se precisa, dadas as projeções de crescimento do setor para as diversas categorias profissionais que nós previamente definíamos.

Um diagnóstico da oferta, ou seja, qual é a capacidade que o nosso mercado de formação tem para cada uma dessas categorias e qual é a capacidade que ela tem para atender ao crescimento futuro da aviação.

A identificação, a árvore de problemas de cada uma dessas categorias, de forma que a gente possa, dados os problemas, as causas e as consequências levantadas, identificar quais ações a gente precisa tomar, direcionadas a essas questões.

Também a definição dos indicadores de avaliação desse programa. Uma vez que se pretenda que ele seja um programa permanente, é necessário que a gente tenha indicadores para avaliar os resultados do programa.

E uma sugestão, uma metodologia de governança deles. Ou seja, como é que ao longo do tempo nós vamos gerenciar a atuação desse programa de maneira a sempre manter, de forma permanente, garantir que as ações estejam sempre alinhadas com a demanda. Então, a ideia é de que nós tenhamos uma ferramenta que nos permita, de tempos em tempos, avaliar as necessidades e estabelecer as ações necessárias e a priorização dos investimentos.

De uma forma bastante rápida e genérica, esse é o programa que está em desenvolvimento dentro da Secretaria de Aviação Civil.

Coloco-me à disposição, Senador, para as perguntas que eu conseguir responder neste momento.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Fique à vontade, Dr^a Clarice.

A Dr^a Clarice vai ter que se ausentar, porque vai ter que viajar, e eu peço a compreensão dos demais debatedores para que eu encaminhe aos questionamentos e às considerações finais e, logo em seguida, a gente agradece a presença e S. S^a está liberada.

Portanto, pergunto.

A senhora já tem em mãos, mas eu tenho que registrar nos Anais, nas notas taquigráficas. Porém, antes registro as presenças dos Comandantes Rogério Aguirres e do Paulo Licati, da Abrapac. Sejam bem-vindos, sempre assíduos nesta Subcomissão.

Primeira pergunta, Dr^a Clarice: como a SAC – Secretaria de Aviação Civil está aproveitando os trabalhos desenvolvidos pela Superintendência de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da Anac para planejar uma política pública para o setor de formação de mãos de obra para a aviação?

Segundo ponto: os aeroviários apresentaram um projeto para a Câmara Técnica de Educação da Anac e um relatório para a SAC, nos quais apontam, entre outras, a necessidade de qualificação e da padronização de profissionais que atuam em sítios aeroportuários, mas que não são regulamentados, como é o caso dos Despachantes Técnicos (DTs), que auxiliam no balanceamento dos pesos das aeronaves, e dos Agentes de Proteção da Aviação Civil, os Apacs, que

são os responsáveis pela segurança das aeronaves no pátio, nos raios X, etc. Então, segundo diversos setores da aviação, muitos projetos apresentados à Anac não se concretizaram. Assim, questiona-se: a Secretaria de Aviação Civil pretende levar adiante e aplicar as recomendações apresentadas, como neste caso dos aeroviários?

Outra pergunta: a Secretaria de Aviação Civil recomendará à Anac que a profissão dos profissionais que atuam diretamente com a segurança dos aeroportos e das aeronaves, como os DTs e os Apacs, venham a ser regulamentados?

Mais uma questão: a SAC está preparando algum programa de incentivo ao fomento que vise à complementação de horas de voo necessárias para um piloto privado se converter num piloto comercial?

Existe alguma comissão ou grupo de trabalho que estabeleça um contato de forma permanente entre a SAC e o Centro de Formação e Capacitação de Mão de Obra para a Aviação?

Quinta pergunta: a SAC vem se relacionando com os órgãos de outros países que administrem a aviação civil no sentido de adquirir experiência e troca de informações?

Sexto ponto: a SAC é a favor da entrada da mão de obra estrangeira para complementar demanda que venha a ser necessária para atender às necessidades e emergências do setor aéreo?

Então, com essas perguntas eu passo a palavra à Dr^a Clarice. Quanto às que não sejam possíveis responder de pronto, a senhora fique à vontade para encaminhar a esta Subcomissão *a posteriori*.

V. S^a dispõe de dez minutos.

A SR^a CLARICE BERTONI LACERDA RODRIGUES – O. k., Senador Vicentinho, muito obrigada.

Bom, sobre a primeira pergunta, o trabalho desenvolvido pela Superintendência de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da Anac está sendo totalmente considerado dentro da modelagem do programa. Inclusive, o representante da Anac, dentro do grupo de trabalho da primeira fase do trabalho que eu mostrei aos senhores, é justamente a Superintendente desta Superintendência de Capacitação. Então, no trabalho inicial de mapeamento das iniciativas, todas as iniciativas que foram levadas ao grupo foram levadas por esta Superintendência. Então, sim, a SAC está aproveitando, levando em consideração o trabalho desenvolvido pela Superintendência da Anac.

Quanto à segunda pergunta, os trabalhos que foram apresentados nas câmaras técnicas da Anac foram trazidos, sim, para dentro das discussões do grupo de trabalho e serão levados em consideração naquilo que o grupo considerar pertinente. Então, sim,

estamos considerando o trabalho que foi desenvolvido nas câmaras técnicas, não só esse desenvolvido, apresentado pelo Sindicato dos Aeroviários, mas também outros trabalhos que foram apresentados nas câmaras técnicas da Anac.

Com relação à regulamentação da profissão, esse é um assunto que não está no escopo desse programa. Na verdade, esse é um assunto eminentemente da área de competência da Anac. Eu desconheço que haja algum tipo de estudo nesse sentido. No entanto, se isso for feito, se houver algum trabalho nesse sentido, certamente a SAC será chamada a estudar a questão e a levantar a pertinência de se fazer um trabalho de regulamentação desse setor. Mas, que eu tenha conhecimento, não existe nenhum trabalho nesse sentido.

Quanto à pergunta sobre se a SAC está preparando programa de incentivos, sim, é exatamente o Programa de Capacitação de Recursos Humanos que está em pleno desenvolvimento. Os recursos que vão ser aportados a esse programa são exatamente os recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil, que foi criado junto com a SAC. Esse trabalho é justamente para nos apoiar na priorização dos investimentos do fundo para a capacitação de recursos humanos.

Se existe alguma comissão ou grupo de trabalho que estabeleça um contato permanente com o mercado de formação. Isso não existe ainda, mas essa é uma boa sugestão para que a gente possa pensar numa forma de manter um permanente contato, não só com o mercado de formação, mas com as diversas associações interessadas no assunto, para que a gente possa permanentemente manter o nosso programa alinhado com as necessidades e com os problemas relacionados ao assunto. Eu vou levar essa sugestão justamente... Nós temos um trabalho de parte do programa que é justamente desenvolver qual é a governança adequada para esse programa de forma a garantir que permanentemente o programa esteja alinhado com as necessidades presentes no mercado. Então, essa talvez seja uma boa sugestão para essa governança, ou seja, internamente ao programa haver um comitê que regularmente faça essa interface com o mercado de formação.

Com relação à pergunta cinco, se a SAC vem se relacionando com órgãos de outros países de forma a obter informações, subsídios às melhores práticas, essa é uma parte do diagnóstico. Nós pretendemos que, no diagnóstico da oferta, incorporemos no trabalho as melhores práticas que se observam no mundo. Mas, além disso, a Secretaria de Aviação Civil já tem algumas iniciativas com o governo da Holanda, com o governo da Inglaterra, com a União Europeia; há um memorando de entendimentos já em fase de assinatura.

ra e com os Estados Unidos, de forma a termos intercâmbio de informações e de experiências em diversas áreas, inclusive na área de capacitação. Então, a SAC vem se relacionando sim e pretende desenvolver esse relacionamento no decorrer do trabalho de desenvolvimento do programa.

Com relação à pergunta seis, a questão da mão de obra estrangeira na operação aérea no Brasil, isso é um assunto que está em discussão no projeto de alteração do Código Brasileiro de Aeronáutica. A SAC entende que esse é um assunto eminentemente técnico. Existem algumas implicações na área de segurança e isso é um assunto que vem sendo tratado pela SAC com a atuação da Anac. Isso é um posicionamento da área técnica da Anac, e nós temos nos colocado sempre alinhados à posição da área técnica da Anac com relação a isso.

Então, eu acho que, por mais do que eu tenha respondido a todas as perguntas, de qualquer maneira, Senador, eu trouxe comigo um técnico da área que ficará aqui à disposição da Subcomissão caso o senhor precise de algum esclarecimento técnico, Nelson Rodrigues. Ele está à disposição, trabalha comigo lá na Secretaria exatamente no desenvolvimento desse projeto. Está à disposição dos senhores e da Subcomissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Nós é que agradecemos. Convidamos o Nelson Rodrigues que venha mais aqui à frente para participar conosco.

Neste instante, queremos agradecer a presença da Dr^a Clarice e também, naturalmente, agradecemos ao Ministro Wagner Bittencourt. Todas as vezes que a gente encaminha um convite a representantes da SAC para virem aqui, o Ministro prontamente nos tem atendido nos nossos pleitos.

Portanto, registro também os nossos agradecimentos ao Ministro Wagner Bittencourt. E a senhora, assim que for necessário ter que sair, fique à vontade.

A SR^a CLARICE BERTONI LACERDA RODRIGUES – O. k., Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Portanto, com a palavra o Sr. Raul Francé Monteiro, Coordenador do Curso de Ciências Aero-náuticas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, por 15 minutos.

O SR. RAUL FRANCÉ MONTEIRO – Sr. Presidente, muito obrigado. Cumprimento por meio dos senhores os membros desta Mesa, Dr^a Clarice, Dr. Manoel e os demais presentes.

Vale a pena fazer um mapeamento do que significa para nós, que cuidamos da formação, a aviação

civil como um todo. Eu então lhe diria que a aviação é um ambiente de um alto índice de especificidade. E não é só aquilo que é visto como seu ator principal, o avião, mas tudo aquilo que envolve aviação civil. E não quero me reportar à aviação militar, porque não é objeto desta Subcomissão, mas tudo aquilo que envolve a aviação civil passa pela verificação da sua especificidade. Então, se nós falarmos dos sítios aeroportuários, se nós falarmos do controle, do gerenciamento de espaço aéreo, se nós falarmos de toda a ambiência que “sateliza” esta nossa atividade de tanta importância, nós veremos que todos aqueles que estão envolvidos com as suas atividades carecem de uma formação diferenciada. E aqui a gente poderia perguntar: “E o médico, então, ele não carece de uma formação especializada?”. Sim, também. Mas a aviação tem linguagem própria, ela tem um ambiente internacional próprio, a aviação é uma atividade globalizada e ela requer que nós tomemos muitos cuidados a partir dos planejamentos que sejam previstos e incorporados.

Dessa forma, eu lamento a ausência da Dr^a Clarice, não só por sua simpatia, mas por sua importância. Porém, deixou aqui um representante que certamente poderá levar qualquer coisa que considere colaboração de alguma forma. Eu gostaria de mencionar que a necessidade de políticas antecede qualquer ação que se possa ter relacionada à aviação, qualquer ação que se imagine carece de previsões de planejamento e principalmente de políticas.

Há um ano e meio, uma representante da Organização da Aviação Civil Internacional – esse dado, para os interessados, está no YouTube – procura falar da demanda de formação de pessoal, de fator humano para a aviação como um todo, um pouco mais específico tratando da questão de pilotos, controladores e mecânicos. Ela menciona o seguinte: qualquer nação, qualquer país que tenha alguma necessidade de incorporar novas políticas diferenciadas para dar conta das suas próprias demandas não só poderá como deverá fazê-lo. E aí, eu retomo esta concepção de necessidade de políticas. Se não tivermos políticas, não saberemos por onde andarmos, não saberemos o encaminhamento que deveremos tomar em quaisquer das circunstâncias, não só da aviação, mas como qualquer atividade onde a criatura humana esteja engajada.

Eu considero, Sr. Presidente, este momento... Sou historiador de aviação civil e considero este momento parte da história de todos os aviadores desde 1903 para os americanos, desde 1906 para nós brasileiros, ou talvez muito antes disso, quando os primeiros homens intentaram essa conquista do espaço como um meio de locomoção, que se torna hoje uma obrigatoriedade em qualquer parte do mundo. Eu lhe diria que

este momento é de sorte, gosto de estar aqui, fico feliz, nervoso e ansioso de estar aqui, porque acho que a contribuição que quem quer que fosse poderia vir a dar é de significativa importância, qualquer contribuição é substantiva neste momento em que os senhores nos permitem esse aparte, trazendo de cada um, de cada universo de colaboradores com sistemas de aviação civil uma participação com suas ideias, com suas vivências. E são as nossas vivências, de cada um desses partícipes, de cada um desses atores que vão oferecer, não só à Subcomissão, mas à nossa SAC e a todos órgãos representativos daqui, de onde quer que seja, as referências para que nós possamos caminhar.

Dessa forma, eu imagino que, se o senhor conseguir levar a bom termo esse relatório e se as pessoas responsáveis puderem fazer dele a recepção de que ele é merecedor, esse relatório não é só a história, esse relatório é um momento especial, é uma virada de comportamento, quando, ao longo de tantos anos, estamos tão preocupados com tantas prioridades que existem neste País e em outros no mundo e a aviação civil se viu um pouquinho distanciada das decisões que deveriam ser tomadas. Muitas das nossas necessidades neste momento não estão sendo atendidas, e nós precisaríamos sim, Sr. Presidente, demais membros desta Mesa, nossos colegas aqui presentes, nós precisaríamos sim, em caráter imediato, que se trabalhasse com grupos específicos, buscando, onde quer que seja, aqueles que possam trazer colaborações no sentido de estabelecermos finalmente e fielmente uma política absolutamente indispensável para o que quer que seja. Não é razoável numa indústria de serviços dessa modalidade, que toma lugar no mundo em dimensões quase inexplicáveis, que cresce em números asiáticos, mesmo aqui na América do Sul, não é razoável que nós tenhamos de viver as dificuldades que vêm sendo encontradas em alguns setores desta aviação.

Vendo meus colegas ali à frente, que representam um determinado grupo, fico imaginando as preocupações de pessoas e de familiares desse grupo. Eles vivem momentos de ansiedade e talvez de dificuldades, sem conhecerem o amanhã de uma atividade absolutamente em expansão. E aí eu diria que faltou planejamento e talvez tenham faltado as míseras políticas que vão dizer por onde é que nós vamos andar.

Assim sendo, quero colocar o nosso conhecimento – pouco, pequeno –, a nossa participação em nome de tantas outras universidades que pretendem trazer alguma luz à nova formação, que é necessária no mundo, por um motivo especial: a aviação, tecnologicamente, desenvolveu-se furiosamente. Os aviadores da minha época, se ficassem 15 anos fora de um avião, talvez não conseguissem reconhecer uma

cabine de voo, tamanha a transformação que a tecnologia nos impõe. E isso deixa claro, mas extremamente óbvio e necessário que se compreenda, que a aviação é formada basicamente de dois elementos: tecnologia e fator humano. Se nós tirarmos qualquer um desses dois elementos, nós não teremos absolutamente nada de aviação. Se tirarmos a tecnologia ou se tirarmos os fatores humanos, nós não teremos aviação nenhuma em lugar nenhum. Se a tecnologia cresce a passos largos, muitas vezes sofrendo o obstáculo da própria necessidade do desenvolvimento do homem, do fator humano que deveria estar engajado nas operações, nós precisamos, o quanto antes, apercebermo-nos de que não é possível se pretender uma aviação segura, uma aviação eficiente em termos econômicos. Afinal de contas, os donos das empresas aéreas, os investidores não criam as empresas aéreas porque gostam de aviões, investidores gostam de lucro. Então, a aviação – obrigatoriamente, como qualquer outro elemento do mundo, do desenvolvimento e daquilo que conduz a ação do homem na Terra – tem que prever a sua evidência, a sua permanência, a sua continuidade por meio do lucro, e não de buscar elementos, recursos e aportes em lugar nenhum dos cofres do governo. Ao Governo, neste momento, a gente já poderia dizer que se pudessem cuidar da saúde, da educação, da segurança e do transporte, as coisas já estariam muito boas. As próprias empresas aéreas têm condições de tocarem os seus próprios projetos; as próprias universidades têm condições de tocarem os seus projetos. Necessário, entretanto, faz-se, Sr. Presidente, que nós tenhamos políticas claras e evidentes, donde saibamos onde vamos fazer, onde vamos pisar para que nenhuma dessas entidades que geram o necessário para o desenvolvimento do social do homem se vejam em situações difíceis.

Neste momento, acho que estamos aqui para falar de formação. Mas, antes de falarmos de formação e de atendermos a esta Subcomissão com o maior prazer, eu gostaria de ter traçado esse mapa e dizer que todo o restante pode ser extremamente pertinente, mas não se pode abrir mão de políticas, não se pode abrir mão da consciência de que não vai dar para se fazer mais nada daqui a 10 anos, quer sejam aeroportos, quer seja formação, quer seja o que quer que seja. Nós estamos, Sr. Presidente, na pior das hipóteses, 20 anos atrasados. Então, chegou a hora de conversarmos um pouquinho e trabalharmos muitíssimo, trabalharmos 24 horas por dia para que o Brasil assuma o papel de liderança que lhe impôs um jovem mineiro chamado Alberto e que tantos outros, tantos outros lutaram para que essa aviação chegasse onde está.

Eu peço, sonho e tenho a perspectiva de que Deus haverá de orientá-lo e de abençoá-lo, assim como toda a sua equipe, no sentido de que leve aos responsáveis a mensagem do que se deve fazer.

Este é o pequeno mapa que eu gostaria de ter apresentado a todos.

Fico à disposição dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem, grande contribuição do Prof. Raul.

Concedo a palavra ao Sr. Manoel Pereira, Diretor de Educação e Tecnologia do Sesi/Senai – Goiás.

V. S^a dispõe de 15 minutos.

O SR. MANOEL PEREIRA DA COSTA – Sr. Senador Vicentinho, Dr. Raul Francé Monteiro, Nelson Rodrigues – a Dr^a Clarice, que saiu, mas você a está representando.

Nós começaríamos a nossa fala citando, Excelência, o pensamento de um pensador francês, que diz que a vista do ponto é o ponto de vista.

Bourdieu é esse autor e, neste momento, nós vamos falar do ponto de vista educacional, que é a única coisa de que entendemos, e dizer qual é o caminho percorrido por Goiás neste momento, especificamente na Federação das Indústrias do Estado de Goiás e pelo Senai.

Neste ano o Senai Brasil comemora 70 anos, 1942, 22 de janeiro de 42. Nós estamos, então, em 2012. É um órgão de formação que se solidificou e, em Goiás, nós estamos completando 60 anos, foi de 52. Por que eu estou dizendo isso? Porque, de 1961 a 1969, havia em São Paulo, pela Vasp e pela Varig, o chamado aprendiz da aviação. Jovens de 14 anos na idade mínima e no máximo 17 anos, que faziam dois anos de teoria e um ano de prática, eram chamados os jovens aprendizes. Depois de 1970, isso acabou. Então, era um contingente de formação de mão de obra que o Senai naquela época já fazia.

Agora nós temos que considerar que a educação profissional do Brasil é composta de três patamares claros: o básico, o técnico e o tecnológico, que seria a graduação tecnológica, curso superior.

Especificamente em Goiás, por que nós fomos entrar em cursos na área de aviação? O primeiro quesito nosso real, do Senai, para entrar em educação profissional é demanda existente. Então, há um contingente estagnado em Goiás do qual falta a titulação de técnico, que seria habilitação técnica de nível médio. Há uma formação de 29 – na realidade, agora são 30 – empresas que trabalham, então, com aviões de pequeno e médio porte; somos o segundo parque do País. Então, essa consideração foi um fator preponderante para que entrássemos na formação de mão

de obra, de qualificação profissional para o técnico em manutenção de aeronaves. Em decorrência desse trabalho, o que o Senai tem feito no Brasil? Em Goiás, ele justificou toda a sua ação indo para o técnico em manutenção de aeronaves e nas suas vertentes que a legislação assim preconiza. Entrando nessa área, nós já estamos neste momento, Excelência, com 120 alunos; entrando agora mais um contingente de 62, nós vamos para 170 alunos.

A primeira turma começa a ser formada agora e, dentro dessa discussão toda, o primeiro quesito para se trabalhar é o quesito da qualidade, e aí os investimentos são muitos. Acreditamos que todas as escolas que vão trabalhar nessa área precisam ter no mínimo a qualidade necessária, porque se tratam especificamente de vidas humanas em todos os setores.

Então, uma das primeiras sugestões que se deixam é que as escolas existentes de educação profissional tenham realmente todo o seu parque tecnológico para que façam aquilo que se pretende fazer de uma maneira bem feita. No caso de Goiás, inclusive, nós temos lá um avião que se monta e se desmonta e, para entrarmos na graduação tecnológica, agora vamos adquirir também helicópteros para complementarmos o nosso parque.

Mas, como nós estamos falando em nome do Senai Goiás e do Senai Brasil, algumas outras ações estão sendo feitas. O Senai de Santa Catarina tem o técnico em manutenção de aeronaves, Pernambuco também está com uma ação dessas, e uma grande ação, acreditamos, Excelência, que deve inclusive ser visitada e deve ser chamada para esta Subcomissão, é a do Senai de São Paulo, que está fazendo um grande investimento, firmas, inclusive, internacionais estão ajudando a montar um parque que vai desde o básico em formação de mecânicos ao técnico, ao tecnológico. Então, acho que valeria a pena verificar essa ação, porque é uma ação em que a instituição está entrando para suprir a carência de mão de obra existente.

No caso específico nosso do Senai de Goiás, para que nós pudéssemos abrir o curso técnico, nós tivemos que abrir um curso de especialização em gestão e manutenção de aeronaves para que nós tivéssemos os professores. Então, foi o primeiro passo, formar professores, e essa formação de professores levou-nos a algumas experiências. O Prof. Raul foi um dos grandes colaboradores para que esse curso se fizesse. Então, nós tivemos que fazer essa especialização para termos agora, neste momento, os professores.

Uma outra questão que se põe: há que se rever a legislação, porque na hora em que se forma um técnico – e aí estou falando de pessoas que cursaram 1.500 horas, no caso nosso específico, mais o estágio super-

visionado, que entram com o Ensino Médio concluído, portanto, que tenham um conhecimento técnico, que tenham o seu registro no Crea – ele deverá esperar um tempo determinado para ter o título de mecânico. Então, que se faça. Quem fez toda essa capacitação, quem tem toda essa habilitação técnica, que neste momento, ao fazer o registro no Crea, ele também tenha homologado na Anac o seu título de mecânico e de manutenção de aeronaves. Então, essa é uma sugestão que nós deixaríamos, acho que desburocratizaríamos essa ação e colocaríamos para o mundo do trabalho, especificamente nesse setor, pessoas já especializadas no assunto.

Mas a instituição caminhou um pouquinho mais e neste momento nós deixaríamos um rascunho aqui. Como nós somos uma instituição de porte nacional – isto é, o Senai existe em todos os Estados do País – nós criamos uma Comissão Brasil que estudou junto com especialistas um itinerário formativo para os transportes aeronáuticos, propondo nesse itinerário a formação de técnico em aviônicos, em técnico em motopropulsor e técnico em células. Fazendo, então, uma base comum para esses três técnicos, essa base é de, no mínimo, 700 horas. Traduzindo isso, significaria um ano de estudos do básico e mais um ano de estudos, que seria a parte técnica. E aí, ele passaria por esses itinerários desde as ciências exatas aplicadas até os específicos do técnico em si.

E a metodologia adotada é uma metodologia que nós chamamos de metodologia de formação por competências. Entendida competência com três elementos que nós chamamos de CHA, o “c” de conhecimento, o “h” de habilidades e o “a” de atitudes. Então, dentro desse componente, ele tem que conhecer, ele tem que ter as habilidades necessárias para a ação e ele tem que ter o caráter ético, as atitudes. Nós estamos implementando um pouquinho mais essa formação por competência, porque nós estamos levando para o Chave, que seria: o “c” de conhecimento, o “h” de habilidade, o “a” de atitudes, o “v” de valores e o “e” de emoções. E aí, a gente vê que quem está na área – foi emocionante o professor Raul falando, porque falou mais com o coração – realmente, é uma área que precisaríamos trabalhar.

Então, dentro desses quesitos das unidades de competência há o quesito do conhecimento e aí, nesse conhecimento, mede-se aquilo que nós estamos acostumados a fazer. Agora, em habilidades e atitudes passam a ser medidos outros fatores. Esses outros fatores fazem com que o saber ser, o saber fazer e o saber aplicar – esses saberes existentes do século XXI para a educação moderna – se façam, então, presentes nos nossos cursos.

Então, dentro dessas perspectivas, tanto o técnico em manutenção de aeronaves em célula, em grupo motopropulsor, como também em aviônicos, são formados dentro dessa metodologia, onde realmente eles são avaliados teórica e praticamente.

Outra questão que precisaria ser feita, dentro da seriedade de uma instituição da qual estamos falando, é que houvesse uma abertura para, além da escola, fazer, em situação real de trabalho, a prática profissional, aquilo que nós chamamos de estágio supervisionado. Essa relação é muito importante para que a escola e o mundo do trabalho comecem, então, a falar uma linguagem comum.

Acreditamos que essa pequena reflexão, com esses dados, contribua para esta Comissão e estaremos dispostos, a qualquer momento, a dar outras informações, a aprofundar um pouquinho mais nessa situação e colocar, inclusive, a experiência também dessa ação que está sendo feita em São Paulo como um fator preponderante que poderia ajudar à reflexão mais metodológica e técnica da ação educacional.

Agradeço o momento e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Agradecemos ao Sr. Manoel Pereira, Diretor de Educação e Tecnologia do Sesi/Senai de Goiás, e registramos a presença do Pablo Henrique, assessor parlamentar da Secretaria de Aviação Civil.

E agora, encaminhando...

O SR. MANOEL PEREIRA DA COSTA – Se V. Ex^a me permitir...

SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Com o maior prazer.

O SR. MANOEL PEREIRA DA COSTA – Seria interessante dizer que nós estamos acompanhados do Prof. José Maria Celestino, que é o coordenador técnico do nosso Curso de Manutenção de Aeronaves, junto com a Gerente de Tecnologia e Inovação, Prof^a Cristiane.

SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Que bom!

Estejam todos convidados para virem mais adiante aqui, mais à frente.

É um prazer tê-los nesta audiência pública.

Para as considerações finais e também para contribuir com esta Subcomissão, nos respondendo a alguns questionamentos, começo com o Sr. Raul, Comandante Raul Francé, que é Coordenador do Curso de Ciências Aeronáuticas da PUC de Goiás.

Qual tem sido, Sr. Raul, o impacto causado pelos cursos de ciências aeronáuticas no meio aéreo desde o seu surgimento, há mais de quinze anos?

Segunda pergunta: qual a sensibilidade dos cursos de ciências aeronáuticas quanto ao futuro da avia-

ção no Brasil? Há algum planejamento por parte do Governo para fomentar os cursos de ciências aeronáuticas?

Pergunta três: os cursos de ciências aeronáuticas podem atender às demandas de outros setores da aviação sem que seja a formação de pilotos?

Outra pergunta: se houver demanda de alunos no seu setor, podemos avaliar que é parte do sistema em crescimento? Isso, por si só, é uma boa notícia ou lhes traz problema?

Outra: os cursos de ciências aeronáuticas estão preparados para auxiliar na formação de uma política pública ampla para o setor?

Outra: qual poderia ser o papel dos táxis aéreos para a qualificação da mão de obra no setor?

Outro ponto: há notícia de que o Dr. Alex Romero, ex-Ministério da Defesa e Anac, tentou implementar junto às instituições de ensino superior vários projetos de pesquisa para a aviação civil. O senhor tem ideia do deslinde desses projetos?

A última pergunta: como o curso de ciências aeronáuticas vê a política de pesquisa do Governo para o setor de aviação?

Essas são endereçadas ao Comandante Raul.

Ao Professor Manoel Pereira, pelo Senai, nós temos aqui três perguntas.

A primeira é: como o Sistema que o Senai apresenta tem feito evoluir o sistema de formação de mecânicos para a aviação civil?

Segunda: há alguma política que, independentemente de órgãos ou verbas públicas, poderia ser benéfica à atividade aeronáutica? Como o Senai vê a política de qualificação de mão de obra para o setor da aviação civil?

Com esses questionamentos, concedo a palavra ao Comandante Raul para, se possível, contribuir nos respondendo a essas perguntas e também para as considerações finais.

Dez minutos, Comandante.

O SR. RAUL FRANCÉ MONTEIRO – Muito bem, Sr. Presidente.

O impacto causado pelos cursos de ciências aeronáuticas no País – ao todo, somos 23 universidades que, de uma forma ou outra, trabalham nesse intuito – fica um pouco mais claro quando a gente verifica a palavra dos dirigentes das grandes empresas de aviação do Brasil.

Todos com quem conversamos nos disseram do seu interesse de que, um dia, quando possível fosse, já não houvesse uma formação técnica para pilotos, mas uma formação baseada no ensino superior e com todas as possibilidades que o ensino superior pode oferecer.

Eu digo isto não tentando, de qualquer maneira, permitir qualquer desvalorização para o que quer que seja, mas para lembrar que a prática brasileira quanto à formação dos pilotos tem, historicamente, cuidado de formar pilotos em cursos que obedecem aos mínimos requeridos pela Organização de Aviação Civil Internacional, da qual o Brasil é um dos signatários.

As universidades, muito diferentemente disso, partem para muito mais, mas muito, muito mais do que os mínimos indispensáveis para a obtenção de uma licença de piloto privado, de piloto comercial, de piloto de linha aérea, enfim. As universidades realmente procuram entender quais são as demandas das empresas aéreas que têm como negócio principal o transporte de passageiros e cargas, e não a formação de pessoal. Se fazem isso nos seus departamentos de ensino, que recebem nomes os mais variados, elas o fazem por conta de que o mercado não oferece para elas essa facilidade.

As universidades vêm exatamente na intenção de oferecer a todas as empresas que trabalham com aviação um profissional que tenha uma formação ampla e que tenha conhecimento realmente daquilo que está acontecendo no mercado. Isso é o que nós podemos entender. Parece que o mercado tem aceitado bem, e a gente fica satisfeito e percebendo que estamos muito distantes daquilo que deveríamos fazer.

Mais à frente, em outra de suas questões, Sr. Presidente, eu vou responder qual o nosso maior problema.

A sensibilidade que temos em relação àquilo que o Governo pretende fomentar em relação a esses cursos. Existe uma coisa em particular que nós gostaríamos muito que o Estado brasileiro pudesse auxiliar, e não seria em nenhuma universidade, em nenhuma escola. Seria para a comunidade, para aqueles jovens, rapazes e moças, que hoje gostariam de ser pilotos. Eu gostaria que essa ajuda fosse voltada a eles, que a bolsa que a Anac vinha oferecendo, a bolsa de horas de voo, que ela vinha oferecendo a uma razão de 75% do total das horas mínimas indispensáveis e que, lamentavelmente, eu acho que os recursos se extinguíram, eu gostaria que essa, sim, fosse uma coisa devolvida ao cidadão brasileiro naquilo que ele merece.

Então, qual a universidade que nós vamos privilegiar? Absolutamente nenhuma. A Anac vai abrir, da maneira que tem feito, um edital, e as pessoas, venham de onde vierem, dentro das condições que a Anac estabelece no seu edital, vão participar. Aqueles que tiverem as melhores qualificações, as melhores notas, não importa, insisto, de onde vierem, conseguirão a obtenção dessas horas de voo, que eu acho uma necessidade, porque o sonho de ser piloto é o sonho de 90% dos meninos do mundo, e pouquíssimos podem

ser. Tenho visto, onde eu trabalho, muitos que são obrigados a desistir dessa formação porque não é muito barato se tornar piloto em qualquer lugar que seja.

Portanto, a minha expectativa relacionada ao Governo, ao Estado, não é apoiar nenhuma universidade, nenhuma escola. Eu acho que isso é questão da iniciativa privada, que tem que cuidar dos seus problemas. Deve-se apoiar o aluno, o cidadão brasileiro que paga impostos e que poderia ser beneficiado via um caminho. Esse é um caminho que eu acho justíssimo e que não está atendendo em particular a nenhum interesse, apenas ao do povo brasileiro.

Se os cursos de ciências aeronáuticas podem atender à demanda de outros setores da aviação sem que seja a formação de pilotos. Sim. Nós já entregamos ao Decea – já estamos em avançado momento do tratamento e discussão – a possibilidade de, quem sabe, um dia, conseguirmos autorização para formarmos controladores de voo. Eles são absolutamente indispensáveis neste momento da nossa vida, da nossa aviação, são pessoas que cuidam de nós aviadores e que, cuidando dos aviadores, cuidam dos passageiros. Eles cuidam de todo o mundo. Então, usando uma linguagem um pouco poética, esses anjos da guarda devem ser formados para ontem.

Então, as nossas universidades, na sua grande maioria, em particular a minha já demandou todos os projetos e entregou a quem de direito.

“Se houver demanda de alunos no seu setor, podemos avaliar que há parte do sistema em crescimento? É, por si só, uma boa notícia ou lhe traz problemas?”.

Eu quero lhe dizer, Sr. Presidente, que nós estamos muito contentes na nossa universidade. O número de candidatos, a demanda é muito alta. Nós estamos muito felizes. Nós estamos infelizes é com a nossa incapacidade, enquanto universidade, de encontrar, no País, professores para atender a essa demanda. Nós não temos professores para isso. Eu poderia, por exemplo, sugerir que um aluno meu, um egresso do curso, depois de conseguir todos os itens mínimos para entrar numa grande empresa de aviação, abdicasse desse sonho e fosse ser professor, para ganhar menos, porque professores ganham menos, o que é muito bom. Estamos felizes porque ficam lá os que querem fazer. Então, está muito bem que ganhamos menos. Fico triste porque o meu dinheiro não dá para comprar um carro importado, mas muito feliz porque estão lá as pessoas que deveriam estar. O sonho desses moços era voar, e não dá para chegar para um comandante de uma empresa brasileira e dizer: “Olha, comandante, o senhor tem uma experiência formidável. Eu precisaria muito que o senhor largasse esse seu salário dessa empresa ‘x’ e fosse trabalhar na universidade

a, b ou c.” Ele vai morrer de dar risada e dizer: “Tudo bem, mas eu faço o que com a minha mulher e com os meus filhos?”. Aí a gente tem um impasse. Nós precisamos de professores...

E aqui, Sr. Presidente, eu quero solicitar a dois colegas da Secretaria de Aviação Civil que nos convoquem para conversarmos a respeito disso. Eu tenho uma ideia. Já apresentei na SAC. Ela não foi muito aceita, mas eu quero lhes dizer que agora encontramos um momento em que não vamos poder prosseguir. E vou retornar à fala da representante da Oaci que está no YouTube: “Quando alguma dificuldade é iminente, mudem as políticas e, enfim, resolvam os problemas e prossigam com aquilo que têm de fazer.”

A próxima questão do senhor, Sr. Presidente, é se os cursos de ciências aeronáuticas estão preparados para auxiliar na formação de uma política pública ampla para o setor. Eu não sei, mas quero aqui me colocar, de pronto, à disposição da SAC, como estou à disposição desta Subcomissão, muito feliz, e ficarei muito feliz de ficar à disposição da SAC e ficarei muito feliz de estar, como sempre estive, à disposição da Anac. Aliás, sou membro do Conselho Consultivo da Anac, pela segunda vez, estive dois anos e estou sendo reconduzido a essa condição, e a gente pode, enfim, ajudar a diretoria da Anac, a Presidência da Anac, em um ou outro momento da sua atividade.

Estou à disposição, senhores.

“Qual poderia ser o papel dos táxis aéreos para a qualificação da mão de obra no setor?”. Importatíssimo. Os táxis aéreos são o primeiro acesso, são o primeiro momento, são o primeiro degrau onde um jovem com pouca experiência poderá adquirir experiência, poderá se colocar em condições... Como disse o Dr. Manoel, agora há pouco, nós precisamos de um estágio. E esse estágio na aviação é impossível. Não dá para a gente dizer assim: “Senhores passageiros, esta aeronave da empresa ‘b’ está, neste momento, sendo voada pelo comandante fulano de tal e pelo copiloto fulano de tal, primeiro-oficial fulano de tal, ambos estagiários da PUC de Goiás.” Aí desce todo mundo correndo do avião. Não é possível se fazer uma coisa dessa na aviação. Portanto, esse estágio não existe. Mas o mundo do táxi aéreo, uma aviação um pouco mais tranquila – sei que o senhor conhece isso, porque é de família aviadora –, é um ambiente muito propício para esses jovens adquirirem a experiência em número de horas de voo reais, voadas, como piloto já experiente, para, depois, buscarem, então, o seu lugar nas cabines das grandes aeronaves, sofisticadas aeronaves das empresas modernas de onde quer que seja.

A seguir, “há notícias de que o Dr. Alex Romero...” Bem, eu estive em uma reunião do Dr. Alex Romero, na

época representando a Anac, e ele convidou algumas das mais importantes universidades do Brasil tanto na área de fator humano quanto na área de tecnologia. Estava lá o pessoal do ITA, estava lá o pessoal da USP São Carlos, estavam lá as PUCs e tantas outras universidades estavam presentes.

Naquele momento, nós iniciamos o preenchimento de um questionário, e ele nos deu uma notícia formidável, para a qual eu continuarei batendo palma porque um dia isso pode vir a acontecer. Nós precisamos, imediatamente, fazer pesquisas que atendam às necessidades do nosso País. As pesquisas de 1913 eram ótimas para a França, assim como as pesquisas americanas que nós usamos cotidianamente no nosso País são excelentes para os Estados Unidos, mas nós moramos num outro lugar. A nossa realidade é diferente. O preço do nosso combustível é diferente. Portanto, as empresas aéreas brasileiras não vivem a realidade das empresas americanas, das empresas europeias e muito menos das empresas asiáticas.

Então, a gente teria de fazer pesquisas específicas para o nosso País. E o Dr. Alex Romero, naquela época, nos disse que seria possível. A nossa universidade foi escolhida exatamente na área de psicologia e fatores humanos e, depois, eu tenho impressão que o Dr. Alex deve ter deixado a casa ou foi para outra situação, e nunca mais se ouviu falar do assunto.

Saudade do Dr. Alex Romero, que não é meu amigo, que eu só conheci nessa situação, mas eu gostaria muito que a SAC e que a Anac tomassem para si a possibilidade de voltarmos a discutir as pesquisas para o Brasil.

Quero dizer para os senhores o seguinte: as pesquisas feitas nas universidades, em 90% dos casos, não custam um tostão para o Estado, custam zero para o Estado, absolutamente nada, e os dados serão entregues para aqueles que precisam desses dados para administrar. Eu diria que os dados que nós temos hoje... Ouvi, numa subcomissão, recentemente, de um homem erudito da academia, que nós não temos dados no Brasil. Eu acho que ele estava dizendo a verdade. Os que temos são superficiais e, enfim, não são aquilo que gostaríamos de ter.

A última questão, Sr. Presidente, “como os cursos de ciências aeronáuticas veem a política de pesquisas do Governo para o setor de aviação civil”, é a única que não sei responder. Peço desculpas, mas eu não sei. “Como os cursos de ciências aeronáuticas veem as políticas de pesquisas do Governo para o setor de aviação civil?”. Não tenho notícia e vou ficar supersa-

tisfeito de lhe dizer. Mando um *e-mail* para o senhor no dia em que souber.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito obrigado.

Com a palavra o Prof. Manoel Pereira, para os questionamentos e suas considerações finais.

O SR. MANOEL PEREIRA DA COSTA – Bom, temos aqui três questões.

Para a primeira questão eu começaria puxando Nietzsche e *Assim Falava Zaratustra*. Ele faz uma discussão sobre o que é a verdade. Naquele momento, ele coloca verdades dizendo o seguinte: se fosse a verdade para os romanos, que eram um povo de direito, a verdade é *veritas*, é um fato passado. Se fosse para os hebreus, que é um povo de profetas, a verdade é *emunah*, que é um povo de futuro, que é o que vai acontecer. Se verdade fosse para os gregos, seria *aletheia*, que é o *hic et nunc*, que é o aqui e agora.

Então, neste momento, a primeira pergunta que se faz eu coloco dentro da ótica “se for, como vamos evoluir?”. Nós temos que considerar o passado olhando o futuro e fazendo o presente, exatamente como se fosse a nossa verdade agora: as experiências do passado, a visão de futuro que nós queremos e, no momento, verificando qual a realidade que podemos fazer.

No momento, o Senai Brasil está trabalhando no itinerário formativo para o técnico em avionônicos. Esse itinerário formativo é a grande contribuição que ele vai dar para dizer a base do conhecimento para essa área, o básico é isso, o técnico é isso, a graduação tecnológica é isso, e a pós-graduação...

Então, esse itinerário está sendo feito, e do técnico nós já poderíamos deixar à disposição. Seriam, então, os itinerários formativos a nossa contribuição.

“Qual a política que o Senai, independentemente de verbas públicas, considera que poderia ser benéfica à atividade aeronáutica?”.

Eu citaria, pensando um pouquinho no filósofo Aristóteles, a questão do ato e da potência. Nós estamos num estágio, que seria o ato, mas que nos leva potencialmente a melhorar. Então, o que seria a qualidade? Seria algo agregado a uma substância. Nesse caso, a política que o Senai Brasil está fazendo independe, realmente, neste momento, de verbas públicas, mas com parceria poderia fazer o que faz de uma maneira melhor, mais ampla e mais abrangente.

E a última questão que se coloca é como o Senai vê a política de qualificação de mão de obra para o setor de aviação. O Senai vê como uma realidade que deve ser trabalhada com muitas parcerias e vê

isso como um mito de qualificação de mão de obra enquanto nós deixarmos ser mitos. Isto é, o mito só é mito se nós não o transformarmos em verdade. Então, seria quebrar esse paradigma e, dentro dessa quebra de paradigma, por que não, Excelência, se, nesse momento em que se faz a qualificação, utilizam-se recursos do FAT para qualificar, utiliza-se o Pronatec, por que não utilizar essas verbas do FAT e do Pronatec para incentivo à formação de mão de obra para o setor específico da aviação? Acho que teríamos alguns recursos para investimento nesse setor.

E aí eu terminaria dizendo das nossas utopias. O que seria uma utopia? Se caminho três passos na linha do horizonte, a linha do horizonte se afasta três passos. Se caminho cinco, ela se afasta cinco, se caminho dez, ela se afasta dez. Mas a utopia existe para que nós possamos estar, num momento como este, discutindo algo necessário para a educação brasileira, especificamente para o setor de aviação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Esta Presidência agradece, mais uma vez, a presença da Dr^a Clarice, do Comandante Raul, do Prof. Manoel, do Nelson Rodrigues, que aqui representa a Dr^a Clarice, numa audiência importante como esta, de excelentes palestrantes, que vão contribuir, com certeza, com o nosso relatório final.

É importante, mais uma vez, ressaltar que esta Subcomissão é estritamente técnica e que nós queremos chegar ao final com um bom planejamento e com boas legislações para avançarmos com relação à melhoria na aviação civil brasileira.

Assim sendo, antes de encerrarmos a presente reunião, convoco os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 13 de junho de 2012, quarta-feira, neste plenário, às 14 horas, para debatermos a indústria aeronáutica no Brasil, com os seguintes convidados: Luis Fernando Vicente Lopes, Gerente de Estratégia de Mercado para a Aviação Comercial, América Latina e Caribe, da Embraer; Vitor Coutinho, Diretor de Inovação da Helibras Helicópteros do Brasil S. A.; Cairon Ribeiro dos Santos, advogado, e Diego Jordão, proprietário da empresa Inpaer, Indústria Paulista de Aeronaves.

Porém, antes, quero agradecer a todos os presentes, aos Srs. Senadores, à imprensa, consultores, assessores e desejar a todos um bom feriado, aos comandantes que aqui estão também, da GOL e de outras companhias aéreas, e um bom final de semana.

Até a próxima quarta-feira.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 52 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quinze horas e cinquenta e três minutos do dia treze de junho de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Vicentinho Alves**, Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a presença dos Senadores **Walter Pinheiro**, **Flexa Ribeiro** e **José Pimentel e Delcídio do Amaral**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Assina a presença o Deputado Federal João Magalhães. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida a tomarem assento à Mesa os expositores: **Luis Fernando Vicente Lopes**, Gerente de Estratégia de Mercado para a Aviação Comercial da América Latina e Caribe – Embraer; **Vitor Coutinho**, Diretor de Inovação da Helicópteros do Brasil S.A – Helibras e **Cairon Ribeiro dos Santos**, Advogado Tributarista. O Senhor Diego Jordão, Presidente da Indústria Paulista de Aeronaves – Inpaer, justificou sua ausência. O Presidente informa que a presente reunião destina-se a debater políticas públicas voltadas para a indústria aeronáutica no Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2012-CISTAC. O Presidente registra a presença do Senhor Paulo Rogério Licati, ABRAPAC; da Senhora Renata Varela, HELIBRAS; do Senhor Mauro Santos de Melo, Ministério Público Federal; do Senhor Paulo Brum, Assessor de Relações Institucionais da EMBRAER; do Senhor Paulo Elias Chuquer, Diretoria da Associação das indústrias Aeroespaciais do Brasil – AIAB; do Senhor Guilherme Franco, ANAC; da Senhora Thaís Portilho, SNEA – Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias; da Senhora Laíla Estrela, ANAC e do Senhor José Renato, ANAC. O Presidente concede a palavra aos expositores. Às quinze horas e quarenta e seis minutos a Presidência é assumida pelo Senador Delcídio do Amaral. O Presidente faz questionamento aos participantes. Os expositores respondem os questionamentos e fazem as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e vinte e três minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vicentinho Alves**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Boa tarde a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil (Cistac), da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Inicialmente, registro a presença do Comandante Paulo Rogério Licati, da Associação Brasileira de Pilotos de Aviação Civil (Abrapac). Seja bem-vindo aqui! É sempre assíduo a esta Subcomissão.

Podem sentar-se aqui na frente todos os que queiram ficar mais próximos.

Registro ainda a presença da Srª Renata Varella, da Helibras – caso a senhora queira sentar-se mais próximo, fique à vontade –; do Sr. Mauro Santos de Melo, do Ministério Público Federal; do Sr. Paulo Brum, Assessor de Relações Institucionais da Embraer, nosso amigo; do Sr. Paulo Elias Chuquer, da Diretoria da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (AIAB); do Sr. Guilherme Franco, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) – seja bem-vindo, Guilherme! –; da Srª Thais Portilho, do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (Snea); da Srª Laila Estrela, da Anac; e do Sr. José Renato, da Anac.

Sejam bem-vindos!

Caso queiram vir aqui na frente, fiquem à vontade.

Passaremos à pauta, mas, antes, convido para tomarem assento à mesa o Sr. Luis Fernando Vicente Lopes, Gerente de Estratégia de Mercado para a Aviação Comercial, América Latina e Caribe, da Embraer; o Sr. Vitor Coutinho, Diretor de Inovação da Helicópteros do Brasil S.A. (Helibras); e o Sr. Cairon Ribeiro dos Santos, advogado tributarista.

Solicito ao Secretário Alexandre que faça constar na Ata e nas notas taquigráficas esta nossa fala inicial, que deixo de ler em razão do funcionamento da Comissão de Orçamento. Estamos votando hoje a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Peço até desculpas pelo atraso do início desta nossa reunião. Dentro de uma hora, terei de lá estar para dar quórum e para votarmos a LDO. Então, hoje, a nossa audiência pública será um pouco diferente das demais, em razão desta minha atividade na Comissão de Orçamento do nosso País.

Com relação às perguntas, vamos encaminhá-las também aos ilustres palestrantes e, naturalmente, va-

mos aguardar, após a audiência pública, se possível, a resposta a esses questionamentos.

Também solicito que nossas perguntas, nossos questionários feitos aos ilustres palestrantes sejam registrados em Ata e nas notas taquigráficas, para que, *a posteriori*, possamos receber as respostas a esses questionamentos.

Desde já, agradeço a compreensão dos ilustres convidados e de todos os que participam desta nossa audiência pública.

Portanto, vamos iniciar nossa audiência pública, ouvindo o Sr. Luis Fernando Vicente Lopes, Gerente de Estratégia de Mercado para a Aviação Comercial, América Latina e Caribe, da Embraer.

V. Sª dispõe de 15 minutos ou do que tempo for necessário para fazer sua exposição.

O SR. LUIS FERNANDO VICENTE LOPES – Boa tarde a todos!

É um prazer estar aqui, prestando esses esclarecimentos a vocês. Vou expor de forma rápida o que temos aqui para mostrar para vocês.

Infelizmente, não teremos as perguntas. Mas estamos à disposição. Posso deixar aqui meu cartão e *e-mails*, para vocês fazerem essas perguntas quando quiserem.

Vou fazer uma breve introdução sobre a Embraer.

A Embraer iniciou em 1949, junto ao Centro Técnico Aeroespacial (CTA) e ao Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), com a missão de fazer pesquisas e de desenvolver a parte acadêmica e o progresso da área aeronáutica.

Em 1969, Ozires Silva, junto com mais alguns colegas, assumiu o grande desafio de iniciar a produção de uma aeronave de transporte de passageiros, que foi o Bandeirantes. Esse foi um grande marco, e assim nasceu a Embraer em 1969.

O segundo grande marco nosso ocorreu em 1994, quando a empresa, já com especialidade muito grande em fabricação de aviões, com um sucesso muito grande na fabricação de aviões, sentiu a necessidade de também haver uma cultura empreendedora dentro das suas instalações. Em 1994, então, a empresa foi privatizada. Iniciamos aí uma segunda fase de sucesso, agora também empresarial e financeira.

Somos, hoje, 17 mil pessoas, e a maioria delas, 91%, está no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Permita-me fazer só um aparte. É que acabou de chegar aqui um grande amigo, o Deputado João Almeida, da Bahia, do PSDB, que é um líder importante deste País. Seja bem-vindo!

O SR. LUIS FERNANDO VICENTE LOPES – Então, em torno de 16 mil pessoas estão no Brasil, a maioria delas, cerca de 15 mil, em São José dos Campos.

Temos unidades operacionais em boa parte do globo: América do Norte, América do Sul, Europa, Ásia, incluindo a China. Vou entrar em detalhes agora.

Na unidade de São José dos Campos, em São Paulo, fabrica-se a maioria das aeronaves comerciais. Então, ali se encontram mais ou menos 15 mil pessoas.

A unidade de Eugênio de Melo fica a cerca de 10 quilômetros de São José dos Campos. É onde está a nossa escola Juarez Wanderley e também nosso Centro Técnico de Pesquisas e Treinamento. Ali também é fabricada toda a parte de cablagem, e são feitos alguns testes de aeronaves.

A unidade de Gavião Peixoto é recente, fica a cerca de 10 quilômetros de Araraquara.

Essa pista é uma pista de teste, tem cinco mil metros. É uma das maiores do mundo. Inclusive, abriga voos alternados da Shuttle americana. Ela é classificada para atender a voos alternativos se há mau tempo em Cabo Canaveral ou em outra parte dos Estados Unidos. Essa pista é uma alternativa para eles. Repito: são cinco mil metros. Só a título de curiosidade, a maioria das pistas brasileiras tem em torno de 2,5 mil, de 2,8 mil metros.

Na unidade de Botucatu, fabricamos o Ipanema, que é um avião agrícola, e também algumas partes do Fenon, executivo. O avião agrícola Ipanema, hoje, é fabricado também na versão etanol. É um dos únicos do mundo que consegue voar com motor *flex*.

A Eleb fica em São José dos Campos também. É uma empresa que faz trens de pouso e alguns outros equipamentos. É uma empresa menor, mas é também do grupo Embraer.

Indo agora para as unidades externas, temos uma unidade em Fort Lauderdale, na Flórida, a cerca de 20 quilômetros de Miami, ao norte. Essa unidade é responsável por *marketing*, vendas e suporte ao cliente, principalmente, de todas as aeronaves comerciais e executivas da empresa.

Na unidade de Nashville, no Tennessee, a principal responsabilidade é fazer a parte de manutenção de aeronaves.

A unidade da Europa, em Villepinte, na França, fica a cerca de 30 quilômetros de Paris e cuida de *marketing*, vendas e suporte aos clientes.

Há a unidade de Le Bourget, que fica a cerca de cinco quilômetros de Paris, dentro do aeroporto de Le Bourget, e que cuida da parte de manutenção de aeronaves.

A unidade da China cuida de *marketing*, vendas e suporte aos clientes somente do país, da China. Fica em Beijing.

A Harbin é uma *joint venture* nossa com a Avic I, que é uma empresa chinesa de fabricantes de aviões, que é um conglomerado muito grande. Nós estamos fabricando lá o ERJ 145, avião de 50 assentos. E, agora, estamos em negociação com eles na fabricação de outros produtos.

Em Cingapura, temos uma unidade de *marketing*, de vendas e de suporte ao cliente que funciona nesse prédio, onde também está a parte executiva e comercial.

A unidade Ogma fica em Alverca, em Portugal, onde se cuida de pequenas partes e também da manutenção de aeronaves Embraer e de outras aeronaves também.

A Embraer, hoje, tem três unidades de negócio fortemente: Aviação Comercial, Aviação Executiva e Embraer Defesa e Segurança. Hoje, vamos falar, com um pouco mais de detalhe, somente da Aviação Comercial.

Nós já fabricamos os aviões da família Regional Jets, da família RJ, que abrigam de 27 assentos a 50 assentos. Hoje, não fabricamos mais esses aviões. As últimas unidades estão sendo fabricadas na China, mas já foram entregues mais de 1,2 mil aeronaves em todo o mundo.

Essa próxima é a família vigente hoje, é o carro-chefe da empresa, é nosso maior faturamento. São aviões que abrigam de 70 assentos a 124 assentos, dependendo da configuração que o cliente escolha, podendo voar até 2,4 mil milhas náuticas, o que equivale a algo em torno de quatro mil quilômetros.

Estes são nossos aviões: o Embraer 170, com 70 a 80 assentos; o Embraer 175, com 78 a 88 assentos; o Embraer 190, com 98 a 114 assentos; e o Embraer 195, com 108 a 122 assentos.

A título de curiosidade, os aviões da Trip, que vocês devem conhecer, são o Embraer 175, com 78 a 88 assentos, e algumas unidades do Embraer 190. E a Azul tem o Embraer 190 e o Embraer 195.

A empresa já vendeu essas duas famílias de jatos em 83 companhias aéreas em todo o mundo. São 51 países. E há mais de 1,5 mil aeronaves em serviço hoje.

Ainda temos uma carteira de pedidos dessa família E-Jets. Foram vendidas 1.063 aeronaves no total da família, 823 já foram entregues, e ainda há 240 aviões a serem entregues, o que totaliza 2,5 anos de produção do produto.

Há uma evolução da base de clientes bastante interessante. Os senhores, que estão acostumados a voar, vão ver empresas conhecidas de vocês e conhecidas em todo o mundo, como a Alitalia, a Delta, a

United Airlines, a US Airways, a Air Canadá, a KLM, a JAL etc. A própria Azul e a Trip estão aí.

É uma aeronave que também se distingue por ser muito flexível, ou seja, você pode trabalhar nos três modelos de negócio que existem hoje dentro da Aviação Comercial.

A Network trabalha mais ou menos como a TAM trabalha hoje aqui, dentro do Brasil. É uma empresa que chamamos de Legacy. Ela faz um serviço intercontinental e também um serviço doméstico.

Há as empresas *low cost*, como é classificada hoje a Gol, e a própria Azul está aí dentro. A Webjet também seria uma empresa *low cost*.

E há as regionais, que seriam a Trip, a Passaredo, a Rico e outras tantas pequenas que existem.

Então, em todo o mundo, trabalhamos nas três unidades de negócio bastante fortemente.

A penetração da Embraer no Brasil, a partir de 2008, é uma coisa fantástica! Esse *boom* que encontramos dentro do País também foi levado para a empresa, e conseguimos fazer vendas importantes na Trip, na Azul. E, até o final deste ano, vamos deter 22% de toda a frota em operação no País. Esse é um fato histórico, inédito. Acho que nós, brasileiros, ainda temos muito que comemorar, porque ainda há muito por vir.

Esse é o avião da Azul. Há diversas configurações de pintura. Essa é uma delas, que a empresa fez para comemorar o 7 de setembro de 2011. Deu alguns rasantes com ele aqui, em Brasília, e também em Santos Dumont.

E esses são os aviões da Trip.

Apresento algumas ideias de quais foram os alícerces de todo esse crescimento.

A demanda doméstica por transporte aéreo no Brasil, para vocês terem uma ideia, já cresceu quase três vezes desde 2003. Ou seja, em oito anos, nós crescemos três vezes a média mundial. Então, com tudo que estamos vendo aqui, nós, como usuários, estamos tentando nos adaptar a esse crescimento, a esse congestionamento de aeroportos, devido a esse alto crescimento da demanda, que foi, realmente, espantosa.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – O Brasil crescendo...

O SR. LUIZ FERNANDO VICENTE LOPES – Treze por cento.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Em relação à União...

O SR. LUIZ FERNANDO VICENTE LOPES – Quatro a cinco. Treze em média, não é?

No ano retrasado, foram 23%; no ano passado, foram 18%; neste ano, nós estamos estimando que

deve ter um crescimento da ordem de 9 a 10% do transporte aéreo brasileiro, em relação a 2011.

Aqui, é para vocês terem uma ideia da expansão econômica.

A população nossa cresceu em torno de 8% nos últimos oito anos e o PIB, 40%. Então, também é outro fator fantástico de um fenômeno sociocultural brasileiro.

A ascensão da classe C, tão falada por aí, é resultado, também, dentro das passagens aéreas, um consumo geral trabalhando em torno de a classe C com 46%, mas em passagens aéreas, ela está consumindo em torno de 53%.

É claro, quanto mais competição no País, isso é mais uma marca de qualquer economia, de escala de qualquer economia, de qualquer produto, quanto mais competição você tem dentro do seu sistema, os preços tendem a cair, tendem a ser mais competitivos, então, nesse mesmo período que nós vimos que cresceu em três vezes o transporte aéreo brasileiro, as passagens aéreas caíram cerca de 60%.

Agora, o interessante de se notar é o seguinte: essa expansão econômica está ocorrendo dentro das cidades médias, não só dentro das cidades grandes capitais. As grandes capitais – nós estamos falando em cidades acima de 500 mil habitantes – tiveram um recuo de participação no PIB de 3%, enquanto que as cidades de 100 mil a 500 mil habitantes estão crescendo em torno de 2,5.

Isso é refletido também nos aeroportos, nos aeroportos médios, que necessitam de muita infraestrutura. A gente tem sofrido bastante, nossas empresas, os nossos clientes sofrem bastante com a falta de infraestrutura nesses pequenos aeroportos.

Para vocês terem uma ideia, os aeroportos de média densidade cresceram 15,4%. Quando falamos em aeroportos de média densidade, nós estamos falando daqueles que não são da Copa. Então, nós temos um grande investimento nos dois aeroportos da Copa e para os demais aeroportos ainda estão sendo planejados investimentos, ainda não estão sendo tão exercidos os investimentos planejados.

Então, esses aeroportos, sim, são os que estão crescendo mais. Cresceram 15%, enquanto os de alta densidade cresceram 11.

Para vocês terem uma ideia, ali em 2010 e 2011, se vocês me acompanharem, foram 25,3% de crescimento, contra 19 neste ano.

O Brasil cresceu 25% e foi muito em função desses aeroportos médios.

Em 2011, 21,4, contra 14,9, contra um crescimento de 18%, quer dizer, sempre os aeroportos pequenos é que estão puxando esse crescimento, não são os aeroportos grandes. Estes já estão bem congestionados.

Esse aumento da competitividade no setor é refletido, também, dentro da competição Gol e TAM. Nas outras empresas existiam só 8%. Hoje, elas estão com 22% e, com a fusão, a união da TRIP com a Azul, essa terceira força passa a ser ainda mais clara, com aviões regionais feitos pela Embraer.

Aqui, há um claro crescimento...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Desculpe eu estar ao telefone. Eu estou convidando o Senador Delcídio, porque é membro também. Hoje, todos os Senadores estão em CPI, etc. Parece-me que ele virá e, aí, ele vindo, eu corro para a Comissão de Orçamento e nós vamos ter um tempo mais apropriado.

Estou tentando zelar pelo bom andamento.

O SR. LUIZ FERNANDO VICENTE LOPES – O senhor dá o tom.

Então, aqui, fica muito clara a expansão das duas empresas aéreas, o quanto elas expandiram em termos de oferta de assentos.

Enquanto TAM e Gol ofertaram em torno de 9% e 6,5%, respectivamente, a Azul e a TRIP ficaram na ordem de 60% no último ano, de 2012 para 2011, na oferta de assentos, quer dizer, o crescimento, na área regional, necessária, foi em torno de 60% contra 8% das duas maiores empresas.

Aqui, um pouco dos desafios e oportunidades que nós temos pela frente.

Nós costumamos dizer que quanto maiores são as aeronaves, menos destinos foram servidos.

Se vocês pegarem dados históricos de 2000, a parte vermelha são as aeronaves acima de 120 assentos e a parte vermelha são as aeronaves acima de 120 assentos e a parte azul, aeronaves abaixo de 120 assentos.

Até o ano 2000, Vasp, Transbrasil, Varig, entre outras, trabalhavam com aeronaves de 100, 120 assentos, por isso tem esses 70% refletidos na parte azul.

A partir de 2003, 2004 – tenho a evolução do gráfico a seguir, mas vamos ficar neste aqui ainda um pouquinho –, as empresas começaram, com as crises econômicas, a colocar os aviões cada vez maiores e a montar as suas configurações de forma que coubessem cada vez mais aviões, tanto é que, hoje, nós não temos mais classe executiva. Nenhum de nós, das duas empresas, oferece classe executiva, hoje, no Brasil.

Essas empresas colocaram cada vez mais assentos só nas rotas troncais, nas rotas de grande demanda, e, é claro, quanto maior o avião, as rotas de menor demanda não se justificavam, não eram viáveis de se ter. Não eram lucrativas rotas que tinham pouca demanda, então, aos poucos, foram retirando algumas rotas, a ponto de a gente perder, em 11 anos, 12 anos

quase, 15 cidades servidas, quando o mercado cresceu três vezes. Este, eu acho, é o grande paradigma: enquanto o mercado cresce em três vezes, nós perdemos 15 mercados, 15 cidades deixaram de ser voadas.

Aqui, sim, há uma comparação de como isso ocorreu, de forma ainda...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Só um aparte.

Senador Delcídio, agradeço demais a presença de V. Ex^a. Hoje, nós temos uma audiência pública das mais importantes para esta Subcomissão, com a presença da Embraer, a presença da Helibras e a presença de um advogado tributarista, que vão contribuir muito.

Eu agradeço a todos pela presença, por terem vindo, atendendo ao nosso convite, e também ao eminente e ilustre Senador Delcídio, que vai contribuir muito com sua presença.

Eu vou correr para a Comissão de Orçamento.

Obrigado. Agora, assumiu um comandante bem melhor, ouviu?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quero agradecer ao Presidente Vicentinho. Agora, entrou o copiloto.

Eu quero cumprimentar... Quem já fez a exposição? Só a Embraer?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – A Embraer está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A Embraer está fazendo agora, é a primeira. Aí, passamos para a Helibras e, depois, para o advogado.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Obrigado, Senador Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – De nada, meu caro Vicentinho.

Eu quero dizer que era para eu ter vindo para cá já, mas hoje está uma confusão danada: CPI, Comissão de Assuntos Econômicos, sabatina do Cade, sabatina de diretor do Banco Central. Agora, o Senador Vicentinho está indo lá, para votar, para ver se dá condição de votar a LDO.

Então, por isso, peço desculpas aos senhores. Se não tivesse, aí, essa confusão toda, eu não tenho dúvida nenhuma de que os Senadores e Senadoras estariam aqui, acompanhando, porque esse é tema em que todos nós temos um... O Senado como um todo tem um interesse especialíssimo com relação a esse assunto.

Eu peço desculpas em nome dos Senadores e Senadoras, porque hoje está um dia muito conturbado e, o pior, na semana que vem, nós não teremos sessões deliberativas. Então, está todo mundo querendo fazer tudo hoje.

Já cortaram, aqui, já deram o sinal de que eu passei do tempo.

Devolvo a palavra ao Dr. Luiz Fernando Vicente Lopes.

O SR. LUIZ FERNANDO VICENTE LOPES – Obrigado.

Quero dizer que não é incômodo algum. Nós, da Embraer, estamos disponíveis. Podemos voltar aqui quando necessário, é só formalizar o convite que a gente volta à Casa.

Aqui, então, eu estou retomando o raciocínio. As empresas aéreas brasileiras começaram a aumentar o tamanho de suas aeronaves e, nesse gráfico em vermelho, vocês podem ter uma noção de que saíram de em torno de 115 assentos por aeronave, chegando até 160.

Esses números só começaram a cair quando a Azul entrou em serviço, em dezembro de 2008. À medida que ela foi entrando com todos os seus aviões, e a Trip também, com 190 e 175, hoje, nós estamos com 144.

Só a título de informação, um país já maduro dentro do transporte aéreo doméstico, que são os Estados Unidos, está em torno de 115 assentos por aeronave.

Este é um outro gráfico interessante. Eu poderia até dizer que o Presidente da Azul, David Neeleman, decidiu entrar no mercado brasileiro em função desse gráfico. Nós mostramos para ele, no final de 2007, o quanto existia de passageiros voando por decolagem.

Então, aqui, nas barras em amarelo, vocês vão notar, no eixo X, que é a quantidade de passageiros que voam por decolagem.

Vamos pegar a última barra, para que os senhores entendam, de 110 a 119 passageiros, 12% dos voos decolados de qualquer aeroporto do País voavam com 110 a 119 passageiros por decolagem.

Então, se nós pegarmos de 50 passageiros até 119 passageiros, 85% de todos os voos que partem deste País saem com menos de 120 passageiros por voo.

Isso é refletido dentro do carregamento, que é a taxa de ocupação de TAM e Gol que vocês podem verificar em qualquer balanço dessas empresas.

Os balanços públicos da TAM e da Gol estão na ordem de 63, 65% do tamanho de seus aviões, cujo tamanho está na ordem de 150, 160 assentos.

Então, o gráfico reflete muito bem a realidade não só do País, mas também das grandes empresas.

Só a título de informação, a Azul... Volta um *slide*, por favor.

Só a título de informação, a taxa de ocupação dos aviões da Azul está na faixa de 85 a 90%. Então, é um gráfico que é bem aderente à realidade brasileira.

Ainda há uma concentração enorme de voos em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro. Hoje, nós estamos

falando que 48% de todos os passageiros que trafegam pelo País têm de passar por uma dessas três cidades, ou nesses cinco aeroportos do Brasil. Então, hoje, esses aeroportos detêm uma concentração muito forte, dentro da malha brasileira.

Com isso, quero dizer que há muitos voos que fazem conexões desnecessárias em aeroportos como Guarulhos, Brasília e Congonhas, principalmente. Ou seja, o avião, sendo muito grande, tem necessidade de parar para pegar mais passageiros. Só assim se justifica um avião tão grande num país como o nosso, senão, os aviões deveriam ser menores.

Há uma sobrecarga muito forte nesses aeroportos, como foi observado antes.

Pode passar.

Mas há um potencial de crescimento muito forte dessa demanda de passageiros.

Aqui, voltamos a comparar com os Estados Unidos, um país mais maduro, onde cada habitante, cada cidadão voa 2,3 vezes por ano. Nós, brasileiros, voamos 0,4.

Vocês podem observar que a taxa, ainda que posamos crescer em relação a um país já desenvolvido, é seis vezes a dos Estados Unidos, e – acreditem – há cinco anos, isso era metade. Então, nós estamos falando de 0,2, ou vírgula dois habitantes por voo, por ano. Hoje, é o dobro. Então, nós crescemos bastante, mas temos ainda muito que crescer dentro do nosso Brasil.

Só a título de curiosidade, temos a prática de fazer alguns exercícios futuros dentro da Embraer, e aqui podemos mostrar para vocês que, hoje, o Brasil é a quinta população mundial, em torno de 192 milhões de habitantes. O gráfico está um pouco antigo, pois já estamos em 196, 198 milhões. Somos a sétima economia mundial, com US\$2,1 trilhões, e o quarto mercado aéreo doméstico do mundo, com 72 a 80 milhões de passageiros.

Em 2014, nós seremos um pouco mais de 200 milhões de habitantes. Não seremos mais a sétima, mas a quinta maior economia mundial e o terceiro maior mercado aéreo doméstico do mundo, com 110 milhões de passageiros, ficando atrás, somente, dos Estados Unidos e da China.

Essa era toda a explanação que eu tinha para passar para os senhores.

Aqui, queríamos colocar algumas medidas que acreditamos sejam de interesse do transporte aéreo brasileiro e da indústria aeronáutica. Trata-se de ideias de um trabalho que estamos ando início dentro da empresa, em que estamos elegendo alguns itens necessários para o desenvolvimento do transporte aéreo. Não queremos parar por aqui e acreditamos ser

oportuno dividir com os senhores alguns itens sobre os quais estamos pensando.

O primeiro deles, dentro do capítulo infraestrutura e aeronáutica, acreditamos que precisa ser dada uma devida priorização dos investimentos em infraestrutura nos aeroportos médios; não só nos aeroportos da Copa. Mas saber em que aeroportos deverá haver investimentos e o que será investido nesses aeroportos. Não basta apenas fazer um pequeno investimento, mas saber qual é a taxa de crescimento desse aeroporto, onde esse aeroporto vai estar em 2014, 2015, que investimentos são necessários em cada um deles.

Precisamos de uma flexibilização da regulação do combate a incêndio. Esse é um assunto um pouco mais delicado. Não sei se os senhores têm conhecimento, mas há a ameaça a vários pequenos e médios aeroportos dentro do País de uma regulamentação colocada pela Anac, que exige alguns caminhões de combate a incêndio que não condizem com a realidade brasileira.

A internacionalização dos aeroportos regionais é um vetor de crescimento. Ela tem muito a ver com a política de integração do País com a América do Sul, que vem desde o ex-Presidente Lula e continua com a Presidente Dilma. Com ela, queremos ter vetores de crescimento e integração dentro da América do Sul por meio do vetor aéreo.

Quanto ao suporte da operação, precisamos de algumas desonerações de carga tributária de produtos e serviços aéreos. Hoje, os serviços aéreos, tanto de manutenção e de suporte, são extremamente majorados, ficando completamente sem competitividade com os serviços externos internacionais.

A agilidade no processo de retorno de exportação temporária também é um dado preocupante para nós, porque as empresas ficam sem suas peças dentro do País. Quando vai para fora, a peça demora demais para voltar uma peça, além disso, há o imposto que é carregado.

Quanto à política de precificação e carga tributária sobre combustível – não sei se alguém da lata ou da Petrobras falou de preços de combustível -, informo aos senhores que o Brasil tem o combustível com o preço mais caro do mundo.

Quanto ao fomento a investimento, a capital estrangeiro, acho que já há algumas ações dentro do Congresso que aumentam de 20% para 49%, mas estamos pleiteando mais do que isso. Acreditamos que poderia ser de até 100%, mas com algumas regras.

Quanto à política de incentivo para novos entrantes, quero dizer que não há uma política do País que dê certa proteção a empresas que estão iniciando novas rotas. Quando uma empresa inicia novas rotas,

ela corre o grande risco de essa rota não dar certo. Dentro do transporte aéreo, há a necessidade de tempo para que uma rota amadureça, cresça e sobreviva.

Aconteceu no passado e ainda acontece muito: pequenas empresas abrem novas rotas, mas grandes empresas entram. Com as grandes têm mais poder econômico, praticam tarifas mais baixas, tiram as empresas pequenas e, tempo depois, também saem. Então, não há uma regra de permanência nem de proteção ao mercado. Não seria a proteção à empresa, mas ao mercado, ao transporte do passageiro.

Quanto aos custos de aquisição de aeronaves – creio que seja o meu último *slide* -, precisamos de mais apoio governamental quanto às exportações e estruturas de financiamento mais adequadas. Ainda existe uma parte que não é financiada, uns 15%, e as garantias necessitam ser melhor pensadas, porque nem todas as empresas conseguem ter estruturas de financiamentos adequadas para realizar financiamentos via BNDES, e financiamento em moeda nacional, que ainda exige um pouco mais de detalhamento, principalmente da parte não financiada.

Era isso que tinha a falar para os senhores.

Não sei se vamos ter as perguntas. Acho que não?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

O Dr. Vitor já falou? Não.

Agora o Dr. Vitor. Depois, o Dr. Cairo Ribeiro dos Santos.

Com a palavra o Dr. Vitor Coutinho, da Helibras.

Quanto tempo o Senador Vicentinho está concedendo?

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco/PR – TO) – Quinze.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quinze minutos. É uma colher de chá dada para a Embraer. A Embraer falou bastante

O SR. VITOR COUTINHO – Bom, eu vou ficar apertado em 15 minutos aqui. Então, uma boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Dr. Vitor Coutinho, com a palavra.

O SR. VITOR COUTINHO – Vou começar também com um pequeno histórico da Helibras.

A empresa foi criada em 1978. Viveu os primeiros dois anos de existência em São José dos Campos, no hangar X-30, do Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV). E a visão de baixo ali era uma panorâmica do primeiro hangar da Helibras.

Pode voltar o outro *slide*, por favor.

Esqueci de citar também que, desde essa época, ela já era considerada um projeto de relevante interesse nacional, por despacho da Presidência da República.

Isso é a chegada do primeiro helicóptero. Existe uma diferença aí. A história da Helibras sempre foi uma história de transferência de tecnologia. Foi o primeiro helicóptero recebido pela Helibras. Dá para ver que ele está praticamente montado já. A partir daí, eles começaram a chegar cada vez mais desmontados.

Um pouco do nosso histórico:

A primeira entrega foi em 1979, culminando com a evolução inclusive de capital da empresa. Vou pular direto para 1990, quando a gente fez uma redução da participação do Governo de Minas Gerais, através da MGI. E ela passou a ter a seguinte composição acionária: Bueninvest, que é um grupo brasileiro; Eurocopter, com 70% e a MGI ficou, então, com 25%.

Essa é a localização da Helibras, em Itajubá, sul de Minas. Colocada aí porque o Governo de Minas foi o parceiro da então Aérospatiale, que implantou a indústria aqui no Brasil. Existiu a necessidade de estar próxima dos grandes mercados, então São Paulo e Rio de Janeiro, e também próximo a São José dos Campos, pela existência do CTA, que exerce as atividades homologação dos nossos produtos.

Aqui temos uma visão da fábrica principal em Itajubá. A parte branca à esquerda é o hangar novo, que foi construído recentemente e que já está em operação. Nesse quadradinho, a nossa unidade de São Paulo. Na verdade, aí há um prédio de quatro andares, mas, escondido atrás dele, há também um hangar de manutenção.

Aqui uma visão da linha de montagem do helicóptero Esquilo, que mudou há um mês e pouco para o hangar novo. São várias etapas da construção do helicóptero Esquilo.

Vocês viram aquele primeiro chegando lá, desembarcando praticamente pintado. Hoje, o que chega é um pouco menos do que aquilo que está ali no alto, à esquerda. É a estrutura principal do helicóptero, como um chassi de um carro, completamente sem equipamento. Ali já se instalou o trem de pouso, parcialmente montado também. E vai fazer o resto das instalações.

Aqui temos diferentes etapas da montagem do helicóptero. No alto, à esquerda, temos a colocação do tanque de combustível, que entra por baixo no centro do helicóptero. Embaixo, temos a instalação da caixa de transmissão principal, já se colocou ali o motor também. É feito um pacote só, como com o carro: motor e caixa de transmissão, em um pacote só. E aí detalhes já da finalização do painel e do interior. No caso ali um helicóptero *vip*, com acabamento de couro branco.

Finalização das etapas de produção, montagem da cabeça do rotor, instalação das pás e da mecânica traseira do helicóptero.

Aqui, temos uma atividade de manutenção também.

A Helibras, além de fabricante, dá toda a parte de apoio para os seus clientes. Então, a gente faz a manutenção das caixas de transmissão, que é um elemento diferente em relação ao avião, um componente importantíssimo do helicóptero.

Desde 1978, iniciamos essa atividade e já reparamos mais de 4,5 mil componentes e mais de 6 mil pás de helicóptero também, que são componentes fabricados em materiais compostos, fibra de vidro e carbono.

Continuando na parte de operação, essa é uma visão do hangar de manutenção. Embaixo, temos atividades em São Paulo também.

Uma parte de treinamento: temos um centro de instrução que especializa mecânicos de helicóptero, que já teve também a parte de formação básica de mecânicos e já formou mais de 10 mil profissionais, em formação inicial. Desde aquele menino que não sabia nada e saiu de lá um mecânico de helicóptero, até mecânicos já experientes que foram fazer o curso específico para um determinado modelo de helicóptero. E também treinamos pilotos.

Agora, entramos numa outra atividade complementar, que são cursos de formação de mecânicos.

Na lista de perguntas, há uma pergunta sobre mão de obra. Temos carência de mão de obra em todos os níveis, tanto do mecânico básico quanto na parte de engenharia, lá na frente, também.

Criado recentemente, o instituto Helibras tem um programa de formação de mecânicos que já está na segunda turma. Há um número interessante: em uma cidade do tamanho de Itajubá, com 70 mil habitantes, abrimos a primeira turma e tivemos 1.940 inscritos – a concorrência é mais apertada do que na maior parte dos vestibulares que conheço. É um curso de três anos e meio. Depois desse curso de três anos e meio, o mecânico vai precisar de três anos de experiência para receber sua carteira. No final desse período, vamos ter um profissional capacitado para o mercado.

É um período longo. Sei que isso já foi discutido aqui. Um dos pontos levantados em discussões anteriores é exatamente quanto a esse período de praticamente três anos para que o mecânico experiente seja reconhecido.

Abaixo, temos o curso de técnicas industriais. Trata-se de um curso mais simples, destinado a preparar pessoas para o trabalho na linha de montagem, que, por ser uma atividade mais controlada e mais limitada, a preparação é bem mais rápida.

O próximo.

Passando para a frota, acho que, em todas as discussões aqui, falou-se muito sobre números. Va-

mos falar também da frota de helicópteros no Brasil, no caso helicópteros a turbina.

Nessa estatística, já estamos com 1.116 helicópteros. Dá para ver que, da nossa linha, temos 593, ou seja, 53% do mercado de helicópteros brasileiros é da linha Helibras, conhecidos de nossos mecânicos, cujo atendimento se dá no Brasil, onde há todo o apoio.

Continuando no mercado, hoje temos 150 helicópteros de nossa linha operados pelas três Forças Armadas, em várias versões, desde o Esquilo, que é um helicóptero pequeno, passando pelo Super Puma.

O Esquilo é aquele primeiro da direita ali, no caso uma versão de bombeiro, de salvamento. Os dois da esquerda são o Super Puma. O primeiro da esquerda é da Marinha; o seguinte, da Força Aérea; e o terceiro helicóptero, ali, é da Receita Federal, que emprega EC-135 de nossa linha, equipados. Aquela peça à direita dele é um farol de busca. À esquerda, aquela bolinha preta é uma câmera de infravermelho, que tem capacidade de visão noturna e também de seguir um contraventor ou um contrabandista a três quilômetros de distância. A essa distância, não se percebe o barulho do helicóptero, e você está sendo acompanhar. Então, esse mecanismo permite o controle de contrabando e descaminho na fronteira de forma muito eficiente.

Há um dado também interessante na segunda linha: 80% dos helicópteros operados por Polícias e Bombeiros no Brasil são da linha Helibras/ Eurocopter. Cobrimos hoje praticamente todos os Estados do Brasil.

Também na última linha, 30% dos helicópteros que trabalham para a Petrobras, principalmente agora, nessa atividade que está explodindo com o pré-sal, são de nossa linha também. E esse número tende a crescer fortemente.

Aqui, temos uma divisão da nossa frota Helibras por clientes. Na parte verde embaixo, temos um quarto da nossa frota, que é de helicópteros de uso militar. Subindo pela esquerda, mais 19% de utilização governamental – incluindo Bombeiros, Polícias Militares e transporte de autoridades, outros órgãos de controle, como o Ibama, IEF –, 12% estão na atividade regulamentada de táxi-aéreo, 8% na atividade de petróleo, *Utility* canhoto, categoria geral, MS e privada com 1%. MS é a parte de ambulância, traslado inter-hospitalar principalmente, já que as aeronaves de resgate fazem parte dos 19% governamentais, com Bombeiros. E 34% a categoria *corporation*, que é a aviação executiva de helicópteros. Acho que já é bastante conhecida em São Paulo a utilização do helicóptero.

Esse quadro mostra uma evolução interessante da frota, a partir da instalação da Helibras no Brasil. As colunas azuis ali correspondem à distribuição da frota em 1979. Vejam que os produtos da nossa linha

tinham 14% de penetração no mercado. Os dados de 2011 já apontam para 53%. Isso mostra o acerto da decisão de se colocar uma indústria aqui. Cinquenta e três por cento desses helicópteros hoje de linha Helibras e a tendência é, cada vez mais, aumentar essa nacionalização.

O próximo, por favor.

Agora, queria falar um pouco também do programa EC-725

A Helibras, ao longo da existência, já teve vários contratos com militares, com as três Forças Armadas. Esse programa EC-725 foi o primeiro contrato assinado com o Ministério da Defesa. Então, é um contrato que integra uma definição comum de helicópteros, uma compra comum. Isso, obviamente, tem muitas vantagens do ponto de compra de equipamento. Foi assinado em 2008 e a primeira linha ali fala de fornecimento de 50 helicópteros às Forças Armadas.

Mas, na verdade, o mais importante desse contrato – o que sempre ouço aqui em Brasília, quando a gente vem falar desse contrato – é que ele é de transferência de tecnologia. Esse contrato visa transferir tecnologia e vem também com a compra de 50 helicópteros.

Essa transferência é feita em quatro pilares, que estão ilustrados nesse *slide*. Primeiro, a capacitação de engenharia; depois, a capacitação para produção de helicópteros. Dá para vermos isso fisicamente com a nova linha de montagem, lá, em um prédio de 11 mil metros quadrados.

Um centro de treinamento também, equipado com um simulador da maior categoria possível para um simulador de helicópteros. Ele vai permitir um piloto fazer a conversão para esse modelo de helicóptero, sem voar na máquina real. Ele simula, inclusive, a parte de movimentação física dos helicópteros.

A expansão e implantação de um polo de manutenção, reparo e revisão de helicópteros e componentes de helicópteros e, também, termos, no mercado nacional, equipamentos de helicópteros, como os motores, que também vão ser mantidos no Brasil.

Nesta transparência, procuramos mostrar, rapidamente, uma parte dos componentes que vão ser nacionalizados com a produção do 725, no Brasil, e algumas empresas que já vão participar desse processo.

Chamo a atenção – no canto esquerdo, embaixo – para a estrutura intermediária. É uma peça de estrutura primária de helicóptero. Estrutura primária significa que é aquela que realmente carrega uma parte do peso da máquina e compõe o corpo dele, que vai ser feita no Brasil pela Inbra, uma empresa tradicional nesse tipo de fornecimento e materiais compostos. Essa é uma tecnologia que ainda não temos no Brasil. O processo

já está adiantado. As primeiras peças que vão compor essa estrutura já estão fabricadas e sendo ensaiadas para fazer parte da homologação.

Depois, subindo pela esquerda ali, há uma peça chamada punho. É a peça que segura as pás na cabeça do rotor do helicóptero. Essa é uma peça vital também, sendo empregadas cinco dessas por cada helicóptero. E estão sendo desenvolvidas aqui no Brasil pela Toyo Matic, que, se não estou enganado, já é um fornecedor da Embraer também. As primeiras peças já foram fabricadas, envolve usinagem e medições de altíssima precisão. Elas agora estão sendo verificadas, para validarmos essa fabricação brasileira.

Estamos trabalhando, e esses fornecedores vão ser integrados na cadeia mundial de fornecimento dessas peças. Isso significa que elas poderão ser exportadas também. Além de serem fornecidas para a produção brasileira de helicópteros, vão poder ser exportadas.

Subindo ainda pela esquerda ali, tenho o cone de cauda do helicóptero. É uma estrutura clássica de alumínio, como temos na maior parte dos aviões ainda, também feita pela Aernnova do Brasil, um fornecedor tradicional da indústria aeronáutica brasileira.

Passando ali para a parte direita superior, temos que a própria Helibras vai fazer a montagem das caixas de transmissão do helicóptero. Vai fazer a integração dessa transmissão com os outros, também, para compor o pacote completo, e vai fazer a parte de teste também. Já tenho o banco de testes instalado e funcionando. Esse mesmo banco vai servir também para fazer os ensaios após manutenção.

À direita, embaixo, a gente vai equipar o cone de cauda fabricado pela Aernnova com todas as peças que vão nesse cone. É uma atividade pré-linha de montagem. A última coisa lá é a fabricação das cablagens elétricas do helicóptero: a cablagem básica e a cablagem dos equipamentos de missão.

No quadro do centro, dá para ver a relação de todas as empresas já envolvidas nesse processo. Já citei Inbra, Toyo Matic, Aernnova. Mas há também a Holding Shuarts, que produz rádios aqui; a própria Helibras e Takar, que é fabricante de ferramentas; Master, RCS, GNS e Unisteel, que são empresas da própria Itajubá, que hoje inclusive estão sendo contatadas para fornecerem para a Boeing, e já foram contatadas pela Embraer também, resultado desse desenvolvimento. Mais abaixo, a Turbomeca, Microtube e Sagem, que vão produzir motores, unidades auxiliares de potência, que são microturbinas que acionam o gerador e o piloto automático do helicóptero; Hélio Eletrônica no Rio Grande do Sul, com componentes eletrônicos.

Aqui, temos uma visão do que vai ser o simulador que vamos instalar no Rio de Janeiro. Ele simula

fielmente a cabine de helicóptero. Dentro dessa bola, há uma câmera de projeção esférica que mostra a projeção da paisagem. Ela é montada em cilindros hidráulicos que permitem a movimentação da cabine simulando o movimento real do helicóptero. Esse simulador vai permitir não só o treinamento dos pilotos das aeronaves militares, mas também o treinamento e a reciclagem dos pilotos dos helicópteros que trabalham para a Petrobras. É o caso do 225. Já temos aí 14 deles operando para a Petrobras.

Aqui temos a visão das três primeiras aeronaves já entregues, em dezembro de 2010. Aqui uma aeronave seguinte chegando à linha de montagem. Aqui, se a gente for andando nos *slides*, vai ver uma parte da equipe Helibras sendo treinada na fábrica da França. Os números são grandes. Temos 96 brasileiros que vão receber esse treinamento e trazer essa tecnologia para o Brasil. Também teremos 44 assistentes técnicos terminando essa transferência de tecnologia.

Aqui, vemos uma parte da equipe que está fazendo o trabalho na linha de montagem. Aqui temos os helicópteros, que vão chegando, em sequência, cada vez mais desmontados.

Essa aí é a última etapa a que vão chegar. Como mostrei, o Esquilo tem praticamente o chassi do helicóptero. É assim que o 725 vai chegar ao Brasil, a partir do vigésimo terceiro, vigésimo quarto helicóptero.

Aqui temos uma visão do helicóptero do Exército, de um contrato de 1988. Eles foram entregues a partir de 1990.

O helicóptero é uma máquina que deve ser reformada a cada dez anos. Ele pode sofrer melhorias, modernizações. Essa máquina, com 20 anos, vai sofrer uma modernização profunda, incluindo até a troca dos motores. O painel será completamente modernizado, com telas de cristal líquido, receberá um novo piloto automático. Tudo isso foi projetado com a participação da Helibras.

Os ensaios em voos já começaram para os protótipos aí. E, na sequência, na fábrica da Helibras, vamos modernizar as outras 34 aeronaves do Exército Brasileiro desse modelo.

Seguindo, temos o mesmo trabalho sendo feito no helicóptero Esquilo, também a modernização de painel, tudo isso projetado pela Helibras. Essa é uma modernização mais simples, porque não envolve a troca dos motores.

Temos aqui o aspecto de geração de empregos. A Embraer começou com um número de 17 mil funcionários. Aqui, temos mil. Em 2105, vamos atingir mil funcionários, a maior parte com nível técnico, sendo que o nível técnico em aviação e em helicóptero é extremamente elevado. Vinte e oito por cento têm outras

especializações de nível superior e 14% são engenheiros. A formação desse pessoal é apoiada por um programa de intercâmbio Internacional. Formamos os engenheiros no Brasil. Eles passam uma temporada na Europa e retornam com mais conhecimento ainda.

Esta é uma visão do nosso centro de engenharia, já nas novas instalações. No gráfico à direita, temos a evolução dos engenheiros dedicados ao projeto na Helibras.

Tradicionalmente, a Helibras passou vinte e tantos anos com uma média de sete engenheiros no setor de projetos. Desenvolvemos opcionais para helicópteros. Agora, nossa equipe já foi para 54. Em número absoluto, parece que não é muito grande, mas, para a proporção da empresa, é enorme. Agora, o que também estamos fazendo é enorme em relação ao que se fazia no passado.

Quanto a outras atividades, temos convênio com a Universidade Federal de Itajubá para desenvolvimento técnico científico. Fazemos desde pesquisas básicas até desenvolvimento de atividades, especialização de engenheiros. Há um negócio importante que está lá na segunda linha: apoio à criação do Centro de Tecnologia de Helicópteros – CTH. Não sei se algum dos senhores já ouvir falar nesse nome, mas existe uma diferença na história do helicóptero. O avião começou a partir da criação do CTA, que depois fez o projeto do Bandeirante. Em seguida, foi feita a Embraer em cima disso. A Helibras, no caso, já é uma indústria de helicópteros existente. Estamos apoiando a criação do Centro de Tecnologia de Helicópteros, que vai ajudar a desenvolver a tecnologia de helicópteros no Brasil para, a partir daí, termos o helicóptero brasileiro. Isso faz parte dos nossos planos.

Aqui temos uma visão arquitetônica do novo prédio. O importante ressaltar que temos 11 mil metros² de área construída. A inauguração está para ser agendada.

Aqui, temos a visão do prédio por outro ângulo e uma visão interna da linha do Helicóptero 725. Embaixo, à direita, temos a fabricação de cablagens assistidas por computador, tanto para a parte de definição, projeto, quanto para a parte de testes de cablagens.

A instalação do banco de ensaios que é utilizado para a caixa de transmissão. Aquilo, em vermelho, é uma caixa de transmissão de calibração, que foi utilizada para calibrar o banco. Na foto central, temos a equipe brasileira juntamente com a equipe francesa que veio aqui finalizar o trabalho.

Então, os nossos objetivos são: estabelecer aqui uma verdadeira indústria nacional de helicópteros capaz de conceber, projetar, construir, homologar e fabricar, em série, esses helicópteros.

Embaixo, temos uma declaração da Eurocopter que afirma que, dentro do Grupo Eurocopter, do qual a Helibras faz parte, seremos o quarto pilar. Isso vai nos colocar no mesmo nível da Alemanha, da França e da Espanha, que hoje compõem o cerne do Grupo Eurocopter.

Este esquema mostra, um pouco, como está o desenvolvimento da nossa tecnologia. Antes do projeto 725, havia o triângulo da esquerda, que chamávamos de legado. Éramos capazes de dominar uma parte da tecnologia do helicóptero, basicamente equipamentos de missão para helicópteros leves e médios. Com o projeto do EC 725, estamos desenvolvendo toda a capacitação para instalar e integrar equipamentos de missão no helicóptero, desde a instalação simples de blindagem até a instalação de equipamentos que permitam ao helicóptero operar com um radar de busca naval e disparar mísseis exocet.

No quadrado amarelo, à direita, em cima, temos a modernização dos helicópteros Pantera, do Exército, e do Esquilo, que nos está dando capacitação de instalação de motores nos helicópteros. O que está faltando – naquele o pequeno quadro roxo – é a última etapa de desenvolvimento.

Quanto ao conhecimento básico de projetos de helicópteros, hoje, já sabemos montar helicópteros, equipar helicópteros, faltando, apenas, projetar um helicóptero básico. Esse é o nosso objetivo para 2020. Estamos trabalhando para isso.

Na sequência, trago aqui algumas sugestões para este fórum, aquilo que a Helibras enxerga como necessidades de evolução.

Rapidamente, hoje, para sermos reconhecido na Europa como uma indústria aeronáutica independente, dependemos de um acordo bilateral que está sendo negociado entre a Anac e a Easa, que é o equivalente europeu, para que possamos receber o certificado de organização de produção reconhecido na Europa. Já temos um certificado de organização de produção emitido pela Anac, mas, na ausência desse acordo bilateral, ele não é reconhecido diretamente na Europa. Então, essa é a nossa primeira necessidade. Sabemos, por informação de retorno, que essa é uma discussão que ainda deve levar de um ano e meio a dois anos, mas seria importante que fosse agilizada.

O segundo ponto é exatamente a implementação do Polo Aeronáutico Brasileiro de Helicópteros, em Itajubá, que faz parte de um dos projetos estruturantes do plano Brasil Maior. Contamos com forte apoio do Governo de Minas Gerais, que tem um projeto de implementação de quatro polos aeronáuticos em Minas Gerais, sendo que um deles é exatamente em Itajubá, para helicópteros. Um dos pontos de apoio desse proje-

to é exatamente o CTH, que está sendo implantado, que vai ser implantando no parque tecnológico de Itajubá.

Mudando complementemente o nosso foco, passaremos para a parte de manutenção.

Os helicópteros são máquinas de utilização particular. Como mostrei, 80% da força pública brasileira trabalha com helicópteros Helibras. Então, a Helibras tem a grande responsabilidade de apoiar essas máquinas em todos os Estados brasileiros.

Hoje, a Anac, com uma política bem intencional de incentivar a implantação de oficinas locais, restringe a quantidade de atendimentos que uma oficina pode fazer fora da sede, o que nos cria complicações. Temos contratos com praticamente todos os Governos estaduais para apoio da frota de helicópteros, e temos restrição quanto a mandar equipes para atendimento local. Em março do ano passado, por exemplo, foi negada autorização para atender os helicópteros da Polícia da Bahia que voaram bastante no carnaval e, em março, estavam vencidos. O resultado foi que tivemos de trazer dois helicópteros de Salvador até Itajubá para fazer uma inspeção menor, quando ela poderia ter sido feita no local, em três dias, pelos mecânicos enviados pela Helibras.

Hoje, a Anac já evoluiu. Ela não restringe uma intervenção por mês em cada local. Ela está sugerindo quatro, mas, como as frotas estão crescendo, isso ainda não é suficiente. Precisamos de autorização para o atendimento de um maior número de intervenções fora da sede, para o atendimento dessa frota pública.

O próximo *slide*.

Outro aspecto também ligado à manutenção – e aí vai um pouco da legislação brasileira ou da parte fiscal – é que existe uma figura conhecida na aviação mundial que é a troca *standard*. Dá-se o seu equipamento que chegou ao final de seu potencial e se recebe um equipamento novo ou revisado. É muito comum fazer com motor de carro, motor de Fusquinha. Quando o motor acabava, trocava-se por um motor retificado e pagava-se a diferença.

Essa figura não existe na legislação brasileira. Para realizar uma troca *standard*, é preciso vender o equipamento ao fim de sua vida útil, o equipamento a ser revisado, e comprar, de volta, um equipamento revisado, com transferência de dinheiro, com toda a burocracia de uma venda e de uma compra. É um processo bastante pesado para os nossos clientes e, principalmente, para os operadores governamentais. Para se comprar uma caixa de transmissão, uma turbina, para o governo de um Estado, é um processo pesadíssimo. Então, se há necessidade de fazer a troca de uma turbina por outra revisada, entra-se em um processo tão complicado que acontece de o heli-

cóptero ficar três meses parado enquanto o motor é revisado. Enquanto isso, o atendimento à população fica prejudicado.

O outro ponto também ligado ao tráfego de peças é a figura do AOG, que é uma expressão corrente na aviação, em qualquer parte do mundo. A AOG significa *aircraft on ground*, ou seja, aeronave parada. É aquela peça da qual a aeronave depende para voltar a voar. Às vezes, é uma peça pequeninha que está imobilizando a aeronave. Você prega uma etiqueta AOG e, em qualquer lugar do mundo, essa peça tem prioridade, porque se sabe que ela está bloqueando uma aeronave. Isso não é conhecido aqui no Brasil. Aqui não existem procedimentos, não existe legislação, a menos que já tenha sido feita alguma coisa recente, o que eu desconheço. Perdoem-me a ignorância, mas até onde sei nunca vi um procedimento para agilizar a entrada ou o tráfego de uma peça em AOG aqui no Brasil. Portanto, deixo esse ponto também como um pedido.

Passamos aos dois últimos pontos que eu queria apresentar.

Este se refere à área fiscal. Como eu disse, vemos grande parte das nossas aeronaves para governos ou para instituições que têm isenção de impostos. No entanto, quando chega o material para a produção desses helicópteros, retemos impostos que, depois, vão virar créditos, mas não há uma compensação direta.

Quanto ao ponto de cima, na verdade eu invertei a ordem com relação à transparência. A Helibras, sendo uma fábrica que também exerce por necessidade a atividade de manutenção, nela, as peças de produção têm um regime fiscal diferente das peças de manutenção, o que impede, legalmente, a utilização de uma peça de produção para atender uma aeronave que está em manutenção, o que nos leva a situações esdrúxulas como ter um helicóptero, às vezes de um governo, parado, precisando de uma peça. Temos, pelo menos, dez peças dessas na linha de montagem, e, legalmente, não podem ser usadas, porque a peça que entra para a linha de montagem entra com redução de imposto, se ela for utilizada para manutenção – setor em que as peças têm um imposto maior –, será configurado um não pagamento de imposto. Então, isso cria um problema legal que prejudica enormemente o atendimento a aeronaves em situação de urgência.

Era o que tinha para apresentar.

Agradeço-lhes pela paciência. Não sei se atrolei alguma coisa e se fui claro. Fico à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/ PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Vítor Coutinho.

Passo a palavra ao último orador inscrito, Dr. Cai-ron Ribeiro dos Santos, advogado tributarista.

O SR. CAIRON RIBEIRO DOS SANTOS – Obrigado.

Boa tarde a todos! Fui convidado para falar sobre a questão tributária no setor da aviação civil. Pretendo desenvolver três macroassuntos, aqueles que considero mais importantes: a condição do sistema atual; a condição de um sistema que seria o ideal para o futuro, com modificações; e, também, o planejamento tributário. Esse toca em um assunto que talvez seja o segundo mais importante de uma empresa, de uma indústria aeroespacial ou de uma empresa que faz transporte de pessoas, de cargas ou da prestação de serviços envolvida nas empresas de manutenção.

Esse custo é muito elevado, porque é o custo tributário. Como fazer para que seja adequado? O sistema atual, brasileiro, é um sistema complexo que necessita ser simplificado. Ele também é um sistema que carrega consigo alíquotas muito altas. Por que as alíquotas tributárias são altas? Todos nós sabemos que há uma demanda de toda a sociedade, dos empresários, do empregado, da sociedade civil, do Governo, de todos os setores do Governo. Todos concordam que há necessidade de uma reformulação do sistema tributário. É claro que, não sendo ingênuo, não acredito em uma reforma tributária ocorra, efetivamente, de uma vez só. Até acho que não seria ideal a ocorrência de uma grande reformulação.

Então, a reforma tributária deve acontecer como se come mingau quente, pela beiradas. Tem de se fazer uma reformulação no sentido de que, de fato, ela venha a operar resultados, se não, vamos ficar só no campo das discussões.

O que seria o ideal, o que a reforma tributária pode operar no Brasil? O Brasil, infeliz ou felizmente, tem uma carga tributária que os países da Europa e os próprios Estados Unidos estão buscando, com modificações que eles estão visando implementar. Temos uma carga tributária que incide basicamente sobre o preço, que é agregado, nós temos uma tributação sobre o consumo que incide sobre o que se agrega, que é o ICMS, o Imposto Sobre Serviços, esse já cumulativo, mas que vem dessa idéia também. Os Estados Unidos têm uma carga tributária mais dirigida, especificamente, sobre cada produto, sem descontar a etapa anterior.

Agora, sobre esse assunto, quero comentar que o Brasil tem essa carga tributária muito elevada, então nós temos uma gordura para queimar. Essa carga tributária elevada vem de um sistema que, ao longo do tempo, é um sistema... A economia brasileira não é formalizada, ainda há uma informalidade muito grande. À medida que essa economia vai-se formalizando – e ela está se formalizando a passos largos –, temos condições de fazer a redução da carga tributária. É

esse o ponto que quero discutir. É essa a possibilidade real, prática, de se fazer a redução da carga tributária.

Já há três Governos – o atual, o Governo do Presidente Lula, o Governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso – veio uma política fiscal no sentido de se fazer setorização, concessões, reduções e incentivos fiscais setorizados. Para uns, são incentivos para setores. Não vejo dessa forma. Vejo que o sistema tributário tem de ter uma ciência, tem de usar a matemática. O sistema tributário tem de permitir que setores sejam identificados de forma científica, com um estudo – e aqui entendo que os organismos que congregam a indústria aeroespacial brasileira devem promover esses estudos e apresentá-los ao Congresso, para o Governo, para o Ministério da Fazenda e a Receita Federal –, para mostrar que há possibilidade de fazer essas reduções setorizadas.

Como se faz uma redução setorizada e por que ela tem de ser setorizada? E Talvez, até, no futuro, com mais eficácia, até individualizada por produto? Porque se você vai fazer um celular ou uma caneta ou uma mesa como essa, o processo produtivo é muito diferente. Se vai construir um avião ou montar um avião, os processos são muito diferentes. Por que o tributo tem de ser isonômico para cada produto?

Acho que entendemos essa isonomia de forma diferente do que deveria ser. Acho que há isonomia quando se faz a alíquota calibrada, ajustada, pensada, percentualmente, para cada produto. Penso que isso ainda é algo para o futuro, mas ainda vamos chegar lá.

Acho que, hoje, poderemos setorizar pela indústria, pelo comércio, na manutenção, cortar os gargalos existentes, que são muitos. Pensem em uma indústria, por exemplo. Estive conversando com as pessoas aqui da Embraer e da própria Helibras. Quando se vende avião para o Governo, para o Estado, que são isentos, que não têm tributação, há uma imunidade, a quantidade de crédito que entra é muito grande. Então, agrega-se um crédito, quando não deveria ser. Deveria haver um posicionamento burocrático anterior que evitasse que esse crédito se acumulasse idêntico ao Imposto de Renda das pessoas físicas, em que se paga o imposto e recebe uma restituição no ano seguinte.

Por que receber essa restituição? Qual o motivo da existência dessa restituição? Por que não é feito um estudo no sentido do não pagamento desse imposto e de que não houvesse restituição ou que as coisas se encontrassem?

Então, existem alguns procedimentos burocráticos....Até escrevi um artigo sobre esse assunto, e as pessoas ficaram assustadas. Sou contra a declaração de Imposto de Renda. É uma solenidade que existe e que poderia ser dispensada. Por que os contadores, as

peessoas, em abril, têm de cumprir aquela solenidade com a Receita Federal, têm um prazo para entregar? Acho que isso deveria ser feito no cotidiano, dia a dia. Não é preciso uma solenidade, uma data específica para que isso seja feito. A sociedade brasileira, que vem se formalizando, as empresas que vêm reduzindo a sonegação de impostos merecem um sistema tributário com um estudo científico. Aqui, a nossa carga tributária muito elevada permite que haja essas reduções setorizadas, o que entendo seja uma forma de fazer uma reformulação do sistema tributário. Entendo que é aplicável e que está ocorrendo, só que deveria ocorrer de forma mais rápida, atendendo mais setores, inclusive, esse setor de tecnologia.

Deixe-me dar um exemplo aqui, Senador. O Brasil vem fazendo incentivos de PIS e Cofins para a área de tecnologia. Fizemos incentivos para área de linha branca, para a área de automóveis, agora houve um incentivo do IPI. Qual é o setor mais tecnológico do que o aeroespacial? Então, é um setor que merece ter esse incentivo, sim, porque emprega, porque é um setor de tecnologia, porque educa, forma técnicos, realiza intercâmbios e busca tecnologias de outros países.

Então, acho que o incentivo fiscal não é um palavrão. Muito ao contrário, estamos acostumados a ouvir falar em guerra fiscal dos Estados, com o ICMS. É um assunto sobre o qual existe essa concorrência desde sempre, desde que o mundo é mundo. A guerra fiscal entre os países, Brasil e todos os outros países, sempre existiu, sempre existirá. Então, guerra fiscal não é um palavrão, incentivo fiscal não é um palavrão.

Qual é a forma mais correta de se fazer uma política de desenvolvimento de algum setor, ou de alguma indústria, ou de algum determinado local da Amazônia, ou de algum setor longínquo? Qual é a melhor forma, a forma mais rápida, a forma mais desburocratizada? É o imposto, o tributo. É através da calibragem dessas alíquotas que se incentiva, coloca incentivos, tira incentivos, que se traz essa produção, que se faz essa concorrência interna, entre as Unidades Federadas, entre os Municípios, e externa. Como se vai vender o avião aqui dentro? Como vendê-lo lá fora? Como fazem as empresas daqui que precisam comprar um avião lá fora? Qual é a tecnologia jurídica para adquirir uma máquina, um bem desse? Qual é a tecnologia jurídica? Qual contrato se vai usar? Nós vamos pegar emprestado o contrato de *leasing*, uma coisa inventada pelos americanos há tanto tempo? Sim, pegamos emprestado. Ou vamos lá, faz-se a comprar e a venda e leva-se o helicóptero para casa? Como é feita essa transferência? Tem-se um bem, uma casa? Compra-se, vende-se? Há transferência? Há tributação? Então,

acho que o incentivo, que a regulamentação tributária desse setor merecem ser feitas.

Por fim, quero dizer que o sistema tributário ideal é aquele que contempla estudos, contempla o estudo da indústria, da transportadora de pessoas, da transportadora de cargas, da manutenção dos taxis-aéreos. As empresas de taxi-aéreo, no Brasil, e os aviões que transportam, digamos, 90% do PIB brasileiro, as pessoas que estão ali, são desorganizadas. Essas empresas menores, médias, pequenas, não têm regulamentação, não têm aeroportos. Moro em Goiânia, lá temos um aeroporto na região oeste da cidade. Temos um aeroporto grande, o Santa Genoveva, em outra região. Na região onde as pessoas realmente usam helicópteros não tem heliponto, por exemplo. Moro num condomínio que tem, mas onde estão os condomínios, não há. Por que não permitir que se faça isso?

São detalhes, são questões que, por meio da tributação, por meio do imposto, por meio da regulamentação daquilo que mais dói nas empresas e nos contribuintes, que é o bolso, por meio dessa regulamentação, se faz a política. Quero defender aqui que o tributo é a melhor forma de se fazer política, se houver a calibragem das alíquotas, por setor, a setorização e o incentivo setorizado. No futuro, essa setorização, essa calibragem de alíquota, deveria ser por produto, e não só por setor. Aí, sim, vamos alcançar um estágio de desenvolvimento e de cooperação do Direito e de integração do Direito com as normas de contabilidade geralmente aceitas, internacionais.

O Brasil tem uma nova contabilidade que está brigando com o Direito, ainda. Nós estamos vendo fatos como os que ocorreram na TAM, que resolveu contabilizar os seus aviões, mesmo sendo de *leasing*. Estamos vendo possibilidades de depreciações reais, possibilidades de atualizações de patrimônio e atualização real, atualização para o valor que realmente tem. Há essa possibilidade na empresa, a tributação é ainda complexa, e como é que isso acontece quanto à pessoa física? Tem-se uma declaração de Imposto de Renda, nela há uma fazenda que vale R\$20 milhões, R\$30 milhões, e ela está registrada por R\$1 milhão, por R\$200 mil, R\$300 mil. Como vamos resolver isso na pessoa física? Nas pessoas jurídicas já existe essa possibilidade. Contingencia-se o possível pagamento de tributos para o futuro. Quanto à pessoa física, não resolvemos isso ainda.

Há uma demanda muito grande e, se não resolvermos isso, o Brasil conta as suas propriedades de forma inferior. O patrimônio das pessoas fica pequeno. Não é o patrimônio real. É uma mentira. É um sofisma. Ainda não temos uma situação real.

Acho que a aviação é um setor tão importante, tão tecnológico que tem um futuro maravilhoso, como o que foi mostrado aqui nas transparências. Eu acredito piamente que, realmente, haverá esse desenvolvimento.

Na minha cidade, por exemplo, existe uma quantidade muito grande de pessoas que estão interessadas em adquirir helicópteros e aviões pequenos. A aviação executiva tem aumentado também bastante. E isso gera o quê? Gera economia, gera empregos, gera mais recolhimento de impostos. Se se faz esse estudo equilibrado e adequado a cada setor e se implementam essas políticas, com a facilidade legislativa que a tributação... se se vai mexer em algum tributo, por exemplo, que a União tem controle, IPI, Imposto de Operação Financeira, que nós temos com contratos de aeronaves, não é necessário nem legislação, mas vontade política do Governo, pois por meio de decretos, isso pode ser feito, mas os outros tributos, não. Temos que ter aqui um estudo.

Então, acho que o sistema tributário tem dois pilares. Há o pilar da redução da carga tributária. Felizmente, o Brasil tem uma carga tributária alta. Antigamente, eu diria infelizmente. Hoje, digo felizmente, porque acho que essas crises da Europa, de países como a América do Norte, que agora estão tentando se desenvolver, o Brasil sai na frente, porque não é necessário mudar a legislação.

O Brasil pode fazer uma política de redução das alíquotas, fazer essa especificidade do tributo, fazer uma calibragem de alíquotas, pelo menos, por setor, porque já dispõe de um sistema tributário com altíssimas alíquotas. No futuro, o ideal seria calibrar o tributo por produto. Por quê? Porque, se há uma verticalização na produção ou uma horizontalidade em fases produtivas. Para que fique pronto, cada produto tem uma história. Há um *modus faciendi* para que fique pronto, para que seja apresentado ao consumidor. Para que um carro fique pronto, são muitas as fases. Imaginem um avião, as fases por que passa, as peças de que precisa. Quando se faz um copo, gasta-se apenas vidro, mas, talvez, haja a utilização de outro equipamento.

O tributo é o segundo custo da empresa. A matéria-prima, a força de trabalho em serviço, são os primeiros custos; o segundo é o tributário. Então, precisamos entender como esse sistema funciona. No Brasil, esse sistema é grande, mas pode ser diminuído de forma setorizada. E o incentivo para esse setor é necessário, porque esse é um setor de tecnologia. Ainda mais porque o Brasil vai precisar dele, pois a classe D está vindo e a classe C já está utilizando o avião. Portanto, temos necessidade de melhorias, de não termos esses créditos acumulados, com também necessitamos de uma legislação que não permita o acúmulo de crédito.

Por que há acúmulo de créditos acumulados? Necessitamos de um sistema anterior que inviabilize a acumulação de crédito e que dê poder de competição antes desse acúmulo de crédito, de haver o seu desconto, quando se vai vender aquele produto lá na frente. Ou, se não vai vender, vai pagar daquele que foi vendido para a iniciativa privada e, aí, sim, há a tributação dos impostos normais, inclusive de consumo.

Então, acho que o caminho é a concorrência, a concorrência, na venda de aviões, entre as empresas internas e entre as do Brasil, lá fora. Temos que ter concorrência. Para haver concorrência, temos que ter preço. Para ter preço, devemos levar em conta o custo de nosso de pessoal e de matéria-prima; e o segundo custo, que é o tributário. Temos que ter um estudo desse custo tributário, no sentido de fazer a política fiscal para que o setor seja incentivado. E a maneira de fazer isso é tentar calibrar a alíquota de todos esses impostos para um patamar que seja ajustado a cada um dos setores. Isso é permitido e é interessante.

Acho que o Governo brasileiro, o Congresso Nacional – e nós aqui estamos na Casa do Congresso – são sensível a essa ideia, apenas temos que descobrir como fazer isso. Entendo que o caminho é apresentar um trabalho no sentido de que haja uma identificação de todas as alíquotas possíveis para cada setor.

Era isso o que tinha a dizer.

Estou aberto a qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Cairon Ribeiro dos Santos.

Eu tenho aqui algumas perguntas que o Senador Vicentinho deixou. Vou fazê-las, mas, antes, peço que sejamos rigorosos com o tempo, até porque também há outras atividades acontecendo, e hoje o dia está extremamente complicado para todos nós, Senadores.

Queria fazer algumas considerações.

Primeiro, gostaria de registrar o trabalho da Embraer e também o da Helibras, uma empresa que honra o Brasil por tudo aquilo que tem feito. Uma empresa que começou lá atrás, exatamente preocupada com a regionalização – que nós não podemos esquecer, pela pujança de várias regiões brasileiras e de vários Estados brasileiros.

Por isso, achei muito importante aqui o incentivo aos aeroportos médios. No Brasil, há Municípios que, se tiverem infraestrutura aeroportuária adequada, disparam. São Municípios extremamente produtivos, com potencial enorme, e, muitas vezes, não dispõem de infraestrutura aeroportuária para que o empresário chegue, invista, movimente-se, resolva os seus problemas e vá embora. E a hora do empresário é ouro. O empresário não pode chegar a um *hub* – como foi

dito aqui -, ter que se deslocar e perder tempo, um dia, dois dias. Quanto custa a hora que ele gasta só com locomoção?

Então, acho que essa questão dos aeroportos médios é extremamente relevante.

Achei interessante quando, na exposição da Embraer, o Luiz Fernando diz que o número médio de ocupação é 170 ou 190 – só faltou colocar MB 170, 190.

Vou ser muito verdadeiro, acho que a Azul – e não estou aqui, não faço propaganda da Azul –, fez um belo gol. Primeiro, olhando a aviação regional e, acima de tudo, comprando aviões fabricados aqui. Para nós, isso é muito importante. Até entendemos as decisões de outras empresas já estabelecidas, como a TAM, a Gol, a maneira como elas operam, o foco, porque, dependendo do foco, a aeronave muda. Acho que não foi só simpático, mas também, no aspecto empresarial, muito positivo. E David Neeleman marcou um golaço, até pela vivência, pela experiência que ele tem.

Também queria registrar, pegando uma carona numa discussão que está acontecendo agora, que é a famosa compra dos caças da Aeronáutica. Então, vem essa história de Rafale, F-18, e o sueco, o Gripen. Eu, pessoalmente, acho, porque vejo a experiência acumulada pela Embraer, que o melhor é comprar um jato em desenvolvimento do que um pronto. A Embraer é o que é porque desenvolveu uma série de projetos com gente de fora, com italianos, por exemplo, da Aeromatic. Ela chegou aonde chegou exatamente porque trabalhou na pesquisa, no desenvolvimento. Por isso que a Embraer chegou lá.

Portanto, acho que a compra desses jatos é crucial para o que esperamos para a indústria de aviação no Brasil e por tudo aquilo que vai girar em torno dessa indústria, as outras indústrias, os fornecedores, porque ela tem uma capacidade de alavancagem tremenda, associada à pesquisa que vem sendo feita para produzir cada vez mais equipamentos, peças no Brasil.

Eu acompanho o trabalho da Helibras, também. É um trabalho fantástico e levou uma indústria de alta tecnologia para o interior do Brasil. Minas Gerais é um Estado muito forte. A Helibras se concentrou em Itajubá. Criou-se ali, como a Embraer junto com o ITA, junto com a Escola de Engenharia de Itajubá e a Helibras, atacando a qualificação de mão de obra, que realmente é um desafio grande para o Brasil. Vamos ter muitos problemas de mão de obra qualificada, principalmente em uma indústria sensível como a indústria de helicópteros e também de aviões.

No Brasil, acho que a indústria de helicópteros, Vitor, vai ter um... A hora é agora, porque o pré-sal vai exigir uma logística desafiadora extraordinária, e os helicópteros terão um papel absolutamente fundamental.

Além da questão de equipamento de defesa, ou seja, de fornecimento de aeronaves ou de helicópteros para os Ministérios militares.

O Brasil não se consolida como potência econômica se não for uma potência militar. Acho que nenhum país do mundo é potência econômica sem ter capacidade militar. Isso é inegável, ainda mais com os desafios que temos, especialmente em região de fronteira.

Portanto, vejo de uma maneira muito positiva. E acredito, sim, que precisamos melhorar muito. Acho que a Anac tem avançado.

Eu estava vendo o Vitor, que é consultor, e que não está mais aqui. No Senado, fui relator de projeto de criação da Agência Nacional de Aviação Civil. Então, tive aulas e mais aulas de aviação civil. Estive com militares seguidas vezes, e o Vitor foi um grande orientador na execução desse trabalho.

Acho que a Anac ainda tem uma série de problemas, mas estamos evoluindo, e estamos evoluindo em algo importante citado pelo Vitor: o Brasil é um dos poucos países do mundo que homologa aeronaves. Para nós, isso é um grande avanço. Talvez não atentemos para isso, mas é uma grande conquista.

Pelo que entendi, a Europa reconheceu a homologação. Esse avanço é importante para a nossa aviação, ainda mais porque vocês estão trazendo tecnologia da Eurocopter francesa.

A Petrobras vai ter uma necessidade de contratação de helicópteros extraordinária. A logística do pré-sal assusta a própria Petrobras, com toda a experiência que tem, porque ela é tremenda. Imaginem estar a 300, 400 quilômetros da costa, mobilizando gente, equipamento, material, suprimento. Essa operação é uma loucura, exige muito, principalmente dos helicópteros. Em operações com petróleo, as companhias exigem muito dos seus helicópteros e de seu pessoal, porque ela é um vai e vem permanente e extremamente desgastante, além de ser uma operação que precisa ser segura.

Portanto, com todos esses pontos aqui colocados, não tenho dúvida. Conheço bastante a equipe da Anac, especialmente o Guarany. São pessoas muito maleáveis, flexíveis e que vão compreender bem. Acho que é um processo evolutivo. Não tenho dúvida de que a Anac vai desempenhar um bom papel.

As coisas que foram colocadas aqui são muito claras: peça, facilidade para transporte, priorização, manutenções menores, deslocamento, os próprios mecânicos se deslocam, e a aeronave não fica no chão, porque aeronave no chão é prejuízo.

Essa exposição é importante também. E aí vem a velha cantilena da questão tributária do Dr. Cairon, que é polêmica. Diz que não quer fazer Imposto de

Renda. É uma ideia boa. Isso é um diferencial, viu, Dr. Cairon. Eu imagino, quando o senhor escreveu isso, o susto que os homens levaram.

O SR. CAIRON RIBEIRO DOS SANTOS. – A declaração de isento acabou.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso é o Brasil moderno. É o dia a dia. É no salário que se recolhe e em outras coisas mais, mas essa é uma discussão mais...

Acho que a opção do Governo é de fazer por etapas e acho que essa é uma indústria tão sensível, de tamanha qualificação. E sou engenheiro, vim de área tecnológica. O Brasil só vai ser o país que nós esperamos se tiver tecnologia. O resto é conversa fiada. Tecnologia, inovação, acho que esses são os grandes desafios nossos, e com reflexo na carga tributária que é absolutamente fundamental para garantir a concorrência. Hoje, estamos sendo muito prejudicados exatamente por causa dessa carga tributária absolutamente desequilibrada. Portanto, não há a mínima possibilidade de isonomia na competição. Nós precisamos mudar isso. O Governo está optando por fazer essa reforma, como diz o Dr. Cairon, por partes. Acho que, pelo tamanho do Brasil e por suas especificidades, é melhor fazer...Sou Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e estou acompanhando esse debate. Acho que o Brasil está indo no caminho certo ao fazer essa discussão por etapas. Isso é bom. Gradualmente, vamos arrumando as coisas.

Vou fazer algumas perguntas. Daria cinco minutos para fecharmos, porque faríamos o serviço completo. Apesar de estarmos em um dia com poucos Senadores em condições de vir aqui, vou fazer as perguntas que o Senador Vicentinho preparou para a Embraer. Diz o seguinte: o engenheiro Ozires Silva, em uma entrevista concedida recentemente, comentou as dificuldades por parte das empresas aéreas em adquirir jatos regionais fabricados no Brasil por motivos, entre outros, das elevadas taxas de juros – não sei, por exemplo, a Azul comprou avião com financiamento do BNDES; então, não sei se essa afirmação é correta – e da necessidade de se implementar uma política tributária que torna os produtos brasileiros, nesse caso, mais atraentes para o mercado nacional. Vem, então, a primeira pergunta: é mais fácil ou vantajoso adquirir uma aeronave de passageiros da Embraer no exterior do que no Brasil? A indústria que a Embraer tem fora é na China, não é?

O SR. LUIS FERNANDO VICENTE LOPES – A indústria é na China, mas as vendas são feitas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – São feitas no Brasil. É mais Legacy, não é?

Como está funcionando essa lógica para as empresas nacionais? Existe algum programa oficial no sentido de promover a comercialização dos produtos da Embraer para as linhas aéreas brasileiras?

Vou ler todas. Na outra pergunta, ele fala de motores. Existe a possibilidade de a Embraer produzir os motores a reação que equipam suas aeronaves? Um item caro, custoso nas aeronaves é o motor.

A outra pergunta. Isso já foi, mais ou menos, falado. O mercado supridor de matérias primas e de equipamentos aeronáuticos não se desenvolveu no Brasil. Há alguma política no sentido de incentivar o desenvolvimento de empresas nacionais? Aqui, foram citadas várias, pelo que compreendi.

A outra pergunta: existe alguma preocupação quanto à disponibilidade e a qualificação de mão de obra especializada? Também, de certa maneira, deram uma canja boa nessa questão de qualificação.

Uma pergunta importante: como está o investimento oficial em pesquisa e inovação de produtos aeronáuticos no Brasil? Nesse sentido, a Lei nº 10.973, de 2004, Lei da Inovação, tem surtido efeito prático juntos às instituições de ensino superior e às empresas privadas?

Como a Embraer vê a questão do crescimento da atividade aeronáutica do Brasil versus a ausência de investimentos em infraestrutura aeroportuária? Existe algum trabalho sendo desenvolvido conjuntamente com a Embraer e a administração pública no sentido de se ampliar a malha aeroportuária? O Brasil, finalmente, entendeu que tem de fazer parceria público-privada nos aeroportos. Graças a Deus, conseguimos entender que essa é a saída. Não tenho dúvida de que esse modelo será exitoso.

Como se deu a transição do sistema DAC/ANAC e o que poderia ser melhorado em relação aos serviços e à regulação praticada pela Agência no tocante à indústria de aeronaves?

Essas são as perguntas para a Embraer. Vou fazer todas as perguntas e, depois, cada um responde.

Agora para a Helibras, para o Vitor Coutinho.

A Helibras está empreendendo um projeto que visa dobrar sua estrutura física e o seu número de funcionários – foi dito aqui –, quando passará a produzir helicópteros de grande porte no Brasil, com um índice de nacionalização cada vez maior de seus componentes. Essa mão de obra altamente qualificada estará disponível? Eu entendo que sim, pela exposição. A mão de obra pode ser considerada um gargalo para o desenvolvimento do setor?

A outra pergunta: fora a questão da mão de obra, onde mais poderia o Governo agir no sentido de esti-

mular a produção e a comercialização de helicópteros no Brasil?

A Helibras estuda a terceirização, no Brasil, de parte da produção dos equipamentos que equiparão seus helicópteros. Nesse sentido, existe alguma política para incentivar o desenvolvimento dessas indústrias? De certa maneira, também foi exposto aqui, mas não custa nada o Vitor falar um pouco mais.

Como se deu a transição do sistema DAC/ANAC e o que poderia ser melhorado em relação aos serviços e à regulação praticada pela Agência no tocante à indústria de aeronaves? Essa pergunta foi colada da pergunta da Embraer, o texto é exatamente igual.

Dr. Cairon Ribeiro, advogado tributarista, existe margem para trabalhar uma adequação tributária no que se refere aos incentivos fiscais para a indústria aeronáutica?

O planejamento desses incentivos depende de estudos macro ou setoriais no que se relaciona à indústria de aviões? A questão do macro, da peça, isso que o senhor acabou de falar.

Essas demandas são justas?

A política fiscal para o setor aeronáutico é adequada?

Essas são as questões. Terei que ir ao Ministério da Justiça para tratar de um assunto delicado para o meu Estado, conflitos indígenas. Então, vou dar cinco minutos para cada expositor. Não vou dar mais essa moleza, Luis Fernando, nem a você nem ao Vitor. O Dr. Cairon foi absolutamente rigoroso.

O SR. LUIS FERNANDO VICENTE LOPES – Não é justo. Eu tenho sete perguntas para responder.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas é rápido. Algumas já foram respondidas.

O SR. LUIS FERNANDO VICENTE LOPES – Vamos lá. A primeira pergunta é em relação à afirmação do Dr. Ozires a respeito de mais incentivos contra a venda para a aviação dos fabricantes nacionais. Acho que ele está correto. Uma de nossas sugestões era justamente esta, que se tenha uma política de financiamento adequado para maior crescimento do transporte aéreo regional. Isso pode ser feito de diversas formas, desde a redução de impostos, como o IPI, que não foi tocado ainda, o ICMS de alguns Estados, ou mesmo de alongamento do financiamento e facilitação dos 15% a 20% que não são financiados pelo BNDES. Então, existem várias lacunas e oportunidades que o Governo pode ajudar, a SAC e a Anac podem ajudar, assim como o próprio BNDES, o Ministério da Fazenda, quanto à facilitação e desenvolvimento da indústria regional.

Quanto à fabricação de motores, a resposta é não. Não há nenhum plano da empresa de fabricar motores no momento.

Matérias primas. Algumas empresas incentivamos, alguns fornecedores da empresa já estão ao redor da Embraer fabricando partes para a Embraer. Temos a Latecoere, a Sonaca, a empresa que faz os interiores, a C&D, mas são grandes peças. Quando se trata de equipamentos é muito difícil, a demanda por aeronaves é muito pequena. Então, entra na regra econômica, precisa ter uma demanda maior para que se tenham preços adequados. As grandes fabricantes são internacionais, a menos que tenham fabricantes nacionais que sejam grandes fornecedores internacionais. Aí, sim, poderíamos fazer essa mudança de fabricante, em vez de ser um fabricante europeu ser um fabricante brasileiro, que forneceria para Boeing, Airbus, Embraer e todas as outras empresas. Precisa de uma cadência maior para que isso caia de pé economicamente.

Quanto à preocupação de disponibilidade de mão de obra, a Embraer tem, sim, uma grande preocupação em relação à mão de obra, tanto é que temos um programa de especialização de engenheiros dentro da empresa. Nós contratamos engenheiros civis, mecânicos, elétricos. Os aeronáuticos já saem especializados em aeronáutica. Mas todas as outras especialidades em engenharia são contratadas pela Embraer. Essas pessoas ficam um ano sem trabalhar, só estudando. Ganham uma sala, um *laptop*, uma sala de aula e ficam estudando engenharia aeronáutica. Então, temos uma grande preocupação e temos tido várias turmas. Estamos na sexta ou sétima turma de engenharia especializada, feitas pela Embraer.

Também temos, dentro de nosso campus, um centro de treinamento para nossos funcionários. São dois prédios – não sei se os senhores já tiveram a oportunidade de conhecer – de três andares cada um, com várias salas de aula onde são feitas todas as reciclagens e os investimentos em educação continuada para nossos funcionários.

Quanto à inovação de produtos aeronáuticos, a Embraer é inovadora por si só. Nós inovamos, todos os anos, em pesquisa e desenvolvimento. Não paramos nunca. Hoje, estamos com o KC-390, uma aeronave cargueira, desenvolvida aqui totalmente, nova, uma das aeronaves, de longe, mais pesadas que a Embraer já fabricou, que está desenvolvendo e fabricando. Temos jatos executivos. Enfim, é uma empresa que morre sem inovação em tecnologia. É uma questão totalmente dentro dos princípios culturais da empresa. A empresa nasceu inovando.

A questão do crescimento aeronáutico versus ausência de investimentos. Isso foi falado bastante. Nós temos trabalhado, sim, juntamente com a SAC principalmente. Com a Anac, estamos um pouco mais distantes, mas conhecemos o Marcelo Guarany. Acredito muito na pessoa do Marcelo, uma pessoa íntegra, que está sempre procurando o desenvolvimento do transporte aéreo. Em um determinado momento, vamos, sim, conseguir falar com o Marcelo, colocar nossas preocupações com a Anac. Hoje, estamos trabalhando com a SAC. Até há uma abertura de portas com o próprio Wagner. Então, estamos trabalhando com alguns secretários da própria SAC, no sentido de priorizar aeroportos e ver, no futuro, quais são as adequações necessárias para cada um desses aeroportos. Acredito que estamos vendo um bom futuro em termos de relacionamento Governo e empresa privada.

A transição do DAC/ANAC. Não sei o que poderia ser melhorado. Aqui, acho que vou fugir dessa pergunta. A não ser o que, em termos de regulação no tema do combate ao incêndio, poderia ter sido mais bem conversado. Hoje, estamos com uma situação criada pela Anac. Se tivesse sido conversado antes com todas as empresas aéreas, nossos clientes e a própria Embraer, talvez pudéssemos ter uma solução mais adequada e não estaríamos com o problema legal que temos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Luis Fernando.

Com a palavra o Dr. Vitor Coutinho, por cinco minutos.

O SR. VITOR AFONSO COUTINHO – Tenho que responder em cinco minutos. Então, vamos lá. A primeira pergunta: mão de obra é um gargalo? Mão de obra é um gargalo hoje, para a Helibras, para a aviação. O que eu mostrei ali são as soluções que já adotamos para minimizar esse gargalo, mas o problema ainda é sério, principalmente agora com o aumento da operação no *offshore*. Como, às vezes, um helicóptero de *offshore* voa dez horas por dia, ele requer praticamente duas a três equipes de mecânicos. Cada máquina nova dessas que entra em operação absorve não só tripulantes de voo, pilotos e co-pilotos, mas também mecânicos. O Brasil sofre uma carência muito grande desse pessoal hoje. A Helibras, há anos, vem batalhando com isso. Conseguimos arrumar excelentes soluções lá. Temos o curso interno de mecânico. Em São Paulo, o Senac está com um projeto imenso de formação de mecânicos em São José dos Campos que vai, diretamente, beneficiar a Helibras. Outro ponto importante é o fato de a mesma máquina básica ser usada na aviação civil e na militar, o que gera também formação de mecânicos nas áreas militares que, depois, vão refrescar um pouco a situação do lado civil. A base aérea de Taubaté, que

opera com helicóptero Esquilo e Pantera, da Helibras, hoje, tem curso de formação de mecânico apoiado pela Prefeitura de Taubaté, que forma excelentes mecânicos que fazem estágio na base aérea e já saem para o mercado familiarizados com nossos produtos. Mas o problema é sério. Na engenharia, também é o mesmo caso. A Universidade Federal de Itajubá criou um curso de engenheiro aeronáutico voltado para helicóptero, já tem um curso de especialização de engenheiro em manutenção de helicópteros, que, por uma questão de volume, está sendo dado em São José dos Campos, porque Itajubá com a Helibras ainda não têm volume suficiente para completar um curso. Temos que entender que carros são fabricados aos milhares; aviões, às centenas e helicópteros, às dezenas. A escala do helicóptero é menor. Então, todas as soluções têm que ser adaptadas a isso também.

Passando à questão seguinte: onde mais o Governo poderia agir para estimular a produção e a comercialização de helicópteros nacionais? Vou pintar um cenário aqui. O helicóptero 225, equivalente ao 725 que já é fabricado na Helibras, e que vai ser fabricado na Helibras também, é o helicóptero que se encaixa melhor na necessidade da Petrobras para as plataformas. Já existem hoje 15 a 16 helicópteros desses operando aqui no Brasil, e serão 20 até o final do ano. A Petrobras não compra helicóptero, ela contrata empresas brasileiras que operam helicóptero. Essas empresas brasileiras, por não terem fôlego suficiente, são todas, sem exceção, associadas a grandes operadores mundiais que estão comprando helicóptero lá fora. Se elas tiverem condições competitivas de comprar o helicóptero no Brasil, com apoio do BNDES, abrirá um mercado imenso para nós também. Já estamos trabalhando com o BNDES no sentido de obter o financiamento do helicóptero 225 produzido no Brasil. Se esse financiamento sair para exportação de forma competitiva, teremos a grande oportunidade de vender helicóptero para essas empresas do exterior que estão operando no Brasil. E também venda direta no Brasil para helicópteros que vão operar para a Petrobras.

Política de desenvolvimento das empresas, no caso de terceirização de peças. Volto ao mesmo problema de escala. As empresas que produzem para a Helibras hoje têm de produzir com altíssima tecnologia em pequena escala. Então, qualquer medida que favoreça a existência e a continuidade dessas empresas é interessante. Por exemplo, agrupamento. Uma empresa que possa fornecer, ao mesmo tempo, para a Helibras e para Embraer, terá sua sobrevivência garantida. Qualquer medida neste sentido, viabilizar empresas, alta tecnologia em pequena escala, será bem-vinda.

A última pergunta, a transição do sistema DAC/ANAC. Acho que já citei um caso prático de manutenção. Precisamos de um pouco mais de flexibilidade e mais diálogo, que também já está ocorrendo com a Anac.

Sou um eterno otimista. Estamos no caminho certo, só ainda não chegamos lá. Precisamos continuar a trilhar esse caminho, talvez com um pouco mais de velocidade.

É isso. Cumpri meus cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Vitor Coutinho.

O último convidado, Dr. Cairon Ribeiro dos Santos.

O SR. CAIRON RIBEIRO DOS SANTOS – As perguntas formuladas basicamente fazem um resumo daquilo que já expus.

A primeira é sobre se existe uma margem para trabalhar uma adequação tributária no que se refere aos incentivos fiscais para a indústria aeronáutica. Acho que sim. Acho que são medidas racionalizadoras e medidas simplificadoras do sistema tributário que irão trazer um incentivo e uma redução tributária. Eu dei algum exemplo, como empresas que estão acumulando créditos. Essa acumulação é indevida, ela depende de uma norma que venha no sentido de simplificar e racionalizar para que não haja esses créditos, para que eles sejam impedidos de ocorrer. Isso traz mais caixa, mais disponibilidade financeira para as empresas.

O planejamento desses incentivos depende de um estudo macroeconômico ou de microestudos setoriais no que se refere à indústria de aviões. Eu defendo uma posição simplificadora. O Senador até falou sobre a ausência da declaração de imposto de renda. O Brasil é o país que tem o sistema mais avançado do mundo em matéria de informações para a Receita Federal. Não existe paralelo. Essa informação que fazemos via Internet, em que transmitimos a declaração. A empresa também tem uma quantidade muito grande de informações que são feitas. Outro exemplo talvez seja a própria eleição, com a urna eletrônica que temos. Mas em relação à Receita Federal, não existe paralelo no mundo, pelo menos que eu conheça, com a eficiência que existe nesse sentido. Acho que a declaração de imposto de renda, aquela solenidade de entregá-la uma vez por ano, será abolida no futuro. Tanto que a declaração de isento já foi abolida. Na verdade, a Receita Federal viu que não é necessário o isento declarar.

Então, acho que a regulamentação tem de ser feita no sentido da simplificação e do incentivo fiscal, para que a empresa produza, venda mais internamente e no mercado externo, e não medidas excessivamente burocráticas que impedem que as empresas tenham caixa e poder concorrencial. A questão tributária é a

segunda mais importante em uma empresa em matéria de gasto. E ela tem que ser simplificada e reduzida. E o Brasil tem gordura para queimar nesse setor, tem uma carga tributária alta. Após o fim da inflação e da formalização da economia, ainda não equalizamos esse setor tributário. Quer um exemplo? No Brasil, depois do Plano Real e da ausência da inflação, não conversamos ainda sobre as multas tributárias que são absolutamente confiscatórias. Na época da inflação, tudo bem, mas uma multa da Receita Federal, que há nos Estados, de 75% que vai para 150%, depois vai para 200% a 225%, se tiver dolo ou fraude... Ora, 100% desta caneta é um confisco da caneta. Esse assunto não foi ainda equalizado. Acho que a carga tributária deve ser reduzida. Na medida em que há uma formalização, a pena de 75% de multa também deve ser reduzida.

Outra pergunta é se essas medidas são justas. Sim, são justas, porque aquilo que é feito no sentido de permitir que haja o incremento na produção, o aumento das vendas, um incentivo na saúde financeira de todas essas empresas do setor e que elas sejam auxiliadas com medidas estruturantes de unidades que acolhem essas aeronaves, que são os aeródromos e tudo que cerca o setor, é importante. As medidas são justas e elas devem ser adotadas o quanto antes possível mediante um estudo.

A última pergunta é se essa política fiscal, essa idealização de um setor mais desenvolvido para o setor aeronáutico é adequada. Acho que a política fiscal atualmente é paquidérmica, é pesada, é difícil. Ela não é estruturante, ela não aponta essas empresas para o desenvolvimento e para a concorrência internacional. Acho que o tributo, qualquer tributo, imposto, taxa, contribuição, tem que ter a vocação do efeito da extrafiscalidade, que é desenvolver o setor onde ela é aplicada. A melhor forma de desenvolver um setor, a forma mais simples de desenvolver o setor não é com excesso de regulamentação e burocracia desnecessária. É ir ao ponto, e o ponto é o bolso, o ponto é a questão econômica, a questão financeira. E tem como fazer o tributo de forma inteligente, para que fomenta o desenvolvimento de um setor e traga incentivo e melhoria de vida para as pessoas, traga um sentimento de cidadania, onde as pessoas pagam aquilo que é realmente justo, aquilo que cientificamente foi estudado de forma setorizada. Esse nome é novo no Brasil, para se fazer mudança, um nome difícil de aceitar, que é setorização do sistema tributário, colocá-lo de forma científica, calibrar a alíquota de cada tributo para cada pessoa. O pobre não pode pagar o mesmo imposto que o rico paga. E é assim no Brasil. Se o rico compra um quilo de arroz, paga a mesma quantidade de tri-

buto. Estou dando um exemplo muito básico, mas isso acontece nas outras faixas também.

Há uma tributação que as pessoas chamam equivocadamente de isonômica. Isonomia não é isso. Isonomia é igualdade, é tratar os iguais igualmente e tratar desigualmente os desiguais. O tratamento tributário tem que entender essa filosofia. Acho que o sistema tributário brasileiro tem que ser reduzido, tem-se que baixar a bola dele, simplificá-lo, reduzindo a tributação. Entendo que isso é possível e tem espaço para que ocorra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Cairon Ribeiro dos Santos.

Antes de encerrarmos a presente reunião, convoco os Srs. Senadores e Senadoras para a próxima reunião a realizar-se no dia 20 de junho de 2012, quarta-feira, neste plenário, às 14 horas, para debater a indústria aeronáutica no Brasil, com os convidados: Nélson Paim, presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola – Sindag; Ricardo Scalise, presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo – Sineata; e Jorge Bitar Neto, proprietário da empresa Helimarte Táxi Aéreo.

Quero agradecer, Luis Fernando, Vitor, Cairon, a oportunidade que vocês nos deram, pessoas competentes, pessoas que representam empresas que orgulham nosso País. O Cairon, como advogado experiente, em uma área absolutamente vital, que todos estamos debruçados aqui no Senado Federal, com o intuito de eliminar os transtornos e as complicações que, lamentavelmente, a carga tributária brasileira traz no seu bojo.

Para mim, foi uma honra presidir esta Subcomissão. Tentei fazer o meu melhor, porque o Senador Vicentinho é que o comandante desta Subcomissão e um apaixonado por aviação. Sem dúvida nenhuma, os resultados desta Subcomissão serão importantes não só para orientar a todos nós, legisladores, mas também para ajudar o Brasil. Estamos aqui para fazer com que aquelas pessoas que investem no Brasil, que qualificam mão de obra, que geram emprego tenham facilidade para produzir e tenham certeza de que o Brasil abre as perspectivas não só para desenvolver áreas tão sofisticadas como essa de aviação, não só de aeronaves, como também de helicópteros. Não sei se a palavra aeronave vale para tudo; deve valer para tudo. E também o que isso nos projeta. Sem deixar de registrar que eu vi o número: de 0,2 para 0,4. Eu peguei sua exposição no final. Nos últimos cinco anos, crescemos, pelas contas, 20% ao ano, aproximadamente, de

0,2 para 0,4, ou seja, dobramos em cinco anos. Temos um potencial extraordinário, não só como economia, como potencial de passageiros, o mercado. Temos de olhar com muito carinho esse trabalho excepcional que vocês têm feito. Facilitar a vida, como disse o Cairon. Não se pode embananar...Existem empresas, se falou que é o segundo em custo de produção; está em segundo lugar. E fora o exército que é contratado para trabalhar na engenharia tributária nas empresas, uma coisa absolutamente surreal.

Portanto, quero agradecer a atenção de todos. Quero agradecer a vocês esta oportunidade.

Declaro esta reunião encerrada. Sucesso para todos vocês. Muito obrigado. Dia 20 de junho, às 14 horas, será a próxima reunião da Subcomissão de Aviação Civil da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

(Iniciada às 15 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 23 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia quatro de julho de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Vicentinho Alves**, Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a presença dos Senadores **Vital do Rêgo**, **Flexa Ribeiro**, **Ivo Cassol** e **Valdir Raupp**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida a tomarem assento à Mesa os expositores: **Carlos Cesar Modena**, Auditor de Controle Externo da Secretaria de Fiscalização de Desestatização 1 – Tribunal de Contas da União; **Carlos Álvares da Silva Campos Neto**, Coordenador de Infraestrutura Econômica da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e **Fernando Antônio R. Soares**, Assessor Executivo – Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda. O Presidente informa que a presente reunião destina-se a discutir a visão dos órgãos de pesquisas e controladores do Governo, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2012-CISTAC. O Presidente registra o comunicado do Presidente da TAM S.A. e da TAM Linhas Aéreas S.A., Sr. Marco Antônio Bologna, sobre a união entre a TAM e a LAN Airlines

para a criação do grupo Latam Airlines. O grupo Latam é um dos maiores empregadores de mão de obra do Continente, com 51 mil funcionários, tem uma frota de 310 aeronaves e tem bases de atuação no Brasil, Chile, Argentina, Paraguai, Peru, Colômbia e Equador. O Presidente registra as seguintes presenças: Senhor Carlos Seixas, Presidente da ABRAPAC; Senhor Pablo Henrique, Assessor da SAC; Professor Georges; Senhor Luis Fernando Sousa, Secretaria de Fiscalização de Obras do TCU; Senhor Paulo Medeiros, Chefe da Assessoria Parlamentar do TCU; Senhor Edileuzo Sousa Cavalcante, Presidente da ABCTA; Senhor Rui Barata, Jornal Brasil Econômico; Senhora Daniele Sousa, Agência de Notícias de Transporte Logístico; Senhor Guilherme Alves, Visitante; Senhora Thaís Portilho, SNEA; Senhora Stella Cruz, SNEA; Senhor Erivelton Guedes, IPEA e SBTA; Senhora Graziella Bandeira, Ministério Público Federal; Senhor Doriêdo Luiz, ANAC; Senhora Bárbara Romualdo, TCU e Senhor Bruno, Liderança do PR. O Presidente concede a palavra aos expositores. O Presidente agradece aos palestrantes e faz questionamentos. Os expositores respondem os questionamentos e fazem suas considerações finais. Usa da palavra o Senador Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e três minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

– Senador **Vicentinho Alves**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Antes de convidarmos os palestrantes, quero registrar a presença das seguintes pessoas: Srª Danielle Souza, da agência de notícias de transporte logístico; Guilherme Alves, visitante; Thaís Portilho, do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias; Stella Cruz, também do mesmo Sindicato; Erivelton Guedes, do Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Caso queiram sentar-se à frente, fiquem à vontade. O Sr. Erivelton representa também a Sociedade Brasileira de Pesquisa e Transporte Aéreo. Sejam bem-vindos à frente. Registro também a presença de Graziella Ban-

deira, do Ministério Público Federal – a senhora está convidada; Doriêdo Luiz, da Anac – seja bem-vindo –; Bárbara Romualdo, do TCU – quem é Bárbara? *(Pausa.)*; Bárbara, seja bem-vinda e, caso queira ficar mais à frente, fique à vontade –; e Bruno, da Liderança do PR – seja bem-vindo.

Esta Presidência registra o comunicado que recebemos do Presidente da TAM S.A. e da TAM Linhas Aéreas S.A., o Sr. Marco Antônio Bologna, sobre a união entre a TAM e a LAN Airlines para a criação do grupo Latam Airlines. O grupo Latam é um dos maiores empregadores de mão de obra do Continente, com 51 mil funcionários, tem uma frota de 310 aeronaves e tem bases de atuação no Brasil, Chile, Argentina, Paraguai, Peru, Colômbia e Equador. O ofício já está anexado aos Anais desta Subcomissão.

Passemos à pauta, mas antes convido para tomar assento à Mesa o Sr. Carlos Cesar Modena, Auditor do Controle Externo da Secretaria de Fiscalização de Desestatização 1 do Tribunal de Contas da União. Seja bem-vindo. Convido o Sr. Carlos Álvares da Silva Campos Neto, Coordenador de Infraestrutura Econômica da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Muito bem, Carlos. Tive a honra de conhecê-lo recentemente. Ele é filho do ex-Senador Lauro Campos, que tão bem representou a população de Brasília e do País neste Senado Federal. Convido o Sr. Fernando Antônio Soares, ex-Diretor de Política Regulatória da Secretaria de Aviação Civil.

Registro também a presença do Prof. Georges, um grande colaborador desta Subcomissão, timoneiro conosco, com todos nós Senadores e os servidores da Casa. Cumprimento também o Pablo, assessor parlamentar da SAC. Ressalto que ele nos recebeu muito bem, ontem, numa audiência com o Ministro Wagner Bittencourt para tratarmos da indústria de aviação experimental, uma audiência muito proveitosa. Todos nós saímos de lá bastante otimistas.

A presente reunião destina-se a discutir a visão dos órgãos de pesquisas e controladores do Governo sobre a formulação de políticas públicas para a aviação civil no Brasil, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2012, da Cistac, que estabelece a realização de um ciclo de audiências públicas para discutir políticas públicas para a aviação civil brasileira.

Informo que, para melhor andamento dos trabalhos, vou conceder o tempo de quinze minutos, prorrogável o necessário, para que possa haver um bom encaminhamento nesta nossa audiência pública.

Concedo inicialmente a palavra, por quinze minutos, ao Sr. Carlos Álvares da Silva Campos Neto, Coordenador de Infraestrutura Econômica da Diretoria

de Estudos e Políticas Setoriais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Porém, antes peço à Secretaria que dê como lida a nossa fala inicial nesta audiência pública, anexando-a às notas taquigráficas.

Sr. Carlos, V. S^a dispõe de quinze minutos.

O SR. CARLOS ÁLVARES DA SILVA CAMPOS NETO – Boa tarde.

Queria agradecer o convite para participar desta reunião da Subcomissão e apresentar alguns resultados e algumas preocupações que, às vezes, nos afligem lá no Ipea.

Basicamente, eu gostaria de me concentrar em dois aspectos: vamos ver como se comportaram os investimentos, o movimento de passageiros, a demanda nos últimos anos; e, mais para o final, farei uma breve avaliação do ponto de vista da regulação econômica da concessão dos três aeroportos que aconteceu no início do ano – Guarulhos, Campinas e Brasília. Farei algumas considerações sobre esses eventos.

Por favor.

Percebemos que os investimentos no setor aeroportuário brasileiro têm origem tanto no orçamento fiscal como nos recursos da própria Infraero.

Os investimentos tiveram seu pico realmente no ano passado, mas há uma consideração a fazer, Senador, que é relativamente grave. Se analisarmos o período de 2003 a 2011, a Infraero tem conseguido investir menos de 40% daquilo que lhe é autorizado no orçamento das empresas estatais por ano. Ou seja, os investimentos que estão disponibilizados já seriam insuficientes para resolver os problemas do setor aeroportuário diante do crescimento da demanda que houve nos últimos anos. Agora, se não conseguirmos uma eficiência maior na aplicação efetiva desses recursos, evidentemente, ao não ser executado o orçamento plenamente, os investimentos que deixaram de ser feitos ficam sendo postergados.

O ano passado realmente foi o melhor ano de execução da série que nós apresentamos. A Infraero conseguiu chegar a quase 52% de execução, mas 48% dos recursos alocados ainda não foram aplicados efetivamente em investimento. Esse levantamento foi feito bem recentemente, em 1º de julho, com relação à situação.

O foco do Ipea, é bom ressaltar, diz respeito aos investimentos nos terminais de passageiros. Nós entendemos que ainda há tempo hábil para executar os investimentos necessários em pista, pátio e terminais provisórios. A preocupação maior é com relação aos terminais de passageiros. Também nos deixa preocupados a situação em que se encontram essas obras.

Três aeroportos foram concedidos, mas os investimentos, como todos sabem, ainda não começaram.

Os contratos foram assinados recentemente, mas esse volume de investimento previsto ainda não teve início, o que é preocupante, uma vez que o prazo estipulado no próprio contrato – vou falar um pouco disso à frente – é abril de 2014.

Dos treze aeroportos das doze cidades-sedes, dois nós já não consideramos, porque o de Recife requer apenas a construção de uma torre de controle, um investimento relativamente simples, e o de Natal já havia sido concedido ao setor privado. Então, sobriam onze. Desses onze, três já foram concedidos ao setor privado, com 49% de participação da Infraero. Do restante, percebemos que há ainda quatro investimentos em terminais de passageiros que estão em processo de projeto. Então, pelos prazos estabelecidos no Brasil para a execução de obras de infraestrutura, se levarmos em consideração todas as outras etapas que ainda têm que ser seguidas, existe uma possibilidade muito grande de essas obras não ficarem prontas a tempo dos eventos de 2014.

Esses prazos, apresentados nessa coluna, já foram revistos. Todas as vezes em que faço uma atualização, os prazos também são revistos sempre.

Passando um pouco mais para frente, percebemos que, pela previsão da Infraero, a grande maioria desses investimentos estão previstos para ficar prontos em dezembro de 2013. Como dissemos, nós entendemos que não há mais tempo hábil para que vários desses investimentos sejam realizados nos terminais de passageiros.

Este *slide* apresenta o crescimento do movimento de passageiros nos aeroportos brasileiros. Percebemos um crescimento muito expressivo nesse período, sempre em dois dígitos. Em relação a este assunto, eu farei dois comentários. Primeiro, houve um crescimento bastante acentuado nesse período. Há de se reconhecer que é difícil planejar e administrar um setor que cresce a 15% ao ano – há essa dificuldade que realmente é real. E, segundo, o crescimento de passageiros aconteceu nessa magnitude, mas os aeroportos continuaram praticamente do mesmo tamanho em que se encontravam há dez anos. O resultado disso eu vou apresentar um pouquinho mais à frente.

Aqui eu queria fazer só comentar que esse problema, de certa forma, é bom, porque o crescimento do movimento de passageiros é oriundo, todos sabem, do crescimento da renda, do crescimento do emprego, do avanço da fronteira econômica. Isso trouxe alguns milhões de brasileiros para o transporte aéreo ao qual, até então, essa parte da população não tinha acesso. Então, houve um crescimento muito expressivo, mas os investimentos não conseguiram ainda dar resposta

a contento em relação a esse crescimento do número de passageiros.

Por favor.

Bom, eu queria fazer um comentário para apresentar o próximo *slide*. Em setembro do ano passado, a Infraero promoveu uma modificação na sua metodologia de quantificação do movimento de passageiros. Acho que a justificativa é razoável, uma vez que, com medidas de gestão, com medidas de eficiência e outras tomadas é possível, dentro do mesmo espaço físico, ter um movimento maior de passageiros desde que haja uma eficiência maior na gestão desses aeroportos. Isso me parece bastante razoável.

Próximo.

Acontece que, com essa modificação, o aeroporto de Manaus, por exemplo, teve um crescimento de 180% sem nenhuma obra ficar pronta. Quer dizer, eu acho que foram medidas de gestão que conseguiram aumentar, quem conhece aquele aeroporto, em 180%, duas vezes, quase três vezes o movimento de passageiros no aeroporto de Porto Alegre sem investimento por uma mudança metodológica. Em Manaus, 156%. São números muito, muito expressivos para que apenas medidas de gestão e administrativas possam ter um resultado dessa magnitude. Mas mesmo assim...

Por favor.

Esse é o resultado que nós temos dos vinte maiores aeroportos brasileiros em termos de movimento. Dos 20 maiores, a gente percebe, nos 14 que estão em vermelho, que já operam acima de 100% da sua capacidade. Esses números incluem essa revisão que a Infraero fez no ano passado. Aumentou o número, e a capacidade desses aeroportos já está incluída aí.

Nós temos cinco aeroportos – Galeão, Confins, Recife, Curitiba e Fortaleza – que estariam operando no chamado de limite de eficiência operacional, que é de 80% da capacidade. Ou seja, dos vinte maiores aeroportos, nós temos problemas de estrangulamento em dezessete. E dos que ficaram com o sinal verde, quer dizer, que estariam ainda atuando com alguma margem são exatamente Manaus e Porto Alegre, que tiveram aumentos de 180% e 160% na sua capacidade, como comentei, sem que os investimentos fossem feitos. Quem conhece o aeroporto de Manaus e o aeroporto de Porto Alegre acha pouco provável que haja ainda tanta margem de capacidade ociosa para que possa crescer. De qualquer forma, pelos números que são oficiais, esses três aeroportos ainda teriam alguma flexibilidade, alguma possibilidade de aumento de demanda.

Por favor.

Vitória tem um problema. Essa obra foi embarcada há vários anos pelo TCU. Goiânia passa pelo

mesmo problema. Então, pelos números que nós temos, fornecidos pela própria Infraero, esse resultado é realmente bastante preocupante.

Então, é isso.

Eu já havia comentado, o crescimento foi muito expressivo e hoje nós temos problemas em dezessete dos vinte maiores aeroportos. No atual estágio dos projetos de terminais de passageiros, friso de novo, a cargo da Infraero, considerando os prazos médios de obras de infraestrutura no Brasil, existe uma reduzida possibilidade, cada vez maior ... A data do início da Copa não tem como ser postergada e o período está passando – nós fizemos o primeiro estudo com dados de janeiro de 2011. Nós estamos em julho de 2012, um ano e meio depois, e pouca coisa avançou em relação a esses investimentos em terminais de passageiros.

Por favor.

Aqui eu vou passar rápido. Essas foram algumas considerações feitas a respeito do processo de concessão dos três aeroportos. Existem aspectos que nós entendemos positivos e outros para os quais nós chamamos a atenção, que nos causam alguma preocupação.

Vou passar mais rápido.

Só lembro que, pelo que está colocado no edital, há a contribuição fixa, que é o valor de outorga, e há uma contribuição variável sobre a receita bruta. No caso, por exemplo, de Guarulhos, 10% da receita bruta vira contribuição variável, isso somado ao valor de outorga que foi cotado no dia da licitação.

Por favor.

O resultado então seria este: Guarulhos tem um prazo de 20 anos; Campinas, 30; Brasília, 25. Eu chamaria a atenção para a contribuição fixa ou o valor de outorga que, no caso de Guarulhos, é de R\$810 milhões por ano durante vinte anos; Campinas, 127 milhões; Brasília, 180 com mais, no caso de Guarulhos, 10% da receita bruta.

Aqui eu queria fazer um comentário, ressaltando, de novo, mais uma preocupação. A receita operacional do aeroporto de Guarulhos, no ano passado, ficou na casa de setecentos e poucos milhões de reais. A concessionária que ganhou a licitação ofertou, só de valor de outorga, R\$810 milhões, quer dizer, mais do que toda a receita que o aeroporto teve ano passado. Então, esta preocupação não é só minha; tem circulado, circulou muito à época, na própria imprensa: para um aeroporto que teve, em 2011, uma receita de setecentos e poucos milhões assumir um compromisso, só de valor de outorga, de R\$810 milhões por ano tem que haver um mecanismo muito expressivo de aumento de receita, mesmo considerando a receita de outros serviços, como a concessionária, com cer-

teza, vai implementar. Então, é uma preocupação que nós registramos.

Por favor.

A outra preocupação, isso também já foi bastante comentado, é a exigências nos editais, e assim já está sacramentado nos contratos assinados, de que 49% da sociedade de propósito específico tenha como proprietário a própria Infraero. Eu ressalto que o TCU também se preocupou com isso. Se o objetivo é trazer a eficiência do setor privado para gerir os aeroportos, o entendimento que é nosso e que também foi expresso pelo TCU é de que essa obrigatoriedade de participação da Infraero pode potencializar riscos contra a governança corporativa da sociedade de propósito específico. Então, eu queria também registrar essa preocupação. O TCU também entende que talvez não seja o modo mais adequado. Vamos ver como esse fato acontece para eventuais concessões que ocorrerão à frente.

Por favor.

Aqui quero passar bem rápido. Composição do capital das três sociedades de propósito específico: Infraero com 49% e, no caso de Guarulhos, curiosamente, se pegarmos Previ, Funcef e Petros, que têm, de alguma forma, vinculação com o Poder Público, veremos que mais de 80% do capital da concessionária de Guarulhos ainda estaria na esfera federal; repito: somando Infraero, Previ, Funcef e Petros.

Por favor.

Bom, aqui também eu quero passar rápido. Com relação à estrutura tarifária, ela foi mantida praticamente a mesma, a não ser a inclusão agora da tarifa de conexão, de R\$7,00. E nos foi dito que isso não terá qualquer impacto sobre as tarifas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS ÁLVARES DA SILVA CAMPOS NETO – Capatazia são serviços prestados com relação à movimentação de cargas; é o mesmo termo usado também na estrutura portuária. Temos a capatazia, que é esse trabalho mais voltado para a questão dos que operam com cargas, sobre a movimentação de cargas.

Agora eu queria só fazer um rápido comentário. É pouco provável que, ao aumentar o custo das empresas incorporando mais uma tarifa, no caso, a tarifa de conexão, repito: é muito pouco provável que esse custo não seja repassado aos seus usuários finais e eles acabem aparecendo realmente nas nossas tarifas de passagem aérea.

Por favor.

Aqui são as receitas comerciais ou as receitas não tarifárias, que terão que ser muito expressivas para dar conta de arcar com o valor de outorga de R\$810 milhões, mais 10% da receita bruta, mais as despe-

sas operacionais, mais os investimentos necessários para 2014. E várias dessas formas de tarifa comercial não têm como ser aplicadas imediatamente. No caso, por exemplo, de construção de estacionamentos e de hotéis, são investimentos que têm um prazo ainda de maturação que não virarão receita não tarifária imediatamente.

O fato positivo que nós conseguimos vislumbrar do ponto de vista da regulação econômica é que o contrato prevê, então, o que é conhecido na literatura como a instituição do fator x e do fator q – fator x é o fator de produtividade e eficiência, que é muito positivo e significa captar os ganhos de eficiência que a empresa tenha ao administrar negócios e compartilhar esses ganhos de produtividade e de eficiência com o usuário, visando à modicidade tarifária. Esse é um aspecto bastante positivo.

O setor elétrico e o setor de telefonia já têm larga experiência nesse mecanismo de *price cap*, como é chamado. Também houve a introdução do fator de qualidade, que é muito alvissareiro, e a instituição do que está chamado lá no edital de gatilho de investimento – o próprio nome acho que já dá uma ideia –: se a demanda cresce acima daquilo que estava previsto, esse gatilho é disparado, o que obriga a antecipação de certos investimentos.

Por favor.

Eu vou passar aqui à questão do equilíbrio comum financeiro, já caminhando para o fim. Esses são os investimentos que estão previstos. Os investimentos para a Copa do Mundo, num curto prazo, daqui para 2014, são bastante expressivos tanto em Guarulhos, quanto em Campinas e Brasília.

Por favor.

Isso aqui foi retirado diretamente dos editais e do próprio contrato. Se pegarmos os prazos previstos, se todos os prazos forem cumpridos sem nem um dia de atraso – eu tenho 53 anos de idade, vou fazer 54, e nunca vi uma obra pública terminar no prazo inicialmente definido –, se não tivermos nem um dia de atraso – eu coloquei aqui abril, mas, na verdade, já é maio, porque os contratos foram assinados com um mês de atraso em relação ao que estava previsto –, então, se nada acontecer, se não houver greve, se nada atrapalhar, essas obras estão previstas para serem concluídas, têm o prazo de até maio de 2014.

Por favor. Último *slide*.

Fica registrada também a nossa preocupação de que, mesmo a concessão ao setor privado, que é uma perspectiva muito alvissareira de aumentar investimentos, na questão dos terminais de passageiros, continua havendo uma possibilidade bastante expressiva

de que esses terminais não ficarão prontos dentro do prazo previsto.

Finalmente, a última coisa que eu quero frisar é que o objetivo do nosso estudo, da nossa preocupação não é a Copa do Mundo. A Copa do Mundo é um evento de um mês ou 40 dias; a nossa preocupação é com o que já está acontecendo no setor aeroportuário brasileiro hoje, e já vem ocorrendo de outros anos: este crescimento de demanda muito expressivo requer agilidade maior na execução de novos investimentos. Só mais um detalhe. O estudo que fizemos no ano passado nos trouxe mais uma preocupação que seria: com o crescimento da demanda estimado – e nós estimamos um crescimento menor do que vem se dando, algo em torno de 9% ao ano –, quando os terminais de passageiros estiverem prontos, se ficarem prontos dentro do prazo previsto, ao ficarem prontos, a demanda já terá crescido de tal forma que vários novos terminais já estarão sobrecarregados. Esse é um fato que constatamos e que nos deixou preocupados.

Encerro por aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Esta Presidência registra também as presenças de Paulo Medeiros, chefe da assessoria parlamentar do TCU, estava aqui há pouco; Fernando Luiz Souza, da Secretaria de Fiscalização de Obras do TCU; Edileuzo Souza Cavalcanti, Presidente da ABCTA, Associação Brasileira de Controladores de Tráfego Aéreo; e Ruy Barata, do jornal *Brasil Econômico*.

Concedo a palavra ao Sr. Fernando Antônio Soares, ex-Diretor de Política Regulatória da Secretaria de Aviação Civil, por 15 minutos.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO SOARES – Obrigado, Presidente.

Primeiramente, quero agradecer o convite para participar desta subcomissão num assunto tão instigante de que já tratei há algum tempo. Quando recebi o convite e estava preparando uma apresentação, eu me deparei com um problema: o assunto é tão instigante e tão amplo, que eu me perguntei do que tratar. São tantas frentes, tantos assuntos... Então, eu me lembrei de um processo de que participei ativamente quando eu ainda era diretor do Departamento de Política Regulatória, ainda no Ministério da Defesa.

Próximo.

Àquela época, nós trabalhamos na constituição da Política Nacional de Aviação Civil, que é de 2009. A política dá uma série de diretrizes para a aviação civil brasileira. Posso dizer que foi um documento bem democrático, em que houve a participação de muitas pessoas de diversos órgãos e associações, e essas

diretrizes estão razoavelmente bem estabelecidas nessa política.

Essa política é subdividida em objetivos que constam deste sumário: segurança, serviço adequado, meio ambiente, consumidor, desenvolvimento da aviação civil e eficiência da aviação civil.

Vou cobrir alguns desses pontos, coisas relevantes, a meu ver, para o futuro trabalho no que tange à aviação civil principalmente para esta Casa, para o Senado Federal e para o Congresso Nacional como um todo, que é a reforma legislativa do marco legal da aviação civil brasileira, que é a reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica. Vou passar alguns pontos rapidamente e vou concentrar-me naqueles em que sempre tive maior concentração de trabalho, que é o desenvolvimento e a eficiência da aviação civil.

Próximo.

Segurança. Eu não tenho condições de falar de segurança em aviação civil porque é uma discussão extremamente técnica e, digamos assim, eu não teria tanto preparo para isso. Pessoal da área específica, da Anac, do Decea e do Cenipa poderiam falar sobre isso. Mas um recado a gente pode dar, Senadores e demais presentes. A segurança, seja operacional ou contra atos de interferência ilícita, é fundamental, é prerequisite para o funcionamento da aviação civil. Ou seja, se tem algo que deve ser devidamente regulado – e mais importante, porque no Brasil nós damos muita atenção à regulação e deveríamos dar mais importância à fiscalização – então, o que deve ser devidamente regulado e fiscalizado são elementos de segurança operacional e a segurança de contratos de interferência ilícita.

Próximo.

Serviço adequado. Nesse caso, nós temos que pensar fundamentalmente em termos da continuidade, regularidade e pontualidade na operação das empresas aéreas. Mas não tão somente das empresas aéreas. A gente tem que lembrar que o sistema da aviação civil é constituído por três braços centrais: as empresas aéreas, a infraestrutura aeroportuária e o controle de tráfego aéreo. Então, a questão da continuidade, regularidade e pontualidade, de fato, bate lá na empresa aérea. O usuário avalia a empresa aérea. Realmente, a empresa aérea tem a sua responsabilidade sim, mas também temos que avaliar estes três elementos também para a infraestrutura aeroportuária e também para o tráfego aéreo.

Próximo.

Nesse sentido, uma pequena fala sobre isso: é demandada a atualização do Código Brasileiro de Aeronáutica. Já foi feito um trabalho extenso; na Câmara, há um relatório do então Deputado Rodrigo Rocha

Loures, um trabalho que pode ser alterado, mas que pode ser utilizado. Muitas alterações necessárias ao funcionamento da aviação civil brasileira, especificamente na questão do serviço adequado, da proteção do consumidor, da defesa do consumidor, podem ser observadas lá.

Próximo.

Vou falar de um assunto que o Carlos Modena conhece bem mais do que eu. O que a gente já pode dizer é o seguinte – e o Carlos Campos nos brindou agora –: temos uma série de aeroportos com saturação de capacidade. Então, temos uma briga por espaço nesses aeroportos, inclusive e principalmente das companhias aéreas. Poder-se-ia implementar uma regulação de *slots*. A Anac já está trabalhando nesse sentido, mas podemos aprofundar na concessão, a autorização para que empresas usem determinados *slots*. Vamos pensar isso em Congonhas, Santos Dumont, Guarulhos, Brasília. Imaginem o valor disso. Então, eu poderia associar isso ao cumprimento de alguns bons prerequisites. Eu diria regularidade e pontualidade. Não quero dar nenhuma fórmula acabada; isto aqui é simplesmente uma intuição de algo que poderia ser trabalhado para melhorar a prestação de serviço e o atendimento ao usuário.

Próximo.

Meio ambiente. O meio ambiente também é uma área complexa, mais ligada à parte de engenharia. A gente sabe, é notório que a aviação civil tem importantes impactos ambientais.

Próximo.

Isso já está se discutindo no âmbito da Organização Internacional de Aviação Civil e temos que discutir também ações mitigadoras dos impactos da aviação civil sobre o meio ambiente. Tivemos um grande evento recentemente, e isso tudo demonstra a importância do tema, o quanto esse tema está na agenda nacional e mundial. Então, fica o discurso de que isso é relevante e tem que ser olhado com carinho.

Próximo.

Basicamente, é importante, gente, a questão do meio ambiente. É importante a discussão da sustentabilidade, do desenvolvimento sustentável. Porém, a gente não tem que ficar no discurso meramente ambientalista. Este País tem que crescer, este País tem que se desenvolver, este País tem que aumentar o bem-estar social, ou seja, sua sociedade tem que ter a melhoria do padrão de vida. Então, tem que casar, sim, responsabilidade ambiental com crescimento. Só responsabilidade ambiental não vai adiantar.

Uma coisa importante de se dizer é que o Brasil tem tanta *expertise* nessa área, já tem uma produção tecnológica nessa área que é importante que se

aprofunde tal estudo, tal pesquisa em combustíveis renováveis. Usando um jargão de economia, o Brasil apresenta vantagens comparativas nisso. Então, vamos usar essas vantagens inclusive no modal do transporte aéreo e da aviação civil como um todo.

Próximo.

Consumidor. Esse aí é muito associado à questão dos serviços adequados que vimos anteriormente.

Próximo.

De novo, reitero que também é importante a adequação do Código Brasileiro de Aeronáutica. Como sabemos, o Código Brasileiro de Aeronáutica é de 1986. De lá para cá, a dinâmica do setor foi extremamente alterada; a legislação brasileira foi extremamente alterada. Se formos pensar, depois do código, do CBA, de 1986, nós tivemos a Constituição de 1988; no que tange ao consumidor, temos o Código de Defesa do Consumidor, que é de 1990; temos as leis de licitação de 1995; a Lei de PPP, se não me engano é de 2004. Então, há uma série de instrumentos novos, relevantes que o setor de aviação civil também tem que abraçar. Por exemplo, vamos lembrar-nos da telefonia, quando houve a Lei Geral de Telecomunicações. Eu acredito que o setor merece isso e precisa disso; esse setor precisa desse avanço.

Próximo.

Garantir a proteção do usuário do transporte aéreo. Como eu falei, a questão da prestação do serviço adequado se associa ao consumidor, e há a questão do cancelamento e atraso.

Outra coisa que é muito relevante: nós temos que dar isto aos passageiros e usuários do transporte aéreo, qual seja, a transparência. Percebe-se que a informação ainda é muito assimétrica em relação ao passageiro e ao usuário. Seria outro elemento que deveria ter um cuidado adicional da regulamentação e da normatização do setor.

Próximo.

Desenvolvimento da aviação civil. Vamos começar com um tema bastante interessante, apaixonante, que suscita muita discussão. E é para suscitar mesmo. É a questão da aviação regional. Eu tenho uma ideia muito fixa sobre a questão. O País, seja o governo na sua regulamentação, seja o Congresso no seu poder de regulamentar, de editar leis, sejam as empresas aéreas, a gente tem que pensar este País um pouco mais que região Sul, Sudeste e Brasília. É fundamental que haja interiorização deste País. É inconcebível que tenhamos um País de tamanha dimensão, de uma população tão elevada, de 200 milhões de habitantes, e a aviação civil esteja concentrada em determinados pontos deste País, com grandes manchas abertas em outras áreas.

Já vão dizer: Fernando quer uma regulamentação forçando as empresas a irem para outro lugar. Não, não necessariamente. Existe a capacidade de dar determinados incentivos positivos para que as empresas ocupem esses outros espaços. Temos diversas cidades de médio porte que não necessariamente estão na região Sul e Sudeste, com potencial econômico tremendo que poderiam receber a viação civil. Então esse é um ponto que acho crucial, sem contar o fato de que determinados pontos... Estamos falando da Amazônia Legal. Isso há hora em que é até uma questão social, porque é fundamental. É um ponto de integração nacional e cobertura do território nacional. Então, é um ponto que não pode deixar de estar na agenda, e há mecanismos para fazer isso sem restringir o marco regulatório do setor, pelo contrário, os incentivos seriam pró-concorrência, que levaria o setor de aviação civil a ocupar manchas que estão brancas no território brasileiro no que tange ao atendimento pela aviação civil.

Próximos.

Aí eu me dei o direito de colocar alguns mecanismos.

E isto é importante dizer: trabalhando dentro do Governo, a gente não pode ficar isolado com uma tecnoburocracia; nós temos que conversar com esta Casa, temos que conversar com o Senado, temos que conversar com o Congresso, temos que conversar com a sociedade civil de maneira mais ampla, temos que conversar com as empresas.

Uma coisa é relevante. Disso as empresas falam e falam bastante. Elas dizem: “Há determinadas localidades que eu quero atender, porém a infraestrutura aeroportuária lá não me permite que eu pouse naquele aeroporto. Se você não tem a infraestrutura básica, você não vai ter o atendimento pela aviação civil.

Então, o primeiro ponto para dinamização da aviação regional seria o investimento na infraestrutura. O primeiro ponto que pode ser apontado é que a instituição da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e, conjuntamente, o Fundo Nacional de Aviação Civil, de cujo processo eu participei, constituem, acredito, um excelente espaço para discussão desse investimento na infraestrutura aeroportuária e na dinamização do Profaa, que é o Programa Federal de Auxílio aos Aeroportos.

Eu já tive a chance de conversar outras vezes com o Senador Vicentinho e disse que esse é um problema, sim. Nós, no Governo Federal, temos que dinamizar, porém o Governo Federal sozinho não vai fazer. Se não houver o apoio dos Estados, maior concentração dos Estados, maior preocupação do Estado, se o Estado não tiver uma burocracia dedicada ao assunto, para fazer um projeto base, para fazer um projeto executivo,

para fazer uma licitação, o recurso vai continuar lá no Fnac. Então, tem sim, que haver uma forte associação entre o Governo Federal e os Governos Estaduais para deslanchar esse programa.

Vão perguntar: há recurso?

Eu vou dizer: hoje há. Se isso vai deslanchar, no futuro nós não sabemos, mas essa é outra briga, é outro orçamento, mas no momento há. Então, é preciso maior gestão, maior inter-relação entre o Governo Federal e os governos Estaduais, para que esse programa vá adiante, porque ele é fundamental.

Outro ponto em que eu insisto, e insisto há muito tempo, é a questão do aumento da participação de capital estrangeiro.

Na legislação brasileira, ainda há uma participação de capital estrangeiro, no que tange a ações ordinárias, de 20%. Vamos falar de alguns setores. Por exemplo, telecomunicações, que é tão sensível ou talvez até mais sensível do que a aviação civil, não tem restrição de capital estrangeiro.

Nesse ponto, eu queria fazer uma reflexão: hoje as pessoas questionam, e não é sem razão, o dito duopólio, que não é um duopólio, da TAM e da GOL. Ora, como eu faço... Nada contra a evolução da GOL, nada contra a evolução da TAM, mas sou totalmente a favor de mais concorrência. Esse é o ponto.

Como a gente consegue ter mais concorrência? De forma que surjam novas empresas e que as empresas menores consigam se capitalizar. A capitalização das empresas no mundo de integração de capital, integração financeira, como é atualmente, passa necessariamente pela utilização de capitais, estrangeiros, pela internacionalização de empresas.

É impensável uma empresa de capital meramente nacional, seja no Brasil, seja em qualquer lugar do mundo, empresas estrangeiras fazendo investimento no Brasil, empresas brasileiras fazendo investimento no exterior é uma realidade. Então, é fundamental que eu tenha esse aumento de capital estrangeiro de forma a capitalizar empresas brasileiras. E essa capitalização de empresas brasileiras faz com que elas cresçam, aumentem a oferta, aumentem o serviço.

O que isso tem a ver com a aviação regional?

É basicamente uma condição de mercado. Se você tem uma empresa que tem aproximadamente 40% do mercado, a demanda crescendo a 5%, qual o seu incentivo a deslocar a sua oferta para municipalidades menores? Ora, eu estou investindo, ainda falta investir no mercado que está me rendendo muito. Eu não para mercados menores. Essa ocupação de mercados menores só vai acontecer quando, digamos assim, os nichos maiores estiverem completamente absorvidos, o que não é a realidade atual. Então, esse fortalecimento

das empresas brasileiras em conjugação com o capital internacional é fundamental para que haja, inclusive, esse processo de ocupação do interior do País.

Mais um ponto. Acho que há o item três ali.

Há, também, a questão dos mecanismos de financiamento das empresas aéreas.

Isso também é importante.

As empresas questionavam a dificuldade de financiamento. Essa questão foi trabalhada, inclusive nesta Casa. Isso fez surgir a Lei nº 12.096, de 2009.

O que acontece?

Existe um programa de exportação, de financiamento das exportações, o Proex, que entre outros – há diversos setores –, tem o financiamento das aeronaves da Embraer – o EMB 145, 175, 190, 195 –, que seriam aviões muito adequados para a realidade brasileira e, particularmente, para a aviação regional, mas o Proex só financiava a exportação dessas aeronaves da Embraer. A partir dessa lei, o que aconteceu? As mesmas características dos empréstimos concedidos à exportação de aeronaves da Embraer foram concedidas às empresas aéreas brasileiras para que utilizem aquele financiamento para equipar sua frota e atender ao mercado brasileiro.

Isso já é matéria legal, já tem alguma regulamentação. As informações que eu tenho são as de que o primeiro teste disso já vai ocorrer. De 2009 para cá, três anos, talvez devesse ter sido um pouco mais rápido, mas, enfim, é uma notícia interessante. Isso também pode ajudar muito no desenvolvimento e na interiorização da aviação brasileira.

Próximo.

Acordo sobre serviços aéreos.

Esse é um ponto em que o setor já avançou bastante, que é a questão dos ASAs – Acordos de Serviços Aéreos – no que tange à aviação internacional.

Tínhamos, até meados da década passada, acordos bastante restritivos. Hoje os acordos estão bem mais flexíveis e garantem o aumento da oferta. No entanto, ainda há alguns pontos que precisam ser trabalhados para reforçar – digamos – a liberalização desses acordos de serviços aéreos e, conseqüentemente, permitir o aumento da oferta de serviços. Se eu tenho um aumento da oferta de serviços, conseqüentemente isso gera mais competição e tem melhoria da qualidade dos serviços prestados e, em parte, sobre preços, o que é importante para o consumidor.

Próximo.

Recursos humanos.

Esse também é um ponto de atenção porque toda nossa preocupação estava, ou ainda está, no que tange à infraestrutura aeroportuária, ou maior parte da nossa preocupação está no que tange à infraes-

trutura aeroportuária. Nesse momento, o Brasil, como o mundo, está crescendo pouco, mas logo a economia vai voltar a crescer. Quando a economia voltar a crescer, se a nossa economia crescer 3% ou 3,5%, o setor aéreo crescerá 10%. Da mesma forma que falta um insumo chamado aeroporto, vai faltar um insumo chamado recursos humanos. Não é porque 2012 tem certa letargia, pelo cenário, pelo ambiente internacional, que isso vai persistir.

Então, é fundamental que se tenha políticas públicas no que tange à formação de recursos humanos para o setor.

Próximo.

Ampliação da infraestrutura aeroportuária.

Essa é a discussão do momento. Você tem uma forte demanda do setor a longo prazo. Por que estou dizendo a longo prazo? Conjunturalmente, nós estamos num momento de desaquecimento da economia, pode ter uma queda da demanda do transporte aéreo neste ano, mas no ano que vem e em 2014, 2015, vai ampliar. Então, ainda tem muito a ampliar nesse setor no Brasil.

Isso é, de fato, um ponto de atenção. Nesse momento a gente tem de pensar o seguinte: tem de ter investimento público, sim, seja da Infraero, seja dos Estados, seja dos Municípios, seja através do Profaa; tem que ter investimento privado por meio das concessões e tem que se pensar também na possibilidade da existência de uma *holding* Infraero. Nós estamos precisando de vários *players* no País para construir a infraestrutura aeroportuária e prestar os serviços referentes à infraestrutura aeroportuária.

Só isso daria uma discussão bastante longa, mas basicamente é o seguinte: a Infraero tem que ter uma estrutura administrativa que permita que ela, conjuntamente com o setor privado, faça investimentos mais rapidamente. A constituição de uma *holding*, de uma Infraero Participação, se torna um elemento fundamental.

Posso, depois, Senador dar esclarecimentos adicionais, mas vamos adiante pelo adiantado da hora.

Ali está “possibilidade” (entre aspas), porque aí trata de um elemento que não podemos deixar de lembrar, que é o forte crescimento da aviação geral, da aviação executiva, do táxi aéreo. Há muito avião. Há muita gente voando. Esse segmento da aviação civil também demanda infraestrutura aeroportuária. Uma possibilidade de estudo é que se estabeleça o instituto da autorização da infraestrutura aeroportuária para aeroportos dedicados à aviação geral. Eu acho que isso é uma possibilidade imensa. Há uma série de aeroportos privados subutilizados que poderiam ser utilizados não só pelo proprietário, mas também por

aquela aviação geral que o circunda, que seria um caminho para gerar infraestrutura aeroportuária adicional e, possivelmente, rapidamente neste País.

Próximo.

Por fim, eficiência da aviação civil. Isso é muito associado ao que já havíamos falado.

Reitero a questão da necessidade do amento da participação de capital estrangeiro. Algumas vezes em audiência, o que acontece?

Se a gente pegar Belo Horizonte, São Paulo, Rio, temos três, quatro, cinco companhias ofertando serviço em vários horários do dia, mas se pegarmos lá na Amazônia Legal, não pé dessa forma; há uma concentração imensa de vôos em poucas companhias. Reforça-se aqui este ponto: a necessidade de mais companhias. Companhias que hoje são pequenas capitalizadas podem se tornar companhias grandes.

Como isso vai fazer com os mercados centrais hoje, centrais do ponto de vista do mercado, se tornem mais disputados, outros mercados, necessariamente vão ser mais ofertados. Isso é relevante. Acho que passa por um olhar com muito carinho dessa Casa.

Dado o adiantado da hora, esses eram os elementos centrais que eu queria abordar, Senador Vicentinho.

Fico aqui à disposição do senhor e desta Subcomissão, para dar os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Obrigado, Fernando.

Antes de conceder a palavra ao Dr. Carlos Cesar Modena, mais uma vez, eu quero deixar registrado que esta Subcomissão é bastante técnica. Ao final de nossos trabalhos, procuraremos apresentar um bom planejamento, com boas legislações, para que a aviação e o Governo Federal cuidem ainda mais do planejamento, inclusive em longo prazo.

Portanto, os dois expositores, tanto o Carlos quanto o Fernando, deram grande contribuição a esta Subcomissão com o conteúdo aqui demonstrado, cada um em sua área.

Esta Presidência agradece.

Concedo ao Dr. Carlos Cesar Modena, Auditor de Controle Externo da Secretaria de Fiscal de Desestatização 1 do Tribunal de Contas da União.

V. S^a tem 15 minutos, Dr. Carlos, prorrogáveis também pelo tempo necessário.

O SR. CARLOS CESAR MODENA – Sr. Presidente, colegas de Mesa, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, antes de mais nada, queria agradecer a oportunidade dada ao TCU de vir mais uma vez aqui, para falar um pouco sobre a nossa atuação, agora, no caso, no setor de aviação civil.

Uma das principais diretrizes do Presidente Benjamin Zymler é a de estreitar, cada vez mais, os laços com o Congresso Nacional, estar o máximo possível à disposição, para poder falar dos nossos trabalhos, para poder participar, sempre que possível, das comissões temáticas da Casa.

Vou falar um pouco sobre a atuação, mais especificamente, das Sefid, que é uma secretaria concentrada na fiscalização de desestatização e regulação. Acompanhamos, principalmente, os processos de concessão, no caso concessão de aeroportos, regulação desempenhada pelas agências reguladoras e até mesmo processos de PPP.

O TCU tem duas Sefids. A Sefid 1, onde estamos, é uma secretaria focada na área de infraestrutura de transporte. Então, lá há três diretorias. Uma delas é dedicada à aviação civil.

Vou falar um pouco de alguns trabalhos recentes que a Sefid, não de todo o TCU, mais especificamente a Sefid, tem feito nos últimos anos.

A lei de criação da Anac é de 2005, mas a agência foi instalada efetivamente instalada em março de 2006.

O nosso primeiro trabalho de auditoria operacional, o trabalho de maior fôlego, procurando ter uma visão geral, foi em 2008. Depois, realizamos uma nova auditoria em 2011. Nesse meio tempo, foram feitos acompanhamentos dos processos de concessão de aeroportos. Em 2010, 2011, houve a primeira rodada de concessão, do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante – sobre o qual vou comentar com mais detalhe – e, em 2011, 2012, as concessões dos grandes aeroportos: Guarulhos, Viracopos e Brasília.

Atualmente, estamos fazendo três trabalhos mais relevantes. O acompanhamento da elaboração do Plano Geral de Outorgas, o monitoramento da regulamentação do Fundo Nacional de Aviação Civil e, logo no segundo semestre, deveremos começar a acompanhar mais de perto a atuação da Anac na fiscalização da execução dos contratos de concessão.

Vou dar uma passada rápida no fluxo dos processos de concessão. Tivemos duas rodadas de concessão. A primeira foi a do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, um aeroporto que não existe ainda, ainda está por terminar a construção. Ele vai substituir o atual Aeroporto Internacional de Natal. A ideia era a de que fosse uma experiência piloto do Governo Federal – isso nunca tinha sido feito. É interessante notar que o decreto de inclusão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante no Plano Nacional de Estatização é de 2008, de fevereiro de 2008. Desde a inclusão do aeroporto no PND até a assinatura do contrato se passaram quase quatro anos. Foram contratados estudos de viabilidade; foi feito um decreto aprovando o modelo

de concessão especificamente para esse aeroporto; foram feitas audiências públicas para discutir as minutas do edital e do controle de concessão do aeroporto; os estudos de viabilidade foram enviados ao TCU. Tivemos a chance de ter uma longa discussão com a Anac, durante alguns meses, para, eventualmente, fazer alguns ajustes nesses estudos, com a participação da Secob, do TCU. Após um período razoavelmente longo de maturação, quando o edital foi publicado e foi realizado o leilão em agosto de 2011.

Próximo.

A segunda rodada foi muito diferente. Aeroportos de muito mais peso, de muito mais importância para o sistema aeroportuário, o aeroporto mais importante, o aeroporto de Guarulhos, além disso o aeroporto de Brasília também, que é o segundo ou terceiro – acho que o Galeão passou de novo –, Viracopos, que é o aeroporto que mais cresceu nos últimos anos... Entre a inclusão no PND, em julho de 2011, pelo Decreto 7.531, até a assinatura do contrato há menos de um mês, passaram menos de 11 meses. Então, isso dá uma ideia de como esse processo, essa segunda rodada de concessão foi, digamos, bastante acelerada. Isso gerou algumas dificuldades para o TCU. Por exemplo... Vou comentar um pouco mais adiante sobre isso. Eu queria que ficasse o registro.

O primeiro trabalho que vou comentar é sobre a auditoria operacional na Anac. Vou comentar mais ou menos junto às duas auditorias feitas em 2008 e 2011.

A primeira coisa que chama atenção mais imediatamente é o problema pelo qual passou a Anac, que está relacionado ao quadro de pessoal da agência. A Anac herdou, num primeiro momento, o quadro de pessoal do antigo Departamento de Aviação Civil e de mais alguns órgãos, algumas unidades militares que também tinham atribuições relacionadas à aviação civil. Boa parte desse quadro era formada por militares. Esses militares tinham prazo máximo na agência por cinco anos.

No primeiro concurso da Anac... A Anac fez dois concursos até agora e há mais um aprovado, que deve ser feito neste ano ainda. Mas foram feitos dois concursos, um em 2007 e outro em 2009. Até o fim de 2010, todos os servidores militares oriundos do DAC e outros órgãos que permaneciam na Anac foram devolvidos ao DAC. Então, a Anac passou por um processo de transformação, de transição do antigo DAC para uma nova instituição civil muito drástica, muito profunda. E além de ter que mudar de uma cultura militar para uma cultura civil que não estava constituída ainda, ela teve que formar todo o quadro de pessoal da agência nesse período, um período muito curto. Então, as pessoas mais experientes, os concursados mais experientes

têm cinco anos de agência. Então, há vários setores em que ainda a Anac está se capacitando.

Além disso, houve uma redução no quadro de pessoal da agência. Comparando os dados de 2008 com os de 2011, vemos que houve uma redução de 2462 para pouco mais de 1700, com mais atribuições que o DAC tinha, que foram crescendo ao longo dessa breve existência da Anac.

Uma das questões afetadas por isso foram as unidades regionais da agência. Várias delas tiveram que ser enxugadas, fechadas, com impacto para o setor. E uma questão que o TCU deve avaliar melhor nos próximos trabalhos é em que medida isso afetou a capacidade de fiscalização da agência.

O Fernando comentou que mais importante do que a regulação é a fiscalização. Não sei se chega a ser mais importante, mas é tão importante. Porque não adianta nada regular se não fiscalizar. Então, a gente precisa avaliar com mais calma como que essa capacidade de fiscalização da agência está atualmente.

Nessa auditoria, uma questão relevante para comentar nesta Casa do Poder Legislativo está relacionada à Taxa de Fiscalização da Aviação Civil, a Tfac. Essa taxa foi prevista, ela está prevista na lei de criação da Anac, existe o anexo da lei que discrimina todos os fatos geradores da Tfac e os valores correspondentes. Está extremamente detalhado lá.

Bom, isso tem várias consequências. Os textos descritivos não são, em muitos casos, adequados ao que a Anac efetivamente faz. Existem várias atividades que são da Anac que não têm taxa prevista. Os valores das taxas, em muitos casos, são inadequados. Ou eles são muito altos ou são muito baixos.

Eu me lembro de um caso que me chamou a atenção. O processo de certificação de aeronave leve, por exemplo. Uma empresa que queira desenvolver uma aeronave leve, de treinamento, por exemplo, da qual há carência grande no mercado, tem que pagar só para a Anac, para poder iniciar o processo, quase R\$1 milhão.

E há outros exemplos aqui. Talvez não valha a pena. Mas essa é uma questão que, para ser resolvida talvez dependa de mudança legislativa. Existe um grupo de trabalho criado na Anac, talvez esse grupo tenha de trabalho tenha concluído, mas ele ficou de enviar o resultado para o TCU para discutir como encaminhar essa questão, tanto internamente quanto, eventualmente, até mesmo por meio do envio de um projeto de lei ao Congresso para alteração dessa questão.

Outra questão que acho que merece comentário também está relacionada às normas. É a segregação da atividade reguladora da agência, da atividade de fomento.

Na auditoria de 2008, comentamos isso no relatório, e pouco tempo depois, em 2009 – o Fernando talvez se lembre disso –, o Profaa, que era gerido pela Anac, passou para a SAC, Ministério da Defesa. Então uma atividade de fomento específica, que a Anac, de alguma forma, tinha que regular, fiscalizar, passou para a SAC.

Mas, com relação à formação de recursos humanos, isso ainda persiste. A Anac tem recursos para formação de pilotos, mecânicos, para as escolas de aviação civil, aeroclubes, ao mesmo tempo em que ela fiscaliza a formação desses pilotos, desses mecânicos, a certificação dessas escolas. Talvez essa fosse uma questão que merecesse ser discutida, especialmente que agora tem a SAC Presidência da República, com uma estrutura maior. Talvez fosse mais adequado a SAC assumir essa responsabilidade.

Outra questão foi a coordenação entre os órgãos do setor. Antes da criação da Anac, você tinha o sistema de aviação civil totalmente dentro do âmbito do Comando da Aeronáutica, que funcionava de uma forma bastante coordenada e integrada. Com a criação da Anac, essa integração sofreu certo golpe.

Temos alguns exemplos disso. Um exemplo que vou comentar pontualmente aqui, que acredito esteja talvez neste momento já resolvido, é a aplicação de sanção por infração de tráfego aéreo. A parte de controle do espaço aéreo continuou com o Dcea, continuou com o Comando da Aeronáutica.

Só que se entendia, em determinado momento, que a Anac, como autoridade de aviação civil, todos os pilotos estavam jurisdicionados à Anac. Então, quem teria competência de aplicar sanção aos pilotos seria só a Anac. Então o que acontecia? O Dcea verificava as infrações de controle de tráfego aéreo, preparava um processo e mandava para a Anac notificar os pilotos, analisar a defesa e, eventualmente, aplicar a multa. Obviamente esse processo não funcionou direito, até recentemente, o Fernando talvez saiba mais detalhes disso, quando o Ministério da Defesa entendeu que, na verdade, isso deveria ser uma competência do Comando da Aeronáutica. Então, infrações de tráfego aéreo passaram a ser do âmbito integral do Comando da Aeronáutica. Não passavam mais as infrações de tráfego aéreo para a Anac. Mas isso demorou um tempo razoável até que fosse resolvido, e durante esse tempo simplesmente não se cobrava sanção, não se aplicava multa por esse tipo de sanção.

Outra questão interessante é que durante muito tempo, o Ministro dos Transportes não fazia parte do Conac. Apenas em 2009, depois que se chamou a atenção na nossa auditoria, é que, por um decreto

presidencial, o Ministro dos Transportes passou a fazer parte do Conac.

Um último ponto com relação à autorização do marco legal, que foi objeto de uma auditoria específica do TCU, também é objeto do Acórdão 346 – o Fernando já comentou rapidamente –, está relacionado à modalidade de exploração dos serviços aéreos. O Código Brasileiro de Aeronáutica diz que eles serão explorados mediante concessão. O TCU viu que, na verdade, o que se faz hoje não tem absolutamente nada a ver com concessão, tem muito mais cara de autorização.

Então, é preciso fazer um ajuste. Se for concessão mesmo, tem-se que mudar totalmente a forma de exploração dos serviços. Agora, se não é concessão, é preciso fazer um ajuste na lei. Essa foi uma determinação do TCU para o Ministério da Defesa que, em razão disso, elaborou o Projeto de Lei 6961, que foi apresentado ao Congresso em março de 2010. Depois ele foi apensado ao 6716, de 2009. Nós achamos que é importante que essa questão seja resolvida. Esse é apenas um exemplo pontual.

Com relação às concessões, eu vou falar – o Carlos já deu um panorama mais geral das concessões, e foi até mais interessante ele ter falado antes de mim – só de alguns pontos que o TCU criticou, achou que poderiam ser objetos de melhoria.

A primeira coisa é a necessidade de um planejamento mais abrangente e consistente da outorga da infraestrutura aeroportuária. Em razão disso, houve uma decisão do TCU autorizando a Sefid acompanhar a elaboração do Plano Geral de Outorgas pela SAC, que é o que estamos fazendo agora e que vou comentar um pouquinho melhor.

Além disso, os estudos de viabilidade foram apresentados ao TCU com algumas incompletudes e sem algumas fundamentações legais. Por exemplo, a tarifa de conexão, que foi criada pela Medida Provisória 551, se não me engano. Os estudos foram enviados para o TCU prevendo essa tarifa de conexão, mas sem que ela, de fato, tivesse sido criada ainda. Então, o que aconteceu? O TCU teve que fazer análise dos estudos com base numa hipótese, numa coisa que ainda não estava confirmada. Só no final da nossa análise é que o Poder Executivo editou a medida provisória e também o decreto definindo a modalidade da concessão dos aeroportos.

Também foi objeto da análise do TCU a participação da Infraero. Como o Carlos comentou aqui, achamos que é uma questão totalmente discricionária do Poder Executivo. O TCU não tem nenhum poder de determinar em relação a isso; mas é uma questão que o TCU entendeu que deveria ser objeto de uma reavaliação.

Outra questão importante com que o TCU se preocupou foi a reversão das receitas comerciais para a modicidade tarifária. Como o Carlos comentou, as concessionárias vão pagar uma contribuição fixa, que é o valor de outorga anual, em parcelas anuais, e também uma contribuição variável, que é um percentual da receita bruta de cada aeroporto. Esses recursos todos vão para o Fnac, e não são poucos os recursos.

Então, o TCU tem uma preocupação especial com a regulamentação do Fnac, para que esses recursos, de fato, sejam revertidos para o setor, para propiciar melhor qualidade da infraestrutura e melhores serviços. Porque sabemos que não adianta ter só um aeroporto excelente e o resto da malha ser... Então, faz sentido que esses recursos sejam revertidos, de alguma forma, para a infraestrutura como um todo.

Vou falar, rapidamente, agora dos trabalhos que estão em andamento. O acompanhamento da elaboração do Plano Geral de Outorgas, o que é isso? Talvez valha a pena falar um pouco melhor que esse Plano Geral de Outorgas são apenas diretrizes para outorga da infraestrutura aeroportuária. Temos basicamente cinco possibilidades que podem sair desse Plano Geral de Outorgas. Os aeroportos podem ser designados para a Infraero, para o Comando da Aeronáutica. Existem ainda alguns aeroportos que são geridos pelo Comando da Aeronáutica; alguma coisa como vinte aeroportos mais ou menos. Pode-se fazer concessão, autorização ou delegação para os Estados e Municípios. Os Estados e Municípios podem fazer uma administração direta ou também concessão ou autorização.

Bom, quais são as pendências para que esse Plano Geral de Outorgas seja aprovado hoje? Regulamentação do regime de autorização. O Fernando também já comentou isso aqui. O regime de concessão já foi regulamentado, no fim do ano passado. Precisa-se definir agora como vai ser o regime de autorização e também se definir os critérios para a delegação da infraestrutura. Que aeroportos, que tipos de aeroportos serão transferidos para os Estados e Municípios? Essas são as pendências atuais para a aprovação do Plano Geral de Outorgas.

O monitoramento da regulamentação do Fnac também foi uma decisão do TCU. Ele está sendo conduzido pela Secretaria de Aviação Civil. Deve-se ter um decreto presidencial e, posteriormente, uma portaria da SAC disciplinando isso.

Bom, é interessante notar que este ano o Fnac já tem algo como 1,2 bilhão de recursos previstos no Orçamento. A partir do ano que vem, com o início do pagamento das outorgas, esse valor vai mais do que dobrar; vai passar para 2,6 bilhões.

O Carlos comentou a execução no setor de infraestrutura portuária nos últimos anos. Os valores não chegam nem perto disso. Agora, vai haver mais recursos. Então, também a gente sabe que um dos desafios que o Fnac vai ter é não só na regulamentação, mas também em conseguir executar esses recursos.

A preocupação do TCU é que esses recursos sejam utilizados e sejam bem utilizados. Para isso, é preciso regulamentação, planejamento adequado, definir prioridades, e também consultoria e capacidade de execução.

Senador, terminando já aqui o último *slide*, a gente deve já iniciar agora o acompanhamento da atuação da Anac na fiscalização das concessões.

Essa é uma atividade inédita para a Anac. São os primeiros aeroportos concedidos. A gente não sabe ainda como a Anac vai se estruturar para fazer isso. Essa é uma atividade extremamente complexa, porque envolve tanto a regulação quanto a fiscalização dos aspectos técnicos, econômico-financeiros, e também a relação com a sociedade, com diversos segmentos da sociedade, com usuários, tanto os passageiros, quanto as empresas aéreas, transportadores de carga. São contratos de longo prazo. E talvez seja o maior desafio, porque, hoje, quem está lá acompanhou o processo, sabe por que as decisões foram tomadas nesse sentido, sabe quais são os pontos fracos. Mas daqui a cinco, dez, quinze, vinte, trinta anos, no caso de Viracopos, como isso estará sendo feito?

E o TCU – é interessante chamar a atenção para isso – não fiscaliza as concessões diretamente. Ele fiscaliza a atuação dos órgãos reguladores. E o TCU, por ter uma visão intersetorial, pois acompanha não só o setor aéreo, mas também o transporte terrestre, o transporte aquaviário, telecomunicações, energia, tem uma visão transversal; sabe dos problemas que já aconteceram em outros setores, que medidas foram adotadas pelas agências reguladoras com resultados positivos; outras, nem tanto. Então, a gente pode ter uma visão e contribuir para um melhor processo de concessão como um todo.

Era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem. O Dr. Carlos, pelo TCU, acaba de nos dar também uma grande contribuição.

Cumprimento o Carlos Seixas, nosso bom amigo, Presidente da Abrapac – Associação Brasileira dos Pilotos da Aviação Civil.

Passamos, agora, às considerações finais.

Eu vou direcionar algumas perguntas, que os nossos convidados já têm em mãos. Portanto, vou iniciar com o Ipea, com o Dr. Carlos Álvares.

A primeira pergunta: O Ipea vem há algum tempo fazendo considerações importantes quanto à necessidade de investimentos em infraestrutura aeroportuária não apenas para atender aos futuros eventos esportivos, como acabou de ser dito, mas especialmente à atual demanda gerada pelo transporte aéreo, que cresce à cifra de dois dígitos ao ano, como já acabamos também de ouvir aqui. Qual tem sido a resposta dos órgãos responsáveis pela aviação no tocante à recomendação do Ipea e qual tem sido a resposta do Governo, do Ministério do Planejamento e da Economia, no sentido de acatar essas orientações?

Segunda pergunta: O Ipea divulgou um estudo, há pouco mais de um ano, segundo o qual 9, dos 13 aeroportos localizados em cidades que atenderão a Copa do Mundo, não estarão prontos para o evento. Essa preocupação, acabamos de ouvir também. Nesse mesmo estudo, um levantamento mostrou que nos três últimos anos nenhum aeroporto dos vinte analisados melhorou suas condições.

O número de terminais em situação crítica, operando acima da capacidade, que nós acabamos também de ouvir, subiu de onze para quatorze, com a taxa de ocupação saindo de 164,3%, para 187,2%, ou seja, 14 dos 20 estão em situação de estrangulamento, operando acima de suas capacidades. Aí pergunto: Houve alguma evolução ou avanço no tocante às obras ou melhorias nesses aeroportos após a divulgação desses dados?

Terceira pergunta: A concessão dos três aeroportos para a iniciativa privada, Guarulhos, Campinas e Brasília, nos deixaria em uma situação confortável quanto ao atendimento da atual e futura demanda, destacando os eventos de grande monta que estão por vir?

As perguntas ao TCU, Dr. Carlos.

Depois vou conceder o tempo necessário. Estou abreviando porque agora, às 16 horas, deve iniciar a Ordem do Dia e já teremos que encerrar a nossa audiência pública. Estou tentando ganhar tempo.

Ao TCU: Mesmo em um segundo plano, o Tribunal de Contas manterá a fiscalização dos aeroportos que passará para a administração da iniciativa privada por meio de concessões?

O Ministro José Múcio Monteiro ressaltou que a intenção do Tribunal – por sinal, o Ministro é muito amigo nosso – é estabelecer uma parceria com o Executivo e o Congresso na execução desse trabalho, pois mais do que adotar apenas uma postura crítica, deverá estabelecer uma base para a troca de informações. Como isso será operacionalizado?

Outra pergunta: O TCU tem acompanhado dois assuntos relativos à aviação, o Plano Geral de Outorgas,

junto à Secretaria de Aviação Civil e a regulamentação do Fundo Nacional de Aviação Civil – Fnac.

Outra pergunta ao Dr. Carlos: Quanto às Tfacs, Taxas de Fiscalização de Aviação Civil, foram realizados alguns estudos por parte do TCU? Quais foram as conclusões desses trabalhos? Há outros exemplos de taxas exorbitantes cobradas às indústrias ou dos operadores da aviação civil?

Ouvimos aqui inclusive uma citação por parte do Dr. Carlos nesse sentido.

Outra pergunta: A Anac autorizou o aumento de diversas taxas cobradas dos usuários, como valores cobrados para os cheques e recheques de pilotos, em até 2.000%. Existe alguma motivação plausível para tanto?

Aliás, o mesmo se deu com a Infraero que, no último ano, aplicou “reapreciações” (entre aspas), em seu tarifário, que alcançaram, em alguns casos, o montante de 400%, sendo que seus valores hoje representam quase 10% dos custos das empresas. O TCU reparou essas situações?

Ao Fernando, duas perguntas: Dentro da política até então idealizada para a aviação no Brasil muito se tem debatido a respeito da aviação regular, todavia, como vem sendo tratada a questão da indústria da aviação geral no Brasil? Existe algum projeto específico voltado à interiorização da aviação no Brasil, tendo em vista que grande parte dos vôos regulares está concentrada nas regiões Sul e Sudeste?

Você já fez certa menção e a gente quer detalhar melhor esse assunto.

Portanto, ao Fernando, cinco minutos para as considerações finais.

O SR. FERNANDO ANTÔNIO SOARES – Obrigado, Presidente.

Na primeira questão a mim direcionada, referente à indústria da aviação geral, posso dizer que a política nacional de aviação civil tratou, sim, da aviação geral. Houve a participação, na Política Nacional de Aviação Civil, de muitos representantes da aviação geral.

Uma questão que é fundamental nesse ponto é que, muitas vezes, as pessoas que trabalham na aviação civil são muito apaixonadas. Isso, às vezes, é muito preocupante. Uma vez eu falei: quem é apaixonado pela aviação civil não pode trabalhar lá porque perde a racionalidade. Estamos em um setor com tanta escassez de recursos que a gente tem de ser extremamente racional. O pessoal não gostou lá, no Ministério da Defesa, quando falei isso, mas tudo bem.

O ponto é: a aviação é um modal de transporte, um modal de transporte que tem de ser utilizado para gerar dinheiro e reduzir o custo Brasil, como todo modal que nós temos. Se o senhor olhar o rodoviário, o

portuário é isso. Temos de usar a aviação para reduzir o custo Brasil. A aviação geral é o quê? É um insumo para fazer negócios. Então, tenho total certeza de que a aviação geral tem de ser detidamente olhada. Particularmente, sabemos que o grande problema da aviação geral é a competição pela infraestrutura aeroportuária. Talvez haja outros problemas, mas talvez o principal seja a competição pela nossa ainda escassa infraestrutura aeroportuária.

Falei bastante rapidamente que uma possibilidade para resolver essa disputa de infraestrutura aeroportuária é o estabelecimento do instituto da autorização para aeroportos dedicados à aviação geral, particularmente à aviação executiva e de táxis aéreos. Outros também, mas em especial para a aviação executiva e de táxi aéreo. Então, esse já seria um caminho bastante interessante para sanar um problema para a aviação geral.

Então, essa foi a primeira questão.

O segundo ponto é a questão da interiorização da aviação no Brasil, se há realmente um projeto específico.

Na minha época, trabalhamos bastante nisso. Tenho informações de que a Secretaria de Aviação Civil vem trabalhando nisso, mas acho que a importância, o diagnóstico, que de certa forma eu fiz, demonstrou a fundamental necessidade da interiorização da aviação no Brasil. Esses três pontos que citei talvez não sejam um projeto, mas elementos a serem atacados. Falo da melhoria da infraestrutura aeroportuária, principalmente nos aeroportos de interesse regional e estadual; a questão da ampliação do capital estrangeiro e o financiamento das empresas aéreas brasileiras, dado que já tem instrumento legal. Então, uma operacionalização do instrumento já existente, acho, poderia, de certa forma, apoiar, e muito, essa interiorização da aviação no Brasil.

Senador Vicentinho, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Eu é que agradeço, Fernando.

Com a palavra o Dr. Carlos Álvares, do Ipea, por cinco minutos.

O SR. CARLOS ÁLVARES DA SILVA CAMPOS NETO – Quero ser, também, bastante breve.

Com relação à primeira questão, acho que o Ipea não é um órgão da linha de frente. A gente fica na retaguarda com possibilidade de ler, de pensar, de estudar. Não é a incumbência de quem está no Executivo, na linha de frente, como disse. Mas acho que o Ipea cumpriu a sua função ao pontuar a questão das dificuldades extremamente preocupantes que o setor vem enfrentando e as consequências que advieram daí.

Eu queria chamar a atenção para um ponto com relação a isso: o setor aéreo tem que ser pensado 30

anos à frente. Nós temos que ter um plano de longo prazo. O Brasil não vai acabar em julho de 2014. Há necessidade de se pensar esse setor com 30 anos à frente; a questão de novas concessões deveria aguardar mais os resultados dessas, ter um plano, como eu disse, mais abrangente para o setor, para que se possa definir melhor como seria esse processo de concessão.

Outra questão com relação a segunda pergunta: até ontem, eu estive aqui, no Senado, em outra atividade, quanto ao investimento neste setor.

O que nós entendemos é que a Infraero administra 66, 67 aeroportos, talvez o setor privado possa se interessar por dez, doze aeroportos por conta desse retorno, desse investimento. Então, o que nós temos que ter em mente é que o capital privado é bem-vindo, mas é uma alternativa limitada; é um setor que também, ao longo prazo, vai precisar sempre de recursos públicos. E temos agora o Fnac, que pode vir a contribuir com isso, desde que não vire superávit primário e que seja realmente alocado para o fim a que se destina.

Uma preocupação nossa também para que nós chamamos a atenção é a questão de se ter um plano “b”. Quer dizer, se existe realmente a possibilidade de os terminais de passageiros não ficarem prontos, qual seria alternativa viável entre julho de 2012 e 2014. Talvez os terminais provisórios que a imprensa chama de “puxadinhos”, sejam uma alternativa, desde que o “p” de provisório, não vire “p” de permanente. Seria uma alternativa temporária como o próprio nome diz.

Outra questão que foi colocada aqui é uma discussão que se teve durante um tempo sobre a abertura do capital da Infraero para que ela possa até avançar do ponto de vista empresarial. Só que a Infraero é uma empresa que não tem ativo, ela não tem patrimônio. É necessário que se resolva, então, essa questão. Ela não é concessionária porque não tem concessão, ela também não tem ativos, e essa situação tem que ser resolvida.

E por fim, só lembrando que, neste ano, a execução do orçamento de investimentos da Infraero e também dos recursos fiscais tem sido mais bem executada, e a Infraero é a única instituição do Governo Federal que tem utilizado o RDC, o Regime Diferenciado de Contratações. A Infraero já o utilizou em sete circunstâncias diferentes. Então, vai também possibilitar uma verificação se realmente esse procedimento consegue acelerar obras e reduzir os seus custos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito obrigado, Carlos.

Com a palavra Carlos Modena, por cinco minutos.

O SR. CARLOS CESAR MODENA – Também tentarei ser breve, Senador.

Com relação à concessão dos aeroportos, o TCU não fiscaliza, em princípio, diretamente os aeroportos concedidos. O TCU não vai, em princípio, a Guarulhos ver como as obras estão sendo feitas. O foco da atuação do TCU nas concessões é na atuação da agência reguladora, no caso da Anac. E o trabalho do TCU, o nosso papel não é só ficar criticando; o nosso objetivo é a melhoria dos processos, a melhoria do processo de outorga, a melhoria da execução dos contratos de concessão. Para isso, a gente faz trabalhos concomitantes, desde o início do processo de concessão. Então, isso vai ter continuidade. Vamos continuar analisando a execução desses processos de concessão, dos contratos de concessão e, na medida do possível, da nossa contribuição, nossas sugestões para a agência reguladora.

Bom, a gente já começou a fazer o acompanhamento do Plano Geral de Outorgas e da regulamentação do Fnac. Tivemos diversas reuniões na SAC e notamos uma receptividade muito grande por parte dos dirigentes da SAC e, realmente, um empenho muito grande da Secretaria de Aviação Civil no encaminhamento dessas questões.

Com relação à Tfac, não conheço tantos exemplos concretos assim. Essa alteração das taxas de cheque e recheque – sou piloto também –, confesso que não me atentei para isso ainda. Acho que não reconheci esse aumento tão grande assim.

No início de 2010, houve uma nova resolução da Anac, Resolução nº 180, regulamentando a forma de reajuste das tarifas aeroportuárias. Em razão disso, de fato, houve uma mudança grande de algumas tarifas, mas eu, também, desconheço que tenha sido nesses percentuais tão grandes.

Então, era mais ou menos isso que eu tinha para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Obrigado, Dr. Carlos.

Registro a presença do Vice-Presidente desta Subcomissão, Senador Flexa Ribeiro, atuante em todas as áreas. Aqui, há dias, eu quero fazer o registro, em nome do Governador Siqueira Campos, dos tocantinsenses, do brilhante relatório que V. Ex^a realizou na Comissão de Assuntos Econômicos sobre o empréstimo internacional para o nosso Estado do Tocantins. Então, muito obrigado, Senador Flexa, em nome de todos os tocantinsenses que estão sendo beneficiados por esse recurso importantíssimo na área de irrigação na região do vale do rio Javaés, Formoso, uma região propícia para a área de irrigação. V. Ex^a fica registrado na história do Estado com essa contribuição importante.

V. Ex^a deseja fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente Senador Vicentinho Alves, convidados, quero apenas justificar que não participei da audiência pois estava em outro compromisso. V. Ex^a sabe que a gente tem que dividir o horário, já que não podemos nos dividir. Mas, com relação ao agradecimento que V. Ex^a fez sobre a relatoria do processo de empréstimo, não há o que agradecer. Apenas cumpri com a minha obrigação e o fiz com a certeza de que os recursos que irão beneficiar seu Estado, que V. Ex^a tão bem representa no Senado Federal, serão empregados de forma correta pelo Governador Siqueira Campos e irão beneficiar uma área importante, como foi aqui explicado pela Senadora Kátia Abreu. Haverá possibilidade, pela irrigação, de colher três safras ao ano. Isso faz com que todos nós possamos sentir alegria em contribuir com um Estado vizinho ao nosso – somos ligados pelo Bico do Papagaio. Tive essa alegria de poder colaborar.

Conte sempre com os Senadores do Pará como também sendo Senadores do Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito obrigado, Senador. Da mesma forma, a recíproca é verdadeira com relação aos Senadores do meu Estado e ao Estado do Pará.

Ao finalizarmos, quero agradecer a presença de todos os palestrantes, Dr. Fernando Antônio, Dr. Carlos Álvares, Dr. Carlos Modena, que contribuíram muito hoje, Senador Flexa, tanto na área do Ipea quanto na área do TCU, quanto o Fernando, que é um ex-Diretor da Secretaria de Aviação Civil. Portanto, a presença dos senhores, com certeza, engrandeceu muito esta reunião desta Subcomissão. E a contribuição na explanação de cada um estará, com certeza, no relatório final desta Subcomissão, que, como sempre digo e repito, elaborará um bom planejamento para a aviação do nosso País e com boas legislações.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores, dos demais servidores, dos colaboradores da imprensa também.

Portanto, antes de encerrarmos a presente reunião, convoco os Srs. Senadores, para, na próxima reunião a realizar-se no dia 11 de julho de 2012, quarta-feira, neste plenário, às 14 horas, debater o impacto dos preços dos combustíveis, sobre atividade aérea com os seguintes convidados... Reunião importante. Inclusive, parece que ontem houve outro aumento de combustível para a aviação, de 5%. Então, precisamos tratar muito detalhadamente desse assunto.

Os ilustres convidados: Marcos Antonio Martins, Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustível Renovável do Ministério de Minas e Energia; José Márcio Molo, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas

Aeroviária, Alísio Jaques Mendes Vaz, Presidente Executivo do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustível e Lubrificante; Paulo Figueiredo, engenheiro especialista em combustível; e Thiago Miranda, Presidente da Comissão de Direito Tributário da OAB de Goiás.

Assim sendo, agradecendo mais uma vez a presença de todos, encerro esta presente audiência pública.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 03 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e seis minutos do dia dez de julho de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Vicentinho Alves**, Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a presença dos Senadores **Walter Pinheiro, Flexa Ribeiro, José Pimentel, Ivo Cassol e Valdir Raupp**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida a tomarem assento à Mesa os expositores: **Claúdio Ishihara**, Diretor do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo – Ministério de Minas e Energia – MME, **Alísio Jacques Mendes Vaz**, Presidente-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes – SINDICOM e **Paulus Figueiredo**, Especialista em Combustível – Consultor Independente. O Presidente informa que a presente reunião destina-se a debater o impacto dos preços dos combustíveis sobre a atividade aérea, em atendimento ao requerimento nº 1, de 2012 – CISTAC, que, estabelece a realização de um ciclo de audiências públicas para discutir políticas públicas para a aviação civil brasileira. O Presidente registra as seguintes presenças: Senhor Paulo Elias, representante da AIAB – Associação das Indústrias Aeroespeciais do Brasil; Senhor Ulisses Rapassi, representante da Assessoria Macropolítica; Senhor Paulo Licatti, representante da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil – ABRAPAC; Senhora Bruna Yunes, representante da Agência de Notícias de Transporte Logístico; Senhora Thais dos Santos Portillo, representantes do Sin-

dicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; Senhora Ana Helena, representante do Sindicato de Distribuição de Combustíveis – SINDICOM; Senhora Amanda Salviano, representante do Grupo Máquina e Associação Brasileira de Aeroportos – ABA; Senhora Paula Branquinho, representante do Ministério de Minas e Energia – MME; Senhora Edith Carvalho, representante do Ministério de Minas e Energia – MME; Senhora Stella Cruz, representante do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; Senhor Guilherme Neto, representante da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Senhor Antonio Marcos Lobo, Diretor-Superintendente da Consultoria Umbelino Lobo; Senhora Letícia Liotto, representante da Petrobras; Senhor Antonio Sobral, representante da Petrobras; e Senhor Alexandre Gonzaga, representante da Agência de Comunicação IN PRESS OFICINA. O Presidente concede a palavra aos expositores. Às dez horas e trinta e oito minutos, assume a Presidência o Senador Ivo Cassol. O Presidente agradece aos palestrantes e faz questionamentos. Os expositores respondem os questionamentos e fazem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vicentinho Alves**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Declaro aberta a 17ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Cumprimento e convito para se assentarem mais próximos Paulo Elias, da Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil, Ulisses Rapassi, da Assessoria Macropolítica, Comandante Paulo Licati, que está à frente da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil, Bruna Yunes, da Agência de Notícias de Transporte Logístico, Thais dos Santos Portillo, do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Ana Helena, do Sindicato de Distribuição de Combustíveis, Amanda Salviano, da Associação Brasileira de Aeroportos, e Paula Branquinho, do Ministério de Minas e Energia, assim como Edith Carvalho, do Ministério de Minas e Energia.

Sejam todas bem-vindas e todos bem-vindos.

Passamos à pauta.

Antes, convido para tomar assento à mesa o Sr. Cláudio Ishihara, Diretor do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo do Ministério de Minas e Energia.

Convido o Sr. Alísio Jacques Mendes Vaz, Presidente Executivo do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes.

Seja bem-vindo.

E convido Paulus Figueiredo, especialista em combustível e consultor dessa área.

Seja bem-vindo, Paulus.

A presente reunião destina-se a debater o impacto dos preços dos combustíveis sobre a atividade aérea, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2012, desta Comissão, que estabelece a realização de um ciclo de audiências públicas para discutir políticas públicas para a aviação civil brasileira.

Informo que, para melhor andamento dos trabalhos, vou conceder o tempo de quinze minutos para cada convidado.

Concedo, então...

Porém, antes, tenho alguns assuntos que acho relevante serem citados nesta audiência pública.

A Consultoria desta Casa concluiu recente estudo muito importante sobre as tarifas aeroportuárias, o Adicional – aí está o consultor Vítor, à frente dos consultores e os demais de sua equipe –, o Adicional de Tarifa Aeroportuária e os preços de combustíveis de aviação, que, após análise, será discutido com todos os setores e usuários da aviação brasileira. Então, já estamos bem avançados, Prof. Jorge, Paulus, na questão das tarifas aeroportuárias.

Outro assunto. Segundo a reportagem do *site* G1, divulgada há alguns dias, três aviões Aeromot 600 Guri seminovos, destinados a instrução e de propriedade da Anac, estão abandonados e largados no tempo, desde 2010, no aeroporto de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro. Isso sem contar outras aeronaves modelo Aero Boero em diversas condições, que estão largadas em Minas Gerais e outros Estados.

Queremos registrar aqui nossa preocupação com a situação da formação dos jovens aviadores e da necessidade dessas aeronaves para vários aeroclubes espalhados no Brasil, aeroclubes que pleiteiam junto à Anac, inclusive o da minha cidade, Porto Nacional, que está lá com mais de cinquenta alunos, superorganizado, com garagem, com mecânicos, com pessoal de manutenção, estrutura, professores, e a Anac deixa, às vezes, de destinar essas aeronaves para aeroclubes que estão preparados para recebê-las e a gente observa uma matéria dessa natureza, com as aereo-

naves seminovos deixando de serem utilizadas para formação de pilotos no nosso País.

Por esse motivo, será oficiado à Anac, por esta Subcomissão, para se manifestar sobre esse assunto e quais as providências que a Anac está tomando sobre esse problema. Eu tenho a impressão de que, de uma forma muito rápida, a Anac pode destinar essas aeronaves para aeroclubes, Paulus, que estão aptas a recebê-las e “mandar brasa” na formação de jovens pilotos.

Portanto, nós vamos oficializar à Anac e pedir providências para que essas aeronaves sejam, o mais rapidamente possível, destinadas aos aeroclubes do nosso País que estejam aptos a recebê-las.

Cumprimentando todos os presentes, é importante destacar que a presente audiência acontece devido ao pedido de praticamente todas as categorias da aviação, que têm apontado o preço dos combustíveis para a aviação no Brasil como um obstáculo ao seu desenvolvimento, sendo que o mesmo seria, segundo diversos depoimentos colhidos ao longo de nossas audiências públicas, um dos mais caros do mundo, senão o mais caro, com implicações que, segundo dados da Associação Internacional de Transporte Aéreo, lata, resultam que seu custo para as empresas chegue, em alguns casos, no Brasil, a 40% de suas despesas operacionais, sendo que a média internacional com barril de petróleo, que é de US\$96.00, representaria em torno de 29%.

E não apenas a aviação regular é afetada por essa circunstância, pois os táxis-aéreos, a aviação geral, os serviços aéreos especiais e mesmo a aviação de instrução, que é subsidiada, têm encontrado grandes dificuldades para contabilizar os custos que os combustíveis representam para suas operações, que, aliás, foram novamente reajustados há pouco.

Dessa forma, em uma primeira percepção, pode parecer que a política voltada à formulação dos preços de nossos combustíveis gera diversos contrassensos, pois, para o cidadão comum, somos autossuficientes na produção e no refino de petróleo, ao passo que os especialistas calculam que o preço do combustível no Brasil esteja até 60% acima das cotações internacionais.

Assim, será importante esclarecer o que pode estar acontecendo, uma vez que, existindo a indexação de preço de nosso combustível com aquele praticado no exterior, não estaríamos pagando pelo petróleo aqui extraído, como se o mesmo fosse importado. E, segundo a própria lata, não faria sentido atrelar os preços do combustível para a aviação no Brasil ao mercado dos Estados Unidos, para ainda incluir custos teóricos referentes à importação. Isto, ademais do fator tributário,

por mais de 50% do preço do combustível em nosso País, são impostos.

Especificamente falando em combustível para aviação, a Petrobras, para compensar a imposição de preços que considera defasados para a gasolina e outros combustíveis destinados a veículos rodoviários, permitiu-se a prática de preços mais elevados para o querosene e a gasolina de aviação, o que periga inviabilizar o setor.

Portanto, serão de grande relevância as contribuições de nossos convidados no sentido de ajudar a esclarecer uma série de fatores, bem como indicar quais soluções seriam melhores para melhor atender aos interesses de nossa Nação e, naturalmente, de nossa aviação.

Concedo a palavra, por quinze minutos, ao Sr. Cláudio, Diretor do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo do Ministério de Minas e Energia.

Portanto, quinze minutos, Sr. Cláudio.

O SR. CLÁUDIO ISHIHARA – Bom dia, Sr. Senador Vicentinho Alves, bom dia, Senadores, bom dia, meus colegas de Mesa, senhoras e senhores.

É com prazer que o Ministério de Minas e Energia está aqui hoje presente. É sempre interessante, nós estamos sempre à disposição para discussão de todos os temas afetos à área de energia, principalmente com relação à parte de combustíveis.

Como eu não sabia exatamente qual era o âmbito da coisa, eu foquei minha apresentação mais na parte de querosene de aviação. Então, caso haja perguntas mais específicas com relação à gasolina de aviação, os senhores, por favor, podem me dirigir a palavra.

Um sumário rápido que nós vamos tocar, só para, no meio da apresentação, terem a ideia do que a gente vai discutir.

Primeiro, falar sobre a questão de como é o mercado de combustíveis, as regras de livre mercado, que o preço é livre, depois falar um pouco sobre como é a evolução do mercado, do que havia no Brasil, um comparativo dos preços praticados no Brasil e praticados no mercado externo, no mercado internacional, a formação do preço, tributação incidente, o impacto do que isso representa na questão da indústria da aviação e as minhas considerações finais.

Por favor.

Bom, então, a Lei nº 9.478 abriu o mercado de combustíveis no País. A ótica era fazer com que o mercado fosse competitivo de modo a ter o preço reduzido ao valor adequado em função dessa competição entre os diversos agentes de mercado.

Então, o primeiro artigo tem um inciso específico que fala “promover a livre concorrência”. Ou seja, com

isso, queria-se que houvesse competição efetiva em todos os segmentos da indústria de petróleo.

Próximo.

Bom, mais à frente, no art. 53, eu quis destacar que qualquer empresa, ou seja, qualquer empresa nacional, diga-se de passagem, como consta do art. 5º, pode construir ou operar qualquer unidade ligada à área de combustíveis, área de petróleo. Não é mais aquela situação que somente a Petrobras poderia aumentar e expandir suas ações e suas unidades.

O art. 60 também diz com relação à parte de comercialização. Ou seja, a comercialização é livre. Hoje, além de mais de duzentas distribuidoras da área de combustíveis, nós temos, só nessa área de QAV, 26 importadores autorizados a importar QAV.

No art. 61, quando fala especificamente da Petrobras... Eu estou destacando ali quais os objetivos das suas ações, da Petrobras, ali eu destaquei essas duas palavras, essas duas frases, a parte do comércio e também a parte que fala dos derivados. Ou seja, o comércio de derivados é um dos objetivos da ação da Petrobras. E o § 1º fala que essas ações todas, as atividades que ela pode desenvolver, ela tem que desenvolver isso no âmbito de livre competição com outras empresas.

Então, com isso, a lei determina que não só a Petrobras, mas outras empresas poderão vir desenvolver suas atividades no setor de combustíveis, num ambiente de livre competição.

Aqui é só uma matriz, uma *pizza* somente para mostrar como é, hoje, a matriz de combustíveis na área de transporte. Vejam os senhores que quase 50% continuam sendo, do combustível consumido na área de transporte, o óleo diesel, mas, significativamente, o QAV representa quase 5% da nossa matriz.

Como evoluiu o mercado de combustíveis nesses últimos tempos?

Eu peguei, por exemplo, a variação dos cinco últimos anos para ver como foi o crescimento, o que está evoluindo em termos de combustíveis, comparativamente. Então, os senhores podem ver, no quadrinho embaixo, que representa a síntese desses gráficos que estão acima, que o querosene de aviação, de todos eles, é o que apresentou maior crescimento, ou seja, é o produto que mais tem crescimento durante esses cinco últimos anos em relação aos demais combustíveis. Isso mostra uma expansão da área de atividade, a atividade da aviação civil, e, por consequência, o aumento do querosene de aviação e da gasolina de aviação correspondente.

Próximo, por favor.

Isso é comprovado por meio desse gráfico, que mostra, nas barras, o consumo de QAV e, na linha, a

produção de QAV. Vejam os senhores, apesar de todo o esforço feito pela Petrobras e pelas outras, que, ainda assim, é necessário ter importação de QAV no País, para complementar a nossa produção nacional e ter garantia de atendimento à demanda.

Próximo, por favor.

Esse gráfico representa a cotação de petróleo. Esse acompanhamento é mensal e o fazemos desde... Os dados, na verdade, são bem anteriores a 2002, mas nós gostamos de colocar 2002, porque dá uma margem interessante e uma visão interessante de como representa o mercado de petróleo no mundo. Os senhores vejam os picos que ocorreram, por volta de 2008, 2009, representando a crise, e, depois, a queda, o vale ali, em função da crise. O mais interessante é que, ultimamente, tem havido o descolamento entre as cotações do Brent e do WTI. Por quê? Porque o WTI é uma cotação muito ligada ao mercado norte-americano, em função de novas descobertas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLÁUDIO ISHIHARA – West Texas Intermediate. É assim: o WTI representa mais o mercado americano e o Brent, mais o mercado europeu. Na realidade, são preços que servem de balizamento para você precificar todos os outros petróleos em relação a esse petróleo, ou seja, sabe-se muito bem qual é a característica desses petróleos e os outros petróleos recebem um prêmio ou tem um deságio em função dessa qualidade comparada com esses petróleos internacionais. Para terem ideia, o nosso petróleo Marlim é mais ou menos precificado em torno de Brent menos US\$10. Isso, logicamente, varia muito do mercado, do momento, porque é o mercado que demanda e que, então, precifica todos esses produtos.

Mas o que é interessante é isto: ultimamente, tem havido essa mudança de comportamento. Eu vejo que, praticamente, ali, se sobrepõem e, aqui, começa a haver um distanciamento – isso por conta de novas descobertas de gás e também do que eles chamam de *sand oil*, na Província de Alberta, no Canadá. Essa é uma das explicações que conseguimos depreender, quando analisamos o mercado americano: o preço do gás natural caindo e, logicamente, ele puxa para baixo todas as *commodities* correspondente.

Bom, o próximo gráfico. Esse é mais especificamente com relação à querosene de aviação. Por que fizemos esse acompanhamento? Porque nós, lá atrás, vimos que nós não somos autossuficientes em querosene. Então, é preciso importar uma parte do querosene de aviação. E o que precifica o mercado de QAV de todas as Américas é o preço do mercado americano, do US Golf. Então, esse é o preço. Os se-

nhores vejam que a área vermelha representa a cotação diária desse mercado e a linha azul representa o preço médio praticado pela Petrobras na costa, ou seja, seria uma comparação entre o preço praticado no mercado americano e o preço praticado aqui, no mercado brasileiro. Não estão embutidos aqui eventuais custos de internação e de transporte. É somente a comparação de cotação.

Próximo, por favor.

Esse gráfico mostra um pouco qual a precificação que havia aqui, no País. Os senhores vejam o seguinte: lá, no gráfico atrás, mostramos o preço que é praticado no âmbito do produtor, que representa essa área azul; essa área vermelha é a parte da composição de preço referente a tributos federais; aqui, representa o tributo estadual; tem uma outra parte que agregamos aqui, mas que, logicamente, por ser mercado de contratos entre as partes, são valores que não são revelados, como qualquer contrato que interessa somente às partes que assinam o contrato. Aqui, destacamos três coisas: os valores da margem, a margem da distribuidora, o custo de transporte e também uma taxa aeroportuária ou o que representa todos os custos que, eventualmente, têm, além do setor de combustíveis. Então, isso aqui representa esquematicamente a tributação. O Dr. Alísio pode dar mais informações acerca da parte das margens e tudo, porque ele tem um contato mais próximo com as distribuidoras. Nós, no ponto de vista do Governo Federal, acompanhamos basicamente só até aqui, porque é onde temos conhecimento dos preços que são revelados.

Próximo, por favor.

Nesse *slide*, eu quis só destacar o que tem de gerência ou responsabilidade do Governo Federal, que seria o quê? Os tributos. Então, PIS/Pasep; Cofins; a Cide já é zerada – inclusive, recentemente, também foi zerada a Cide da gasolina e do Diesel –; imposto de importação zerado. Com isso, com esse imposto de importação zerado, eu crio, em tese, as condições para que qualquer empresa conteste o mercado da Petrobras por meio de importação.

Vejam os senhores que esses valores todos de tributação federal correspondem a R\$71,2 por metro cúbico; e o estadual é um imposto *ad valorem*, de competência exclusiva dos Estados, como os senhores sabem, que varia de 12% a 25%. Então, os senhores vejam que a variação entre Estados é muito grande, dependendo de onde for se abastecer a aeronave.

Próximo, por favor.

Nesse outro, fazemos uma análise. Aqui, já estão todos eles na mesma base, ou seja, reais por Barris Equivalentes de Petróleo – BEP, em termos da quantidade de energia de cada derivado. Os senhores

vejam como QAV tem a menor incidência dos outros combustíveis, inclusive o GLP, com toda a conotação de ser um combustível social.

Próximo, por favor.

Tiramos esse slide do anuário da Anac, que apresenta bem qual é a composição de custo da indústria da aviação civil. Os senhores vejam: 32% – e esses números podem variar, segundo pesquisamos, até 40%. Chamou-me atenção que não só isso, mas essas duas áreas, que correspondem à parte de encargos pessoais e despesas administrativas, que são de gerenciamento da empresa, também são de valores expressivos. Essas duas áreas representam 33% da composição de custo da indústria. Não estou querendo dizer que aqui reside a maior possibilidade de redução de preço, mas, sim, que, nessas duas áreas, nesses dois pontos, há possibilidade de gerenciamento das próprias indústrias na redução dessa composição de custos.

Com isso, eu queria trazer minhas considerações finais.

Primeiro, quero reforçar que o mercado de combustíveis, não só de QAV, é livre. Qualquer empresa pode atuar nesse mercado, desde a exploração, passando por refino, distribuição e revenda de combustíveis e, atrelado a isso, também a importação eventual de combustíveis.

O preço tem uma conotação internacional, como qualquer outra *commodity* internacional, ou seja, o avião tem um alcance mundial e os preços praticados seguem esses preços de *commodities* internacionais. Não é diferente com relação ao QAV.

Tributação. A parte maior de tributação fica com os Estados. O que chama atenção é a variação que existe nessa tributação: de 12%, o mínimo, a 25%, o máximo. Salvo engano, 12% é em Roraima e 25%, o máximo, na maioria dos Estados. O impacto da tributação federal sobre o preço do QAV é o menor entre os combustíveis fósseis, como destacamos, ou seja, a tributação federal já é bem reduzida para o QAV. Essa participação é reduzida em relação ao preço do combustível. Lá atrás, quando fizemos aquela composição de custos, como eu não tenho revelado quais são as margens, eu fiz uma comparação para saber quanto isso representa e, só em termos do preço do produtor, ele representa em torno de 4%, ou seja, é um valor bem reduzido. Aí, quando consideramos aquele custo da indústria da aviação civil e consideramos esses 32% de participação dos combustíveis na matriz ou na composição de custos da indústria, vemos que, fazendo essa conta, isso representa menos de 1%. Eu botei 1,2%, porque eu não tenho aqueles custos revelados de margens. Se forem consideradas essas margens,

transportes e outras taxas, seguramente, esse valor reduz-se a menos de 1%.

Então, senhores, Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade. Estou aqui à disposição para perguntas e eventuais esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PT - TO) – Esta Presidência agradece à fala, com bastante conteúdo, do Dr. Cláudio, Diretor do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo, do Ministério de Minas e Energia.

Registramos a presença do nosso bom Senador sempre Governador de Rondônia Ivo Cassol. Passarei a Presidência a ele para presidir esta audiência pública.

Antes, cumprimentamos Stella Cruz, do Sindicato Nacional de Empresas Aeroviárias; Guilherme Neto, da Anac; Antônio Marcos Lôbo, Diretor-Superintendente da Consultoria Umbelino Lôbo; Letícia Lioto e Antonio Sobral, da Petrobras, que se encontram aqui; e Alexandre Gonzaga, da Agência de Comunicação In Press Oficina. Sejam todos bem-vindos.

Passo a Presidência ao eminente Senador Ivo Cassol. Obrigado a todos. De antemão, agradeço a presença dos ilustres palestrantes e de todos que aqui, conosco, estão conduzindo esta audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – É uma alegria suceder na condução dos trabalhos o nosso Senador Presidente desta Subcomissão, Senador Vicentinho. É com satisfação que cumprimento aqui as pessoas que fazem parte desta audiência de hoje.

Concedo a palavra ao Sr. Alísio Jacques Mendes Vaz, presidente executivo do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes – Sindicom.

O SR. ALÍSIO JACQUES MENDES VAZ – Senador Ivo Cassol, eu agradeço aos Senadores desta Subcomissão o convite feito ao Sindicom para aqui se pronunciar e tentar esclarecer dúvidas sobre o mercado de combustíveis. Aproveito para cumprimentar meus colegas de Mesa, Dr. Cláudio, Dr. Paulus e a audiência em geral.

Vamos dar aqui uma rápida visão do mercado de combustíveis, mas antes falaremos do Sindicom.

Somos uma entidade que existe há mais de setenta anos, somos sediados no Rio de Janeiro, somos um dos sócios fundadores do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial e atuamos como um fórum para a discussão dos assuntos comuns às nossas associadas, sejam eles regulatórios, legais, fiscais, operacionais, de segurança, meio ambiente, diversos caminhos.

Nossas associadas – um grupo de doze associadas – atuam com combustíveis, lubrificantes e com os

dois produtos. Aqui, por uma questão didática, separei aquelas que atuam com combustíveis e lubrificantes: a Petrobras Distribuidora, nossa maior associada, a BR – assim denominamos a Petrobras Distribuidora, como BR, é o nosso jargão –, a Ipiranga, a segunda maior distribuidora do País. Atuando aqui apenas na área de combustíveis nós temos essas três, sendo que a Raízen é a terceira maior empresa de combustíveis do setor, seguida pela Ale e pela Air BP – chamo atenção para o fato de que a Raízen hoje é a representante da marca Shell no Brasil, a Raízen é uma *joint venture* da Shell inglesa com a Cosan brasileira.

E temos as empresas que atuam apenas na área de lubrificantes. Temos aqui estas sete empresas: a Shell inglesa atua isoladamente em lubrificantes, fora das atividades da Raízen, assim como a Cosan representa no Brasil a marca Mobil, a Total francesa, a Chevron americana, a Castrol inglesa, a Petronas da Malásia e a YPF da Argentina.

Aqui, ressaltado por este círculo vermelho, temos as três associadas do Sindicom que atuam na área de combustíveis de aviação. A maior é a BR, seguida pela Raízen-Shell e, em terceiro, a Air BP inglesa, que atua mais recentemente no mercado brasileiro, mas vem crescendo de forma expressiva – inclusive, aqui no aeroporto de Brasília, já temos a presença da Air BP.

Então, somos doze empresas no Sindicom. Essas empresas representam aproximadamente 70%, 80% do mercado de derivados de petróleo e combustíveis, sendo que na aviação é 100%, 100% do mercado de aviação está aqui atendido por essas três empresas.

Em termos de postos de combustíveis, aquela interface que o consumidor conhece melhor, nossas associadas têm cerca de 20 mil postos em todo o País, são mais de 130 locais onde armazenamos e distribuímos combustíveis e atuamos em todas as unidades da Federação.

Próximo slide.

Em termos de combustíveis em geral, no ano de 2011 foram consumidos cerca de 111 bilhões de litros de combustíveis, com um crescimento sobre 2010 de cerca de 3,7%. O principal combustível no País, mais ou menos semelhante ao que o Dr. Cláudio Ishihara mostrou anteriormente, é o óleo diesel, com 47%, seguido de gasolina, com quase 32%, o etanol hidratado, seguido aqui pelo querosene de aviação – essa é a sigla que nós usamos, o querosene de aviação –, os óleos combustíveis, com 3,3 e o GNV. E, em fatias quase invisíveis aqui, temos a gasolina de aviação, com 0,1% – é um combustível com uma participação muito pequena no mercado. E existe também uma fração mínima aqui, essa realmente quase imperceptível, que é o querosene iluminante. Então, quando se fala

em querosene no Brasil, é o querosene de aviação, com uma parcela de 6,2% dessa matriz de combustíveis automotivos.

Podemos passar para a próxima.

Repito um pouco o que o Cláudio havia mostrado em dois gráficos separados: percebam que a escala tem outra dimensão. Quando falamos de gasolina de aviação, os valores estão na faixa de 60 a 70 milhões de litros/ano, enquanto que, para o querosene de aviação, nós estamos falando aqui em cerca de 6 a 7 bilhões ao ano. Um é 1% do outro, e vejam que o querosene de aviação – aqui mostramos desde 2003 – tem um crescimento bastante vigoroso, é um dos mercados de querosene de aviação que mais cresce no mundo. No Brasil, o consumo do querosene de aviação cresce mais do que na China, é um dos itens em que o Brasil supera a China – nesses oito anos que estão mostrados aqui, cresce à taxa média anual de 7,2%. Então, é um mercado realmente diferenciado o do Brasil, refletindo o acesso de todas as classes da sociedade às viagens de avião.

Só mais um segundo, por favor.

Quanto à gasolina de aviação: se olharmos aqui, veremos que sua taxa de crescimento é muito inferior, é um combustível com um consumo relativamente estabilizado que cresce a uma taxa de aproximadamente 2% ao ano.

Próximo, por favor.

Aqui estão assinalados os locais onde há comércio de combustível de aviação: são cem postos. Aqui é o ponto de abastecimento de aviação, essa sigla PAA; são cem pontos de abastecimento de aviação administrados pela BR, 54 pela Shell e 18 pela Air BP inglesa.

São sete refinarias, aqui assinaladas com esses quadrados, que comercializam querosene de aviação: a refinaria de Manaus; a refinaria da Bahia; a Regap em Minas; a Reduc no Rio; a Replan em Paulínea; a Repar em Araucária, Paraná; e a Refap perto de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

São cinco pontos de entrega por cabotagem, ou seja, a Petrobras entrega, em algumas cidades do Nordeste, o querosene de aviação por cabotagem. Os aeroportos são supridos através de caminhões-tanque, exceto Galeão e Guarulhos, que são ligados por dutos às refinarias.

Em termos de participação no mercado de querosene de aviação, a BR Distribuidora tem uma participação bastante dominante no mercado, seguida pela Shell e, em terceiro, a Air BP.

Acho que já deve estar claro para os senhores, mas friso que a distinção no uso do querosene de aviação e da gasolina de aviação. O querosene de aviação é o combustível utilizado nos aviões a jato, nos aviões

de turbina, enquanto a gasolina de aviação é usada nos pequenos aviões com motores a pistão. Então, o principal combustível é o querosene de aviação, que é usado em todos os aviões a jato, inclusive em helicópteros movidos a turbina.

Tento esclarecer um pouco como é feito o suprimento dos aeroportos.

Hoje em dia prevalece a Petrobras. Como o Cláudio Ishihara mostrou, a Petrobras pratica preços muito competitivos no mercado internacional. Hoje, então, o suprimento é todo feito pela Petrobras porque o preço que ela coloca aqui no Brasil está em linha com o preço pelo qual outra empresa qualquer poderia importar. Então, prevalece o preço competitivo da Petrobras.

Então, por cabotagem ou a partir da refinaria, dos portos ou das refinarias, saem dutos até nossas bases, as chamadas bases primárias, operadas por BR, Shell e Air BP. O investimento é relativamente alto na construção desses dutos e dessas instalações, ligadas por dutos aos portos, que podem ser exclusivas ou em *pool*, ou seja, dependendo do local, a base pode ser individual, de uma distribuidora, ou pode haver uma sociedade entre as distribuidoras para a operação de uma base em regime de *pool*, uma espécie de condomínio reunindo duas ou mais distribuidoras.

A partir da base primária, então, onde recebemos do fornecedor, o produto é transportado por caminhões especiais, caminhões dedicados a esse tipo de transporte, o produto é transportado por caminhão até a tancagem nos aeroportos. Lembro a exceção que eu havia mencionado antes: o aeroporto do Galeão é ligado por duto à refinaria de Duque de Caxias, assim como o aeroporto de Guarulhos também é ligado a uma refinaria da Petrobras. Esses dois aeroportos têm essa situação privilegiada de terem uma conexão cuja instalação é cara, mas que acaba barateando o custo do transporte em si.

Essa tancagem nos aeroportos também pode ser exclusiva ou em *pool*, ou seja, dentro do aeroporto pode haver uma sociedade, como existiria na base primária, mas também é muito comum a tancagem individual – eu diria que é até mais comum a tancagem individual de cada empresa – para o atendimento de seus clientes.

E como é que funciona o atendimento do cliente?

A companhia aérea necessita do combustível, sai um caminhão-tanque carregado de combustível e vai até a aeronave. Em alguns aeroportos, existe um duto subterrâneo que leva o combustível direto do tanque até um ponto próximo ao local onde está estacionado o avião. Esse duto é chamado na nossa terminologia de hidrante. Então, aqui vai o caminhão-tanque levando o combustível até os tanques do avião e, nesse

caso do hidrante, há um pequeno caminhão que conecta uma mangueira nesse hidrante subterrâneo até o tanque do avião.

Então, as companhias aéreas têm todo o gerenciamento do cliente. Isso não é simples, há toda a questão do crédito, necessidades, negociações com o cliente. Isso é feito pela companhia, pela distribuidora com a companhia aérea, são grandes negociações que ocorrem, e há todo o gerenciamento dessa conta. Vocês não imaginam que o piloto do avião pague pelo combustível ali, na hora, com cartão de crédito, como nós fazemos no posto. Isso tudo é gerenciado de uma forma bastante rigorosa e complexa.

Então, nessas bases é feito todo o recebimento do produto, o controle de qualidade para que esse combustível esteja dentro de especificações muito rigorosas para o seguro abastecimento das aeronaves, a segurança no abastecimento. Não se trata só da qualidade do combustível, mas da segurança: nós estamos falando de instalações e de operações que exigem todo cuidado para que não haja um acidente quando do abastecimento dos aviões.

O próximo por favor.

Em termos de preço: nós tentamos trazer aqui o que seria a estimativa de um preço médio do querosene de aviação hoje oferecido às companhias aéreas. Nesse preço médio, que seria hoje algo como 2,24 – o chamado preço na asa do avião, o preço com todos os custos já –, o preço da refinaria representa 72% e aquele preço de paridade de importação, ou seja, o custo desse produto, o preço desse produto numa refinaria na costa do Golfo dos Estados Unidos com todo o custo de frete, de transporte para o Brasil, o que seria a chamada paridade de importação... Então, do preço final, cerca de 72% constituem esse preço cobrado pela Petrobras. A isso, somam-se 3,2% de PIS e COFINS – essa faixa aqui –, ICMS médio – pegamos uma média dos principais mercados – de 20% – é essa faixa vermelha aqui. A margem da distribuidora: alguma coisa como 4%. Arrendamento da área, aquilo que é pago à Infraero: alguma coisa próxima a 1%, 0,8% do preço final.

Chamo atenção para o fato de que, com 4%... Às vezes as pessoas chamam isso aqui erroneamente de margem de lucro, mas não é assim. Isso aqui é todo o valor que a distribuidora tem para custear suas despesas, a logística entre a refinaria e o aeroporto, aquele transporte que é feito até o aeroporto, o controle de qualidade, a manutenção de padrões operacionais internacionais, o investimento em infraestrutura e administração e crédito aos clientes. É dado um crédito. Essas contas de combustíveis são cobradas periodicamente; logo, é dado um crédito para a companhia aérea.

Uma observação muito relevante é que voos internacionais não pagam PIS, Cofins e ICMS. Um voo internacional é equiparado à exportação. O combustível está, então, sendo, digamos assim, equiparado à exportação; conseqüentemente, ele não carrega a tributação do País. Então, seja a companhia aérea internacional ou nacional, mas desde que o voo seja um voo internacional, há a isenção de PIS e Cofins. Então, essa parcela de 20 + 3 aqui não é cobrada no voo internacional, qualquer que seja a companhia aérea.

O próximo, por favor.

Aqui é uma noção de como os Estados têm critérios bastante diferenciados em termos de ICMS. Nós adotamos aqui aquela média que eu mencionei anteriormente de alguma coisa como 20,5%. Mas nós vamos aqui desde 12% até 27%. O Rio de Janeiro e Minas aqui; Goiás com 15%; São Paulo com 25%. Então, o QAV tem essas alíquotas bastante diferenciadas que, como nós vimos – volte, por favor, ao *slide* anterior –, com certeza é a parcela, depois do preço da Petrobras, é a parcela mais significativa aqui no preço, na composição do preço final à companhia aérea, ao usuário de querosene de aviação.

Pode passar, por favor,

E aqui na gasolina de aviação também buscamos trazer alguma informação. Também é um valor médio estimado. Esse preço na asa do avião seria hoje alguma coisa como R\$3,10, em que a refinaria representa 52%; PIS e Cofins 9%; ICMS 24%. De novo a tributação estadual representando o segundo item de custo dos combustíveis.

E aí quero chamar a atenção dos senhores para a questão da margem da distribuidora é um valor aparentemente bastante mais elevado. Mas chamo a atenção para isto aqui: 10% de logística, porque existe apenas uma refinaria que produz gasolina de aviação, e a Petrobras entrega por cabotagem em apenas dois portos – em Pernambuco e no Pará, em Belém e em Suape. E a partir desses três locais – Santos, Refinaria de Cubatão, Suape em Pernambuco, em Belém –, é atendido todo o Brasil. E esse consumo de gasolina de aviação, que é para pequenos aviões, normalmente aviões usados na agricultura, esse transporte é bastante caro, por caminhar, a partir desses três locais, para atender a locais como Brasília, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia, Goiás. Esse custo aqui de logística é alguma coisa na faixa do preço final. Estamos falando aqui de alguma coisa na faixa de 10% do preço final. Estamos falando em algo como R\$0,30, que é o custo logístico de transportar. Então, a distribuidora tem essa logística bastante cara para a gasolina de aviação.

Quanto ao controle de qualidade, a gasolina de aviação é um produto mais instável; precisa ser con-

trolado, porque aproximadamente em três meses a gasolina está deteriorada, foge da especificação e não pode ser comercializada.

Com relação ao manuseio, a gasolina de aviação tem este componente chamado chumbo tetraetila. Isso foi usado no passado em toda a gasolina no mundo. Hoje em dia é usado apenas na gasolina de aviação para dar uma característica de desempenho, chamada octanagem, que é necessária nos motores de avião. O chumbo já foi substituído no restante dos combustíveis, que são os combustíveis de automóveis. A gasolina de automóvel tem uma exigência menor do que o combustível de aviação, que necessita ainda da presença do chumbo. Então, é um produto contaminante e que precisa ser manuseado com muito cuidado.

É uma área geográfica muito dispersa. Então, a gasolina de aviação percorre facilmente dois mil quilômetros, três mil quilômetros até chegar a um aeroporto do interior do País. Imaginem o trabalho que isso dá, o cuidado que isso exige e também a administração e crédito dos clientes.

Então, essa é a visão que eu gostaria de compartilhar com os senhores a respeito da gasolina e especialmente a respeito do querosene de aviação. E fico à disposição para quaisquer perguntas mais tarde. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Alísio Jacques Mendes

Agora eu concedo a palavra ao Sr. Paulus Figueiredo, especialista em combustível e consultor independente.

O SR. PAULUS FIGUEIREDO – Senador, se puder colocar a apresentação do Snea. Eu vou explicar.

Eu realmente não represento nenhuma entidade no momento. O meu histórico é do lado da companhia aérea, o meu lado de trabalho, de conhecimento, portanto; mas, devido a uma ausência inesperada do Presidente do Snea, que é o Sindicato Nacional das Empresas Aéreas, eles me pediram a gentileza de passar a apresentação deles, se não tiver nenhum impedimento. Eu domino esse assunto. Então, eu estou tranquilo em passar a apresentação do Snea.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Com certeza. Se tiveres o conhecimento como dizes, a palavra está contigo.

O SR. PAULUS FIGUEIREDO – Enquanto a gente não coloca a apresentação, eu acho importante ressaltar – alguns pontos já foram colocados aqui – que o querosene de aviação não tem o mesmo tratamento dos combustíveis terrestres em relação ao controle de preços. Ele é ajustado todos os meses pela Petrobras, seguindo o mercado internacional. O “segundo o mercado internacional” que dizer que segue a variação;

não quer dizer que o preço é igual ao do mercado internacional justamente pela paridade de importação, o que já foi comentado pelos colegas. Então, quando o Senador Vicentinho disse que era um dos mais caros do mundo, não deixa de ser verdade, mas não quer dizer que existe ali uma sobretaxa inexplicável. É a paridade de importação que explicaria isso.

São dois pontos aqui que eu acho importante, falando em preço, que é o que eu vim falar aqui. A companhia aérea não negocia com a Petrobras. A Petrobras só pode vender para o distribuidor. A companhia aérea negocia, então, com o distribuidor. E o que a companhia aérea negocia com o distribuidor é do ponto que o Alísio comentou; ou seja, da base de distribuição de cada fornecedor, depois de ele já ter adquirido o produto da Petrobras, até a asa da aeronave. Essa é a parte que nós negociamos e que ele comentou, em 4%, e é um número que gira entre isso mesmo, dependendo do preço do querosene da Petrobras, mas que gira entre 3,5 ou 5%, dependendo do aeroporto.

Isso eu queria enfatizar: comparado com o mercado internacional, o nosso preço, o custo de distribuição para a companhia aérea é um custo normal, muitas vezes até abaixo do mercado internacional, comparando com aeroportos como Guarulhos. Se compararmos Guarulhos com algum aeroporto internacional ele é um dos mais baratos que a gente tem, do lado da distribuição, que representa mais ou menos 4% do preço final do produto.

Antes de eu começar a apresentação do Snea, eu só queria comentar, como o Cláudio falou, que o mercado brasileiro realmente, a legislação permite que qualquer empresa importe, mas, na prática, isso fica um pouco inviável no meu ponto de vista, por questão de infraestrutura, infraestrutura de recebimento e distribuição, porque a infraestrutura de distribuição é da Transpetro, da Petrobras, e por uma falta de mercado de referência na América Latina. Então, eu vou chegar lá, mas os mercados são indexados por empresas que fazem pesquisas nas regiões, pesquisas diárias com as partes envolvidas – as refinarias que estão vendendo e as empresas que estão comprando – e publicam diariamente o preço de querosene para aquelas regiões.

No Brasil não existe um índice de preço publicado. Então, a Petrobras, pelo que a gente entende, se baseia num preço internacional do Golfo do México, como o Cláudio colocou, e dali isso entra na cadeia de paridade de importação, e é construído um preço, simulado um preço final do produto importado aqui; sendo importado ou não; isso é importante também dizer. Não quer dizer que só produto importado pela Petrobras é precificado com a paridade de importação.

Todo produto vendido no Brasil, sendo produzido aqui ou não, é precificado da mesma maneira.

Estrutura de preço. Então, o que compõe o preço, o preço de refinaria da Petrobras? Diferencial, esse diferencial é o nome que tem essa margem do distribuidor. Então, é o custo da base, do terminal de cada distribuidor até a asa da aeronave. Isso é o que nós chamamos de diferencial.

Essa taxa do aeroporto é pública. Ela é 1.1% em cima do preço refinaria da Petrobras e qualquer operadora aeroportuária no Brasil tem direito a colocar esse custo no preço, e é colocado, e imposto, ICMS, PIS e Cofins, como foi dito, não é cobrado no voo internacional.

O próximo, por favor.

Bom, aqui é uma ilustração. O preço do petróleo é a base de tudo. Depois nós temos o preço que nós chamamos a margem do refino, que é o preço do produto saindo da refinaria. Então, o que nós estamos falando da paridade de importação é que ela não é em cima do preço do petróleo e, sim, em cima do preço de um produto similar ao que está sendo produzido ou importado pela Petrobras aqui. Então, o querosene de aviação, que tem a referência diária publicada por essas instituições que eu disse que publicam fora daqui, na nossa região não tem essa publicação para um preço comparável, então a base mais próxima de comparação seria a do Golfo do México, nos Estados Unidos, que é um mercado muito grande, muito importante, faz sentido se basear nesse mercado.

Então, para esse preço aqui, já aqui dentro temos o custo do petróleo, transporte de petróleo até a refinaria, o custo da refinaria e a margem de lucro da refinaria. Desse preço, então, que a gente está chamando de *platz*, o *platz* é uma empresa que publica o preço, ela não é uma empresa que fabrica combustível, existem outros, mas essa é a referência mais usada e é nessa aqui que o nosso preço deve ser basear. Então daqui começa o preço do Brasil depois da de importação da Petrobras.

Próximo *slide*, por favor.

Aqui o Snea tentou fazer uma construção do preço final aqui no Brasil. O preço da região do Golfo do México, nos Estados Unidos, de um produto, do querosene pronto, produto final, um frete de Houston até São Paulo, se é que ele existe, mas uma publicação de frete similar a essa rota, custo portuário, alfandegário, aqui é a taxa da Marinha Mercante, custo de terminal, custo de estocagem, custo de seguro, margem PIS/Cofins, no caso doméstico. E, aqui, disso tudo, sai o preço de refinaria da Petrobras. Depois esse preço de refinaria aí então, como disse antes, entra aqui o ar-

rendamento variável do aeroporto, que é 1.1% e entra o ICMS dos Estados.

Aqui tem uma simulação, isso vai variar muito com o preço do petróleo internacional, prefiro pular e ir para o próximo *slide*, não sei o que o José Márcio queria dizer daqui, mas ele está colocando em cada item daquele que mencionei quanto representaria. Isso, por exemplo, o adicional da Marinha Mercante torna nosso produto US\$28 milhões mais caro, mas isso depende do consumo e do preço do produto, produto, do querosene.

Aqui, o que a gente quer dizer é que nós temos... Isso aqui mostra a variação de preço nos últimos anos, o preço no Golfo e o preço de refinaria Petrobras, dizendo então que em 2010, por exemplo, que é uma informação que ele tinha, o nosso preço aqui era 0,42 centavos de galão mais caro do que nos Estados Unidos.

Então, aqui a gente vê, a gente tem aí...Essa variação flutua em mais ou menos 20% de diferença, nesse caso aqui está dando 25%, mas é só para ter uma ordem de grandeza e que o nosso produto antes da cobrança do arrendamento variável dos aeroportos e do ICMS, o nosso produto já é 20%, 25% mais caro do que seria nos Estados Unidos.

Aqui o gráfico não ajuda muito, mas o que ele quer dizer é que esses destacados em vermelho, nós estamos colocando aqui o preço final, no aeroporto de Recife, Guarulhos, como referência, e aqui, nessa barra vermelha, o aeroporto do Galeão, do Rio de Janeiro, e nessas duas, Guarulhos e Galeão Internacional. Nessas aqui, doméstico, e aí comparando com aeroportos muitos deles da África, que são também os mais caros do mundo, então quando a gente coloca nessa barra, só para nível de comparação, eu iria para Miami, por exemplo, onde a gente tem uma realidade de mercado internacional mais coerente com o que o mundo pratica. Essa então seria a diferença de que estamos falando aqui, de 3,30 em Miami, nessa condição de preço, contra 3,54 em Guarulhos. Lembrando que, por conhecimento, não é um número público, o custo logístico para fazer o combustível chegar da refinaria até Guarulhos hoje é bem mais baixo do que o da refinaria até chegar a Miami, por exemplo. Isso é refletido nos preços das companhias aéreas.

Próximo, por favor.

Ele está querendo dizer aqui que isso está ligado ao que tinha dito no começo, a paridade de importação é aplicada a 100% do volume do produto vendido aqui no Brasil, independente do volume importado ser em torno de 25%. Então, se não se aplica, quer dizer que se o produto estivesse sendo produzido localmente, fosse vendido na realidade local, desconsiderando o mercado externo, não é muito prático dizer isso, mas,

em teoria, se o produto fosse fabricado aqui, vendido aqui, mesmo a um preço de referência internacional, esses itens não se aplicariam porque não iria ocorrer a importação física do produto. É isso que entendo que ele quis dizer aqui.

Próximo, por favor.

É isso por enquanto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO)
– Obrigado pela participação.

Eu vou aproveitar esta audiência pública, eu estou aqui com várias perguntas que foram feitas pelo nosso Presidente Vicentinho, e eu queria fazer as perguntas para o Sr. Cláudio, representante do Ministério de Minas e Energia.

Qual a autossuficiência que temos em petróleo, quanto falta para que isso aconteça e qual o impacto desse fato para formulação dos preços dos combustíveis, em especial aeronáuticos?

E a segunda pergunta: como poderia funcionar no Brasil a formulação dos preços de combustíveis para venda interna, sem que os mesmos estivessem atrelados aos valores internacionais, quais são os países da América Latina onde os preços dos camburetes para o mercado interno são tratados dessa forma e quais os resultados para os consumidores?

Se pudesse responder.

O SR. CLÁUDIO ISHIHARA – Obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade das perguntas.

Com relação à primeira pergunta, com relação à autossuficiência de petróleo, petróleo, não são derivados. O que a gente atingiu foi a autossuficiência teórica, ou seja, produção de petróleo em volume equivalente a consumo de derivados, isso não quer dizer que nós produzimos todo o derivado que é consumido no País. Só que isso, por conta dessa demanda que ocorreu nesses últimos anos, essa autossuficiência foi perdida, ou seja, hoje o nosso consumo está um pouco acima da nossa produção. Então, a gente agora está correndo atrás dessas novas rodadas de licitação, para que a gente tenha essa autossuficiência.

Mas de toda forma, não há falta de combustíveis no País na medida em que todo o complemento da produção para atendimento dessa demanda é feito pela Petrobras. Então, em tese, nós estamos garantindo o abastecimento de combustíveis e derivados de petróleo no País, seja por meio de produção própria, a maior parte do nosso consumo é atendido por produção própria e complementado pela importação de derivados. Então hoje estamos nessa situação. O que a gente quer crer é que com essas novas atividades do pré-sal, nós não vamos somente ser autossuficientes, mas também vamos ter todas as condições para

sermos também exportadores de petróleo e derivados, de uma forma geral.

Qual é o impacto disso para a formulação de preços de combustíveis? A Lei 9.478 estipulou que o mercado deveria ter preços balizados por meio da competição. Então na medida em que nós garantimos o acesso a essas atividades a todas as empresas e isso fizer com que haja competição entre elas, nós vamos, sim, garantir o melhor preço em termos de eficiência econômica da exploração de um negócio como qualquer outro.

Então nós entendemos que esse, independentemente de sermos autossuficientes ou não, a política traçada pelo Governo é a política de competição na área de combustíveis, ou seja, a gente não há interferência do Governo na determinação de preços de derivados.

Com relação à formulação de preços, sem que estivesse atrelados esse valores... Bom, a gente pode fazer qualquer artifício para fazer uma regulamentação de preços que atenda a alguns interesses, mas, logicamente, quando a gente faz isso é feito um benefício a um setor e outro setor fica prejudicado e ele também vai reclamar. Então, se nós fizermos isso, com certeza haverá, por parte dos produtores, no caso, a Petrobras e seus acionistas, o sentimento de que estão sendo prejudicados, e vão também questionar o porquê desse benefício específico para um determinado setor ou segmento. Pode ser feito? Pode. Mas volto a dizer que o interesse e o objetivo de toda política é traçar metas de competição para o setor para que o próprio setor balize a atividade econômica.

Bem, a última pergunta que vejo aqui é relacionada à América Latina, em que os preços internos são tratados quase da mesma forma e quais os resultados para o consumidor. Tenho aqui não os que fazem uma política de preço diferenciado. Posso até citar alguns países que comumente fazem preços diferenciados, como Bolívia, Venezuela, mas há também os outros exemplos, ou seja, países que praticam os preços internacionais – com algumas variações, mas algo semelhante ao que é praticado no Brasil com relação ao QAV, que é a paridade de importação desses países. São eles: Chile, Colômbia, Uruguai, Peru, por exemplo. Todos esses praticam paridade de importação, com algumas variações, logicamente, já que cada país é soberano e tem uma política um pouco diferente. Com raras exceções, não há muita diferença entre esses países e o nosso País.

O que há e que foi destacado por nosso colega aqui são as condições de taxas que são colocadas no País: taxa de Marinha Mercante, custo de transporte desse combustível, como foi destacado pelo Dr. Alísio, em relação à gasolina de aviação. Isso se dá muito

devido à peculiaridade do nosso País, de ser muito extenso e das condições que foram criadas no País. Então, qualquer empresa que esteja aqui, no País, está submetida às mesmas condições de competição do seu concorrente. Isso é a garantia de que, em termos de empresa e de eficiência econômica, o máximo a ser atingido é o preço mínimo ao consumidor para essas empresas, mas todas vão estar nas mesmas condições de operação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Alísio Jacques, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis, sobre a forma de cobrança realizada pela Infraero sobre os combustíveis vendidos nos aeroportos pelas distribuidoras.

Segundo o previsto na lei, o valor fixado pela administração do aeroporto e atualizado anualmente é cobrado sobre cada metro quadrado de área utilizada e também sobre o volume de combustível vendido. Nesse caso, sobre a quantidade de litros ou metros cúbicos é a forma legalmente prevista e correta para esse tipo de cobrança? Todavia, a Infraero cobra um percentual sobre o faturamento total da empresa que vende combustível nos aeroportos, o que representa uma cobrança de valores e não sobre o preço específico. Qual o impacto desse custo ou da forma de cobrança? Eu gostaria que o Sr. Alísio Jacques respondesse. V. S^a tem três minutos para responder.

O SR. ALÍSIO JACQUES MENDES VAZ – É bem simples. Conforme foi apresentado ali, em nossos *slides*, inclusive endossado depois pelo Dr. Paulus, essa cobrança é 1,1% sobre o preço do produto na refinaria, o que, no preço final, chega ao impacto de menos de 1%. Conforme o *slide* que mostrei, seria de 0,8% no preço final o impacto desse custo, esse valor que é pago à Infraero, administradora dos aeroportos.

Eu gostaria de ressaltar que há uma preocupação grande do setor em função dos aeroportos que foram concedidos à iniciativa privada para sua administração. A preocupação é de que os novos administradores possam vir a cobrar uma taxa mais cara do que essa que a Infraero cobra no momento. Esse valor de 1,1% ou que chega, no preço final, a 0,8% é um valor que está devidamente acomodado, digamos assim, pela estrutura do setor, mas há uma preocupação muito grande quanto a um potencial aumento desse valor pelas novas operadoras desses aeroportos concedidos à iniciativa privada. Temos discutido bastante com a Anac e até com a Secretaria de Aviação sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Passo a palavra ao Sr. Paulus Figueredo, especialista em combustível.

A pergunta nº 4, que já estava inserida por nossa equipe aqui, já foi respondida anteriormente. Também a nº 5 já foi praticamente respondida. Faço, então, a pergunta nº 6: quanto é dependente o Brasil da importação de petróleo e seus derivados? Há também a pergunta nº 7: em comparação com outros países da América Latina, como está a eficiência da produção e distribuição de combustíveis aeronáuticos no mercado interno brasileiro? A pergunta nº 8 já foi respondida. Faço a pergunta nº 9: por certo há subsídio para exportação dos produtos, mas como é possível vender nossos derivados da nafta a preços considerados tão baratos a alguns países vizinhos nossos sem a mistura de álcool, em contraste com valores praticados internamente?

O SR. ALISIO JACQUES MENDES VAZ – Então, a primeira: quão dependente é o Brasil da importação de petróleo e seus derivados?

Vou responder em relação ao querosene. Não vou responder em relação a outros derivados por falta de conhecimento, já que não é minha área. O que posso dizer, relacionando o querosene com outro derivado muito importante, que é o *diesel*, é que, na produção ou na destilação do petróleo na refinaria, o *diesel* e o querosene são competidores naturais no processo. Então, naturalmente, existe uma escolha acerca do que se quer produzir mais, *diesel* ou querosene. Assim, se o preço do querosene é repassado em nível de mercado internacional, faz mais sentido importar o querosene do mercado internacional, que vai ser cobrado dessa maneira, do que importar o *diesel* a um preço internacional, sendo que o que praticamos aqui, por vezes, pode não atingir o nível do internacional. Então, o quão dependente somos? Acho que a dependência daqui é muito mais ligada a quanto *diesel* precisamos produzir do que a capacidade técnica de produção.

Nenhum outro país da América Latina chaga perto do nosso consumo. A questão aqui é eficiência da produção, eficiência da produção e distribuição. Acerca da eficiência da produção, creio que é muito grande. Quanto à distribuição, é eficiente para as condições que temos. Como colocamos, apenas dois aeroportos são atendidos por dutos. O Brasil inteiro é atendido por caminhão. Então, para abastecer o aeroporto de Brasília são utilizados caminhões que viajam mil quilômetros todos os dias, vários caminhões, porque consumimos aqui, mais ou menos, em números atuais, vinte milhões de litros, quinze milhões de litros por mês, e cada caminhão carrega quarenta mil litros. Então, faça a conta de quantos caminhões precisamos deslocar de Paulínia ou de Betim para Brasília. Nesse sentido, não é eficiente. Mas, com essa infraestrutura, entendo que, como disse antes, o impacto no preço

final não é causado por isso aqui. Isso aqui não faz a diferença, porque, ainda assim, o custo dessa logística para as empresas aéreas não é tão discrepante se comparado com outros aeroportos do mundo, mesmo havendo esses mil quilômetros de distância na viagem de caminhão.

A pergunta “como influencia no preço final” está respondida. Acabei de responder. A outra “quais países latino-americanos possuem políticas de relação...” É a pergunta nº 9, que o senhor me pediu para responder. A 8ª já estava respondida.

A pergunta nº 9 é de um assunto que não conheço, nafta e exportação de outros derivados. Aproveito, então, para comentar novamente sobre querosene, que é sobre o que sei. “Como é possível exportar um preço diferenciado do que se vende aqui”. Podemos comparar com o querosene vendido na Argentina, por exemplo, que tem o preço do golfo do México nos Estados Unidos, sem mais nada. Então, eu devolveria a pergunta: como é possível na Argentina ser vendido ao preço do mercado internacional puro sem a prática da paridade de importação?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol Bloco/PP – RO) – Para não ficar algumas sem resposta, eu quero passar a 9ª pergunta para o representante do Ministério de Minas e Energia para que o Sr. Cláudio possa concluir aqui. Repito: “por certo por certo há subsídio para exportação dos produtos, mas como é possível vender nossos derivados da nafta a preços considerados tão baratos a alguns dos nossos vizinhos – e sem mistura de álcool – em contraste com os valores praticados internamente?”

Então, a palavra está com o Sr. Cláudio Ishihara.

O SR. CLÁUDIO ISHIHARA – Obrigado, Sr. Senador.

Eu desconheço subsídio para exportação. O subsídio, quando é praticado, é para beneficiar a população local. Então, subsídio para exportação eu desconheço.

O que há e que, às vezes, confunde é o que é exportado. O termo nafta é um termo muito genérico para designar gasolina, ou seja, a gasolina é da faixa da destilação da nafta. Mas só que existem diversos tipos decorrentes de nafta e com preços diferentes.

Então, primeiro, nós não exportamos tributos, como foi bem caracterizado pelos nossos pares aqui, com relação ao QAV, bem como, da mesma forma, com relação a todos os demais derivados, não se exporta tributos. E, com relação aos produtos de exportação, no caso da nafta, há que se saber que nafta é essa que está sendo falada, porque não conheço nenhuma venda de nenhum produto para exportação a preços inferiores aos que são praticados internamente. Então, o que se precisa saber é o que está sendo vendido,

em igualdade de condições e de qualidade, porque, às vezes, as condições de mercado, volume e qualidade, de certo, explicam essas diferenças que, às vezes, ocorrem. Contudo, não é uma prática você vender produto mais barato para fora do que internamente.

Se o senhor me permite, eu gostaria de complementar, em relação à dependência de importação de petróleo e derivados, que, hoje, além daquele gráfico de exportação que nós temos do QAV, hoje nós importamos GLP, importamos diesel e importamos também, a partir desses últimos tempos, a gasolina, em função da redução da produção de etanol. Então, esses são os produtos que hoje nós importamos, além do QAV. E exportamos, agora, óleo combustível. Agora, contudo, há um interesse muito grande na redução da exportação de óleo combustível, até porque é um produto de valor agregado menor.

Então, apenas para responder rapidamente e especificamente, nós temos as importações desses derivados no País.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Muito obrigado.

Antes de encerrar, quero fazer aqui uma pergunta bem cabeluda. Não poderia ficar sem chumbo.

Eu me desloco no meu Estado, Rondônia, com uma aeronave King Air, e, quando eu não posso me deslocar com o King Air, porque a pista não comporta, eu acabo locando ou me valendo de amigos que cedem as suas aeronaves, como o Sêneca e outros aviões. Eu tenho aqui duas notas fiscais na minha mão, para ser ressarcido aqui pelo Senado Federal, cujos valores vêm na contramão do que foi colocado aqui.

A pergunta é a seguinte: qual é o esquema que existe de parte das distribuidoras? E, repito, a pergunta é bem cabeluda. Até porque eu vi números, passados aí, que apontam que o querosene custa R\$2,24 na boca do tanque do avião. Todavia, eu tenho aqui a nota fiscal, na minha mão, de quinhentos litros de querosene, quando abasteci, pelos quais paguei R\$4,86. Ou seja, eu paguei o dobro, e não é de tudo que o Senado aqui faz o ressarcimento, porque nós temos uma cota.

E eu, nesses últimos dias, andei percorrendo o meu Estado e gastei, no mínimo, cinco vezes mais de combustível. E eu trago só o básico, o pouco. Estou com a nota aqui de R\$4,86 o litro. É esse o preço praticado no Aeroporto Internacional de Porto Velho. Isso é praticado lá dentro pela empresa tanto da Petrobras como da outra empresa que também atua lá dentro.

Tenho aqui também uma nota de gasolina. Eu vi, pelo que foi passado no resumo, R\$3,10, e foram pagos R\$4,40 pela gasolina. Então, a gasolina está quase próxima, mas o querosene, que é o que mais

utilizado na aviação brasileira, porque é usado em aviões turboélice ou turbina só, é o caso.

Então, queria fazer esta pergunta especialmente para o Jacques Mendes, que é o Presidente Executivo do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras: qual o esquema que tem nessa história toda? Desculpe-me a pegadinha, mas não dá para entender. Estou com a nota na mão e não consigo entender. Então, tem alguma coisa errada nesse trem aí ou Rondônia não é Brasil. E eu falo, como Senador: é Brasil sim, é a nossa Amazônia. Eu não abro mão disso. E é um preço caro que nós... E as companhias acabam passando isso para... Por isso, estão cancelando muitos voos por aí. Muitos voos estão sendo cancelados. Por isso, a Subcomissão está trabalhando em cima disso. E aí se culpa o seguinte: não, mas é o ICMS do Estado. O ICMS do Estado é 25% – fui Governador lá –, mas também tem isenção para quem faz três escalas nas cidades menores, no interior do Estado, mas é nesse caso específico que eu queria fazer essa pergunta para me orientar para poder, depois, cobrar como Senador e representante do povo brasileiro.

O SR. ALISIO JACQUES MENDES VAZ – Certo, Senador. Certamente, eu não conheço os detalhes da operação especificamente em Porto Velho, mas, em termos de localização, Porto Velho demanda um custo logístico bastante superior àquele que foi mencionado e explicitado. Quando apresentamos aqui o preço do querosene de aviação, é um preço médio, como eu disse, e certamente prevalece, nesse preço médio de 2,24, que apontamos, o grande consumo das principais capitais, que estão muito próximas às refinarias. Então, falamos de Guarulhos, falamos de Galeão, falamos de Salvador, Curitiba, que estão muito próximas às refinarias, vizinhas, a poucos quilômetros. Então, o peso da logística no 2,24, realmente, é bastante menor do que o preço da logística. Aí o senhor imagine. Eu não sei exatamente o fluxo de atendimento em Porto Velho, mas o querosene de aviação ou sai de Paulínia, percorrendo aí alguns milhares de quilômetros, em caminhões especiais – como eu disse, o querosene de aviação é um produto corrosivo e precisa ser transportado em caminhões especiais de aço inox ou em caminhões epicotados, como se chama, revestidos por resina; e esse transporte até Porto Velho é bastante oneroso –, ou é feito a partir de Manaus, em balsas. O que é entregue pela Petrobras em Manaus é transportado em balsas, como outros combustíveis também, até Porto Velho. Então, todo esse custo logístico tem, digamos assim, uma carga que onera o combustível.

Demais detalhes da operacionalização do aeroporto de Porto Velho, se a operação é direta ou feita por revendedor, eu não tenho conhecimento no

momento. Pelo que estou sendo informado aqui pela minha assessora, o atendimento lá é feito através de revendedores. Não existe a operação direta da distribuidora. Então, é feito por revendedor, que deve ter uma margem também para custear as suas despesas.

Então, o que posso dizer: certamente, Porto Velho tem um ônus, paga um ônus não só do ICMS, que é mais alto, como o senhor mesmo mencionou, 25%, uma das alíquotas mais altas do Brasil em termos de ICMS – é uma coisa que, eventualmente, a população e a Assembleia do Estado poderiam repensar dada a necessidade do combustível de aviação –, e a questão logística é bastante difícil de superar dada a dificuldade, a distância de Porto Velho até os principais centros produtores, onde está disponível o querosene de aviação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Só para aproveitar, primeiro, para o pessoal entender bem Rondônia, nós estamos longe de Manaus, e o Rio Madeira é navegável. Portanto, se a logística é feita da refinaria de Manaus para Porto Velho, o custo da Bahia, o custo de Santos, o custo do Rio não seria diferente de Porto Velho. Então, isso é um ponto que já tem que deixar eliminado aqui.

Em segundo lugar, transportar da refinaria de Paulínia para Rondônia tem um custo adicional, com o que a gente concorda, mas também não seria desse valor agregado. Mas eu quero lembrar que o preço que estão me passando também... Eu fui para o Nordeste, na semana passada, atrasada e 15 dias atrás, e passei em Palmas, onde abasteci também e paguei R\$4,46 o litro. Esses dias, retornando, eu passei por Cuiabá, também abasteci e paguei quatro reais e poucos centavos o litro. Então, nós não podemos aceitar que uma distribuidora ou uma revendedora agregada a uma distribuidora ganhe mais do que a própria Petrobras, que refina. É inaceitável. E a diferença é que tem um avião. Enquanto o avião abastece mil litros, um carro abastece 50, 60 litros. Então, o consumo é muito maior em cada abastecimento. Então, precisamos que o sindicato que representa essas categorias verifique essas discrepâncias existentes em vários locais do País.

E para não ficar como se o Estado de Rondônia fosse o maior cobrador de imposto, eu quero dizer que São Paulo, que é um Estado rico, cobra 25%. Então, Rondônia não está nada aquém disso. Portanto, não seria abaixando o imposto de Rondônia que vai abaixar o combustível. Infelizmente, temos acompanhado, a nível nacional, o exemplo aqui de Brasília, há pouco tempo, o esquema que tinha no preço dos combustíveis nos postos. Foi denúncia nacional. Eu acompanhei e vi isso aí, onde é que tem os três cantos, ou

melhor, tem o acordo calado, mas, infelizmente, pago pelo consumidor.

Então, gostaria que o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras verificasse a margem e estabelecesse uma regra para que a aviação seja estimulada e não estagnada. Hoje, infelizmente, a aviação, nesses Estados deficitários, tem passado por... E aí pediria para o Dr. Cláudio, que representa aqui o nosso Ministério de Minas e Energia, que leve ao Ministro Lobão para que interceda junto para que a gente possa viabilizar essas diferenças nessas regiões. Não é justo que um Estado como São Paulo, que tem a mesma tarifa de ICMS de Rondônia e a logística dele colocar o combustível também não é distante de Manaus para Porto Velho... Tem 800 e poucos quilômetros, mas, por água, por balsa, é baratinho. Você leva milhões de litros de combustível. Então, não tem por que a gente onerar isso. Portanto, é importante a participação, a intervenção. É por isso que esta Subcomissão foi criada, para que a gente possa viabilizar num todo.

E aquelas empresas que faturam... Nós precisamos também tomar medida em outra situação urgente aqui, no Senado, não só nesta Subcomissão, mas, especialmente, na Comissão de Assuntos Econômicos. Quando você está colocando à disposição alguns aeroportos, privatizando-os, nós temos que colocar junto alguns aeroportos deficitários, porque, quando você tem um que passa a ter renda, você tem que ter outro que tem baixa receita. Um tem que ser compensado com outro. Caso contrário, o que acontece? É igual às rodovias no Brasil. Nós estamos privatizando as rodovias que dão dinheiro. E as rodovias que não dão, o brasileiro que aguenta o prejuízo. Enquanto isso, nós vemos empresas bamburrando de ganhar dinheiro e ainda reclamando que o País está com dificuldade. Elas jamais se preocupam com nós, brasileiros.

Eu sou empreendedor, sou empresário, mas sou a favor de compensar as nossas regiões uma vez que o nosso Brasil é extraordinário, rico, e nós vemos locais com facilidade de acesso, com facilidade de investimento e outros com dificuldades em investimentos na infraestrutura e no restante. Torço que, nessa questão do combustível, o Brasil fique 100% autossuficiente.

Quanto à questão do petróleo que o Cláudio falou aqui, também fazer só uma ratificação: acontece que, quando exportamos o nosso produto para o Paraguai, nós não embutimos o custo Brasil. Infelizmente, no Brasil, a que a gente está assistindo? Estamos perdendo muitos empregos aqui, no Brasil, porque se briga muito para diminuir a carga horária dos servidores, mas ninguém está se preocupando com a competitividade a nível mundial. E aí estão entrando produtos que não são dessa área, mas de outras áreas, aqui, no nosso

mercado, derrubando os empregos brasileiros. Não sou contra quem quer trabalhar dez horas. Não sou contra quem quer trabalhar 20 horas. Sou a favor de quem quer trabalhar, quer produzir, quer ganhar tem que ter essa liberdade, e, muitas vezes, é estagnado para isso. Neste País, vivemos com as diferenças. Espero, um dia, que a gente possa contribuir para tirar essas diferenças.

E aqui ficou registrada a diferença que eu, Senador Ivo Cassol, pago... E o nosso ICMS, para deixar bem claro, Jacques, é o mesmo que o Estado de São Paulo paga. Eu vi no quadro de vocês aí, só se estou enganado com a cor lá, mas eu não estou daltônico ainda. A cor é a mesma. Eu vi lá que o preço do ICMS é o mesmo. Quer dizer, não seria um motivo tão grande para a diferença. E me passaram aqui um preço que, no Campo de Marte, é 3,45, e, na Avgas, 3,13. Quer dizer, mesmo assim, o litro é mais de R\$2,00. Eu queria pegar essa mamata, essa teta desse distribuidor só para transportar.

Olha, no passado, tinha um esquema podre na Amazônia. O cara pegava o combustível em Porto Velho e vinha distribuindo numa base em Manaus e ganhava mais dinheiro do que quem produzia o petróleo. Então, não dá para aceitar o cara colocar 30 mil litros de querosene num caminhão, em São Paulo, levar para Rondônia e ganhar R\$30 mil num frente, enquanto a maioria dos freteiros que estão me assistindo aqui fazia o mesmo frete por R\$10 mil. Tudo bem que é combustível, é perigoso, mas não justifica. Se colocar R\$2,00 o litro, na verdade, é R\$60 mil a viagem. Cada oito, nove viagens, nós compramos um caminhão zero. Olha, se puder descobrir isso aí, interessa-me até também botar algum caminhão para puxar combustível. Não é meu ramo, não é minha atividade, mas é uma facilidade. Por isso, quero deixar registrado. Não é, de repente, vinculado direto a vocês, mas é importante nós, o Ministério de Minas e Energia, Jacques, se tiver isso aí, tirarmos essa pendência. De repente, não está nem na distribuidora de combustível de vocês, mas está em quem faz o frete. De repente, o frete é muito alto. Uma vez teve isso, e foi saneado. Espero que não seja a mesma coisa.

Tem mais alguma coisa a colocar, Jacques?

O SR. ALISIO JACQUES MENDES VAZ – Senador, eu gostaria só de fazer pequenos esclarecimentos. Essa é uma atividade competitiva, ou seja, são empresas de larga escala, com nome, com marca, que se orgulham de atender com qualidade e eficiência ao consumidor. Não são empresas que chegaram hoje ao mercado. São empresas tradicionais, algumas centenárias até no mercado. E, se duraram mais de 100 anos de existência, é porque souberam trabalhar

com eficiência e qualidade, lembrando, claramente, que não podemos comparar diesel com combustível de aviação. Trata-se de combustíveis completamente diferentes em termos de manuseio, propriedades e a expectativa do próprio consumidor.

Quando o senhor abastece em Porto Velho, o senhor quer ter certeza de que entrou no avião e, a cinco mil metros de altitude, o veículo não vai enguiçar e encostar no canteiro da estrada, porque não existe canteiro a cinco mil metros de altitude. Então, a tranquilidade. Eu pagaria, tranquilamente, num pequeno aeroporto do interior da Amazônia, R\$1,00 ou R\$2,00 a mais para ter certeza de que o combustível era bom – eu, particularmente. Se a minha pickup diesel enguiçar numa estrada no interior de Tocantins, eu pego o telefone e alguém vem me buscar de reboque. Então, existem características, como eu disse, que são preservadas pelas empresas, com muito orgulho, em termos de eficiência e qualidade. Certamente, esse é o mercado competitivo. Certamente, as oportunidades de quem pode cobrar um pouco mais barato são sempre buscadas por todos. Nós estamos sempre buscando essas eficiências para termos um combustível mais barato em qualquer lugar do País.

Como Sindicato, é isso que posso dizer e tenho que assegurar ao senhor que, infelizmente, não podemos fazer nenhum tipo de determinação quanto à redução de preços. O Sindicato não se presta a isso. Eu posso ser preso se fizer isso. Não é nosso papel nem é isso que é esperado da sociedade. Nosso papel é estimular a eficiência. O senhor tem toda a razão. Nós buscamos estimular a eficiência para que continuemos sendo reconhecidos pelos consumidores como bons prestadores de serviço. Essa é a mensagem que eu gostaria de registrar aqui. O senhor está no seu direito de reclamar do preço. Eu só estou dizendo que combustível de aviação tem peculiaridades que exigem um cuidado todo diferenciado em relação ao combustível do automotivo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO)

– Antes de passar a palavra para o Dr. Cláudio concluir, eu gostaria de deixar bem claro que, neste patamar que o Dr. Jacques expunha, com certeza, a empresa que está custeando vai ficar vai ficar com 500 anos já, já e vai sempre estar sólida. Porque com esse margem de lucro, com certeza, não dá. Eu não consigo aceitar.

Se nós estamos aqui... Eu vou contra as suas palavras. É lógico que tem de defender, Dr. Jacques, mas nós não podemos abrir mão da qualidade. Quando se fala que pode vir de Manaus para Porto Velho, nós temos as balsas. É o frete mais barato que existe no mundo – ou o marítimo ou o fluvial, o duto também ainda é mais barato. Então, o preço praticado no frete

para levar esse combustível, infelizmente, é caro demais com o patamar Brasil, quando, hoje, você está assistindo que tudo está reduzindo. Então, eu estou colocando, porque eu quero estimular a aviação área regional. A aviação aérea que tem um fluxo de gente muito grande, todas as companhias áreas se interessam. Quando você cai para a regional, nós temos de rever.

Portanto, queria solicitar aqui para que fique registrado que o sindicato enviasse para esta Subcomissão quais são os preços praticados no frete de Paulínia a Rondônia; quais são os preços praticados no frete de Paulínia a Cuiabá; quais são os preços praticados no frete de Paulínia a Palmas. Nós queremos confrontar para que a gente possa ver, já que os sindicatos, – vocês têm razão, não podem diminuir e nem o sindicalista vai aceitar diminuir, se facilitar ele faz greve, porque quer mais, infelizmente, é a praxe –, mas, nós temos de defender não a minoria, uma meia dúzia de pessoas – até parabeno as empresas que investiram – mas é uma atividade que qualquer brasileiro gostaria de investir, porque o lucro é extraordinário. Eu sou um grande empreendedor e, com certeza, você me deixou aqui com “água na boca”, porque é um empreendimento extraordinário.

Quanto à questão do produto, a empresa não seria louca de colocar um produto de péssima qualidade em Rondônia ou lá no aeroporto, que seria utilizado não sei onde, ou Vilhena, e em São Paulo um outro produto. A qualidade está acima de tudo, sob pena de depois ser responsabilizado pelo acidente aéreo, caso venho a acontecer.

E o caminhão que transporta para qualquer campo no Estado de São Paulo ou qualquer caminhão que vá transportar para Rondônia o caminhão é o mesmo, só muda a quilometragem por causa da distância. Portanto, vou um pouco de encontro com a sua posição. Você está correto em defender a categoria de vocês, e eu estou correto, aqui, ao defender o povo do Amazonas, que paga um preço muito caro, porque, infelizmente, em algum lugar estão acomodadas as gorduras, que estão além do limite.

Passo a palavra ao representante da Minas e Energia para que a gente possa concluir.

O SR. CLÁUDIO ISHIHARA – Obrigado, mais uma vez, Senador.

Quando o senhor se referiu ao Ministério, com relação a verificar as margens praticadas pelas distribuidoras e revendedoras, eu não tenho isso atualizado. Mas nós já fizemos, sim, algumas pesquisas com relação às margens praticadas e o que verificamos foi o seguinte: no âmbito das distribuidoras – não estou aqui defendendo A ou B – mas, há certa competição,

pelo menos entre as três maiores. Por exemplo, ao fazerem a entrega diretamente à distribuidora, elas não passam por uma figura, porque existe um elo na cadeia, que é posto revendedor. Então, de fato, há essa competição, apesar de haver somente três empresas, mas elas são bem competitivas, porque, lógico, todas querem crescer no seu mercado. E o preço, como é balizado internacionalmente, não tem muito como praticar preço diferente.

No entanto, quando nós tratamos de gasolina de aviação, a maior parte, senão toda, eu acho que não tem nenhuma distribuidora que entregue diretamente gasolina de aviação. Existe? Pode ser que tenha, mas a maior parte é para posto revendedor, ou seja, é a figura de um agente que está dentro do aeroclube, dentro do aeroporto, e que ele tem a primazia de praticar o preço que quiser. Porque vejam: por exemplo, se você estiver viajando em sua camionete e não gostar do posto ou o preço estiver alto, você simplesmente anda mais alguns quilômetros e encontra outro posto. Agora, com relação à gasolina de aviação, se você para em determinado local, você não tem escolha.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Você não tem escolha.

O SR. CLÁUDIO ISHIHARA – Só tem aquele revendedor. E isto...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Isto é cartel.

O SR. CLÁUDIO ISHIHARA – Eu não sei se isso é cartel.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Isto é cartel. Você coloca dentro do aeroporto, aí a Infraero vem e fica estagnando só um...

O SR. CLÁUDIO ISHIHARA – O que me falaram, na época, é que nem sempre há espaço para abrir ...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Espaço tem nos aeroportos, falta só é vontade.

O SR. CLÁUDIO ISHIHARA – Eu não sei. Talvez seja esse ponto.

Mas eu quero dizer que, na época em que nós fizemos essa avaliação, o que nós vimos muito é que o próprio consumidor, como é o caso que o senhor está, ou seja, o senhor parou em determinado local com o seu avião, na hora de levantar voo o seu piloto diz que precisa abastecer, mas só tem um lugar. Este, às vezes, é um problema. E aí logicamente, quem tem, aproveita-se – não estou falando que esteja errado – da situação econômica e dá condição para praticar o preço que lhe convém. Isto, às vezes, ocorre.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Cassol. Bloco/PP – RO) – Obrigado. Gostaria que os membros desta Subcomissão deixassem registrado esta discussão, e que, no fechamento do relatório, quero que conste em Ata

que nós temos de buscar um mecanismo para poder coibir essa situação. Enquanto que no mercado de veículos nós temos várias opções, porque é liberado para várias bandeiras, ao passo que nos aeroportos, nós não temos escolha: ou você fica com A ou você fica com B. E se você achar ruim, você não fica com mais ninguém e você não levanta voo, e você não consegue levar um outro combustível, porque você não tem.

Portanto, nós temos de, urgentemente, tomar providências para regiões pobres não sejam mais exploradas e mais pobres do que já são.

Infelizmente, ficam nos grandes centros os interesses e nos locais difíceis a gente paga um preço muito alto. Então, por causa disso que nós também queremos um privilégio. Quero deixar bem claro isso.

A discussão para quem está nos assistindo pela TV Senado possa depois avaliar e discutir esse assunto com os senhores.

De antemão, quero agradecer a presença dos senhores, especialmente ao Dr. Cláudio, também ao Sr. Alísio Jacques, Presidente do Sindicato Nacional de Empresas Distribuidoras de Combustíveis, e também agradecer aqui o Paulus Figueiredo, que é consultor independente. Agradeço também os assessores e a nossa equipe.

Antes do encerramento da presente reunião, convoco os Srs. Senadores para a próxima reunião, a realizar-se no dia 08 de agosto de 2012, quarta-feira, neste plenário, às 14 horas, para debater a expansão do tráfego aéreo no Brasil.

Para encerrar, agora vou me dirigir à CMA, antes, porém, quero dizer que sou autor de um projeto, que vai ser votado agora, para que os revendedores de combustíveis sejam obrigados a terem, em um *site*, o preço do combustível para escolha do consumidor.

Na verdade, houve um lobby muito grande para que este meu projeto não andasse, porque eles querem esconder para poder facilitar. Não! Acho que os consumidores... Todos vocês são proprietários de carro. Brasília: vocês abrem um *site* e vê qual é o menor preço, preço a vista, e como você já vai passar por perto, vai abastecer naquele local, sem precisar entrar de posto em posto para saber o preço da gasolina ou de outros combustíveis.

Então, em sendo autor deste projeto, como consumidor e defensor, agradeço este debate, que foi importante para o tráfego aéreo brasileiro e para as aviações regionais brasileiras.

Um abraço e obrigado.

Está encerrada esta audiência pública.

(Iniciada às 10 horas e nove minutos, a audiência é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM QUATORZE DE JUNHO DE 2012, QUINTA-FEIRA, APÓS A 12ª REUNIÃO CONJUNTA COM A CAE E A CCJ, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às doze horas e vinte e três minutos do dia quatorze de junho de dois mil e doze na sala de reuniões número 19, Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Wellington Dias, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores: Ana Rita; Vanessa Grazziotin; Lídice da Mata; Ricardo Ferraço; Benedito de Lira; Maria do Carmo Alves; José Pimentel; Acir Gurgacz; Ivo Cassol; Lúcia Vânia e Armando Monteiro. Deixam de comparecer os Senadores: João Durval; Ana Amélia; Vital do Rêgo; Ciro Nogueira; Cássio Cunha Lima; Cícero Lucena; Mozarildo Cavalcanti e Eduardo Amorim. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. De acordo com o Artigo 132, § 5º do RISF, o Senador José Pimentel, relator do vencido, apresenta o parecer vencedor do Projeto de Lei do Senado nº 206 de 2008, que “Cria o fundo do entorno do Distrito Federal (FEDF), e dá outras providências”, concluindo pela rejeição da matéria. Distribuído, é dispensada a sua leitura. Informa ainda que em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012). A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, de 2003, que cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia. Autoria: Deputado Euler Moraes. TRAMITA EM CONJUNTO COM – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, de 2007, que transforma o Rio Araguaia em Rio Parque e dá outras providências. Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Senador Ivo Cassol. Relatório: Pela rejeição do PLC nº 62, de 2003, e do PLS nº 232, de 2007. Resultado: Adiado. ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, de 2011, que altera o inciso III, do art. 18 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para retirar

a exigência de valores máximos de financiamento e de aquisição de imóveis no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação. **Autoria:** Senador Lobão Filho. **Relatoria:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 444, de 2011, que altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para determinar a medição individualizada do consumo hídrico nas edificações condominiais. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Ciro Nogueira. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 444, de 2011, com Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. **Resultado:** Adiado. ITEM 4 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2011, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos. **Autoria:** Senador Aloysio Nunes Ferreira. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 541, de 2011, com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. **Resultado:** Adiado. ITEM 5 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, de 2012, que acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor que taxas de serviço, quando cobradas por hotéis, motéis ou similares, integram a remuneração dos empregados dessas empresas e dá outras providências. **Autoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Wellington Dias. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator, para reexame. ITEM 6 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, de 2012 – Complementar, que altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer a alíquota máxima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza incidente nos serviços prestados no âmbito do turismo rural. **Autoria:** Senador Lauro Antonio. **Relatoria:** Senador Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. ITEM 7 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, de 2011, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, denominado *Estatuto da Cidade, para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes*. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador

Eduardo Amorim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias**, Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião Extraordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores da Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas.

De acordo com o art. 132, §5º, do Regimento Interno do Senado Federal, encontra-se sobre a mesa o parecer vencedor do Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2008, que criou o Fundo do Entorno do Distrito Federal (FEDF) e dá outras providências.

Oferecido pelo Relator do vencido, Senador José Pimentel, concluindo pela rejeição da matéria.

Distribuído a V. Ex^{as}, indago sobre a dispensa da leitura do parecer, tendo em vista que o mesmo já foi discutido e aprovado na última reunião. (*Pausa.*)

Com a concordância, dispensada a leitura, a matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos para as providências cabíveis.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação de proposições. No entanto, por solicitação dos respectivos Relatores, serão retirados da pauta os Itens nºs 02 e 05.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 167, DE 2011

– Não Terminativo –

Altera o inciso III, do art. 18 da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, para retirar a exigência de valores máximos de financiamen-

to e de aquisição de imóveis no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação.

Autoria: Senador Lobão Filho

Relatoria: Senador Wellington Dias

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 21, DE 2012

– Não Terminativo –

Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor que taxas de serviço, quando cobradas por hotéis, motéis ou similares, integram a remuneração dos empregados dessas empresas e dá outras providências.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Wellington Dias)

Recebemos da Liderança do PMDB e da Maioria o Ofício nº 151, de 12 de junho de 2012.

Sr. Presidente, nos termos regimentais, comunico a V. Exª a indicação do Senador Ricardo Ferraço como membro titular da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Na oportunidade, renovo a V. Exª votos de apreço e consideração.

Assinado pelo Senador Renan Calheiros.

Acatada a indicação, serão tomadas as providências cabíveis.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada também a reunião da CDR.

(Iniciada às 12 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.)

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E SETE DE JUNHO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 15 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e sete minutos do dia vinte e sete de junho do ano de dois mil e doze, na sala de reuniões número 15 da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Benedito de Lira, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Ana Rita, Vanessa Grazziotin, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Paulo Paim, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg e Ivo Cassol. Deixam de comparecer os Senadores

Wellington Dias, Ricardo Ferraço, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Cícero Lucena e Eduardo Amorim. Justificam ausência os Senadores Cássio Cunha Lima e Mozarildo Cavalcanti. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a discussão e a votação das Emendas da Comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO/2013 (PL nº 03/2012-CN) a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em seguida a Presidência designa como Coordenadora das Emendas *ad hoc* a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador Wellington Dias, para proferir o seu parecer sobre as emendas e as suas considerações. A Relatora explana que foram apresentadas 17 (dezesete) Emendas ao PLN nº 03/12-CN de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti, Paulo Paim, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin, e sugere a aprovação de todas as Emendas de Texto, as quais possuem os números 01, 04 e 11; e a aprovação das Emendas de Inclusão de Meta números 03, 05, 08, 13 e 17. Após a sua explanação, e não havendo quem queira discutir, colocadas em votação, a Comissão aprova as seguintes Emendas de Meta: **Emenda nº 01 – 10V0 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – Quantidade/Meta: 10.000; Emenda nº 02 – 140W – Elaboração de Estudos e Planos de Desenvolvimento Regional e Territorial – Quantidade/Meta: 80; Emenda nº 03 – 10SS – Apoio a Projetos de Sistemas de Transporte Coletivo Urbano – Quantidade/Meta: 1.022; Emenda nº 04 – 10SJ – Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social – Quantidade/Meta: 1.000; e Emenda nº 05 – 10SG – Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico – Quantidade/Meta: 500.000; e as seguintes Emendas ao Texto: **Emenda nº 06 – Artigo 58 Parágrafo único (Aditiva); Emenda nº 07 – Artigo 105 (Aditiva); e Emenda nº 08 – Artigo 19 Parágrafo 2 (Modificativa).** Em seguida, a Presidência comunica que nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CN, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da Reunião que as aprovou. Neste sentido, o Presidente propõe a dispensa da leitura da ata e a submete a aprovação. **A ata é aprovada.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas**

e nove minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Benedito de Lira

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

A finalidade da presente reunião é a leitura do Parecer das emendas às LDOs.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, peço a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as}. e Srs. Senadores que estiverem de acordo, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia como relatora *ad hoc* do parecer.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vou direto à análise, Sr. Presidente, para simplificar aqui a nossa reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Análise.

As emendas propostas são restritas às competências regimentais, além de atenderem às disposições constitucionais e legais.

O mérito de cada emenda será devidamente avaliado, no momento oportuno, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Voto.

Somos pela apresentação, por esta Comissão, das emendas propostas ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 (LDO 2013) de números 03, 05, 08, 13 e 17 e, também, de todas as emendas de texto, as quais possuem os números 01, 04 e 11, conforme o Quadro de Emendas Apresentadas em anexo.

Plenário da Comissão, em 27 de junho de 2012.

Assina o Presidente, Senador Benedito de Lira, e o Senador Relator Wellington Dias, e eu sou a Relatora *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco/PP – AL) – Em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}. e Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nos termos do art. 87, combinado com o art. 44, Inciso I, II, I, da Resolução nº 1, de 2006, Congresso

Nacional, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos e Orçamento Público e Fiscalização, juntamente com a Ata da reunião que os aprovou.

Neste sentido, proponho a dispensa da leitura da Ata e aprovação da Ata da reunião corrente, mantendo as emendas destacadas e aprovadas.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião e convoco a próxima reunião para o horário regimental.

Muito obrigado, Srs. Senadores.

(Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 09 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 28 DE JUNHO DE 2012.

Às oito horas e trinta e nove minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e doze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **ANTONIO RUSSO, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, EDUARDO SUPLICY e ALVARO DIAS**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Delcídio do Amaral, Zezé Perrella, Rodrigo Rollemberg, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Jayme Campos, Sérgio Souza, Alfredo Nascimento e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião será realizada em duas etapas: **1ª PARTE: Visita da Delegação da República da Polônia:** Visita do Vice-Ministro da Agricultura da República da Polônia, Sr. **Tadeuz Nalewajk**; do Embaixador da República da Polônia no Brasil, Sr. **Jacek Junosza Kisielewski** e demais membros da Delegação da República da Polônia. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senadores Acir Gurgacz, Ana Amélia, Waldemir Moka, Casildo Maldaner e Eduardo Suplicy. **2ª PARTE: APRECIACÃO DE MATÉRIAS: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, de 2011 – Terminativo – EMENTA:** Cria o Programa de Microdestilarias de Alcool e Biocombustíveis – PROMICRO, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relato-**

ria: Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 252, de 2011, com as Emendas nº 1 e 2. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. Na 43ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 26/10/2011, a Comissão realizou Audiência Pública para instruir o PLS nº 252/2011. 3. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pela Senadora Ana Amélia, os Senadores Waldemir Moka e Cyro Miranda fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que a presidência suspende a discussão e a votação do PLS nº 252/2011 para a próxima reunião deliberativa. **Resultado:** Lido o relatório pela Senadora Ana Amélia. A presidência suspende a discussão e a votação do PLS nº 252/2011 para a próxima reunião deliberativa. Projeto em fase de discussão. **ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2011 – Terminativo – EMENTA:** Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para autorizar a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que empreendam práticas de conservação ambiental. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 396, de 2011. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CMA. 2. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto. 3. A matéria constou da Pauta da 15ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 31/05/2012, ocasião em que o Senador Waldemir Moka efetuou a leitura do relatório favorável ao PLS nº 396/2011. Projeto em fase de discussão e votação. 4. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. **Resultado:** **Adiado.** **ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, de 2011 – Não Terminativo – EMENTA:** Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 626, de 2011. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CDR. 2. A matéria foi apreciada pela CDR, tendo sido aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto. 3. Na 9ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 26/04/2012, a Comissão realizou Audiência Pública para instruir o PLS nº 626/2011. 4. A matéria será apreciada pela CMA em decisão terminativa. **Resultado:** **Retirado de Pauta.** **ITEM 4: AVISO Nº 37, de 2011 – Não Terminativo – EMENTA:** Encaminha cópia do Acórdão nº 552, de 2011, referente a indícios de irregularidades na execução de convênios firmados pelo

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, na Superintendência Regional do Estado de Tocantins (TC 024.516/2007-0). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pelo arquivamento do AVS nº 37, de 2011. **Resultado:** **Adiado.** **ITEM 5: REQUERIMENTO Nº 27, DE 2012 – ASSUNTO:** Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na Expointer 2012, no dia 31/08/2012, dentro da programação do Ciclo de Palestras e Debates desta Comissão, para discutir o Novo Código Florestal e a sua aplicabilidade. Os convidados serão indicados posteriormente. A Expointer 2012 está na sua 35ª edição, e é um dos mais importantes eventos agropecuários e de maquinário da América Latina. Será realizada na cidade de Esteio no Rio Grande do Sul, entre os dias 25 de agosto a 2 de setembro de 2012 coincidindo com as comemorações dos 85 anos da Farsul (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul). **Autoria:** Senadora Ana Amélia. No encaminhamento, a Senadora Ana Amélia faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado:** **Aprovado o Requerimento. Será cumprida a deliberação da Comissão.** **ITEM 6: REQUERIMENTO Nº 28, DE 2012 – ASSUNTO:** Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para debater a situação das rodovias brasileiras utilizadas para escoamento da produção agrícola, com a presença do Senhor Paulo Sérgio Passos, Ministro de Estado dos Transportes. O debate se faz necessário, diante do estado de deterioração e abandono em que se encontram grande parte das principais rodovias federais utilizadas para escoamento da quase totalidade da produção agrícola brasileira, como a BR-364 em Rondônia, a BR-163 em Mato Grosso, a BR-251 em Minas Gerais e a BR-285 no Rio Grande do Sul. **Autoria:** Senadora Ana Amélia e Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Waldemir Moka e Cyro Miranda fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado:** **Aprovado o Requerimento. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e onze minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz**, Presidente da Cra.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a reunião da Comissão de Agri-

cultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, eu a tenho como aprovada.

A presente reunião destina-se, na primeira parte, à visita... *(Falha na gravação.)*

Polônia... e, posteriormente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – ...as matérias em deliberação.

Temos dois requerimentos:

Nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na Expointer/2012, no dia 31 de agosto de 2012, dentro da programação do Ciclo de Palestras e debates desta Comissão, para discutir o novo Código Florestal e sua aplicabilidade. Os convidados serão indicados posteriormente.

A Expointer/2012 está em sua 35ª edição e é um dos mais importantes eventos agropecuários e de maquinário da América Latina. Será realizada na cidade de Esteio, Rio Grande do Sul, entre os dias 25 de agosto e 02 de setembro de 2012, coincidindo com as comemorações de 85 anos da Farsul – Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul.

Com a palavra, Senadora Ana Amélia para debater o requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Acir Gurgacz; Senador Waldemir Moka; Senador Cyro Miranda.

No ano passado, fizemos a audiência pública aproveitando o espaço que V. Exª, com muita competência e oportunidade, abriu às sextas-feiras, à tarde, com transmissão pela TV Senado, de um debate sempre com temas pertinentes ao setor agropecuário brasileiro. Em 2011, nós fizemos, na Expointer, um debate com os Relatores Jorge Viana e Luiz Henrique da Silveira, exatamente por iniciativa desta Comissão, presidida por V. Exª, o debate que foi o preâmbulo do que vem a ser agora a Medida Provisória 571 que estamos debatendo aqui no Senado Federal e na Câmara. Então, penso que seja oportuno, porque até lá, imagino, teremos avançado e poderemos fazer uma discussão do ponto de vista da aplicabilidade.

Oportunamente, indicaremos os nomes dos participantes. Eu gostaria muito – renovaria o convite – que V. Exª apresente nesta edição, todos os Senadores, Senador Moka, que tem um vínculo muito grande com o setor agropecuário; Senador Cyro Miranda e demais Senadores para estarmos lá para debater, porque a

Expointer é uma das feiras mais importantes que temos no País, senão a mais importante junto com a Expodireto, a feira lá de Cascavel, e também outras feiras como Agrishow, em São Paulo, mas todas elas têm um relevo importante e um papel relevante. Inclusive, conheci a feira lá de Chapadão do Sul, convidada pelo Senador Moka, no Mato Grosso do Sul, e fiquei impressionada, também fui à feira em Ji-Paraná, a seu convite, ou seja, o Brasil inteiro está abrindo uma vitrine relevante para revelar o trabalho que os agricultores brasileiros realizam em benefício do Brasil, do desenvolvimento social e também econômico. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Ana Amélia.

Eu reforço, então, o convite, Srs. Senadores, para acompanhar essa audiência pública que será realizada em Esteio. Realmente, ela é uma feira muito importante. Será no dia 31 de agosto a 02 de setembro... Vamos rever aqui: 25 de agosto a 02 de setembro, e a audiência pública será no dia 31 de agosto, sexta-feira, que fará parte de nosso ciclo de palestras e debates em nossa Comissão.

Espero que V. Exª esteja à frente para conduzir essa reunião que será de suma importância para a agricultura brasileira.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento de autoria da Senadora Ana Amélia nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

Requeiro a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para debater a situação das rodovias brasileiras utilizadas para escoamento da produção agrícola, com a presença do Sr. Paulo Sérgio Passos, Ministro de Estado dos Transportes.

O debate se faz necessário diante do estado de deterioração e abandono em que se encontra grande parte das rodovias federais utilizadas para escoamento da quase totalidade da produção agrícola brasileira, como a BR-364, em Rondônia; BR-163, em Mato Grosso do Sul... [não está aqui, mas é bom complementar, não é? Ela liga os dois Estados de Mato Grosso]; a BR-251, em Minas Gerais, e a BR-285, no Rio Grande do Sul.

Com a palavra, Senadora Ana Amélia, para debater.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu acrescentaria a BR-020 também nesta região do Planalto Central, que pega também a região de Barreiras que

é muito importante para... Evidentemente, as BRs de outras regiões que outros Senadores, como V. Ex^a, poderão indicar para compor o elenco da agenda.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Raramente faço o que farei hoje. Mas, Sr. Presidente, nós já chamamos aqui o Presidente do Dnit que, aliás, chamou de “porcaria” aquela rodovia... Não sei se V. Ex^a está lembrado... Tomara que ele já tenha consertado aquilo, Presidente.

Agora, não é possível, Sr. Presidente, tudo bem... Em que pese tudo o que aconteceu e por que passou o Dnit, a verdade é que o Dnit não tem mais... Olha, no meu Estado, Mato Grosso do Sul, havia lá um superintendente... Agora, o mato está tomando conta das BRs. Nós nunca tivemos rodovias esburacadas. Em função de toda essa questão, não se tem mais contratos firmados para manutenção da rodovia. Mato Grosso do Sul era, até então, um Estado em que se podia dizer que tinha uma malha federal em bom estado.

Então, acho que é oportuno, acho que nós temos de ser mais duros mesmo nessa questão; senão, Senadora Ana Amélia, Senador Cyro Miranda, a situação do País vai continuar e – pior – a tendência disso é que ela se agrave. A gente vê toda essa questão, principalmente a da Delta, que era a principal empresa que mantinha esses contratos de conservação. É preciso que o Governo se mexa nisso. Em que pese lá ter colocado o General lá no comando, mas eu acho que nós precisamos mais do que isso! Nós precisamos de agilidade e não está havendo agilidade. Então, quero reforçar, saindo normalmente daquilo que é meu perfil, mas acho que nós temos de cobrar, energeticamente, a situação das rodovias federais no País.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem... Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu fico contente, porque eu não tinha acabado de justificar meu requerimento, mas eu, com um advogado como este, eu vou longe. Eu queria agradecer ao Senador Moka, porque tive a oportunidade, como ele falou, de ir à BR-163 e ver um pouco a tragédia que é... A BR-364, também no Mato Grosso, é algo calamitoso: aumenta-se a produção de grãos e nossa infraestrutura está cada vez pior.

Queria apenas salientar que ontem, nós todos aqui, os Senadores que estão aqui presentes, inclusive o Senador Cyro, em função da medida provisória que votamos ontem, teve incluída uma matéria de grande interesse do Estado de Goiás, mas eu não sei como

foi a votação do Senador. O fato é que Senador Moka e eu... Eu, inclusive, recebi um telefonema do Diretor do Dnit, Dr. Tarcísio, pedindo apoio para votar o RDC para o setor o que seria uma forma de desamarar o processo. Ora, fizemos nossa parte; agora é preciso que o Dnit...

(Interrupção do som)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) –... de fazer o mesmo. Então, não há agora mais nenhum motivo para que não se possa mais trabalhar em relação a isso.

Então, agradeço muito a manifestação do Senador Moka...

(Interrupção do som).

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Tarcísio?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Tarcísio, é...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Tarcísio... E eu, inclusive, o questioneei e lhe falei: “Mas, escute, vocês estão há tanto tempo... Quero lhe fazer uma pergunta: a BR-060, que liga nosso sudoeste de Goiás, vinha em um ritmo muito acelerado. De repente, este ano, ela parou. Então, não é licitação. A licitação já foi feita. Já estão... Os contratos... Começaram: “É, mas é que houve uma redução de verba no início do ano...” etc e tal. Então, ele me fez esse pedido e eu também mudei o meu voto, em função disso, da RDC, contrariando os meus princípios, pois eu não acho justo a RDC. No entanto, em função do que estamos presenciando... E o fato aqui que a Senadora Ana Amélia muito bem colocou nesse requerimento não é diferente no meu Estado. Nós estamos com muita dificuldade de escoar a produção de grãos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A 020 aqui.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – A 020, que eu ia incluir, já colocou.

Com um problema maior: as chuvas começam agora, em setembro e em outubro. Novamente, vamos passar mais um ano com isso paralisado.

Então, como disse o Senador Moka, temos de ser realmente enérgicos nessa audiência pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cyro, Senadora Ana Amélia, Senador Moka.

De fato, nós, ontem, avançamos com relação às licitações e a um pedido do Executivo. Portanto, a nossa parte foi feita. Aliás, nós sempre estamos procurando ajudar o Executivo, principalmente com relação à infraestrutura, com relação a que possa haver um transporte não apenas melhor, mas mais barato,

porque uma estrada em perfeitas condições acaba por reduzir o custo do transporte, assim reduzindo o custo brasileiro.

Eu gostaria de, junto com V. Ex^a, ser o signatário dessa...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Que bom. Fico feliz, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) –...dessa proposta, porque ela é realmente pertinente e da maior importância para a produção agrícola brasileira.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Veja só. Eu diria que há até certa incoerência. Hoje, o Governo, às 10 horas – acho que a Comissão toda estará prestigiando –, lançará o Plano Safra 2012/2013, que é um plano ambicioso, um plano bom, com várias boas notícias para os agricultores, inclusive no âmbito do seguro rural, com o aumento dos recursos e a redução das taxas de juros. Mas de que adianta fornecer as condições para aumentar a produção se não temos estrada, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É verdade.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Então, é preciso tocar nos dois lados da questão: a logística e as condições para a produção agrícola.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Então, eu queria agradecer a V. Ex^a pela...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passemos ao Item 1, o único item da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 252, DE 2011

– Terminativo –

Cria o Programa de Microdestilarias de Alcool e Biocombustíveis – Promicro, e dá outras providências.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Observações:

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA.

Com a palavra a relatora, Senadora Ana Amélia, para proferir o seu relatório.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ora, Presidente, é com grande alegria que faço a relatoria desse projeto de sua autoria.

No mérito, o Projeto nº 252, de 2011, tem a virtude de procurar promover a expansão de microdestilarias nas mãos de agricultores familiares e de estimular o aproveitamento agrícola e industrial dos produtos derivados.

Sua ênfase no pequeno produtor fica demonstrada na definição dada a microdestilarias que são unidades com capacidade de produção de até cinco mil litros de álcool ou biocombustível por dia.

Uma das propostas de maior impacto para os pequenos produtores é a de autorizar a comercialização dos produtos diretamente com cooperativas ou associações de produtores rurais.

Atualmente, na ausência de uma lei geral que regule a venda e revenda de combustíveis, a Portaria nº 116, de 2000, da ANP – Agência Nacional de Petróleo, que regulamenta o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, determina que a atividade de revenda varejista consiste na comercialização de combustível automotivo em estabelecimento denominado posto revendedor.

Art. 3º. A atividade de revenda varejista de combustível automotivo somente poderá ser exercida por pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras que atender, em caráter permanente, aos seguintes requisitos:

I – possuir registro de revendedor varejista expedido pela ANP; e

II – dispor de posto revendedor com tancagem para armazenamento e equipamento medidor de combustível automotivo.

Art. 8º. O revendedor varejista somente poderá adquirir combustível automotivo de pessoa jurídica que possuir registro de distribuidor e autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel especificada ou autorizada pela ANP e outros combustíveis automotivos, concedidos pela ANP.”

Em consequência dessas disposições, Sr. Presidente, o combustível produzido tem que, necessariamente, ser comercializado por intermédio de uma distribuidora, que só poderá vender para posto revendedor. Essa exigência gera muitas ineficiências.

Além disso, os biocombustíveis, para serem verdadeiramente instrumentos de desenvolvimento social, devem ser produzidos em pequenas unidades espalhadas por todo o Brasil. Contudo, a centralização da comercialização nas distribuidoras inibe esse processo, visto que as distribuidoras dão preferência a contratos

com grandes fornecedores, deixando os pequenos produtores marginalizados.

Ao permitir que as microdestilarias tenham o direito de vender sua produção para cooperativas ou associações de produtores, assegura-se ao pequeno produtor um mercado para seu produto, sem pôr em risco a qualidade do álcool ou a eventual cobrança de tributos. Esse constitui o primeiro passo para parcerias que poderão dinamizar áreas com carência de alternativas de desenvolvimento econômico.

Há exemplos já implantados de cooperativas que vendem combustíveis para as prefeituras e açúcar para as escolas municipais. Além disso, como o etanol possui uma multiplicidade de usos industriais, tais como na produção de fármacos, cosméticos, plásticos e corantes, o fortalecimento das microdestilarias permitirá a inserção da agricultura familiar e suas cooperativas em outras cadeias produtivas que não a do álcool combustível, o que servirá para robustecer a economia local.

Por fim, as microdestilarias podem ser de grande valor na geração de eletricidade para uso local, a partir de resíduos como bagaço e palha de cana. Esses resíduos podem também servir de insumo para a produção de fertilizantes e de ração para animais. São inúmeras as oportunidades que se abrem para o pequeno produtor, inclusive para a produção do etanol desses resíduos.

Pelo exposto acima, fica clara a importância de se criar um programa que ajude os pequenos produtores a montarem suas microdestilarias e encontrarem mercado para seus produtos. No entanto, para evitar dificuldades futuras no que diz respeito à qualidade dos produtos e ao pagamento de tributos, cremos conveniente introduzir alguns dispositivos destinados a coibir irregularidades.

Em primeiro lugar, recomendamos a inclusão de parágrafo que submeta a instalação e o funcionamento das microdestilarias à aprovação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Desta forma, estaremos assegurando uma melhor fiscalização de suas atividades.

Além disso, convém ressaltar que os produtos comercializados pelas microdestilarias terão de atender às especificações baixadas pela ANP, de modo a garantir a qualidade do etanol e do biodiesel entregues às cooperativas e aos produtores rurais.

Por fim, é importante explicitar que as microdestilarias somente poderão comercializar seus produtos com cooperativas e associações de produtores rurais.

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CRA (ao PLS nº 252, de 2011)

Acrescente-se ao art. 1º do PLS nº 252, de 2011, o seguinte parágrafo 3º:

Art. 1º

§ 3º A instalação e o funcionamento das microdestilarias deverão ser autorizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, nos termos do inciso XVI do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

EMENDA Nº – CRA (ao PLS nº 252, de 2011)

Dê-se ao art. 3º do PLS nº 252, de 2011, a seguinte redação:

Art. 3º As microdestilarias poderão comercializar seus produtos diretamente, mas somente com cooperativas ou associações de produtores rurais.

§ 1º Caso as microdestilarias comercializem biocombustíveis, assim compreendidos etanol e biodiesel, ficarão obrigadas a garantir a qualidade do produto em todo o Território nacional, segundo as especificações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

§ 2º Para adquirir biocombustível das microdestilarias, as cooperativas e associações de agricultores deverão possuir, quando couber, Ponto de Abastecimento autorizado pela ANP.

Este é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia. Meus cumprimentos pelo brilhante relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para discutir, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu acho que ainda é Presidente da Associação Nacional de Produtores de Biocombustíveis o ex-Ministro dos Transportes Odacir Klein. Nós tivemos uma audiência pública e esse assunto foi debatido aqui. Eu percebi – e certamente a Relatora consultou –, na audiência ficou muito claro isso, que há, eu não diria um descompasso, mas certa preocupação da Agência Nacional de Petróleo com essa questão de biocombustíveis. A gente percebe isso nitidamente, porque os pequenos produtores querem produzir mais, mas o

Governo, de certa forma, economicamente, freia essa produção de biocombustível. É a questão da questão da comercialização do álcool. Mas, novamente, vai ficar na mão da ANP.

Então, eu acho que o projeto é importante, mas, depois, eu acho que seria necessário conversar também com a Agência Nacional de Petróleo. Tem que dar condições para isso. É importante a legislação. Aqui diz que as pequenas cooperativas vão ter que ter os postos, quer dizer, é toda aquela recomendação ou exigência dos postos de combustíveis. Eu não sei se isso, na prática, vai funcionar, mas entendo a preocupação com a qualidade, tanto do biocombustível quanto do Etanol. Essas coisas, necessariamente, na prática, além do projeto, precisam de uma discussão com a Agência Nacional, porque há certa resistência nisso, Sr. Presidente.

Quero dizer que o projeto é muito feliz, é oportuno, vai estimular a produção de tanto de biocombustível como de etanol. O nosso mercado passa dificuldade. Recentemente, o Governo – até relatei a matéria – cria condições de equalização de juro para se criar um estoque de álcool e também o chamado microcrédito. Mas tudo isso eu acho que, depois de sancionado, seria fundamental acompanhar, na prática, como vamos proceder, porque isso pode representar um avanço muito grande, realmente, na produção, principalmente de biocombustível.

Acho o projeto meritório. Parabenizo o autor e a relatora.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, da mesma forma, quero parabenizá-lo. Quero dizer que, ao ler esse projeto antes, eu tive uma preocupação realmente, Senadora Ana Amélia, quanto à qualidade dos produtos e à tributação. Mas eu percebo que, nas emendas, realmente corrigiu-se esse problema, porque com a autorização da instalação e funcionamento das microdestilarias, devem-se adotar mecanismos ágeis e eficazes. Acho que há, como o Senador Moka falou, apenas um entendimento com a Agência quanto à autorização e às instalações, porque o funcionamento é muito demorado. Acho que isso vai corrigir. Acho que foram muito felizes essas emendas, dando assim uma amplitude maior ao projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço muito ao Senador Cyro Miranda, Presidente Acir Gurgacz, o autor do projeto. Veja só, é também contraditório nesse aspecto. A Agência Nacional do Petróleo é a agência reguladora que opera nessa área para ser

o poder moderador entre a concessão e o consumidor. Então, esse é o papel. E ela tem uma autoridade que nós autorizamos, porque nós é que aprovamos os diretores da Agência, que são indicados pelo Poder Executivo. Aliás, de sete agências reguladoras, só duas funcionam em padrões internacionais, e não é a ANP. É a Aneel e a Anatel. As duas. As outras todas...

(Falha na gravação.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...questões orçamentárias

Estou propondo no Orçamento para que todas tenham, digamos, autonomia financeira.

Acho que é uma distorção o entendimento do Ministério de Minas e Energia, contrário ao projeto. Eu pergunto: quem é que tem mais autoridade nisso? É o Ministério ou é a agência reguladora? Essa é uma questão.

A outra questão é que parece que o Ministério de Minas e Energia está mais centrado em que as eventuais grandes usinas que usam a matéria-prima fornecida pelos pequenos agricultores familiares poderiam, eventualmente, ficar sem matéria-prima para a sua atividade. Então, parece que essa é uma preocupação que está latente nas argumentações apresentadas pelo Ministério de Minas e Energia. Agora, a sua preocupação foi atender a uma gama de agricultores familiares para dar a eles autonomia e independência financeira e a condição tecnológica de entrarem no mercado, que é ainda competitivo. E fazendo um aproveitamento de um, às vezes, passivo ambiental que nós temos, com a palha que sobra e o bagaço da cana, que poderiam também ser resíduos para produção, ou de etanol ou de queima para produção de outras formas de energia. Então eu concordo com o Senador Moka que não custa pedir vistas deste projeto, eu gostaria que fossem vistas coletivas para que a gente...

Não pediu vistas?

Está bom. Mas como ele quer que se discuta mais, eu pensei que fosse um pedido de vista. Então, eu penso que a gente teria condições de fazer um trabalho de esclarecimento porque não houve bem um entendimento.

Aqui no Congresso nós temos uma limitação, a gente tem que engolir tudo o que vem do Executivo, como as medidas provisórias, mas quando a gente toma iniciativas como essa, a gente tem sempre uma pedreira para quebrar, não é, Presidente? Então essa é a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Ana Amélia.

Para discutir, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vou invocar o artigo 14, porque fui citado injustamente, Sr. Presidente.(risos)

Senadora Ana Amélia, ao contrário, eu vou ao encontro da argumentação de V. Ex^a porque eu percebo na audiência pública essa resistência. E exatamente do Ministério de Minas e Energia aparece a preocupação até com a Petrobras, alguma coisa desse tipo. E quando você quer organizar a agricultura familiar em cooperativas que eu defendo tanto aqui nesta Casa, eu vejo que essas barreiras... E vejo que o projeto original não submetia a ANP. É isso que estou dizendo. Mas é claro que V. Ex^a, ao entrar em contato, acabou criando uma forma de a gente aprovar o projeto. Só digo que depois de aprovado e sancionado eu acho que vamos ter que acompanhar porque se não esse mesmo *lobby* vai fazer com que a ANP nunca deixe funcionar as chamadas cooperativas.

E eu não pedi vistas, não. Ao contrário, eu me somei ao argumento. Eu não devo ter colocado claramente o meu raciocínio. Peço desculpas a V. Ex^a se a confundi.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka, Senadora Ana Amélia pelo seu belo relatório.

O programa bicomcombustível nasceu para atender a agricultura familiar. A primeira idéia do nosso ex-Presidente Lula foi atender a agricultura familiar. Só que na prática isso passou longe. Agora estamos tentando recriar, queremos retomar o curso histórico normal da criação do bicomcombustível através de várias culturas, pela agricultura familiar, fortalecendo esse segmento que pode sim ter na sua produção um aumento de renda. E é o que estamos fazendo. Agradeço mais uma vez à Senadora Ana Amélia por seu belo relatório e a contribuição do Senador Moka e do Senador Cyro.

Vamos suspender a discussão porque é terminativo e nós precisaríamos de quórum qualificado.

O Item 2 também é terminativo. Já foi lido. Sugiro que também a gente suspenda, Senadora Moka, porque foi lido por V. Ex^a, para que passemos para o Item 3, que o Senador Flexa Ribeiro pediu para retirar de pauta devido a sua ausência. O Item 4 vamos adiar porque é um aviso do Senador Suplicy, que não está presente; então fica também retirado de pauta.

Lembro à Comissão o convite ao Fórum Nacional de Agronegócios Boas Práticas de Produção Estímulo à Indústria Nacional Pós-Rio +20, a se realizar das nove às vinte horas do dia 28 de junho de 2012, nesta quinta-feira, no auditório Interlegis, no Senado Federal. Agradeço ao convite.

Voltamos à primeira parte então da nossa audiência em que recebemos o vice-Ministro da Agricultura da

República da Polônia, Sr. Tadeuz Nalewajk. Seja bem vindo, vice-Ministro, bem como toda a delegação polonesa, e o Embaixador Jacek Kisielewski, que convido para compor a Mesa; também o Vice-Ministro convido para compor a Mesa.

Eu comunico que nós teremos tradução simultânea. Quem gostaria de participar? (*Pausa.*)

Senador Moka e Senadora Ana Amélia.

Mais uma vez, sejam bem-vindos à nossa Casa.

Tivemos, ontem, o prazer de acompanhar o Ministro Mendes Ribeiro, recepcionando o Vice-Ministro da Polónia e sua equipe, juntamente com a equipe do Ministério da Agricultura brasileiro. Foi debatido o intercâmbio comercial entre os dois países. Entendo que houve um avanço, e é positivo para a economia brasileira esse início de diálogo entre os dois países através do Ministério da Agricultura, aproximando cada vez mais a Polónia do Brasil e vice-versa.

É uma honra muito grande receber aqui, na Comissão de Agricultura, a comitiva do Ministério da Agricultura da Polónia, com a qual tenho uma ligação ancestral. Meus antepassados migraram da Polónia para o Brasil, e até hoje mantemos um vínculo de amizade com esse país.

Minhas boas-vindas ao Vice-Ministro da Polónia, Tadeuz Nalewajk, e a toda a sua comitiva.

Ontem, já estivemos com o Embaixador Kisielewski e com toda a sua comitiva no Ministério da Agricultura, em audiência com o Ministro Mendes Ribeiro Filho, onde tratamos das relações comerciais entre os dois países, especialmente no que diz respeito à importação e à exportação de produtos da indústria de leite.

Nosso objetivo com essa recepção aqui, na Comissão de Agricultura do Senado, é conhecer melhor as expectativas do Ministério da Agricultura da Polónia e, assim, poder contribuir para o aperfeiçoamento das relações comerciais entre o Brasil e a Polónia.

A comitiva da Polónia recebeu as boas-vindas do nosso Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, ao qual eu agradeço mais uma vez a atenção dispensada à comitiva da Polónia, que, na tarde de ontem, anunciou o Plano Safra 2012/2013, internamente, e cujo anúncio será feito hoje, às 10h, com a Presidenta Dilma. O Plano terá recursos da ordem de R\$115 bilhões para investimentos.

Creio que os dois países podem estreitar os laços comerciais e trocar experiências no sentido do aperfeiçoamento do setor primário de suas economias.

A discussão, ontem, Senador Moka e Senadora Ana Amélia, deu-se com relação à exportação de lácteos da Polónia para o Brasil e de produtos da suinocultura, dois segmentos com os quais temos certa preocupação aqui no Brasil. Mas precisamos iniciar e

compatibilizar os nossos interesses, sendo que o Brasil é também um exportador para a Polônia, e a Polônia vem aqui nos visitar com a intenção de aumentar a sua exportação.

Esse é um desafio dos países. Todos querem produzir e exportar. Todos os países. E temos produtos que precisamos importar e temos produtos que precisamos exportar. Todos somos assim. E é importante termos a visita dos senhores e das senhoras na nossa Comissão.

Nós temos um vídeo que eu gostaria de passar, Embaixador e Vice-Ministro, mostrando um pouquinho do que é a agricultura ou o agronegócio brasileiro.

Pergunto se está pronto para passar o vídeo. Podemos ouvi-lo? *(Pausa.)*

Obrigado.

(Procede-se à execução do vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem! Agradeço à nossa equipe pelo vídeo.

Foi por acaso a participação dos poloneses nesse vídeo, Embaixador, mas ele mostra a importância que a cultura polonesa tem, a influência que teve na produção agrícola brasileira.

Esse vídeo nos foi entregue, há alguns meses, pela Organização das Cooperativas Brasileiras do Paraná, para debatermos aqui o Código Florestal brasileiro. O tema mais importante que estamos discutindo agora no Congresso Nacional é em relação a como aumentar a produção, cuidando do meio ambiente. Esse é um desafio mundial, e estamos debatendo esse tema já há alguns anos. Agora, com mais ênfase.

Eu passo a palavra agora ao Embaixador, para fazer as suas colocações e, posteriormente, para o Vice-Ministro da Agricultura da Polônia.

O SR. JACEK JUNOSZA KISIELEWSKIN – Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão; Srs. Senadoras, Srs. Senadores, foi nossa grande honra receber o convite do Presidente da Comissão para aproveitar melhor a visita da delegação polonesa do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural no Brasil.

O setor de agropecuária na Polônia representa uma importância, uma relevância muito grande. É suficiente dizer que, comparando-se o tamanho dos países, a superfície da Polônia é vinte e sete vezes menor do que o território brasileiro, mas, apesar dessa grande diferença, a nossa agricultura representa 16 milhões de hectares. Isso mostra qual a importância no nosso país da agricultura.

Então, nós temos uma produção agrícola, temos também pecuária bem desenvolvida e muito desenvolvida tecnologia de agropecuária.

É a nossa proposta para cooperação entre os nossos países.

Eu tenho certeza de que esta visita vai contribuir para identificar os campos da nossa futura cooperação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Embaixador. Agradeço por suas colocações.

E passo a palavra ao Vice-Ministro da Agricultura da Polônia, Tadeuz Nalewajk.

O SR. TADEUZ NALEWAJK *(Tradução simultânea.)* – Muito obrigado, Sr. Presidente, Exmos. Srs. Senadores, gostaria de agradecer esta oportunidade de estar nesta Comissão de Agricultura. Estou representando o setor de agricultura, sobre essa possibilidade de intercâmbio sobre os temas que nós gostaríamos de tratar entre o governo brasileiro e polonês, que levarão a um final feliz.

Antes nós tivemos encontros com secretários de Estado de Agricultura do Paraná e de São Paulo. Ontem tivemos o prazer de nos encontrar com o Ministro da Agricultura e sua equipe. Hoje, com o Srs. Senadores que representam.

Exmos. Srs. Senadores, estou muito satisfeito que nesse filme que foi apresentado um resumo dos descendentes dos emigrantes poloneses que, no Estado do Paraná, são muitos, inúmeros. Essas pessoas chegavam à hospitaleira brasileira já no período colonial. E continuaram a vir ao longo do século XIX e XX. Em 1869, começou a migração em massa dos agricultores poloneses que, em busca de pão e de liberdade, povoavam os Estados meridionais do seu País.

Em consequência desses processos, o Brasil tem hoje o maior contingente de poloneses e seus descendentes na América Latina.

Sinto-me honrado e privilegiado por ter a oportunidade deste encontro com os representantes do Congresso Nacional do País, que acolheu e deu condições de vida a tantos poloneses, obrigados, infelizmente, a deixarem a sua pátria, a Polônia.

Quero avocar aqui a gratidão particular a memória dos camponeses poloneses que podiam começar nesta terra a sua vida nova. Hoje nos encontramos em tempos bem diferentes. O Brasil é uma das maiores economias do mundo e dispõe de enormes recursos naturais e humanos.

O Brasil também é um país que o mundo observa com muito interesse, devido a sua política econômica que conjuga os programas sociais espetaculares com os incentivos para os investidores.

A Polônia, por sua vez, é um país que, nos anos 90 do século XX, passou por uma transformação para uma economia do mercado depois da época do socia-

lismo. E que, em 2004, tornou-se membro da União Europeia. Esses processos possibilitaram uma grande modernização da nossa economia, favorecendo evidentemente a nossa sociedade. Hoje, a Polônia participa ativamente também na definição da política europeia.

Sem dúvida, como vimos até nesse filme, entre o modelo econômico brasileiro e europeu, há muitas diferenças, evidenciadas, entre outros, em prolongadas negociações entre a União Europeia e o Mercosul. Certamente, os setores da agricultura no Brasil e na Europa funcionam de modo diferente e há entre eles uma rivalidade. Lembrando, porém, que, mesmo com todas essas diferenças, nos une uma preocupação comum com a segurança alimentar do mundo, como podemos ver também nesse filme. A perspectiva do ano 2050 é de 9 bilhões de habitantes na Terra. É o que falamos ontem sobre a concorrência de plantas alimentares para combustíveis.

Nós não gostaríamos de comer os produtos plantados nos laboratórios, mas nos nossos campos. Eu gostei muito desse projeto de preservação dos recursos naturais no Brasil. O Brasil tem os maiores recursos de água potável no mundo: a Amazônia.

É importante que nós consigamos conciliar as questões econômicas e as questões ecológicas. E preservar o que nós recebemos da natureza.

Senhoras e senhores, espero também que a nossa cooperação prossiga. Tenho a consciência das diferenças entre as nossas economias, mas, como disse, todo mundo está olhando o Brasil e vocês estão uma quinta economia do mundo e nós somos um país menor, mas também vistos, no panorama da Europa, com investimentos na infraestrutura da agricultura.

A Polônia possui um dos mais modernos parques industriais tecnológicos na área de agricultura. Como único país na União Europeia que tem um produto positivo e o setor agrícola é o mais importante setor da nossa economia, principalmente o setor de laticínios e o setor suíno.

São Paulo tem 22 milhões, a nossa produção é menor, mas proporcionalmente muito significativa.

Estamos abertos para cooperação complementar que seja vantajosa para os dois lados. Nós estamos conversando com representantes do Governo, com os senhores e, depois, os empresários e investidores vão entrar para tratar das questões concretas.

As exigências da lei brasileira nós vamos cumprir, como as exigências sanitárias, por exemplo.

Gostaria de agradecer muito por este convite. Para mim e para a nossa delegação é uma enorme honra e prazer. Gostaria de convidar os senhores para que visitem o meu país.

Gostaria de agradecer por este encontro de hoje.

Sr. Presidente, estamos abertos para conversar, só se tiverem tempo para... Sobre a discussão das pequenas empresas e que assistimos aqui e também é o tema das nossas discussões e nossos debates no nosso Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradecemos por suas palavras, nós, da Comissão, e a população brasileira.

Lembro também que esta audiência está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado e pela Rádio Senado para todo o país, e a população brasileira nos acompanha atentamente.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

Na sequência, Senadores Moka, Casildo Maldaner e Suplicy.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Acir Gurgacz; nosso convidado de honra, Vice-Ministro da Agricultura da República da Polônia; Ministro Tadeuz; nosso amigo Embaixador Jacek; sou de um Estado que tanto quanto o Paraná, como apareceu nesse ilustrativo vídeo sobre a questão da preservação ambiental e o compromisso dos produtores brasileiros com essa sustentabilidade na produção de alimentos.

O meu Estado é o Rio Grande do Sul, que tem a mais polonesa das cidades brasileiras, que se chama Guarani das Missões. As escolas municipais de ensino fundamental ensinam a língua polonesa, porque essa é uma tradição que se mantém. E os sobrenomes das famílias são idênticos aos que apareceram no vídeo da Ocepar, tão bem elaborado pelos cooperativados e pelos dirigentes, que mostram uma agricultura moderna com preservação ambiental e pensando no futuro.

Então, eu queria apenas, nesta oportunidade, saudá-lo e dizer que também a imigração polonesa deu ao meu Estado, o Rio Grande do Sul, uma grande e valiosa contribuição nessa miscigenação étnica e racial que tanto contribuiu para o desenvolvimento do meu Estado, que é também é um grande produtor de alimentos e um Estado cuja cultura é marcada por essa democracia de uma convivência solidária.

Tive a honra e a felicidade de ter conhecido o seu país, não como Senadora, mas como jornalista, numa viagem oficial do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e fiquei impressionada. Mais tarde, já como turista, meu marido – falecido no ano passado – que conhecia muito a história mundial, tinha pelos poloneses – e eu aprendi com ele isso – um respeito muito grande porque a Polônia foi um país que sempre lutou com muita bravura. Desde o período imperial, até a Segunda Guerra Mundial, a Polônia deu um grande

exemplo de coragem para todos nós e também o que deixou de legado como Auschwitz, que é um lugar aonde todos devemos ir para que nunca mais aconteça aquilo que aconteceu naquele local.

Então, queria cumprimentar V. Exa. e dizer que o povo polonês tem um grande respeito e uma grande admiração.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora.

Antes de passar a palavra ao Senador Moka, anuncio que estamos organizando, Senadores, uma visita à Polônia em novembro – não é Embaixador? –, para a qual convido V. Exas. para conhecermos a Polônia, não apenas turisticamente, mas, agora, oficialmente através da Embaixada da Polônia e do governo polonês.

Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Vice-Ministro da Agricultura da República da Polônia, Sr. Tadeuz; Sr. Embaixador Jacek; Sr. Presidente Acir Gurgacz, quero só dizer da nossa honra e da nossa alegria por receber a delegação polonesa aqui, na Comissão de Agricultura do Senado. Entendemos que é importante essa visita. Tomara que possamos também visitá-los em novembro!

Sendo objetivo, quero dizer dessa questão de produtos lácteos, sobre a qual o Presidente já falou. Temos um problema. Presido, no Senado, a Frente Parlamentar do Cooperativismo. Recentemente, na sede da Organização das Cooperativas Brasileiras, os produtores brasileiros se depararam com um problema: recebemos muito leite, sobretudo, do Uruguai e da Argentina. Certamente, o Vice-Ministro e o Embaixador sabem que os produtos lácteos, leites e derivados, são os produtos mais protegidos mundialmente falando. Todo mundo quer exportar, mas ninguém quer importar. Realmente, é muito difícil exportar qualquer derivado lácteo.

Nós, brasileiros, enfrentamos um problema: o Brasil é um País continental, e, com qualquer mexida – é difícil traduzir o que estou dizendo –, com qualquer movimento que façamos em relação à melhoria genética do nosso plantel ou ao estímulo da produção de leite, inundamos nosso mercado interno. Essa é a verdade. Aí o nosso preço aqui deprime. Hoje, os produtores diziam que o custo do queijo mozzarella nas gôndolas do mercado é de R\$9,00 ou um pouco mais. E o custo de produção do produtor brasileiro é maior do que isso, porque há também o problema de carga tributária. Eu gostaria de dizer, exemplificando, dessa dificuldade.

Na fronteira – também vai ter dificuldade de traduzir isto –, começo de cantiga é assobio. Temos de começar a conversar. Vocês querem exportar leite

para nós, e, certamente, vamos ter outros produtos. O princípio é o de que a gente precisa estabelecer uma relação confiável, e a Polônia é um país com que os brasileiros têm, realmente, uma ligação importante. V. Ex^{as} perceberam os poloneses aqui, pelos quais temos uma estima muito grande no País.

Para ser objetivo, sejam bem-vindos! Vamos continuar conversando, que isso é importante. O Brasil tem de aumentar essa parceria com a Polônia, sim. Eu defendo publicamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Passo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quero cumprimentá-lo, Presidente Acir, bem como o Vice-Ministro da Agricultura da Polônia, Tadeuz; o nosso Embaixador da Polônia, o Sr. Jacek; os caros colegas do Senado e os participantes desta Comissão.

Vi, pelo demonstrativo que passou na tela, que o Ministro visitou o Estado de São Paulo e o Estado do Paraná. Deu para sentir de perto como funciona o agronegócio principalmente nesses dois Estados. Acho que é muito importante isso. Eu sugeriria, como catariense, que, em uma próxima viagem, o Ministro incluísse o Estado de Santa Catarina na sua visita. O nosso Estado tem muitas relações também com a Polônia. Lá há inúmeras comunidades polonesas. O Embaixador Jacek conhece alguns Municípios, como Itaiópolis, no norte do Estado. No sul de Santa Catarina, na região de Criciúma, são muito fortes as colônias polonesas.

Há três ou quatro anos, estivemos em Varsóvia, junto com o então Governador do nosso Estado Luiz Henrique da Silveira, que, hoje, é Senador. E, dentre os temas debatidos, e foram diversos, não só o do agronegócio e industriais, um destaque muito forte para a questão cultural, artístico e cultural da Polônia. O nosso Estado de Santa Catarina inclusive candidatou-se para trazer a escola Mazowse, escola artística da Polônia, para que houvesse uma escola dessas no Sul, mais especificamente em Santa Catarina, que ofereceria a logística. Santa Catarina tem hoje a escola Bolshoi, a única fora de Moscou, em Joinville, e procura também manter esse relacionamento com a escola artística de Mazowse, da Polônia.

Em todo caso, quero cumprimentá-los e dizer que, com relação ao nosso meio ambiente, no momento, estamos procurando trazer uma legislação moderna para o Código Florestal brasileiro. E o nosso conhecimento com o da Polônia eu acho que seria muito importante para nós nos aproximarmos.

Gostei, Presidente Acir, do que a Ocepar, do Paraná, apresentou no que diz respeito ao cooperativismo, às cooperativas do Paraná e a quem conserva, quem

preserva além da reserva legal, quem cuida, expondo inclusive aquele agricultor que preserva as nascentes. Ele mantém aves, mantém o oxigênio, vende água, pela natureza. Que essas preservações além do limite sejam compensadas. Eu acho que essa também é uma grande saída para nós no Brasil.

No mais, nossos cumprimentos pela vinda dos senhores ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo.

Consulto o Senador Eduardo Suplicy se gostaria de usar a palavra.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, Senador Acir Gurgacz, prezado Embaixador Jacek Junosza Kisielewski e Ministro Tadeusz Nalewajk, eu estava perguntado ao amigo polonês que nos visita como está a Polônia na Copa Europa de Futebol porque nós sabemos que temos algo comum com os poloneses, que é o amor ao futebol. Algumas vezes, a Polônia já pregou algumas surpresas à seleção brasileira e sempre foi um dos melhores times, mas, desta vez, Portugal e Espanha acabaram eliminando a Polônia, infelizmente.

Em São Paulo também temos uma colônia de poloneses. Sou Senador pelo Estado de São Paulo e tive amigos de ascendência polonesa. Estive na Polônia em 1962 e, depois, nos anos 80 e 90, para uma breve visita também. Ali inclusive tive a oportunidade de, certo dia, dialogar com Lech Walesa. E acompanhei de perto os acontecimentos de transformação da Polônia.

O Ministro Tadeusz mencionou que a Polônia agora tem um desenvolvimento em direção à economia de mercado, o que resultou em muitas transformações. Mas agradeço se puder pedir uma breve informação, Presidente Acir Gurgacz. Porque, a Polônia, ao mesmo tempo que caminha na direção de economia de mercado, eu acredito que deve ter instrumentos que visem também maior equilíbrio na realização de justiça e de cuidado social. Se puder, que o Ministro ou o Embaixador nos fale brevemente sobre os instrumentos que buscam, ao mesmo tempo, a realização do desenvolvimento econômico, a economia de mercado. Que instrumentos são utilizados hoje na Polônia para se garantir o bem-estar de toda a população e certo equilíbrio socioeconômico entre todos?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Também faço uma pergunta ao Ministro, com relação ao consumo de carne bovina na Polônia. Nós temos a informação de que a Polônia importa carne bovina. Isso é fato? E se existe a possibilidade de im-

portar essa mercadoria do Brasil. Se sim, o que hoje está impedindo para que nós possamos avançar nesse comércio entre Brasil e Polônia?

O Senador Casildo deseja fazer mais alguma pergunta?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu apenas gostaria de justificar a saída dos dois colegas, do Senadores Moka e da Senadora Ana Amélia. Eles estão se dirigindo ao Palácio do Planalto porque, agora, às 10 horas, será feito o lançamento do Plano Safra 2012/2013, no Brasil. É uma grande perspectiva. Lá estará o Ministro da Agricultura, com a Presidente da República, para lançar o Plano Safra. Por isso eu gostaria de justificar a saída deles. Naturalmente, logo depois, quando nós concluirmos aqui, haveremos de nos deslocar também para lá. Nós, brasileiros, aguardamos o Plano Safra 2012/2013 com grande expectativa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Muito bem lembrado, Senador Casildo. Obrigado por sua colocação.

Passo a palavra ao Ministro da Agricultura da Polônia.

O SR. TADEUSZ NALEWAJK (*Tradução simultânea.*) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de agradecer muito as palavras simpáticas dirigidas a nós, a nosso país, aos brasileiros de origem polonesa no Brasil. Nós temos a intenção, como conversamos no Estado do Paraná e no de São Paulo também, onde estão as colônias polonesas, de organizar o Dia Polonês, para, no contexto de outra comemoração... A minha região é Mazóvia, que corresponde a um Estado brasileiro.

Outra questão, senhores, é a de assegurar as condições sociais na situação da economia de mercado. Os programas sociais do Brasil são um exemplo importante para nós. A questão são as possibilidades econômicas e financeiras do nosso país.

Hoje, o consumo de carne na Polônia é de 70 quilogramas *per capita*. Mas de carne bovina só 2,5 quilos. A nossa tradição é o consumo de carne suína. Nos últimos anos, vivemos a explosão de produção de frango. Somos o terceiro ou quarto país na Europa quanto à produção de frango.

O Brasil, há algum tempo, bloqueou a importação de carne suína da Europa. Essa questão precisa ser tratada entre o Mercosul e a União Europeia. Em 2002, nós tivemos um superávit de venda de carne bovina, que exportamos para a Turquia, por exemplo. Mas agora a exportação diminuiu. Na Polônia, agora, está se desenvolvendo a produção da carne bovina.

O Brasil tem cerca de 200 milhões de... Nós estamos interessados, sim, na importação da carne bovina porque nós produzimos muito pouco e o consumo está aumentando.

Gostaria de convidar o Sr. Presidente para visitar a Polônia. Vamos tentar mostrar a vocês a nossa agricultura, nossa realidade também no nível dos produtores concretos. Também temos problemas com pequenas propriedades. No Brasil, pequenas propriedades são as de 50 hectares, mas a nossa média é de 10 hectares.

Aqui, subsídios são dirigidos às pequenas propriedades, porque, para as grandes, é sempre mais fácil. Nós também temos problemas muito semelhantes. Hoje, a modernização da nossa agricultura depende de meios da União Europeia. E nossa modernização agora está numa fase muito dinâmica. E nós... Nosso produto ainda é bem visto no exterior. Nossos preços são ainda melhores.

Estamos aqui dispostos a conversar e a tratar das questões concretas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – ...a evolução que houve na Polônia nos últimos anos. A economia polonesa cresceu e hoje é um dos mercados de maior ascendência na Europa. Várias fábricas estão saindo dos países originais, como Estados Unidos e França, e se deslocando para a Polônia, em busca de uma produtividade maior. E sabemos da competência do povo polonês em produzir, em trabalhar. Para nós, realmente, é uma satisfação poder estreitar os laços da economia Brasil/Polônia. Além do que já temos na questão cultural, é importante que possamos avançar também no bolso, na economia dos dois países.

Eu pergunto à equipe que acompanha o Vice-Ministro se alguém gostaria de fazer uso da palavra, de fazer alguma colocação. E peço para o Embaixador pronunciar o nome, para que eu não seja indelicado com os nossos visitantes.

Pois não, por favor, Sr. Ministro.

O SR. TADEUSZ NALEWAJK (*Tradução simultânea.*) – Senhoras e senhores, uma questão muito importante, quanto à aproximação entre nós, vai ser a visita do nosso Ministro do Exterior, que ocorrerá no outono.

Depois da transformação da Polônia, cerca de três milhões de empresas foram criadas. Nós já temos empresas próprias polonesas, que já funcionam há mais de vinte anos e que, em boas condições, poderiam também instalar as fábricas no Brasil. Já temos empresas polonesas capazes de criar filiais no Exterior.

A Polônia recebe as empresas e também é procurada pelas empresas estrangeiras, devido a incentivos fiscais e devido à segurança econômica.

Nós sabemos que o Brasil preserva o seu mercado, e nós respeitamos isso, mas também estamos dispostos a instalar aqui as nossas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Embaixador, nós, então, vamos anunciar...

Embaixador, eu digo Vice-Presidente da Autoridade Sanitária Veterinária?

O SR. JACEK JUNOSZA KISIELEWSKI – Sim.

Sr. Jaroslaw Naze, vice-representante do Serviço de Defesa Sanitária Veterinária; Sr. Tomasz Kobierski, vice-presidente da Feira Internacional de Poznan; Sr^a Bozena Czaja, membro do Conselho da Agência de Informação e dos Investimento Estrangeiros (AIIE); Sr. Andrzej Luszczewski, presidente da Agência do Mercado da Agricultura e Pecuária; Sr^a Anita Szczykutowicz, diretora do Departamento de Promoção e Comunicação; e Sr^a Monika Tyska, vice-diretora do Departamento da União Europeia e Cooperação, do Ministério da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Eu pergunto se algum dos senhores ou das senhoras gostaria de fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Creio que não, não é, Embaixador?

O SR. JACEK JUNOSZA KISIELEWSKI – Acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, está bem.

Eu consulto também o Embaixador se gostaria de fazer alguma colocação, para concluirmos os nossos trabalhos.

O SR. JACEK JUNOSZA KISIELEWSKI – Naturalmente, gostaria de agradecer este convite e dizer que, na nossa opinião, a Polónia vive agora o melhor período na sua história, especialmente do ponto de vista da economia. Nos últimos vinte anos, não houve interrupção no crescimento econômico, mesmo nos anos da crise econômica mais profunda. Então, é um momento muito bom para oferecer a cooperação para o nosso grande parceiro, o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Embaixador Jacek.

Mais uma vez, cumprimentando o nosso Ministro Tadeusz Nalewajk, queremos dizer que aqui torcemos muito para o sucesso da economia polonesa, eu principalmente, por ser descendente da Polónia. À distância, torcemos e queremos contribuir para que

a economia polonesa possa crescer cada vez mais, juntamente com o Brasil.

A influência, volto a dizer, da Polônia aqui no Brasil é muito forte: na agricultura, na indústria. Nós temos uma história comum muito forte, muito presente no nosso dia a dia. Queremos ampliar aquilo que for possível.

Quero que V. Ex^a leve esta mensagem nossa à Polônia: que nós aqui, da Comissão de Agricultura, estamos à disposição desse intercâmbio comercial entre os dois países.

Entendemos que, quando uma negociação acontece, ela tem que ser boa para os dois lados, para os dois países. Isso sempre aconteceu entre Brasil e Polônia. Nós aguardaremos com muita honra a visita do Ministro das Relações Exteriores ao Brasil e vamos estar juntos com toda a comitiva, acompanhando. E damos também o nosso apoio para que cresça sempre essa economia, essas relações entre os dois países.

Então, leve essa mensagem, Sr. Ministro. Agradeço imensamente a sua presença, a sua deferência de vir aqui à nossa Comissão de Agricultura falar aos nossos Senadores e também à população brasileira que nos assiste pela TV Senado, que nos acompanha em todo o Brasil, também pela Rádio Senado. Passo a palavra a V. Ex^a para suas considerações finais.

O SR. TADEUZ NALEWAK (*Tradução Simultânea.*) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, gostaria ainda de mencionar a Eurocopa 2012. Sim, eu disse que, do ponto de vista do esporte, nós não tivemos sucesso, mas, como organizadores, acho que nós tivemos sucesso. Há sempre um problema se um país consegue preparar a tempo, organizar a copa, e não preciso explicar para o Brasil as questões já ditas acerca do futebol, não foi uma vez que nós perdemos com o Brasil. Nós também acompanhamos os preparativos para as Olimpíadas no Brasil. Nós temos consciência de que a Polônia não teve sucesso nos jogos, mas podemos ter a satisfação de ter conseguido preparar a Eurocopa.

Eu espero que esse encontro vá contribuir para a aproximação entre nossos países, entre nossas economias.

Muito obrigado por esse encontro que nós tivemos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 11 minutos.)

ATA DA 20ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 3 DE JULHO DE 2012.

Às quinze horas do dia três de julho de dois mil e doze, no Plenário 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, em exercício, do Senador **WALDEMIR MOKA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **ANTONIO RUSSO, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, BLAIRO MAGGI e WELLINGTON DIAS**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Delcídio do Amaral, Zezé Perrella, Rodrigo Rollemberg, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento e Sérgio Petecão. O Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, em exercício, informa que a presente reunião tem como objetivo **a Visita de parlamentares da Federação da Rússia**, com finalidade de intensificar o diálogo entre os parlamentares dos dois países, sobre temas do agronegócio, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Senador **Gennady A. Gorbunov** – Membro da Comissão de Política Agrária e Alimentar da Federação da Rússia; Exmo. Sr. Senador **Sergey V. Belousov** – Membro da Comissão de Política Agrária e Alimentar da Federação da Rússia; Exmo. Sr. Senador **Vagiz V. Mingazon** – Membro da Comissão de Política Agrária e Alimentar da Federação da Rússia; Sr. **Enio Antonio Marques Pereira** – Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **SDA/ MAPA**; Sr. **Lino Luiz Motta Santo Colsera** – Diretor do Departamento de Negociações Sanitárias e Fitosanitárias da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – **DNSP/SRI/MAPA**. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senadores(as) Waldemir Moka, Ana Amélia, Casildo Maldaner, Antonio Russo, Sérgio Souza e Blairo Maggi. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra

das notas taquigráficas. – **Senador Waldemir Moka**, Presidente, em exercício, da Cra.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Declaro aberta a 20ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à visita de Parlamentares da Federação da Rússia, composta pelos Exmos. Srs. Senadores Gennady Gorbunov, Presidente da Comissão de Política Agrária e Alimentar da Rússia; Senador Sergey Belousov, membro da Comissão de Política Agrária e Alimentar da Rússia; e Senador Vagiz Mingazon, membro da Comissão de Política Agrária e Alimentar da Rússia. Contamos também com a presença do Sr. Enio Antonio Marques Pereira, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e também do Sr. Lino Luiz Motta Santo, Diretor do Departamento de Negociações Sanitárias e Fitossanitárias da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Eu pediria ao Sr. Lino Luiz que também tomasse assento à mesa.

Informo que houve um contato dos Srs. Senadores com o Ministro da Agricultura e que eles manifestaram, uma vez que são Parlamentares, o interesse de manter contato aqui no Congresso com Senadores que tenham afinidade com o setor. Evidentemente, esses Senadores são os membros da nossa Comissão de Agricultura, imagino, semelhante à Comissão hoje presidida pelo Senador Gennady.

Eu quero informar aos Srs. Senadores que vou passar a palavra para que possam se manifestar. Nós teremos uma tradutora, que procurará, evidentemente, traduzir a fala dos Srs. Senadores. Logo em seguida, vou passar a palavra ao Sr. Enio Marques, que, certamente, nos relatará como foram as negociações e a visita dos Srs. Senadores ao Ministro da Agricultura. Em seguida, deixaria a palavra aos Srs. Senadores para fazerem algum questionamento ou algum comentário.

Temos aqui a presença de técnicos da Confederação Nacional da Agricultura. Logo depois da fala dos Senadores, eu gostaria que tivéssemos uma explanação do Sr. Décio Coutinho, que falará sobre a nossa estratégia, sobre o nosso plano de rastreabilidade. Eu acho seria interessante que os Senadores tenham uma ideia de como tratamos aqui a questão da origem da carne bovina ou suína, mas especificamente da nossa carne de boi. Hoje, dentro da Confederação Nacional

de Agricultura, há um planejamento nacional de que gostaríamos que os Srs. Senadores pudessem ter conhecimento.

Eu gostaria de perguntar se os Senadores querem assistir antes ou se preferem falar.

Eu prefiro que os senhores falem até para que tenhamos uma idéia do que...

Com a palavra o Senador Gennady Gorbunov, Presidente da Comissão de Política Agrária e Alimentar da Rússia.

V. Exª tem a palavra.

O SR. GENNADY GORBUNOV (*Tradução por profissional habilitado*) – Prezados senhores, prezados colegas, prezados membros da Comissão, eu gostaria de agradecer ao Senador Moka por ter nos recebido aqui nesse formato tão amplo.

Como o Senador Moka já tinha falado, a Rússia e o Brasil têm grande interesse em desenvolver cooperação na área de agricultura.

Eu acho que os nossos contatos futuros serão baseados nos entendimentos acordados na última reunião dos nossos Chefes de Estado e na área de agricultura também.

O nosso Comitê, no Conselho da Federação da Rússia, é chamado Comitê Agroalimentício e de Aproveitamento de Recursos Naturais.

Com a chegada da nova Chefe do Conselho da Federação da Rússia, a Srª Matvienko, nós tivemos certas alterações na estrutura da Câmara Alta e, ao invés de 27 Comissões e Comitês, nós agora temos dez.

A nossa Câmara Alta do Parlamento é formada por dois representantes de cada Estado sujeito à Federação da Rússia; um deles é do Poder Legislativo e o outro, do Poder Executivo, e são eleitos para cinco anos.

O Conselho da Federação da Rússia também é chamado de Câmara das Regiões. A nossa tarefa principal no Conselho da Federação é proteger os interesses das regiões. Quanto ao nosso comércio agroalimentício, a nossa principal tarefa é defender os interesses dos agricultores, dos produtores na área de petróleo e gás, na área de manejo de água, ecologia e biorecursos.

Como o nosso estado, a federação da Rússia é um estado bem novo e o parlamento é bem novo temos muita coisa para conhecer e aprender de outros estados e temos muita coisa para aprender do Brasil. Acho que o Brasil também tem que aprender muito da Rússia, especialmente é do nosso interesse da nossa visita ao Brasil aprender um pouco da formação da base legislativa do Brasil.

Queria apresentar mais uma vez os meus colegas Senadores Sr. Belousov, que representa no conselho da federação a região de Altai, que é uma

região muito bem conhecida pela produção agrícola, especialmente trigo.

O Senador Mingazon, que representa no conselho da federação a república Tatarstan, que é uma das principais repúblicas de produção alimentícia e onde nós praticamos os métodos e os mecanismos mais modernos e onde usamos tecnologias mais novas na área de agricultura.

Queria sublinhar mais uma vez que o objetivo principal do conselho da federação da Rússia é defender os interesses das regiões. Nenhum ato legislativo no conselho é aprovado sem a consideração da região.

Estamos muito contentes pelo êxito do Brasil na área de agricultura nos últimos anos e, conforme nossa reunião, no Ministério da Agricultura do Brasil, queremos sublinhar que temos grande interesse em desenvolver a cooperação na área de agricultura com o Brasil.

Eu queria pedir desculpas por essa palavra de início bem prolongada, mas acho que no decorrer de nossa reunião vamos ter oportunidade para trocar opiniões e para indicar rumos de cooperação e para discutir esses rumos de cooperação entre o Brasil e a Rússia no área de agricultura.

Gostaria de agradecer a todos pela atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Quero agradecer ao Senador Gennady e perguntar se gostaria de passar a palavra para os outros dois Senadores.

Não há necessidade.

Se o Plenário concordar, gostaria que o Sr. Décio Coutinho falasse devagar para que ela pudesse fazer a tradução, mas é importante que eles tenham uma noção do nosso sistema, de como funciona a rastreabilidade no Brasil.

Com a palavra o Sr. Décio Coutinho, que é Coordenador Executivo da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil, a nossa CNA.

O SR. DÉCIO COUTINHO – Boa tarde Waldemir Moka, sejam bem-vindos os Senadores do governo russo. A questão da rastreabilidade no Brasil vem sendo discutida e tratada, nos últimos anos, com muito empenho por parte da administração brasileira e do setor produtivo brasileiro em função do grande potencial que o Brasil possui, principalmente no setor de carnes.

Essa apresentação vai ser bastante pontual no que diz respeito ao setor de carne bovina, envolvendo bovinos e búfalos. Em novembro de 2009, o Brasil passa a ter a sua primeira legislação que diz respeito especificamente à rastreabilidade da carne bovina e da carne de búfalos. Essa legislação teve como grande objetivo e tem como grande objetivo ordenar o sis-

tema de produção dessa *commodity* e apresentar as respectivas garantias aos países importadores e ao mercado consumidor local brasileiro.

Para que isso fosse consumado, o Governo brasileiro, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, realiza um termo de cooperação técnica com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, para construção de um instrumento que passou a se chamar plataforma de gestão agropecuária, que tem como objetivo ordenar as diversas informações em um único ponto, para que as garantias sejam dadas aos países importadores.

A primeira lâmina, por favor.

Então é uma plataforma informatizada, que tem como principal objetivo...

Próximo.

Entre as suas principais características e benefícios, o primeiro deles é a integração entre as 27 bases existentes no Brasil, sendo uma de cada um dos Estados da Federação brasileira.

Próximo.

A segunda: agilidade na obtenção de informações.

Próximo.

A interligação entre os diversos elos da cadeia. Esta é uma das principais características, porque esta plataforma foi construída levando em consideração que cada representante do elo da cadeia seja responsável pelas suas informações e pelo lançamento dessas informações na respectiva base.

Próximo.

Transparência – um dos principais pontos que a plataforma passa a oferecer.

E dentro da transparência, um dos principais itens é a credibilidade dos nossos produtos.

O principal ponto dessa plataforma é a formação de uma base de dados única.

Base esta que vai reunir todas as 27 bases de dados das 27 unidades da Federação, a base de dados corporativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e uma pequena base de dados da própria plataforma, para o seu autofuncionamento.

Ela é formada por três módulos distintos, mas interligados: um módulo de gestão de trânsito animal, que tem como principais pontos o controle *on-line* de todo o trânsito de animais no País e a melhoria da capacidade de fiscalização do trânsito desses animais.

A gestão das normas para exportação de produtos e subprodutos de origem animal e a gestão de episódios, a gestão do controle da emissão dos documentos com a possibilidade da interrupção caso haja a necessidade do impedimento da emissão de documentos de trânsito, no caso de algum episódio zoonosológico.

O SR. (Orador não-identificado) – Se tiver algum tipo de ocorrência, algum tipo de foco.

O SR. DÉCIO COUTINHO – E a universalização da emissão de guia de trânsito de forma eletrônica, em que todas as guias de trânsito, de todas as espécies animais, no País, serão emitidas de forma eletrônica e sendo transportadas as informações para essa base de dados única.

Essa é a situação atual da gestão de trânsito. A gestão é de responsabilidade de cada um dos Estados da Federação.

Nós temos sistemas informatizados diferentes que não estão interligados entre eles e alguns Estados da Federação ainda não o fazem de forma informatizada.

Com a implantação desse módulo de gestão de trânsito, que está, neste momento, na sua fase de implementação, nós teremos Estados emitindo seus documentos, transferindo essas informações para a plataforma de gestão da agropecuária e Estados que estarão emitindo esses documentos diretamente, já dentro da plataforma de gestão agropecuária.

Próximo.

A partir da implementação desse módulo, nós teremos que a gestão continua sendo estadual, os sistemas informatizados diferentes, mas interligados via plataforma de gestão, e todos os Estados emitindo de forma eletrônica.

Dos 27 Estados da Federação, nós já temos, hoje, 19 Estados transmitindo as suas bases de dados para a plataforma, e a plataforma entregue, neste momento, o módulo de gestão de trânsito. Estamos em fase de implementação do módulo de gestão de trânsito. Estamos em fase de implementação do módulo de rastreabilidade individual porque o de gestão de trânsito é o que trata da rastreabilidade coletiva e, depois, do serviço de inspeção federal, ou seja, do trabalho feito dentro das indústrias.

E, dessa forma, teremos dentro da plataforma o controle da movimentação de trânsito, a identificação que passa a ser única de cada propriedade brasileira, todos os registros sanitários, rastreabilidade coletiva, rastreabilidade individual e os protocolos que são os acordos feitos entre os respectivos países compradores dos nossos produtos.

Dessa forma, os dois grandes resultados esperados, governos e produtores como mesmo objetivo e a retomada dos níveis de exportação de carne bovina do Brasil para os nossos países compradores.

Senador Presidente, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço ao Sr. Décio Coutinho. É claro que eu pedi ao Décio que fosse uma apresenta-

ção bastante sintetizada até pelo aproveitamento da audiência.

Quero passar a palavra agora ao Sr. Enio Marques que representa aqui o Ministério da Agricultura para que ele fizesse algumas considerações e colocasse os Srs. Senadores a par dessa visita e se tem alguma informação do Ministério da Agricultura.

O SR. ENIO MARQUES – Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje cedo o Ministro Mendes recebeu a delegação da alta câmara da Rússia, oportunidade em que se fez uma breve passagem sobre as questões atuais e os desafios que ambos os países tem em matéria de agricultura.

O Senador Gorbunov aproveitou para trazer as recomendações do atual Ministro da Agricultura que está muito empenhado em manter a cooperação, até então ajustada com o Brasil.

A delegação da Câmara Alta chegou ao Brasil ontem, fez uma visita à Embrapa onde teve a oportunidade de conhecer um pouco da estratégia das políticas nacionais em relação à pesquisa e desenvolvimento para a área agrícola. Ontem também teve um contato com a nossa equipe de política agrícola e que também lhes passou como é que o Brasil funciona em matéria de apoio ao setor agrícola com informações também sobre o Plano Agrícola e Pecuário recém-lançado.

Brasil e Rússia tem uma relação comercial recente. Nós temos uma pauta bastante complementar nessas relações e, no ano passado, tivemos um problema em que três Estados do Brasil: Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso foram suspensos pelas autoridades russas.

Nós tivemos vários encontros com as autoridades sanitárias russas, procurando equacionar as diferenças de ponto de vista na interpretação das regras da união aduaneira, de tal modo a, o mais rápido possível, encontrarmos uma maneira de convivência.

Nós convidamos o serviço russo a fazer uma nova vistoria no Brasil. Estamos aguardando a confirmação de data e a confirmação dos lugares dos pontos a serem visitados. Nós esperamos, o mais rápido possível, a vinda dessa missão, a continuidade dos entendimentos e o equacionamento dessas diferenças de ponto de vista na aplicação das regras russas, em especial nesses três Estados.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu pergunto ao Presidente se ele quer fazer algum comentário a respeito da explanação do Dr. Enio porque vou passar, logo em seguida, aos questionamentos, a algum comentário dos Srs. Senadores.

O SR. GENNADY GORBUNOV (*Tradução por profissional habilitado*) – Nós estamos cientes desse

problema e nós estamos um pouco insatisfeitos porque soubemos que o Ministro Mendes é oriundo de um desses Estados.

Nós pedimos desculpas, mas eu queria assegurar aos senhores que não há nenhum motivo político nesse problema. Toco somente nas divergências quanto aos requerimentos, quanto às importações da produção agrícola nos nossos países.

Os nossos requerimentos são especialmente rígidos no que toca aos produtos transgênicos quanto à alimentação de gado. Mas estamos agora no processo da entrada na OMC e sei que o processo de harmonização de normas está em uma fase muito ativa. Espero que no momento da chegada da delegação da Rússia do Brasil em julho esse problema vai ser resolvido.

Durante a nossa reunião com o Ministro Mendes combinamos que, quando voltarmos para Moscou, vamos falar com o nosso Ministro de Agricultura com o objetivo de tentar procurar resolver esse problema o mais rápido possível.

Nos últimos anos conseguimos resolver o problema de abastecimento da população pela carne de ave, carne de porco só que ainda enfrentamos o problema com a carne bovina e temos um grande déficit e, por isso, estamos muito interessados em resolver essa questão com a parte brasileira.

Nós esperamos que esse problema seja resolvido de maior parte por parte brasileira, que esse déficit da carne bovina na Rússia vai ser resolvido com a participação maior da parte brasileira.

Eu estou seguro que nem os Senadores do Brasil, nem os Senadores da Rússia não são indiferentes ao problema de como alimentamos a nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka Bloco/PMDB – MS) – Agradeço e, de imediato, vou passar a palavra...Fiz uma ordem pela chegada dos Srs. Senadores e consulto o Plenário e os Srs. Senadores se posso seguir por essa ordem.

Então, com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Presidente Moka, me estendo na saudação ao Senador Gorbunov e aos demais colegas da Rússia.

Eu acho que a amizade deve haver. Aqui, nós, às vezes entre os partidos políticos também convivemos em harmonia no Brasil.

Caros Colegas, eu ouvi a exposição que o Décio fez do rastreamento, da rastreabilidade do gado aqui no Brasil e diria – que ele me ajude ou o Enio do Ministério da Agricultura e também o Lino Luiz – que também já começamos a realizar uma rastreabilidade na suinocultura e avicultura em Santa Catarina.

Eu sei que hoje enfrentamos também, como outros Estados, na suinocultura alguns problemas em

relação à Rússia e que temos uma expectativa de que também tenhamos uma solução breve em relação a isso.

Santa Catarina é o Estado a que pertencemos e o nosso Estado está fora, é livre vacinação de aftosa e há rastreabilidade em relação a isso, mas para concluir espero, como disse o nosso Senador Gorbunov, que nesse mês, quando a missão da Rússia venha para o Brasil, a missão do governo russo, do Ministério da Agricultura, se encontre uma solução. Podemos reativar e, como se diz, que aconteça o mais breve possível essa perestroika, essa abertura como houve também no país.

Esses são os nossos votos.

O SR. GENNADY GORBUNOV (*Tradução por profissional habilitado*) – É claro que nós na Rússia, assim como no Brasil temos essa divisão entre o Poder Legislativo e o Executivo e quem virá em julho serão representantes do Poder Executivo e nós não podemos resolver o problema, mas vamos fazer todo o possível da nossa parte para tentar resolver esse problema.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Gracias.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Passo a palavra ao Senador Antonio Russo, pela ordem de chegada.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Em respeito aos meus amigos Senadores eu vou falar português porque o meu Russo é de origem italiana. Não é russo.

Queria agradecer aos amigos Parlamentares da Rússia. Com essa visita nós nos sentimos muito honrados. E sobre tecnicamente o que o Brasil apresenta já temos uma apresentação do Dr. Décio Coutinho, Dr. Enio Marques e o Dr. Lino Luiz que, afinal de contas, são as maiores autoridades técnicas do País.

Eu vou entrar no assunto comercial porque vamos precisar muito dos senhores na ação da nova fase da Rússia a partir de 2008 porque nós sabemos que, de 2008 para cá, as compras da Rússia, todas elas, para a iniciativa privada. Ele me confirma isso. (*Pausa.*) E até então nós fazíamos a venda para a Rússia de governo/empresa privada para governo. Defendendo aquilo que o Sr. Gorbunov falou em defesa das regiões há um crescente movimento de compra de empresas russas a empresas brasileiras.

Nós, aqui no Brasil, como o senhor viu, estamos fazendo um trabalho em todo o País e estamos vendo que está aflorando na Rússia grandes compradores e o que está acontecendo no Brasil é que estamos tendo grandes fornecedores. Nós exportamos, no ano passado, um bilhão de dólares para a Rússia e 80%

dessa exportação foi de três frigoríficos, três plantas frigoríficas.

Com isso nós estamos fortalecendo muito algumas empresas nacionais e os senhores estão formando também grandes empresas compradoras. Um dos motivos que me leva a pedir com urgência, realmente um trabalho dos senhores é para os Estados de Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul porque temos muitos fornecedores pequenos e médios que não estão tendo a oportunidade de trabalhar com os grandes compradores que estão se formando dentro da Rússia.

Nesses três Estados, como em outros Estados, existem muitos pequenos e médios fornecedores também. Para não concentrarmos isso, cada vez mais nas mãos de poucos, gostaríamos dessa abertura com bastante urgência, percebendo que Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, além de tradicionais fornecedores, têm um controle muito grande, como São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul. Isso nos daria uma amplitude de fornecimento e poderíamos encaixar os pequenos e médios produtores também nesse comércio.

Estaremos também, aqui, no Senado, defendendo toda e qualquer reivindicação da Rússia, como essa agora do pescado, trigo e agrodefensivos. Infelizmente, o navio de agrodefensivo é US\$20 mil e um contêiner de filé *mignon* é US\$500 mil. Então, são diferenças que realmente fazem a balança ficar um pouco desequilibrada.

Muito obrigado.

O SR. GENNADY A. GORBUNOV – (*Tradução por profissional habilitado.*) – Quanto ao problema de poucas grandes empresas na Rússia que importam a produção do Brasil, digo que temos, na Rússia, o sistema de quotas para importação de carne. E quem recebe essas quotas são empresas que têm direito de realizar atividades de comércio exterior. Entre essas empresas que têm esse direito, temos certa separação por países. E talvez essas três empresas grandes que o senhor mencionou, que têm os 80% da exportação do Brasil, tenham direito de realizar negócios com o Brasil.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – É porque essas empresas têm filiais em outros Estados. Então, se um comprador da Rússia quiser comprar uma carne de Mato Grosso, ele consegue comprar do Brasil, mas a carne é exportada por Goiás, é exportada por São Paulo e não é exportada pelo comprador. Então, o que está acontecendo? Não criamos novas firmas, como eles lá, nas quotas. Só os grandes estão pegando as quotas. Então, precisamos dar uma abertura para os pequenos e médios, tanto do lado de lá, como do lado de cá.

Deu para entender?

O SR. GENNADY A. GORBUNOV – (*Tradução por profissional habilitado.*) – Estamos seguindo em frente, passo a passo, para dar esse acesso de atividade de comércio exterior para pequenas e médias empresas. Só que o que também cresce é a qualidade, então, vamos, passo a passo, conseguir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia **A SRA. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – “*Spasiba*”. Gennady Gorbunov. Pronto, acabou meu russo. “*Spasiba*, tavaristch [camarada] Gorbunov”.

Eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar a representação da federação russa que nos visita, e dizer que estamos aqui, do ponto de vista político, com a representação parlamentar da federação russa e a representação parlamentar do Senado brasileiro na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, tratando politicamente de questões que dependem do Poder Executivo.

Eu sou de um Estado que está na lista – espero que não seja negra – das restrições que a Rússia impôs no caso da carne, que é o Rio Grande do Sul. É um Estado semelhante ao do Senador Mingazon, ou seja, um Estado que aplica tecnologia de alta produção, rastreabilidade, agricultura de alta precisão. É um Estado muito avançado nesse setor não só nesse aspecto de qualidade, mas de preservação ambiental com manejo de produção agrícola com plantio direto na palha – não sei se a Rússia aplica – com curva de nível, com reservas legais e ambientais, de uma lei muito rigorosa na área ambiental, que o Brasil está agora, o Senado, apreciando. Hoje o Brasil não faz nenhuma restrição, não há nenhum embargo de produtos agropecuários vindos de outras partes argumentando essa diferença na questão ambiental.

O Brasil não faz nenhuma restrição, não faz nenhuma exigência ou nenhuma barreira não tarifária, já que a questão ambiental é uma barreira não tarifária.

Para encerrar, eu queria dizer que fiquei muito, digamos, confortada com a declaração do Gorbunov, de que vai levar tudo o que ouviu aqui da conversa com o Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, do meu Estado, e do que ouviu dos Senadores para o conhecimento do governo russo. E eu gostaria de tê-lo como embaixador do Rio Grande do Sul nesta questão, defendendo os interesses do meu Estado e do Brasil, particularmente do meu Estado, e gostaria de dizer também que a delegação russa está convidada para, depois de vencida a etapa dessa barreira, depois de superada essa barreira, de visitar o meu Estado para comer o melhor churrasco do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka Bloco/PMDB – MS) – Passo a palavra ao Senador Sérgio Souza, do Estado do Paraná.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Senadores, em especial à delegação russa do Senado Federal que nos visita na tarde de hoje. Para nós, é uma satisfação termos vocês aqui para indagá-los sobre um problema que muitos, principalmente, o setor produtivo de carnes, vem nos questionando cotidianamente.

Já tivemos a oportunidade de, por mais de uma vez, estarmos no Ministério da Agricultura do Brasil, tratando desse assunto, desse embargo russo à carne brasileira ou a suspensão de alguns Estados brasileiros. Também já tivemos a oportunidade de nos reunir com o Embaixador russo, Embaixador Sergei, meu xará. Ainda assim, percebemos que há dificuldades na liberação dessa suspensão de alguns Estados brasileiros, inclusive o Paraná, que é o meu Estado, Santa Catarina, enfim, Estados do sul, que são os maiores produtores e que têm, com toda tranquilidade, a sanidade animal como topo da primazia pela qualidade da produção.

Nesses últimos tempos, em face dessa restrição à carne nesses Estados, nós, Senadores, temos ouvido muitas justificativas. Uma delas seria que a Rússia, por uma posição comercial e também política, deu preferência a um acordo de quotas com os Estados Unidos da América e com a União Européia na condição de esses países e a união dos Estados europeus apoiarem a Rússia na entrada da OMC.

Eu, como Parlamentar, respeito posições como essa. No entanto, no Brasil estamos na iminência do setor de suinocultura, e ações como essa agravam ainda mais a nossa produção ou assolam uma crise nesse setor, que é um dos setores que mais empregam no Brasil.

Sr. Presidente, para finalizar, eu gostaria de dizer que a Rússia, em relação ao Brasil, está no mesmo patamar de importância econômica, inclusive, em desenvolvimento. Tanto é que uma sigla criada nos últimos tempos contempla Brasil e Rússia: BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, todos colocados no mesmo patamar “em desenvolvimento econômico”. Eu gostaria, mais uma vez, de agradecer a presença de cada um dos membros do Senado russo aqui, no nosso Parlamento, e espero que, no mês de julho deste ano, o desenrolar da suspensão do comércio de carnes desses Estados com a Rússia esteja resolvido para que possamos avançar também em outras questões que dependem do Governo brasileiro e também do governo russo. Muito obrigado.

O SR. GENNADY A. GORBUNOV – (*Tradução por profissional habilitado.*) – Eu queria expressar minhas dúvidas quanto às quotas de carne que foram transferidas do Brasil para os Estados Unidos e União Europeia.

Sou membro da comissão do governo para questões de agricultura, chefiada pelo Vice-Presidente do governo. Sei que, nos quadros desta comissão, realizamos trabalhos para reduzir quotas de importação de carnes de aves dos Estados Unidos. Estamos reduzindo cada vez mais, mas quando chegarmos a Moscou vamos verificar essa situação.

Os senhores sabem que as nossas relações, tanto com os Estados Unidos quanto a União Europeia, na questão de alimentação, não estão em patamar bem alto.

Infelizmente, para nós, para a Rússia, ainda enfrentamos esse problema de déficit de alimentação de carne. Queríamos muito preencher essa lacuna com produção de alta qualidade, que é o Brasil.

É claro que os senhores sabem que, para aumentar os volumes de produção de carne suína e de carne de aves não precisa muito tempo, mas, para aumentar a produção de carne bovina, precisamos de muito tempo, pelo menos dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka Bloco/PMDB – MS) – Está aqui o representante da agricultura familiar aqui, no Brasil, um dos maiores produtores de soja do País.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Cumprimento a todos, Sr. Presidente, Senadores, dou boas-vindas aos Senadores da federação russa, que estão aqui conosco. Espero que as autoridades brasileiras bem como a sua passagem pela Comissão de Agricultura do Senado Federal sejam profícuas, espero que sejam de grande camaradagem.

Aproveito a oportunidade para agradecer aos Srs. Senadores. Eu tive oportunidade de, em 2008, como Governador do Estado de Mato Grosso, fazer uma visita à Rússia. Fiz vários contatos com o Governo à época e, depois, fui a Stavropol, onde fui recebido pelo governador. Portanto, fiquei com uma belíssima impressão do povo russo e do país russo.

Achei muitas coisas do dia a dia, da alimentação, do povo, semelhantes, achei que temos muita coisa em comum.

Para mim, foi uma belíssima surpresa.

Sei que a visita dos senhores, neste momento, não é uma visita pra finalizar nada. Nós, que estamos à frente da política, somos os precursores e, depois, os que finalizam, os que dão o o.k. aos acordos políticos e acordos comerciais que são feitos pelos técnicos do seu país e do nosso País também.

O SR. GENNADY A. GORBUNOV – (*Tradução por profissional habilitado.*) – Chamamos isso de diplomacia parlamentar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Perfeito. Eu gostaria, apenas para deixar registrado talvez para o nosso Secretário Ênio, na área da soja – não falando aqui na área da pecuária – como grande exportador de soja para a Rússia, temos tido algumas dificuldades porque o acordo fitossanitário firmado entre o Brasil e a Rússia talvez tenha sido bem negociado, mas não bem fiscalizado. Isso tem trazido – depois você, tradutora, faz um resumo para ele, não? – alguns problemas para nós, como exportadores. Por exemplo, o fato de chegarmos a um porto russo e por haver lá uma presença mínima, o que é permitido pela legislação brasileira, de impurezas dentro da soja, o órgão de fiscalização russo não aceita esse tipo de coisa do Brasil.

Por exemplo, aqui no Brasil e no mercado mundial, é permitido até 1% de impurezas dentro dos produtos exportados. Obviamente, temos mandado com 0,3%, 0,4% de impurezas, porque os produtos são muito bem classificados hoje pelas máquinas. Mas, especificamente no caso da Rússia, há uma planta daninha chamada *Bidens pilosa* (nome científico de uma planta que aqui conhecemos também por picão preto), que, encontrada uma única amostra em um navio que chega, é suficiente para a autoridade dizer que não aceita o navio de soja. Isso traz um transtorno muito grande.

O que temos feito para evitar isso? Esse mesmo acordo com outros países é válido. É permitida a entrada de *Bidens pilosa*. Em determinados momentos, como exportador, tenho que mandar a minha carga para Espanha ou para um país mais próximo da Rússia e, de lá, reexportar isso para evitar esse tipo de complicação que temos em relação ao comércio russo. Mando para um para próximo da Rússia e, de lá, reexporto sob outra bandeira para escapar desse acordo.

Estou só explicando isso para mostrar que os acordos que são iniciados politicamente e são conduzidos tecnicamente no meio nem sempre, na hora de referendar isso, nós temos um cuidado ou não temos um cuidado específico sobre algumas coisas, e depois esses pontos é que acabem complicando na relação entre Brasil e Rússia ou outros países.

O SR. GENNADY A. GORBUNOV – (*Tradução por profissional habilitado.*) – Por isso que esses acordos devem ser preparados não só por políticos, mas também por técnicos e especialistas. Têm que ser indicados todos os pormenores.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Acho que o Brasil foi falho. Não estou reclamando da Rússia. Estou dizendo que o Brasil foi falho ao fiscalizar o acordo. E estou solicitando ao Secretário Ênio para que ele possa tomar uma providência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu quero agradecer a presença dos três Senadores, gostaria que, realmente, tanto a Rússia quanto o Brasil pudessem incrementar mais. Sei que eles têm interesse em exportar o trigo, o pescado. Acho que a relação tem que ser bilateral. Nós temos que estar abertos para importarmos o produto da Rússia e exportarmos o nosso produto. Essa é uma via de mão e contramão: temos que exportar e também importar produtos da Rússia.

Para nós é uma honra.

Eu convidaria os Senadores para, se quiserem, irmos até o Plenário da nossa Casa. Penso que neste momento estamos com sessão plenária e, se eles quiserem, nós iríamos até o Plenário para que eles sejam apresentados aos outros Senadores.

O SR. GENNADY A. GORBUNOV – (*Tradução por profissional habilitado.*) – Com grande prazer.

Nós queríamos também agradecer por ter nos recebido aqui. Para nós é uma grande honra que os senhores tenham nos dado atenção aqui. Nós queremos que nossas relações, entre Brasil e Rússia, se desenvolvam de maneira mutuamente vantajosa.

Eu queria que todos os Senadores, tanto da Rússia quanto do Brasil e outros países que defendem os interesses dos povos, reúnam esforços em prol dos nossos povos.

Muito obrigado.

Queríamos ainda presentear, dar um presente, de brinde, uma imagem do nosso comitê, do Senado. Gostaríamos que os senhores aqui tivessem esse diploma e o tivessem como uma lembrança do Senado da Rússia.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka Bloco/PMDB – MS) – Quero agradecer, em nome do Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Acir Gurgacz, que está licenciado. Evidentemente, não vou me apossar do presente do Senador. Vou deixar aqui, na Comissão de Agricultura, mas agradeço o carinho e a gentileza do Senador.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 15 horas, a reunião é encerrada às 16h e 34 minutos.*)

ATA DA 21ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 5 DE JULHO DE 2012.

Às oito horas e trinta e seis minutos do dia cinco de julho de dois mil e doze, na Sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, em exercício, do Senador **WALDEMIR MOKA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **ANTONIO RUSSO, RODRIGO ROLLEMBERG, ANA AMÉLIA, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO SUPLICY e WALTER PINHEIRO**. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Zeze Perrella, Casildo Maldaner, Ivo Cassol, Cyro Miranda, Alfredo Nascimento e Sérgio Petecão. O Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 123 dias, a partir de 29/06/2012, conforme os Requerimentos nº 609 e 610, de 2012, aprovados na Sessão de 28/06/2012. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Jayme Campos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, em exercício, Senador Waldemir Moka, informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, DE 2011 – Terminativo – EMENTA:** Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para autorizar a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que empreendam práticas de conservação ambiental. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 396, de 2011. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CMA. 2. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto. 3. A matéria constou da Pauta da 15ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 31/05/2012, ocasião em que o Senador Waldemir Moka efetuou a leitura do relatório favorável ao PLS nº 396/2011, como também constou da Pauta da 19ª Reunião Extraordinária realizada em 28/06/2012. Projeto em fase de discussão e votação. 4. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. **Resultado: Adiado. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, DE 2011 – Terminativo – EMENTA:** Cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis – PROMICRO, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 252, de 2011,

com as Emendas nº 1 e 2. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. Na 43ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 26/10/2011, a Comissão realizou Audiência Pública para instruir o PLS nº 252/2011. 3. A matéria constou da Pauta da 19ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 28/06/2012, ocasião em que a Senadora Ana Amélia efetuou a leitura do relatório favorável ao PLS nº 252/2011 com as Emendas nº 1 e 2. Projeto em fase de discussão e votação. 4. A matéria será encaminhada à Secretaria Geral da Mesa. **Resultado: Adiado. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, DE 2011 – Não Terminativo – EMENTA:** Altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder descontos especiais nas tarifas de energia elétrica que for utilizada para irrigação e aquicultura. **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 383, de 2011, com a Emenda nº 1. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CRA. 2. A matéria será apreciada pela CAE em decisão terminativa. **Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 626, DE 2011 – Não Terminativo – EMENTA:** Dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências. **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatoria Ad Hoc:** Senador Antonio Russo. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 626, de 2011. **Observações:** 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CDR. 2. A matéria foi apreciada pela CDR, tendo sido aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto. 3. Na 9ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 26/04/2012, a Comissão realizou Audiência Pública para instruir o PLS nº 626/2011. 4. O Projeto constou da Pauta da 19ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 28/06/2012. 5. A matéria será apreciada pela CMA em decisão terminativa. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pelo Senador Antonio Russo, relator “AD HOC”, os Senadores Waldemir Moka, Flexa Ribeiro, Antonio Russo e Ana Amélia fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Encerrada a discussão, Projeto em fase de votação. **Resultado: Lido o relatório pelo Senador Antonio Russo, Relator “AD HOC”, favorável ao Projeto. A presidência encerra a discussão e adia a votação do PLS nº 626/2011 para a próxima reunião deliberativa. ITEM 5: AVISO Nº 37, DE 2011 – Não Terminativo – EMENTA:** Encaminha cópia do Acórdão nº 552, de 2011, referente a indícios de irregularidades na execução de convênios firmados pelo

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, na Superintendência Regional do Estado de Tocantins (TC 024.516/2007-0). **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Eduardo Suplicy. **Relatório:** Pelo arquivamento do AVS nº 37, de 2011. **Observações:** 1. A matéria constou da Pauta da 19ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 28/06/2012. Iniciada a discussão do Projeto, depois da leitura do relatório pelo Senador Eduardo Suplicy, não houve oradores inscritos. Encerrada a discussão, matéria em fase de votação. **Resultado: Lido o relatório pelo Senador Eduardo Suplicy, pelo arquivamento do Aviso. A presidência encerra a discussão e adia a votação do AVS nº 37/2011 para a próxima reunião deliberativa.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente, em exercício, da Cra.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião ordinária destina-se à deliberação de matérias.

Na pauta, tanto o Item 1 como o Item 2... Do Item 1, inclusive, sou o Relator. É um projeto de autoria da Senadora Ana Rita, que altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para autorizar a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que empreendam práticas de conservação ambiental.

Esse relatório já foi lido e aguarda que possamos ter quórum, uma vez que é um projeto terminativo na Comissão de Agricultura. Nós necessitamos de quórum qualificado.

O Item 2 da pauta é o projeto que cria o Programa de Microdestilarias de Alcool e Biocombustíveis – PROMICRO, e dá outras providências. A autoria é do Senador Acir Gurgacz. Esse projeto também já foi relatado aqui pela Senadora Ana Amélia.

Da mesma forma que o anterior, esse projeto também necessita de quórum qualificado, para que possamos aprová-lo ou rejeitá-lo na Comissão.

Eu indago se a Senadora Ana Amélia tem alguma argumentação em relação a esse projeto especificamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/ PP – RS) – Caro Presidente, Waldemir Moka, caro Senador Antonio Russo, sobre esse projeto chegamos a conversar, quando foi apresentada a relatoria.

Até nos surpreendemos pela objeção do Ministério de Minas e Energia, protegendo, eu diria, uma reserva de mercado. A Agência Nacional de Petróleo não queria aceitar a autorização das microdestilarias.

Nós argumentamos que uma forma de democratizar o processo seria votar, e a própria ANP fiscalizar. Nem sempre as agências reguladoras, é o caso dessa, estão devidamente instrumentalizadas para fazer, digamos, esse controle. E, talvez isso, por comodismo, tenha levado o Ministério e a própria Agência a não recomendarem a participação.

No entanto, o entendimento dos Senadores é o de serem favoráveis ao projeto, muito meritório, do nosso Presidente licenciado Acir Gurgacz, exatamente pelos aspectos todos conhecidos.

São produtores que podem dar uma contribuição ao aumento da produção e, inclusive, abastecer regionalmente a produção do etanol nessas microdestilarias.

É uma forma também de estimular os empreendedores na área rural, nesse setor.

Como o projeto é terminativo nesta Comissão, nós precisamos de um quórum especial para isso. Como não há quórum, temos de esperar, temos de aguardar.

Eu aproveitaria também, caro Senador Moka, para falar do evento ontem, no Palácio do Planalto, de que tive a honra de participar como convidada da Presidência da República, bem como alguns Senadores. Foi o lançamento do Plano Safra para a Agricultura Familiar 2012/2013.

O Ministro Pepe Vargas, que é do meu Estado, o Rio Grande do Sul, assim como, na semana passada, o Ministro Mendes Ribeiro Filho, da Agricultura, também do meu Estado, tiveram o cuidado de, seguindo uma orientação de Governo, ampliar substancialmente os recursos. Mas o mais importante é reduzir substancialmente as taxas de juros cobradas nos custeios e também nos investimentos, nos créditos concedidos em financiamentos para essa área.

No caso da agricultura familiar, são R\$18 bilhões para o custeio. A própria Presidente disse que poderia dobrar esse valor, se houvesse necessidade. Mas V. Exª e, especialmente, o nosso Antônio sabem da situação dos agricultores. E eu falo do meu Estado, onde os produtores de arroz, de soja e de milho, que foram duramente afetados por uma seca prolongada, estão enfrentando dificuldades para acesso ao crédito.

to. Eles estão sem condições de nenhuma garantia, porque a garantia deles já está no banco, assegurando as operações feitas. Deixaram de fazer contratos. No caso do arroz, doze mil contratos foram reduzidos nos últimos dois anos. Isso dá bem a medida da gravidade da situação.

Sr. Presidente, eu queria até fazer um registro aqui, publicamente, ao trabalho do Senador Walter Pinheiro. E quero fazer esse registro, numa espécie de desagravo ao Senador Walter Pinheiro, pela forma desrespeitosa, incorreta, com que ele teria, na medida provisória, colocado um “contrabando” beneficiando os agricultores do sul. É discriminatório o tratamento dado, porque nós fomos a ele, em nome da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul, a Fetag, que é subordinada à Contag, e o Senador Walter Pinheiro acolheu uma solicitação dos três Senadores do meu Estado, Pedro Simon, Paulo Paim e meu pedido. E fomos exatamente por conta dos pequenos e médios. Ele acolheu, colocou e foi votado.

Penso que é preciso não discriminar, preconceituosamente, agricultores que foram incluídos como benefício na medida provisória relatada pelo Senador Walter Pinheiro. E ele, agindo no estrito cumprimento da sua responsabilidade política, da sua responsabilidade como da bancada do Governo aqui, foi absolutamente sério, correto, transparente e responsável.

Então, eu queria fazer este desagravo, nesta Comissão, ao Senador Walter Pinheiro pelo trabalho que ele fez em favor, especialmente, dos pequenos e médios agricultores do meu Estado e de outros Estados do sul do País, que igualmente tiveram problemas com seca. Eu acho inadmissível a forma como se tenta, em algumas áreas do próprio Governo, desqualificar de maneira inadequada, desrespeitosa, um trabalho tão sério e tão comprometido com o interesse nacional da agricultura dos pequenos e médios agricultores, como fez o Senador Walter Pinheiro.

Então, é o meu registro aqui, ao mesmo tempo em que cumprimento o Ministro Pepe Vargas pelo lançamento do programa da agricultura familiar, que depois, no plenário, vou fazer um comentário adicional do que a Presidente Dilma Rousseff tratou de ampliar e que eu penso seja também a maior necessidade que nós temos aqui.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, não tive oportunidade de comparecer, ontem, ao lançamento, mas fui ao anterior, da agricultura. Mas acompanhei os números, acompanhei os esclarecimentos. Aproveito para parabenizar, também, o Ministro Pepe Vargas, assim

como também o Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, mas, de forma especial, à equipe de governo.

Senadora Ana Amélia, é preciso fazer um registro. Nos dois casos, a Senadora Gleisi Hoffmann, que hoje é Ministra da Casa Civil, participou ativamente das negociações junto à área econômica do Governo, de forma a permitir valores maiores, juros menores. Ela foi a interlocutora da própria Presidente nessa negociação dos Ministérios com a área econômica. A Ministra Gleisi, que é de um Estado produtor, o Paraná, assim como é o seu Estado e o meu também, é uma pessoa que realmente tem uma vocação e um entendimento maior e melhor das nossas questões na agricultura.

Quero também registrar que eu conheço o Senador Walter Pinheiro. Fomos Deputados juntos. Estive ontem aqui, sou da Comissão da medida provisória. Só poderíamos esperar do Senador Walter esse tipo de postura. É um homem que tem realmente uma responsabilidade muito grande. Pode ter certeza V. Ex^a de que este trabalho será reconhecido pela maioria da Casa.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O item a seguir é não terminativo. Eu vou pedir...

É o item 3 da pauta. O Relator... Autoria do Senador Walter Pinheiro, a relatoria do Senador Cyro Miranda, que pediu à Secretaria da Casa para que fosse retirado da pauta. E nós vamos atender de ofício. Eu consulto ao Senador Russo se ele poderia ler como Relator *ad hoc* o item 4, que é não terminativo, que dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e dá outras providências.

O Autor deste projeto é o Senador Flexa Ribeiro. O Relator *Ad Hoc*, Antonio Russo. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante esta Comissão.

A matéria foi apreciada pela Comissão, tendo sido aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto.

Nas duas não... Não foram oferecidas na Comissão de Desenvolvimento Regional. A matéria também foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional.

O Parecer é pela aprovação do projeto.

Na 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura realizada em 26/04/2012, a Comissão realizou Audiência Pública para instruir o PLS nº 626/2011.

O Projeto constou da Pauta da 19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura realizada em 28/06/2012.

A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Muito obrigado, Presidente. Vamos ao relatório.

Em análise nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, que dispõe sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal e estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico da região.

O art. 1º da proposição define o assunto regulado; o art. 2º autoriza o plantio de cana-de-açúcar nas áreas dos biomas Cerrado e Campos Gerais para os fins listados, desde que observadas as disposições do Código Florestal Brasileiro.

O art. 3º determina que a expansão sustentável da cana-de-açúcar, nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal, se dê mediante a observância das diretrizes listadas.

O art. 4º lista os objetivos que devem pautar o plantio de cana-de-açúcar nas áreas dos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal.

O art. 5º diz que regulamento estabelecerá as condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural e agroindustrial à produção e industrialização de cana-de-açúcar, açúcar, etanol, demais biocombustíveis e de outros produtos derivados da cana-de-açúcar nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal.

Por fim, o art. 6º traz a cláusula de vigência.

O PLS nº 626, de 2011, foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Agricultura e Reforma Agrária e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo a esta última a decisão terminativa.

Em reunião realizada em 22 de março de 2012, a CDR aprovou relatório de minha autoria que passou a constituir o parecer da Comissão pela aprovação do projeto.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão.

Sr. Presidente, passo à análise.

Nos termos dos incisos III e VIII do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária opinar sobre proposições pertinentes a agricultura, pecuária e abastecimento ou ao uso e conservação do solo na agricultura.

Preliminarmente, consideramos que o PLS nº 626, de 2011, se coaduna com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. A proposição não fere a ordem jurídica vigente. O PLS também atende às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Com relação ao mérito, o Autor apresenta argumentos convincentes e coerentes com a realidade da região que seria afetada pela aprovação do Projeto de Lei do Senado. A existência na região amazônica de amplas áreas já exploradas com pecuária ou com lavouras, que possuem alta aptidão para a produção de cana-de-açúcar e que estão impossibilitadas de participar da produção nacional de álcool configura uma situação inconsistente com as necessidades de produção de energia renovável no nosso País.

O estudo mencionado na Justificação do PLS traz informações de grande relevância: o Estado do Pará possui, considerando apenas a região hoje ocupada pela atividade agropastoril, predominantemente pecuária extensiva, 9 milhões de hectares com aptidão para produzir cana-de-açúcar, o que supera, em muito, o que o Brasil planta hoje, cerca de 6,6 milhões de hectares. Trata-se de potencial produtivo que não pode ser desprezado.

O autor redigiu a sua proposição com os cuidados necessários para evitar que ocorra uma expansão desenfreada da lavoura de cana-de-açúcar na região ao explicitar, no art. 5º, que “regulamento estabelecerá também as condições, critérios e vedações para a concessão de crédito rural e agroindustrial à produção e industrialização de cana-de-açúcar, açúcar, etanol, demais biocombustíveis e de outros produtos derivados da cana-de-açúcar nos biomas Cerrado e Campos Gerais situados na Amazônia Legal”.

A ampliação da produção de cana-de-açúcar na Amazônia Legal, desde que observadas as restrições relativas às alterações ambientais, possibilitaria a elevação da produtividade da terra e do trabalho naquelas áreas ocupadas, predominantemente, por atividades pouco produtivas, contribuindo para a geração de riqueza e empregos.

Portanto, no mérito, somos favoráveis ao Projeto de Lei do Senado em análise.

Voto.

Em vista da exposição, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – O Relator concluiu pela aprovação do PLS 626, de 2011.

Está em discussão o projeto.

Quero apenas e tão-somente lembrar que nesta comissão foi feita uma audiência pública com representação do Ministério de Agricultura, entre outros. Essa é uma questão que hoje há uma proibição e não é só na Amazônia Legal. O Pantanal também tem a mesma proibição.

Nessa audiência pública, o que fica claro e é importante dizermos que há preocupação dos produtores, tanto de álcool quanto de açúcar, sobretudo da Região Sudeste, em especial de São Paulo, porque imaginem esse rótulo de que o nosso álcool e o nosso açúcar são produzidos com o desmatamento da Amazônia.

Na verdade, o que há por trás disso é exatamente essa preocupação, sobretudo das usinas instaladas em São Paulo. Na verdade, o que trabalha é esse selo chamado de açúcar ou álcool verde, ou seja, produzidos em condições ambientais adequadas ou com o máximo rigor.

Então, o que nós deveríamos discutir com coragem, na minha avaliação, é exatamente o que está fazendo o Senador Flexa Ribeiro, que está colocando aqui que, com esse projeto regulamentado, você vai dizer onde pode ter e onde não pode. Isso só seria possível depois de um plano estratégico de uso do solo lá nos Estados. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, nós temos isso. Há um projeto em que se diz, em todo o Estado, que tipo de indústria se pode instalar e em que lugar. Então, esse plano seria o que orientaria esse tipo de indústria.

Mas a gente não consegue nem conversar a respeito disso porque alguém já vem dizer que você está querendo destruir o Pantanal, destruir a Amazônia.

Então, aproveito essa oportunidade até para fazer uma defesa do projeto, ainda porque já vi o Senador Flexa Ribeiro receber esse tipo de crítica, a meu ver, injusta.

E, muitas vezes, essas questões acabam penalizando as populações desses Estados. E, aí, frequentemente, a gente ouve dizer: “Vão acabar com a Amazônia, estão acabando com a Amazônia, estão desmatando a Amazônia”, mas quando a gente vai ver, 89% da Amazônia não tem nenhum tipo de agressão, a vegetação é preservada.

Então, eu faço a defesa do projeto do Senador Flexa Ribeiro que acabou de chegar a esta Comissão. É um projeto que demanda coragem para defendê-lo, mas nós gostaríamos de ver, pelo menos, o debate.

E eu lembrava, Senador Flexa, a audiência pública que nós tivemos aqui em relação a esse projeto.

Lamentavelmente não temos quórum para deliberação, mas o projeto continua em discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador autor, Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, Senadora Ana Amélia, Senador Russo, eu quero aqui, neste instante, agradecer aos Senadores e, em especial, a V. Ex^a, que preside esta reunião da Comissão de Agricultura

e Reforma Agrária, pela defesa do Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011.

Trata-se de um projeto que faz justiça à Amazônia; não traz nenhum prejuízo ao meio ambiente da nossa região, porque, diferentemente daquilo que poderiam pensar, Senadora Ana Amélia, em hipótese nenhuma, estamos propondo derrubar uma árvore ou derrubar a floresta para plantar cana. Não é isso! O projeto apenas autoriza que o plantio de cana seja feito em áreas de cerrado e em áreas já alteradas. Ou seja: são áreas que o próprio Código Florestal, que foi aprovado agora, já define como passíveis dessa utilização.

Então, não há por que ter esse impedimento que foi feito por um decreto que, lamentavelmente, não tem sentido. O Governo diz; “Ah, não se impediu o plantio de cana...” Sim; não foi impedido o plantio de cana, mas não tem financiamento, não tem aprovação, ou seja, há um impedimento por via lateral.

O que queremos aqui é dar à Amazônia essa oportunidade de continuar ajudando o Brasil, que é só isso que a Amazônia faz, lamentavelmente não tendo do nosso País o retorno que merece.

O Brasil, hoje, importa etanol. É um absurdo isso, mas ele importa etanol. O preço do etanol está próximo do preço da gasolina, o que pode até inviabilizar uma tecnologia que o Brasil colocou no mercado internacional. Hoje, vários países já produzem etanol, mas nenhum com a competitividade que nós temos aqui no Brasil. Nós temos todas as condições climáticas e de solo para que possamos produzir o etanol com alta qualidade e preço competitivo. Então, não podemos desprezar essas áreas já disponíveis na Amazônia.

A Esalq, uma escola de reconhecimento nacional e internacional, fez um estudo no Estado do Pará, ainda no primeiro governo do hoje novamente Governador Simão Jatene, e definiu que 8% do território do Estado do Pará é de áreas propícias para o plantio da cana. Dizem que temos duas usinas, mas temos apenas uma usina de álcool, produzindo açúcar e álcool, que é a Pagrisa, no Município de Ulianópolis. A outra, que seria a usina do Pacau, lá no Município de Medicilândia, é um projeto antigo do Incra, à época da abertura da Transamazônica. Essa usina, lamentavelmente, como tudo que fica nas mãos do Governo Federal, acabou não dando certo. Foi tentada uma privatização, que também não deu certo, de modo que ela está desativada,

Os pobres dos colonos, que foram para lá levados pelo Governo, assentados pelo Incra e induzidos a plantar a cana, tiveram safras recordes e a usina chegou a produzir, mas eles não tinham nem como escoar a produção por falta de infraestrutura, não dada pelo Incra. Isso é normal; isso eu acho que é em todo

o Brasil, e não um privilégio só do Pará. No Pará, é um absurdo. Eu não digo nem que eles são assentados não; eu digo que eles são “jogados” no assentamento e lá desprezados como se não fossem seres humanos. Eu visitei vários acampamentos, vários assentamentos e vi as condições de vida subumanas que eles vivem.

O projeto, Senador Moka, vai ajudar o Brasil a produzir e vai trazer para a Amazônia, vai trazer para parte de Mato Grosso a possibilidade de entrar nesse mercado.

Existe, em Santana do Araguaia, quase na divisa com o Estado do Tocantins, um projeto que está com a área pronta. A área está pronta para o plantio. É um projeto do ex-ministro da agricultura... Eu não me lembro do nome, mas V. Ex^a, que tem uma boa memória, poderia me ajudar, à época...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Antonio Cabrera.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sim; Antonio Cabrera. Ele tem uma área lá em Santana do Araguaia pronta para o plantio e não pode fazê-lo, mesmo gerando emprego, gerando renda, em um município que precisa de investimento. Não pode fazê-lo porque impedido por essa trava que o Decreto governamental colocou.

Eu lastimo, Presidente Moka, que não tenhamos quórum para que a gente possa aprovar, até porque ele não é terminativo aqui; ele é terminativo na Comissão de Meio Ambiente, que é onde vamos discutir o mérito.

Em uma das reuniões anteriores, ocasião em que ele foi lido, foi pedida uma audiência pública, e eu fiz um apelo no sentido de que fizéssemos a audiência pública lá na Comissão de Meio Ambiente, pelo menos para deixarmos o projeto caminhar até lá. Mas não foi possível.

Contudo, eu quero agradecer o empenho de V. Ex^a, da Senadora Ana Amélia, do Senador Antonio Russo, que foi o Relator *ad hoc*, e vamos aguardar que, na próxima semana, se possível, possamos encaminhar o projeto para a Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Para discutir, concedo a palavra ao Senador Antonio Russo.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – Eu queria parabenizar o Senador Flexa Ribeiro, porque isso é conhecer o Brasil. O que o Senador está fazendo é uma demonstração de que conhece o Brasil. Embora defendendo o Pará, o seu projeto nos diz respeito também, diz respeito a Mato Grosso do Sul, onde temos a mesma dificuldade. Não tenho dúvidas de que ele nos abrirá portas com esse. E sinto profundamente que quem resolve certas situações são aqueles que

desconhecem o País. Nós temos visto muito disso: resoluções tomadas por pessoas que não têm a vivência para tal.

Assim, queria parabenizar o Senador Flexa Ribeiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais que deseje discutir, eu vou encerrar a discussão do projeto.

Como não há quórum, Senador Flexa Ribeiro, para que a gente possa votar o projeto... E acho que esse projeto é importante e vai criar polêmica. Então, acho que devemos realmente fazer a discussão aqui, vamos votar o projeto aqui e vamos debatê-lo ainda na Comissão de Meio Ambiente, uma vez que o projeto de V. Ex^a dá oportunidade também para esse debate.

Por trás de tudo isso – pelo menos eu estou convencido –, existe um grande interesse comercial lá de fora, porque eles não conseguem competir produzindo açúcar a partir de beterraba. Imaginem se nós liberarmos realmente essa fronteira aí da chamada Amazônia Legal.

Nós temos de entender que, na chamada Amazônia Legal, nós temos o cerrado. É isso que está por trás de tudo isso e, lamentavelmente, aqui no Brasil, as usinas situadas em São Paulo, na Região Sudeste, temem isso. E, aí, não é má-fé; é um temor justificado de que, a partir da liberação dessas áreas da Amazônia e do próprio Pantanal, venha realmente uma argumentação muito forte, uma restrição de natureza ambiental muito forte ao nosso álcool e ao nosso açúcar, porque iriam dizer que esse álcool e esse açúcar estariam sendo produzidos na Amazônia.

Eu quero enfrentar esse debate com responsabilidade e com a seriedade de quem quer preservar o meio ambiente – e não abro mão disso –, mas que pensa também não devemos entrar nessa histeria de alguns aqui, prejudicando a vida de populações inteiras com terras agricultáveis, sem prejuízo nenhum ao meio ambiente, e limitando a economia e a qualidade de vida dessas populações.

O SR. ANTONIO RUSSO (Bloco/PR – MS) – E, se me permite, Sr. Presidente, ficamos travados em saber que o Pará só tem uma usina. Um Estado daquele tamanho e naquela distância. É uma aberração! É um choque para nós sabermos que, afinal de contas...

Muito obrigado.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – V. Ex^a me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Esse tema, ao que me parece, tem a ver um pouco com o despreparo do Governo na reação oportuna e adequada, porque, como o Brasil se tornou um grande protagonista em setores estratégicos da produção de alimentos, como é o caso da proteína animal, em que o Brasil, hoje, é o segundo maior produtor e exportador de carnes, e é também um protagonista na exportação de energia limpa, no caso o etanol, ele está sendo alvo de concorrências internacionais, que são muito pesadas. Então, quando se fala que o Brasil é um campeão em uso de defensivo agrícola, quer dizer, o Governo não cuida de mostrar que nós estamos no Hemisfério Sul, que temos um clima tropical em que, não havendo o rigor do inverno europeu, que permite apenas uma safra, nós temos duas safras e, dependendo das circunstâncias, até três safras. Portanto, a situação é muito diferente da do Hemisfério Norte.

Eu diria que isso é uma coisa muito simples. No caso dessa concorrência, o Brasil também avançou muito nos motores *flex*, e não são todos os países que avançaram também nisso. Aí são outros grandes interesses em jogo.

Estive na Suécia, que estava comprando etanol brasileiro.

Comercialmente, não é uma questão ambiental, é uma questão de comércio. É uma guerra de comércio, com a capa e a cortina de fumaça sobre a questão de defesa do ambiente. Nós todos somos preservacionistas, todos queremos defender o meio ambiente. E, nessa guerra, então, os que não têm interesse porque não estão preparados, a produção de motores *flex* ou outros, o poder também da energia fóssil, das grandes companhias de petróleo, também há interesse em relação à questão dessa concorrência.

Penso que o Governo não tem agido adequadamente.

Houve em relação à carne. O Senador Antonio Russo conhece bem esse mercado. A Irlanda fez uma campanha horrível contra o Brasil, também com ostentando-se lá que carne da Amazônia... Antes, o Canadá havia também levantado a suspeita de que havia a doença da vaca louca no Brasil. Penso até que, naquele momento o Ministro da Agricultura era Pratini de Moraes, houve uma boa campanha, nunca o setor foi tão mostrado pela televisão brasileira, porque 80% da carne é consumida no mercado interno. Então, o consumidor brasileiro é que tem que ter o direito à informação de como essa carne é produzida. E há um grande número de abate clandestino. Naquele momento, foi mostrado como está estabelecida a indústria frigorífica brasileira, como é que é a criação

da pecuária, como se faz, para revelar que nossos padrões são outros.

Da mesma maneira, a questão do projeto do Senador Flexa Ribeiro em relação... São áreas que já estão próprias, não vai tirar uma árvore para fazer esse plantio. Agora, no final da história, para mim, o Governo não está reagindo adequada e oportunamente com mecanismos de comunicação, porque ele é muito competente para o *marketing* interno, mas não está fazendo esse enfrentamento em relação à área internacional. Aí, louve-se o nosso colega Senador Blairo Maggi, que soube fazer uma virada de mesa nesse enfrentamento e saiu-se muito bem sucedido quando ele deixou o preconceito que havia em relação a ele, para mostrar o quanto ele fazia mais do que muitos defensores do meio ambiente em favor da sustentabilidade do meio ambiente.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A Senadora Ana Amélia colocou com bastante clareza o que ocorre. V. Ex^a já tinha falado, o Senador Russo também, o Brasil está sendo colocado no mercado internacional como um competidor. Então, os outros países fornecedores estão buscando todos os meios para evitar o avanço do Brasil nesses mercados. Como eles têm algumas regras na área comercial em que não podem avançar por causa da OMC, em que se pode entrar com uma representação e fazer um questionamento, estamos sendo alvo daquilo que acredito que seja a questão da barreira ambiental. É o que eles estão usando agora, para impedir o avanço do Brasil na questão ambiental, porque eles têm consciência de que o Brasil é imbatível na produção, no preço da produção.

Lamentavelmente, nós não chegamos a ter ainda nossa infraestrutura instalada, porque, se nós tivéssemos a infraestrutura, com o clima e o solo que nós temos, seremos, no futuro – não tenho dúvida disso –, o país que será o maior produtor de alimento do mundo. Nós vamos abastecer boa parte do mundo com o que é produzido aqui no Brasil.

Lastimo que os governos – aí me refiro aos governos – tratem a Amazônia por impulso. Todas as vezes em que há uma pressão internacional ou que há algum evento que vá acontecer sobre a questão ambiental em nível internacional, o Governo brasileiro toma medidas que vêm impedir o

desenvolvimento da nossa região. Lembro a época, lá atrás, em que, sem nenhuma razão, Senador Moka, aumentaram a reserva legal da Amazônia de 50% para 80%, sem nenhuma razão. Foi um impulso, como se isso fosse resolver... Não é por aí que se vai resolver. Não estamos mais discutindo isso. Não estamos mais discutindo, mas é um ponto que se vê que não tem lógica. É um impulso, não tem estudo, não tem nada.

Há um Município no Pará, Senador Moka, ao qual faço questão de, havendo uma possibilidade, fazer um convite para que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária possa fazer uma diligência, uma viagem, para conhecer: o Município de Paragominas. O Município de Paragominas, no Pará, Senadora Ana Amélia, Senador Antonio Russo, há 16 anos, era conhecido como “Paragobalas”. Era dito que lá ocorria um assassinato a cada dia e já se deixava o que ia ser morto no dia seguinte amarrado, para não dar trabalho de ter que correr atrás. Então, já deixava o outro amarrado porque já sabia que, no dia seguinte, seria o da vez. Era o Município de maior desmatamento que existia no Brasil; era pecuária extensiva, devastava... Então, hoje, 16 anos depois, é um Município modelo; desmatamento zero. Estão utilizando as áreas abertas com tecnologia, que é do que precisamos. De tal forma que aumentaram a produção de gado; estão fazendo reflorestamento, tem o Projeto Município Verde, a que o Governador Simão Jatene já aderiu, para todo o Estado do Pará.

Um empresário adquiriu uma área no Município, Senador Moka, e tinha direito legal de fazer o desmatamento dos 20% que a lei permite da área que ele comprou. A sociedade – não foi o prefeito, não, porque ali é um pacto com a sociedade –, achou por bem que ele não deveria desmatar, já que tinha o pacto zero, nem os 20%. A Justiça deu ganho de causa e a sociedade não deixou que ele desmatasse. Ao final, o empresário reconheceu, para contribuir com o pacto que estava feito de desmatamento zero, fosse ou não dentro dos 20%, e abriu mão do desmatamento. Então, é um Município, razão por que quero fazer o convite. O Prefeito Adnan Demachki recebeu todos os prêmios; há oito anos, ele ganha os prêmios do Governo Federal, é do PSDB.

Faço o convite para que os Senadores visitem o Município, que, para mim, hoje é um modelo em nível nacional.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Está encerrada esta discussão.

Ainda não temos quórum. Passo ao último item da pauta, que também é não terminativo.

ITEM 5

AVISO Nº 37, DE 2011

– Não Terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 552, de 2011, referente a indícios de irregularidades na execução de convênios firmados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), na Superintendência Regional do Estado de Tocantins (TC 024.516/2007-0).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pelo arquivamento do AVS nº 37, de 2011.

Observações:

1. A matéria constou da 19ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 28/06/2012

S. Ex^a, nesta reunião, está ausente.

Peço à Senadora Ana Amélia que faça a leitura desse relatório, para que possamos também, mesmo não havendo quórum, adiantar, ler o relatório e, se tivermos quórum, votar. Mas, antes de começar, eu gostaria de avisar que o Senador Acir Gurgacz oficialmente licenciou-se; assumiu o suplente, que é o pai dele, e eu vou, interinamente, presidir a Comissão de Agricultura, na condição de 1º Vice-Presidente.

Eu quero aproveitar para consultar, porque houve uma conversa numa audiência que tivemos com a Presidente Dilma e é um assunto que eu queria trazer para esta Comissão, que é a questão de compra de terras por estrangeiros. Esse é um assunto que precisamos debater. É um assunto que está impedindo investimentos no País, em função de uma norma do próprio Governo Federal, com que concordo porque estamos perdendo controle dessa questão de terras para estrangeiros. Mas poderíamos fazer uma discussão, porque uma coisa é você vender terra para estrangeiro que está especulando e outra coisa é quando você vende terra para, por exemplo, indústrias que virão para cá, que serão implantadas, e ninguém vai implantar uma indústria, por exemplo, de celulose se eles não tiverem uma quantidade de terras que permita o plantio de uma floresta que vá garantir minimamente a matéria prima para que eles possam rodar a planta, a indústria.

Essa discussão precisa acontecer e temos, só no meu Estado, Senadora Ana Amélia, investimentos retidos de mais de R\$10 bilhões, esperando autorização para que possam adquirir a terra, que já está lá onde eles querem comprar, nos Municípios. Mas estão aí perdendo investimento no momento em que o

País precisa desses investimentos, em que a nossa economia precisa urgentemente reagir.

É nesse sentido que eu queria trazer para esta Comissão essa discussão. Na quinta-feira temos reunião ordinária, consulto o Plenário se nós conseguimos aqui trazer para cá debatedores, pessoas em condições de debater esse tema. Nós faríamos isso na última reunião antes do recesso ou, então, deixaríamos para logo após o recesso, lembrando que este ano haverá eleições municipais, o quórum certamente estará prejudicado também depois do recesso. Mas, como é um assunto urgente, se V. Ex^{as} concordarem, gostaria de tentar na quinta-feira.

Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria dizer que não é diferente a situação do Rio Grande do Sul, comparativamente à do Mato Grosso do Sul, seu Estado. Além do mais, Senador Moka, existe um detalhe nesse processo, que diz respeito ao fato de o Brasil ter uma área de fronteira, considerada área de segurança, de 150 quilômetros a partir do limite de fronteira até o interior do território. E isso amplia as dificuldades de qualquer empreendimento, da compra de terras até por brasileiros dentro desse limite. Existe um projeto aqui, e ontem discutimos no Ministério da Integração Nacional, foi um seminário muito interessante, para fazer um programa de governo de integração para desenvolver a área de fronteira, que é muito deprimida. Nós discutimos isso em várias audiências públicas. É uma emenda constitucional do Senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul, reduzindo essa área de segurança de 150 para 50 quilômetros.

Isso valeria do Rio Grande do Sul ao Mato Grosso do Sul. Nas demais áreas, na Amazônia, por exemplo, manter-se-iam os 150 quilômetros, em função das questões da biodiversidade, da segurança, das questões mesmo de defesa do território. Já foi negociado com o ex-Ministro da Defesa, Nelson Jobim, com as autoridades militares e tal, mas não evoluiu. Esse também é um passo importante para entrar nessa agenda que V. Ex^a coloca com grande oportunidade para um debate nesta Casa e nesta Comissão, especialmente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora Ana Amélia, Sr. Senador Antonio Russo, concordo com V. Ex^a. Esse tema tem sido debatido na Câmara dos Deputados exaustivamente, tem sido palco de grandes debates e a Comissão de Agricultura do Senado Federal não pode ficar sem debater neste momento, porque não adianta, quando um projeto chegar aqui aí nós começamos. Vamos

atrasar ainda mais a tramitação e até mesmo a aprovação deste projeto.

No entanto, sou favorável. Só temos que começar a meditar sobre a importância que isso é para o Brasil. O Brasil está caminhando para um rumo de cada vez menos exportar *commodities*. Temos que criar condições, caso venham grandes empresas. Já tem hoje, principalmente no setor sucroalcooleiro e no setor de soja. Muitas empresas têm grandes áreas, vastas áreas de terras plantadas. O que eu penso? Temos que agregar valor a esse produto. Então não é exportar a *commodity*, mas transformá-la aqui e exportar o produto acabado, gerando emprego, renda, e agregando valor de fato ao produto.

Parabenizo V. Ex^a pela iniciativa. E poderíamos, já na semana que vem, se for possível. Alertando que semana que vem será realmente uma semana turbulenta aqui no Senado Federal por conta da votação da LDO no Congresso, por conta da votação do processo que recomenda a cassação do Senador Demóstenes Torres, e eu não sei se ficar no intervalo do recesso e depois retomar se isso não ficaria um pouco esquecido. Talvez logo após o recesso nós retomássemos isso e teríamos aí uma celeridade ou uma importância até maior, não ficaria somente no ato e no esquecimento depois. E daria tempo, de repente, de a própria secretaria desta Comissão fazer os levantamentos necessários para ver onde está esse projeto na Câmara, em que nível está, que debates já foram feitos; conversarmos com a Frente Parlamentar Agropecuária também nesse sentido – a Frente tem debatido muito esse tema também – para que possamos realmente avançar, e avançar primeiramente no debate e, depois, avançar na tramitação deste que é um dos projetos mais importantes para a agricultura do Brasil.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – No dia 5 de maio de 2011, no ano passado, fiz um requerimento que foi aprovado exatamente para a realização de uma audiência pública na Comissão de Agricultura para discutir a relação do capital estrangeiro e a expansão agrícola brasileira nos próximos dez anos, com uma relação de convidados para tratar desses temas, incluindo aí o Advogado Geral da União Dr. Luiz Inácio Lucena Adams, que tem cuidado em parte desse problema, do ponto de vista do Poder Executivo. Também outras autoridades relacionadas à CNA, ao Instituto de Registro Imobiliário do Brasil e também ao Dr. José Roberto Mendonça de Barros, da Consultoria MB Agro.

Já tinha sido solicitado lá e eu apenas relembro a V. Ex^a de que estamos dentro do tema proposto por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Lembro-me dessa discussão do requerimento. Eu gostaria – cheguei a fazê-lo – de sugerir o nome do ex-ministro Roberto Rodrigues, que me parece ser uma pessoa que tem conhecimento e que é isento, de uma isenção muito grande, para discutirmos essa questão de compra de terras por estrangeiro, num clima realmente aberto. Lembrando que é importante que o Brasil não venda as suas terras para estrangeiros para especular ou como no caso, por exemplo, de a China querer comprar para simplesmente produzir e levar o alimento. Não podemos permitir isso.

Agora, também bloquear investimento de capital estrangeiro porque vão comprar áreas, mas vão instalar uma planta na indústria, aqui, aí também me parece ser restritivo demais.

Mas, entendo e vou considerar aqui que vamos deixar esse tema para logo depois do recesso, quando possamos organizar uma grande audiência pública.

Dando seguimento à pauta, o último item eu já o li, Senador Suplicy, e V. Ex^a é o relator, a quem concedo a palavra.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, vem a esta Comissão o aviso em epígrafe, que encaminha cópia dos Acórdãos nºs 552 e 2.594 – TCU – Plenário, proferidos em sessão de 2 de março de 2011 e de 28 de setembro de 2011, respectivamente, acerca de auditoria realizada em convênios firmados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Estado de Tocantins.

A auditoria decorreu de representação autuada pela Secretaria de Controle Externo do TCU no Tocantins (Secex/TO) acerca de indícios de irregularidades na execução de convênios entre o Incra e diversas entidades localizadas naquele Estado que objetivavam a prestação de assistência técnica para assentados do programa de reforma agrária.

A representação originou-se de reclamação recebida pela Ouvidoria do TCU e de posteriores juntadas de documentos aos autos, inclusive oriundos do Ministério Público do TCU.

A Secex/TO realizou diligência e inspeção na entidade e promoveu a audiência dos gestores, Srs. José Cardoso e José Roberto Ribeiro Forzani, ex-superintendente e atual superintendente regional do INCRA/TO, respectivamente.

A auditoria restringiu-se à apuração dos serviços prestados a cargo do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), criado

em 2003, com o objetivo de prestar apoio às famílias assentadas nos projetos de assentamentos da reforma agrária, criados ou reconhecidos pelo INCRA.

Foram doze os convênios e contratos de parceria firmados para a execução do ATES que constam da apreciação da auditoria, abrangendo o período de 2004 a 2011. Tais convênios, envolvendo a expressiva soma de R\$ 29,5 milhões, foram firmados com as seguintes entidades:

Nº Entidade Valor (R\$) Vigência

517.720 – Unitins 348.031,25 23/12/2004 a 30/6/2008

517.722 – IBA 2.629.659,08 23/12/2004 a 30/4/2008

517.729 – Fetaet/Coopter 5.486.461,58 20/12/2004 a 31/12/2007

517.732 – Ruraltins 4.280.686,64 20/12/2004 a 29/4/2010

564.080 – Ruraltins 140.220,00 30/6/2006 a 31/12/2007

572.210 – Coopvag 102.410,00 23/10/2006 a 30/10/2007

577.973 – Coopvag 387.986,10 27/12/2006 a 31/12/2007

599.872 – Aesca 65.930,00 24/12/2007 a 24/8/2008

599.884 – Coopvag 250.325,00 4/12/2007 a 24/9/2008

632.156 – Coopter 3.473.607,83 18/8/2008 a 17/1/2012

636.889 – Coopvag 6.880.721,19 30/10/2008 a 31/12/2011

637.545 – Coopter 5.513.063,66 26/11/2008 a 31/12/2011

A Secex/TO constatou as seguintes irregularidades nesses convênios:

1. deficiência na fiscalização a cargo do Incra/TO nos convênios nºs 517.720, 517.722, 517.729 e 517.732, causada por número insuficiente de técnicos para a execução dos serviços e por inércia da entidade para exigir o fiel cumprimento dos objetos conveniados;

2. convênio nº 517.729, que contém cláusula impondo a subcontratação de entidade para a execução total dos serviços de ATES, com indicação nominal da subcontratada e da forma de contratação;

3. celebração de convênio para execução de atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do Incra;

4. celebração de Termo de Parceria com entidade que não atendia aos requisitos básicos para a prestação dos serviços de ATES;

5. celebração de convênio com entidade privada, sem a prevalência de interesses comuns e coincidentes, caracterizando a contraprestação de serviços;

6. metas do cronograma de execução insuficientemente descritas;

7. inexistência de análises detalhadas de custo do objeto conveniado; e

8. inexecução do objeto dos convênios.

As questões levantadas pela equipe da Secex/TO demonstram falhas gritantes no controle das atividades contempladas com os recursos dos referidos convênios, fato esse já objeto de apreciação em outros processos do TCU. Não obstante, conclui não haver comprovação da ocorrência de danos ao erário.

O TCU encaminhou esses Acórdãos, acompanhados dos respectivos Relatório e Voto que os fundamentam, ao Senado Federal para que tomasse conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo adotado por aquela Corte de Contas de enviar cópia de suas decisões a esta Casa.

Análise

As irregularidades arroladas constam do supracitado Acórdão nº 552/2011 – TCU – Plenário, proferido nos autos do processo TC 024.516/2007-0, relatado pelo Ministro-Substituto André Luís de Carvalho. O Acórdão reflete o posicionamento dos Ministros do TCU, reunidos em sessão do Plenário em 2 de março de 2011. Entre as decisões nele constantes, cabe destacar:

1. conhecer da representação, com fundamento no art. 237, inciso VI, e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

2. acolher as razões de justificativa do Sr. José Roberto Ribeiro Forzani, superintendente Regional do Incra/TO;

3. rejeitar parcialmente as razões de justificativa do Sr. José Cardoso, ex-superintendente Regional do Incra/TO;

4. determinar à Secex/TO que:

4.1. promova, com fundamento no art. 276, § 2º, do Regimento Interno, a oitiva prévia da Superintendência Regional do Incra no Estado de Tocantins, para que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da notificação, sobre as ocorrências apontadas no Relatório;

4.2. promova, com fundamento no art. 276, § 2º, do Regimento Interno, a oitiva das entidades conveniadas, para que, querendo, apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da notificação, suas razões sobre as ocorrências motivadoras da oitiva prévia contida no subitem 4.1 anterior;

5. determinar ao Incra/TO que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contadas a partir da notificação, informe a este Tribunal o resultado do exame ou do reexame das prestações de contas dos convênios e termo de parceira listados, e, caso necessário, instaurar as devidas tomadas de contas especial, conforme disposto no art. 28 e seguintes da IN STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997, então vigente;

6. aplicar ao Sr. José Cardoso a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor.

Em síntese, o Acórdão determina que as irregularidades apontadas no Relatório sejam sanadas pelo INCRA/TO e entidades conveniadas, aplica multa de R\$ 5.000,00 ao Sr. José Cardoso, ex-superintendente regional do órgão, dentre outras providências. A decisão do Plenário, neste momento processual, deixou de acolher a proposta de formação de processos de tomada de contas especial para a apuração das irregularidades constatadas, em virtude de que não restou devidamente comprovada a ocorrência de danos ao erário.

Posteriormente, o Acórdão nº 2.594/2011 do TCU, proferido em sessão de 28 de setembro de 2011, decidiu sobrestar os autos do processo, até o adimplemento das 24 parcelas da multa imputada ao Sr. José Cardoso, conforme requerido pelo responsável.

Para concluir a análise, não tendo sido comprovado dano ao erário, cabe a esta Comissão, nos termos regimentais, tão somente tomar conhecimento das informações prestadas pelo TCU e deliberar pelo seu arquivamento.

Voto

Tendo em conta o exposto, uma vez que esta Comissão tomou conhecimento dos Acórdãos nº 552 e nº 2.594, ambos de 2011, do TCU, votamos pelo arquivamento do Aviso nº 37, de 2011.

Estes são o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Em discussão o parecer do Relator Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Não temos quórum para a votação.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, tivemos aqui a oportunidade de termos realizado uma audiência pública, da qual todos participamos, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e minha própria, com a participação intensa de V. Ex^a, relativamente ao projeto das cooperativas. Amanhã, salvo engano, dia 06/07, é o dia previsto para haver uma reunião relativa às cooperativas, tendo em vista o ano internacional do cooperativismo, assim declarado pela ONU.

Acredito que, tendo em conta os inúmeros afazeres que tivemos nos últimos dias e semanas, talvez V. Ex^a não tenha podido concluir o relatório/parecer relativo ao projeto de lei, mas eu queria fazer um apelo construtivo a V. Ex^a para que possamos, no prazo que considerar o mais adequado, concluir e promover o entendimento que V. Ex^a, inclusive, ressaltou entre as diversas entidades representativas do cooperativismo no Brasil para que possamos chegar a um bom termo. Aqui me coloco à disposição de V. Ex^a para dialogarmos a respeito para, na data que considerar a mais adequada... Tivemos, esta semana e ontem, dias bastante intensos, de muitos afazeres.

Portanto, quero aqui registrar minha compreensão, mas a disposição de colaborar com V. Ex^a para o bom entendimento sobre esse tema tão importante. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Eduardo Suplicy, vou responder objetivamente a V. Ex^a.

Acho que é a segunda ou terceira vez que V. Ex^a toca nesse assunto. Entendo a ansiedade de V. Ex^a. Também eu, Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, gostaria de ver esse projeto aprovado.

Aliás, em reunião na Comissão de Educação, aprovamos um projeto que estava lá há não sei quanto tempo, da Senadora Marisa Serrano, que garantia que os alunos das escolas de cooperativas também fossem incluídos no ProUni. Foi uma batalha, mas houve o consenso.

Se vier o projeto para cá, vou ter que fazer um substitutivo, que não é o relatório de V. Ex^a. O que eu estou fazendo neste momento é garantir... Porque, na verdade, eu entendo que as nossas assessorias técnicas estão trabalhando. A hora que V. Ex^a for consultar as pessoas que estão lhe pedindo isso, se elas não estiverem devidamente contempladas nesse relatório, evidentemente elas vão pedir para que V. Ex^a vote contra ou crie... A mesma coisa a OCB, a mesma coisa as cooperativas chamadas de economia solidária. E aí é outra vertente... São três vertentes. Eu peguei, daquela audiência, um professor do Rio Grande do Sul, um representante da chamada economia cooperativa solidária, da economia solidária, e mais um, e estou promovendo, com o Nelson, que é meu principal assessor, um texto que

garanta que a gente possa votar, porque senão vamos trazer para o Plenário um texto... E eu sou determinado numa coisa, Senador: eu gosto sempre de consenso, gosto de convergência, eu sempre aposto nisso. E pode ter certeza V. Ex^a de uma coisa que é uma característica minha: eu não pego projeto para engavetar. Se alguém quiser que eu faça isso, não vai acontecer. Nós vamos votar isso. E eu persegui essa data.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – Que bom.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Porque já pensou se pudéssemos anunciar, na sexta, amanhã, na sessão solene, que estamos votando o tão sonhado ato cooperativo? Mas uma coisa nós estamos já... A questão da unicidade, que era o grande entrave, eu acho que já temos acordo nesse item. E depois só basta que esse texto contemple as demandas dos vários segmentos das cooperativas, e é isso que nós vamos conseguir. Estou apostando nisso.

Não sei se respondi objetivamente a V. Ex^a.

Peço não desculpas, porque não tenho por que pedir desculpas, mas peço a compreensão de V. Ex^a, porque a demora é no sentido mais positivo de garantir um texto convergente. Se não for, vamos decidir no voto.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP) – O importante é que V. Ex^a acaba de transmitir que está trabalhando para chegar a um melhor entendimento. Então, acho que essa informação que V. Ex^a presta é relevante e importante, ou seja, o Senado está trabalhando sobre um tema que é de grande importância para o cooperativismo.

Agradeço a resposta de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço a compreensão de V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, só para fazer um registro: ontem, já por volta das 20h30, nos reunimos aqui e nos plenários dessas comissões do Senado para tratar da MP 565. V. Ex^a esteve presente. Essa é uma MP do Governo que cria um fundo específico, um financiamento para socorrer desastres naturais, especialmente a seca no Norte e no Nordeste.

Numa emenda colocada pelo Senador Paulo Bauer, o Senador Walter Pinheiro, que era o Relator, incluiu também a região Sul, Senadora Ana Amélia, e eu disse e repito aqui, e tenho dito isso constantemente nas reuniões e no plenário: a região Sul do País é tida por todo o Brasil como uma das regiões mais pujantes, mais desenvolvidas, mais ricas, mas também sofre e

sangra, pois as condições climáticas vêm realmente afetando muito a nossa região; os prejuízos estimados nos últimos dois anos, causados pela seca, no Rio Grande do Sul e no Paraná, chegam a R\$20 bilhões.

Chega ao Senado o Plano Nacional de Recursos Hídricos, e a intenção é que isso... Parece-me que está limitada a atuação do Senado, porque já foi aprovado aqui e foi modificado pela Câmara, cabendo somente ao Senado a verificação daquilo que foi alterado pela Câmara, se volta o texto do Senado ou se fica mantido o texto da Câmara.

No entanto, eu gostaria de fazer um registro da importância de ter o Sul do País sido inserido nessa MP 565.

Parabenizo a iniciativa do Senador Paulo Bauer e a sensibilidade do Senador Walter Pinheiro, que percebeu que não é só o Nordeste que vive problemas de seca, também o Sul. E não são os grandes produtores que mais sofrem. Quem mais sofre no Sul são os pequenos produtores, porque esses, por mais que tenham Proagro e seguro Safra, o seguro é do custeio, não é da renda. Um fundo desse, com a possibilidade de captar recursos também para recuperação ou para recomposição das perdas causadas por um desastre natural é de fundamental importância. Isso merece um registro aqui nesta Comissão de Agricultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Senadora Ana Amélia, no início desta reunião, havia levantado o assunto, e inclusive disse que o Relator, Senador Walter Pinheiro, tinha sido injustamente alvo de crítica por ter recebido essas emendas. Na verdade, ele está fazendo justiça, e V. Ex^a também faz coro aos argumentos da Senadora Ana Amélia.

Não podemos mais fazer votações porque não temos quórum para deliberar.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 49 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 12 DE JULHO DE 2012.

Às oito horas e trinta minutos do dia doze de julho de dois mil e doze, no Auditório Petrônio Portela, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência, em exercício, do Senador **WALDEMIR MOKA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a

presença dos seguintes Senadores: **ANTONIO RUSO, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, BENEDITO DE LIRA, FLEXA RIBEIRO, JAYME CAMPOS, SÉRGIO SOUZA, LUIZ HENRIQUE, BLAIRO MAGGI e PAULO BAUER**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Zeze Perrella, Rodrigo Rollemberg, Ivo Cassol, Cyro Miranda, Alfredo Nascimento e Sérgio Petecão. O Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, em exercício, informa que a presente reunião se destina à **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 26, de 2012-CRA**, de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Sérgio Souza, aprovado em 14.06.2012, para debater a atual crise por que passa a **suinocultura brasileira**, com a presença dos seguintes convidados: **Mendes Ribeiro Filho** – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; **Marcelo Lopes** – Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos – **ABCS**; **Pedro de Camargo Neto** – Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína – **ABIPECS**; **Marcio Milan** – Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados – **ABRAS** (representante de: Sussumo Honda); **Marcia Caldas** – Coordenadora de Crédito Rural e Normas da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda – **SPE/MF** (representante de: João Rabelo Júnior); **Caio Rocha** – Secretário de Política Agrícola – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; **Deputado Vilson Covatti** – **(PP-RS)** – Presidente da Frente Parlamentar Mista da Suinocultura – **FPMS**. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senadores(as) Ana Amélia, Waldemir Moka, Casildo Maldaner e Sérgio Souza. Também usaram da palavra para comentários, os seguintes parlamentares: Deputado Osmar Terra (PMDB/RS), Deputado Dilceu Seráfico (PP/PR), Deputado João Rodrigues (Secretário de Agricultura de Santa Catarina) e Deputado Tarcisio Perônio. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente, em exercício, da Cra.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Bom dia, senhoras e senhores aqui presentes, Srs. Parlamentares, minha cara Senadora Ana Amélia, Presidente da nossa futura Frente da Suinocultura, Deputado Vilson Covatti.

Declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com anuência do plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 26, de 2012, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de autoria de S. Exa. a Senadora Ana Amélia e do Senador Sérgio Souza, aprovado em 14 de junho do corrente ano. Tem como finalidade debater a atual crise por que passa a suinocultura brasileira, com a participação dos seguintes convidados: o Exmo. Sr. Mendes Ribeiro Filho, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que já confirmou a sua presença e está neste momento se deslocando para esta Comissão.

Informo que rigorosamente estamos cumprindo o horário da nossa Comissão, 8h30min, e alguns convidados, evidentemente, chegarão. Isso é importante porque a partir das 8h30min a reunião desta Comissão é transmitida ao vivo pela TV Senado. E é fundamental até para que o movimento dos senhores tenha essa repercussão nacional. Se nós não começarmos aqui no horário, correremos o risco de perder este espaço tão importante. Essa é a explicação de ao invés de esperar chegarem todas as autoridades resolvi começar rigorosamente no horário.

Chamo para compor a Mesa o Sr. Marcelo Lopes, que já está aqui presente. Ele é Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos. *(Palmas.)*

Convido o Sr. Pedro de Camargo Neto, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína. *(Palmas.)*

E o Sr. Márcio Milan, que é Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados. Também já se encontra aqui presente. *(Palmas.)*

Registro, e o faço com enorme satisfação, a presença do Presidente da Frente Parlamentar da Suinocultura, Deputado Federal Vilson Covatti, que também tem assento à Mesa.

Registro ainda Parlamentares que evidentemente a minha assessoria vai passar, mas quero citar com enorme satisfação o extraordinário Deputado Federal de Santa Catarina Valdir Colatto, aqui presente, o nosso Deputado Federal também de Santa Catarina, grande amigo, Celso Maldaner. Muito obrigado, senhores.

Também quero registrar a presença do Deputado Estadual por Santa Catarina, Moacir Sopelsa. *(Palmas.)* Não sei se estou pronunciando corretamente.

Faço questão de que componha a nossa Mesa o Sr. Ministro da Agricultura Mendes Ribeiro Filho, que aqui se encontra presente e vai participar desta audiência pública. *(Palmas.)*

Registro a presença dos Senadores Blairo Maggi, do Mato Grosso, e Casildo Maldaner, de Santa Catarina. *(Palmas.)*

Quero dizer a todos os senhores que, em nome dos suinocultores do meu Estado, Mato Grosso do Sul, quero dar as boas-vindas a homens e mulheres de mãos calejadas que representam a suinocultura no Brasil e que estão aqui em busca, evidentemente, de preço justo para a sua produção, conforme trazem aqui. *(Palmas.)*

Registro a presença do ex-Governador de Santa Catarina e meu amigo, Senador Luiz Henrique da Silveira. Muito grato, Governador, pela presença de V. Exª.

Eu gostaria que o Senador Sérgio Souza, também signatário do requerimento que originou esta audiência pública...

Senador Sciarra, do Estado do Paraná, que aqui se encontra. Muito obrigado.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Deputado? É só uma profecia, Deputado.

Quero dizer que nós reservamos lugares para os Srs. Parlamentares.

Registro com prazer a presença do Senador do meu Estado, o Mato Grosso do Sul, Antonio Russo.

Ministro, muito obrigado pela presença de V. Exª.

Passo a palavra de imediato para a Senadora autora do requerimento, esta extraordinária mulher que sem dúvida alguma tem dado uma grande contribuição, não só à produção brasileira, mas aos debates nesta Casa.

Com muito orgulho, passo a palavra à Senadora Ana Amélia. *(Palmas.)*

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, colega Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, amigo Waldemir Moka, que preside esta sessão, com um agradecimento especial e honroso à presença do Ministro da Agricultura, Deputado Mendes Ribeiro Filho, que vem aqui trazer para vocês um pouco de esperança para essa que é uma das mais agudas crises que a suinocultura brasileira está enfrentando.

No primeiro momento em que o Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos, na pessoa do Marcelo Lopes, e o Presidente da Associação dos

Criadores de Suínos do meu Estado, Valdecir Folador, do Rio Grande do Sul, e o Presidente da Associação dos Criadores de Suínos de Santa Catarina fomos ao Gabinete do Ministro da Agricultura, ele, imediatamente, convocou a sua equipe técnica e, desde aquele momento, em junho, e ordenou que rapidamente fossem encontradas soluções para a suinocultura. E o Ministro hoje, com muito orgulho para todos nós, especialmente para mim, que dei uma contribuição junto com os Senadores Luiz Henrique da Silveira, Casildo Maldaner, Paulo Bauer e Sérgio Souza, que comigo foi signatário do requerimento para esta audiência pública, conseguimos, com a participação dos Deputados Federais de Santa Catarina, todos eles empenhados na solução desse problema, do meu Estado, o Rio Grande do Sul, do Paraná, além de Deputados de Minas Gerais e de São Paulo, Estados produtores que da mesma forma convivem com esses problemas. Cito o Senador Zezé Perrella, que é de Minas Gerais e que, da mesma forma, como criador de suínos, me disse que o setor estava enfrentando sérias dificuldades.

É mais do que justa a campanha “Preço justo para produzir” que os senhores aqui mobilizados demonstram.

Queria agradecer a presença de vários prefeitos de Santa Catarina, especialmente de Braço do Norte, Município catarinense no sul do Estado, onde começou o grande protesto para revelar a gravidade da situação, agradecer aos prefeitos do meu Estado, o Rio Grande do Sul, aos Deputados Estaduais que vieram dar apoio a essa mobilização, agradecer a presença dos convidados para esta audiência pública, especialmente na pessoa do Ministro Mendes Ribeiro Filho, e ao Deputado Vilson Covatti, que, com mais de 250 assinaturas de Deputados e Senadores, conseguiu mobilizar, tendo em vista essa crise grande que o setor enfrenta, e criar a Frente Parlamentar em Defesa da Suinocultura, que será lançada na manhã de hoje, nesta audiência pública.

A todos vocês, muito obrigada.

Passo a palavra ao nosso Presidente Waldemir Moka, porque a palavra mais importante hoje é a do Ministro Mendes Ribeiro Filho para oferecer a vocês as medidas para amenizar e resolver os problemas graves do setor da suinocultura brasileira.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradeço à Senadora Ana Amélia, mas, regimentalmente, antes de passar a palavra para as autoridades, convido para fazer uso do microfone o também signatário desse requerimento, o Senador pelo Paraná Sérgio Souza.

V. Ex^a tem a palavra, Senador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) –

Olá, bom dia a todos vocês. É um prazer recebê-los aqui no Senado Federal, que é a Casa da Federação, e na Comissão de Agricultura, que hoje, no seu espaço normal, Senador Blairo Maggi não teria como acolher a todos. A Senadora Ana Amélia providenciou junto à Casa este espaço, que é muito confortável.

A questão da suinocultura, nós temos, há alguns meses, debatido esse assunto dentro da Comissão de Agricultura, junto com o Ministro Mendes Ribeiro, e mais recentemente a coisa tomou patamares que se aparentam insustentáveis.

Estive no Paraná há 40 dias, junto com a Ministra Gleisi, em Cascavel e, de Cascavel a Curitiba, Deputado Colatto, viemos só eu e ela no avião. Conversei sobre diversos assuntos e disse a ela a importância de nós cuidarmos, Berzoini, que representa aqui uma das cidades que mais produzem porcos no Brasil, a cidade de Toledo, que nós precisamos fazer uma medida urgente em favor da suinocultura.

Essa conversa que eu tive com a Ministra Gleisi era para dizer que estava tramitando no Congresso Nacional a Medida Provisória nº 563, que trata da desoneração da folha.

Eu sei que isso pega a indústria, mas se a indústria for privilegiada poderá também chegar ao produtor. E nós não poderíamos perder naquele momento a oportunidade de desonerar também a folha da suinocultura e de outros setores, como o de aves, que também se assola com um problema no futuro.

Essa mesma conversa eu tive com o Ministro Mendes Ribeiro e no Ministério da Fazenda, com o Secretário Executivo daquela pasta e outros, além do Senador Romero Jucá, que era o Relator, aqui no Senado Federal, desta MP. E acatada uma emenda do Deputado Sandro Mabel, colocou-se dentro da 563 a desoneração da folha para a suinocultura.

Isso representa uma diminuição de algo em torno de 3% do custo da produção na cadeia da suinocultura. Então pode, sim, a indústria repassar isso.

Junto ao Ministro da Agricultura, nós estivemos outras vezes, Ministro Mendes Ribeiro, antes mesmo do lançamento do Plano Safra. Ele já anunciou, mas vai poder mostrar para vocês os esforços feitos nesse sentido.

Essa semana ainda, tivemos uma outra reunião com o Ministro da Agricultura, para tratar desse assunto, e o Ministro esteve, também, junto ao Ministério da Fazenda.

A questão da suinocultura, que gera milhões de empregos em todo o Brasil, que é a subsistência da família – eu sei, eu venho de família de produtores. Inclusive, um tio meu, que é independente como

muitos de vocês que aqui estão, no Paraná, fechou a sua granja há 30 anos. Ele não tem mais condições de tocá-la e já está mudando de atividade, porque a suinocultura, para ele, foi uma ilusão, de muitos anos, que não trouxe nenhum resultado positivo.

Muito de vocês, eu sei, estão lutando por muitos anos, e se nós, agora, não criarmos alguma medida emergencial, pelo menos para estancar o problema e criarmos uma solução para futuro, como, por exemplo, abertura do mercado com a Rússia. E aqui eu registro o grande esforço do Deputado Zacharow, que é representante de Câmara de Comércio da Bielo Russa, entre o Brasil, Rússia, Afeganistão e Ucrânia, e tem lutado muito nesse sentido.

Recentemente, meu caro Presidente Moka, trouxemos para a Comissão de Agricultura, Senadores da Rússia. Com eles debatemos essa situação.

A Argentina é outro país que nos tem criado problemas. Vocês sabem muito bem do que estou falando.

Tenho dito que o Mercosul tem de ser uma porta livre de entrada, para o que sai daqui para lá e para o que vem de lá para cá. Essas são as regras do Mercosul. Mas o Mercosul, para os Estados do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, não é a melhor coisa, porque esses Estados são grandes produtores agrícolas e da agricultura familiar e concorrem diretamente com os produtos do Uruguai, da Argentina, nem tanto com os do Paraguai, mas também com o Paraguai. O restante dos Estados brasileiros exportam produtos acabados e importam, de lá, automóveis, assim por diante, não têm o confronto direto da produção agropecuária.

Então, o Mercosul, para os Estados do Sul, não é bom. Se assim temos de fazer para ser grandes, unirmo-nos economicamente com nossos vizinho, que isso se dê com uma mão livre que vai e uma mão livre que vem. Não podemos admitir embargos dos nossos irmãos, vizinhos, como a Argentina tem feito com a carne brasileira, principalmente, com a carne suína, em especial a carne embutida, que era exportada para aquele país.

É um prazer falar com vocês. Contem sempre comigo na Comissão de Agricultura, no Senado Federal. Vocês têm, tanto no Senado quanto na Câmara, grandes defensores do setor, da suino cultura. Sou testemunha disso, porque nos últimos dias, grande embates têm acontecido não só nos plenários das Comissões, nos plenários das Casa, mas também dentro dos Ministérios, com os Governos, porque é lá que as coisas realmente acontecem e fazem a diferença para vocês.

Parabéns Senadora Ana Amélia, pela iniciativa. Obrigado pela oportunidade de ouvirmos V. Exa., o Ministro Mendes Ribeiro. Obrigado Ministro Mendes

Ribeiro, seu que V. Exa. modificou a sua agenda para cumprir o compromisso com a suinocultura brasileira.

Um bom-dia a todos vocês. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência informa que vamos ouvir os convidados para essa audiência. Já ouvimos os dois autores do requerimento.

Depois de ouvirmos os convidados, ouviremos os inscritos. Quero informar que as inscrições já se encontram abertas. Por uma questão de coerência, fiz questão de registrar, pelo menos, os três primeiros que vi chegar em primeiro lugar. Considerando o que vi, temos o Valdir Colatto, o Celso Maldaner.

Enfim, os parlamentares que quiserem debater, vejo que o Senador Casildo quer fazer uso da palavra. Quanto ao Senador Luiz Henrique, acho que não haverá tempo, porque eu e S. Exa. vamos ter de ir para a Comissão que estuda o Código Florestal, daqui a pouco.

Sem me alongar mais, quero informar que vou conceder o tempo regimental de 10 minutos ao Sr. Marcelo Lopes, Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos.

V. Sa. pode usar a tribuna ou o microfone, como desejar.

O SR. MARCELO LOPES – Bom dia a todos.

Inicialmente, quero cumprimentar o Exmo. Sr. Senador, Presidente Waldemir Moka, o Exmo Sr. Ministro Mendes Ribeiro, Exma. Sra. Senadora Ana Amélia, por quem estendo cumprimentos aos demais Senadores.

A Senadora Ana Amélia tem se mostrado uma líder, uma pessoa que nos tem ajudado extremamente nesses nossos movimentos. Agradeço, em nome dos suinocultores, a Sra e aos Srs. Parlamentares; ao Deputado Wilson Covatti, Presidente da recém formada Frente Parlamentar de Suinocultura, também uma brilhante iniciativa, por meio do qual cumprimento os demais Parlamentares, grandes companheiros que estão sempre nos acompanhando; o Sr. Caio Rocha, Secretário de Políticas Agrícolas do Ministério, que também tem se mostrado bastante competente na luta pela suinocultura brasileira. Muito obrigado, Caio. A Sra. Maria Caldas, Coordenadora do Crédito Rural, obrigado; ao Sr. Pedro de Camargo, Presidente da Associação de Indústria e de Produtores de Exportação de Carne Suína, também um grande companheiro, temos andado juntos pela luta da suinocultura brasileira; ao Sr. Marcio Milan, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados, é um prazer imenso tê-lo aqui conosco, também. Um especial abraço, senhores, a vocês, suinocultores, a quem tenho um imenso prazer de representar.

Vocês são verdadeiros vitoriosos, heróis, que aqui estão hoje para mostrar a indignação por que

estamos passando, o sério problema socioeconômico que a suinocultura brasileira vem passando ao longo desses tempos.

Espero que hoje, na presença dos Senadores, do Ministro, possamos criar um marco para que, daqui para frente, a suinocultura seja diferente. Espero estar correspondendo à altura, contribuindo com os senhores, que merecem a melhor representação possível, porque são brasileiros trabalhadores e não merecem estar passando pelo que estão passando. *(Palmas.)*

Nós todos estamos em dificuldades, e vamos lutar. Tenho certeza que hoje é apenas o início, o início da virada da suinocultura brasileira, porque no que depender de nós, associadas, das filiadas à ABCS, estaremos sempre lutando pelos senhores.

Vou começar a apresentação.

Inicialmente, senhores, quero mostrar a importância da suinocultura brasileira para o Brasil e para nós todos.

Nós temos 1,65 milhão de matrizes tecnificadas; 3,4 milhões de toneladas de carne em produção, em 2011; nós faturamos R\$9,6 bilhões, valor bruto da produção, em 2011; US\$ 1,43 bilhão em exportação; somos 50 mil produtores e produzimos um milhão de empregos. Apenas uma comparação: o setor automotivo produz, em torno de sua cadeia, 300 mil empregos. Somos o quarto maiores produtores e exportadores mundiais.

Pode passar.

Só como referência, pegamos São Paulo como base, porque é um Estado referência, uma bolsa referência. Em 2012, de janeiro a junho, tivemos 40% de queda na cotação do preço do suíno.

Uma comparação do preço do suíno de 2010 para 2012. Em 2010, na mesma época, nós vendíamos a R\$ 2,70; hoje, vendemos a R\$ 1,91 o quilo do suíno vivo.

Outra evolução importante: o Mato Grosso, como é tido por todos como o Estado com o menor custo, em 2010, teve um aumento de 45% em seu custo.

Pode passar.

Em Santa Catarina, em junho de 2010, pagávamos R\$625,00 a tonelada do farelo. Em julho de 2012, pagamos R\$1.210,00, com grande expectativa de falta do produto para a nossa produção.

O que mais nos preocupa? Segundo a FAO, a tendência é que o preço dos cereais suba daqui para frente. A partir de 2004, 2005, tivemos a elevação de preços. Isso é uma tendência mundial que vai continuar em alta.

Outra situação grave que demonstra exatamente a situação da suinocultura brasileira: em 2011, a suinocultura entrou em crise. Notem que esse azul é o custo. Aqui, a linha de venda da suinocultura está em vermelho, o preço do suíno vivo. Em 2011, fevereiro de

2011, entramos em crise. Desde lá, não conseguimos sequer pagar o custo, e, aí, estamos abrindo falência, se não houver medidas imediatas do Governo Federal.

Para que tenhamos uma ideia rápida de como é a suinocultura ao longo desses anos. Para termos uma noção, o preço pago ao produtor, em uma média de cinco anos, de 2007 a 2012, com uma quantidade de 300 matrizes – como referência –, com uma média de preço de custo de R\$ 2,73, a média vendida de 2,64, em cinco anos – vejam bem –, tivemos prejuízo de quase R\$400 mil. Ou seja, a suinocultura já vem em crise há muito tempo e isso precisa ser mudado.

Aqui, temos o reflexo do que vem acontecendo em todo o País. Só para que tenhamos uma ideia, uma média de preço de produção de R\$2,65, nos Estados; o custo do suíno vivo é de R\$2,65; a média de venda é de R\$1,76; temos uma média de prejuízo de R\$89,00 por suíno abatido, algo em torno, este ano, de apenas R\$1.780 milhão, apenas pago pelos produtores.

Para que possamos ter uma ideia e deixarmos de falar que somente os produtores independentes estão com necessidades, fizemos a seguinte pesquisa:

Agroindústria: 60% da produção está perdendo R\$15,00 por cabeça, o custo é o mesmo;

Cooperativas independentes: 10% da produção, uma perda de R\$30,00 a R\$40,00. Hoje, esses volumes já aumentaram;

Suinocultores independentes: 30% de R\$40 a R\$80; também esses valores já estão defasados; nós já estamos em 100, 110 reais.

Outro problema assustador. Enquanto o preço da suinocultura caiu 40% nos principais Estados, o IPCA, Índice de Preços ao Consumidor, só caiu 1,5% na gôndola, senhores. Vejam bem. Nós caímos 40% e, na gôndola, apenas 1,52%.

Fizemos uma pesquisa de mercado. Enquanto nós estamos vendendo um suíno a 1,70 você vai ao mercado e encontra um lombo a 17,99 e, pasmem, 81,31% a variação entre o menor preço e o mais alto. A bisteca 16,95, vendendo o suíno a 1,70! Variação de quase 90% entre os mercados.

Enquanto isso, o Governo age muito forte. O IPI cai 7% para os carros zeros, redução de IOF no crédito de 2,5 para 1,5. O Governo deixará de arrecadar 1,2 bilhão de reais.

Essa notícia saiu recentemente, eu tive que botá-la aqui. Desde o início da crise financeira, o Governo brasileiro abriu mão de 26 bilhões e esse dinheiro não ficou aqui. O lucro enviado para fora do País fica próximo do valor que as empresas deixaram de pagar em impostos. Ou seja, tudo aquilo que eles dão vai embora e não é reinvestido no País. E a suinocultura, como fica?

Próximo.

Eletrodomésticos, linha branca, IPI zero em muitas linhas. O Governo deixa de arrecadar 489 mil. Enquanto isso, o quadro da suinocultura...

O Sr. Natalino quer vender a sua propriedade para pagar dívidas. O Sr. Natalino não comprou carro, o Sr. Natalino não viajou com a família, o Sr. Natalino não se endividou porque adquiriu outros bens. O Sr. Natalino se endividou porque fez o trabalho dele, ele criou suínos; ele é produtor de suínos e tem que vender a propriedade porque não tem como pagar os custos há 18 meses.

Agora nós vamos ver um vídeo que retrata exatamente a realidade do Brasil e em seguida vou falar das nossas emendas.

(Procede-se à apresentação de vídeo)

O SR. MARCELO LOPES – Para finalizar, Senador, agora eu vou passar somente as nossas demandas para o setor.

Para encerrar. Eu sei que ultrapassei um pouco o tempo, mas era preciso que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Por favor, fique à vontade.

O SR. MARCELO LOPES – Medidas emergenciais: prorrogação dos vencimentos das dívidas de custeio e de investimento dos produtores de suínos; aumento dos limites de crédito para retenção de matrizes para o valor de R\$500 por matriz extra-limite; inclusão da carne suína na política de garantias de preço mínimo; PEP (Prêmio de Escoamento de Produto) para a carne suína nos Estados do Sul, Centro-Oeste e Nordeste; subsídio para produção de suínos.

Próximo.

Apoio aos projetos de lei de integração tanto do Senado quanto da Câmara que estão em tramitação; projeto de lei da política de garantia do preço mínimo que está na Câmara; o programa de reestruturação dos passivos que também está na Câmara, e o projeto de lei que determina a todos os frigoríficos e operações que informem, que dêem informações para nós suinocultores porque precisamos das informações a fim de que possamos usá-las para que não haja aumento de rebanho sem o nosso controle também.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. Marcelo Lopes, chamo em seguida, ainda dentro da estratégia de fala dos convidados, o Sr. Pedro de Camargo Neto, Presidente da Associação Brasileira de Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína.

O SR. PEDRO DE CAMARGO NETO – Bom dia, senhores, é um grande prazer estar aqui. Senador Moka, é uma honra estar aqui, ter sido lembrado,

Senadora Ana Amélia, obrigado pela lembrança, por poder participar desse momento, senhores participantes da Mesa, Ministro Mendes Ribeiro, que está aqui conosco, Marcelo Lopes, meu companheiro de suinocultura, secretário Caio Rocha, Marcio Milan, senhores Senadores, Senador Luiz Henrique, que eu vi aqui de longe, que, veremos, tem um papel importante no que ainda vai acontecer, Senador Blairo Maggi, Deputado Colatto, vou esquecer tanta gente que está presente que eu gostaria de citar porque são participantes deste dia tão importante para a suinocultura.

Convidado para estar aqui – eu tenho uma apresentação – mas fiquei pensando na minha contribuição, em como ajudar a entender o que está acontecendo até para saber como sair dela. Então vou fazer algumas apresentações que coincidem muito com o que o Marcelo já apresentou, acaba sendo um pouco repetitivo, mas a gente talvez enxergue por um viés um pouco diferente, uma maneira um pouco diferente.

Próximo.

A suinocultura, como os senhores sabem, é muito concentrada no sul do País, nos três Estados.

Próximo.

É um setor que, embora pequeno, gera mais empregos do que esses setores vedetes e glamourosos que o Governo nunca esquece. Então, muitos empregos são gerados na suinocultura, embora seja um setor pequeno.

Próximo.

Como a gente tem perdido espaço no comércio internacional, já exportamos mais no passado, é parte do problema, não é o problema, mas é parte do problema essa perda de competitividade que ocorreu no Brasil.

Próximo.

Aqui são os principais exportadores.

Próximo.

No fundo, a gente vende só para metade deles. Tem metade dos importadores para os quais a gente nem sequer vende um grama porque ainda tem problema sanitário, não conseguiu vencer a barreira sanitária.

Próximo.

A gente tem custos de logística no Brasil que só crescem, a gente perde. Hoje em dia o Brasil não é o país mais barato do mundo, pelo contrário, o Brasil se tornou um país caro que deixa de vender porque se tornou caro.

Próximo.

Rodovias, embora uma parte delas boas, não necessariamente são as nossas, não é? Há muitas rodovias muito ruins.

Próximo.

Os custos portuários também são muito altos, mais caros que os dos nossos concorrentes.

Próximo.

Aumento do custo de mão de obra. O Brasil teve uma transformação muito importante de aumento salarial, mas esse aumento salarial tão rápido que foi causou o encarecimento da mão de obra. A mão de obra no Brasil hoje é cara, não é que ganhe mais, mas a indústria não é tão tecnificada ainda, você ainda não se ajustou a uma mão de obra mais alta, então com isso também estamos perdendo produtividade.

Próximo.

Aqui, somente uma comparação dos aumentos percentuais que ocorreram no Brasil em termos de custo de mão de obra.

Próximo.

Energia elétrica. O Brasil é o País mais caro em energia elétrica, perde competitividade, dificulta a nossa produção.

Próximo.

Mesmo em termos da participação da ração nos custos de produção nós somos caros.

Próximo.

Nós ficamos caros em todos os aspectos. A verdade é essa.

Próximo.

É isso aí.

O Brasil já foi muito barato, em agricultura, em geral, e em suinocultura, em particular. Ajudava muito a gente a exportar o fato de ser mais barato. Não somos mais. O nosso principal concorrente na suinocultura, que são os Estados Unidos, tem custos equivalentes. Hoje mesmo a desvalorização melhorou um pouco a nossa posição, mas é custo equivalente. O nosso era mais caro que o dos Estados Unidos.

Próximo.

Agora o nosso sucesso, o sucesso dos senhores que estão aqui presentes, o sucesso do suinocultor, que foi investimento em tecnologia, aumento de produtividade, melhor manejo; o fato de sermos competentes, estamos produzindo mais, estamos mais eficientes, mais produtivos.

O que está nos atrapalhando é sermos competentes. A verdade é essa. O aumento de produção é resultado não de aumento de matriz, não de investimento, mas de aumento da nossa competitividade, da nossa produtividade, da eficiência dos senhores que estão presentes, dos muitos outros que estão aí fora.

Próximo.

O fato é que nós estamos vendendo o suíno mais pesado, que é também produtividade, competência, mas é mais produção.

Próximo.

O fato é que a gente tem aumentado a produção ano a ano, por competência. O que esperam de nós? Trabalharmos melhor, trabalharmos com mais eficiência.

Próximo.

Com a exportação praticamente caindo, acabou essa produção indo para o mercado interno, para disponibilidade interna, que, felizmente no ano passado, atrasado, foi melhor do que neste ano, mas chega a um ponto em que a gente fica nessa crise como estamos hoje.

Próximo.

Aqui estão os destinos. Como perdemos mercado externo. A Rússia, que era o grande comprador de carne suína do Brasil, despencou e está fazendo falta.

O que está sobrando hoje, se não tivéssemos perdido 140 mil toneladas para a Rússia, não teria crise, não teria crise, porque o que está sobrando de carne suína é menos do que isso. O fato é que atrapalha muito ter pedido esse mercado.

Próximo.

Embora tenha sido feito esse esforço de crescer em outros mercados, não conseguimos compensar a perda da Rússia. Embora a gente tenha conquistado, aos poucos, mais mercados, nós perdemos muitos outros mais importantes. Então não compensou. O que a gente avançou não compensou o que a gente perdeu. Andamos para trás; infelizmente, andamos para trás. Isso está atrapalhando hoje, é parte da crise.

Veja: neste ano a produção continua a crescer e estamos com 74 mil toneladas, que não é muita coisa – é muito pouco – para o nosso tamanho, mas com agricultura é assim: o pouco que sobra atrapalha o todo. E essas toneladas a mais estão causando esse tumulto todo.

Próximo.

Exportações.

Estamos aí empatados, quando deveríamos estar crescendo. Não podíamos ter perdido a Rússia, não podíamos ter perdido a Argentina, nós não podíamos ter perdido a África do Sul há cinco anos; não podíamos ter pedido a Albânia, que é um país pequeno, mas ia um pouquinho para lá. A gente perdeu muito. A gente conquistou quem? Conquistou a China, mas não deslanchou. Temos exportado pouquíssimo para a China. Conquistou os Estados Unidos, foi um marco histórico, às custas – o Senador Luiz Henrique não está aqui hoje – do esforço pessoal do Governador Luiz Henrique. Na época em que era Governador, fui com ele a Washington diversas vezes. É um marco. Foi uma *griffe* para a suinocultura. O serviço sanitário mais rigoroso do mundo aprovou, mas chancela...

O Governador ainda está aqui. Ó, Governador! Fui com ele à Rússia, sofremos juntos; fomos s aos

Estados Unidos e não sofremos, conseguimos abrir os Estados Unidos. Foi um marco histórico para a suinocultura, um marco histórico. Agora, griffe não paga a conta, gente!

Tinha que ter resultado em ampliação de exportação. É preciso registrar esse esforço de abrir os Estados Unidos, que é uma chancela do nosso setor, resultado do empenho e trabalho do Governador Luiz Henrique em Santa Catarina. (*Palmas.*)

Ele e eu fomos juntos. Isso terá resultado para nós. Está tendo resultado. Vamos abrir o Japão logo, logo. Não que ele não tenha um serviço sanitário competente, que ele não missão veterinária, mas, o fato de os Estados Unidos já terem assinado, cria confiança – ninguém quer ser o primeiro – para caminhar, e o Japão está caminhando depois dos Estados Unidos. E vai abrir. Vai abrir, gente, vai abrir muito rápido, assim como abriu a China, assim como abriu os Estados Unidos, mas o fato é que perdemos Rússia, perdemos Argentina, perdemos outra coisa. Então, não compensou. Andamos para trás mais do que andamos para frente.

Próximo.

Então, há carne a mais. A verdade é esta: o resultado da nossa competência, da nossa produtividade, do trabalho dos senhores de aumento de produtividade, aumentou a produção e essa produção está atrapalhando.

Próximo.

Os destinos que estão aí. Veja que continua...

Próximo.

Aqui os preços médios. Você perde Rússia e ginha, empata lá em Ucrânia, mas você perdeu. São mercados de preços mais baixos e que atrapalham muito o setor. Isso acaba refletindo na cadeia como um todo.

Próximo.

Os senhores, mais ou menos, já conhecem isso.

Próximo.

A exportação que está aí...

O fato de perder, a Rússia atrapalhou o Rio Grande do Sul.

Próximo.

Aqui os senhores já viram um gráfico muito parecido, o do Marcelo.

Vamos passar.

Próximo.

Essa é uma tabelinha que o Jurandir Machado, que trabalha comigo e trabalha com suínos há décadas, preparou.

Próximo.

Aqui mostra o prejuízo. Um pouquinho diferente do Marcelo, mas isso não é prejuízo de ninguém, não é prejuízo de uma indústria, não é prejuízo de um produtor; isso é um cálculo teórico que a gente faz para

sentir como está. O ato é que está no vermelho mesmo. Está todo mundo perdendo dinheiro. O período que ficou um pouquinho melhor não compensou, sequer, o que nós – nós indústria e nós produtores – havíamos perdido no ano passado. O Marcelo colocou e é que preciso que se ressalte que a indústria perde também. Só quem escapou dessa crise foi quem não tem milho, não tem farelo, não tem leite; é o produtor integrado que no seu contrato ficou alheio a isso, que escapou. A indústria perde também, junto com o produtor. Esse cálculo não é de nenhuma indústria, não é de nenhum produtor, mas é nosso prejuízo, que está em vermelho.

Próximo.

Ações públicas.

O que pode ser feito e o que não foi feito. A gente precisa também tentar aprender com o passado.

Próximo.

Nós tivemos neste ano, nos Estados do Sul, uma crise climática muito forte, que prejudicou demais a produção de milho naquele país. O que foi feito? Não foi feito nada, gente. Não foi feito nada. Não houve leilão de milho. Vendas de balcão? Valores irrisórios.

Outros instrumentos de política agrícola que são anunciados com alarde nos Planos Safra não aconteceram. O fato é esse. O Governo não nos ajudou quando poderia, quando deveria. Política agrícola é para momentos difíceis. (*Palmas.*)

Tivemos um momento difícil, e não aconteceu. É um fato que os senhores sabem, o Governo sabe mais do que nós o que foi pedido e não foi atendido.

Próximo.

Esse também é um gráfico – pensando aqui no Governador Luiz Henrique – da aftosa, gráfico que nos atrapalha. Aquela metade do mercado que a gente não atinge.

Está lá Santa Catarina em azulzinho. É o único Estado livre de febre aftosa sem vacinação, que nos permitiu abrir os Estados Unidos, que vai nos permitir abrir o Japão, resultado do esforço de Santa Catarina, esforço do Deputado Colatto, também companheiro que participou intensivamente disso, a toda hora. (*Palmas.*)

Estamos fazendo esforço, só que houve um descompasso. As coisas não caminharam como precisavam, como deveriam.

Próximo.

Falamos dos Estados Unidos, que foram um marco, mas é uma *griffe*, é uma chancela de qualidade, mas nunca será um grande mercado, porque o produto deles é quase mais barato do que o nosso. Nós vamos conseguir vender para eles alguns cortes e pouco, mas foi importante. A China abriu e é o maior produtor, o maior consumidor do mundo, mas que tem exportado por valores irrisórios, tem só quatro fábricas

aprovadas e a gente não consegue ampliar. Há cooperativas do Rio Grande do Sul que estão lá com a papelada toda em ordem e não conseguem aprovar. Então, está faltando também. Não significa que se tivessem aprovado, teriam resolvido tudo, mas estaria melhor. Estaria melhor.

O Japão, que está caminhando muito bem, felizmente; felizmente, o maior importador do mundo está caminhando muito bem.

Da Coréia do Sul nem vou falar, porque se eu falar aqui é um case. Tudo que o Governo podia fazer errado ele fez errado na Coréia do Sul. Nem é do tempo do Ministro Mendes Ribeiro; é anterior a ele. Vai errar assim... Vocês nem imaginam. É difícil.

A União Européia, que é protecionista, está caminhando, mas ela dificulta tudo e mais um pouco, mas vai andando. E mercado suspenso, que é a Rússia, que a gente já sabe. Também com a Rússia é sempre muito difícil explicar, porque eles fazem o que querem e não dão muita explicação. Mas, até outro dia, faltava documento, faltava papel. Pelo menos a lição de casa a gente tinha que ter feito. Não significa que se tivesse feito tudo isso estaria aberto, porque, em se tratando do russo, a gente nunca sabe, mas a nossa obrigação era estar com tudo em ordem. Mas que, infelizmente, não está, não esteve.

A Argentina, que, felizmente, teve um avanço agora, há quinze dias, parece que se restabeleceu. Nós exportávamos 4.000, 4.500 toneladas para a Argentina. Quatro mil x cinco meses fechados são vinte mil. Tirando vinte mil daquelas setenta que estavam sobrando já teria ajudado um bocado. Essas setenta, oitenta mil toneladas que estão sobrando ali, se tivéssemos exportado vinte para a Argentina – perdemos 140 na Rússia, perdemos cinquenta para a Rússia – acabava; não haveria excedente. Para a Argentina, agora não vai retomar. Também não é assim que liga a tomada. Está exportando quatro mil, pára tudo; liga a tomada e quer que volte quatro mil no dia seguinte. Não volta. Está recompondo. É a confiança, é o comprador se ajustando, mas, felizmente, andou.

A África do Sul também é uma piada que está aí há tantos anos.

A Albânia é o caso de um país pequeno, que também – não vou entrar em detalhes – o Ministro Mendes Ribeiro, com sua boa vontade, com sua dedicação, esteve com o Ministro da Albânia em janeiro ou fevereiro, depois foi à Albânia, num empenho pessoal. A gente sabe quão difícil é fazer uma viagem internacional. Ele foi à Albânia, que é um país pequeno. Eu tive que olhar no mapa para saber direitinho onde fica. Eu fui à Albânia e não resolvi. Ele escutou e eu escutei o Ministro da Agricultura da Albânia dizer: “Nós queremos importar.

Vamos acertar isso aqui. Nós queremos importar. Vamos acertar isso aqui”. E não acertava por causa da documentação, da burocracia, do papel. Eles querendo, nós querendo, e a burocracia trabalhando contra.

Ontem, felizmente, eles resolveram mudar de ideia. Disseram: “Voltamos a dezembro. Por pressão de outros países, eles vão comprar de novo. Mas, não foi o Brasil que abriu para a Albânia; foi a Albânia que abriu para o Brasil, porque nós não demos conta, apesar do empenho pessoal do Ministro da Agricultura, apesar de eu ter ido lá, de como a nossa burocracia não ajuda!

Próximo.

Há a questão – o Senador Sérgio Souza já falou dela aqui – da desoneração da folha, que viemos pedindo aqui, que é o que o Governo está dando a alguns setores. Vamos ver se a gente pega também.

Há também o Reintegra, que já foi dado a outros setores, não foi dado a nós, que é um subsídio à exportação, ou melhor, um reembolso de impostos que não devia ter sido feito, mas continuamos não ganhando.

PIS/COFINS que foi alterado – até que foi um avanço; créditos acumulados de PIS/COFINS que o governo anuncia que resolveu, mas que as empresas não conseguem pegar de volta, e acumulam-se créditos; o ICMS não vou falar porque é um caos.

Próximo.

Temos um ajuste no consumo interno, temos o agravamento das deficiências de infraestrutura. Nossa competitividade. Tem acordo coletivo de trabalho que tem dado muito trabalho; necessidade de inovação, segurança alimentar, bem-estar animal. São todas as obrigações que estão permanentes, que vão continuar, que pressionam o custo, que pressionam a competitividade num momento difícil.

Lei do motorista, que foi aprovada e que agora ninguém sabe como faz, que é tão maluco que ninguém sabe como vai resolver isso.

E medidas protecionistas mesmos, porque em crise internacional os países se protegem.

Próximo.

Obrigado. Agradeço a oportunidade, e estamos aqui juntos.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/ PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. Pedro de Camargo Neto, quero chamar para fazer uso da palavra o Ministro de Agricultura Mendes Ribeiro Filho.

Antes, porém, eu gostaria de dizer, e o faço com enorme prazer, que não me lembro de ter participado, Senadora Ana Amélia, Senador Sérgio Souza, Srs. Senadores presentes, de uma audiência pública que mobilizasse tantos Senadores e Deputados. Já citei os nomes de alguns, mas quero registrar a presença dos

Deputados Valdir Colatto, Darcísio Perondi, Celso Maldaner, Eduardo Sciarra, Jerônimo Goergen, Raimundo Gomes de Matos, que é o presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, Dilceu Sperafico, Dionilso Marcon, Dr. Osmar Terra, Elvino Bohn Gass, Afonso Hamm, e ainda Ronaldo Benedet.

Quero agradecer a presença dos Srs. Senadores e registrar ainda a presença dos Senadores Casildo Maldaner, Benedito de Lira e Paulo Bauer, de Santa Catarina, que estiveram presentes; já registrei o Senador Antonio Russo.

Daqui a alguns minutos, o Deputado Bohn Gass e o Senador Luiz Henrique, Presidente e Relator de um assunto que nos interessa a todos, o Código Florestal.

Lamentavelmente, vamos ter que nos ausentar e eu inclusive vou passar a presidência para a Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Ministro da Agricultura Mendes Ribeiro Filho. (*Palmas.*)

Ministro, não sei se o senhor está acostumado com a tribuna, mas eu acredito que de lá é melhor para o senhor falar.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – Meus amigos, é uma satisfação estar aqui, é uma satisfação poder conviver com os senhores, falar olho no olho. Às vezes, a gente gostaria – acreditem – de ter vocês sempre perto. Seria importante que vocês, em todos os momentos, estivessem ao nosso lado, vendo o nosso esforço, a nossa luta para não deixar chegar a esse momento, porque é por isso que eu sou Ministro da Agricultura, para tentar antecipar a crise, lutar. E foi isso que eu recebi como determinação da Presidenta Dilma. Se fosse para administrar a crise, ora, é preciso estarmos à frente da crise. E nós debatemos a crise, sim, Governador Luiz Henrique, nós percebemos que ela estava chegando, tentamos começar a agir e esbarramos em dificuldades.

Meu caro Waldemir Moka, Presidente em exercício desta Comissão, meu amigo pessoal, homem extremamente qualificado para o diálogo, com uma paciência extrema de ouvir o que não podia ouvir, por injustiça ou por inverdade, e saber compreender o ato falho do companheiro.

O Moka tem me ensinado muito. Eu tenho aprendido muito com ele.

Eu quero saudar o Moka e, saudando o nosso Deputado Senador – digo Deputado Senador porque ele é Deputado Federal e se elegeu Senador, e nós, na Câmara, nos sentimos emprestando o Moka ao Senado para abrilhantá-lo ainda mais.

Senador Waldemir Moka, é uma honra estar depondo numa comissão presidida por V. Ex^a.

Quantas vezes a nossa Senadora Ana Amélia, do Rio Grande do Sul, nos falou: “eu Ministro, olha a questão da agricultura, principalmente agora, a suinocultura”? Eu digo para a Ana Amélia: pois sabe o Sr. Natalino? O Sr. Natalino que é uma figura em quem os nossos produtores se basearam para retratarem ao Ministro a situação? Pois todos os dias o Locatelli da vista gaúcha me fala do Natalino. O Locatelli não me deixava em paz: “Mendes, nós estamos morrendo”. E eu conhecia o Locatelli, conhecia a produção dele, conhecia aqueles que estavam ao redor dele: “Ah!, minha Pinheirinho do Vale; ah!, minha Palmitinho”. Aí tentamos comprar os suínos.

Fomos à Presidente Dilma, fomos à Ministra Gleisi. Conversei com o Ministro substituto, Nelson. Mas, nós não tínhamos lugar para guardarmos os suínos. E nós lutando permanentemente no que diz respeito à nossa ação para aumentarmos o mercado externo.

Quantas notícias os senhores viram do Ministro do Rio Grande do Sul, do Ministro gaúcho, do Ministro do sul – e só digo isso por conhecer a crise, viver a crise todos os dias – mas do Ministro do Brasil ir para a Argentina para brigar para abrir o mercado?

O Ministro da Agricultura do Brasil foi a mando da Presidenta Dilma à Albânia, que hoje de manhã comunicou reabrir o mercado para o Brasil. É pouco, como diz o Pedro Camargo, é pouco, mas está reaberto.

Aí cheguei aqui e disse ao Pedro: Viste? Reabrimos o mercado da Albânia.

“Não; a Albânia reabriu”.

Não importa se a Albânia reabriu, se nós reabrimos; é um mercado a mais que estava fechado e que está agora à disposição dos produtores brasileiros.

Vejam que, na fala do Pedro, o Pedro diz: “Perdemos Rússia”. Ganhamos outro.

Nós temos hoje um mercado em quantidade que supriu a Rússia, mas estamos lutando, os quatro Senadores – os Senadores são testemunhas disso.

E aproveito a oportunidade aqui para, depois de citar essa extraordinária Ana Amélia, citar o meu Governador Luiz Henrique, que honra o meu companheiro de caminhadas e ensinamentos, o Casildo Maldaner, o nosso Senador Sérgio. Eu gostaria de citar, e vocês me perdoem, eu sou um Deputado e sei que esse gesto de citação é um gesto de carinho que eu não posso deixar de fazer: o meu Blairo Maggi, nosso Governador – honra-me tê-lo aqui, Governador, nosso sempre Governador, nosso Senador. Nossa luta para que esses mercados se abram, é a luta para que o nosso produto tenha a colocação que precisa.

Ontem eu pedi, me caro Dr. Pedro de Camargo, para que verificassem a situação do mercado argentino. Em 15 dias entraram 1.500 toneladas. O que pressupõe

que, até o início do segundo semestre, nós teremos já as 3.000 mil toneladas que tínhamos.

Mas eu falava dos Senadores da Rússia. Sabem o que eu disse para os Senadores da Rússia? Eu disse aos Senadores da Rússia: Bom, eu sou Deputado Federal. Estou vivendo um problema muito sério porque eu não consigo abrir o mercado da Rússia, que estava fechado quando eu assumi, mas é um desafio que eu puxei para mim e se os senhores me ajudarem eu vou ser extremamente grato.

E os Senadores me disseram: “Nós vamos ajudá-lo, Deputado”

E nós temos, no segundo semestre, na segunda quinzena de julho – perdoem-me, por favor – nós teremos aqui já a missão russa para visitar os frigoríficos que estão embargados, que eu questiono muito esse embargo, porque se a nossa defesa é nacional nós não podemos ter Estados de forma diferenciada sendo embargados por outros países em nível internacional.

Tenho muita expectativa no que diz respeito à China. O Japão, nós sabemos que está avançando bem.

Estamos cumprindo a nossa parte.

Agora, quero falar uma coisa para vocês. A propaganda do agronegócio é fundamental. Ontem eu lia uma matéria que eu percebi que era a mais pura verdade. E aqui eu quero saudar o nosso Márcio Milan, vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados. O espinafre não tem problema, porque o espinafre tem o Popeye como garoto propaganda. O amendoim, em qualquer lugar, porque o Pateta se torna poderoso quando come amendoim. Essa é uma questão de *merchandising*. Nós temos que fazer propaganda do consumo, para que nós possamos – e vou usar as palavras do texto que eu li, que estavam colocadas ali – excesso de produção e falta de demanda. Essa falta de demanda nós temos que buscar aquecendo o mercado e levando o apelo do consumo ao consumidor.

Essa é uma ação que o Ministério tem de ajudar e está disposto a ajudar. E tenho certeza de que se nós unirmos os nossos esforços – porque eu não estou de um lado e os senhores de outro; se engana quem pensa assim e vai perder quem apostar nisso; o Ministro da Agricultura, o Governo brasileiro, os Senadores, os Deputados estão de verde como vocês – teremos o preço justo e a justiça a cada um dos senhores.

Quero saudar esse extraordinário Valdir Colatto. De temperamento difícil, forte, mas o Colatto sabe que eu sou compreensivo e entendo cada gesto dele, e o tenho como um grande parceiro e sei que é um dos grandes elementos de apoio da agricultura brasileira. (Palmas.)

Quero agradecer ao Celso Maldaner, as suas permanentes visitas ao Ministério, aos seus alertas. Quero atender aqui, mais do que o carinho, a gentileza, o dever do Ministro da Agricultura, saudar o Luiz Carlos Heinze, Deputado da minha terra.

Olha, eu acho que o homem que mais me acompanhou, um dos colegas que mais me acompanhou, quando do momento difícil que o Ministro da Agricultura viveu com a sua saúde, e Deus permitiu que ele permanecesse por aqui. O Heinze sempre tinha uma palavra para me dizer; no fim do expediente ou em recuperação, ele me visitava. E se eu digo que a agricultura possui um defeito – e possui, eu vou dizer isso publicamente: tem vários deputados, de vários setores, e às vezes isso desune a agricultura. O Heinze é um Deputado que briga do suíno ao arroz. (Palmas.) É um deputado da agricultura brasileira.

Eu quero saudar o Jerônimo Goergen, e eu acompanhei o seu crescimento como político. Hoje é uma realidade que orgulha o nosso Estado. O nosso Osmar Terra, nosso médico do Rio Grande Sul; eu quero saudar – e eu já estou fazendo na base do olhar –, o Darcísio Perondi, meu amigo também do Rio Grande do Sul, obrigado pela tua presença.

Eu tenho, agora, que falar do meu presidente, o Raimundo Gomes de Matos, Presidente da Comissão de Agricultura. Como é que eu vou me esquecer do meu vice-Presidente da Comissão do Orçamento. Jamais! Tive um homem leal, companheiro, quando exerci aquela tarefa. O meu abraço, o meu carinho, o meu muito obrigado.

Eu gostaria de saudar o “Ervino” Bohn Gass. Sabem, me perguntam como é o nome do “Ervino”. Se é Elvino ou Ervino. Não, é escrito errado mesmo: é “Ervino” Bohn Gass. Pois o “Ervino” é o nosso Presidente da Comissão Mista do Código Florestal, que nós temos que aprovar. Nós temos que virar essa página (palmas.); nós temos que passar por esse momento de desprendimento e dizer: o Brasil, sim, tem, depois de 1965, uma nova lei, que é uma nova segurança jurídica para o produtor.

Eu queria dizer da minha alegria, da minha satisfação ao saudar os deputados estaduais, os deputados federais; saudar literalmente, protocolarmente, o Sr. Pedro Camargo Neto; saudar protocolarmente o nosso Marcelo Lopes. A que horas saíste ontem do Ministério, Marcelo? Às sete horas da noite ele estava lá, lutando. O Marcelo, se não me engano, é de Brasília, não é, Marcelo? Eu vou te levar lá na minha Vista Gaúcha, no Pinheirinho do Vale, no meu Palmitinho, para ver o nosso produtor, lá, lutando com muita garra para sobreviver.

E eu queria destacar a atenção que o Governo Federal tem dado à agropecuária nacional, por entender a sua importância estratégica.

Somente este mês foram anunciados mais de R\$137 bilhões em recursos para a agricultura comercial e familiar. Passamos, realmente, por muitos problemas; restrições comerciais, crise mundial, estiagem, chuvas. Mas o Governo, me perdoem, não se descuidou de setores importantes, como o dos suinicultores. Estamos com dificuldades, repito, vencendo os problemas do agronegócio um a um. Por isso estou aqui, junto com o meu Secretário de Políticas Agrícolas, esse extraordinário Caio Rocha, que ficou junto com o nosso Ministério da Fazenda, com a nossa Casa Civil até a noite, tentando apurar as notícias, apurar as medidas, aprimorar as medidas. Ele, depois, irá informar a vocês o conjunto delas, para que tenhamos esse momento vencido.

Estamos atendendo reivindicações antigas, que certamente vão mostrar o esforço do Governo. Elas vêm posterior ao Plano Safra, vêm reforçar o Plano Safra e certamente vão ajudar.

Nós estamos trabalhando na renegociação de dívidas e na criação de linhas individuais e especiais de crédito. Ao todo, os suinocultores terão mais de R\$200 milhões em crédito especial, além das medidas, como disse, que foram contempladas no plano agrícola e pecuário.

Estamos estudando novas ações que favoreçam os produtores independentes, e um prêmio de escoamento de produto que possa garantir um preço mínimo para o suíno vivo. Medidas essas...*(Palmas.)*

Vou repetir. Estamos estudando novas ações que favoreçam os produtores independentes, e um prêmio de escoamento de produto que possa garantir um preço mínimo para o suíno vivo. Medidas essas que serão anunciadas oportunamente.

Conhecemos as necessidades dos senhores...

(Manifestação dos ouvintes.)

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – Vamos! Calma, paciência! Paciência! *(Palmas.)*

(Manifestação dos ouvintes.)

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – Conhecemos as necessidades dos senhores e reconhecemos as dificuldades pelas quais passa o setor, mas não posso deixar de registrar que estamos trabalhando em diversas frentes para vencermos, inclusive, a crise econômica que enfrentam os países envolvidos. Mesmo com embargos – e vou falar em números – da Rússia e da Argentina, as exportações da carne suína cresceram no primeiro semestre deste ano, chegando a 229 mil toneladas. No caso da Argentina, eu estou

falando em guias de importação, que já começaram a ser liberadas e a meta é alcançar, até o semestre, mais de 27 mil toneladas de carne suína, o que praticamente normaliza as exportações para aquele país. Eu estou falando em números.

Estão saindo, o Blairo Maggi e o nosso Governador de Santa Catarina, a quem eu ainda queria prestar uma homenagem. Mas a maior homenagem que posso prestar a V. Exa. é dizer-lhe muito obrigado por tudo o que o senhor tem feito. *(Palmas.)*

E ao Blairo. Olha, Blairo, o que eu vou fazer? Eu fui na sua terra e vi que o senhor não tem saída, o senhor vai ter que ser governador de novo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – Do Código Florestal, o nosso presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Ministro Mendes, eu passo a presidência à Senadora Ana Amélia. Da mesma forma, eu tenho que ir para esse compromisso, porque faço parte da Comissão Mista do Código Florestal.

Passo a presidência, interinamente – na verdade, à titular absoluta da Comissão de Agricultura, a Senadora Ana Amélia. *(Palmas.)*

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – Moka...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Ministro, eu também queria...

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – Todos têm que sair. O Benedet também não citei.

Pois não, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – O Senador Sérgio Souza, o Deputado Celso Maldaner e também outros parlamentares que estão integrando a Comissão Mista, como o Elvino Bohn Gass, que é o Presidente, também se retiraram para fazer essa tarefa tão complicada, politicamente, mas tão necessária, como disse V. Exa.

Continue, por favor, Sr. Ministro, e peço desculpas ao senhor pela interrupção, em função dessa urgência, porque o Relator é o Senador Luiz Henrique, ex-governador de Santa Catarina, e que deu para suinocultura um grande apoio quando governador, e desonerou. Ou seja, retirou o ICMS durante um ano, num momento de crise do setor.

Esperamos que os outros governadores, agora, tenham sensibilidade, também, com o setor e possam adotar uma medida semelhante.

Obrigada, Ministro Mendes Ribeiro Filho. *(Palmas.)*

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO – Eu estou encerrando e peço aos senhores que tenham paciência com o Ministro. Paciência com o Ministro.

Muitas vezes eu gostaria de falar permanentemente com os senhores, como expliquei, mas não é possível. O trabalho que estamos fazendo da febre aftosa é alguma coisa que precisa ser registrada.

Eu, até o fim do ano, como Ministro da Agricultura, se Deus quiser, a pedido da Presidenta Dilma, eu quero pegar esse mapa do Pedro Camargo e com ele já visualizar outros Estados livre de febre aftosa com vacinação. Nós estamos avançando de forma muito decisiva no Nordeste brasileiro. Governadores têm auxiliado, e muito, para que isso acontecesse.

Estamos montando, meu caro Dr. Pedro Camargo, um projeto no Ministério, que iremos anunciar logo, logo; não com alarde, mas com responsabilidade. Outros Estados que hoje são livres de febre aftosa com vacinação, sendo livres de febre aftosa sem vacinação, como Santa Catarina.

Nós queremos avançar, e vamos trabalhar muito para avançar. Por isso vim a esta audiência pública para dizer a vocês todos que o Ministério da Agricultura é a casa de todos.

Quero estar ao lado dos grandes, dos médios, dos que mais precisam, aberto permanentemente ao diálogo. Ao participar desta audiência, dizer de viva voz e do fundo do coração aquilo que o setor tem a ouvir. O nosso Secretário de Política Agrícola, o Caio, vai esmiuçar as medidas e eu só quero dizer aos senhores: muito obrigado pelo carinho e pela acolhida.

Ah! Vilson Covatti, eu não me esqueci de ti. A frente que está sendo concluída e instalada hoje, de apoio à suinocultura brasileira, me faz lembrar sabe de quem? Do João Osório, o nosso deputado de Frederico, que o Pedro Camargo e o nosso Marcelo acham que os movimentos da suinocultura surpreendem quem é do Sul. O João Osório, um dia, soltou um suíno de paraquedas de um avião, num estádio em Frederico Westphalen, para chamar à atenção para o tratamento dado à suinocultura. Pois tanto, o Ministro está sempre atento à produção que vocês exercem.

Muito obrigado a todos, um grande abraço. (*Palmas.*)

(*Manifestação dos presentes.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Sr. Ministro.

Eu gostaria de informar a todos vocês que o Ministro deu o traço político do Ministério.

Depois de ouvir o representante dos supermercados, o representante do Ministério da Fazenda, da Frente Parlamentar da Agricultura, e de alguns parlamentares inscritos para falar, o Dr. Caio Rocha, Secretário de Política Agrícola, vai dar as linhas das medidas que o Ministério já está definindo para a suinocultura.

Posteriormente, às duas e meia da tarde – o Ministro alterou o programa –, o Ministro vai receber as lideranças no Ministério para confirmar as medidas que vocês, através da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos, encaminharam ao Ministério e que desde junho estão sendo avaliadas, porque não dependem apenas do Ministério da Agricultura, mas também do Ministério da Fazenda – está aqui a Dra. Márcia Caldas, que também vai falar para vocês – e também do Ministério do Planejamento.

Então, depois de ouvir os supermercados, o Dr. Caio vai definir e delinear a primeira parte do elenco de medidas. E na audiência que as lideranças terão com o Ministro, às duas e meia da tarde, hoje, aqui no Ministério – ele suspendeu a programação que teria no Rio Grande do Sul, para atender e confirmar a agenda.

Então, é isso que queria informar aos senhores, para que não parem dúvidas a respeito do trabalho que estamos realizando.

De imediato, eu também queria informar aos senhores que o Presidente Waldemir Moka, Presidente desta Comissão, como o Senador Luiz Henrique, como o Senador Casildo Maldaner e o Senador Paulo Bauer, integram essa Comissão Mista que trata do Código Florestal.

O Senador Casildo fica ainda com vocês aqui nesta audiência; o Senador Waldemir Moka e o Senador Blairo Maggi, o Senador Luiz Henrique é o relator do Código Florestal, na Comissão Mista que é presidida pelo Deputado Elvino Bohn Gass, que esteve até há pouco aqui, e que por isso, em função dessa urgência, porque as dez horas é a reunião da Comissão, eles foram lá. Terminando antes, eles voltarão para continuar aqui na nossa audiência pública.

Eu queria dar uma informação, também relevante, para confirmar a gravidade do problema que vive a suinocultura.

Ministro Mendes Ribeiro, hoje, em torno de cem Municípios do Rio Grande do Sul estão decretando situação de emergência na área da suinocultura.

São: Associação dos Municípios do Alto Uruguai; Amuceleiro, Associação dos Municípios da Região Celeiro; Amzop, que é a Associação dos Municípios da Zona de Produção. E na cidade de Erechim, às 10 horas, portanto, agora, acontece uma mobilização no centro da cidade com caminhões transportadores de suínos, com apoio do comércio da cidade, e uma panfletagem expondo a situação dramática dos suinocultores, que foi mostrada aqui, com todas as letras e todas as cores, pelo Presidente da Associação dos Criadores de Suínos, o Marcelo Lopes, e também, em alguma medida, pelo Dr. Pedro de Camargo Neto.

Então, é o que está acontecendo na mobilização, que tem hoje, nesse ato de vocês aqui, digamos, a confirmação oficial da gravidade da crise que o setor está enfrentando.

De imediato, passo a palavra ao Dr. Márcio Milan, que é Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados, para falar também por dez minutos, como os demais oradores desta audiência pública.

Em seguida os representantes de Santa Catarina irão se manifestar. Nós pedimos que a platéia tivesse, na audiência pública, inscrição, e o representante de Santa Catarina terá oportunidade de apresentar esses dados e a situação de Santa Catarina também, porque recebi agora essa informação. Se o representante, o líder dos criadores de suínos de Santa Catarina, me passar a informação, transmitirei, sem dúvida, com toda clareza, para os telespectadores que, no Brasil inteiro, estão acompanhando esta audiência pública, transmitida pela TV Senado e pela assessoria de comunicação do Senado Federal, para revelar o quanto nós estamos tendo apoio da área de comunicação do Senado Federal para esta audiência, que tem um significado muito importante.

Estamos decidindo aqui a solução, ou pelo menos uma parte da solução, para os graves problemas da suinocultura brasileira, renovando o agradecimento pela presença do Ministro Mendes Ribeiro Filho nesta audiência pública, que debate a grave situação desse setor.

Com a palavra o Dr. Márcio Milan.

O SR. MÁRCIO MILAN – Bom dia a todos, quero agradecer a Exma. Sra. Senadora Ana Amélia pela oportunidade de compartilhar deste momento histórico da suinocultura brasileira.

Quero agradecer também o Exmo. Sr. Ministro da Agricultura Mendes Ribeiro, quero agradecer a oportunidade do Presidente, Sr. Marcelo Lopes, em nome dele cumprimentar todos os nossos suinocultores, e queria neste momento também manifestar que nós, dos supermercados, temos os suinocultores como nossos aliados.

Queria também parabenizar o Sr. Pedro Camargo, já estivemos juntos várias vezes tratando desse assunto. Estamos aqui novamente para evoluir e melhorar ainda mais essa relação. Quero cumprimentar os colegas expositores que nesta manhã estão compartilhando e defendendo pontos que, com certeza, vão melhorar ainda mais aquilo que já alcançou a carne suína brasileira.

Eu vou começar minha apresentação pedindo para me ajudarem a passar os *slides*.

Vamos falar um pouquinho do setor de supermercados, como é que nós estamos.

Próximo, por favor.

Meu nome é Márcio Milan, sou professor e administrador de empresas, estou há 40 anos no ramo de supermercados, já trabalhei nas áreas operacionais, comerciais, logísticas, projetos esportivos. Sou diretor de Relações Funcionais e Governamentais do Grupo Pão de Açúcar, sou Vice-Presidente da Abras, Associação Brasileira de Supermercados, sou Vice-Presidente da Apas na Área de Segurança Alimentar e sou também representante da CNC, Confederação Nacional do Comércio, nos casos de política nacional de resíduos sólidos e relações do trabalho. E, nas horas vagas, ainda faço atividade esportiva.

Falando da Abras.

O próximo, por favor.

Nossa entidade foi criada em 1968. O objetivo dessa entidade foi impulsionar o crescimento do setor supermercadista no Brasil.

Próximo.

E nós estamos estruturados em associações estaduais. Quer dizer, cada Estado, hoje, tem uma associação estadual. Nós somos 27 associações, que estão exatamente distribuídas para que possamos dar todo suporte à área do supermercado no nível do Brasil.

Próximo, por favor.

A nossa missão para o supermercado é impulsionar, integrar, representar e defender o setor supermercadista, através da Abras, através das associações estaduais e também através dos supermercados.

Próximo, por favor.

Nós atuamos em três grandes pilares. O pilar do conhecimento, o do relacionamento e o da informação. O relacionamento é através das nossas convenções, dos nossos encontros, e o conhecimento, através da Escola Nacional de Supermercados – nós temos uma escola nacional que é responsável pela capacitação dos trabalhadores da área dos supermercados. E também para ajudar na capacitação dos líderes, o MBA Abras e os comitês técnicos, que discutem as questões mais técnicas do supermercado.

Próximo, por favor.

Falando um pouco do setor de autosserviço do Brasil.

Próximo.

Eu queria destacar aqui uma comparação entre 2011 e 2010, mas dizer que o setor fatura mais do que 224 bilhões por ano e nós somos responsáveis, hoje, por quase 84% de todo o abastecimento de alimentos e bebidas que são consumidos no Brasil. O faturamento de 2011 cresceu 11,3...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Dr. Márcio, eu pediria uma interrupçãozinha, por favor.

O Ministro Mendes Ribeiro Filho está indo para o gabinete e renovando que, às duas e meia, haverá audiência com as lideranças no gabinete do Ministro, já acertada com o Presidente Marcelo Lopes e os presidentes das Associações dos Criadores de Suínos dos Estados, que estão confirmados pela própria associação.

Muito obrigada, Ministro, mais uma vez, pela sua presença.

Imagino que até o final da tarde tenhamos todo o elenco de medidas.

Queria também aproveitar para saudar os Deputados Dirceu Dresch, do PT de Santa Catarina, e Alfredo Kaefer, do PSDB do Paraná.

Muito obrigada pela presença.

Obrigada, Dr. Márcio, pela gentileza. Por favor.

O SR. MÁRCIO MILAN – Então, retomando, eu acho que tem um dado importante aqui, que é o número de lojas hoje espalhadas pelo Brasil. Temos 82 mil lojas de supermercados hoje no Brasil. Estamos falando de 206 mil *check-outs*, quase um milhão de funcionários. E, compartilhando com o Presidente Marcelo, juntos estamos falando em mais de dois milhões de empregos diretos no setor, entre supermercados e suinocultores, e uma área de venda aproximadamente de 21 milhões.

Próximo, por favor.

Um dado muito relevante que compartilho neste momento e uma grande oportunidade também é que diariamente entram nos supermercados cerca de 25 milhões de consumidores, que vão ao supermercado, que tomam conhecimento dos produtos, das novidades, dos novos serviços. É uma grande oportunidade que temos aqui para desenvolver ainda mais a carne suína no Brasil.

Próximo.

Falando agora das principais empresas de supermercados, coloco aqui as 20 maiores empresas de supermercados do País, que representam cerca de 60% de todo o faturamento. Temos aqui o Grupo Pão de Açúcar, o Carrefour, o Walmart, GBarbosa, Zaffari, que se juntou agora com o GBarbosa, o Cencosud, Prezunic – desculpem – Prezunic, que se juntou com GBarbosa.

Enfim, esses grupos de supermercados são os maiores, representam cerca de 60% da venda no setor de supermercados.

Próximo, por favor.

Quando nós olhamos o setor de supermercados comparado com o de açougue e o avícola, que basicamente não trabalham com produto, hoje somos responsáveis por 60% da distribuição interna da carne suína no País.

É um setor que tem uma participação bastante grande na distribuição. E conseguimos, ainda na gestão do presidente anterior, que era o Rubens Valentini, iniciar um trabalho pioneiro com carne suína. Na época trabalhávamos com aproximadamente dez cortes no supermercado e hoje trabalhamos com mais de 40 cortes suínos no supermercado. Isso começou há pouco mais de seis anos. Naquela época, o consumo era um pouco mais de 10 quilos *per capita* e, hoje, chegamos a quase 15 quilos *per capita* da carne suína.

Próximo, por favor.

Aqui mostra um pouco a participação da carne suína em relação as outras carnes: bovina, aves, no setor de supermercado que teve um faturamento de aproximadamente de 2,8 bilhões em 2011.

Próximo.

Aqui eu fiz um comparativo de um grupo de supermercados, que disponibilizaram as informações de janeiro a junho de 2011 *versus* janeiro a junho de 2012. Então, como vimos esse comparativo em termos de preço? O suíno vivo, como base 100, em 2012 caiu e foi para 95; o custo da carcaça, que é o item mais consumido no supermercado, cresceu de 100 para 108; o preço médio de venda no supermercado cresceu de 100% para 103%; o volume em quilos de carne suína, no primeiro semestre de 2012, caiu basicamente 0,7 pontos; e o valor caiu 0,5 pontos.

A participação da carne suína na venda da loja de supermercado como um todo caiu 0,7 para 0,63; a participação na venda da categoria de carnes – que entram frango, bovino, peixe, enfim – caiu de 9,2 e 9,26; são quedas pequenas. E o suíno resfriado cresce. Quer dizer, é uma oportunidade que a gente tem muito grande, é uma aceitação grande por parte do consumidor do suíno resfriado; e o valor cresce 3%. Isso aqui é em termos de volume do suíno.

Trouxe também, no próximo, um comparativo das mesmas empresas que disponibilizaram as informações, comparativo entre ave e bovino.

Quando comparamos quilos/aves caíram 0,7 pontos em 2012; em valor caiu um pouco menos e em preço subiu o preço das aves.

Quando eu coloco bovino, o bovino cresce em quilos, o bovino cresce em valor e o preço médio também cresce; quer dizer, eu tenho uma comparação de que essa queda dos suínos não foi transferida na totalidade para aves, que seria basicamente o produto que tem uma semelhança que o consumidor troca.

Próximo, por favor.

O que eu gostaria de colocar aqui é que, quando iniciamos os nossos trabalhos, o paradigma que tínhamos era levar ao consumidor a diferença entre a carne de porco e a carne suína. O paradigma que o

consumidor tinha é que a carne de porco possui muita gordura e faz mal. Nós levamos meses no ponto de venda orientando o consumidor que a carne suína era inclusive mais magra que a carne de frango.

E nós fizemos, não só – e eu trouxe aqui o exemplo da peixaria. Por quê? É a demanda, que eu vou colocar no final, de um trabalho que também foi feito na área de peixes. Usamos e desenvolvemos uma campanha para que o supermercado criasse a melhor peixaria do País. E eu colocaria aqui também que os supermercados podem colocar a melhor área de açougue suíno no País também.

Próximo.

Aqui foi um trabalho feito numa rede de supermercados, que também disponibilizou. E essas informações são extremamente recentes, essas informações são agora do mês de maio deste ano, de um trabalho muito específico, que foi feito na área de suínos em todos os supermercados do Brasil, aproximadamente 350 lojas, que mostra o desenvolvimento da cadeia de suínos dentro do supermercado, os diversos cortes que colocamos, os preços praticados são extremamente competitivos.

Aqui, inclusive, dando sugestões de como o consumidor poderia fazer e preparar o seu prato com as receitas. Aqui são as receitas, um folheto de que foram feitas mais de um milhão e quinhentas mil cópias para distribuir aos consumidores, desenvolvendo e incentivando o consumo da carne suína no País.

Próximo, por favor.

Aqui é uma carta que fizemos ao ...

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Um minutinho só, por favor, só um minuto mais, porque já esgotaram seus dez minutos.

O SR. MÁRCIO MILAN – Estou finalizando. Senti-me um pouquinho prejudicado, mas vamos lá.

Essa é uma carta que o Presidente Sussumu, da Abras, fez ao Vice-Presidente Michel Temer, solicitando que desonerasse toda a cadeia do PIS e COFINS.

O que aconteceu com a carne suína? Com a edição de uma lei, que houve a isenção de uma parte da cadeia, a outra parte da cadeia não houve a isenção, então aumentaram os impostos ao supermercado, que teve que repassar isso ao consumidor.

Próximo, por favor.

Qual o encaminhamento, finalizando aqui a minha parte? O encaminhamento, estamos colocando como? Aumentar a visibilidade do produto ao consumo interno; criar uma política mais consistente para o mercado interno e um plano de acompanhamento. Eu acho que a gente não pode trabalhar só nos momentos em que há um excesso de demanda. Eu acho que tem que ter uma política mais consistente. E a isenção total do PIS

e COFINS, em toda a cadeia de abastecimento, tendo em vista a importância da carne na alimentação da população brasileira. Aqui eu queria dar um exemplo. Quando fazemos uma oferta da bisteca, que é o item mais vendido no supermercado, recebemos o carrê – e vocês sabem disso –, recebemos o carrê congelado; os nossos funcionários passam a noite toda serrando o carrê e preparando as bistecas para vender no dia seguinte. Nós estamos falando que existem lojas que chegam a vender num dia três toneladas de filé de bisteca. Então, qual a mensagem que eu queria deixar com isso? Precisamos evoluir determinados cortes para facilitar a venda. Se eu preciso passar a noite serrando as bistecas, para no dia seguinte vender três toneladas, se eu recebesse isso pronto, já fatiado para vender, seria um ganho enorme de produtividade e os funcionários, que deveriam fazer isso, iriam cuidar da exposição dos outros 40 cortes, que é o grande problema de manter isso atualizado na loja.

Era isso, Senadora.

Obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Sr. Márcio Milan.

(Palmas.)

V. Sa. falou que foi prejudicado, mas eu o informo que todos os expositores que o antecederam tiveram o mesmo ganho de tempo que V. Sa., de dez minutos. V. Sa. falou 14 minutos e 30 segundos.

O SR. MÁRCIO MILAN – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu gostaria de informar isso.

Quero também registrar a presença do Deputado Jorginho Mello, do PSD de Santa Catarina, Deputado Federal; Deputado Federal João Rodrigues, do PSD de Santa Catarina; o Jorginho Mello é do PSDB; e o Deputado João Rodrigues, Deputado Federal, é o Secretário de Agricultura de Santa Catarina.

Quero chamar para fazer uso da palavra, por dez minutos, a Dra. Márcia Caldas, Coordenadora de Crédito Rural e Normas, da Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Fazenda.

Com a palavra a Dra. Márcia Caldas.

(Palmas.)

A SRA. MÁRCIA CALDAS – Quero cumprimentar, em nome do Dr. João Pinto Rabelo Júnior, Secretário de Política Econômica Adjunto, que não pode comparecer. Hoje eu estou representando o Ministério da Fazenda.

Quero cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Waldemir Moka, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado; a ilustre Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Souza, autores da convocação da presente audiência pública; o Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que não

está aqui no momento, ausentou-se; o Dr. Caio Rocha, Secretário de Política Agrícola; os Srs. Presidentes da Associação Brasileira de Suínos; da Associação Brasileira de Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína; o vice-presidente da Associação Brasileira de Supermercados; demais participantes, entidades de classes, suinocultores e demais Parlamentares.

O Ministério da Fazenda reconhece que o setor tem problema, vem trabalhando junto com o Ministério da Agricultura, tête-à-tête, para tentar aprovar medidas que beneficiem o setor. Em cima dessa demanda, que a Frente Parlamentar distribuiu agora, eu posso trabalhar em cima dela e dizer para vocês que para o Plano Safra 12, 13, já foi aprovada a liberação desse limite extra de 1,2 milhão aqui para a retenção de matrizes dentro do custeio. Nós vamos financiar. Os bancos, as instituições financeiras vão financiar o custeio para retenção de matrizes com prazo de 2 anos e limite de 1,2 milhão por suinocultor. A norma, inclusive, já está na rua; foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional. Essa linha de crédito do LEC para a indústria frigorífica também já foi aprovada. O limite não é de 20 milhões, e, sim, de 40 milhões, sendo 1,6 milhão para cada suinocultor.

Essa questão do milho para os Estados do Centro-Oeste, do Sul e de São Paulo está em estudo com o Ministério da Agricultura; e a questão da renegociação das dívidas dos produtores, estamos já redesenhando a medida para submetê-la ao Conselho Monetário Nacional. Também estamos estudando a possibilidade da criação de uma linha de crédito para liquidar dívida de produtor junto aos fornecedores. Está dependendo de a gente avaliar o tamanho dessa demanda: quanto vai custar isso para a União e de qual fonte de recurso vai ser retirado isso para essa linha de crédito.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MÁRCIA CALDAS – Mas vocês querem que eu repita de novo? Como? Não precisa?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MÁRCIA CALDAS – Não sei se ficou faltando alguma coisa para falar. Como? Bom, o que já está aprovado é a linha especial de crédito; não, primeiro, é o custeio para retenção de matrizes, no valor de 1,2 milhão; prazo de 2 anos; taxa de juros de 5,5%. Isso já está aprovado pelo Conselho Monetário Nacional. Isso aí é para a retenção de matrizes.

Aí, nós vamos para linha especial de crédito, que financia tanto o suinocultor, quanto a indústria e as cooperativas. Essa linha especial de crédito é no valor de 40 milhões, sendo 1,6 milhão para cada produtor. Isso já está aprovado.

Quanto à questão dos débitos com os fornecedores, estamos estudando, no âmbito do Ministério da Fazenda, uma linha para liquidação dessas dívidas. Então, está dependendo avaliarmos quanto vai montar essa demanda, quanto vai custar e de onde vai ser retirado recurso.

Está dependendo disso aí.

Então, acho que o encaminhamento dessas reivindicações aqui, digamos assim, o Governo Federal vem reconhecendo e tomando as medidas que estão ao alcance dele para tentar resolver a questão. Pode não atender a todos, mas temos de reconhecer que muita coisa já foi feita, desde a safra passada.

Eu acho que, com isso, se consegue minimizar todos os efeitos que vêm prejudicando o setor.

Então, é isso que tenho a dizer. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada à Dra. Márcia.

Eu agora, para o detalhamento das medidas que o Ministério da Agricultura coordenou, com apoio do Ministério da Fazenda, agradecendo a presença da Dra. Márcia Caldas e também ao Ministério do Planejamento, convido a fazer uso da palavra o Dr. Caio Rocha, que agora vai definir as regras dessa política de apoio à suinocultura.

E às 14 horas e 30 minutos, o Ministro vai receber, como eu disse, as lideranças do setor. Assim que falar o Secretário Caio Rocha, falará o Senador Casildo Maldaner, porque esta é uma audiência pública do Senado Federal. E por que falou o Senador Sérgio Souza? Porque ele e eu somos os requerentes desta audiência, que está ocorrendo pelo requerimento, e esta é uma Comissão de Agricultura do Senado Federal.

Depois que o Senador Casildo Maldaner falar, se outro Senador quiser fazer uso da palavra, terá preferência. Em seguida, serão chamados os Deputados Federais, pela ordem de inscrição.

Muito obrigado a todos pela compreensão.

Passo a palavra ao Secretário Caio Rocha.

O SR. CAIO ROCHA – Senadora Ana Amélia, que preside esta Comissão de Agricultura, este fórum de debates dessa questão tão importante, que é a questão da nossa suinocultura, dos suinocultores, das suinoculturas.

Quero registrar a minha fala em nome do Ministério da Agricultura, em nome do Ministro Mendes Ribeiro, que se desloca para o Ministério e depois fará, como disse a Senadora Ana Amélia, uma audiência junto às lideranças do setor.

Faço minha saudação ao Marcelo Lopes, que é Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos. Marcelo, além do seu talento e competência, o seu DNA é muito bom. O seu pai, que é o Dr. Renato

Simplicio Lopes, foi meu colega na antiga Embrater. Eu não o vi aí, mas ele é Presidente do Sindicato Rural de Brasília.

Faço saudação ao Sr. Pedro de Camargo Neto, Presidente da Associação Brasileira de Indústria Produtora e Exportadora da Carne Suína. O Sr. Pedro fez aqui as colocações da questão da exportação; à minha colega de Ministério, Márcia Caldas, que junto com o Dr. Aloizio e o Dr. Rabelo, coordenam a área de crédito rural e normas da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, que tem atuado junto conosco nessa caminhada; ao Márcio Milan, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados; ao Deputado Covatti, que tem sido um bravo lutador na Presidência da Frente Parlamentar em Defesa dos Suinocultores; saudando, então, a Senadora Ana Amélia, a todos os Senadores; e o Presidente da Frente, o Deputado Covatti, a todos os Deputados Federais.

Vejo aqui muitos, os quais conheço e conheci na minha trajetória como extensionista no Rio Grande do Sul, e hoje vejo uma luta, Prof. Edson Nunes, justa e que o Ministério da Agricultura não pode fugir dela. Os problemas da agricultura do Brasil são problemas do Ministério da Agricultura e nós temos a responsabilidade, na República, para propor as soluções.

Talvez possamos não apresentar, Deputado Osmar Terra, aquelas que nós teríamos como ideais, mas temos a responsabilidade de apresentar soluções que pelo menos possam satisfazer, no mínimo, 80% daquelas que estão esperando.

Todas elas nos pegaram numa crise, não só da agricultura: nos pegaram numa seca no Nordeste; uma seca no Sul; a crise da laranja, em São Paulo e no Brasil, pois nós consumimos 45 mil toneladas de suco de laranja e produzimos 120 mil toneladas de suco de laranja.

Isso aconteceu e está acontecendo com a suinocultura. Mas nós não podemos punir, Flauri Migliavacca, o produtor por produzir. E nós temos, então, de buscar algumas soluções. A primeira delas que entendemos a mais importante é sairmos desse sufoco que está aí, pois vence agora, em 31 de julho, os nossos custeios bancários.

Então, o que acertamos com o Ministério da Fazenda: o Ministro assinou ontem à noite o voto ao Conselho Monetário Nacional para que todas as dívidas de custeio desta safra, que estão vencidas e que vão vencer – por exemplo, vou citar o Estado de São Paulo. Não sei se tem alguém de São Paulo aqui. *(Pausa.)*

(Manifestação da galeria.)

O SR. CAIO ROCHA – Estão lá.

(Manifestação da galeria.)

O SR. CAIO ROCHA – Do Estado de Santa Catarina. *(Pausa.)*

(Manifestação da galeria.)

O SR. CAIO ROCHA – Do Rio Grande do Sul. *(Pausa.)*

(Manifestação da galeria.)

O SR. CAIO ROCHA – Então, vejam só....Paraná, Mato Grosso.

(Manifestação da galeria.)

O SR. CAIO ROCHA – O Brasil inteiro está aí, né? Coisa boa.

Se nós pegarmos o Estado do Rio Grande do Sul, que está na ponta, temos hoje 250 mil de dívidas atrasadas até agora. Se isso chegar em 31 de julho, vai ter muito mais, e 44 milhões para vencer. Isso – nós acertamos – vai para janeiro de 2013. Por que janeiro de 2013? Por que vocês não colocam isso um ano para frente?

Olha, nós precisamos ter agora. Se formos colocar um ano para frente, nós vamos começar a discutir, discutir, discutir, discutir, e quando passarmos em 31 de julho, porque não temos uma autonomia própria, pode causar problema. Então, queremos prorrogar automático, Deputado Heinze, essas dívidas, até janeiro de 2013. Automático! Vai para lá. E nesse período nós podemos ir discutindo outras questões.

As dívidas de investimento. Hoje, se tens uma dívida de investimento que está vencida em 2012, ou vai vencer em 2012, e essa dívida vai até 2015, essa dívida passa para 2016. Se ela for vencer. *(Palmas.)* É isso não é, Márcia? Ajude-me aí e me corrija. Abana para mim e diz que eu estou certo. Se for vencer em 2013, ela vai para o ano posterior, 2014.

Bom, e as dívidas da safra anterior? Tem alguém que tem dívida antes de 2012? Tem?

Então vamos fazer o seguinte: Esses que têm dívida antes de 2012, nós vamos fazer uma prorrogação, por um ano, com a taxa de 5,5%, que provavelmente a taxa é mais alta do que 5,5%.

(Manifestação da galeria.)

Bom, o terceiro ponto aqui é uma linha especial de crédito. Têm alguns setores que nos procuraram para que pudéssemos fazer a venda de leitões diretamente do produtor para a indústria. Venda de leitões do produtor para a indústria.

Então, nós vamos fazer, e eu falava ali com o Dr. Márcio, que é da Abras, nós vamos fazer uma reunião com a indústria, vamos colocar R\$200 milhões à disposição da indústria para comprar leitão. Depois nós vamos discutir, cadê o Deputado Colatto, nós va-

mos discutir o peso do leitão depois. O que é leitão? Se são dez quilos, se são quinze. Bom, isso a gente discute depois, para comprar leitão, para que a gente possa, nessa aquisição, começar a fazer as campanhas e esse processo com estoque, com taxa para a indústria de 5,5%.

Eu vi aqui no folheto da Frente Parlamentar, que é uma das reivindicações que o Deputado Covatti como Presidente da Frente tem feito, que está solicitando R\$20 milhões, então, para que se possa fazer essa aquisição por demandante, que pode ser produtor e pode ser agroindústria.

Nós estamos autorizando, o Ministro Mendes Ribeiro pediu que eu autorizasse, junto aos bancos, R\$40 milhões e não R\$20 milhões, e que tivesse um limite de R\$200 milhões. E se precisar mais de R\$200 milhões, nós vamos inteirar mais de R\$200 para poder fazer, Marcelo, essa engrenagem andar.

Nós temos aí a outra questão, uma linha para retenção de matrizes. A Márcia falou bem aqui: R\$1.200 milhões. Com R\$1.200 milhões nós podemos, Kerber, reter até 2.400 matrizes.

Com 2.400 matrizes, há produtores, há um grupo, que a gente estima, Marcelo, em torno de 10%, é isso que você me passou ontem de noite, que necessita, não de R\$1.200 milhões, necessita de R\$2 milhões de reais ali para poder estocar até quatro mil matrizes.

Bom, nós estamos autorizando aqui, por enquanto, R\$1.200 milhões. Nós não podemos dizer o que não é verdade nem vender falsa expectativa. Nós vamos autorizar R\$1.200 milhões. Quando começar a rodar esse R\$1.200 milhões, havendo a necessidade, nós vamos voltar a debater se a gente aumenta a linha de R\$1.200 milhões para R\$2 milhões.

No Centro-Oeste, são R\$2 milhões porque tem Fundo Constitucional. Nós teríamos que ter aqui, era para ser R\$850 mil, porque é a capacidade de financiamento dos outros. Nós conseguimos alterar isso para R\$1.200 milhões.

Existem produtores, suinocultores, que devem na cooperativa, que devem na cerealista, que devem no vendedor de insumo. Nós vamos refinarar essa dívida. Isso é uma demanda de muitos setores, mas o primeiro que nós queremos atender é a suinocultura.

Então, estamos vendo o montante que tem de dívida fora do crédito rural para se poder fazer esse creditamento, vamos dizer assim, do produtor poder, não só acertar o que tem no banco, para limpar o cadastro, mas para poder acertar aquela pressão que ele tem fora. Isso aí depois pode ser pago em até cinco anos, essa linha de crédito.

A outra questão aqui, que na verdade a gente estudou e estivemos junto com a Senadora Ana Amélia,

com o Senador Casildo Maldaner e com os Deputados que estão aqui, foi a questão seguinte: O ideal, e a gente não teria problema de recurso para fazer isso, seria comprar pelo valor de preço mínimo, fazer um preço de referência, comprar a carne suína, armazenar e trabalhar mais tarde. Mas armazena onde? Nós não temos onde armazenar. Então esse é um problema.

Outro País, já foi dito aqui, está ali o nosso Pedro de Camargo que já disse os problemas que a gente tem de exportação para outros países. Então, é necessário colocar isso do ponto de vista prático e do ponto de vista viável. Nós não podemos sonhar aqui neste microfone. Nós temos que falar com aquilo que realmente vamos fazer e que é possível fazer neste momento.

E o terceiro ponto é a questão do prêmio de escoamento do produto. Eu vou falar aqui em tese, porque nós vamos responder isso de forma oficial na terça-feira. Hoje o preço do suíno, se ele tiver a R\$1,60, se ele tiver a R\$1,90 e o custo de produção a R\$2,35, que é o custo Embrapa e o custo Conab, nós poderíamos, o estudo é de pagar um prêmio na venda desse suíno de R\$0,40, com o limite de R\$0,40 por quilo de suíno, para que as cooperativas e agroindústrias possam adquirir isso dos produtores, diretamente, pagando o valor. E quando creditar no banco, o Ministério, através da Conab, pagaria esses R\$0,40 e nós faríamos então, portanto, essa questão subsidiada. (*Palmas.*)

Isso nós estamos, portanto, o Ministro vai tratar disso na audiência com vocês. Eu tenho dito para o grupo que, pelos dados que a gente tem, é isso. Estou provando que nós já estudamos.

Agora eu sei. O preço do suíno é R\$1,60, outros estão recebendo R\$1,50, outros R\$1,90, mas o máximo nesse subsídio, se aprovado, é R\$ 0,40. Nós não podemos assumir valor em quilo maior do que R\$0,40.

Eu quero dizer o seguinte: Eu acho, e tenho convicção pelas pessoas que vejo aqui e pelo trabalho que vocês têm, que isso não encerra aqui. Esta audiência pública é o início de um processo em que nós precisamos fazer alguns ajustes. O que podemos trabalhar hoje, o que o Ministério da Agricultura hoje pode se comprometer, e não está aqui o Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas eu posso falar também em nome deles, isso vai valer, todo esse processo também, para o pequeno produtor, que vai estar junto conosco nessa caminhada. Então o que dá para a gente fazer, do ponto de vista de seriedade e de compromisso assumido, são essas medidas, deste momento. Isso não deixa que a gente possa, como falei aqui Flauri, que nós possamos continuar conversando, dialogando.

Eu estou lá no Ministério, com a função técnica de buscar essas alternativas. O Ministério da Fazenda tem sido e tem trabalhado junto porque nós estamos lá

para resolver o problema. Agora não é só o problema dos suinocultores. Tem outros problemas nesse contexto e o caixa do Governo Federal é como o nosso, o caixa da nossa família.

Então eu quero agradecer aqui a compreensão de vocês. Quero, em nome do Ministro Mendes Ribeiro, nos colocar, o Ministério, à disposição para um debate permanente, até que possamos sair desse processo, Senador Edson Nunes, desse processo, para que a gente possa ter então tranquilidade na nossa produção.

Quero agradecer muito a oportunidade, pedir a compreensão, se a gente não pôde trazer tudo aquilo que pudesse resolver a expectativa de vocês. Mas, isso eu quero continuar ali, ao lado da Senadora Ana Amélia, para ouvir, para ser criticado e para poder fazer novo encaminhamento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria registrar, com muito prazer, a presença dos Presidentes das associações dos criadores de suínos de Santa Catarina: Losivânio Luiz de Lorenzi, do Valdecir Folador, da Associação dos Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul, do Valdomiro Ferreira Júnior, da Associação dos Criadores de Suínos de São Paulo, de Paulo Lucion, Presidente da Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso e de José de Paula que é Vice-Presidente da Associação dos Criadores de Suínos do Estado do Paraná. Como alguns produtores manifestaram interesse e como esta audiência pública tem um limite, apenas os Presidentes das associações farão uso da palavra em nome dos Estados, isso se nós tivermos condições.

Passo a palavra agora ao Senador Casildo Maldaner, que tem preferência por ser esta uma audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. O Senador Casildo Maldaner terá a palavra por dois minutos. Em seguida serão chamados os Deputados. Por uma concessão do Deputado Vilson Covatti, que lança hoje a Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura, falará o Deputado Luís Carlos Heinze, porque tem o compromisso do Código Florestal cuja reunião já começou.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Minha gente, até para cumprir com o horário não vou ocupar a tribuna, fico aqui mesmo. Quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia, o Dr. Pedro Camargo, o Marcelo, a Márcia, O nosso Caio, enfim, o Covatti – você que vai lançar a Frente Parlamentar em seguida. Viu Deputado Covatti, nosso representante dos supermercados. Quero deixar aqui um abraço e aproveitar para ser bem objetivo não só em meu nome, mas em nome dos três Senadores de Santa Catarina, Luiz Henrique

e Paulo Bauer, que já estão na Comissão do Código Florestal que deve estar começando a votar agora. É um grande pleito de todos, o Brasil inteiro vem aguardando por isso.

Recebi um bilhete do Prefeito Ari Parisotto, de Xavantina. O seu Natalino, de quem o Ministro Mendes falou, é de Xavantina também. Está aí o Sr. Natalino? Saiu, mas ele é de Xavantina. Só para termos um espelho. O Município de Xavantina fica perto de Concórdia, de Arvoredo e de Chapecó – inclusive está aqui o nosso ex-Prefeito, o João Rodrigues, que é, inclusive, o Secretário de Agricultura de Santa Catarina. Xavantina tem 4.500 habitantes. Tinha 4 mil cabeças de suíno, aliás 400 mil. Ia dizer que eram 4 mil por habitante, mas é muito mais. São 400 mil cabeças de suíno. Hoje, está com 230 mil. Tem 95% da sua economia na suinocultura. Conheço Xavantina desde o tempo em que eu era Governador, eu andava por lá. É extraordinária a região toda. Disseram-me – e o Celso me falava – que em Seara estão entregando leitões de graça para quem quiser ficar porque é mais barato entregar o leitão do que engordá-lo. Se vão engordar há um prejuízo maior ainda. Então, só para dar esse exemplo.

Tenho aqui dois temas, sobre os quais quero falar bem rapidamente, em dois tempos. Viu, Ana Amélia. Ana Amélia procurou subscrever esta audiência pública para ser o começo de alguma coisa para nós avançarmos. Levantarei – como na Comissão de Agricultura temos levantado várias vezes – dois temas. Precisamos de infraestrutura. Também faz parte desse complexo todo. No nosso Estado de Santa Catarina pega-se, de Mato Grosso, uma estrada de ferro para trazer os insumos do Mato Grosso. Chegam por uma estrada de ferro para Santa Catarina, que tem muitas agroindústrias no oeste, no médio Vale do Rio do Peixe. Isso tem sequência para o Rio Grande do Sul. Acho que é uma coisa que ajuda no custeio da produção da suinocultura.

Há outro tema que quero trazer aqui para os senhores. Já falei para o Lorenzi ainda ontem no nosso gabinete – o Lorenzi é o Presidente da Associação dos Produtores de Santa Catarina. Aproveito a presença do Marcelo, que é o Presidente Nacional da Associação dos Produtores do Brasil para dizer que, ainda hoje pela manhã, o vi no *Bom Dia Brasil* falando sobre isso, em um encontro grande. Bem cedinho, hoje, já estavam todos reunidos lá e passou isso. Acho que precisamos fazer um levantamento. Acho que vocês têm de ter um levantamento – do custo de produção nós já temos – do total da produção. Como é que vocês dizem? Temos de ter um levantamento, um acompanhamento da produção, no Brasil, da suinocultura. É o que nós temos de ter, senão não adianta. Isso é importante, caso contrário não dá. Temos de ter esse

levantamento. Temos de ter, na Associação Catarinense, com as técnicas que nós temos de produção, no Rio Grande do Sul, no Paraná, no Mato Grosso e por aí vai. No Brasil, Marcelo, nós temos de ter esse acompanhamento. Qual é a produção no Brasil? Para sabermos quanto é que nós temos, qual é a demanda. Aí, tendo esse controle da produção, vamos tentar regular um pouco o mercado. O mercado é um negócio de compra e venda, de oferta e demanda. Tendo esse controle, aí temos de ter uma organização tal, Marcelo, que, quando o mercado melhorar, vamos abrir para a Argentina, a Rússia, a Albânia. Melhorando o mercado, quando subir, para que os aventureiros não venham, para que não entrem no mercado, para que não peguem os recursos do BNDES, do BRDE, no nosso caso do Sul, do Banco do Brasil. É isso aí. Temos de ter isso. Precisamos ter um controle disso. E nós temos de ter, Ana Amélia, temos de ter, Caio, no Ministério da Agricultura, um controle para que o BNDES e o Banco do Brasil, esses órgãos oficiais, para financiar novas granjas, tenham de ter o beneplácito de vocês, do controle nacional. Se não, Dr. Camargo, não dá. Se tiverem condições de aumentar, primeiro os que já estão lidando com isso, Senadora Ana Amélia, que já está há anos com suas famílias. Querem aumentar a produção, tem espaço, mas, primeiro para eles, depois para os aventureiros que queiram entrar nesse mercado. Acho que esse é um modelo, uma maneira de termos um controle da produção que podemos equilibrar, para que não passemos por esses dramas como o que estamos vivendo agora que visa a alguns – para encerrar, Senadora Ana Amélia – que são piores do que a peste africana pela qual passamos no fim dos anos 70, neste País. Eu era Deputado Estadual, na época, e lembro-me muito bem. Acho que agora é até pior do que naquela época. Então, assim o digo. Vamos nos colocar com a Frente Parlamentar que o Covatti vai instalar agora para fazermos esse movimento e esse levantamento sobre o Brasil inteiro.

Obrigado, minha gente, a vocês todos.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS)

– Obrigada.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Heinze, por dois minutos, por favor. São muitos os inscritos e queremos dar celeridade. Aproveito, também, a oportunidade para registrar a presença do Deputado Hermes Parcianello, que é do PMDB do Paraná, também presente nesta audiência pública.

Preciso da colaboração dos oradores exatamente em função do tempo.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – Bom dia a todos, a vocês que vieram de todas as partes do Brasil!

Quero cumprimentar a Senadora Ana Amélia e os demais Senadores que já estiveram aqui presentes, o Deputado Covatti – em nome da Frente Parlamentar –, o Ministro Mendes Ribeiro e também o Caio, em nome do Ministério da Agricultura, a Márcia, que representa aqui o Ministério da Fazenda. Seguramente, se dependesse do Caio, da Márcia ou do próprio Mendes a situação seria diferente, mas há pessoas acima delas que fazem com que as coisas não aconteçam. Por isso, Marcelo, saudando você e o Folador em nome de todas as associações – o Folador é lá do Rio Grande do Sul – e também o Pedro, em nome das indústrias, digo que tem de haver pressão. Vocês vieram aqui fazer a pressão necessária. Governos não agem. Não é o Governo Dilma, não é o Governo Lula, mas qualquer governo. Governos reagem a pressões. Vocês têm um problema. Se não fizerem isso as coisas não acontecem. Estou saindo agora porque estamos votando o Código Florestal. Seguramente, a maioria de vocês não sabe o problema que isso reflete. No Rio Grande do Sul, no meu Estado – aqui está Rogério Kerber – o Sips fez um levantamento dizendo que 35% das pocilgas do Rio Grande do Sul estavam proibidas de continuar produzindo por estarem em APP de água ou APP de declividade. É uma questão que estamos resolvendo nesse Código Florestal, é apenas um entre as dezenas de assuntos que temos de resolver para solucionarmos o problema da suinocultura. Estão falando aqui, o Caio e a Márcia, na questão do endividamento. É um outro problema que nós temos. Vai dar um alívio, mas não é a solução. O Pedro se pautou na questão da exportação, nos problemas burocráticos do Ministério. Não é o Mendes, não é o Caio, as coisas não andam, as travas, parece que tem gente jogando contra o time, certo. Essa é a realidade que temos para perdemos o mercado russo. Estamos desde o primeiro instante, Marcelo, quando perdemos o mercado russo, acompanhando essa questão. E até hoje não foi resolvida. São questões burocráticas de gente ali dentro do meio, isso é Ministério da Agricultura, isso é Ministério do Meio Ambiente, todos eles fazem a mesma coisa, vários itens estão colocados, viu o Fontana, lá de Charrua. A questão que se falava aqui é que aqui tem prefeitos, aqui tem vereadores.

Merenda escolar. Não é o Governo Federal que compra merenda escolar, são os prefeitos. Uma idéia para vocês todos: pressionem os prefeitos. Os vereadores que estão aqui presentes, prefeitos de Chapadas que estão aqui, vamos trabalhar nesta questão para que inclua, uma, duas, três vezes por semana, pelo

menos, em mil municípios do Brasil, que possam fazer o aumento do consumo via merenda escolar.

Aqui estão os supermercados, quero saudar vocês. Agora, nos ajudem na campanha e na redução do custo. Está demonstrado aqui pelo Marcelo. Sei que vocês têm problemas tributários, mas podem fazer alguma coisa para ajudar na demanda.

Campanha. Baixou para o produtor de 2,40, de três e pouco, para 1,60; tem que baixar para o consumidor. Vamos ajudar nesse processo aqui para que possamos, todos juntos, fazer essa grande campanha, esse grande mutirão para resolvermos esse impasse, de uma atividade econômica e social extremamente importante.

Não são só vocês que têm o problema hoje. Nós estamos em um país, meu colega Dilceu Sperafico, lá no Paraná em uma crise de oferta. Estão aqui os suinocultores quebrando e já sei que os independentes do meu Estado, Follador, já quebraram 60 ou 70% que já não existem mais. E nós temos que achar – e assim deve ser em qualquer Estado, viu Caio Rocha – nessa linha nós temos que alcançar também esta gente que, de uma forma ou de outra, estão sobrevivendo. Temos que incluir nessa medida, o pessoal que está na Gerat do Banco do Brasil ou outras linhas e que já saíram do crédito rural. Temos que incluir essa gente também na renegociação.

Então, pessoal é uma série de situações. O Collatto não está aqui, está lá, no momento, defendendo o Código. Estamos indo para lá agora e, em função disso, queria agradecer ao Covatti que já me cedeu o espaço – viu Ana Amélia – um pouquinho mais de dois minutos.

O momento é importante, eu sou produtor de arroz e de boi em São Borja, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os dois maiores produtores. Nós perdemos, o ano passado também. Foi vendido arroz R\$ 6,00, R\$ 7,00 abaixo do custo de produção.

Assim, nos últimos quatro anos, nós perdemos quase R\$ 5 bilhões. Está o pessoal da laranja de São Paulo, vocês da suinocultura, está o arroz, está o trigo, vários produtos. Ontem estava o pessoal do cacau da Bahia, a situação é caótica e nós temos que ajudar a fazer pressão.

O que vocês vieram, hoje, de todos os cantos do país, é fazer pressão aqui. Pressão, Márcia, em cima do Ministério da Fazenda, principalmente, para ajudarmos o Mendes Ribeiro, Ana Amélia, Senador Maldaner e Senadora Ana Amélia. Nós temos que somar, Covatti, com os deputados federais, com os deputados estaduais, que estão aqui, com os prefeitos, com os vereadores, independentemente de partidos, para que possamos cerrar fileira em cima desse processo

e termos a solução, não apenas da suinocultura, mas da agricultura brasileira, que, enquanto concedem pesados subsídios para a indústria automobilística, como o Marcelo falou aqui, porque ele tem lobby, ele tem força e a agricultura não tem o lobby, não tem a força e não tem o poder que têm os banqueiros, que nunca ganharam tanto dinheiro como vem ganhando neste momento no nosso país. (Palmas) Como tem a indústria automobilística, o setor de supermercado.

Perdoem-me aqui, seis ou sete redes dominam 60, 70% do consumo no Brasil, ele tem força de pressão. E nós, milhares, cinco milhões de produtores de todos os sentidos, qual é a pressão? A pressão é essa que vocês vieram fazer hoje aqui. Estamos iniciando, através dessa audiência da Ana Amélia, que quero saudar mais uma vez, esse processo de pressão, para que o Governo Federal possa entender que tem que ajudar aqueles que produzem, aqueles que geram riquezas, impostos e empregos para o nosso País.

Um abraço a vocês e vamos continuar na luta. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Deputado Luiz Carlos Heinze.

Aproveitando o que disse o Deputado e sob pressão, eu queria dizer a vocês, pela experiência que tenho que, uma das coisas mais importantes para o fortalecimento de qualquer agenda do setor da suinocultura, é fundamental o fortalecimento das lideranças que representam vocês, lideranças fortes, Marcelo Lopes, Presidente da Associação dos criadores de suíno no nosso Brasil, das entidades que eu já li e que estão aqui presentes, de Santa Catarina, do Paraná, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso. O fortalecimento das entidades, das suas lideranças, é que leva a algum lugar. Se não houver esse fortalecimento, pouca coisa se consegue, porque eles lideram, foram eles que organizaram a mobilização que está aqui hoje presente.

E foi com esta camiseta, a preço justo para produzir, que nós estivemos nas audiências, nos Ministérios, no início do mês junho. Então, hoje se conclui ou se começa ou se está no meio do caminho para a solução desses graves problemas que a suinocultura enfrenta.

Quero dizer a vocês também que a organização das cooperativas brasileiras, Marcelo, e abro esse espaço para isso, porque aqui se falou muito nos independentes, é um problema sério, mas há problema também para os integrados, é muito sério o problema para os integrados. (Palmas.)

E queria dizer que sou autora do projeto que trata do marco regulatório para os integrados, o Projeto nº 330, que está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Esse projeto foi negociado exaustivamente com a entidade representativa dos criadores de suínos, dos laticínios, de frangos e também com a cadeia produtiva. Da mesma forma, um projeto idêntico está na Câmara, de autoria do Deputado Valdir Colatto.

Então, nós estamos trabalhando naquilo que compete, do ponto de vista da legislação, sobre essas matérias, além daquelas que o Senador Sérgio Souza lembrou.

E quero, então, colocar na agenda agora esta mensagem em nome da OCB.

Com relação à situação da crise porque passa a atividade da suinocultura neste momento, pedimos um especial apoio. E aproveito a presença do Secretário Caio Rocha, para agenciar, junto aos setores governamentais competentes, especialmente junto ao mapa, no sentido de evidenciar o forte impacto financeiro que sofre também a cadeia de produção integrada ligada às agroindústrias, especialmente às cooperativas. As cooperativas, as quais mantêm produção, através do sistema de integração ou parceria pecuniária, estão, neste momento, sofrendo um processo forte de falta de recursos para poder manter os seus volumes de produção e consequentemente não reduzir plantéis a campo, o que levaria à necessidade de fechamento de granjas de cooperados.

Isso ocorre em razão da insuficiência do limite de custeio pecuário da atividade de suinocultura, Dra. Márcia Caldas, estabelecido no MCR, capítulo três, seção dois, Créditos de Custeio, no Inciso XI, “a”, atualmente de R\$ 70 mil por produtor integrado.

Como referência, citamos o exemplo de uma cooperativa, que não foi citada aqui para evitar problema comercial, que mantém atualmente 1.711 propriedades com granjas de terminação a engorda de suínos, com plantel que ultrapassa atualmente um milhão de cabeças.

Com os atuais custos de produção o orçamento médio por propriedade é de R\$ 150.779,71, ou seja, este é o volume médio de recursos financeiros necessários para cada lote de animais por produtor cooperado.

Todos os insumos são fornecidos e financeiramente suportados pela cooperativa. Então, é justo que o limite de custeio seja elevado pelo menos para este valor, pois ficariam ainda suportados pela cooperativa os recursos necessários para as propriedades maiores, cujo orçamento necessário supera o valor médio que é de 534 produtores. Hoje, apenas cento e uma propriedades, CEPFS, ou 10,57% dos produtores desta cooperativa possuem capacidade de alojamento interior a 300 animais, volume esse que é possível financiar na totalidade, com o atual limite de custeio, considerando

que os insumos totais suportados pela cooperativa é de R\$239,08 por cabeça alojada.

Desde o lançamento do PAA, Programa de Aquisição de Alimentos, de 2011 a 2012, estamos evidenciando essa defasagem do limite em inúmeras manifestações e para diversas entidades as quais ainda não obtiveram atenção do Governo. Por isso, pedimos nosso especial apoio para que, neste momento importante, onde se discutem as medidas para reduzir os efeitos da crise da suinocultura a serem anunciadas nesse dia, portanto, que o limite de custeio pecuário suíno seja elevado para R\$150 mil por produtor integrado.

Pela MCR, a obtenção do financiamento se dá pelo limite ou pelo orçamento, o que for menor. Então eu expressei aqui a posição das cooperativas que funcionam com o sistema de parceria ou integradas às cooperativas, porque é, também, um setor que está enfrentando, como os suinocultores, os mesmos problemas.

Com a palavra o Deputado Vilson Covatti para o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Suinocultura.

O SR. VILSON COVATTI (PP – RS) – Prezada Senadora Ana Amélia, que dirige esta audiência pública, Senador Casildo Maldaner, Caio Rocha, que representa tão bem o nosso Ministro Mendes Ribeiro, a Márcia, demais membros dos Ministérios, meu caro Marcelo Lopes, que representa os nossos criadores de suínos, eu queria fazer uma preliminar para que os nossos suinocultores entendessem que um dos mecanismos de pressão, de organização do Congresso Nacional é a formação de frentes parlamentares.

Nós temos, no Congresso Nacional, as principais frentes ou as mais destacadas, que são a Frente Parlamentar da Agricultura, a Frente Parlamentar da Saúde, a Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa, e outras tantas frentes. No que elas atuam? Elas atuam em consonância com a categoria. Nesse caso, com a Associação Brasileira de Suinocultores, com as associações de todos os Estados. No caso do Rio Grande do Sul, com a Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul, que tem a Presidência do Follador e assim por diante nos demais Estados.

A Frente Parlamentar tem que estar à disposição, articulando junto com os senhores, uma política para o setor. Se forma uma frente, minimamente, com 190 assinaturas. Na semana passada, em contato com a Ana Amélia, com o Sperafico, com o Luis Carlos Hainze, com o Colatto, com outros Deputados e Senadores, nós articulamos a busca de assinaturas. Em uma semana, colhemos 250 assinaturas de colegas, Deputados e Senadores, a quem eu quero agradecer,

pois prontamente atenderam a uma necessidade dos suinocultores.

Como Presidente desta Frente, com humildade, quero estar à disposição, em primeiro lugar, dos meus colegas Deputados e Senadores, para nós, juntos, com as entidades, buscarmos, efetivamente, fazer uma agenda de reivindicações, de solução. Eu vou estar, de hoje em diante, permanentemente junto, Caio Rocha, contigo, lá junto, Márcia, contigo no Ministério, junto com os demais Ministérios, do Planejamento, da Fazenda, levando as reivindicações dos senhores.

Eu lembro muito bem, quando Deputado Estadual, eu liderei, Senadora Ana Amélia, uma CPI do Leite, que, depois, foi praticamente adotada pelos demais Estados brasileiros. Lá, nós discutimos as dificuldades da cadeia produtiva. Aqui não é diferente, não. Há crise com os produtores, mas tem muitos elos da cadeia produtiva – não é Rogério, tu que acompanhou – ganhando muito dinheiro. Então, não é a corda arrebentar no lugar mais fraco. Nós temos que corrigir as distorções da cadeia produtiva, do supermercado, da indústria, de outros elos. E estarmos à disposição dos senhores, *(Palmas)* na política interna e externa da suinocultura.

Nós estaremos ao lado do suinocultor. É o primeiro elo da cadeia produtiva. São os senhores que estão aí patrocinando uma política do Governo Federal de mais alimento, de fome zero. A que custo? A que custo? Como diz o meu amigo e produtor e mestre na suinocultura, Sadi Acadrolli, de Rodeio Bonito, o suinocultor, ao vender um suíno, coloca em cada orelha um brinco de R\$50,00, uma oncinha de prejuízo que o produtor acumula. Não há quem quente (sic). *(Palmas)*

Então, nós precisamos, efetivamente, neste momento de crise, essa Frente Parlamentar tem muito o que fazer. Então eu lanço a Frente e, depois, nós vamos discutir com as associações, com os colegas Deputados e Senadores, os coordenadores de cada Estado e agora a diretoria, que assim foi decidida e escolhida: eu fico como Presidente, o Deputado Vilson Covatti, do Rio Grande do Sul; o Vice-Presidente da Câmara é o Deputado Valdir Colatto; o Vice-Presidente do Senado é a nossa Senadora, apoiadora e entusiasta do setor da suinocultura, Ana Amélia Lemos *(Palmas)* e o Secretário-Geral é o nosso colega do Paraná, Dilceu Sperafico.

Junto com os senhores, colegas Deputados e Senadores, que eu agradeço mais uma vez, a partir de hoje estaremos escolhendo, juntamente com umas associações, os coordenadores de cada Estado, porque têm diferenças entre o Estado do Sul, do Norte, do Nordeste e nós, na Frente, queremos representar a todos indistintamente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Muito obrigada, Deputado.

Queria, com muita alegria, saudar também a presença aqui de criadores dos Estados de Minas Gerais, de Goiás, de Sergipe, da Bahia e também de Pernambuco. *(Palmas.)*

Como vocês sabem o Senador Luiz Henrique da Silveira, que teria interesse de falar, ele é o Relator do Código Florestal e o Deputado Elvino Bohn Gass é o Presidente da Comissão Mista do Código Florestal, que foi convertido na Medida Provisória nº 571 e estão, neste momento, reunidos, tratando desses assuntos. Da mesma forma, o Deputado Valdir Colatto, do PMDB de Santa Catarina, o Deputado Celso Maldaner, também do PMDB de Santa Catarina e o Deputado Luiz Carlos Heinze que falou, e já estão presentes lá e estavam inscritos.

Convido agora para fazer uso da palavra o Deputado Osmar Terra do PMDB do Rio Grande do Sul.

Também saúdo a presença do Deputado Edinho Bez, do PMDB de Santa Catarina, para essa audiência pública.

Com a palavra o Deputado, pediria que fosse por dois a três minutos, Deputado, porque são outros inscritos e também tem os presidentes das entidades que gostaria de ouvi-los.

O SR. OSMAR TERRA (OMDB – SC) – Queria cumprimentar a todos, saudar esse movimento que é mais do que necessário, acho até que já chegamos um pouco tarde, nós deveríamos ter mobilizado isso antes porque a crise se agravou ao longo de um ano, um ano e pouco que ela vem se agravando, mas de qualquer maneira é muito bem vindo e está aí a mobilização, inclusive, do Parlamento e do Governo em resposta a essa mobilização.

Se não fosse a mobilização de vocês talvez nós não tivéssemos a liberação da Fazenda, hoje, para fazer esses anúncios aqui que nós estamos podendo fazer, porque os Deputados estão batendo na porta dos Ministérios. Tem que ressaltar o trabalho do Ministro Mendes Ribeiro, que é uma quase uma voz isolada dentro do Governo, para tentar ajudar a resolver esse problema.

Mas agora eu acho que as coisas começam a andar, embora sejam medidas paliativas. Nós não vamos resolver o problema dos suinocultores com essas medidas de crédito, isso é para aguentar o momento da crise. Na verdade, essa crise começou, o estopim da crise foi o embargo russo que puxou uma quantidade enorme. O maior comprador de carne suína do Brasil pára de comprar, da noite para o dia, e não há nenhuma ação importante, do Governo, para resolver

– estou falando de um ano atrás. Tenho acompanhado. Levei o Ministro Wagner Rossi, – sou médico, mas sou de uma área produtora de suínos, a atividade mais importante da minha Região, que é a região noroeste do Rio Grande do Sul –, e lá nós temos dez mil empregos ligados, direta ou indiretamente, a suinocultura. Os grandes frigoríficos exportadores para a Rússia estão lá também, do Rio Grande do Sul. E houve um brutal impacto nessa produção, aí se somou o embargo da Argentina, que o Governo brasileiro também não trabalhou de maneira adequada. O Ministro Pimentel, há um ano, foi negociar lá na Argentina e negociou só os automóveis, só automóveis, deixou máquinas agrícolas, carne suína, tudo para trás, lavou as mãos, deixou a Argentina fazer o que queria.

Hoje, as máquinas agrícolas do Rio Grande do Sul, as fábricas estão se transferindo para a Argentina para poder continuarem vendendo, não conseguem exportar, não tem mercado, enfim, é uma situação gravíssima que nós temos que enfrentar também junto com a questão da suinocultura.

Acho que nós estamos num momento crítico, importante e é uma postura de Governo. Não adianta deixar o Ministro Mendes Ribeiro, como eu acompanhei, e o Ministro Wagner Rossi antes, sozinhos tentando ir à Rússia voltar, negociar, estão sozinhos. O Itamaraty não ajuda nada. O Ministério do Desenvolvimento não ajuda nada. Isso é uma questão de Estado, é a Presidente da República que tem que chamar todo mundo e ela negociar diretamente. É tão grave, gera tanto emprego que é isso que tem que acontecer. (*Palmas.*) Não adianta a gente ficar aqui dando volta e tratando só do crédito. Resolve?

Acho que as medidas que estão sendo anunciadas são muito importantes nesse momento. Mas é paliativo, não é a solução. Nós temos que ter uma política de mercado internacional, de venda para o resto do mundo, que nos garanta a produção aumentada, nos garanta os empregos que temos hoje, nos garanta um avanço.

Para terminar, quero dizer que nós ainda temos outro problema, além de questões, acho que o Governo tem que comprar carne suína para os quartéis, para o sistema prisional, tem que usar a estrutura que o Governo tem para aumentar o consumo e manter essa política de apoio, de preço mínimo, com prêmio por tempo prolongado, não ser só uma medida pontual agora.

Mas eu queria dizer para vocês que nós temos outro problema. Está havendo uma concentração econômica, nessa área muito preocupante, o monopólio de grandes frigoríficos que só eles conseguem financiamento no BNDES e financiamentos gigantescos enquanto os outros ficam tudo batendo na porta e

não conseguem nada. Isso é muito sério, porque isso vai impactar; daqui a pouco eles sozinhos vão está fazendo preço de toda a carne suína do Brasil e vocês vão ser os sacrificados, vocês vão ser as vítimas desse processo.

Então, nós temos que, como Parlamentares, Deputado Vilson Covatti, minha querida Senadora Ana Amélia nós temos que estar juntos para impedir que se concretize esse monopólio que está caminhando a passos largos, hoje, no Brasil.

Outra coisa que não podemos impedir, o produtor suíno é diferente do produtor de soja, o produtor de soja se o preço não está bom ele ainda tem a chance de guardar no silo, produtor de suíno não tem essa possibilidade. Então, ou tem uma política séria para os produtores, para a produção, para venda, para garantir mercado ou realmente nós vamos inviabilizar o maior empregador que tem no Sul do Brasil e em grande parte do nosso País.

É isso, contem com a gente. Vou estar junto com o Deputado Vilson Covatti, nós vamos lutar por vocês dentro e fora do Governo, para tudo que for necessário.

Um grande abraço. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Obrigada Deputado Osmar Terra.

Queria fazer uma saudação especial – e levantassem a mão – Prefeitos do Rio Grande do Sul. Parabéns! Obrigado pela presença (*Palmas.*)

Prefeitos de Santa Catarina. (*Palmas.*)

Prefeitos do Paraná. (*Palmas.*)

Então, aos presentes prefeitos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul os cumprimentos por estarem juntos, porque muito desses municípios citados pelo Senador Casildo, inclusive, e os municípios do Rio Grande do Sul dependem, na sua receita, fundamentalmente, da suinocultura.

Então, agradecemos muito a presença dos prefeitos que vieram aqui para dar força aos produtores, porque é um problema comum, é uma cadeia produtiva muito relevante. E também outros representantes, que não são criadores de suínos, mas são fornecedores, por exemplo, de rações, máquinas agrícolas, sistemas eletrônicos a todos vocês que vieram dar força a esse movimento, como o nosso Flauri Migliavacca, que é muito conhecido dos senhores.

Queria fazer a divisão de representação, agora falou o Deputado do Rio Grande do Sul.

Do Paraná, chamo o Deputado Dilceu Sperafico, para fazer uso da palavra.

Em seguida o Deputado João Rodrigues, que é também Secretário da Agricultura de Santa Catarina.

Também queria saudar a presença do Deputado Federal Padre João, que é do PT de Minas Gerais.

A todos, boas-vindas.

Com a palavra o Deputado, também por três minutos.

O SR. DILCEU SPERAFICO (PP – PR) – Bom dia a todos.

Saudando a Ana Amélia queria saudar toda a Mesa aqui composta, para ganhar tempo, uma saudação muito especial aos Senadores e aos Deputados e aos suinocultores do Brasil.

Aqui não quero repetir o que os meus colegas já falaram. Terra fez agora fez uma grande explanação da verdadeira realidade da nossa suinocultura. Só gostaria que as autoridades representantes na reunião hoje com o Ministro da Agricultura não esquecessem algum item como, por exemplo, nós temos aí a possibilidade agora de subsídio por quilo de carne, temos a possibilidade de empréstimo para retenção de matrizes. Mas uma coisa importante é que muito dos nossos suinocultores hoje estão inadimplentes e quando vai chegar esse recurso lá na ponta para que ele possa receber ele estando inadimplente ele vai estar barrado de receber esse benefício. Isso é muito grave.

Então, dentro da pauta, teremos de ter a necessidade da recuperação daqueles nossos agricultores endividados, para que eles também possam voltar à atividade, possam participar desses benefícios.

Por outro lado, meus amigos, em relação àquilo que foi dito, aqui, da concentração dos grandes monopólios, em que um frigorífico brasileiro ou uma entidade brasileira sozinha recebe todo o dinheiro do BNDES, resolveria o problema de todo o setor do Brasil. É uma injustiça que está se cometendo. Essa concentração, com certeza, não vai trazer benefício para o nosso produtor. Há necessidade, sim, de um alerta às nossas autoridades nacionais para que cuidem mais de nós, que estamos no campo trabalhando, e não somente das grandes indústrias.

A pressão que os Deputados Luiz Carlos Heinze e Vilson Covatti falaram é fundamental. Vejam, a pressão aí do setor automobilístico rapidamente teve resposta: tiraram o IPI; resolveram o seu problema. Então, essa mesma resposta nós queremos também para esse setor tão sofrido, há muito mais tempo.

Meus amigos, quero ser breve. Tudo foi dito, aqui. Quero me solidarizar com a Frente Parlamentar Mista da Suinocultura, da qual participo como Secretário-Geral, e dizer aos produtores, principalmente do Paraná, que vieram aqui que vamos continuar lutando, aqui, para que esse setor não morra, porque ele é fundamental para o Brasil.

Obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Obrigada, Deputado Dilceu Sperafico.

Agora, convido para falar o Deputado Federal João Rodrigues, que é também Secretário de Agricultura de Santa Catarina, por três minutos; em seguida, o Deputado Darcísio Perondi, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. JOÃO RODRIGUES – Permita-me, Senadora Ana Amélia, cumprimentá-la. Gostaria também de saudar o Deputado Covatti, conterrâneo lá de Frederico Westphalen; saudar todos os integrantes, aqui, da mesa; cumprimentar, de forma especial, todos os suinocultores, que vêm das mais diversas regiões do País, mas, de uma forma muito concentrada, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, onde temos o maior número de produtores e de problemas, neste momento que estamos vivendo; saudar, em nome dos Deputados Sopelsa, José Nei Ascari e Dirceu Dresch, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que aqui se faz presente.

Senadora Ana Amélia, permita-me, como Secretário de Estado, representando o Governador Raimundo Colombo, usar da palavra e dizer que Santa Catarina está fazendo o dever de casa. Para podermos chegar aqui e falar do problema, é importante, no nosso Estado, darmos o pontapé inicial.

Conforme disse o Ministro Mendes Ribeiro, em relação ao momento que se vive, é importante unirmos todas as forças. E me permitam saudar, aqui, em nome do Caio Rocha, o esforço do Ministro Mendes Ribeiro e de todo o Ministério pelas conquistas anunciadas, hoje, e que obviamente não resolvem o problema, mas amenizam, atenuam e o adiantam por demais.

Prorrogar a dívida é necessário; liberar crédito extremamente prioritário; agora, um detalhe importante que tem que ser observado: as garantias que serão exigidas para liberação de créditos é que também têm que ser observadas. *(Palmas.)*

E, neste momento, para quem já deu a terra como garantia, só sobrou a alma e a família. Então, é importante que, na hora de liberar o recurso, o esforço seja para poder aceitar a mesma garantia ou, então, o plantel que está lá sendo cuidado e tratado pelo suinocultor.

É bem verdade, meus caros amigos, que, quando se pergunta por que estamos em crise, a resposta é rápida: porque o suinocultor ou a suinocultora trabalhou demais. A crise é pelo excesso de trabalho. Eu nunca vi algo semelhante. O suinocultor quebrou, porque investiu certo os recursos que pegou nas instituições financeiras; se tivesse desviado dinheiro para aplicar na especulação imobiliária, para aplicar em qualquer outro setor, não teria falido, mas, no entanto, seria um criminoso. E, por ter feito exatamente o que determina a lei, é um operário, é um trabalhador falido que precisa do apoio do Governo. *(Palmas.)*

Permita-me encurtar, permita-me encurtar, até pelo curto espaço de tempo, mas falei em fazer o dever de casa.

Em Santa Catarina, o Governo do Estado, a nós os pedido e dos suinocultores, lançou, com recursos próprios, uma grande campanha publicitária, na mídia, incentivando os catarinenses a comerem mais a carne suína. O Governador determinou a compra da carne suína para a merenda escolar de todas as escolas estaduais; determinou a ampliação da compra da carne suína para atender os presídios – são mais de 16 mil detentos –; determinou a compra da carne suína para os hospitais.

Olha, que bom seria se o Governo Federal também pudesse, neste momento de emergência de um segmento, que, diante do País, pode ser pequeno, mas que é gigantesco para Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul, para o Paraná, para São Paulo e para alguns Estados, e que é maior ainda para cada família de suinocultor, determinar que o Exército brasileiro consumisse, três vezes por semana, a carne suína consumida no nosso País. (*Palmas.*) Que bom se determinasse, Senadora Ana Amélia Lemos, que os presídios federais de todo o País consumissem a carne suína, pelo menos três vezes por semana. Se só isso fosse adotado, estaríamos falando de um novo mercado exportador, porque, se ampliarmos o consumo interno brasileiro, vamos ampliar, obviamente, a nossa exportação.

Encerro.

Quando o mercado argentino suspendeu as compras da carne suína de Santa Catarina, simultaneamente, no ano passado, entupiu-se o Brasil com arroz argentino, entupiu, quebrando a nossa cadeia, por um preço muito mais competitivo do que o nosso. A cebola da Argentina entra sorrindo nos pratos e na mesa dos brasileiros. Mas o governo argentino, hora que acha que não dá, fecha para o nosso mercado. Que a recíproca seja verdadeira: se nós não podemos entrar lá, que eles também não entrem aqui. (*Palmas.*) Se não podem consumir o que nós produzimos, nós também temos o direito de dar o mesmo tratamento.

Senhores e senhoras, que Deus ilumine a todos. Caio Rocha e Ministro Mendes Ribeiro, obrigado pelo esforço, porque eu sei que, se dependesse da sua vontade e da do Ministro Mendes Ribeiro, muito mais seria feito. Mas nós precisamos de uma sensibilidade um pouco maior. Já está bom, mas dá para melhorar para quem está falido, quebrado, por ser trabalhador e honesto neste País.

Um abraço a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. PP – RS) – Muito obrigada, Secretário João Rodrigues, também Deputado Federal pelo PSB de Santa Catarina.

Convido para fazer uso da palavra, o Deputado Darcísio Perondi, do PMDB do Rio Grande do Sul.

Enquanto o Deputado não inicia a sua fala, saúdo, aqui, a presença do Prefeito João Girardi, de Concórdia, Santa Catarina, representante da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense; o Prefeito Jackson, de Arabutã, Santa Catarina; Lari Lui, Prefeito de Chapada, Rio Grande do Sul; e o Prefeito Alcir Bodanese, de Rio das Antas, Santa Catarina. A todos as boas-vindas também.

Com a palavra, o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB – RS) – Parabéns, produtores de suínos do Brasil. Vocês alimentam o Brasil. Queria eu que vocês ganhassem mais atenção do Governo Federal; parabéns Covatti, pela ideia da Frente Parlamentar Mista da Suinocultura, que é um trabalho de muita, muita garra, do Colatto e de tantos outros, ao qual, agora, o Covatti se juntou, o que é muito bom. Conte comigo, Covatti; Parabéns à nossa grande Senadora, brilhante Senadora, que qualifica a política gaúcha e brasileira.

Andei e conversei, aqui, com uns dez, quinze produtores, e quero, aqui, reconhecer e reforçar o trabalho do Ministro Mendes Ribeiro, Ministro novo, de confiança da Presidenta Dilma, que agarrou o touro bravio, ou o porco lubrificado, quando assumiu o Ministério da Agricultura, e tem trabalhado, como tem trabalhado. Acima de tudo, a capacidade de ouvir. Tem ao lado dele o Caio Rocha, que o Rio Grande do Sul conhece muito bem, um brilhante técnico. Como ouviram, em dezenas e dezenas de encontros com os parlamentares e com vocês, produtores, e também da indústria, a pequena indústria, Cotrijuí, uns quatro ou cinco frigoríficos do Rio Grande do Sul que não recebem as benesses do BNDES que grandes frigoríficos recebem. Parabéns ao Caio e ao Mendes pelas atitudes que tomaram! A luta não acaba aqui, vocês viram as palestras.

Eu queria que o Ministro das Relações Exteriores, o Patriota, se dedicasse mais à produção brasileira e fosse buscar mercados. Aí ele vai agradar ao Hugo Chávez, vai tirar o Paraguai do MERCOSUL e não vai negociar com o Mendes na Rússia, na Albânia, no Japão. (*Palmas*)

Queria também que o Ministro Pimentel, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, estudasse como o Mendes estuda e não cuidasse, como disse aqui o meu brilhante Deputado Osmar Terra, que não cuidasse só dos interesses das montadoras, que têm de exportar. Aí o nosso milho, o nosso arroz e o nosso porco ficam encalhados.

Queria também que o Ministro Mantega ouvisse mais a agricultura. Ele recebe de pronto as montadoras, a OI, a TIM, a Vale, grandes indústrias brasileiras. Essas ele recebe rapidamente porque são de São Paulo, não pode ter desemprego. E vocês viram o que vocês geram de emprego, diretos e indiretos? Muito mais do que as montadoras. Ministro Mantega, aproveite essa oportunidade e também estude a importância da agropecuária e a importância dos senhores, e a Presidenta Dilma, com certeza. (Palmas)

O PMDB está no Governo, o PMDB tem a vice-presidência. O meu vice-presidente tem recebido... A Dilma precisa, ela conhece a crise na agricultura, mas estamos juntos, vocês têm o apoio dos parlamentares, vocês têm o apoio de um Ministro gaúcho bom, que ouve, do Caio, um excelente técnico. Que bom ver prefeitos, como o prefeito Locatelli, de Vista Gaúcha, e o prefeito de Palmitinho, Irineu, com todas as lideranças. Vamos continuar juntos para fazer este país avançar! Muito obrigado. (Palmas)

A SRA PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Deputado Darcísio Perondi. Saúde também a presença da Deputada Estadual do Rio Grande do Sul, do PP, Silvana Covatti. Queria renovar aqui o agradecimento muito especial ao Presidente titular desta Comissão, que está em licença médica, Senador Acir Gurgacz, que tem sido um parceiro muito grande no atendimento das questões relacionadas ao setor agropecuário, às cadeias produtivas. Também ao Senador Waldemir Moka pela responsabilidade, pois ele é um grande negociador na questão do Código Florestal. Ele está lá, deixando por isso esta audiência pública sob minha presidência. À bancada dos Senadores de Santa Catarina, especialmente o ex-governador, Senador Luiz Henrique da Silveira, relator do Código Florestal, ao Senador Casildo Maldaner, que falou para vocês, ao Senador Paulo Bauer, que esteve aqui presente. Aos Deputados catarinenses, todos já citados, mas queria aqui fazer um reforço, porque o Senado é a Casa que represento. Ao Senador Sérgio Souza, do PMDB do Paraná, que comigo foi o requerente desta audiência pública. Ao Senador Blairo Maggi, do Mato Grosso, ex-governador, e ao Senador Benedito de Lira, que é do Estado de Alagoas, do meu Partido. A esses Senadores que gostariam de ter estado aqui, mas que não estão em função do Código Florestal, eu tenho um agradecimento muito especial por terem abraçado inteiramente essa causa, que não é de um senador, mas de todos que tenham responsabilidade com o setor produtivo, que é fundamental para a economia brasileira na geração de empregos, na geração de renda, na criação de novas condições de trabalho e desenvolvimento. O Brasil tem uma das suinoculturas

mais modernas, mais avançadas do mundo, e não é justo que se deixe quebrar, que se deixe ir à falência um setor que tenha esse significado econômico.

Queria agradecer também a presença do Ministro Mendes Ribeiro Filho, do Secretário Caio Rocha, que deram inicialmente o formato das medidas que irão compor o conjunto de iniciativas governamentais que irão suportar e amenizar um pouco essa aguda crise.

À Dra. Márcia Caldas, representante do Ministério da Fazenda, que aqui veio também ratificar. Gostaria de agradecer a ela o apoio da área técnica do Ministério da Fazenda e pedir também a ela, tendo ela visto, presenciado, testemunhado essa mobilização, que ela informe ao Ministro Guido Mantega, com a sensibilidade que ela viu aqui, de uma mobilização pacífica, ordeira, mas que está disposta a ir até o fim no direito de defender os seus legítimos interesses, que é defender a suinocultura brasileira, Dra. Márcia. Então, a Senhora leve como testemunho do que viu aqui nesta manifestação.

Agradecer a presença do Dr. Pedro Camargo Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria da Carne Suína, da exportação e também da produção interna. Também ao representante, Dr. Márcio Milan, vice-presidente da Associação Brasileira dos Supermercados.

Se não houver uma cadeia produtiva com alguma solidariedade nesta hora de crise, a corda arrebenta sempre no mais fraco, que é o criador do suíno (palmas). A cadeia produtiva é fundamental e, se faltar essa solidariedade, esse entendimento, não há como prosseguir nessa luta. Quando um vai para um lado e o outro vai para o outro não conseguimos um resultado positivo para uma cadeia tão importante. O supermercado e a indústria, a cooperativa, no caso dos independentes, ou, no caso, dos integrados, precisam tratar esse suinocultor, de qualquer parte do país, como a verdadeira galinha dos ovos de ouro. É ele quem traz a matéria prima para esses setores, industrial e comercial, fazerem desse setor também uma fonte de desenvolvimento, de lucratividade, de criação de emprego e de renda e de geração de impostos e receita para os municípios, para os Estados e para a União.

Então, essa cadeia produtiva precisa entender a indústria, o supermercado, o armazém. Os Governos precisam entender também, porque a carga tributária para o setor produtivo hoje é asfixiante, e seria necessária a sensibilidade dos Governos Estaduais e do Governo Federal, pelo menos emergencialmente, como já aconteceu em Santa Catarina, de uma redução de ICMS para os suinocultores. Isso seria ir para a indústria para tentar, em um determinado tempo, com essa desoneração, criar as condições para superar a crise.

Se todos derem as mãos, junto com o apoio parlamentar dos deputados estaduais, dos vereadores aqui presentes, a quem saúdo também, junto com os prefeitos já referidos, dos deputados estaduais, dos deputados federais e dos senadores. Como disse, esta não é uma luta de um ou de outro senador, é de todos os senadores, de todos os partidos que sabem e reconhecem o valor que tem esse setor para a economia brasileira.

Queria agradecer ao Secretário Caio Rocha. Quando fiz a leitura dessa manifestação das cooperativas vindas da OCB, ele disse que já dá para encaminhar também para as cooperativas do setor de integrados algum atendimento dessa demanda, que foi oferecida nesta audiência pública. Então, queria agradecer ao Senhor (*Palmas*). Entrego e repasso a correspondência trazida da OCB para que seja feita a análise como resultado desta audiência pública.

Eu gostaria de agradecer imensamente ao Marcelo Lopes, Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos, e aos demais Presidentes, de Santa Catarina, Losivânio Luiz de Lorenzi, do Rio Grande do Sul, Valdecir Folador, de São Paulo, Valdomiro Ferreira Júnior, de Mato Grosso, Paulo Lucion, e ao Vice-Presidente da Associação dos Criadores do Paraná, José de Paula.

Penso que, como o Marcelo, o Dr. Pedro de Carmargo Neto e o Dr. Márcio Milan, do ponto de vista da cadeia produtiva, expuseram os problemas na sua integralidade, fica até dispensada a presença dos representantes dos Estados aqui porque ele é o representante da entidade nacional, que fala por todos os senhores.

Dado o adiantado da hora, faltando quinze minutos para meio-dia, esta sessão transmitida, penso que, como terão os senhores audiência com o Ministro da Agricultura às 14 horas e 30 minutos, nós temos aqui concluído um trabalho extremamente sério, produtivo, que, normalmente, com uma participação tão grande de suinocultores de todo o Brasil, seria muito difícil não estar concluindo isso muito mais tarde. Mas isso se deveu à valiosa colaboração de todos os expositores representantes do Governo, Ministério da Fazenda e da Agricultura, e a presença do Ministro Mendes Ribeiro Filho, que engrandeceu uma audiência pública para tratar de um tema de interesse nacional, que é a salvação da suinocultura em nosso País.

Por isso, em nome da Comissão e em nome do Senador Waldemir Moka, queria agradecer também à TV Senado, pela transmissão desta audiência, ao Marcelo, que deu, junto com sua equipe, toda assessoria à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e agradecer a todos os Parlamentares, Senadores e Deputados, que falaram e usaram da tribuna pela

valiosa colaboração e contribuição que deram a esta audiência pública.

Estamos arregaçando as mangas e não vamos sossegar enquanto os problemas não estiverem resolvidos.

Muito obrigada a todos e vamos à luta.

Muito obrigada.

Preço justo para produzir!

Preço justo para produzir!

Muito obrigada.

Muito obrigada a todos vocês.

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2012.

Às dez horas e três minutos do dia quatro de julho de dois mil e doze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Paulo Paim, Lídice da Mata, Eduardo Lopes, Sérgio Souza, Ivo Cassol e Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, João Capiberibe, Lobão Filho, Ciro Nogueira e José Agripino. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Presidência, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 340, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria Senador Valdir Raupp, que “Acrescenta inciso ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar a imposição de limites mínimos de consumo periódico em serviços de prestação continuada.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Souza e o parecer favorável, nos termos da Emenda nº 01-CCT (Substitutivo) é aprovado. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 387, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria Senador Rodrigo Rollemberg, que “Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências.” O relator designado é o Senador Cristovam Buarque

e o relatório é favorável, com as emendas oferecidas. A deliberação da matéria é adiada. **Item 3: Projeto de Lei da Câmara n.º 191, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Presidente da República, que “Institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro – SIPRON e revoga o Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e a Emenda nº 02-CCT (Substitutivo) é aprovada por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 4: Requerimento n.º 26, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores João Capiberibe e Eduardo Braga, que “Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para discutir a política nacional de biogás. Como o biogás é importante energia renovável, com potencial para fortalecer a economia nacional, favorecer o meio ambiente, e como sua política, aplicações e usos são pouco discutidos, sugerimos sejam convidadas as autoridades abaixo para tratar desses e outros temas correlatos: 1. Dr. Hamilton Moss de Souza – Diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético, do Ministério das Minas e Energia; 2. Dra. Thaís Brito de Oliveira – Analista de Infraestrutura, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, do Ministério do Meio Ambiente; 3. Dr. Rodrigo Chaves, Gerente Executivo de Engenharia MAN América Latina, Rio de Janeiro; 4. Prof. Dr. Joachim Werner Zang – Coordenador de Pesquisa e Inovação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, campus Goiânia; 5. Dr. Daniel Alker – Conselheiro para Cooperação, Embaixada da Alemanha em Brasília.” O requerimento é aprovado. **Item 5: Projeto de Decreto Legislativo n.º 38, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE PAULO BENTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Bento, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Lopes e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 150, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à COMUNIDADE FAMENSE DE RÁDIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fama, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Lopes e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 151, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de

Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE RÁDIO NORDESTE FM – ACECRAN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Lopes e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 141, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à CHAPADA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Andaraí, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 143, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à ANDRENEI CARNEIRO DE ARAÚJO E CIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santaluz, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 196, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO BARRETOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colina, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Anibal Diniz e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 49, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ONDA SUL FM STÉREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carmo do Rio Claro, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 133, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO QUIXELÔ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quixelô, Estado do Ceará.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo**

n.º 134, de 2012, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga permissão à CABLE-LINK OPERADORA DE SINAIS DE TV A CABO LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jambeiro, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o **Senador Cyro Miranda** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 91, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CHAMONIX LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas mé-dias na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo.” A relatora designada, ad hoc, é a **Senadora Lídice da Mata** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 176, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE DIFUSORA A VOZ DE BAGÉ LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.” A relatora designada, ad hoc, é a **Senadora Lídice da Mata** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 180, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO ICARAÍ LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maringá, Estado do Paraná.” A relatora designada, ad hoc, é a **Senadora Lídice da Mata** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 130, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga permissão à CRISTO REI COMUNICAÇÕES LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo.” O relator designado é o **Senador Sérgio Souza** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 131, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga permissão à NOSSA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Abadiânia, Estado de Goiás.” O relator designado é o **Senador Sérgio Souza** e o projeto é aprovado por

12 (doze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 163, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MOMENTO FM** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o **Senador Sérgio Souza** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JUAZEIRO LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia.” O relator designado, ad hoc, é o **Senador Cyro Miranda** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 147, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SUBAÉ LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.” O relator designado, ad hoc, é o **Senador Cyro Miranda** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 148, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga permissão à CAMARGO E VASSALI – EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA.** para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o **Senador Cyro Miranda** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 156, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA PAULA FREITAS – ARCOFREITAS** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paula Freitas, Estado do Paraná.” O relator designado é o **Senador Valdir Raupp** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 157, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “**Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNIDADE FM – RADIOCOM** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.” O

relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 158, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA RESPLENDOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resplendor, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRANSPORTE ALTERNATIVO E DE BAIRROS DO MUNICÍPIO DE NOVO GAMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Gama, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 198, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA GOIS DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 239, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA DO CARMO DE OSCAR BRESSANE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oscar Bressane, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Walter Pinheiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 10, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE DE FRIBURGO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 52, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão out-

orgada à TEMPO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 93, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PARANÁ para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 94, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PIATÃ DE SALVADOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 109, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE AFUÁ – ASCOA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Afuá, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 126, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA CANGUÇU DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Ciro Nogueira e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 127, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à PALMITAL FM STEREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmital, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Ciro Nogueira e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 159, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

(CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRINCESA DA LAGOA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o **Senador Ciro Nogueira** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 86, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RENASCER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio das pedras, Estado de São Paulo.” O relator designado é o **Senador Flexa Ribeiro** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 87, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE MARIANA PIMENTEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariana Pimentel, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o **Senador Flexa Ribeiro** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 106, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MANANCIAL DAS ÁGUAS QUENTES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.” O relator designado é o **Senador Flexa Ribeiro** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 138, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à TIPUANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angical, Estado da Bahia.” O relator designado é o **Senador Eduardo Lopes** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 139, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à LMG COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aiquara, Estado da Bahia.” O relator designado é o **Senador Eduardo Lopes** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo n.º 142, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comuni-

cação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE ITABIRITO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabirito, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o **Senador Eduardo Lopes** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO EXCLUSIVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.” O relator designado é o **Senador Gim Argello** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo n.º 96, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à SORALI – SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO LITORÂNEA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Entre Rios, Estado da Bahia.” O relator designado é o **Senador Gim Argello** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo n.º 97, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA REAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibirapitanga, Estado da Bahia.” O relator designado é o **Senador Gim Argello** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo n.º 117, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE BURITI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Buritirama, Estado da Bahia.” O relator designado é o **Senador Sérgio Petecão** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo n.º 155, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ATUAL GUAIRACÁ DE MANDAGUARI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná.” O relator designado é o **Senador Sérgio Petecão** e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo n.º 188, de 2012**, de

caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL ZONA SUL LIBERDADE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Sérgio Petecão e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo n.º 113, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ULTRA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo n.º 114, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo n.º 115, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à LAGOA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo n.º 85, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM LAGOA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo n.º 103, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PIONEIRA DE FORQUILHA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Forquilha, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze)

votos favoráveis. **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo n.º 104, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à DIFUSORA RÁDIO DE CAJAZEIRAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba.” O relator designado é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo n.º 325, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICENTE DE XANXERÊ – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo n.º 346, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRISTÃO LAJINHENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajinha, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo n.º 410, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SANHAUÁ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mari, Estado da Paraíba.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 58: Projeto de Decreto Legislativo n.º 46, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE DIFUSORA PIUMHIENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piumhi, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 59: Projeto de Decreto Legislativo n.º 256, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO IGUATEMI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São

Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Lopes e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 60: Projeto de Decreto Legislativo n.º 302, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CONCÓRDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Lopes e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 61: Projeto de Decreto Legislativo n.º 323, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PRINCESA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Lopes e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 62: Projeto de Decreto Legislativo n.º 438, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE BRUNÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brunópolis, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Lopes e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 63: Projeto de Decreto Legislativo n.º 8, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA LM – WESTFÁLIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Westfália, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Lopes e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 64: Projeto de Decreto Legislativo n.º 47, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO INTERNACIONAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Maria, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Lopes e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 65: Projeto de Decreto Legislativo n.º 144, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que

outorga permissão à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraíso do Norte, Estado do Paraná.” A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 66: Projeto de Decreto Legislativo n.º 145, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à PLUS RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xangri-lá, Estado do Rio Grande do Sul.” A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 67: Projeto de Decreto Legislativo n.º 146, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à LINS RÁDIO CLUBE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lins, Estado de São Paulo.” A relatora designada é a Senadora Lídice da Mata e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Josiel Pinto Magrini, Secretário Adjunto da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente, no exercício do Presidência, e publicada, no diário do Senado Federal. — Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 340, DE 2008

– Não Terminativo –

Acrescenta inciso ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para disciplinar a imposição de limites mínimos de consu-

mo periódico em serviços de prestação continuada.**Autoria:** Senador Valdir Raupp**Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço**Relatoria Ad Hoc:** Senador Sérgio Souza**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta**Observações:**

1) A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 06/06/2012 e 13/06/2012.

2) Em 27/06/2012, foi concedida vista ao Senador Alfredo Nascimento pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias

3) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

Uma vez que o Relatório já foi lido, consulto o Relator *ad hoc*...

Ele não está presente, mas assinou a lista de presença. Entendo que ele concorda com a devolução da matéria, que está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a matéria, em votação o Relatório do Senador Sérgio Souza, favorável ao projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Os Senadores que concordam com o Relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o parecer da CCT favorável ao projeto nos termos da Emenda 01-CCT, Substitutiva.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O Senador Cristovam é o relator e não está presente.

Mas ele já apresentou o Relatório? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Com alteração não apresentou.

O item 3 é terminativo.

O que podemos fazer é ler...

Lendo os pareceres terminativos, como não há quórum, não votaremos.

Desse, então, temos de pedir vista. É isso? *(Pausa.)*

Fica adiado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Mas o Relatório foi apresentado, não foi? *(Pausa.)*

Alguém lê. Ele não está presente. Não há problema nenhum.

Então, o Item 2 da pauta está adiado.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 2**PROJETO DE LEI DO SENADO****Nº 387, DE 2011****– Não Terminativo –**

Dispõe sobre o processo de registro e disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de educação superior, bem como as unidades de pesquisa no Brasil e dá outras providências.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg**Relatoria:** Senador Cristovam Buarque**Relatório:** Favorável, com emendas oferecidas**Observações:**

1) A matéria constou na pauta da reunião do dia 27/06/2012.

2) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.)

ITEM 3**PROJETO DE LEI DA CÂMARA****Nº 191, DE 2010****– Terminativo –**

Institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro – SIPRON e revoga o Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980.

Autoria: Presidente da República**Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg**Relatório:** Favorável, na forma da emenda substitutiva aprovada na CI, com a subemenda que apresenta**Observações:**

1) Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na Pauta da próxima Reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu peço ao Senador Valdir Raupp para fazer a gentileza de, como Relator *ad hoc*, ler o relatório apresentado para o PLC nº191, de 2010. É o Item 3 da pauta ora em discussão nesta Comissão.

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, submete-se ao exame da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa, o Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2010 (Projeto de Lei nº 2.881, de 2004, na origem), de autoria do Poder Executivo. Organizada em dez artigos, a proposição visa a reestruturar o Sistema de Proteção ao Progra-

ma Nuclear Brasileiro (Sipron), originalmente instituído pelo Decreto-Lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980.

De acordo com o art. 1º do texto aprovado na Câmara dos Deputados, o Sipron terá o propósito de assegurar o planejamento, a coordenação e a execução das ações e providências integradas e continuadas que visem a permitir a imediata e eficaz proteção à população, aos trabalhadores em atividades nucleares, ao meio ambiente e às instalações e projetos do Programa Nuclear Brasileiro.

Segundo o art. 2º do projeto, o Sipron é integrado por um órgão central vinculado ao Governo Federal, órgãos de coordenação setorial, unidades operacionais e órgãos de apoio.

Os arts. 3º a 6º da proposição estabelecem as competências dos diversos órgãos integrantes do sistema. O órgão central, conforme o art. 7º do PLC nº 191, de 2010, exercerá a orientação normativa dos demais órgãos, sem prejuízo da subordinação hierárquica a que estão submetidos. De acordo com o art. 8º, a regulamentação do Sipron será estabelecida em decreto. O art. 9º veicula cláusula de vigência e o art. 10 revoga o Decreto-Lei nº 1.809, de 1980.

No Senado Federal, o projeto já foi apreciado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Serviços de Infraestrutura (CI). Na primeira, recebeu manifestação pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Na CI, foi aprovado na forma de emenda substitutiva.

O substitutivo adotado pela CI altera o projeto em vários pontos.

O texto determina apenas as competências do órgão de coordenação (art. 2º), a cargo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), deixando para regulamento a fixação da estrutura organizacional do Sistema, bem como das atribuições dos demais órgãos, instituições e empresas que o compõem (art. 4º).

Sr. Presidente, o relatório é muito extenso e vou direto ao voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2010, na forma da emenda substitutiva aprovada na Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a seguinte subemenda:

SUBEMENDA Nº – CCT

(À Emenda nº 1-CI ao PLC nº 191, de 2010)

Dê-se ao art. 2º do PLC nº 191, de 2010, na forma da Emenda nº 1-CI, a seguinte redação:

“Art. 2º O SIPRON será coordenado por órgão do Poder Executivo federal e terá as seguintes atribuições:”

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a.

Não havendo número regimental para matéria terminativa, considero lido o relatório, deixando a matéria para ser votada quando tivermos quórum adequado.

Vamos ao item 4 da pauta.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 26, DE 2012

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, requereu audiência pública na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para discutir a política nacional de biogás. Como o biogás é importante energia renovável, com potencial para fortalecer a economia nacional, favorecer o meio ambiente, e como sua política, aplicações e usos são pouco discutidos, sugerimos sejam convidadas as autoridades abaixo para tratar desses e outros temas correlatos: 1. Dr. Hamilton Moss de Souza – Diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético, do Ministério das Minas e Energia; 2. Dra. Thaís Brito de Oliveira – Analista de Infraestrutura, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, do Ministério do Meio Ambiente; 3. Dr. Rodrigo Chaves, Gerente Executivo de Engenharia MAN América Latina, Rio de Janeiro; 4. Prof. Dr. Joachim Werner Zang – Coordenador de Pesquisa e Inovação, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, campus Goiânia; 5. Dr. Daniel Alker – Conselheiro para Cooperação, Embaixada da Alemanha em Brasília.

Autoria: Senadores João Capiberibe e Eduardo Braga

Observações:

1) A matéria constou na pauta da reunião do dia 27/06/2012

Eu sou um dos autores deste requerimento, juntamente com o Senador Capiberibe.

Em votação o requerimento.

Os Srs. e as Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram.(Pausa.)

Aprovado.

Os próximos itens são Projetos de Decreto Legislativo de caráter terminativo e exigem quórum qualificado. A discussão e a votação serão realizadas ao final da leitura dos relatórios.

ITEM 5

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 38, DE 2012**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE PAULO BENTO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Bento, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente).

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Favorável

Para que possamos dar prosseguimento, peço ao Senador Eduardo Lopes, como Relator *ad hoc*, que faça a apresentação do relatório em plenário do PDS 38, de 2012.

Com a palavra, o Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 38, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural de Paulo Bento para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paulo Bento, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador Eduardo Lopes pelo relatório. Peço ao Senador, já que estamos relatando os relatórios da Senadora Angela Portela, que seja o Relator *ad hoc* do PDS nº 150 e do PDS nº 151, ambos de autoria da Senadora. Um que outorga autorização à Comunidade Famense de Rádio, no Estado de Minas, e outro que outorga autorização à Associação Comunitária de Educação e Cultura de Rádio Nordeste FM – Acecran.

ITEM 6

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 150, DE 2012**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à COMUNIDADE FAMENSE DE RÁDIO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fama, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Favorável.

ITEM 7

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 151, DE 2012**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE RÁDIO NORDESTE FM – ACECRAN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Favorável

Com a palavra o Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Muito bem, Presidente, também vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 150, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Comunidade Famense de Rádio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fama, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Da mesma forma, no item 7, vamos direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 151, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Educação e Cultura de Rádio Nordeste FM – Acecran para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço ao Senador a colaboração.

Passamos, agora, à leitura do Relatório do item 8, do item 9 e do item 10, todos de autoria do Senador Aníbal Diniz.

Com a palavra o Senador Aníbal Diniz para relatar as matérias enumeradas nos itens 8, 9 e 10 da pauta.

ITEM 8

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 141, DE 2012**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à CHAPADA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Andaraí, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável

ITEM 9**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 143, DE 2012**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à ANDRENEI CARNEIRO DE ARAÚJO E CIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santaluz, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável

ITEM 10**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 196, DE 2012**

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO BARRETOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colina, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Favorável

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o item 8.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 141, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à *Chapada Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodi-

fusão sonora em frequência modulada na cidade de Andaraí, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 9. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 143, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à *Andrenei Carneiro de Araújo e Cia Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santaluz, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item nº 10. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 196, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Barretos Ltda para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colina, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a e continuamos aguardando quórum para deliberar sobre matéria terminativa.

Peço ao Senador Cyro Miranda, que nos dá a alegria de contar com a sua presença na nossa comissão, para relatar os Itens 11, 12 e 13, todos de autoria do Senador Ivo Cassol. O Senador Cyro Miranda, como Relator *ad hoc*, fará o relatório em plenário.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

ITEM 11**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 49, DE 2012**

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ONDA SUL FM STÉREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carmo do Rio Claro, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Favorável

ITEM 12**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 133, DE 2012**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO QUIXELÔ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quixelô, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Favorável

ITEM 13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 134, DE 2012**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à CABLE-LINK OPERADORA DE SINAIS DE TV A CABO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jambeiro, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Ivo Cassol

Relatório: Favorável

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Presidente Eduardo Braga.

Sr^{as} e Srs. Senadores, os três projetos são terminativos. O Item 11 aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Onda Sul FM Stéreo Ltda.

O Item 12 refere-se ao ato que outorga permissão à Rádio Quixelô FM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Quixelô, Estado do Ceará.

E o Item 13, da página 89, é outorga de permissão à Cable-Link Operadora de Sinais de TV a Cabo Ltda para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jambeiro, no Estado de São Paulo.

Todos os projetos obedecem à juridicidade e à constitucionalidade e o voto é pela aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Ex^a, vou pedir à Senadora Lídice da Mata para relatar, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, os Itens 14, 15 e 16 da pauta, como Relatora *ad hoc*.

Com a palavra a eminente Senadora Lídice da Mata.

ITEM 14**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 91, DE 2012**

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CHAMONIX LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas mé-dias na cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Favorável

ITEM 15**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 176, DE 2012**

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE DIFUSORA A VOZ DE BAGÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Favorável

ITEM 16**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 180, DE 2012**

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TELEVISÃO ICARAÍ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Favorável

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Srs. Senadores, trata-se também de ato que renova concessão outorgada, no caso do Item 14, à Rádio Chamonix Ltda, na cidade de Mogi Mirim, no Estado de São Paulo. O voto é pela aprovação.

O Item 15 aprova o ato que renova concessão à Rádio Sociedade Difusora A Voz de Bagé Ltda, na cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul.

E o Item 16 é a concessão à Televisão Icaraí Ltda, na cidade de Maringá, Estado do Paraná. Também voto pela aprovação.

Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Continua a palavra com V. Ex^a.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Na medida em que estou com a palavra, Sr. Presidente, solicito aos senhores companheiros a possibilidade de inversão de pauta para ler logo os itens 65...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Os Itens 65, 66 e 67.

Senadora, eu farei a propositura ao Plenário, desde que V. Ex^a assuma o compromisso comigo. Nós estamos às vésperas de conseguir o quórum qualificado para votação terminativa. Faço a inversão de pauta com a condição de V. Ex^a contribuir com esta Comissão, para que possamos votar as nossas matérias. Como sei que V. Ex^a é sempre uma Senadora muito atuante na nossa Comissão, submeto à apreciação dos Srs. Senadores a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem discorde da inversão de pauta, passo a palavra a V. Ex^a para a leitura do relatório dos itens 65, 66 e 67, de autoria de V. Ex^a.

ITEM 65

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 144, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraíso do Norte, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável

ITEM 66

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 145, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à PLUS RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xangri-lá, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável

ITEM 67

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 146, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à LINS RÁDIO CLUBE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lins, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senadora Lídice da Mata

Relatório: Favorável

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois não, Sr. Presidente.

Eu mantenho o compromisso. Tenho interesse em participar da votação de um projeto na CAS, também em votação terminativa, que precisa da minha presença para obter o quórum necessário.

Muito obrigada.

Esse projeto é no mesmo sentido de outorga de permissão à Gtoll Telecomunicações Ltda., na cidade de Paraíso do Norte, no Estado do Paraná. Somos pela aprovação.

Também permissão à Plus Radiodifusão Ltda, na cidade de Xangri-lá, Estado do Rio Grande do Sul. Somos pela aprovação.

E renovação da concessão outorgada à Lins Rádio Clube Ltda., na cidade de Lins, no Estado de São Paulo. O nosso parecer é também pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passo a palavra ao Senador Cyro Miranda, para relatar os Itens 20, 21 e 22, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator *ad hoc*.

Registro que estamos agora com a presença do nosso eminente, sempre Presidente, Flexa Ribeiro, extremamente importante para que possamos ter quórum na referida matéria.

ITEM 20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 40, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JUAZEIRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Juazeiro, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Favorável

ITEM 21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 147, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SUBAÉ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Favorável

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 148, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à CAMARGO E VASSALI – EMPRESA DE RADIO-DIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Favorável

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o primeiro projeto aprova o ato que renova a permissão da outorga da Rádio Subaé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Feira de Santana, Estado da Bahia.

O outro projeto, Sr. Presidente, também concede o ato que outorga a permissão à Camargo e Vassali – Empresa de Radiodifusão Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campinas do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

E o terceiro projeto aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Paulo Freitas – Arcofreitas, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paula Freitas, Estado do Paraná.

Estando em conformidade com a constitucionalidade e juridicidade, todos os projetos são pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Ex^a pela contribuição, passo aos itens 23, 24 e 25 da pauta, todos de relatoria do Senador Valdir Raupp.

Com a palavra o eminente relator dos Itens 23, 24 e 25 da pauta, Senador Valdir Raupp,

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 156, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA PAULA FREITAS – ARCOFREITAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paula Freitas, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 157, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL RÁDIO COMUNIDADE FM – RADIOCOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 158, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA RESPLENDOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resplendor, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Favorável

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Item 23, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 156, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Paula Freitas – Arcofreitas, para exercer serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paula Freitas, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

Item 24. O exame da documentação que acompanha o PDS 157, de 2012, não evidenciou violação da legislação pertinente; e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Cultural Rádio Comunidade FM – Radiocom* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto do Item nº 24.

Item 25. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 158, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Difusora Resplendor Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resplendor, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

São os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu agradeço a V. Ex^a.

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 41, DE 2012 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO TRANSPORTE ALTERNATIVO E DE BAIRROS DO MUNICÍPIO DE NOVO GAMA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Gama, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 198, DE 2012 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA GOIS DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 239, DE 2012 – Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOSSA SENHORA DO CARMO DE OSCAR BRESSANE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Oscar Bressane, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Walter Pinheiro

Relatório: Favorável

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro, para proferir o seu relatório dos Itens nºs 26, 27 e 28 da pauta.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, não encontrando nenhum óbice e obtendo todas as respostas àquilo que esta comissão já havia endereçado ao Ministério das Comunicações, com essas condições efetivamente agora atendidas somos pela aprovação do PDS nº 41, de 2012; do PDS nº 198, de 2012; e do PDS nº 239, de 2012.

Somos pela aprovação das três matérias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passando a palavra ao Senador Eduardo Lopes...

Lamentavelmente, tem uma aqui do Estado do Rio de Janeiro que, pelo Regimento, eu não poderia passar a V. Ex^a.

V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Eu gostaria de pedir a compreensão de V. Ex^a para,

se possível, adiantar a leitura dos votos dos Itens nºs 40, 41 e 42, uma vez que já se iniciou a CCJ, da qual sou Membro Titular.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Aqui vários de nós somos membros da CCJ: eu o próprio Presidente, o Gim Argello, o Valdir Raupp. Todos somos. Se nós esvaziarmos a CCT e formos agora para a CCJ, não poderemos fazer a votação terminativa.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Eu peço ao Senador Cyro Miranda para, como Relator *ad hoc*, em substituição ao Senador Vital do Rêgo, proferir o relatório *ad hoc* dos Itens nºs 29 e 30; em substituição ao Senador Cícero Lucena, proferir o relatório *ad hoc* dos Itens nºs 31, 32 e 33; e em substituição ao Senador Ciro Nogueira, proferir o relatório *ad hoc* dos Itens nºs 34, 35 e 36 da pauta.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 10, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE DE FRIBURGO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Vital do Rego

Relatório: Favorável

ITEM 30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 52, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TEMPO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Vital do Rêgo

Relatório: Favorável

ITEM 31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 93, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO EDUCATIVA DO PARANÁ para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Favorável

ITEM 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 94, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PIATÃ DE SALVADOR LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Favorável

ITEM 33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 109, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL DE AFUÁ – ASCOA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Afuá, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Relatório: Favorável

ITEM 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 126, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA CANGUÇU DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão

sonora em frequência modulada na cidade de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Favorável

ITEM 35

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 127, DE 2012**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à PALMITAL FM STEREO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmital, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Favorável

ITEM 36

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 159, DE 2012**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRINCESA DA LAGOA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

Relatório: Favorável

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, o PDS nº 10, de 2002; PDS nº 52, de 2012; PDS nº 93, de 2012; PDS nº 94, de 2012; PDS nº 109, de 2012; PDS nº 126, de 2012; PDS nº 127, de 2012; e o PDS nº 159, de 2012, estão todos em conformidade com a juridicidade e constitucionalidade.

Portanto, somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para, em substituição...

Já passamos? (*Pausa.*)

Ótimo. Então, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para fazer a relatoria dos Itens nºs 37, 38 e 39.

ITEM 37

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 86, DE 2012**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RENASCER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio das Pedras, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável

ITEM 38

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 87, DE 2012**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE MARIANA PIMENTEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariana Pimentel, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável

ITEM 39

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 106, DE 2012**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO MANANCIAL DAS ÁGUAS QUENTES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Favorável

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PDS Nº 86, de 2012, outorga autorização à Associação Comunitária Renascer para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio das Pedras, Estado de São Paulo. O PDS nº 87, de 2012, aprova o ato que outorga autorização à Associação Manancial das Águas Quentes para executar serviço

de radiodifusão comunitária na cidade de Caldas Novas, Estado de Goiás. E o PDS nº 106/2012...

Não, este que eu li é o de nº 106/2012, o da cidade de Caldas Novas. Associação Manancial das Águas Quentes. E o PDS nº 87/2012 aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Mariana Pimentel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mariana Pimentel, Estado do Rio Grande do Sul.

Os três projetos estão de acordo com a legislação pertinente e quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Então os votos são pela aprovação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nada contra o relatório feito.

Eu estou pedindo, se possível, uma inversão de pauta para votarmos o Item 3, que trata do Sipron. O Senador Rodrigo Rollemberg é o relator.

Autoria: Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Já foi lido, meu caro...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu cheguei agora e vim com essa missão também de fazer esse apelo. Então eu fiz a minha parte.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Vamos votar tão logo encerremos aqui a pauta terminativa. Vamos votar e já foi inclusive lido.

Com a palavra Senador Gim Argello para relatar os Itens nºs 43, 44 e 45.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – 40, 41...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Perdão. Nºs 40, 41, Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – E 42.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – E 42.

ITEM 40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 138, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à TI-PUANA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angical, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Favorável

ITEM 41

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 139, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à LMG COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aiquara, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Favorável

ITEM 42

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 142, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO DE ITABIRITO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itabirito, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Relatório: Favorável

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Muito bem.

Sr. Presidente, os votos dos Itens nºs 40, 41 e 42 da nossa pauta são todos pela aprovação, tendo em vista que a análise das documentações não ferem, não evidenciam nenhuma violação quanto à legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, de juridicidade e de técnica legislativa.

Então, nos três itens nós votamos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Exª, passo a palavra ao Senador Gim Argello para relatar os Itens nºs 43, 44 e 45 da presente pauta.

ITEM 43

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**(SF) Nº 95, DE 2012**

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO EXCLUSIVA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Favorável

ITEM 44**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****(SF) Nº 96, DE 2012**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à SORALI – SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO LITORÂNEA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Entre Rios, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Favorável

ITEM 45**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****(SF) Nº 97, DE 2012**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA REAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ibirapitanga, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Favorável

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, nobre Presidente Eduardo Braga.

O Item 43, PDS nº 95/2012; o Item nº 44, PDS nº 96/2012; e o Item 45, PDS Nº 97/2012, preenchem todas as técnicas legislativas. Portanto, somos pelas suas aprovações.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passo a palavra ao eminente Senador Sérgio Petecão para proferir o relatório dos Itens nº 46, 47 e 48 da pauta.

ITEM 46**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****(SF) Nº 117, DE 2012**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA DE COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE BURITI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Buritirama, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável

ITEM 47**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****(SF) Nº 155, DE 2012**

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ATUAL GUAIRACÁ DE MANDAGUARI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mandaguari, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável

ITEM 48**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****(SF) Nº 188, DE 2012**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL ZONA SUL LIBERDADE FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Favorável

Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Sr. Presidente, dos Itens nºs 46, 47 e 48 o nosso parecer é pela aprovação. Viu, Sr. Presidente. O nosso parecer é pela aprovação dos Itens nºs 46, 47 e 48.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Convido o Senador Valdir Raupp para, como Relator *ad hoc*, apresentar o relatório dos Itens

nºs 49, 50 e 51, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento.

ITEM 49

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 113, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ULTRA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Favorável

ITEM 50

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 114, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Favorável

ITEM 51

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 115, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à LAGOA RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatório: Favorável

Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 113, de 2012, não evidenciou a violação da legislação que disciplina a matéria; e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Ultra Rádio Difusão Ltda para prestar serviços de radiodifusão sonora, em frequência modulada, na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, na forma no Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto do Item nº 49.

Item nº 50. O exame da documentação que acompanha o PDS nº 114, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria; e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Rádio TV do Amazonas Ltda para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item nº 51. O exame da documentação que acompanha o PDS nº 115, de 2012, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria; e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Lagoa Radiodifusão Ltda para explorar serviços de radiodifusão sonora e frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

São os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a e passo a palavra ao Senador Cyro Miranda para relatar os Itens nºs 52, 53 e 54 da pauta.

ITEM 52

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 85, DE 2012

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM LAGOA NOVA para executar servi-

ção de radiodifusão comunitária na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

ITEM 53

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 103, DE 2012
– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO PIONEIRA DE FORQUILHA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Forquilha, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

ITEM 54

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 104, DE 2012
– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à DIFUSORA RÁDIO DE CAJAZEIRAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Os itens referem-se ao PDS nºs 85, Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Lago Nova, Limeira, Estado de São Paulo; ao PDS nº 103, Rádio Pioneira de Forquilha, CE; e ao PDS nº 104, Difusora Rádio de Cajazeiras Ltda, cidade de Cajazeiras, PB; que aprovam ato que renova concessão outorgada a essas emissoras.

Somos pela aprovação desses projetos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Peço ao Senador Cyro Miranda, já que está com a mão na massa, que relate *ad hoc*, em substituição ao Senador Delcídio Amaral, os Itens nºs 55, 56 e 57; e em substituição ao Senador Eunício Oliveira, o Item nº 58.

ITEM 55

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 325, DE 2011
– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICENTE DE XANXERÊ – SC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatório: Favorável

ITEM 56

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 346, DE 2011
– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CRISTÃO LAJINHENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajinha, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatório: Favorável

ITEM 57

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 410, DE 2011
– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO SANHAUÁ FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mari, Estado da Paraíba.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Delcídio do Amaral

Relatório: Favorável

ITEM 58

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 46, DE 2012
– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE DIFUSORA PIUMHIENSE DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequên-

cia modulada na cidade de Piumhi, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Favorável

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Os itens referem-se à outorga aos PDS nº 325; PDS nº 346 e PDS nº 410, todos de 2011; e PDS nº 46 de 2012. Estando em conformidade a juridicidade e a constitucionalidade, somos pela aprovação desses PDS.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo mais uma vez a V. Ex^a, peço ao Senador Eduardo Lopes que, em substituição ao Senador João Capiberibe, relate os Itens nºs 59, 60 e 61 da presente pauta.

ITEM 59

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 256, DE 2011**

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO IGUATEMI LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Favorável

ITEM 60

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 302, DE 2011**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CONCÓRDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Favorável

ITEM 61

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 323, DE 2011**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO PRINCESA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador João Capiberibe

Relatório: Favorável

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, o Item nº 59 é o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Iguatemi Ltda, na cidade de Mogi das Cruzes. O voto é pela aprovação porque o exame da documentação não evidencia violação da legislação e não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade.

Da mesma forma, o Item nº 61 aprova a autorização à Associação Radiodifusão Comunitária de Concórdia para executar os serviços de radiodifusão. O voto também é pela aprovação.

O Item nº 61 outorga autorização à Associação Princesa de São Bernardo do Campo para executar o serviço de radiodifusão. O voto também é pela aprovação.

Sendo assim, os três itens são pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Aproveito a oportunidade e já peço a V. Ex^a que relate *ad hoc*, os Itens nºs 62, 63 e 64 da pauta, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 62

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 438, DE 2011**

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE BRUNÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brunópolis, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável

ITEM 63

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 8, DE 2012**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA LM – WESTFÁLIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Westfália, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável

ITEM 64

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 47, DE 2012**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE COMUNICAÇÃO INTERNACIONAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável

Com a palavra o Senador Eduardo Lopes.

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – O Item nº 62 outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Brunópolis para execução de serviço de radiodifusão; o Item nº 63 outorga autorização à Associação Cultural Comunitária LM Westfália, para executar o serviço de radiodifusão na Cidade de Westfália, Estado do Rio Grande do Sul; e o Item 64 outorga permissão à Empresa de Comunicação Internacional Ltda., na cidade de Vila Maria, também Estado do Rio Grande do Sul.

Os três itens também são pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Agradecendo a V. Ex^a, passo a palavra ao Senador Sérgio Souza, para relatar os Itens 17, 18 e 19 e vamos a votos.

ITEM 17

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 130, DE 2012**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à CRISTO REI COMUNICAÇÕES LTDA. para ex-

plorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável

ITEM 18

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 131, DE 2012**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à NOS-SA RÁDIO DE TERESINA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Abadiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável

ITEM 19

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
(SF) Nº 163, DE 2012**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO MOMENTO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (permanente)

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Favorável

Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Item 17 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº130, de 2012, que aprova o ato que outorga permissão à Cristo Rei Comunicações Ltda. para exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo.

O Item 18 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº131, de 2012, que aprova o ato que outorga a permissão à Nossa Rádio de Teresina FM Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Abadiânia, Estado de Goiás.

E o Item 19 trata do Decreto Legislativo nº 163, de 2012, que aprova o ato que outorga autorização

à Associação Comunitária Rádio Momento FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul.

Os votos são pela aprovação dos três itens, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Vamos a votos.

Como vota o Senador Aníbal Diniz?

Estamos votando os votos terminativos em globo, votação terminativa em globo dos Itens 5 a 67 da pauta.

Como vota o Senador Aníbal Diniz?

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Acompanho o voto dos Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Acompanho o voto dos Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Eduardo Lopes?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os Relatores e a Relatora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com os Relatores, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Gim Argello?

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Acompanho os votos dos Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pela unanimidade dos votos – 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 – houve 11 votos SIM.

Foram aprovados os Itens da Pauta.

Vamos à votação do Item 3 da pauta, que trata exatamente da solicitação do Senador Paulo Paim, o PLC 191, de 2010.

É importante esclarecer que estamos votando em primeiro turno esta matéria, que terá de constar da próxima sessão deliberativa da nossa Comissão, em turno suplementar.

Pergunto ao Senador Aníbal Diniz como vota em relação ao Item 3 da Pauta, PLC 191.

O SR. ANÍBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto “sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Acompanho o Relator, Sr. Presidente. Voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – “Sim”, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Eduardo Lopes?

O SR. EDUARDO LOPES (Bloco/PRB – RJ) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – V. Ex^a é voto conhecido como Relator.

Voto conhecido do Senador Valdir Raupp.

Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Também voto conhecido como Relator *ad hoc*, se for este. Não é este? Então, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Ivo Cassol?

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMBD – AM) – como vota o Senador Flexa Ribeiro?.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMBD – AM) – Como vota o Senador Gim Argello?

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. PMBD – AM) – Novamente, por onze votos SIM, aprovado em primeira votação o PLC 191.

Não havendo mais itens a serem tratados na presente reunião, declaro encerrada.

Convoco uma nova reunião deliberativa para a próxima semana, no mesmo horário, o horário regimental.

Agradeço a presença e a contribuição de todas as Sras. e os Srs. Senadores.

(Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos).

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE AGOSTO DE 2012.

Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos do dia primeiro de agosto de dois mil e doze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Tomás Correia, Gim Argello, Cristovam Buarque, Sérgio Souza e Aloysio Nunes Ferreira, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Angela Portela, João Capiberibe, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino e Alfredo Nascimento. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Presidência, Sena-

dor Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Requerimento n.º 27, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores: Eduardo Braga, Walter Pinheiro, Gim Argello, Sérgio Souza, Tomás Correia, Rodrigo Rollemberg e Anibal Diniz que requerem “...nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CMA, para debater e apresentar informações sobre a “Situação e qualidade do Serviço Móvel Pessoal – SMP, atuação e investimentos das Operadoras de Telefonia Móvel e as medidas adotadas pela Anatel, com convites às autoridades abaixo relacionadas, além de outras oportunamente indicadas e necessárias ao debate, e em havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna. Excelentíssimo Senhor Paulo Bernardo, Ministro de Estado das Comunicações, Excelentíssimo Senhor João Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, Senhor Antonio Carlos Valente, Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – Telebrasil e Senhora Juliana Pereira – Secretária da SENACON – Secretaria Nacional do Consumidor”. O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às quinze horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Eduardo Braga**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. – 70815-1

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 478 páginas
(OS: 13939/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

